Carlos Magno

JEAN FAVIER



EXISTE o Carlos Magno da história e o da lenda. O primeiro desenhou uma nova Europa, o outro fez sonhar. Os dois, o homem que foi e o personagem que o tempo construiu, forneceram durante doze séculos a mais notável das referências, tanto intelectual quanto política. Este livro dedicado ao Carlos Magno da história também cede espaço ao Carlos Magno das canções de gesta, àquele do Sacro Império ou do reino capetiano, àquele de Napoleão ou o da França e da Europa modernas.

O homem e sua obra são de uma diversidade que beira o paradoxo. A preocupação que conduz e domina sua ação é aquela da unidade política e religiosa do Ocidente cristão. Homem de Estado de rude autoridade mas sensível à opinião daqueles que escolheu por conselheiros, autodidata imbuído de poesia latina e leitor do grego, iniciou um renascimento intelectual benéfico tanto para os laicos quanto para os clérigos, bem como uma construção política e um sistema monetário que durariam mil anos. Chefe de guerra impiedoso e defensor da fé tanto nos campos de batalha quanto nos debates teológicos, organizador de um verdadeiro Estado que federalizou povos, atento ao ensino ministrado nas escolas, à manutenção dos domínios e à arrumação dos jardins, eis o surpreendente rei de francos e lombardos que se viu coroado imperador no Natal de 800.

Carlos Magno é profundamente o homem daquele país do Reno, do Mosa e do Mosela, terra de seus antepassados. Se é em direção ao Elba e ao Danúbio que ele dirige com mais ardor suas conquistas, impõe também sua lei à Itália, tenta tomar a Espanha, mantém relações difíceis com Bizâncio e não esquece o califado de Bagdá. O fulgurante chefe de guerra, para governar, se dá ao luxo da reflexão. E o incansável cavaleiro das campanhas de verão se paramenta de uma capital pois o tempo não está mais para um governo itinerante num império que não cessa de se expandir.

Jean Favier

CARLOS MAGNO

Tradução de
Luciano Vieira Machado



Copyright © Librairie Arthème Fayard, 1999. Título original: *Charlemagne*
© Editora Estação Liberdade, 2004, para esta tradução.

A PUBLICAÇÃO DESTA OBRA CONTOU COM OS APOIOS DOS MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA CULTURA DA FRANÇA PARA A PUBLICAÇÃO E PARA A TRADUÇÃO, RESPECTIVAMENTE

Preparação de texto Túlio Kawata, Graziela Costa Pinto e Flavia Moino
Revisão Alexandre Barbosa de Souza, Katia Vitale e Mariana Albertini
Composição Pedro Barros e Ronaldo Chagas
Capa Nuno Bittencourt / Letra & Imagem
Ilustração da capa Busto relicário de Carlos Magno, 1348, Aix-la-Chapelle (Aachen), Tesouro da Catedral. © Erich Hessing / Magnum
Ilustração da lombada Cabeça de leão (detalhe). Aix-la-Chapelle (Aachen), capela palatina, porta principal. © Jean Favier
Editor Angel Bojadsen

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F278c

Favier, Jean, 1932-
Carlos Magno / Jean Favier ; tradução Luciano Machado. – São Paulo : Estação Liberdade, 2004
il., mapas e plantas ;

Tradução de: Charlemagne
Contém cronologia
Inclui bibliografia
ISBN 85-7448-089-4

1. Charlemagne, Imperador, 742-814 – Biografia. 2. Carolíngios. 3. França – Reis e governantes. 4. Europa – História – 392-814. I. Título.

04-0722 CDD 923.144
CDU 929CARLOS MAGNO

Todos os direitos reservados à

Editora Estação Liberdade Ltda.
Rua Dona Elisa, 116 01155-030 São Paulo-SP
Tel.: (11) 3661 2881 Fax: (11) 3825 4239
editora@estacaoliberdade.com.br
www.estacaoliberdade.com.br

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
I.	O ADVENTO DE UMA NOVA DINASTIA	17
	Os merovíngios	17
	A descendência de Pepino	25
	De Carlos Martel a Pepino, o Breve	31
	Pepino, o Breve, se torna rei	36
	A unção	42
II.	REINOS E NAÇÕES	49
	O reino franco	49
	Nas fronteiras	53
	O reino lombardo	57
	Bizâncio	60
III.	A SOCIEDADE RURAL	63
	O domínio	63
	A aldeia	69
	Estruturas sociais	75
	Os vassalos	83
	A espoliação das igrejas	86
IV.	UMA NOVA ECONOMIA	91
	Cidades	91
	O ouro e a prata	93
	Estradas e centros de comércio	98
V.	A VIDA ESPIRITUAL	105
	As línguas	105
	Dioceses e monastérios	111
	Bonifácio e a reforma	117
	O direito	124
	A história e a hagiografia	126
VI.	RETRATO DE UM REI	129
	A sucessão de Pepino	129
	Um nascimento sem história	132
	O homem	136
	As aptidões de um rei	143
	Da moral à cultura	150
	Rainhas	154

VII. UM POVO DE GUERREIROS 157
Servir 157
O exército 162

VIII. A ITÁLIA 171
De Astolfo a Didier 171
O apelo do papa Adriano 176
Roma 181
A doação 185
Bizâncio e Benevento 189

IX. A *DILATATIO REGNI* 197
A Septimânia e a Aquitânia 197
A Germânia 204
A Espanha 209
Roncesvales 213
Volta à Saxônia 218
Os ávaros 224
A marca da Espanha 230

X. O GOVERNO 237
A fidelidade 237
O *entourage* político 244
A administração central 252
Uma capital 257

XI. O REI E SEU POVO 265
A assembléia 265
O *ban* e a aprovação 272

XII. ATRAVÉS DO REINO 279
O conde 279
Os *missi dominici* 290
As capitulares 293

XIII. O ESTADO 303
A *res publica* 303
Conjuntura e perspectivas 306
As leis 309
As rendas do rei 319
A justiça 330

XIV. CARLOS MAGNO E A ECONOMIA 339
Carlos Magno e a economia rural 339
Medidas e moeda 343
Carlos Magno e o comércio 351

XV. A UNIDADE RELIGIOSA 357
O rei e a vida religiosa 357
O dogma 367
As responsabilidades do imperador 372
A oração 375
A organização eclesiástica 383
A regra de São Bento 388

XVI. O RENASCIMENTO CAROLÍNGIO 393
Que resta da cultura da Antigüidade? 393
Primórdios no reino franco 401
O Renascimento 405
Os intelectuais do palácio 410
As escolas e a Academia 419

XVII. PRIMEIROS FRUTOS DO RENASCIMENTO 429
Cópias e iluminuras 429
Sobre a prosa e o verso 437
Uma nova arquitetura 441
Aix-la-Chapelle 453
Jóias e encadernações 461

XVIII. O IMPÉRIO 467
O reino e o Império 467
Rumo ao Império 474
As desgraças de Leão III 481
Natal de 800 488

XIX. REALIDADES DO IMPÉRIO 497
Significados de um nome 497
O Império e os reinos 500
O Império e o povo cristão 506
Dois impérios 512

XX. O CREPÚSCULO 523
Os normandos 523
Os últimos anos 527
Um túmulo incerto 534

XXI. CARLOS, O GRANDE 539
O tempo da história 539
O tempo dos balanços 548

XXII. O IMPERADOR DE BARBA BRANCA 557
O legado e a lenda 557
A era dos poetas 566
Carlos Magno e seus bravos 577
Canções e romances 582
As escolhas do poeta 586

XXIII. UM TRUNFO DA HISTÓRIA 591
São Carlos Magno 591
A herança inventada dos capetíngios 598
Carlos Magno, rei da França 606
Saint-Denis e a auriflama 608
As *regalia* 615
A era das imagens 620
O patrono dos estudantes 622
De Carlos Magno a Napoleão 624
As últimas vagas da gesta 634

CRONOLOGIA 649

BIBLIOGRAFIA 655

ÍNDICE ONOMÁSTICO 675

MAPAS E PLANTAS
Nêustria e Austrásia 22
O comércio marítimo 102
A Itália 172
Doação de Constantino 186
A Germânia 205
A Saxônia 220
A marca da Espanha 234
Principais *villae* reais de Carlos Magno 258
A vida intelectual nas ilhas britânicas 397
O palácio de Aix (segundo Hugot) 454
A capela palatina de Aix (segundo Kreusch) 457
Roma 483

GENEALOGIAS
Os últimos merovíngios 27
A descendência de Pepino 30
As alianças lombardas 175
O sangue carolíngio 600

INTRODUÇÃO

Há muitos personagens por trás do nome Carlos Magno. O historiador não poderia se deter em um deles, sem que os outros se impusessem. A figura histórica, por si só, daria um livro, com sua personalidade extraordinária, suas ambições políticas e intelectuais, seu destino de chefe bárbaro promovido a sucessor dos Césares, com a dupla e constante combinação de motivações políticas e religiosas que estão por trás tanto das campanhas militares como da organização da sociedade cristã inspirada em Santo Agostinho. Há o Carlos Magno dos movimentos fulgurantes e o Carlos Magno das capitulares, aquele que cavalga à frente do povo franco em armas e aquele a quem se lêem versos latinos, aquele que se preocupa com a manutenção dos gibões de couro e aquele que encomenda as iluminuras do monge Godescalco. Entre todas essas imagens, o tempo e os usos que se foram dando à história sempre fizeram escolhas, privilegiando ora uma, ora outra. A tradição é grandemente responsável pela imagem deixada por Carlos Magno, e a tradição literária apenas traduz o imaginário coletivo das gerações sucessivas.

Não só o homem Carlos Magno é eivado de ambigüidades. Os povos também o são, na medida em que o reivindicam, cada um à sua maneira. Existem ao longo dos séculos heróis da história universal, isto é, homens cuja herança parece pertencer a todos. Existem poucos que todos consideram como seu, exclusivamente seu. De ambos os lados do Reno, esse produto puro do coração da Europa está fadado a ser reivindicado pelas consciências nacionais.

A Europa... Esse conceito parece ponto pacífico para quem observa os mapas traçados a fim de demonstrá-lo. Com certeza, as coisas eram menos evidentes antes desse grande deslocamento dos *fronts* políticos e intelectuais que Carlos Magno não inventa mas acentua, esse

deslocamento que relega um mundo romano definido essencialmente como um contorno do mar e faz surgir um mundo continental, cujo equilíbrio se ordena a partir de eixos e cujos caminhos são rios e desfiladeiros.

Este é o Carlos Magno da história. Quem poderia pensar que o nome evoca apenas o próprio Carlos Magno? O personagem construído pelos séculos vai muito além da pessoa, e a imagem veio ocupar na história um espaço que não se pode deixar de lado pelo fato de se distanciar do real, sob pena de negligenciar um campo que é de competência da própria história. A imagem de Ulisses não se sobrepõe à do herói, e a de Napoleão apenas muda suas cores, deixando o desenho intacto. A imagem de Carlos Magno se desenvolve em torno do homem e o ultrapassa, mas contribui poderosamente para fazer dele um personagem. O historiador que a ignorasse e que rejeitasse o mito por ser mito se privaria de saber por que Carlos Magno é Carlos Magno. Marchangy, em 1813, e Gaston Paris, em 1865, já apontaram esse caminho.

Ao longo deste livro, recorreremos não a um testemunho que a lenda não poderia dar, mas ao eco que ela não cessa de fazer ouvir. O som do olifante de Rolando não chegou ao rei, mas atravessou o milênio. O Carlos Magno imaginário tem tanto lugar na história quanto o Carlos Magno documentado. O imperador de barba branca não pertence à história de Carlos Magno mas à da Europa. Em suma, o personagem ultrapassa a pessoa, mas também ele pertence à história. À dos séculos que se lhe seguem.

É preciso que eu diga ao meu leitor: a palavra biografia não se aplica muito bem a um livro sobre Carlos Magno. Em torno do herói há a sociedade de onde ele provém, assim como aquela que ele delineia e aquela que dele tomará posse. Uma sociedade nova pelo fato de combinar duas construções até então paralelas, a do reino temporal e a do reino de Deus. Esse "povo cristão", com o qual Carlos Magno quis identificar os povos sob o seu domínio, não é nem a Igreja de Gregório, o Grande, nem o povo franco de Clóvis ou o povo godo de Teodorico, nem o "povo romano" do imperador bizantino.

E há o olhar que o rei franco e seus contemporâneos lançam agora sobre horizontes totalmente diferentes. Como falar de Carlos Magno sem evocar a herança intelectual transmitida pelos irlandeses e os anglo-saxões, assim como romanos e lombardos, as perturbações religiosas e políticas da Bizâncio do Coprônimo e do "imperador" Irene, a relação conflituosa entre a Sé de São Pedro e o Império de Constantino, as tensões internas do mundo muçulmano dividido entre Bagdá e

Córdoba, as complexidades da sociedade que se formou na península Ibérica, tendo como pano de fundo a conquista árabe, as redes de alianças tecidas pelos reis lombardos, as rotas comerciais abertas pelos navegadores frísios entre os mares do Norte e os grandes rios da planície continental? A história de Carlos Magno é a de uma vontade política confrontada com um mundo diverso em suas estruturas profundas mas sempre sensível às ondas superficiais da conjuntura imediata. Se nos prendermos ao homem e ao que se passa entre Aix-la-Chapelle (em alemão, Aachen; em latim, Acquisgranum) e Roma, ou entre Frankfurt e Pontião, corremos o risco de não compreender nada.

Ao longo de doze séculos, os historiadores escreveram muito sobre Carlos Magno. Eginhardo, que o conheceu, achou por bem lhe dedicar uma *Vida*, à maneira de Suetônio para Júlio César. Sua obra haveria de ser copiada e recopiada. Os anais que se encontravam em muitos monastérios poderiam ser lidos e compilados: eles dariam corpo à informação, bastante diversa e parcial, que chegava até esses locais. O material dos historiadores estava garantido. A erudição do Antigo Regime ateve-se a ele, no essencial, não hesitando em recorrer aos apócrifos, que se abeberavam na lenda. Foi preciso esperar a renovação da pesquisa erudita e uma nova atenção dispensada na segunda metade do século XIX aos atos de chancelaria e aos textos jurídicos para que se abrissem novos caminhos aos historiadores. Desde então, tem-se a longa série dos estudos dedicados ao imperador, e mais freqüentemente à sua descendência, que se oferece à leitura do público, cuja curiosidade foi orientada para tempos mais recuados que as Cruzadas e as catedrais góticas.

Nunca será demais confessar a minha dívida para com esses predecessores que publicaram e criticaram os textos, a esses antecessores que aprofundaram a análise das situações e das políticas. Como em outros domínios, o historiador é sempre tributário daqueles que se aventuraram antes dele. Eu faltaria ao dever mais elementar se não expressasse a minha gratidão àqueles que não conheci, Boretius, Krause e Dümmler, e àqueles que tive a oportunidade de conhecer, como François-Louis Ganshof e Louis Halphen, aos meus contemporâneos, muitos deles amigos, como Robert Folz, Karl Ferdinand Werner, Hartmut Atsma, Gerhard Herm, Jean Vézin, Pierre Riché, Jean Durliat ou Élisabeth Magnou-Nortier. E, finalmente, a notável série de monografias reunidas há mais de trinta anos por Wolfgang Braunfels que continua sendo uma fonte inesgotável de informações e de reflexões sempre fecundas.

Doze séculos depois da coroação de 800, estamos longe de certezas no que tange à história de Carlos Magno. Ainda existem muitos pontos obscuros, que alimentam controvérsias ou desafiam os historiadores. Existem, apresso-me a informar, pistas que os contemporâneos de Carlos Magno adrede embaralharam, as primeiras das quais referem-se ao nascimento do rei e à real dimensão da peleja de Roncesvales. Da mesma forma, eles foram estranhamente discretos sobre as motivações das revoltas que perturbaram por várias vezes o reino franco. Que sabemos dos partidários de Carlomano, o irmão, e de seus filhos exilados? Que nos dizem daqueles que se encontram por trás de Pepino, o Corcunda, o filho rejeitado?

Em determinados comentários amargos de Alcuíno, identificamos algumas das tensões que surgem no próprio seio do círculo intelectual e político de Carlos Magno, mas pouco sabemos das rivalidades, abertas ou não, das desilusões de conselheiros que pouco eram ouvidos, dos clãs que se digladiavam na corte, do equilíbrio que se estabelecia ou se rompia entre os grupos nacionais. Ninguém ousaria dizer se a "concórdia de paz", cara ao soberano, reinava no interior do palácio. Ter-se-ia falado tanto dela se tivesse sido vivida sem alguma dificuldade?

Não seria a informação que temos sobre os círculos dirigentes deformada pela natureza das fontes? Identificamos e nomeamos todo um mundo de monges e de bispos, condes e *missi dominici* (mensageiros ou enviados do senhor), em suma, todo tipo de gente que tem seu lugar na assembléia, mas será que podemos acreditar que não há círculos de negócios e que os financistas ou os organizadores do grande negócio não têm nenhum papel na definição da política real? Graças a alguns administradores preocupados com uma boa gestão, conhecemos muito bem a economia rural. Mas, no que tange ao comércio de grande distância, temos mais idéia das rotas comerciais que dos produtos, e os volumes negociados nos escapam. Quanto ao comércio no interior do reino, pouco sabemos dele. Os documentos são elaborados de forma que conhecemos melhor os lugares onde se aplicam as taxas que os produtos sujeitos a taxação. E mesmo que se esbatam as divergências que há muito se atribuem à alternativa Maomé ou Carlos Magno, cumpre reconhecer que avaliamos mal a hierarquia que se estabelece entre as instâncias da política monetária.

Carlos Magno continuou presente na história. Não podemos considerar seu destino como encerrado quando, em janeiro de 814, o velho imperador falece. Personagem lendário, herói quase sempre imaginário da gesta, ele é também um dos objetos que entre si partilham ou

disputam os governantes, os clérigos, as estirpes. Ele se apresenta como fonte de legitimidade, como exemplo de visão política, como modelo de comportamento moral. E, assim sendo, o tempo modela o imperador e seus companheiros reais ou inventados à semelhança das sociedades que invocam seu testemunho. Há o Carlos Magno da sociedade baseada na vassalagem e no feudalismo, o Carlos Magno da Cruzada e da Reconquista, o Carlos Magno inventor da coroa da França ou da coroa imperial, o Carlos Magno objeto de uma canonização duvidosa, mas tido como verdadeiro santo da Igreja, o Carlos Magno dos alunos aplicados. Carlos Magno teve ainda um papel na sagração de Napoleão e também no patriotismo da Terceira República. Sua efígie é encontrada numa moeda da Quinta República e ele empresta seu nome a um prêmio da nova Europa. Quem lhe dedica um livro não poderia ignorar essa história que se estende ao longo de doze séculos.

O historiador que aborda a história de Carlos Magno precisa ser modesto. Eu não quis apagar as interrogações. As lacunas de nosso conhecimento são por demais evidentes para que eu precise salientá-las aqui. Mas temos que desistir por causa disso? Não podemos esperar o aparecimento de novos textos essenciais. A arqueologia reserva ainda, sem dúvida, algumas descobertas, mas trariam elas alguma surpresa? A história de Carlos Magno pertence agora à interpretação. Do que sabemos, que podemos concluir?

Le Péage, 15 de maio de 1999

CAPÍTULO I

O ADVENTO DE UMA NOVA DINASTIA

OS MEROVÍNGIOS

"É mais conveniente chamar de rei aquele que exerce efetivamente o poder, a fim de que a ordem não seja perturbada." Conhece-se a resposta do papa Zacarias à pergunta feita em 751, da parte do prefeito do Palácio, Pepino, o Breve, por Fulrad, abade de Saint-Denis, e por Burchard, bispo de Würzburg: seria "bom ou ruim que existissem reis no reino franco que não exercessem o poder"? Algumas semanas mais tarde, em Saint-Denis, Pepino foi eleito rei dos francos pelos grandes senhores do reino. Em Saint-Denis, ele recebeu a unção real.

Rei dos francos, que significa isto? À primeira vista, parece haver apenas uma mudança de dinastia. Isto já constitui um fato grave, porque se abandona, pela primeira vez, a descendência de Clóvis, ou antes a de Meroveu, uma vez que Clóvis, que se tornou rei cristão e rei de um povo cristão, nada recusou da herança que é sua, a de uma família de origem divina indicada para a realeza franca. O batismo cristianizou a família, não mudou as bases da legitimidade: a realeza é transmitida pelo sangue. Pepino não tem uma gota de sangue merovíngio.

Quanto à origem imperial do poder real, encontra-se agora bem esquecida. Lembremo-nos de que, por volta de 500, os "reis" bárbaros derivam seu poder sobre os romanos e sobre seu próprio povo de um reconhecimento imperial que os integra na hierarquia do Império. Reis de um povo pela vontade desse povo, expressa mesmo no caso em que a eleição se faz no interior de uma família, eles são reis de um "reino" porque o imperador lho confia. Foi justamente disso que souberam se aproveitar Teodorico e Clóvis, já reis, um, de seus ostrogodos, outro, de seus franco-sálios, mas fortalecidos por sua "nomeação" pelo

imperador bizantino; em 497, no caso de um, em 508, no caso do outro, depois de sua vitória contra os visigodos. Clóvis se curva diante da superioridade do imperador, uma vez que aceita deste as insígnias de sua nova dignidade, a túnica púrpura e o diadema que o fazem "Rei Mui Glorioso". Mas com isso ele se torna o senhor de um reino, não mais de um povo. O imperador de Bizâncio não aceitará jamais a sucessão hereditária, ainda que esta se mantenha naturalmente no caso de reis que, sendo representantes do imperador, só podem evidentemente ser nomeados a título pessoal, nada tendo em comum, porém, com os simples chefes militares elevados no século V à dignidade de rei.

Os séculos se passaram, e já em 650 se considera que o rei tem um poder próprio, sem a menor relação com o Império. O rei deve esse poder ao seu nascimento, mas ele deriva principalmente de eleição pelo povo, mesmo quando esta se reduz à aprovação de alguns grandes senhores.

Mais do que uma transmissão da realeza, trata-se, pois, em 751, da transmissão do encargo real, o do reino franco. E o reino franco é o reino de Clóvis.

O território está de certo modo definido. Ele começa com o que será chamado Nêustria, região de que Clóvis se assenhoreou, em 486, com sua vitória sobre o poder residual e evanescente dos galo-romanos de Siágrio. Dizer que a partir de então Clóvis é o rei da Nêustria seria precipitado. Aos olhos de todos, e do bispo Remígio em primeiro lugar, Clóvis é o chefe bárbaro que estabelece sua autoridade sobre a Bélgica Segunda, uma província que continua a pertencer ao Império romano. Sua capital é Reims. Isso não deixará de ter sua importância. Com seu território expandido, Clóvis ainda não é mais que o que foi seu pai Childerico: um bárbaro que mantém a ordem em uma província romana. Ele é rei dos francos. Ele não é rei de um reino franco.

Este se constitui, porém, se não de direito, pelo menos de fato, quando Clóvis se apodera dos territórios dominados por seus primos, pequenos povos francos comumente chamados de "ripuários": os francos das margens do Reno. Estes dominavam as regiões de Colônia e de Cambrai. A partir de 480, instalaram-se no antigo quartel-general dos exércitos imperiais, em Trier, no coração da Bélgica Primeira. Em 491, Clóvis vai mais longe: ele submete o pequeno povo dos turíngios.

Os verdadeiros rivais do reino franco são então os dois estados constituídos no sul da Gália desde o começo do século, um pelos burgúndios, entre os Alpes e o vale do Ródano, o outro pelos visigodos, nas províncias romanas das duas Aquitânias, a de Bourges e a de

Bordéus. Clóvis bem o sabe, o poder dos reis bárbaros está aí muito mal-assegurado, porque os galo-romanos, e à sua frente o episcopado, não aceitam bem a autoridade dos reis adeptos da heresia ariana, aquela que foi condenada em 325 pelo primeiro concílio de Nicéia. Algumas perseguições esporádicas, um desentendimento crônico, não será preciso mais que isso para que os galo-romanos — portanto, a maioria da população — se sintam mais próximos do último bárbaro a chegar, pela simples razão de que, não estando contaminado pela heresia, esse pagão se fará cristão na fé niceana, aquela que é ensinada pelo bispo Remígio. Aos olhos dos galo-romanos cristãos que vivem sob o domínio dos burgúndios e dos visigodos, o batismo de Reims fará de Clóvis, o menos romanizado dos recém-chegados, aquele que mais legitimamente pode assumir a liderança do povo cristão. O bispo de Vienne, Santo Avito, escreve com toda franqueza: é bom que a verdadeira fé não seja defendida apenas pelo império grego de Constantinopla.

A partir de 496, Clóvis ataca o reino visigodo de Alarico II. Bordéus cai em 498. Um encontro dos dois reis, em 502, só serve para que se ganhe tempo. O visigodo é derrotado e morto em 507 em Vouillé, próximo a Poitiers. Dá-se então o recuo dos visigodos para a Septimânia — essa região que se segue à Narbonesa I dos romanos, próximo a Narbonne, Carcassonne e Nîmes — e para a Espanha, onde estabelecerão, até a chegada dos árabes no começo do século VIII, um Estado forte e dotado de uma rica e brilhante civilização. Em 507, Clóvis é praticamente senhor da Aquitânia até os Pirineus.

Com os burgúndios, a situação é diferente. Para não atacar a todos de uma vez, Clóvis fez o jogo da aliança. Ela lhe era útil contra os visigodos. O casamento do rei franco com a princesa burgúndia Clotilde — a única não-ariana da família, pois sua mãe era de Nicéia — não se fez por acaso. Viúvo de uma princesa franca de Colônia, o rei dos francos desposa uma burgúndia. É para socorrer os francos renanos que Clóvis derrota, em 496, os alamanos que os atacavam, em Zülpich, batalha que a tradição chama de batalha de Tolbiac. Uma nova campanha, em 506, acaba de uma vez por todas com as pretensões dos alamanos. A partir daí, eles são expulsos para o leste. Quanto aos burgúndios, eles lutam, como os renanos, ao lado de Clóvis em Vouillé. A mesma política preside essas duas alianças: adormecer o vizinho e usá-lo, para depois o absorver.

Será preciso mais tempo para derrotar os burgúndios que para vencer os visigodos. Já em 500, a aliança está um tanto claudicante:

vêem-se os francos sob os muros de Avignon. Retomada em 506, a aliança cessa quando os visigodos são derrotados. O primeiro objetivo dos francos agora é o conjunto dos territórios sob o domínio do burgúndio Gondebaldo, tio de Clotilde. Caberá ao filho de Clóvis atingir o Mediterrâneo, depois de ter destruído de forma definitiva, em duas campanhas — 532-534 e 537 —, o reino burgúndio, expulsando também da Provença os ostrogodos da Itália.

Voltando de sua campanha de 507 contra os visigodos, Clóvis encontra-se, em Tours, com a embaixada do imperador Anastácio. Ela traz um diploma de cônsul que nada significa em Roma e ainda menos em Constantinopla, mas que adquire grande valor numa Gália em que o rei não tem herdeiros naturais; traz também um diadema e uma túnica de gala, que nos ombros de Clóvis tem toda a aparência de um manto real.

O imperador reconheceu Clóvis como rei. Ele é rei no Império, em nome do imperador. É rei dos francos, não rei de um reino. Mas é rei numa Gália em que a unidade da fé já é uma garantia de sua legitimidade. Logo se passará de um sentido a outro da palavra rei, com dois significados correspondentes para a palavra reino.

Deixemos de lado as peripécias que cobrem de sangue periodicamente o reino franco e a descendência de Clóvis. Nela se encontram alguns reis de personalidade muito forte, como Clotário II ou seu filho Dagoberto, e muitas figuras inexpressivas. Os "reis indolentes"... A fórmula é simples, mas muito injusta. Um analista, querendo resumir a história de um desses merovíngios mortos bem jovens, mas que ainda reinaram durante alguns anos, esperando ser assassinados ou destituídos, nada sabendo dizer sobre ele, escreveu: "Ele não fez nada." Era verdade. Os outros, os que partilhavam a cada geração o reino franco, tentavam reinar. Mas para os príncipes chamados cedo demais ao trono de um reino incerto, porque redefinido a cada geração, as mortes sucessivas não deixavam praticamente nenhum tempo para aprenderem seu ofício de rei.

O "reino franco" em seu conjunto é uma herança de Clóvis. Depois da morte do rei Dagoberto, em 639, ele não seria mais unificado. Há sempre um rei na Nêustria, um rei na Aquitânia, um rei na Austrásia, um rei na Borgonha. Como se vê, o mapa é complexo, pois sobrepõe "reinos" continuamente redistribuídos entre os ramos da dinastia franca — portanto reinos passíveis de atribuição a um rei — a um "reino dos francos", cuja unidade é formada ao mesmo tempo de uma percepção clara das origens e de uma constante tendência a que uns

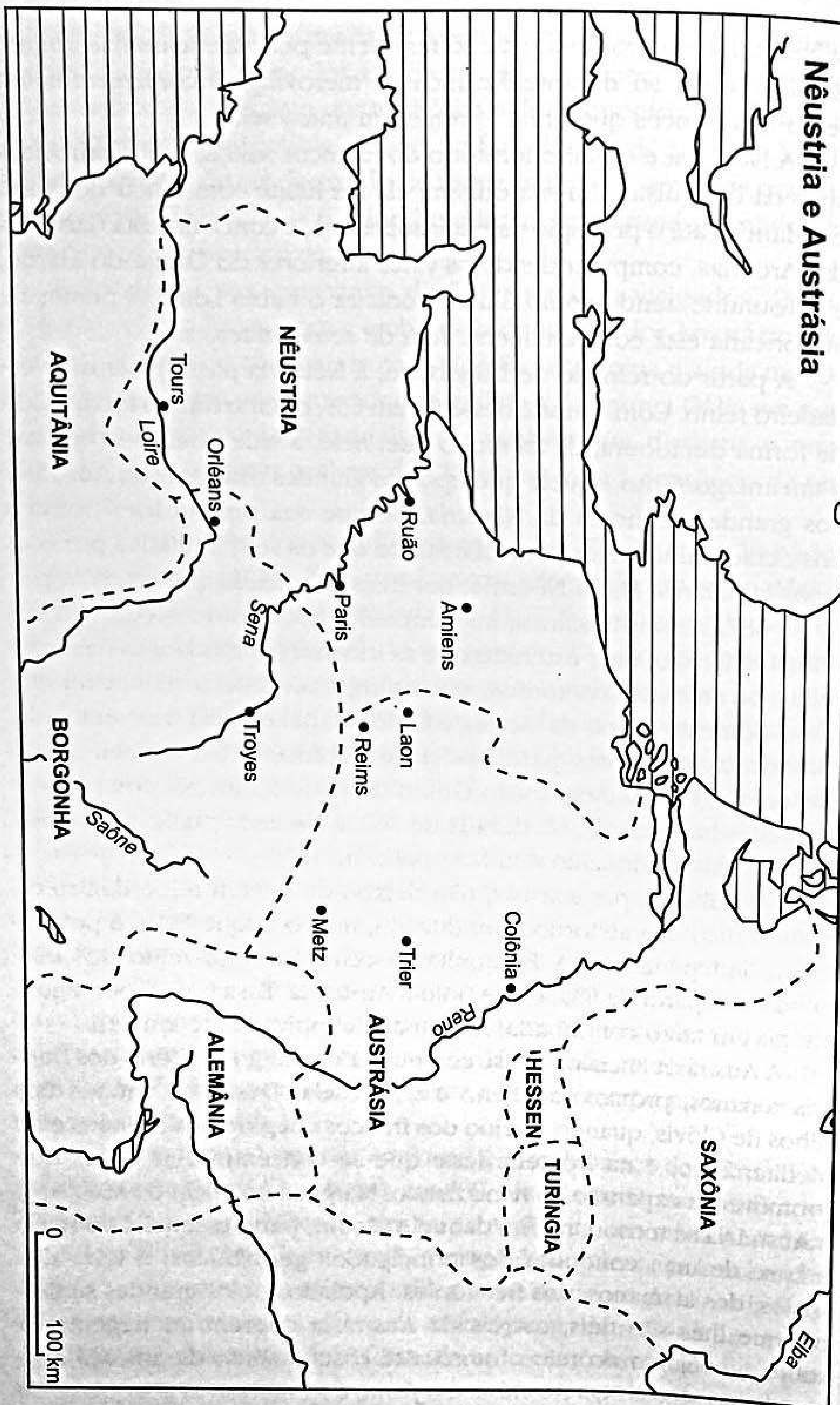
submetam os outros, mas que só raramente pertence a apenas um rei. Em 263 anos, só durante 72 anos os merovíngios conheceram um reino dos francos que tinha à frente um único rei.

A Nêustria é o velho território dos francos sálios, o dos primeiros anos da conquista. Em sua origem, ela faz limite com o mar do Norte e a Mancha até o princípio da península bretã, e com a floresta Carvolira das Ardenas, compreendendo os vales inferiores do Oise e do Marne, e a Touraine, tendo como última fronteira o baixo Loire. A península armoricana está completamente fora de seus limites.

A partir do reinado de Dagoberto, a Nêustria passa a ser um verdadeiro reino. Com a morte desse rei em 639, o reino franco foi dividido de forma duradoura, de tal modo que, nele, a vida política se resume a um antagonismo, aquele que opõe os grandes senhores da Austrásia aos grandes senhores da Nêustria, porque sua origem local torna a aristocracia ainda mais particularista do que os reis, limitados por seus laços familiares. Mas a Nêustria, por mais submetida que esteja, a partir de 687, aos austrasianos, mantém até o começo do século VIII sua antiga extensão, uma extensão que as incessantes mudanças nas fronteiras, ou antes nos contornos, tornam impossível determinar com precisão. Somente depois da morte de Carlos Martel ela será desmembrada, quando as diferentes partilhas entre Pepino, o Breve, seu irmão Carlomano I e seu meio-irmão Grifon desconsideram por completo as fronteiras tradicionais. Na década de 760, a Nêustria praticamente deixará de existir enquanto entidade política.

A Aquitânia, por sua vez, não deixou de ser um reino dentro do reino franco. Ela se tornou um ducado, mas o duque Félix é praticamente independente. A Borgonha nasceu do antigo reino dos burgúndios. A partir de 584, ela se uniu à Austrásia. Essa união, por algum tempo um tanto conturbada, firmou-se definitivamente em 613.

A Austrásia inicialmente se compunha do antigo território dos francos renanos, próximo ao Reno e ao Mosela. Desde os tempos dos filhos de Clóvis, quando o reino dos francos chegava aos Pirineus e ao Mediterrâneo, é na fronteira leste que se concentram as ações que promovem a expansão do reino franco. Marginal no início do século VI, a Austrásia se tornou, no fim daquele século, parte essencial do reino e base de uma conquista dos principados germânicos, a terra dos frísios, dos alamanos, dos francônios. Apoiados pelos grandes senhores que lhes são fiéis, os reis da Austrásia querem ter hegemonia sobre o conjunto do reino franco. Até o surgimento da ameaça normanda, no século IX, a Austrásia é o *front*, e as sucessivas conquistas de



territórios germânicos apenas acentuam seu caráter central no reino franco. No tempo de Clóvis e de seus filhos, o eixo do reino é o Loire. Um século depois, o Reno.

Com o tempo, esses conjuntos, constituídos ao longo de sucessivas partilhas sucessórias que tornam inevitável uma noção ainda patrimonial do reino, e reformulados no curso das querelas e guerras entre irmãos, encontram sua verdadeira identidade política pela iniciativa das aristocracias locais. Cidades assumem ares de capitais, ainda que não contem com todas as suas funções; são principalmente as residências favoritas dos reis: Soissons, depois Paris, na Nêustria; Colônia, depois Metz, na Austrásia. Os grandes senhores estão mais bem estabelecidos e seguros nas regiões onde se assenhorearam de domínios às vezes consideráveis, do que os reis abalados de sucessão em sucessão. Em cada reino, encontra-se à frente dessa aristocracia o prefeito do Palácio, que tem nas mãos as rédeas do governo, mantendo-se a ficção de um poder real que se baseia apenas na transmissão hereditária da descendência de Clóvis. Em princípio, o prefeito do Palácio é apenas um funcionário doméstico. Ao *major domus*, o mordomo, cabia organizar o serviço e manter a disciplina nas casas da aristocracia. O palácio real dispunha também de um *major domus*. No século VII, ele se tornou chefe da administração. Já em meados do século, ele é o *major Palatii*, o "maior no palácio". Na realidade, agora é ele quem governa. E Eginhardo o dirá mais tarde, erigindo a função em "honra", isto é, em função pública, mas analisando com toda franqueza as bases reais do poder:

> Esta honra normalmente só era dada pelo povo àqueles que a conquistavam seja pelo brilho de sua estirpe, seja pela grandeza de sua fortuna.

Acontece de prefeitos do Palácio partilharem o poder — ou lutarem por ele — com rainhas, mães de reis muito jovens. Observe-se que as moças são excluídas das partilhas, que são atos de direito, mas que as esposas e viúvas não são excluídas do poder, que é do domínio da prática. Não devemos partir daí para ver nas leis dos francos a origem do direito masculino exclusivo. A invocação da lei sálica no século XIV não passa de uma justificativa malconcebida, tardia — em 1358 — e inventada por um simples monge de Saint-Denis, o cronista Richard Lescot, para as escolhas feitas no Conselho Real, em 1316 e 1328, em favor dos herdeiros homens, pelo simples fato de eles parecerem

mais capazes, naquele momento, de governar o reino e comandar o exército do que uma menina. Com efeito, o que diz, no capítulo sobre os alódios, isto é, sobre as terras livres, uma lei sálica tantas vezes invocada, principalmente a partir do século XV, por aqueles que não a leram?

> No que tange à terra sálica, nenhuma parte será herdada por uma mulher, mas irá para o sexo masculino, de modo que a terra herdada pertença inteiramente aos irmãos.

E isso é tudo. Trata-se apenas das heranças. Parece razoável dividir a terra entre os filhos homens para que esta não deixe de pertencer à família, e dotar as filhas com bens móveis e gado, que podem ser renovados. A lei protege os patrimônios e os mantém dentro de uma mesma descendência. Esta cláusula, por muito tempo esquecida, como aliás a própria lei sálica, não seria invocada contra nenhuma das jovens que vieram a herdar ou a legar, ao longo de toda a Idade Média, um condado de Flandres, um condado da Provença, um ducado da Aquitânia, um ducado da Bretanha, um reino da Inglaterra, um reino da Sicília, um reino de Jerusalém ou um reino de Castela. Mesmo deixando de lado algumas dessas coroas que não derivavam historicamente da lei dos francos sálios, não se pensou em invocar essa lei, ainda que, tratando-se de feudos situados no antigo reino franco, terras estivessem sendo disputadas. E quão mais esquecida ficava essa lei quando se tratava de coroas reais, de que ela não se ocupava.

A verdade é que, às vezes, é mais fácil conservar o poder que conquistá-lo. Se, ocasionalmente, as esposas e as viúvas assumem o controle, é porque elas o mantêm. Do tempo dos merovíngios ao das grandes regentes, Branca de Castela no século XIII, Ana de Beaujeu no século XV ou Ana da Áustria no século XVII, sempre houve um repúdio à ação política das rainhas e das regentes e não ao seu direito de exercê-la. A tradição é antiga: o poder pertence àquele que é capaz de exercê-lo.

Isso faz que a galeria dos reis merovíngios seja duplicada por uma espantosa galeria de rainhas que se impõem em função de sua vontade, e mesmo de sua capacidade política, e não de seu nascimento. Amante e depois esposa de Chilperico, a ex-serva Fredegunda domina por um tempo a Nêustria, a partir de 584. Com a morte de Childeberto II, sua mãe Brunilde, princesa visigoda da Espanha, governa, até sua dramática morte em 613, a Austrásia e a Borgonha para seus filhos, e mesmo para os netos e bisnetos. Assim, Nantilde, viúva de Dagoberto

em 639, governou a Nêustria e a Borgonha do filho Clóvis II com os prefeitos de Palácio Aega, e depois Erchinoald. Viúva do mesmo Clóvis II em 657 e regente de seu filho Clotário III, a ex-escrava Batilde é a verdadeira senhora desses mesmos reinos, secundada pelo poderoso prefeito do Palácio Ebroíno, mas em rivalidade constante com Léger, o bispo de Autun.

A descendência de Pepino

Diante do neustriano Ebroíno, encontramos o austrasiano Pepino, que os alemães chamam mais propriamente de Pippin. Este já tem uma longa história. O iniciador da estirpe é Pepino, o Velho, dito Pepino de Landen. Ele é o mais influente e sem dúvida o mais rico dos grandes proprietários da Austrásia, cujas posses se concentram principalmente na região do Mosa, próximo a Liège. Ele é prefeito do Palácio da Austrásia a partir de 623, junto ao jovem Dagoberto I, a quem seu pai Clotário II indicou para rei dos austrasianos, a fim de satisfazer-lhes a aspiração a uma relativa autonomia. Também nesse caso, cumpre observar que o fato de a Austrásia ter seu rei e seu Palácio não impede de modo algum que continue no reino franco de Clotário II. Um rei sob um rei não é algo que incomode os homens do século VII. E quando Dagoberto se torna rei de todo o reino franco, por morte de seu pai, ele se apressa, para não aumentar o peso político de Pepino, em nomear um novo prefeito do Palácio na Nêustria. Um rei, dois mordomos, e assim Dagoberto continua sendo o senhor. Esse Pepino, o Velho, continuará sendo austrasiano.

O poder de Pepino não é incontestável. Mas ele tem um aliado na pessoa do bispo de Metz, Arnulfo. Bispo a partir de 614, com muitos domínios e clientes na região de Metz e de Verdun, Arnulfo é um dos líderes da aristocracia. Grande é sua reputação. Redigindo no século IX *Vidas de santos*, os bajuladores do carolíngio farão de um Arnulfo canonizado pela voz do povo o descendente de uma grande família da aristocracia galo-romana. Um casamento consolida, pois, oportunamente, o acordo do prefeito do Palácio com o bispo. Antes de receber as ordens, Arnulfo foi conde e, ainda que bispo, tem dois filhos. Um ocupará a cadeira episcopal de Metz em 660, o que à época não causava estranheza. O outro, Ansegisel, desposa Bega, filha de Pepino. Este também tem um filho, Grimoaldo, que naturalmente se torna prefeito do Palácio da Austrásia depois da morte de seu pai, em 640.

Por um momento, a precipitação parece pôr a perder as pretensões da família. Como o rei Sigeberto III tardava em ter um filho, Grimoaldo fez que ele adotasse seu próprio filho, também chamado Grimoaldo, mas rebatizado, convenientemente, com o nome merovíngio de Childeberto. Esse arranjo talvez desse resultado se o rei não viesse a ter, mais tarde, um filho. Mal faleceu o rei Sigeberto III (656), Grimoaldo, o pai, mandou seu filho e herdeiro — o futuro Dagoberto II — à Irlanda e fez que esse falso Childeberto fosse reconhecido como rei. Esse "Childeberto, o Adotado" iria reinar por seis anos, tendo, naturalmente, seu pai como mentor.

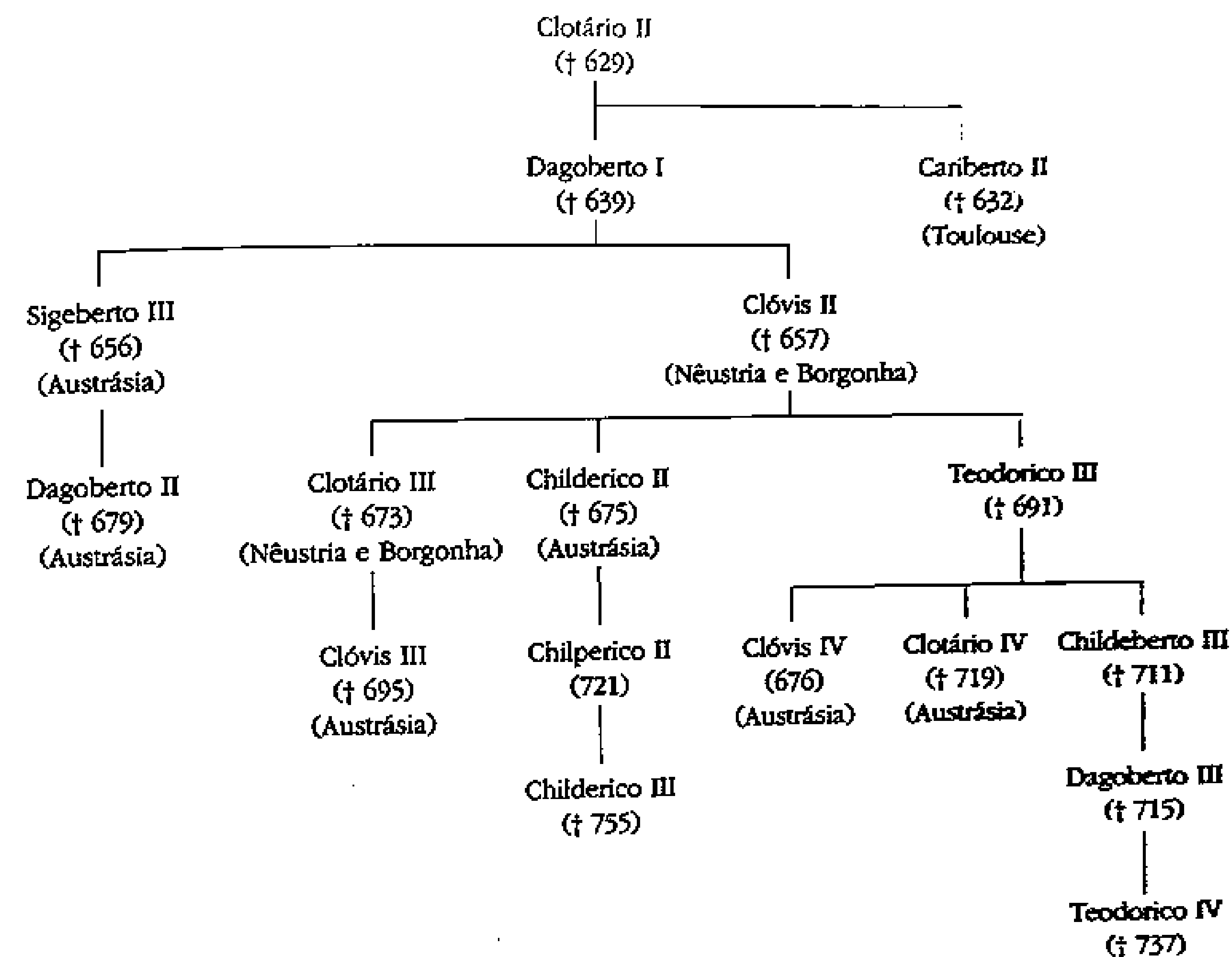
Isto significa não levar em conta a unidade, jamais esquecida, do "reino dos francos". Os neustrianos lembraram que tinham por reis autênticos merovíngios e que estes tinham direito à redistribuição dos reinos, e portanto a uma Austrásia que parecia não ter herdeiros naturais. Cumpre dizer que o prefeito do Palácio da Nêustria, Ebroíno, não foi o último a aproveitar a ocasião para liquidar seu rival austrasiano. Com a ajuda de alguns grandes senhores austrasianos a quem incomodava a ascensão dos descendentes de Pepino, armaram uma cilada a Grimoaldo pai, mataram-no e mandaram o usurpador para um monastério (662). Finalmente, fizeram que voltasse da Irlanda o infante Dagoberto II. Em 679, ele foi assassinado, sem dúvida por sugestão de Ebroíno, para quem o merovíngio, que tantos favores lhe devia, esquecia-se de sua dívida e manifestava um espírito de independência incompatível com os pontos de vista unitários do prefeito do Palácio da Nêustria.

Esse episódio infeliz parecia encerrar a história iniciada por Pepino I. Mas não foi bem assim. Ansegisel e Bega tinham tido um filho, também ele chamado Pepino. Isso foi revelado em 679.

Quando esse Pepino II, dito o Moço ou de Herstal, surge na história, traz um novo título: ele é um dos "duques" da Austrásia, juntamente com um certo Martin, que logo depois seria morto. Esse título de duque, por si só, é uma declaração de independência. É o que ostenta, na Aquitânia, um príncipe pouco preocupado com a autoridade dos merovíngios. Existem na Austrásia muitos duques que se comprazem em comparar-se com duques germânicos como o da Turíngia ou o da Baviera, em tudo estranhos ao reino franco.

O último dos filhos de Clóvis II, Teodorico III, recebera como herança o reino reunificado. De fato, a Austrásia reconhecia Teodorico III como rei, mas dando-lhe apenas a importância que se costumava dar aos reis naquela época. A morte de Martin e o assassinato de Ebroíno por um homem a soldo de Pepino II tornaram o quadro menos confuso.

Os últimos merovíngios



O sucessor de Ebroíno deu-se por satisfeito: ele fez a paz com a Austrásia, isto é, com Pepino de Herstal.

As coisas pareciam se acomodar em favor da paz quando o prefeito do Palácio da Nêustria, Berchaire, indispôs-se com uma parte dos grandes senhores, principalmente com o bispo de Reims. Este fora conde da Champanha à época do merovíngio e contava com sólido apoio no conjunto da aristocracia franca. Os adversários de Berchaire apelaram para os austrasianos. Em 687, em Tertry, próximo a Saint-Quentin, o exército de Pepino II esmagou o de Berchaire.

Depois dessa vitória do prefeito do Palácio da Austrásia, ainda acontece de cada reino ter seu próprio rei, mas, na verdade, o reino dos francos é reconstituído sob a férula de um prefeito do Palácio que toma as suas providências para que não haja nova usurpação: seus fiéis, e principalmente os da antiga Nêustria, não consentiriam facilmente nisso. E como o prefeito do Palácio não tem outra legitimidade senão a sua força política, já não se vêem mais rainhas imiscuindo-se num governo que lhes era deixado por um menino, uma vez que um homem maduro, garantido em seu poder por ser o primeiro entre os grandes senhores, não se mostrava disposto a ceder-lhe o lugar.

Pepino II não se precipita mais para organizar a unidade do reino. No dia seguinte ao da vitória de Tertry, ele volta a sua Austrásia e coloca à frente da Nêustria seu filho Drogon e seu fiel Norberto. O casamento de Drogon com a viúva do vencido Berchaire estabelece a mais eficaz das redes de relações familiares entre o novo senhor do reino franco e a aristocracia da Nêustria. Ao mesmo tempo, Pepino trata de garantir a aliança tão essencial com a Igreja da Nêustria: ele oferece sua proteção aos bispos e aos abades que, habituados aos favores e à generosidade dos reis, toleravam mal o desaparecimento, na Nêustria, de um rei ou de seu sub-rogado, o prefeito do Palácio. Mas ele se aproveita disso para colocar vários de seus próprios fiéis nas cadeiras episcopais que acabam de ficar vacantes.

Desde então, a Austrásia e a Nêustria constituem uma unidade política, ainda que dois reis continuem, até 721, a reinar cada um por si. Só então, depois da morte do neustriano Chilperico II, reinará como um fantoche, sobre um único reino, o último dos merovíngios, Teodorico IV. Nesse momento, o prefeito do Palácio assume o controle. A partir de Tertry, o reino franco terá uma nova dinastia, a de Pepino. Só lhes faltará tornarem-se reis.

Ainda haveriam de passar duas gerações. Com a morte de Pepino II, em 714, ninguém pensa realmente em buscar uma outra estirpe. O único

problema que se coloca é o da escolha de um homem no seio de uma família. Ora, Pepino II tem dois filhos de sua esposa Plectrude, filha de um riquíssimo aristocrata da região de Trier, o conde palatino Hugoberto, cuja neta, Berta, viria a ser a mãe de Carlos Magno. Um, Drogon, ou Dreux, morrera em 708, seis anos antes de seu pai, mas deixara dois filhos. O outro, Grimoaldo, já exercera o poder: Pepino, que vivia principalmente em Colônia e tinha muito com que se ocupar no leste, onde precisava conter as investidas dos frísios e dos saxões, fez de seu filho uma espécie de vice-prefeito do Palácio em uma Nêustria longínqua demais para ser verdadeiramente governada do Reno ou da Saxônia. Em suma, Pepino II contava com seu filho Grimoaldo para o suceder.

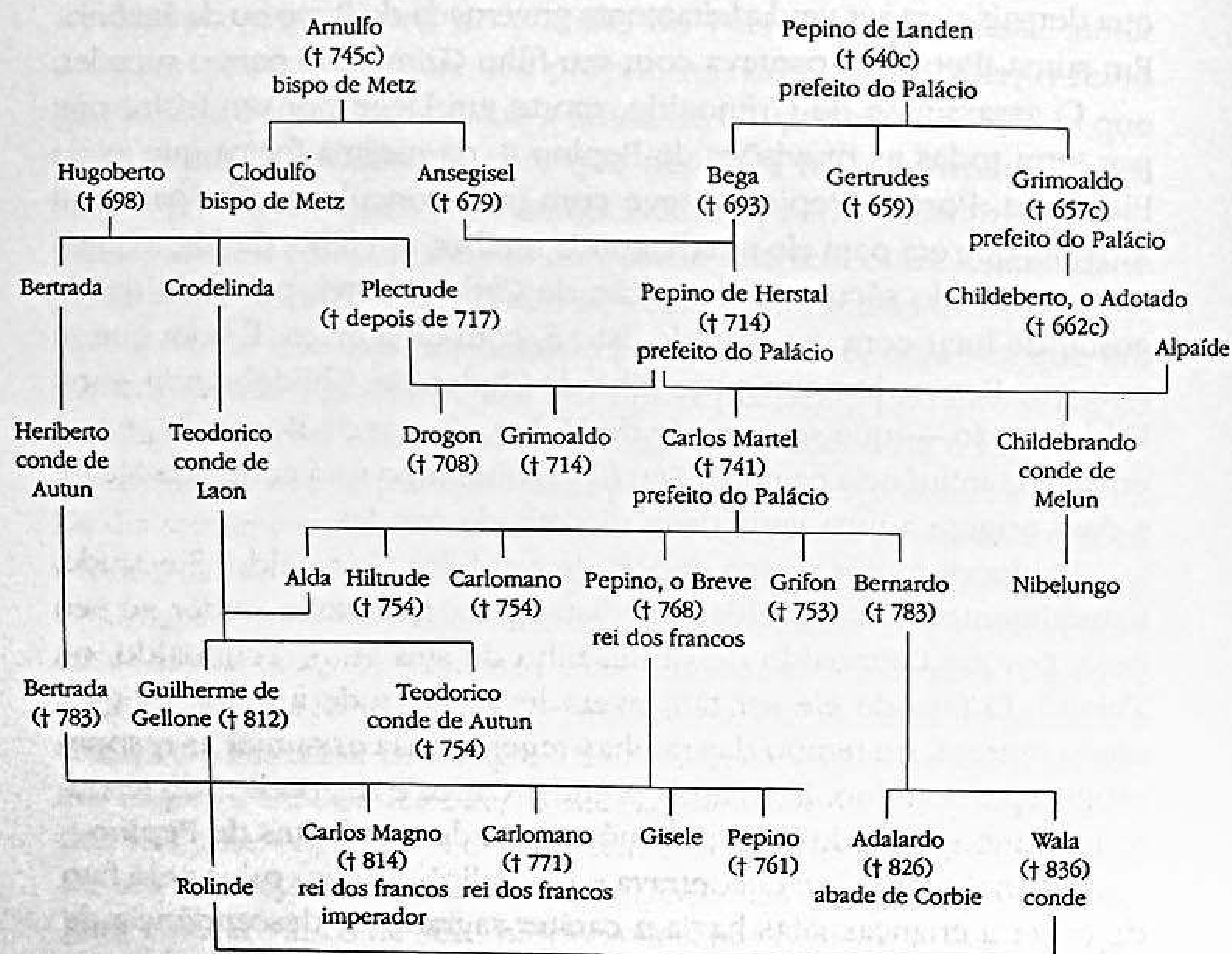
O assassinato de Grimoaldo, morto em Liège por um frísio, põe por terra todas as previsões de Pepino II, da mesma forma que as de Plectrude. Porque Pepino II teve com uma concubina, Chalpaíde ou Alpaíde, que era para ele uma segunda mulher, um filho, Carlos, a quem os cronistas do século IX chamarão de Carlos Martel, pelo fato de ele gostar de lutar com um martelo, isto é, com uma maça. É bom que se note que Pepino tem um outro filho de Chalpaíde: Childebrando — ou Hildebrando — que será conde de Melun, duque da Borgonha, e terá uma certa influência na corte. Seu filho Nibelungo será conde de Melun e dará origem a uma verdadeira dinastia de condes.

Pepino II morre pouco depois de seu filho Grimoaldo. Plectrude, naturalmente, toma medidas imediatas para garantir o poder ao seu neto, porque Grimoaldo deixa um filho de seis anos, Teudoaldo, ou Thiaud. O fato de ele ser tão jovem leva Plectrude a imaginar que, como outrora, no tempo das rainhas-regentes, ela assumirá as responsabilidades do reino. Ela manda prender Carlos e se apodera do tesouro real, incorporando-o ao patrimônio dos descendentes de Pepino.

A função real já se encontrava em condições muito ruins pelo fato de caber a crianças. Mas havia o caráter sagrado da descendência de Meroveu, que dificilmente era esquecido. Muito diferente era o caso do prefeito do Palácio: seu poder só se devia à sua capacidade de se impor e de governar no lugar de um rei que não o podia fazer. Um rei "que nada fazia" era concebível. Um prefeito de Palácio que não fizesse nada era inconcebível.

Os primeiros a protestar foram os neustrianos. Grimoaldo não teve tempo de ser prefeito do Palácio na Austrásia, mas o foi, até a morte, na Nêustria, como representante do poder austrasiano. Isso significa dizer que os grandes senhores da Nêustria pouco se preocupavam em ser governados, em nome do rei, por uma mulher originária da Austrásia,

A descendência de Pepino



no papel de regentes de um prefeito austrasiano por demais jovem. Eles escolheram um prefeito do Palácio na aristocracia da Nêustria, Rainfroi. Observe-se que a função de prefeito do Palácio agora está totalmente desvirtuada: aquele que devia ser o primeiro colaborador do rei é escolhido pela aristocracia, dentro da própria aristocracia, e isto sem consulta ao rei.

Rainfroi não tardou a invadir a Austrásia. Plectrude reagiu. Em 26 de setembro de 715, em Saint-Jean-de-Cuise, perto de Compiègne, o exército da Nêustria derrotava as tropas de Plectrude. A viúva de Pepino II teve que devolver aos vencedores uma parte do tesouro: a parte que os neustrianos acreditavam lhes caber do tesouro pertencente a um poder até então único.

Muito satisfeitos por terem enfraquecido o habitual inimigo, frísios e saxões deram seu apoio aos neustrianos. Nesse momento da história, a hegemonia austrasiana pacientemente construída pelos descendentes de Pepino ao longo de mais de um século parecia extinta.

De Carlos Martel a Pepino, o Breve

Foi a personalidade de Carlos Martel — nós o chamaremos assim, por uma questão de clareza, tantos serão os Carlos que figurarão nas próximas páginas — que reverteu essa situação em alguns meses. Primeiro, ele se evadiu. Em seguida, foi dar combate aos frísios, e sua derrota teve um efeito político muito positivo: Plectrude não se preocupava com os frísios, os neustrianos os tinham como aliados, Carlos os combatia. Os austrasianos apreciaram o gesto. A partir de então, consideraram-no como seu chefe. Ele se voltou então contra a Nêustria: em 716, em Amblève, nas Ardenas, e em 717, em Vinchy, próximo a Cambrai, infligiu ao exército neustriano do prefeito do Palácio Rainfroi duas duras derrotas. Retornando à Austrásia, ocupou Colônia e obrigou Plectrude a lhe entregar o que restava do tesouro. Faltava-lhe em seguida justificar seu papel de defensor do reino franco. Em 718, ele invadiu a Saxônia e chegou a Weser. Em 719, estava na Frísia e ocupava Utrecht. Em 14 de outubro de 719, em Néry, perto de Soissons, impôs uma última derrota aos exércitos dos neustrianos e dos aquitanos.

Foi então que o duque de Aquitânia, Eudes, entregou a Carlos Martel seu mais precioso refém: o merovíngio Chilperico II, rei nominal da Nêustria. Mantê-lo na prisão seria um erro, comparável ao que outrora fora cometido por Grimoaldo: Carlos soltou Chilperico,

e reconheceu-o como rei. Este teve que reconhecer Carlos Martel como prefeito do Palácio. Na verdade, nem teve que reconhecer isso. Ele o constatou.

Rainfroi não se submetera; sua morte em 731 pôs fim a um irredentismo que constituía apenas, no reino franco reunificado, um encrave do lado de Angers.

Era necessário que a autoridade do rei ou a do prefeito do Palácio se exercesse de forma efetiva sobre toda a antiga Gália. Eudes se pretendia sempre "príncipe" independente na Aquitânia, e os bascos da antiga Novumpopulânia escapavam, pelas duas vertentes dos Pirineus, a todo e qualquer domínio franco ou aquitano. Começava-se então a falar de um principado dos gascões, isto é, dos bascos. Dagoberto criara a situação, tratando o país gascão como uma marca*: na época em que recuperou a Aquitânia, que ele deveria tornar um reino para seu irmão Cariberto, nomeou um duque em Toulouse para governar a Aquitânia e colocou um outro à frente da Gasconha.

A Armórica, onde muitos príncipes bretões estendiam seu poder até Vilaine e ao baixo Loire, cada vez mais se afastava do reino franco, do qual, dois séculos antes, os predecessores desses príncipes se consideravam tributários. Na Borgonha — onde a população galo-romana permanecera em larga medida majoritária e pouco sofrera com o estabelecimento de burgúndios ou de francos, que na verdade nunca foram muito numerosos — o poder estava realmente nas mãos dos chefes locais, e até de bispos, cujo principal mérito parecia ser uma eficaz resistência passiva às tentativas feitas pelos francos para assimilar o país e integrá-lo ora à Austrásia, ora à Nêustria. Quanto à Provença, a unificação que, em 679, fazia esquecer uma divisão nascida das partilhas do reino entre os merovíngios, tinha na verdade garantido a independência de um "patrício" que esquecera que, em princípio, era apenas o representante do rei dos francos. Em suma, o reino praticamente não ia além, em termos de realidade política, dos antigos reinos da Nêustria e da Austrásia.

À parte isso, Carlos Martel é, na década de 730, senhor do reino franco, e as principais realizações desse austrasiano são aquelas que levam à expansão da fronteira para o leste. Depois da Frísia, cuja parte ocidental é, em sua totalidade, praticamente anexada, ele conquistou e extinguiu o ducado dos alamanos, depois assegurou seu protetorado sobre uma Baviera cuja cristianização já está bem avançada sob o

* Marca: província fronteiriça. (N.T.)

principado dos duques agilulfianos e à qual, sabiamente, concede uma grande autonomia.

Chilperico II morrera em 721. Sucedeu-lhe um primo distante, filho de Dagoberto III, a quem foi preciso buscar no monastério de Chelles, onde estava internado à força. Quando, em 737, esse Teodorico IV morreu, o fato passou praticamente despercebido. Esqueceram-se de substituí-lo. Carlos era, aos olhos de todos, o "príncipe" dos francos. Mais que um duque. Ele ainda era chamado de prefeito do Palácio, mas se atribuíra mais um título, o de "duque e príncipe dos francos", e esse título fazia que se furtasse à sujeição ao rei, implícita nos princípios da função de prefeito do Palácio.

Príncipe é mais que um título. É um conceito político. O *princeps* é o primeiro. É o chefe. Isso significa o mais alto grau do poder, não um poder de natureza diferente dos outros, como pode ser o de um rei. Isso porque, no topo da hierarquia, o príncipe já é um soberano e, dado que a hierarquia é desejada por Deus, ele é o intermediário político entre Deus e o Povo, em quem reside essa força fundamental que se chama "autoridade". Visto que a Roma imperial já utilizara o título, este adquiriu uma significação essencial: embora não seja, em si mesmo, o Estado, o príncipe é aquele que encarna o Estado. No tempo de Augusto havia apenas um príncipe, o imperador. Quando se multiplicavam no Império os reinos bárbaros, distinguiam-se os reis que eram apenas reis, meros chefes de tribos, e os reis que o Império considerava como príncipes, derivando daí uma nova autoridade, baseada nesse reconhecimento pelo imperador. O rei bárbaro só era rei de seu povo. O príncipe e rei o era de todos os povos em toda a extensão de seu principado, inclusive romanos.

Carlos foi prudente o bastante para não reiterar logo a história de Grimoaldo: o título real, a seus olhos, já não significava nada. Ele não parece ter pensado em usurpá-lo. Isso lhe teria sido inútil e perigoso. À sua morte, em 22 de outubro de 741, ninguém imaginou que o poder pudesse escapar a seus três filhos: de um lado, Carlomano I e Pepino III, os dois filhos de uma primeira esposa, uma franca chamada Crodtrude; de outro, seu meio-irmão Grifon, nascido de um novo casamento ou talvez de um simples concubinato com a princesa bávara Swanhilde. "Tudo se fez como se essa função fosse hereditária", observará mais tarde Eginhardo, falando do cargo de prefeito do Palácio. Mas ainda seria preciso partilhá-lo.

Aquilo que tinha sido previsto por Carlos Martel devia muito pouco à antiga geografia dos reinos francos. Depois de ter desejado deixar a

Nêustria ao seu filho caçula Pepino, Carlos tinha com efeito cedido aos protestos de Swanhilde e previsto para Grifon um ducado da Champanha completamente arbitrário, composto de uma parte da Austrásia, com Laon e Reims; de um pedaço da Nêustria, com Soissons, Meaux, Paris e Orléans, e de uma pequena parte da Borgonha, com Troyes, Sens e Orléans. Aqui, a ruptura com o passado e com as estruturas do espaço político merovíngio é deliberada, da mesma forma que a vantagem reservada ao primogênito, Carlomano, que ficou com o essencial da Nêustria e o norte da Austrásia. Pepino tinha uma pequena parte da Nêustria, com Chartres, e a maior parte da Austrásia e da Borgonha.

Logo que lhe morreu o pai, Grifon tomou posse de Laon. Carlomano achou que não devia esperar que este assumisse efetivamente o poder em seu ducado: Carlomano e Pepino atacaram seu meio-irmão e o encarceraram. Depois Carlomano propôs a Pepino uma nova partilha. A esse Pepino III, que era chamado de o Breve — o Baixo —, caberia a parte da Nêustria situada ao sul do médio Sena e a Borgonha, com (teoricamente) o protetorado do ducado da Aquitânia. Carlomano ficava com a Nêustria do mar do Norte no baixo Loire, com a Austrásia, a Alemânia, a Turíngia, com um protetorado incerto sobre a Baviera. Um deveria ter uma frente voltada para o sul, o outro para o leste. Um tinha seus territórios dominados precariamente: a Aquitânia, à qual Carlos Martel havia imposto um vago protetorado, só de forma implícita estava compreendida na parte de Pepino. O outro era dono dos seus: a Baviera e a Alemânia. É verdade que Carlos Martel fizera vigorosas campanhas nessas regiões, e a Aquitânia não podia esquecer que em Poitiers, em 732, ele afastara a terrível ameaça de um domínio árabe. Mas Carlos já não existia, e seus filhos ainda tinham que garantir o próprio poder. Havia seis anos o trono estava vacante. Em 743, achou-se conveniente restabelecer uma aparência de legitimidade adotando como rei um filho de Chilperico II, o merovíngio Childerico III. O novo rei já era adulto, e poderia reivindicar um papel, mas teve a sabedoria de se abster disso. Ele haveria de reinar durante nove anos.

Até a morte de Carlos Martel, ainda se poderiam definir em termos antigos os reinos confiados a seus filhos, reinos ainda merovíngios na tradição das partilhas do século VI e VII. A partilha feita por seus filhos, depois de terem afastado Grifon, nada tem a ver com esses reinos. A fronteira leva em conta realidades novas, nascidas da expansão do reino franco: Pepino, o Breve, e Carlomano têm cada um uma parte da Nêustria, mas a Austrásia também se vê dividida, cabendo a Pepino as regiões outrora francas e a Carlomano as áreas germânicas recém-

submetidas e o resto da Austrásia. Assim se constitui um reino de Frância em que as origens começam a ser esquecidas. A verdadeira fronteira agora é o Reno. A Igreja consagra o arranjo: agora há um arcebispo na Germânia e um outro na Frância.

Carlomano era um homem religioso. Em 747, depois de mandar massacrar os chefes dos alamanos que chamara para uma negociação, ficou com remorsos. Ele foi ao papa, passou algum tempo na abadia fundada nessa ocasião no monte Soratte, a norte de Roma, depois se recolheu em Monte Cassino. O retiro de Carlomano fazia de Pepino o único príncipe dos francos. Ele era o único senhor de um reino franco unificado e começou a sonhar em se fazer seu rei.

Nesse meio tempo ele pensou em Grifon. O filho de Carlos e de uma princesa bávara poderia ser útil na Baviera. Pepino o libertou. Grifon aproveitou a oportunidade para tentar conseguir para si um principado bávaro. Pepino o chamaria à razão concedendo-lhe, em 748, um ducado do Mans saído do ducado fronteiriço constituído pelos merovíngios no fim do século VI. O ducado compreendia a cidade de Mans e doze condados que podem muito bem ter representado o essencial da parte da antiga Nêustria situada ao sul do Sena, de Chartres a Angers e de Coutances a Orléans. Não era algo insignificante, mas outrora Grifon contara com um terço do reino franco. Sentiu-se lesado e se pôs a olhar para os lados da Aquitânia.

Não faltava gente insatisfeita que podia servir às ambições de Grifon. A sagração de Pepino como rei, em 751, abriu-lhes novos horizontes. Havia pelo menos a Aquitânia, a Bretanha, a Baviera e a Saxônia. Carlomano, que se tinha afastado, e o despojado Grifon, perceberam que poderiam eventualmente assumir a chefia de uma aristocracia rebelde e, de forma mais geral, de todos os poderes ameaçados pelas ambições do novo rei franco. Como sua tentativa na Baviera fracassara, Grifon olhou para o outro lado. Ele se uniu ao duque Waifre, que levantava sua Aquitânia contra a tutela de Pepino e que conseguiu para ele a aliança dos bretões. Vencido e tendo perdido, no episódio, seu ducado de Mans, Grifon foi para a Itália a fim de levar ajuda ao rei dos lombardos, ameaçado pela aliança do papa com o rei franco. Lá, em 753, Grifon foi novamente capturado pelos partidários de Pepino e morreu encarcerado. O ducado de Mans logo haveria de ter um novo titular: o filho mais velho do rei Pepino. Ele se chama Carlos. Haverão de chamá-lo Carlos Magno.

Ainda que Eginhardo doure a pílula mostrando-nos um Carlomano, no monte Soratte, fatigado das incessantes visitas dos grandes do reino

franco, que vinham ver "seu antigo senhor" por ocasião das peregrinações a Roma, é certo que Carlomano se entediava no Monte Cassino. Em 754, ele se pôs a serviço do rei lombardo Astolfo, atravessou os Alpes e assumiu a chefia dos insatisfeitos. Pepino prendeu-o e mandou-o de volta à vida monástica, mas dessa vez num monastério mais bem controlado, em Vienne. Carlomano lá morreu, no ano seguinte. Eginhardo falsearia a história, fazendo-o morrer em seu retiro em Monte Cassino.

PEPINO, O BREVE, SE TORNA REI

Em 751, portanto, Pepino se faz rei. O processo se dá em dois tempos, e nos dois casos graças ao papa. À consulta feita, o papa Zacarias dá a resposta que se esperava. É mais conveniente que o título real esteja com aquele que detém o poder. Só assim, as coisas podem ficar bem arranjadas. Já Gregório III qualificava Carlos Martel de *subregulus*, que corresponde mais ou menos a "vice-rei".

Pepino acaba de desarmar muitas oposições, de resistir a muitos descontentamentos. Mas seu poder, como o de Carlos Martel, só se baseia na energia política e na força militar. Bastaria que um partido legitimista entrasse num acordo com Childerico III para que o "príncipe" Pepino se encontrasse em sérias dificuldades. Uma legitimidade incontestável seria bem-vinda, e uma legitimidade sancionada pela Igreja dificilmente poderia ser contestada. É verdade que um concílio de bispos francos exprimiria o sentimento da Igreja, mas nesse caso seria apenas a Igreja submetida ao príncipe, e nada impediria que um concorrente, por sua vez, também reunisse um concílio. Quando trinta bispos formam um concílio, trinta outros podem fazer um segundo. É necessário, pois, apelar para uma única autoridade que transcende as divisões políticas: a do papa, que de certo modo foi esquecida na Gália dos merovíngios.

Com efeito, só o papa pode invocar a ordem do mundo, isto é, a construção social e política desejada por Deus e definida por Santo Agostinho. "Para que a ordem do mundo não seja perturbada" — aqui não se trata da ordem pública. É clara a alusão à ordem divina: cada um em seu lugar. Deve ser rei aquele que reina. Ninguém ousou pensar que "a ordem do mundo" não seria perturbada caso a proposição fosse invertida e caso se visse reinar aquele que é rei. Será preciso mostrar que, se o merovíngio não reina, não é de modo algum porque

seu prefeito do Palácio o impede. O caráter histórico da incapacidade dos merovíngios de assumir a função real torna-se aqui um argumento essencial.

A pergunta feita a Zacarias vem, com efeito, de Pepino, mas também de seu círculo de clérigos, principalmente os de Saint-Denis, onde já se dispõe de uma biblioteca que melhorou em meio século e onde se encontram ao mesmo tempo Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Foi aí que se decidiu macular a imagem dos reis merovíngios em seu conjunto. Já no tempo de Carlos Martel, prepara-se o horrível quadro dos reis indolentes. Descrevem-se em termos duros a leviandade, a incompetência, a preguiça dos descendentes de Clóvis. Surgem imagens que haveriam de se perpetuar: a de um rei capaz apenas de presidir a assembléia e recitar discursos que lhe sopram, a de um rei circulando num carro de bois, a de um rei que não reina. Como tantos outros antes dele, o historiógrafo de Carlos Magno, Eginhardo, diverte-se muito com essa descrição, esquecido de que aquilo fazia parte do ritual de um povo franco de origem pastoril, para o qual o boi é símbolo de riqueza, esquecido também de que, à época, a promoção social relacionada ao uso do cavalo era ainda muito recente. Tudo era motivo para ridicularizar o merovíngio.

> Para onde quer que fosse, ia num carro puxado por bois sob o jugo e conduzido à maneira rústica por um boieiro.

A caricatura se desenvolverá rapidamente. Acrescentando ao texto inicial da *Chronographia* de Teófanes, o Confessor, o monge Anastácio, que traduziu a obra para o latim, repete o que se conta em Bizâncio na década de 870 e completa a imagem dos reis que apenas comem e bebem descomedidamente com uma alusão à longa cabeleira, que de fato era uma das características dos descendentes de Meroveu.

> Os descendentes dessa raça eram chamados com razão de "cabeludos", em grego *tricorakatoi*, porque tinham pêlos ao longo de toda a espinha dorsal, da mesma forma que os porcos.

A longa cabeleira não é invenção, o que mostra que o monge procurou se informar. Tudo o mais mostra como sua informação é tendenciosa.

Depois do retrato, vem o papel que desempenham. Os bajuladores dos primeiros carolíngios terão o cuidado de evitar a lembrança das

numerosas campanhas militares chefiadas pessoalmente pelos reis merovíngios. Para a posteridade, o exercício da realeza pela dinastia anterior se caracterizará pela incapacidade congênita.

É verdade que os muitos casos de reis de menor idade corroboram a idéia de que eram incapazes de assumir realmente sua função. Mas não é menos verdade que os grandes senhores, e em primeiro lugar os prefeitos do Palácio, ficavam bastante satisfeitos com a situação, para a qual muitas vezes contribuíram. O assassinato de Childerico II, em 675, e o de Dagoberto II, em 679, se deve apenas ao fato de que eles próprios queriam governar.

Ao mesmo tempo em que se ensombra o quadro moral e político da realeza merovíngia, cultiva-se a reputação de santidade de um dos ancestrais do príncipe dos francos, o bispo de Metz, Arnulfo. Um velho hábito historiográfico faz com que consideremos os carolíngios como descendentes da prole de Pepino. Para seus contemporâneos, Pepino de Herstal é neto, pela linhagem paterna, de Santo Arnulfo, e de Pepino de Landen, pela linhagem materna. No tempo de Pepino, o Breve, é a sucessão dos Pepino que ocupa os espíritos, mas a reputação de Arnulfo não é negligenciada, e ela não tem equivalente entre os merovíngios. Portanto, a consulta que se faz ao papa Zacarias é o lado prático de uma propaganda há muito preparada no reino, desde Pepino de Landen.

Um *rex* deve, como o escreveu muito claramente Isidoro de Sevilha, ser aquele que governa *recte*, "de forma reta". Não se é rei caso não se governe bem. Apelar para o papa é um procedimento já utilizado para alimentar o trabalho dos concílios francos: já em 747 Pepino consultava o mesmo papa Zacarias sobre diversos pontos de doutrina e sobretudo de disciplina eclesiástica. A essa época, não se temia entrar em pormenores: como no caso do toucinho, cujo consumo antes da Páscoa o papa só autoriza "quando tiver sido secado na fumaça ou cozido ao fogo". Não é de surpreender que o consultem sobre a natureza do poder real. E a depreciação da imagem do merovíngio também está implícita na questão, pois há uma referência velada a este na resposta de Zacarias: "aquele que exerce o poder e não aquele que não o detém."

Aqui se impõe uma observação importante: o que se pede ao papa é um parecer, não uma investidura. Zacarias sabe muito bem que não tem direito de conferir a realeza. Em direito franco, é o povo que faz o rei. Em direito romano, é o imperador. Clóvis tirara partido das duas fontes de legitimidade. Pepino não poderia invocar uma terceira. É sabido que a própria eleição do papa está sujeita à sanção do

imperador e que o papa data os seus atos com base nos anos de reinado do imperador. Se Zacarias indica um rei, escarnece da "autoridade" que só cabe ao imperador de Bizâncio. Assim, os enviados de Pepino, de forma bastante hábil, colocaram a questão em termos gerais, quase filosóficos. Eles consultaram o papa sobre a normalidade de uma situação de fato. Não menos prudente que os conselheiros de Pepino, Zacarias tem o cuidado de não inferir as conseqüências de seu parecer. Não há dúvida, porém, de que ele sabia do que estavam falando.

Mal a resposta foi trazida — com precisões verbais que o relato oficial não reflete — pelo bispo e pelo abade, Pepino se faz eleger, em março de 751, numa assembléia realizada em Soissons, por seus partidários. Ei-lo rei dos francos. Ele pode se valer de um aforismo pontifical, não de uma escolha feita pelo papa. Resta, pois, sacramentar a mudança de dinastia, isto é, tirar proveito desse assentimento do papa. Só aí, e apenas aí, intervém, de maneira ostensiva e duradoura, a Igreja. Não há dúvida de que os grandes senhores foram informados da resposta do pontífice. Ela é apenas um parecer, mas não se pode ter certeza de que a cultura dos grandes senhores reunidos em Soissons lhes permita perceber a nuança, graças à qual os conselheiros do príncipe dos francos obtiveram uma resposta de Zacarias. É preciso ir mais longe. Farão com que o papa diga o que não disse, mas que com toda certeza pensou.

Profundamente marcados pelos costumes que vinham sendo importados havia séculos pelas populações germânicas, os homens do século VIII estão convencidos do valor do gesto. Sensíveis às atitudes, os romanos se satisfaziam com a ordem verbal e com o ato escrito. O mundo franco tomou o hábito do gesto significativo, do gesto que cria o compromisso. A civilização medieval guardará daí toda uma gama de gestos: eles irão desde a entrega de um torrão por aquele que vende um terreno até a homenagem feita pelo vassalo ajoelhado colocando suas mãos sobre as do senhor; do sinal da Cruz, que assume nesse mesmo século VIII sua importância na liturgia e na devoção, à mão colocada sobre os Evangelhos ou sobre as relíquias por aquele que jura. O rei franco, nos primeiros tempos, ficava de pé sobre um escudo, que era levantado, investindo-se assim de poderes de soberano. Era necessário, em 751, encontrar outra coisa, algo que fosse um gesto vigoroso.

Em novembro, em Saint-Denis, os bispos do reino procederam a esse ato litúrgico até então ignorado no reino franco: a unção real. Sem dúvida, o arcebispo Bonifácio estava entre esses bispos. Bonifácio

é então o mais proeminente dos bispos do reino franco. É provável que ele próprio tenha vertido os santos óleos. Os grandes só têm que aplaudir, mas eles não deixam de se fazer presentes: preservar-se-á a ficção do rei reconhecido, porque o merovíngio, embora fosse escolhido na família, devia ser reconhecido pelos grandes senhores, como seus predecessores também o eram, quando subiam no escudo e nele eram erguidos, para serem investidos dos poderes de soberano. Quanto ao papa, ele evitará protestar contra a usurpação e contra o gesto temerário dos prelados, que não tinham nenhuma autoridade para perturbar a ordem política estabelecida em 508 pelo imperador bizantino. Aparentemente, ele nada tinha a ver com a história. O gesto dos bispos vai além do propósito pontifical, mas não do seu pensamento.

É preciso encontrar uma função para o último dos merovíngios: Childerico III é enviado ao monastério, em Saint-Bertin, próximo a Saint-Omer. Tonsuram-no, o que o torna um clérigo: ele não pode mais reivindicar o trono. Childerico III viria a morrer quatro anos depois sem que ninguém se lembrasse de falar nele. Na verdade, ele nada chegou a empreender. Quanto a seu filho Teodorico, tornam-no monge em Fontenelle (Saint-Wandrille). Esses merovíngios podiam dar graças a Deus por não terem sido, como acontecia em sua família, simplesmente degolados.

O segundo tempo também envolve a participação do papado, mas desta vez é o papa, pessoalmente, que oficia, e o faz com perfeito conhecimento de causa. É verdade que Estêvão II está na posição de quem pede: sendo o primeiro papa a atravessar os Alpes, ele veio solicitar ao rei dos francos proteção contra os lombardos, proteção que o papado não recebe mais de seu defensor natural, o imperador bizantino, porque este se esquiva. Constantino V deve seu apelido de Coprônimo, "que tem nome de excremento", ao desprezo de seu povo, indiferente a suas qualidades políticas mas abalado por sua política iconoclasta. Ele já não dispõe de meios para se lançar em uma campanha na Itália. O papa sabe que precisa levar em conta, na própria Roma, um forte partido lombardo, mas esgotou todas as possibilidades de negociação com Astolfo depois do envio de duas embaixadas. Dado que este se mostra desejoso não de um acordo mas de uma anexação pura e simples do ducado de Roma, o papa só encontrou um aliado possível, aquele que deve sua realeza a um parecer pontifical. Depois de ter implorado a proteção divina com procissões solenes, o papa atravessa os Alpes.

Entre aqueles que o acompanham, há um personagem que chama a atenção: o bispo de Óstia, um bizantino chamado Georges. Pepino consegue autorização do papa para que este fique, e durante trinta anos Georges seria bispo de Amiens. Quando sabemos que dificuldades causaram a longa ausência do bispo de Óstia até sua transferência — o que então era excepcional — para uma diocese do reino franco e que concessões Carlos Magno teve que fazer para conseguir trazer Georges de volta à Gália, depois de ter este voltado a Roma por ocasião do concílio de 769, podemos ter uma idéia da importância do personagem e do valor que atribuíam aos seus pareceres. Ele será então um diplomata apreciado, e Carlos não se enganou quando o enviou em embaixada ao papa em 773. E, o que é mais importante, Georges terá um papel discreto mas eficaz nos albores do Renascimento Carolíngio.

Foi em Pontião que Estêvão II encontrou-se com o rei Pepino, no grande domínio real próximo a Vitry-le-François e não muito longe de Reims, onde se convocou sem resistência a assembléia geral dos fiéis. O rei se desdobra em gentilezas. O bispo de Metz, Chrodegang — que referendara Carlos Martel e se tornara um dos líderes do episcopado franco —, e o duque Audgar foram enviados previamente ao encontro do papa na Itália. Estêvão II é recebido na saída dos Alpes pelo abade Fulrad, descansa por algumas semanas na abadia Romainmôtier, no Jura, depois vai a Champanha, onde o espera o príncipe Carlos, o futuro Carlos Magno. Nas proximidades de Pontião, em 6 de janeiro de 754, o rei Pepino foi ao encontro do papa, e levou pessoalmente o cavalo de Estêvão II pelas rédeas, repetindo deliberadamente o gesto legendário de Constantino para com Silvestre I. Depois dos primeiros entendimentos, e de um acordo rapidamente concluído em 7 de janeiro, o papa e o rei deixam Pontião. Viajando juntos, chegam à abadia de Saint-Denis, onde o papa passará o inverno. É bom que se note que o ato final não se dará em Reims, que não obstante fica próximo a Pontião. Alguns carolíngios serão sagrados em Reims, outros em diferentes lugares. No século XII, os capetíngios procurarão reforçar sua legitimidade ligando sua dinastia à de Clóvis, e a cidade em que este foi batizado se tornará obrigatoriamente a cidade da sagração, com a única exceção de Luís VI, ungido em Orléans por questão de conveniência. Em 754, a sagração ainda não é feita lá.

Nesse momento, isto é, em 754, Pepino não invoca a tradição merovíngia. Ele procura tomar distância dela. Em compensação, é fiel a essa abadia de Saint-Denis que sua família já cumulara de benfeitorias e a cujos monges ele deve em grande medida sua formação, assim como a de seu irmão Carlomano, fiel àquela igreja abacial onde já

recebera a unção de 751. Os historiadores carolíngios, e principalmente, em Saint-Denis, o autor de um *Livro da história dos francos*, não deixarão de prosseguir na negação da herança merovíngia, atribuindo à primeira dinastia real a sólida reputação de incapacidade expressa pela imagem dos "reis indolentes." Oitenta anos depois, escrevendo sua *Vida de Carlos Magno*, Eginhardo utilizará os panfletos redigidos por volta de 750 para denegrir os merovíngios.

> A família dos merovíngios, na qual os francos costumavam escolher seus reis... há muito tempo perdera todo vigor e só se distinguia pelo título vão de rei.

Instigado, talvez, por Fulrad ou Bonifácio, Pepino, o Breve, prepara a propaganda auxiliado pelos clérigos, isto é, os intelectuais, que vão se transformar em teóricos do poder real. Cumpre insistir neste ponto: Pepino recebeu uma educação que faria dele um rei, mas um rei de um novo tipo, mais inspirado no exemplo anglo-saxão do que nos costumes francos: ele foi educado em Saint-Denis, não por um preceptor leigo, como o eram as crianças da família merovíngia. E Fulrad é abade de Saint-Denis.

A UNÇÃO

A unção basta para dar ao novo rei uma legitimidade que o merovíngio não tinha. À origem divina — divina mas pagã — da família dos reis, sucede a origem divina — mas cristã — de uma realeza quase sacerdotal: a sanção da Igreja substitui o direito de sangue.

Este precisa ser reafirmado, em proveito da nova dinastia. Os descendentes de Pepino só se sucederam *de facto* por seu poder econômico, por sua força política, e às vezes pela força das armas. Para garantir a transmissão da dignidade real, não há então outro meio senão adiantar a sucessão. Em Saint-Denis, repetindo o gesto de Bonifácio, Estêvão II procede, em 28 de julho de 754, a uma nova unção. Mas esta não é simples renovação: o papa sagra ao mesmo tempo Pepino e seus dois filhos, Carlos e Carlomano, a quem chamaremos de Carlomano II, para evitar confundi-lo com seu tio. Carlos tem doze anos. Carlomano, três. Os textos não deixam claro se a rainha Berta foi sagrada na ocasião, isto é, se recebeu os santos óleos, como o farão posteriormente as rainhas da França, ou se, como o deixam entrever

os relatos menos suspeitos de pretender diminuir o alcance do gesto, apenas recebeu a bênção do papa, da mesma forma como a recebem "os príncipes dos francos", isto é, os grandes senhores do círculo real.

Essa tripla sagração, que precede a eleição por assembléia dos dois jovens reis, não deve espantar os contemporâneos. A ambigüidade do título real quase sempre serviu para garantir a sucessão: já rei no reino, o filho do rei desaparecido estava em condições de se fazer reconhecer como sucessor de seu pai.

E o papa está em condições de lançar, por antecipação, o anátema e a ameaça de interdito contra quem quer que ambicione o reino franco fora da descendência de Pepino. Até então, os usurpadores só corriam o risco de morrer ou de ir para um convento. A partir de agora correm o risco de ser excluídos da Igreja, e portanto de perder a salvação eterna.

O papa não pode ignorar que, abandonando a prudência verbal de Zacarias, acaba de declarar guerra ao imperador. O que Zacarias não fizera, Estêvão II o faz: ele criou um rei, na verdade já eleito e ungido. Mas Estêvão não tem alternativa. Zacarias não estava em perigo. Estêvão vê o poder pontifical ameaçado, e já não conta com a proteção do Império. Invertendo a fórmula de Zacarias, Estêvão concluiu claramente que a Igreja era devedora daquele que exercia o poder, e não daquele — no caso, o imperador — que não o exercia. Zacarias só proferira uma sentença. Estêvão validara sua aplicação.

Esse gesto que é a sagração — de grande alcance religioso, ao passo que a coroação é apenas um gesto leigo, mesmo quando cabe ao papa colocar a coroa sobre a cabeça do imperador — não foi improvisado. O empréstimo tomado ao Antigo Testamento é essencial porque integra Pepino a uma dinastia de mais alto valor que a dos descendentes de Clóvis. A unção recebida de Samuel por Saul (1 Samuel 10,1 e 24,7), de Davi por Samuel (1 Samuel 15,13), dos sacerdotes por Salomão (1 Reis 1,38), de Eliseu por Jeú (2 Reis 9,6) e dos sacerdotes por Joás (2 Reis, 11,12) fez deles os "ungidos de Jeová" e os reis de Israel. Mais que isso, quando Elias recebe de Deus a ordem de ungir três cabeças, é para fazer um rei de Israel, um rei da Síria e... um profeta, Eliseu (1 Reis, 19,16).

Mas adotam-se também tradições de um país onde se preservou por mais tempo e com mais pureza a cultura da Antigüidade clássica e cristã, a Espanha. Pelo menos a partir de Wamba, em 672, ou então a partir de Recaredo, em 589, o rei era sagrado com uma unção. Com certeza, um exemplo como esse não tinha caído no esquecimento quarenta anos depois do desaparecimento da monarquia visigótica. Não há dúvida de que, em Saint-Denis, nos anos que precederam a

cerimônia de 751, fizeram-se algumas pesquisas na Escritura e se analisaram os precedentes históricos.

Em algumas ocasiões invocou-se o caso da monarquia anglo-saxônica. Na verdade, a primeira sagração de que se tem certeza na Inglaterra foi a do jovem Egfrido, em 787, associado em Mércia ao reino de seu pai, o rei Offa, vindo a sucedê-lo em 796. Naquela data, ainda que o ritual lembre o exemplo de Aarão, "santificado como rei pelos santos óleos", é antes o exemplo franco que pode ter sido seguido pelos anglo-saxões, e se mantém mesmo na Inglaterra contemporânea. Mas não se pode esquecer que os bispos insulares recebem, no século VIII, uma unção que só mais tarde será introduzida no ritual romano, e em todo o continente. Não se pode descartar a hipótese da existência de um paralelismo entre a nova vocação do rei e a do episcopado. É possível, pois, que o anglo-saxão Bonifácio, entre outros iniciadores da sagração de Pepino, tivesse na memória, juntamente com os precedentes bíblicos, a sagração dos bispos de seu país.

Embora o novo gesto não tenha sido inventado, ele foi deliberadamente escolhido: é o signo da realeza desejada por Deus. É verdade que os clérigos e fiéis conheciam bem a prática da unção, conteúdo e rito secundários do batismo, em que o essencial é a aspersão com água. Mas a tradição litúrgica não faz dele um gesto sacramental essencial. Enquanto em Roma se continua a ignorar a unção sacerdotal, alguns bispos acabam de inventá-la na Gália. Primeiro em Poitiers, por volta de 720, depois em outros lugares, o novo sacerdote é ungido em sua ordenação. Mas o rito constitutivo da ordenação é a imposição das mãos. O sacerdócio é transmitido pela imposição das mãos, acompanhada da fórmula "Recebe o Espírito Santo". Por volta de 750, quando se concebe a unção real, alguns sacerdotes já tinham recebido a unção, mas nenhum bispo. A sagração do bispo só será introduzida na Gália no século IX, e especialmente depois de 830. Ainda na década de 850, o papa opõe-se a que esse rito seja acrescentado à ordenação de sacerdotes e bispos. Portanto, é só mais tarde que, do batismo do simples cristão à ordenação do sacerdote e à consagração do bispo na plenitude do sacerdócio, a unção surgirá como o símbolo da intervenção divina. O rei se tornará então uma pessoa "sagrada". Por enquanto, os atores do rito de 751 e de 754 reportam-se mais ao Antigo Testamento e à realeza bíblica do que a um paralelismo com o sacerdócio.

Chamemos a atenção para um pormenor: o novo rei dos francos recebe a unção com a cabeça descoberta. Nenhuma coroa distingue ainda o rei. O diadema imperial virá mais tarde, por imitação de Bizâncio,

que coroa seus imperadores, mas ignora a unção da sagração. Por enquanto, o rei carolíngio ainda não tem coroa: como também não a tinham os merovíngios. As conseqüências serão consideráveis: quando o rito da coroação se impuser, a unção da sagração precederá a coroação. Ungir a fronte do rei coroado seria fazer da unção um desdobramento da elevação à realeza. Portanto, não é um rei que a Igreja unge, é um cristão escolhido por Deus. A realeza, que mais tarde será simbolizada pela coroa, é uma conseqüência da vontade de Deus, por intermédio do bispo. Saul já fora ungido antes de ser designado para rei por sorteio. No entender de Bonifácio e dos bispos, é a Igreja que faz o rei, não o povo franco. O rei logo passará a guardar, do rito, apenas uma coisa: seu poder vem de Deus, não dos homens.

Diante dessa inovação, a desaprovação só poderia vir de Bizâncio, que apenas em 1295 adotará o rito ocidental da unção real, com Miguel IX Paleólogo, ainda que Constantinopla tenha tido uma amostra dele em 1204, com o imperador latino Balduíno I. Na Bizâncio do século VIII, a unção é apenas um rito secundário do batismo. Não sabemos como Bizâncio reagiu às sagrações de 751 e de 754. Certamente ficou indiferente a essa esquisitice de um príncipe bárbaro. O mesmo não acontecerá depois de 800, quando se verá com outros olhos o apogeu de Carlos Magno. Também a unção "da cabeça aos pés" relatada pelo monge Teófanes, o Confessor, em sua *Chronographia*, em uma breve alusão à coroação imperial é, mais que uma invenção irônica, resultado de uma confusão: foi Carlos, o Moço, que, naquele dia, recebeu a unção real. Em Bizâncio, ainda não se compreendeu bem a nova hierarquia das liturgias francas.

Empréstimos tomados à tradição merovíngia são, todavia, evidentes para os contemporâneos. Por um lado, o título de rei dos francos ajusta bem com o título, de grande significação no momento de uma construção política, de "patrício dos romanos". Clóvis ficou muito satisfeito com seu título de cônsul diante de seus súditos galo-romanos. Mas o título era conferido a Clóvis pelo imperador. O de patrício, que contudo é de origem bizantina, é conferido a Pepino e a seus filhos pelo papa, o qual certamente leva alguma vantagem em arrogar a si as prerrogativas do imperador. Ele não está menos interessado em fazer do novo rei franco o defensor oficial de Roma.

Outro empréstimo tomado à prática merovíngia é a ambigüidade da dignidade real e do reino: como nos tempos passados, há um único reino dos francos, e três reis francos no reino. Um dia será preciso encontrar-lhes reinos dentro do próprio reino.

Enfim, a escolha de Saint-Denis não é por acaso. Carlos Martel ordenara a execução de obras, as primeiras de certa importância desde Dagoberto, e decidiu se fazer sepultar ao lado de seu pai, Pepino de Herstal. É verdade que já se encontra na igreja abacial de Saint-Denis, além do túmulo da rainha Aregunda, a segunda esposa de Clotário I, os de dois merovíngios, Dagoberto — sepultado com a rainha Nantilde — e seu filho Clóvis II. Mas, havia um século, Saint-Denis perdera as boas graças dos reis, os quais preferiam ser sepultados em Saint-Vincent (Saint-Germain-des-Près), e mesmo em Choisy-au-Bac, em Soissons, em Metz, em Stenay, em Arras, em Chelles ou em Autun. Para a unção, toma-se distância, pois, do batismo de Clóvis, mas não se despreza o túmulo de Dagoberto. O equilíbrio entre continuidade e ruptura é bastante sutil.

Adiantemos: em 768, Pepino se faz transportar do vale do Loire a Saint-Denis para lá morrer. Como ordenara, lá o enterram na entrada da basílica. Pediu aos seus filhos que reconstruíssem a igreja abacial de forma mais imponente do que o fizera Dagoberto: ela terá cem colunas, portas ornamentadas com ouro, prata e marfim. A obra ficará pronta em sete anos. E Carlos Magno protegerá dos passantes a lápide de seu pai, construindo na fachada ocidental uma pequena abside poligonal.

A escolha de Saint-Denis para a sagração de 754 não foi fruto do acaso. Muito menos o será a escolha da sepultura: depois das grandes investidas do reino franco contra o leste germânico, Pepino reordena sua realeza e pacifica a Nêustria. Seria necessária uma nova expansão do império para o leste e a emergência de Aix-la-Chapelle para que Carlos Magno — que determinou em 769 que o enterrassem em Saint-Denis e que para lá transferissem, quinze anos depois, o corpo de sua mãe, Berta — tivesse finalmente, em 814, sua sepultura em Aix.

O que ganha Pepino com seu título real? Em primeiro lugar, a consolidação de um poder já antigo — é a quarta geração —, mas sempre frágil. Os últimos conflitos sucessórios assistiram à disputa, não mais dos descendentes de Clóvis pela realeza, mas dos descendentes de Pepino pela prefeitura do Palácio. Nada os garantia contra o surgimento de novas ambições. A Nêustria podia novamente levantar a cabeça. A eleição, assim como a sagração, tem lugar na Nêustria, não nas terras austrasianas onde a nova dinastia tem seus laços mais profundos.

Ele ganha também uma maior legibilidade da hierarquia política criada pelos protetorados resultantes da conquista sobre os príncipes

territoriais, na verdade sobre os duques que, como se verá tanto na Aquitânia como na Baviera, se dobram diante da força, mas julgam inaceitável o reconhecimento de qualquer superioridade do príncipe dos francos. A situação será muito diferente se este for rei. Como veremos mais adiante, apesar de estar empenhado numa intensa ação diplomática e militar na Itália, não é indiferente a Pepino, príncipe dos francos — ou àqueles que, como Fulrad, começam a forjar uma nova ideologia política —, ser um rei, e um rei sagrado, em face de um rei dos lombardos que é apenas coroado.

Será que Pepino tem consciência, naquele momento, do alcance da mudança representada pela aliança com a Igreja? Certamente não. Que tenha uma vaga idéia disso, é muito provável. Os bispos e os abades, até então, foram para o rei merovíngio e para os prefeitos de Palácio apenas líderes da aristocracia, aliados ou adversários circunstanciais, da mesma forma como o eram os grandes senhores do mundo leigo. A Igreja enquanto tal não constituíra um parceiro no jogo político. A unção real, em que todo mundo vê uma espécie de sacramento, revoluciona as regras desse jogo: a nova realeza se dá na Jerusalém terrena, no plano de Deus, na ordem social desejada por Deus. Jamais um merovíngio se disse responsável pelo seu reino diante de Deus, a não ser como qualquer cristão é responsável por suas ações. Ao cabo de um longo período de maturação ideológica, ousar-se-á dizer do rei da França, no século XV, que é a "primeira pessoa eclesiástica do reino".

CAPÍTULO II

REINOS E NAÇÕES

O REINO FRANCO

Observemos agora esse reino que o rei, filho de Pepino, acaba de assumir. Em um século, sob o governo dos prefeitos do Palácio, o reino dos francos mudou muito, tanto em suas estruturas políticas quanto em sua extensão territorial. Numa classificação tardia, os *Annales Mettenses priores* distinguem, de modo bastante acertado, três unidades territoriais que são, sobretudo, na aurora do reino de Pepino, o Breve, três complexos políticos. Há em primeiro lugar a "terra dos francos", que se chamará antes o "reino franco", no sentido preciso dos termos. É o reino herdado dos merovíngios e sobre o qual não se exerce — depois que os prefeitos do Palácio da Austrásia se apossam do todo — nenhuma autoridade intermediária. Ao longe, há as "nações periféricas", que na verdade são estrangeiras. São as terras lombardas e as terras eslavas ou ávaras. O analista não deixa claro se aí está incluído o mundo árabe-berbere. Entre essas duas unidades, encontramos uma pseudo-unidade de povos que em um ou outro período fizeram parte do reino franco, mas que se aproveitaram da debilidade do poder merovíngio e de seus conflitos internos para adquirir uma autonomia muito próxima da independência, nuançada pela obrigatoriedade, respeitada em maior ou menor medida, de pagar tributos: os saxões, os frísios, os alamanos, os bávaros, os aquitanos, os gascões, os bretões. Eles se deram "príncipes" que são, do ponto de vista do edifício político nascido do Império romano, iguais ao príncipe dos francos. Para alguns deles, como por exemplo os bretões, este na verdade renunciou a fazer valer sua autoridade. A constituição de "marcas" pelo rei franco será o símbolo palpável de uma constatação de independência.

No espaço, o reino franco herdado dos merovíngios é muito diferente do que virá a ser a França moderna. Mas ele vai muito além do que era a Gália romana, e, *a fortiori*, do território que constituía o reino de Clóvis. A Nêustria se estende até o Mosa, de um lado, e até o Loire, de outro. Praticamente toda a Aquitânia fica fora, assim como o alto Languedoc. A Septimânia visigótica ainda é terra estrangeira. A península bretã não é menos independente. Em direção leste, ao contrário, os merovíngios não cessaram de avançar. A Austrásia engloba a Renânia, a região de Spira [em alemão, *Speyer*], no delta do Reno, a Francônia e a região do médio Weser, na Turíngia. Portanto, ela confina com a Saxônia, com a Alemânia e com a Baviera. A Borgonha, sempre ligada à Austrásia, alcança o Baixo Languedoc e a Provença, onde tem como principal vizinho, do outro lado dos Alpes, o reino dos lombardos, que sucedeu, a partir de 568, o dos ostrogodos. O reino franco é, portanto, em larga medida, continental. Bastante estendido na Europa central, suas únicas saídas para o mar são o amplo litoral ao norte — da embocadura do Mosa a Cotentin — e a costa provençal do Mediterrâneo, assim como um acesso bastante exíguo — a região de Nantes — para o Atlântico. Ele não confina em nenhum ponto com os Pirineus.

A Aquitânia nunca foi efetivamente integrada à realidade política do reino franco. Região conquistada no tempo de Clóvis, passou a ser uma dependência, uma espécie de terra complementar, de onde se tiram retalhos para completar o reino de um ou de outro. Ela quase sempre foi integrada à parte da Gália merovíngia que tem o domínio da Austrásia. O passado visigótico tem poucas raízes aí, com exceção de Toulouse, onde permanece a memória de que a cidade foi capital de um reino. O passado galo-romano é muito mais evidente, com cidades ainda prósperas, com uma aristocracia saída das famílias senatoriais. Ao sul, a Novumpopulânia é decididamente independente, com um povo basco que ninguém, antes da segunda metade do século VII, tentou dominar. É para conter os bascos que os reis merovíngios dão um duque a essa Aquitânia. A longo prazo, os duques conseguiram submeter uma parte dos bascos, e até integrá-los ao seu exército. A Aquitânia ganha com isso, mas não o merovíngio: o duque só reconhece a autoridade do rei na medida em que é exercida com moderação, e os grandes senhores se acostumam a essa autoridade de um duque que é mais próximo do que o rei.

Sente-se ainda mais a necessidade de uma autonomia, condição para que haja segurança, uma vez que surge, no século VIII, um novo perigo: em 721, os árabes estão às portas de Toulouse, e é o duque Eudes que os rechaça. A notícia chega a Roma. Começa-se a falar no

"príncipe" da Aquitânia, e isto no momento em que o prefeito do Palácio passa a se chamar príncipe dos francos, num reino em que o rei é desconsiderado. Pode-se dizer que os aquitanos reconhecem um rei inexistente e não um prefeito do Palácio. Eles têm seu príncipe.

Eles já tinham que lidar com os bascos. Agora há também os árabes, ou antes, aqueles que as canções de gesta chamarão de sarracenos. No fim do século VII, eles dominam o Magreb: aí os reinos berberes caíram um após outro diante de uma conquista fulminante e se submeteram ao Islã: cabe lembrar que a Hégira se deu em 622. Em 698, os árabes estão em Cartago. Em 711, atravessam Gibraltar. Agora é o reino visigótico que cai. Já em 712, Toledo e Sevilha foram tomadas. Em 720, os árabes tomam Narbonne, e são derrotados em 721 diante de Toulouse. Em 725, tomam ao mesmo tempo Carcassonne, Nîmes, Langres e Autun, o que revela muito sobre a rapidez de seus ataques. Em 732, devastam o monastério de Luxeuil. É verdade que as ações não passam de incursões rápidas e a debilidade de seus efetivos é bastante para dissuadi-los de uma colonização como a que fizeram na Ásia Menor e na África. Mas, para as populações da Gália franca, essas incursões significam insegurança, medo, ruína.

Em 732, sua investida na Aquitânia motiva um pedido de socorro. O duque Eudes tentou aliar-se aos árabes que se rebelaram contra o poder do emir de Córdoba. Eudes nada ganhou com isso. Ele não podia prescindir dos francos de Carlos Martel. Em Poitiers — na verdade em Moussais, entre Tours e Poitiers —, em outubro de 732 (talvez 733), Martel rechaça o exército do governador da Andaluzia Abd al-Rahman ibn Abdullah com bastante vigor — este é morto nesse combate —, de modo que não se vejam mais os árabes e suas tropas berberes tão longe dos Pirineus. Ele lembra aos aquitanos que estes tinham a felicidade de pertencer ao reino franco. Mas Carlos não pode executar ao mesmo tempo todas as políticas. É necessário chamar os bispos de Tours e de Orléans à razão, estabelecer em suas cidades condes francos. O reconhecimento dos aquitanos será breve. Carlos Martel será obrigado a reprimir uma insurreição depois da morte do duque Eudes, em 736, e depois reconhecer a autonomia da Aquitânia em troca do juramento de fidelidade que lhe presta o novo duque Hunaldo, filho de Eudes. Encontramos Grifon numa rebelião do duque Waifre, segundo sucessor de Eudes, contra a tutela do rei Pepino. É a este que caberá fortalecer a autoridade franca sobre a Aquitânia.

Embora Carlos Martel tenha impedido que dali por diante os árabes fizessem incursões em profundidade na Borgonha e na Aquitânia,

estes continuam solidamente estabelecidos no sul, e é preciso dar-lhes combate continuamente. Em 736, Carlos Martel retoma Arles, conquistada e incendiada pelos árabes dois anos antes. Retoma também Avignon e Marselha, mas não consegue expulsar os árabes até os Pirineus e nem mesmo consegue retomar Narbonne. As incursões-relâmpago vão continuar. Enquanto se desenvolve na Espanha "das três religiões" a brilhante civilização moçárabe à qual a França deverá, até o século XIII, boa parte de seu alimento intelectual, os sarracenos, cujas bases encontram-se em diversos pontos do litoral entre os Alpes e os Pirineus, ganharão a justificada fama de se entregarem à pilhagem e à pirataria. Os provençais, por seu lado, irritados com o desastrado estabelecimento de condes francos, revoltam-se contra a autoridade de Carlos Martel, aliam-se com o governador árabe da Septimânia e deixam que este volte a instalar guarnições em Arles e em Avignon. Carlos Martel é obrigado a intervir mais uma vez, em 737. Desta vez, a repressão deixará marcas na memória coletiva: a população de Avignon é massacrada e as cidades que se apressaram em aceitar os árabes, como Béziers, Maguelonne e Nîmes, são incendiadas. Chamados para ajudar, os lombardos destroem Cimiez. Em 739, o incidente está encerrado, mas é uma Provença arruinada que está sob a dominação franca. E os sarracenos já não encontram mais oposição no mar.

É nesses combates, grandemente amplificados pela lenda, que se formam as reputações que, como a do conde Guilherme, vencido numa terrível batalha diante de Narbonne em 737, mas de fato libertador da Septimânia, se inscreverão entre os personagens das canções de gesta. Na verdade, o herói de 737 nada tem a ver com o duque de Toulouse e marquês de Septimânia, Guilherme de Gellone, de quem voltaremos a falar. A lenda haverá de confundi-los.

Para o reino franco, na verdade, a Aquitânia não passa de um *front* quase secundário, onde está em jogo uma autonomia e uma tutela, ambas relativas. O duque Hunaldo é obrigado a se submeter à autoridade de Carlos Martel quando este retoma Bordéus e Blaye dos árabes, mas a morte de Carlos devolve à Aquitânia a possibilidade de se tornar independente. O verdadeiro *front* é o do leste. Foi ali que o reino fez seus avanços mais significativos, e também mais difíceis, porém mais duradouros, apesar dos anos de campanhas que custaram.

A primeira tarefa a que se propõe Pepino, e isso desde antes da sagração, é a unificação desse reino dos francos formado por três reinos — Austrásia, Nêustria e Borgonha — e por um ducado, a Aquitânia, que alcançou uma autonomia muito próxima da independência. Ele

vai fazer tudo para conseguir isso. Desde a atuação comum nas fronteiras, que selará a unidade do exército, e a supressão progressiva dos ducados, tendentes a se tornar principados, até uma política de unidade espiritual, que se traduz em fundações monásticas e em doações às igrejas encarregadas de preces pela pessoa do rei e pelo reino. A sagração revela-se, então, tanto uma maneira de consolidar a unidade como uma conseqüência desta, condição necessária da afirmação real. No plano militar, a Aquitânia é evidentemente o objetivo principal, mas a Baviera não lhe fica atrás. O "príncipe" dos francos se tornou o "rei", mas nem por isso deixa de ser príncipe, e é importante que seja o único. Os duques não devem mais poder se apresentar como príncipes.

Nas fronteiras

Tem-se os mesmos problemas com a Alemânia, a Turíngia e a Baviera (ver mapa, p. 205), ainda que, nessas regiões, a origem do protetorado franco seja bem diferente.

Vitorioso em Tolbiac, Clóvis pôs fim à independência do reino dos alamanos. Sob Clotário II e Dagoberto, a Alemânia, que corresponde às regiões do alto Reno (em torno de Bâle — Basiléia —, de Estrasburgo e de Constança) e do alto Danúbio, é integrada de fato ao reino franco, e são duques francos — ou pelo menos nomeados pelo rei franco — que governam em nome do merovíngio. Mas, no final do século VII, a Alemânia aproveita-se da debilidade da realeza para pressionar, por uma independência que é acompanhada de uma hostilidade permanente em relação a esse rival, o senhor da Austrásia. É verdade que, com seu profundo avanço para oeste até além-Reno, a Alemânia se insere entre a Austrásia e a Borgonha numa posição difícil de sustentar, tanto pelos francos como pelos alamanos.

Em 531, Teodorico, o filho mais velho de Clóvis, conquistou sem grande dificuldade a Turíngia, graças à aliança com os saxões, que também ganharam seu quinhão. Ele a integrou a seu reino da Austrásia, fazendo que ela se tornasse uma zona de proteção no nordeste. Seu filho Teodeberto I aproveitou-se, em 537, da retirada dos ostrogodos — que então se retiravam para o norte dos Alpes — para assenhorear-se facilmente da Baviera e também da parte meridional do reino dos alamanos, que havia escapado a Clóvis. Esse poder franco está consolidado o bastante para que Dagoberto nele promulgue suas leis.

No começo do século VIII, turíngios e bávaros já não têm muito a ver com o reino franco, ainda que não neguem pertencer a este. Desde

531, a Turíngia não tem mais duques nacionais. Por volta de 630, Dagoberto tentou uma operação política delicada, colocando aí um duque escolhido por sua capacidade de organizar a autonomia do ducado em oposição às pretensões da aristocracia austrasiana e de seus chefes Pepino, o Velho, e Arnulfo. O duque logo se arvorou em campeão de uma quase independência.

A situação é semelhante na Baviera, onde o duque colocado por Teodeberto I criou descendência. A exemplo do reino com os merovíngios e da Austrásia com os descendentes de Pepino, o Velho, e de Arnulfo, o ducado da Baviera se tornou hereditário na família dita dos agilulfianos ou dos agilolfíngios. Leais ao rei merovíngio, esses duques não vêem por que devem sê-lo também aos descendentes de Pepino, esses vizinhos que a seus olhos não são mais que seus iguais, e defenderão ardorosamente sua autonomia. Estendendo-se largamente, de norte a sul, a leste da Austrásia e da Alemânia, a Baviera goza de uma posição privilegiada entre os Alpes, o Danúbio e o Lech, nas rotas econômicas da Itália rumo à Europa central. Ratisbona e Eichstätt são cidades prósperas. Os descendentes de Pepino gostariam muito de tirar partido delas.

Mais a leste e ao norte, é Dagoberto que reinicia as hostilidades quando, a partir de 625, ocupa uma parte da Frísia, e depois quando, em 631, tenta, em vão, impor sua autoridade aos eslavos da Boêmia. Seus sucessores não poderão manter da Frísia senão a parte meridional, em volta de Duurstede.

Quanto ao reino dos saxões, ele continua a ser ferrenhamente independente, sendo, desde o século VI, a única potência germânica que não sofre o protetorado dos francos. Aliada de Teodorico contra os turíngios em 531, a Saxônia mantém a aliança, depois de uma expedição armada de Dagoberto, contra os eslavos. Também nesse caso, as coisas mudam com a dinastia de Pepino. No fim do século VII, os saxões tomam de Pepino de Herstal a região da futura Dortmund.

Carlos Martel retoma a iniciativa em 718 e invade a Saxônia, indo até o Weser. No ano seguinte, toma Utrecht aos frísios. Em 730, sufoca uma rebelião dos alamanos do duque Lantfrido. A conquista não iria mais adiante, pois logo depois Martel ficaria por demais ocupado em combater os aquitanos e os árabes para estender suas conquistas na Europa central. Quando morre, deixa seus filhos em situação defensiva no *front* leste. Essa defensiva nem por isso deixa de ser muito bem organizada. Guarnições, estradas e uma colonização agrária garantem ao mesmo tempo a solidez da presença franca além-Reno, a do protetorado

franco na Turíngia e uma capacidade de intervenção contra eventuais incursões dos saxões ou contra uma rebelião dos bávaros ou dos alamanos. A guerra explode quando Carlomano I tenta restringir a independência dos duques alamanos. Vitorioso em Cannstatt em 746, ele abole então o ducado e anexa pura e simplesmente a Alemânia ao reino franco. Como se viu, as negociações posteriores a essa vitória darão origem a uma cilada na mais pura tradição merovíngia, cilada que trará tantos remorsos a Carlomano que ele resolve se recolher a um monastério. Restam o irredentismo bávaro e a independência saxônica. Enfrentá-las será tarefa de Pepino, o Breve.

Bávaros e saxões tentarão aproveitar-se do advento de um novo príncipe entre os francos. Se Grifon se refugia na Saxônia, depois na Baviera, não é para servir aos interesses de seu meio-irmão. A morte do duque Odilon, em 748, leva os bávaros a recusarem uma dinastia ducal por demais submissa aos francos. Duas intervenções militares colocam as coisas em ordem: a Saxônia é obrigada a pagar um tributo anual de quinhentas vacas; a Baviera é obrigada a libertar Grifon e a aceitar como duque o jovem Tássilo III, o filho de Odilon. Por alguns anos, tem-se, pois, dois protetorados francos que guarnecem o lado leste do reino. Observe-se que é nesses anos que, considerando ter a paz garantida em suas fronteiras, Pepino, o Breve, pode ocupar-se sem riscos dos assuntos internos. A reconstituição de uma realeza forte será, de certa forma, fruto dessa pacificação, embora provisória, da Germânia.

Nem a Baviera nem a Saxônia renunciaram, porém, a sua independência. Dez anos depois das primeiras vitórias de Pepino, tudo está para ser retomado. Uma nova campanha, em 758, tem como conseqüência o aumento dos tributos impostos aos saxões: trezentos cavalos em lugar de quinhentas vacas. Depois de ter jurado vassalagem a Pepino na assembléia de Compiègne, em 757, e de ter mantido a palavra participando das campanhas francas na Itália e na Aquitânia, mas também depois de se ter beneficiado desses anos de paz para dotar a Baviera de fortes estruturas políticas e administrativas, Tássilo começa, por sua vez, a livrar-se do jugo a partir de 763. Desposando uma filha do rei lombardo Didier, ele assume uma nova posição no tabuleiro europeu. A política de Berta, que leva ao casamento do futuro Carlos Magno com uma outra filha de Didier, só pode alimentar as ambições de Tássilo. A rede que se forma não se reduz a um protetorado: são alianças entre Estados independentes. Pepino, já envelhecido, acomoda-se a isso. Carlos Magno não haverá de se acomodar.

No caso da Bretanha, já não se trata, de modo algum, de protetorado. A migração dos bretões da Grã-Bretanha para a Armórica, que começou dois séculos antes, depois da chegada na ilha dos anglos e saxões — povos germânicos —, se intensifica no século VI e dá então à península armoricana seus caracteres permanentes. Aí se constituem reinos: o da Cornualha, no sudoeste; o de Léon, no noroeste; o de Bro Wéroc, no centro; o de Domnonée, no norte. É contra esses reinos que se chocam os francos quando procuram estender seu domínio para oeste, para além do que constituía, à chegada de Clóvis, o país galo-romano submetido a Siágrio. No tempo dos filhos de Clóvis, a Bretanha aceita uma dominação franca que, apesar de várias campanhas movidas pelos merovíngios, se desagrega rapidamente. No século VII, apesar da submissão episódica de Judicael, rei de Domnonée, a Dagoberto, é a independência que leva a melhor na península. Os francos continuam senhores de Nantes e de Rennes. Eles o serão também de Vannes depois de uma expedição punitiva que se segue à revolta de Grifon, a quem os bretões tinham se aliado. Com Rennes, Vannes e Nantes, constitui-se então uma marca franca da Bretanha, isto é, uma zona de proteção militar contra os bretões independentes. Duas campanhas não bastarão para que os bretões paguem realmente o tributo que Carlos Magno insiste em cobrar.

Uma observação se impõe. Carlos Magno terá o espírito continuamente ocupado com os problemas da Germânia. Todos os meios de que ele dispõe, excetuando-se as operações pontuais como a da Espanha ou as da Itália, são realizadas na Baviera e sobretudo na Saxônia, eventualmente na Frísia ou contra os ávaros. O Ocidente interessa pouco. Há que admitir que a independência da Bretanha se deve em parte à resistência obstinada dos bretões, mas também ao fato de que nunca o rei dos francos empregou contra eles meios sequer comparáveis aos que mobilizava a leste do Reno. Ele procura mostrar-se em todos os *fronts*, mas nunca é visto naquele, que não chega a ser um *front*. A marca que o rei confiará ao conde Rolando é uma proteção e não, como na Espanha, uma base de operações.

O mesmo se dá na Inglaterra. Rei de Mércia em 757, Offa estende pouco a pouco seu domínio sobre Sussex e a Ânglia Oriental, depois sobre Wessex, e reforça sua fronteira ocidental contra os gauleses. A constituição desse primeiro reino da Inglaterra em torno de seu principado mais central não parece ter preocupado nem Pepino, o Breve, nem Carlos Magno. O mesmo se dá quando, depois da morte de Offa em 796 e de um curto retorno à independência dos diferentes reinos, o rei

de Wessex, Egberto, o Grande, que freqüentou em sua juventude a corte de Carlos Magno, procura, a partir de 802, constituir um outro reino da Inglaterra, desta vez a partir de Wessex. Essas hegemonias inglesas inquietarão os vizinhos insulares, mas deixarão indiferente o novo imperador do Ocidente, que se preocupa justamente em proteger com um tratado, celebrado com Offa em 796, as relações comerciais de seu reino franco com os portos ingleses.

O REINO LOMBARDO

O mapa político é mais complexo na Itália. Talvez seja necessário lembrar as grandes etapas que o prepararam.

Desde a separação de 364 e da outra, definitiva, de 395, o Império romano ficou dividido em dois: o do Oriente, com sede em Constantinopla, cidade cujo antigo nome Bizâncio está ressurgindo, e o do Ocidente, com sede em Milão, em Trier ou na Nicomédia, mais que em Roma, cidade mal situada para ser a capital de um império ameaçado em suas fronteiras continentais pela pressão dos povos germânicos. A autoridade do bispo de Roma, ou, em outras palavras, do papa, continua sendo puramente espiritual. Ela é ainda mais frouxa à medida que nos afastamos de Roma. A verdadeira autoridade religiosa, no Ocidente, são os concílios provinciais.

Em 476, apoiado em seu exército, o general romano Odoacro — rei dos hérulos mas a serviço de Roma — derruba o imperador Rômulo Augústulo, que entretanto é criatura sua, e não indica o sucessor. Mais que isso, Odoacro manda ao imperador do Oriente, Zenão, as insígnias imperiais. O Império romano do Ocidente deixou de existir. Só existe autoridade imperial em Bizâncio e, por isso, o imperador do Oriente se torna teoricamente senhor de todo o espaço político do antigo Império. Ele é na realidade o senhor daquilo que não foge ao seu domínio. Da mesma forma que, na Gália, os visigodos, os burgúndios e os francos, os ostrogodos da Itália ignoram absolutamente a soberania imperial.

Como tantos povos "bárbaros", os ostrogodos entraram no Império como federados, isto é, auxiliares do exército imperial. Foram acantonados, em 489, no norte da Itália, onde logo estabeleceram seu reino em torno de uma capital, Ravena. O desaparecimento do Império do Ocidente facilitou sua expansão; o rei Teodorico esmagou, em 493, o exército romano de Odoacro e logo se assenhoreou de Roma. Os ostrogodos ocuparam até uma parte da Provença, e foram necessárias

várias ofensivas dos francos para fazê-los recuar até os Alpes. À época da morte de Teodorico em 526, o reino ostrogodo parecia solidamente estabelecido. A ocupação da Provença, em 536, pelos filhos de Clóvis, acabou de dar ao reino dos ostrogodos os contornos de um reino da Itália setentrional.

Imperador em 527, Justiniano decidira reconquistar todo o império. Na África, o exército de Belisário chegou a Hipona, Tipasa e Cesaréia em 533. Na Europa, os bizantinos retomaram, a partir de 535, a Sicília, a Sardenha e a Córsega, depois o sul da península, Roma e Ravena, e atingiram finalmente os Alpes. O reino ostrogodo rui, o povo se dispersa. Partindo da Grécia, um outro exército bizantino ocupou a Dalmácia. Em 555, toda a Itália era do imperador. Justiniano fez de Ravena uma capital, e lá colocou um governador, o exarca. Foi então que se decoraram com afrescos à glória do Império bizantino as duas igrejas erguidas em Ravena por Teodorico, Santo Apolinário *in Classe* e Santo Apolinário Novo, e que se concluiu a construção da igreja de São Vital.

A reconquista de Justiniano não haverá de durar, o mesmo acontecendo com a unidade italiana. Em 568, uma nova vaga de invasores bárbaros ocupou o norte da península. Tratava-se dos lombardos que, procedentes do médio Danúbio, estavam sofrendo a pressão de um outro povo, os ávaros. Os lombardos estabeleceram um reino, organizado em ducados, e, em 572, fizeram de Pavia sua capital. Esse reino se estendeu em 643 até a Ligúria, mas os reis lombardos não conseguiram expulsar os bizantinos de Ravena — que continuava a ser governada pelo exarca, da futura Venécia, onde a população obedecia a um duque — e tampouco de Roma. Dois ducados lombardos independentes do reino, o de Spoleto, a norte de Roma, e o de Benevento, ao sul e até o litoral adriático, não conseguiram nem submeter Roma — governada por um duque nomeado pelo imperador bizantino e onde reinava um papa cuja eleição devia ser examinada e validada pelo exarca —, nem ocupar a Calábria e a Sicília, que continuavam submetidas à autoridade do imperador bizantino. No século VIII, os reis lombardos só têm duas coisas em mente: ocupar Ravena e submeter Roma.

Vimos os merovíngios na Itália. No século VI, Teodeberto I vence os ostrogodos próximo a Pavia, depois os bizantinos, próximo de Ravena. É um duque franco que governa, então, uma parte da futura Venécia. O vale de Aosta e a Maurienne passam para o reino da Borgonha. Outros francos se aventuram até o sul, e são batidos pelos bizantinos perto de Cápua. No século seguinte, os francos são, na

Itália, aliados do imperador do Oriente contra os lombardos. Ninguém se espanta, pois, quando o papa, confrontado com as ambições territoriais do reino lombardo, recorre à aliança com os prefeitos francos do Palácio.

A certa altura Carlos Martel rompe as alianças. A ajuda do rei lombardo Liutprando lhe foi necessária, como vimos, para expulsar os árabes de Provença. Liutprando fez do futuro Pepino, o Breve, seu afilhado, seu "filho pelas armas". Ser reconhecido por um rei não é indiferente para quem na verdade não passa de um prefeito do Palácio. Isso custa a Carlos não poder responder em 739 ao apelo do papa Gregório III, cujo poder temporal sobre a média Itália se vê ameaçado pelos avanços do reino lombardo. Liutprando move guerra contra o exarca, que representa na Itália o imperador bizantino, ocupa Ravena por um tempo (732), submete o duque de Spoleto e bloqueia os acessos a Roma (734). Papa em 741, Zacarias não tem alternativa. Para salvar o essencial, quebra suas alianças e toma partido do rei lombardo contra o duque de Spoleto. Com isso, consegue libertar por algum tempo Roma e seu ducado, isto é, os territórios onde se exerce, em nome do imperador, a autoridade temporal da Santa Sé.

A aliança do papa com o lombardo pouco resiste à vontade de expansão de Astolfo. Rei em 749, este conquista Ravena definitivamente em 751, elimina o exarcado e deixa transparecer que só falta ao seu reino esse ducado de Roma, que se tornou um verdadeiro corpo estranho na Itália lombarda. O papa pouco pode contar com um apoio de Bizâncio, ao passo que os imperadores Leão III, o Isáurico, depois seu filho Constantino V, o Coprônimo, durante vinte anos aplicam a política iconoclasta que cria um fosso entre o Oriente e o Ocidente. Gregório III excomungou o imperador Leão. Zacarias nada pode esperar do filho deste, que persegue no império os cristãos fiéis a Roma. Tendo sua independência temporal ameaçada, o papa percebe claramente que sua independência espiritual não está mais garantida. Só lhe resta um recurso, o príncipe dos francos. É o momento em que Fulrad e Burchard vêm lhe pedir o parecer que já conhecemos. Estava acabada a aliança franco-lombarda.

Na Espanha, ao contrário, os francos precisam contar com a solidez do poder visigodo. Uma expedição de Childeberto, por volta de 550, que chega até Saragoça, tem como único resultado duradouro o transporte, para Paris, da túnica de São Vicente, confiada à guarda da abadia que virá a ser Saint-Vincent, depois Saint-Germain-des-Prés.

Bizâncio

Havia muito tempo os romanos desconfiavam do imperador e de seu representante na Itália, o exarca de Ravena. Eles não viram com bons olhos o zelo do exarca Isaac que, em 638, tomou de assalto Latrão do papa Severino e pilhou boa parte do tesouro pontifical. Um conflito teológico perturbou as relações entre Roma e Bizâncio quando o papa rejeitou e fez condenar mais uma vez — depois da condenação de 451, feita pelo concílio de Calcedônia —, por um concílio reunido em Latrão em 649, a heresia monofisista que o imperador Constante II tentava impor. Um golpe imperial fracassara. Aquilo não foi esquecido. Quando o mesmo Constante passou algum tempo em Roma em 663, havia dois séculos que não se via um imperador. Constante ficou apenas doze dias, mais como peregrino pedindo perdão a Deus pelo assassinato de seu irmão do que como soberano que veio consolidar sua autoridade. Os romanos viram nele o herético, não o sucessor de Constantino. Além disso, Constante multiplicara as rapinas, oferecendo ao papa, para o teto de São Pedro, as telhas de bronze dourado do templo de Vênus e de Roma, a fim de ficar mais à vontade para apossar-se das do Panteão a fim de enviá-las a Constantinopla, o que não impediu que os piratas sarracenos delas se apossassem em Siracusa.

Em suma, não se tinha em Roma boas recordações da última visita imperial, havia um século, e o Palatino dormitava, às vezes acordado pelas visitas do exarca de Ravena, que tentava, sem ilusões, lembrar ao papa que em Roma estava-se no império. Para evitar um drama, em 653, o papa Martinho I teve que aceitar a condição de prisioneiro do exarca, que se instalara em Latrão forçando a sua porta. Mandaram o papa para o exílio, onde ele morreu. Também nesse caso, os romanos não ficaram nada satisfeitos com as violências de Bizâncio.

Essas violências continuavam, e há muito já não se considerava o basileu como protetor natural do papa. O exarca apoiava os complôs contra o poder pontifical. O povo, que gostava cada menos dos gregos, alinhava-se com o papa. Toda visita de um exarca assumia o caráter de uma demonstração de força, provocando, em contrapartida, demonstrações de força. O povo romano e o papa contaram seus aliados, que se revelaram bem numerosos na Itália. Uma nova querela teológica, a do monotelismo (ver p. 469), mostrou até que ponto os romanos se mostravam rebeldes a qualquer idéia vinda de Constantinopla. Dois duques bizantinos rivais lutaram na cidade pelo poder,

e um deles se refugiou no Palácio do Palatino. Houve mortos junto ao palácio, na Via Sacra*, que passa pelo fórum, então abandonado.

Em suma, em meados do século VIII, o imperador só mantinha a região de Ravena, algumas terras na Itália meridional e uma Roma em que sua autoridade era cada vez menos tolerada. O próprio exarca ia lá muito pouco. O duque que o representava praticamente não conseguia se impor. Restava a instituição: era um ducado de Roma, submetido ao imperador. O papa não era soberano na Cidade Eterna.

O caso das imagens em nada ajudou. Era a década de 720. O imperador Leão III, o Isáurico, não apenas proibiu o culto das imagens, defendido pelo papa Gregório II, como tentou assassinar o pontífice. O povo romano interveio. Os testas-de-ferro do imperador foram executados. Desta vez, a salvação do papa se deveu aos ocupantes do norte da Itália, os lombardos. Estes haviam tentado apossar-se de Roma, mas, como vimos, Liutprando não teve sucesso. A certa altura, o papado julgou útil fazer aliança com os lombardos como forma de defesa contra uma eventual retomada do controle por um imperador, agora privado de Ravena e, portanto, considerando Roma como seu último ponto de apoio no Ocidente.

Era possível pensar numa aliança entre todos os que enfrentavam os árabes, pois estes ameaçavam Bizâncio, da mesma forma que ameaçavam a Europa ocidental. Em 717, apenas cinco meses depois do coroamento do imperador Leão III, os árabes, já senhores de uma grande parte da Ásia Menor, sitiavam, sem sucesso, Bizâncio. É verdade que depois de um ano de cerco, mais penoso para os sitiantes que para os sitiados, as tropas do califa foram obrigadas a fazer uma retirada inglória. Nem por isso o perigo deixou de existir, e as províncias asiáticas do império sofreram os pesados ataques anuais de seus vizinhos árabes. A derrota de 718 iria impedir por vários séculos o Islã de qualquer tentativa séria contra a capital imperial. Àquela altura, ninguém sabia disso.

A intervenção franca no caso lombardo vem complicar ainda mais a situação. Gregório III, desesperado, tentando conquistar a simpatia do prefeito do Palácio, oferece-lhe ao mesmo tempo as chaves do túmulo de São Pedro e a promessa de separar-se do Império romano do Oriente. Sabemos que as coisas continuarão no mesmo pé. Não se trata, ainda, do desentendimento entre o papa e o patriarca, que só

* Via Sacra: antiga rua de Roma onde ficava o fórum e que recebeu esse nome porque atravessava a área dos templos. (N.T.)

será definitiva a partir de 1054. Mas já é uma afirmação política: o papa constata que o reino franco sai do império, ao qual os francos há muito tempo esqueceram pertencer, mas que os teóricos e estrategistas de Constantinopla continuam a acreditar ser universal. É verdade que o franco, fazendo-se defensor da Igreja de Roma e de seus territórios herdados do império, vai se apresentar como sucessor do imperador. Logo o papa saberá a quem agradecer.

No tempo do rei Pepino, contudo, pode-se entrever um acordo entre Bizâncio e o reino franco. Em 765, o imperador Constantino V, o Coprônimo, envia uma embaixada, dirigida pelo eunuco Sinésio e o espatário Antimo. O assunto a ser tratado é puramente político: Constantino deseja encontrar fora de seus domínios uma esposa para seu filho, o futuro Leão IV. No espírito de um basileu que se sabe contestado, trata-se simplesmente de evitar que uma família da aristocracia bizantina possa, em função de um casamento imperial, alimentar ambições e se colocar à frente da oposição. Em suma, pede-se a Pepino a mão de sua filha Gisele. O arranjo poderia ser interessante para Pepino. O rei lombardo Didier percebeu que os francos eram muito mais perigosos para ele do que os bizantinos, e manifestou seu desagrado recusando-se a ceder efetivamente ao papa os territórios que tinham sido doados por Pepino. O papa Paulo I, irmão e sucessor de Estêvão II, vê o perigo: ele pede a Pepino que estabeleça em Roma, em caráter definitivo, um enviado, um *missus*, que seria um conde franco.

A embaixada aproveita a oportunidade, porém, para tentar converter Pepino e seus bispos à luta contra as imagens. Em Gentilly, latinos e gregos discutem sobre a Trindade e as imagens. À falta de uma verdadeira aliança, continua-se a manter uma fachada de entendimento.

É o papa que põe fim à calmaria. Uma princesa franca não pode casar-se com um herético. A embaixada vai embora sem nada ter conseguido. O futuro Leão IV desposará uma filha da boa, mas pequena, burguesia ateniense: ela será a imperatriz Irene. E Gisele terminará sendo abadessa em Chelles, onde haveria de ter um papel de certa importância no renascimento das atividades intelectuais.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE RURAL

O DOMÍNIO

Com que se parece o reino franco? Da Armórica às planícies da Germânia, é em primeiro lugar uma região de florestas. Mas há uma grande diferença entre a paisagem encontrada pelas legiões de César ao chegarem à Gália "cabeluda", isto é, coberta de florestas, e a que é percorrida, oito séculos depois, pelos exércitos de Carlos Martel. Em primeiro lugar, o clima está mudando. Pode-se notar um aquecimento já a partir dos séculos VI e VII, que leva ao aproveitamento de terras até então deixadas sem cultivo. A população também mudou bastante. Passado o tempo das grandes migrações armadas dos séculos IV e V, as devastações provocadas pela guerra são limitadas. Não são as batalhas com poucos efetivos que podem desolar os campos. A história política, com seus conflitos sucessórios e suas lutas pelo poder, dá a impressão de um tempo em que se ouve continuamente o ruído das armas. Ela não deve esconder uma certa paz merovíngia que, apesar de uma pilhagem endêmica, retoma a *pax romana* interrompida com as invasões. Mais do que isso, o estabelecimento dos bárbaros em grandes domínios galo-romanos é fator de paz: isso ficou evidente quando os primeiros a se estabelecerem expulsaram os últimos a chegar, notadamente os hunos. Para os habitantes do reino, a paz só terminará no século IX, com a chegada dos normandos.

Uma primeira onda de arroteamento parece ter modificado ligeiramente a paisagem no século VI, e também no século VII. Isto quer dizer que o manto florestal, que se expandiu nos últimos tempos romanos por causa da insegurança, apresenta-se aos contemporâneos de Carlos Martel como um pouco mais rarefeito do que aos contemporâneos de Clóvis. Na Auvergne e na Picardia a área não cultivada

diminui a partir do século VI. Tendo diminuído desde o fim do Império Romano e das grandes migrações dos povos, a população rural parece voltar a crescer, a partir do século VII, nas boas terras onde a floresta recua, e um pouco mais tarde nas terras áridas. Na futura Normandia ocidental, a população que se pode recensear em um cemitério parece aumentar a partir do século VII: entre os séculos III e VII, ela passa de 250 habitantes para mais de mil. No curso do mesmo século VII, criam-se novas paróquias no vale do Loing. A análise dos polens revela que em várias regiões da Bélgica e nas Ardenas houve uma reversão da tendência que havia no curso do século VIII: menos florestas naturais, mais plantas cultivadas. Quando, no começo do século IX, o políptico* do abade Irminon permite mensurar os domínios de Saint-Germain-des-Prés, constata-se que as florestas representam apenas 17 mil hectares, no máximo, e talvez apenas 10 mil, numa superfície total de 36 a 38 mil: nessa região de solos férteis, as terras cultivadas constituem, pois, entre 53% e 74% do conjunto. Façamos uma média: dois terços. Como se pode imaginar, a porcentagem é infinitamente menor nos solos pobres e nas zonas montanhosas, das quais não dispomos de descrições precisas como as de Irminon.

No final das contas, mais da metade dos espaços se furta ao homem, e a floresta muitas vezes assume o aspecto de um deserto sombrio e de limites separando clareiras. É uma "haie" [sebe]. A palavra, que ficará na toponímia, só mais tarde vai adquirir o sentido restrito de uma estreita barreira vegetal. Ela qualifica, quando começa a dar seu nome germânico à floresta, uma zona de proteção, uma espécie de *no man's land* cheia de escuridão, de brenhas e espinheiros, de lagoas e pântanos, lobos e outros animais selvagens, que garante a paz em casa: os exércitos têm dificuldade em atravessá-la. Aí se encontram marginais, eremitas, alguns monastérios. Os grandes senhores não se furtam a fazer incursões para a caça ao cervo, ao urso ou ao javali. A floresta fervilhante de homens e de atividades dos séculos XII e XIII ainda está por vir.

Os lobos despertam muitos temores. Contra eles se luta o tempo todo, envenenando-os, apanhando-os em fossos, lançando-lhes cães. Levam-se aos reis as peles dos animais mortos, muito apreciadas para trabalhos de peleteria.

Os grandes domínios da aristocracia pontilham a paisagem. Ainda que o número pareça ter diminuído, o domínio merovíngio — propriedade

* Políptico: inventário pormenorizado de uma grande propriedade. (N.T.)

de um rei ou de um senhor — se sucede à *villa* romana. Em alguns casos, é a própria *villa* que subsiste, em sua antiga extensão. Algumas foram fracionadas — e às vezes sem lógica aparente — pelas heranças, ou pelo sistema de hospitalidade, que permitiu aos povos migrantes estabelecerem-se de forma estável na Gália. Sabe-se que, para fixar na Gália povos "federados" fadados a se transformarem em exércitos a serviço de Roma, a autoridade imperial dividiu os domínios, no século IV e principalmente no V, para ceder boa parte deles aos recém-chegados, favorecendo assim uma integração étnica por meio de uma coexistência organizada. De uma para outra região, as proporções variaram. O desmembramento foi o mesmo. Deu-se, assim, aos federados burgúndios, primeiro um terço das terras, logo passando para dois terços, e também metade das edificações usadas para a exploração da terra, metade dos bosques e um terço da mão-de-obra servil. No século VIII, a unidade da antiga *villa* praticamente só é percebida em alguns casos privilegiados, o dos domínios eclesiásticos ou dos fiscos imperiais, que se tornaram fiscos reais.

Outros domínios são resultado de arroteamentos recentes — uma capitular da década de 800 deixa entrever um forte estímulo do poder real — ou da ampliação da *villa* com esses arroteamentos, e mesmo pela simples absorção de explorações camponesas livres cujos proprietários julgaram prudente se colocar sob a proteção de um poderoso. Mas muitas terras não se subordinam ao grande domínio: logo serão chamadas de "alleux" [alódios] essas terras cujo explorador não a recebe de ninguém. Ainda que o *mansus* em geral faça parte de um domínio, encontram-se alguns que são "bem próprio" de seu proprietário: não há dúvida, pois, de que o *mansus* é, em primeiro lugar, uma simples unidade fiscal, base territorial da arrecadação do censo. O proprietário pode ter vários *mansi* que constituem todo o seu patrimônio ou uma parte dele. Ninguém saberia dizer a partir de quantos *mansi* se pode falar de um domínio. Entre os domínios da abadia de Saint-Germain-des-Prés, que sempre somos obrigados a citar por causa do preciso políptico de Irminon, há alguns que têm vinte *mansi* habitados por uma centena de camponeses, outros que têm mais de cem *mansi* e mais de dois mil habitantes.

Quanto ao domínio em si, ele pode ser, por ancestralidade ou por doação recente, propriedade daquele que o detém ou apenas um benefício concedido pelo rei.

Um domínio, um "fisco", pode ter mil ou dois mil hectares, e o mesmo proprietário possuir vários deles. Saint-Germain-des-Prés tem

25 domínios, 25 "fiscos" de que o abade Irminon faz, a pedido do rei, o inventário, um políptico, numa data sempre discutida, mas compreendida entre 806 e 829. No total, como já dissemos, chega a cerca de 36 a 38 mil hectares, com *villae* distribuídas num vasto espaço que vai do vale do Nonette, a montante de Senlis, ao vale do Yonne, ao do Marne, ao do Eure ou, no Perche, ao do Huisne. Saint-Wandrille, na Normandia tem mais de vinte mil hectares. Na Alsácia, Marmoutier tem dezesseis domínios, que perfazem um bom milhar de hectares. O fisco real de Annapes compreende três domínios, em mais de dois mil hectares.

Compreende-se, nessas condições, a dificuldade que têm os historiadores quando tentam traduzir a palavra *villa*. De "grande domínio" a "terreno na aldeia", nenhuma das traduções propostas dá conta da diversidade das situações, das configurações e das estruturas.

O domínio se constitui, em primeiro lugar, de uma residência porque, salvo em raras e rápidas ocasiões, a aristocracia há muito deixou de morar na cidade. Mesmo nos domínios que nunca recebem a visita do senhor, por este possuir vários deles, é preciso alojar o administrador. O coração do domínio é, pois, uma casa fortificada — no mais das vezes, uma verdadeira fortaleza —, com suas dependências para os animais e as colheitas, as cabanas dos domésticos, jardins e pomares. Carlos Magno prescreve que se mantenham sempre nas casas "fogo e guarda, para que elas fiquem em segurança".

É, em geral, aí que se encontram os equipamentos pesados da economia rural. Há o lagar nos domínios que têm vinhas. Há também os moinhos, que começam a se multiplicar nos cursos d'água, o que traz a grande vantagem de liberar uma mão-de-obra até então necessária para girar a mó. Os domínios de Saint-Germain-des-Prés têm 84 deles, os de Saint-Wandrille têm 67, todos desigualmente distribuídos no espaço e com grandes diferenças de desempenho em função da vazão e, com certeza, também das pessoas que os controlam. Há cursos d'água muito mal-equipados, ou com rodas vetustas, mas encontram-se 28 moinhos só no fisco de Saint-Germain-des-Prés em Villemeux, 22 dos quais numa dezena de quilômetros no médio vale do Eure. Os moinhos por enquanto só servem para moer o trigo a fim de se fabricar a farinha — muitas vezes são chamados de "farinheiros" — e, sem dúvida, para prensar nozes e azeitonas para tirar o azeite, e mesmo a cevada para a cerveja: o moinho para malhar o ferro e para pisoar fibras só aparecerá por volta do ano 1000, quando se inventa a peça que transforma o movimento rotativo em movimento alternado, permitindo, assim, o

martelar. Nem por isso deixam de ser uma excelente fonte de renda para o senhor do domínio, que torna o seu uso obrigatório.

Esse conjunto é chamado de "cour" [corte, pátio], nome que passará largamente à toponímia, combinado com o nome do proprietário: "cour de Robert" se transforma em Robercourt. Tanto em volta da residência como mais além, há as terras que o senhor faz cultivar por seus homens, ficando com o seu produto. Os que as cultivam são tanto camponeses sem terra própria, mantidos pelo senhor, quanto rendeiros que prestam serviços nas terras do senhor. Muitas vezes se fala em *terra indominicata*, ou *mansus domini*. É o "domínio do senhor". Mais tarde se dirá "a reserva". É lá que encontramos os celeiros e os armazéns onde se guardam a colheita do *mansus* e o censo pago em gêneros pelos camponeses, relativo a suas próprias terras. Em alguns casos, um grande galpão serve de mercado. É no domínio do senhor que se encontra a maioria das oficinas de artesãos, organizadas para a produção dos artefatos de madeira e dos produtos têxteis e das roupas, que ficam a cargo de mulheres reunidas no "gineceu". Os homens que trabalham como artesãos, na maioria das vezes servos e não-livres, não teriam tempo para trabalhar a terra: em geral, eles são mantidos com o produto agrícola do domínio do senhor. As florestas e os lagos, às vezes transformados em viveiros, normalmente estão compreendidos nessa reserva. Exploram-se a madeira e as cinzas. Na reserva, o senhor caça e muitas vezes autoriza os camponeses a aí levarem seus animais, sob diversas condições e em troca de um tributo.

Mais afastados e às vezes isolados ficam os *mansi* camponeses, isto é, as casas com pequenos lotes concedidos de longa data, em caráter perpétuo e portanto hereditário, pelo senhor do domínio a famílias camponesas, livres ou não. Estas os cultivam para si mesmas e, em troca, prestam serviços agrícolas ou domésticos no *mansus* do senhor e em sua casa e pagam foros em dinheiro ou em gêneros. Não causa estranheza o fato de que os censos pagos pelos escravos são mais pesados que os do camponês livre.

Mas este conjunto não necessariamente é constituído por uma área contínua. Muitos domínios compreendem uma parte principal, que dá o nome a todo o conjunto, e dependências próximas ou distantes, às vezes situadas em um outro *pagus*, um outro "distrito".

Grande é a diversidade dos serviços — já se começa a chamá-los de "corvéias" — que dão ao sistema senhorial sua coerência. Ela deriva da diversidade das necessidades e se baseia ao mesmo tempo na série de trabalhos agrícolas e na permanência dos trabalhos de manutenção

e dos trabalhos domésticos. Entre os serviços agrícolas fixados em dias de trabalho, em superfícies ou quantidades, contamos o plantar e o capinar, a colheita e a debulha, a poda das videiras e a vindima, o cortar lenha nas florestas e o transporte das colheitas. O trabalho de manutenção inclui não apenas a casa do senhor e suas dependências, mas também as estradas e pontes. Os trabalhos domésticos, por sua vez, sempre fixados em dias de trabalho, são normalmente qualificados de "mão-de-obra", o complemento da atividade cotidiana dos servos mais imediatos do senhor.

O todo forma um complexo de obrigações cujo peso se agrava ainda mais pelo fato de que os serviços agrícolas, e em parte também os de manutenção, em geral, devem ser feitos nas épocas e nos momentos em que o rendeiro tem necessidade de cuidar de seu próprio lote. Quanto a esses períodos de trabalho, em geral, eles são de dois ou três dias por semana, quando não são contados tomando-se por base o ano, portanto, provavelmente agrupados, o que significa para o camponês uma ausência prolongada de sua casa. Alguns, mencionados no políptico de Irminon, buscam pois furtar-se a isso e, em vez de fugirem, perdendo suas terras, obtêm uma espécie de remição ou resgate.

> Em Blonmez, Adalberto tem um *mansus*. Ele paga seis denários de *hostilitium*, cultiva dezoito varas em três estações, fornece três frangos e serve dois dias por semana, mas para essa mão-de-obra ele paga um carro e dois tonéis.

Da mesma forma que resgatou, por alguns denários por ano, o *hostilitium*, que consistia em enviar ao exército um carro com os respectivos bois e que o privava, portanto, dos bois na época do trabalho agrícola, Adalberto prefere fabricar um carro e dois tonéis nas horas livres a servir pessoalmente dois dias por semana.

O *mansus* do camponês não é definido por uma superfície, mas por um produto: é a terra que permite a uma família viver. As dimensões do *mansus* são, pois, inversamente proporcionais à fertilidade do solo. Elas se prendem, também, ao estatuto jurídico do domínio. Quanto à proporção das terras cultiváveis, prados e florestas, ela está ligada à composição do próprio domínio. No conjunto dos domínios de Saint-Germain-des-Prés, nas excelentes terras da bacia parisiense e de seus vales, nove décimos do espaço arroteado são constituídos de terras cultiváveis. Nas regiões vinícolas, a parte da vinha parece relativamente pequena: é o campo, com sua produção de cereais, que alimenta a família.

A dimensão do *mansus* também decorre de sua própria história, da época de seu arroteamento, da evolução das famílias camponesas — aspectos estes que não podemos conhecer caso a caso. Nos mesmos domínios arrolados pelo políptico de Irminon, constata-se que um *mansus* pode ser até doze vezes maior que um outro. Menor quando se considera uma só *villa*, a diferença de superfície pode ser de três e até seis vezes. Em Boissy (atualmente Boissy-Saint-Léger), o tamanho dos *mansi ingénuiles* — isto é, livres — pode variar em até três vezes, e encontram-se meios *mansi* maiores que *mansi* inteiros. Na média, o *mansus* pode ter dez ou vinte hectares, com lotes que não são necessariamente contínuos.

Embora possam existir *mansi* muito grandes e também muito pequenos, a grande maioria tem mais ou menos o mesmo tamanho. Em geral, numa mesma região, um *mansus* tem, no máximo, o dobro do tamanho de um outro; isso depende da boa localização das terras e também das atividades próprias dos camponeses: estes podem muito bem, no caso de serem principalmente artesãos, ter na produção agrícola apenas uma parte de seus ganhos.

A verdadeira constante é o produto agrícola. Ele garante a vida de uma família, permite o pagamento dos censos ao proprietário e garante o pagamento das taxas e a prestação dos serviços, principalmente o que é devido ao rei para manter o exército: o *mansus* também constitui uma unidade fiscal.

A ALDEIA

Nem o domínio nem o *mansus* são elementos visíveis na paisagem. A aldeia e as culturas o são. Cultivados permanentemente nos pequenos lotes próximos da aldeia ou da casa, com um afolhamento rudimentar nos lotes mais distantes, os campos são quase sempre cercados, geralmente com taludes, fossos, cercas ou sebes, paliçadas, estacas guarnecidas de espinheiros naturais. É evidente que o tipo de proteção não pode ser o mesmo quando se trata de salvaguardar aves ou cavalos, de marcar as fronteiras de um campo ou proteger-se das raposas ou mesmo de ladrões de galinhas. O *tunin* é uma cerca cerrada para as aves, o *sèpe*, uma cerca forte que impede a passagem de animais.

> O servo Abrahil e sua esposa... cercam uma extensão de quatro perchas com *tunin* no domínio do senhor, quatro perchas com *sèpe* no prado e, quanto à messe, o quanto se fizer necessário.

As leis bárbaras fizeram da cerca uma obrigação, sem dúvida respeitada de forma irregular, dependendo das regiões. Mas aquele que não cerca seu campo corre um grande risco de que este passe a ser visto como propriedade comum de toda a aldeia e de nele encontrar os animais do vizinho. Ainda que já existam campos abertos desde o século VIII — havia alguns na região de Mogúncia por volta do ano 800 —, eles só se multiplicam no século XIII, no norte e no nordeste da França, quando a comunidade aldeã se organiza para uma melhor exploração do espaço agrícola, e principalmente do alqueive, para a constituição de rebanhos coletivos. Tem-se, porém, desde a época de Carlos Magno, os dois grandes tipos de parcelas agrícolas: os campos extensos, em sentido longitudinal, da bacia parisiense e do leste, e os campos mais quadrados do oeste e do sul. O verdadeiro bosque com suas sebes permanentes só aparecerá muito mais tarde, por volta do século XIII, contrapondo-se às paisagens de campos abertos.

Tornada de certa forma obrigatória pela qualidade dos solos e do clima, ainda relativamente frio, e também pela necessidade de uma forte auto-suficiência alimentar, a diversidade reina na produção. Alguns documentos administrativos que, como o políptico de Irminon no caso de Saint-Germain-des-Prés, contabilizam os tributos pagos em gêneros, permitem ter uma idéia dessa diversidade.

Visto ser necessário, em primeiro lugar, garantir a alimentação, praticamente não existem campos sem cultura de cereais. As terras aráveis representam, como já vimos, dois terços do conjunto dos domínios de Saint-Germain-des-Prés. Naturalmente, a parte das terras cultivadas reservadas aos "bons trigos", dos quais o principal é o frumento, depende ao mesmo tempo da natureza dos solos e das exigências do senhor. Muitos camponeses só cultivam o necessário para pagar a este os censos, preferindo para si mesmos cereais mais pobres — centeio, espelta, trigo mourisco, milhete e ervilhas, ervilhaca e fava —, sendo que os menos panificáveis são os ingredientes da sopa: sua produtividade é maior que a do frumento. Em outras palavras, o camponês prefere comer mal a comer muito pouco. Às vezes, se misturam sementes diferentes, tanto por economia como para evitar riscos: o pão será quase sempre feito de trigo e de centeio. A cevada ainda não goza da preferência que terá, a partir do século XII, graças a sua grande produtividade, três vezes maior que a do frumento, mas que supõe uma revolução dos procedimentos de cultivo pela multiplicação e diversificação das semeaduras da primavera:

os plantios de março, isto é, os cereais da primavera, limitam-se quase sempre, no século VIII, à aveia, que os senhores exigem para seus cavalos.

É verdade que já se conhece o afolhamento das culturas e do pousio, mas seu ritmo depende tanto do solo quanto da mão-de-obra disponível. A cultura intermitente ainda é freqüente e os pousios duram vários anos. Se se observam em algumas regiões de cultura avançada, como nos domínios de Saint-Germain-des-Prés ou de Saint-Amand, uma divisão de muitos terrenos em três, na maioria dos casos ainda se está muito longe do afolhamento regular, bienal ou trienal, e *a fortiori*, de qualquer afolhamento sistemático baseado numa organização comunitária. Um ciclo de duas semeaduras e de um pousio não é necessariamente um ciclo regular e trienal. Algumas regiões praticam a margagem ou a calagem, mas a única forma de enriquecimento do solo conhecida é enterrar palhas e ervas do terreno de pousio; o esterco é tão escasso que se prefere reservá-lo às hortas domésticas. Isso quer dizer que a regeneração dos campos depois da colheita depende de uma decomposição dos vegetais, que por sua vez depende do clima. A duração dos pousios é absolutamente aleatória.

O vinho continua sendo, há cerca de um milênio, o principal tônico conhecido na Europa, e em geral é mais salutar que a água dos rios e dos poços, já poluída, e o clero o pede para a celebração da missa. Vale dizer que se cultivam as vinhas até o limite extremo das possibilidades oferecidas pelo clima. Esse limite se situa então no norte do Somme, e os vinhedos ocupam uma parte das áreas cultivadas das bacias do Sena e do Loire. As videiras são plantadas até no Cotentin e, como atualmente, nas regiões do Mosela, do Mosa e do Reno. Ao sul, as vinhas estão por toda parte, e uma via de águas navegáveis favorece naturalmente a comercialização dos excedentes da produção.

A cerveja dos galo-romanos não foi esquecida. Ela é fabricada com *brai*, espécie de trigo que se mergulha na água e que, depois de seco, é moído. Tanto em Fulda como em Prüm, em Sankt Gallen e em Chartres, a cerveja é feita com aveia. Nada indica que essa prática seja geral. Mais tarde, a cevada levará a melhor sobre ela: é a vez do malte. Entretanto, algumas regiões já acrescentam lúpulo: assim nasce a cerveja. Essa cerveja com lúpulo por muito tempo não passará de uma curiosidade: ela só haverá de se generalizar no século XIV.

Outras bebidas são produzidas em menor escala, de acordo com as regiões. A capitular *De Villis* menciona a sidra, a perada e "todos os outros sucos."

Os legumes vêm da horta. A do senhor é evidentemente mais variada que a do camponês, que tende a dar preferência para as sopas àquilo que, num espaço limitado, tem maior produtividade: os rábanos, os nabos, os repolhos, as couves, as abóboras, as favas, o grão-de-bico. O senhor tem um pomar: dependendo da região, nele se podem encontrar maçãs, pêras, cerejas, ameixas, figos, nozes, amêndoas, uvas. O camponês, em geral, se contenta com frutas e bagas que colhe nas florestas, assim como ervas e raízes. Nem um nem outro desprezam os cogumelos.

Para dar uma idéia exata do que, no campo ou na horta, o contemporâneo de Carlos Magno encontra para comer, uma breve lista será de grande utilidade. Trata-se, sem esquecer que o peru ainda não chegara à Europa, da lista das frutas e legumes então desconhecidos. Esta lista inclui o arroz, o milho, as frutas cítricas, o damasco, o tomate, a alcachofra, o feijão e, naturalmente, a batata. Acrescentemos a ela o açúcar e, evidentemente, o chá e o café. Quanto aos cereais, eles são a base do pão e também das bolachas e dos mingaus.

Os condimentos dos ricos vêm das especiarias importadas do Oriente. Os mais pobres se contentam com a produção das hortas. O alho e a cebola vêm, naturalmente, em primeiro lugar, junto com as ervas aromáticas que se encontram por toda parte, como o funcho no sul ou a pimenta-malagueta no norte. Muitas ervas, como a salsa, só são usadas na farmacopéia, e só entrarão na cozinha no fim da Idade Média. Mas cultiva-se o *sinapum* (mostarda), e quase todos os servos de Palaiseau são obrigados a cultivar um sesteiro por ano. O azeite de oliva reina no sul mediterrâneo, o azeite de nozes nas outras regiões. Todas as regiões de vinhas produzem o vinagre: ele deriva do vinho que azeda, mas também é produzido deliberadamente, e o viticultor conhece bem o seu valor de mercado, tanto para a cozinha como para a farmacopéia. Adoçam-se e engrossam-se molhos com o mel, igualmente presente em muitos recheios. Mas não esqueçamos que o azeite e a cera são, antes de mais nada, as matérias-primas para iluminação, tanto para as lâmpadas quanto para os candelabros, completadas com a madeira resinosa com que se fazem os archotes. Isso diz muito da importância das oleaginosas e de uma apicultura que consiste, no mais das vezes, em explorar o mel silvestre.

As plantas têxteis têm seu lugar na paisagem. Usado nas roupas brancas, que distinguem as casas abastadas, e na vasta gama de calções e de camisas, macios ou grosseiros, todo mundo precisa de tecido. Há campos de linho em todas as regiões, e há plantações de cânhamo em muitas zonas úmidas propícias a esse tipo de cultura.

Para todas essas culturas, tanto as dos campos quanto as das hortas, os instrumentos agrícolas são muito rudimentares. O ferro é raro, e é reservado para as armas. Algumas foices e foicinhos para a fenação e para a colheita, alguns machados para cortar lenha, algumas pás para a horta, nada mais. É principalmente com a enxada de madeira endurecida no fogo que o camponês revolve a sua horta. Feliz é aquele que, para o trabalho no campo, dispõe de um arado simples, com relha de madeira, que poucos podem guarnecer com um pouco de ferro: um instrumento que risca o solo sem o revolver, deixando apenas um sulco raso. Ainda que já existam relhas de ferro — veremos que uma das provas impostas pelos juízes nos ordálios é andar sobre relhas em brasa —, certamente de formato pequeno, ainda seria preciso esperar dois séculos para que se generalizasse a relha de ferro e surgisse a charrua capaz de revolver o solo.

Acrescentemos que o ferro ainda é caro demais para que se possa usá-lo para fins que exijam constante substituição: nem se pensa em ferrar os cavalos, de forma que estes não podem ser usados como animais de tiro. Será preciso — além de melhorar a produtividade dos cereais, que permitirá a liberação de pastagens — que o preço do ferro baixe, entre os séculos XI e XIII, para que se possa, nas terras férteis, substituir a lenta parelha de bois por um cavalo, muito mais rápido, multiplicando assim as culturas numa mesma terra.

A criação de animais, porém, encontra-se em toda parte, nas pastagens naturais e na floresta. As leis bárbaras, como a lei dos burgúndios, passada a limpo no século VI e revisada sob Carlos Magno, ocupam-se principalmente dos problemas ligados à criação de animais: rebanhos perdidos ou vagando fora de seu pasto, cavalos roubados, sebes arrancadas por animais ou por homens, tudo isso constitui o aspecto litigioso de uma economia em que o cavalo de sela é uma riqueza e o boi uma força de tração.

Não nos esqueçamos dos animais de corte como o porco, o carneiro e, naturalmente, as aves de terreiro. Mas o carneiro também é criado por sua lã, e raramente os bovinos são abatidos para comer: sua carne e sua pele só são utilizados quando se trata de animais que já não podem ter outra serventia. Depois da época dos trabalhos agrícolas e do nascimento das crias, abatem-se os animais que serão substituídos pelos que acabam de nascer. O porco, ao contrário, só serve para o abate: o porco salgado dá gosto às sopas, e a arte da charcutaria é uma tradição gaulesa jamais esquecida. O leite das vacas, das cabras e das ovelhas é bastante consumido e se transforma

em reserva de alimento, ainda que seja pouco usado na fabricação de queijos.

Há também as aves de terreiro. Para o camponês, comer aves, galinhas e frangos, gansos e patos é um luxo, enfatizado pela louvável ambição de Henrique IV: que toda família possa pôr uma galinha na panela uma vez por semana. É um alimento habitual para o senhor, que a faz criar em seu terreiro e exige que seus rendeiros lhe forneçam umas boas dezenas delas. Quanto ao ovo, está em todas as mesas. O número considerável de ovos mencionados nos censos devidos ao senhor constitui uma boa mostra de que este, assim como os que o rodeiam, não se privam de comê-los. O camponês não despreza tampouco os ovos que cata na floresta.

Cumpre acrescentar o produto da colheita, da caça legal ou ilegal e da pesca, que enriquecem a mesa do senhor e a do camponês. Os tanques do senhor, em geral denominados viveiros, não têm nenhum espaço inútil. Nas regiões costeiras, onde se vêem surgir verdadeiras pesqueiras — São Wandrille criou uma em 735, na embocadura do Béthune —, consomem-se à vontade peixes do mar, principalmente o arenque. Em outras regiões aprecia-se, especialmente na Quaresma, o peixe salgado ou seco. Come-se o peixe pescado na baía do Canche até Ferrières-en-Gâtinais, e o peixe gordo de Cotentin tem um duplo uso em Saint-Denis: extrai-se o azeite dos pequenos cetáceos para alimentar as lâmpadas, servindo depois a carne para alimentar os monges. Notemos de passagem que o sal dos locais de pesca, ou pelo menos dos portos, gera um comércio de volume muito superior ao que é representado pelo uso doméstico, destinado principalmente à conservação da carne de porco. E quem diz comércio diz fabricação: ao lado do sal das salinas devidamente ensolaradas como as da costa mediterrânea ou do litoral atlântico, passa-se a explorar, no mar do Norte, um sal obtido pela ebulição da água do mar, nas regiões frias demais para contar com o efeito do sol.

A floresta, por sua vez, é uma inesgotável fonte de recursos. A floresta e a charneca garantem uma parte do alimento; das frutas e raízes ao mel silvestre e da caça nobre reservada ao senhor com seus cães e seus falcões — cervo, cabrito montês, javali, lebre, garça, pavão, perdiz — à caça pequena que os senhores não deixam de caçar, mas que o camponês o faz, embora ilegalmente, com muito mais gosto: o coelho, que se pegava no laço, o pássaro, capturado com redes ou com visco. É a floresta, naturalmente, que fornece a madeira para a construção, para os telhados e cercas, e também para aquecer. É na floresta

que os vinhateiros vão buscar as estacas que sustentam as videiras, as aduelas para as pipas. Todas as aldeias têm necessidade de estacas, de lenha, de madeira dura para instrumentos agrícolas ou para uso doméstico, para os móveis, recipientes de madeira ou carroças. O vime é indispensável, na viticultura e na tanoaria, para ligar os materiais, e constitui também, por toda parte, a matéria-prima da cestaria. Não basta o vime nativo: ele é cultivado, seja à margem das vinhas e dos campos, seja em verdadeiras plantações.

A aldeia ainda é minúscula. Às vezes, com uma capela que dará origem, futuramente, a uma paróquia, com poucas moradas, sempre distantes umas das outras, que são antes choupanas que casas. Seis ou dez metros quadrados rodeados, entre quatro esteios, de galhos unidos pelo barro amassado e cobertos de colmo ou de galhos constituem uma casa absolutamente normal. Quando necessário, uma mesma família pode ter várias. Às vezes, encontram-se construções maiores para abrigar uma família inteira. No norte, elas são de taipa ou de barro amassado, cobertas de ripas de madeira e às vezes de telhas; ao sul de uma linha que vai do Poitou a Savóia, são construídas no mais das vezes com pedras, com ou sem argamassa, e cobertas de telhas. Por temor aos incêndios, o fogo é aceso fora de casa, no terreiro cercado para impedir a passagem de animais.

Independentemente desses grupamentos, as aldeias são, como as clareiras dos grandes domínios, habitats isolados. Mas os raros caminhos através da floresta são utilizados, e a produção das oficinas dominiais onde trabalham as mulheres dos camponeses — tecidos, lanifícios, utensílios — é vendida a pequena distância. E plantam-se vinhedos ao largo das cidades onde se fazem sentir as necessidades do clero e dos habitantes, que preferem uma bebida menos fétida que a água dos rios e dos poços.

Estruturas sociais

Pode-se estimar a população do reino franco? Fazendo uma média entre as zonas de grande povoamento e as imensidões desérticas, parece que o território que hoje é a França abrigou cerca de dez milhões de homens e que o conjunto do reino franco compreendia cerca de quinze milhões à época de Carlos Magno, incluindo-se os principados germânicos. Isso significa uma densidade de dez a trinta habitantes por km², dependendo do estado dos arroteamentos. Mas a

densidade é de cinqüenta habitantes nas terras melhores, na vizinhança dos burgos, e cai-se para uma densidade zero nas regiões dominadas pela floresta.

O tempo de Pepino e de Carlos Magno não foi enlutado por nenhuma epidemia de maior importância. Tão freqüente no Ocidente a partir de meados do século V, a peste poupa a Gália desde a epidemia que devastou a Septimânia em 694. Em 767, uma peste atinge ainda a Sicília e a Calábria. Depois disso, ela acabou, até a peste negra de 1348. Mas o desaparecimento do flagelo não deve fazer esquecer a persistência de outras infecções epidêmicas. Da gripe à coqueluche, passando pelas disenterias, elas maltratam a população. Acrescentem-se a isso os efeitos da endogamia, que é praticamente regra no âmbito da aldeia: a consangüinidade é responsável por uma fragilidade agravada pela falta de higiene, e uma em cada duas crianças morre em tenra idade. Isso significa que o saldo positivo da demografia baseia-se num alto índice de natalidade, que tem as conseqüências previsíveis sobre a expectativa de vida das mulheres.

Embora a desnutrição seja endêmica nas camadas mais pobres da população, e sobretudo da população rural, só se registram três períodos de penúria entre a fome de 749-750 e a de 840. Ainda que a fome de 792-793 e a de 805-806 pareçam ter perturbado os espíritos e levado as autoridades a tomar medidas de prevenção e de regulação, não houve a sucessão de períodos de fome de outras épocas. O balanço demográfico parece ter-se beneficiado dessa calmaria: há muitas evidências do crescimento da população no curso dos séculos VII e VIII. Nas regiões mais atingidas pelas pestes do século VI, como a Itália, a Gália mediterrânea e a região do Ródano, a recuperação é mais tardia, e esse desequilíbrio demográfico entre a Europa meridional e a setentrional certamente tem sua influência no deslocamento, para a Europa continental, dos centros de gravidade econômicos e políticos das regiões do Mosa e do Reno inferior.

Ainda não tinha desaparecido o espectro da fome e da doença, e devemos desconfiar da estatística. Três períodos de penúria em cem anos não constituem uma média e, ainda que o entusiasmo demográfico dos sobreviventes compense as falhas em geral, ele só o faz a médio e longo prazo: os mortos não ressuscitam pelo fato de os anos posteriores à catástrofe serem mais favoráveis. Carlos Magno — por várias vezes e notadamente em dezembro de 805, por meio da segunda capitular de Thionville —, para limitar o efeito dos períodos de fome ou de epidemias que grassam inevitavelmente nos períodos de desnutrição,

toma medidas de precaução em que a devoção se mescla à regulamentação econômica: ele proíbe a exportação de víveres.

> Se houver fome, epidemias, pestilência, desequilíbrios climáticos ou qualquer outra tribulação, que não se espere nosso edito, mas que se implore a misericórdia de Deus. E no presente ano de penúria, que cada um ajude os seus na medida do possível, que não procure vender seus grãos e que não venda nenhum alimento para fora de nosso império.

É de se notar a justeza da relação, estabelecida pela capitular, entre a fome, a epidemia e as variações climáticas. Todos os exemplos posteriores, especialmente o de 1348, mostram bem que os anos de más colheitas levam à epidemia. É de se notar também o bom senso: se a colheita apodreceu, de nada adianta ir se queixar ao imperador.

Nem por isso este deixa de voltar ao assunto na assembléia seguinte, de Nimega, em março de 806. A fome atinge muitas regiões. Carlos Magno deixa a alimentação dos pobres a cargo dos prelados, dos condes e dos grandes senhores. Tanto quanto de caridade, trata-se de moral e ordem pública. O imperador denuncia tanto a mendicância quanto o monopólio e a especulação.

> A propósito dos mendigos que percorrem as diversas regiões, queremos que cada um dos que nos são fiéis alimente seus pobres à própria custa ou de sua família, e que não permita que vão mendigar alhures. Caso apareçam mendigos como esses, que não trabalhem com suas mãos, que ninguém ouse lhes dar seja o que for.
>
> Daquele que, em tempo de colheita de cereais ou de uvas, compra grãos ou vinho não por necessidade mas por cupidez, como por exemplo uma medida por dois denários, conservando-os até que os possa vender por quatro ou seis denários ou mais, dizemos que têm um lucro vergonhoso. Se ele compra por necessidade, para seu uso e para o de outra pessoa, dizemos que é um comércio.

Excetuando-se os poderosos, os homens ainda são o que eram nos tempos galo-romanos. Só mudaram os nomes, porque a moda dos nomes germânicos predominou. Desaparecem os nomes romanos que deram origem a tantos topônimos até o século V. As pessoas já não se chamam Sabinus (de que derivam Savigny, Sévigné, Savignac), Albinus (Aubigny, Albignac) ou Florus (Fleury, Fleurac, Florac). Multiplicam-se

os Albert, os Herbert, os Lambert, os Guibert, os Norbert, os Robert, os Boson, os Bernard, os Bouchard, os Bertrand, os Gontran. Charles e Carloman aparecem mais tardiamente.

Há dois tipos de homens bem definidos pelo seu *status*: os livres e os não-livres. Ainda que descendam dos galo-romanos, livres porque cidadãos, os livres formam o "povo franco". Os não-livres são os outros. Como se pode imaginar, a qualificação "não-livre" inventada pelos historiadores modernos é cômoda principalmente porque reúne *status* extremamente diversos. Houve um tempo em que a distinção correspondia à realidade: a lei sálica de Clóvis só conhece livres e não-livres. Ela ignora tanto a nobreza hereditária quanto a multiplicidade das formas da não-liberdade. Mas, ao lado da lei, há a sociedade, infinitamente mais complexa, tal como os séculos a fizeram.

No ponto mais alto da semiliberdade, encontramos os colonos. Estes praticamente só têm o nome em comum com os colonos romanos, que foram camponeses livres por excelência, mas cuja situação só tendeu a piorar: ao contrário do que acontecia com os escravos, os colonos romanos carregavam o peso do imposto e do serviço militar, sem nem por isso escapar das estruturas jurídicas geradoras de partilhas sucessórias e dos efeitos de uma conjuntura econômica por demais sensível aos acidentes climáticos. Aqueles que se acomodaram a esse regime só puderam sobreviver alienando uma parte de sua liberdade e deixando-se prender à terra.

Na época franca, a maioria dos colonos o é porque suas mães o eram, ou porque concordaram em ser para conseguir uma terra para cultivar. Muitos colonos, seja por necessidade de proteção, seja motivados por outros tipos de pressão, cederam sua própria terra a um senhor, para em seguida recebê-la deste em usufruto, em geral acrescida do que o senhor entende por bem acrescentar. Naturalmente, o senhor, que tem necessidade de explorar seu domínio, não recusa um camponês livre que se oferece com sua terra. Mas é o candidato ao colonato que enfrenta a maior dificuldade: encontrar um senhor que esteja disposto a lhe ceder uma gleba. O colono tem os direitos do homem livre; ele se casa livremente, além de possuir e transmitir sua herança. Sua única obrigação para com o senhor é trabalhar a terra que lhe é concedida e pagar o foro correspondente ao aluguel em gêneros e em dinheiro. Mas está preso a essa terra, e continua ligado a ela se o senhor a vende. De sua parte, não pode vender ou dar seus bens sem a autorização do senhor, e só pode sair de sua condição se o senhor concordar em libertá-lo.

Essa evolução do colonato tem uma conseqüência política. O colono romano era um homem livre, portanto um cidadão. Como tal, ele se integrava nas estruturas do Estado. O colono franco é um homem em estado de dependência, cuja relação com o poder público é apenas indireta. Civilmente livre, ele é politicamente o homem de seu senhor, e só nessa condição ele se insere na sociedade política.

Menos livre é o *letes*. Sua sujeição prende-se à sua pessoa, não apenas à terra da qual ele tem o usufruto. Ele paga, por sua pessoa, uma taxa anual de alguns denários, às vezes substituída por um produto fabricado: também as mulheres *letes* devem uma peça de tecido de sua própria fabricação. É esse símbolo de dependência — verdadeiro tributo numa época em que o próprio tributo é um símbolo de sujeição — que distingue o *letes* do colono.

O senhor não é obrigado a lhe dar uma terra: ele pode, pagando-lhe um salário baixíssimo, usar o *letes* como um simples operário agrícola, ou mesmo como um doméstico. O *letes* que dispõe de uma terra não apenas tem que cultivá-la, mas deve ao seu senhor os serviços pessoais que este lhe impõe. Ao contrário do colono, porém, ele pode comprar a própria liberdade, prerrogativa um tanto teórica, uma vez que, ainda que o *letes* seja proprietário de seus móveis e de suas economias em dinheiro, seu salário é dos mais modestos e sua terra só muito raramente tem dimensões que lhe permitam juntar economias.

Depois temos o servo. Ele é propriedade de seu senhor, mas goza de alguns direitos individuais. Sua vida é protegida, sua família também. O senhor lhe cede uma terra, mas pode acontecer de o servo, da mesma forma que o colono, ter a sua própria, por havê-la comprado ou herdado, sendo portanto dono de uma parte do que cultiva.

Há verdadeiros escravos. Alguns descendem de escravos galo-romanos. Em sua maioria foram comprados, em geral eslavos, nos mercados abastecidos por Verdun, mas também existem homens, outrora livres, que caíram na servidão porque, tendo sido condenados, não tiveram como pagar a multa e o acordo. Essa escravidão deriva daquela do mundo romano, o mundo dos escravos domésticos e dos escravos "estabelecidos" que exploravam uma terra que lhes era concedida. Mas essa escravidão é profundamente modificada pela cristianização da sociedade, e principalmente pela cristianização dos senhores de terra. Multiplicados, ao que parece, na época merovíngia, os escravos adquiriram, sob certos aspectos, uma dignidade de ser humano: excetuando-se a punição justificada, ninguém tem sobre eles direito de vida e de morte. É verdade que um escravo faltoso quase não

encontra defensores e que às vezes é surrado quase até a morte. Não pode receber as ordens sagradas, mas é admitido aos sacramentos. Não pode testemunhar na justiça contra um homem livre e, naturalmente, não pode integrar o exército.

Em compensação, o escravo tem direito a uma família, tendo-se por estabelecido que "o pior supera o melhor", como dirão os costumes posteriores: se um dos pais é escravo, o filho será escravo. Mas sua família é protegida, o senhor não pode separá-la. Mais ainda, o escravo é proprietário de seus móveis, que ele pode deixar aos seus herdeiros: naturalmente não interessa em nada ao senhor privar o filho do escravo dos instrumentos sem os quais não poderia fazer o seu trabalho. E em 794, em plena assembléia de Frankfurt, Carlos Magno lembra aos que receberam terra em concessão que devem cuidar para que nos tempos de escassez de alimentos nenhum de seus escravos morra de fome.

A expansão econômica dos séculos VII e VIII traz frutos que se desdobrarão ainda nos grandes arroteamentos dos séculos XII e XIII. Visto que o escravo é uma forma de riqueza para o senhor, este só pode ter interesse em cuidar dele e explorá-lo de forma inteligente. Daí decorrem diferenciações de extrema complexidade entre as situações sociais e as práticas regionais. Há muita diferença entre ser artesão na aldeia, trabalhador braçal ou um doméstico. A própria necessidade de mão-de-obra sentida pelos senhores de terra é fator de redução dos pesados encargos da escravidão: quem exigisse demais de seus escravos correria o risco de vê-los fugir para procurar melhor fortuna em outro lugar.

A dinâmica da demografia também não favorece a escravidão. A partir do concílio de Lyon de 567-570, a Igreja proíbe que o homem livre seja escravizado. Com isso a população escrava não mais se renova, e as estirpes que desaparecem não são substituídas. É verdade que, como já vimos, o mundo merovíngio importa escravos, mas a maior parte desse gado humano apenas transita pelo reino franco. Na verdade, os escravos são cada vez menos numerosos. Os que ainda restam tendem a se fundir no grupo mal definido dos homens que, em maior ou menor medida, não são livres. A diversidade geográfica se combina aqui para tornar qualquer definição aleatória.

Na prática, a confusão é grande, agravada pelo fato de que, como vimos, a condição dos homens nem sempre corresponde à da terra que eles cultivam e também porque os documentos de administração registram muito mais a natureza jurídica das terras que a condição das famílias que se sucedem nessas mesmas terras, entrelaçando suas condições particulares pelos casamentos mistos. Como bem o mostram os

cemitérios, as divisões econômicas, mais que as condições jurídicas, distinguem as famílias. Não são raras as situações invertidas: há homens livres pobres e colonos abastados. Os fiscalinos dos domínios reais — que podem ter terras em concessão — e, ao que parece, os escravos dos domínios eclesiásticos, são mais bem tratados que os escravos dos senhores leigos. Da mesma forma, não se pode comparar a sorte dos escravos "adscritos à terra", isto é, aqueles que dispõem de um pedaço de terra sobre o qual incidem pesadas taxas e obrigação de muitos serviços, à dos escravos domésticos, encarregados de tarefas que vão do simples trabalho agrícola no *mansus* senhorial e da corvéia arbitrária a funções de grande responsabilidade, a *ministeria* dignos de homens livres, na administração da casa, nas atividades artesanais e mesmo na administração do domínio.

Teoricamente, a maioria herdou seu *status*. Na prática, a miscigenação fez seu trabalho. Acontece não apenas de um semilivre desposar uma serva, ou vice-versa, mas também de os cônjuges — com *status* semelhantes ou não — pertencerem a diferentes senhores: surge então a questão de saber a quem pertencem as crianças. Os juristas são capazes de analisar as condições de transmissão dos *status* pessoais e das terras, e portanto da liberdade, mas nem o senhor de um domínio pequeno ou médio nem o camponês que cultiva a terra antes cultivada por seu pai têm condições ou competência para dominar as sutilezas do direito de família.

Os proprietários leigos e eclesiásticos dos grandes domínios complicaram a situação concedendo, no mais das vezes por interesse, alforrias condicionadas que criaram uma infinidade de situações jurídicas e econômicas que começam a se dissolver na massa dos camponeses não-livres. Muitos senhores preferem alforriar os seus escravos, convencidos, com razão, de que estes haverão de trabalhar com mais empenho em suas terras, pagando maiores taxas. Mas nem por isso se pode dizer que o alforriado é um homem livre: cada alforria é pejada de condições, que, em geral, mantêm um laço e encargos.

O próprio rei, que corre o risco de perder serviços de homens livres, adere à prática. Em 779, pela capitular de Herstal, Carlos lembra o *status* dos semilivres — os *cerarii* — que pagam uma taxa pessoal em cera, e os alforriados chamados de *tabularii* ou *cartolarii*. Ao listar, em 792, os que devem juramento de fidelidade ao rei, que este lhes impõe pela segunda vez, Carlos nela inclui os não-livres que estão em estado de vassalagem, portanto, aqueles que, na qualidade de homens livres, uniram-se por laços contratuais de fidelidade a homens

livres, e aqueles que exercem funções ou têm "honras" — cargos públicos —, recebendo uma remuneração e gozando das vantagens correspondentes. Isso significa dizer que o serviço do rei considera muito tênue a distinção entre livres e não-livres. A capitular de Thionville prevê em 805 as conseqüências do casamento entre as pessoas livres e os servos dos fiscos reais chamados de fiscalinos.

> No que tange aos homens livres que tomam por mulheres fiscalinas do rei e mulheres livres que, de forma semelhante, tomam fiscalinos por maridos, que por isso não sejam privados da herança de seus pais e tampouco de seu direito de sustentar sua causa na justiça ou de nela dar testemunho. Eles continuarão a nos servir da mesma maneira que serviram nossos predecessores, reis ou imperadores.

Ao lado dessa primeira servidão que se prende à pessoa, há outra forma de não-liberdade, relacionada à terra. Alguns *mansi*, pelo fato de há muito tempo serem vistos como servis, continuam a ser assim considerados. Em Palaiseau, de 117 *mansi*, 108 são ingênuos, isto é, livres, e 9 são servis, e o caráter servil do *mansus* significa que o camponês só é servo enquanto continuar em sua terra. Em termos pessoais, ele pode ser livre ou servo. Prerrogativa absolutamente teórica, pois não se sabe de que viveria o camponês se, para conquistar sua liberdade, fosse embora. A realidade será bem diferente depois do ano 1000, no tempo dos grandes arroteamentos e no tempo em que as cidades se desenvolvem. Na verdade, a liberdade do camponês dito livre é muito relativa. Ele continua na mão do senhor.

Pouco se pode dizer dos judeus. Eles são pouco numerosos, e não há comprovação de que tenham sido expulsos do reino por Dagoberto. Supondo-se que isto tenha ocorrido, poupou judeus o suficiente para que de quando em quando se fale de conversões, para que o arcebispo Agobardo seja admoestado em 820 por ter tentado uma conversão forçada dos judeus de Lyon e para que os concílios, até os de Meaux e Paris em 845 e 846, sejam obrigados a lembrar a interdição, que pesava contra os judeus a partir do século VI, de acesso às funções públicas. O fato de ser preciso lembrar a interdição indica que ela não estava sendo respeitada. Ainda em meados do século IX, ver-se-ão judeus exercendo tais funções. No século VIII, os judeus de que temos notícias são principalmente comerciantes, mas comerciantes entre comerciantes, e relativamente integrados na sociedade das cidades, onde gozam de direitos muito semelhantes aos dos cristãos. Eles pagam os

mesmos impostos que os cristãos e têm o direito de possuir escravos, desde que estes sejam e permaneçam pagãos. É naturalmente nos centros comerciais mais ativos e mais envolvidos com o comércio com o Oriente, como Marselha e Mâcon, que as comunidades judias são mais numerosas. Entretanto, muitos judeus se instalaram nos campos, e lá, muitas vezes, são proprietários de suas terras.

Cumpre notar este fato: os judeus do reino franco parecem ter esquecido, em larga medida, o hebraico. As raras inscrições que existem por essa época são em latim. Mais que a uma assimilação pela sociedade cristã, atribuiu-se esse esquecimento a uma fraca atividade intelectual no seio das comunidades. Os judeus parecem ausentes no Renascimento Carolíngio. Àquela altura de sua história, os judeus do reino franco ainda ignoram o Talmude, que só chegará a eles dois séculos mais tarde; nas comunidades fortalecidas pelo desenvolvimento das cidades, porém, surgirão os primeiros grandes sábios como Rashi.

Algumas diferenças notáveis que existem entre eles e os outros homens livres não lhes são desfavoráveis. Assim, os judeus não podem integrar o exército: são habitantes do reino, não são o povo franco. Em caso de processo, não podem apresentar testemunhas cristãs contra um cristão, mas o cristão que move uma ação contra um judeu deve conseguir testemunhas judias em número igual ao de suas testemunhas cristãs. Além disso, ele não pode ser submetido ao ordálio. O judeu beneficia-se, pois, de uma justiça que se baseia em testemunhos e eventualmente em provas.

Por essa época, o rei dá muito valor aos seus fornecedores judeus. Conhecem-se viticultores judeus que, no século IX, abastecem de vinho as abadias e a mesa imperial. Quando é preciso, Carlos Magno confia a um judeu uma missão de confiança, como quando incorporou um homem chamado Isaac, sem dúvida por suas qualidades de intérprete, a uma embaixada que enviou a Harun al-Rachid.

Os vassalos

O homem livre das cidades pode ainda se considerar um cidadão romano. O proprietário, seja ele descendente de um aristocrata romano — e da nobreza geralmente chamada de senatorial que resulta do exercício de cargos públicos — ou filho de um fiel do rei, entra de forma mais ou menos voluntária numa rede de dependências em que cada um recebe pelo que oferece em termos de homens e de terras, isto

é, braços para o trabalho e contingentes para a guerra. Essa dependência é a vassalagem. As igrejas, os condes, os senhores têm seus vassalos.

Aquilo que constituirá a vassalagem nos séculos futuros já está fixado pelo costume: o vassalo ajoelhado põe suas mãos nas mãos daquele que se torna seu senhor e declara sua vontade de ser "seu homem". Diz-se que ele "se recomenda". Essa homenagem — a palavra só surgirá no século XI — é o gesto de submissão voluntária que o Ocidente herdou dos rituais germânicos sempre ricos de gestos simbólicos. Mas o rito se cristianizou: acrescenta-se agora à "recomendação" um juramento de fidelidade que sacraliza e explicita os laços. O vassalo deve a partir daí servir o seu senhor. Em troca, ele espera proteção. O senhor levanta seu vassalo, dá-lhe um beijo, sinal de sua "graça", isto é, de confiança e também dessa proteção.

Carlos imediatamente percebeu as vantagens que poderia tirar de um sistema que, criando uma pirâmide hierárquica, consolida a sociedade e, por menos que os grandes senhores sejam vassalos do rei, dá uma base social para o poder real. De seus vassalos ele faz um grupo social e político. Isso significa dizer que, à nobreza que começa a surgir no exercício das honras, isto é, das funções públicas, ele acrescenta a formação de uma vassalagem. O grupo social dominante se organiza em torno de duas séries hierárquicas, ambas na mão do rei. Os grandes do serviço público são ligados ao rei enquanto "príncipe" à romana, e portanto ao Estado, por uma fidelidade que é condição e conseqüência da atribuição das honras. Os vassalos são ligados à pessoa real por uma fidelidade fundamental na medida em que o rei é seu senhor. Mas, ainda que constituam uma elite, nem por isso os vassalos diretos do rei constituem um grupo homogêneo.

Há em primeiro lugar os grandes senhores, os proprietários ricos, os condes, aqueles que constituem a aristocracia e participam do exercício do poder. Eles têm as "honras", que são as funções públicas, recebendo do rei "benefícios" que pagam seus serviços e sua fidelidade e aumentam ainda mais seu poder senhorial. Pepino, o Breve, já insistia para que os condes se recomendassem ao rei. Carlos Magno a isso os impele, com toda firmeza. Seus vassalos, e mesmo os vassalos destes, não são ligados ao rei por nenhum laço direto, uma vez que a recomendação é pessoal, mas sua fidelidade aos vassalos do rei os faz duplamente fiéis. Entretanto, a prática só haverá de se generalizar mais tarde, sob Luís, o Piedoso.

Assim se formam clientelas cujo efeito mais notável é o surgimento de dinastias, como foi o caso da de Pepino. O camponês da zona rural

ficaria totalmente sem defesa se não aceitasse uma submissão pessoal ao poderoso do lugar, submissão que lhe garantia ajuda e proteção. Aqui os grandes fazem as vezes do Estado, e todos ganham alguma coisa com isso, inclusive o mais submisso, que naturalmente ignora que seus ancestrais podiam encontrar um recurso diante do agentes do imperador. Impõe-se um poder público de fato, que não é recusado por aqueles que não concebem outro tipo de poder. Em troca, o camponês trabalha para o senhor: a exploração da futura "reserva" senhorial pelos campônios está em germe. Para sua própria terra, o campônio cada vez mais é obrigado a pagar um foro. Já se entrevê a futura taxa anual que se pagará ao senhor feudal. É verdade, porém, que o homem livre continua sendo o homem do rei, que ele serve ao exército e que esse serviço é tanto um direito como um dever.

Vêm em seguida os vassalos diretos que tudo devem ao rei, aqueles que o rei "casou" (estabeleceu), isto é, dotou de uma terra tomada ao patrimônio real ou, no mais das vezes, de um benefício derivado de espoliação de terras da Igreja e cedido a título precário. É *casatus* aquele que tem uma *casa*. Segundo o grau da generosidade real, há vassalos bem estabelecidos e vassalos mediocremente estabelecidos. Todos têm, pelo menos, a capacidade de viver de sua terra. Mas não nos enganemos: o rei não age assim por caridade. Estabelecendo seus vassalos, ele garante para si uma categoria superior de homens livres suficientemente estabelecidos para que deles se possa esperar um serviço ao exército com boas montarias, armas de boa qualidade e víveres em quantidade suficiente. E com isso ele organiza a exploração de seus domínios e dos antigos domínios eclesiásticos. Nas regiões de submissão recente, na Aquitânia, na Baviera, o agrupamento de vassalos assim estabelecidos constitui verdadeiras colônias: ali o rei lança bases sólidas de estabilidade política e de fidelidade. Em caso de necessidade, são bases de intervenção militar passíveis de imediata mobilização.

Os vassalos reais não estabelecidos estão na escala mais baixa dessa hierarquia. Sua vassalagem garante a subordinação, não a organização da sociedade. Eles não obtêm do rei, em troca de um serviço no palácio, senão a garantia de serem mantidos na corte. Em suma, são pobres e quase não são levados em conta. Muitos são jovens que formam uma espécie de guarda próxima em tempo de paz e uma massa de combatentes rapidamente mobilizável em caso de necessidade, e isso sem que seja necessário discutir o assunto em assembléia e organizar uma convocação do exército de acordo com as normas. São os *scarae*, as tropas de elite das expedições arriscadas, dos ataques

sem preparação, dos contra-ataques urgentes. Eles constituem a escolta das viagens reais e das missões diplomáticas. Alguns são empregados na guarnição das fortalezas reais em regiões mais insubmissas. Os mais hábeis conseguem que se lhes atribuam missões menos subalternas. Até a reforma dos *missi* em 802, é entre eles que Carlos toma a maior parte dos seus *missi dominici*, e aquele que se destaca pelo seu zelo tem uma chance de se tornar *casatus*.

É verdade que muitos desses vassalos reais não passam de domésticos de um nível superior. Mas eles não estão em posição desfavorável para ver o seu serviço recompensado, e principalmente sua participação nas operações militares de urgência: na Aquitânia, na Itália, na Baviera, muitos deles terminam por ser estabelecidos nos domínios confiscados. O rei tira daí uma vantagem política, nessas regiões onde ele precisa, para fazer que sua autoridade seja aceita, confiar muitas "honras", e principalmente funções de conde, a membros da aristocracia local. Mais do que os grandes recentemente admitidos, esses vassalos enfim estabelecidos formam, por todo o território, uma rede permanente de fiéis com a qual o rei pode contar a qualquer momento. Naturalmente, eles se integram ao exército, e com seus próprios vassalos, mas não no contingente conduzido pelo conde. Participam também da assembléia geral do povo franco, e nela contam com a atenção da gente do palácio, que eles bem conhecem. Vêem-se alguns que, no apogeu de carreiras que se iniciaram à sombra do palácio, encontram-se à frente de duzentos *mansi*.

A espoliação das igrejas

A aristocracia, de que os prefeitos do Palácio da Austrásia foram os perfeitos representantes, saiu do meio, juridicamente indefinível, dos grandes proprietários galo-romanos perenizados em seus domínios e dos companheiros francos do rei merovíngio dotados por este de terras recém-conquistadas. Estamos ainda muito longe de uma nobreza hereditária, mas a propriedade é hereditária e, com todas as mudanças de posição que decorrem das partilhas sucessórias, dos aportes matrimoniais, das heranças, da distribuição de novas conquistas ou de novos domínios confiscados, a aristocracia forma um grupo social coerente, de onde emergem aqueles aos quais cabem as oportunidades de fortuna, que são as funções públicas, como as dos condes, duques e bispos. Em suma, aquilo a que chamam "honras".

Grandes proprietários mas estranhos à estratificação social, os estabelecimentos eclesiásticos são os beneficiários da generosidade real e dos grandes senhores. Multiplicam-se as doações no século VII. Fundar um monastério é obra pia, que implica uma dotação. Acrescer essa dotação de algumas terras e de alguns direitos remuneratórios se torna, passada a época da fundação, obra pia. Três ou quatro séculos de doações que nunca voltam à massa disponível — as igrejas não morrem, e mais adiante falaremos de "bens de mão-morta" — fizeram do conjunto das dioceses e dos monastérios o maior proprietário de bens de raiz da antiga Gália romana e das nações germânicas tocadas pela evangelização.

Daí resulta que os bispos e abades têm um peso político multiplicado por sua capacidade intelectual de assumir responsabilidades outras que não as militares. O fenômeno se amplifica pelo fato de que os destinos individuais podem se desenvolver em sentido inverso: ao homem que presta serviço como administrador ou como conselheiro, concede-se de bom grado uma diocese ou uma abadia. De Remígio de Reims a Léger de Autun e a Arnulfo de Metz, passando por Gregório de Tours, Elói de Noyon e Dadon (que viria a ser Santo Ouen) de Ruão, são numerosos os exemplos desses clérigos que exercem grande influência, e no mais das vezes de forma bastante eficaz, na vida do reino merovíngio. Passada a crise do episcopado que marca a época dos primeiros soberanos da dinastia de Pepino, conhece-se o papel desempenhado em meados do século VIII pelo arcebispo Bonifácio, pelo bispo Burchard de Würzburg, pelo abade Fulrad de Saint-Denis. Sabendo usar sua competência, Carlos Martel avalia, como muitos reis merovíngios antes dele, o inconveniente que existe em deixar a Igreja, já senhora da esfera espiritual, erigir-se em poder político.

Essa consciência só torna mais fácil para Carlos Martel espoliar as igrejas. O homem tem um certo espírito religioso. Mas ele sabe que o poder do prefeito do Palácio depende de sua riqueza em terras e em homens. Ora, a popularidade dos francos junto à aristocracia galo-romana não se devia apenas, no século V, à conversão de Clóvis a um cristianismo que respeitava o *Símbolo de Nicéia* diante de godos e burgúndios adeptos do arianismo. Ela se devia também ao fato de que o pequeno número de francos — dez por cento da população das regiões francas — lhe permitia espoliar o menos possível os proprietários de terras, enquanto o sistema de "hospitalidade" tinha, nas gerações anteriores, transferido aos godos e aos burgúndios um terço das propriedades galo-romanas. Para a aristocracia galo-romana, isso significava pagar a segurança, mas pagar caro.

Para conseguir vassalos e para os manter, o merovíngio deu muitas terras. Eginhardo censurou a dinastia extinta.

> O rei só tinha de seu um único domínio, muito pouco produtivo, no qual havia uma casa com uma pequena criadagem para fazer o necessário e receber suas ordens.

Carlos Martel sente a mesma necessidade, mas o "fisco" real — ou seja, o conjunto das propriedades do rei — está praticamente esgotado, e dar a francos terras na Alemânia ou na Baviera seria indispor-se de uma vez por todas com a aristocracia alemânica e bávara. E o prefeito do Palácio não pode afastar seus fiéis mais do que o razoável: seria como reconhecer sua independência. Por isso, precisa de terras para doar que não subtraídas do patrimônio da dinastia de Pepino, e isso nas regiões onde ele considere que seus vassalos devam ser recompensados. Como não pensar de pronto nos domínios das igrejas? Espoliar bispos e abades é grande prova de inabilidade, mas Carlos Martel praticamente não consegue pagar seus vassalos sem correr o risco de uma hostilidade das igrejas. Os clérigos, muito magoados com isso, contribuem para que ele tenha uma má reputação.

Foi à época de seus filhos que se imaginou um outro sistema. Sem dúvida Bonifácio tem influência nisso. Em 742, Carlomano promete às igrejas da Austrásia restituir-lhes o que lhes foi tomado. A intenção é louvável, mas pô-la em prática seria instigar à rebelião todos os grandes senhores que se beneficiaram da espoliação. Na assembléia de Estinnes (às vezes chamada Leptinnes), em 743, Carlomano volta atrás em suas promessas um tanto impensadas. Ele reconhece que continua tendo necessidade dos bens das igrejas para garantir a fidelidade de seus homens e enfrentar a ameaça estrangeira, mas imagina uma outra solução: generalizar um sistema, o da "mercê", ao qual muitos grandes senhores já recorreram. Trata-se da concessão temporária em usufruto, no mais das vezes utilizada para remunerar serviços também temporários. E toma-se uma precaução, que talvez fosse de praxe:

> Que se tenha o cuidado de zelar para que as igrejas ou monastérios cujo bem é concedido a título precário não sofram de penúria ou de pobreza, mas que, se caírem na pobreza, a posse integral seja restituída às igrejas e ao Senhor Deus.

Aquilo que se chama de mercê, e cada vez mais de "benefício", é, e ainda será por um bom século, o meio empregado pelo rei para manter seus condes e seus vassalos diretos: terras e direitos ligados à função. O sistema é antigo. O único inconveniente prendia-se ao fato de que os merovíngios tiravam de seu patrimônio as terras concedidas nessas condições e que, dadas de forma plena ou concedidas em usufruto, não traziam nenhuma renda ao rei. É isso que Carlomano busca remediar: é preciso manter os seus fiéis, sem se empobrecer.

Pepino, o Breve, logo imita seu irmão. O príncipe dos francos — ninguém se dá ao trabalho de esclarecer que ele age em seu próprio nome e não em nome do rei — concede a um de seus fiéis, como simples usufruto, uma terra que ele toma de empréstimo a uma igreja. O vassalo solicita, com uma prece, um "precário". A terra será chamada de "precária". A concessão é feita por uma vida, às vezes, por duas ou três. Portanto, ela é temporária. "Precário" terminará por significar temporário. A igreja não perde tudo: o "precarista" lhe pagará um foro, à razão de cinco cêntimos por rendeiro, isto é, por família camponesa.

No acordo, o vassalo ganha a simples posse temporária de uma terra e o essencial de sua produção em troca de um serviço em armas devido ao rei e de um foro devido à igreja, além da obrigação de manter os bens recebidos e também os edifícios do culto. O rei ganhou um exército. A igreja perde a maior parte da renda e não — teoricamente — o capital. Os espíritos lúcidos logo compreenderam que, a longo prazo, o capital estava perdido.

Apesar da instituição do dízimo obrigatório — a oferenda do cristianismo primitivo, inspirada na tradição bíblica, se torna então uma imposição — que Pepino tentará estabelecer em 755 e que será imposto de fato em março de 779, pela capitular de Herstal, por um Carlos Magno desejoso de diminuir o descontentamento do clero, bispos e abades continuarão a protestar, mas em vão. O acréscimo, em 779, de um segundo dízimo, a "nona", isto é, um nono, pago à Igreja pelos vassalos que receberam terras tomadas a esta, não bastará para acalmar os ânimos. O rei esclarece que o dízimo e a nona são devidos tanto pelos precaristas que pagam o foro como pelos proprietários que não têm obrigação de pagar o mesmo foro: esses proprietários, cujas terras não derivam da espoliação dos bens da Igreja, tentavam naturalmente furtar-se ao dízimo, pelo fato de não terem a obrigação de indenizar a Igreja.

E Carlos aproveita para fazer um balanço completo de uma situação que tende a se complicar. Porque alguns proprietários, em geral

modestos, consideram vantajoso oferecer uma terra a uma igreja que a cede, de volta, em caráter precário, mas aumentando-a um pouco. A igreja aumenta assim seu patrimônio e recebe um foro, o antigo proprietário continua em sua terra e ganha lotes suplementares para cultivar. Distinguir-se-ão, esclarece Carlos, os precários *verbo regis*, "por ordem do rei", dos precários surgidos por decisão própria. Não se deve fazer passar por precário derivado da espoliação o que é o fruto da generosidade natural dos proprietários. O rei não pretende sobrecarregar ainda mais o contencioso de casos que não lhe dizem respeito.

Em outro sentido, Carlos cuida para que o dízimo seja bem empregado em proveito da Igreja, e não apenas do clero. Na assembléia de Thionville, em 805, ele chama a atenção dos *missi* para os clérigos que recebem os dízimos mas não se interessam em cuidar de sua igreja.

No fim do século IX ainda se falará desses casos nos concílios. Em sua forma duradoura, o "precário por ordem do rei" é cedido em caráter temporário pela igreja que faz o acordo.

Com o passar dos séculos, a instituição sofrerá mudanças em suas modalidades, mas não em seu princípio. O fiel se tornará um vassalo, a mercê se tornará um benefício, depois um feudo. Quando Pepino, o Breve, se torna rei, ainda se está longe de um sistema social. Simplesmente encontrou-se o meio de remunerar as lealdades e os serviços sem diminuir a base do poder real. Assim fazendo, deu-se um conteúdo real à ligação homem a homem que continuava pessoal com a simples fidelidade. Mas já em 806 Carlos se queixa dos seus fiéis, condes ou outros, que confundem seu benefício com suas propriedades pessoais.

> Eles empregam em suas próprias terras nossos servidores afetos ao supracitado benefício. O resultado é que nossos domínios estão desertos, o que causa toda uma série de inconvenientes nos lugares vizinhos.
>
> Acontece até de cederem nosso benefício a outro, como propriedade, de maneira que essas terras terminam por serem tomadas por domínios de propriedade plena e livre.

Como se vê, Carlos Martel e Pepino, o Breve, fizeram frente a uma necessidade. Eles criaram um problema de que se falará por muito tempo.

CAPÍTULO IV

UMA NOVA ECONOMIA

CIDADES

Apesar de um evidente arrefecimento do fenômeno urbano que caracterizava tão fortemente as estruturas políticas e sociais do mundo greco-romano, as cidades ainda têm muita vitalidade no século VII. Elas são, em sua maioria, as antigas cidades romanas, numerosas e próximas umas das outras no sul mediterrâneo, na região do Ródano e, naturalmente, na Itália, sendo mais espalhadas alhures. Mas foram mais devastadas do que o campo pelas grandes epidemias de peste do século VI. Atingindo principalmente o Ocidente por Roma e por Marselha, as pestes, acompanhando as grandes estradas, atingiram Toledo, Lyon, Orléans e Colônia. A média Itália, entre Roma e a Venécia, a Lombardia, a Provença e o baixo Languedoc parecem ter sido atingidos quatro vezes em meio século, e essa repetição do flagelo bastou para anular o ganho demográfico que, sem ele, se teria com a onda de nascimentos que costuma se seguir às mortalidades. A volta das epidemias, atacando as novas gerações, destrói sua capacidade de compensar o déficit populacional.

Alguns fenômenos puramente circunstanciais contribuíram para o reequilíbrio populacional, como é o caso da conquista árabe. Esta, que se sucedeu a algumas crises de anti-semitismo na Espanha visigótica, motivou fluxos populacionais que beneficiaram as cidades da Aquitânia meridional e da Narbonesa.

Como era uma cidade àquela época? No horizonte, uma igreja, a catedral, casas com um ou dois andares, raramente três, e às vezes um muro ou o que sobrou dele.

É preciso esclarecer ainda que o "grupo catedral" não se limita apenas à igreja catedral, que é mais visível por causa de suas dimensões

e de sua altura. Em Metz, na época do bispo Chrodegang, a catedral Saint-Étienne sobranceia em seu flanco norte um batistério e, em seu lado sul, um conjunto de quatro igrejas com funções indeterminadas, Saint-Pierre-le-Majeur, Saint-Paul, Saint-Gorgon e Notre-Dame-la-Ronde, mais ou menos agrupadas em volta de um vasto claustro. Em Paris, a grande catedral de cinco naves dedicada a Santo Estêvão é acompanhada de um batistério de Saint-Jean-le-Rond, uma igreja Notre-Dame a leste e uma igreja de Saint-Germain-le-Vieux a oeste, sem esquecer o palácio episcopal ao sul, junto ao que resta de uma muralha romana, e, ao norte, o claustro que dá para um asilo.

Uma dezena de hectares e dois ou três mil habitantes constituem a cidade. Raras são as cidades que mantiveram o tamanho que tinham no Baixo Império: quando foi preciso proteger-se das invasões, entre o século III e o século V, em geral renunciou-se a fechar todo o espaço aberto da cidade antiga, no tempo de seu maior desenvolvimento, fortificando o que constituía seu coração. Isso não significa, de resto, que em tempo de paz a população tenha abandonado totalmente os bairros antigos: só em caso de perigo as pessoas se refugiam dentro das novas muralhas da cidade.

Ponto de cruzamento de muitas estradas e metrópoles eclesiásticas, cidades como Lyon, com cerca de cinqüenta hectares, Marselha, Bordéus ou Reims, com cerca de vinte ou trinta hectares, ainda têm seu aspecto monumental e mesmo suas muralhas antigas: aí se encontram, talvez, alguns milhares de habitantes. O esplendor de Arles e a pujança e o dinamismo econômico de Bordéus são coisas do passado. Não resta grande coisa da Toulouse que foi a brilhante capital de um reino visigótico. Paris, uma das capitais dos reis merovíngios, certamente só tem metade dos oito a vinte mil habitantes da Lutécia do Baixo Império. Com seus 265 hectares, Trier é uma exceção: é a antiga sede da Prefeitura das Gálias, e a mais forte guarnição da região fronteiriça. O deslocamento para o leste do *front* militar na Germânia fará de Trier, assim como de Colônia, cidades como as outras. Pepino, o Breve, e Carlos Magno terão, no curso de suas expedições na Itália, a surpresa de encontrar cidades como Roma, Pavia, Ravena ou Milão. Roma ainda é apenas a cidade do papa, e a função política de Milão deixa de existir juntamente com o Império romano; Ravena perde sua expressão política com a queda do exarcado bizantino; Pavia, com a ruína do reino lombardo.

Sedes de dioceses e de condados, as velhas cidades romanas assistem ao desaparecimento de suas funções econômicas, mas elas

mantêm um papel de capitais. Há uma centena de cidades como essas, cidades de clérigos, de artesãos e de pequenos comerciantes, que vivem da clientela local e gozam da modesta prosperidade que lhes é propiciada por sua região meã. Alguns mercados de alcance regional já começam a se destacar. No essencial, porém, a cidade perdeu suas funções econômicas de produção. É na aldeia que se fabricam e se reparam os utensílios agrícolas, e é nos grandes burgos rurais que se fazem as trocas de uma economia de pequeno alcance, baseada na produção de alimentos.

As pessoas que têm um ofício se organizam, como nos tempos romanos, em associações profissionais. Constrói-se ainda à moda romana, com pedras. As casas dos grandes senhores têm termas. Os palácios dos reis e dos condes, as catedrais e dioceses, as fortificações reconstruídas, tudo isso dá às cidades seu caráter particular. No norte e no leste, a maioria das casas é de madeira e de adobe. Tanto nas cidades quanto em suas cercanias, recuperaram-se as ruínas do tempo das invasões. A pedra é talhada e usada na construção, esculpem-se os capitéis das igrejas e os sarcófagos para as sepulturas dos grandes senhores, cinzelam-se as obras-primas da ourivesaria nos esmaltes alveolados que fazem a reputação dos tesouros episcopais ou abaciais.

As abadias que se multiplicam para além das portas — Saint-Germain-des-Prés ou Sainte-Geneviève, em Paris; Saint-Martin, em Tours; Saint-Médard, em Soissons; Saint-Remi, em Reims — ainda não constituem a base de burgos laicos, mas já têm, com seus edifícios conventuais, um lugar visível na paisagem suburbana. Os habitantes já começam a se aglutinar em torno da abadia. Da vila a esses burgos ainda embrionários, o tecido urbano ainda é frouxo, mas a paisagem já não é totalmente rural.

O OURO E A PRATA

As relações comerciais vivem na herança degradada do mundo romano. Maomé ou Carlos Magno? A questão colocada em 1922 por Henri Pirenne continua sem outra resposta que não a simples negação da alternativa. Será que o quadro das relações no seio do mundo romano é revolucionado, depois de um século VI ainda caracterizado por uma moedagem de ouro conforme aos hábitos herdados do Império, pela conquista árabe que faz do Mediterrâneo, outrora nó de relações entre suas margens, uma verdadeira fronteira militar e econômica?

Ou, ao contrário, estaria esse quadro intacto, até que se afirme o caráter continental do Império carolíngio, mais voltado para as planícies da Europa central que para o litoral mediterrâneo? O ouro do Sudão, com o qual os árabes da África do Norte pagam o ferro, a madeira e os escravos que compram da Europa na Espanha, não revitalizou a economia do reino franco ao longo do século VIII? Mas seria esta afetada, fundamentalmente, pela hemorragia por demais longa que, em função de um desequilíbrio das relações comerciais com o Oriente, terminou por paralisar as trocas no Mediterrâneo? Passaram-se anos desde a pergunta de Pirenne, e os historiadores haveriam de convir que, cada um desses fenômenos, em sua época, teve seu papel no enfraquecimento das relações da Europa com o Magreb e com seus antigos parceiros do Oriente.

A moeda por muito tempo esteve integrada no sistema bimetalista herdado de Roma. No espaço merovíngio, contam-se várias centenas de oficinas de cunhagem: mais de 1.300 lugares diferentes entre a segunda metade do século VI e meados do século VIII, para nos limitar apenas aos lugares comprovados por moedas remanescentes. De quando em quando cunham-se nesses lugares novas moedas para o rei (Paris, Sens, Ruão, Reims, Tours, Bourges, Clermont, Marselha...) ou para prefeitos do Palácio (Ebroíno, Rainfroi, Waraton, Pepino de Herstal, Carlos Martel...), para bispos (Paris, Angers, Le Mans, Poitiers, Senlis, Toulouse...) ou abades (Saint-Germain d'Auxerre, Sainte-Croix d'Orléans, Saint-Médard de Soissons, Saint-Denis, Saint-Martin de Tours, Saint-Maurice d'Agaune, Ligugé...), e até para simples proprietários. Os moedeiros trabalham para aqueles que os empregam, trocando de patrão ao sabor das circunstâncias.

Mas, ainda que algumas moedas sejam cunhadas no palácio do rei, o monopólio do Estado já está esquecido, e os que podem cunham moedas, não tendo o menor escrúpulo em fazer figurar, com ou sem um selo do imperador, o nome do rei e o próprio nome. Assim, cerca de 1.500 fabricantes emitem, em seu próprio nome, moedas cujo valor corresponde apenas ao do teor do seu metal fino, ouro ou prata. As moedas de bronze e de cobre, que só eram reconhecidas porque o imperador romano as garantia, já não são mais cunhadas, mas não desapareceram, e sua relativa abundância atende satisfatoriamente as necessidades do comércio.

Na década de 540, Teodeberto I, neto de Clóvis e soberano da Austrásia, arrogou para si o direito de cunhar moedas com sua efígie para substituir os soldos [*solidi*] do Império romano, que agora são os

nomisma de Bizâncio. Os outros merovíngios seguem o exemplo, mas a vontade política logo atinge seus limites econômicos: o ouro se faz raro. Um comércio em retração tem menos necessidade de grandes volumes de meios de pagamento. No curso do século VI praticamente cessou a emissão de soldos à romana, e não se vê mais circularem as moedas bizantinas depois da década de 630, em parte porque as que ainda existem constituem a principal fonte de metal precioso, sendo rapidamente fundidas para as necessidades da ourivesaria. Apesar desse entesouramento, continua-se a cunhar moedas com valor correspondente a um terço de soldo, os chamados *triens*, mais apropriados a um comércio de dimensões medíocres. O *triens* pesa cerca de 1,3 grama, sendo portanto uma moeda minúscula. Alguns *triens* dessa época ainda continuariam a circular na década de 800.

Sem dúvida, por sugestão de Elói, então tesoureiro de Clotário II, recomeça-se, por volta de 625, a cunhar moedas, em geral bem finas, a exemplo dos antigos *siliques* cuja cunhagem cessou por um bom meio século: os exemplares conservados pesam de 0,7 a 1,4 grama; em sua maioria, pesam em torno de 1,28 grama. Essa nova moeda, cujas variedades se distinguem pelo lugar de cunhagem, sempre registrado em cada moeda, é o denário. Por essa época, quarenta desses denários valem um soldo, o que — dado que o soldo pesa em média 4,45 gramas — estabelece uma relação do ouro/prata próxima da de 12:1, que haveria de ser fixada por Carlos Magno e que vigoraria por muito tempo. Observemos que na mesma época a relação é de 14:1 no Oriente muçulmano: lá, o ouro é bastante superestimado. Já em pleno funcionamento na Antigüidade, as minas de chumbo argentífero de Melle, no Baixo Poitou, passam a fornecer então às oficinas aquitanas do reino franco. Portanto, o bimetalismo predomina na primeira metade do século VII e ainda existe até cerca de 710. O ouro, em seguida, parece faltar, provavelmente em função do êxodo das moedas que servem para financiar um comércio, sempre deficitário, com o Oriente: o Ocidente não tem muita coisa para vender ao Oriente. Durante vários séculos, foi preciso pagar com ouro.

O ouro falta, mas também diminui a necessidade desse metal. Eis uma prova disso: a queda de seu valor comercial. Pagavam-se quarenta denários por um soldo de ouro. Paga-se agora cada vez menos, o que não faria sentido se o metal fosse raro, mas procurado.

Não devemos negligenciar, porém, o entesouramento. Há séculos, reis, dioceses e monastérios acumulam tesouros de ourivesaria, tirando o ouro de circulação monetária. O entesouramento feito pelos reis

normalmente é provisório: é um meio de conservar seu metal precioso, enquanto se espera o momento em que haverá necessidade de cunhar moedas. O das igrejas é definitivo: salvo em caso de necessidade extrema, não se fundem nem vasos litúrgicos nem relicários. À época em que eles são feitos, considera-se que se usa pouco metal. A longo prazo, esse uso termina por fazer diferença.

No século VIII, só se cunham denários de prata, moedas cujo peso varia muito, dependendo das oficinas e das datas, mas que em geral têm pouco mais de um grama. Até meados do século VII, cunhavam-se 240 moedas usando-se uma libra de peso (a libra romana de 326,337 gramas), o que dava um peso teórico de 1,36 grama, raramente atingido na prática, assim como raramente se respeitava o título que deveria ser de prata fina e que parece, no mais das vezes, ter um ou dois décimos a menos. Seguindo a relação oficial do ouro/prata, que desde Augusto ficou fixada em 12:1, isso significa que doze denários fazem um soldo, ainda que a relação tenha baixado um pouco no mercado e que não se cunhem mais soldos. O soldo está se transformando em simples unidade de contagem, e isso bem antes que surja a justificação simbólica pelo caráter sagrado do número doze.

Continua-se a cunhagem desses denários em nome do rei, em nome dos prefeitos do Palácio, dos bispos e mesmo dos moedeiros. Mas Carlos Martel lutou com sucesso contra a proliferação de oficinas que se furtavam à autoridade real, chegando mesmo a fechar, em 736, a de Lyon. De Quentovic a Narbonne, de Mogúncia a Angoulême e de Angers a Genebra, recensearam-se 32 oficinas que cunharam denários em nome de Pepino, o Breve. Apenas oito eram oficinas episcopais. Às vésperas da eleição de Pepino à realeza, só restarão as de Paris, Sens e Poitiers. Os prefeitos do Palácio terão preparado o monopólio real dos primeiros carolíngios.

Em 755, no concílio de Ver, Pepino, o Breve, faz uma correção: os denários só serão cunhados à razão de 22 "soldos de denários", por libra de metal, ou seja, 22 vezes doze denários, portanto 264 moedas. Contando a própria libra doze onças, tem-se um peso teórico de 1,236 grama. A doze denários por soldo, taxa doravante obrigatória, essas 264 moedas equivalerão a 22 soldos. Ao mesmo tempo, fecham-se muitas dessas oficinas que proliferaram sob os merovíngios por conta de moedeiros diversos, de bispos, de abades, de condes. Para o reino como um todo, só se tem dezoito, doze das quais são oficinas reais.

A essa altura, a moeda de ouro não passa de uma lembrança. As últimas cunhagens de certa monta — os *triens* de Childeberto II —

datam do fim do século VI. Por volta de 600, as moedas de ouro — *triens* — encontradas no tesouro descoberto em Escharen, próximo a Nimega, provêm de várias oficinas do Reno, do Mosa e do Ródano. O tesouro de Nietap, na Frísia, contém ainda cerca de 640 dos *triens* reais que vêm de Maastricht, de Metz, de Chalon e de Viviers. Com eles, encontram-se imitações cunhadas na Frísia. Na mesma época, a oficina de Duurstede, na margem setentrional do delta do Reno, cunha grandes quantidades de moedas de ouro. Depois disso, as raras cunhagens são feitas em função do prestígio e não da comodidade, e Carlos Magno verá em sua prática apenas a afirmação de um direito soberano de cunhar ouro, como o imperador bizantino. Mas ainda que se tenha deixado de cunhar ouro, este continua a circular: enterrado na década de 690, o tesouro de Bordéus constitui-se ainda, em boa parte, de moedas de ouro, muitas das quais são feitas de uma liga de 55% de ouro e 45% de prata. Em seguida, o século VIII praticamente só conheceria o denário de prata. Os tesouros que se podem datar de depois de 710 só contêm o metal branco. Não se vêem circular nem mesmo os antigos *triens* de ouro. O ouro só voltará a se tornar metal para cunhagem de dinheiro em meados do século XIII, na Itália, e no final desse mesmo século, na França. Base do sistema monetário carolíngio, o denário e seus múltiplos teóricos — o soldo de doze denários e a libra de vinte soldos — fundarão todo o sistema de contagem até o século XIV.

À falta de documentos, não se pode fazer uma estimativa mais aproximada dos efeitos do advento desse monometalismo de prata na vida econômica. Mas está comprovado que a prata, cuja insuficiência ficará evidente com o renascimento do grande comércio a partir do século XIII, corresponde melhor às necessidades de um comércio a varejo de pequeno alcance, comércio este que traduz as relações econômicas no seio do reino franco. Ela facilita as pequenas compras, que é justamente o que permite a vida cotidiana. Das roupas aos utensílios de mesa e instrumentos de trabalho, sem esquecer as pequenas atividades de serviços, a prata põe o comércio ao alcance de uma população cuja maioria não conseguiria ter acesso ao comércio de gêneros e de objetos vendidos a preços em ouro. Isso teve o efeito de melhorar a vida cotidiana.

ESTRADAS E CENTROS DE COMÉRCIO

Da mesma forma como se continuou a ir em peregrinação aos lugares santos e a trazer relíquias, o grande comércio com o Oriente havia muito tempo abastecia as casas dos grandes senhores. Ainda no século VI, os portos do reino franco estão em plena atividade: Marselha, Toulon, Arles, Narbonne mantêm relações com o Oriente Próximo, e aí se encontram colônias de "sírios". Um sírio, Eusébio, tornou-se bispo de Paris em 552. A grande rota meridiana que liga o Mediterrâneo ao mar do Norte ainda faz a fortuna de Marselha, de Lyon e de Chalon-sur-Saône, e agora garante a notoriedade de lugares como Colônia, Maastricht e Nimega. Os comerciantes francos estão presentes, como vendedores e como compradores, nas feiras de Pavia. Em Lyon e em Avignon, em Arles e em Chalon-sur-Saône, os postos da alfândega vigiam as passagens por onde se faz o tráfego: lá se pagam impostos. Paga-se também para atravessar pontes e para entrar nas cidades. Os contemporâneos dos merovíngios viram passar dromedários carregados de fardos de mercadorias. As sedas compõem o guarda-roupa das rainhas e encontram-se também nas sacristias das catedrais. Vendem-se marfins bizantinos. As chancelarias usam papiros. Encontram-se nas melhores mesas frutas exóticas, especiarias raras como a canela, o cravo-da-índia ou o gengibre. As tâmaras chegam às margens do Loire. Nunca faltam incensos nas igrejas.

Não obstante, são visíveis os sinais de declínio. O caroço das tâmaras é usado como amuleto, o que indica a inexistência de uma cristianização profunda e de uma grande abundância de produtos exóticos. Nas regiões sem oliveiras, a cera da produção local começa a fazer concorrência ao óleo de oliva, que seria preciso mandar vir de fora. O papiro do Egito vai ficando raro e já se pensa, depois da década de 670, em passar sem ele. Mesmo a chancelaria real renuncia ao seu uso depois de uma avaliação de Clóvis III em 692. Ainda se acha um pouco de papiro, e em 787 o abade de Saint-Denis ainda o utiliza para um relatório a Carlos Magno. Em seguida, só a chancelaria pontifical o consegue, mas trata-se do papiro da Sicília, de qualidade inferior ao do Egito. Esse desaparecimento fará a fortuna do pergaminho, que surge por volta de 670 e triunfa no século VIII.

Nas cidades, fala-se muito menos dos sírios, e assiste-se à redução das atividades dos portos, tanto de Fos quanto de Marselha. A moeda de prata, que leva a melhor sobre a moeda de ouro, não poderia servir de meio de pagamento do comércio a grandes distâncias, porque era

subestimada no Oriente. Só depois do ano 1000 a prata se tornará rara no Oriente e o Ocidente exportará — o que lhe é muito conveniente — sua prata. No século VII, é o ouro que falta no Ocidente. Às vezes tomado com padrão nas trocas, o ouro é cada vez menos usado como meio de pagamento. Quando faltam os meios de pagamento, compra-se menos.

No mundo franco as trocas ainda respondem às necessidades da clientela. As estradas romanas continuam sendo praticáveis, e ao que parece são conservadas. Certamente não é por acaso que a tradição dos séculos seguintes fará delas as "estradas Brunilda". O vinho, o trigo, o sal, os tecidos, a cera, o óleo, o peixe salgado circulam de uma região a outra. E o comércio com o Oriente continua através dos portos italianos, sempre em contato com Bizâncio e com os centros comerciais do mar Negro, e pela Espanha muçulmana, que se comunica constantemente com o Egito por via marítima ou pelo litoral do Magreb. Talvez os próprios comerciantes francos tenham algum contato, se não com seus antigos fornecedores do Oriente agora árabe, pelo menos com os intermediários italianos que haverão de dominar por vários séculos todo o comércio com o Mediterrâneo oriental.

O tráfico de escravos [*esclaves*, em francês] não é dos menores. O mundo muçulmano precisa deles. Como seu nome indica, são eslavos [*Slaves*], capturados pelos exércitos francos nas franjas do sudeste da Europa. Mas encontram-se também anglo-saxões nesse gado humano. O essencial é que eles sejam pagãos. Foi em Verdun que, já no século VI, estabeleceu-se o grande centro desse comércio, o mercado dos escravos da Europa ocidental. Aí se encontram compradores vindos da Espanha moçárabe e intermediários judeus cuja superioridade se deve ao fato de em geral falarem muitas línguas. A economia é um motor da vida política. Em meados do século VI, o rei Teodeberto I abre aos comerciantes de Verdun o enorme crédito de 7 mil soldos de ouro para estimular o desenvolvimento de seus negócios. A capitular de Herstal, em março de 779, determina uma estreita vigilância do comércio — é preciso saber exatamente o que é vendido — e renova a proibição de vender cristãos aos estrangeiros.

> Quanto à venda dos escravos ou dos não-livres, que essa se faça em presença do bispo ou do conde, ou em presença do arcediago ou do centenário, ou em presença do vidama ou do juiz do conde, ou sob testemunha notória. E que ninguém ouse vender um escravo ou um não-livre fora da província.

Aquele que o fizer pagará uma multa proporcional ao número de escravos vendidos. Se não tiver dinheiro, ele mesmo servirá como servo até pagar a multa.

É fácil avaliar a severidade da pena: não é se fazendo servo que o culpado ganhará o dinheiro que não conseguiu enquanto livre.

Certamente Maomé tem alguma influência nesse arrefecimento do tráfico mediterrâneo à roda da península Ibérica. É verdade que, desde o fim do século VII, os árabes estão presentes em toda a volta do Mediterrâneo. Aí se assiste ao confronto de dois mundos, o do Islã e o do cristianismo. A Espanha é ocupada a partir de 711. O risco que o mar oferece — o dos naufrágios — duplica-se no Mediterrâneo pelo risco dos piratas muçulmanos, cujos ataques praticamente não têm nenhuma relação com um conflito de religiões, embora seja evidente que eles não se encontravam lá antes da conquista árabe. Negar as conseqüências econômicas desta seria mostrar-se cego.

Mas nem tudo se resume a essa conquista. O que se vê sobretudo, desde o tempo de Carlos Martel, são os indícios do que viria a ser a profunda mudança política, erroneamente atribuída a Carlos Magno: uma nova orientação dos espíritos e das políticas.

Antes mesmo que Clóvis submeta a Aquitânia, é para o leste e para o nordeste que o reino franco volta seus olhares e sua energia. Nada mais normal: ao contrário dos godos, que tinham familiaridade com a orla do mar Negro antes de virem para o Ocidente, os francos não chegaram à Gália passando pelos países banhados pelo mar do Norte? Isto, cumpre lembrar, fez que não sofressem a influência do arianismo. Em seguida, a Alemânia e a Turíngia dão mais trabalho aos merovíngios do que os ostrogodos, os bizantinos e os lombardos. No tempo de Carlos Martel, o poder pertence aos austrasianos, que praticamente não conhecem o Mediterrâneo. Povos do Mosela e do Reno, eles estão familiarizados com as regiões do Danúbio e do Weser. Para os próprios neustrianos, a fronteira marítima é a da Mancha e do mar do Norte.

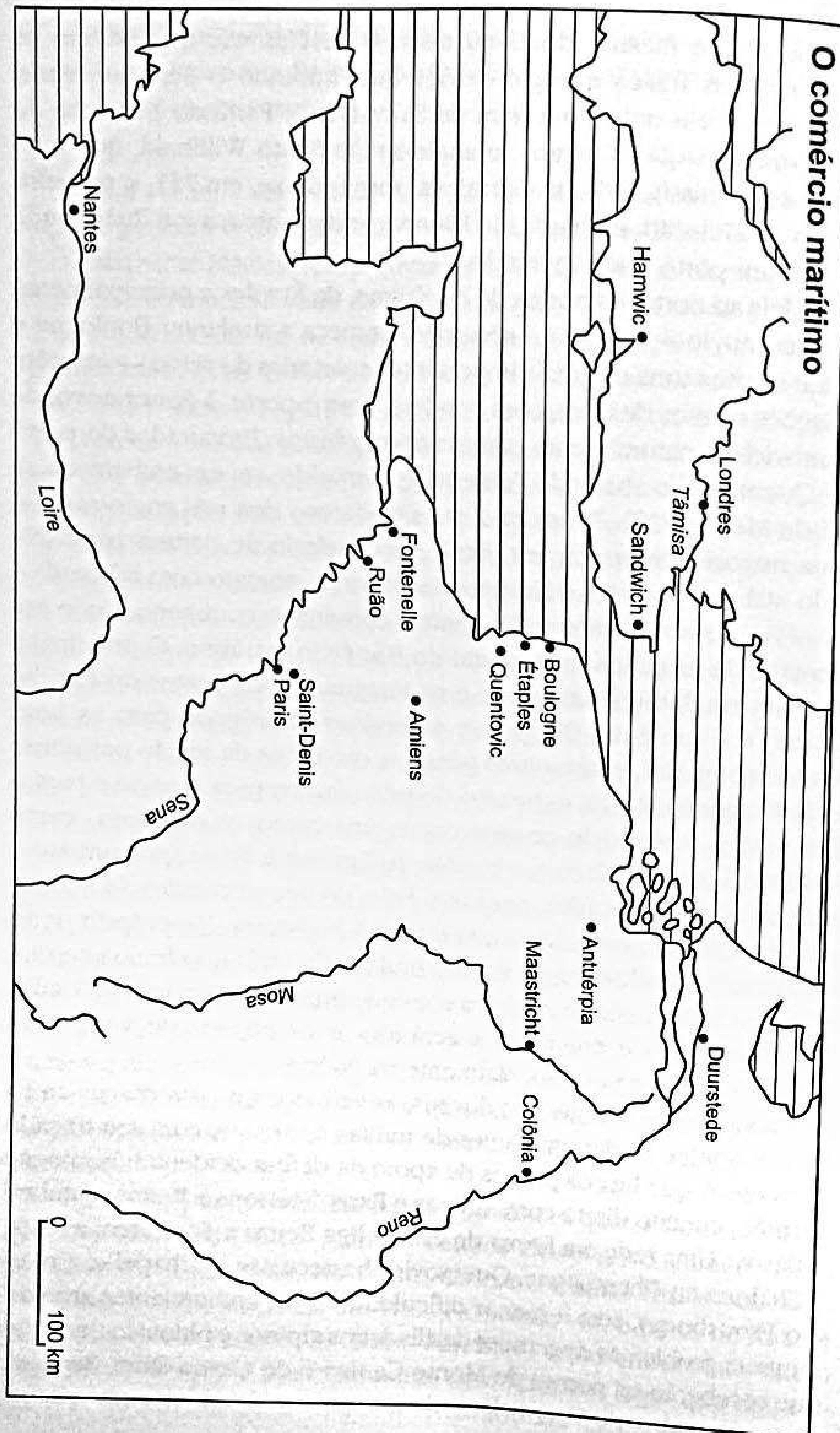
Portanto, é com os frísios e os anglo-saxões que se fazem trocas a grandes distâncias, e os grandes centros desse novo comércio são Maastricht e Duurstede, no norte. Os comerciantes frísios sobem o Reno até Worms, o Mosela até Trier. No século VIII, o porto de Ruão e o da abadia de Fontenelle (Saint-Wandrille) estão em contato direto com os de Wessex e principalmente com Hamwic, lugar que deu origem a Southampton e onde se encontraram cerâmicas da futura

Normandia, e mesmo do Beauvaisis. É de Hamwic que partem os comerciantes frísios e anglo-saxões que, subindo o Sena até Paris, freqüentam em outubro a feira de Saint-Denis. Partindo por volta de 720 para os Lugares Santos, o anglo-saxão Santo Willibald, que mais tarde seria missionário na Germânia, tornando-se, em 741, o primeiro bispo de Eichstätt, embarca em Hamwic e desembarca em Ruão, onde ele vê um porto e um mercado.

Mais ao norte, os portos de Boulogne, de Étaples e principalmente de Quentovic — que já no século VII começa a suplantar Boulogne e onde se situa uma das mais importantes coletorias do reino — mantêm relações com os de Kent, com Londres, com o porto, à época novo, de Sandwich, e naturalmente com os portos frísios. Procurador do porto de Quentovic, o abade de Fontenelle, Geroaldo, vai em embaixada ao rei de Mércia, Offa, à época o mais poderoso dos reis anglo-saxões, para negociar as condições fiscais do comércio de parte a parte. No lado atlântico, Nantes e Noirmoutier mantêm contato com a Irlanda.

Não nos esqueçamos dos centros comerciais continentais que governam, de forma indireta, muito do comércio marítimo. O principal é Amiens, no Somme navegável e na retaguarda dos portos do Pas-de-Calais, e é em Saint-Denis que as regiões impróprias para as boas vinhas compram, entre outros gêneros, os vinhos da região parisiense e da Borgonha. Mas a expansão do reino franco para o norte e para o leste faz a fortuna de centros comerciais como os do Mosa, como Verdun, Dinant e Namur, diretamente ligados à Frísia, por um lado, mas mais bem colocados, por outro lado, do que as cidades do Somme para o comércio com a Renânia e com a Inglaterra. No próprio porto de Marselha, onde os sírios tinham muita influência no século anterior, agora se vêem frísios e anglo-saxões que trazem os tecidos fabricados em seus países e compram a cerâmica e os objetos de vidro para vender na Noruega e especialmente na Suécia.

Rivalizando com as vias fluviais, as velhas estradas romanas ainda constituem eixos determinantes de muitas correntes, com seu traçado estratégico que liga os pontos de apoio da defesa ocidental: Boulogne mantém contato direto com Amiens e Paris, Soissons e Reims, Cambrai e Bavay. Uma rede em forma de estrela liga Reims a Tongeren, a Metz, a Châlons-en-Champagne. Quentovic abastece Aix-la-Chapelle, e mesmo Estrasburgo, sem a menor dificuldade. E os comerciantes atravessam sem problemas os grandes desfiladeiros alpinos e pirinaicos, aqueles que receberão os nomes de Monte Ceniso e de Grand-Saint-Bernard, de Roncesvales, de Tourmalet e de Somport.



A reabertura dos desfiladeiros alpinos do oeste, garantida desde meados do século VII sob a proteção dos reis lombardos, cuja capital, cumpre lembrar, é Pavia, no vale do Pó, concorre naturalmente para a revalorização das rotas continentais. Os Alpes agora põem a Itália em contato direto com o Reno, e isso em detrimento do caminho tradicional por Marselha, o Ródano, o Saône e o Mosa. Veneza já tira proveito dessa nova rota: apesar de um aparente paradoxo, Veneza é mais bem servida, pelo vale do Pó, do que os portos peninsulares mais próximos do Oriente, mas isolados do Norte pela grande extensão das estradas e pela cadeia dos Abruzos. Com a Ravena bizantina rebaixada depois de ser tomada pelos lombardos, Veneza não terá mais concorrentes até a emergência de Gênova.

O que se vê circular nessas rotas continentais e marítimas? Ainda que não se considere desprezível a produção de algumas jazidas de ferro na Normandia e em Gâtinais, e a de chumbo argentífero do Poitou, o reino franco sofre uma deficiência cruel de minerais e de metais. O chumbo inglês e o estanho da Cornualha são bem-vindos. Para as roupas, valorizam-se muito os tecidos ingleses e frísios, mas também, mais do que no passado, as peles. As peles fornecidas pela criação do carneiro, pela captura de coelhos, castores e doninhas castanhas ou pela caça de raposas e de lontras são bem comuns, ao lado das peles russas e escandinavas, que constituem uma das principais mercadorias nórdicas, a marta, o esquilo russo (*vair*), o arminho, a marta branca (zibelina), o urso, o lobo — peles estas trabalhadas por peleteiros profissionais como aqueles que sabemos existirem na abadia de Saint-Riquier. A ourivesaria aprecia o marfim que chega aos portos setentrionais por meio do comércio da Europa oriental. O âmbar do Báltico também é muito procurado.

Inversamente, ao reino franco não faltam víveres que podem ser vendidos. O trigo e o vinho vêm em primeiro lugar, produtos bastante favorecidos pelo clima da Gália. O políptico do abade Irminon nota o transporte de trigo de que se ocupam os camponeses de Saint-Germain-des-Prés, os de Villemeux, no vale do Eure, e os de Combs-la-Ville, no do Yerre: eles levam até Quentovic uma parte do excedente da produção de cereais dos domínios. Quanto ao vinho, o da região de Paris e o da alta Borgonha são vendidos em Saint-Denis, o dos vales do Mosela e do Reno é exportado por Duurstede e Antuérpia. A esses importantes itens da exportação franca acrescentemos o mel, para o consumo dos países que não dispõem de abelhas, e a garança, para tingir tecidos. Basta a enumeração desses produtos exportáveis para que se

compreenda que os maiores produtores são os grandes domínios dos monastérios, e não é de se espantar que os abades apreciassem — e sem dúvida exigissem — os privilégios que os isentavam dos impostos cobrados nas rotas que faziam sua fortuna. Embora os comerciantes anglo-saxões e frísios sejam normalmente profissionais livres, e se vejam empreiteiros livres e vendedores ambulantes transportando diversas mercadorias que lhes pertencem, os comerciantes francos que transportam trigo e vinho em carroças ou em barcos são, em sua maioria, homens, colonos e servos dos monastérios produtores.

Os tesouros permitem ter uma idéia da circulação monetária às vésperas do advento de Pepino. Em Plassac (Gironda), por volta de 720, de 89 moedas identificadas, 38 provêm de oficinas aquitanas e seis de Paris, mas encontram-se também moedas cunhadas em Marselha ou em Dijon, e doze *sceats** frísios ou anglo-saxões. Em Cimiez (Alpes Marítimos), em 737, o essencial do tesouro compõe-se de moedas marselhesas, mas elas vêm também do Auvergne, de Paris, e, também nesse caso, da Frísia. Em Bais (Ille-et-Vilaine), por volta de 740, contam-se 132 moedas de Poitiers, mas apenas uma de Paris, nove de Borgonha, oito de Marselha e 31 da Frísia ou da Inglaterra. Parece evidente que, nas estradas do reino franco, os frísios, e em segundo lugar os anglo-saxões, não se limitam a circular. Eles fazem negócios e têm estabelecimentos comerciais. Mesmo o quase desaparecimento dos *sceats* após 750 ressalta a importância adquirida pela Frísia aos olhos dos últimos prefeitos do Palácio: o declínio do comércio frísio no interior do continente se deve apenas às expedições feitas à Frísia por Carlos Martel. O que se arruína é o comércio dos frísios, não o papel comercial dos centros de comércio frísios. O interesse que por eles tem o prefeito do Palácio não se prende apenas ao apoio que dele esperam os monges encarregados de pregar o Evangelho na Frísia.

* *Sceat*: moeda de prata. (N.T.)

CAPÍTULO V

A VIDA ESPIRITUAL

AS LÍNGUAS

Uma das dificuldades com que se defronta aquele que sonha com a unidade do reino e pretende se fazer entender em toda a sua extensão é a diversidade lingüística. Essa diversidade está no espaço, mas também na vida cotidiana. Foi entre os séculos VIII e IX que o Ocidente instituiu, de forma duradoura, um bilingüismo dominado pela posição social dos indivíduos e dos grupos humanos, e também pelas circunstâncias. Durante vários séculos, aquele que foi o império de Carlos Magno iria, com o resto da cristandade européia, usar correntemente o latim e os falares vulgares que assumem o papel de línguas.

Portanto, haverá uma grande diversidade lingüística numa mesma região. Os camponeses falam apenas o seu vernáculo. Há aristocratas que entendem o latim e outros que não sabem uma palavra dessa língua. Os clérigos praticam o latim, mas entre eles encontramos diversos níveis de compreensão e de expressão. Quanto aos letrados, eles passarão do latim clássico, mas escolar, do Renascimento Carolíngio, ao latim relativamente simplificado das normas escritas da vida social e das atividades administrativas e mesmo do ensino. E esses mesmos letrados haverão de depurar o uso das línguas que os fiéis compreendem na igreja. Eles só voltarão verdadeiramente ao latim clássico no fim da Idade Média, quando as línguas românicas ou germânicas terão adquirido seus títulos de nobreza literária. Ainda numa mesma região, se distinguirá, nas duas línguas desse bilingüismo, a diferença essencial entre a língua escrita e a falada, para não falar da língua do pensamento silencioso, porque nunca poderemos saber em que medida a tradução imediata entra na expressão verbal ou escrita.

Para esclarecer a persistência de um certo tipo de latim, examinemos a forma como este é usado para nomear domínios e aldeias. Os nomes latinos são usados na denominação das antigas localidades galo-romanas. Não se abandonaram os *Albiniacum*, os *Sabiniacum* e os *Aureliacum*, que resultarão em Aubigny, Sévigné ou Aurillac. Para os topônimos que surgem em torno dos séculos VII e VIII, o que ainda prevalece é a construção do genitivo ou do adjetivo latinos, que se refletirão nos nomes franceses definitivos, mesmo com determinativos de proprietários ou de simples agricultores, entre os quais agora florescem os antropônimos de origem germânica. O substantivo continua sendo latino, ainda que, ao lado de *villa*, se encontre *villare* para designar um desmembramento do domínio, e sobretudo *curtis*, que é apenas, no sentido de um pátio de propriedade rural, o longínquo derivado do latim *cohors*. A *villa*, a aldeia ou a exploração agrícola de Aubry, Baudry, Robert, Anfry ou Martin é, pois, Aubervilliers, Baudricourt, Robercourt, Anfréville ou Martinville. O *mansus* de Bertrand é Bertrameix... Formações propriamente germânicas aparecem, porém, no norte e nordeste da Gália: a propriedade ou exploração agrícola de Bono e de Foucard são Bonningues e Foucherans. Praticamente só depois do ano 1000, quando pouco a pouco se imporão o artigo e a construção românica do genitivo, o domínio ou a fortaleza de Guyon, de Rotrou, de Héry ou de Didier serão chamados de La Roche-Guyon, Nogent-le-Rotrou, Mont-le-Héry (Montlhéry) ou Montdidier. Mas o confronto das heranças lingüísticas se refletirá ainda numa certa diversidade, e ver-se-ão, dependendo das regiões, Châteauneuf ou Neuchâteau, Neuville ou Villeneuve.

Em declínio desde os primeiros tempos da conquista romana, os falares gauleses praticamente desapareceram no século VI em seus últimos redutos rurais. Em compensação, é a separação no espaço dos falares românicos, isto é, derivados do latim, e dos falares germânicos que começa a desenhar uma das grandes clivagens culturais da Europa ocidental.

Do visigótico ou do burgúndio nada, ou quase nada, subsiste na Gália do Sul. Evidentemente, os povos estabelecidos no século V quiseram se integrar, e o conseguiram. Um século, durante o qual eles foram praticamente isolados dos outros povos em migração, foi suficiente para essa integração. Nem os visigodos nem os burgúndios mantiveram contato com os que ficaram a leste do Reno. A maior parte da Gália franca de Pepino, o Breve, fala latim.

É na fronteira nordeste que as coisas se complicam. A leste do Reno e ao norte do Danúbio, só se falam línguas germânicas. Mas

estas ganharam terreno, entre os séculos V e VIII, tanto a oeste quanto ao sul. No tempo de Pepino, o Breve, e de Carlos Magno, a fronteira lingüística atinge toda a hinterlândia do mar do Norte e o norte do litoral da Mancha, até o Authie. Boulogne e Saint-Omer falam então língua germânica. Esta só recuará depois do século IX até a demarcação atual do flamengo e do francês. Deixando Tournai no domínio românico, atinge em seguida o Mosa entre Liège e Maastricht, depois o Mosela ao norte de Metz. Ela ganha a linha elevada dos Vosges, depois o talude oriental do Jura para transpor o Reno a leste do Léman e depois seguir a linha dos Alpes até encontrar-se com as línguas eslavas.

Em muitas regiões antes romanizadas, como se vê, há zonas, na Baviera, na Alemânia e na Frância, onde o avanço dos povos germânicos faz recuar, depois em grande parte desaparecer, o latim falado. Embora o latim continue vivo em Tournai, em Trier e em Metz, em outros lugares ele é apenas a língua dos clérigos.

Esse latim falado, que já não é mais o que nos foi transmitido pelos textos literários, foi por muito tempo a língua normal da população galo-romana e dos povos que a ela se integraram. No começo do século VI é esse latim que é falado em todo o sul do Loire. No século VII, usam-se duas línguas que começam a se distinguir: um latim fortemente corrompido pela pronúncia leva lentamente ao surgimento das línguas vernáculas.

A gramática foi a primeira a ser atingida. A proposição infinitiva do latim clássico desaparece em proveito da construção que serve para tudo, com a conjunção *quod*, que permanecerá no francês na construção com "que", enquanto *quatinus* se torna pouco a pouco sinônimo de *quod*. As declinações se reduzem a dois gêneros, confundindo-se quase sempre o masculino e o feminino, e o neutro desaparece quase completamente. Elas praticamente só têm dois casos, o sujeito e o complemento, derivados do nominativo e do acusativo, que dão as formas do francês medieval, e que muitas vezes são usados de forma incorreta. Adjetivos se transformam no artigo que o latim ignorava: *ille* que dará origem a "le" [o], ou *unus* que dará origem a "un" [um]; e o pronome se apóia no artigo: em *Laudes reais*, de Soissons, em meados do século VIII, a invocação "Toi, aide-les" (Ó tu, ajuda-os) não é mais *Tu illos adjuva*, mas *Tu los juva*. O comparativo em *-ior* dá lugar a uma forma composta introduzida pelo *plus* [mais]. As conjugações se reduzem a alguns tempos mais comuns. Confundem-se as vogais (*nubis* por *nobis*, *alecus* por *aliquos*, *titolum* por *titulum*, *marterum* por *martyrorum*), acrescentam-se consoantes (*citherorum* por *ceterorum*).

Algumas palavras substituíram, ao longo dos séculos, as do latim clássico: vindo do Evangelho, o termo *parabola*, *parlare* leva a melhor sobre *loqui*, enquanto *testa*, que significava caco (de objeto de cerâmica) em latim clássico, substituiu *caput* (cabeça) no falar vulgar herdado dos legionários, e "*fromage*" [queijo] não é mais *caseum* mas é chamado de *formaticum*, que significa que o leite é "enformado", e *causa*, que dará origem a "*chose*" [coisa], tomará o lugar de *res*.

Outra revolução do latim falado, a diferença entre sílabas longas e sílabas breves, se atenua, e ela terminará sendo esquecida. A construção das frases e a métrica dos poemas mostram bem o fenômeno, mesmo no latim escrito: o que subsiste é o acento tônico, um acento de intensidade que substitui, por volta do século V (talvez devido à proximidade da acentuação germânica) o acento melódico que caracterizava o latim clássico, pelo menos quando ele era falado corretamente. Esse acento é pronunciado o bastante para ter um papel essencial, depois do desaparecimento, no século VIII, das vogais finais não acentuadas, na evolução das vogais no curso da transformação do latim em língua românica. Com seu *o* acentuado, *cordem*, *mobilem* e *populum* darão origem a *cuer*, *mueble* e *pueple*, depois *coeur*, *meuble* e *peuple* [coração, móvel e povo], enquanto o *o* não pronunciado continuará na passagem de *volontatem* a *volente*. O *e* fechado do latim clássico muitas vezes se transforma em um *i*, e *debeo* transforma-se assim em *dibeo*. Surgem novos sons na Gália, como a fricativa *ch* e como o *e* mudo final, que pouco a pouco toma o lugar das desinências não acentuadas quando estas não desaparecem por completo.

Esse latim que se degrada ainda é falado no século VIII, e é esse mesmo latim que, com muita dificuldade, os clérigos da corte de Carlos Magno usam na redação das capitulares. É nessa *lingua romana rustica* que o concílio de Tours de 813 ordena que se transcrevam ou mesmo que se traduzam — o termo usado é *transferre* — as homilias destinadas aos fiéis. Mas já se ouvem os primeiros falares românicos, fortemente diferenciados pelo substrato dos falares indígenas pré-romanos, pela adjunção de palavras de origem germânica, pelo esquecimento das sutilezas gramaticais e pelo empobrecimento do vocabulário. Os contemporâneos de Carlos Magno têm plena consciência disso: eles têm duas línguas à sua disposição.

O latim não deixou de adotar vocabulário dos falares recém-surgidos na romanidade: tanto no vocabulário militar quanto no da vida cotidiana e mesmo na expressão dos sentimentos, cerca de setecentas palavras germânicas conquistaram direito de cidadania, palavras estas que

praticamente não se encontram ao sul do Loire e ainda menos nas penínsulas itálica e Ibérica, sendo que esta última, em compensação, adotou muitos vocábulos árabes. Dois terços desses empréstimos subsistirão na língua de *oïl*, e darão origem, no francês moderno, a *guerre* [guerra], *garde* [guarda], *sénéchal* [senescal], *maréchal* [marechal], *alleu* [alódio], *fief* [feudo], *honte* [vergonha]. Os sons de origem tanto latina quanto germânica se transformam, quase sempre em função da dificuldade de pronúncia das populações, talvez em razão dos usos anteriores: o som *ou* se transforma em *u* [ü francês] em certas regiões, e o *l* de *il* desaparece em muitos casos. Os antigos galo-romanos nunca conseguiriam pronunciar o *w* germânico e o substituem por um *g* gutural que não cessará de se abrandar: dir-se-á *war*, *wart*, *Wilelm*, *William* do lado germânico; *guerre*, *garde*, *Guillaume*, *Guilhem*, do lado românico. E os sons aspirados que o latim já havia perdido se enfraquecerão nas palavras tomadas de empréstimo ao germânico: *Hlodoweg* dará *Hludwig* e depois *Clodovic* ou *Clovis*, em seguida *Ludovicus* e finalmente *Louis*. Ainda na década de 830, Eginhardo escreverá como *Hruodland* o nome daquele que viria a ser o Roland (Rolando) das canções de gesta. Isso significa dizer que, num vasto reino em que as línguas orais já são muito diferentes, esse latim deturpado de maneiras diversas e pronunciado de modo ainda mais diferenciado não poderia ser um meio de compreensão eficiente.

O que de qualquer modo salva o latim é a posição do clero na sociedade, e principalmente a dos bispos, cujo papel administrativo e político garante em muitos domínios da vida leiga o uso da língua própria aos assuntos da Igreja. É o latim dos clérigos que, cada vez menos incorreto no decorrer do reinado de Carlos Magno, serve para a redação dos decretos reais, dos documentos solenes como os preceitos, dos documentos utilitários como as capitulares. É a partir do latim dos clérigos, tanto dos bispos quanto dos abades e de seus mestres-escolas, que se desenvolve, no século VIII, o renascimento do latim clássico. A língua da *Vulgata* e dos Padres abre o caminho à de Virgílio e de Horácio.

Da língua vulgar temos apenas, enquanto não vêm os juramentos de Estrasburgo, os reflexos apresentados pelo latim corrente. Nada resta das homilias traduzidas depois do concílio de Tours. Portanto, cabe lembrar o juramento feito em Estrasburgo em fevereiro de 842 pelo rei Luís, o Germânico, dirigido aos súditos "românicos" de seu irmão Carlos, o Calvo:

Pro deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament, d'ist in avant, en quant Deux savir et podir me dunat, si salvarai eo cist meon fradre Karlo et in aiudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fradra salvar dift...

Pelo amor de Deus e para salvação comum do povo cristão e nossa, a partir dêste dia, desde que Deus me dê a sabedoria e o poder, eu defenderei meu irmão Carlos, aqui presente, prestando-lhe ajuda e servindo-o em qualquer coisa, como é dever defender o seu irmão...

Carlos Magno responde então em língua tudesca (alto-alemão), para ser entendido pelos guerreiros de Luís, o Germânico.

In Godes minna ind in thes christianes folches ind unser bedhero gehaltnissi...

Pelo amor de Deus e para a salvação do povo cristão e a nossa...

As tropas estão prontas para a ação, mas as línguas foram trocadas. Desta vez, cada um fala sua própria língua, e os fiéis de Carlos, o Calvo, se exprimem naquela que virá a ser o francês:

Si Loduwigs sagrament que son fradre Karlo jurat conservat...

Se Luís mantiver o juramento que prestou a seu irmão Carlos...

Por mais que, nesse momento, o Renascimento Carolíngio dê seus frutos mais notáveis, a língua falada está nesse pé. Um século antes, ela só podia estar ainda mais próxima de um mau latim. Observou-se porém que, dado que a corte usava de preferência uma língua germânica como meio mais comum de conversação, o latim da chancelaria se deixou corromper menos em Aix-la-Chapelle que na antiga Nêustria ou na Aquitânia, dada a proximidade, nestas duas últimas, dos falares românicos que, nos primeiros tempos de sua formação, não passavam de um latim adulterado. Mas ainda falta muito para que o latim das capitulares seja o dos torneios poéticos da Academia palatina.

É muito provável que, já nessa época, a diferenciação das línguas derivadas do latim faça surgir no reino franco os dois grandes ramos que logo viriam a se tornar as línguas de *oïl* e as línguas de *oc*; os dois domínios poderiam se distinguir, em termos aproximados, por uma linha que, indo da Gironda ao Reno, englobasse, no norte, o Limusino e a Marche, descendo em seguida para o sul, no norte de Valence.

Entre os povos germânicos, a diversidade é a mesma — nascida sem dúvida das migrações no espaço, e mesmo de empréstimos tomados às línguas locais e até ao latim — e agravada pelo fato de que o uso de uma língua escrita praticamente não existe antes do século III ou do século IV. Esse uso ainda é muito raro. No século VII, enquanto as línguas escandinavas se separaram do tronco comum, os alamanos da Suábia e os bávaros falam um alto-alemão em que o *vale* é chamado de *tal*, já distanciado do baixo-alemão dos frísios, dos saxões e dos turíngios, que dizem *dal* ou *del*. O alto-alemão dará origem ao alemão moderno; o baixo-alemão, ao holandês e ao inglês.

Os francos usam vários dialetos de médio-alemão. O dos sálios praticamente desapareceu diante dos falares românicos na Gália do Norte, mesmo no velho país franco — onde se forma a futura língua da Valônia — assim como desapareceram no sul os vestígios do gótico ou do burgúndio: a vida prática no cotidiano e os casamentos interétnicos criaram as condições para o surgimento desses patoás do latim vulgar que a superioridade numérica dos galo-romanos impõe aos antigos bárbaros. Em compensação, o dialeto dos ripuários subsiste, com muita vitalidade, e esse frâncico das margens do médio Reno é usado cotidianamente pela maioria dos austrasianos, por Carlos Magno e seus próximos, assim como pela aristocracia franca de que o futuro historiador Eginhardo será um bom reflexo, enquanto os camponeses, mesmo nas regiões do Mosa e do Mosela, falam um patoá derivado do latim.

Consideremos um fato que não dá margem a dúvidas. Até 800, a chancelaria real escreve normalmente em latim *Carolus*, mas às vezes *Karolus*. Entretanto, quando Carlos Magno passa a usar, para validar seus documentos, o monograma de seu nome, monograma que vale como autógrafo, ainda que o rei dele só faça um traço, ele manda que o nome seja escrito com *K*. Depois de 800, o notário da chancelaria escreve sempre *Karolus* no protocolo dos diplomas. Nas moedas, *Karolus* substitui *Carolus*. Na cúpula da capela palatina de Aix, lê-se *Karolus*. Já estamos chegando ao *Karlo* do juramento de Estrasburgo.

Dioceses e monastérios

A cristianização do reino franco avançou muito sob os merovíngios. A princípio, tudo depende dos bispos. Cabe lembrar que, desde a morte de Gregório, o Grande, em 610, o papa, que se ocupava principalmente

com suas relações com Bizâncio e, no Ocidente, com o apoio às igrejas da Inglaterra, tem um papel muito restrito no governo da Igreja da Gália, e nenhuma influência no das igrejas locais. As relações dos bispos com Roma são apenas eventuais. Quando Pepino de Herstal pede ao papa Sérgio que consagre Willibrord, que volta em 695 como bispo dos frísios, trata-se de um gesto simbólico do prefeito do Palácio, não do início de uma verdadeira relação. Os bispos, em compensação, precisam se reportar ao rei, depois ao prefeito do Palácio. São esses reis que convocam muitos concílios, que os presidem, sancionando-lhes os decretos — os cânones — e facilitando sua execução enquanto se lhes retomam o conteúdo em seus próprios editos. Os concílios regionais que reúnem os bispos e os abades de uma ou de várias províncias sob a autoridade de um bispo metropolitano — que mais tarde será um arcebispo — são, em razão disso, os órgãos essenciais da vida religiosa e especialmente da legislação moral e disciplinar.

À chegada de Clóvis, já existe uma diocese em muitas cidades. Algumas tinham sido criadas no século III, mas a maioria datava dos séculos IV e V. Já no tempo dos netos de Clóvis, os bispos estavam estabelecidos na quase totalidade das cidades romanas, o que significa dizer, em todas as cidades de certa importância e em muitas cidades pequenas cuja única riqueza era seu título. Desde o século III existem bispos em Reims, em Bordéus, em Ruão, em Sens e em Tours, mas no século VI há bispos também em Glandèves, em Dol, em Aire e em Oloron. Salvo na Bretanha, onde ainda temos algumas criações da época carolíngia, raramente se registrará a instituição de novas dioceses até as de João XXII em 1317-1318. Mas algumas cidades desapareceram da lista das dioceses, tendo perdido toda a importância a partir do século V. A diocese de Saint-Paulien foi transferida, já no século V, para Puy, e a de Eauze para Auch, no século VII. Fizeram-se alguns reagrupamentos por razões locais, como é o caso de Arras, cuja diocese se uniu no século VI à de Cambrai, e de Boulogne, que se fundiu, no século VII, com a de Thérouanne. Inversamente, a organização eclesiástica das regiões havia pouco cristianizadas da Germânia baseia suas divisões territoriais nas realidades políticas do momento, de modo que, também nesse caso, os mapas coincidem.

O mapa administrativo do Império romano não perdeu nada de sua atualidade. As cidades romanas do século IV se perpetuaram como capitais de condados e de dioceses, e suas fronteiras continuam sendo, até o Reno (Colônia, Trier, Mogúncia, Estrasburgo, etc.), as mesmas das dioceses. Os reinos derivados das partilhas muitas vezes são

definidos pela lista das cidades sedes de episcopado e dos condados que os compõem. É verdade que as províncias romanas praticamente não têm governo próprio: o bispo "metropolitano" — o da cidade metrópole, capital da província — ainda não tem nada de arcebispo. Mas é sempre nas províncias que se realizam os concílios que reúnem bispos e abades. Reúne-se o concílio de determinada província, ou de determinadas províncias que formam um conjunto temporário. A prática será a mesma ainda no tempo de Pepino, o Breve, e no começo do reinado de Carlos Magno.

A reunião raramente é feita na cidade metropolitana. No século VII, houve os concílios de Sens, em 657; de Bordéus, em 673; de Trier, por volta de 677; de Ruão, por volta de 682 e em 689. Mas eles se realizam em cidades episcopais que nada têm de metropolitano, como Chalon, em 602; Paris, em 614 e 653; Mâcon, em 626; Orléans, em 639; Chalon, por volta de 650; Nantes, em 655; e Autun, por volta de 670. E alguns concílios se realizam em simples *villae*, reais ou não; nos grandes domínios totalmente estranhos ao quadro das hierarquias da Igreja: em Clichy, em 626, 636 e 654; em Saint-Pierre-de-Granon, por volta de 670; em Saint-Jean-de-Losne no Saône, em 673.

O bispo e o conde cooperam, em sua localidade, para administrar sua cidade e seu território. A partir de Constantino, o cristianismo parece ter ganhado, definitivamente, o mundo urbano. Mas a instituição episcopal está em crise desde o final do século VII. Os reis merovíngios muitas vezes intervieram na eleição dos bispos. Seus colaboradores mais próximos estavam em posição favorável para obter sedes episcopais, e os bispos que já dispunham dessas sedes não desdenhavam servir o rei. Houve até casos em que as sedes mudaram de titular em função da conjuntura política. Quem está no poder coloca homens de sua confiança.

No começo do século VIII, é o próprio episcopado que parece desaparecer. Quase não causa estranheza ver leigos ocuparem dioceses sem se preocupar em receber o episcopado (Rennes, Nantes, Le Mans, Auxerre). Outros leigos são ao mesmo tempo conde e bispo (Reims, Ruão, Paris, Bayeux). Todos almejam transformar sua diocese em principado leigo. Alguns, como Godin, bispo de Lyon, no começo do século VIII, se insurgem contra a autoridade real e aspiram à independência. Outros, como alguns condes, desenvolvem uma política ativa de conquistas territoriais. Savary, bispo de Auxerre, apodera-se dos condados de Orléans, de Nevers, de Tonnerre, de Avallon e de Troyes, e morre numa guerra movida por ele para a conquista de Lyon. No curso dessas

disputas, sedes episcopais ficam vacantes (Coutances, Châlons, Meaux, Lyon). Essa prática, da parte de leigos, de apoderar-se de igrejas dá origem a estranhos casos de acumulação de cargos. Nomeado pelo tio, o filho de um meio-irmão de Carlos Martel é ao mesmo tempo bispo de Ruão, de Bayeux, de Lisieux e de Paris, e abade de Saint-Denis, depois de Jumièges e de Fontenelle. Dioceses passam de pai para filho. Muitos bispos dedicam a maior parte do tempo à guerra e à caça. Na verdade, eles praticamente não sabem fazer outra coisa. Ainda em meados do século VIII, há bispos analfabetos. Alguns têm fama de mágicos.

A instituição conciliar declina naturalmente: entre o concílio de Ruão (689) e o de Soissons (744), realizam-se apenas assembléias dos grandes senhores das quais participam os bispos, convocados na mesma qualidade que os fiéis leigos do rei, principalmente os condes. Nenhuma dessas assembléias tem o caráter de um verdadeiro concílio com função eclesiástica. Muitos bispos são ignorantes demais para conceber um concílio.

Nas portas das cidades — porque quase sempre são edificadas sobre um túmulo santo, uma vez que permanece o costume romano de não enterrar ninguém dentro da cidade —, os monastérios surgiram inicialmente como centros complementares de vida religiosa, vivendo de forma independente e à margem do mundo citadino. Logo eles se tornaram os principais centros de vida religiosa fora das cidades. O que é chamado de clero secular, por oposição ao regular, ou seja, os monges, ainda não são os curas de paróquia; são alguns capelães nos grandes domínios, os cônegos e os que servem nas catedrais. Foi São Martinho que, na segunda metade do século IV, iniciou o grande movimento de evangelização do campo e começou a popularizar a forma de vida religiosa comunitária que é o monacato. Datam dessa época Ligugé, próximo a Poitiers (361) e Marmoutier, próximo a Tours (372), Lérins (por volta de 410), numa ilha da costa provençal, e Saint-Victor de Marselha (por volta de 415).

Os reis e rainhas merovíngios revelam-se muito dinâmicos, criando no século VI muitos monastérios: em 511, Clóvis funda Sainte-Geneviève, às portas de Paris, e Clotilde restaura, por volta de 530, Saint-Germain d'Auxerre. Seus sucessores fazem o mesmo: Childeberto em Sainte-Croix (Saint-Germain-des-Prés), em 543, e em Saint-Denis, que foi ampliada em 550; Clotário I em Saint-Médard de Soissons, em 557; sua esposa Radegunda em Sainte-Croix de Poitiers, em 558; Brunilde em Saint-Martin d'Autun, por volta de 589. O movimento prossegue no

século seguinte. Clóvis II, em 631, funda também Jumièges, Dagoberto funda Solignac em 631 e Saint-Amand em 639; Batilde funda Chelles em 645 e Corbie em 657. Bispos também criam monastérios, como Flávio em Saint-Pierre de Chalon, em 546. Esses monastérios, que afirmam sua independência, têm um papel determinante para o progresso da cristianização, quase sempre em prejuízo de muitos bispos (fato de que estes muito se ressentiam), muitas vezes sobrecarregados por suas funções políticas, e depois alheios a sua função eclesiástica.

Esse monacato de origem oriental, que florescia sobretudo no sul mediterrâneo sob regras muito diversas, a de Cassiano, a de Cesário de Arles e alguns outros, começa a perder impulso e dá sinais de arrefecimento com o advento dos monges celtas, que multiplicam as fundações e introduzem novas formas de espiritualidade, segundo uma concepção mais refinada da penitência e dando um maior espaço, na vida monástica, à evangelização e, portanto, à missão. O monastério, até então lugar de oração e de aperfeiçoamento espiritual, em suma, de ascese pessoal, torna-se também um centro de difusão. Ele estava afastado do mundo e assim o desejava. Agora, ele se integra na sociedade cristã.

A península armoricana foi a primeira a sofrer a influência dos abades (Samson, Malo, Tugdual) que criam monastérios em plena zona rural. Mas o reino franco como um todo é profundamente marcado pelas fortes exigências do ascetismo irlandês, nele introduzido por Colombano, por volta de 590, e por Fursy, em torno 640. Em um século e meio cria-se meia centena de novos estabelecimentos religiosos. Os primeiros, fundados direta ou indiretamente por Colombano, são quase todos criados sob a influência do monacato irlandês: como é o caso de Luxeuil, por volta de 590; de Bregenz, por volta de 610; de Sankt Gallen, por volta de 612; de Remiremont, aí por 620; de Jumièges, em 631; de Jouarre, em 635; de Saint-Wandrille, em 649; de Corbie, em 657; de Fécamp, em 658. Por sua vez, o monacato beneditino se implanta no norte e no leste do reino: Saint-Pierre-en-Vallée, próximo a Auxerre, em 595; Saint-Riquier, por volta de 624; Saint-Maur-des-Fossés, em 638; Saint-Amand, em 639; Saint-Bertin (Saint-Omer), em 648; Stavelot e Malmédy, por volta de 650; Saint-Dié, em 660; Saint-Vaast d'Arras, em 680. Mas ele está presente também no Loire, com Fleury (Saint-Benoît-sur-Loire), antes de 650, e na Aquitânia, com Moissac, por volta de 640, e Noirmoutier, aí por 677.

O monacato irlandês, tal como o configura, no fim do século VI, a regra de São Colombano, logo se revela por demais exigente, e mesmo excessivamente duro do ponto de vista físico, aos monges do continente.

Em geral, a própria regra só enuncia as obrigações do monge por meio de uma lista dos castigos correspondentes às diversas faltas. A disciplina baseia-se na delação. O clima de fraternidade só pode perder com isso.

> Se alguém desconfia que um outro murmura ou faz alguma coisa contra a regra e o permite, mantendo-se à parte, ele ficará um dia comendo apenas pão dormido. Se alguém provoca a cólera em seu irmão e pede desculpas, mas o outro não lhe perdoa e o manda ao seu superior, aquele que provocou a cólera recitará 24 salmos e o outro ficará a pão e água durante um dia inteiro. Se alguém mente por desatenção, cinqüenta chicotadas. Aquele que, ao cuspir, suja o altar, recitará 24 salmos. Se sujar a parede, seis salmos.

Compreendem-se as reservas dos espíritos não formados ao ascetismo irlandês, e o próprio Colombano, que se preocupava acima de tudo com o aperfeiçoamento espiritual, inspirara-se um pouco na regra redigida na Itália por São Bento de Núrsia. Seus discípulos vão mais longe, difundindo a regra de São Bento em seus próprios monastérios. No final do século VII, é essa regra que cai nas boas graças dos monges e dos novos fundadores de estabelecimentos religiosos.

A renovação do monacato assumiu, desde o século VII, o caráter de missões. Os fundadores são monges errantes, que vão de região em região, fundam estabelecimentos e seguem adiante. Não é por acaso que o irlandês Colombano, depois de ter percorrido a Gália merovíngia, acabou seus dias em Bobbio, na Itália. Não é de surpreender, pois, que o movimento de evangelização das regiões já organizadas em dioceses e bem providas de bispos se envolva em um movimento missionário conduzido por monges, orientado para terras ainda pagãs da Germânia profunda.

Os prefeitos do Palácio não deixam de estimular essa ação, que prepara e depois consolida sua intervenção política nos principados vizinhos do reino franco, enquanto os monges missionários têm todo interesse em tirar partido, para suas fundações monásticas, dos avanços territoriais do reino cristão dos francos. À época dos dois primeiros Pepinos, o anglo-saxão Willibrord († 739) percorreu a Frísia e lá criou, em 695, a diocese de Utrecht, fundando depois, em 698, a abadia de Echternach, enquanto o irlandês Killien († 689) prega na Turíngia. E é ainda um anglo-saxão, Winfrid, que mudou o nome para Bonifácio, que será encarregado pelo prefeito do Palácio e pelo papa Gregório II de organizar a evangelização da Frísia, onde auxilia Willibrord, depois

a de Hessen e da Turíngia, sendo em seguida nomeado "arcebispo" por Gregório III, tendo a seu cargo a Baviera e a Alemânia. Foi morto em 754, quando voltava de uma visita aos frísios.

Outros religiosos anglo-saxões, chamados por ele, participam dessa evangelização da Germânia. Vêem-se até monjas atravessar o mar do Norte para fundar monastérios nos países em processo de conversão. Mas foi um monge, provavelmente irlandês, Pirmino († 739), que fundou em 724, com o apoio de Carlos Martel, a abadia de Reichenau numa ilha do lago de Constança, consolidando depois a cristianização da região alemânica em volta da diocese — já antiga desde sua transferência, no século VI — de Constança. Quanto à abadia de Fulda, ela se torna, por ordem de Bonifácio, uma espécie de noviciado para a formação dos futuros missionários destinados à Saxônia pagã.

Bonifácio e a reforma

Tendo se tornado o principal personagem eclesiástico do mundo franco, Bonifácio se volta então para o interior. É à reforma da Igreja no reino que ele dedica os dez últimos anos de sua vida. O que ele desenvolveu nas regiões de conversão recente, agora vai aplicar na Gália cristã, não sem ter que enfrentar resistências, tanto dos clérigos que pretende reformar — bispos destituídos agarram-se à sua cúria — quanto dos prefeitos do Palácio, que vêem, apreensivos, crescer a influência da Igreja franca. No fundo, os grandes senhores, de que Carlomano e Pepino são expressão, estavam perfeitamente à vontade com um clero desacreditado. O mesmo acontecia com os duques, que vêem surgir um novo poder sobre as igrejas nacionais: Odilon, duque da Baviera, chega a pedir ao papa o envio de um novo arcebispo.

Bonifácio concebe novas relações hierárquicas entre os bispos e os metropolitanos, que ele desejava ver, a todos, com o título de arcebispo. Reconhece-se ao arcebispo uma jurisdição sobre seus sufragâneos, e não mais apenas a preeminência que tinha o bispo metropolitano, primeiro em sua província, mas destituído de verdadeira autoridade. Um segundo arcebispo surgiu depois da morte de Carlos Martel: o arcebispo de Ruão, que assim assume por algum tempo, nos países francos, a primazia que já é exercida, nas regiões germânicas, pelo arcebispo de Mogúncia.

Naturalmente, os bispos não metropolitanos se mostram reticentes diante de uma inovação que diminui sua independência, e os príncipes

dos francos desconfiam de um grau hierárquico que os separará da maioria dos bispos, aumentando o poder de alguns: o papa Zacarias só pode enviar a três metropolitanos (os de Ruão, Sens e Reims) o *pallium* — esta echarpe de lã branca já usada no século V pelos dignitários da corte imperial —, o qual, marcado com cruzes negras e enviado ou entregue pelo próprio papa aos bispos metropolitanos, significa a comunhão do arcebispo com o sucessor de São Pedro. Contando-se com o próprio Bonifácio, que recebeu o *pallium* já em 732, mas que não consegue se impor como arcebispo de Colônia, tendo que voltar para Mogúncia, já são quatro arcebispos. Os outros hão de vir, de forma bem gradual, e Carlos Magno sustará o movimento para continuar sendo o superior direto de todos os bispos do reino franco. Quando o imperador morre, há 21 arcebispos em seu império.

O título conferido a Bonifácio é rico de significado. O que não é desejável, aos olhos do rei, nas regiões há muito submetidas e cristianizadas, o é nas terras recém-conquistadas, onde nada que assegure a autoridade conjunta do rei e da Igreja pode lhe ser indiferente. E é assim que, numa Baviera onde os duques da família dos agilulfianos há muito são cristãos mas em que ainda há muito por fazer para que as pessoas do campo o sejam de fato, o novo arcebispo Bonifácio cria dioceses: Salzburgo, Freising, Ratisbona, Passau e finalmente Eichstätt. A base mais eficaz da evangelização será um monastério, Fulda, que, para rematar a sua obra, Bonifácio faz que seu discípulo Sturm funde, em 744, na região do Meno, às margens do rio Fulda. E foi lá que, atendendo a sua vontade expressa, Bonifácio foi enterrado, em 754.

Enquanto isso, bispos e abades reúnem-se em concílios que legislam e, quando necessário, julgam. Cumpre informar que desses concílios só participam aqueles que foram convocados.

A reforma moral é o primeiro fruto dessa retomada do controle. Tendo consultado Bonifácio, e recebendo deste notícias indesejáveis, o papa Zacarias dá suas instruções. Porque o arcebispo não mediu palavras quando fez um relatório para o papa, em 742.

> Vossa Paternidade deve saber que Carlomano, duque dos francos, mandou que eu viesse e me pediu que reunisse um sínodo nesta parte do reino dos francos que está em seu poder. Ele permitiu corrigir e aperfeiçoar a disciplina eclesiástica, que vem sendo espezinhada e despedaçada há muito tempo, isto é, há sessenta ou setenta anos.

> Os francos, segundo dizem os antigos, não realizaram nenhum sínodo, há mais de oitenta anos. Eles não têm arcebispo. Em nenhum lugar estabeleceram ou restauraram os direitos canônicos da Igreja.
>
> Na maioria das cidades episcopais, as sedes são entregues a leigos gananciosos, ou ocupadas por clérigos adúlteros, fornicadores e mundanos, que se aproveitam do cargo de uma maneira profana.
>
> Os bispos afirmam que não são fornicadores nem adúlteros, mas são beberrões e negligentes, e preferem caçar.
>
> Os diáconos, ou pretensos diáconos, são pessoas que vivem desde a adolescência na devassidão e no adultério, tendo em seu leito quatro ou cinco concubinas, e que não têm, entretanto, vergonha de ler o Evangelho e chegar ao sacerdócio, depois ao episcopado.

Os príncipes Carlomano e Pepino, o Breve, darão a Bonifácio o apoio político sem o qual seus projetos não passariam de letra morta. Em abril de 742 ou 743, Carlomano convoca para um concílio de âmbito nacional todo o clero dessa metade austrasiana e germânica do reino da qual ele é príncipe e já considera como seu reino. Pepino convoca o seu em 744, em Soissons, e dele participam 23 bispos. Os dois "reinos" evoluem *pari passu*. Enquanto Carlomano torna a reunir seus bispos em Estinnes, em Hainaut, Pepino faz ratificar pelos seus, em Soissons, os cânones publicados na Austrásia. Em 746, Zacarias responde, citando os concílios romanos, aos 27 pontos de um questionário enviado por Pepino e seus bispos, que queriam ter uma visão clara das obrigações canônicas do clero e de seus fiéis.

Os reformadores dão uma atenção especial à eleição — quase se poderia dizer nomeação — de bispos e de abades dignos de suas funções. Far-se-á a caça aos beberrões, aos analfabetos, aos giróvagos.* Os faltosos são destituídos, quando não vão terminar seus dias na prisão. Na verdade, destituem-se apenas dois ou três, muito poucos aos olhos de Bonifácio, que se queixa de sua relativa impotência e exprime sua insatisfação: o príncipe não ousa descontentar a aristocracia, que se apossou de muitas dioceses.

Conduzido pelo bispo de Metz, Chrodegang, que ocupa durante um quarto de século — de 742 a 766 — a tão prestigiosa sede episcopal que foi de Arnulfo e de seu filho Clodulfo, o clero franco continua mostrando-se reticente diante da confusão provocada pelos monges

* Giróvago: monge que não pertencia a nenhuma ordem e andava de convento em convento, vivendo de esmolas. (N.T.)

estrangeiros. Para um bispo franco, Bonifácio não passa de um bispo anglo-saxão que pretende perturbar o funcionamento da Igreja franca. Chrodegang, que será considerado santo, deseja ardentemente a reforma, mas não uma reforma vinda de fora: a Igreja franca opõe-se tanto a Roma quanto aos monges insulares. Isso não impede Chrodegang, que se torna sucessor de Bonifácio no que toca à reforma, de fazer que se adote em Metz uma liturgia das "estações" de Quaresma, em Saint-Pierre-le-Majeur, inspirada na liturgia que regula, em Roma, em Latrão, a divisão dos ofícios entre as diversas basílicas, e de induzir o rei Pepino a adotar o canto romano na liturgia. A procissão diária que permite aos monges de Saint-Riquier venerar sucessivamente as relíquias dos altares da nave central e as dos altares laterais parece inspirada no ciclo das estações de Metz. Nem por isso Chrodegang desiste de conservar alguns ritos desconhecidos de Roma, mas que lhe parecem ricos de significado, como é o caso da adoração da Cruz durante o ofício da Sexta-feira da Paixão, praticada primeiro na catedral de Metz, depois em Saint-Riquier, estendendo-se depois a todas as igrejas do Ocidente.

Antes de mais nada, Chrodegang procura fazer em sua diocese de Metz uma reforma muito original: dar aos clérigos seculares uma regra. Retomando um desejo já expresso em Hipona por Santo Agostinho ou em Arles por Cesário, Chrodegang elabora uma "Regra dos Cônegos" grandemente inspirada na regra de São Bento e que, no essencial, dispõe sobre a organização de uma vida comunitária em torno do bispo. Dessa forma, os clérigos da catedral estarão sob um maior controle.

As novas nomeações — o rei cuida disso pessoalmente — levam em conta o nível de instrução dos candidatos. Pelo menos não se verão mais bispos incapazes de ler o Evangelho e, de um modo mais geral, de compreender aquilo que devem ensinar. Mas não se pense ser essa reforma um prelúdio ao Renascimento literário que seria estimulado por Carlos Magno. Nos grandes concílios convocados pelo rei Pepino, praticamente só se fala da reforma dos costumes e da disciplina. A formação intelectual fica em segundo plano, considerada um mero instrumento para a regeneração moral. Em outras palavras, os concílios atêm-se às exigências mais elementares. Ninguém, nem mesmo Chrodegang, pretende impor aos bispos, como o duque Tássilo o fará em 772 nas dioceses da Baviera, a abertura de escolas. Para isso, bastam os monges.

Da mesma forma, pretende-se acabar com as igrejas em poder dos leigos, com a acumulação de cargos que torna ilusória qualquer ação

real, com o escândalo causado pelas concubinas — alguns bispos têm várias — e com o nepotismo que faz hereditárias as funções episcopais. A realidade, nesse caso, não corresponde às intenções. Embora já não se vejam bispos leigos como no tempo de Carlos Martel, muitas abadias estão sob a proteção direta do rei, inaugurando assim o rol das "abadias reais", e o rei não pode deixar de pagar os serviços de leigos concedendo-lhes alguns desses monastérios. Um exemplo disto é o caso de Angilberto, em Saint-Riquier: a filha de Carlos Magno, Berta, teve dois filhos dele, e isso fez que caísse nas boas graças do rei. Essa prática continuará por muito tempo depois dele: Eginhardo, mais tarde, acumulará abadados. Os sucessores imediatos de Carlos Magno irão mais longe e reservarão para si a prerrogativa de dispor das sedes episcopais: assim nascerão, desde o tempo de Luís, o Piedoso, as "dioceses reais". Mas os concílios do reino convocados por Carlos, cuja pauta ele determina, restauram o *status* das assembléias de bispos, restabelecem algumas escolas sob a autoridade dos bispos e dos abades, fazem observar a regra nos monastérios, obrigam os clérigos a usar trajes modestos e que os distinguem. As estruturas hierárquicas são reforçadas, e todo clérigo se vê ligado a uma diocese, portanto sob a autoridade de um bispo.

Por limitada que tenha sido, a restauração intelectual iniciada desde o fim do século VII permite voltar aos debates teológicos. O concílio neustriano de Soissons condena, em 744, a heresia do padre Adalberto que, invocando a autoridade de uma carta recebida por ele do próprio Cristo para negar os sacramentos e preconizar o culto de relíquias que lhe foram trazidas por anjos, prega no norte da Gália a rebelião contra a hierarquia eclesiástica e distribui as aparas das próprias unhas como amuletos. No sínodo de Gentilly, em 767, os enviados de Bizâncio encontram teólogos francos autorizados, capazes de discutir tanto sobre a Trindade como sobre o culto das imagens.

A reforma atinge também os fiéis. A crise moral que atingiu o clero teve repercussão no povo: o cristianismo recuou no século VII nos campos do reino franco. A repressão do paganismo na Germânia foi espetacular: o próprio Bonifácio derrubou, próximo a Fritzlar, o carvalho do deus Thor que sustentava a abóboda celeste e dele retirou a madeira necessária para a construção de uma capela. No reino, onde a cristianização é antiga, a luta contra o paganismo recorrente é menos provocadora, mais sutilmente baseada numa pregação, mais profunda e mais duradoura. A partir de então, espera-se que os padres expliquem em língua vulgar um *Credo* que as pessoas, em sua maioria, por

não saberem latim, apenas recitam maquinalmente, quando não deformam palavras que elas próprias não compreendem: Bonifácio cita o padre que batizava "em nome da Pátria e da Filha", uma vez que para ele o Pai e o Filho eram tão desconhecidos como o Espírito Santo.

É verdade que muitos missionários não se mostravam muito ciosos da qualidade da conversão, e o monge de Sankt Gallen conta a história do saxão que se fez batizar vinte vezes para receber e guardar as vestes batismais feitas "de um belo linho branco como a neve", e que reclamou quando, apresentando-se para se fazer "lavar" mais uma vez, deram-lhe o que havia sobrado, uma camisa ordinária e mal costurada: "Um saco ordinário desses foi feito para um guerreiro ou para um guardador de porcos?", perguntou ele.

Os concílios denunciam as práticas supersticiosas que perpetuam o paganismo, a idolatria, o uso de amuletos, os sacrifícios de animais. Mesmo quando o cristianismo parece solidamente implantado nas cidades e em algumas zonas rurais, continua bastante propenso a misturar devoções cristãs com os cultos pagãos que não se podem erradicar e cuja lista é estabelecida, em 743, pelo concílio de Estinnes: muitas colinas, árvores e pedras em posição elevada são dedicadas à Virgem e aos santos, ao mesmo tempo em que festas solares e práticas de magia são incorporadas a uma liturgia bastante sincrética. Mas o que fazer para cristianizar os presságios lidos nos excrementos dos pássaros, cavalos e bois, e até nos espirros? Como impedir que se acenda o fogo esfregando duas varinhas de madeira pela simples razão de que isso traz a felicidade? A firme atitude do rei e de seu episcopado em favor do papel essencial das imagens na pregação deriva, em parte, da necessária concessão aos hábitos pagãos. Muitas vezes joga-se com as semelhanças. Um monte de Mercúrio se transforma em monte dos Mártires, que viria a ser Montmartre e onde se edifica, no século VIII, uma igreja dedicada ao mártir parisiense São Dionísio. Em Gévaudan, um lago sagrado denominado *Helarius* foi cristianizado por um esperto bispo que lá edificou um lugar de culto dedicado a Santo Hilário.

A ação combinada dos bispos reformadores e dos monastérios começa a dar frutos na época de Carlos Magno. Agobardo o nota com satisfação: quase não existem pagãos na Septimânia. O que significa que ainda restam alguns. E Carlos Magno não limita à Saxônia recém-convertida as injunções de uma capitular geral de 811 onde ele pergunta aos condes e aos bispos quantos batizados renunciaram ao cristianismo.

Quanto aos ritos que a inteligência comum não ligava ao paganismo mas simplesmente ao ciclo das estações, as tentativas de erradicá-los não tiveram o menor sucesso. No século VI, Cesário de Arles repreendia, sem sucesso, seus fiéis por festejar as calendas de janeiro com jogos herdados das saturnais. Os bons cristãos de Arles não viam nenhum pecado em embriagar-se, em representar cenas eróticas, em se vestirem (os homens) de mulher ou de vaca ou cervo, ou em dançarem mascarados. Dois séculos mais tarde, ainda não se tinha descoberto um meio de tornar popular a festa da Circuncisão que surge em Tours em 567, tendo sido adotada por Roma pouco depois. Nada fará com que se abandone uma festa que é, por natureza, a comemoração do novo ciclo em que os dias vão ficando cada vez mais longos. Ainda que as chancelarias insistam, por muito tempo, em fazer o ano começar em datas muito diversas (Natal, Circuncisão, Anunciação, Páscoa), o começo de janeiro continuará sendo o tempo de festas e dos presentes de Ano Novo. O mesmo acontece com a festa de São João, cujas fogueiras — ligadas mais eficazmente à celebração do Batista — perpetuarão os festejos pagãos do triunfo solar.

Na verdade, todas as pregações que conseguem, muito lentamente, fazer que se abandonem os cultos e as festas diretamente ligadas a tal ou qual deus do panteão pagão mostram seus limites quando se trata das forças naturais, das manifestações mágicas de um sobrenatural sempre vago, ou da necessidade elementar de divertimento. Nem Bonifácio nem Carlos Magno conseguirão nada nesse sentido. Ainda em 789, será necessário reprimir com rigor aqueles que acendem tochas nas árvores ou nos rochedos.

Sabe-se que a autoridade de Bonifácio, que agora é "arcebispo das Gálias e da Germânia", lhe permite ter um papel decisivo na ascensão do filho de Pepino, em 751. Para isso foi preciso que o velho arcebispo, que então vivia retirado em seu monastério de Fulda, voltasse por insistência do papa. A aliança da nova realeza com a Igreja — a Igreja do reino, mas também do papado — será o cimento da unidade cristã no Ocidente. O coroamento imperial, em 800, será uma mera conclusão desse processo. Mas Bonifácio não terá concluído a reforma que pretendia. Carlos Martel e depois Carlomano deram-lhe forte apoio. Pepino prefere a adesão da aristocracia franca e desconfia de uma intrusão excessiva do papado nos assuntos religiosos do reino.

O DIREITO

Com a possível exceção do reino italiano dos ostrogodos, a preocupação com a uniformidade de um reino não chega a apontar para uma unidade jurídica. A rápida integração dos invasores bárbaros à população já estabelecida e muito mais numerosa faz com que no século VII já não se saiba muito bem quem é romano e quem é franco, godo ou burgúndio. Ainda que se respeitem — a ponto de "modernizá-las" — as leis pessoais, as leis nacionais promulgadas entre os séculos V e VI, assim como as "leis romanas" que são versões simplificadas do *Código* de Teodósio, o todo começa a se fundir em uma legislação diferente de região para região, que levará ao costume medieval, cuja base será essencialmente territorial. Já no começo do século VI, o rei ostrogodo Teodorico escrevia:

> Nós não podemos permitir que os godos e os romanos vivam sob leis distintas, uma vez que nós os unimos num mesmo sentimento.

O direito bárbaro — e principalmente, ao norte do Loire, o direito dos francos sálios, a lei sálica — rege em grande medida o direito penal. Por ele paga-se o crime, "acordos" financeiros ratificam a renúncia, por parte dos parentes da vítima, ao seu direito de vingança: isso custa um *Vergeld* de duzentos soldos pelo homicídio de um homem livre, de seiscentos pelo de um fiel — um vassalo — do rei, o que representa uma soma, normalmente paga em dinheiro, de 8 mil denários no primeiro caso, e de 24 mil no outro. As leis visigótica e burgúndia continuam em uso para aqueles que pertencem a esses povos, enquanto as leis romanas dos visigodos e dos burgúndios aplicam-se aos galo-romanos dos territórios que formaram esses reinos bárbaros.

Isso significa dizer que a personalidade das leis*, a princípio evidente para os bárbaros estabelecidos na Gália, já se combina com uma territorialidade, na medida em que os galo-romanos estão submetidos, a título pessoal, a uma lei romana, mas, a título territorial, a uma ou a outra. Mesmo no norte, esse mesmo direito romano influencia fortemente o direito privado dos novos povos, o das transações imobiliárias e das partilhas sucessórias. Embora os clérigos vivam, enquanto pessoas físicas, sob o regime da lei de sua nação, as igrejas da Gália reportam-se

* Personalidade das leis: aplicação extraterritorial das leis de um país aos seus cidadãos. A lei nacional da pessoa a acompanha onde quer que ela se encontre. (N.T.)

ao direito romano, e a justiça dos bispos não perde ocasião de mantê-lo bem vivo. Mais que o próprio *Código* de Teodósio, o que se põe em prática é a mais célebre de suas versões simplificadas, a que aparece, em 506, no *Breviário de Alarico*, isto é, a *Lei romana dos visigodos*, enriquecida com as *Novelas*, que são as constituições imperiais posteriores a Teodósio, e com alguns comentários de jurisconsultos como as *Sentenças* de Paulo e o *Epítome* de Gaius. Em 832, ainda se copiará o *Breviário de Alarico* na Normandia. As outras versões simplificadas, como a lei romana dos burgúndios — a "*Gundobata lex*" do rei Gondobaldo — são pouco a pouco abandonadas. O Ocidente ignora — ou quer ignorar como tipicamente bizantino — o *Código* de Justiniano, que os juristas ocidentais só descobrirão de fato no século XII.

Os juízes, contudo, devem enfrentar situações concretas, ligadas a um contexto social e econômico que já tem pouco a ver com o que os jurisconsultos romanos conheceram. A personalidade das leis continua sendo de aplicação fácil quando as etnias ou as nações são majoritárias ou agrupadas: os francos na Austrásia, os bávaros na Baviera, os godos na Septimânia. As coisas são mais difíceis quando as nações são dispersas e quando o juiz do lugar conhece mal a lei invocada pelas partes. Em alguns casos, procura-se em outros lugares um juiz que possa encarregar-se do caso. Ou, então, se aplica às minorias ou aos jurisdicionados isolados a lei da maioria local, o que significa substituir a personalidade pela territorialidade. Portanto, julga-se principalmente de acordo com o costume, o qual integra o que se considera útil das leis nacionais e do direito romano.

Desde o tempo de Carlos Martel, procede-se a uma séria reorganização dos textos em que se baseia o direito. Respeita-se sua legítima diversidade, mas eliminam-se as metamorfoses nascidas da cópia e sobretudo da transmissão oral. Não se pode impedir que a lei seja diversa. Mas é preciso também que ela seja coerente. A lei sálica escrita — e em latim — por ordem de Clóvis pouco antes de 511 tem uma redação mais explícita e mais política: por determinação do prefeito do Palácio, aquilo que, como a maioria das leis bárbaras, não passava de um código de acordos pecuniários, isto é, uma tabela de indenizações, é acrescido de um prólogo historiográfico em homenagem ao povo franco em seu conjunto, prólogo talvez redigido em Saint-Denis. A lei dos ripuários sofre uma revisão semelhante. A lei dos alamanos, que continuava sendo oral, foi escrita por volta de 719. Ela será revista em 788, da mesma forma que a lei dos bávaros, cuja primeira redação

data da segunda metade da década de 740. E todas essas leis serão sistematicamente revistas depois da assembléia de outubro de 802.

A preocupação com o direito estende-se à prática: para julgar, o prefeito do Palácio se cerca de juristas. E outros juristas, junto às chancelarias, compõem formulários graças aos quais os documentos públicos são mais bem redigidos.

O direito canônico há muito é privilegiado. Recorrendo de bom grado ao *Breviário de Alarico*, os canonistas se baseiam principalmente nas coleções dos cânones conciliares. Naturalmente, é a esse direito que os concílios provinciais dedicam boa parte de sua atividade. É verdade que em geral se trata mais de seus objetos precisos e de suas modalidades de aplicação que dos princípios em si mesmos. Mas o bispo Léger, de Autun, na década de 670, decidiu reorganizar as bases jurídicas da vida de sua igreja. Surge então uma nova coleção de textos fundamentais, cânones conciliares e constituições imperiais que, sob o nome de *Vetus Gallica*, será completada no século VIII pelos monges de Corbie. Outras coleções são compiladas na Borgonha, na Baviera, na Nêustria, e difunde-se também a coleção de Isidoro de Sevilha, que enriqueceu o acervo do direito de alguns cânones dos concílios africanos e visigóticos.

A história e a hagiografia

Foi à sombra das igrejas catedrais, e principalmente monásticas, que o ensino teve continuidade. Os cânones conciliares da época merovíngia e as regras monásticas fazem dele uma obrigação tanto do bispo como do abade. Aí se aprende a ler, lê-se a Bíblia e os Santos Padres. Às vezes acontecem polêmicas. É graças à regra, que estimula a meditação e não condena o repouso, que se adota uma prática desconhecida na Antigüidade, a leitura silenciosa.

> Depois da sexta hora, saindo da mesa, que eles repousem em sua cama em silêncio. Se algum deles quiser ler para si mesmo, que leia, desde que não incomode os outros.
>
> Na Quaresma, cada um receberá um livro da biblioteca, que deverá ser lido integralmente. Os livros serão distribuídos no começo da Quaresma.

No reino que Pepino herda dos merovíngios, porém, o nível dos estudos é muito baixo. Com exceção de alguns grandes monastérios,

ensinam-se apenas rudimentos. Não há certeza de que eles sejam ensinados em todas as escolas episcopais, e os concílios ainda não lembram a sua obrigatoriedade. O jovem monge parece, nesse sentido, favorecido em relação ao clérigo secular.

A criação literária é essencialmente historiográfica. Naturalmente, tudo é redigido em latim. Muitos monastérios mantêm atualizados anais com um quadro cronológico rigoroso. Na margem dos quadros cronológicos, anota-se de forma sumária, ao longo dos anos, os fatos marcantes da história local, às vezes da história do reino ou de uma parte deste. Os *Anais de Saint-Amand* começam em 687. Os *Anais reais*, redigidos na corte a partir de 741, não deixam de registrar os grandes feitos da nova dinastia. Copiando do anglo-saxão Beda, que a posteridade chamará de Beda, o Venerável, o cômputo eclesiástico inventado no século VI pelo monge romano Dionísio, o Pequeno, esses anais datam os anos a partir da Encarnação. Eles repetem o erro de alguns anos cometido por Dionísio quanto à verdadeira época da Natividade, que ainda hoje é objeto de discussões. Assim, aparece na historiografia aquilo que seria a "era cristã" e que o uso, depois do ano 1000, chamará pela primeira palavra da data, *millesimo*: será o "millésime".* O gênero literário dos anais é chamado a se desenvolver. Por enquanto, ele não passa de um *aide-mémoire*.

A crônica é mais complexa, produto de uma verdadeira elaboração. É um relato contínuo, em que o autor às vezes compila textos anteriores para introduzir sua narrativa, mas prossegue com anotações mais pessoais, recorrendo a testemunhos e mesmo a arquivos. No que diz respeito à época merovíngia, conhece-se a *História dos francos*, escrita por Gregório de Tours (que vai até 591), e duas continuações: a primeira, que cobre o período que vai até 642, feita por um anônimo erroneamente chamado de Fredegário, e a segunda, relativa ao período que vai até 727, feita por um monge de Saint-Denis a pedido do conde Childebrando, o meio-irmão de Carlos Martel. Foi o próprio filho de Childebrando, o conde Nibelungo, que, depois de 751, fez que a crônica tivesse continuidade.

Observe-se que, na mesma época, Carlos Martel confia a educação de seu filho Pepino, o Breve, aos monges de Saint-Denis. Registra-se então, no gênero historiográfico, uma combinação da influência do meio monástico, onde se escreve, e a da corte, onde os grandes senhores descendentes de Pepino se mostram atentos à glória que pode

* *Millésime*: em francês, algarismo que exprime o número mil numa data. (N.T.)

derivar de uma história bem orientada. Diz-se que Chrodegang insistiu na necessidade de chamar a atenção para a origem troiana dos francos, isto é, para a historicidade antiga e pretensamente comprovada do povo franco, oriundo — é o que se lê nas duas crônicas — da migração dos sobreviventes de Tróia, e que teriam sido reagrupados, segundo Fredegário, por um sobrinho de Enéias, Francion, e segundo as *Gesta regum Francorum*, por Entenor e o jovem Príamo. Assim, a historicidade do povo franco seria superior à historicidade recente e nebulosa da família merovíngia. Infelizmente, a sinceridade dos autores não garante a autenticidade dos relatos, e ainda menos a veracidade das interpretações às quais alguns biógrafos ainda darão crédito até o século XV. De qualquer forma, os cronistas do século VIII nos dão uma preciosa imagem de seu tempo, no que tange às mentalidades e às estruturas políticas e sociais.

A hagiografia, porém, leva a melhor sobre a história profana. Por toda parte, vê-se desabrochar, a partir do século VI, um gênero já antigo — já se escreveu nele em Roma desde o século IV — e que haveria de ter um grande futuro: a "vida de santo". No final do século VII, um monge de Saint-Maixent, no Poitou, escreve uma *Vida de São Léger*; um monge de Volvic, no Auvergne, uma *Vida de São Priest* e outro de Manglieu, também no Auvergne, uma *Vida de São Bonnet*. Quase sempre a partir da utilização de estereótipos que fazem surgir em muitas vidas de santos os mesmos episódios, os mesmos atos edificantes e os mesmos milagres *ante* ou *post mortem*, e não menos inspiradas pelos interesses materiais, uma vez que é grande a concorrência entre as peregrinações e a competição é inevitável, as vidas de santo têm mais a ver com a pregação moral do que com a história. Algumas alimentarão, mais tarde, uma verdadeira criação literária, como a *Vida de Santa Fé*, que se perdeu, de onde sairão os elementos de *Paixão de Santa Fé*, que por sua vez servirá de base a um dos primeiros textos poéticos em língua de *oc*, a *Canção de Santa Fé*.

CAPÍTULO VI

RETRATO DE UM REI

A SUCESSÃO DE PEPINO

Quando de sua maioridade, Carlos recebeu o título de duque de Mans. Isso significava, então, uma responsabilidade futura em relação a principados ainda por submeter. Ao lado de seu pai, Carlos nele fará o aprendizado de sua futura condição de rei de um reino em eterna guerra contra vizinhos que invejam sua autonomia e tendem a negar o poder de um rei que eles não fizeram. Em 754, Carlos e Carlomano II são reis, ao lado de seu pai. O aprendizado continua, prolongando-se até a morte de Pepino, o Breve, em 768.

Como se sabe, o papa proibiu aos francos escolher seus reis fora da família de Pepino. Essa disposição nada tem ainda de hereditariedade. "Na família" não significa, necessariamente, de pai para filho. Por outro lado, ninguém esqueceu as condições da sucessão em 751: uma usurpação. Ainda que não se pense em restabelecer um merovíngio, a hereditariedade entre os descendentes de Pepino não poderia se fundar apenas no desejo pontifical. Os contemporâneos bem o haviam percebido: a resposta do papa Zacarias tinha estabelecido que o trono cabe a quem detém o poder. Carlos e Carlomano são reis porque foram sagrados, mas eles só continuarão a sê-lo se sua força e seu prestígio o justificarem.

A primeira decisão, no que diz respeito ao prestígio, é a homenagem que se presta ao rei defunto. O primeiro beneficiário disso será a abadia de Saint-Denis. Carlos e Carlomano decidem imediatamente continuar os trabalhos que o pai começara a empreender às vésperas de sua morte.

Pepino pediu para ser enterrado em Saint-Denis, essa igreja em que ele próprio e seus filhos receberam a unção. Por humildade, teria

dado ordens para que não o enterrassem dentro da igreja. Pelo menos é o que escreverá em 835 seu neto, o imperador Luís, o Piedoso, ao abade Hilduíno. Tratava-se, para o rei, de expiar as faltas de seu pai, ou seja: a espoliação de bens eclesiásticos feita por Carlos Martel. Quatro séculos depois da morte de Pepino, quando faz transferir o túmulo para o coro, para evitar profaná-lo durante os trabalhos de ampliação da abacial, o abade Suger aumenta um ponto: o rei Pepino se fez enterrar com a cabeça voltada para o chão.

Temos motivos para duvidar. Durante toda a sua vida Pepino procurara minimizar o incômodo efeito das medidas tomadas por seu pai, e estava bem cônscio do inconveniente que havia para um rei cristão em se expor à ira dos clérigos. Mas sua preocupação, que se traduziria na criação do sistema dos precários, parece ter sido essencialmente política. Embora Pepino tenha sido generoso com as igrejas, nunca mostrou muito desejo de expiar pessoalmente os pecados de Carlos Martel.

Os testemunhos contemporâneos coincidem. Quando, pouco antes de morrer, Pepino dá uma floresta à abadia, ele fala da preocupação que tem com a salvação da própria alma, sem fazer a menor referência à salvação da de seu pai. Fazendo o relato dos funerais, o *Pseudo-Fredegário* informa que foram acompanhados de "grande homenagem". Além do mais, a humildade teria exigido um canto obscuro, não um lugar freqüentado o bastante para que Carlos Magno logo fosse obrigado a protegê-lo com um pequeno edifício. E enquanto os cristãos disputavam a graça de serem enterrados "junto aos santos", o que quase sempre significava a vizinhança imediata da igreja, a localização do túmulo diante da entrada deriva mais da honra devida ao rei do que do desprendimento redentor solicitado pelo filho de um pecador notório.

A sucessão de Pepino parece confirmar, imediatamente, uma situação já conhecida, a da partilha. Portanto, a sagração não comporta nenhuma contradição. Em 9 de outubro, em Noyon, Carlos é aclamado rei pelos grandes senhores. Pela segunda vez, recebe a unção real da mão dos bispos presentes. Carlomano, por sua vez, é sagrado. Tudo isso é conseqüência da sagração de 754. Em compensação, e apesar do que sobre isso dirá mais tarde Eginhardo, a partilha de 768 não é uma reprodução exata da de 741, e a linha que vai, *grosso modo*, de Orléans a Worms, passando por Paris e Laon, divide realmente os antigos reinos da Nêustria e da Austrásia: o reino de Carlomano II não é o de Carlomano I. O futuro Carlos Magno é o primogênito: ele recebe

as regiões de Garonne a oeste de Agen, o Poitou, a parte mais importante da Nêustria, com a Touraine, a futura Normandia, a Picardia, o Artois e Flandres, as regiões do Reno ao norte de Worms, Hessen, a Turíngia e a Frísia. Com Beauvais, Noyon, Cambrai e Tournai, ele é senhor do velho país franco.

Carlomano II, o mais moço, fica com a Borgonha, a Provença e as regiões alpestres, a Septimânia e os Pirineus orientais, uma parte da Austrásia, com Reims, Metz, Trier e a Alemânia, uma parte da Nêustria, com Paris e Blois, e de Auvergne até o Berry, a parte leste da Aquitânia.

Muitas vezes se invocou a proximidade das duas "capitais", Noyon para Carlos, Soissons para Carlomano, como prova de um desejo inicial de concórdia. Como no tempo dos filhos de Clóvis, a proximidade das residências demonstraria uma vontade de preservar a unidade do reino franco. Trata-se de um engano. Nenhum dos dois irmãos voltou a essas cidades, que teriam tido um papel apenas episódico de cidades episcopais convenientes para se realizar a sagração, por serem próximas dos dois palácios em que, depois da morte de Pepino em Saint-Denis, seus filhos se instalaram por alguns dias: Carlos em Berny-Rivière, Carlomano em Quierzy. Na prática, os reis sempre estarão em seus grandes domínios e em seus palácios, distantes demais para contribuírem para a unidade.

É bastante evidente que o reino de Carlos envolve, no norte e no oeste, da Turíngia aos Pirineus, o de Carlomano II. Ele ficou com as regiões difíceis, as insubmissas, na Aquitânia, e aquelas em que se dão os confrontos com os bretões, com os saxões e com os bávaros. A inevitável rivalidade dos dois irmãos parece logo se transformar em hostilidade, fortemente alimentada pelos grandes senhores do reino de Carlomano. Foi de forma deliberada que este, em 769, deixou Carlos enfrentar sozinho a rebelião do duque Hunaldo II, na Aquitânia. Felizmente para o futuro Carlos Magno, Carlomano II praticamente não tem tempo de reinar: ele morre em Samoussy, a 4 de dezembro de 771. Carlos vai imediatamente ao reino de seu irmão, faz-se rapidamente sagrar — é sua terceira unção real — em Corbeny, depois vai festejar o Natal em Attigny, no palácio do defunto. Carlomano deixa dois filhos, que seu tio apressa-se a mandar a um monastério. Eles logo o deixarão para refugiar-se na Itália.

Os fiéis de Carlomano II não se conformam com essa evicção, contrária a toda a tradição. Por fidelidade ao rei franco que tentou preservar a autonomia da Aquitânia, um duque aquitano faz-se protetor dos filhos de Carlomano: esse duque, Auchier, os acompanhará até

a Lombardia. O complô, rapidamente esmagado, que subleva a Francônia em 785, certamente não tem outro motivo senão essa afeição de uma parte da aristocracia pelo finado rei Carlomano. Ainda que a historiografia oficial sob as ordens de Carlos tenha escamoteado essa insatisfação, ela se faz notar durante todo o reinado, constituindo, em 792, a base da adesão da aristocracia à rebelião de um bastardo do rei, que por muito tempo foi seu favorito: Pepino, o Corcunda. Ela reaparece sob Luís, o Piedoso, quando da insurreição de Bernardo da Itália. As canções de gesta farão alusão a isso até o século XII. Muitos dos traidores que nelas aparecem são os fiéis inconsoláveis de Carlomano.

A aliança com o papado, sem a qual Pepino não teria passado de um simples príncipe dos francos, em pé de igualdade com outros príncipes nacionais, permite a Carlos calcular imediatamente o que ele deve à Igreja e o que esta lhe deve. Escolhido por Deus e não mais por sua aristocracia, o rei deve conduzir o povo para a Salvação. Isto lhe acarreta muitos deveres, e o da rápida evangelização dos povos germânicos entra facilmente no desejo divino, ainda que ela implique uma rude conquista e não menos rude repressão. Orar-se-á no reino pelo sucesso das armas francas: "A todo o exército dos francos, vida e vitória!" cantar-se-á nas *Laudes carolíngias*. A Jerusalém terrena une-se à Jerusalém celeste. A sagração faz do rei responsável pelas almas. Isso lhe dá direitos que só ele tem o poder de definir.

Um nascimento sem história

Segundo uma cópia do manual de cômputo eclesiástico de Beda, o Venerável, cópia feita ainda em vida do imperador, dado que o copista anotou a data de seu nascimento mas não de sua morte, o futuro imperador nasceu "no quarto dia das nonas de abril", ou seja, em 2 de abril. Infelizmente, não se tem tanta certeza do ano, que pode ser, segundo os textos e as interpretações, 742 ou 747.

Os argumentos em favor de 747 parecem levianos. Invocou-se a grande diferença de idade em relação a Carlomano, nascido em 751, diferença que há de se reconhecer caso se admita que Carlos nasceu em 742: essa diferença de nove anos seria, dizem alguns, inverossímil. Mas a inverossimilhança está por ser demonstrada. Não sabemos a data do nascimento da irmã, Gisele, que pode muito bem situar-se entre a de Carlos e a de Carlomano, e isso sem contar o filho chamado Pepino, morto em 761, que certamente em 754 ainda não tinha nascido,

pois não recebe a unção real conferida naquele ano a Carlos e a Carlomano. Mas não se pode descartar o nascimento de filhas esquecidas pela história, o nascimento de crianças mortas em tenra idade, ou eventuais abortos. Os anais atribuem a Carlos Magno dezoito filhos, contando apenas dois mortos em tenra idade: é pouco para a época, e certamente deve ter havido outros, sobre os quais nada se sabe. Esse deve ter sido o caso dos filhos de Pepino, o Breve.

Questionou-se também uma indiferença dos analistas em relação aos anos do calendário juliano. Ora, os *Anais reais* nunca deixam de mencionar, no final de cada parágrafo anual, a passagem para o ano seguinte, devidamente calculada. Mas é verdade que os cálculos do autor são incertos. Embora indique que Carlos morreu no 47º ano de seu reino franco, o que comporta um erro de apenas oito meses, bastante explicável, uma vez que o texto não registra a data em meses, e embora precise, com razão, que se estava então no 14º ano do reino imperial, ele comete um erro de três anos quando escreve que o reino na Itália está em seu 43º ano, dado que o título de rei dos francos e dos lombardos foi adotado por Carlos em 16 de junho de 774.

A data de 742 é, de longe, a mais plausível. Quando de sua morte em 814, a inscrição fúnebre o chama de "septuagenário", e não se vê motivo para que o *entourage* do imperador o envelhecesse deliberadamente. Ora, existem na corte calendaristas que não poderiam ignorar a idade daquele que foi seu senhor. Os *Anais reais* afirmam que ele morreu com 71 anos de idade, e Eginhardo o dirá "em seu 72º ano". Se tivesse nascido em 747, ele teria 67 anos ao morrer. Se tivesse nascido em abril de 742, ele teria 71 anos em janeiro de 814. É difícil negar a coincidência das informações de três textos idôneos. Será que se pode supor, em sã consciência, que em 814 não existe ninguém, entre aqueles que dizem ser Carlos septuagenário e que lêem a inscrição fúnebre, que se lembre ou tenha ouvido dizer que Carlos, ainda menino, foi enviado por seu pai ao encontro de Estêvão II em 754? Assim sendo, quando Pepino morreu, em 24 de setembro de 768, Carlos tinha pelo menos 21 anos, mais provavelmente 26.

Embora só tenha sido dado uma vez, o nome que ele tem não é de forma alguma novo entre os descendentes de Pepino. Quando mais tarde se torna imperador, Carlos adota um título imitado do Império romano: *Magnus Imperator*. O historiador Nitardo, seu neto, o transformará em *Carolus Magnus*, Carlos Magno.

Da infância de Carlos não se sabe quase nada. Em sua *Vida de Carlos*, Eginhardo frustra a nossa curiosidade erguendo uma cortina

de fumaça, tendo consciência de que com isso contraria a intenção de um paralelismo com as *Vidas dos doze Césares*, de Suetônio, obra cuja organização ele procura seguir, em todos os demais aspectos, o mais fielmente possível. Da juventude de seu herói, ele nada aprendeu nos livros, e os contemporâneos nada lhe contaram sobre ela.

> Seria uma estupidez querer falar de seu nascimento, de seus primeiros anos e mesmo de sua infância, uma vez que nenhum autor fala disso e já atualmente não se encontra ninguém que afirme se lembrar deles.

É difícil acreditar em Eginhardo. Será preciso lembrar que ele foi amigo e confidente do rei? Na geração seguinte, Volfrido Estrabão informará que o rei confiava ao mesmo Eginhardo seus segredos mais íntimos e Ermoldo, o Negro, dirá ser ele "muito caro a Carlos, pelo afeto". Se Eginhardo não diz nada é porque tem suas razões, relacionadas à atitude do rei. Digamos que é de bom-tom, aos olhos deste e sem dúvida de todo o seu *entourage*, não falar em voz alta dos primeiros anos do imperador.

Pouco se sabe de sua mãe, Berta. Apesar do nome germânico, que Eginhardo escreve *Berhtrade* e que os falares românicos transformarão em Berta, ela era filha de um conde de Laon que se chamava Heriberto ou Cariberto, ele próprio neto de Hugoberto, que fora senescal do reino no tempo de Pepino de Herstal, tornando-se depois conde do Palácio em 697. Heriberto era, por parte da mãe, sobrinho de Plectrude, primeira esposa e temível viúva de Pepino de Herstal. Oriunda da alta aristocracia franca, Berta tinha tudo para ser desposada, principalmente num meio em que o poder era considerado um assunto de família. Mas ela só foi desposada por Pepino, o Breve, alguns anos depois do nascimento do menino Carlos, em 744 ou 749. Quando, vinte anos depois, o autor de um relato da unção de 754 fala da rainha Berta, faz questão de ressaltar que ela "já" era esposa do rei Pepino. Seria preciso ressaltar o advérbio se não houvesse necessidade de afirmar o fato? Certamente a razão dessa longa espera pode se dever a uma filiação duvidosa de Berta ou a uma situação conjugal nebulosa de Pepino.

Um nascimento ilegítimo, no século VIII, praticamente não causa escândalo: não é este o motivo invocado por Plectrude quando tenta afastar Carlos Martel. Ainda que seja necessário esperar o século XII para que a Igreja esclareça definitivamente as noções de casamento e

de concubinato, e para que se imponham, enfim, no Ocidente cristão, a monogamia e a indissolubilidade do casamento, o nascer fora do casamento é mais discutível no século IX, ainda que as mentalidades tenham evoluído. O tempo de Carlos Magno já não é o de Carlos Martel. Os homens podem ter concubinas e bastardos, mas trata-se de concubinas e bastardos. O próprio Carlos Magno, como se verá, estabelecerá uma diferença entre suas mulheres e suas amantes, entre seus filhos legítimos e seus bastardos. É compreensível que a corte seja discreta à época em que o jovem Eginhardo a freqüenta, no final do reinado, e que este prefira fingir-se de ignorante ao escrever sua obra na década de 830, quando reina um Luís chamado com razão de O Piedoso. Certamente essa situação contribui para a diminuição da idade do imperador, feita por alguns analistas. Sobre estes podemos repetir a afirmação que vem em apoio à tese de que Carlos Magno nasceu em 747: enquanto Eginhardo opta por calar-se, outros preferem retardar o nascimento. Mas fazer Carlos nascer de forma que seja filho legítimo não basta para explicar o fato de os *Anais reais* não registrarem, na data alegada — 742 ou 747 —, o nascimento do primogênito do príncipe dos francos, evidentemente chamado a suceder seu pai, caso seja filho legítimo. A cortina de fumaça de Eginhardo parece datar do próprio nascimento.

Isso significa dizer que, até sua legitimação "por casamento subseqüente", o menino Carlos não é considerado, quando de seu nascimento e em sua primeira infância, o sucessor incontestável de seu pai. Talvez isso explique por que sua primeira educação não é a de um príncipe. Pepino é um homem instruído, educado em Saint-Denis. Seu irmão Carlomano certamente o foi em Echternach, onde a vida intelectual é especialmente intensa e onde o *scriptorium* produz, desde o início do século VIII, manuscritos litúrgicos de alta qualidade. Carlos, por sua vez, é e continuará sendo um homem cuja instrução foi negligenciada. Ele sempre haverá de lamentar isso.

Muito rápido, porém, as coisas parecem ter mudado. É Carlos que, em dezembro de 753, vai ao encontro do papa Estêvão II, e essa missão torna ainda mais plausível um nascimento em 742: é mais provável imaginar um menino de onze anos indo ao encontro do papa que um menino de seis. Carlos e Carlomano foram sagrados juntos pelo papa. Por essa época, ninguém põe em dúvida a legitimidade de sua filiação. Ele é o mais velho dos filhos de Pepino e de Berta. Não é preciso mais que isso.

O HOMEM

Esqueçamos um instante o imaginário popular das canções de gesta. Esqueçamos a imagem do imperador de barba branca, inventada depois do século X — quando a barba está de novo na moda —, e a dos manuais escolares, com os bons alunos recompensados num episódio tomado de empréstimo a uma historiografia produzida quase um século depois de seu herói.

Que sabemos nós da aparência do rei Carlos? Enquanto toda a Idade Média descreveu o primeiro imperador do Ocidente como um guerreiro vigoroso e como um soberano justo e sábio, sobreviveu até a nossa época a imagem de um velho encanecido, com uma grande barba em leque. Na iconografia recente, a do século XIX romântico e a do século XX, que se limitam a repetir a tradição, Carlos Magno quase se confunde com o Victor Hugo de *L'Art d'être grand-père* [A arte de ser avô], que também faz que se esqueça o jovem e ardoroso poeta da batalha de Hernani. Um presidente da República, ao escolher um Carlos Magno barbudo para uma recente cunhagem da Casa da Moeda, admitiu que preferia um Carlos Magno "que todos haveriam de reconhecer". Privilegiando o visitante de escolas, os manuais escolares só contribuíram para ressaltar esse aspecto: esquecem-se de que o conquistador da Saxônia tem apenas trinta anos quando se lança às suas primeiras conquistas.

Há um indício que contraria a iconografia oficial. Quando finalmente se torna um aliado, Arichis, duque de Benevento, promete usar a barba escanhoada, à maneira franca. É difícil imaginar que Carlos tivesse exigido essa marca da assimilação se ele próprio usasse barba, branca ou não. Eginhardo, que se prende aos detalhes, evoca "os belos cabelos brancos" do imperador. Embora não tivesse que mencionar o bigode, comum a todos os francos, dificilmente deixaria de mencionar uma barba, essa mesma barba que ele aponta como um sinal da degeneração dos merovíngios.

A iconografia antiga é mais confiável. Ainda que se considerem sem interesse, no que tange a isso, os selos apostos por matrizes antigas, as moedas emitidas com a efígie do rei ou do imperador mostram todas um rosto imberbe, com um bigode. O mosaico do *triclinium* de Latrão, conhecido, cumpre reconhecer, por um desenho do século XVI, representa Carlos com um bigode, uma barba muito curta e uma cabeleira formando suíças próximas às orelhas. O mosaico de Santa Suzana, em Roma, que traz a figura do imperador Carlos com o papa Leão III,

mostra um rosto com um grande bigode, sem barba. A estatueta fundida por volta de 870 (o cavalo é anterior) que se conserva no Louvre e que certamente representa Carlos Magno, a menos que seja Carlos, o Calvo, mostra um homem de rosto maciço, queixo glabro, com um bigode grande, um pouco pendente e bem espalhado nas faces. Ainda que não nos dê um retrato parecido, ela nos mostra bem o cânon da altivez carolingiana. É difícil acreditar que, no tempo dos netos de Carlos, as pessoas pudessem se enganar em relação a isso.

No período que se segue à canonização de 1165, a imagem ainda não tinha sido modificada. O Carlos Magno entronizado do relicário de Aix-la-Chapelle ainda é glabro, com um grande bigode e cabelos anelados. A imagem inspirada na lenda só se imporia depois da intensificação do culto a Carlos Magno, promovido pelo imperador Carlos IV. As únicas exceções são uma taça (trabalho de ourivesaria) do século XIII, conservada no tesouro da catedral de Halberstadt, uma estala da catedral de Frankfurt, esculpida em meados do século XIV, e a encadernação de um evangeliário feita para a abadia de Metten por volta de 1415. Em todos os outros lugares, em Frankfurt, em Bremen, em Fulda, em Munique, o imperador representado é o velho, e com barba. Ele chega a ser representado assim numa moeda de ouro cunhada, em 1431 pela oficina imperial de Frankfurt.

Os textos da época esclarecem muito mais sobre o assunto que a lenda. Eginhardo não deixou de apresentar um retrato físico de seu herói nem de traçar-lhe um retrato moral. Mas também nesse caso não se pode confiar: muitos dos traços referidos por Eginhardo foram tirados, textualmente, da *Vida dos doze Césares*, de Suetônio. O fato de Carlos Magno copiar Augusto faz parte da legitimação do Império. Mas seria injusto esquecer que Eginhardo não pôde copiar de forma aleatória. Embora sua preocupação com a forma o leve a adotar as expressões de Suetônio, ele não poderia, escrevendo em 830 para leitores que tinham conhecido muito bem Carlos Magno, inventar um personagem em desacordo com a realidade, isto é, com a lembrança dos outros. Bastante íntimo do rei, junto ao qual passou longos anos, de sua juventude à idade madura, ele se tornou, no período em que escreve sua *Vida de Carlos*, secretário de Luís, o Piedoso. Assim sendo, Eginhardo não é o único que pode dizer ter-se avistado com Carlos Magno quase todos os dias. Dá para perceber muito bem a forma como ele trabalha. Como não pode aplicar os termos da descrição de Augusto a Carlos, retoma a frase de Suetônio, corrigindo-a pela negativa. Talvez Eginhardo seja um plagiário, ou pelo menos um escritor

que valoriza demais os modelos clássicos. Mas não se trata de um falsário.

Fisicamente, Carlos é um homem de boa altura. Aquele que é descrito por Eginhardo não é nenhum gigante. É um guerreiro vigoroso, mas "não excede a justa medida".

> Ele tinha o corpo grande e robusto, de uma estatura elevada mas que não excedia a justa medida, pois media sete vezes o comprimento de seu pé, sendo o alto de sua cabeça redondo, os olhos grandes e vivos, o nariz um pouco maior do que o da média das pessoas, os belos cabelos brancos, a expressão alegre e jovial. Assim, a sua aparência denotava, tanto de pé quanto sentado, autoridade e dignidade. Embora seu pescoço fosse muito grosso e curto, e seu ventre bastante grande, os membros eram bem-proporcionados.

Só podemos registrar esses sete pés observando que ignoramos o que o historiógrafo chama um pé: a afirmação anterior não nos permite imaginar um gigante de mais de dois metros. Deixemos de lado igualmente os olhos grandes, o nariz comprido, a aparência geral, o pescoço muito curto e o ventre bastante grande, todos esses traços tomados de empréstimo aos retratos de diversos imperadores pintados por Suetônio. O que podemos admitir é que o imperador tinha um belo porte, mas não se conformava aos cânones da perfeição. E Eginhardo acrescenta um traço não copiado: uma voz muito fraca. Chega a dizer que o rei, na capela, só canta a meia-voz.

Carlos é, em suma, o próprio tipo do bom rei franco, cavaleiro infatigável, grande caçador, bom nadador, apreciador de todos os exercícios físicos. Ele tem um comportamento bastante adequado à mesa, preferindo aos grandes banquetes os jantares com pouca gente, onde se conversa, toca-se música e se recitam poemas. É também o momento de descontração em que o rei ouve a leitura dos livros mais diversos, desde relatos históricos a textos teológicos. Assim, Santo Agostinho e sua *Cidade de Deus* acompanham muitas refeições. Nesse jantar, que se faz aí pelo meio da tarde, servem-lhe cinco pratos, um dos quais é caça assada no espeto. Para encerrar, ele come frutas. Isso significa dizer que, ainda que observe escrupulosamente os jejuns prescritos pela Igreja, eles não agradam a esse grande amante da comida. Mas bebe com uma sobriedade — imposta também aos que o rodeiam — que contrasta fortemente com os hábitos da aristocracia. Carlos se cuida. Todos os dias faz a sesta, para a qual se despe

e se descalça como o faz à noite, o que parece ter espantado seus contemporâneos.

Embora aprecie o fausto, que tem a função de afirmar o seu poder, e saiba mostrar-se generoso para com seus inúmeros hóspedes, não busca o luxo na sua vida pessoal. De resto, permitiu que os autores dos *Libri carolini* censurassem de tal modo o culto imperial, da forma como se desenvolveu em Bizâncio, que não podia expor-se às mesmas críticas. Passado o momento da prosternação, a *proskynèse* da noite de Natal de 800, ninguém mais terá que se ajoelhar diante do imperador Carlos. Abordam-no sem maiores cerimônias no palácio, e até quando está se vestindo. Os soldados de sua guarda pessoal banham-se com ele na piscina. Ele se recusa a usar roupas de gala, ao contrário do que fazem tantos príncipes estrangeiros. O manto de ouro, a coroa e o cetro só são tirados dos cofres quando se pretende impressionar os embaixadores. Carlos só teria usado uma vez, em Roma, diante do papa, a longa túnica, a clâmide imperial e os sapatos à moda romana. No dia-a-dia, veste-se como todo mundo: Eginhardo diz que ele usava "o traje nacional dos francos".

Sabe-se que os principais ornamentos desse traje eram a fíbula, trabalhada pelo ourives, que prendia o manto na altura do ombro e, para aqueles que tinham esse direito em função de cargo no serviço público, um cinto cuja riqueza distinguia os níveis sociais. Os componentes do cinto — a fivela e o respectivo fuzilhão, placas, guarnição de extremidade — podiam ser verdadeiras obras de arte, com incrustações de peças de ouro, rebites cinzelados e incrustações de cabuchões em pasta de vidro e pedrarias quase sempre tiradas de obras da época romana. Neles se viam tranças, entrelaces, palmas, figuras de animais bastante estilizadas. O cinto era mais que um ornamento: ainda que no dia-a-dia fosse de simples couro, era um símbolo político. Sempre que se encontrava em público, Carlos tinha que usá-lo. Nem por isso o cinto deixava de contribuir, quando as circunstâncias o exigiam, para ornar a realeza. Nessas ocasiões, Carlos melhorava um pouco seus trajes.

> No corpo uma camisa e um calção de linho. Sobre isso, uma túnica bordada de seda e calças. Envolvendo as pernas e os pés, pequenas faixas apertadas. No inverno ele protegia os ombros e o peito com uma roupa de pele de lontra ou de rato e se agasalhava com um casaco azul.
>
> Trazia sempre consigo uma espada cujo punho e o boldrié eram de ouro ou de prata. Nos grandes dias de festa, ou quando recebia os

embaixadores dos povos estrangeiros, trazia uma espada ornada com pedras preciosas...

Nos dias de festa, usava um traje tecido em ouro, sapatos adornados com pedras preciosas. Ele prendia o manto com uma fíbula de ouro e cingia um diadema de ouro e pedrarias.

Nos outros dias, suas roupas praticamente não se diferenciavam das que eram usadas pelas pessoas comuns e pelo povo.

Embora possamos imaginar que as roupas usadas pelo séquito de Carlos fossem semelhantes às que o rei usava em seu dia-a-dia, e embora conheçamos os ornamentos imperiais que ele raramente usava, pouco sabemos dos trajes das rainhas e dos príncipes. Visto que não conhecemos os trajes usados nos dias comuns, só podemos imaginar que nos dias de festa elas ainda se vestiam da forma como o fazia, por volta de 550, Aregunda, esposa de Clotário I, cujo túmulo em Saint-Denis, descoberto em 1957, pôde ser minuciosamente analisado. Sobre uma blusa de fino tecido de lã, Aregunda usava um vestido curto de otomana de seda roxa, e sobre este uma longa túnica de seda vermelho-escura com os punhos bordados de ouro. Por sobre tudo isso, uma capa. Um véu de fino cetim ia da cabeça até os cotovelos. Calças de lã protegiam-lhe as pernas. Os pés estavam calçados de botins de couro com cadarços. Os adereços eram jóias de ouro e de prata: brincos, alfinetes, fíbulas, placas de cinto, anel.

Entre as lembranças dos primeiros poetas, mais ou menos contemporâneos dos participantes e das testemunhas da epopéia, e a construção literária dos últimos autores e deturpadores, Carlos vai assumindo uma aparência muito diferente. Dessa diversidade de aportes e datas de redação, de que dão provas muitas repetições e algumas contradições sérias, resulta um retrato do rei muitas vezes contraditório.

A *Canção de Rolando* dá uma visão do rei em seu momento decisivo que, com certeza, não é totalmente inventada.

O imperador estende as mãos a Deus
Abaixa a cabeça, e põe-se a meditar.
Fica sempre de cabeça baixa,
E não se apressa a falar.
Costuma falar bem a passo.
Quando se levanta,
Mui altivo mostra o semblante.

Esse comportamento de um rei que reflete, e que reflete sem se exaltar, em nada contradiz as cenas em que o mesmo poeta mostra um rei indeciso, dividido entre as opiniões do conselho. A atitude condiz muito bem com a ordem de calar-se que ele dá, em pleno Conselho, a Rolando e a Olivier, depois ao duque Naimes e ao arcebispo Turpino.

Com certeza, os comentários da *Coroação de Luís* sobre o abatimento de um Carlos Magno cansado do poder referem-se a lembranças bem definidas do final do reinado. Esse abatimento corresponde muito bem ao que Eginhardo nos diz de seu esgotamento físico e de sua ausência dos campos de batalha, atestada pela cronologia. Bastante tardia e grandemente inspirada no *Pseudo-Turpino*, de que voltaremos a falar, a canção de *Anseis de Cartago* dará ao século XIII uma imagem do imperador idoso e doente, carregado num carro. A canção de *Guy de Borgonha* chega a traçar um quadro caricatural da corte, onde se vê apenas um velho imperador rodeado de velhos barões. O fato de a *Canção de Rolando* lhe atribuir mais de duzentos anos só pode confirmar a impressão de senilidade que, em seus últimos anos de vida, o imperador devia dar àqueles que o rodeavam; é esse imperador decrépito de que mais se lembram os poetas que, depois de sua morte, traçam um retrato cuja exatidão pode ser confirmada pelos que lhe sobreviveram. E o poeta não hesita em reportar-se à idade madura (à época do episódio de Roncesvales, Carlos tinha certamente uns 36 anos) ao traçar o retrato do velho, colocando a infâmia na boca do traidor.

Estais velho, descorado e tendes a barba branca
Estais decrépito, falais que nem criança!

Assim Ganelão se recusa a ouvir o que o rei está ouvindo, o som do olifante de Rolando, que ecoa no transe de Roncesvales. Ele acusa Carlos, encanecido, de estar caduco. E o poeta não permite que o rei proteste ou mesmo puna o insulto.

Em compensação, é provável que o retrato, que se tornou legendário, do rei vigoroso, corajoso, presente em todas as ocasiões e em todo o império, retrato este apresentado nas muitas canções da primeira geração, e principalmente em muitos versos da *Canção de Rolando*, baseie-se numa tradição nascida na época daqueles que conheceram, se não o imperador, pelo menos sua história. O velho cansado não fez esquecer o conquistador que fora outrora. A *Canção* não faz alusão ao cansaço, mas à grandeza. Quando Carlos perdeu os

sentidos, não foi de cansaço, mas foi da dor à vista dos mortos que juncavam o desfiladeiro de Roncesvales. As lembranças de alguns não são as mesmas de outros.

Carlos ama a vida em família. Ele venera sua mãe, Berta, ele não se cansa de demonstrar afeição por sua irmã Gile, Gisla ou Gisele. Mesmo sendo abadessa de Chelles, não podendo ser imperatriz em Bizâncio, e abadessa bastante ativa, pois se conhece o papel que teve no desenvolvimento do trabalho historiográfico e no da oficina de cópia, Gisele vive sempre no palácio. É de Aix-la-Chapelle que, em 799, ela data e assina, juntamente com seus três sobrinhos, o documento pelo qual dá à abadia de Saint-Denis um domínio artesiano. Depois da vitória sobre os ávaros, escrevendo à rainha Fastrada para lhe dar a notícia, Carlos aproveita a oportunidade para lhe pedir que escreva com mais freqüência e informe sobre sua saúde. Ele não recebeu nenhuma carta desde que deixou Ratisbona, e acha que isso é muito tempo.

Já se comentou a dificuldade que o rei tinha em separar-se dos filhos. Ele exige sua presença à ceia. Deixará que seus filhos homens partam porque é necessário marcar a presença real no reino: um rei na Itália e um rei na Aquitânia são uma garantia para o reino franco. Mas prefere ver as filhas arranjarem amantes na corte a vê-las partir para se casarem. Como filha mais velha, depois da morte em tenra idade de Adelaide, Rotrude — há muito prometida do basileu Constantino VI —, tem por amante um conde do Meno: criado em Saint-Germain d'Auxerre, depois em Ferrières, seu filho Luís viria a ser, em 842, abade de Saint-Denis e, até a sua morte, em 867, arquichanceler de Carlos, o Calvo. Quanto a Berta, a caçula, dará dois filhos a Angilberto. O historiador Nitardo será um deles.

A acreditar em Eginhardo, o rei suporta a contragosto as conseqüências de sua própria atitude para com as filhas, chegando a fingir acreditar que as ligações destas são ignoradas pela corte. É verdade que ele só desenvolverá o gosto pelas concubinas tardiamente, depois de quatro casamentos. Mal chegou à corte depois da morte de Carlos, Luís, o Piedoso, ordenou a cada uma de suas irmãs que fosse para os respectivos monastérios de que seu pai as tinha feito abadessas.

O programa de educação que traçou para seus filhos e que nos é transmitido por Eginhardo mostra-nos uma vida familiar bastante conforme aos usos de todo um ambiente. Os filhos do rei são tratados com a maior simplicidade, como todos os filhos dos grandes senhores do povo franco. Cumpre observar que procura dar às filhas uma verdadeira formação intelectual.

Carlos Magno queria que seus filhos, tanto homens como mulheres, fossem inicialmente instruídos nas artes liberais, que ele próprio buscava aprender. Depois fez com que seus filhos homens, ao atingirem uma certa idade, aprendessem a montar a cavalo à maneira dos francos e se exercitassem nas armas e na caça. Quanto às filhas, para que não se entregassem ao ócio, fez que aprendessem a trabalhar com a lã e que se exercitassem com o fuso e a roca. Ele as fez aprender tudo o que faz uma mulher decente.

As aptidões de um rei

A capacidade intelectual do rei é amplamente demonstrada por seu governo. Ele tem grande largueza de vistas, sendo nele essa capacidade maior que a de ver longe: ainda que tenha sido preparado, o caso da coroação imperial se traduz por uma série de improvisações. Em muitos casos, também, Carlos mostra apenas uma fraca aptidão para incorporar uma reflexão nova. Não consegue perceber que as disputas internas do Islã ibérico não se podem interpretar sem levar em conta as lealdades religiosas. Confunde numa mesma análise o paganismo e o Islã. Mas Carlos sabe encontrar respostas para as questões decorrentes da ampliação geográfica de seu domínio político, sabe escolher seus homens e lhes delegar um poder, sem nem por isso deixar de exercer o controle.

Pouco instruído na infância, a princípio ele só fala a língua materna, o frâncico dos ripuários, que é um médio-alemão, e certamente um pouco da língua romância, que não podia ter ignorado quando passava temporadas com seu pai nas regiões de Oise e de Aisne. Foi no curso de sua vida adulta que ele buscou aprender mais. Conhece-se a participação pessoal do rei nas atividades intelectuais do palácio. Em qualquer momento do dia, na cama como no banho, faz que leiam para ele. As conversas com Alcuíno têm sempre caráter de um curso particular. Em função disso, a cultura do rei terminará por suplantar a da maioria dos leigos seus contemporâneos.

Carlos continuará a ter dificuldade para escrever, ainda que, pelo fato de passar a maior parte do tempo desperto, utilize o tempo livre da noite para melhorar seu manejo estilístico de marfim, do cálamo de roseira fendida e da pena de ave. Eginhardo foi testemunha disso.

Ele sempre colocava tabuinhas e cadernos sob os travesseiros de sua cama, a fim de aproveitar os momentos de folga para exercitar-se no traçado das letras, mas começou tarde demais e os resultados foram medíocres.

Em suma, apesar dos exercícios, o rei praticamente não escrevia, se bem que os exercícios de escrita talvez não passassem de meros ensaios de caligrafia, compreensíveis numa época em que se forma uma nova grafia. Mas ele conseguiu uma boa cultura oral, compreendendo e falando fluentemente o latim. Tanto em prosa como em verso, o latim de seus mestres nada tem de fácil. Ler uma capitular é uma coisa, compreender e apreciar um poema de Alcuíno ou de Teodulfo é bem diferente, e não há nenhum registro de que o rei precisasse pedir que lhe traduzissem as cartas que recebia de seus amigos eruditos. O rei entende também um pouco de grego, o que o coloca bem adiante de grande parte de sua aristocracia.

Quer se fale de poesia clássica ou moderna, de história antiga, de astronomia, de dogma ou de direito, Carlos está sempre presente, ouvindo e opinando. Escrevendo ao rei, Alcuíno lembra que juntos evocaram um ponto de teologia numa conversa que tiveram enquanto tomavam banho na piscina do palácio. Os amigos distanciados dele pelas vicissitudes da vida, como Alcuíno ou Teodulfo, não ignoram que Carlos espera ansioso suas cartas, e que eles não escrevem em vão. O nível literário, político e teológico das cartas dirigidas ao rei basta para dar uma idéia da amplitude de sua curiosidade intelectual. E Carlos prepara o advento de uma geração de administradores mais versados que ele nas coisas do espírito.

Que sabe ele de seu reino? Seus deslocamentos são por demais conhecidos. Com exceção de algumas peregrinações, eles se fazem à frente do exército em campanha. Isso significa que Carlos está mais familiarizado com a Germânia do que com a Gália romana. Ele praticamente não é visto na Nêustria, para onde, depois de ter passado a Páscoa em Attigny em 786, só volta uma vez, em 800, para uma inspeção nas defesas do litoral, prolongada com uma breve visita a Alcuíno e uma rápida peregrinação ao túmulo de São Martinho em Tours. Naturalmente, o rei nunca mais voltou à Aquitânia depois de ter passado por lá a caminho da Espanha, em 778. Em suma, Carlos praticamente não foi além do Oise e do Marne. As regiões do Sena e do Loire lhe são praticamente desconhecidas. Lá não existem vastos domínios como aqueles que conseguiu com a conquista das regiões germânicas.

E, mais importante, lá não existem aqueles desafios políticos e teatros de operações que o prendem a leste do Mosa e do Reno.

Naturalmente, Paris não representa mais grande expressão no reino. A cidade de Santa Genoveva era, se não a capital, pelo menos uma cidade importante da Nêustria merovíngia, e mesmo, em alguns momentos, do reino franco. Em 768, Paris foi declarada indivisa e propriedade comum de Carlos e de seu irmão Carlomano, assim como fora declarada indivisa e propriedade comum dos netos de Clóvis em 567, quando da morte de Cariberto I. No momento em que os austrasianos detêm o poder e voltam os olhos para a Germânia, Paris já não passa de uma cidade episcopal como tantas outras. A cidade mantém, contudo, um prestígio marginal: ela o deve à abadia de Saint-Denis, embora seja preciso lembrar que dista de Paris algumas horas de caminhada. Será preciso esperar o século IX, quando se estabelece uma situação de insegurança face aos normandos, para que Paris recupere uma importância estratégica: a de constituir uma barreira no Sena. Por enquanto, Carlos Magno ignora Paris. Quando, depois da morte de seu pai, em 814, Luís, o Piedoso, chega a Aix, Ermoldo, o Negro, que o acompanha na viagem, repete as queixas e as ironias do abade de Saint-Germain-des-Prés, que vê pela primeira vez um imperador em Paris.

> Aplaude, Irminon, e alegra-te! Aquilo que sempre pediste,
> A vinda do César, como um dom do Deus poderoso, agora vês!

Os mais próximos de Carlos, que têm interesse em traçar-lhe um retrato favorável, falam de sua bondade, de sua piedade. Não se pode pôr em dúvida a sua fé. Em seu palácio, vêem-no orar e fazer penitência. Suas lutas teológicas serão lutas pela unidade e também combates pela retidão do pensamento.

O primeiro traço de caráter que reflete seu comportamento político é a firmeza. Depois de estabelecer uma linha de conduta, Carlos recusa-se a afastar-se dela. Nesse sentido, Roncesvales será, em 778, uma derrota muito dolorosa: o problema da Espanha se configura, durante muito tempo, como uma renúncia. Em todos os outros lugares, o rei dos francos mostra-se absolutamente decidido, e deixa isso bem claro. Quem se opõe à vontade real corre risco de vida. A bondade espera ser correspondida com a fidelidade. O rei se mostra generoso, mas é extremamente cioso de sua autoridade. A aliança com a Igreja, herdada de seu pai Pepino, reforça essa firmeza. O rei é o ungido do Senhor, que governa o reino em nome de Deus. Quem quer que se

oponha ao rei, opõe-se a Deus. E é um juramento, portanto um gesto religioso, que sela a fidelidade que se exige dos homens do reino, e, depois, dos homens das nações conquistadas. Trair essa fidelidade constitui um perjúrio.

Que fique bem claro: Carlos não tem a menor dúvida quanto à legitimidade de seu título real. Pepino poderia ter, ainda que a opinião de Zacarias o confirmasse. Carlos sucedeu seu pai. Os únicos que põem em dúvida a autoridade do rei são os partidários de seus sobrinhos, afastados quando da morte de seu pai, Carlomano II, e não pouco explorados pelos adversários lombardos. Mas a transmissão de pai para filho, já bem estabelecida, e a sagração bastam para que o rei internalize a idéia de uma missão divina que não admite concessões.

Podemos dar alguns exemplos daquilo que, desconsiderando-se o espírito da época, afigura-se como uma insuportável crueldade, mas que os contemporâneos consideram uma ação terrorista legítima, isto é, a punição implacável do crime contra a autoridade do Estado e a unidade da Nação. Não devemos tomar estes conceitos, anacrônicos no século VIII, senão como seu equivalente, pouco passível de definição, no pensamento político dos francos. Os conjurados turíngios terão os olhos furados. Os rebeldes saxões serão mortos: vários milhares são executados para que a coisa não se repita.

A manutenção da ordem não se traduz apenas na repressão às rebeliões. Todo o direito penal inspirado por Carlos Magno é marcado por uma severidade que, quando se redige, em 785, a nova lei imposta aos saxões, o próprio Alcuíno, o mais fiel de todos, mas também observador lúcido e conselheiro corajoso, não deixa de desaprovar. Trata-se da pena de morte para todo aquele que se entrega ao paganismo, dos sacrifícios humanos à prática da cremação dos defuntos, do culto dos bosques e das árvores ao das fontes e mananciais sagrados, da pilhagem das igrejas à não observância da Quaresma. E também, nem é preciso dizer, a morte para quem quer que se rebele contra a autoridade do rei.

Disposto a fazer que seus turiferários chamem a atenção para o fato de que ele retoma um uso que era uma obrigação moral do rei franco, obrigação bastante negligenciada pelos últimos merovíngios, Carlos se desdobra. Até 800, Carlos faz questão de se manter no comando do exército. Quando consente em ser substituído, é porque não pode estar em duas frentes ao mesmo tempo. Ele continua sendo o rei franco: aquele que comanda a guerra. A certa altura, acha por bem, depois do coroamento imperial de 800, delegar o exército a um

ou outro de seus filhos, deixando que Carlos, o Jovem, comande as operações contra os eslavos, que Pepino governe a Itália e assuma a ofensiva contra os ávaros, que Luís assuma a tarefa de conquistar a marca da Espanha. Ele já passou a casa dos cinqüenta. Ainda que lhe reconheçam um vigor que desperta a admiração de testemunhas que, para falar a verdade, inclinam-se à lisonja, Carlos Magno já não é mais jovem. Depois de 810, já é um velho. Em 813, quando do coroamento de Luís, o jovem imperador ajuda o velho a andar: Carlos Magno tem então 71 anos. Mas é certamente a preocupação política que dita, desde a década de 800, esse afastamento dos campos de batalha: é preciso que os reis, seus filhos, se façam respeitar pelos povos. O futuro do duplo reino, senão o do império, depende disso.

Na verdade, o forte de Carlos Magno não era a tática. Ele praticamente não obteve vitórias em batalha campal. Seus sucessos militares são fruto da determinação, da tenacidade, da conquista lenta e da ocupação muitas vezes baseada no terror.

Examinando-se sua estratégia, vê-se que seu forte é a rapidez: rapidez de decisão, rapidez de execução. Cerca de meio século depois que a cavalaria, que nada lhe deve, entrou em cena, o rei conhece muito bem a eficácia das operações-relâmpago. Sabe por experiência a utilidade de um sistema de comunicações e de informação. Ele se encontra na Saxônia quando, em 773, os lombardos se rebelam novamente. O rei foi avisado imediatamente. Algumas semanas mais tarde, ele se precipita sobre o adversário e dirige pessoalmente o esmagamento das forças rebeldes. Os anos que se seguem vêem o rei em todos os teatros de operações militares e políticas. Em 774, está na Itália, depois na Renânia, e finalmente em Quierzy. Em 775, faz uma campanha tão rápida na Saxônia que, pelo que contam os *Anais reais*, esta terminou antes que os saxões tivessem tido tempo de perceber o que estava acontecendo. No inverno seguinte, reprime a insurreição do Friuli. No verão de 776, combate na Saxônia, antes que chegue o apelo do governador de Saragoça. O ano de 778 é o da expedição na Espanha, mas ele se encerra numa Saxônia que voltou a se sublevar. Fez nova campanha em 779, mas ainda teve tempo, entre as duas, de ir resolver alguns problemas na Nêustria. Foi em Versenay que recebeu o duque de Spoleto.

Alguns anos depois, surpreende o duque de Benevento deixando Worms no começo do inverno de 786-787 para precipitar-se sobre a Itália. Para espanto geral, festeja o Natal em Florença, entra em Roma em janeiro e lá encontra seu filho Pepino com o papa, organiza a

união do exército vindo da Renânia e do exército da Itália, prepara a campanha que se anuncia precoce. A primavera nem tinha começado e o duque Arichis já se rendera. Carlos passa a Semana Santa em Roma. No verão, comanda, na Baviera, as operações contra um Tássilo que acreditara poder ficar em paz por um ano.

Os anos ainda não estorvam o dinamismo de Carlos, mas o fato de seus filhos entrarem em cena permite-lhe dirigir várias operações ao mesmo tempo. Em 797, luta na Saxônia para consolidar sua conquista, enquanto o rei Luís avança na Espanha, Pepino da Itália ataca os eslavos pelo sul e o duque Érico de Friuli derrota os ávaros. Em 811, quatro exércitos francos estão ao mesmo tempo em campanha, no Elba, no Danúbio, na Bretanha e na Espanha, enquanto o imperador organiza a defesa dos estuários contra os normandos.

As estruturas hierárquicas estabelecidas por ele, com a fortíssima rede dos condes e bispos, e com a rede ainda instável mas já bastante presente dos *missi*, são fundamentais para a obtenção das informações sem as quais não poderia responder às necessidades que se manifestam em todas as partes. Nesse sentido, os arcebispos são personagens essenciais: eles centralizam a informação e transmitem a decisão. Isso fica bem patente quando o arcebispo de Salzburgo faz um relatório dos acontecimentos de Roma. Da mesma forma, os condes, que assistiram à assembléia, têm que reunir seus homens para lhes ler e lhes comentar as capitulares que foram promulgadas.

Por mais sincera que seja a piedade do rei, ela é um fundamento necessário para justificar, pela missão divina, uma autoridade muitas vezes imposta pela força das armas. Não é por acaso que Adalardo optou por ser chamado de Agostinho nos debates da Academia palatina, e que Carlos pede que lhe leiam *A Cidade de Deus*. Santo Agostinho formula um desejo que convém sobremaneira ao rei franco: a construção política de uma ordem do mundo inspirada na Jerusalém terrena. E nas assembléias, os assuntos da Igreja se mesclam com os assuntos do reino: em 794, em Frankfurt, fala-se tanto do adocionismo e das imagens como da circulação dos denários e do preço do trigo. Em 811, o rei consulta a assembléia para saber em que os leigos são incomodados pelos clérigos e em que estes são incomodados por aqueles.

Quando não se encontra em campanha, Carlos tem grande cuidado em não faltar aos seus exercícios de devoção, assistindo à missa toda manhã e às diferentes "horas" do ofício cantado na capela. Ele zela pela boa organização desses ofícios, preocupa-se com a limpeza dos lugares, com a manutenção das vestes litúrgicas e mesmo com os

trajes dos clérigos porteiros. Quando uma grande escassez de alimentos assola o reino em 779, ordena ao clero que dê esmolas aos pobres, fixando os valores destas. Naturalmente, ele próprio dá esmolas. Sempre que tem oportunidade, o rei envia doações às igrejas do Oriente. Em 810, ordena uma coleta de esmolas em todo o império para a restauração das igrejas de Jerusalém.

Ainda que traga ao pescoço um pequeno relicário com os cabelos da Virgem, chamado pela tradição de o "talismã de Carlos Magno" (Reims, Tesouro da Catedral; ver foto 4 do encarte), a piedade do rei nada tem de simplista. Ela é acompanhada de uma preocupação constante com a retidão da fé e de uma moral pública e privada de que dão testemunho as instruções dadas aos *missi*, instruções provavelmente redigidas pelos clérigos do *entourage* real, cumpre reconhecer, mas que só podiam traduzir, de forma precisa, a vontade do rei Carlos. Evocação das verdades dogmáticas diretamente inspirada no *Símbolo de Nicéia* (o Credo) e estímulo às boas obras vão de par. Quando cita o *Credo*, Carlos não faz mais do que repetir as definições da fé que não são invenções suas, assim como não são seus os preceitos de vida religiosa em que se retomam, numa forma simplificada, os cânones dos concílios. O rol de preceitos morais, porém, é fruto de seu juízo pessoal: "Dai esmolas aos pobres... acolhei os peregrinos... visitai os enfermos... tende compaixão dos encarcerados... pagai as vossas dívidas... resgatai os cativos... evitai a embriaguez e os exageros à mesa..."

A preocupação moral implica caridade, e não apenas a caridade daqueles que fazem doações às igrejas. Embora o rigor de Carlos seja implacável, sua preocupação com a eqüidade e sua benevolência para com os humildes não são menos patentes. Dão testemunho disso as inúmeras instruções que se dá em matéria de prática judiciária. O rei determina aos condes que não dêem prioridade aos casos dos poderosos, deixando em segundo lugar a causa dos humildes, que não têm a quem apelar: as causas das viúvas e dos órfãos deverão ser tratadas sem tardar. Os condes deverão evitar qualificar abusivamente de malfeitores aqueles a quem desejam enforcar. Mesmo o flagrante delito exige um processo. As multas não devem arruinar o condenado. A proteção real estende-se aos condenados à morte cuja pena tenha sido comutada, que a vindita popular poderia querer atacar. O rei não tem pejo de entrar em detalhes: um objeto perdido não pertence àquele que o encontra.

DA MORAL À CULTURA

A moral e a devoção devem reinar no exército: este é, por excelência, o exército da cristandade. Às vésperas da campanha de setembro de 791 contra os ávaros, isto é, contra os pagãos, Carlos reuniu seu exército na fronteira bávara. Três dias foram dedicados à oração. Não se pode impor o jejum aos combatentes, que assim se enfraqueceriam, mas eles são exortados a abster-se de carne e de vinho. Só os mais jovens, os mais idosos e os doentes têm direito à carne. Os clérigos fazem procissões de pés descalços — melhor poupar os pés dos guerreiros — cantando salmos: com uma média de cinqüenta salmos por dia, em três dias se cantará todo o saltério. Devem ter notado o realismo da piedade real: trata-se de orar e não de mortificar exageradamente pessoas que vão lutar.

Depois da coroação, o imperador volta a falar de moral: em 802, fala na assembléia sobre o perjúrio, o homicídio, o adultério, o incesto. Tudo isso é ministério de Carlos. E embora ele se mostre intratável com um homem que matou um parente a fim de eliminar a prova de seu caráter servil, multiplica os casos de provas judiciárias menos violentas que o duelo — como aquela que consiste em manter os braços abertos em cruz —, com o objetivo único de evitar que a violência das disputas relacionadas à propriedade leve à morte um dos dois adversários.

Esse discurso é ainda mais evidente quando, parafraseando ora o Evangelho, ora São Paulo, ele volta — coisa espantosa num texto administrativo — à moral familiar.

> Que a esposa seja submissa ao marido, boa, casta, evitando a fornicação, malefícios, avareza, e que ela eduque bem seus filhos. Que o marido trate bem a esposa, e não lhe dirija palavras duras. Que os filhos amem os pais... e que, quando chegar a hora, se casem decentemente.

E volta também a recriminar o adultério. Não nos devemos espantar em ver uma capitular calcada num modelo de pregação; dirigida pelo rei aos seus "três caros irmãos", ela se encerra com a advertência implícita do "Não sabeis o dia nem a hora" do Evangelho: "A vida é breve", diz o rei dos francos, "e o momento da morte é incerto. Que podemos fazer senão nos manter sempre prontos?" Carlos se sente efetivamente responsável pelas almas. E nos debates da Academia

palatina ele aprecia especialmente as discussões teológicas. A insaciável curiosidade do homem lhe proíbe a fé do carvoeiro: Carlos quer por força entender.

Observemos que é mais fácil pregar que dar o exemplo. Carlos Magno tirou dos sobrinhos a legítima herança de Carlomano II, gerou alguns filhos fora do casamento e não libertou todos os que foram presos por ordem sua. A contradição não incomoda o rei: como os outros, ele é um pecador e a razão de Estado que leva à brutalidade se justifica pelo fim, que é o reino de Deus. Carlos não é o primeiro nem o último a praticar a casuística.

É verdade que o zelo evangelizador do rei esbarra na constatação que ele faz, ou que fazem por ele, com realismo: é muito mais demorado converter de fato uma população que submetê-la pela guerra e dominá-la pelo terror. Fazer batizar à força e deixar que os missionários se entreguem ao massacre não é comportamento de um governo sábio. As dificuldades encontradas na Saxônia serviram de lição, e homens de fé como Alcuíno e Paulino advertem Carlos contra a precipitação. Depois do esmagamento do exército dos ávaros em 796, eles aconselham a agir com paciência, e principalmente a pregar antes de batizar.

Pelo menos Carlos dá o exemplo da generosidade para com as igrejas. São inúmeros os documentos — só uma parte deles se conservou — pelos quais ele concede um privilégio, uma terra, uma floresta, um dízimo, um imposto. Ainda assim, é preciso examinar de perto essas concessões e não ignorar que o interesse político está sempre por trás da caridade. Os monastérios são favorecidos e, em primeiro lugar, junto com Saint-Denis, cujo papel recente na instauração da dinastia e cuja atuação sempre efetiva na formação de uma historiografia propriamente carolíngia, as abadias que têm papel de destaque na evangelização da Saxônia, como Hersfeld, Fulda, Münster e finalmente Corvey, e na implantação franca na Baviera, como Niederaltaich e Santa Emmeram de Ratisbona, além dos grandes centros de vida religiosa da região dos descendentes de Pepino, que são Prüm, Lorsch e Echternach. Carlos não poderia esquecer Saint-Martin de Tours e Saint-Germain-des-Prés. Ele quer contribuir para seu prestígio, ao mesmo tempo em que tira disso uma vantagem política. É com certeza porque deseja manifestar o seu apoio à reforma monástica promovida por Bento de Aniana que várias abadias situadas entre Gellone e Cuxa aparecem na lista das doações e privilégios reais. Beneficiam-se também da liberalidade real os monastérios italianos particularmente ligados à corte e onde se encontram numerosos monges francos, São

Vicente de Volturno, Farfa e Nonantola. As dioceses vêm muito depois das abadias: Metz por causa das relações de família, Aquiléia por causa do fiel Paulino.

Quando se trata desse assunto, que não haja dúvida: Carlos é o mais generoso possível quando promove a fundação de uma diocese ou de uma abadia em terra germânica de conquista recente e quando a conquista está consolidada, e não se pode subestimar o fato de que nesses lugares ele pode dotar as igrejas sem dispor dos próprios bens. Quando o abade Sturm e mais tarde o abade Adalardo fundam na Saxônia as abadias de Fulda e de Corvey, eles não utilizam muitas terras.

Guerreiro de formação intelectual superficial, Carlos é levado ao convívio dos homens de cultura cuja contribuição ao seu *entourage*, em primeiro lugar, e depois ao reino, ele percebe muito bem: um pouco de refinamento, de sutileza, e uma nova dimensão à realeza. Acabou-se o tempo em que as iniciativas nesse sentido partiam do clero — do alto clero secular e também dos monges — e apenas do clero. A vida espiritual faz parte das preocupações do rei, não como um ornamento da corte, mas como uma necessidade da vida em sociedade. Um mundo mais instruído se afigura a Carlos como uma das condições para o aperfeiçoamento da Jerusalém terrena, e uma corte menos inculta parece permitir uma maior compreensão dos problemas suscitados pela administração do reino.

Mas é preciso também respeitar as prioridades, e não confundir os meios com o fim. Em 811, o imperador o lembra aos bispos e abades.

> Há pastores para os quais é mais importante que seu clérigo ou seu monge cante e leia bem do que viva na justiça e na santidade. Embora não haja motivos para condenar, nas igrejas, a disciplina do canto e da leitura, devendo ela ser exercida por todos os meios, parece-nos que a imperfeição do canto é mais tolerável que a da vida.

A cultura não é apenas um aspecto da religiosidade do rei, ela é também uma fonte de referências tanto teóricas como práticas. Quando ele manda que se copiem as obras dos estrategistas romanos, principalmente de Vegécio, é para nelas buscar inspiração às suas próprias campanhas. Quando manda dar uma nova redação à lei sálica, é para melhorar a justiça. Quanto atrai para a sua corte letrados de todo o Ocidente, é para ter os melhores conselheiros, e portanto o melhor governo.

Algumas de suas iniciativas mais surpreendentes têm apenas um objetivo, bastante realista. Eginhardo conta que Carlos pensou em mudar

os nomes dos doze meses e os dos doze ventos. Janeiro passaria a ser o mês do inverno, *wintarmanoth*, e fevereiro o mês da trompa de caça, portanto da caça, *hornung*. Março seria o mês da primavera, *lenzinmanoth*, e abril o mês da Páscoa, *ostermanoth*. Maio era chamado o mês da alegria, *wonnemanoth*. O calendário dos trabalhos agrícolas levava a melhor com junho, que se chamaria *brachmanoth*, o mês do pousio, isto é, o mês onde não há muito o que fazer no campo, com julho, agosto e setembro, que eram naturalmente o mês da fenação, *heumonat*, o das espigas, *aranmanoth*, e o da colheita das uvas, *witumanoth*. Outubro era o mês da mata, isto é, da derrubada das árvores, *windumemanoth*, e novembro o do outono, *herbistmanoth*. O mês do Natal, dezembro, recebia o nome de mês santo, *heiligmanoth*.

O leitor com certeza terá notado que três desses nomes serão adotados, em francês, no calendário inventado em 1793 por Fabre d'Églantine — *prairial*, *messidor* e *vendémiaire** — enquanto as referências ao clima — *brumaire*, *frimaire*, *nivôse*, *pluviôse*, *ventôse*, *thermidor*** — são mais freqüentes no calendário do poeta republicano que no do rei franco: este menciona as estações mas não a bruma, o frio, a neve, a chuva, o vento e a canícula. Em compensação, mesmo quando faz alusão às festas religiosas, Carlos dá grande destaque àquilo que ocupa os homens do campo, caçadores e agricultores, no que é acompanhado por todos os calendários pintados ou esculpidos do século XII ao século XV, onde se vêem suceder o fogo na lareira, a poda das videiras, a caça, a fenação, a colheita, a debulha, a vindima, a varejadura das bolotas de carvalho e o abate do porco.

O mesmo se dá com os ventos. O rei franco retoma, numa nomenclatura baseada apenas nos pontos cardeais, a sutileza da divisão em doze ventos, que já é clássica desde Isidoro de Sevilha. Combinando *nord*, *west*, *sund* e *ostro*, e colocando em primeiro lugar a direção dominante, obtém-se *westroni* para o oeste, que era o zéfiro; *westsundroni* para o sudoeste, que era o áfrico; *sundwestroni* para o sul-sudoeste, que era o austro-áfrico. O uso moderno, que só utiliza a combinação dos pontos cardeais, terminou por seguir a idéia de Carlos Magno.

Não devemos ver nisso um capricho de poeta e tampouco um nacionalismo lingüístico. Os povos do reino franco, se não os do império, não compreendem mais as denominações romanas, cujo sentido desconhecem. Nomes germânicos serão mais adaptados, pelo menos

* Prairial, messidor e vendemiário. (N.T.)
** Brumário, frimário, nivoso, pluvioso, ventoso, termidor. (N.T.)

numa parte da Europa carolíngia, às necessidades da administração e às da vida prática. O projeto não será realizado. Ele denota uma preocupação de se fazer compreender pelas pessoas simples.

O rei não é menos realista quando, em 794, em pleno processo de deliberação do concílio de Frankfurt, expressa sua preocupação com a moeda, com os pesos e medidas ou com o preço do pão e do trigo. Os particulares só deverão vender a aveia por um denário a medida, a cevada por dois denários, o centeio por três denários, o frumento por quatro denários. Mas se se "desejar vendê-lo já como pão", será ao preço de doze pães de trigo de duas libras por um denário, quinze pães de centeio também por um denário, vinte pães de cevada e 25 pães de aveia pelo mesmo preço. Uma tarifa especial aplica-se aos grãos para a anona pública, isto é, impostos reais: o preço será o dobro. E o rei se preocupa com os escravos: eles devem ter o que comer.

Em sua atuação política e diplomática, Carlos é, pois, um pragmático. Age de acordo com as circunstâncias e muitas vezes é difícil ter uma idéia de um plano preestabelecido. Na melhor das hipóteses, pode-se falar de grandes orientações: a conquista da Germânia, a reconquista de territórios sob o domínio do Islã, a unidade do reino. No que tange aos detalhes, Carlos analisa as situações no momento em que se apresentam. Às vezes lhe acontece, como em 774, diante das exigências do papa, de se mostrar ingênuo. Mas logo recupera o discernimento. Ingênuo ele se mostra também quando se deixa lograr na Espanha em 778 e quando, repetidas vezes, dá por encerrado, de uma vez por todas, o problema da Saxônia. Talvez tenha sido igualmente ingênuo em 800, na avaliação do risco de uma reação bizantina a sua coroação imperial.

Carlos é um homem de bom senso, que sabe aprender. Ele aproveita bem as lições. À medida que se avança num reinado de 47 anos, vê-se o rei tornar-se mais prudente. Ele aprende a aliar a firmeza à tolerância, a valer-se do rigor e da conciliação, a se conformar a situações que deverão ser esclarecidas posteriormente. O imperador da década de 800 aproveitou a experiência das questões enfrentadas de forma precipitada pelo jovem rei da década de 770.

Rainhas

A história matrimonial de Carlos Magno é cheia de sucessos, mas relativamente simples. Sua primeira mulher é uma franca chamada

Himiltrude e que lhe dá um filho que nasce disforme e por isso é chamado de Pepino, o Corcunda. Seguindo, por certo tempo, a orientação de sua mãe, Berta, no que tange às alianças políticas, ele repudia Himiltrude e se casa, em 770, com uma filha do rei lombardo Didier, provavelmente chamada Didière, Désirée ou Désiderade, traduções possíveis de seu nome lombardo para o latim. Assim, no interesse da causa, Himiltrude é considerada concubina, e Pepino, o Corcunda, bastardo. Mais tarde, esse Pepino se sentiu no direito de exigir o trono franco, revoltou-se e, em 792, foi enviado para terminar os seus dias no monastério de Prüm.

Assumindo, a partir de 771, o controle de sua diplomacia, Carlos renuncia à aliança lombarda, repudia — Eginhardo ousa escrever que não se sabe por que — a jovem Désirée, com quem não tivera tempo de gerar um filho, e desposa uma princesa alamana, Hildegarda. Desse casamento, que alguns procurariam considerar como um concubinato, o rei terá quatro filhos, Carlos, o Jovem, Carlomano, rebatizado como Pepino, que será o rei da Itália, Luís, rei da Aquitânia e mais tarde o imperador Luís, o Piedoso, e um gêmeo de Luís, Lotário, que morrerá na infância. Hildegarda lhe dará também cinco filhas, duas das quais morrerão em tenra idade. Desta que será considerada a mãe dos carolíngios, restarão a Carlos três filhos, que ele fará reis. Para a história, Hildegarda é a verdadeira esposa de Carlos Magno, e será considerada modelo de virtude. No século XV, monges alemães chegariam a tentar venerá-la como santa.

Há indícios de que, numa campanha que mantinha o rei longe de casa de um verão a outro, ela procurou, se não acompanhar o rei, pelo menos ir-lhe ao encontro. Sitiando Pavia durante o inverno de 773-774, Carlos faz vir sua esposa e muitos de seus filhos, o que lhes permitirá passar a Semana Santa juntos, em Roma.

Viúvo em abril de 783, Carlos casa-se com Fastrada, uma franca do leste, filha do conde Rodolfo. Do casamento nascerão duas filhas. Ao que parece, Fastrada tinha uma forte tendência à crueldade. Ninguém lamentou a sua morte em 794. Carlos casa-se então, pela última vez, com uma alamana, Liutgarde.

Viúvo pela terceira vez com a morte de Liutgarde, em 4 de junho de 800, e já tendo casado cinco vezes, Carlos decide não se casar mais. Não se tem a mínima idéia das razões dessa decisão, que ele manterá durante os catorze anos que ainda haveria de viver e que são os anos do Império. Às vésperas da coroação imperial, Carlos ainda não é o homem cansado de alguns anos depois, e a idade não o impede de

multiplicar as concubinas. Os incidentes da década de 770 estão esquecidos, e não há nenhum risco de que se fale deles intempestivamente em Roma. A explicação mais simples é que os filhos de Hildegarda agora são adultos e a partilha já está implícita — a Itália para Pepino, a Aquitânia para Luís e o resto para Carlos —, e se um novo filho legítimo entrasse no jogo poderia provocar atritos ou mesmo conflitos. E se Carlos Magno, que tanto lamentara o fato de as filhas terem amantes, se limita a ter concubinas, é paradoxalmente por razões de Estado.

Sucedem-se, pois, as concubinas. Duas delas, Madelgarde e Gervinde, lhe dão uma filha cada uma. Uma terceira concubina, chamada de Régine ou Reine [Rainha], dá à luz dois filhos, Drogon e Hugues. Drogon será mais tarde bispo de Metz. O rei tem um último filho, Teodorico, de uma certa Adelinde.

No total, Carlos Magno teria gerado dezoito filhos. Apenas Hugues e Teodorico constituirão um embaraço quando, em 814, depois da morte de seus irmãos Pepino e Carlos, o Jovem, e com a morte de seu pai, o imperador Luís ficará sendo o único filho legítimo. Carlos Magno havia previsto uma situação difícil e, fazendo Luís imperador, pediu-lhe que os apadrinhasse. Luís, o Piedoso, percebeu o perigo de ver surgirem lideranças da inevitável oposição a sua autoridade. Na geração seguinte, há o mesmo problema outrora suscitado pelos filhos de Carlomano II. Levando ainda em conta o filho de Pepino, Bernardo da Itália, e os primos Wala e Adalardo, tudo isso acaba sendo muito. Os filhos de Carlos Magno seriam em demasia. Hugues e Teodorico à época ainda são crianças: como a idéia do assassinato, que certamente era mais do feitio dos merovíngios, era-lhe abominável, o piedoso imperador Luís se limitará a enviar ao convento seus meio-irmãos.

CAPÍTULO VII

UM POVO DE GUERREIROS

SERVIR

A partir de Clóvis, a *dilatatio regni* só se fez pela conquista. Só mais tarde viria o tempo das alianças matrimoniais e da usurpação de herança. A evicção dos filhos de Carlomano II, em 771, é uma exceção, e tem como conseqüência a reunificação, não a expansão. No tempo de Carlos, como nos séculos precedentes, toda expansão resulta de campanhas em armas. Agora, porém, aparecem justificativas que fazem da conquista a via normal da evangelização. A defesa da fé, o progresso da cristandade, e mesmo a proteção da Santa Sé, que justifica até um ataque a um reino cristão, o dos lombardos, tudo isso constitui um segundo plano ideológico. Ninguém acredita, porém, que isso seja motivo bastante para as conquistas e que o rei franco não busque ampliar o seu reino. Tampouco se pode duvidar da sinceridade daqueles propósitos. Isso se aplica à época de Pepino e de Bonifácio. E aplica-se ainda mais à época de Carlos.

Os francos não se fazem de rogados. Pelo menos até os anos que se seguem à coroação imperial de 800, o povo franco — isto é, a aristocracia que fala em seu nome — não reclama de uma aventura que se repete a cada ano. Três séculos depois de invadirem a Gália romana, os francos ainda são um povo de guerreiros. Na *dilatatio regni* muitos obtêm grandes vantagens, e o rei sabe jogar com essa ambição de terras e com o butim que motiva suas tropas, e igualmente com a necessidade de provar a superioridade dos francos. Só a longo prazo a mobilização permanente encontrará resistências sérias.

O exército, a massa constituída pelos homens livres, forma um todo único. Pelo menos em tese, e aos olhos do rei. A campanha é a

seqüência lógica da assembléia. O exército é a expressão natural da unidade política e, em muitos aspectos, o primeiro meio de coesão.

Todos os homens livres do reino, todos os súditos do rei, devem prestar serviço nas armas. Essa é uma das conseqüências imediatas do *ban*, esse poder de comandar e de proibir que constitui a primeira definição do poder real. Da parte dos súditos, o serviço é ao mesmo tempo um dever e um direito. É uma prerrogativa pública do homem livre. Mesmo os homens livres dos países recém-conquistados estão obrigados a esse serviço, o que não deixa de causar alguns transtornos, como aconteceu, por exemplo, em 782, quando as tropas organizadas na Saxônia para ir dar combate aos eslavos se levantaram contra Carlos. Mas o rei não desiste: em 797 ele incorpora, para o serviço militar, os saxões aos francos.

Não temos uma idéia precisa dos efetivos de que dispõe o rei Carlos. Qualquer estimativa é arriscada. No auge de seu poder, na década de 800, os cerca de quinhentos condes e outros tantos bispos e abades podiam conduzir, no exército real, de vinte a trinta mil homens, a que se reuniriam os fiéis diretos do rei, um bom milhar de homens, cada um deles acompanhado de uma dezena de combatentes. No total, seriam cerca de cinqüenta mil homens livres, dois ou três mil a cavalo, e cada um com seu próprio equipamento e suas próprias armas. Mas esses números supõem que todos os homens livres do império sejam mobilizados todos os anos para todas as campanhas.

Uma coisa é certa. Entre os homens que formam a massa dos combatentes a pé, muitos não entram no grupo bem definido daqueles que, em razão de suas funções públicas, compõem um embrião de nobreza. É verdade que, embora não compareçam à assembléia, estão prontos a se mobilizar, ainda que a campanha que se anuncia seja numa região que só a muito custo conseguirão alcançar em prazo razoável.

Embora muitos textos pareçam referir-se a mobilizações gerais, nem mesmo homens livres a cavalo são sempre convocados. Em primeiro lugar, não se espera nada daqueles que não têm condições de se armar e de se ausentar. Muitas ordens de mobilização, pelo menos no final do reinado, especificam que se quer ver no exército o vassalo *casatus*, isto é, aquele que tem uma terra capaz de o manter. Os outros só deverão vir acompanhando o seu senhor, o qual será responsável por suas armas e por seu serviço.

Nem todos os combatentes do reino, porém, são mobilizados anualmente para as expedições à Saxônia, à Baviera ou à Itália. O recrutamento

é feito de acordo com as necessidades: neustrianos para ir à Aquitânia, burguinhões para ir à Itália, francos do Reno para ir à Baviera. Na ocasião, não sem segundas intenções políticas, faz-se com que os povos recém-conquistados lutem entre si. Os saxões combatem pelo rei franco na Turíngia, depois contra os ávaros e os eslavos, e mesmo contra os sarracenos da Espanha. Os lombardos são mandados à Saxônia. Uma regra parece impor-se por si mesma: não se dividem os corpos de exércitos nacionais. Os bávaros, estando ou não em combate, estão sempre juntos. E dispõe-se sempre de uma reserva, composta de homens de todo o reino, com a qual o rei sabe que pode contar: dessa forma, para a expedição à Espanha, convoca-se todo o exército real e, por ordem de seu conde, Rolando, as tropas da marca da Bretanha atravessam os Pirineus. Há outros casos significativos que mostram a vontade que tem o rei de fazer que cada um participe da atividade de todo o reino: em 806, envia-se um contingente de vassalos aquitanos contra Benevento.

Mesmo com essas restrições, Carlos logo se dá conta de que a convocação, por toda uma estação, dos homens mais úteis à vida de todo o reino, ou de parte dele, só pode trazer prejuízos ao seu bom funcionamento. Não se pode esvaziar uma região inteira de seus quadros durante todo o tempo de uma campanha, em geral, de quatro ou seis meses. Os condes estão em posição privilegiada para dar a conhecer ao rei o descontentamento de uma população ativa que não poderia ser mobilizada todos os anos. Ora, há campanha todos os anos, ou quase, a ponto de os *Anais* chamarem a atenção para o fato de que, em certa primavera, ninguém partiu. Sob Carlos Martel e Pepino, o Breve, contaram-se cinco anos, de um total de 54, sem campanha. Sob Carlos Magno contam-se dois anos — 790 e 807 —, de um total de 46.

A capacidade de organização material exige, por sua vez, essa redução dos efetivos. Uma vez que o rei não pretende arruinar a região que o exército vai percorrer, é preciso pensar em alimentá-lo, e alimentar os cavalos. Muitos milhares de homens e de animais ao longo de uma mesma estrada podem requerer muito mais do que dispõem as reservas de alimentação e de forragem das regiões por onde eles passam, que nem sempre se situam em território inimigo. Não se pode saquear os celeiros da Austrásia porque se vai combater os bávaros.

É necessário, pois, fazer uma convocação seletiva das forças vivas: logo se chega a uma relação que salvaguarda os interesses da sociedade, da ordem pública e da economia: um combatente em armas para vários homens livres. Está previsto também que se pode pagar a um

outro pelo serviço militar: aqueles cuja ausência causaria prejuízos pagarão aos que podem partir para a campanha sem inconveniente. A proporção varia de região para região, em função da maior ou menor distância dos locais de combate, o que significa também um maior ou menor perigo, e portanto uma maior ou menor motivação das populações. Em 806, essa proporção é de 1:6 para os saxões, no caso de serem chamados a combater na Espanha ou contra os ávaros, e de 1:3 se for preciso ir à Boêmia, mas todos se mobilizariam se se tratasse de defender a Saxônia contra os sorábios vizinhos. Varia também, em igual medida, de acordo com a capacidade financeira: em 806, na Frísia, a proporção é de apenas 1:7, para a infantaria, ao passo que todos os cavaleiros são convocados. No final do reinado, na maior parte do reino, aquele que possui quatro *mansi* deve certamente ir ao exército — o que tem doze *mansi* deve ir com um equipamento completo e principalmente com uma *brogne** —, mas aquele que não os tem deve cotizar-se com outros para financiar o equipamento e os víveres. De cada quatro *mansi* deve partir um homem em campanha. Assim, de cada quatro homens que possuem, individualmente, apenas um *mansus*, um deve partir em campanha. De cada dois homens que possuem, individualmente, dois *mansi*, um deve igualmente partir, mantendo-se a relação de um combatente para cada quatro *mansi*. Quando alguém possui três *mansi*, parte em campanha, financiando três quartos de seu serviço, sendo "ajudado", porém, por um proprietário de um *mansus*.

Aqueles que devem partir recebem uma ordem de alerta uma semana ou mesmo dois ou três meses antes da ordem de partida. Os responsáveis por essa organização anual do exército são principalmente os condes, mas também os vassalos diretos do rei, os bispos e os abades. Tanto uns como outros recebem um aviso por escrito, e os *missi* estão lá para garantir o bom cumprimento da ordem. Os homens são, pois, escolhidos, e têm tempo de providenciar o equipamento. Podemos nos perguntar, dada a falta de textos que esclareçam esse ponto, se o serviço financiado dessa maneira é feito num sistema de rodízio ou se constitui, em função da contratação habitual de pessoas para lutarem em lugar de outras, uma categoria de soldados quase profissionais, pagos por aqueles que preferem pagar a combater. Uma coisa é certa: visto que é realmente necessário fazer uma convocação

* *Brogne*: espécie de cota de malha de couro, mais ou menos reforçada com escamas de ferro ou de chifre. (N.T.)

seletiva, escolhem-se os melhores, os mais vigorosos, os mais combativos. O rei não se contrapõe a isso, visto que é de seu interesse, mas a população termina por se queixar: para o trabalho do campo restam apenas os menos válidos. Os condes são acusados até de escolher de propósito os pequenos proprietários agrícolas cujas terras eles cobiçam: de tanto ausentar-se, o homem termina por se arruinar.

Há a possibilidade de dispensas. O conde e o vigário ou centurião podem concedê-las, sob sua responsabilidade, cabendo aos *missi* verificar a justeza da concessão. Se tiverem dispensado alguém indevidamente, pagarão uma multa. Naturalmente, as queixas não param de chegar aos *missi*. O conde, segundo se diz, faz com que lhe comprem a dispensa, ou dispensa aqueles de que ele precisa: para obter dispensa do exército, convém ser caçador, falcoeiro ou preboste do conde. O imperador, por sua vez, reserva-se o direito de dispensar aqueles que lhe são necessários no palácio. Em 808, teve que dispensar da multa os que tinham ficado com ele no ano anterior. O que mostra que, entre os *missi*, havia muitos que eram mais realistas do que o rei.

Voltemos agora à estimativa. Os cinqüenta mil homens que se podiam convocar nunca chegaram a ser reunidos. A estimativa mais razoável, para o conjunto do exército reunido por ocasião das grandes campanhas, fica em torno de dez ou quinze mil homens, entre os quais dois a três mil cavaleiros da cavalaria ligeira e da cavalaria pesada. Isso já é um bom número.

A mobilização das forças é um elemento essencial de uma estratégia baseada na presteza das intervenções. É nesse aspecto que a estrutura hierárquica bem estabelecida faz maravilhas. Além daqueles que foram reunidos pela assembléia, isto é, os quadros do exército, é necessário fazer que cheguem aos locais das operações — e não necessariamente à residência real, onde se realiza a assembléia — o conjunto dos combatentes, com armas, bagagens e víveres. A ordem parte do palácio para os arcebispos, encarregados de retransmiti-la imediatamente aos bispos, aos abades e aos condes. Já prevenidos de que participarão da próxima campanha, os combatentes só precisarão de algumas horas para terminar de se equipar. Nessa estação do ano eles já esperam partir, e tudo já está preparado. A rapidez da execução da ordem se deve às punições a que fica sujeito aquele que, avisado de manhã que o rei o chama às armas, não se puser em marcha na noite do mesmo dia, armado e acompanhado de seus homens. A rigor, o prazo de mobilização é de 24 horas. Os senhores dos domínios se tornam responsáveis. Dos grandes senhores leigos aos abades, todos

evitarão apresentar-se ao exército sem tudo o que se fará necessário no curso da campanha que se inicia.

Às vezes, acontece de o rei ter que organizar tropas para as enviar a um teatro de operações secundário ou para enfrentar uma emergência. Nesses casos, ele evita passar pela pesada hierarquia das responsabilidades: simplesmente chama seus vassalos diretos, os mesmos que protegem o palácio e o escoltam nas viagens.

Pode acontecer, porém, de a mobilização ser malfeita. Depois dos contratempos de agosto de 807, quando se tentou organizar uma expedição contra os eslavos, da qual teve finalmente que desistir, Carlos Magno retoma, em 808, as disposições essenciais. Ordena também que os *missi* façam um levantamento dos homens que, no ano anterior, deixaram de vir ao exército ou de contribuir enviando um outro em seu lugar, condenando-os a pagar uma multa de sessenta soldos.

Depois do fracasso de uma mobilização contra os dinamarqueses, ele volta a insistir sobre esse ponto em outubro de 811, na capitular de Boulogne. Mas, de tanto prever as deserções e de voltar a multar aqueles que não cumpriram suas obrigações, seja deixando de se reunir ao exército, seja deixando de ajudar os que partem em campanha, as capitulares nos fazem pensar que, principalmente nos últimos anos do reinado, Carlos Magno teve que enfrentar a insubmissão dos mobilizáveis, quando não a deserção de combatentes já em marcha para a campanha. Ninguém saberá dizer que efeito teve sobre os refratários a ameaça de submeter à servidão, por um período correspondente ao valor devido, aqueles que não podem pagar a multa. Carlos chega a prever o caso em que o faltoso viesse a morrer antes de terminar de pagar a multa com o seu trabalho: os herdeiros estariam desobrigados. Quanto àquele que, tendo uma "honra", isto é, um cargo público, deixa de comparecer a tempo, será privado de carne e de vinho por tantos dias quantos forem os de seu atraso. É difícil imaginar a forma como essa punição seria aplicada. Naturalmente, aquele que deserta durante a campanha já está condenado à morte por antecipação. Mas, ainda assim, é preciso apanhá-lo.

O exército

O elemento forte do exército é a cavalaria que usa couraças, a arma pesada dos ataques frontais e das campanhas travadas em lugares distantes. É a arma dos *milites*, palavra que ainda deve ser traduzida

como *cavaliers* [cavaleiros], e não como *chevaliers* [pertencentes à ordem da cavalaria], como se fará no século XI. O *miles* é um soldado, isto é, alguém que serve o exército, e não alguém que goza de alguma distinção social. A cavalaria ainda não é uma nobreza. Mas, ao menos, é um grupo que pode deixar de servir a pé. Entre o "povo", ela é, não um estrato dominante, mas uma camada superior.

No que se refere a essa arma de elite com unidades pouco numerosas, constituídas de quinhentos a oitocentos vassalos e homens livres ricos o bastante para se equiparem, Carlos Magno tem grande cuidado com suas armas e intendência. Ele não quer ver seus homens debandarem ou se mostrarem incapazes de uma ação eficaz.

O cavaleiro fornece sua montaria, ou antes, seus animais, porque também é preciso transportar víveres e armas. Cabe ao rei fornecer-lhes alimentos. Foi para garantir que os animais tivessem pasto que, em 755, Pepino, o Breve, adiou por dois meses a convocação habitual do exército. Cavalos de combate e cavalos de carga, albardados ou puxando carroças — os animais precisam encontrar pastagem já crescida em seu trajeto. A pastagem rasteira do inverno não impede a mobilização da infantaria. Impede, porém, a mobilização da cavalaria, que não poderia sobrecarregar-se transportando forragem. Em campanha, todos os dias, os homens do rei sob as ordens do condestável requisitam grama verde e a forragem encontrada no lugar. Às vezes, é necessário reservá-las com antecedência: em 803, ao partir em guerra contra os ávaros, Carlos Magno ordena aos condes das regiões por onde iria passar que reservassem dois terços da grama, ou seja, que ela não seja consumida antes da passagem do exército. Essas precauções nem sempre são suficientes, e pode acontecer, como no caso de Carlos, o Jovem, durante a campanha da Boêmia em 805, de o chefe do exército ter que ordenar o recuo das tropas porque não tem mais como alimentar seus cavalos.

Não basta comprar e conservar armas e animais. Será preciso encontrá-los. Para os cavalos, apela-se para todas as pastagens do reino. A criação é organizada nos fiscos reais, nas dependências dos palácios reais, nos domínios da aristocracia e também nas abadias. Essas mesmas abadias têm um papel bastante surpreendente na produção das armas: visto que tinham entre seus bens temporais oficinas mais facilmente mobilizáveis pelo rei do que as de propriedade de leigos, alguns monastérios cujo abade é muito devotado àquele que lhe concedeu o abadado e que dispõem de muitas florestas, cursos de água e minérios de ferro, funcionam como arsenais.

Os combatentes a cavalo são protegidos pela *brogne*. As repetidas referências, nas canções de gesta, à "branca cota de malhas" fazem supor que o couro é utilizado com o lado dos pêlos voltado para a parte interna. Às vezes, usam-se, completando a cota de malhas, peças metálicas para proteger os braços. Com o progresso da metalurgia, talvez já existam cotas de malhas de ferro. Alguns cavaleiros usam um capacete e até grevas reforçadas. A essa altura, o capacete, substituindo o de formato redondo dos primeiros exércitos francos, já é o chapéu de ferro cônico, o mesmo que dará origem ao elmo do século XI.

Tudo isso é muito caro, e a maioria dos homens livres dificilmente teria condições de armar-se dessa maneira. O escudo custa dois soldos. O capacete seis, e as grevas também. Não se encontra uma boa espada por menos que isso. O mais caro é a *brogne*: só ela custa pelo menos doze soldos. Acrescente-se a isso o custo do cavalo: sete soldos por um macho, três por uma égua. Tudo incluído, o equipamento e a montaria custam uns quarenta soldos, ou seja, o mesmo que umas vinte vacas. O rei deve se contentar em exigir que possuam uma *brogne* apenas os homens livres, os quais tenham pelo menos doze *mansi* em seu domínio. Ele precisa lembrar também, repetidas vezes, que é proibido aos homens livres vender sua *brogne*, tanto no reino como, com muito mais razão, no estrangeiro, onde os inimigos do rei, saxões, ávaros, eslavos ou dinamarqueses, formam uma excelente clientela para armas que, como todos sabem, garantem a superioridade dos francos. A venda a um comerciante permite, com efeito, um ganho imediato, mas impede o combatente de prestar ao rei os serviços que este espera. Já em 779, o rei reprime com rigor esse comércio. Ele volta ao assunto quando estabelece os limites toleráveis do comércio com o estrangeiro.

> E que eles não levem nem armas nem *brognes* para vendê-las. Se forem surpreendidos transportando esses objetos, confiscar-se-á toda a carga, sendo que uma metade dela será mandada para o palácio e a outra dividida entre os *missi* e o autor da denúncia.

Cumpre chamar atenção também para a incapacidade real de alguns: em 803, no próprio momento em que lembra a proibição absoluta, feita a todo homem livre, de ceder sua *brogne* a comerciantes, Carlos Magno ordena aos condes que tenham algumas de reserva. Em 811, Carlos deve estar prevendo o pior. Ele proíbe a todo bispo, abade ou abadessa dar ou vender uma *brogne* ou uma espada a um estrangeiro, caso este não seja seu vassalo. É verdade, reconhece o

imperador, que pode haver igrejas ou lugares santos que disponham de mais *brognes* do que são necessárias. Nesse caso, que se pergunte aos homens do imperador o que se deve fazer com elas! Pode-se perceber claramente o uso que se faz desses excedentes: eles alimentam a reserva de armas com a qual o imperador equipa os vassalos que não têm condições para tal.

Cada combatente tem, naturalmente, seu escudo e sua arma. O escudo, à época, ainda não passa de um disco de madeira coberto de couro. Os cavaleiros são armados com a lança leve de madeira dura e ponta endurecida no fogo, e com a espada comprida — a lâmina tem quase um metro — de dois gumes, para o combate a pé. Isso porque o cavalo não é protegido como seu cavaleiro, e este deve estar preparado para, depois dos primeiros confrontos, continuar os combates a pé.

Ao lado da arma encouraçada, há a cavalaria ligeira. É a mais numerosa, a dos homens livres que podem vir com um cavalo, mas não têm *brogne* nem capacete. Seu número estaria entre 1.500 e 2 mil. Não é a arma dos ataques vigorosos e dos ataques frontais em batalha campal, mas a das escoltas, dos ataques bruscos, das missões rápidas em território inimigo, dos movimentos com os quais se contornam as posições inimigas. Só ela permite que Carlos às vezes execute a manobra de que tanto gosta: ordenar a marcha a vários corpos do exército, que prendem os inimigos qual tenazes e, envolvendo-os, impedem a retirada. Ela pode fazer maravilhas por sua mobilidade, sua capacidade de responder instantaneamente, quando a cavalaria pesada encontra-se prejudicada em seus movimentos por suas próprias armas e embaraçada, como em Roncesvales, pela ausência de um verdadeiro campo de batalha, ou, como em Süntelgebirge, por uma aparente retirada do inimigo. Essas duas derrotas são conseqüência de uma tática por demais apoiada na suposta invencibilidade da cavalaria pesada. Na cavalaria ligeira, encontram-se os vassalos pobres, os homens livres que não têm doze *mansi*. Um cavalo, uma lança leve, uma espada e um arco lhes bastam. E o escudo de madeira é uma despesa mais acessível que a couraça.

A vitória na batalha depende da combinação das duas cavalarias usando-se uma tática muito simples, a da alternância dos ataques em linhas cerradas e do rompimento das linhas inimigas. Apontada em toda a sua extensão, a lança é, então, a arma por excelência. Às vezes, quando é evidente que não haverá mais ataques, o combatente usa a lança como um dardo de arremesso. Caso o exército inimigo não

tenha debandado, chega a hora do combate desordenado, dos combates individuais com espadas. É o momento das façanhas. A perseguição não é menos importante, se não se quer que o inimigo se recomponha, no mesmo dia ou no dia seguinte. Recolher o butim é, pois, uma necessidade: ele enriquece o vencedor, reabastecendo-o de armas e víveres.

Os soldados da infantaria são os mais numerosos: de seis a dez mil homens livres sem fortuna, cuja arma principal é a lança de madeira de ponta endurecida no fogo, mas que também usam a adaga, o machado, a maça, e mesmo a funda. Não nos esqueçamos do arco, uma vez que o exército franco, à época de Carlos Magno, copia-lhe o uso dos ávaros. Por volta de 803, o imperador lembra aos condes que têm que dar garantias aos homens convocados ao exército de que terão as suas lanças, seu escudo e seu arco com uma corda sobressalente e doze flechas. Mas é preciso contar com as armas perdidas, estragadas ou quebradas. Se não se garante a sua substituição, muitos combatentes ficarão desarmados antes do fim da campanha. E o imperador precisa deixar claro que os combatentes não devem se contentar em usar um porrete em lugar do arco.

Esses combatentes não montados têm um duplo papel. Nos campos de batalha, intervêm quando os ataques da cavalaria cessam: nessa altura ainda empregam-se as lanças, mas também as facas. Cabe a eles também montar guarda junto às carroças que trazem as reservas de armas e de víveres. Fora das batalhas, a infantaria tem um papel muito importante quando se trata de tomar de assalto uma fortaleza inimiga ou formar a guarnição de uma fortaleza franca, e quando é necessário ir de aldeia em aldeia garantir a submissão das populações ainda refratárias. Ela não é a arma das conquistas. É a arma da consolidação.

Pouco sabemos dos alimentos consumidos durante as campanhas. Em princípio, cada um vem com mantimentos para três meses, armas e roupas para seis meses, mas os homens livres que vêm como vassalos dos grandes senhores esperam que estes lhas forneçam. De resto, os grandes senhores dão um jeito de fazer com que todos contribuam, mesmo aqueles que não são mobilizados: eles cobram uma taxa, que, a princípio, era uma certa quantidade de víveres, depois um simples imposto em moeda. Mas há fraudes, e o rei deve tomar a dianteira: o tempo da viagem é contado rigorosamente, para que os combatentes não aleguem ter chegado sem os víveres por tê-los consumido no caminho. O mais simples é só verificar víveres e munições o mais

tarde possível, quando se entra em campanha, e não no momento da partida. Do Reno ao Loire, só se contarão os víveres quando se chegar ao Loire. E quem vem do Loire só deverá mostrar seus três meses de víveres quando chegar ao Reno. Para uma campanha na Espanha, só se contarão os três meses de víveres nos Pirineus. Além disso, o rei faz suas reservas agindo em relação aos seus domínios como os grandes senhores agem com os seus.

Isto porque, na prática, as medidas que acabamos de citar são irrealistas. Da Saxônia ou da Baviera até os Pirineus, assim como da Nêustria aos Alpes, o trajeto é longo, isso sem contar o caminho de volta. O caminho de ida e de volta significa a necessidade de mais que o dobro dos três meses de víveres. A própria campanha muitas vezes ultrapassa os três meses, e o exército não hesita em viver à custa dos habitantes locais. A pilhagem é severamente reprimida, mas a requisição, em compensação, é de regra. Acrescentemos que é difícil imaginar um exército alimentando-se apenas de pão e de carne salgada ou de peixe seco. Pelo menos em alguns casos, o gado foi levado vivo, acompanhando a tropa, para fornecer carne: os *Anais reais* registram a grande catástrofe de 810, quando uma doença matou uma grande parte dos bois do exército. Mas conduzir rebanhos só pode retardar a marcha, e o que é sem dúvida útil para chegar ao teatro de operações em pequenas jornadas se torna impossível por ocasião dos movimentos estratégicos. De resto, nada indica que esses bois fossem todos de corte. Muitos deviam servir para puxar as carroças. Certamente era preciso reservar, sob pagamento, uma grande parte da carne fresca da produção da região. As frutas e os legumes também são encontrados no caminho. Teoricamente, eles são pagos. Repetidas vezes o rei afirmou que o exército só podia apropriar-se, nos lugares por que passava, da grama para os cavalos, da água e da lenha para cozinhar.

Ainda que sua preocupação principal seja estratégica, a necessidade em que se vê o exército de valer-se dos recursos alimentares das regiões por onde passa deve explicar por que, muitas vezes, o rei opta por fazer o exército avançar dividido em vários corpos, cada um tomando um caminho diferente.

Quanto ao vinho, a prova de que ele não falta é dada pelas medidas que Carlos Magno deve tomar, em 811, contra a embriaguez no exército. O bêbado será excomungado — não se sabe com que autoridade — e deverá beber água até que se convença de sua indignidade. O imperador chega a proibir seus homens de pedir vinho a um companheiro. Mas é difícil acreditar que um exército desse porte — mesmo

que não chegue aos cinqüenta mil homens da estimativa mais alta — possa transportar vinho para três meses. No que tange às armas, ninguém sabe, antes dos combates, quantas haverão de se perder.

O material usado na campanha compõe-se, em primeiro lugar, das carroças para o transporte das armas e dos víveres. Como se verá, o fracasso da expedição de 778 na Espanha deve-se, em larga medida, ao fato de que o rei, encarando a expedição como um simples passeio em armas, não quis sobrecarregar o seu exército com engenhos que, como se viu depois, teriam sido muito úteis diante de Saragoça. É necessário, pois, toda uma logística, tanto para o combate como para o deslocamento das tropas. É evidente que não se cavalga vestido com a *brogne*, a lança em riste e a espada de lado, e que os soldados da infantaria não carregam, ao longo da jornada, nem a maça nem sua provisão de flechas. Acrescente-se a isso tudo o que não é usado em combate mas que permite aos combatentes, e principalmente à aristocracia, viver seis meses: as roupas de viagem e de descanso, utensílios de todo tipo, inclusive de cozinha e de mesa.

Os condes e os vassalos ricos fornecem as carroças e os utensílios. O rei tem sua reserva de farinha, de vinho e de presunto, mas tem que levar também pedras para moer o trigo *in loco*, encarregando-se, além disso, de levar as máquinas e os barcos para atravessar os rios, e também, como aconteceu no fim do reinado, barcos para serem usados no mar. Os barcos que o rei Luís leva para atravessar o Ebro quando, em 810, tenta pela segunda vez sitiar Tortosa, são desmontados em quatro partes, cada uma das quais é carregada por dois cavalos de carga, sendo montados nas margens dos rios. Certamente o mesmo acontece com as pontes que, por ordem do rei, os condes devem levar para atravessar os rios estreitos. As capitulares descem a pormenores: as carroças devem ser cobertas com couro para que os víveres se mantenham secos. Farinha molhada de nada serve. E as carroças de vinho devem trazer vários tonéis: o correspondente a doze medidas, ou seja, cerca de quinhentos litros.

É preciso tocar aqui o problema da atrelagem dos animais às carroças, e portanto a questão da velocidade com que o exército se desloca. Não há dúvida de que tais carroças dificilmente seriam puxadas por cavalos atrelados pelo pescoço. A prática de atrelar os animais pelas espáduas, que lhes permite puxar cargas maiores, talvez já exista por essa época, ainda que os testemunhos disso sejam raros antes do século X. Se se registram alguns exemplos desse tipo de atrelagem, trata-se sem dúvida de exceções: por que os mesmos homens que são

capazes de utilizar esse recurso no exército deixariam de usá-lo para o trabalho no campo? O mais provável é que as pesadas carroças fossem puxadas por bois, e estes às vezes são atrelados pelo pescoço, e não pela canga frontal que evitaria o estrangulamento. É verdade que neste caso se tem uma tração lenta, mas o argumento nada tem de decisivo: é difícil imaginar um exército avançando na velocidade de cavalos de tiro e arrastando atrás de si rebanhos de bois de corte. Mesmo não atrelado, o boi vai devagar, da mesma forma que a infantaria. De qualquer forma, o itinerário do exército não permite evitar um ritmo lento, fora das manobras táticas durante as quais se podia tomar a dianteira sobre as carroças. Quando, em 778, Carlos vai para a Espanha, ocasião em que não tem nenhum interesse em retardar o início da campanha propriamente dita, ele leva dois meses — de abril a junho — para ir de Poitiers aos Pireneus, o que significa uma média de sete quilômetros por dia. Os soldados da infantaria são capazes de andar no triplo dessa velocidade. O carreiro do século XV, cuja carroça de mercadorias não é menos pesada que a do exército carolíngio, mas cujo cavalo é atrelado pelas espáduas, faz esse caminho em duas semanas, na primavera.

A cronologia das campanhas, que se encontra no fim deste livro, basta para dar uma idéia das prioridades do rei, do jogo das circunstâncias e também do caráter imprevisível, para seus inimigos, de suas intervenções. Para dar uma idéia mais exata da política externa e das campanhas militares, seria preciso entremear, ao longo dos anos estudados, as orientações da diplomacia, as peripécias da política interna e os teatros de operações. Pareceu-nos preferível, porém, estudar separadamente país a país. É preciso ter em mente que, a cada momento, Carlos mantém o controle do todo, com a dupla preocupação de reforçar seu poder e ampliar as bases territoriais deste.

Até o momento em que os normandos entram em cena, Carlos Magno só realiza campanhas ofensivas. Compreende-se a pouca atenção que dá às campanhas defensivas, que no mais das vezes são uma reação às resistências encontradas nos países recentemente conquistados. As fortalezas "de madeira e de barro" que edifica em Fronsac, no Dordonha, que toma aos saxões em Sigiburg e em Eresburg, que constrói em Höhbeck, no Elba, contra os wilzes, não passam de postos onde ficam guarnições protegidas de ataques de surpresa por trás de um fosso e uma paliçada. Essas fortalezas são feitas para manter o domínio do território conquistado, deixando-se nelas algumas tropas prontas para intervir na região em caso de urgência, e não para resistir a invasões. A preocupação que os imperadores romanos tinham com

os movimentos de povos procedentes do leste é totalmente estranha a Carlos Magno. Este não se preocupa em fortificar sua fronteira nem em garantir a defesa das cidades conquistadas. Caberá a Carlos, o Calvo, retomar, mas um pouco tarde, uma estratégia defensiva. Carlos Magno conquista, mas praticamente não fortifica.

Mesmo quando é necessário, como o foi na Saxônia ou entre os ávaros, renová-las a cada ano, a ofensiva se faz com campanhas rápidas, às vezes rapidíssimas. A rapidez é um dos traços mais característicos de Carlos. Por isso não nos devemos espantar com sua pouca habilidade quando tem que enfrentar a resistência de uma cidade. O cerco de Pavia se prolonga indefinidamente, o de Saragoça é um fracasso: o rei dos francos não leva consigo as pesadas máquinas para o cerco e, quando estas se fazem necessárias, ele está desprevenido. A sistematização de uma logística do cerco não figura em nenhuma das numerosas capitulares, que em compensação se ocupam, nos mínimos detalhes, da organização do exército e da preparação das campanhas. Na assembléia, fala-se muito das *brognes* e das espadas, dos víveres e das munições. Trata-se dos preparativos para transportar os barcos para a travessia dos rios. Não há uma única menção a uma balista ou a uma catapulta. Mesmo admitindo que por toda a parte se encontra a madeira necessária para a fabricação das torres e das escadas, o que não é de todo certo, a ninguém ocorreria que se pudesse fabricar a artilharia mecânica *in loco*, sendo que os arcos deveriam ser levados pelos soldados. O exército dos francos acaba de descobrir a cavalaria. Ele ainda é tributário de sua descoberta.

CAPÍTULO VIII

A ITÁLIA

De Astolfo a Didier

Pepino, o Breve, não pôde deixar de ir à Itália. Foi para implorar a sua ajuda contra as maquinações expansionistas do rei lombardo que o papa Estêvão II veio até Saint-Denis. A certa altura de uma discussão mais difícil do que os historiógrafos querem fazem crer, o papa precisou recorrer à ameaça: se o rei dos francos não proteger o papado, não passa de um pecador e pode muito bem perder o Paraíso. Ao sagrar o rei dos francos e seus filhos, a situação finalmente se inverteu: agora é o rei franco que lhe é devedor. Não se admite que este se furte a isso. Os grandes senhores do *entourage* do rei, por sua vez, se mostram reticentes. Eles têm a ganhar com as conquistas em território germânico, onde se pode contar com domínios tomados de príncipes subjugados e de sua aristocracia, mas não podem esperar grande coisa da ajuda dada para manter a independência do papado. Além disso, criaram-se tantos laços entre a aristocracia franca e a aristocracia lombarda que não se pode esperar de uma vitória sobre Astolfo as substanciais distribuições de terras que se esperam de toda campanha feita na Germânia.

Duas campanhas, porém, são feitas na Itália. Já na primavera de 754, Pepino consulta o povo franco, reunido em assembléia a 1º de março, em Braisne, e a 14 de abril, em Quierzy. Ele atravessa então os Alpes, vence Astolfo e obriga-o a abandonar Ravena. Teoricamente, a capital do Exarcado deveria voltar a ser bizantina. Na verdade, é em proveito do papa que Pepino atua. Mas ele volta rapidamente ao reino franco, e Astolfo aproveita-se disso para se mostrar diante de Roma, enquanto em Bizâncio o imperador protesta lembrando seus direitos. Vê-se em 755 o exército do rei lombardo na margem esquerda do Tibre, entre a porta Salária e a porta de Óstia, enquanto um exército



vindo do ducado lombardo de Benevento chega pela margem direita. O campo romano é devastado. Por pouco a cidade não foi tomada de assalto. Portanto, uma segunda expedição parece necessária a Pepino, que foi muito bem informado por seu embaixador e não parece estar disposto a limitar-se a uma conquista superficial. A acreditar nas afirmações do papa Adriano em 774, as condições são as que foram discutidas por Estêvão II e Pepino em Pontião. Desta vez, as coisas serão mais bem explicitadas.

Assim, em 756, os francos vão pela segunda vez à Itália. Sitiado em Pavia, para a qual voltou às pressas, abandonando seus planos em relação a Roma, Astolfo é obrigado a capitular e obrigado a dar a Pepino 22 cidades do Exarcado (entre as quais Perúgia e Bolonha) e da Pentápole (Rimini, Ancona, Numana, Fano e Sinigaglia), cidades que Pepino oferece imediatamente ao papa. É o abade Fulrad que recebe as chaves das cidades, leva-as imediatamente a Roma e coloca-as no altar de São Pedro. Estendendo-se amplamente ao longo do Adriático até a desembocadura do Pó e ao longo do mar Tirreno, dos dois lados de Roma, o Estado pontifical está muito bem estabelecido, esse Estado pontifical que tem por base o ducado de Roma que o imperador bizantino julgou de bom alvitre confiar ao papa a fim de garantir a fidelidade de Estêvão II.

A usurpação está caracterizada: o papa esquece que tem Roma por concessão do imperador e que recebe o Exarcado sem que o imperador seja ao menos consultado. Na verdade, o papa se separou do Império romano. Anexando, além disso, Perúgia, Bolonha e Ravena, ele se torna senhor da média Itália. O papa já não é apenas bispo de Roma. Ele é um príncipe temporal.

O protocolo logo procurou traduzir essa nova situação. Já em 741, Zacarias rompeu com a obrigação de solicitar ao imperador a confirmação de sua eleição. Em 757, Paulo I inovará em sentido inverso, agindo com cortesia: ele anuncia sua eleição ao rei franco.

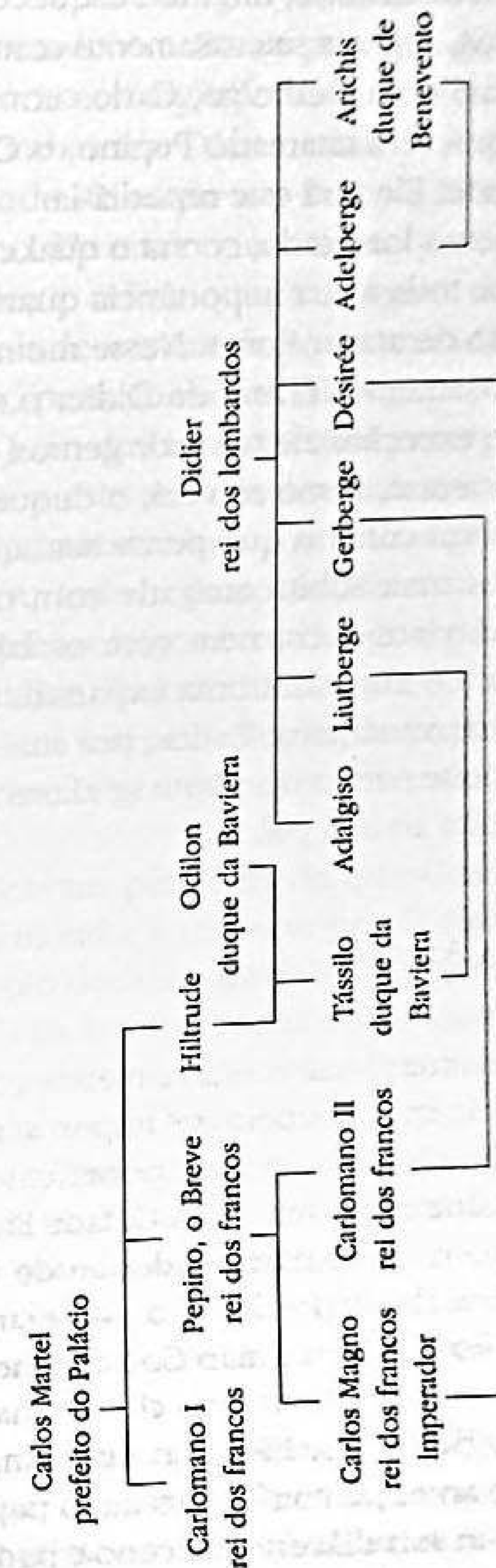
As relações com Bizâncio adquirem, a partir daí, um novo caráter. Nomeando Clóvis cônsul honorário, o imperador Anastácio lembraria ao rei franco que ele estava no Império. Ao dar ao papa os meios de sua independência política, Pepino, na verdade, faz dele, aos olhos de Bizâncio, um usurpador territorial. Mas, ao mesmo tempo, o rei franco intervém como protetor da independência temporal da Santa Sé, ela própria garantia da independência espiritual. Nessa qualidade, ele se dá o direito de intervir na península. Os interesses do reino franco até então só estavam orientados para o interior do continente. Agora, chegam

ao mundo mediterrâneo. No momento em que a investida árabe priva Bizâncio de seu império no litoral africano e, em parte, também no litoral asiático, eis que a potência franca faz recuar Bizâncio mais uma vez, agora em terras da Europa. Voltando a ser universal pela derrocada do Império do Ocidente em 476, o Império romano agora retrai-se para o Oriente. É verdade que há muito ele perdera qualquer ilusão de soberania sobre a Espanha visigótica, depois sobre a Espanha árabe, e nunca alimentou essa mesma ilusão em relação ao reino franco. Ou pelo menos nunca a expressou. Agora a coisa está mais que patente: é o rei dos francos que constitui o Estado pontifical. E, naturalmente, o rei dos francos é o seu fiador. Sem anexar ainda a menor parcela da Itália, o reino franco tornou-se uma potência mediterrânea.

As circunstâncias ajudaram para que assim fosse, da mesma forma que a falta de tato de Astolfo. A vontade do rei franco não é menos evidente. A demonstração se completa com a intervenção franca nos dois ducados lombardos de Spoleto e de Benevento. Ambos os duques tinham com o rei lombardo uma ligação muito frouxa. Estêvão II não tem a menor dificuldade em lhes demonstrar que têm tudo a ganhar com a proteção do rei franco; eles "se recomendam" a Pepino, *per nos*, precisa o papa: por seu intermédio. Estendendo-se a leste de Roma nos Apeninos e até o Adriático, o ducado de Spoleto submete-se, pois, à autoridade franca.

Depois da morte de Pepino em 768, as relações com os lombardos estão, a princípio, a cargo de Carlomano II. Ao que parece, deverá ter continuidade a política do abade Fulrad, cuja base é uma aliança pontifical necessariamente dirigida contra o rei Didier, que em 757 sucede Astolfo, morto em uma queda do cavalo. O duque da Toscana Didier só se tornou rei dos lombardos por decisão conjunta de Estêvão e Fulrad, mas Didier é lúcido; não pretende ser um títere dos francos: compreende muito bem que nada mais tem a temer de Bizâncio e que a única ameaça que paira sobre o reino lombardo é a que deriva da aliança entre o papa e o rei franco. Mal se torna rei, reaproxima-se de Bizâncio.

Quanto à viúva de Pepino, em conluio com Carlomano II, o qual procura por todos os meios opor-se ao irmão mais velho Carlos, ela maquina a inversão das alianças. Berta é uma franca, filha de um conde de Laon, mas tem domínios na Germânia. Foi ela quem estimulou Pepino a apoiar a fundação, em Prüm, de uma abadia destinada a promover a influência franca na Germânia. Ela tem suas alianças na Baviera, e a Baviera é muito ligada ao reino lombardo, o que consolidou



o casamento do duque da Baviera, Tássilo — sobrinho materno e criatura de Pepino, que o fez duque —, com uma filha de Didier, Liutberge. Em 770, Berta impõe a Carlomano uma atitude conciliatória em relação aos lombardos e, fingindo esquecer o fato de que seus dois filhos são casados, negocia seu casamento com duas filhas do rei Didier. Carlomano casará com Gerberge, Carlos com Désirée. Ora, Carlos já tem um filho, que será chamado Pepino, o Corcunda, de sua mulher franca, Himiltrude. Ele terá que repudiá-la.

Esse casamento lombardo, contra o qual em vão o papa Estêvão III protesta, assume toda a sua importância quando, em 771, Didier retoma o seu projeto de atacar Roma. Nesse momento, as alianças derivadas daqueles casamentos fazem de Didier o senhor aparente de uma rede política de exceção: ele tem por genros os dois reis dos francos, o duque da Baviera e, como se verá, o duque de Benevento, Arichis.

Carlos leva em conta o que pensa sua aristocracia, e esta não vê com bons olhos uma súbita amizade com os lombardos, contra os quais se luta há vinte anos, nem com os bávaros, que zombam da autoridade franca e impedem uma expansão do reino franco, que fatalmente lhe traria vantagens. Carlos, por sua vez, revoluciona o sistema político da noite para o dia. Berta se afasta por uns tempos, Désirée é enviada de volta ao seu pai.

O apelo do papa Adriano

Em Roma a situação não estava menos confusa. Com a morte do enérgico Paulo I, que soubera se impor a uma aristocracia militar insubmissa diante de um poder pontifical que se tornara poder temporal, um golpe abala em 767 a Cidade Eterna. Com um grupo de barões da região rural romana, o duque de Nepi — cujo nome era Teodoro, mas era chamado de Toto — organizou um complô, ocupou a cidade e fez que seu irmão Constantino fosse eleito papa. Este último nem ao menos pertencia ao clero, e naturalmente só foi eleito por uma facção de leigos. Eles conseguiram, porém, encontrar três bispos para, sob ameaça, conferir ao novo papa a tonsura eclesiástica e depois ordená-lo sub-diácono, diácono e padre, e, finalmente, coroá-lo papa. O chefe da administração pontifical, o primicério Cristóvão, fora o principal conselheiro de Paulo I, e se recusou a se submeter. Mas os conjurados tinham o controle de Latrão. Assim, parecia que a Igreja tinha um papa.

Cristóvão não se rendia. O duque de Campânia, Gregório, tentou uma ação militar, fracassou e foi executado. Cristóvão e seu filho e auxiliar Sérgio se refugiaram em São Pedro. O Vaticano se opunha a Latrão. Constantino se sentiu no direito de chamar em seu socorro Pepino, o Breve, considerado em Roma protetor do papado, fosse qual fosse o papa. Cristóvão e Sérgio foram a Spoleto, depois foram pedir ajuda do rei dos lombardos. Didier, naturalmente, não iria deixar escapar a oportunidade de entrar em Roma e lá suplantar o longínquo protetorado franco. Ele enviou uma tropa que entrou em Roma e se instalou no Janículo, a colina que, à margem direita do Tibre, domina o Vaticano. Depois de um simulacro de retirada, os lombardos atacaram, mataram Toto, perseguiram o falso papa Constantino até dentro da igreja de São João de Latrão e fizeram-no prisioneiro. Um monge foi eleito papa, e a este se opôs imediatamente o primicério Cristóvão: esse papa Filipe não tardaria a se retirar por iniciativa própria. Cristóvão convocou todo o povo de Roma ao antigo *forum* dos imperadores e fez que os leigos e os clérigos, por unanimidade, elegessem um novo pontífice, Estêvão III. Decidiu-se, além disso, que os leigos não participariam mais da eleição do papa. Nem por isso se podia decretar que os clérigos fariam a sua escolha em perfeita liberdade.

As coisas se complicavam pelo fato de que Cristóvão, de certo modo, havia traído todo mundo, a começar por Didier, de quem, entretanto, recebera um apoio decisivo. Estêvão III, a quem incomodava a tutela política de Cristóvão, buscou aproximação com Didier. Cristóvão, em contrapartida, aproximou-se dos francos, na ocasião representantes do novo rei Carlomano. O partido lombardo continuava forte, e provocou distúrbios na cidade, prendeu Cristóvão e Sérgio fez que lhes furassem os olhos, à maneira bizantina. Cristóvão morreu logo, Sérgio foi executado um ano depois, tendo sido enterrado vivo.

Nessa ocasião, os lombardos tinham Roma sob seu controle. Estêvão III teve que se resignar a isso. Eleito em janeiro de 772, seu sucessor Adriano I — que haveria de governar por 23 anos — estava disposto a reagir a isso. Enérgico, diplomata hábil, esse prelado via claramente que a primeira coisa a fazer era livrar-se de todas as tutelas, a começar pela dos lombardos. Anistiou os sobreviventes dos acontecimentos que haviam abalado a cidade durante cinco anos, e isso restabeleceu o equilíbrio. Deram a Cristóvão e a Sérgio uma sepultura adequada na basílica de São Pedro. Didier compreendeu que seu poder em Roma estava seriamente ameaçado.

Era inevitável o conflito. Francos e lombardos apressaram-se a fazer seus preparativos. Em 4 de dezembro de 771, a morte de Carlomano II fazia de Carlos o rei único, dando-lhe autoridade sobre os assuntos relacionados à Itália. A viúva de Carlomano, Gerberge, se refugiou com os seus dois filhos no reino de seu pai, Didier, o qual logo anunciou que faria que os filhos fossem sagrados pelo papa: o rei dos lombardos se tornaria, assim, protetor dos dois reis francos. Estes eram seus netos. Nem por isso deixavam de ser seus reféns.

Seria exagero dizer, a propósito desse sombrio processo sucessório, que todos se dão por satisfeitos. Um importante personagem aquitano, o duque Auchier, a quem as canções de gesta chamam Ogier, o Dinamarquês, mantém-se fiel a Carlomano II; ele vai com a viúva para a Itália. Muitos grandes senhores do reino franco, chocados com a violação da lei e dos costumes, que obrigavam a transmissão do reino aos filhos de Carlomano, durante muito tempo mostrarão sua insatisfação com a usurpação praticada por Carlos. Eginhardo procura mascarar os fatos, mas o apoio a Carlos não constitui, na ocasião, unanimidade na aristocracia franca. Seria necessária a firmeza do rei, agora único, para que os ressentimentos se abrandassem ou se calassem. Uma assembléia, realizada em Samoussy, dá a sua aprovação. Carlos agora se contrapõe, sozinho, a Didier.

Didier tomou a iniciativa da ação ocupando a Pentápole. Fingindo ter ido apenas negociar, avança sobre Roma. Entre outras coisas, vem fazer que o papa sagre os filhos de Carlomano. O redator do *Liber pontificalis* não se engana quanto a isso: trata-se de "separar o papa do rei Carlos", o que equivale a fazer que se indisponham definitivamente.

Adriano dá a resposta que era de se esperar: nada será acertado antes que o lombardo devolva a São Pedro as cidades que lhe tomou. Mas isso não passa de palavras, e Didier tem um exército. Como outrora seu predecessor Estêvão III, o papa Adriano I só tem uma saída. Mal foi eleito, pediu socorro a Carlos. Seus embaixadores foram ao reino franco por mar, para evitar o reino lombardo. Ao mesmo tempo, envia três bispos a Didier para lhe proibir o acesso "às fronteiras dos romanos". A proibição se estende ao duque Auchier, que parece ter no incidente um papel importante. A missão terá uma conseqüência: Didier recua e evacua Viterbo.

Respondendo ao apelo do papa, o rei franco manda a Roma três embaixadores cuja escolha nada teve de casual: o bispo de Amiens Georges, o abade de Saint-Martin de Tours e um *deliciosus*, um homem

de confiança chamado Albuíno, que pode ter sido Alcuíno (voltaremos ao assunto mais adiante). Georges, como já se disse, foi um dos grandes personagens da corte pontifical na época já longínqua de Estêvão II, e teve junto a Carlos o papel de especialista em assuntos romanos. Não é o bispo de Amiens que o rei envia a Roma, é o ex-bispo de Óstia. Georges foi testemunha das concessões feitas outrora por Astolfo. Em suma, para avaliar a situação, o rei franco envia uma embaixada diversificada: um grego que conhece Roma tão bem quanto o reino franco, um franco cuja função faz dele um dos principais personagens da assembléia geral do reino e, provavelmente, um letrado anglo-saxão cuja sutileza na análise e na negociação diplomática ficarão evidentes no desenrolar dos fatos. O relatório que os três embaixadores fazem a Carlos, confirmado também pelos embaixadores do papa, é claro: Didier não cumpriu as promessas feitas a Estêvão III. Eles passaram por Pavia: o rei dos lombardos os expulsou.

A história, a partir daí, parece se repetir. Depois de ter tentado, em vão, uma reconciliação, e até oferecido a Didier o equivalente a 14 mil soldos de ouro, a serem pagos em ouro ou em prata, para que este entregasse ao papa as cidades outrora prometidas, Carlos reúne seu exército em Genebra. Em julho de 773, atravessa as gargantas dos Alpes com um grande exército, tendo um corpo sob seu comando, o qual atravessou a garganta do Monte Ceniso e o vale de Susa; um outro, sob o comando de seu tio Bernardo, passou pelo futuro Grand-Saint-Bernard e pelo vale de Aosta. Os francos sofrem, já que não estão habituados a grandes altitudes. Eginhardo ecoa isso:

> Os francos tiveram que enfrentar, com grandes esforços, a travessia desses Alpes, essas montanhas inacessíveis, com seus picos que se elevam ao céu e seus rochedos abruptos.

Em seguida, Carlos rompe as defesas do reino lombardo. Trata-se de uma empresa muito difícil porque Didier teve tempo de fortificar os pontos estratégicos dos desfiladeiros, conseguindo assim retardar sensivelmente o avanço dos francos. Didier sabe que o tempo é crucial para um exército longe de suas bases, e reter o inimigo em vales a grandes altitudes significa salvar o reino lombardo. Chegando ao passo de Susa, o rei franco entretém os lombardos propondo-lhes por várias vezes uma negociação diplomática do caso romano. Didier acredita então ter ganho: o exército de Carlos está parado. Na realidade, essas tergiversações fazem que Bernardo tenha tempo de descer pelo

vale de Aosta. É nesse momento que Carlos joga sua maior cartada: sua tropa de elite, a cavalaria ligeira formada pelos jovens vassalos mantidos pelo palácio. É ela que, pelo que rezam os *Anais de Lorsch*, com base em informações de primeira mão, desorganiza a defesa lombarda dando-lhe a volta pelos caminhos de montanha. Carlos parece ter recorrido a guias fornecidos por uma população local pouco favorável aos lombardos.

A lenda se apropriará dessa passagem quase milagrosa, atribuindo seu o mérito a um jogral, a um diácono e a um cervo. No vale de Susa, por muito tempo se falará do "caminho dos francos". O que é certo é que os francos transpõem as fortificações lombardas sem delonga e que as tropas concentradas por Didier nas saídas dos vales entram em pânico. A estratégia, tão cara a Carlos Magno, funciona então às maravilhas: o ataque frontal por um corpo do exército, combinado com o movimento de outro corpo, envolvendo o inimigo.

Didier recua, depois entrincheira-se em sua capital, Pavia. Gerberge e seus filhos estão em Verona, com o duque Auchier e o filho de Didier, Adalgiso. Agora, com todas as forças reunidas, Carlos faz o cerco a Pavia. Negocia-se a entrega de Gerberge, de seus filhos e de Auchier. Adalgiso foge para Bizâncio, deixando seu pai sozinho diante do exército franco. Muitas das cidades do Exarcado e da Pentápole que haviam sido ocupadas por Didier fazem juramento de obediência ao papa, que com isso ganha alguns territórios não compreendidos na doação feita por Pepino, mas cujos habitantes acham conveniente se colocar sob a autoridade daquele que o rei dos francos veio defender. Spoleto e Rieti renderam-se sem combate. Resta Pavia. A capital lombarda só se renderá em junho de 774, depois de um cerco de dezenove meses, e a grande duração deste servirá de tema a lendas amplamente divulgadas pelos cronistas das épocas posteriores. Ao que parece, Verona, a segunda capital do reino, resistiu ainda mais tempo. Adiantemos desde já que Pavia continuará sendo a capital do reino lombardo de Carlos e, no século IX, capital da Itália carolíngia. A cidade viverá dias ainda mais belos.

Didier já conhecera a derrota. Desta vez, ele é feito prisioneiro, e terminaria os seus dias num monastério, como os filhos de Carlomano II. Mas o rei franco toma suas precauções: a prisão de Didier não será um monastério italiano, de onde lhe seria fácil ressurgir depois da partida de Carlos: o derrotado é enviado a Corbie. Lá viria a morrer alguns meses depois. Quanto a Adalgiso, refugiado junto ao basileu, adota o nome grego de Teódoto e recebe do imperador Constantino V o título

de patrício. Isso significa o alargamento do fosso entre o imperador de Bizâncio e o rei franco.

A partir daí, Carlos assegura seu domínio sobre a Itália. Ele não pretende deixar atrás de si, como outrora Pepino deixou, o fermento de uma futura independência lombarda. Chega até, como também o fará na Frísia ou na Saxônia, a confirmar a lei dos lombardos que rege a vida privada de seus novos súditos: inútil revolucionar a vida daqueles de quem se espera fidelidade. Mas coloca os grandes senhores de seu reino franco à frente dos condados lombardos, e distribui terras italianas entre abadias ultramontanas.

Roma

Assim como Pepino em relação a seu devedor Estêvão II, Carlos pretende tirar vantagem do reconhecimento que o papa Adriano lhe deve. Na Páscoa de 774, momento em que Pavia ainda não é sua mas em que Didier está paralisado em sua capital sitiada, o rei dos francos faz a peregrinação a Roma. Quase toda a corte e uma parte do exército o acompanham. A devoção não impede a demonstração de força.

Carlos e a maioria de seus próximos vão descobrir a Cidade Eterna (ver mapa, p. 483). O palácio imperial continua no Palatino. É do nome deste que deriva o termo "palácio", que distingue a sede do poder soberano de todas as outras residências. Mas o Palatino está vazio. Para garantir o apoio de Estêvão II, o imperador achou por bem lhe confiar o governo do ducado de Roma. Embora esse novo cargo faça dele o funcionário do imperador, o papa aceitou. Pelo menos não vai precisar mais se submeter à autoridade bizantina. Sem uso, o Palatino cai em ruína.

Os dois pontos fortes da Roma do papa são Latrão e o Vaticano. Ambos sofreram invasões, principalmente quando da pilhagem de Roma pelos visigodos de Alarico I, em 410.

O Vaticano, que fica fora da cidade, à margem direita do Tibre, é antes de tudo a basílica construída por Constantino a partir de 322 numa região ainda pouco ocupada, uma grande igreja com cinco naves paralelas na planta basilical, separadas por colunas de granito. A planta compreende um transepto e uma abside atrás da "Confissão", isto é, a abertura feita no pavimento acima do túmulo do apóstolo Pedro, na frente do altar protegido por um baldaquino de pedra de colunas torsas, esculpidas com ramos de videira (uma delas ainda se

conserva, podendo ser vista no porão de São Clemente). Chega-se à basílica por uma grande escadaria que, mais ou menos na altura da atual fachada, leva a um *atrium* análogo ao que ainda antecede São Paulo fora dos Muros. Essa primeira São Pedro não é — e não será jamais — a catedral do papa, mas já é para o todo o mundo a principal igreja da cristandade: aquela em que se reza no lugar que a tradição afirma ser o do martírio e do túmulo do apóstolo fundador da Igreja. A leste da basílica cujo coro ficava do lado oeste — o que era inusitado —, havia um palácio, no lugar do atual palácio pontifical. Foi ali que alojaram o rei Carlos.

Na Cidade, Latrão ainda não deu lugar a São Pedro. É lá, no palácio que antes fora a rica casa de uma família patrícia, os *Plautii Laterani*, depois o palácio romano dos imperadores quando estes abandonaram o Palatino, que o papa reside, protegido por uma notável fortificação. Lá já se haviam realizado muitos sínodos. Grande basílica com cinco naves e transepto com colunas de mármore verde, erguida sob Constantino no lugar onde antes havia uma caserna dos cavaleiros da guarda imperial e algumas casas particulares, a basílica do Salvador, que viria a ser chamada São João de Latrão, é a primeira de Roma e, para as pessoas bem informadas, é a verdadeira catedral de Roma e da Igreja. É em Latrão que o papa celebra os ofícios pontificais da quinta-feira maior. E é no antiqüíssimo batistério de Latrão — esse octógono certamente construído por Constantino, no lugar antes ocupado por termas antigas e onde, já no século III, se fizera um batistério —, definitivamente reconstruído no século V por Sisto III, que o papa, como todo bispo, batiza alguns catecúmenos no Sábado de Aleluia.

Não devemos nos esquecer de Santa Maria Maior. Embora tenha sido edificada no século IV, depois das acima mencionadas, e reconstruída no século V, a basílica tem origens lendárias e um prestígio especial. Sua posição elevada na colina do Esquilino faz que se destaque na paisagem. Mas foi percorrendo Roma que Carlos compreendeu o que era a Cidade Eterna, com dez vezes mais santuários do que as cidades que conhecia e, o que na época era essencial, relíquias com as quais ele nem poderia sonhar no reino franco. Se se encontram por toda parte, no reino franco, os corpos santos dos bispos e abades canonizados pela voz do povo, em contrapartida, Latrão e o Vaticano abrigam as relíquias de São João Batista, de São Pedro, de Santo André e dos dois São João. Venera-se na porta de Latrão a escada do pretório de Pilatos que Jesus subiu durante a sua Paixão. Em São Paulo fora dos Muros, à beira da via de Óstia, está o corpo do

apóstolo São Paulo. O rei dos francos está informado de tudo e dá muito valor às relíquias.

Tanto o papa como o rei desdobraram-se em atenções, mas sem exageros. Como escreve o redator do *Liber pontificalis*, o anúncio da vinda do rei franco deixou Adriano *in magno stupore et extasi*, "pasmo e maravilhado". Certamente os dois termos são bastante adequados: o papa se encontra tão inquieto quanto satisfeito. Para falar com sinceridade, o papa certamente teria gostado que, tendo lhe prestado o serviço esperado em Pavia, Carlos fosse embora discretamente, sem pôr os pés em Roma.

Adriano mandou que fossem receber o rei dos francos a trinta milhas da Cidade, ao norte do lago de Bracciano. Ele não foi pessoalmente encontrar-se com o rei: uma tal atenção seria como colocar o rei no mesmo plano que o imperador bizantino, e em Roma haveria muita gente disposta a comentar isso, sem esquecer o bispo Georges, que não deixaria de informar Carlos disso, tirando conclusões que em nada agradariam ao papa. Por isso, o rei é tratado como o seria o exarca, nada mais. A uma milha de Roma, é o povo romano que aclama Carlos nos Prados de Nero. Apresentam-lhe o estandarte, e as crianças agitam ramos de oliveira à sua passagem. Tudo isso é muito digno, mas não tem nada de excepcional. A aproximação a Roma se faz em cortejo.

Ao amanhecer do Sábado de Aleluia, Carlos chega ao Vaticano. Desce do cavalo enquanto aparecem no *atrium* de São Pedro o papa e seu cortejo. Mas o rei não deixa de beijar, um a um, os degraus da grande escadaria que leva à porta da basílica. "Bem-aventurado o que vem em nome do Senhor", cantam os coros. Há muita atenção de parte a parte. O papa e o rei dos francos finalmente se dão o beijo da paz. Entram na basílica, o rei segurando com a mão esquerda a mão direita do papa. Diante da Confissão de São Pedro, todo mundo se prosterna. Faz-se uma oração. É então que o rei exprime publicamente ao papa seu desejo de ir à Cidade para fazer a mesma oração em diversas igrejas. Naturalmente, não é o caso de recusar. Descem, finalmente, às criptas, até o túmulo presumido de São Pedro.

O rei pediu permissão ao papa para entrar em Roma. Jurou, além disso, que seu exército ficaria na margem direita do Tibre: ele atravessaria a ponte com uma pequena comitiva, deixando suas forças fora da Cidade. Terá o cuidado — e sempre haveria de ter — de agir apenas como visitante de Latrão, isto é, do palácio do papa. Sua preferência por São Pedro do Vaticano é, pois, perfeitamente calculada. É bom lembrar que São Pedro do Vaticano fica fora dos limites de

Aureliano, isto é, fora da Cidade tal como se configurou na década de 270. Temos, pois, nesse Sábado de Aleluia que se iniciou no Vaticano, o papa e o rei, de mãos dadas, em Latrão. O papa celebra o ofício e batiza. Carlos volta em seguida ao Vaticano.

No dia seguinte, domingo de Páscoa, 3 de abril, o rei acompanhado de seu séquito e o papa com sua corte encontram-se em Santa Maria Maior, onde normalmente se realiza a "estação" pontifical do dia. Depois da missa, o papa oferece um almoço em Latrão. Esses deslocamentos, do Vaticano a Santa Maria Maior, de lá a Latrão e, finalmente, de Latrão ao Vaticano, são outras tantas ocasiões para o rei dos francos se fazer aplaudir pela multidão romana, evidentemente numerosa nesse domingo de primavera. O cortejo teria atravessado Roma de ponta a ponta. Na segunda-feira, o papa celebra uma missa em São Pedro. Na terça-feira, é em São Paulo fora dos Muros. Na quarta, Carlos está novamente em São Pedro. Aí termina a peregrinação.

É então que se começa a falar seriamente. Adriano chamou o rei de parte. Tirou de seus cofres a promessa pretensamente feita por Pepino em Pontião e lembrou a Carlos que ele próprio e seu irmão Carlomano estavam, na ocasião, ao lado de seu pai. Boa ocasião para refrescar a memória do rei, para o caso de ele ter esquecido o que deve a Estêvão II: a unção de 754.

Como se vê, Adriano não é mais o pontífice, de dois anos antes em estado de desespero, suplicando ajuda. Pavia ainda resiste, mas não espera mais nenhum socorro. Sabe-se em Roma que Didier está por pouco. O grande patrício romano que Adriano I continua a ser, ocupando a Sé de São Pedro — seu tio era cônsul e seu pai primicério —, vai se aproveitar da presença do vencedor. Carlos presta-se a isso, fingindo sempre permanecer fora dos muros da cidade para não ferir a soberania do papa. De resto, ele se vê na contingência de se comprometer solenemente a não tocar nesta, quando o reino lombardo se extinguir: em outras palavras, o que se prepara não é um reino da Itália, mas um reino da antiga Itália lombarda. Em 16 de junho, na Pavia ocupada, Carlos assumirá o título de "rei dos francos e dos lombardos", sem esquecer de lhe acrescentar o de "patrício dos romanos", que já tem desde a infância. Em Roma não deixavam de tratá-lo por esse título quando precisavam dele, mas agora ele o vai usar como defensor investido do Estado pontifical.

Para Clóvis, o consulado honorário era decorativo. Para Carlos, o patriciado é uma função. E não é por acaso que o *Liber pontificalis* — que é para o papado o que são para o rei dos francos os *Anais reais*,

uma série de biografias oficiais — dá a Carlos, a quem normalmente chama de "excelente" ou "mui santo" e mesmo "rei dos francos protegido de Deus e patrício dos romanos", o título que haveria de ter um grande futuro: *Christianissimus Carolus Magnus Rex*, "o cristianíssimo Carlos, o Grande", ou *Christianissimus Carolus Francorum Rex*, "o cristianíssimo Carlos, rei dos francos". Haverão de lembrar o "cristianíssimo" quando o rei do "povo cristão" se aproximar do diadema dos imperadores cristãos. Também haverão de ter notado, na data de 773, esse emprego de um nome, *Carolus Magnus*, que deve ser entendido também como qualificativo do título, *Carolus, Magnus Rex*, mas que se tornará "Carlos Magno".

A DOAÇÃO

A doação feita por Pepino ao papa era, na verdade, uma usurpação. Ignorando deliberadamente os direitos do basileu, o papa evoca a "promessa" de Pepino como se o rei franco tivesse dado a São Pedro terras pertencentes ao patrimônio franco. O que o papa Adriano, naquele 6 de abril de 774, pede a Carlos que ratifique é a promessa feita por Pepino, Carlos e Carlomano, vinte anos antes. A considerar apenas a promessa, não haveria por que se surpreender. O papa faz que seja relido um ato que se diz datar de 754. Carlos e os seus aquiescem.

A corte pontifical tem consciência da usurpação. Pretende-se, pois, legitimá-la. A chancelaria pontifical logo providenciará uma falsificação: uma doação dos territórios da média Itália ao papa Silvestre, feita por Constantino. Essa doação não foi evocada em 754, e o papa não se apresentou em Pontião como soberano despojado da metade da Itália central e principalmente do Exarcado, que é a base e o próprio símbolo do poder bizantino na península. Talvez uma primeira versão, porém, tenha sido elaborada em Saint-Denis durante a estada do papa. Em todo caso, não se fez menção a ela em 756, quando essa *Doação de Constantino* poderia ter fornecido argumentos favoráveis em face de Bizâncio. Ela é citada talvez em 774, e far-se-ão referências mais seguras em 778. Ela será lembrada mais uma vez em 798, no concílio de Roma. Talvez a redação definitiva tenha sido feita só em 800, ou mesmo em 816.

Na verdade, a *Doação de Constantino* com certeza se inspira em acordos entre o papa e o rei em Pontião, onde é evidente que se reproduziu deliberadamente, para a recepção do papa, o cerimonial



do encontro entre Constantino e o papa Silvestre: não se trata de um acaso. Diante de um papa suplicante, Pepino fica satisfeito em assumir uma postura imperial. Desde 754, usa-se como pretexto o exemplo de Constantino, mas sem o dizer: deixa-se entrever. Posteriormente, forja-se uma explicação explícita e solene, na linha direta do que foi a realidade de 756.

As pretensões do documento forjado pela chancelaria pontifical são exorbitantes. Distorcendo a realidade histórica, apresenta-se um Constantino que se estabelece em Bizâncio para não ferir, em Roma, a soberania do sucessor de São Pedro.

> Pareceu-nos lógico transferir nosso Império e nosso poder real para o Oriente e lá edificar uma cidade com nosso nome em um excelente lugar da província de Bizâncio, porque não é justo que o imperador terreno exerça seu poder onde um imperador celeste estabeleceu o príncipe dos padres e o chefe da religião cristã.

Cabe destacar aqui a palavra "príncipe". Sabe-se que no Império romano é o tratamento normal do imperador e dos reis indicados pelo imperador. Mas o texto vai mais longe e enuncia uma verdadeira abdicação do imperador dos territórios ocidentais do império. Com efeito, Constantino reconhece na Cadeira de São Pedro "o poder, a glória, a dignidade, a força e a distinção imperial". Lê-se aí que o imperador deu ao papa, "tirando da própria cabeça", o diadema imperial, que lhe foi dado por Latrão, pela cidade de Roma e por "todas as províncias, localidades e cidades da Itália e das regiões ocidentais". Evidentemente é um exagero. No que diz respeito a Roma, pode ser, mas o Ocidente...

A falsa *Doação de Constantino* alimentará muitas polêmicas durante séculos. Em 1442, o humanista Lourenço Valla demonstrará que ela foi forjada, apontando-lhe as incorreções, os anacronismos e a falta de lógica. O papa, porém, tentará servir-se dela ainda no século XVI, ao reivindicar a soberania das ilhas do Atlântico, e portanto do Novo Mundo. Desta vez, ninguém lhe dará ouvidos.

Naquela quarta-feira, 6 de abril, o rei dos francos coloca sobre o altar de São Pedro, com grande cerimônia, um ato redigido às pressas por seu notário Ithier, futuro abade de Saint-Martin de Tours. Em seguida, ele o coloca na Confissão, "sob os Evangelhos que lá são beijados". Trazendo o seu nome, assinada de próprio punho e corroborada por todos os bispos, abades e condes presentes, trata-se da transcrição e confirmação do documento que lhe foi apresentado como sendo a

doação de Pepino, e que na realidade vai muito além daquilo que foi dado por este, englobando no Estado pontifical uma grande parte da Itália. Não há no *entourage* de Carlos quem possa cotejar os termos desse texto com os de 756, que ninguém sabe de cor, e não sabemos até que ponto o séquito clerical de Pepino o levou a sério. Mas, segundo o texto, o papa agora é senhor da Sabina, da Toscana, da Venécia, da Ístria, dos ducados de Spoleto e de Benevento, e mesmo da Córsega. Observe-se que, embora o vencedor pudesse conceder tudo o que ele acabava de tomar do rei lombardo, dificilmente poderia estender sua generosidade de forma a abarcar a Venécia, onde o lombardo nunca violara a soberania do imperador bizantino.

A leitura da doação de Pepino — ainda não se pensa em citar a *Doação de Constantino*, que certamente está sendo forjada —, na qual eles não vêem nenhuma malícia, é feita de modo a levar o rei e seus conselheiros à aceitação de uma situação, cuja sutileza jurídica não entendem bem e cuja extensão geográfica talvez não entendam melhor. É preciso lembrar que essas partilhas e essas devoluções não se fazem com mapas nas mãos, ainda que se disponha de alguns mapas, o que é certamente o caso dos homens do papa, que podem recorrer à biblioteca e aos arquivos de Latrão, mas não é o de Carlos e de seus conselheiros. Pode-se aprender a geografia dos caminhos com itinerários redigidos, portanto, com listas de cidades ou de pontos dignos de nota, na ordem em que vão aparecendo no trajeto. A geografia política e administrativa, por sua vez, baseia-se nas listas de cidades.

O que o imperador bizantino, o basileu decididamente grego, não pode mais ser em Roma, o rei dos francos o será: o protetor da autoridade espiritual da Igreja e o braço secular do Estado pontifical. Em outras palavras, e deixando transparecer exatamente o contrário, Carlos agora está à vontade na Cidade Eterna.

Pois o papa logo deve renunciar a suas ilusões. Pepino fizera dele o príncipe da média Itália. A função agora passa para o rei dos francos. Tendo agido de forma um tanto ingênua em Roma, quando lhe falam se não da *Doação de Constantino*, pelo menos da de Pepino, Carlos logo se recompôs. Teria percebido que abusaram de sua candura e de sua devoção? Alguém lhe chamou a atenção para isso? O fato é que ele se recusa a aumentar ainda mais o patrimônio de São Pedro, ignorando os precedentes históricos de que Adriano pretende se valer para herdar a totalidade do patrimônio imperial na Itália, tornando-se, assim, senhor da península. Ora, o papa, que se prepara para mostrar o ato de Constantino, não pode ignorar que se

trata de um documento forjado e que as chancelarias logo o haveriam de demonstrar. Ele sabe também que sua força depende da proteção do rei franco, e que não pode ir muito longe. Se Carlos se aborrecesse, Adriano perderia tudo.

Logo Carlos encontra aliados. O primeiro é com certeza Leão, arcebispo de Ravena. Este não esqueceu que, como chefe espiritual da antiga capital da Itália bizantina, pode reivindicar uma certa autonomia em relação ao arcebispo de Roma. Afinal de contas, o pontífice de Roma é duque de Roma, fato que nada tem a ver com a preeminência espiritual da Cadeira de São Pedro. Por que o arcebispo de Ravena não haveria de ter uma espécie de ducado de Ravena? O arcebispo bem percebe o risco que corre em se encontrar duplamente sob a autoridade pontifical, no plano espiritual e no plano temporal. Portanto, ele incita as populações do Exarcado à rebeldia e afirma sobre as cidades assim sublevadas uma autoridade que, na verdade, não é legitimada por nenhuma tradição. Mas a seu ver nada legitima tampouco a soberania temporal do chefe da Igreja do Ocidente sobre cidades e territórios que pertencem ao Império do Oriente. O arcebispo Leão vem, pois, encontrar o rei dos francos. Este, que se tornou prudente, decide nada fazer. Ou seja, deixa as coisas como estão. O arcebispo mantém sua autonomia no Exarcado. Quando morre, o papa recupera a herança bizantina assim limitada. E não se falará mais do resto.

Bizâncio e Benevento

Logo se apresenta uma oportunidade para afirmar a autoridade franca na Itália. Adalgiso não permite que o esqueçam. Os duques lombardos compreenderam que sua posição estava ameaçada e sua independência estava com os dias contados; pensam numa desforra, numa restauração, que faria do filho de Didier o sucessor de seu pai, mas lhes conferiria o poder real sobre uma Itália que voltaria a ser, no essencial, lombarda. Conspira-se muito entre os duques, em Spoleto, onde o duque Hildebrando levanta a cabeça, da mesma forma como acontece em Benevento, onde o duque Arichis tira partido do fato de ser genro de Didier, que o estabeleceu como duque em 758. As coisas tomam um outro rumo em Friuli, onde o duque Rodoaldo passa à ação: ele se rebela contra o protetorado franco e pensa seriamente em tomar para si uma realeza lombarda que já não se encontra nas mãos de um lombardo mas de um franco. Muitos antigos fiéis de Didier

apóiam Rodoaldo e, entre eles, encontra-se até um fino letrado como Paulo, o Diácono. Mas a tentativa logo fracassa. O exército franco intervém em 776 no Friuli. Rodoaldo é vencido e morto, o ducado é desmembrado e Carlos nele coloca condes francos.

A lição não será aprendida, e as populações de Milão, de Bérgamo, de Verona e de Brescia logo manifestarão sua hostilidade ao incômodo estabelecimento de francos e de alamanos. Em 777, Carlos tem que voltar à Itália para chamar o duque de Benevento à razão. Quatro anos mais tarde, ele está de volta e se defronta, desta vez reagindo secamente, com uma nova reivindicação do papa, que reclama a posse efetiva da Toscana, a soberania sobre Spoleto e Benevento, e ainda a Córsega. O rei recusa, entra em acordo com o duque Arichis e anexa o ducado de Spoleto a seu reino lombardo. O papa perde as esperanças quanto a isso.

A recusa às pretensões vem, pois, de forma dura, quando Carlos volta a Roma em 781: ele consegue que seu filho Carlomano, que o papa batiza e que recebe então o nome de Pepino, seja sagrado e proclamado rei da Itália. Não se falará mais do reino lombardo, e tampouco de sua prestigiosa "coroa de ferro" — que se acredita conter um cravo da Cruz — recebida outrora por Carlos Magno. Ele é um rei da Itália, ou antes um rei na Itália, que será secundado por condes francos, chamados em seu apoio. Ninguém se engana quanto a isso: Pepino tem quatro anos, e não será nada. Instalado em Pavia, cidade simbólica, está rodeado de toda uma equipe de administradores escolhidos entre os clérigos do *entourage* franco de Carlos, e em primeiro lugar de seu primo Adalardo, filho de Bernardo, irmão de Pepino, o Breve, e de uma princesa saxã. À época abade de Corbie, embora leigo, Adalardo é um desses letrados que compõem uma parte não desprezível do *entourage* político de Carlos. O verdadeiro rei da Itália é o rei dos francos. Por essa mesma época consegue-se que o papa coroe o filho mais novo, Luís, rei da Aquitânia. Luís tem três anos. Também nesse caso, trata-se de um símbolo. Assentam-se as premissas. As realidades políticas serão facilitadas por elas.

A viagem de 781 trará outros frutos políticos. É então que Carlos encontra um certo número de intelectuais que, clérigos ou leigos, doravante haverão de acompanhá-lo e serão os primeiros atores do Renascimento Carolíngio. Ele chegará a levar, até as margens do Reno, um iluminador.

Não podemos dissociar os negócios de Bizâncio dos negócios de Benevento. O papa continuava a datar seus atos de acordo com os

anos do reino do basileu. Leão IV sucedera em 775 seu pai Constantino V, o Coprônimo. Uma criança de nove anos, seu filho Constantino VI, o sucedera em setembro de 780, sob a regência de sua mãe, a imperatriz Irene, uma mulher enérgica que, com trinta anos de idade, via abrir-se diante si perspectivas de poder com as quais nunca teria sonhado se Leão IV não tivesse morrido prematuramente. Irene havia condenado os excessos da iconoclastia e induzira seu marido a uma certa moderação. Ela só estava esperando, pois, a oportunidade para mudar a política religiosa do Império. Mas é preciso fazer as coisas devagar, sem forçar em nada a Igreja de Bizâncio, que certamente interpretaria mal um alinhamento puro e simples com as posições romanas. O patriarca era favorável a uma evolução, não a uma capitulação. Pôr-se de acordo com uma potência ocidental poderia, pois, ser útil à imperatriz. Dessa maneira, ela demonstraria seu desejo de conciliação, sem nem por isso implorar a indulgência do papa. Em suma, em 781, ela enviou a Carlos uma embaixada. Havia quinze anos que não se viam bizantinos na corte franca.

Carlos só podia sentir-se inclinado a uma aliança prestigiosa, e não iria perder uma oportunidade como aquela para exercer certa influência nas relações entre Roma e Bizâncio. A aliança imperial tinha outra vantagem, mais imediata: garantia o rei contra uma intervenção bizantina em Benevento. Enquanto ainda não tinha sido tomada nenhuma decisão dogmática, essas negociações haviam, pois, em detrimento dos interesses do papa, acertado o noivado de Rotrude, filha de Carlos, com o jovem Constantino VI. Começaram a ensinar grego a Rotrude. Mas ainda não se falara do casamento. E Adalgiso se sublevava em Bizâncio.

Foi o recuo bizantino sobre a questão das imagens que modificou tudo. Iconoclasta como no tempo de Constantino, o Coprônimo, Bizâncio era a inimiga dogmática de Roma. Tendo se tornado tolerante no que tange ao culto das imagens, que será praticamente restabelecido em setembro de 787 pelo segundo concílio de Nicéia, Bizâncio pode sonhar em reconquistar a cristandade latina. O papa Adriano I, por sua vez, só vê vantagens numa aliança que poderia contrabalançar as pretensões do rei franco na Itália e especialmente em Roma. Numa palavra, Adriano considera Carlos um estorvo, e contrariá-lo valendo-se de Bizâncio tem tudo para satisfazê-lo.

Para Irene, uma retomada das relações normais com Roma se faz mais facilmente por uma aliança com Benevento do que por uma relação um tanto inócua com Paderborn. De resto, Bizâncio mostrou

que se podia passar sem os francos: nem o rei nem seus bispos foram convidados para o concílio de Nicéia. Irene toma partido de Adalgiso e confere o título de patrício ao duque Arichis, o qual adotou o de príncipe dos lombardos desde a derrocada do reino de Didier. De fato, ele se arvora em guardião da legitimidade lombarda. É então que, sem esquecer de se dotar de um soberbo palácio em sua residência favorita de Salerno, ele se dispõe a fazer da cidade de Benevento uma capital digna da herança política: faz construir um palácio e principalmente uma nova igreja, de forma poligonal, com uma cúpula sobre duas coroas de colunas grandemente inspirada em Bizâncio, e a dedica simplesmente a Santa Sofia. Não se poderia encontrar forma melhor para se colocar como herdeiro ocidental do Império romano de Bizâncio. A mensagem é clara. Continuando a desafiar o papa, Arichis agora entra em entendimentos com Adalgiso.

Foi então que Irene desfez o noivado de seu filho. Carlos não parece, àquela altura da dissensão, ter ilusões sobre sua solidez. Mas a verdade é que ele fica profundamente aborrecido. Sabe o significado que tem o título imperial, e já se estava vendo como sogro do imperador romano de Constantinopla! Mas tem que enfrentar a situação. Já não lhe é mais possível indispor-se com os dois ducados lombardos. Ele procura mostrar atenções para com o ducado de Spoleto, negocia com o duque de Benevento.

Até o momento, só o ducado de Benevento tinha conseguido manter-se afastado do caso. Ele ocupa a maior parte do sul da península. Nem por isso enfrenta menos obstáculos. Bizâncio, representada por seu estratego da Sicília, domina os pontos extremos da Calábria e de Puglia, e não está disposta a sacrificá-las à aliança com Benevento. Quanto ao ducado de Nápoles, o duque, que é também o bispo, elimina, um após outro, os últimos vestígios da autoridade bizantina. Mas se ele tende à independência em relação ao estratego, nem por isso deixa de querer a independência em relação ao príncipe de Benevento, com quem está sempre em conflito, visando ampliar suas saídas para o mar e principalmente para o porto de Amalfi, cuja geografia faz que seja um complemento tanto de Salerno quanto de Nápoles.

O acordo de 780, como se vê, não durou muito. Em 787, Carlos vem pôr as coisas em ordem. Tudo começa com um jogo diplomático. Tomando conhecimento da chegada à Itália de um exército franco, que acampa no Natal à margem direita do Tibre, Arichis procura evitar a invasão: estabelece a paz com o duque de Nápoles, não menos preocupado com a própria independência, e envia ao rei dos francos seu

próprio filho, Romualdo. Carlos e o papa Adriano não tardariam a ouvir os protestos de amizade feitos por este. Com efeito, seus protestos são aceitos imediatamente: quando o exército franco parte em direção ao Benevento, Romualdo é convidado a acompanhá-lo. Em fevereiro, Carlos se instala em Cápua e envia seu exército a Salerno, onde Arichis se encontra entrincheirado.

Irene tenta então um jogo diversionista em favor de seu aliado Arichis, encarregando uma embaixada de ir a Cápua lembrar o projeto de aliança matrimonial do qual praticamente já não se falava. Constantino VI poderia desposar Rotrude. Aproveita-se a oportunidade para chamar a atenção do rei franco sobre os inconvenientes que traria para esse arranjo uma agressão contra as terras que continuavam sendo consideradas bizantinas.

Carlos já tem uma resposta para isso, e sabe-se que ele não tem a menor pressa em se separar de suas filhas. O rei envia uma embaixada que fala de forma incomumente dura, e isso num domínio em que Irene não esperava nenhuma resistência da diplomacia franca: nega-se ao basileu o direito de convocar concílios ecumênicos. Em suma, Bizâncio não tem que ensinar nada à Igreja do Ocidente, a qual — a atenção de Irene concentra-se especialmente nesse ponto — ultrapassa agora em muito as antigas terras cristãs do Império romano. Constatar que alegam a evangelização da Baviera, da Frísia e da Saxônia, para negar toda a sua autoridade religiosa, só pode desconcertar a Igreja de Bizâncio e aquela que é sua verdadeira dirigente.

A declaração de guerra é evidente. O rei franco esqueceu completamente que os reis bárbaros não passavam de príncipes delegados pelo imperador. Para Carlos, o universalismo do Império foi rompido pela expansão do mundo cristão. Ainda não se chegou à elevação da dignidade imperial de 800, mas o pensamento é claro: agora há duas cabeças na cristandade. Na mesma ocasião, o papa compreendeu que, junto ao rei franco, sua posição não era melhor do que, em Bizâncio, a do patriarca em relação ao basileu.

Arichis, nesse meio tempo, tira as conclusões desse trágico inverno: ele capitula, presta juramento de fidelidade, promete pagar um tributo anual de sete mil soldos de ouro, e envia reféns, entre os quais propõe que se incluam seus filhos Romualdo e Grimoaldo. Só este último é mantido como refém, mas em companhia de doze membros da aristocracia beneventina. Carlos faz apenas uma concessão: Arichis é dispensado de vir pessoalmente prestar o juramento. O duque jura diante dos *missi*. Estes, em seguida, percorrem o ducado para ouvir o

juramento de todos os homens livres. É efetivamente a dominação franca que se estabelece.

Carlos toma suas precauções contra uma inversão das alianças. A atitude de Irene, que, na ocasião, toma abertamente posição contra os iconoclastas, tem tudo para favorecer a aproximação entre Roma e Bizâncio. O rei franco tem boas razões para desconfiar. A doação, feita ao papa, de um certo número de cidades tomadas ao ducado de Benevento é uma excelente precaução. E Carlos, no caminho de volta, comemora a Páscoa em Roma.

Mas a doação não se efetivou, e foi em vão que o papa pediu o cumprimento da promessa. Quanto a Arichis, ele se reergue quando o exército franco vai embora. Como Irene dá a entender que vai financiar uma expedição militar à Itália, Arichis lhe anuncia o envio de Romualdo, que todos sabem ser firme partidário do restabelecimento da aliança.

A morte de Romualdo em 21 de julho de 787, depois a de seu pai Arichis, em 26 de agosto seguinte, baralha as cartas do jogo. Carlos faz um jogo muito hábil, favorecendo a ascensão de um Grimoaldo que tinha sido muito bem trabalhado durante sua permanência entre os francos como refém. Antes mesmo de libertá-lo, o rei dos francos o proclama duque de Benevento. Recebendo em Ingelheim, nos fins de 787, uma delegação da aristocracia beneventina, ele promete, o que é um gesto muito significativo, deixar a Grimoaldo as cidades oferecidas ao papa no ano anterior. Mas, a partir de agora, o duque de Benevento deverá datar seus atos com base nos anos do reinado do rei franco e colocar o monograma de Carlos em suas moedas.

É esquecer a hostilidade profunda dos lombardos em relação a tudo o que se refere aos francos. A corte de Benevento ainda está cheia dos fiéis do rei Didier que, depois da queda de Pavia, não encontraram melhor acolhida que junto a Arichis. A aristocracia lombarda assiste, preocupada, à expansão da dominação franca na Itália central, depois na Itália meridional. A viúva de Arichis não espera a volta de Grimoaldo: ela toma o poder. Ora, essa viúva, como se viu, não é outra senão Adelperge, uma das filhas de Didier. É ela quem, em janeiro de 788, recebe em Benevento os embaixadores de Irene.

O papa, porém, tenta manter as coisas como estão. Adriano I acreditou cedo demais que tinham se acabado as ameaças lombardas. A submissão do Benevento era uma repetição, ao sul de Roma, do mesmo que acontecera ao norte de Roma com a derrocada do reino de Pavia. A reconciliação — e, portanto, o não cumprimento da promessa

de doação das cidades — ameaça diretamente a Santa Sé. Mas Carlos se mostra inflexível: ele liberta Grimoaldo.

De volta finalmente a Benevento, este inverte as alianças, aliando-se por certo tempo aos francos. E é com um exército constituído pelos dois ducados lombardos que Pepino da Itália repele, em novembro de 788, o ataque de um Adalgiso que, deixando Bizâncio tarde demais, desembarca na Itália, surge nas proximidades de Ravena, mas logo se dá conta de que sua protetora lhe falta depois de o ter lançado à aventura e fornecido, se não um exército, pelo menos a armada.

Agora já não é mais tempo de contemporizações. Carlos sabe muito bem quem inspirou o filho de Didier em sua última empresa. Não contente em fazer que Adalgiso fosse repelido e em atacar pessoalmente na Baviera um Tássilo cuja mulher, cumpre lembrar, não é outra senão Liutberge, filha de Didier e portanto cunhada de Arichis, o rei dos francos vai dar uma lição à imperatriz. Um exército franco ocupa a Ístria, essa península da costa leste do Adriático que, tendo a frente Ravena e estando além da fronteira do Friuli, escapou ao reino lombardo. Um duque franco é colocado à frente dessa nova marca, para contrabalançar a influência bizantina entre os croatas e eslovenos. Ela servirá de apoio nas futuras campanhas contra o reino dos ávaros com o qual, por influência de Liutberge, Tássilo firma uma imprudente aliança contra os francos. A derrocada de Tássilo será um golpe muito duro contra os acordos políticos de Bizâncio e dos lombardos de Benevento. Irene envia à Calábria um pequeno exército sob as ordens do logóteta João, chefe dos serviços centrais do governo imperial. O esmagamento desse exército aumenta ainda mais a confusão no império. Bizâncio deverá se contentar em manter a Sicília.

Carlos parte novamente e Pepino tem muito o que fazer na Itália do Norte. Grimoaldo logo recupera a liberdade de ação, evitando as provocações que causaram a perda de seu pai. Ele pára de pôr o nome de Carlos em seus atos e em suas moedas. A partir daí, Benevento se considerará praticamente independente. Em vão, Pepino tenta lembrar a submissão jurada em 787. A partir de 793, ele é obrigado, por mais que isso lhe custe, a se mostrar em armas nas fronteiras do Benevento. Carlos deverá, por várias vezes, até o ano de 802 e mesmo de 806, enviar forças para reprimir essas veleidades de independência.

O essencial está em outro nível. A partir de 781, nada mais resta da pretensão bizantina. O papa o compreende e doravante data seus atos com base nos anos de seu próprio pontificado. Tanto para a Itália como para a Santa Sé, não há mais Império. É a Carlos que o papa

Leão III, eleito em dezembro de 795 para suceder Adriano, notifica imediatamente sua eleição, faz que sejam levadas as chaves da Confissão de São Pedro e — o que constitui um reconhecimento patente de sua autoridade temporal — manda que entreguem o estandarte da cidade de Roma. Em proveito de Carlos, o espiritual e o temporal tendem a se equilibrar: Leão III sabe que, para início de conversa, precisa de um protetor, e que já não é o caso de negociar as condições dessa proteção. Manda que se proponha ao rei que todos os súditos do Estado pontifical prestem dois juramentos de fidelidade, um ao papa e outro ao patrício. Alguns *missi* serão encarregados de ouvir o juramento de fidelidade devido ao rei-patrício.

Carlos não deixa de fazer, à memória do papa que tanto preparou o terreno para o rei dos francos, o gesto mais significativo, que deveria gravar-se para sempre na memória dos romanos. Faz que se componha imediatamente, provavelmente por Alcuíno, um longo epitáfio latino — quarenta versos — em honra do papa Adriano, epitáfio gravado em Aix, em letras capitulares, numa lápide de mármore negro dos Alpes. A decoração de ramos de parreira e de uvas é de puro estilo bizantino, mas o texto é bem revelador. Ainda hoje, no vestíbulo de São Pedro do Vaticano, pode-se ler:

> Pranteando meu pai, eu, Carlos, escrevi este poema.
> Tu, doce amor para mim, eu te choro assim, pai...
> Nossos nomes ilustres, eu os junto aos nossos títulos.
> Adriano, Carlos, eu rei e tu pai.

CAPÍTULO IX

A *DILATATIO REGNI*

A Septimânia e a Aquitânia

A unidade política da Aquitânia é uma velha lembrança. Desde as primeiras partilhas entre os merovíngios, aquilo que tinha constituído a parte cispirenaica do reino visigótico se viu desmembrado, e com uma tal falta de lógica que cabe perguntar se, baseando-se em listas de dioceses e não em mapas, os responsáveis pelas partilhas não eram totalmente indiferentes à noção de coerência territorial. O que importava era o equilíbrio das forças, e com certeza o dos rendimentos.

Da Aquitânia romana e visigótica, os godos haviam inicialmente conservado uma parte, a Septimânia, em volta da Narbonne e de Carcassonne. Do resto, em 511, depois da morte de Clóvis, Teodorico havia conservado o leste, com Clermont, Le Puy e Cahors. A Clodomiro coubera o norte, com Bourges e Poitiers. Childeberto ficara com o oeste, com Saintes e Bordéus. Só Clotário I ficara sem nada. E o sudoeste escapara aos filhos de Clóvis.

A partilha de 524, quando da morte de Clodomiro, piorara ainda mais a divisão da Aquitânia. Teodorico tomara Bourges, e Clotário, Poitiers. O conjunto ficou reunido durante três anos sob Clotário, mas a Aquitânia foi desmembrada novamente quando ele morreu, em 561. É verdade que a parte mais importante coube a Cariberto, mas Sigeberto havia acrescentado ao seu reino da Austrásia o leste da Aquitânia, com Clermont, Le Puy e Rodez. Essa partilha realizava, em boa parte, a unidade territorial, mas o compromisso não resistiu à morte de Cariberto, em 567. Gontrão, o rei da Borgonha, ficara com Angoulême e Périgueux. Sigeberto aumentara sua parte com Poitiers e Albi. Chilperico ficara com a parte mais substancial: Limoges, Cahors, Bordéus, Auch e Toulouse.

As guerras, as anexações efêmeras e as partilhas sempre questionadas continuavam negando, ao longo de todo o século VI, a existência de uma Aquitânia. Fora dos casos dominados pelo contencioso, a divisão parecia, porém, não ser mais imperativa: quando criou, em 623, um reino da Austrásia para seu filho Dagoberto, Clotário II não incluiu nele a parte da Aquitânia que há muito tempo integrava a Austrásia. Mas o mesmo Dagoberto, criando por sua vez um reino para se desvencilhar de seu irmão Cariberto — que estava sendo incitado por uma facção dos grandes senhores a manifestar sérias ambições —, pensava principalmente em constituir, nessa ocasião, uma marca contra os bascos, e lhe deu, tendo Toulouse como capital, Cahors, Agen, Périgueux e Saintes, mas não Bordéus ou Poitiers.

No século VIII, já nem se pergunta mais de que reino merovíngio dependem as antigas províncias da Aquitânia. O antigo "reino" de Cariberto subsiste em suas grandes linhas, mas está em mãos das dinastias locais que logo adotam o título de "príncipe". O ducado da Aquitânia, governado por volta de 660 pelo duque Félix, depois pelos duques Lobo e Eudes, readquire sob este último uma real unidade entre o Atlântico e o Ródano. Não cessam os confrontos na fronteira da Aquitânia, e é procurando ocupar o Limusino à custa do reino franco que o duque Lobo encontra a morte em 676. Eudes, seu sucessor, chegará ao Loire. Carlos Martel deve levar em conta esse novo poder: em 719, ele reconhece Eudes como rei. Por um certo período, na década de 720, pode-se pensar que o reino franco está definitivamente limitado pelo Loire. A lenda haveria de se apropriar desse momento privilegiado da história da Aquitânia para magnificar o personagem de Eudes, que resiste ao mesmo tempo, e com uma felicidade ímpar, às intimidações militares de Carlos Martel e às múltiplas incursões dos árabes da Espanha: daí nascerá a gesta de *Huon de Bordéus*.

Para começar, Pepino, o Breve, ver-se-á em condições de apossar-se da Septimânia. Fazendo os árabes recuarem, o rei franco coloca-se como defensor da cristandade. Carlos Martel já o demonstrara em Poitiers. Pepino o faz de forma mais sistemática a partir de 752, e por isso obtém o apoio de populações como a dos visigodos, que continuam lá desde a conquista árabe.

A situação na Septimânia é das mais complexas. Narbonne é um símbolo. Foi lá que se instalou, em 711, o último rei visigodo, numa Septimânia independente tanto dos árabes como dos francos. Em face dos árabes, portanto, a Narbonne foi sinônimo de cristianismo. A tomada de Narbonne pelos árabes, que atacam a Septimânia já em 713,

e tomam a cidade em 720, foi o sinal da derrocada cristã diante do infiel. Godos da Septimânia, godos refugiados da Espanha, galo-romanos — todos os cristãos da Septimânia são obrigados a aceitar o novo regime, que de resto não os obriga a nenhuma conversão. As pessoas se resignam, mas não completamente. Os acordos feitos na década de 730 entre o governador muçulmano da Septimânia e Catalunha, Munuza, e o duque da Aquitânia, Eudes, significam uma renúncia. Quando, para evitar uma nova invasão, Eudes dá a Munuza sua filha em casamento, é o fim de toda esperança de reconquista. Mas isso não significa o fim das ambições árabes: é o que se pode ver quando, depois de ter derrotado um Munuza insubmisso, Abd al-Rahman ibn Abdullah estende sua investida até o oeste, que é detida em 732 por Carlos Martel em Poitiers.

Quanto aos outros, seria exagero dizer que estão todos sob o domínio muçulmano: eles são independentes, sob uma espécie de protetorado. Um visigodo, Milon, se proclama "rei dos godos" nas montanhas do Minervois, de onde ele acredita dominar Narbonne, Carcassonne e Elne, cidades onde os árabes postaram suas guarnições. O conde de Nîmes e Uzès, Ansemundo, tem as mesmas ilusões no norte. E Ansemundo teme tanto uma tomada de controle, por parte do duque da Aquitânia, como uma retomada do controle, por parte dos árabes. Na verdade, é a anarquia, sob o controle árabe. O que está em jogo, para Pepino, vai além da região que é preciso ficar sob a dominação franca: é o prestígio da nova dinastia que está em questão, e o libertador da cristandade meridional será o rei cristão que o merovíngio não pôde ser.

Foi Ansemundo quem, já em 752, apelou para o rei franco. Mais distante do que o aquitano, o franco lhe parece menos perigoso a longo prazo. Ora, o duque da Aquitânia, Waifre, já tentara apoderar-se da Septimânia. Em uma campanha, Pepino ocupa várias cidades, e tenta apossar-se de Narbonne. Uma revolta em que os godos fazem o jogo dos árabes contra um invasor franco compromete, em alguns meses, esse sucesso rápido demais. Em 754 Pepino volta, retoma Nîmes e Urzès, e nomeia um conde franco. Narbonne, que sofre o bloqueio dos francos, continua resistindo. Mas Pepino se cansa, ocupa-se da Aquitânia e deixa Narbonne de lado, sempre isolada. Só em 759 os godos aceitam negociar. Narbonne se rende.

Mas Pepino ainda não restringiu a independência aquitana, e carece mais de uma posição segura e tranqüila no sul do que de ser senhor da região, a duras penas. Na verdade, ele não deseja enfrentar novas

insurreições dos godos. Manifesta, pois, a maior condescendência. Milon se torna conde para o rei dos francos, sem abandonar seu vão título de rei dos godos, e Pepino garantiu aos godos a manutenção de suas leis. Milon continuará a cunhar moedas em seu próprio nome. Localmente, outros godos são nomeados condes. Os godos sentem-se antes sob um novo protetorado do que sob uma dominação. Com essa esperteza política, os francos ganharam séculos de fidelidade languedociana.

Os sete anos de sítio vão fazer da tomada de Narbonne um grande momento das canções de gesta. Mas é um godo bastante ligado aos francos, o conde de Autun, Thierry ou Teodorico, que entra em Narbonne. A gesta o chamará de Aimery, e Victor Hugo de Aimeriot.

Para a Aquitânia, o controle da Septimânia e dos Pirineus orientais pelos francos é um golpe muito duro. Por sua vez, o duque Hunaldo deve reconhecer a superioridade dos francos. Em 746, pouco antes de abdicar e de se recolher a um monastério, ele presta um juramento de fidelidade a Pepino, o Breve. Mas seu filho e sucessor Waifre não desiste de se rebelar e, como se sabe, é apoiado por Grifon, o eterno insatisfeito.

Pepino compreendeu que ele só venceria a Aquitânia se a isolasse. Em vez de atacá-la continuamente pelo Loire, ele a contornou pelo Languedoc. Incapazes de conquistar o baixo Languedoc árabe, os aquitanos foram definitivamente bloqueados no Mediterrâneo. Limitado ao norte da Gironda por um oceano que se presta apenas à pequena cabotagem, fechado pelos Pirineus, que são sua fronteira teórica frente ao mundo árabe, embora dominado pelos gascões, o principado do novo duque Waifre, filho de Hunaldo, agora está cercado, dos Pirineus orientais ao Atlântico, pelo reino franco. Resolvido o caso do Languedoc, Pepino toma a iniciativa, em 760. Para lembrar ao duque que ele depende do reino, Pepino dá ordens para que se respeitem os temporais das igrejas. É a época em que o rei dos francos começa a regular o caso das espoliações e dos precários. Impondo essa decisão ao duque dos aquitanos, ele ganha a conivência das igrejas.

O duque Waifre não acredita na preocupação do rei franco com os temporais eclesiásticos. Vê nisso o primeiro golpe desferido contra a sua independência e toma a iniciativa de atacar, chegando a Autun e Chalon. Ele é visto no Loire e se arrisca — um pouco tarde — diante de Narbonne. A resposta do rei Pepino é rapidíssima. Entra na Aquitânia, ocupa as praças-fortes do norte, toma Bourges, atravessa todo o ducado. Até a sua morte, em 768, Pepino fará campanhas anuais na Aquitânia. Em 764, o rei dos francos entra em Toulouse. A maioria das cidades

se rende. Em 767, Pepino tem condições de realizar em Bourges a assembléia geral do reino. Envia, então, uma pequena tropa de vassalos reais para perseguir Waifre.

Acontece, porém, que este é assassinado em 2 de junho de 768 por seus homens, cansados de uma guerrilha ruinosa para o país e comprados que foram pela diplomacia de Pepino. Essa morte vai facilitar as coisas. Em 768, quando a Aquitânia está mais ou menos submetida e uma capitular real acaba de organizar a administração das regiões conquistadas, Pepino morre. Foi em Saintes que sua última doença o surpreendeu. Ele teria tempo de enviar a Saint-Denis os anéis do duque Waifre, para que fossem pendurados nos braços da cruz de Dagoberto, atribuída a Santo Elói.

No ano seguinte, um duque Hunaldo inicia uma revolta sem perceber que lhe faltam os meios para levá-la adiante. Seria esse duque Hunaldo o pai de Waifre, que teria abandonado seu exílio monástico? Ou seria um filho de Waifre? O fato é que ele, por algum tempo, promove a sublevação de uma Aquitânia muito propensa a resistir à colonização dos francos. Carlos deve então enfrentar o problema sem a ajuda de seu irmão Carlomano II. Este, sob a influência dos grandes senhores de seu reino, parece ter desaprovado o rebaixamento da Aquitânia, considerando que perdia seu tempo ali, quando suas ambições e a configuração de seu reino faziam que se voltasse para a Itália, e muito lhe desagradava ver aumentarem as bases territoriais de seu irmão mais velho. Carlos nem por isso deixa de fazer uma campanha na Aquitânia, ao cabo da qual Hunaldo, vencido, acredita encontrar refúgio, juntamente com sua esposa, em casa de seu vizinho e antigo aliado, o duque dos gascões. Mas esse duque Lobo não deseja uma intervenção dos francos em seu território. Temendo represálias, ele próprio entrega os refugiados ao rei dos francos. Não se falará mais de uma Aquitânia independente.

E sempre há aquele ducado de *Vasconia*, da Gasconie que mais tarde se dirá Gascogne [Gasconha]. Os *Vascones* são os gascões que, expulsos pelos visigodos, atravessaram os Pirineus na segunda metade do século VI. Mantendo na península sua base histórica em algum ponto entre Saragoça, Huesca e Pamplona, eles se estabeleceram inicialmente na antiga Novumpopulânia em torno de Auch, de Bazas, de Eauze, de Lectoure e de Dax. Logo ficou difícil estabelecer uma distinção clara entre esses gascões e os bascos, um pequeno povo estabelecido na Espanha um pouco mais a oeste e até as encostas dos Pirineus ocidentais. Na maioria dos casos em que encontramos esses montanheses

bastante rudes e certamente pouco cristianizados, temos dificuldade em distingui-los com segurança dos gascões, embora se tenha certeza de que já estavam romanizados e cristianizados. Os contemporâneos foram os primeiros a sentir essa dificuldade.

Numa Gasconha que agora se estendia até ao Garona e politicamente distinta do ducado da Aquitânia, assiste-se à ascensão, no fim do século VI, da autoridade de um duque. Ele se chama Génial, e saiu de uma família galo-romana da região. Em 602, os merovíngios Teodeberto II e Teodorico II têm que reconhecer sua autoridade. Apesar de teoricamente integrar-se ao reino merovíngio em 631, e não obstante uma vã intervenção armada em 637, os reis dos francos têm que se resignar com um ducado gascão praticamente independente. O fato de que, por ocasião da morte do rei Dagoberto em 639, ninguém tenha se preocupado em determinar qual de seus filhos vai receber a Gasconha, nos leva a crer que na corte do rei franco não se tem ilusões: o ducado é independente. Com a concordância do merovíngio, que não o poderia impedir, instala-se por volta de 670, com um duque Lobo que age como vassalo do rei da Austrásia, Childerico II, uma dinastia nacional com uma base territorial firmemente estabelecida.

É esta dinastia que, sabendo furtar-se à autoridade dos duques da Aquitânia, está sempre à frente do povo gascão no tempo de Carlos Magno, com um duque Lobo II que logo se passa a chamar, por decisão própria, de "príncipe". Sua autoridade agora se estende dos Pirineus ao Garona, talvez em certos momentos até Limoges, e, na Espanha, até Pamplona. Os gascões fizeram guerra contra os visigodos, depois contra os árabes. Confundidos com os bascos, eles ganharam fama de ferozes. Nem Pepino nem Carlos, nos primeiros tempos de seu reinado, os contrariou em suas pretensões de independência.

Carlos, porém, logo compreendeu que o gascão Lobo estava disposto a se subordinar. O ducado gascão não poderia ser comparado à Baviera ou à Saxônia: boa parte dos gascões é cristã, e o franco não pode invocar a necessidade de lhes levar a mensagem evangélica. Mas vê o ducado gascão da mesma forma como vê a Baviera de Tássilo: não lhe agrada ter em suas fronteiras um Estado que ele considera um ducado dependente do reino, mas cujo chefe — chamado de "príncipe" por seu clero — o considera um principado independente. Só resta então a Carlos apoderar-se da Gasconha, o que é fato consumado em 769, sem que seja necessária uma demonstração militar, cujo desfecho Lobo pode facilmente prever. O duque dos gascões toma a iniciativa. Ele oferece ao rei sua pessoa e sua terra, e manda seus filhos como reféns:

eles serão educados à maneira franca, no palácio do próprio rei. Um deles seria Sancho Lobo, e o destino glorioso reservado a esse filho nos faz duvidar da lenda segundo a qual Lobo terminou seus dias na prisão. O que é certo é que não se fala mais dele e que Carlos abstém-se de nomear imediatamente um novo duque.

Seriam necessários dez anos de uma guerra terrível para submeter a Aquitânia. Ela está arruinada, os monastérios foram queimados, as cidades sufocadas, os campos devastados. Os rebeldes não serão tratados como os visigodos do Languedoc. Carlos Magno impõe sua lei na Aquitânia, e aí coloca os condes francos. A Gasconha submeteu-se sem guerra, mas os acontecimentos posteriores revelam que os gascões, e principalmente os bascos dos Pirineus, guardam um certo rancor daquele que se contentou em intimidá-los. Os bascos da região de Pamplona logo estarão dispostos a aceitar qualquer desafio. Voltaremos a encontrá-los em Roncesvales.

Nesses anos em que Carlos toma as rédeas do reino franco, este adquire sua nova configuração. Ele chega de fato aos Pirineus, com uma "marca da Aquitânia" que compreende o condado de Toulouse, a região dos gascões e a Septimânia gótica. O reino tem sua longa costa mediterrânea e estende sua influência até o centro da península italiana. O filho de Pepino pode então se dedicar à Germânia.

Lá, como alhures, a herança dos merovíngios não é rica em fortalezas reais espalhadas pela planura. Os palácios reais, em geral, se abrem tanto para a cidade como para o campo. A própria cidade perdeu suas defesas do tempo das grandes invasões. As muralhas do século III estão em ruínas, e em muitos casos suas pedras foram utilizadas para a construção das casas. Em Paris, não se tem mais o cuidado de manter a muralha que cercava a parte antiga da cidade, e a margem direita fica desprotegida. Seria preciso o advento das incursões normandas para que os reis do século IX se dispusessem a proteger suas cidades e seus palácios com modestas muralhas. Mas as *villae* do rei, assim como as dos grandes senhores, às vezes são protegidas por paliçadas, elevações feitas de terra, fossos: nada que possa deter um exército, apenas servir de obstáculo aos salteadores. As verdadeiras fortalezas são raras. Pepino, o Breve, reconstruiu uma pequena fortaleza no ano de 762, em Argenton. Em 769, Carlos Magno construiu uma em Fronsac, na fronteira da Gasconha.

Na verdade, é com a rede de vassalos que o rei conta, não com postos fortificados onde não se poderia manter uma guarnição permanentemente. Assim como no Baixo Império as fortalezas se erguiam na fronteira, é nas marcas que se elevam as verdadeiras fortalezas, mas a

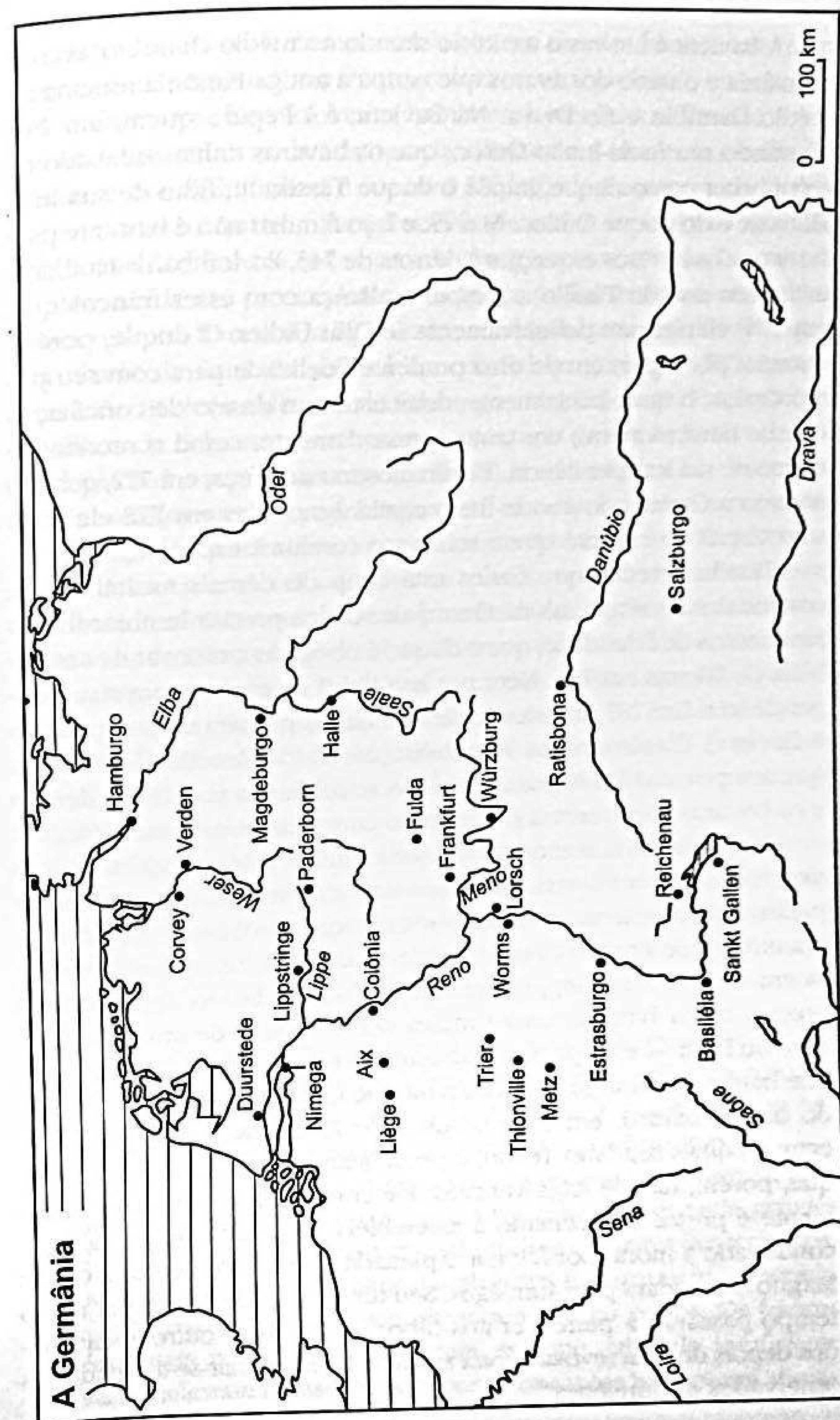
noção de fronteira, outrora fixada e materializada pelo *limes* dos romanos, é menos perceptível nas fímbrias de um reino em constante expansão. As fortalezas do rei franco praticamente não são concebidas como pontos de apoio de uma defesa contra as invasões, mas como postos de vigilância de um território recém-conquistado, a partir dos quais se fariam, também, intervenções rápidas, decididas *in loco* no caso de movimentos e insurreições.

Para construir essas fortalezas, feitas de uma torre de toros de madeira e de uma cerca de estacas, nem é preciso procurar mão-de-obra: empregam-se os homens convocados para o exército, mas cuja condição de pobreza obriga a se apresentarem com um armamento insuficiente. Em vez de arrastar consigo combatentes fadados a serem mortos, melhor fazê-los lenhadores e carpinteiros. O rei só precisa fornecer os instrumentos.

A Germânia

A subordinação dos territórios germânicos é um desafio fundamental para o rei franco. É com ela que se realiza de fato a *dilatatio regni*, a ampliação do reino: as lutas na Septimânia, na Aquitânia e na Gasconha na verdade não passavam de reconquistas do que fora a Gália romana. Por um lado, ela é a condição da cristianização, que continua sendo a justificativa, e sem dúvida também a primeira motivação, da expansão franca. Além disso, ela é o único meio de uma distribuição de terras aos fiéis do rei, distribuição esta que não empobreça o patrimônio herdado dos descendentes de Pepino e dos merovíngios. O entusiasmo dos grandes senhores pelas campanhas na Germânia deve-se, em certa medida, às perspectivas de enriquecimento que se abrem com essas grandes expedições.

Em alguns lugares, a expansão do território franco está garantida. A Frísia está praticamente dominada. Umas poucas campanhas garantem sua sujeição, que se torna definitiva por volta de 790. Uma lei dos frísios, aprovada por uma assembléia reunida em Aix-la-Chapelle por volta de 802, reconhecerá as especificidades jurídicas do povo frísio, o qual será sensível a esse gesto. A Alemânia é anexada ao reino franco, mas suporta mal o jugo. Em compensação, a Turíngia, a Baviera e a Saxônia retomam uma quase independência sob duques, saídos ou não da aristocracia local. Embora tenha praticamente resolvido o problema da Aquitânia, Pepino apenas iniciou a expansão do reino para o leste.



A Baviera é um vasto território situado no médio Danúbio, entre a Alemânia e o reino dos ávaros que ocupa a antiga Panônia romana no médio Danúbio e no Drava. Na Baviera, foi Pepino quem, em 748, afastando seu meio-irmão Grifon, que os bávaros tinham acabado de reconhecer como duque, impôs o duque Tássilo III, filho de sua irmã Hiltrude e do duque Odilon. Mas esse laço familiar não é bastante para fazer que os bávaros esqueçam a derrota de 743. E a lombarda Liutberge incita seu marido Tássilo a romper a aliança com esses francos que, em 774, eliminaram definitivamente seu pai Didier. O duque, porém, mantém por algum tempo uma prudente fidelidade para com seu primo Carlos, o qual, inicialmente, demonstra um desejo de conciliação que os bávaros vêem, um tanto apressadamente, como o reconhecimento de sua independência. Tássilo mostrou sua força, em 772, quando anexou a Caríntia, impondo-lhe o cristianismo. Mas em 778 ele junta suas tropas ao exército que o rei franco conduz à Espanha.

Tássilo acredita que Carlos está ocupado demais na Itália para continuar suas empresas na Germânia. Carlos precisa lembrar-lhe os juramentos de fidelidade, que o duque é obrigado a renovar na assembléia de Worms em 781. Nem por isso deixa de sonhar com sua independência. Em 787, informado de que Carlos prepara uma expedição à Baviera, Tássilo ordena a mobilização. Tarde demais ele constata que seu povo não o segue. A sujeição ao rei franco já é antiga demais e os bávaros não querem perder tudo com uma nova insurreição.

Carlos resolve então acabar com aquilo. Três exércitos francos marcham sobre a Baviera. Mais uma vez, o rei recorre à sua estratégia preferida, a das tenazes. Um exército ataca pelo oeste e Augsburgo, um outro pelo norte e margem esquerda do Danúbio, que ele atravessa em direção a Pföring, um terceiro pelo sul e Bosen. Quase nem é preciso travar batalha: uma simples demonstração de armas às margens do Lech — esse pequeno afluente da margem direita do Danúbio, que banha Augsburgo — basta para que Carlos obtenha a submissão do duque bávaro, em 3 de outubro de 787. Tássilo entrega reféns, entre os quais seu filho Teodo, e presta juramento de fidelidade. O duque, porém, não se julga vencido. Ele continua a se sublevar e finalmente é preso. Apresentado à assembléia de Ingelheim, é julgado e condenado à morte por felonia. Apiedado, porém, do vencido, Carlos Magno o mandará para Jumièges. Seu túmulo e o de Teodo por muito tempo passarão a pertencer aos filhos de Clóvis II, outrora supliciados depois de uma revolta contra sua mãe Batilde. Criar-se-á a lenda dos "enervados de Jumièges".

Não se falará mais da autonomia bávara. Condes francos assumem o controle da região. À sua frente, coloca-se um "prefeito", ou seja, um conde da marca. Este foi muito habilmente escolhido: Geroldo é um dos grandes senhores da aristocracia alamana e é aliado da família de Tássilo, a dos agilulfianos, e sua irmã Hildegarda é a esposa de Carlos e a mãe de seus quatro filhos. Em 799, ele será o morto mais notável, nas fileiras dos francos, na retomada das guerras contra os ávaros.

Mas ainda era preciso integrar a Igreja da Baviera ao sistema hierárquico do rei franco. Em 797, Carlos consegue, para seu fiel Arn, que fora abade de Saint-Amand e bispo de Salzburgo desde 785, que o papa Leão III eleve a diocese de Salzburgo a arquidiocese. Para receber o *pallium* de lã branca com cruzes negras, que é o símbolo da relação privilegiada dos arcebispos com a Santa Sé, Arn irá a Roma. Lá, desempenhará, casualmente, um papel importante nas relações entre o papa e o rei franco, e, indiretamente, no nascimento do Império do Ocidente.

As coisas não são tão simples no que diz respeito à Saxônia, esse mui vasto território que, entre as proximidades do Reno inferior e o baixo vale do Elba, atinge o sul da Turíngia e a Austrásia, e, no norte, vai dar no mar, entre a Frísia e a terra dos dinamarqueses. Quatro nações dividem seu espaço: os vestfalianos a oeste, no Ems e no Lippe, na região de Osnabrück e de Münster; os angarianos do Engern no centro, no Weser; os ostfalianos a leste, além do Weser, e os nortealbigenses no norte, no que viria a ser o Holstein.

As relações entre francos e saxões sempre foram belicosas, e as agressões partiam de ambos os lados. Originário dessa Frância germânica da região do Meno, onde há tantos saxões mas onde se costuma atribuir-lhes todos os males, Eginhardo traça-lhe um retrato implacável, para justificar a intervenção de Carlos.

> Os saxões, como praticamente todas as nações estabelecidas na Germânia, são notórios por sua ferocidade, por se dedicarem ao culto dos demônios, por se oporem a nossa religião e por não verem nenhum mal em violar e transgredir as leis divinas e humanas.
>
> O traçado de suas fronteiras e das nossas poderia ser a causa de uma contínua perturbação da paz. Salvo em alguns lugares onde grandes matas e montanhas determinam com precisão os limites dos territórios, eles estão por quase toda parte das planícies, e as matanças, as rapinas e os incêndios nunca cessam, devidos a uns ou outros. Os francos terminaram por se irritar tanto com isso que, julgando insuficiente retaliar, julgaram necessário fazer contra os saxões uma guerra aberta.

Carlos tem um pretexto: o tributo de trezentos cavalos, devido desde 758, só raramente foi pago. Quando, em 772, os angarianos acabam de pilhar Hessen, Carlos, que fazia pouco tempo tinha se tornado o único rei, reage duramente devastando os campos saxões. Ele se apodera de alguns tesouros, que em boa hora se somam aos seus e lhe dão os meios de distribuir presentes apreciados por seus fiéis. Trata-se, ainda, de uma reação, de uma operação de represália. Mas é exatamente aí que tem início uma guerra com a Saxônia que, depois de campanhas quase anuais, só terminará dali a 33 anos.

A partir desse momento, o rei pauta seu comportamento pelo de seu avô e de Bonifácio. Ele funde numa só a preocupação com a religião e com a política, que se legitimam mutuamente. É para converter que se conquista, e é para assegurar a conquista pela unidade religiosa que se converte; à força, naturalmente. Um lugar proeminente do paganismo saxão, uma árvore sagrada, o *Irminsul*, foi destruída solenemente. Em 774, enquanto Carlos se encontra muito ocupado na Itália e abandona uma Saxônia que ele acredita, um tanto rapidamente, submetida, os mesmos angarianos aproveitam a oportunidade para invadir Hessen novamente. Enquanto isso, os vestfalianos fazem uma incursão na Frísia. Enquanto não faz uma campanha em regra, o rei envia à Saxônia quatro tropas de elite de sua guarda pessoal. Logo que volta da Itália, o próprio Carlos se encarrega da campanha e vai devastar a Saxônia.

Dessa vez, ele não se limita a uma demonstração de força: Carlos compreendeu que só haverá paz em sua fronteira oriental se estabelecer, na parte da Vestfália compreendida entre o Lippe e o Diemel, uma verdadeira marca que seja ao mesmo tempo uma barreira de proteção para o reino e uma base operacional face à Saxônia. Ele estabelece guarnições em lugares estratégicos. Uma delas fica em Eresburg. Uma outra, próxima ao alto Lippe, logo se tornará uma das residências privilegiadas do rei franco: em 777, ele convoca, no coração da Vestfália, em Paderborn, uma assembléia dos grandes senhores da Vestfália, de Engern e da Ostfália. Manda que aí se construam um palácio e uma igreja. Lá ele recebe a homenagem de seus novos vassalos. Alguns chegam a pedir para serem batizados. Organiza-se uma rede de dioceses saxãs. Decide-se estabelecer monastérios na Saxônia.

O rei dá a conquista por encerrada. Isso significa subestimar a força da velha hostilidade dos saxões contra os francos. Carlos não percebe que sua conquista é frágil. Deixando a Saxônia e tirando partido de novas conjunturas, ele volta suas ambições para a Espanha.

A Espanha

Foi em seu novo palácio de Paderborn que o rei dos francos recebeu uma embaixada de um chefe árabe rebelde à autoridade de Córdoba. Tendo estendido seu poder até os Pirineus, sem nem por isso ter procurado ir além deles para se apossar da região dos gascões peninsulares, Carlos não manifestara, desde 769, a mínima intenção de bater-se contra os árabes na Espanha. Tudo se passou até então como se a ambição do rei tivesse sido atingir o que se parece com uma fronteira natural: Pepino atingiu os Pirineus a leste, Carlos, a oeste. Ora, a preocupação, sempre lembrada, do combate pela fé, que justifica muitas empresas na Germânia, não pode ser dissociada desta evidência: o *front* germânico não é o único contato do cristianismo com um mundo dos infiéis onde, como se dirá, os francos misturam sem o menor discernimento pagãos e muçulmanos. Em 777 surge a oportunidade de investir contra a Espanha.

O emir de Córdoba Abd al-Rahman al-Daklil — que não deve ser confundido com seu quase homônimo, que foi derrotado em Poitiers — está, ele próprio, em rebelião contra o califa de Bagdá. Em 747, aproveitando-se do descontentamento provocado pelos califas omíadas num império vasto demais para aceitar um poder centralizado, Abu al-Abas, chefe de uma família ligada ao Profeta por seu tio Abas, sublevou uma parte do Irã. Reuniu alguns grupos xiitas e derrotou o exército do califa Marwan al-Himar II, cuja capital era, então, Damasco. Esses abássidas, que tomaram o poder em 750, em Damasco, massacraram a família dos omíadas.

Apenas um escapou à matança: Abd al-Rahman al-Daklil. Ele fugiu, chegou à Espanha com alguns fiéis, reuniu os iemenitas e uma parte dos bérberes africanos que lá estavam havia quase meio século e, a partir de 755, impôs sua autoridade na maior parte da península Ibérica. Mais do que isso, o emir Abd al-Rahman al Daklil, estabelecido em Córdoba em 756, conseguiu fazer do Islã espanhol uma força coesa que se impunha ao mesmo tempo aos árabes e aos bérberes, que até então tinham vivido em constantes disputas. Foi seu sucessor, o emir Abd al-Rahman III, que, em 929, proclamou a si mesmo califa, instaurando assim uma independência religiosa que se sobrepunha à independência política dos omíadas em relação a Bagdá.

Na segunda metade da década de 770, o emir enfrenta muitas resistências. Já tendo se revoltado em 761 contra o poder de Córdoba, todas as populações de Toledo, em uníssono, protestam. A hostilidade

do váli de Saragoça é muito grande. Por fidelidade ao califa, e também por ambição, Suleiman ibn al-Arabi faz o possível para manter Saragoça fora do controle do emir.

E eis que, em 777, vê-se o váli de Saragoça na Saxônia. Sulayman vem a Paderborn sugerir a Carlos Magno que ocupe o norte da Espanha: naturalmente, garante ele, Saragoça se abrirá aos francos. O váli está disposto a tudo: ele "abandona" ao rei franco as cidades "sob o seu comando". O rei vê imediatamente grandes vantagens nessa empresa: estender seu poder em volta dos aquitanos e dos bascos é garantir sua submissão definitiva. Ora, em boa parte para impressionar Bizâncio, Pepino, o Breve, não deixou de manter as melhores relações com o califa abássida Al-Mansur, que sucede em 754 Abul al-Abas, a partir de então instalado em Bagdá. A hostilidade do califa contra a Espanha árabe é tão grande, mas por outros motivos, quanto a do rei franco. Entre Paderborn e Bagdá, chegou a haver troca de embaixadas. O que Carlos mais deseja é inscrever-se na tradicional aliança abássida contra o rebelde omíada.

O rei franco talvez tivesse outra coisa em mente. Desde que assumiu o controle das encostas setentrionais dos Pirineus, ele se defrontou com um problema que o príncipe dos gascões conhecia muito bem: o da circulação de mercadorias para as regiões do *Al-Andalus*, ou seja, a Espanha dominada pelo Islã. Uma boa parte dessa circulação se faz pelos desfiladeiros dos Pirineus ocidentais, por Ainhoa ou Roncesvales e Pamplona, por Somport e Jaca, pelo Pourtalet e Huesca, cujos caminhos convergem, todos, para Saragoça. Como acontecerá mais tarde em relação à Saxônia e na terra dos ávaros, Carlos não poderá ficar indiferente a uma ameaça que pesa sobre as relações comerciais. Ela está ligada à confusão política que reina em torno de Pamplona e Saragoça, assim como mais tarde, no sul, no Ebro. Não cessam os conflitos de fronteira entre os principados cristãos e seus novos vizinhos árabes. Eles são acompanhados de intermináveis disputas entre os governadores árabes, e entre eles e um emir autoproclamado, cuja autoridade não é reconhecida. É essa confusão que torna inseguras as rotas comerciais. A necessidade de pôr um pouco de ordem não pode ter escapado ao rei dos francos.

Desde a primavera de 778 Carlos passa, pois, à ofensiva, acreditando ingenuamente que era fácil resolver o problema. O apelo do váli de Saragoça constituiu uma oportunidade, mas ao mesmo tempo criou ilusões. Na verdade, esse austrasiano que é o rei franco pouco entende das complexidades da situação política da Espanha. Ele sabe

que lá impera a desordem. Daí a saber tirar partido da situação... Que pode saber Carlos das regiões que, no norte, escaparam ao Islã?

Os bascos que habitam as encostas ocidentais dos Pirineus não defenderam sua independência diante da invasão árabe para sacrificá-la a uma aliança qualquer com os francos. A história nada guardou de suas estruturas políticas, e tampouco o nome de seu chefe, que nada indica tratar-se do ex-duque Lobo, que passou para o outro lado dos Pirineus depois de 769. Quando Carlos toma o caminho dos Pirineus, não se surpreende com o fato de não encontrar resistência ou mesmo hostilidade. Ele se sente em casa na Gasconha e também na Aquitânia. Mas os bascos estão lá e representam, se não uma potência, pelo menos uma força. Embora sua organização política pareça ter se esbatido ao norte dos Pirineus, a ponto de Carlos não pensar nem por um instante em confiar um comando militar a um duque gascão, que aliás nem sabemos se ainda existe nessa data, os bascos estão muito presentes nos Pirineus e ao sul destes. Carlos tem todos os motivos para um dia lamentar tê-los esquecido.

Em volta de Pamplona se constituiu, desde o tempo da conquista, um refúgio cristão de onde surgirá, no século seguinte, o reino que mais tarde seria Navarra. Na própria Pamplona, o governador muçulmano liberta-se da autoridade do emir, enquanto os cristãos se mobilizam contra o governador. O pequeno reino das Astúrias, fundado nas montanhas do noroeste, onde tinham se refugiado visigodos na década de 720, reúne, por volta de 750, o essencial das forças cristãs da península — depois que estas transformaram deliberadamente a região do Douro em deserto — em torno das sucessivas capitais, Cangas de Onís, depois Pravia e finalmente Oviedo. Cristãos do antigo reino hispano-visigótico que fugiam de *Al-Andalus* ocupado integraram-se aos primeiros rebeldes. Por enquanto, o reino das Astúrias não toma a ofensiva contra o Islã, mas paga de má vontade o tributo exigido pelo emir de Córdoba e começa a avançar pouco a pouco na fronteira meridional. Filho do último duque visigodo da Cantábria, Afonso I estendeu seu reino asturiano em direção à Galiza. Uma primeira vez rei, em 783, depois definitivamente de 791 a 835, Afonso II dá um novo brilho àquele que viria a ser o reino de Leão. Desta vez, ele lança verdadeiras operações militares contra os muçulmanos. Uma delas chega a Lisboa. Afonso II reforça sua fronteira meridional: a linha dos castelos dará seu nome a Castela. A leste, ao contrário, o Islã atinge os Pirineus e continua a ameaçar a Septimânia.

Carlos sabe ainda menos sobre a situação em *Al-Andalus*. Em poucas palavras, o rei franco está redondamente enganado: os árabes

já não são, na Espanha, o que eram no tempo de Pepino, o Breve, no norte dos Pirineus. A idéia que ele tem de um país em que os cristãos são oprimidos pelo Islã não corresponde aos fatos. Contudo, é essa idéia que ficará na mente de todos, como está dito nos *Anais de Metz* que evocam o "jugo crudelíssimo dos sarracenos" como o motivo mais importante da decisão tomada pelo rei franco.

Ora, os muçulmanos ainda são minoria na população, o que os leva ao rigorismo religioso mas à tolerância política. Os moçárabes, isto é, os cristãos que lá permaneceram depois da conquista da década de 710 e que se adaptaram — *musta'rib* significa "arabizados" —, muitas vezes encontram-se em situação difícil, mas constituem um grupo coeso e comunidades reconhecidas, com privilégios que garantem sua identidade. Para complicar ainda mais a situação, cristãos convertidos ao Islã, os *muwaladun*, começaram a tomar parte ativa na vida política, ainda que os muçulmanos legítimos os tratem com um certo sentimento de superioridade: é o caso dos Banu Kassi, godos fortemente influentes na região de Pamplona.

É, pois, naquela que se chamará mais tarde a Espanha "das três religiões" que uma relativa tolerância — inspirada pelo realismo dos novos senhores — fez de Córdoba, capital de Abd al-Rahman, assim como de Toledo, a antiga capital dos visigodos, em que há muitos moçárabes, centros intelectuais, onde cristãos, muçulmanos e judeus muitas vezes trabalham juntos. É de suas tradições habilmente combinadas que nascerá uma arte original, e também uma transmissão do saber e do pensamento da Grécia antiga, recebido de Alexandria e, a partir do século IX, de Bagdá, de que se beneficiará a Europa dos séculos futuros. De Gerberto, no século X, a Sigério de Brabante e Tomás de Aquino, no século XIII, o pensamento ocidental será tributário das obras, tanto filosóficas como científicas, da Antigüidade grega traduzidas para o latim nos centros intelectuais da península Ibérica, assim como dos trabalhos originais dos sábios árabes, e principalmente dos astrônomos do observatório de Bagdá.

Em suma, a Espanha não é a Saxônia. Quando confunde, como o farão também as canções de gesta, o combate contra o Islã na Espanha com o combate contra o paganismo na Germânia, o rei dos francos confunde duas empresas que só têm em comum o aspecto político: a conquista de territórios e a expansão do reino franco.

A gesta buscará esconder esse desconhecimento da situação valendo-se do álibi político e militar de todos os vencidos: a traição. Para o autor da *Canção de Rolando*, que cabe citar aqui não como fonte histórica mas

como testemunho involuntário das mentalidades, a proposta de aliança do rei Marsílio, o chefe sarraceno, é um engodo, e seu embaixador, Blancandrino, aproveita a viagem de volta à Espanha, em que é acompanhado de Ganelão, para induzi-lo à traição. Portanto, o drama final não se explicará aqui pela inferioridade numérica nem pelo erro tático e ainda menos pela falta de discernimento político: ele será fruto da traição.

Carlos comemorou a Páscoa no fisco real de Chasseneuil, a norte de Poitiers. Ele convocou o exército inteiro, mas um exército preparado para um passeio militar, não para um cerco. Os contingentes lombardo, austrasiano, renano, francônio, alamano, bávaro e saxão passam pela estrada oriental, aquela que leva a Saragoça. A eles se integra, na passagem, o contingente da Septimânia. Conduzidos pelo próprio rei, os neustrianos e os aquitanos tomam a rota ocidental, a do país dos bascos, e marcham sobre Navarra. Sem dúvida, a julgar pela forma como marcharam sobre Pamplona, devem ter passado pelo mesmo desfiladeiro onde conhecerão a derrota, e que chamaremos de Roncesvales. Em junho, os exércitos do rei franco estão na Espanha.

Lá, nada corresponde ao que Carlos esperava. É verdade que, num primeiro momento, o exército do oeste se estabelece sem dificuldade em Pamplona, cidade cristã em poder de um emir muçulmano que rompera com os omíadas, mas que não é bem aceito pelos cristãos bascos das montanhas. As populações árabes das vizinhanças também são submetidas sem maiores dificuldades. O exército do leste, por sua vez, toma Gerona, Barcelona e Huesca. Mas tudo muda quando o rei se encontra com todas as suas forças diante da principal posição estratégica, Saragoça. Os que o chamaram quase não se manifestam. Na verdade, o váli foi substituído, e o novo, El-Hosein, manifesta, deploravelmente, sua fidelidade ao emir de Córdoba. A *Canção de Rolando* fará dele o rei Marsílio, o implacável inimigo de Carlos. Em suma, Saragoça resiste, e Carlos não dispõe das máquinas de sítio que permitiriam tomar a cidade à força. Dois meses de cerco de nada adiantam, como tampouco adiantaram os reféns entregues, havia pouco tempo, por Ibn al-Arabi.

Roncesvales

Chega a notícia de que o emir Abd al-Rahman al-Daklil vai chegar com um grande exército. Os bascos — e mesmo aqueles que já eram

cristãos — certamente não foram unânimes em aplaudir a chegada do exército franco: este punha em risco a independência que eles mantinham ao sul dos Pirineus depois de tê-la perdido no norte. Uma vez que muda a relação das forças que se enfrentam, eles se mobilizam contra o invasor. As notícias que Carlos recebe da Saxônia não são nada boas; ao que parece as tropas de Widukind tinham sido vistas próximo ao Reno, e é preciso enviar urgentemente uma pequena tropa de cavalaria de elite para lembrar ao saxões que é arriscado sublevar-se.

Carlos compreende tarde demais que se enganara: ele recua para Pamplona, que se tornou hostil, depois decide bater em retirada, não sem antes destruir a cidade, "para que ela não possa se rebelar". Um ataque rápido dos filhos de Ibn al-Arabi contra o exército em retirada lhes permite libertar os reféns entregues a Carlos no ano anterior. Como é compreensível, os analistas francos não dizem uma palavra sobre essa pequena derrota. Portanto, quando o exército franco chega aos Pirineus, as coisas já vão indo muito mal.

E é assim que, em 15 de agosto de 778, o exército atravessa os Pirineus em Roncesvales. A tradição baseada na *Canção de Rolando* situa nesse desfiladeiro próximo a Pamplona e relativamente acessível o desastre acontecido na passagem de um desfiladeiro ocidental difícil de identificar com certeza, mas que poderia ser o de Ibañeta (de apenas 1.057 metros). Mas cumpre observar também que o próprio nome de *Roncevaux* [Roncesvales] — em qualquer grafia, Roncesvalles, Rencesvals ou outra — não figura em nenhum outro documento anterior à *Canção* e que arqueólogos e passeantes nunca encontraram nenhum vestígio de armas carolíngias no lugar que passou a ser chamado de Roncesvales. Foi a *Canção* que, como veremos mais adiante, fez que o nome e a batalha pudessem ser reivindicados por muitos outros desfiladeiros. Recentemente, chegou-se a sugerir uma possível volta por Carcassonne e Narbonne, e não pela Aquitânia, para evocar uma passagem por desfiladeiros e por Andorra. Para terminar, cumpre lembrar que nem os *Anais reais* nem Eginhardo nomeiam o desfiladeiro, e os poetas da língua de *oïl* que precederam Turold não conhecem mais do que este último a geografia dos Pirineus. Aqui, o peso das tradições é determinante, e trata-se de tradições locais de regiões distantes.

Para simplificar, usaremos aqui o nome de Roncesvales. Mas é preciso lembrar que se trata apenas de um nome, e que nada permite aplicá-lo com certeza a um ou outro desfiladeiro.

Então, o grosso do exército passa. A retaguarda cai na emboscada organizada sem a menor dificuldade por um grupo de bascos, talvez

reforçado por navarros e por tropas árabes. Neste ponto, a lenda dificulta a compreensão, porque a gesta quer fazer crer que Carlos só foi batido por infiéis. Para os analistas e para o autor da *Canção de Rolando*, só os sarracenos teriam atacado a retaguarda de Rolando. Admitir que cristãos derrotaram o exército daquele que se dizia chefe da cristandade não é fácil nem para os historiógrafos nem para os poetas que cantam a glória de Carlos Magno.

Objetivamente, a catástrofe é limitada. Os relatos poéticos da história basca não lhe fazem nenhuma alusão. Os cronistas árabes, que sempre lembram que Carlos foi duramente repelido, dão uma certa importância à derrota diante de Saragoça e mesmo ao ataque feito pelos filhos de Sulayman, mas não dizem uma palavra sobre o caso dos Pirineus. É verdade que o grosso do exército conseguiu passar: a propaganda real o salienta, e Eginhardo o repete quando escreve: "o exército voltou são e salvo, e isso depois de...". Na verdade, o exército passou, mas ao longo de um desfiladeiro onde os animais, e com muito mais razão os carros, só podiam passar um a um. Essa marcha em fila impede o recuo. E as encostas são do tipo que não podem ser galgadas, para um contra-ataque, por guerreiros surpreendidos pelo ataque e pouco habituados à montanha. Em suma, os francos não teriam sido vencidos num combate, mas massacrados numa emboscada.

Podemos, pois, nos perguntar sobre a verdadeira gravidade do desastre. Os *Anais reais*, que só foram redigidos alguns anos mais tarde, dão a entender, por uma palavra, que o "exército" foi atacado.

> Emboscados no alto do desfiladeiro, os bascos perturbaram o exército com um grande tumulto. Embora os francos fossem evidentemente superiores aos bascos por suas armas e por sua coragem, eles foram dominados em razão da situação desigual das posições e do tipo desigual de combate.

A insistência com que se fala de caminhos estreitos nos leva a pensar que não podemos tomar ao pé da letra a palavra "exército". Talvez se devesse traduzir "tumulto" por "desordem" e imaginar a confusão geral provocada pela surpresa. Mas o autor dos *Anais reais* logo reduz a derrota a uma pilhagem de carros. Não se trata de uma retaguarda em condições de combate, mas de uma escolta dos víveres. Alguns personagens da corte foram mortos. O analista não cita nenhum nome.

Nesse combate, muitos áulicos que o rei havia encarregado dos víveres foram mortos, suas bagagens foram pilhadas, e o inimigo se dispersou facilmente pelo fato de conhecer os lugares.

Talvez essa versão não esteja muito longe da realidade: excetuando-se o conde Rolando, que de resto não é dos principais dignitários do reino, dado que a história praticamente nada registra dele, os mortos que se podem nomear estão entre aqueles que o rei poderia indicar para escoltar as bagagens. É o caso, por exemplo, do senescal Eggihard — um oficial que os cronistas qualificam como "preboste da mesa do rei" — e do conde do Palácio Anselmo, que se sabe ter sido encarregado de cuidar das necessidades materiais do palácio.

Escrevendo ainda mais tarde, mas tendo sido confidente de Carlos Magno e conhecido muitos dos sobreviventes da expedição, Eginhardo só pode ser sensível às lembranças amargas deixadas pela derrota. Ele diminui, pois, o alcance da vitória basca e não admitirá, de modo algum, a derrota de seu herói. Para ele, trata-se apenas da retaguarda. Entretanto, tem o cuidado de nomear os mortos "ilustres" e isso, por ser inusitado em Eginhardo, pode chamar a atenção do leitor. É difícil considerar apenas uma escaramuça o episódio sobre o qual Eginhardo discorre extensamente em seu relato da campanha de 778, um acontecimento em que perderam a vida dignitários de primeira linha. O cronista tardio que é chamado "o Astrônomo" absteve-se, no tempo de Luís, o Piedoso, "de citar nomes por demais conhecidos".

Para concluir: a derrota dita de Roncesvales não é a derrota do exército. A verdadeira derrota é a da expedição em seu conjunto. Sem dúvida, em Roncesvales, não se trata apenas da aniquilação da retaguarda, é uma perturbação que atinge todo o exército.

O efeito sobre o moral das tropas francas, porém, será tão grande quanto o seria mais tarde o da derrota de Süntelgebirge. Um morto, entre muitos outros, alimentará a lenda: o conde ou prefeito da marca da Bretanha, Rolando, que a gesta fará sobrinho do rei. Outros não são menos notáveis, e eram principalmente parentes de Carlos, auxiliares que ele via todos os dias. Ele os pranteará, sem os poder vingar, o que é grave numa sociedade em que o direito penal se baseia na vingança ou na compensação do delito. Ora, não era possível perseguir em suas montanhas os grupos bascos que, depois da emboscada, se dispersaram.

Mais grave é a perda dos territórios, que precedeu o episódio de Roncesvales. Na verdade, essa retirada fatal ocorreu porque a conquista abortou. Os árabes retomam Barcelona e Huesca. A cristandade

perdeu um ponto. Alguns tentarão, sem sucesso, mascarar a derrota: os *Anais de Lorsch*, onde se fala apenas da marcha até Saragoça sem mesmo evocar o fato de que os francos não conseguiram tomar a cidade, e os *Anais de Metz* que, omitindo igualmente o episódio de Roncesvales, exageram um pouco o tom:

> Depois de tomada e destruída a fortíssima cidade de Pamplona, e depois de submeter os espanhóis, os gascões e os navarros, ele volta vitorioso à pátria.

É pouco provável que ele tenha realmente se sentido vitorioso. Enquanto os *Anais de Sankt Gallen* registram apenas que houve "uma grande perda", o autor dos *Anais reais*, muito próximo do rei, não procura esconder o abatimento moral de Carlos.

> A ferida que se abriu empanou, no coração do rei, a maioria das ações levada a bom termo na Espanha.

Quando se faz o balanço, tem-se que convir que, ao voltar, o rei não tem "ações levadas a bom termo" com que se consolar. Ele tem todos os motivos para estar amargo.

A derrota de Carlos não é menor em seu próprio território. Sua autoridade sofre com a derrota. Aqueles que respeitavam a força armada dos francos vêem chegar a hora em que poderiam libertar-se do jugo. A situação é turbulenta na Aquitânia e na Gasconha. Um gascão, o conde Adalrico, prende, em 787, Chorson, o duque de Toulouse, com o qual está em disputa por uma questão de terras. Ele será julgado diante do rei e banido do reino, enquanto Chorson, condenado, será substituído pelo duque Guilherme, futuro Guilherme de Gellone. Alhures, as coisas não vão melhor. O governador bizantino da Sicília — o estratego — e o duque de Benevento fomentam distúrbios na Lombardia. Os saxões fazem pequenos ataques aos francos na Vestfália e em Hessen. É todo o edifício político construído por Carlos Magno que ameaça ruir.

Visto que, por enquanto, já não se vê a possibilidade de submeter os bascos, resta evitar o pior: uma insurreição na Aquitânia. O único meio parece ser mais político que militar: reconstituir o reino da Aquitânia garantindo a sua subordinação. Desde 781, Carlos dá a Aquitânia, na qualidade de reino, a seu terceiro filho, Luís. A Providência dispôs as coisas da melhor forma: sua mãe, a rainha Hildegarda, acompanhou

até Poitiers a expedição de 778 à Espanha, e deu à luz seu filho Luís na Aquitânia, durante sua estada em Chasseneuil, fato de muita relevância. O futuro Luís, o Piedoso, tem apenas três anos, mas no Sábado de Aleluia do ano de 781 recebe em Roma, do papa Adriano I — da mesma forma como seu irmão Pepino elevado a rei da Itália —, a unção real: é um verdadeiro rei que se dá a essa Aquitânia que nunca mais teve nenhum desde a época dos merovíngios, e isso traz a esperança de uma verdadeira autonomia. Os aquitanos haveriam de se contentar com isso. Mas não se trata, de forma alguma, de uma volta à independência: francos escolhidos entre os mais leais assumem sucessivamente a regência do filho do rei. Eles permanecem na Aquitânia quando Luís, que praticamente não deixará a Aquitânia durante trinta anos, assume o governo e a condução dos assuntos relacionados à Espanha.

As lições do episódio saxão foram bem aproveitadas. O rei Luís se vestiu à moda aquitana. Em seu *entourage*, os grandes senhores vindos da corte franca se misturam à aristocracia aquitana, seja esta de origem galo-romana ou visigótica. Vitiza, às vezes chamado de Euticius pelos romanos, é visigodo. Ele é o filho de um conde de Maguelone, que abraçou a vida religiosa depois de ter visto seu irmão morrer ao seu lado durante a campanha da Itália de 774. A princípio, monge em Borgonha, depois fundador — num domínio pertencente a sua família — do monastério de Aniana, na Septimânia, ao qual impõe a regra de São Bento de Núrsia, Vitiza foi designado por Carlos Magno para conselheiro político do jovem rei Luís, vindo depois a ser um dos membros mais influentes da corte quando este se torna o imperador Luís, o Piedoso. Nesse meio tempo ele terá adotado o nome de Bento. Sabe-se que esse Bento de Aniana é um dos agentes mais eficazes da generalização, nos mosteiros do reino franco, da regra de São Bento.

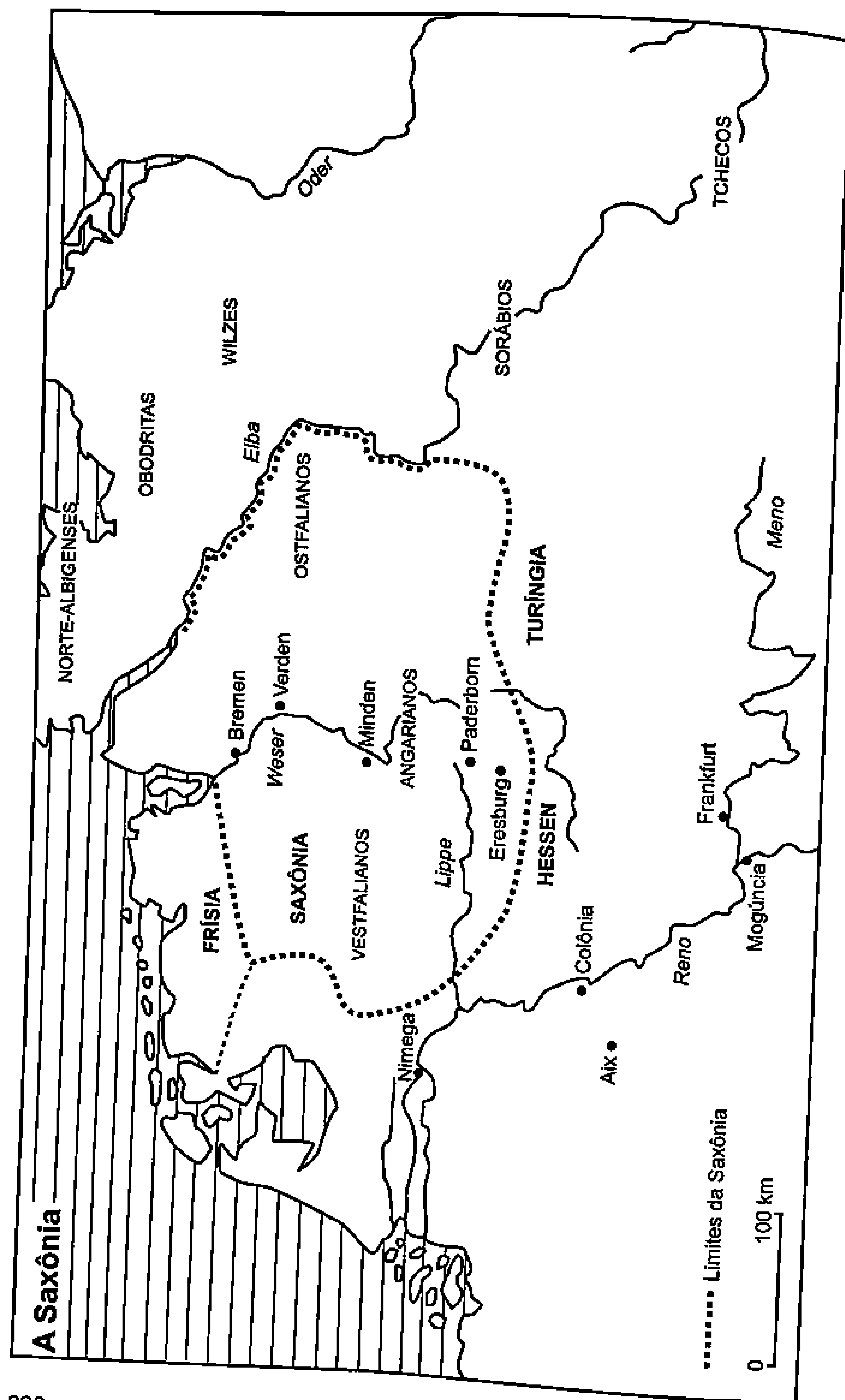
Volta à Saxônia

Enquanto Carlos se aventura na Espanha em 778, a Saxônia liberta-se do jugo. Surge um chefe em Vestfália, Widukind, que assume a liderança da resistência aos francos. Combinando com toda naturalidade a hostilidade ao cristianismo e o espírito de independência do povo saxão, ele logo reúne um exército. As guarnições francas são massacradas. Executam-se os saxões que se aliaram aos francos. Os padres que não conseguem escapar estão entre os primeiros a serem mortos. Paderborn arde. As marca de Vestfália e Hessen são invadidas.

Foi então que Carlos, que acabava de chegar da Espanha, começou a reconquista da Saxônia, com mais paciência do que da primeira vez. Até então, a estratégia política que prevalecia na definição das intervenções na Saxônia era a de Carlos Martel e de Pepino, o Breve: para assegurar a subordinação do ducado e facilitar a cristianização, bastaria organizar uma marca. A derrota na Espanha e a fragilidade da autoridade franca na Saxônia fazem com que Carlos revolucione essa estratégia: as campanhas anuais já não terão por finalidade a intimidação, elas serão fases de uma verdadeira conquista e de uma colonização de toda a Saxônia. Começada em 779, essa guerra da Saxônia se prolonga porque a resistência se reorganiza, mesmo depois de derrotas: a estrutura do exército franco obriga o rei a interromper as operações a cada inverno. Vitoriosa ou não, a campanha do verão nunca tem um futuro duradouro.

Por isso, a revolta dura sete anos. Avaliando sua perda de influência, Widukind se refugia junto aos dinamarqueses, aí recompõe suas forças e volta a fomentar uma revolta geral de todos os saxões que continuam sendo, se não essencialmente pagãos, pelo menos muito ligados àquilo que, no paganismo ancestral, se manifesta como laço patriótico. Os massacres recomeçam. Em 782, Carlos acredita poder vencer levando consigo um exército considerável, cuja determinação não poderia substituir um real conhecimento da região e de sua topografia. Atacando de forma impensada as trincheiras dos rebeldes no Süntelgegirge, um maciço montanhoso que domina o vale do Weser, o exército franco teve que bater em retirada. Lançou-se a cavalaria pesada contra os saxões que estavam recuando, e essa cavalaria, que recebera ordens de perseguir um exército aparentemente em retirada, demorou-se recolhendo o butim, que, no caso, eram as bagagens abandonadas nas carroças dos saxões. Voltando-se bruscamente, os saxões fizeram uma verdadeira matança nessa cavalaria pesada que reagia de forma desordenada e encontrava-se impossibilitada de reorganizar prontamente as suas linhas. Entre os mortos, muitos homens próximos do rei: condes, o camarista Adalgiso, o condestável Gilon, o conde do palácio Worad. Depois do desastre de Roncesvales, é uma dura lição para o rei. Isso só o faria encarniçar-se ainda mais em reprimir a insurreição.

Carlos vale-se de todos os meios para sua nova estratégia. Ele organiza a permanência. Por duas vezes, passa o inverno na Saxônia, mandando que se construam acampamentos e fortins que permitam intervenções imediatas. E o rei franco oferece à aristocracia saxã o que



seu pai tivera a sabedoria de oferecer aos visigodos da Septimânia: participação no governo do país. Condes saxões são colocados à frente dos condados organizados a partir de 782.

No que tange aos rebeldes que, campanha após campanha, caem em poder dos francos, o rei mostra o mais feroz desejo de vingança. Ele recorre à colaboração dos saxões aliados. Os próprios nobres saxões, para evitar represálias, apontam os partidários de Widukind que, depois do episódio do Süntel, procuram se fazer esquecer. Em um dia, em Verden, Carlos mandou executar 4.500 saxões.

Assim, passam-se três anos, de 783 a 785. Em 784, a operação é esmagadora: os vestfalianos ficaram encurralados entre o exército do rei e o de seu filho Carlos, o Jovem. Progressivamente, Widukind vai perdendo terreno. Em 785, ele se dá por vencido. A maioria dos grandes senhores da Saxônia tinha se aliado a Carlos. O povo se cansa de um conflito com cujos objetivos já não se identifica e que todo ano deixa o campo desprovido de sua força de trabalho. Uns poucos grupos de dinamarqueses não bastam para ajudar de forma eficaz os campeões da independência da Saxônia. Widukind manobra de forma hábil. Ele procura Carlos no palácio de Attigny e pede para ser batizado. O rei franco será o padrinho do chefe saxão.

Carlos também terá o cuidado de não perseguir aqueles que se aliaram durante a guerra. A um saxão cujo pai abandonara os seus para não se envolver na rebelião — o filho afirmaria que seu pai queria continuar fiel! — ele confirmará, em 811, a posse de uma pequena porção de floresta em que este se instalara, sem o menor direito.

Mas, em 785, Carlos não é mais ingênuo. Widukind sai da história, mas é pelo terror que é preciso garantir a submissão do povo e sua conversão ao cristianismo. Publicada no ano de 785, a capitular *Dos Saxões* é uma longa lista de crimes e de punições. Fazer uma promessa a uma fonte, a uma árvore ou a um bosque sagrado custará uma multa de sessenta soldos a um nobre, de trinta soldos a um homem livre não nobre, de quinze soldos a um *lite*, isto é, um homem alforriado ou um homem livre mas de condição inferior. Eles pagarão o dobro dessa multa se deixarem de batizar uma criança em seu primeiro ano de vida. Mas logo se passa à pena de morte. Condena-se à morte quem quer que invada ou incendeie uma igreja ou dela roube alguma coisa. Morte também para quem comer carne na Quaresma, salvo quando haja necessidade, caso a ser apreciado pelo padre. Naturalmente que se condena à morte também os que matam um bispo, um padre ou um diácono, seu senhor ou sua senhora, e os que roubam a filha de seu

senhor. E, naturalmente, morte também para quem for infiel ao rei. Essas medidas, de ordem pública, são acompanhadas de incriminações que, de forma bastante explícita, dizem respeito apenas à conversão. Pune-se tudo o que possa lembrar o paganismo, desde a prática mais freqüente à ocasional exceção.

> Se alguém, enganado pelo diabo, acreditou, à maneira dos pagãos, que um homem ou uma mulher era feiticeiro e comia gente, e se, por isso, mandou-o queimar, comeu-o ou fez que fosse comido, será punido com a pena capital.
>
> Se alguém, segundo os ritos pagãos, mandou queimar o corpo de um morto e reduziu seus ossos a cinzas, será punido com a pena capital.
>
> Se alguém do povo saxão quis ficar escondido sem receber o batismo, recusou-se a vir ao batismo desejando continuar pagão, receberá a pena de morte.
>
> Se alguém tiver sacrificado um homem ao diabo, fazendo dele uma oferenda aos demônios, à maneira dos pagãos, receberá a sentença de morte.
>
> Se alguém se mancomunou com pagãos contra os cristãos ou ficou do lado deles contra os cristãos, sofrerá a pena de morte.

A resolução é confirmada pela redução da pena concedida àqueles que, depois de cometerem tais crimes, os confessem e façam penitência.

Carlos compreendeu, porém, que não deveria exasperar os saxões apegados a suas tradições e aos traços cotidianos de seu particularismo. Embora estabeleça um código penal e chegue ao ponto de fechar cemitérios pagãos, o rei franco tem o cuidado de não interferir no direito privado. A capitular nada diz sobre o casamento, a herança, os contratos. As estruturas sociais permanecem, mantendo-se a distinção, ainda estranha ao direito franco, de uma classe de nobres acima da classe dos simples homens livres. No caso de um casamento proibido ou ilícito, os saxões terão que pagar uma multa de sessenta soldos se forem nobres, trinta soldos se forem apenas livres e de quinze soldos se forem alforriados. À época, a aristocracia franca ainda é um grupo social e político constituído de fato, de contornos imprecisos. Na Saxônia, há uma ordem juridicamente definida. O vencedor deixa-a intacta. O proveito que se tira dessa tolerância servirá de lição: na grande revisão das leis que realizará em 802, Carlos deixará intactos os costumes que regem na Frísia o direito privado.

Para garantir a paz, os grandes senhores da Saxônia que se aliaram aos francos — e que mantêm todas as suas propriedades — entregam reféns, jovens de sua família, que a aristocracia franca acolhe de braços abertos em seus domínios. A vantagem é dupla: eles se dispersam e facilita-se sua absorção pela cultura franca. Uma *Otlinga Saxonia*, no Bessin normando, manterá por muito tempo em seu nome a lembrança de um provável estabelecimento de um grupo de saxões.

Não devemos nos espantar com o fato de que, nesse ano de 885, Carlos volta a sonhar com a Espanha. Agora ele acredita que a situação está tranqüila na Saxônia. O rei informa o papa Adriano de que o combate pela fé está ganho. Finalmente se fala de forma séria sobre uma rede de igrejas. Bremen, Verden, Minden tornam-se sedes episcopais. Outras se seguiriam. E fundam-se monastérios. Portanto, a Igreja vai desempenhar o seu papel.

O território submetido é principalmente o da Saxônia central e meridional. No norte e no leste a revolta continua forte e, de 792 a 797, os exércitos francos lá se sucedem ano após ano. Em 793, os contingentes frísios do conde Teodorico se deixam massacrar no Weser. O filho mais velho do rei, Carlos, o Jovem, auxilia agora seu pai numa lentíssima reconquista. A Ostfália cede, depois o norte, entre o Elba e o Eider. Passado certo tempo, julgar-se-á conveniente limitar as medidas que, buscando reprimir a aspiração à independência, são na realidade tão duras que justificam as rebeliões. Alcuíno não deixou de recomendar a Carlos, em agosto de 796, uma moderação que, em sua opinião, favoreceria a evangelização dos saxões. E, para começar, que os deixem em paz com o dízimo!

> Se é bom impor aos povos rudes o pagamento do dízimo, que ele seja cobrado de cada casa. Mas seria conveniente se perguntar se, tendo recebido as lições do Cristo e tendo sido enviados para pregar, os apóstolos exigiam o dízimo ou pediam por toda parte que lhes fosse dado. Sabemos que a cobrança do dízimo de nossos rendimentos é uma boa coisa. Mas melhor seria deixá-lo de lado que perder a fé. Nós, que nascemos e fomos criados na fé católica, mal começamos a pagar essa décima parte de nossos rendimentos. A fé frágil, a alma muito jovem e o espírito avaro dessa gente é muito mais relutante em aceitar essa liberalidade.

A assembléia de Aix-la-Chapelle, em 797, reitera a moderação de Alcuíno: ela ameniza o direito penal, substituindo, para a maioria dos

crimes, a pena de morte, prevista na capitular de 785, por uma simples multa: é mais conforme ao princípio da composição pecuniária que figura na maioria das antigas leis germânicas, e principalmente na lei sálica. O norte do Elba, contudo, custa a submeter-se. O Wihmode e a Nordalbíngia só cairão definitivamente sob o domínio franco em 804. Milhares de famílias saxãs são então deportadas das margens do Elba para as regiões francas da Gália e da Germânia. A operação será realizada pela cavalaria de elite do palácio: o que significa dizer que é preciso usar de ameaças, se não da força. Os saxões são substituídos no Elba pelos francos, e é para eles que, nesse mesmo ano de 804, Carlos Magno funda Hamburgo.

Os Ávaros

Agora que a Saxônia está domada, Carlos levanta o olhar. Ele teve demasiada dificuldade em submeter a Saxônia, e não ataca os obodritos, esse povo eslavo cujo território confina com o Báltico e que de há muito é aliado dos francos. Em 804, ver-se-á até o chefe do obodritos vir a Aix como amigo, trazendo presentes. Em termos imediatos, conquistar seu território não redundaria em nada, salvo novas dificuldades na retaguarda, isto é, na Saxônia e nas costas do mar do Norte, onde já começa a se fazer sentir o perigo escandinavo. É melhor pegar os obodritos pela retaguarda. Portanto, Carlos tenta estender as fronteiras do protetorado franco até o Oder e ao médio Danúbio, e nisso é bem-sucedido, tanto mais que os povos aos quais ele vai impor sua lei são menos numerosos do que o eram os saxões e os bávaros, não têm um passado marcado pela hostilidade contra os francos, até então muito distantes, e não dispõem de uma forte organização interna.

A partir 789, com um exército que conta com contingentes saxões, ele submete o pequeno povo dos wilzes, que domina a Lusácia, e é então que chega, pela primeira vez, ao Oder. Em seguida, ataca os sorábios do Elster e do médio Elba. Sem anexar o território deles, Carlos faz com que reconheçam seu protetorado em 806 e, para vigiá-los, cria duas praças-fortes, uma em Halle, às margens do Saale, outra em Magdeburgo, às margens do Elba. Em 805 ele tenta, sem grande sucesso — uma vez que as campanhas de Carlos, o Jovem, fracassam —, estabelecer um protetorado semelhante sobre os tchecos da Boêmia e, em 808, sobre o povo eslavo dos linões. Tudo isso, como se vê, é uma série de empreendimentos sem futuro, e os wilzes, que se insurgem

contra a dominação franca, em 808, obrigarão Carlos Magno a enviar contra eles corpos do exército, sem muita garantia de sucesso, até empreender uma campanha decisiva, em 812, seguindo a estratégia, tantas vezes usada, de atacar com dois ou três corpos em tenaz, um pelo norte, no território dos obodritos, os outros mais ao sul, pelo dos linões.

Em compensação, apoderar-se do território dos ávaros traz muitas vantagens. O povo ávaro se constituiu entre os séculos V e VI, pela fusão de duas tribos originárias da Ásia Central. Esses povos eram tão próximos dos hunos que as sucessivas redações dos *Anais reais* chamavam-nos indiferentemente de ávaros e de hunos, e Eginhardo fala deles como de um só povo. Sabe-se que o povo huno de Átila se desmembrou um pouco quando este morreu, em 453, e os ávaros são apenas um ramo longínquo deles, chegados tardiamente à Europa, encontrando-se mais ou menos estabelecidos entre 560 e 570, na mesma bacia dos Cárpatos e do Danúbio que viria a ser a Hungria e uma parte da Romênia.

Os ávaros tiveram muitas vezes que reagir às investidas do Império bizantino. Por outro lado, eles nunca manifestaram o menor interesse pela Europa ocidental. Enfrentaram, em 585, um ataque do bávaro Tássilo I, depois aliaram-se aos lombardos contra Bizâncio. O rompimento dessa aliança, em 625, tirou-lhes o apoio que tinham no Ocidente. A partir daí, os ávaros vivem em relativa paz. Esse isolamento apagou por algum tempo a rota danubiana do mapa das relações comerciais com o Oriente, atingindo também as relações culturais: o que acontece no fim do século VII é um isolamento dos ávaros, expresso num particularismo ao mesmo tempo lingüístico, religioso e intelectual, que inclui também o vestuário. Na década de 700, a Europa acostumou-se a não contar com os ávaros.

No século VIII esse reino ávaro com múltiplas lideranças — há chefes chamados "cagã", outros chamados *tudun* — estende-se pelo leste da Caríntia, isto é, uma grande Baviera cuja fidelidade ao rei franco agora está garantida. Por mais isolado que se encontre, ele conhece uma real prosperidade e uma civilização brilhante, caracterizada por uma arte original, que se deve mais às suas origens asiáticas que à vizinha Bizâncio. Prova disso são as armas, as jóias, a ourivesaria, os arreios cravejados de ouro e de prata, cinturões de luxo, placas ornamentais com grandes ramagens e palmetas que foram encontradas nas sepulturas, assim como a cerâmica com desenhos de grifos, dragões e javalis.

Os francos têm um certo conhecimento dos ávaros. Eles já os enfrentaram: em 566, os ávaros derrotaram o exército do rei da Austrásia

Sigeberto. Este, quatro anos antes, os havia repelido para além do Elba para libertar o reino lombardo, então estabelecido na Germânia oriental, e cujo rei, Alboíno, desposara uma princesa franca, irmã de Sigeberto. Mas o cagã Baïan tinha plena consciência de que o estabelecimento de seu povo no Danúbio e sua tranqüilidade passavam por um pacto de neutralidade com os francos. Em seguida, ele ocupara a Panônia, expulsando para a Itália os lombardos, que até então se sentiam tentados a estender suas fronteiras até o Danúbio. Ávaros e francos haviam, pois, feito a paz. Estimulados por Sigeberto, os ávaros tinham se aliado aos lombardos contra o imperador bizantino Justino, que se mostrava bastante cioso de seu domínio na Panônia. Nem por isso eles deixaram de se apossar, sem maiores dificuldades, do baixo Danúbio e, aliás, de toda a bacia dos Cárpatos.

As coisas mudaram por volta de 740, quando os ávaros começaram a temer as investidas do protetorado franco e, principalmente, as ações militares de Carlos Martel e de Pepino, o Breve, na Baviera. Eles tentaram uma expedição, que logo resultou num fracasso, em direção aos Alpes. Quando Carlos Magno começa a interessar-se por eles, havia já meio século que os ávaros faziam incursões na periferia da dominação franca. O reino ávaro serviu de refúgio aos lombardos do Friuli, que se revoltavam contra a autoridade do rei franco, depois ajudou as populações eslavas ameaçadas pela intervenção de Carlos na Saxônia. Excelentes cavaleiros, eles multiplicaram os ataques de surpresa. Usando de muita habilidade, apoiaram a revolta de Tássilo, sem se engajar de fato.

Em vão, Carlos propôs um acordo. Em 782, na assembléia de Lippspringe, ele recebe os enviados de dois senhores ávaros, o cagã e o *jugur*. Mas, ao mesmo tempo, o bávaro Tássilo se aproxima dos ávaros para que, juntos, defendam a própria independência. Em 788, os ávaros fazem uma incursão no Friuli e ameaçam as fronteiras da Baviera, agora submetida ao rei franco. Este é obrigado a enviar algumas tropas, recrutadas na Itália e na Baviera, contra eles. Na assembléia de Ratisbona, ele decide estabelecer uma defesa na área fronteiriça. Em 790, enquanto os francos se preparam para a guerra, ainda se fazem trocas de embaixadas. A guerra, porém, é iminente.

A primeira motivação de Carlos é, pois, clara: reprimir vizinhos incômodos, por demais inclinados a fazer incursões devastadoras na Baviera e no Friuli. Embora os textos que nos informam das intenções manifestas pelo rei constituam, de forma evidente, justificativas, eles contêm uma parte de verdade. Os pacíficos criadores de animais e

agricultores que eram os ávaros agora são considerados saqueadores. Além disso, eles são refratários a qualquer influência do cristianismo. Os *Anais reais* falam de sua "intolerável disposição para fazer o mal" e de seus ataques contra as igrejas. Os *Anais de Lorsch* evocam o "terror" que semeiam em sua vizinhança. Os *Anais de Metz* falam do "mal que eles fazem aos cristãos". E um poema lombardo à glória do rei Pepino os acusa de "oferecerem a suas mulheres, por inspiração do demônio", os ornamentos e vestes litúrgicos que roubam das igrejas.

Por enquanto trata-se apenas de defesa, e a defesa do povo cristão cabe ao rei dos francos. Os *Anais de Metz* fazem das campanhas contra os ávaros o que nem sempre fazem das outras guerras de Carlos Magno: uma guerra santa, uma guerra justa no sentido que Santo Agostinho dá ao termo.

Mas não nos deixemos enganar. Carlos e seus conselheiros sabem também do butim que os ávaros acumularam desde que deixaram de ser pacíficos, um butim conservado num campo fortificado, o *Ring* — o "círculo" — que constitui, entre o Danúbio e seu afluente, o Tisza, sua base de operações e seu quartel-general. Submeter os ávaros abriria ao reino franco rotas comerciais do maior interesse, as do médio Danúbio, do Drava e do Sava. Significaria também completar a dominação franca nos Alpes, começada com a Alemânia e com a Lombardia. E, finalmente, os francos adquiririam um grande prestígio se conseguissem a conversão de um povo ainda inteiramente pagão.

Sucedem-se, pois, várias campanhas a partir de 791. Os ávaros recuam e abandonam suas fortalezas quando percebem a aproximação de dois exércitos francos. O rei conduz um deles pela margem direita do Danúbio. O conde Teodorico e o camarista Magnefred comandam o outro, na margem esquerda, enquanto Geroldo, o cunhado de Carlos que foi nomeado prefeito da Baviera, faz descer pelo rio uma frota carregada de armas e de víveres, e Pepino da Itália lança um exército da Ístria contra a Panônia. Depois de uma derrota próximo ao que viria a ser Viena, os ávaros evitam o confronto. Em 23 de agosto de 791, as tropas vindas da Itália tomam uma praça-forte e recolhem um grande butim. Aquele seria o primeiro. Os francos atingem o ponto de confluência do Danúbio e do Raba. E não vão além. É então que Carlos escreve à rainha Fastrada para informá-la da vitória e assegurar-lhe que está "são e salvo". Mais do que ao butim, que mal é mencionado, ele dá importância ao esmagamento do exército ávaro, e faz, para a sua esposa, o elogio de seus homens.

Deus todo-poderoso, em sua misericórdia, lhes deu a vitória, e eles mataram, pelo que contam, tão grande número de ávaros como há muito tempo não se fazia tamanho massacre de ávaros. Eles invadiram o campo e lá permaneceram durante toda a noite e a manhã seguinte até a terceira hora. E, depois de recolherem o butim, partiram em paz...

Os vassalos de Deus e de nós próprios que lideraram a operação foram um bispo, um duque, condes. O duque da Ístria, pelo que me disseram, teve uma boa atuação, juntamente com seus homens.

Carlos Magno passa o inverno seguinte na Baviera, para estar bem perto do teatro de operações na primavera, e disso se aproveitam os insatisfeitos agrupados em torno de Pepino, o Corcunda. O rei haveria de ter, pois, outras preocupações que não o prosseguimento de sua ação contra os ávaros. Durante quatro anos, quase já não se fala mais nisso. Cumpre dizer que à mesma época estouram revoltas no seio do reino ávaro, e que o cagã e o *jugur* são assassinados. O *tudun* dos ávaros do oeste chega a enviar uma embaixada, em 795, para propor sua aliança aos francos e sua conversão ao cristianismo. Mas Carlos não se deixa enganar: o *tudun* fará a sua homenagem na próxima assembléia, em Aix, e será batizado. O rei, porém, não modifica o seu plano e se lança ao ataque.

Com contingentes franco, turíngio, fúsio e saxão, ele volta a atacar, na primavera de 795, pelo vale do Danúbio, enquanto seu filho Pepino da Itália, ladeado pelo marquês de Friuli, Érico, ataca os ávaros por trás, por Friuli e pela Caríntia, com contingentes francos e lombardos, reforçados, na ocasião, por tropas croatas. O *Ring* do cagã é tomado de assalto pelo marquês de Friuli, a quem se juntou, com suas tropas, o croata Woynimir. Nessa ocasião os francos se apossam de uma parte do tesouro dos ávaros.

Mas o caso não terminou aí. Os ávaros reorganizam sua defesa. Pepino parte novamente em campanha já em 796, toma pela segunda vez o *Ring*, cuja destruição definitiva elimina as últimas veleidades de resistência dos ávaros. Desta vez o butim é considerável, uma vez que os ávaros, havia séculos, tinham se especializado na pilhagem. Seriam necessárias quinze carroças para levá-lo a Aix. A visão desse tesouro não deixará de espantar os francos, que nunca tinham visto tal coisa. O primeiro redator dos *Anais reais* dá seu depoimento a respeito: "Os tesouros de seus antigos reis, reunidos em quantidades extraordinárias ao longo dos séculos." Eginhardo vai mais adiante e usa de espantosa má-fé nos julgamentos morais.

Toda a nobreza dos hunos pereceu, e toda a sua glória ruiu. Todo o seu dinheiro e os tesouros há muito acumulados lhes foram tomados. Nenhuma guerra lançada contra os francos rendeu a estes maior butim e tamanho aumento de riquezas. Os francos, que até então podiam ser considerados pobres, encontraram no palácio de seu rei tanto ouro e prata, tantos despojos preciosos tomados nos combates, que se pode dizer, com justiça, que os francos retomaram dos hunos o que estes haviam antes tomado injustamente dos outros povos.

Carlos terá a sabedoria de oferecer uma parte desse tesouro ao papa — não era voz corrente que os ávaros pilharam igrejas? — e de distribuir todo o resto: é assim que ele faz a fortuna de muitos monastérios e, respeitando o uso germânico da partilha do butim, também a dos grandes senhores que participaram da expedição.

O novo cagã, Teodoro, vai ao encontro de Pepino e capitula. Agora ele não pode recusar-se a prestar homenagem ao rei franco. Depois de uma última expedição de Érico de Friuli, os ávaros voltam a submeter-se. Pode-se pensar que o caso está encerrado. A diocese de Salzburgo — até então marginal, ao sul do Danúbio — é elevada a arquidiocese e isso significa, em 797, que se vai procurar seriamente evangelizar o campo do país vizinho.

Mas não é isso que acontece. Em várias partes sucedem-se insurreições. Algumas expedições, de 799 a 803, serão necessárias para estabelecer a ordem franca no antigo reino ávaro. Sabe-se que o prefeito Geroldo morre na campanha de 799. Sofrendo no leste a pressão do cã búlgaro Kroum, no oeste e no sul a dos franco-lombardos, os rebelados terminam por compreender que não têm escolha: o *tudun* dos ávaros da Panônia se rende em 803, o cagã Teodoro se refugia, em 804, entre os francos. Em 805, a capitular de Thionville começa, como vimos, a regulamentar o comércio com os ávaros.

A partir daí, o antigo país ávaro, que se estende até o Tisza, passa a dever fidelidade ao rei franco. Cumpre dizer que Teodoro era cristão, ainda que de rito oriental, mas um cristão que obedecia a Roma. Ele apoiou o envio de missionários encarregados pelas arquidioceses de Salzburgo e de Aquiléia de converter a maioria do povo ávaro, ainda pagão. Com a morte de Teodoro, elegeu-se um novo cagã com o aval de Carlos Magno, que reconheceu sua soberania sobre o conjunto do povo ávaro, e principalmente sobre o *tudun*. Ele era pagão, e teve a sabedoria de se fazer batizar imediatamente, em 21 de setembro de 805, adotando por nome de batismo Abraão. A conversão do

povo ávaro não apresentou dificuldade pelo fato de que este se desmembrou pouco depois, e o país ficou nas mãos de bávaros e de eslavos. Essa desagregação do reino ávaro permitiu um desmembramento que favorecia a manutenção da autoridade franca. O norte, em torno do Danúbio (atualmente Áustria), foi assimilado à Baviera. O território ao sul do Drava (atualmente Estíria, Carníola e Croácia do Norte) foi incorporado ao ducado de Friuli, portanto, na verdade, à Itália franca. Ainda aqui as coisas não se fizeram sem algumas dificuldades: no cerco a Tersatto, próximo a Fiume, o duque de Friuli Érico foi preso e executado. Entre os dois, no médio Danúbio e no baixo Drava, Carlos organizou uma marca para a qual adotou o velho nome romano de Panônia. Os insubmissos foram se instalar mais a leste, na futura Bulgária.

O contato com os ávaros teve, para o Ocidente, uma conseqüência técnica a longo prazo: os cavaleiros francos adotaram o uso do arco e principalmente o do estribo, graças ao qual será possível, três séculos depois, a nova esgrima a cavalo, baseada no ataque horizontal com a lança pesada, portanto, num real equilíbrio do cavaleiro, e não no ataque de cima para baixo e no arremesso da lança leve.

A marca da Espanha

É da Aquitânia mais ou menos submetida e pacificada que vêm, a partir de 785, a maioria das forças que, em nome de Carlos Magno, avançam passo a passo na Espanha do Norte. A primeira expedição, de 778, baseava-se em ilusões. As que se seguiram baseiam-se numa certeza: a Espanha é um país a ser conquistado, não um país disposto a se entregar. E é um país complexo. Dez anos depois do episódio de Roncesvales, de que ele praticamente não participou, Abd al-Rahman al-Daklil morre e seus filhos disputam entre si. Carlos tira partido disso. Cabe-lhe retomar a iniciativa. Hisham, filho de Abd al-Rahman que o sucedeu em 788, declarou uma guerra santa aos francos. Ele retoma Gerona, avança até Narbonne e Carcassonne, cujas áreas fora das muralhas incendeia. Isso apenas torna mais clara a situação política: Carlos sabe, enfim, que não pode contar com defecções no mundo árabe. Só gradualmente, ano após ano, ele iria edificar essa marca da Espanha que, mais tarde, viria a ser o condado de Barcelona e a Catalunha.

A lição de 778 foi aprendida: age-se com menos precipitação. Não se consideram como favas contadas as agitações que abalam, como

em Saragoça no ano de 781, cidades onde os contribuintes reagem ao imposto e onde os berberes reclamam tanto dos árabes quanto dos cristãos moçárabes. E a partir daí poder-se-á contar com as regiões que não se submeteram ao poder muçulmano. O reino cristão das Astúrias cultiva a amizade dos francos e envia embaixadas a Toulouse para garantir à Aquitânia franca que pode contar com sua fidelidade, conseguindo o apoio do rei Luís da Aquitânia. Começando o que viria a ser a Reconquista, o reino que ainda é chamado de Astúrias estende-se então longamente no norte da Espanha, compreende a Galiza e chega próximo a Coimbra e Toledo. E o emir de Córdoba praticamente não tem ilusões quanto à submissão de Navarra.

Quanto à Septimânia, a partir de 759 ela se mantém fiel ao rei dos francos. O conde Milon, que continua a se dizer rei dos godos, mas que almeja nada mais nada menos que os atributos da soberania, como a cunhagem de moedas em seu nome, age como conde carolíngio e não como chefe de um país vencido. Homem hábil, e mesmo astuto, é um administrador enérgico. Depois de Pepino, Carlos Magno teve o cuidado de não se privar de sua colaboração. Ele tira partido, da melhor maneira possível, de uma situação ambígua de direito mas bastante clara de fato: a Septimânia mantém sua identidade no seio do reino franco. Mas, para além dos Pirineus, a situação volta a se complicar: a velha aristocracia visigótica continuava, no tempo do reino de Toledo, a mostrar um particularismo que não foi nem um pouco amenizado pela substituição do poder cristão de Toledo pelo poder muçulmano de Granada. Em outras palavras, ao sul dos Pirineus orientais só se consegue a colaboração dos cristãos, bastante numerosos nas cidades sob o domínio muçulmano, na medida em que os francos levem em conta esse particularismo.

É verdade que a Reconquista só começa quando, pouco antes de 785, as tropas francas da Septimânia se estabelecem na outra vertente dos Pirineus orientais. Elas ocupam Urgel, Gerona e Vich aproveitando-se da colaboração das populações cristãs e das lutas intestinas da Espanha muçulmana. Lutas que, aliás, não impedem os árabes de fazer incursões na Septimânia, que se tornara uma marca meridional do reino franco, depois de ter sido uma marca setentrional da Espanha árabe. Em 785, os cristãos de Gerona prestam juramento de fidelidade a Carlos. Em 789, são os cristãos de Cerdanha e de Urgel que abrem aos francos as portas das cidades. Mas foi em 790 que a Reconquista assumiu um maior alcance, quando um novo personagem entra em cena.

De fato, com a morte do conde Milon um homem começa a se destacar: o conde Guilherme. Milon era um godo, Guilherme — o futuro Guilherme de Gellone — tem sangue franco. Rolando é sobrinho do rei apenas na gesta, mas Guilherme é realmente primo de Carlos Magno: sua mãe, Aldana ou Alda, era irmã de Pepino, o Breve. Mas ele é filho do mesmo conde Thierry ou Teodorico — talvez ele próprio sobrinho da rainha Plectrude — que, como já vimos, tomou Narbonne por delegação de Pepino, o Breve, e que viria a ser o "Aimery de Narbonne" da canção de gesta. Portanto, Guilherme, por si só, é a própria imagem dessa colaboração entre francos e godos que haveria de fazer os infiéis recuarem. De 790 a 804, ele vai guerrear contra sarracenos.

Mal é nomeado conde de Toulouse e marquês da Septimânia, Guilherme toma a ofensiva e quase chega a Barcelona. Os árabes reagem duramente. Numa contra-ofensiva, que os francos não esperavam, eles retomam Gerona, incendeiam as áreas fora das muralhas de Narbonne, ameaçam Carcassonne. Guilherme foi derrotado em 793 em Villedaigne, no Orbieu, um pequeno afluente do Aude. Os invasores não passam daí e recuam, não sem antes levar um grande butim. Eles não mais seriam vistos na Septimânia.

Guilherme ganha, paradoxalmente, com a própria derrota, da mesma forma que Rolando com a sua. A batalha de Orbieu se tornará a dos Aliscamps. O duque de Toulouse será o Guilherme do Nariz Curvo, depois Guilherme do Nariz Curto, defensor do sul da França e, de modo mais geral, da cristandade, de que tantas canções de gesta — desde a primeira *Canção de Guilherme*, que data da década de 1140, até os tardios *Narbonnais* que são, no século XIII, uma reconstituição das *Infâncias de Guilherme* — cantarão, durante mais de cinco séculos, o heroísmo, num ciclo tão importante quanto o ciclo do próprio rei. Mesmo sem a lenda, o personagem é fora do comum. Depois de ter sido, em 801, o primeiro conde da marca da Espanha, ele se recolheria, a princípio, para o monastério de Aniana e ali se faria monge em 804. Levando consigo alguns dos monges de Aniana, funda, em 806, o monastério de Gellone, onde terminará seus dias com ares de santidade. Depois de sua morte, em 812, o monastério receberia seu nome: Saint-Guilhem-le-Désert. A gesta, porém, dá a esse Guilherme de Gellone, para a posteridade, um nome que não era o seu: Guilherme de Orange.

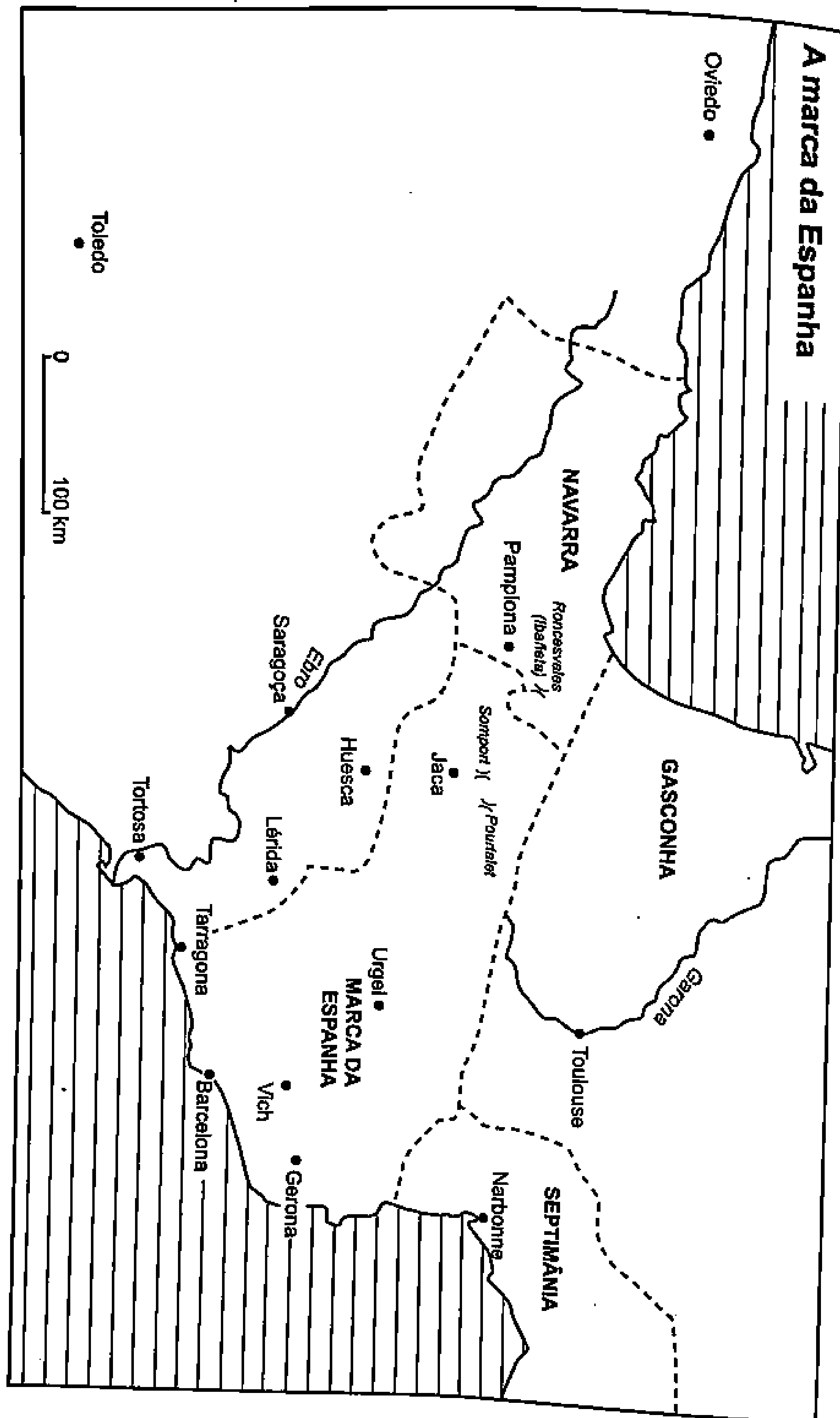
Na Espanha, na década de 790, a guerra se eterniza. Os francos fracassam em 797 na tentativa de retomar Huesca. Al-Hakam, que sucede

Hisham em 796 e reinaria em Córdoba até 822, volta a tomar a iniciativa e atinge o Álava. Ele se apossaria da futura Castela se não encontrasse dificuldades em seu próprio reino. Foi com dificuldade que conseguiu suceder seu pai, e seus tios Abdallah e Soliman não hesitaram em apelar para Carlos Magno. Mais prudente do que em 778, este encarrega, porém, seu filho Luís de acompanhar Abdallah, que veio a Aix-la-Chapelle para implorar a aliança dos francos. Zado, o váli de Barcelona, chegou a oferecer seus serviços.

O rei Luís — que tem uns vinte anos — e o conde Guilherme souberam aproveitar essa paralisia temporária do emirado para reconquistar o terreno perdido a partir de 778. Eles contornam os Pirineus orientais e entram na Espanha. A estratégia foi estabelecida numa assembléia realizada na primavera de 800 na Aquitânia, sob a direção do rei Luís, no curso da qual, a acreditar em Ermoldo, o Negro, o conde Guilherme de Toulouse, contrapondo-se à opinião do duque pacifista gascão Sancho Lobo, argumentou de forma decisiva em favor de uma ofensiva. Tendo aprendido com a experiência de 778, os francos não deixarão de levar máquinas para fazer o cerco.

Os francos e seus aliados das Astúrias voltam a tomar Vich e Gerona, na saída dos Pirineus. Em companhia do conde franco de Gerona, Guilherme avança para o sul, toma em 800 Lérida, no interior, e chega à costa. No outono, faz-se o cerco a Barcelona. Em fevereiro de 801, o rei Luís junta-se a seu exército e faz saber aos sitiados que não afrouxará o cerco de modo algum. Como não recebe ajuda do exército, que lhe foi prometida pelo emir de Córdoba, certa noite Zado tenta furar, sozinho, as linhas inimigas, a fim de apressar a vinda do socorro. Ele é preso e essa derrota abala a resistência dos defensores. Em 4 de abril, eles abrem os portões da cidade. No dia 5, que é dia de Páscoa, o rei Luís faz uma entrada triunfal em Barcelona. O exército que veio em socorro da cidade chegou tarde demais e foi derrotado pelos francos. Pamplona se revolta então contra os muçulmanos. Navarra está pronta, pois, para fazer-se protetorado dos francos.

A guerra se intensifica a partir de 808. Tarragona é retomada em 808, Pamplona em 809. Por ordem do rei Luís, o exército marcha sobre Tortosa, a grande cidade-ponte no curso inferior do Ebro. Um destacamento atravessa o rio à noite para tentar tomar a cidade por trás. Tendo sua presença denunciada pelas pilhagens, que não poderiam passar despercebidas, o exército é atacado pelos sarracenos, rechaça-os, mas não consegue chegar a Tortosa. No ano seguinte, recorre-se à mesma estratégia: o grosso do exército segue pela costa e um corpo



da cavalaria ligeira vai contornar a cidade pelo lado contrário ao da costa. Desta vez, o comando franco compreendeu as vantagens da discrição. O corpo leve só leva de víveres o estritamente necessário, avança à noite, evita acender fogo. Graças aos barcos carregados nos cavalos, os guerreiros atravessam o rio silenciosamente, mas os animais não dão mostras da mesma prudência: o esterco que eles deixam no leito do Ebro é levado pela corrente, e um sarraceno que estava tomando banho a jusante ficou muito espantado com aquilo e deu o alarme. Quando os francos chegam a Tortosa, encontram a cidade já preparada para resistir a um cerco que viria a ser tão infrutífero quanto o anterior. Uma última tentativa para tomar Tortosa, em 812, não obtém melhor resultado. No ano anterior, o rei Luís fracassara novamente em sua tentativa de tomar Huesca.

O emir tem todo o interesse em negociar para não ter que resistir todos os anos à pressão dos francos. Já em 810 ele envia a Carlos uma embaixada. Negocia-se uma paz, que é selada definitivamente em 812.

Constitui-se, então, a marca da Espanha. Ela não alcança o Ebro até a altura de Tortosa, como era o evidente desejo de Carlos Magno e como será expresso por Eginhardo, mas chega, no sudoeste de Barcelona, ao rio Llobregat. Ela compreende, com a velha Septimânia de um lado e o reino de Pamplona de outro, toda a faixa do lado sul dos Pirineus, de um mar ao outro. O centro político agora é o condado de Barcelona, com esse território dos godos, essa *Gothalania* que viria a ser a Catalunha. Godos, cansados da dominação árabe, aí vêm se instalar. Outros, cujos pais tinham se retirado para o norte dos Pirineus, aí se reinstalam. Em 812, Carlos Magno dá a esses novos habitantes, cuja chegada vai acelerar o desenvolvimento econômico da Catalunha, privilégios pessoais e terras nas zonas abandonadas ou devastadas no curso das guerras.

Nada disso se dá sem conflitos. O arcebispo de Aix-en-Provence, Jean, foi enviado como *missus* para resolver de uma vez por todas a situação de condes e de diversos nobres e clérigos espanhóis que apresentaram suas queixas em Aix-la-Chapelle. Havia trinta anos, foram-lhes concedidas terras do fisco — ou seja, terras de conquista — e agora querem retomá-las, ou impor-lhes novas obrigações. "De que maneira os espanhóis devem viver?", tal é a pergunta que o imperador faz ao seu enviado. E chama atenção para o fato de que "essa gente deu mostras de confiança vindo para a Espanha". O que deixa claro tratar-se de moçárabes inicialmente submetidos à autoridade do emirado de Córdoba, aqueles que, desde os primórdios da Reconquista,

decidiram integrar-se ao campo cristão, mas que não deixaram de, neste, pedir terras.

A intervenção de Carlos é inapelável, e o *missus* é obrigado a verificar os direitos de cada um deles. Sobre o fundamento da decisão, a capitular publicada pelo imperador no dia em que completa seus setenta anos, 2 de abril de 812, é bastante clara: é preciso satisfazer os espanhóis. Com isso, tornar-se-ão mais leais ao rei franco. Confirma-se o direito segundo o qual aquele que voltou a trabalhar numa terra antes abandonada, cultivando-a sem contestação durante trinta anos, é seu legítimo proprietário. A manutenção da lei visigótica do *Livro dos Juízes* entra naturalmente nesta política: não se deve contrariar os godos, e principalmente sua influente aristocracia. Condes são escolhidos no seio desta.

Agora se fala em *Gothie* [Gótia]. É verdade que Carlos já não imagina que pode expulsar o Infiel da Europa e que pode fazer da Espanha o que fez da Baviera e da Saxônia, uma extensão natural do reino franco. O reino da Galiza e das Astúrias, que será a base de Leão, mantém sua independência. Carlos fica satisfeito com as embaixadas amistosas que lhe foram enviadas em 796 e 798 pelo rei Afonso II. Que este tenha afirmado ser "homem do rei", contudo, é evidentemente um exagero de Eginhardo, tão ao seu gosto. A Navarra cristã tampouco sacrificou sua independência. Ela se organiza em torno de Pamplona, e uma dinastia real assumirá seu governo a partir da década de 830. Barcelona fica exposta a contínuas invasões dos árabes de Saragoça ou de Tortosa, que devastam periodicamente os campos das vizinhanças.

É então que, sem mais temer uma intervenção política dos abássidas nos assuntos da península Ibérica, Al-Hakam faz as pazes com Bagdá, o que terá como conseqüência duradoura a criação de uma fecunda corrente intelectual que enriqueceria o Ocidente. Os francos não alimentam nenhuma ilusão quanto a isso; eles já não buscariam tirar proveito das divisões do mundo muçulmano.

Todo o edifício construído por Carlos Magno é, pois, frágil, mas Navarra e a Catalunha estão, por enquanto, integradas ao reino. Juntamente com as Astúrias, englobadas no reino de Leão, constituirão a base para o início da Reconquista. Mas seria necessário tempo: Saragoça só cairá nas mãos dos cristãos em 1118.

CAPÍTULO X

O GOVERNO

A FIDELIDADE

A realeza não se faz com um mero título. Em primeiro lugar, o rei é rico em terras e em homens, e sabe-se as dificuldades que teve de enfrentar, perante as igrejas, para pagar essa riqueza em homens — fiéis. Um milhar de fiscos, isto é, de domínios que lhe pertencem por herança recebida dos imperadores romanos e dos reis francos, e também por conquista, constitui um patrimônio que faz que o rei não dependa de seus fiéis. Neles se contam duzentos palácios e *villae* reais onde o rei está em casa, e onde também os fiéis estão na casa do rei. Quinhentos condes formam uma rede cerrada de relações administrativas e uma concentração das forças militares. Duzentas dioceses garantem uma fina malha administrativa e religiosa.

Nem por isso o rei é um déspota, um monarca com poder absoluto. Para falar a verdade, o absolutismo é, no século VIII, algo praticamente desconhecido. Há os soberanos que sabem garantir seu poder, e aqueles que, como os merovíngios, terminam por perdê-lo. Herdeiro dos Césares que eram entronizados pelo exército a seu bel-prazer, o próprio imperador bizantino, apesar das dimensões histórica e teológica de sua autoridade, está à mercê de uma insurreição militar. Os reis bárbaros do Ocidente resolveram seus problemas sucessórios no seio de sua estirpe, mas só o fizeram com o consentimento dos grandes senhores de seu reino. A tradição franca insere-se, pois, nas tradições políticas da época: o rei governa com seus grandes senhores. Isso significa dizer que a assembléia anual não tem a função apenas de referendar. Quando assim parece, é que o rei soube ganhar sua confiança e impor sua autoridade. Ao longo de todo o seu reinado, Carlos Magno nunca deixou, se não de negociar com os grandes senhores,

o que já seria prova de fraqueza, pelo menos de levar em conta seus sentimentos, seus interesses, suas alianças, suas reações. O rei lhes impõe sua vontade porque ele só ousa querer aquilo a que eles, bem ou mal, podem aderir.

Uma leitura rápida das canções de gesta não deve mascarar a realidade: Carlos Magno também enfrenta oposições. As ambições individuais se combinam com o espírito de independência dos grandes senhores para multiplicar os complôs e as revoltas, sempre reprimidas brutalmente. Não nos referimos aqui às revoltas dos povos recém-dominados, como os saxões, ou aos movimentos que se observam na Itália, quando se tem a notícia da derrota dos francos na Espanha. Os anos 778-779 assistem à multiplicação das perturbações na Aquitânia, na Septimânia e na Saxônia, de onde partem algumas tropas e vêm ameaçar Colônia, e o rei enfrenta antagonismos até no reino franco. É então que, pela capitular tornada pública na assembléia de Herstal, o primeiro documento chamado oficialmente de "capitular", o rei Carlos lança as bases, sempre novas e sempre atualizadas, de uma ordem pública capaz de garantir a submissão dos povos, sendo esta uma promessa de paz e de conversão. Carlos entendeu a mensagem das agitações de 778-779. Ele procede, então, a uma revisão completa de seu sistema político, administrativo e judiciário, e intervém numa profunda reforma das estruturas humanas da Igreja.

Mas também no interior do reino franco os anos 780-792 são decisivos para a autoridade do rei. As crises, os complôs se sucedem. São francos que, em 785, conspiram na Francônia sob a liderança do conde Hardrade. Eles serão julgados e condenados no ano seguinte, na assembléia de Worms. São ainda francos, e não dos menos importantes, que, aproveitando-se em 792 da ausência do rei, que estava na Baviera entre duas campanhas contra os ávaros, se revoltam contra ele — e principalmente contra a rainha Fastrada — liderados por Pepino, o Corcunda, que era filho do rei e de sua primeira esposa, Himiltrude, a quem eles simplesmente ofereceram a coroa. O rei revidará duramente, mandando enforcar ou decapitar os revoltosos, com exceção de seu bastardo, que ele manda terminar seus dias, devidamente tonsurado, no monastério austrasiano de Prüm. Não se deu ouvidos àqueles que tentaram evitar a pena capital alegando que não prestaram juramento de fidelidade. E Carlos Magno justificará, neste mesmo ano de 792, esse juramento de fidelidade que ele impôs pela segunda vez a seu "povo", justamente pelo fato de que alguns conspiradores afirmaram não ter prestado nenhum tipo de juramento.

Nessas condições — que são, já, aquelas às quais a relação do homem com o homem dará seu matiz de vassalagem feudal —, compreende-se o apego que o rei Carlos mostra em relação à Austrásia, e o fato de se estabelecer em Aix, que é prova disso. É lá que ele conta com as estirpes de há muito ligadas à sua. É lá que ele conta com seus mais fiéis servidores. Em suma, é lá que dispõe de apoio incondicional que lhe dá sua margem de manobra.

Compreende-se também a fidelidade pessoal que ele impõe pelo juramento. A força do rei baseia-se tanto nos que aceitaram ser seus fiéis diretos como na eficiente rede de seus condes. É verdade que, a exemplo da Grécia de Alexandre, a Roma antiga já conhecia o juramento de fidelidade ao chefe. Pompeu e César valeram-se dele. Ele se perpetuou no juramento que todos os soldados do exército faziam ao imperador em 1º de janeiro de cada ano. Tais juramentos implicavam que cada homem pertencia pessoalmente ao imperador. Otávio foi ainda mais longe, exigindo o juramento de todos os homens do mundo romano, e não apenas de seus cidadãos. Voltara-se ao juramento dos soldados, ao qual se somava o dos funcionários imperiais. A prática se perdera com o Império. Os merovíngios, por sua vez, o utilizaram, impondo-o a todos os homens livres do reino, depois o deixaram cair em desuso. Desde que subiu ao trono, Pepino o retomou. Por outro lado, Carlos certamente não esqueceu o juramento de fidelidade "a São Pedro e ao seu vigário" que o fizeram impor, na Itália, aos antigos súditos do rei lombardo, os quais acabavam de se aliar ao papa. Ao mesmo tempo, a idéia do juramento prestado ao imperador por todos os súditos renasce em Bizâncio, onde Leão IV o impõe quando, em 780, estabelece sua sucessão.

Indo além do juramento que normalmente os homens livres, dependentes diretos do rei, prestavam a este a partir de 751 — um juramento já de vassalagem, de que o rei se vale para manter o controle dos *vassi dominici*, isto é, seus vassalos pessoais, aos quais ele integra, à força, toda a aristocracia e todos os agentes da realeza —, o juramento que Carlos retoma em 785 ao saber do complô na Turíngia e que exige, em 789, de todo homem livre a partir dos doze anos de idade, é um juramento de súdito, não de vassalo. Mas ele transforma o súdito em vassalo: "Eu prometo ao meu senhor Carlos e aos seus filhos que lhes serei fiel por toda a minha vida." A fidelidade devida ao rei por seus súditos não é novidade. Como ele é rei, tem direito à fidelidade. O que é novo é que ela é selada pelo juramento, e qualquer falta é considerada perjúrio. Da Roma antiga à realeza merovíngia, assim como em Bizâncio, o juramento assumiu um outro caráter. O juramento antigo

era uma promessa solene. O juramento da Roma cristã, de Bizâncio e do reino franco é uma sacralização cristã. O juramento prestado condena o perjuro ao inferno e, antes disso, às penas canônicas. Dado que é prestado sobre o Evangelho, o juramento tem caráter de sacramento. A própria palavra *sacramentum* refere-se a um e a outro. O perjúrio será ao mesmo tempo crime contra o rei e contra Deus. A partir da sagração de 751, o que mais tarde seria chamado de lesa-majestade está começando a ser considerado sacrilégio.

A prestação dos juramentos continuará até pelo menos 793, ano em que os *missi* recebem a ordem de lembrar a obrigação de organizar essa prestação e de aproveitar a ocasião para explicar aos súditos a importância e a necessidade do juramento. A enumeração um tanto caótica dos que devem obediência leva a crer que se foram acrescentando categorias em função dos questionamentos da assembléia.

Cumpre chamar a atenção, porém, para os limites da fidelidade. Ao contrário da vassalagem, que compreenderá deveres positivos de ajuda e de conselho, a fidelidade baseada no juramento imposto, em sua concepção tradicional, só tem implicações negativas: ela proíbe que se faça qualquer coisa contra o rei. Exigindo pela terceira vez o juramento, Carlos Magno lembra, em 802, os interditos que dele derivam: não atentar contra a vida do rei nem pô-la em perigo, não permitir a entrada de inimigos no reino, não ajudar os que traem o juramento de fidelidade. A única obrigação positiva é de alcance limitado: aquele que é fiel deve denunciar quem não o é. A fidelidade apenas resguarda o poder. Não colabora com ele. Carlos Magno tenta, em 802, aproximar a fidelidade da vassalagem e impor uma ampliação positiva dos deveres de fidelidade, incluindo nesta a obediência às ordens do imperador. A ampliação dos deveres compreende o serviço ao exército, a submissão à justiça, o pagamento dos censos e impostos, o respeito aos temporais eclesiásticos. Considerando esta lista, não podemos deixar de supor que se trata principalmente de um catálogo dos domínios nos quais, à medida que o imperador envelhece, sua autoridade e a ação de seus condes são bastante achincalhados.

Deixou-se a critério dos bispos e abades, dos condes, dos vassalos do rei e dos vidamas, dos arcediagos e cônegos o estabelecimento das modalidades de juramento. Mas Carlos define algumas categorias de súditos que poderiam se considerar sem obrigação do juramento. Por exemplo, não se exigirá o juramento dos monges, desde que observem a regra de São Bento: eles se limitarão a uma promessa de fidelidade, feita verbalmente mas registrada pelos abades, que dela darão

ciência ao rei. Em compensação, os padres que vivem fora das comunidades prestarão juramento como os leigos. Em suma, são obrigados a jurar todos os que tiverem atingido a idade de doze anos. O rei dá mostras de um certo realismo, porém, quando se trata de pessoas idosas: prestarão o juramento os capazes de ir às assembléias e de compreender as ordens que lhes são dadas.

Há um caso excepcional: o dos não-livres que estão em condição de vassalagem, que exercem funções na administração real, que têm cargos ou benefícios e que podem ter cavalos, escudo, lança e espada. Eles prestarão juramento como os livres.

Se alguns, fugindo de condado em condado, pretendem se furtar ao juramento, ou, por orgulho, se recusam a jurar, são levados à presença do rei, sendo obrigados a servir-lhe, sob estrita vigilância.

O juramento é solene: ele é ouvido em público por um *missus*. Estabelece um vínculo direto, independente de qualquer pertença nacional, entre o imperador e os homens que vivem no Império. Seus termos são mais políticos que os do antigo juramento, e não mascaram o caráter obrigatório daquilo que já não é mais o livre compromisso do fiel ao modo antigo. O novo fiel presta juramento porque é homem do Império, não porque escolheu seu senhor.

> Juramento que presto novamente, eu, Fulano, de ser fiel ao senhor Carlos, mui piedoso imperador, filho do rei Pepino e da rainha Berta, tendo o espírito aberto, sem fraude ou más intenções de minha parte para com ele, para honra de seu reino, da forma como, de direito, deve ser um homem para com o seu senhor. Que Deus me ajude, e me ajudem também os santos que estão neste lugar!

Os *missi* levam ao rei um relatório no qual constam os nomes e o número dos que juraram. Os condes farão o mesmo para cada centena, tanto para os que nasceram na região e pertencem à sua jurisdição, como para aqueles que estão em outros lugares, sob vassalagem.

Três exigências de um juramento de fidelidade não constituem, por si só, uma indicação de fracasso? A exigência de 792 não é de um novo juramento, mas um lembrete aos condes, encarregados de fazer que a obrigação do juramento se cumpra no prazo de três anos. O juramento de 802 é novo: não é um indício da necessidade em que o rei se encontra de voltar à base? Nessa ocasião não se diz em nenhum lugar, como se dirá por três vezes nos anos seguintes, que se deve dar atenção àqueles que, dez anos antes, atingiram a idade do juramento.

Na verdade, não saberemos jamais quantos homens do império escaparam às malhas da obrigação. Uma coisa é certa: a nova prestação de juramento sofrerá, se não resistências, pelo menos negligências, e o imperador sabe disso. A capitular de Nimega, em março de 806, determina aos *missi* que façam jurar aqueles que ainda não o fizeram.

Contrariamente ao simples juramento de fidelidade que os homens do reino franco já conhecem e que Carlos estimula incitando seus vassalos a fazer seus próprios homens se ligarem a eles pelo juramento, o juramento ao imperador é a manifestação de um novo tipo de sujeição. O vassalo explicita aquilo que está jurando: um súdito deve ser fiel em tudo. Naturalmente, o novo juramento comporta todas as interdições relativas aos direitos do imperador, à sua pessoa e aos seus domínios, à sua autoridade jurídica e ao seu comando militar. As obrigações se estendem a medidas de ordem pública: proteção das igrejas, das viúvas, dos peregrinos. O juramento chega a reforçar a lei com recomendações morais, principalmente quanto ao respeito à justiça enquanto virtude e ao bom funcionamento da justiça enquanto instituição. Em suma, o juramento ao imperador se coloca no topo da escala dos vínculos sociais e políticos. Ele funda uma sociedade nova.

Isso não impede que em dezembro de 805, quando está reorganizando a administração de todo o império e seu poder parece inconteste, Carlos Magno ainda julgue necessário prever a repressão das conjurações, isto é, das conspirações que envolvem um juramento, e estipule penas que vão da flagelação e da tonsura, para aqueles que se limitaram a conspirar — e também para seus cúmplices —, à morte, para aqueles cujo comportamento teve conseqüências: "se daí resultou algum mal". Aliás, desde o tempo da capitular de Herstal, as mesmas decisões e as mesmas recomendações foram tantas vezes repetidas que se pode afirmar sem medo de errar que os destinatários das capitulares faziam o que podiam, mas o povo franco só fazia o que queria.

Pior ainda. Numa capitular de 811, Carlos chega a perguntar a seus condes por que razão acontece de eles se negarem a prestar assistência mútua. Longa é a lista dessas rivalidades entre os representantes do imperador, e tudo isso dá uma impressão singular: a de anarquia.

> Por que motivos um se recusa a prestar ajuda a outro, seja na marca, seja no exército, quando deveria fazê-lo em benefício da defesa da pátria? Por que motivo há tantos processos nos quais um reivindica aquilo que notoriamente pertence a um outro? Como explicar o fato de que um acolhe o que fugiu do outro? É preciso perguntar para saber em que e em que lugares os eclesiásticos atrapalham os leigos e os leigos atrapalham os eclesiásticos.

As reticências do clero não são poucas. O fim do reinado aqui é significativo: o imperador envelhece, e os bispos e abades estão pouco preocupados com isso. Os *missi* não escondem a verdade, confirmada pelos prelados que vêm à corte: desordens e desobediências alastram-se por todo o império. Quando dos concílios regionais de 813, os bispos e os abades manifestaram sua discordância em relação a algumas das questões insidiosas feitas pelo imperador. Este queria que não fossem considerados clérigos aqueles que entraram no clero sem uma verdadeira vocação, atendendo ao interesse de seus pais ou ao próprio interesse. Considerando, corretamente, que o sacramento da ordem não é algo condicional, os padres conciliares opinam que não se poderia entrar e sair em função da concepção que se tem do que é uma vocação. Da mesma forma, os bispos do concílio de Tours afirmam não ter conhecimento de que homens livres receberam pressões para deixarem seus bens para as igrejas. Eles discordam do ponto de vista segundo o qual, para manterem esses bens, as igrejas devam ser obrigadas a provar que as doações foram espontâneas. No que tange à maioria dos pontos levantados pelo questionário, isto é, abusos e comportamentos denunciados pelo imperador, os bispos e os abades baixam a cabeça, mas nada fazem.

Carlos Magno tentou, pois, reforçar sua autoridade com o juramento de fidelidade. Teria ele se dado conta de que o juramento era apenas produto dessa autoridade? Se havia necessidade de chamar tantas vezes os condes à ordem, se eram necessárias tantas intervenções dos condes junto aos seus fiéis, pode-se concluir que houve um fracasso daquilo que deveria ser uma grande alavanca política. O juramento só garante a fidelidade na medida em que o rei é capaz de impô-lo. Menos fortes, seus sucessores só terão como fiéis aqueles a quem puderem remunerar. Os fiéis serão clientes. Morto Carlos, não se falará mais do juramento prestado por todos os homens livres. Restará a homenagem e seu juramento de fidelidade: eles serão contratuais, isto é, voluntários e negociados. Os desentendimentos entre os sucessores de Carlos propiciarão aos fiéis todos os meios de escolha entre aqueles que podem aspirar a uma fidelidade destituída de seu caráter absoluto. Ao ruir, uma das bases essenciais do edifício político de Carlos Magno mostra sua fraqueza: ela apoiava-se apenas na personalidade do rei e em sua força.

O *ENTOURAGE* POLÍTICO

Carlos raramente toma suas decisões na solidão do poder. Ainda que, definitivamente, imponha sua política fazendo-a prevalecer na assembléia, ele é sensível a vários tipos de conselhos e de intervenção. Um é constituído pelos concílios do reino, onde os bispos e os abades — que em sua maioria lhe devem sua nomeação — têm competência para considerar os diferentes problemas que surgem no mundo leigo e no mundo eclesiástico. Os concílios não são apenas um instrumento para transmissão de ordens, constituindo também o órgão de uma reflexão política.

O outro é o seu *entourage* cotidiano, aquele que é chamado "o Palácio", formado por escolha do rei mas encarregado de estudar os problemas e fazer propostas. Mais do que isso, os fiéis conselheiros do rei tiram da confiança que este lhes manifesta uma real capacidade de criticar e de admoestar. É verdade que eles não passam de servidores e devem submeter-se. É raro o rei ignorar seus conselhos. Desde que se levanta da cama, ele recebe em seu quarto seus colaboradores mais próximos, informa-se sobre o andamento dos trabalhos, dá suas instruções.

Nesse *entourage*, os homens não acreditam que se possam definir grupos enumerando-lhes as funções. É verdade que há os parentes próximos do rei, os grandes senhores bem estabelecidos e vindos à corte, os clérigos retidos por um tempo longe de suas dioceses ou de suas abadias. Há o Conselho. Se considerarmos as carreiras individuais, logo percebemos que os grupos que se pensa distinguir e definir, na verdade não constituem grupos, que o parente é abade, que o conde é ao mesmo tempo um grande senhor do reino e um funcionário do rei, que o Conselho é, em cada ocasião, composto daqueles que o rei convoca, e que cada um vê sua esfera de competência definida em função da preocupação do rei em ser o único senhor do conjunto de sua política. Os grandes senhores — condes, bispos ou abades — presentes à corte são naturalmente chamados ao Conselho, mas eles estão na corte porque são os grandes que o rei deseja escutar, e eles são condes ou bispos porque são os homens de confiança do rei. O Conselho nada tem, sob Carlos Magno, de uma instituição. Nem por isso ele deixa de ser mencionado como tal, quando o próprio imperador relembra, em 803, o processo de elaboração de "uma capitular para ser aditada às leis", conhecida pela versão que dela promulgou um *missus*, o conde Estêvão, quando de uma assembléia realizada em Paris.

> São esses capítulos (*capitula*) que o senhor Carlos, o grande imperador, mandou que fossem escritos em seu Conselho e colocados entre as outras leis.

Ao que parece, a família do rei tem um papel modesto nesse primeiro escalão de seu *entourage* político. Reconciliado com sua mãe Berta depois do desentendimento causado pela mudança de atitude frente ao reino lombardo e pelo repúdio de Désirée, Carlos manifesta-lhe afeição e respeito. Nem por isso ele lhe dá a mais mínima possibilidade de ter algum papel político. Berta viria a morrer em 12 de julho de 783, e o rei a fará enterrar em Saint-Denis, ao lado de Pepino, o Breve. O papel das esposas do rei também é apagado. A única função da rainha, de que temos notícia pela capitular *De Villis*, é gerir os assuntos relacionados à subsistência do palácio.

> Queremos que tudo o que nós mesmos ou a rainha determinamos a cada intendente ou tudo o que nossos colaboradores, o senescal ou o escanção lhes prescrevam, por ordem nossa ou da rainha, na assembléia, seja cumprido fielmente. Aquele que esquecer algo por negligência deverá se abster de beber logo que receba ordens para isso, até vir a nossa presença ou à presença da rainha para pedir perdão.

É provável que os suprimentos do palácio sejam administrados de forma mais eficaz pelo senescal e pelo escanção. Mas é impossível dizer, com base apenas nesse testemunho, se a rainha dispunha de uma administração ou se, o que é provável, cuidava apenas, como obrigação sua, da administração dos serviços domésticos. Quanto à abstenção de beber, ela significa apenas uma coisa: ir imediatamente pedir desculpas.

Apenas uma rainha, Fastrada, é mencionada tanto pelos *Anais reais* como por Eginhardo, que atribuem à sua "crueldade" (*crudelitas*) o movimento de protesto que fazem os grandes senhores — em 785, segundo os *Anais*, em 792, segundo Eginhardo. Ninguém menciona uma decisão qualquer que tenha sido tomada por sugestão de uma das mulheres do rei, e menos ainda de uma concubina. Já se sabe que a partir de 800 não há mais rainha.

O conde Geroldo, irmão da rainha Hildegarda, ocupa o cargo, até a sua morte durante a campanha de 799, de "prefeito" da Baviera, o que não é uma responsabilidade de segunda ordem. A abadessa de Chelles, a única irmã de Carlos, Gile ou Gisele, em compensação, não

teria outro lugar senão o de filha espiritual de Alcuíno, bastante dinâmica e estimada no cenáculo intelectual da corte, do qual ela participa, sem nem por isso negligenciar seu monastério. Quanto aos seus sobrinhos, já vimos como Carlos tão oportunamente os eliminou.

Sabemos quais reinos ele dá aos filhos Pepino e Luís; quanto ao mais velho, Carlos, o Jovem, que em 789 recebeu o ducado do Mans que coubera a Grifon, depois a Carlos Magno em sua juventude, ele atua quase sempre como lugar-tenente do rei nos exércitos. Em suma, os filhos do rei não fazem parte de seu *entourage* cotidiano. Mas Carlos às vezes sente necessidade de consultá-los. Então, pede que venham até ele. Quando, em dezembro de 805, ele prepara a tomada de decisões importantes, como a partilha sucessória dos reinos, e se trabalha na redação de uma capitular de grande alcance onde se passariam em revista a manutenção da paz pública, a justiça imperial, a prevenção da escassez de gêneros, o comércio com os eslavos, a possibilidade de acesso ao clero, a cunhagem de moedas falsas e o sistema de impostos, vê-se chegar a Thionville, onde se encontra a corte, o rei Pepino e o rei Luís, cada um com um cortejo que representa a aristocracia de seu reino.

Na afeição que leva o rei a querer manter suas filhas perto de si, em vez de casá-las, não há apenas o amor exclusivista do pai. Há também o temor do genro. O projeto de casamento de Rotrude com um imperador grego, que não traria nenhum problema para Aix, é um caso à parte. Quanto às outras, os amantes atrapalham menos, na corte, do que o fariam maridos legítimos, e os filhos do rei certamente são os primeiros a achar que cunhados seriam um estorvo. Mas Carlos Magno tem na corte o equivalente a um genro, Angilberto. Fino letrado, discípulo de Pedro de Pisa e de Alcuíno, aquele que se faz chamar de Homero na Academia palatina, é um conselheiro muito respeitado no que tange a assuntos seculares e também eclesiásticos. Carlos lhe confia diversas missões diplomáticas, tanto em Roma, junto ao papa, quanto em Urgel, junto ao heresiarca Félix.

Alguns parentes colaterais desempenham alguma função, como é o caso do tio do rei, Bernardo (até sua morte, em 783) e seus filhos Wala e Adalardo, que teriam contribuído para a formação de uma ideologia imperial. Tendo, à morte do rei, se alinhado com Bernardo da Itália, o filho de Pepino, que reivindicava contra Luís, o Piedoso, sua parte da herança, Adalardo seria afastado da corte e de sua abadia de Corbie, e exilado em Noirmoutier, só retomando seu lugar na corte em 822. Seu irmão mais velho, Wala, é um dos condes mais influentes

do *entourage* de Carlos Magno. Luís, o Piedoso, o considera incômodo, fá-lo tonsurar e o envia como monge a Corbie. Em 819 ele cai nas boas graças de Luís e termina por suceder seu irmão Adalardo em seu abadado de Corbie. Novamente rompido com Luís, o Piedoso, e tendo passado para o lado de Lotário, Wala terminará seus dias como abade de Bobbio.

Entre os homens de confiança do rei, há alguns grandes senhores da sociedade leiga. Em geral, eles têm o título de conde, título este que, cumpre lembrar, é anterior ao aparecimento do condado territorial. Um conde é um companheiro do rei. Os condes são agentes mais de execução do que de reflexão. Outros, condes ou não, assumem as tarefas cotidianas de uma corte já trabalhosa. O primeiro, citado antes de todos os demais pelos redatores de documentos onde se enumeram os próximos que assistem o rei no momento de sua decisão, é o conde do Palácio. O rei o recebe todas as manhãs, para ouvir seu relatório sobre os assuntos a serem tratados durante o dia. O conde do Palácio mantém a ordem na corte e, em nome do rei e com alguns assessores, julga os casos com os quais não convém sobrecarregar a assembléia da corte que, de resto, o rei reúne quando quer e para o que quer.

O senescal — etimologicamente, o mais antigo dos servidores — dirige a administração material do palácio e a exploração dos domínios reais: é dele que depende o aprovisionamento da corte. O camarista-mor encarrega-se da tesouraria. Mais doméstico, o escanção administra o celeiro e supervisiona a gestão e a produção dos vinhedos reais. Quanto à função do condestável, a administração das estrebarias, já essencial quando a corte está em residência, assume uma importância especial quando das campanhas em armas: ajudado pelos ferradores, cuida da palha e do feno, do suprimento de novos cavalos para as tropas de cavalaria e dos animais de carga. A maioria dessas pessoas próximas do rei encontra sua melhor função quando o rei as envia como *missi dominici*.

Alguns não têm nenhum título palaciano. Eles são simplesmente o *entourage* cotidiano, mas sabe-se que são conselheiros a quem o rei presta ouvido. Inclui-se nessa categoria Angilberto e também, como vimos, alguns bispos e abades. Outros apenas se fazem presentes às reuniões da assembléia, mas às vezes nelas desempenham um papel decisivo. Entre os condes, há um que se vê surgir, em torno de 772, entre os fiéis que estão do lado do rei em Herstal: ele se chama *Rotholandus*, Rolando. Ele é, ou logo virá a ser, conde da marca da Bretanha, e um dos raros condes autorizados a colocar seu nome —

aqui *Rodhlan* — nas moedas cunhadas nos territórios a eles confiados. O personagem é importante o bastante para não ser esquecido depois de sua morte, em 778, em Roncesvales. A *Canção* fará dele o sobrinho do rei, filho de sua irmã Gisele e do conde Milon. Canções tardias chegarão a fazer dele filho do rei e de sua irmã.

Mas Rolando não é o único, e é bastante notório o grupo de senhores, com maior ou menor poder, que compõem, juntamente com os clérigos, e não apenas os letrados, o círculo cotidiano ou episódico do rei. É bastante notório também o papel desempenhado junto ao rei Luís, na Aquitânia, por homens como Guilherme, conde de Toulouse, ou o príncipe dos bascos, Sancho Lobo. Companheiros, conselheiros? Não é possível dar nenhuma definição de uma realidade que depende do humor do rei e das questões que o preocupam no momento. É difícil avaliar a influência que tinham. Num nível modesto, Eginhardo é mais um confidente que um conselheiro. Embora tome parte nos jogos dos filhos do rei, ele é muito ouvido.

O grosso do *entourage* político é constituído pelos clérigos. O caminho foi aberto pelos grandes bispos e abades dos séculos passados: Ouen, Éloi, Léger, Fulrad e Bonifácio. Se os clérigos têm um papel essencial no desenvolvimento intelectual que levará ao Renascimento e, como é o caso de Bento de Aniana, na renovação espiritual do monacato, não se deve subestimar os conselhos que dão no domínio da política pura. Presente na corte ou ausente, mas mantendo correspondência com o rei, é sem dúvida Alcuíno quem domina por mais tempo o pensamento do rei Carlos. Suas intervenções contra a excessiva severidade do rei em relação aos saxões não são inócuas. Seus conselhos quando se preparava o advento do Império parecem ter sido determinantes. Paulino de Aquiléia e Teodulfo não são menos ouvidos.

Quando Carlos sobe ao trono, conhece apenas uma parte dos conselheiros de seu pai. Ele não é refém de um *entourage* herdado. Ficará contente, porém, de manter ao seu lado alguns colaboradores de Pepino, como o chanceler Ithier, mas não se priva daqueles que a partilha de 768 colocara no reino de Carlomano, como o abade de Saint-Denis, Fulrad, o diplomata outrora encarregado por Pepino, o Breve, de ir fazer ao papa Zacarias a pergunta de que já falamos. Ele é, desde o tempo de Pepino, o "capelão do palácio", o capelão-mor do rei, isto é, o chefe dos clérigos que formam a Capela real e nela garantem os ofícios. Ele se torna, com a morte de Carlomano II em 771, o capelão-mor de Carlos. Angilram, bispo de Metz, depois Hildeboldo, o arcebispo de Colônia, lhe sucedem na chancelaria. Carlos manda vir também

o chefe da chancelaria de Pepino e de Carlomano, Maginard, que sucederá, em 784, Fulrad como abade de Saint-Denis e será, junto com Ithier, um dos diplomatas preferidos por Carlos para assuntos italianos e especialmente os que se referem a Benevento.

Outros viriam em seguida, como Arn, arcebispo de Salzburgo, e Hildebaldo, arcebispo de Colônia, que o rei consulta em primeiro lugar quando surgem problemas de disciplina eclesiástica. Para assuntos relacionados à teologia, a influência destes não poderia eclipsar a de Alcuíno ou de Teodulfo.

Mas eis que se constitui, nos anos 780, uma nova corte. Carlos abandona o modelo de *entourage* político e administrativo herdado de seu pai. Ele viajou, e viu na Itália uma corte diferente das cortes merovíngias. Os intelectuais que lá encontrou lhe abriram os olhos para uma concepção mais ampla de governo, para não dizer um verdadeiro pensamento político, que ele não percebeu imediatamente. A corte vai aumentar, povoar-se de estrangeiros, dar lugar a pessoas que não terão outra função senão a de amigos, confidentes, conselheiros. Ao lado de uma administração central composta de "ministros públicos" encarregados de tal ou qual "ofício" naquilo que chamaremos de "as engrenagens do Estado" — e, como tal, análogos àqueles que, titulares de uma "honra", administram regiões e condados —, o rei constitui uma corte muito pessoal, que faz do conselho político e da animação das atividades intelectuais um mesmo e único tipo de serviço não definido. Os letrados são os que conhecemos melhor, porque eles escreveram ou deixaram traços na vida literária da corte. Eles não são os únicos. Carlos encontrou na Itália clérigos tanto italianos como saxões. E não encontrou apenas clérigos. A Academia palatina que se forma por volta de 794 não é o único círculo tocado pelo cosmopolitismo. Quanto aos que não escreveram nem em prosa nem em verso, podemos apenas adivinhar-lhes a existência.

A corte já não é um simples ambiente. Ela se torna um instrumento. Para o exercício de um poder que se fortalece, o rei não pode mais se satisfazer com uma corte de prestígio. É verdade que a corte é um elemento do prestígio, mas é também um órgão de governo. É o tempo das grandes capitulares, das decisões fundamentais para a organização política e institucional do reino, dos debates e das arbitragens teológicas ou litúrgicas, das reformas jurídicas. O *entourage* intelectual e o *entourage* político às vezes se confundem nos mesmos homens, nos mesmos inspiradores, nos mesmos conselheiros. As capitulares só citam um nome, o do rei. Ignoramos os nomes de seus autores.

Notker relatará, mais tarde, a discordância entre Carlos e Alcuíno quanto à ampliação do *entourage* político. Para Alcuíno, o rei deveria se contentar com doze conselheiros, contanto que estes tivessem a envergadura intelectual de São Jerônimo e Santo Agostinho. É por não encontrá-los que Carlos se vale de um maior número. Nem é preciso dizer tudo: Alcuíno julga inconveniente uma corte em que muitos desempenham um papel que ele gostaria de reservar para si. O velho conselheiro tem ciúmes.

As coisas mudam novamente na década de 800 e talvez mesmo antes. Uma nova geração vai marcando presença pouco a pouco na aristocracia franca, uma geração de jovens formados nas escolas e capazes de assumir seu lugar no funcionamento do governo central, portanto, na corte. Mas a substituição será lenta, e só parecerá efetiva sob Luís, o Piedoso. As duas últimas décadas do reinado de Carlos Magno não são as da evicção dos estrangeiros, mas antes da abertura para uma vaga sempre crescente de novos servidores da monarquia franca. Relatado pelo próprio Notker, o episódio da visita real à escola e da distinção dos bons e maus alunos é evidentemente forjado, mas ele traduz bem a realidade: o rei escolhe e leva consigo os melhores alunos.

É assim que se vê chegar à corte um Aldrich, futuro abade de Ferrières e arcebispo de Sens, um Eginhardo, futuro secretário de Luís, o Piedoso. Os que se afastam não caem de modo algum em desgraça. Não há nenhuma ruptura no afastamento de Arn em 785, de Paulino em 787, de Pedro de Pisa em 790, de Alcuíno em 796 ou de Teodulfo em 797. Alguns, como Pedro de Pisa, só se retiram por causa da idade e do cansaço. Talvez os outros tenham simplesmente cumprido sua missão, que era elevar o ambiente político do reino franco. Arn, Paulino, Alcuíno e Teodulfo receberam cargos eclesiásticos e pretendem exercer efetivamente essas funções, e o rei, que conta bastante com seus bispos e abades, não considera o cargo concedido a um de seus próximos como simples título de um prelado de corte. Eles continuarão tendo, com sua correspondência, uma influência real. E ainda que se tenham tornado bispos, Paulino de Aquiléia terá um papel determinante em 794 no concílio de Frankfurt, e Arn, de Salzburgo, continuará sendo um dos diplomatas preferidos de Carlos.

Três tipos de corte, três tipos de *entourage* político. Não se vêem três políticas. A ampliação dos horizontes prossegue até a formulação de uma ideologia imperial. As empresas militares se sucedem, sempre com os mesmos objetivos de expansão territorial e conversão ao

cristianismo. A autoridade no reino vai ficando progressivamente mais sólida, sem esconder a força de resistências que apenas mudam de referência. Mesmo aqueles que exercem a maior influência sobre o rei, como Alcuíno, não gozam de uma influência preponderante. O rei segue seus conselhos ou não os segue, ou os segue quando os considera bons. Sua atitude para com eles é a mesma que tem em relação ao seu *entourage* e sua corte, ou aos bispos e condes presentes à assembléia. Uma coisa é evidente: qualquer que seja a corte, é Carlos quem reina. A política de que a corte é inspiradora, instrumento e reflexo depende, sempre, apenas da vontade do rei. É ele que, como no início de seu reinado, escolhe em quem depositar sua confiança, e só ouve tal ou qual pessoa em função dos objetivos que ele próprio fixou. A persistência dos pontos de vista e dos meios basta para comprovar que a todo momento o rei continua sendo o único senhor do seu governo. Ele se serve da corte como de um viveiro e como de uma caixa de ressonância. Tem a sabedoria de escutar. Mas só ele manda.

Talvez seja exagero dizer que Carlos desconfia de todos. Digamos que não tem confiança absoluta em ninguém. Ele divide para reinar, sem ser o primeiro nem o último a fazer isso. Os condes e os bispos vigiam-se mutuamente, e os *missi* inspecionam-se entre si. Recompensando os fiéis com terras confiscadas aos rebeldes, o rei garante, com isso, ao mesmo tempo a fidelidade dos primeiros e sua firme determinação contra os segundos. A prudência é a mesma quando se trata de escolher os administradores dos domínios reais, e a capitular *De Villis* o diz cruamente.

> Que não se façam prefeitos homens muito poderosos, mas antes pessoas de mediana importância: eles são leais.

A *Canção de Rolando*, contando à sua maneira a atitude do conselho onde se decide entabular a negociação com os sarracenos, deixará muitas imagens de um rei hesitante, de um conselho indisciplinado e de rivalidades abertas no seio do *entourage*. Não está excluído que tal visão, sobre a qual voltaremos a falar, seja em parte inspirada pela lembrança de uma realidade, sem dúvida mais próxima da atmosfera da corte nos últimos anos do reinado do que daquela que existia nos primórdios do caso espanhol.

A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

A administração central é o que na época é chamado de Palácio, um conjunto de serviços que concorrem para que o rei possa tomar suas decisões, ajudam a este na condução dos negócios e realizam as tarefas de rotina. Temos uma descrição ideal do funcionamento desse Palácio, dada em meados do século IX pelo arcebispo de Reims, Hincmar, para servir de base à organização sistemática que ele sugere a Carlos, o Calvo.

Desde que subiu ao trono em 751, Pepino, o Breve, parece ter mudado os usos e revolucionado as carreiras. Na organização do reino merovíngio, o Palácio e as funções locais eram coisas muito diferentes, e os duques ou condes não eram oriundos das funções palacianas nem a elas eram destinados. Para Pepino, bem ao contrário, os dois tipos de serviço do rei se combinam ao longo das carreiras, de modo a favorecer que cada um coloque em prática sua experiência nos negócios. Os notáveis, os fiéis que compõem o Palácio, são os mesmos que se encontram na assembléia geral do povo franco. Eles não estão no Palácio porque são, foram ou serão condes, mas porque são, em conjunto, fiéis do rei. Nem por isso deixam de constituir esse grupo complexo que as capitulares chamam coletivamente "os condes", um grupo no seio do qual passa-se de uma função palaciana a uma local, e vice-versa, função na qual ora se pode estar em casa, ora se pode estar na estrada, como *missus*. Alguns condes chegam a acumular sem problemas uma função permanente num condado e um serviço ocasional no Palácio.

Quanto aos clérigos, eles têm no Palácio o lugar ideal para lhes propiciar sua formação intelectual. Não se governa um reino sem pessoas que — e isso já se fazia sentir no tempo de Pepino — são praticamente as únicas que sabem ler e escrever corretamente.

Os serviços são tão diversos quanto as funções. Doravante, o termo "chapelle" [capela] abrange todo um conjunto de repartições. Os merovíngios, muitas vezes, convocavam leigos para essas repartições de sua administração central. Pepino, o Breve, recorreu apenas a clérigos. Carlos Magno faz o mesmo que este. Durante cinco séculos, a administração real é constituída de clérigos, e é a chefia dessas repartições que faz do chanceler muito mais do que o chefe de uma divisão de escrita e chancela. Em termos imediatos, a mudança traz muitas conseqüências positivas: os instrumentos do governo central são garantidos pelo único ambiente em que um certo nível de instrução

é a regra. Distinguem-se, assim, dois *entourages* reais: o do governo político e o do comando militar, que cabe aos grandes senhores, e o da administração, que cabe aos clérigos.

Em primeiro lugar vêm os capelães que servem a capela e às vezes exercem a função de *missi dominici*. Todos são ligados ao rei por um juramento de fidelidade que os faz vassalos reais, mas vassalos que não gozam de benefícios, portanto, vassalos sem muita riqueza. É no seio de seu grupo que se distingue o grupo importante dos notários. Ele está sob a autoridade distante do capelão-mor, mas sob a autoridade direta de um deles, a princípio sem nenhum título especial, mas que Carlos Magno chamará, a partir de 808, de "chanceler" e que às vezes tem o título de "protonotário", isto é, primeiro notário. Seus sucessores serão chamados, no século seguinte, de "arquichanceler". Desde o tempo de Pepino, o Breve, como acabamos de ver, é o clérigo Ithier que dirige essa repartição de escrita. Ele seria sucedido por Rado, depois por Erchambaud, em seguida por Jeremias. Todos eles são profissionais da chancelaria real, e terão sua recompensa proporcional à responsabilidade: Ithier passará a abade de Saint-Martin de Tours, em 775. Rado é ao mesmo tempo chanceler e abade de Saint-Vaast d'Arras. Jeremias se torna arcebispo de Sens, em 818.

Como é sabido, Carlos corresponde-se intensamente com o papa, com os príncipes estrangeiros, seus filhos os reis e os condes e bispos do reino, e mesmo com a rainha, quando está em campanha. A multiplicação das intervenções reais em todos os domínios leva à redação de inúmeros preceitos, diplomas e ordens reais: doações, isenções, ordens aos agentes locais. A chancelaria de Pepino expedia um ou dois diplomas por ano. A de Carlos Magno expede quatro. Não nos devemos esquecer da ampliação do reino no espaço europeu: ela exige, sob pena de instauração da anarquia, a redação de inúmeros documentos triviais, cartas e determinações para garantir a difusão das ordens e das informações.

A importância dessa chancelaria (a palavra ainda não surgira) integrada à capela aumenta, pois, continuamente, mas só o faz de forma muito lenta. Os julgamentos feitos pelo rei são formalizados por um serviço que, sob as ordens do conde do Palácio, depende do tribunal, não da chancelaria. Ainda que simples clérigos presentes à assembléia tomassem notas em forma de capitular, a difusão das decisões tomadas em assembléia depende de uma boa redação das capitulares, e pode-se imaginar que a chancelaria dispunha de secretários para essa função específica. Ora, isto não acontece, e raras são, antes do tempo de

Carlos, o Calvo, as capitulares redigidas pela chancelaria. Um *bureau* especial é encarregado disso, evidentemente constituído no palácio onde o rei convocou a assembléia. A *Divisio regnorum* que, em 806, organiza a futura sucessão de Carlos Magno, parece ser uma exceção, com sua estrutura interna em forma de diploma. O caráter solene da decisão tomada pelo imperador justifica o da apresentação do documento.

A chancelaria não é, contudo, um simples setor de escrita. É ela que faz apor nos preceitos reais o selo escolhido por Carlos Magno. Sinal de que pouco se usavam assinaturas num mundo em que a aristocracia leiga não sabe escrever; o selo de cera que se aplica no documento passou a ocupar o primeiro lugar, a partir do século VII, entre os sinais de validação e de autenticidade. Pepino selava com um anel que tinha um entalhe antigo: ele teve pelo menos três desses anéis; um deles trazia a imagem de Cristo, o outro, um personagem romano, e o último, uma cabeça de Baco, sempre sem inscrição. A referência à Antigüidade, cumpre notar, certamente não é fruto do acaso, e é muito anterior à restauração do Império. Carlos, de sua parte, mantém o uso de um entalhe antigo, isso no caso dos dois selos que utiliza para validar os documentos normais de sua chancelaria. Mas personaliza o selo acrescentando à efígie gravada uma inscrição com seu nome.

O selo principal, que valida os preceitos reais, é um entalhe que mostra de perfil um busto romano barbudo difícil de identificar: já se pensou tratar-se de Antonino, o Piedoso, Cômodo, Marco Aurélio ou mesmo algum filósofo, o que se coadunaria com a prática literária do Palácio. Pouco importa, porque a efígie antiga é identificada como sendo o rei atual. Retomando em parte o uso dos reis merovíngios que faziam figurar sua própria efígie em seu selo, acrescentando uma inscrição com seu nome, o selo de Carlos Magno traz legenda inspirada no exemplo bizantino, gravada não no entalhe, mas numa guarnição metálica: + *XPE PROTEGE CAROLUM REGE FRANCR*, "Cristo, protege Carlos, rei dos francos". Com o advento do Império, a legenda naturalmente substituiu *REGE FRANCR* por *IMPERATOREM*. O conjunto é de grande dimensão: 37 por 35 mm.

Um segundo selo, que serve para validar os julgamentos da corte, é menor: 28 por 22 mm. É um simples entalhe do Baixo Império, mostrando de perfil um Júpiter Serápis barbudo, sem legenda.

Para alguns documentos de especial importância, Carlos, que nisto imita o papa e o imperador bizantino, usa pouco antes de 800 uma pequena bula, normalmente de chumbo, mas que pode ser de ouro.

Nela se vê um soberano coroado. A inscrição é uma invocação: + *IEU NATE DEI KARLUM DEFENDE POTENTER*, "Jesus, filho de Deus, defende poderosamente Carlos". No verso, uma fórmula tomada de empréstimo ao Glória: *GLORIA SIT XRO REGI VICTORIA CARLO*, "Glória ao Cristo e vitória ao rei Carlos". A bula que se encontra em uso depois de 800, imitação de uma medalha ou de uma moeda da época de Constantino, mostra o imperador de frente, vestido à romana, de capacete, lança e escudo. Nela se lê a inscrição *DN KARL IMP PF PP AUG*, "O Senhor Carlos, Imperador, Piedoso, Feliz, Perpétuo, Augusto". O verso mostra uma porta de cidade encimada por uma cruz e com o nome *ROMA* — Roma considerada a Jerusalém terrestre, a Cidade de Deus, que está sob sua égide — acompanhada da inscrição *RENOVATIO ROMAN IMP*, "Renovação do Império romano", que constitui uma poderosa invocação da nova ideologia política.

Na mesma época, tomando de empréstimo à chancelaria pontifical o que pretende ser uma retomada do uso dos imperadores romanos, a chancelaria de Carlos Magno data seus documentos da indicção: a posição do ano no ciclo de quinze anos herdado da revisão periódica das listas de contribuintes. O sistema não é nada cômodo, pois indica o ano em relação aos anos seguintes: há uma indicção quatro ou uma indicção oito a cada quinze anos. A datação pelos anos do reinado é mais precisa. O empréstimo da indicção é puramente político: ele inscreve, mais uma vez, o novo imperador na sucessão de Constantino, que criou, em 3:3, a primeira indicção fiscal. Como esta não lhe custa nada, ao contrário da bula de ouro, será largamente empregada.

É desse *entourage* de clérigos presentes à corte e com freqüência à capela que saem, quando necessário, embaixadores e negociadores. Depois de ter tirado Ithier da chancelaria, o rei lhe confia missões diplomáticas junto ao papa. Não nos esqueçamos do fino diplomata que foi o abade de Saint-Wandrille, Gervoldo: talvez de origem insular, é ele que se vê encarregado, muitas vezes, das negociações com o rei anglo-saxão de Mércia.

Um fato merece especial atenção: o laço que por duas vezes parece estabelecer-se entre as funções na corte e no abadado de Saint-Martin de Tours, uma das abadias mais prestigiosas do reino. Nela, Alcuíno sucede Ithier. Fredegiso, outro anglo-saxão, aluno de Alcuíno, sucederá seu mestre em 804 como abade de Saint-Martin, e em 819 se tornará chanceler de Luís, o Piedoso. Mas o caso de Fredegiso, primeiro abade, depois chanceler, nos impede de classificar sumariamente a abadia como a recompensa normal pelo trabalho na chancelaria. É notório

que Saint-Martin, que conserva uma das mais prestigiosas relíquias do reino, a "capa" de São Martinho, é oferecida a um dos clérigos em que o rei tem a maior confiança. A função de chanceler também.

É a chancelaria que conserva os arquivos do rei. Esse encargo é um dos fatores de estabilidade que levam Carlos Magno — e mais tarde também Filipe Augusto — a limitar o caráter itinerante de seus *bureaux* e a privilegiar a permanência no palácio em detrimento da permanência nas residências rurais. Em Herstal, em Worms, em Paderborn, em Aix, enfim, os "arquivos do Palácio" estão provisoriamente em casa. Contudo, não parece que tenham sido muito ricos: lá se encontram algumas capitulares consideradas importantes, alguns documentos, como a renúncia de Tássilo a seus direitos sobre a Baviera, cânones conciliares e, principalmente, as constituições dos cinco concílios regionais de 813, assim como, sem dúvida, uma parte da correspondência administrativa recebida. Lá se guardam, pelo menos por um tempo, os relatórios escritos e as relações nominais de agentes reais e de vassalos diretos que, antes e depois da reforma de 802, os *missi dominici* devem enviar ou levar. Talvez aí também se encontre uma lista geral, incompleta mas útil, dos vassalos reais "casados", isto é, que dispõem de uma terra tomada do fisco real. Lá se guardam também os exemplares das capitulares que se acrescentam às leis que os *missi* fizeram subscrever pelos juízes locais, que são os almotacés.

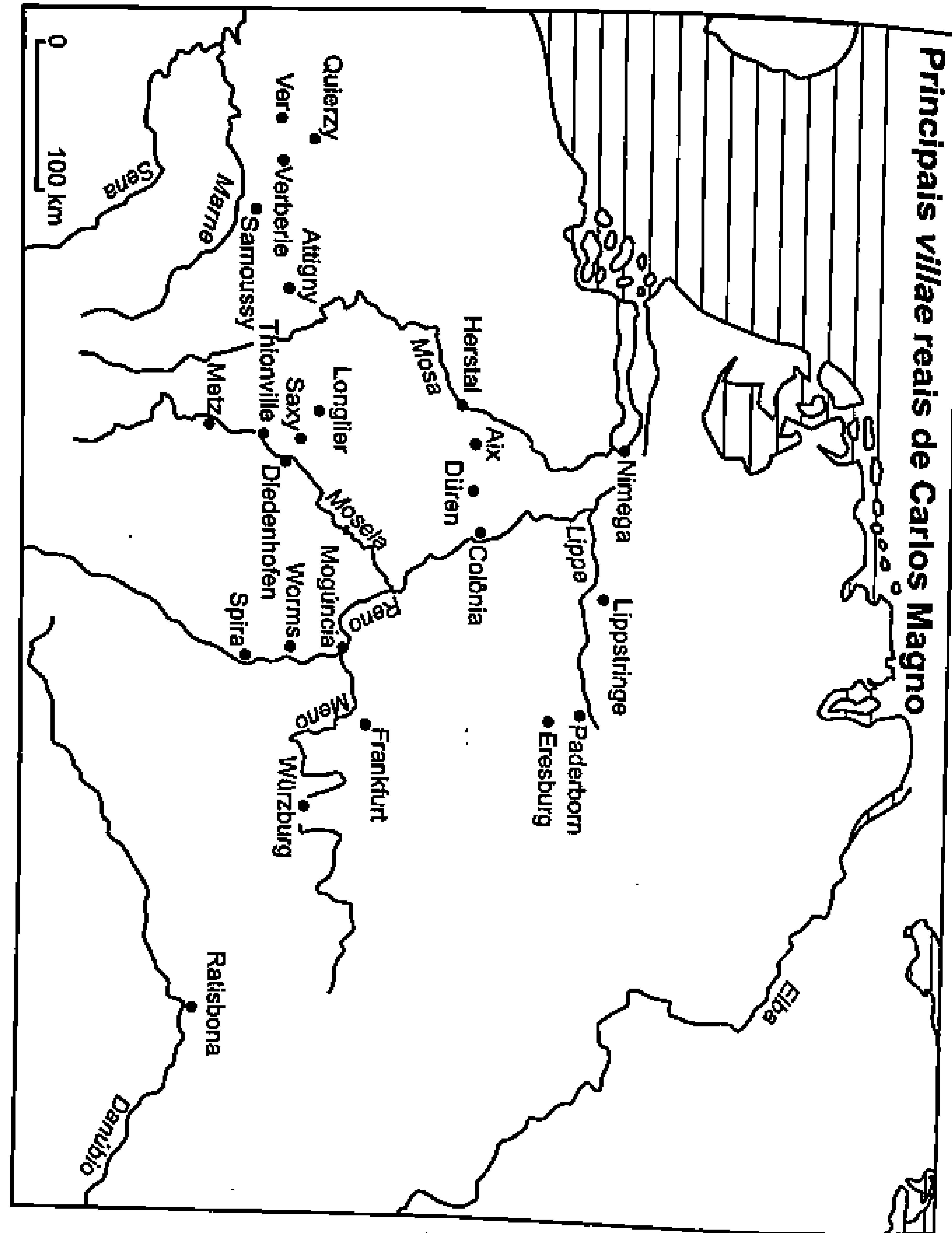
Esses arquivos encontram-se intactos quando, em 827, o abade de Saint-Wandrille, Ansegísio, faz uma compilação, com a anuência e sem dúvida por sugestão do imperador Luís, de "todas as capitulares que consiga encontrar", compilação que será utilizada na corte e que ainda será recopiada na França e na Itália por volta do ano 1000. Ansegísio achou 29. Ora, no mesmo período, estamos certos de que foram publicadas oitenta capitulares, e certamente existem outras de que a história não guardou nenhum traço. Seria de espantar que medidas tão importantes como a criação dos almotacés para assistir o conde em seu tribunal ou a instituição do financiamento conjunto dos combatentes pelos homens livres menos abastados não tivessem sido publicadas numa capitular. Ora, só as conhecemos por alusões e modalidades de aplicação. Os arquivos do Palácio não conservam, pois, treze anos após a morte de Carlos Magno, um terço de suas capitulares. O depósito regular das peças só seria instituído no reinado de Luís, o Piedoso.

Uma capital

A assembléia de que falaremos adiante é um órgão periódico de governo, que pode se reunir em diversos lugares. Quando o reino se expande e os negócios se diversificam, uma sede permanente não se faz menos necessária a um governo. Carlos Martel não tinha nenhuma "capital". Ele residia temporariamente num ou noutro de seus domínios, de seus fiscos. Seus atos são datados de suas diferentes *villae*: de Vinchy, de Quierzy, de Laon ou de Verberie, na Nêustria; de Amblève, de Bastogne ou de Herstal, na Austrásia. Pepino praticamente não muda seus hábitos, e observa-se uma preferência pela Nêustria, para onde não basta enviar condes austrasianos com o objetivo de marcar o território. A Nêustria o atrai também pela devoção que tem para com as grandes abadias de Saint-Denis e Saint-Martin de Tours, e também porque lá está mais perto para intervir, quando necessário, na Aquitânia. Mas ele não chega a se afastar muito de suas bases austrasianas. Assim, fica em suas residências de Oise, do Marne ou do Mosa: Quierzy, Compiègne, Verberie ou Ver, Pontião ou Corbeny, Jupille ou Herstal. Por sete vezes ele teria passado o Natal ou Páscoa em Quierzy, e duas vezes em Gentilly. Reuniu a assembléia e o exército em Worms, mas principalmente em Compiègne, em Quierzy, em Attigny, em Nevers, em Orléans. Ao que parece, porém, nos últimos anos de seu reinado, Pepino, o Breve, já optara por uma posição mais permanente, que só é central tendo em vista as novas preocupações políticas do rei: Aix-la-Chapelle, que então era chamada apenas de Aix.

Aix é uma estação de águas termais muito antiga, as *Acquae Granni* dos romanos. O nome da cidade deriva — como se sabe — do nome de um deus celta, de um embaixador romano ou de um irmão de Nero. No século VIII recebeu o nome de *Aquisgranum*. Em tudesco, dizia-se *Aach* ou *Aichen*. As termas de Aix estavam em voga já no século I. No século IV elas ainda eram usadas. O rei Carlos, que gostava de banhos quentes, não ficaria indiferente às águas de Aix. Ele haveria de apreciá-las ainda mais, quando passou a sofrer de artrose.

Situada no espigão que domina a confluência pantanosa de dois riachos, o Ponell e o Pau, que por sua vez deságuam no Würm, um pequeno afluente do Reno, a cidade romana que se forma desde o Alto Império em torno de um posto da VI Legião fora edificada no traçado clássico, o traçado quadrado dos acampamentos militares. Em vinte hectares encontram-se templos, edifícios administrativos e três termas. Há naturalmente um palácio, para o imperador ou seu governador.



O que distingue o Palácio, o que faz o Palácio, não são suas dimensões ou sua posição, mas sua função: o Palácio é a sede do poder público. Onde quer que esteja, o Palácio é o sucessor da residência imperial do Palatino.

No tempo de Pepino, já não resta muita coisa do palácio de Aix. A maioria dos edifícios públicos foi destruída por volta de 370, provavelmente quando por ali passou uma tropa franca. Algumas restaurações feitas pelos primeiros soberanos da dinastia de Pepino permitem que Carlos, desde que subiu ao trono em 768, fique em Aix. Ele chega a datar um documento de seu "Palácio público de Aix". Aix já não é mais a grande cidade que fora no tempo das legiões romanas. É uma cidadezinha, mas continua sendo, a meio caminho entre o Mosa e o Reno, um lugar bastante cômodo, em termos de localização, e relativamente seguro. Uma ponte sobre o Würm facilita os deslocamentos rápidos para o leste. Aí, o caminho de Liège para a Colônia se cruza com o de Trier a Nimega.

Pepino raciocina na ocasião, como bom austrasiano que é, como seus antepassados. Se ele intervém na Itália, é por força das circunstâncias, e porque ele precisou do papa. Os territórios a serem submetidos são os ducados independentes da Germânia, e em primeiro lugar a Saxônia. Da mesma forma que, quando chegou o tempo das invasões, os imperadores romanos pararam de ceder aos encantos de Lutécia indo para Trier, o rei franco deixou as cidades que foram os primeiros centros do reino merovíngio — Paris, Orléans e Tours — para se estabelecer de forma mais permanente em posição estratégica, imediatamente atrás das frentes da expansão franca, em plena terra franca, mas na vizinhança dos teatros de operações que se anunciam na Germânia.

Dessa base de retaguarda que é Aix, onde ele permanece durante dois invernos a partir de 765, porque na sua idade ele precisa dessas águas, e onde começa a edificar um palácio sobre o que resta do palácio romano, Pepino ainda não faz a capital. Como outrora fizeram os merovíngios em relação a Paris, Pepino faz de Aix uma de suas residências preferidas. Lá ele tem uma "*villa* real", uma residência com uma capela e seu altar com relíquias.

Embora o rei da França ainda não tenha uma capital, ele tem seus palácios, suas "*villae* reais" preferidas. Praticamente não há fisco real que não tenha sua residência, permitindo alojar durante alguns dias o rei e uma pequena comitiva. Muitas vezes aí se encontra algo muito diferente da casa de madeira que constitui o núcleo de muitos centros dominiais. É o caso de Annapes, por exemplo:

> A residência real, de boa construção de pedra, compreende três salas. Todo o pavimento superior do edifício é rodeado de *soliers* (galerias) que dão para onze peças fechadas com ferrolhos. Embaixo, há uma despensa e dois pórticos. Dentro do pátio, há dezessete casas de madeira, cada uma delas com um quarto e dependências em bom estado. Há também um estábulo, uma cozinha, uma padaria, dois celeiros, três estrebarias. A casa é rodeada de uma forte cerca viva de *tunin* (uma sebe cerrada) com um portal de pedra que tem um pavimento onde se fazem as distribuições. Um pequeno pátio, também cercado por uma sebe, bem arranjado, com árvores de diversas espécies.

O inventário do mobiliário mostra quão modesta era a residência na qual, cumpre observar, os reis pouco ficaram. Encontra-se uma cama, uma mesa, roupa branca, duas bacias de bronze, duas taças, dois rescaldeiros de bronze e um de ferro, um tacho para fazer sal, uma lâmpada, três machados, uma enxó, duas verrumas, um formão, uma plaina, duas foices, dois foicinhos e dois baldes. Não se enumeram os utensílios de madeira.

Carlos Magno não tem o mesmo apego à Nêustria que seu pai. Suas residências mais habituais são nas regiões do Mosa (Herstal, a preferida nos anos de juventude e até 784), das Ardenas (Longlier e Saxy, onde o rei se compraz em caçar), do Reno (Worms, que é preferida até 790, e Düren, que será, próximo a Colônia, uma excelente base no tempo das guerras da Saxônia, juntamente com Spira, Mogúncia, Colônia e Nimega), do Mosela (Metz, Thionville, Diedenhofen) e do Meno (Frankfurt, depois de 790, quando a situação da Saxônia se estabiliza, Würzburg), e mesmo em Aix-la-Chapelle onde, desde sua subida ao trono, a residência real não é mais chamada "*villa*", mas "palácio". À época, os textos ainda precisam "nosso palácio de Aix", lembrando assim que há outros. Naturalmente, o rei reside, na Saxônia, em Paderborn, em Eresburg, em Lippspringe; na Francônia, em Salz; na Baviera, em Ratisbona. Ele é visto também nas regiões do Oise e do Marne (Ver, Verberie, Quierzy, Samoussy, Corbeny, Verzenay), mas a Nêustria já não goza da mesma preferência que tinha antes dos últimos anos de Pepino, o Breve.

É evidente que há dois tipos de permanência: aquelas que são impostas, entre a primavera e o outono, pela convocação e a condução do exército — e que costumam ser breves —, e as que se destinam ao repouso, à gestão governamental e à convivência do rei com o seu *entourage*, e que são as mais longas possíveis. Sempre que pode, Carlos passa todo o inverno no mesmo palácio. É então que ele organiza sua

administração, que tem seus conselheiros à mão, que cultiva as letras latinas. Fala-se até de "palácio de inverno", e os mais próximos do rei dizem que ele "tem o hábito de se instalar para o inverno". Constatamos a rapidez dos deslocamentos estratégicos do rei. Não se pode concluir daí que ele se desloca por prazer. O caráter itinerante dessa corte lhe reduz, evidentemente, os efetivos.

Os anos passam, a necessidade de estabilidade vai crescendo. O que muda nos anos 790, depois que a Saxônia é submetida e depois que os negócios da Espanha ficam nas mãos do rei Luís e do duque Guilherme, não é apenas o mapa das operações. É a concepção que Carlos tem de seu papel no governo do reino. Depois da agitação dos seus anos de juventude, depois da época das campanhas incessantes, vem a da organização política, da vida intelectual, da intervenção na vida espiritual. A responsabilidade do "povo cristão" não se reduz apenas ao combate contra os pagãos. Em suma, é tempo de refletir e governar. Torna-se necessária uma sede fixa.

Carlos passa em Aix o inverno de 788-789. É provavelmente nesse momento que a idéia toma forma e se esboça o programa dos trabalhos que farão do palácio algo diferente de um lugar onde se passam temporadas. O incêndio do palácio de Worms em 793 reforçará a decisão do rei. Sem jamais empregar uma palavra que lembre o termo "capital", Carlos Magno fixará sua corte em Aix. Embora outras *villae* reais, e em particular Paderborn, às vésperas das expedições na Saxônia, ainda mantenham seu interesse político e estratégico, e ainda que outras se encontrem em confluências de estradas, Aix passa a ser sua residência preferida em 794, aquela onde ele passa a maior parte do tempo. Pode-se imaginar que o amante de banhos quentes encontrou ali o que ele apreciava havia muito tempo e o que, com a idade, sua saúde começava a exigir. A água era tão quente — cerca de 60º — que havia necessidade de esfriá-la, desviando um riacho.

Aix, de onde o imperador raramente haveria de se afastar a partir de 807, se torna assim, em território franco, a *sedes regia*, a verdadeira "sede" política que contrabalança a capital religiosa, que ninguém pensa situar-se em outro lugar que não Roma, mas onde o rei nunca poderia sentir-se totalmente à vontade. Também nesse caso, é o realismo de Carlos que orienta a escolha: Roma seria uma capital paradoxal. Em Aix, estar-se-ia no coração do reino franco, de um país cuja submissão ninguém questiona, de um ambiente político cuja fidelidade, poder-se-ia dizer até devoção, é ou parece ter sido conquistada pelo rebento da dinastia de Pepino.

Na década de 790, consciente de que um palácio que servisse apenas de residência do rei e de sua família era insuficiente, Carlos decide ampliá-lo para nele abrigar a corte e, se não os funcionários do Tesouro e da Chancelaria, pelo menos suas salas de trabalho. Eginhardo relata secamente que o palácio vive cheio de gente e principalmente de estrangeiros, que o rei fica feliz em mantê-los e com eles conviver, mas que seu *entourage* mais próximo julga importunos e dispendiosos. É a época cujo apogeu trará o diadema imperial, época em que ao rei dos francos não basta mais o *entourage* familiar de parentes, amigos próximos e colaboradores: ele precisa de uma corte. É uma ruptura em seus hábitos de vida, em seus métodos de governo e também na forma como o poder se apresenta.

A corte não é apenas um *entourage* agradável e cômodo. Ela é indispensável nas ocasiões em que o rei exibe o seu poder: a tradição germânica dá tanta importância aos homens que são apresentados em público quanto a tradição romana dava aos protegidos que se apinhavam à porta. A corte faz número quando o rei recebe seu povo para a assembléia: é preciso que a aristocracia que vai para a assembléia tenha consciência de que ela não é tudo. A corte rodeia o rei quando ele recebe embaixadas: o exemplo de Pavia parece ter, nesse ponto, marcado o pensamento de Carlos. E é ainda à corte que se deve boa parte da pompa das grandes festas que são o Natal e a Páscoa. Nessas festas, o rei faz questão de não se fazer acompanhar apenas das pessoas mais próximas. Os anais registram escrupulosamente o lugar onde se comemora a festa. É sempre num dos principais palácios: Herstal, Worms, Quierzy, Attigny, Diedenhofen (atual Thionville), Nimega. Quando Carlos vai comemorar a Páscoa em Roma, faz-se acompanhar de grande comitiva.

Carlos dota então o palácio de uma grande sala para as assembléias: 47 metros de comprimento por vinte de largura, essa *aula regia*, "sala real", copiada do palácio construído em Trier sob Constantino, comporta facilmente mil pessoas. Ele a completa com aposentos para si e para seus próximos, e com edifícios administrativos para *bureaux* que anseiam por se instalar, em vez de ficar vagando de *villa* em *villa*. Do andar em que reside, o rei abarca com o olhar todo o palácio. Isso significa dizer que ele pode controlar tudo (ver planta, p. 454).

No centro de uma área fortificada de vinte hectares e à qual se tem acesso por quatro portas, o palácio propriamente dito é, pois, acompanhado de numerosos edifícios que formam um complexo de governo, enquanto do outro lado da via romana e separado da *villa*

real por um muro, tem-se um burgo povoado por comerciantes e artesãos, que devem boa parte de seu sustento ao fato de terem o rei e a corte como clientes. Termas com uma piscina de água quente com capacidade para receber uma centena de banhistas, um vasto parque e jardins com exposição de animais exóticos tornam as cercanias mais agradáveis. Por volta de 794, Carlos se instala permanentemente em Aix. A partir dessa data, pode-se falar verdadeiramente de uma capital.

O tempo contradisse Carlos Magno. O palácio continuou sendo a sede do governo imperial e uma residência de luxo para os carolíngios a quem coube a Renânia. Aix não se tornou a capital do império, e nem mesmo a da Lotaríngia (Lorena), que começa a se configurar em 843 na partilha de Verdun, e se constitui de forma mais precisa na de Meersen, em 870. Com o passar dos anos, a força do velho país franco e a força da velha Austrásia dos descendentes de Pepino se exauriram. Aix continua sendo uma cidade geograficamente marginal. Ela já o era num império que vai da Frísia à média Itália. Ela o é numa Lotaríngia que se estende do Jura ao mar do Norte. Ela o será ainda mais no reino germânico dos Otos, que irá da Frísia à Caríntia. Depois do tempo do imperador Lotário, Aix deixará de ser um centro de vida intelectual e artística.

Por alguns séculos ainda, Aix aparece como um troféu simbólico: em 978, o carolíngio do Oeste, Lotário, lança contra Aix uma vã e ridícula expedição militar, e em meados do século XI o rei da França Henrique I ainda reivindica Aix, que ele não tem pejo de considerar uma herança dos reis da França. Por volta do ano 1000 ainda existe um clérigo de Liège que qualifica Aix de "sede real e domicílio da coisa pública". Em 1166, Frederico Barba Ruiva declara Aix "principal sede do reino teutônico". Desde os primeiros anos do século XIII, a continuação do ofício composto em Aix em honra de São Carlos Magno apresenta, com uma melodia que mais tarde viria a ser a do *Lauda Sion*, uma espantosa apologia da "cidade real", alçada a um nível mais alto e chamada de *Urbs*, título normalmente reservado a Roma.

Urbs Aquensis, Urbs regalis,
Regni Sedes principalis,
Prima regni Curia.

Cidade de Aix, Cidade real,
Sede principal do reino
Primeira Corte do Reino.

Regi regum pange laudes
Quae de magni regis gaudes
Karoli praesentia

Canta loas ao rei dos reis,
Tu que te comprazes com a presença
Do rei Carlos, o Grande.

O poema disse-o bem, é o passado que faz a grandeza de Aix. A presença de Carlos é uma lembrança e um túmulo, o qual, como veremos, foi preciso redescobrir. Até Carlos V, os imperadores se farão sagrar em Aix. Mas é só. Depois disso, Aix voltará a ser um balneário.

CAPÍTULO XI

O REI E SEU POVO

A ASSEMBLÉIA

A assembléia geral é uma gigantesca *mise-en-scène*. Lá se encontram os condes, os bispos e os abades, os fiéis diretos do rei, os vassalos reais, aqueles que serão chamados os "grandes" e que os textos carolíngios normalmente qualificam de *populus*. Eles são, por si sós, o "povo" franco. Ainda que nem todos sejam convocados todas as vezes e ainda que nem todos os convocados compareçam, alegando ter outros negócios a tratar, tem-se, ainda assim, várias centenas de participantes, sem contar seus acompanhantes. Construída para a assembléia, a grande sala, a *aula regia* do palácio de Aix, comporta um milhar de pessoas.

É verdade que todos os homens livres do reino deveriam estar lá, como tinha sido possível outrora, quando os povos nômades constituíam, com seu chefe, um só corpo. Ninguém tem mais essa pretensão. Dadas as novas dimensões do reino franco, seria vão mandar vir homens de grandes distâncias e em plena estação dos trabalhos agrícolas. Convocam-se apenas aqueles que podem ser úteis. Como vimos, isso significa, às vezes, aqueles que, já próximos do teatro de operações previsto para a campanha daquele ano, irão se integrar ao exército. Às vezes acontece, como em Compiègne, em 757, e em Frankfurt, em 794, de o papa fazer-se representar por embaixadores. É verdade que em Frankfurt o rei se vangloria de ter entre os presentes "todos os bispos e padres do reino dos francos e da Itália, da Aquitânia e da Provença", o que quer dizer que todo o clero está representado.

Essa assembléia, normalmente chamada de "assembléia geral" ou "convenção geral" e às vezes "sínodo" ou "conselho sinodal", realiza-se normalmente uma vez por ano, no mês de maio, a partir de 755,

quando Pepino, o Breve, decidiu retardar dois meses o "campo de março", que era muito cedo: como se atribuiu um papel essencial à cavalaria, era necessário levar em conta também o crescimento da grama, insuficiente em março. Talvez os bispos também tenham forçado um relatório que os livra da obrigação de ausentar-se de sua diocese durante a Semana Santa.

Logo se compreende que uma coisa é governar, legislar, transmitir instruções políticas e mesmo julgar, e outra bem diferente é reunir um exército. Para governar, são necessários arquivos e técnicos em assuntos administrativos ou jurídicos. Para ir em campanha, o rei espera combatentes com equipamento necessário para uma expedição de quatro meses. Reunir o exército em Aix ou em Paderborn e mantê-lo, enquanto se elaboram capitulares, não tem nenhum sentido se a próxima campanha for na Espanha. Tampouco teria sentido revisar uma lei ou regulamentar a cobrança de impostos em uma assembléia realizada ao pé dos Pirineus e tolhida em seus movimentos por todas as carroças de armas e de víveres.

Na verdade, a assembléia se reúne onde e quando o rei a convoca. Realiza-se uma assembléia ordinária na primavera, a que o rei não pode se opor, sendo chamada "campo de maio", ainda que não aconteça em maio. Seria negar a existência política do povo franco, e seria uma imprudência de sua parte deixar de lembrar os grandes de suas obrigações. Mas é o rei quem decide a convocação de uma eventual assembléia extraordinária em outra época do ano, de acordo com as necessidades e as circunstâncias. Foi no mês de agosto que, em 800, quando preparava uma expedição à Itália, ele reuniu em Mogúncia o exército que iria atacar Benevento, enquanto ele próprio tratará, em Roma, dos assuntos do papa, que viriam a se tornar os do Império. Ainda assim, a decisão só é tomada depois da confirmação, feita pelos condes e pelos bispos, de que a paz reina desse lado dos Alpes. Até o último momento, a decisão pode ser revogada. Uma capitular dirigida aos *missi* em 803 é bastante explícita:

> Se nenhum acontecimento fortuito vier nos atrapalhar, desejamos realizar nossa assembléia geral no dia 8 das calendas de julho, isto é, no São João, em Mogúncia ou em Chalon.

E foi em março que o imperador reuniu, em 806, a assembléia que ele anunciou, em dezembro do ano anterior, aos *missi* vindos à assembléia de Thionville. Essa assembléia de Nimega é simplesmente a reunião

dos *missi*. Os *Anais* não têm registro de todos os bispos e condes que não têm o cargo de *missus*. A definição simples da assembléia do campo de maio caiu no esquecimento.

> Tendo enviado cada um de seus filhos, isto é, Pepino e Luís, ao reino que lhe coube, o imperador partiu de Thionville e, navegando no Mosela e no Reno, chegou a Nimega. Foi lá que ele observou o santo jejum da Quaresma e comemorou a Páscoa.

Em suma, Carlos viaja para organizar a campanha da Frísia. Mas convoca nesse meio tempo seus *missi* e publica uma capitular sem se preocupar com o ritmo normal das assembléias. Embora o imperador deseje que se fale da prestação do juramento de fidelidade, da preservação do tesouro das catedrais e das abadias, da mendicância e do abastecimento, pretendendo aproveitar a presença de seus homens para denunciar a imoralidade da usura, a cupidez dos poderosos e os lucros ilícitos — assuntos estes que nada têm a ver com a campanha da Frísia —, de qualquer modo é a conjuntura militar que determina o lugar e a data de uma assembléia.

A distinção entre a assembléia política e a convocação do exército, que se realizou de fato, embora não em princípio, e de forma bastante notável nos últimos anos, é marcada principalmente pela composição diferente das reuniões que se seguem: os grandes senhores leigos e eclesiásticos em um caso, os combatentes sem a menor pretensão de exercer influência política no outro. Nos dois casos, todos os condes são convocados, naturalmente, mas nem todos os bispos ou abades o são, ainda que tenham que conduzir ou fazer que se conduzam ao exército seus vassalos e os vassalos destes últimos. Na confusão que existe desde os tempos de Carlos Martel entre as duas instituições fundamentalmente diferentes, que são o concílio e a assembléia dos homens livres, foi afinal o concílio que serviu de modelo: às vezes denominada em seu conjunto "sínodo" ou "concílio sinodal", a assembléia se torna um concílio dos notáveis leigos e eclesiásticos, e aí se trata igualmente de dois tipos de assuntos. É dessa confusão que resulta a grande diferença de contagem feita pelos historiadores dos "concílios" realizados por Carlos Magno. Considerando-se apenas o caso dos concílios de Aix, constatamos que um deles conta nove, outro catorze.

Em algumas dessas assembléias, os bispos e os condes deliberam juntos. Em outras, eles se separam. Isso pode se dar no âmbito de uma reunião geral; os dois grupos trabalham em separado, como em Frankfurt em

794, dado que os grandes senhores leigos não têm, naturalmente, nenhuma competência para resolver problemas teológicos. Fala-se então de "concílio" ou de "convenção sagrada", para qualificar a assembléia dos prelados. A inexistência de uma denominação especial para a reunião que congrega apenas os leigos parece indicar que os condes raramente se reúnem em separado. Há discussões de problemas eclesiásticos, onde os leigos nada têm a fazer, e de assuntos gerais do reino, que dizem respeito tanto aos condes quanto aos prelados. Estes os conhecem, em sua qualidade de *missi* e, mesmo quando se trata da preparação para as ações militares, eles não estão excluídos: gozando de determinadas isenções, para lá conduzem ou fazem conduzir seus contingentes.

Com freqüência cada vez maior, tem-se, pois, em maio, um verdadeiro concílio eclesiástico e uma verdadeira assembléia dos grandes senhores leigos e eclesiásticos. Carlos Magno age de má-fé quando, em 811, formula contra seu clero uma recriminação inspirada em São Paulo: "Que os servidores de Deus não se imiscuam nas coisas do mundo." Ele os instigou em demasia a fazer isso.

Essencial até meados do século, a função militar da assembléia se transfere então para uma outra reunião, diretamente operacional, no ponto de encontro previsto para a campanha. Pensa-se então, desde o começo do reinado de Carlos — sem dúvida em 769 —, em fundir as duas assembléias, criando uma nova. Realizar-se-ia, pois, uma assembléia em maio, ao mesmo tempo assembléia dos grandes senhores e concentração do exército, o mais das vezes realizada numa cidade próxima dos teatros de operações, e uma assembléia mais restrita no outono, espécie de conselho de governo encarregado de preparar a assembléia de maio. Quanto aos bispos e abades, eles se reuniriam uma segunda vez em outubro. Mas, às vésperas da assembléia geral de 811, o imperador organizou duas ordens do dia separadas, mandando que se redigissem duas comunicações distintas:

> Em primeiro lugar, queremos separar nossos bispos, abades e condes, e parlamentar com eles separadamente...
>
> Esta é a síntese dos assuntos de que queremos tratar com nossos fiéis os bispos e abades, discutindo-os com eles, em benefício de todos os nossos...

É em reuniões particulares que o rei e seus conselheiros, juntamente com os grandes senhores convocados especialmente, elaboram

os textos delicados que são os aditamentos às leis ou as disposições relativas à vida religiosa, fazem opções políticas e estratégicas e preparam as decisões operacionais. Da mesma forma, comissões podem ser encarregadas de preparar em detalhe a ordem do dia da assembléia, isto é, de formular as questões a serem debatidas. Essas comissões são, à época, presididas pessoalmente pelo rei, ou por alguém designado por ele. Elas não ignoram em nenhum caso as diretrizes gerais, que representam a vontade do rei e constituem sua razão de ser. Em última instância, cabe ao rei a decisão, antes de abrir o debate na assembléia ou apresentar a esta um texto elaborado.

Um exemplo desse procedimento é dado pela assembléia que se realiza em Aix, em setembro de 813, quando, sentindo-se envelhecer, o imperador resolve finalmente conferir o título imperial ao futuro Luís, o Piedoso. Trata-se de uma assembléia extraordinária, uma vez que a assembléia ordinária normalmente se realiza na primavera. Os *Anais de Moissac* nos dão a conhecer o desenrolar do procedimento tal como o abade o relata quando volta ao seu monastério. Começa-se por deliberar sobre diversas matérias, que levarão à publicação de uma capitular de 46 artigos. Feito isso, o imperador mantém consigo os prelados e condes mais importantes. Então ele lhes dá a conhecer seu projeto.

> Todos concordaram, dizendo que Luís era digno do cargo. E o projeto agradou a todo o povo, e, com a concordância e a aclamação de todos os povos, ele constitui seu filho Luís imperador, junto com ele, e lhe transmite o Império por meio de sua coroa.

Vemos a seqüência: assembléia geral, comissão, proposta do imperador, adesão da comissão, volta à assembléia, aplausos, coroação.

Para alterar as leis, convém cercar-se de especialistas. Em outubro de 797, quando se faz a revisão da capitular *Dos saxões* a fim de abrandá-la, o rei manda vir a Aix, com os prelados e os condes, alguns saxões bem informados sobre as leis e costumes das diferentes regiões da Saxônia — vestfalianos, angarianos, ostfalianos —, e ouve-lhes a opinião antes de receber sua adesão. Quando se trata, em 802, de rever todas as leis, Carlos Magno chega a pensar numa redação totalmente nova.

> Assim, os juízes julgarão exatamente de acordo com a lei escrita, e não segundo seu sentimento pessoal.

Essa motivação é importante. A partir desse momento, Carlos Magno compreendeu que uma lei deve ser um texto elaborado e escrito, um texto que é imposto, não uma tradição em maior ou menor medida registrada por escrito para não sobrecarregar a memória. Portanto, para começar, quer fazer aditamentos precisamente à lei dos ripuários e à dos bávaros. O imperador, relatam os *Anais de Lorsch*, "reuniu os duques, os condes e todo o povo cristão, com legisladores". O povo cristão são os grandes senhores da aristocracia leiga. Os bispos e os abades normalmente não se incluem nesse conjunto chamado de povo. Se eles não são nomeados, ao passo que os duques e condes o são, é porque ali não é o seu lugar. Quanto aos legisladores, são juristas escolhidos entre aqueles que conhecem e praticam os direitos nacionais com que se renovam os textos fundamentais. Entre eles, encontram-se até alguns especialistas em direito romano. A intervenção preliminar dessas comissões de juristas é tanto mais necessária quanto se considera que a aprovação da assembléia é em seguida feita com a participação de todos, inclusive aqueles que pouco sabem das leis, e menos ainda das leis das outras nações. Nem é preciso dizer que no momento da aprovação, em assembléia, os bispos e abades estão presentes.

Quando o rei interfere na vida da Igreja, na prática religiosa e na moral, os convocados à assembléia são, naturalmente, clérigos. Aprovado sem o menor retoque pela assembléia de Aix em março de 789, o texto da *Admonitio generalis* foi inicialmente preparado por alguns clérigos de confiança e depois submetido a um grupo restrito de bispos e abades.

Quando se vê a ordem do dia de determinadas assembléias, pode-se imaginar como deve ter sido o trabalho preparatório, em que cada um só participou no âmbito de sua competência. Em Aix, na primavera de 803, publicam-se três capitulares para serem aditadas às leis sálica, ripuária e bávara. Trata-se aí tanto do *status* das pessoas e da entrada no clericato quanto da herança e da preservação dos patrimônios, do procedimento judiciário, da forma de prestar juramento, da repressão aos delitos e crimes de direito comum.

Publicam-se ao mesmo tempo duas capitulares eclesiásticas, uma para comentar os cânones conciliares e a regra de São Bento, outra para lembrar as prescrições relativas à boa ordem da sociedade em geral e das igrejas em particular. Nelas abordam-se não só diferentes pontos da disciplina eclesiástica, mas também a prática da usura pelos clérigos, o pagamento de censos pelos pobres, a manutenção e restauração das igrejas, os albigenses, os pesos e medidas, a moeda.

A isso acrescenta-se uma capitular com disposições sobre questões as mais diversas, como a extensão da proteção real não apenas às viúvas e aos órfãos mas também às éguas, a manutenção, por parte dos beneficiários, dos benefícios recebidos do rei, a parte que se transfere ao fisco nas contestações de herança, a luta contra os lobos e a destinação das peles de lobo às necessidades do rei, a apresentação das armas pelos homens convocados ao exército, o transporte, feito pelo exército, tanto de pontes móveis como de presunto e de farinha, a organização das prisões e o encarceramento de ladrões ou a proibição da exigência de dinheiro para a manutenção dos condenados à morte. Carlos Magno chega a prever o caso em que alguém pode, legitimamente, abandonar o seu senhor: quando este quiser matá-lo, violar-lhe a mulher ou a filha, surrá-lo com uma vara ou tomar sua herança.

Essa abundância de capitulares não dissuade o imperador de ao mesmo tempo dirigir aos *missi* instruções em que os lembra da necessidade de um exame de competência antes de toda ordenação sacerdotal, em que se volta a falar dos procuradores e dos notários, em que se condenam os procedimentos abusivos, em que se prevê a severa punição dos que incitam os outros a beber demais, em que se requerem informações sobre a circulação de moedas falsas. Embora a ordem do dia pareça um tanto caótica, parece evidente que nem as perguntas nem as respostas podem ser improvisadas no dia da assembléia.

De resto, para organizar as campanhas militares é preciso tempo, e não é quando todo o exército se encontra reunido que se vai decidir sobre um teatro de operações — o que pode exigir conversações diplomáticas —, escolher os objetivos de uma expedição — o que requer o desenvolvimento de uma logística —, e negociar as alianças locais, o que em geral se traduz em barganhas e sondagens. É no outono, oito ou dez meses antes da campanha, que se tomam essas decisões, numa assembléia restrita que assume o aspecto de um conselho ampliado, e em verdadeiras comissões especializadas de que participam, juntamente com os próximos do rei, aqueles que podem trazer a contribuição de uma competência especial e principalmente um conhecimento do país em questão. Tampouco se podem improvisar as grandes medidas de organização do reino. Clérigos e condes nelas trabalham longamente, e é com um dispositivo inteiramente estruturado que o rei se apresenta na assembléia diante de seus fiéis. Em suma, para preparar o confronto de maio, o rei impõe um ano de trabalho ao seu *entourage* e àqueles, condes ou bispos, que ele achou por bem convocar.

O *BAN* E A APROVAÇÃO

Na assembléia, a maioria praticamente só discute "à parte". De resto, os membros da assembléia não falam todos a mesma língua. Cada um que intervém o faz em sua própria língua. O que se faz na verdade é aprovar, o que significa uma coisa: o povo reconhece que os textos apresentados estão conformes aos princípios do direito. Os condes e mesmo os bispos seguem, nesse caso, o conselho dos especialistas. Depois se publicam e se explicam esses textos. Naturalmente, o número de assistentes e o fato de que muitos não sabem ler impedem uma distribuição geral de textos escritos. O projeto é lido publicamente, em latim, o que obriga a maioria dos condes a se fazer auxiliar por um clérigo, quando a divulgação não se limita a um resumo oral em língua românica ou tudesca de um texto que seria vão ler inteiro numa redação latina que metade da assistência não compreenderia.

Seria um erro, porém, ver na assembléia uma simples câmara de registro. É verdade que os grandes senhores nela não têm nenhuma iniciativa: só se discutem os assuntos que o rei colocou na ordem do dia. Isso demonstra a diferença considerável, estabelecida pela política, entre os grandes senhores do *entourage* real, que podem, por meio dos conselhos, incluir um assunto ou a apresentação de um texto, e os que compõem o grosso da assembléia, que não têm condições de sugerir outros temas que não os propostos pelo rei. Acontece até, a propósito dos assuntos relacionados à Itália, de o imperador Carlos dizer ao seu filho Pepino que lhe basta ter sido informado da vontade real em conversa particular. "Nós já falamos com você sobre isso", escreve-lhe Carlos. Nem precisa dizer que a assembléia não foi consultada.

Apreciar a conformidade aos princípios do direito não é dar parecer sobre a conveniência. A assembléia não tem, quanto a isso, nenhuma competência. A obrigatoriedade das decisões reais e das capitulares que as expressam prende-se à autoridade do rei, não à adesão do povo. Se a conformidade é reconhecida, a aprovação é obrigatória. Recusá-la seria, da parte dos fiéis, faltar aos seus deveres para com o rei. Prova disso é o fato de que fiéis legitimamente impedidos de assistir à assembléia são obrigados a formular, *a posteriori*, a sua aprovação. Mesmo quando se trata de modificar as leis nacionais, que não dependem unicamente do rei, a aprovação significa simplesmente que os grandes e os "juízes" — os detentores da autoridade real — entenderam que as mudanças feitas não contrariam os princípios fundamentais e que levarão em conta as modificações, na medida em que

elas aperfeiçoam o texto, tornando-o mais adequado às necessidades dos novos tempos.

A aprovação implica obediência, mas não é pré-requisito para a obediência. Obrigando os *missi*, na assembléia de Nimega, a fazer respeitar a partilha de seus reinos, que acabara de ser decidida, Carlos precisa, em março de 806, que os homens dos referidos reinos devem prometer aprovar o que ele decidiu no mês anterior com a *Divisio regnorum*. Esta é apresentada não como uma capitular saída de uma assembléia, mas como um diploma, como um ato de pura autoridade em que nenhum artigo faz alusão a uma aprovação prévia, ou mesmo a uma assembléia. "Nós decidimos... Nós ordenamos... Achamos por bem proibir... Parece-nos conveniente determinar... Nós determinamos...", tais são os termos da *Divisio regnorum*. Publicada em presença dos *missi* e somente deles, a capitular de Nimega é apenas um termo de aplicação: o juramento é obrigatório e, portanto, obrigou a adesão à determinação da sucessão real.

> Que todos aqueles que ainda não juraram sua fidelidade o façam, e que todos o façam novamente de modo que aprovem plenamente o que nós estatuímos entre nossos filhos para a concórdia e a paz.

A base da autoridade real é o *ban*, o poder de comandar e de corrigir nos limites da lei. Esse poder é justificado e definido pela defesa da ordem pública, que implica a proteção dos fracos, sendo ampliado pela sagração, que confere ao rei a responsabilidade temporal da sociedade cristã diante de Deus. O *ban* obriga o rei a defender as viúvas, os órfãos, os pobres. Ele o faz juiz daqueles que seqüestram homens e mulheres livres, dos que formam quadrilhas, dos que incendeiam casas e colheitas. O *ban* pode se estender quando o interesse geral o exigir, e é o rei que define o interesse geral. Assim, ele intervém contra as vendas de escravos francos, contra a internação forçada num convento, contra o incesto, contra a exportação de armas. E em função disso e também em função da defesa de seus súditos, o *ban* garante ao rei o serviço em armas dos homens livres do reino.

Acrescentemos que a violação do *ban* real é punida com a perda dos bens: uma multa de sessenta soldos, isto é, de 720 denários de prata, é o preço de trinta vacas. Muitos homens livres não dispõem desse dinheiro. Isso significa dizer que quem viola o *ban* fica reduzido à mendicância. Depois de 800, Carlos Magno faz da transgressão do *ban* um crime contra a fidelidade, portanto um caso de perjúrio, sujeito

a uma pena arbitrária, normalmente a condenação à morte. Nos últimos anos de seu reinado, ele chegará a violar o princípio fundamental das leis bárbaras segundo o qual não existe ação judiciária sem queixoso: pelo menos na prática — se não no direito — ver-se-ão condes apresentarem queixa em nome da ordem pública.

É ainda para coibir as desordens que Carlos combate as conseqüências da miséria e as vocações religiosas determinadas pela pobreza dos pais. O rei não tem nenhum interesse em diminuir o número de homens livres mobilizáveis, e de nada lhe serve um clero sem vocação ou um pobre que não tem mais condições de se armar. Ver-se-á que, em dois artigos consecutivos, uma capitular de 805 põe no mesmo nível a infidelidade a Deus e os abusos contra os pobres. A questão é a mesma: evitar que o povo franco seja privado de seus homens em condições de servir.

> Quanto aos homens livres que querem se dedicar ao serviço de Deus, que nada façam antes de nos pedir autorização. Com efeito, soubemos que alguns o fazem não por devoção, mas para evitar o exército ou qualquer outra função a serviço do rei.
>
> Quanto à opressão exercida contra homens livres pobres, que estes não sejam oprimidos pelos poderosos de modo perverso e contra toda a justiça, de forma a serem forçados a vender ou a entregar seus bens. Decidimos isto quanto aos homens livres a fim de que não aconteça de os pais deserdarem seus filhos, ignorando a justiça, diminuindo assim o serviço ao rei, e que os herdeiros, por indigência, não se transformem em mendigos, ladrões ou malfeitores.

Isso não significa que o rei seja um autocrata. Para muitos assuntos legislativos ou políticos, que não estão no âmbito de aplicação do *ban* real, a reação da assembléia parece ter modificado ou determinado a decisão do soberano. Um caso contado por Ermoldo, o Negro, mostra bem a capacidade de discussão que os grandes têm.

Trata-se, nesse caso, da assembléia realizada na primavera de 800 pelo rei Luís na Aquitânia, quando se discutiu a conveniência de uma ação militar contra os sarracenos de Barcelona, que multiplicam os ataques contra as posições francas. Luís agora é adulto e os grandes não poderiam se comportar como na época em que o menino Luís precisava de tutores políticos. Doravante, os grandes senhores desempenham na corte de Luís o mesmo papel que têm na corte de Carlos. Eles informam o rei, e dão opiniões que podem ser discordantes. Ermoldo diz literalmente que o rei está indeciso.

> Vós conheceis a situação. Nós a desconhecemos.
> Dai vosso parecer. Para onde devemos ir?

Sancho Lobo, o duque dos gascões, resume bem o objetivo da consulta: cabe ao rei decidir. O povo obedecerá. Mas Sancho Lobo não deseja a guerra. O que ele deseja é a paz e a tranqüilidade. Guilherme de Toulouse pensa diferente. Ele propõe avançar contra Barcelona, e oferece-se para conduzir a campanha. Só se terá a paz, diz ele, por meio da guerra. O rei Luís terminaria por seguir o seu conselho.

Deve-se também medir a distância, estabelecida pela prática, entre o poder de comandar e a necessidade de ser obedecido. Esse é o caso quando a ordem do dia preparada pelo rei e seus conselheiros não é feita apenas de textos a adotar, mas também de questões a serem discutidas. Assim, em 811, o imperador interroga a assembléia sobre as irregularidades do sistema judiciário e sobre as da organização militar. Uma alusão a essas irregularidades encontra-se na lista das questões a serem colocadas, e elas reaparecem naturalmente entre as decisões exaradas que são retomadas por duas capitulares consecutivas.

Carlos está mais inclinado a interrogar a assembléia particular dos bispos e abades, ao mesmo tempo porque esta dispõe de uma língua de discussão, o latim, e porque os assuntos tratados são de tal ordem que o rei e seus conselheiros leigos, sentindo-se pouco informados a seu respeito, podem ter necessidade de um verdadeiro parecer. Assim o imperador observa em 811, na véspera da assembléia:

> Será necessário em primeiro lugar pedir aos eclesiásticos, isto é, aos bispos e abades, que eles nos dêem conta de suas discussões sobre a maneira como devem viver, para que saibamos a quem dentre eles devemos dar crédito.

Na prática, os conselheiros prepararam, para uso do imperador, notas que dão subsídios para o discurso e até para a sua elaboração. Conservou-se uma síntese redigida para a assembléia de 811, e sem dúvida guardada até os concílios regionais de 813, nos quais foi utilizada pelos *missi*. Não apenas o autor faz uma lista das questões a serem propostas, mas também sugere uma retórica feita de perguntas capciosas e de traços irônicos às vezes ácidos, que deverão chamar a atenção dos prelados e vencer suas eventuais resistências. Numa palavra, o autor escarnece deles.

Será preciso interrogá-los para que saibamos onde está dito que é permitido a todo eclesiástico, isto é, o bispo, o abade ou o monge, ocupar-se de problemas seculares, e saibamos também o que cabe por direito àqueles que se diz serem e que devem ser os pastores da Igreja e os padres dos monastérios.

A ironia não é menos ferina quando o imperador finge não saber o que ele pode legitimamente pedir ao seu clero, deixando que este julgue o que se lhe pode pedir. Ela se torna feroz quando aborda a questão dos costumes eclesiásticos.

Em seguida deve-se pedir-lhes que nos digam claramente o que significa para eles abandonar a vida secular e como se pode distinguir aqueles que abandonaram a vida secular daqueles que nela permanecem: a diferença está apenas no fato de que os primeiros não portam armas e não são publicamente casados?

É preciso perguntar-lhes também se se pode dizer que abandonou a vida secular aquele que não pára de aumentar, a cada dia, suas posses, recorrendo a todo tipo de meios, utilizando todo tipo de procedimento, invocando a beatitude do reino dos Céus, ameaçando com o suplício eterno do inferno e forçando, em nome de Deus ou seja lá de qual santo for, o rico ou o pobre simples de natureza, pouco instruído e imprudente, a se privar de seus próprios bens, a deserdar seus herdeiros legítimos e a levar, com isso, muita gente a se entregar, por causa da miséria, a uma vida de malfeitor, pois aqueles que não receberam a herança dos pais nada podem fazer senão se tornarem ladrões e gatunos.

Não terá passado despercebida a severidade da expressão "publicamente" casados. É notável, também, a habilidade com que, para dar conselhos ao clero, o imperador se justifica alegando preocupação com a ordem pública.

As capitulares, que muitas vezes são as cópias entregues a título de súmulas, refletem muito bem o discurso proferido diante da multidão reunida pelo rei ou por seus porta-vozes: trata-se de ordens e não de apelos ao conselho. Essas listas de decisões não revelam a menor discussão. Fazem-se muitas alusões ao conselho e à aprovação, raramente a idéias propostas por um ou por outro, jamais a intervenções decisivas da assembléia. Mas para isso o rei precisa de um grande talento: diante da multidão de povos reunidos no reino, o menor engano pode trazer graves conseqüências.

Ao lado das ordens, há as decisões reais que têm sua sanção jurídica na declaração verbal ouvida pela assembléia. É o caso das relações diplomáticas e dos tratados. Não cabe submeter a uma assembléia que se reúne no máximo duas vezes por ano decisões políticas tomadas depois de trocas de embaixadas. Mas o relatório feito pelo rei implica aprovação, pelo simples fato de ser apresentado à assembléia. É assim que os *Anais reais*, resumindo os trabalhos da assembléia de 811, observam: "a paz com Hemming aprovada". Naturalmente, a assembléia é colocada diante de um fato consumado. Mas este, que é obra dos embaixadores, não produzirá todos os seus efeitos sem essa declaração da vontade real, aprovada pela assembléia.

A assembléia tem um outro papel. Os grandes leigos e eclesiásticos nela se apresentam com o "dom anual", essa contribuição financeira — às vezes em gêneros — para as despesas gerais do reino, recolhidas pelos grandes senhores para o rei, depois para o imperador, entre os homens de sua circunscrição e de seus domínios.

Nem toda decisão real, porém, implica a aprovação da assembléia e a redação de uma capitular. Muitas ordens escritas enviadas aos *missi*, aos condes ou aos bispos nos mostram um Carlos Magno dando ordens, diretamente, nos campos mais variados, e às vezes de grande importância. Inspirada por Alcuíno, a célebre carta circular endereçada aos bispos e abades determinando a criação de escolas nada tem de medida de rotina administrativa. E o estatuto dos cristãos espanhóis refugiados na marca da Espanha e na Septimânia não é uma decisão inconseqüente.

CAPÍTULO XII

ATRAVÉS DO REINO

O CONDE

Como dissemos, o rei está presente em quase todos os teatros de operações. Até a coroação imperial, é ele quem conduz as campanhas militares. A lenta conquista da marca da Espanha pelo rei Luís é uma exceção. Com isso, o rei se faz presente tanto nas regiões austrasianas onde se encontram suas raízes familiares, seus principais fiéis e seus domínios hereditários, como naquelas em que se processa o avanço do reino para o leste ou para o sul: ele está todos os anos na Baviera ou na Saxônia, e viaja para a Itália cinco vezes.

Raramente é visto em outros lugares. Excetuando-se a expedição de 778 à Espanha, que haveria de ter seu lamentável desfecho em Roncesvales, expedição que partiu de Orléans aos Pirineus ocidentais passando pelo Poitou e pela Gasconha, Carlos praticamente não visitou as partes do reino franco situadas a oeste do baixo Sena e do Marne. Suas residências mais habituais situam-se, como vimos, entre o Mosa e o Meno. As situadas mais a ocidente ficam nas cercanias de Compiègne e de Reims. Ele passa um bom tempo em Pavia, em Milão, em Mântua, em Ravena, em Spoleto, em Roma. Cumpre observar, porém, que, depois da campanha de 787 contra Benevento, Carlos só esteve na Itália uma vez em 27 anos. Mas, provavelmente, não esteve em Sens, nem em Bourges, nem em Lyon, nem em Toulouse, nem em Marselha, nem em Arles, nem em Narbonne. Passado o tempo de seu efêmero ducado de Mans, onde não é certo que tenha estado, não voltou a ver a marca da Bretanha. Ele apenas atravessa rapidamente a futura Normandia ocidental, depois de uma inspeção do litoral da Mancha, feita em 800, indo em seguida para Tours. A Borgonha e a Provença lhe são desconhecidas, assim como o Languedoc.

Nem por isso deixa de ter consciência da complexidade do reino. Carlos bem sabe que tem dois reinos com tradições e necessidades muito diferentes, e que o reino franco compreende três entidades políticas não menos diferentes, separadas pelo Reno e pelo Loire. No além-Reno, ainda é preciso distinguir os países segundo sua história recente, sua tradição de independência ou de autonomia, seu grau de subordinação. A Saxônia não é a Baviera, que não é a Alemânia.

O rei sabe também o que significam as distâncias. Registremos aqui alguns números significativos: considerando-se os caminhos que se podem trilhar e de acordo com as estações, contam-se de 1.000 a 1.500 quilômetros de Aix a Roma, da marca da Espanha até o norte da Saxônia, da marca da Bretanha até o leste da Baviera. Lembremo-nos de que as pontes são raras e de que os grandes passos dos Alpes centrais — Simplon, São Gotardo, Brenner — só seriam abertos cinco séculos depois. Um cavaleiro não acompanhado de pedestres nem de carroças leva de um a dois meses, dependendo do estado das estradas, nem sempre previsível. Leva-se uma semana inteira para ir, sem bagagem, de Worms a Aix. Mesmo a serviço do rei, não se pode rebentar os cavalos.

Todo o sistema de governo de um rei que só conhece as zonas de expansão repousa, pois, na massa dos que lhe são fiéis. O rei não se preocupa em marcar presença. Procura ver seus fiéis, ouvi-los e fazer-se ouvir. Ele precisa também lembrar o laço que une todos os homens livres à sua pessoa: compreende-se a importância que tem, aos seus olhos, o juramento de fidelidade.

Isso significa que a organização dos poderes locais e da representação do poder central é tão essencial quanto a da unidade sustentada e tornada visível pela assembléia geral e pela convocação do exército.

O pivô de toda organização política, administrativa e judiciária do reino é o conde. O governo imperial, já nos primeiros anos, substituíra o governador pelo conde. Mudando a relação do conde com o poder soberano, os reis francos preservaram, depois generalizaram, a instituição. Havia também, em algumas regiões, um *grafio*, cujo nome indica a origem germânica. Desde o fim do século VII, conde e *grafio* são sinônimos. Como seu nome indica — *comes*, companheiro — o conde é, desde o século VII, um fiel do rei, que este envia para administrar um *pagus*: logo se passará a chamar a este de condado. No tempo de Carlos Magno, a palavra "condado" designa quase sempre a função. Aqui a empregaremos, porém, em seu sentido definitivo.

Observemos que, como *pagus*, o substantivo *comitatus* ainda é, nos tempos carolíngios, do gênero masculino. Em língua de *oïl* e em

língua de *oc*, "*comté*" [condado] e "*comtat*" serão sempre femininas, e isso desde o século XI. Não se encontrou nenhuma explicação para essa oscilação de gênero, exceto uma possível contaminação pelos substantivos originados de palavras latinas terminadas em -tas, como "*bonté*" [bondade] e "*générosité*" [generosidade]. O termo "*comté*" [condado] só se definirá completamente como masculino no século XVII, deixando alguns vestígios, o mais notável dos quais será o condado de Borgonha, o Franco-Condado [em francês é feminino: la Franche-Comté].

Nas regiões fortemente marcadas pela romanização, o condado herdado dos merovíngios sucede, no mais das vezes, à cidade [*cité*, *civitas*] do Baixo Império. Ele corresponde, pois, à diocese, dado que no tempo do Império cristão estabeleceu-se a prática, logo ratificada pelos concílios, de estabelecer os bispos na sede das autoridades civis, que era a cidade (*cité*), ou, antes, a cidade capital da *cité*. Quando, nas zonas de grande urbanização — a Itália central, a Provença, a Septimânia —, as *cités* são muitas e de pequena importância, o condado engloba várias delas. Inversamente, quando as *cités* são pouco numerosas e as dioceses muito vastas, quase sempre estas foram divididas: o *pagus* pode, pois, ser apenas uma parte de uma antiga *cité*. É raro que ele não corresponda a uma antiga unidade territorial dos tempos gauleses.

Qualquer que seja a sua origem, o *pagus* tem o nome da cidade. Na Gália franca, a própria cidade tem, no mais das vezes, o nome de um antigo povo gaulês e não o da antiga povoação. Enquanto *Lugdunum* continuou sendo Lyon, não se diz mais *Lutetia* ou *Agedincum*, mas Paris ou Sens, a cidade (*cité*) dos *parisii* (parísios) ou dos *senones*. Os nomes romanos, e em especial os das colônias, algumas vezes se perpetuaram: *Colonia Claudia Augusta Agrippinensis* se tornou Colônia.

O *pagus* é, pois, um território. Ele será o "*pays*". A palavra *civitas*, "*cité*", agora já não designa o território com sua capital, mas a cidade (*ville*), e apenas ela. Os bispos pautam pouco a pouco seu uso pelo uso leigo: eles falam de sua "diocese", e sua cidade (*cité*) agora é apenas a sua sede, a cidade onde eles têm sua catedral, seu batistério e seu tribunal. Quando a cidade se ampliar, a partir do século X, acabar-se-á por reservar a palavra "*cité*" para o bairro antigo caracterizado pela presença da catedral. No tempo de Carlos Magno, a *cité* era a cidade do bispo e, no mais das vezes, a do conde. E ela é o coração do *pays*.

Não há, pois, nada de sistemático na organização territorial do reino de Carlos: nem todo *pays* é uma *cité*, e nem toda *cité* é um *pays*. Além disso, as instituições municipais do Baixo Império não desapareceram

em toda parte. Embora já não se fale mais delas no norte da Gália e se praticamente nelas não se falou nas regiões germânicas do Império romano, estas instituições continuam, como vestígios, no sul e principalmente na Itália, nas regiões onde as concepções romanas da vida municipal tiveram tempo de se fixar. Só uma coisa é certa: embora haja *cités*, portanto dioceses, que compreendem vários *pays*, não há *pays* que compreendam mais de uma diocese.

O *mansus* é o espaço das atividades familiares e do trabalho cotidiano, e ele é a base das imposições, assim como das obrigações militares. A *villa*, portanto o grande domínio e sua materialização na aldeia, é o espaço da vida econômica e social mais familiar, o das atividades agrícolas e das realidades comerciais. Mas é o *pagus*, o "*pays*", quer ele seja quer não a capital de um condado, que é para os habitantes das cidades e dos campos o espaço tangível da vida administrativa e política. É lá que se dispensa a justiça, que se pagam os impostos, que se fazem as trocas econômicas indispensáveis. É lá, também, que se discutem com os interessados as condições do serviço ao exército. O condado, por sua vez, provavelmente só é perceptível na vida dos governantes, dos condes e de seus agentes, dos bispos e, naturalmente, dos *missi dominici*.

Porque o condado é antes de tudo uma divisão jurisdicional prática. Desde a época merovíngia, a Gália franca conta com cerca de trezentos desses condados muito bem definidos, bem delimitados e sempre dotados de um conde. Os condados, por sua vez, são divididos em "vigairarias" ou "centenas", unidades territoriais ao que parece bastante antigas e sem dúvida de origem germânica, que são administradas por agentes subalternos encarregados da manutenção da ordem pública. Esses vigários ou centenários não têm a mesma origem, sendo o centenário um responsável local e o vigário um agente delegado pelo conde. No século VIII, os dois termos se tornaram sinônimos, e qualificam os notáveis designados *in loco* pelos condes. Nas regiões recém-conquistadas da Germânia, os novos condados são calcados nos territórios tradicionais ou nas unidades naturais. Em seu apogeu, o reino franco de Carlos Magno — sem contar a Itália — tem cerca de quatrocentos condados.

Pode-se definir em rápidas palavras a função do conde: ele representa o rei. Mais do que qualquer outro, desfruta da "graça do rei", isto é, da confiança que permite àquele que dela goza aceder às "honras" e também ser acreditado, bastando para isso sua palavra, quando exprime a vontade real. Definir o que isso significa, como o fazem tantas capitulares quando é preciso lembrar aos condes dos seus deveres,

implica uma longa lista dos interesses públicos e privados do rei. Privados, porque o conde é administrador dos domínios reais e administrador de suas rendas. Públicos, porque ele é o responsável pela ordem, pela administração da justiça, pelo recrutamento; é também o chefe militar do contingente que o condado deve ao exército real e, além disso, contador de sua logística. Ele preside a assembléia do condado e publica as capitulares. Com a autoridade que lhe conferem todas essas funções, escolhe e nomeia nas jurisdições de seu condado os agentes subalternos da autoridade e da justiça reais. Em função dessa mesma autoridade, deve entender-se com o bispo ou os bispos e com os abades, e é considerado responsável pela manutenção da "concórdia" no reino, com que o rei tanto se preocupa. O conde também ouve os juramentos de fidelidade exigidos pelo rei.

Por tudo isso, o conde deve avaliar o que pode fazer de autoridade própria e quando deve reportar-se ao rei. Ele presta contas do essencial. Tem seu lugar marcado na assembléia e, além disso, responde a todas as convocações do rei. E faz parte desse "viveiro" no qual o rei escolhe, quando necessário, seus embaixadores no estrangeiro e, principalmente a partir da década de 800, seus *missi* no império. Isso significa dizer que, para um homem que não tem nenhum colaborador imediato, a não ser um secretário e um palafreneiro, a tarefa é muito vária e muito pesada. Só muito mais tarde se pensaria em fazer que o conde fosse ajudado pelos "*missi* do conde", que terminariam por ser chamados de viscondes.

Como não pode estar em toda parte ao mesmo tempo, muitas vezes o conde está ausente. Alguns, pelo fato de Carlos apreciar os seus serviços e sempre os utilizar, ficam fora de seu condado seis meses por ano: os *missi* não podiam queixar-se disso porque eles próprios estão na mesma situação. A causa dessa anomalia, de que o rei e principalmente o imperador, nos últimos anos de seu governo, têm plena consciência, é evidente: o reino franco não dispunha de um número suficiente de homens capazes, sobre cuja lealdade e integridade não pairassem dúvidas. Isso fica muito claro quando o vemos valer-se de condes cujo comportamento não aprova, de condes que vão caçar em lugar de aplicar a justiça, que confundem o bem do rei e o seu próprio, que se deixam comprar por aqueles que estão sob sua jurisdição ou sob sua administração. Estes são recriminados, em geral nas capitulares e em particular por intermédio dos *missi*, e às vezes são punidos, mas raramente destituídos. Não há outros para pôr no lugar. Se Carlos Magno preocupa-se bastante com a instrução da nova geração de sua

aristocracia e em propiciar-lhe uma educação moral e política, não é apenas porque deseja o desenvolvimento dos estudos e o sucesso de um renascimento intelectual desinteressado. É também porque lhe falta uma elite com quadros bastantes para atender às necessidades políticas de seus reinos.

Os mesmos defeitos caracterizam evidentemente os subalternos, vigários ou centenários, que praticamente só saem de sua jurisdição para as campanhas militares para as quais são convocados, mas que ficam o resto do tempo submetidos às mesmas tentações que o conde. O conde é escolhido pelo rei e apenas por ele, sem nenhuma consulta, senão a que faz, de modo bastante informal, a seus conselheiros. O vigário ou centenário, ao contrário, é escolhido pelo conde depois de consulta ao "povo", isto é, outros notáveis da centena. É evidente que essa consulta põe o agente do rei nas mãos de seus administrados e numa posição de cumplicidade em relação ao conde, tanto mais que ele pode ser mais facilmente destituído por este.

Contudo, é do interesse do rei que o conde seja ao mesmo tempo o administrador de seu condado e expressão dos meios influentes da região. Portanto, no mais das vezes ele é escolhido na aristocracia, que dispõe de muitos bens próprios e benefícios, de boas relações pessoais e familiares. Por predileção, Carlos escolhe seus condes nessa aristocracia franca, principalmente na da Austrásia, à qual ele pertence. Iniciada desde o dia seguinte ao da vitória de Pepino de Herstal em 687, a colonização da administração da Nêustria pela aristocracia austrasiana, e mais precisamente pelos que eram fiéis aos soberanos da dinastia de Pepino e aos arnulfianos, continuou a se reforçar sob Carlos Martel e sob Pepino, o Breve. No tempo de Carlos Magno, os condes austrasianos estão em toda parte.

O rei não ignora a necessidade de fazer concessões ao meio local, e isso principalmente nos países recém-dominados, em que uma administração eficaz passa por um verdadeiro conhecimento das realidades nacionais e uma boa adesão das elites políticas. Face aos povos submetidos há pouco tempo, e submetidos pela força, Carlos põe em jogo os mais eficazes "colaboradores", no sentido que a palavra viria a adquirir, doze séculos depois, nos países ocupados. Ele dá aos mais influentes a ilusão de participar das decisões e mesmo do poder. Ouve a aristocracia dos povos submetidos e faz questão de divulgar isso. Os grandes da Saxônia ou da Baviera são, assim, frente a seu povo, comprometidos com a autoridade franca, devendo, portanto, garantir a execução das ordens oriundas de uma assembléia da qual foram meros

figurantes. Orgulhosos ou constrangidos, nem por isso deixam de fazer o jogo do rei. Vêem-se, pois, condes visigodos, lombardos, bávaros e mesmo saxões.

Por outro lado, há muito poucos condes oriundos da aristocracia da Nêustria: ela é tão submissa que não é necessário fazer-lhe concessões desse tipo. Nomeado conde de Paris por Pepino antes de 753 e tendo se mantido no cargo até sua morte, em 778, o conde Gerhard é um fiel austrasiano, e, além disso, casado com uma parenta de Carlos Martel. Destaquemos um fato muitas vezes esquecido: os robertinos que, tendo partido de um condado da região do Loire, depois de um condado de Paris, terminarão por colocar Hugo Capeto no trono da França, são os descendentes de Roberto, o Forte, que, ainda que se tenha instalado na Nêustria, é oriundo da Renânia, de onde saiu em 836.

Na escolha de seus condes, Carlos não comete o mesmo erro que será preciso corrigir em 802, no que tange à escolha dos *missi:* como o faziam seus predecessores merovíngios, ele nomeia para isso pessoas importantes ou que considera como tais. Algumas exceções, porém, bastam para salientar a total liberdade de suas decisões. Encontram-se entre os condes simples vassalos reais, pessoas que até então viviam na corte a expensas do rei. Encontram-se até fiscalinos, isto é, servos das *villae* reais. Sem dúvida, esses condes, cuja fortuna depende unicamente da generosidade do rei, devem sua função a talentos especiais, principalmente a uma aptidão demonstrada na administração dos domínios reais.

A designação de um conde não se faz com uma simples palavra. A carta entregue ao novo "juiz", isto é, ao novo administrador, quando de sua nomeação, adianta as exigências reais quanto às qualidades do homem e as instruções que lhe são dadas.

> Cabe à Clemência real procurar em todo o povo homens bons e vigilantes, e não conferir de forma leviana a dignidade de juiz, mas proceder primeiro a um exame da lealdade e do valor do homem.
>
> Portanto, tendo conhecido tua lealdade e tua eficiência, eu te confiro a função de conde em Tal Lugar, função ocupada anteriormente por Fulano, a fim de que tu o dirijas e que tu o administres, permanecendo sempre fiel a nosso governo, e que tu governes todos os homens que lá habitam, sejam eles francos, romanos, burgúndios ou de qualquer outra nação, com justiça e segundo sua lei e seus costumes, e que tu sejas o grande defensor das viúvas e dos órfãos.
>
> Tu reprimirás os crimes dos bandidos e dos malfeitores, de modo que aqueles que estiverem sob teu governo gozem de paz.

Tu entregarás pessoalmente, todos os anos, ao nosso Tesouro, tudo o que couber ao fisco pelo exercício de tua função.

Assim como o rei vive principalmente de seus domínios, o conde vive de suas rendas fundiárias, relativas aos seus próprios bens e "benefícios" que o rei já lhe concedeu ou concede em função de sua "honra" de conde, isto é, de sua função. Uma das graves preocupações de Carlos é saber que alguns condes preocupam-se mais com a gestão de seus próprios domínios do que com a dos benefícios que não lhes pertencem. O rei é informado que condes transferem para seus domínios a parte econômica dos benefícios, principalmente o gado. Dir-se-á até que alguns condes fazem que os processos se multipliquem para aumentar os ganhos que lhes vêm das multas e dos acordos. Porque o conde tem sua parte nas rendas fiscais do rei, parte que deve estimular seu zelo: um terço da receita dos impostos de portagem, um terço das multas de direito penal, um terço da parte dos acordos privados devida ao rei.

O rei e os condes beneficiam-se com a formação de verdadeiras dinastias. Ainda não se chegou à hereditariedade das funções, assunto de que a aristocracia praticamente não se ocupará até meados do século IX. Mas parece natural que o conde em exercício encaminhe para as funções condais alguns parentes ou aliados capazes de prestar serviço, ampliando a rede de alianças e de fidelidades pessoais. Se todos são fiéis, o rei só tem a ganhar com isso. A "dignidade", que é critério de pertença à camada dominante da sociedade e que dá uma posição e um *status* social, precede, pela via da hereditariedade, as "honras", que são funções precisas: assim como os reis do Império romano não eram necessariamente reis do reino de seu pai, os fiéis de Carlos Magno não são automaticamente condes do condado de seu pai, mas pode-se mais facilmente tornar-se conde quando se pertence ao grupo sócio-político no qual se recrutam os condes, aquele em que se traz de nascimento o título de *vir illuster*, "homem ilustre". Acontece, quando parece bem ao rei, de o filho suceder ao pai. Ninguém ousaria ainda falar de direito.

Surpreendentes dinastias começam, porém, a se formar, baseadas inteiramente na boa vontade do rei, ou antes, no interesse que ele tem em prender seus fiéis e tirar proveito da transmissão familiar das experiências. Quando o conde Gerhard morreu, foi seu filho Bego quem o sucedeu em 778 como conde de Paris, enquanto o outro filho, Leuthard, foi enviado como conselheiro junto ao rei Luís na Aquitânia e como

conde de Fezensac, na Gasconha. Em 816, com a morte de Bego, Leuthard o sucede em Paris. O filho de Leuthard será um dos colaboradores próximos de Luís, o Piedoso, e de Carlos, o Calvo, que desposará sua sobrinha Ermentrude.

A situação é mais indefinida nos países de conquista mais recente, quer se trate da Itália, da Germânia ou da Espanha. Em função das circunstâncias, os condes aí se sucedem em missões às vezes temporárias e com circunscrições definidas mais pelas necessidades da manutenção da ordem e da dominação franca do que pelas exigências de uma gestão administrativa e de uma boa justiça. Os condados às vezes parecem-se mais com um comando militar num *front* relativamente amplo, ao passo que a administração deriva ainda dos órgãos, em maior ou menor medida, herdados da organização anterior à conquista franca.

É nessas regiões que o rei, face a territórios ainda não conquistados, cria as "marcas". Confiada a um conde que toma o título de prefeito da marca, de conde da marca ou de marquês, a marca é um aglomerado de condados com fins puramente estratégicos. A marca é a região-retaguarda de um *front*. Aí, a divisão das responsabilidades depende estreitamente das circunstâncias locais e da conjuntura política. A marca pode ser apenas circunstancial caso novos avanços no espaço a tornem desnecessária. Acontece até de o rei criar uma marca sem lhe dar esse nome e sem a oficializar: ele se limita a confiar vários condados a um mesmo conde. Algumas marcas, ao contrário, se oficializaram e se perenizaram. Assim, há no tempo de Carlos Magno uma marca da Bretanha, uma marca do Friuli, uma marca da Aquitânia, uma marca da Septimânia, uma marca da Espanha, uma marca da Vestfália, uma marca da Panônia.

Apesar de alguns casos em que o duque é na realidade um conde de marca, a marca não deve ser confundida com o ducado. A principal exceção é o ducado de Mans, verdadeira marca face tanto aos bretões como à Aquitânia, que Carlos Martel confia em 710 a um de seus fiéis, que Pepino e Carlomano deixam em 748 a seu meio-irmão Grifon, e que Pepino dá por um tempo a seu filho Carlos, o futuro Carlos Magno. O título bem o diz: ele é conferido ao personagem excepcional que é um filho do rei. Querendo evitar a ambigüidade, o mesmo Carlos Magno preferirá, num território já um tanto estendido, colocar um conde da marca da Bretanha, no caso Rolando. Depois ele voltará por certo tempo a um ducado de Mans para dar em 789 um território, em caráter definitivo, a seu filho Carlos, o Jovem.

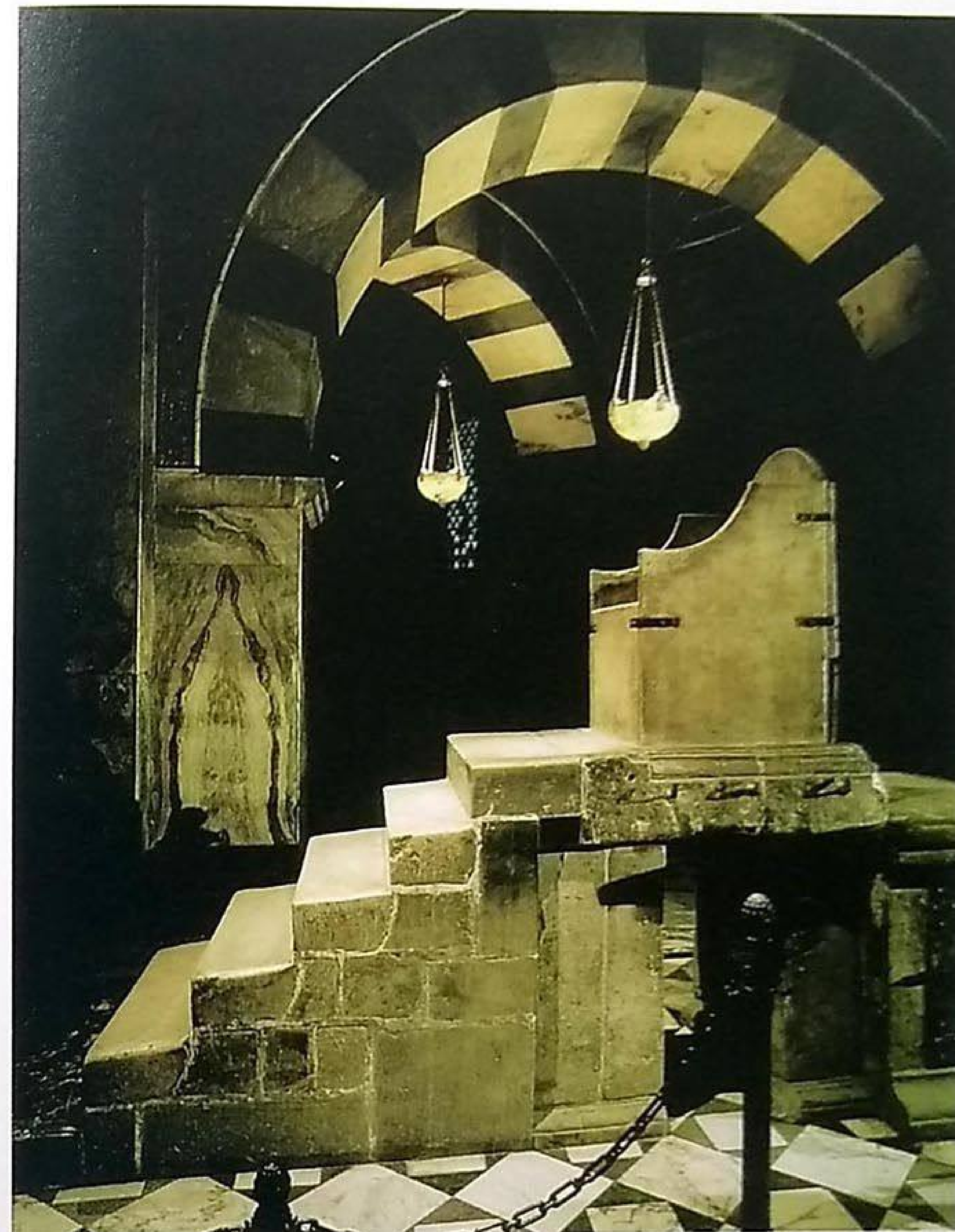
A confusão seria ainda mais grave com os ducados que iriam aparecer no século X. Nessa época, o ducado será um agrupamento de

condados, quase sempre realizado pela força. Um conde poderá ter conquistado, mas também recebido ou herdado, os condados vizinhos do seu: como é o caso da Borgonha, nos arredores do condado de Autun, da Aquitânia, nos arredores do condado de Poitiers ou da Normandia, partindo do condado de Ruão.

No século VIII, o ducado é algo totalmente diferente. É ainda uma unidade política de base nacional, que perpetua um principado independente ou relativamente autônomo. O duque da Baviera, o duque de Benevento, o duque da Aquitânia e o duque da Gasconha não são marqueses.

Preocupado em não deixar que se estabeleça uma autoridade franca em lugar da autoridade nacional entre ele e seus condes, Carlos não admite acordo quanto a esse ponto. À medida que o processo de submissão avança, o duque desaparece e o ducado se extingue. Depois de 769, não há mais duque da Aquitânia. O antigo ducado tinha, porém, uma identidade política muito forte para desaparecer num espaço franco por demais vasto: em 781, Carlos faz do ducado um reino para seu filho Luís. Agora já não se trata de um poder intermediário, mas de um poder delegado. Da mesma forma, o ducado de Spoleto, extinto em 777, é finalmente restabelecido como parte integrante do reino da Itália. De bom grado, Carlos teria feito o mesmo com o ducado de Benevento, se pudesse tê-lo submetido. Embora seja necessário deixar que os bávaros mantenham sua lei, o que impede de integrar completamente a Baviera ao mapa dos condados francos, não há mais duque da Baviera depois de 788. Para aí coordenar a ação dos condes e, principalmente, sua capacidade de intervenção armada face às ameaças, especialmente dos ávaros e dos eslavos, basta um "prefeito". Ele terá tudo do conde de marca, nada do duque. Quanto ao título de duque dado — pelo cronista cognominado "o Astrônomo", no tempo de Luís, o Piedoso — ao conde de Toulouse, chefe incontestável de uma marca frente à Espanha, parece tratar-se apenas de uma força de expressão.

Carlos se preocupa, principalmente depois que se torna imperador, em aproximar a autoridade imperial de cada um dos administrados e dos que estão sob sua jurisdição. O envio dos *missi* é, como se sabe, a resposta ao distanciamento inerente a tão vasta extensão territorial. Em nível local, as numerosas imunidades concedidas pelo rei em benefício dos patrimônios eclesiásticos — raramente dos leigos — não são apenas uma generosidade para com os bispos e abades: são também medidas para evitar a concentração. É verdade que, como no caso das concessões do mesmo tipo feitas pelos merovíngios,



1. O trono de Carlos Magno na galeria superior da capela palatina. Mármore. Aix-la-Chapelle. © Erich Lessing/Magnum. *Ver p. 456.*



2. As portas da capela palatina. Porta principal. Bronze maciço. Aix-la-Chapelle. Detalhe: cabeça de leão. © Jean Favier. *Ver p. 462.*



3. As portas da capela palatina. Porta principal. Bronze maciço. Aix-la-Chapelle. Detalhe: cabeça de lobo. © Jean Favier. *Ver p. 462.*



4. Talismã de Carlos Magno. *Pendentif*-relicário usado por Carlos Magno e provavelmente encontrado em seu túmulo. Reims, Palais du Tau. © Pascal Lemaître/CNMHS *Ver pp. 149, 463, 536, 563, 625.*



5. Píxide da Virgem, de marfim. Viena, Kunsthistorisches Museum. © Kunsthistorisches Museum. *Ver p. 464.*



6. Encadernação de marfim do *Saltério de Dagulfo* (entre 783 e 795). Louvre. © RMN/M. Beck-Coppola. *Ver pp. 436 e 464.*



7. Relicário do braço de Carlos Magno. Arte da região do Mosa, segunda metade do século XII. Oferecido por Frederico Barba Ruiva para a capela palatina de Aix.
No centro, a Virgem e o Menino; em volta, santos. Louvre. © RMN/D. Arnaudet. *Ver p. 593.*



© Giraudon



© Edimedia

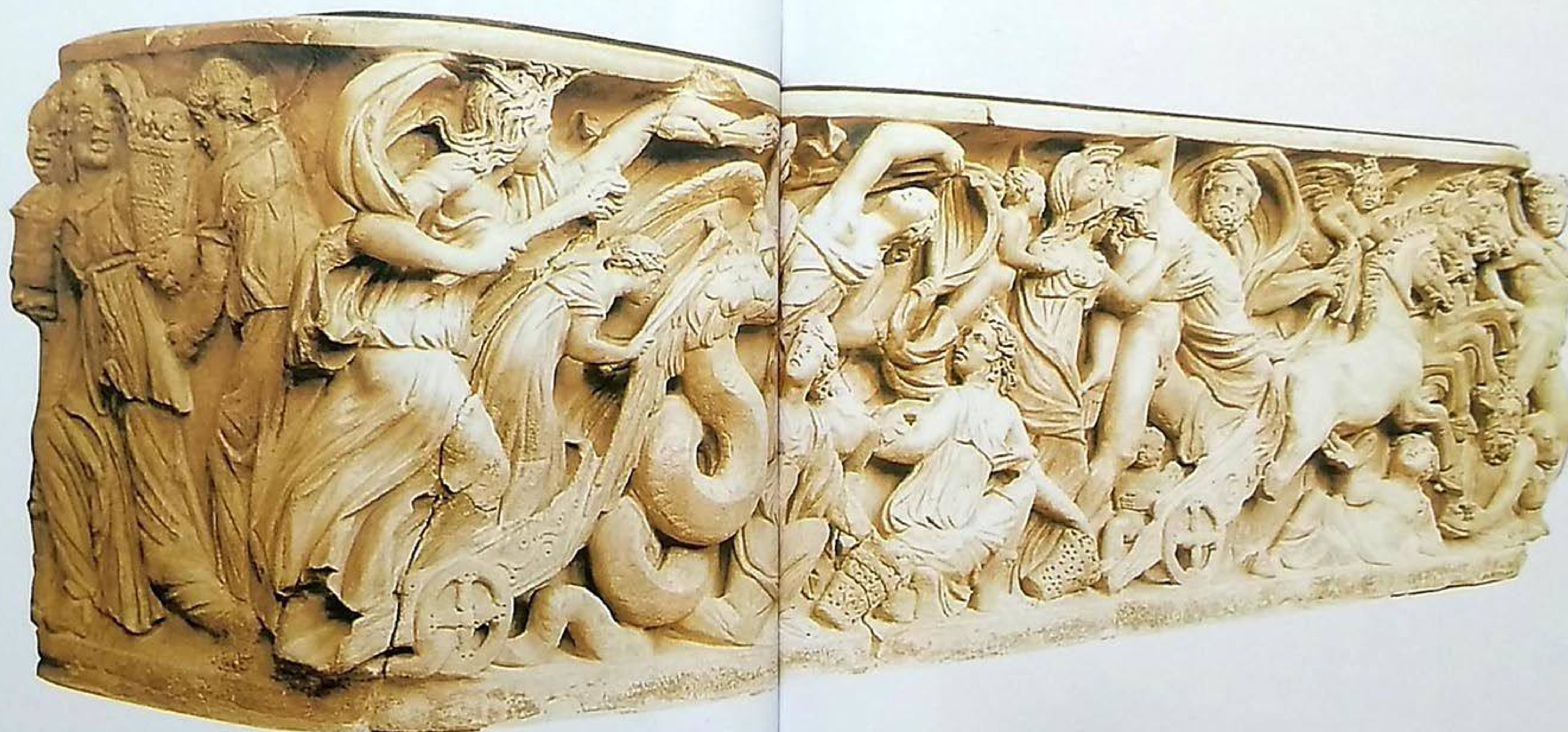
8 e 9. Cofre-relicário de Carlos Magno. Prata dourada. Realizado por volta de 1200 por ordem do imperador Frederico Barba Ruiva. Sob as arcadas, os soberanos germânicos (aqui, Lotário, primogênito de Luís, o Piedoso). Nos painéis, cenas inspiradas no *Pseudo-Turpino* (aqui Carlos oferece à Virgem a capela palatina de Aix). Aix-la-Chapelle, Tesouro da Catedral. *Ver p. 593.*



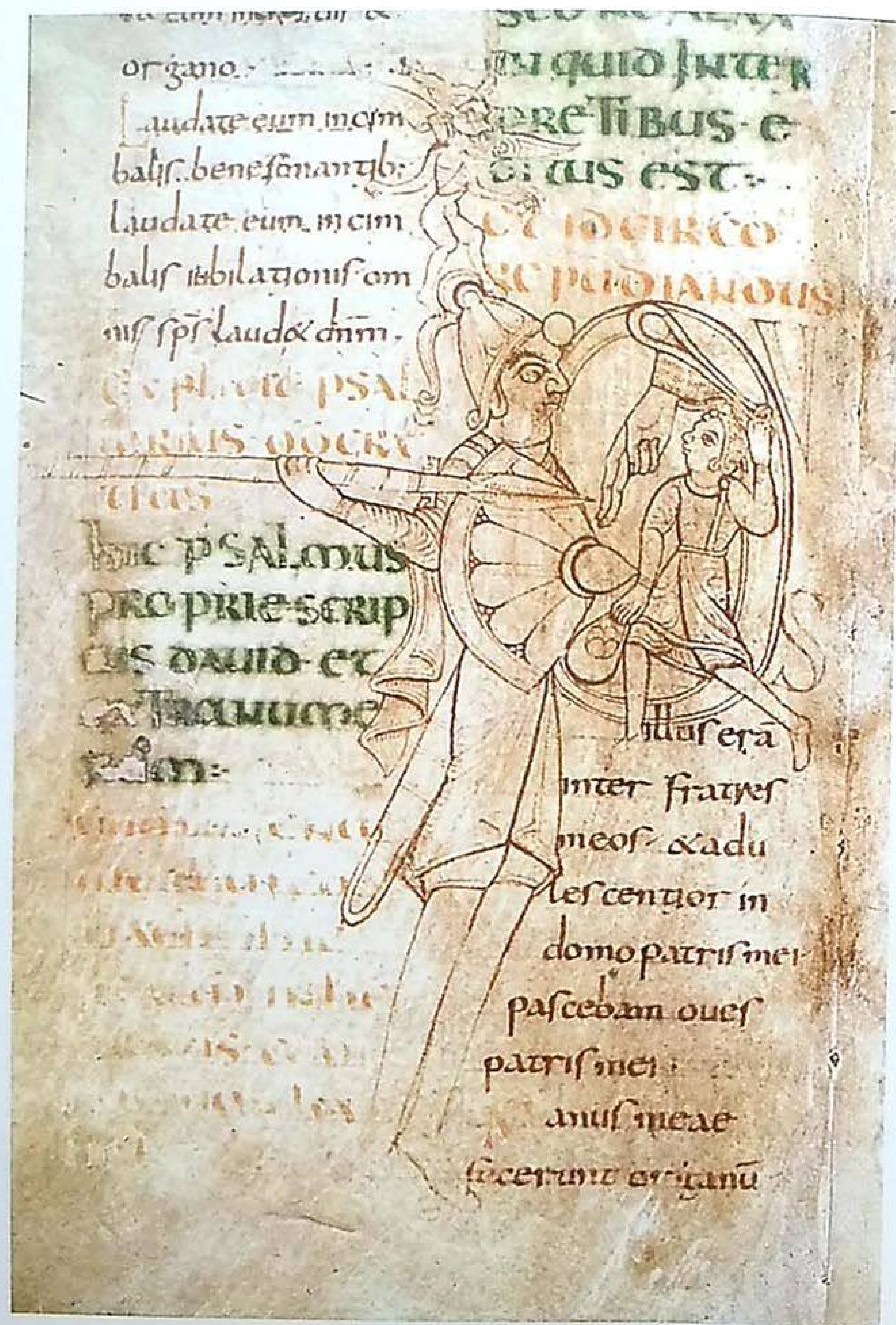
10. Busto relicário realizado por volta de 1348 por ordem do imperador Carlos IV para guardar o crânio de Carlos Magno. Aix-la-Chapelle, Tesouro da Catedral.
© Erich Lessing/Magnum. *Ver p. 565.*



11. Cetro de Carlos V. Estatueta de Carlos Magno, 1365. Louvre. © RMN. *Ver p. 617.*



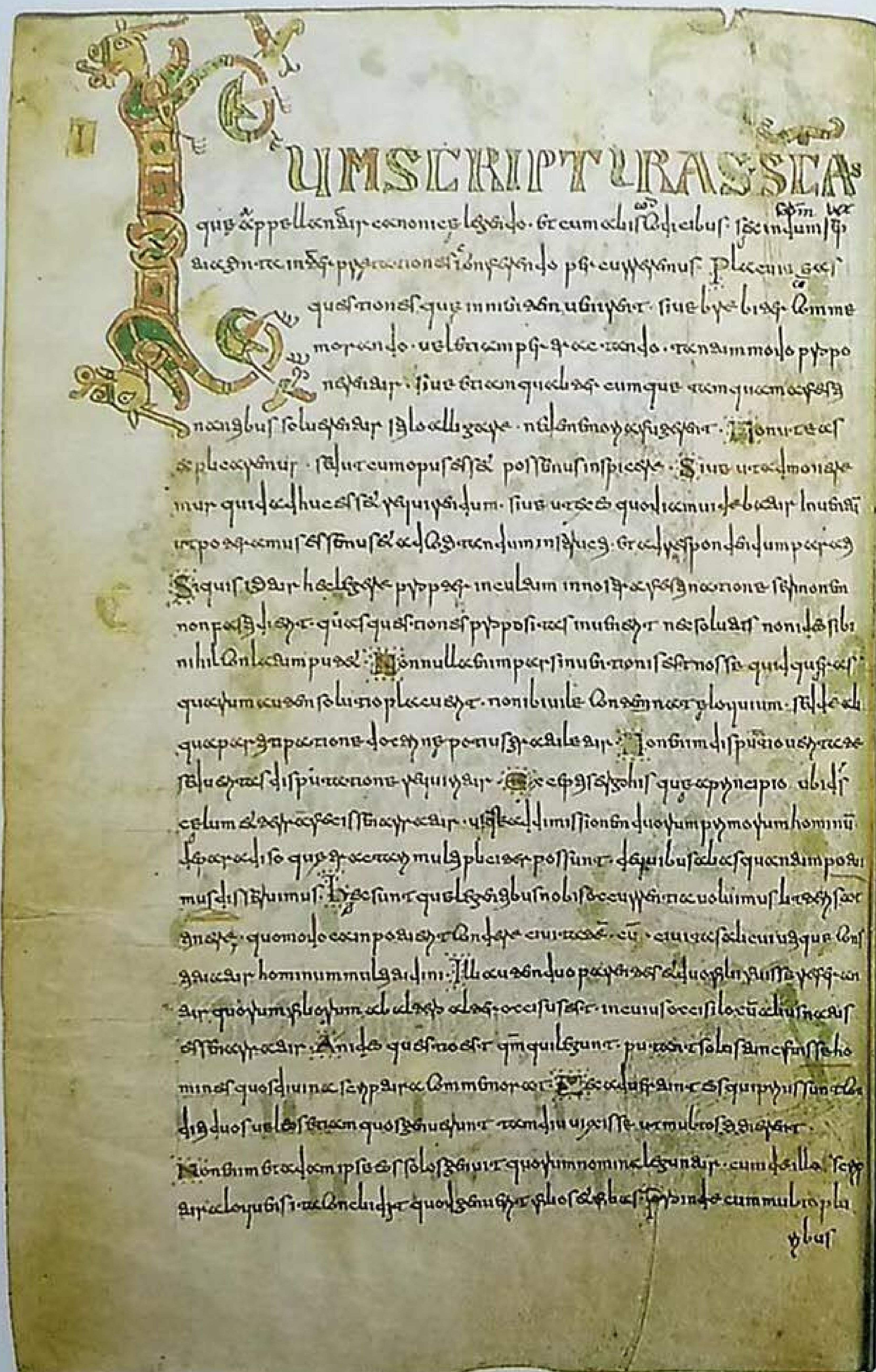
12. Sarcófago antigo de mármore de Paros (século II), ornado com um baixo-relevo que representa o rapto de Prosérpina, no qual repousa o corpo de Carlos Magno. Aix-la-Chapelle.
© Artephot/Brumaire. *Ver pp. 536, 592, 624 e 625.*



13. *Saltério de Amiens.* Letrina representando um guerreiro. Manuscrito anterior a 780, de Corbie. Nele se observam as primeiras ocorrências da escrita carolina. Biblioteca Municipal de Amiens, ms. 18, fol. 123. © BMA. *Ver p. 435.*



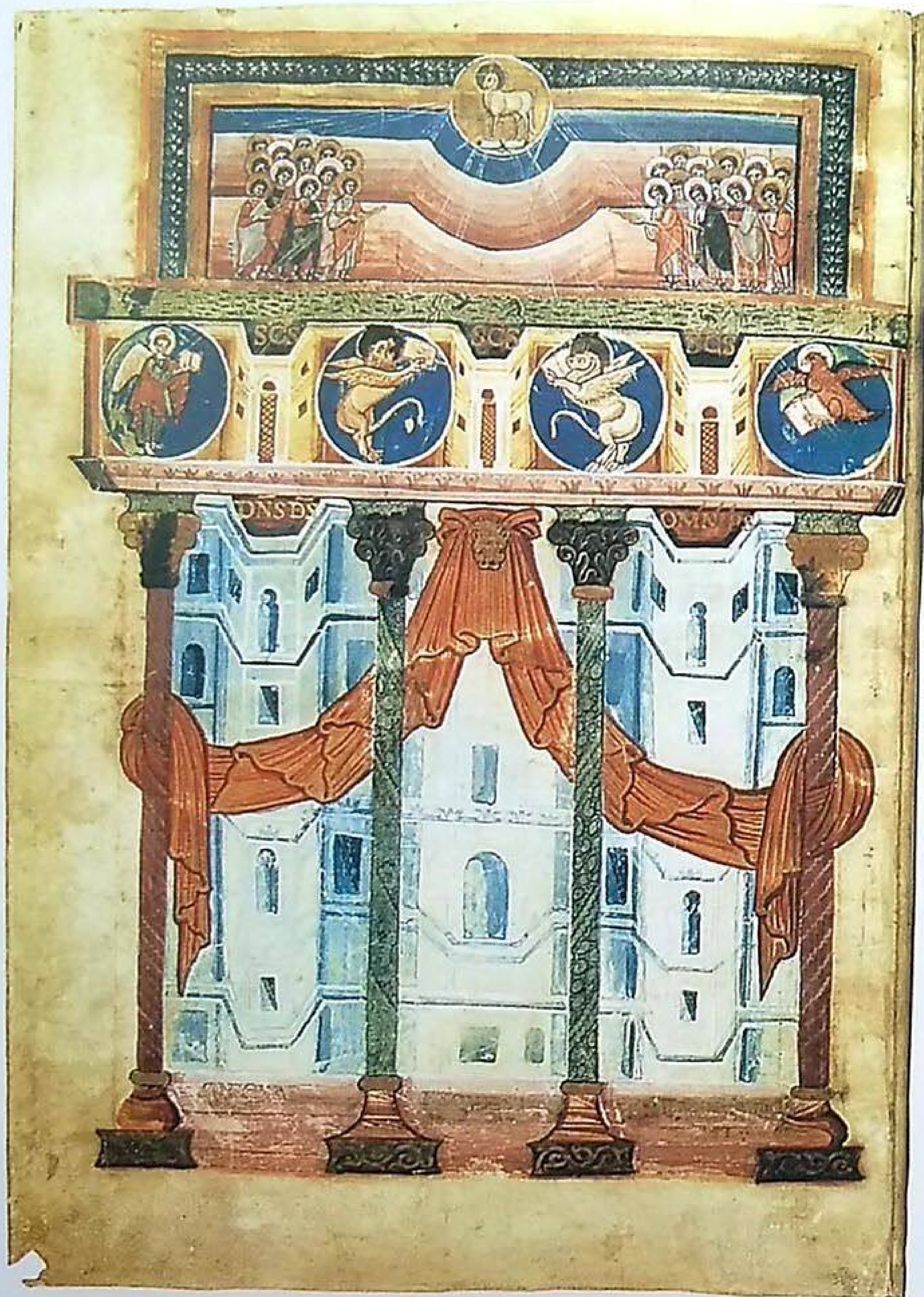
14. *Evangeliário de Godescalco*, a Fonte da Vida. Cerca de 781-783. BNF. Novas aquisições latinas 1203, fol. 3 vº © Tallandier. *Ver pp. 406, 433 e 436.*



15. Santo Agostinho, *Quaestiones in Heptateuchon*. Frontispício com letra ornamentada. Manuscrito copiado em Corbie depois de 780. BNF, ms. latino 12168, fol. 1 vº © BNF. *Ver p. 435.*



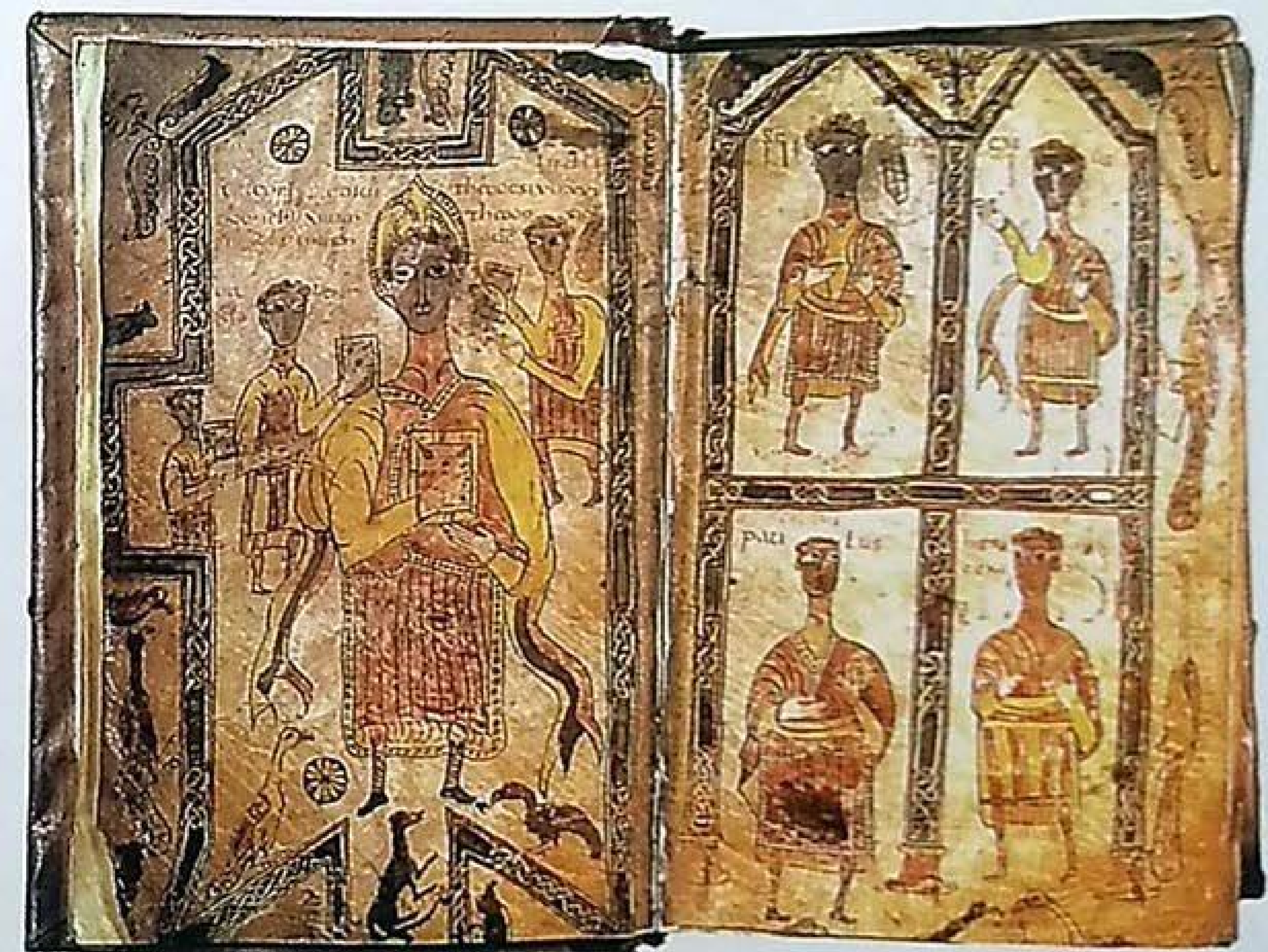
16. *Sacramentário de Gellone*, a Virgem e o Cristo na cruz. Esse manuscrito foi certamente copiado e iluminado em Chelles, pouco antes de 800. BNF, ms. latino 12048, fol. 1 vº e 143. © BNF. *Ver p. 434.*

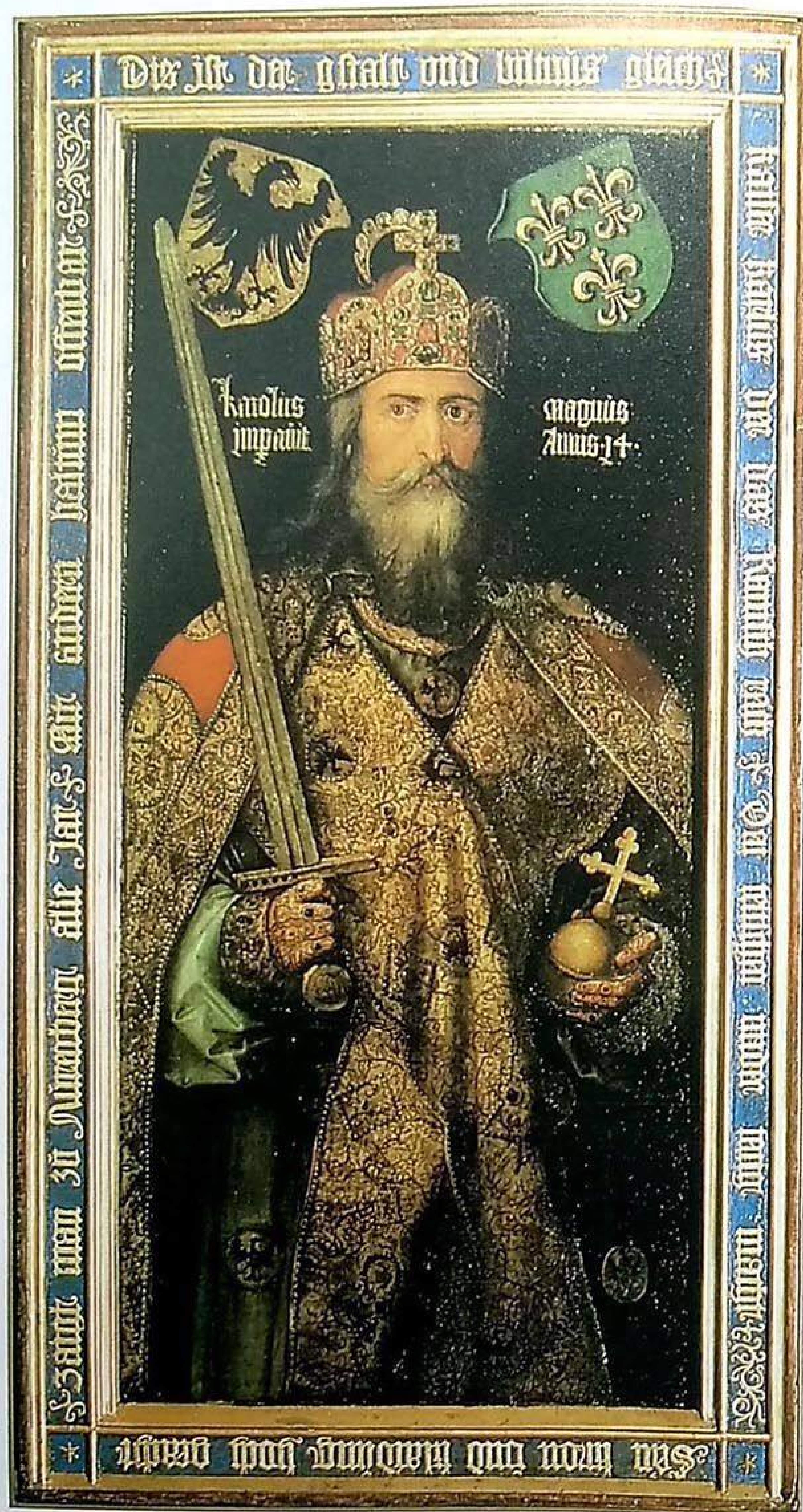


17. *Evangeliário de Saint-Médard de Soissons*, frontispício e mesa dos cânones. Realizado por volta de 800, este manuscrito é certamente um dos produtos da oficina do Palácio. A representação arquitetônica da Jerusalém celeste é dominada, em medalhões, pelos símbolos dos quatro evangelistas e, no alto, pelo povo eleito que adora o Cordeiro de Deus. A mesa dos cânones, que é uma concórdia dos quatro Evangelhos, é construída com base no modelo clássico com arcadas, mas com os símbolos dos evangelistas na parte superior, de um lado a outro do Livro. BNF, ms. latino 8850, fol. 1 vº e 7. © BNF. *Ver p. 433.*

18. Santo Agostinho. *De Doctrina christiana*. Nesse manuscrito, copiado em Saint-Riquier por volta do ano 800, observa-se a clareza da nova escrita. BNF, ms. latino 13359, fol. 19. © BNF. *Ver p.p. 298, 431*

19. *Breviário de Alarico*. Cópia realizada pouco depois de 804, talvez em Tours. Nele se vê, no frontispício, o imperador Teodósio tendo à sua volta os imperadores Valentiniano, Marciano e Majoriano, e os jurisconsultos Gaio, Paulo Severo e Hermoginiano. BNF, ms. latino 4404, fol. 1 vº e 2. © BNF. *Ver pp. 125, 126, 318, 319.*





20. Albrecht Dürer, *Calos Magno*. Pintura para a Câmara de Relíquias de Nurembergue. 1512. Nurembergue, Germanisches Nationalmuseum. *Ver p. 597.*

o primeiro efeito da medida é proibir ao conde todo acesso às propriedades da Igreja que gozam de imunidade por graça do rei. Mas, substituindo a autoridade do conde pela do beneficiário eclesiástico de imunidade, faz-se deste o representante imediato do rei. Se com isso a Igreja ganha em independência, o rei ganha em eficácia: algumas centenas de agentes instruídos, e além disso desprendidos. O beneficiário da imunidade supre de certo modo as deficiências do conde.

A imunidade faz de um clérigo um verdadeiro senhor leigo? À medida que Carlos Magno multiplica os seus beneficiários, ele tem consciência dos perigos e dos limites da instituição, e logo tomou as medidas que se impunham para que a imunidade não se constituísse em obstáculo à ordem pública: a capitular de Herstal obrigava o beneficiário da imunidade, desde 779, a entregar à justiça real os bandidos que se refugiassem em suas terras para escapar à punição. De modo mais geral, nem um bispo nem um abade pode exercer plenamente a totalidade das funções públicas de um conde. Além disso, o próprio rei nomeia — ou faz nomear por seus *missi*, e mesmo eleger sob a supervisão de um conde — para cada localidade que goza de imunidade um "advogado" leigo, encarregado da gestão material dos domínios da Igreja, da justiça temporal do bispo ou do abade, cujo tribunal senhorial ele preside, do recolhimento das multas e taxas devidas ao rei quando este não deixou esse encargo ao beneficiário da imunidade, da convocação dos homens livres e da condução do exército real. Será necessário, de resto, vigiar de perto esses agentes longínquos do poder, e falar-se-á na assembléia de Thionville, em 805, das medidas a serem tomadas contra eles em caso de abuso de poder. Da mesma forma, reservam-se para a assembléia do conde os assuntos judiciários de maior gravidade.

Mas isso não basta: quando em 803 se revisam as leis nacionais, nelas se insere o direito do conde de penetrar, quando necessário, nas terras dos beneficiários da imunidade. Aquele que a isso se opusesse seria condenado a uma multa arrasadora, de seiscentos soldos, ou seja, o décuplo do *hériban*.* Em contrapartida, porém, o conde que abusasse desse novo direito pagaria a mesma multa. É difícil imaginar quem, conde ou abade, conseguisse levantar uma soma — o preço de trezentas vacas — cuja enormidade parece antes uma intimidação que uma verdadeira ameaça.

* *Hériban*: multa para quem desobedecesse as ordens do rei. (N.T.)

Os *MISSI DOMINICI*

Ver os condes uma vez por ano, num encontro que se prolonga por uma campanha militar, não basta para que o rei se inteire verdadeiramente da situação das regiões e do que realmente acontece nelas. Tampouco permite avaliar a atuação dos próprios condes. Como dissemos, há regiões em que o rei nunca esteve. De tudo isso decorre a importância da instituição dos enviados especiais, encarregados de uma missão definida por um objetivo preciso — uma inquirição, a resolução de um problema, a correção de um abuso ou de uma injustiça — ou por uma circunscrição temporária, habitualmente constituída de um ou vários condados. Em sua época, já os merovíngios e principalmente os prefeitos de Palácio se valiam desse tipo de missão. Eram os "enviados do Palácio". Sob Carlos Magno, o envio de tais agentes torna-se sistemático a partir da década de 780. Inquiridores, inspetores ou agentes de execução, tais são os *missi dominici*, os "enviados do senhor".

Os *missi* são enviados em número de dois, às vezes de três, e são acompanhados por um secretário. Tendo competências que se complementam, mas também vigiando-se mutuamente, em geral são enviados um leigo e um clérigo juntos. O papel principal quase sempre cabe ao clérigo: quando se trata de examinar atos administrativos e descobrir malversações, é o mais instruído que se mostra mais eficaz. Mas um e outro têm competência para garantir que as ordens do rei sejam bem executadas, que as capitulares sejam bem compreendidas, que a ordem pública prevaleça e que reine a concórdia. Eles só podem concordar quanto às medidas graves como a destituição ou a punição dos agentes reais reconhecidamente culpados de negligência, de corrupção ou de prevaricação e sua substituição imediata. Logo se percebe que, se o acusado é o próprio conde, os enviados recebem instruções precisas do rei por correio especial. No mais das vezes, eles ouvem reclamações feitas pela população contra os agentes subalternos, esses vigários ou centenários que não têm lá muita importância aos olhos do conde mas que se comportam, de moto próprio, como potentados em relação aos seus administrados. É nesse nível que os *missi* não param de corrigir os governos arbitrários, os abusos de poder e a incúria deliberada.

O papel atribuído aos *missi* varia de região para região. Eles têm um lugar especial no reino franco, lá onde os condes e bispos são numerosos e onde o rei acha por bem colocar uma autoridade intermediária.

Têm menos a fazer nas marcas e nos ducados: os condes da marca e os duques garantem muito bem a intermediação, e o rei, que nem sempre dispõe de condes competentes em número suficiente, acompanha de perto a designação dos condes das marcas, enquanto a designação ou o reconhecimento dos duques deriva de gestões diplomáticas conduzidas por ele próprio. O caso da Saxônia é especial: lá os *missi* só têm um papel ocasional, e são os condes que publicam as capitulares. A situação na Saxônia é incerta demais para que o rei seja informado, de forma regular e imediata, sobre o que lá se passa, e possa transmitir suas ordens sem risco de alguma distorção. Lá, o *missus* é muito pouco útil.

O *missus* das primeiras décadas é um comissário encarregado, em determinada ocasião, de uma missão limitada no espaço e no tempo, não tendo nenhum direito à renovação de sua missão, a qual, antes de 802, não é, necessariamente, renovada. Ele recebeu do rei seu itinerário e suas instruções, às vezes lembradas por um resumo que, quando é um tanto extenso, toma a forma de uma capitular. No essencial, ouviu o que o rei lhe disse em particular e o que o rei ordenou à assembléia. Portador da "graça real", falando "as palavras do rei", ele deve merecer crédito, bastando para isso sua própria palavra.

A missão não é remunerada. O *missus* não tem nem mesmo o direito de hospedar-se à custa do rei nas casas dos domínios reais. Cabe aos condes oferecer-lhes pouso e comida, e dá para imaginar que os condes não têm nenhum interesse em serem malvistos pelos enviados do rei. Mas tais missões não deixam de ter os seus ganhos: quem sabe usar a graça real tem naturalmente sua recompensa nas honras e benefícios que o rei lhe confere. Em suma, a missão contribui para o desenvolvimento de uma brilhante carreira. Infelizmente, embora o rei não deixe de enviar aos reinos pessoas de boa posição, muitos *missi* não passam de modestos vassalos e de simples clérigos, e essa ausência de remuneração os deixa vulneráveis às tentações. Da mesma forma que os condes muitas vezes cobram favores e principalmente dispensas de serviço no exército, os *missi* aceitam de bom grado os presentes que os fazem fechar os olhos justamente para aquilo que deveriam verificar, denunciar e corrigir. Carlos Magno terminará por tomar consciência dessa falha do sistema.

Já há quem soe o alarme. Quando Teodulfo, bispo de Orléans e um dos principais conselheiros de Carlos, e Leidrade, o arcebispo de Lyon — neste caso, os *missi* são dois clérigos, dado o objetivo da missão, mas dois clérigos de alta confiança, que estarão, ambos, entre as testemunhas do testamento de Carlos —, vão em 798 inspecionar as

dioceses do sul da Gália, ficam chocados com o espanto das pessoas cujos presentes eles se sentem na obrigação de recusar. Ao voltar, Teodulfo não deixa de fazer um relato ao rei, bastante pitoresco, é verdade, mas incomodamente revelador. No ano seguinte, é o arcebispo de Salzburgo, Arn, que alerta Alcuíno e lhe pede que intervenha junto ao rei para que este tenha mais cuidado na escolha de seus enviados.

Depois de seu último regresso da Itália, quando ele próprio acaba de percorrer pela última vez uma notável parte de seus territórios e provavelmente de ouvir não poucas reclamações, o imperador decide reformar o sistema em seu princípio e prevenir efetivamente os riscos de corrupção. A reforma foi publicada em março de 802, por ocasião da grande assembléia que ouve o novo imperador apresentar seu mais amplo programa de governo. Os *missi* deixarão de ser enviados ocasionais despachados a uma ou outra região e raramente a todos os territórios dos dois reinos. Eles se tornam os representantes permanentes do imperador junto aos arcebispos e os superiores hierárquicos dos condes que estão à frente dos condados.

Excepcionalmente, o *missus* pode ser o conde ou o bispo do lugar, mas não é a regra nem a razão de ser daquilo que se torna uma instituição perene. Os novos enviados do rei doravante serão escolhidos não entre os mais modestos de seus colaboradores, como esses vassalos diretos não "casados" que estão no serviço normal do Palácio, mas entre os mais notáveis, aqueles cuja fidelidade já foi posta à prova, aqueles cuja fortuna já foi feita por meio de honras e benefícios, aqueles que teriam mais a perder do que a ganhar fazendo-se pagar por sua condescendência. Os dois *missi* enviados juntos serão doravante um conde e um bispo ou um abade, escolhidos no *entourage* de confiança e entre aqueles cuja experiência e integridade já são conhecidas do rei. Contam-se entre eles o abade de Saint-Denis, o arcebispo de Sens, o conde de Paris. A mudança não deixa de ter o seu inconveniente: essas pessoas têm outras tarefas, e não podem se dedicar integralmente à sua missão. Já não é possível ser *missus* em tempo integral.

Cabe salientar: a nova definição dos *missi* aumenta singularmente o papel dos bispos no sistema de governo do Império franco. Embora às vezes eles se reúnam à parte, quando da assembléia, e embora sua tarefa seja em parte distinta da dos *missi* leigos, na medida em que relaciona-se a assuntos que estes conhecem mal, como o direito canônico, a vida monástica, os sacramentos ou a liturgia, os bispos participam, com isso, de pleno direito, dessa função de controle da execução das vontades imperiais que os leva a formar julgamentos

sobre todos os agentes do poder. Para esclarecer as coisas, digamos que uma parte da missão foge à competência pessoal dos *missi* leigos e que nada está fora da competência dos eclesiásticos. Uma tal situação vai criando as bases para o papel que os bispos e abades haveriam de desempenhar nas décadas seguintes, quando, encontrando-se o poder central impossibilitado de enfrentar os perigos locais, surgiu a necessidade de reagir aos ataques dos *vikings*. A ninguém causaria espanto o fato de um bispo ou um abade tomar a iniciativa da defesa.

Os *missi*, que agora atuam em circunscrições mais estáveis, em geral calcadas nas províncias eclesiásticas, sem nem por isso terem a extensão exata destas, e respeitando eventualmente — como se vê na Nêustria e na Aquitânia — as fronteiras dos antigos reinos, fazem rondas de inspeção, fazem as assembléias, redigem relatórios ao rei, informam sobre a nomeação de almotacés e de procuradores. Velam pela promulgação das capitulares e controlam seu cumprimento. Fazem que os agentes locais subscrevam um exemplar das capitulares que modificam as leis e o levam à assembléia: ninguém poderá dizer que ignorava a lei em sua nova definição. O tempo do pragmatismo acabou. Agora é o da organização do espaço político. O que permanece são os princípios: dualidade de cumprimento, vigilância mútua.

A realidade é, sem dúvida, menos sistemática do que os princípios. É certo que vastas áreas de atuação de um *missus* — as *missiatica* — são definidas e ocupadas a cada ano numa parte da antiga Frância e no norte da Borgonha, em boa parte da fronteira da Bretanha no Jura e do Somme ao Loire. Não se tem tanta certeza de que em outros lugares tenha havido *missi* estabelecidos em circunscrições vastas. Só sob Luís, o Piedoso, seriam delimitadas *missiatica* do Loire ao Reno. Certamente os *missi* continuaram a exercer, tanto na Aquitânia como na Germânia, sob Carlos Magno, missões temporárias em regiões definidas em cada caso.

AS CAPITULARES

Em geral, é depois das assembléias que se divulgam as capitulares. Chama-se *capitulare* ou *capitularium*, "capitular", a um conjunto de parágrafos, de pequenos "artigos", *capita*, ou "capítulos", *capitula*. A palavra está em uso em 750 na chancelaria de Astolfo e é provavelmente aos lombardos que a corte do rei franco a toma de empréstimo: nesta ela aparece pela primeira vez, alternando-se com a palavra decreto,

em março de 779, na capitular de Herstal. Até então, usava-se apenas a nomenclatura corrente na chancelaria merovíngia: falava-se de edito, de decreto, de constituição. Essas palavras só muito lentamente haveriam de sair do uso corrente, e ainda seriam usadas na década de 820 na chancelaria de Luís, o Piedoso. Originalmente, pois, "capitular" designa não uma forma de ato jurídico, mas uma forma de redação.

A capitular é simplesmente a recapitulação e a formulação das disposições aprovadas na assembléia por aclamação. O ato jurídico é a decisão do rei, tornada pública verbalmente na assembléia. É o *verbum regis*, a "palavra do rei". Na tradição germânica, a palavra falada é essencial, e a escrita é apenas um complemento útil, mas facultativo. O rei frisa que a ordem deve ser executada *post adnonciationem nostram*, "depois de seu anúncio, feito por nós". No momento em que o rei falou, a ordem é uma ordem. O *adnunciatio* é o discurso solene diante da assembléia. Ele basta para exprimir a vontade do rei.

Ainda que muitas vezes sejam redigidas antes da assembléia e para facilitar a exposição, as capitulares são apenas a forma de publicação dessa palavra do rei. Elas são "capítulos que, um após outro, na assembléia geral, damos a conhecer a todos". É evidente que são também a expressão, em mau latim, da vontade real, ainda que tenham sido, em sua primeira redação, o fruto do trabalho de uma comissão de especialistas que discutiu em língua tudesca. Em seu discurso diante dos grandes senhores, um discurso talvez prejudicado pela voz fraca de que fala Eginhardo, o rei não entra em todos os detalhes necessários. Ninguém poderia supor que todas as explicações dadas aos *missi* quanto à execução das ordens reais tenham sido proclamadas em sessão pública. Algumas foram deliberadas, outras não. A maioria delas, tais como as que constarão das capitulares, foram lidas em público, antes ou depois do discurso do rei. Outras não precisam de maiores explicações. Em alguns casos — raros são aqueles que conhecemos, mas nem todas as objeções deixaram traços — ver-se-ão os administrados chicanearem porque os termos da capitular parecem ir além do que foi expresso verbalmente pelo rei. Em outros casos — o que é especialmente evidente na grande capitular de 802 —, o rei completa a capitular quando de sua redação e acrescenta, na primeira pessoa, disposições que não lhe pareciam claras na primeira tradução de seu pensamento e por ocasião da deliberação da assembléia.

Muitas contestações, aliás, não derivam de divergências de fundo, mas da simples incompreensão, facilitada pela inabilidade dos redatores. Se o rei é obrigado a reiterar algumas determinações, e até a encarregar

os *missi* de um controle da execução, é porque não se tem garantia da compreensão desses textos. Formulação, sintaxe, vocabulário — tudo contribui para levar os executantes a erros de interpretação. Conta-se com as capitulares para refrescar a memória daqueles que participaram da assembléia, e com essa lembrança para facilitar a compreensão da capitular. Mas para se ter uma idéia da dificuldade, é preciso considerar também que se dispõe de um texto em latim corrompido para reavivar a lembrança de um debate em língua românica ou em tudesco. Os *missi* encarregados de publicar a capitular em sua jurisdição sabem que sua primeira tarefa é explicá-la.

Com mais forte razão encontram-se resistências quando, passando por cima dos princípios, o imperador faz comunicar uma decisão que não foi tornada pública na assembléia. Seu *ban*, isto é, seu poder de ordenar e de corrigir, lhe parece legitimar suficientemente o processo. Podemos imaginar que os destinatários tivessem uma visão muito diferente dessas ordens dadas sem deliberação. Naturalmente, a última palavra cabe ao rei, mas este sabe muito bem que não deve abusar desse exercício anormal do *ban*. Pouco antes de 810, Carlos foi obrigado a informar os súditos do reino italiano sobre seu filho Pepino, nos termos transcritos abaixo.

> Em diversos lugares, alguns dos nossos e dos vossos disseram que os *capitula* que mandamos inscrever nas leis não foram levados ao seu conhecimento por nós próprios, e por isso recusam-se a cumpri-los, a aceitá-los e tomá-los como leis. Tu sabes como e quanto falamos desses *capitula* contigo, e em conseqüência nós deixamos a teu cargo publicá-los em todo o reino a ti confiado por Deus e fazer com que nele eles sejam aplicados e acatados.

Temos uma idéia do que significa publicar. O *missus* — às vezes o conde, o bispo ou o abade — vai à capital da circunscrição e reúne os notáveis. Os que estavam na assembléia estão presentes? Nada o indica. Mas há os almotacés de todos os condados da circunscrição, esses homens sábios e competentes que, como veremos, assistem o conde em sua assembléia e reúnem-se em conselhos judiciários locais. Há também os vassalos pessoais do rei que não puderam ir à assembléia. Informam-nos de uma capitular recente, às vezes pela leitura do texto em latim, no mais das vezes resumindo-a na língua compreendida por todos os assistentes. Ao que parece, nos casos mais graves, como quando se toca na lei nacional, a leitura integral da capitular se impõe, quando mais não seja

para aqueles, entre os presentes, que conhecem bem o direito local e são capazes de avaliar as modificações trazidas pelo novo texto.

O *missus* faz então uma alocução. Na verdade, ele comenta o texto. Entre os notáveis locais, poucos estão em condições de compreendê-lo: os clérigos que assistem à assembléia do rei sabem um pouco de latim e se espera que os condes o entendam um pouco, mas as pessoas simples que participam da reunião local são clérigos que mal o compreendem e leigos não lhe conhecem nem uma palavra. O mais útil, nessa reunião, é o discurso do *missus*. Ele, pelo menos, se faz compreender, primeiro falando a língua da região, depois respondendo às questões. Pede-se em seguida aos assistentes que declarem, em uníssono, que obedecerão à palavra do rei. Em alguns casos, sem dúvida mais importantes, como quando se faz um aditamento às leis, o *missus* exige que cada um confirme sua concordância apondo seu sinal — no mais das vezes uma cruz — no documento. Essa formalidade basta para nos informar sobre os efetivos de tais reuniões: algumas dezenas de homens. O seu consentimento é um puro e simples certificado de recepção. Mas é preciso garantir que a ordem chegou ao destino e que ela foi compreendida.

É raro surgirem objeções nessa assembléia local. Pedem-se explicações, não se fazem críticas. É na aplicação que se manifestam as resistências, cujos ecos os *missi* fazem chegar ao rei, e que podem motivar a publicação de uma outra capitular por ocasião de outra assembléia.

Às vezes, pois, a difusão é acompanhada de uma espécie de teste: o *missus* deve fazer um relatório sobre a execução das ordens. O rei quer saber se suas decisões são bem compreendidas, bem executadas, e mesmo bem adaptadas às necessidades e à capacidade de seu povo. Assim, em 803, Carlos Magno determina aos *missi* reunidos em Mogúncia que interroguem o povo sobre as *capitula legibus addenda* publicadas alguns meses antes para aperfeiçoar a lei sálica. A exigência final mostra bem que, para o *missus*, o povo constitui-se apenas de alguns grandes senhores da região.

> Que se indague o povo sobre os capítulos recentemente acrescentados à lei. Quando todos tiverem aprovado, que eles aponham a eles suas assinaturas e confirmações de próprio punho.

Dois anos depois, a segunda capitular de Thionville registra uma simples interrogação a propósito das isenções de impostos de portagem:

voltar-se-á a falar na próxima assembléia dos casos duvidosos que não tinham sido previstos.

A forma da capitular é mais ou menos solene, em função do assunto e dos destinatários. Algumas não passam de anotações, mais ou menos ordenadas, feitas pelos clérigos que participaram da assembléia. Muito provavelmente as capitulares — que na maioria dos casos são preparadas antes mesmo da assembléia, não pela chancelaria, mas por alguns clérigos da corte designados especialmente para essa tarefa — tenham um determinado número de exemplares que são distribuídos entre os bispos e os condes, ou entregues aos *missi dominici*, reservando-se um para os arquivos do rei.

As repartições da corte não são organizadas para multiplicar tais cópias, e está excluída a possibilidade de que as centenas de condes e de bispos presentes à assembléia recebam cada um o seu exemplar. Quando, em 815, o imperador Luís, o Piedoso, quis mandar fazer 22 cópias de uma constituição de excepcional importância, seus funcionários não conseguiram dar conta da tarefa. Na ocasião seguinte, Luís se contentaria apenas com oito. Quando, em 808, o imperador Carlos Magno precisou de quatro cópias de uma capitular para apressar a divulgação de suas ordens, evitando que estas fossem desvirtuadas pelas cópias posteriores, foi necessário explicitar isso no próprio corpo do documento, isto é, na expressão da "palavra do rei".

> Nós queremos que se façam quatro exemplares desta capitular. Nossos *missi* ficarão com uma. O conde encarregado de tratar dos assuntos nela abordados ficará com outra, a fim de que nem o *missus* nem o conde possa agir diferentemente do que nelas foi ordenado. Nossos *missi* que colocaremos à frente do exército ficarão com a terceira. Nosso chanceler ficará com a quarta.

O chanceler pode se contentar com apenas uma cópia para os arquivos do rei. Mas, como deve ter sido notado, os *missi* que não são chefes do exército e também os encarregados do comando são muitos — os primeiros normalmente atuam em dupla, e o rei usa o plural nos dois casos — e tanto uns como outros partilham um exemplar. Dá para imaginar quantas comunicações duvidosas da vontade imperial podem ter sido causadas por essa incapacidade material de divulgar um texto fidedigno.

Isso significa dizer que, ao voltar para casa ou ao chegar aos lugares para onde o leva sua missão, cada um daqueles que receberam um

exemplar ou que encarregaram um clérigo de sua comitiva de tomar notas, incumbir-se-á de providenciar cópias e, em seguida, de divulgá-las. As cópias circulam. Por sua vez, aquele a quem se empresta um exemplar tira uma cópia para si. Para uso próprio, os condes constituem coleções, e o imperador, em 806, ordena-lhes que as costurem para que as folhas não se percam. Uma coleção compilada na Itália do Norte, pouco depois da morte de Carlos Magno, encerra também, nas cerca de duzentas folhas, juntamente com capitulares, excertos das leis nacionais: em suma, um instrumento de trabalho completo para juízes e administradores. Dado que os arquivos não conservaram por muito tempo nenhum original e certamente nenhuma cópia direta, é graças a essas coleções organizadas localmente para a comodidade dos condes e dos bispos, ou às que mais tarde seriam reunidas pelos juristas — portanto, cópias de segunda ou terceira mão — que conhecemos as capitulares.

Ao lado das oficinas monásticas e dos copistas iluminadores de bíblias e de sacramentários, que haveriam de ser os atores do Renascimento carolíngio, não se pode subestimar o papel político de numerosas oficinas onde praticamente não se faz pintura, mas onde se copiam os textos vindos dos *bureaux* do rei. As oficinas das igrejas metropolitanas são, nesse aspecto, as mais ativas. Elas têm seu lugar na rede hierárquica do reino. São instrumentos de eficácia. O fato de se ter tido o cuidado de uma escrita clara, facilmente legível por todos, o que com certeza não era o caso da escrita merovíngia, inscreve-se na mesma política que a obrigação imposta aos condes, isto é, aos grandes senhores leigos, de ensinar seus filhos a ler: a boa ordem do reino passa pela difusão escrita de instruções que os administradores possam decifrar por si mesmos, sem passar por novos intermediários. Portanto, a volta a uma escrita traçada com vagar, bem desenhada, com palavras convenientemente separadas e com raras ligaturas, em suma, a uma escrita inspirada na antiga minúscula latina, é um meio necessário para essa transmissão (ver p. 430). A universalidade dessa escrita constitui outro desses meios. A minúscula "carolina" não será apenas o indício de um renascimento intelectual e de uma elegância artística, mas será, em termos imediatos, um instrumento da autoridade. Será preciso insistir na perfeita adequação dessa escrita a uma necessidade constante de comunicação? Depois de ter sido a do Império romano, ela será, até os desvios góticos, a base da arte de escrever e se tornará, no século XVI, a escrita normal da Europa latina. E ainda é nossa escrita de imprensa (foto 18 do encarte).

Existem, de acordo com uma classificação prática que só seria feita à época de Luís, o Piedoso, três tipos de capitulares. As *capitula missorum*, "capitulares dos enviados", são instruções mais ou menos pontuais entregues ou enviadas aos *missi dominici*, encarregados de traduzir através do reino a vontade do rei reforçada pela aprovação da assembléia. As *capitula legibus addenda*, "capitulares a serem aditadas às leis", são os complementos e os comentários acrescentados às leis, na verdade, à lei que, para uma das nações que compõem o povo do reino, rege as relações entre os homens. As *capitula per se scribenda*, "capitulares a serem escritas para si mesmos", são disposições circunstanciais, tendo um assunto comum, geralmente ligado a uma preocupação maior do momento. Devemos reter dessa classificação apenas a praticidade de uma sistematização. Na realidade, encontra-se de tudo em muitas capitulares, e há algumas que, servindo para reavivar a memória de um *missus* às vésperas de sua partida para uma região, servem também para que se lhe dêem ordens de alcance geral ou para esclarecer um item de legislação que na verdade é um aditamento à lei ou uma correção da lei.

Redigidas quando das assembléias ou em qualquer época do ano, as *capitula missorum* são súmulas destinadas aos representantes do rei. Elas podem ser dirigidas a um deles, ou a todos. Às vezes se limitam a relacionar os assuntos a serem tratados, que seria absolutamente inútil precisar quais são: os enviados do rei necessitam apenas de uma agenda, uma precaução contra o esquecimento. A primeira capitular de Thionville, em 805, simplesmente lembra aos bispos e abades que se tratou das leituras litúrgicas e do canto, dos copistas (para que estes não introduzam textos alterados) e que se falou também do cômputo eclesiástico, da arte médica e das "outras disciplinas". Falou-se um pouco até mesmo dos notários.

Cada prelado, na assembléia ou depois da audiência do rei, em função de seus próprios interesses ou dos problemas locais a enfrentar, eventualmente ordena ao notário que o acompanha que complete a terminologia já recebida das mãos dos homens do rei. Assim se explica que, a terminologias idênticas, corresponda muitas vezes, nas diferentes cópias que temos das capitulares, uma certa diversidade das anotações complementares. Cada um anotou ou mandou anotar um fato que lhe parecia útil. Podemos imaginar que alguns, confiando numa memória bastante exercitada num mundo onde — com exceção da Itália — o oral predomina amplamente sobre o escrito, não fizessem nenhuma anotação relativa a medidas simples ou corriqueiras. Da

mesma forma como só se conserva uma parte das capitulares promulgadas, é provável que estas constituam apenas uma parte das decisões anunciadas e das ordens dadas na assembléia.

As capitulares destinadas aos *missi* sempre têm relação com a conjuntura, mas há algumas cujo interesse vai além do de uma resposta precisa a uma questão imediata. A capitular de Herstal organiza, em 779, todo um sistema político e administrativo de um reino franco unificado. A *Admonitio generalis* de 789 estabelece as bases da concórdia pública pela cooperação entre as autoridades leigas e religiosas, isto é, o entendimento entre aqueles que gozam da "graça do rei" — sua confiança, sem a qual não teriam acesso às "honras" — e só poderiam agir pelo interesse geral. A capitular de Frankfurt apresenta-se em 794 como a publicação dos cânones de um concílio do reino franco, mas ela significa o reforço duradouro da intervenção real nos assuntos relativos à fé. A "capitular geral" de Aix, de março de 802, é um programa de governo adaptado à nova situação criada com a coroação imperial, programa que o imperador apresentou no mês anterior ao da assembléia. Nela se trata do juramento de fidelidade imposto a todos os súditos, dos deveres dos bispos, padres, abades e abadessas, das obrigações dos condes e dos "juízes" que administram os domínios imperiais, da repressão aos homicídios e à caça ilegal, da punição ao incesto e ao perjúrio. Quanto à capitular de Thionville de 805, ela constitui a última tentativa de reforma da Igreja e do Estado.

As *capitula legibus addenda* são de outra natureza. Correções e aditamentos ao direito privado, elas não poderiam revolucionar esse direito. Neste caso, a aprovação da assembléia consiste apenas em constatar que o novo texto está conforme ao princípio de cada lei. Os mais diversos assuntos aí se misturam, ou antes, se justapõem. Como as leis são nacionais e seus efeitos são pessoais, essas capitulares não se aplicam, evidentemente, a uma ou outra parte do reino ou do império. Assim sendo, encontrar-se-ão, o que não deixa de causar espanto à primeira leitura, disposições próprias a um condado ou a uma jurisdição de *missus* em capitulares de Luís, o Piedoso, que se apresentam como revisões legislativas. Nada impede de pensar que uma tal prática já fosse familiar nas assembléias realizadas por Carlos Magno: cada um, recebendo o texto oficial, o enriquecia com anotações que podiam ser necessárias quando da aplicação.

Mais homogêneas são as *capitula per se scribenda*: por definição, elas têm um propósito coerente. Há algumas que, como a grande capitular de quarenta capítulos publicada em Aix na primavera de 802, depois

do inverno de reflexão e de consultas que se segue à volta de Roma, constituem um verdadeiro programa de governo, e ao mesmo tempo, uma comunicação dos termos das novas responsabilidades do imperador e também das conseqüências do novo juramento de fidelidade.

À exceção de alguns casos em que seu objeto se limita, por si mesmo, no espaço, o que é sem dúvida o caso daquelas que modificam as leis nacionais, as capitulares se aplicam em todo o território do reino, e em seguida do império. Em compensação, há muitas capitulares que, por sua matéria, dizem respeito apenas a um estrato da população. Há até algumas capitulares tão específicas que podem ser classificadas de eclesiásticas ou de leigas. A *Admonitio generalis* de 789 é uma capitular puramente eclesiástica, ou antes religiosa, na medida em que diz respeito principalmente à devoção dos fiéis, e seus capítulos serão considerados pelos clérigos como cânones conciliares. As duas capitulares publicadas em novembro de 801, depois de uma assembléia de Aix denominada oficialmente de "sínodo para o exame dos bispos e clérigos", intitulam-se "capítulos tirados das divinas escrituras" e "capítulos para admoestar os padres". Em compensação, as capitulares relativas ao exército ou a capitular *De villis*, que organiza a boa gestão dos domínios reais, são destinadas apenas aos combatentes do exército (as primeiras) e a outra apenas aos funcionários do rei. A distinção será mais clara no tempo de Luís, o Piedoso.

Mas todas essas capitulares, leigas ou eclesiásticas, constituem o texto escrito de decisões promulgadas pelo rei em presença de toda a assembléia. O procedimento de elaboração e a matéria tratada permitem uma distinção *a posteriori*. Não há distinção quanto à fonte da legitimidade. Se existem algumas capitulares enviadas, por força das circunstâncias, sem deliberação prévia da assembléia, todas as deliberações e promulgações são obra do "povo" como um todo, não dos clérigos ou dos leigos. Aí reside uma condição necessária de sua validade jurídica: mesmo no caso dos assuntos eclesiásticos, é necessária a aprovação do povo franco, assim como é necessária a aprovação das igrejas para as decisões de caráter administrativo ou militar.

Da mesma forma, às vezes há uma definição nacional. A capitular *Dos saxões* é um exemplo disso, mas, a partir de 776, capitulares são destinadas especificamente ao reino lombardo de Carlos ou, ao contrário, ao reino dos francos, à exceção dos lombardos. Há, em 779, duas versões da capitular de Herstal, uma em "forma comum" e outra em "forma lombarda". A segunda é mais desenvolvida, dado que a forma comum não repete muitas das medidas que serão novas para os

lombardos, mas que já tinham sido tomadas para o reino franco, principalmente no que se refere aos crimes e delitos de direito comum. Jamais, porém, essa distinção nacional adquire um valor jurídico: capitulares destinadas aos *missi* enviados ao território lombardo remetem a disposições tomadas em uma outra capitular para o conjunto dos reinos, e capitulares organizam a introdução e a integração, na Itália, de instituições francas. É o caso, em 781, de uma capitular de Mântua sobre o estabelecimento de impostos de portagem, a serem pagos por comerciantes, no reino lombardo; ou, depois de 802, de uma *capitulare missorum* sobre o estabelecimento, na Itália, de um novo sistema judiciário dos almotacés. Depois disso, far-se-ia a adaptação das disposições de algumas capitulares às condições específicas da Itália.

CAPÍTULO XIII

O ESTADO

A *Res publica*

Dizer que Carlos Magno, apaixonado pela cultura da Antigüidade, restaurou a noção de Estado seria sem dúvida um exagero, e o título deste capítulo serve apenas para indicar uma tendência. Não obstante, a cultura na qual o rei procura mergulhar sua corte é a dos poetas e dos teólogos, e também — os empréstimos tomados por Eginhardo a Suetônio são testemunhos disso — a dos historiadores. Não é a dos juristas ou dos políticos. Na Academia palatina, onde se adotam sobrenomes tomados de empréstimo à literatura clássica, ao que parece a ninguém ocorreu se chamar Sólon ou Cícero, e tampouco adotar os nomes dos grandes jurisconsultos como Paulo, Ulpiano ou Gaio. Carlos se compraz em ler *A Cidade de Deus* e Agostinho é venerado na Academia, mas não se remonta a Aristóteles nem a Platão.

A palavra *Regnum* significara, nos primeiros tempos do Império romano, a própria noção de Estado, mas seu conteúdo foi se esvaziando e, à época dos merovíngios, aplicava-se apenas ao território sobre o qual se estendia a autoridade de um rei: é nesse sentido que o *Regnum Francorum*, o "reino dos francos", pode compreender vários *regna*, vários "reinos" — os reinos da Nêustria, Austrásia e Borgonha — sob a autoridade do mesmo rei ou de diversos membros da família real, irmãos ou filhos do rei dos francos.

O simples fato de que um mesmo rei possa ter dois ou três reinos no seio do reino franco basta, porém, para mostrar que a noção de "reino" não se deixa circunscrever numa definição territorial e administrativa: haja ou não um rei, existe o reino. Os prefeitos do Palácio, continuando a falar do "reino franco" ao mesmo tempo em que se recusam a dotá-lo de um rei, têm a percepção de que o "reino" existe

independentemente da pessoa real. Da mesma forma, Carlos Magno, embora fale do "reino dos alamanos" e do "reino dos bávaros", não os dota de nenhum rei e, reinando ele próprio sem partilhá-los, nunca se chama de rei dos alamanos ou de rei dos bávaros. Não se poderia dizer, pois, que a noção de Estado desapareceu totalmente nos séculos ditos bárbaros.

Da *Res publica*, assim como da cidade [*cité*] no sentido jurídico do termo, praticamente não se fala. Mas o adjetivo "público" que os redatores das capitulares usam largamente, retomando certamente o vocabulário usado pelo rei durante a assembléia, basta para mostrar que a idéia não se perdeu. Em 802, o imperador dá instruções aos "duques, condes e outros funcionários públicos", o que faz deles algo muito diferente de agentes pessoais do soberano. Eles exercem "ofícios", cargos públicos. Em 813, nomeiam-se os "ministros públicos". A própria *Res publica* recupera algo de sua substância com a reflexão política, estimulada, desde o início do reinado de Luís, o Piedoso, e mesmo um pouco antes, pela releitura dos autores latinos e gregos. Desde 814, isto é, no próprio ano da morte de Carlos Magno, a chancelaria de seu filho refere-se aos altos funcionários do Império como aqueles que "administram a *Res publica*". No uso corrente, a *Res publica* e a cidade [*cité*] enquanto entidade política só ressurgiriam entre os séculos XII e XIV, com o renascimento do direito romano, a redescoberta de Aristóteles pelos filósofos e teólogos, e a emergência dos juristas na vida política.

Tanto para o carolíngio quanto para o merovíngio, a Coroa — ousemos usar essa palavra, embora o rei ainda não a use — é um bem pessoal. A ninguém ocorreria escrever, como se fez no século XV, que a "Coroa está acima do rei". A realeza é um poder patrimonial, o *ban* real — o poder de mandar, de proibir, de julgar e de punir — não se baseia em nenhuma "autoridade" exterior à pessoa real, e a própria fé, cuja substância o rei não pode tocar, só é intangível porque pertence ao povo.

Três noções, porém, estão sempre presentes na ação de Carlos Magno: a do "bem público", a da "ordem pública" e a da "paz pública". A preocupação que o rei, e mais ainda o imperador, tem para com estas deriva da responsabilidade que lhe é confiada por Deus. Em suas bases, elas nada têm a ver com o Estado. Em sua aplicação, aproximam-se singularmente deste. Elas vão justificar grande número de medidas de organização da vida pública e da vida social que, em outros tempos, certamente seriam consideradas uma prerrogativa do Estado.

Não é tempo de abstração política. Se por um lado, fala-se pouco da "coisa pública", fala-se muito dos cargos públicos que constituem as "honras", ainda chamados "ofícios". Desde o tempo da Roma republicana, aquilo que mais pode "honrar" — no sentido moral do termo — alguém é a confiança do povo romano, e portanto os cargos públicos que esta propicia. Desde a origem, a palavra "honra" está eivada de ambigüidade. Ela é um valor ético e uma função pública. Ainda que a idéia de serviço pessoal do rei a tenha dominado na época merovíngia, não se perdeu de vista totalmente o serviço público à romana que, já naquela época, mesclava o serviço a Roma ao serviço ao imperador. Na época de Carlos Magno, a honra é conferida pelo rei, e o titular da honra é um vassalo do rei, mas a honra não é o serviço prestado à pessoa real. Não temos a prova disso no fato de que as mesmas palavras, honra ou ofício, qualificam paralelamente as funções elevadas da hierarquia do Estado e as da hierarquia da Igreja? Elas abrangem realidades tão diferentes em aparência quanto a de bispos e abades, de um lado, e de duques e condes, de outro. Todos eles têm um ponto em comum: seu "ofício" vai além — ainda que o compreenda — do serviço pessoal devido por um homem, um vassalo, um fiel. A astúcia de Carlos Magno será reforçar um com o outro, conferir as honras, como o faziam seus predecessores, a fiéis, e fazer titulares de honras fiéis ligados por um juramento pessoal.

Já Pepino, o Breve, tinha restabelecido a estrita hierarquia dos títulos, tal como a praticava o Império romano em seus primórdios e que o Baixo Império, e em seguida os reinos bárbaros, tinham deixado diluir-se numa relativa improvisação. Sob os merovíngios, qualifica-se de "Mui Nobre" qualquer pessoa que tenha um alto posto, leigo ou eclesiástico. Com Pepino, só são chamados de "Mui Nobres" os membros da família real, sendo que só o rei tem direito ao tratamento de "Mui Glorioso". Os dignitários do reino são apenas "Nobres". Essa gama, que Carlos mantém enquanto é rei, muda subitamente com sua elevação à dignidade imperial. Como em outras matérias, copia-se então Bizâncio. Os títulos se multiplicam, sem a menor improvisação por parte dos redatores, e eles refletem a instauração de uma verdadeira hierarquia das funções públicas no âmbito do Estado. Apenas o imperador e a imperatriz têm o direito ao tratamento de "Mui Gloriosos" que precede e anuncia o título por excelência: "Augusto". Mas trata-se o senescal de "Magnífico". Um conde tem direito a um posto e a um título específicos: ele é "Ilustre" se for apenas o pequeno conde de um *pays*, de um *pagus*, mas ele é chamado de "Glorioso" se for conde de uma

antiga cidade (*civitas*) romana que compreende vários condados de *pagus*, e com tanto mais razão quando se trata de um conde de uma marca. Um abade é "Venerável".

Cria-se, assim, uma nobreza, composta daqueles que usam o cinturão que simboliza a relação direta com o poder, daqueles que têm um título e este é declinado no seio da família. Esta nobreza está relacionada à posição que se ocupa no seio da dupla hierarquia constituída pelas funções públicas que se exercem e pelo grau de parentesco com a pessoa imperial. O valor militar e as responsabilidades do exército podem ser um elemento dessa distinção social, mas constituem apenas um critério, entre outros. Ainda se está longe da cavalaria do século XI, onde as provas se fariam de lança em punho e onde a ética de um corpo social se acrescentará a uma função militar.

Mais uma vez invoca-se o exemplo do rei Davi para justificar a passagem de uma aristocracia pessoal a uma nobreza que começa a ser transmissível. Não é o Cristo da "linhagem de Davi"? Passa-se de uma hierarquia nascida do poder a um poder nascido da hierarquia.

Conjuntura e perspectivas

Algumas grandes capitulares são evidentemente a expressão de uma vontade de organização geral da vida do reino, de reforma das instituições em suas estruturas ou em seu funcionamento, e mesmo de uma reorganização depois de um momento de crise. Elas traduzem os debates em assembléias realizadas sob a pressão de conjunturas especialmente difíceis, ou de um momento essencial de construção das estruturas do Estado.

A primeira, de 779, é a capitular de Herstal. Ela constitui a resposta aos duros abalos experimentados pela realeza franca em 778. Carlos sofreu uma derrota na Espanha que não pode ser condensada na simples palavra Roncesvales. Todos os seus sonhos de anexação da península Ibérica e parte de suas pretensões em relação à cristandade ruíram, e bem antes da infeliz passagem dos Pirineus, num caminho de volta que tem todo o aspecto de uma retirada. Esta, por outro lado, não decorreu apenas dos erros cometidos na Espanha e da resistência das cidades espanholas. Carlos acaba de ser informado de que a Saxônia, que ele sabe não estar inteiramente submetida, rebela-se ainda mais em sua ausência, chegando a ameaçar Colônia, que entretanto há muito era considerada um dos pontos fortes da dominação da dinastia de Pepino:

a ameaça saxônica é um símbolo da fraqueza franca. Enfim, o rei não se deixa enganar pela relativa tranqüilidade dos territórios recém-conquistados nas fronteiras meridionais do reino franco: a Aquitânia só deseja recuperar sua quase independência, a Gasconha nunca foi submetida de fato e a Septimânia poderia muito bem recomeçar seu jogo ambíguo entre francos, visigodos e sarracenos. O rei, enfim, não pode ignorar que o clero ainda não digeriu as espoliações de que foi vítima desde os tempos de Carlos Martel. Em suma, quando convoca a assembléia em Herstal, Carlos sabe que seu trono corre perigo.

A resposta é uma série de reformas. Esclarecendo e saneando o funcionamento das instituições, tanto administrativas como religiosas, o rei retoma a iniciativa. Pondo fim a abusos administrativos e editando princípios morais, ele ganha em popularidade, e portanto em autoridade. Dando ao clero compensações concretas como o dízimo, consegue a adesão de parte considerável daqueles que formam a opinião pública.

A *Admonitio generalis* de 789 expressa a assunção, por parte do rei, da vida espiritual. Retomando largamente os cânones conciliares da série *Dionisio Hadriana*, e em especial os de vários concílios africanos, ele torna evidente a autoridade que reivindica nos mais diversos domínios da vida religiosa do povo franco. Naturalmente, os cânones dos concílios não necessitam da aprovação do rei para serem válidos, e Carlos tem o cuidado de não validá-los. Isso seria um erro tático, que o faria perder a simpatia do alto clero, em primeiro lugar, a do papa. Retomando aqueles cânones, ele age como um filho respeitoso da Igreja, mas deixa claro que seu cumprimento doravante está sob sua responsabilidade e que zelará para que sejam observados. Onze anos antes da coroação imperial, o rei dos francos garante já o seu poder sobre a parte espiritual da Jerusalém terrestre.

Em outras palavras, ele não é nem o papa nem o concílio, mas o papa e o concílio não têm muita importância sem ele. É o que seria expresso, de forma canhestra, no início do século XV, por uma das leituras litúrgicas de um ofício composto em honra de Carlos, qualificando-o de doutor *in utroque jure*, "doutor em ambos os direitos", o que então é o título recebido pelos que acumularam um duplo doutorado, o do direito civil e o do direito canônico. Na época do Grande Cisma do Ocidente e dos grandes concílios reformadores de Constança e de Basiléia, os doutores *in utroque* seriam a aristocracia intelectual da Igreja. É essa idéia que Carlos VII procurará explicitar, com a publicação, na Sanção Pragmática de 1438, de alguns cânones do concílio de Basiléia.

A principal intenção da capitular que é a *Admonitio* é salientar o dever que o rei tem, diante de Deus, de fazer reinar a paz e a concórdia, ou antes a "concórdia de paz". A fórmula deriva, em linha direta, de *A Cidade de Deus*, onde Santo Agostinho distingue a paz dos homens, que é "a concórdia bem organizada", e a paz da cidade (*civitas*), que é a "concórdia bem organizada dos cidadãos no mandar e no obedecer". A ninguém ocorreria negar ao rei essa responsabilidade, ainda que ela implique uma série de arbitragens entre os poderes seculares da hierarquia leiga e os poderes espirituais da hierarquia eclesiástica. E é essa mesma confusão dos domínios — nascida de uma leitura tendenciosa de Santo Agostinho — que permite ao rei, rei pela graça de seu povo, mas sagrado pela da Igreja, obrigar bispos e condes a cooperar.

Ao mesmo tempo, uma grande capitular dirigida aos *missi* confirma sua missão de supervisores da vida religiosa, inclusive da vida interna dos monastérios, e generaliza o juramento de fidelidade que sacraliza o laço entre o rei e seu povo.

As circunstâncias são diferentes quando em 794, em Frankfurt, Carlos promulga uma grande capitular logo em seguida ao mais carregado de todos os concílios por ele convocados. As heresias surgem de todos os lados. A questão das imagens envenena a Igreja e prejudica as relações com o Oriente. A situação política não é mais tranqüila, e a fome ameaça o reino. Uma insurreição na Saxônia obriga o exército franco a abandonar suas operações contra os ávaros. No próprio reino, Pepino, o Corcunda, acaba de fomentar um complô contra seu pai. Em suma, Carlos precisa cimentar a unidade de seus povos e impedir uma eventual retomada da autoridade pontifical.

A capitular de Frankfurt nada mais é, pois, que a tradução do mais espantoso dos concílios. Só podemos avaliar o seu alcance se tivermos em mente a preocupação fundamental de Carlos: a paz interna. É ela que determina as medidas relativas ao preço do trigo e do pão, à circulação monetária e ao sistema de pesos e medidas, num texto em que se aborda principalmente o adocionismo e o culto das imagens. Trata-se de problemas relacionados à eqüidade, compreendidos na obrigação de manter a ordem e administrar a justiça, obrigação esta que deriva da responsabilidade diante de Deus. Alcuíno não deixará de tirar lições políticas do concílio, e notar-se-á na carta que ele dirige então ao rei a referência à paz, a alusão à heresia — no caso o adocionismo — e sobretudo a palavra "doutor", que qualifica bem a autoridade dogmática do rei.

O Cristo deu o rei Davi ao seu povo como superior e doutor. Sob seu vulto eminente, o povo cristão repousa em paz, ao passo que para as nações pagãs ele se apresenta em tudo terrível. Sua piedade não cessa de fortalecer a fé católica com a solidez do Evangelho contra os sectários do dogma perverso, de forma que nada de novo e de contrário à doutrina apostólica possa surgir de forma sub-reptícia.

Será preciso insistir que o Davi do Antigo Testamento nada deve ao Cristo do Novo Testamento? Alcuíno está falando justamente do novo Davi, Carlos.

Em março de 802, a capitular de Aix-la-Chapelle dá os instrumentos para a organização da Jerusalém terrestre depois da coroação imperial. Agora imperador, Carlos é, mais do que antes, o depositário de um poder universal e o responsável pelo destino terreno da Igreja. Já se falou dessa capitular como um "programa de governo". Da fidelidade devida ao imperador ao funcionamento das instituições locais, tudo se resume a uma questão: como aproximar o real do ideal? E ao imperador cabe zelar para que seu governo, por meio de sua administração, fique atento ao país. Os *missi* terão que fazer um relatório, e voltar-se-á a falar das reformas no outono. Quatro capitulares, publicadas no início de 803, em seguida à assembléia de outubro de 802, serão a conseqüência dos relatórios.

Destinada aos *missi*, a capitular de Thionville é, no final de 805, um balanço das reformas feitas e um programa das reformas por fazer. O imperador envelhece e avalia suas responsabilidades em relação à Igreja e à sociedade. Os abusos e desordens incessantes são como pecados para ele. Quando se aproxima o momento em que será preciso pensar na própria sucessão, ele faz um último esforço para moralizar o mundo, chegando até a inserir nas leis algumas disposições divulgadas na assembléia de Thionville.

As leis

Muito se falou da atividade legislativa de Carlos. A tradição alemã faz do rei franco o primeiro grande legislador da Europa germânica, aquela que quase não fora tocada pelo direito romano. O tema merece ser estudado de perto.

Para começar, o que era, então, uma lei? Ainda que a ambigüidade de sempre crie, com base nas capitulares, a reputação de legislador de

Carlos Magno, a lei e a capitular são duas coisas bem diferentes. Como dissemos, a capitular é, no mais das vezes, um texto de natureza regulamentar e de circunstância. A lei é o conjunto das disposições permanentes de direito público e privado que regem, no seio de uma nação, as relações entre o poder público e seus súditos e entre os indivíduos.

No essencial, a lei compreende as disposições de direito privado relativas à família, à propriedade dos bens móveis, imóveis e semoventes — o gado —, assim como à herança e aos contratos entre particulares. As disposições relativas à punição dos crimes e delitos derivam do direito privado, na medida em que a mentalidade germânica coloca o atentado contra as pessoas e seus bens, assim como a indenização das vítimas, antes do atentado contra a ordem pública. Este está afeto à polícia, e Carlos Magno, em virtude de seu poder de *ban*, não deixará de se preocupar com ele, dado que a pilhagem (*brigandage*) parecia ser uma preocupação constante, bem antes que esta palavra pudesse qualificar as intervenções dos normandos. É assim que, em 779, ele proíbe as tropas particulares, impõe aos que gozam de isenções, e de modo mais geral a todos os vassalos, a obrigação de entregar os bandidos que se refugiavam em suas terras, determina aos *missi* e aos condes que reprimam os bandos que atacam os viajantes, lembra a proibição de usar a forragem posta em reserva, exceto para atender às necessidades de um *missus* ou para a guerra; além disso, publica a lista de novas penas aplicáveis aos bandidos: um olho pelo primeiro roubo, o nariz pelo segundo, a cabeça pelo terceiro. Publica também, depois de 804, uma capitular especial contra os ladrões.

Assim, a justiça não tem como objetivo garantir a ordem pela punição dos malfeitores, mas protegê-la, limitando, nos casos em que se defrontam dois homens livres, o uso interminável da vingança (a *faida*), que é legítimo, e da vingança contra a vingança, que não o é menos. Para cada tipo de falta, a lei estipula uma tarifa para o acordo, pecuniária ou em gêneros, que deve indenizar a vítima (ou as vítimas), pondo um termo a qualquer reivindicação. A multa devida ao rei, que se apresenta como de direito público, é, na realidade, apenas uma indenização comparável ao acordo privado.

Segundo os princípios políticos da realeza dos povos bárbaros, o rei não tem nenhum poder no que tange às relações entre particulares. Ele não poderia mudar a lei, a qual deriva unicamente da tradição própria a cada povo. Ela é essencialmente oral, e atestada pelos anciãos. Redigi-la é bastante cômodo. Mudá-la seria uma incongruência. Raras são, nas capitulares, as disposições que pretendem mudar a lei. Para

fazer que seja cumprida, o rei pode, no máximo, invocar o bem público e sua responsabilidade para com a paz.

Assim ele faz quando, em 779, ordena que se obriguem os culpados a pagar a multa pelo mal que causaram, sempre que a vítima ou seus herdeiros declararem contentar-se com isso, e que se forcem os intransigentes a aceitar o resgate de sua *faida*, se o culpado o propuser. O rei bem sabe que o montante dos acordos previstos pelas leis ancestrais é uma ameaça, talvez um meio de dissuasão, e com certeza não uma realidade: nenhum assassino dispõe dos 8 mil denários previstos pela lei sálica para a morte de um homem livre, e ainda menos dos 24 mil denários que se cobram daquele que, tendo matado um homem livre, fez desaparecer o corpo jogando-o na água, colocando-o num poço ou escondendo-o sob galhos de árvores.

O que preocupa Carlos, mais do que a indenização da vítima ou dos que lhe são próximos, é a paz social. O jogo das vinganças reduz a nada a "concórdia de paz", tomada de empréstimo a Santo Agostinho. Cumpre, pois, romper seus automatismos. O rei chega a anunciar um novo tipo de punição, eminentemente favorável à paz pública: o recalcitrante será obrigado a morar em outra região, portanto, longe de seu adversário. A coerção se agrava em 802: aquele que não se propuser a resgatar sua falta, indenizando a vítima ou os seus, corre o risco de ter seus bens confiscados. Completando o dispositivo em 805, Carlos declara na assembléia de Thionville que ele próprio julgará aquele que se negar a fazer um acordo e que considerará uma ofensa à sua pessoa, passível de uma pesada multa, o desrespeito a um acordo que põe fim a uma *faida*. Além disso, como este foi objeto de juramento, aquele que o descumpre é um perjuro: depois de pagar o montante da indenização e a multa ao rei, ele terá a mão direita decepada. Em outras palavras, o direito à vingança, que o rei não pode abolir visto que está presente em todas as leis, só será exercido no caso em que nenhuma das duas partes renuncie a ele. Ainda assim, o rei procura convencê-las.

> A propósito das armas cujo porte é proibido dentro da pátria, isto é, escudo, lança e couraça. Se for um caso de vingança, deve-se discutir para saber qual dos dois se opõe ao resgate, para que se consiga que façam um acordo. Se eles quebram a paz, não a desejam ou se recusam terminantemente a um acordo, eles serão conduzidos à minha presença. E se algum deles tiver matado seu adversário depois da pacificação, ele pagará; a mão responsável pelo perjúrio será cortada e, além disso, ele pagará o *ban* ao senhor.

Mas é preciso também que a lei seja aplicável, e que a aplicação não seja ela própria causa de desordem social. Em 802, o rei se preocupa com os abusos cometidos por alguns juízes que oprimem os pobres com multas muito pesadas. Em 805, ele decreta que o acordo pecuniário será vinculado não apenas à posição social da vítima, como nas leis antigas, mas também aos recursos materiais do culpado. Embora não possa tocar no *Vergeld*, que deriva apenas do direito privado, pode nuançar o *hériban*, de que ele é o único beneficiário.

> No que tange ao pagamento do *hériban*, nossos *missi* o cobrarão fielmente este ano, segundo nossa ordem, sem excesso de zelo nem terror. Do homem que tem seis libras em ouro, prata, *brognes*, objetos de bronze, lençóis inteiros, cavalos, bois, vacas ou outro tipo de gado, será cobrado o *hériban* legítimo de três libras, sem que por isso as esposas e crianças sejam privadas de suas roupas. Aquele cujos bens valerem apenas três libras pagará trinta soldos. Aquele que só tiver duas libras pagará dez soldos. Aquele que só dispõe de uma libra, pagará cinco soldos. Isso a fim de que todos possam continuar prontos para o serviço de Deus e de nossa pessoa.

Deve ter chamado a atenção a tarifa elevada: sessenta soldos é mais ou menos o valor de trinta vacas. Mas Carlos Magno cria a tarifa progressiva: a metade dos bens, no caso dos ricos, e um quarto no caso dos menos ricos, aqueles cujos bens valem no total dez ou quinze vacas. E não se cobrará *hériban* de quem não tem o equivalente a uma libra. O rei não pode reduzir à mendicância ou à servidão os homens que ele espera que se integrem ao exército.

Na verdade, tudo isso é esforço do rei. É o que ele anuncia nas assembléias e que os condes e *missi* publicam. Por menos que se saiba sobre o que se passa nos campos, a impressão que se tem é que Carlos Magno pouco pôde fazer para impedir essas guerras privadas, dissimuladas muitas vezes em medidas de repressão a bandidos, e que não pôde impedir as vinganças pessoais da vida cotidiana. Não se consegue impedir o camponês de agredir o vizinho que lhe roubou um frango. Talvez o rei tenha conseguido, endurecendo as punições, diminuir os homicídios, as pilhagens e os incêndios provocados: o que o conde não pode fingir ignorar.

As punições de direito público motivadas pela violação da autoridade real não poderiam figurar na lei. As capitulares que acabamos de citar abordam apenas as modalidades da punição, não os seus princípios.

Mesmo quando descem a muitos pormenores de comportamento, as leis referem-se apenas às ofensas tal como definidas pelos anciãos. Nesse aspecto, a capitular *Dos saxões* é uma exceção: para reprimir a disposição para a revolta e erradicar o paganismo, Carlos não hesita em revolucionar totalmente os usos. Mas, embora interfira nas crenças e em sua expressão pública, tem o cuidado de não mudar as disposições de direito privado da lei saxônica. Ele não interfere nem nas estruturas da sociedade, nem nas relações entre os homens. Esse caráter de exceção é salientado desde o começo da capitular, que mescla o uso judiciário tradicional à afirmação da autoridade real.

> Se alguém se tiver refugiado em uma igreja, que ninguém ouse expulsá-lo da igreja por violência, mas que ele lá fique em paz até ser apresentado à assembléia. E para a honra de Deus e a reverência devida aos santos de sua Igreja, ser-lhe-ão concedidos a vida e a preservação de todos os seus membros. Mas depois disso ele pagará a indenização como puder e como for determinado. E ele será levado à presença do senhor rei, que o mandará para onde achar por bem a sua clemência.

Mais do que a suspensão dos princípios do direito, o que choca os contemporâneos é a dureza da lei imposta aos saxões. Alcuíno se manterá reticente em relação a ela. Mas deve ter sido notado que o fundamento do direito criminal, isto é, o acordo que indeniza a vítima ou seus parentes, está ausente da longa enumeração das ofensas causadas às pessoas físicas e às igrejas. A capitular *Dos saxões* extrapola o direito comum. Por isso, nunca foi incorporada à lei dos saxões. Medida de circunstância, ela relega para o domínio da lei tudo o que não diz respeito nem à submissão do povo nem à sua conversão.

A tarefa de cuidar do bom andamento dos negócios e de uma boa justiça faz do rei o responsável supremo pela interpretação da lei. Se os juízes têm que interpretá-la no dia-a-dia, nos limites geográficos de sua jurisdição, cabe ao rei dirimir as ambigüidades que resultam de redações sucessivas e de interpolações às vezes contraditórias. Como viria a acontecer mais tarde, quando, no século XV, o rei da França ordenou a redação dos costumes, a autoridade real foi estendida até mesmo para proceder a uma interpretação que corrige a lei. E o meio mais simples é, nesse sentido, uma nova redação, que não muda nada no conteúdo, mas torna incontestável a aplicação das disposições da lei. Fazer aditamentos às leis não é reformá-las. Essa correção assemelha-se,

intelectualmente, ao trabalho dos letrados do *entourage* real na revisão dos textos sagrados e profanos. Juridicamente, essa correção não poderia ser simplesmente validada pela aprovação real. É preciso a aprovação do povo, isto é, da assembléia geral.

Como, às vezes, se descobrem na lei deploráveis lacunas, recorre-se ao mesmo processo de aprovação que permite a publicação das *capitula legibus addenda*, as "capitulares a serem acrescentadas às leis". O caráter confuso e a organização incoerente dessas capitulares derivam de seu próprio princípio. Excetuando-se os casos em que existem lacunas, seja por uma deficiência de origem, seja em função das mudanças ocorridas no mundo, o rei pode apenas aperfeiçoar o texto e introduzir novas recomendações no tocante à aplicação da lei. No mais das vezes, ele se limita a chamar à ordem. O rei e seus conselheiros são sensatos o bastante para evitar serem acusados de ir além de suas prerrogativas.

Carlos recebeu uma herança complexa. Duas leis regem o povo franco: a lei dos sálios e, a leste da floresta Carvoeira dos Ardenas, a dos ripuários. Por motivos políticos, aos godos e lombardos se permitiu manter suas próprias leis. Os povos germânicos submetidos à autoridade franca podem manter as suas leis. Não é o caso de complicar, pela subversão do direito privado, a submissão política, por si só tão difícil de estabelecer. No que tange aos francos, a persistência de duas leis é intolerável. Os casamentos entre ripuários e sálios são tão numerosos que não se sabe muito bem a que lei esses francos mestiços devem obedecer. Carlos pensa, pois, em unificar as duas leis. Trabalho perdido. O que se faz é apenas redigir novamente cada lei, e a nova redação, mais bem expressa em termos lingüísticos, é mera compilação que deixa intactas disposições há muito obsoletas, sem integrar as novas medidas que se faziam necessárias em função das mudanças ocorridas na sociedade entre o começo do século VI e o fim do século VIII.

A lei dos francos sálios, que não chegou até nós em sua forma original, fora redigida uma primeira vez nos últimos anos do reinado de Clóvis, entre 507 e 511. Certamente essa redação em 65 artigos seguia de perto os costumes não-escritos, anteriores ao estabelecimento dos francos na Gália. Ela foi revista muitas vezes no século VI, depois no século VII, sob Clotário II, e foi então que se introduziu, na determinação do valor dos acordos, até então expresso em soldos, isto é, em moeda de ouro, uma equivalência em denários de prata — à época um soldo era igual a quarenta denários —, que corresponde melhor à

realidade dos pagamentos. Nessa época, também se acrescentam a muitos artigos uma tradução, em língua germânica, de alguns termos latinos que se temia não serem compreendidos pelos *rachimbourgs*, que são juízes bem-intencionados mas não letrados. São as "glosas malbérgicas", isto é, as traduções para uso do *malberg*, o tribunal. Assim, sabe-se que, usando-se a linguagem do *malobergo*, um homem livre é um "*leod*" (mais tarde se diria um *leude*), um romano proprietário é um "*walaleod*", um vassalo com um cargo real é um "*borogavo*", e um homem livre encontrado mutilado na relva é um "*friofalto wabuscho*".

A lei foi revisada novamente sob Pepino, por volta de 763. Mas tratava-se principalmente de fazer dela um fator de prestígio nacional. O prólogo de Pepino é significativo: a nação dos francos foi "fundada pelo Criador", é "amada pelo Cristo", tem todas as qualidades físicas e todas as virtudes morais, e é cristã por excelência. A lei sálica é, pois, certamente pela sexta vez, reformulada por Carlos Magno em 798. Essa "lei sálica reformulada", com 110 artigos, será novamente aperfeiçoada em 820 por ordem de Luís, o Piedoso.

Os outros povos que caíram, um após outro, sob o jugo do rei franco, conservaram suas leis. Essas leis são nacionais, o que significa dizer que elas se aplicam a cada pessoa em função de sua origem nacional. Estarão essas leis pessoais se tornando territoriais? Raros são, sem dúvida, nos países recém-conquistados, os casamentos entre pessoas de nações diferentes. A lei dos alamanos, a dos bávaros, a dos saxões vieram simplesmente acrescentar-se às leis sálica, ripuária, burgúndia e visigótica dos tempos merovíngios. Pode-se, por causa disso, excluir a possibilidade de terem surgido, há muito, dificuldades em função dos casamentos entre sálios, ripuários, burgúndios ou visigodos? Não é significativo que a redação merovíngia da lei sálica, no artigo referente ao assassinato, ponha no mesmo nível, para efeito de indenização, "um franco livre ou um bárbaro que vive sob a lei sálica"? A fórmula já seria curiosa se nos limitássemos a chamar a atenção para o fato de que o legislador merovíngio já não classifica os francos como bárbaros.

Desde os últimos tempos do reino burgúndio, no começo do século VI, a lei dos burgúndios praticamente já não estabelecia nenhuma diferença, nas tarifas das indenizações pecuniárias, entre os que estavam submetidos ao direito romano e os que se regiam pelo direito burgúndio: as penas previstas eram as mesmas. Ainda trazemos na memória o desejo de unificação do ostrogodo Teodorico. E não devemos ignorar o caso dos francos estabelecidos nas terras recém-conquistadas.

As capitulares acrescentadas às leis muitas vezes prevêem o caso de alguém que, estabelecido numa região em que vigora um direito, vive, pessoalmente, sob um outro direito. Medidas tomadas em relação à Itália são aplicáveis tanto aos lombardos como aos francos, mas não aos romanos. Em um outro sentido, as disposições da capitular *Dos saxões* de 785 são aplicáveis a quem quer que viva em território saxão, independentemente da nação a que pertença.

É verdade que o rei zela para que ninguém possa afirmar que lhe impõem uma lei que não a sua. Em 792, ele evoca as numerosas queixas daqueles que "não conservaram sua lei". Se alguém reclama que lhe foi negado o benefício de sua própria lei, escreve o rei, os *missi* devem dizer que isto não se dá pela vontade ou por ordem do rei. O *missus* ou o conde que confundir as leis será punido. Para reduzir as dissensões, o rei determina que se faça uma pesquisa para saber "qual é a lei de cada um, de acordo com seu nome". Se isso acontece em 792, é que a confusão é mesmo total. Em outras palavras, a lei está se tornando territorial, sem que isso seja dito. Dizê-lo seria violar os próprios princípios da vida jurídica. Não o fazer seria esquecer que a sociedade do século VIII já não é mais a do século VI.

Quando o rei faz aditamentos às leis, é para dirimir as ambigüidades e preencher as lacunas, não para mudar o conteúdo da legislação. As capitulares *legibus addenda* são, em verdade, capítulos a serem inseridos nas leis. Elas são a lei, nada mais, nada menos. Em compensação, uma revisão da lei pode se revelar necessária, com o objetivo único de corrigir as incoerências normalmente relacionadas à redação de datas diferentes, até então justapostas sem a mínima harmonização. Mas ainda é preciso notar que, excetuando-se as medidas de exceção da capitular saxônica, o rei dos francos praticamente não ousou fazer, de fato, "aditamentos" às leis: ele praticamente só se abalança a fazer isso dois ou três anos depois de sua coroação imperial. Talvez tenhamos aí uma das conseqüências da nova autoridade conferida pelo título imperial: como o imperador romano, que normalmente legislava com suas constituições, o imperador ocidental arroga a si um direito que, relativamente às leis nacionais, o rei de um povo bárbaro não tinha. Mas — é Eginhardo quem o conta — Carlos hesita em usurpar um direito que não tem.

> Depois de ter tomado o nome de imperador, como via numerosas lacunas nas leis de seus povos, sendo que os francos tinham duas leis diferentes em muitos pontos, ele achou que seria conveniente acrescentar o que faltava, harmonizar o que era divergente e corrigir incorreções e faltas de redação, mas ele não foi além de acrescentar alguns *capitula* sem, na verdade, completar a obra.

Eginhardo tem razão de salientar, com certeza exprimindo o que ouviu da boca do próprio Carlos Magno: a lei está acima do rei, ela não está acima do imperador. O "nome de imperador" é o título, mas é também um poder especial, e nada mais tem a ver com o poder de um rei franco incapaz de tocar na lei das nações. É o poder de um Constantino e de um Teodósio, cujos editos têm força de lei no direito romano, pela simples razão de que traduzem a vontade e a sabedoria do imperador, e é também o poder de um Justiniano, cujo *Código* o Ocidente quer ignorar, não ignorando, porém, que ele legislou profusamente. Carlos sabe, porém, que seus súditos não estão familiarizados com essa distinção. Ele só tomará esse caminho por aproximações sucessivas, e começando pela lei dos ripuários, não apenas porque, desde a sua primeira redação no século VII, ela nunca foi revista em profundidade, mas também porque ela é a lei de francos que praticamente não correm o risco, sob a nova dinastia, de se sentir relegados no reino franco.

Trata-se de revisar leis nacionais, não de estabelecer textos fundamentais de um direito geral do Império. Carlos Magno não se arrisca a harmonizar, à bruta, as leis que regem seu reino e, com tanto mais razão, o Império. Mas, valendo-se do jogo das capitulares que fazem "aditamentos às leis", cuja vigência pode se estender para todo um território e eventualmente para todos os seus súditos, ele começa a atenuar as divergências, mas não irá mais longe do que isso. Mesmo quando Agobardo considera desejável, na década de 830, unificar o direito dos povos submetidos ao imperador franco, ninguém aceita sua proposta.

É, pois, a uma revisão de conjunto dos textos legislativos que se procede em Aix nos anos que se seguem à coroação imperial. O ano de 802 é, sem dúvida, decisivo para a concepção que Carlos tem de sua autoridade. Depois de uma viagem muito longa, da qual voltou, em 801, com o título imperial, ele se dedica à reflexão. Em 802, não se faz campanha. O recém-coroado imperador fica em seu palácio, e avalia as suas novas responsabilidades. Em seu *entourage* intelectual surgem novas cabeças. Nem por isso sente-se falta dos anciãos da Academia palatina: mantém-se uma intensa correspondência com eles. Na assembléia de março, pelo menos desta vez, não se fala de guerra, mas de moral, de justiça, de administração.

Consciente da extensão das prerrogativas que eram as mesmas dos imperadores romanos, Carlos amplia seu campo de ação. Compreendeu que o imperador romano não era tolhido pelo costume: lá estão as constituições para lembrá-lo de que o imperador era legislador, no sentido pleno do termo. Sem dúvida, alguns de seus conselheiros incorporaram, durante sua permanência na Itália, uma parte da herança romana à sua concepção do direito. E, mais importante, Carlos dá às suas decisões um caráter sistemático, inexistente até então. Prova disso é a grande capitular de março de 802, que constitui um verdadeiro programa de governo e resume o que se disse na assembléia.

Muda-se o enfoque na assembléia de outubro, uma assembléia em que se reúnem separadamente, como especialistas que se dividem de acordo com seu campo de atuação, os bispos, os abades e os grandes senhores leigos: as bases legislativas da vida social não são as mesmas para os clérigos e para os leigos, e tampouco são as mesmas para os clérigos que governam a Igreja e para aqueles que vivem distanciados em seus monastérios. Pois o propósito do imperador é retomar as disposições legislativas que regem a sociedade. Portanto, várias capitulares (datadas de 802-803, uma vez que algumas só serão publicadas na assembléia da primavera de 803) são acrescentadas à lei dos ripuários, à lei dos bávaros, e mesmo à lei dos burgúndios, a "Gundobata lex", assim chamada porque foi promulgada em 502 pelo rei Gondobaldo, que ainda rege o direito na antiga Borgonha merovíngia, não obstante o fato de esta encontrar-se bem integrada no reino franco. Aproveita-se a ocasião para revisar a lei sálica, embora sua última redação date apenas de Pepino, o Breve.

Tudo isso parece perpetuar o particularismo legislativo das "nações", mas, olhando-se de perto, vê-se esboçar-se uma certa unidade. Os habitantes da Borgonha terão, assim, uma lei que nada mais tem de nacional, uma lei puramente territorial, mas uma capitular acrescenta "disposições semelhantes a todas as leis" e um artigo introduzido como mero detalhe estende a todo o império uma disposição do direito franco.

Embora se trate, no caso, apenas de novas redações, Carlos aproveita a ocasião para redigir leis que ainda eram orais: como a dos turíngios, a dos frísios, a dos chamaves. Isso não se faz sem alguns ajustes inspirados pela preocupação com a unidade e tomados de empréstimo ao direito dos francos.

Não se pensa em tocar na lei romana que o *Breviário de Alarico* sumariava para os visigodos, o que revela a reverência para com o

direito romano; pouco depois de 804, porém, ela é objeto de uma transcrição feita com especial cuidado, talvez realizada em Tours, com impressionantes imagens de imperadores romanos agrupados em torno de Teodósio, mas também dos grandes jurisconsultos cujas opiniões, na mesma medida em que as constituições imperiais, fundaram o direito romano (Paris, Biblioteca Nacional da França — BNF: foto 19 do encarte). Tampouco se toca, quando da constituição da marca da Espanha, na lei do reino visigótico derivada do *Breviário* e codificada em um *Livro dos Juízes*, redigido em Toledo, em 654, pelo rei Recesvinto. Está em jogo a lealdade dos novos súditos cristãos do imperador franco.

Todo esse trabalho de revisão das leis nacionais mostra que, apesar das dificuldades que pode trazer à vida jurídica cotidiana, os "juízes" de Carlos Magno procuram ainda respeitar o princípio fundamental da personalidade das leis. Citou-se o texto da carta de nomeação dos condes: cada um deve ser julgado segundo sua lei e seu costume.

Afinal, que balanço se pode fazer da atividade legislativa de Carlos Magno? Pode-se dizer que ele deu uma certa coerência ao direito penal, estabeleceu novas bases para o direito público e corrigiu, meticulosamente, o direito da Igreja, além de ter tomado medidas para a preservação da paz interna do reino e a estabilidade da realeza. Daí a fazer dele um grande legislador há uma boa distância. Limitadas eram suas possibilidades de sê-lo, sem levantar contra si os mantenedores da tradição germânica, que resistiam tanto à inovação como à fixação por escrito de um direito por princípio oral e largamente tributário da interpretação. Limitados eram também os domínios nos quais ele podia intervir, e os espíritos não pareciam dispostos a aceitar uma uniformização do direito no reino, ainda mais em se tratando do império.

As rendas do rei

De que vive o rei franco? De que vive o imperador? Uma questão prévia: de que ele tem necessidade? Além das campanhas militares, de que já falamos, que mais ele deve financiar?

A primeira despesa é, naturalmente, a da corte. O que aparece sob a rubrica "o Palácio" significa a remuneração de serviços, o abastecimento de uma mesa e de uma estrebaria, a manutenção de uma administração central, a construção e conservação de edifícios. É verdade, como já dissemos e voltamos a repetir, que boa parte das despesas está totalmente fora de qualquer financiamento monetário. Os domínios

reais abastecem o Palácio, a generosidade em terras e em honras remunera os serviços público e privado do rei, os serviços devidos por suas terras pelos proprietários de *mansi* garantem a manutenção dos domínios.

Uma tal visão, porém, poderia levar a se pensar, erroneamente, que a corte é capaz de viver de forma auto-suficiente, e que o pagamento em numerário é excepcional. Seria o caso de perguntar, então, por que Carlos Magno se preocuparia tanto com a cunhagem, a circulação e a falsificação das moedas. Embora ainda estejamos muito longe do retorno a uma verdadeira economia monetária, que praticamente não ocorrerá antes do século XI, imaginar um mundo carolíngio — onde o abastecimento local, o serviço de vassalagem e as corvéias dos foreiros substituem a compra e o pagamento em espécie — seria projetar na escala do reino o que é, em grande medida, a realidade de cada domínio. O trigo do fisco de Attigny alimenta mais facilmente o palácio de Attigny que o de Paderborn ou de Aix.

Ao lado da corte permanente, há a corte temporária mas bastante onerosa, formada pelos agentes reais de passagem e, principalmente, pelos grandes senhores que representam o povo franco na assembléia geral. As capitulares são muito precisas sobre o que cada homem livre convocado pelo exército deve trazer em víveres e em equipamentos, mas nada dizem sobre o que se deve trazer para viver durante o tempo que dura a assembléia. Não há dúvida de que o rei oferece comida. O festim faz parte da assembléia e o rei não está isento da obrigação de generosidade de todo anfitrião em relação aos seus visitantes e seus convivas. Da mesma forma, se elas são bastante precisas no que se refere ao que os *missi dominici* de todos os níveis podem exigir para suas viagens, as capitulares nada dizem sobre a subsistência dos mesmos personagens quando estão na corte. Não podemos imaginar que um Angilberto mande vir de sua abadia de Saint-Riquier o necessário para viver a maior parte do tempo no *entourage* do rei. É preciso também suprir as necessidades materiais dos numerosos vassalos reais que, quase sempre à custa do rei, constituem um grupo essencial tanto da corte como do exército. Como não se lhes concedeu um "estabelecimento" em terras, é preciso dotá-los da *brogne* e das armas necessárias, e prover dia-a-dia suas necessidades materiais. O mesmo acontece com os "alimentados", esses jovens formados na corte que comem, vestem e moram à custa do rei.

De qualquer modo, é necessário ainda comprar no mercado europeu uma parte considerável dos itens materiais da vida pessoal do rei,

de sua família e dos que lhe são próximos. Das peles à ourivesaria, do vinho às especiarias, a corte depende do comércio.

Se as corvéias devidas pelos foreiros dos domínios vizinhos fornecem uma apreciável mão-de-obra para o transporte dos materiais a curta distância, ninguém poderia supor que a construção das residências reais, e especialmente a do palácio de Aix, não exigiu a compra dos mármores e dos bronzes que os embelezam.

A diplomacia não é menos onerosa. Da recepção reservada aos personagens de primeiro plano, como o papa e sua comitiva ou os embaixadores estrangeiros, aos presentes de valor levados pelos embaixadores do rei franco — tudo isso representa um gasto que não é financiado pelo produto em gêneros dos fiscos. As mesas de prata maciça oferecidas ao papa Leão III não deixam nenhuma dúvida quanto a isso. E não devemos nos esquecer de acrescentar a essas despesas as benesses de caráter político ou de devoção, que podem ser sacos de dinheiro ou terras.

Então, de que vive o rei? Em primeiro lugar, naturalmente, de seu domínio. Mesmo não tendo sido formulada, ainda, a regra que tanto incomodará os capetíngios, regra segundo a qual "o rei vive do que é seu", é evidente para Carlos Magno que ele vive em primeiro lugar dos ganhos gerados pelos bens de sua propriedade: da renda dos fiscos, isto é, das *villae*, dos domínios que o rei herdou tanto do rei merovíngio como da fortuna dos descendentes de Pepino. O patrimônio real foi seriamente reduzido pelas liberalidades às quais o Merovíngio teve que recorrer para adquirir e reforçar fidelidades. Pepino e Carlos Magno procuram reconstituí-lo por todos os meios, confiscando os bens daqueles que traíram ou simplesmente conspiraram, retomando os bens cuja concessão parecia infundada, reservando para si boa parte das terras recém-arroteadas, apropriando-se dos domínios da aristocracia das nações conquistadas.

Os fiscos são divididos de forma desigual no reino. Na antiga Nêustria, os merovíngios deixaram um domínio constituído, essencialmente, de cidades episcopais, mas aí se conta um certo número de domínios propriamente reais e até palácios, nas regiões do Sena e do Oise. O patrimônio dos descendentes de Pepino cresceu muito na Austrásia, sobretudo entre o Aisne, o Oise e o Marne, e também entre o Mosa e o Reno, e nas cercanias de Liège. As conquistas valeram ao rei imensos domínios na Germânia, na Baviera e principalmente na Saxônia.

O rei é, pois, com as igrejas tomadas em seu conjunto — conjunto que, cumpre lembrar, não constitui uma unidade econômica e cujos

membros são bastante autônomos —, o maior proprietário de bens de raiz do reino. Ele tem seus principais domínios entre o Somme e o Oise, no Mosa e no Reno e entre esses dois rios, e ao sul do Meno e do médio Danúbio. No total, cerca de sessenta *villae* de dimensões muito diferentes, dependendo da antigüidade do "fisco" e de sua origem. Os fiscos do antigo país franco, aqueles que já constituíam a riqueza dos descendentes de Arnulfo e de Pepino, são de tamanho médio. Contam-se em Pontião, além de uma reserva senhorial — o *mansus indominicatus* de duas unidades de produção de cereais, duas terras de pastagem para a criação de cavalos e um vinhedo —, os 28 *mansi* explorados pelas famílias dos foreiros, sendo que um quarto desses *mansi* são servis. Em Annapes, contam-se na reserva setenta éguas, três touros, 108 vacas e bezerros, 470 carneiros, ovelhas e cordeiros, 360 porcos e cinco varrões, sem esquecer oitenta frangos e 22 pavões. Enumeram-se as éguas e os potros de um ano, mas nenhum cavalo, o que faz supor que os produtos da criação são vendidos antes de dois anos. Como dissemos, nas regiões de conquista recente, principalmente na Turíngia e na Saxônia, o rei, ao contrário, adjudicou-se boa parte dos confiscos e isso em países inteiros. Não é raro que se contem, em uma só *villa*, várias centenas de cavalos.

Todos esses domínios produzem grãos, frutas, vinho, animais de corte, caça e madeira, que são levados às residências do rei ou que este consome *in loco* quando para lá vai com sua corte. O excedente é vendido. Alguns compreendem minas, outros, salinas. Assim, o rei pode viver, isto é, manter a sua corte, e financiar sua administração central.

A administração dos domínios fiscais é uma necessidade que se acrescenta às razões pelas quais, depois de seu avô e de seu pai, Carlos procura não dilapidar seu patrimônio na remuneração das fidelidades. Os domínios têm um rendimento econômico considerável, tanto em termos de víveres consumíveis *in loco* ou no palácio, como em cavalos e víveres para o exército, e, naturalmente, em excedentes comercializáveis em proveito do rei. Publicada muito provavelmente antes de 800, sendo possível também que o tenha sido apenas por volta de 810, e completada por volta de 812 com modelos de "breves" para a descrição dos bens eclesiásticos e fiscais, a capitular *De villis et curtis imperialibus*, "Dos domínios e das cortes" — corte, aqui, significa reserva senhorial —, dá bem uma idéia da atenção dispensada pelo rei, ou, o que é mais provável, pelos seus conselheiros, se não aos trabalhos agrícolas, de que a capitular pouco fala, pelo menos a uma boa administração, por parte dos condes ou sob sua supervisão,

de todos esses bens fundiários que fazem a fortuna do rei e permitem a organização do exército. No espírito do rei, a entrega de gêneros feita ao palácio ou ao exército é mais importante do que os trabalhos agrícolas. Instruções do tipo "Para se ter uma boa semente, deve-se comprá-la ou conseguir de uma outra maneira" ou "Que cada intendente procure se informar de quantos potros podem ser colocados numa mesma estrebaria" derivam apenas de uma política: que não se descure dos detalhes e que os administradores cuidem disso.

A capitular determina a esses administradores ou intendentes, chamados *judices* em latim, que mantenham uma contabilidade regular e depois façam um balanço equilibrado das receitas, das despesas e da produção. O inventário dos bens e dos rendimentos será objeto de "breves" que serão enviados ao palácio no Natal. Trata-se de um inventário pormenorizado, que compreende os instrumentos agrícolas e o mobiliário doméstico dos domínios. O cômputo tratará dos trabalhos agrícolas e também das oficinas, principalmente para fabricação e manutenção do material agrícola e militar. Quanto a isso, cumpre notar a atenção que o rei dá a um recenseamento preciso dos artesãos que colaboram na manutenção do exército, os ferreiros, os carpinteiros de carros, os fabricantes de escudos, os coureiros, os seleiros. Ele não é menos vigilante no que se refere aos instrumentos necessários aos "gineceus", ou seja, as oficinas têxteis em que trabalham as mulheres: a capitular *De Villis* lembra que os administradores dos domínios reais devem suprir as oficinas de linho, lã, tintura azul e vermelha, garança, pentes para cardar a lã, sabão, banha e recipientes próprios para o trabalho de fiar e de tecer.

Depois que essas contas e as conversões em numerário dos produtos agrícolas em gêneros são aprovadas pelo rei, ou antes pela administração central, os contadores devem, no Domingo de Ramos, entregar o produto ao Tesouro. Cumpre observar a escolha acertada das datas: é o momento em que já se fizeram todas as colheitas e todos os trabalhos agrícolas, sendo, portanto, o melhor momento para se proceder a um cálculo mais preciso do custo de exploração. É também o momento em que o rei toma as últimas providências para a campanha militar do verão seguinte. Certamente os administradores locais passam uma parte do inverno no palácio, discutindo e apresentando justificativas.

Mas o rei ainda precisa ter consciência de que sua capacidade de domínio fundiário só pode ser expandida indefinidamente se as conquistas continuarem. Depois da conquista da Saxônia e do reino dos

ávaros, acabaram-se os novos domínios — e os tesouros — incorporados às posses do rei. A aristocracia ganhou a sua parcela, da mesma forma que o próprio rei. Mas na Aquitânia, na Lombardia e na Baviera, ao contrário, pratica-se uma política de conciliação para pacificar os espíritos, política esta que se impõe também na marca da Espanha porque a Reconquista não pode se fazer à custa dos cristãos "libertados". Isso significa dizer que os avanços políticos da realeza franca nesses lugares não rendem os ganhos financeiros oriundos da espoliação em massa, motivada pela repressão às revoltas saxônicas.

Indiretamente, é o sistema pré-feudal estabelecido a partir da década de 750 que dá ao rei uma extraordinária capacidade de retribuição dos serviços civis e principalmente militares. Estimulando seus vassalos a estabelecer, por sua vez, um laço com seus homens por meio de um juramento de vassalagem, o rei cria, em 789, uma pirâmide de obrigações de que ele é, definitivamente, o beneficiário. O vassalo do rei poderá convocar os seus próprios vassalos quando se integrar ao exército real. Isso significa dizer que, com isso, o rei ganha um exército que não lhe custa nada, uma vez que é remunerado pelos bens que os vassalos do rei concedem aos seus próprios vassalos. Na verdade, o sistema é pago largamente pelas espoliações de que são vítimas as igrejas. A "precária" financia as fidelidades diretas e garante ao rei serviços que ele não terá que pagar.

Os domínios que permanecem eclesiásticos também são obrigados a contribuir. O políptico de Irminon nos deixa entrever o que o exército lhes custa. Há, em primeiro lugar, os vassalos que o abade deve manter, concedendo-lhes terras: eles formam a cavalaria que acompanha o abade no exército real. Há também o que é devido pelos *mansi ingenuiles*, também chamados livres, dos domínios da abadia: um conjunto de prestações em gêneros, em serviços e em dinheiro, minuciosamente taxadas para cada família: os camponeses devem enviar ao exército carroças de alimentos, forragem e mesmo utensílios. Eles são obrigados a pagar um *hostilitium* inicialmente cobrado em gêneros, depois em dinheiro, para maior comodidade do rei, que assim evita um incômodo inútil. Esses tributos não poderiam ser esquecidos na análise das relações entre o fisco real e as abadias: o privilégio que as exime de uma parte dos impostos é apenas a contrapartida da onerosa participação dos temporais eclesiásticos no financiamento do exército.

Para completar essa gratuidade do exército, as capitulares explicitam os aspectos econômicos da obrigação de serviço: os homens livres —

traduzamos agora: os vassalos de vassalos — têm que adquirir e manter, à sua custa, suas armas e seu equipamento, cuja peça mais cara é a *brogne*, couraça reforçada que o homem faria mal em não manter em bom estado, pois ela pode lhe salvar a vida. Mas só se equipa quem pode, e o rei tem que providenciar armas para aqueles de quem ele não quer se privar pelo simples fato de não terem doze *mansi*. Os vassalos do rei e os bispos e abades são obrigados a ter reservas de armas — principalmente *brognes* e espadas — com o objetivo único de equipar seus próprios vassalos incapazes de adquirir bens tão caros. O próprio rei tem sua reserva de armas, para seus vassalos diretos não estabelecidos ou mediocremente estabelecidos. Ele a abastece em boa parte recolhendo o excedente das reservas das igrejas, e também aceitando *brognes* — assim como gado, roupas ou mesmo escravos — como pagamento de multas judiciárias. Numa economia fracamente monetária, é mais fácil para muitos condenados abastados dispor de uma *brogne* sobressalente do que dos sessenta soldos, portanto os 720 denários de prata, do *hériban*.

A debilidade do sistema deve-se à necessidade de pagar e manter os agentes do poder real distribuídos por todo o reino. Trata-se, principalmente, dos condes. Desde que eles têm uma circunscrição geograficamente definida, já não se pode mantê-los na corte com as rendas dos domínios cuja produção o rei vem periodicamente consumir. É necessário, pois, colocar nos condados rendas à disposição dos condes. Na prática, numa sociedade em que a economia monetária pouco representa e onde o dinheiro oriundo do excedente da produção rural não bastaria para cobrir essas remunerações, isso significa que é preciso dar-lhes terras. Também estas só podem ser tiradas do fisco real ou dos bens eclesiásticos.

Forma-se, assim, uma dupla geografia que se revelaria plena de conseqüências. Há o condado, de que o conde é o administrador, e as terras ligadas à função, de que o conde é usufrutuário temporário. É necessária toda a força pessoal de Carlos Magno, que não pára de lembrar a distinção, para que esta não seja esquecida depressa demais. Isto é salientado ao novo conde, quando este assume o cargo: ele deve, uma vez por ano, isto é, na assembléia geral da primavera, trazer à corte e pagar ao Tesouro real tudo o que é devido ao fisco em seu condado. Como é evidente que o conde não se apresenta com carroças de grãos e de vinhos, isso significa para ele a difícil gestão da comercialização *in loco* da produção e sua conversão em moedas que se possam transportar.

O sistema de impostos diretos do Império romano desapareceu. Há muito que já se tinha esquecido de manter atualizadas as listas de contribuintes que, desde o tempo de Constantino, a administração romana revisava a cada quinze anos: era a indicção, série de períodos de quinze anos calculados a partir de 313, cujo uso a chancelaria de Carlos Magno retoma em 801. Sem essas listas, não se pode cobrar imposto *per capita*, a capitação. Resta o imposto fundiário, o censo. No tempo dos merovíngios, ainda se cobrava dos colonos a taxa romana, isto é, 10% da renda bruta das glebas, à qual se acrescentavam as prestações em trabalhos contados por dia ou por tarefa. Sob Carlos Magno, ela se diferencia, e alguns pagam uma soma fixa, espécie de subscrição, em lugar de um censo proporcional, e portanto variável de ano para ano. Continua-se a falar do censo nas capitulares, sem que fique claro quem deve pagá-lo. Na verdade, o censo parece ter trazido mais problemas do que rendimentos ao Tesouro. Mais substancial parece ser a doação anual que os grandes senhores presentes à assembléia, tanto leigos como eclesiásticos, têm que fazer ao rei. Essa doação é feita, a critério de cada um, em dinheiro ou em produtos, e geralmente em armas e cavalos.

O rei mantém um certo número de privilégios, decorrentes de seu poder público, que lhe trazem ganhos consideráveis. É o caso, por exemplo, da cunhagem de moedas. Ainda que ignoremos a renda real das oficinas de moedas, o encarniçamento com que o rei persegue os moedeiros falsos revela ao mesmo tempo a importância que têm aos seus olhos o direito régio — importância tanto política como financeira — e a gravidade dos desvios de rendas por aqueles que cunham moedas em seu lugar.

O rei pode contar entre os seus ganhos eventuais mais certos as multas judiciárias, e, em primeiro lugar, o pesado *hériban* de sessenta soldos que lhe é devido pela violação do *ban*, *hériban* ao qual se soma uma parte do *fredus*, a soma paga, de acordo com a lei, por criminosos e delinqüentes, para indenizar suas vítimas. As leis francas estabelecem a parte do rei em um terço; outras leis prescrevem uma quantia fixa. Isso significa dizer que, como todos os direitos públicos, o crime beneficia o rei! É preciso lembrar aqui que o rei divide esse ganho com o conde, o qual fica com um terço das indenizações e, no fim do reinado, um terço de tudo. Salvo negligência, infelizmente freqüente, o conde deveria entregar os outros dois terços quando fosse à assembléia. Como se pode imaginar, a ausência de registro judiciário faz que fique a cargo do conde a estimativa anual do que deve pagar

por conta disso. Da mesma forma, é mais do que provável a fraude no tocante às reduções de multa que o próprio rei, como vimos, passou a determinar a partir de 805, para não condenar à servidão homens livres e, sem dúvida, para não ficar perseguindo em vão devedores insolventes, mas sobre as quais não é possível nenhum controle contábil.

Em compensação, é substancial a renda advinda dos impostos indiretos que pesam sobre a circulação de produtos agrícolas, operação econômica de mais fácil controle, em uma época na qual a organização do comércio é no mínimo rudimentar. Eles parecem nunca ter desaparecido desde o tempo do Império romano. Em todo o reino, o rei recolhe, pois, pedágios sobre tudo o que não está sendo levado para o palácio ou para o exército, ou que não está sendo transportado de um domínio de produção para outro domínio do mesmo proprietário ou beneficiário. Em suma, tributa-se todo o tráfego de caráter comercial. Mas, em 805, Carlos Magno isenta totalmente os barcos que passam sob uma ponte sem que seja preciso ajudá-los, portanto, os barcos bem pequenos.

As taxas de portagem são cobradas em pontos há muito estabelecidos pela tradição. O rei não pode aumentar-lhes o número, exceto nos casos em que uma nova prestação de serviço o justifique, fazendo que elas sejam consideradas como taxa de uso. Portanto, esses impostos são cobrados na entrada das cidades e nas fronteiras do reino e, principalmente, nas passagens dos Alpes e dos Pirineus. São cobrados nas feiras urbanas e nos grandes mercados rurais. São cobrados também, naturalmente, nos portos marítimos e na praia dos portos fluviais, na passagem das pontes, quer se passe pela estrada ou pela via fluvial. As taxas que se cobram fora dos lugares costumeiros correspondem a melhorias nas estradas ou nos portos — a novos meios de sirgagem, a instalações portuárias recém-inauguradas —, e às vezes se acrescentam às taxas já existentes, sendo pagas àqueles que financiaram essas novas facilidades.

Conhecemos as taxas que se cobram em determinados portos da Mancha e do mar do Norte: 10% do valor. Essa cifra não nos diz nada, uma vez que ignoramos quantas vezes uma mesma mercadoria era taxada ao longo do seu percurso. É possível que o fluxo de mercadorias terrestre ou fluvial, mais sujeito a apreensões do que o tráfico marítimo, fosse taxado em somas cada vez menores a cada cobrança. Naturalmente, taxa-se tanto o valor dos barcos como o das mercadorias transportadas.

A renda desses impostos é considerável. Ela justifica a designação de "procuradores" de alto nível e de toda confiança, como é o caso de

Geroaldo, abade de Fontenelle, que Carlos Magno coloca à frente da coletoria Quentovic, com jurisdição sobre outras coletorias de menor arrecadação. Esse rendimento se vê diminuído, porém, em função dos privilégios com que o rei paga esse ou aquele personagem, e principalmente o estabelecimento eclesiástico. Há exceções, e são muitas. Em 779, Carlos Magno isenta o monastério de Saint-Germain-des-Prés de todas as taxas de portagem cobradas "além e aquém do Loire, na Borgonha, na Provença, na Frância e na Austrásia". Menos favorecido, o de Saint-Paul de Cormery obtém, em 800, uma isenção limitada a alguns barcos por ano. Há doações, que são mais raras. Por todo o período que dura sua feira de outubro — que será a feira Saint-Denis, nunca tão próspera como a da primeira segunda-feira de junho —, o rei dá, em 775, à abadia de Saint-Denis o direito de receber, em seu lugar, os impostos de portagem em todo o condado de Paris. Mais tarde, ele dá à igreja de Utrecht uma parte dos impostos de portagem dessa cidade e talvez também de Duurstede.

Mas, ao lado das liberalidades do rei, há também desvios. O conde, que faz seus agentes controlarem os pontos de arrecadação, guarda um terço do recebido como remuneração, cabendo-lhe o encargo de remunerar seus empregados. Mas pode ficar com mais do que lhe é devido declarando uma arrecadação global menor. E alguns não se pejam de cobrar taxas de portagem em pontos de passagem não autorizados pelo rei.

Há também os ganhos ocasionais. As guerras acarretam ganhos não apenas de terras, mas de metal precioso e dinheiro. Todos os butins somados não igualam o saque que se fez na Saxônia na tomada do Irminsul em 772, o que se fez em Pavia, em prejuízo do rei Didier em 774, de novo na Saxônia em 775 e em 783, e principalmente o tesouro dos ávaros tomado em 795 e 796 no *Ring*; poucas são as campanhas, porém — à exceção da derrota de 778 na Espanha —, que não trazem ganhos ao rei ou aos grandes senhores do reino, o que vem a dar no mesmo, porque com isso o rei se desobriga de recompensar a estes por seu zelo. Porque o butim é partilhado, e o rei nem pensa em se desvencilhar do costume germânico, segundo o qual uma parte do butim é direito absoluto dos guerreiros vitoriosos, de que dá provas o caso do vaso de Soissons trazido por Gregório de Tours. Mas cumpre notar também que depois da investida do *Ring* praticamente já não existem vitórias que proporcionem um butim substancial. Como a justificação da guerra é a libertação das cidades cristãs, não se pode, na Espanha, pilhar Barcelona ou Tortosa como se faz com cidades conquistadas.

A título de lembrete, acrescentemos o tributo devido anualmente por aqueles que foram obrigados, pela guerra, a reconhecer a tutela franca. A Saxônia deve trezentos cavalos a cada ano desde 758, data na qual Pepino, o Breve, mudou suas exigências, que antes eram de quinhentas vacas: a simultaneidade dessa mudança e da transformação do "campo de março" em "campo de maio" não deixa nenhuma dúvida sobre a importância de um tal tributo, que devia abastecer a nova cavalaria pesada do exército real. É mais do que duvidoso, porém, que esses tributos tenham sido saldados regularmente, seja pela Bretanha, por Benevento ou pela Saxônia, antes de sua submissão definitiva. No que diz respeito aos saxões, é precisamente sua negligência em pagar o tributo que Carlos invoca, em 772, para recomeçar a guerra. Definitivamente, as conquistas redundam, em termos imediatos, em domínios que o rei guarda para si ou distribui, e em territórios sobre os quais ele recolhe os mesmos rendimentos que no reino franco.

É verdade que as conquistas trazem ganhos ao rei. Mas não podemos esquecer o passivo do balanço: ainda que o serviço em armas não seja remunerado, o rei precisa gastar do seu se quiser ter um exército. A logística fica por sua conta. Na verdade, as armas daqueles que podem servir mas não têm condições de financiar um equipamento completo são, apesar da norma, fornecidas pelo rei, como o são também — já o dissemos — as dos jovens vassalos reais do Palácio, naturalmente armados à custa do rei. E mesmo o cavaleiro afortunado, que se apresenta com armas e montado, não é obrigado a ter um cavalo sobressalente. Se seu cavalo morre no combate, é naturalmente o rei quem fornece uma nova montaria, sob pena de perder um combatente.

Carlos Magno sabe que suas ambições políticas supõem uma administração financeira rigorosa. É uma questão de dinheiro, mas também um assunto político: uma questão de majestade. Um rei logrado por seus agentes é um rei desprezado por seus súditos. Isso significa dizer que transigir na questão das finanças seria abdicar das prerrogativas reais. A defesa de seus rendimentos aparece em muitas capitulares como uma preocupação constante demais para que se possa imaginar que tudo funcionava sem problema. O rei se protege tanto da desonestidade como da negligência. Quanto a isso, a capitular *De Villis* é bastante reveladora. O primeiro risco é de que os agentes do rei confundam o bem real que eles administram com o benefício que recebem como retribuição. Carlos entrevê aqui o que viria a ser a passagem do condado carolíngio para o condado feudal. O outro é o de que os mesmos agentes se desinteressem de uma administração

que não lhes traz nenhum proveito pessoal, passando a dedicar seu tempo e seus recursos em benefício próprio.

A JUSTIÇA

Na ordem judiciária, as conciliações assumem um caráter de uma reforma institucional. Presidido pelo conde e, às vezes, em seu nome, pelo visconde, quando o há, ou mais raramente pelo centenário, quando se tem apenas casos de pequena monta na ordem do dia, o tribunal do *pagus*, o "*plaid*" (assembléia), ou *mallus*, reunia, teoricamente, na capital de cada vigairaria ou centena, todos os homens livres. Ele só podia se realizar muito raramente, a intervalos irregulares, por convocação do conde, e levando-se em conta deslocamentos e campanhas militares que o distanciam, às vezes por longos meses, de seus jurisdicionados. Além disso, os homens livres não gostavam nada de uma responsabilidade que, mesmo limitada às sessões realizadas bem perto de suas residências, tomava-lhes o tempo sem uma verdadeira utilidade: havia muito tempo que o conde ou o centenário se faziam assistir por alguns homens que conheciam melhor do que outros o direito consuetudinário, os "*rachimbourgs*", isto é, os conselheiros. Normalmente, o tribunal era aumentado requerendo-se a presença dos notáveis do *pagus*, que eram chamados de "os homens bons". Mas era preciso reuni-los, e eles não recebiam nenhuma remuneração. Em suma, a justiça era mera obrigação para pessoas que pouco precisavam dela. Tudo concorria, pois, para tornar essa justiça lenta e incerta.

Logo, por volta de 780, Carlos revoluciona o sistema: o tribunal só se reunirá três vezes por ano, o que permite exigir do conde uma regularidade, e dos homens livres, uma presença efetiva. Nele se julgarão as causas maiores, crimes ou delitos relativos à propriedade. Mas, junto aos jurisdicionados, um novo escalão judiciário parece desejável para os delitos mais comuns e as simples contestações entre partes: assim, a justiça imediata, a que não pode esperar quatro meses, sob pena de deixar estabelecer a desordem, com a conseqüente crise de confiança, é reformada pela instituição de uma nova instância, que toma, ao longo do ano — na verdade, duas vezes por mês —, conhecimento de pequenos conflitos entre particulares e dos delitos corriqueiros do direito comum, e os julga. O conde preside quando pode. Ele continua sendo o responsável pela execução da sentença. Na prática, é o tribunal da vigairaria ou da centena.

Desde a década de 780, portanto, e talvez um pouco antes no norte, Carlos Magno encarrega os *missi* de designar em cada condado do reino franco — depois de 802, Pepino da Itália introduzirá a reforma em seu reino — *scabini*, almotacés, que são juízes permanentes. Não podemos dizer que o são de profissão, porque é o simples bom senso que, neles, faz as vezes de cultura jurídica, mas eles o são de forma mais positiva do que os antigos *rachimbourgs*, nos quais a confiança da comunidade local substitui a competência. Nomeados em caráter vitalício, terminavam por conhecer a lei, à força de praticá-la. Esses almotacés são em número de sete ou, mais freqüentemente, de doze por condado. Eles assistem o conde em sua assembléia e preparam as sentenças para os assuntos graves e para aqueles relacionados aos benefícios do rei. No tribunal da centena, eles próprios julgam todos os casos que não podem levar à pena de morte ou à privação de liberdade, e que não se relacionem à propriedade fundiária. Ou seja, julgam os delitos de direito comum, os furtos da vida rural, as contestações de herança relacionadas a bens móveis ou ao gado: tudo o que pode levar a uma arbitragem ou a uma multa de alguns soldos. Mesmo não sendo juízes de profissão, eles são pagos — o que não acontecia com os homens livres que formavam a assembléia do conde — e ficam, pois, disponíveis. É-se almotacé em tempo integral.

Não devemos subestimar as conseqüências sociais dessa inovação. Bem antes do renascimento dos estudos jurídicos, aparecem aqui grupos de homens incumbidos de uma função judiciária baseada na autoridade do rei. Esses almotacés haveriam de se perpetuar. Eles dariam origem, em certas regiões onde o próprio nome haveria de se conservar, a uma pequena aristocracia não militar que, três séculos depois, teve um papel importante no desenvolvimento das oligarquias municipais.

O bispo ou o abade, por sua vez, realiza suas próprias assembléias no território sob sua jurisdição, e tem apenas a jurisdição do Palácio como instância superior. Sua competência, porém, compreende apenas as causas civis resultantes das dissensões entre seus homens. O rei nunca pensaria em tirar do conde, responsável pela ordem pública, o conhecimento dos crimes e dos delitos de direito público.

Mas é preciso manter vivo o princípio segundo o qual todo homem livre tem o direito de dirigir-se diretamente ao rei. É natural que este não renuncie ao direito de julgar pessoalmente, seja na assembléia, no caso de assuntos graves, seja ao levantar da cama, nos casos dos conflitos cotidianos da corte. Mas nem todo mundo pode ir a Paderborn ou a Aix em busca de justiça. Em sua circunscrição, os *missi*

realizam, pois, a intervalos regulares, assembléias judiciárias onde se fazem assistir por quem bem entendem — delas participam tanto bispos e condes como modestos almotacés — e onde eles tratam dos assuntos que bem entendem, em geral as perturbações graves da ordem pública causadas por bandoleiros, as contestações relacionadas à condição de homem livre e as causas relativas à propriedade fundiária. Naturalmente, eles têm que julgar as causas que foram levadas ao rei e devolvidas por este. Nenhum tribunal do condado ou da centena pode reunir-se durante essas assembléias. Em princípio, o *missus* deve julgar uma ou duas vezes por ano. Em 811, o número de sessões se multiplica: o *missus* administrará justiça em janeiro, abril, julho e outubro, quatro vezes em cada um desses meses e em quatro lugares diferentes. Nos outros meses, há que se contentar com as assembléias do conde. Aquilo que viria a ser chamado mais tarde de "justiça especial" é, com os *missi* e as dezesseis sessões por ano e por circunscrição, a possibilidade de se apelar para o imperador.

É preciso, além disso, que os juízes leigos compreendam bem os textos fundamentais. Foi pensando neles que, em 802, ao mesmo tempo em que promove uma reformulação da lei sálica, o imperador fá-la traduzir em língua tudesca, isto é, em alto-alemão. A redação de algumas leis até então conhecidas apenas pela tradição oral entra, naturalmente, nesse programa de aperfeiçoamento da justiça. Carlos Magno lembra, em 802, que os juízes não devem se pronunciar como bem entenderem, mas aplicando as leis tais como elas se encontram redigidas. Tal atitude, cumpre esclarecer, é ditada pela preocupação que o rei tem não apenas com a eqüidade, mas também com a unidade. A justiça que depende apenas do bom senso do juiz pode não ser a mesma em toda a jurisdição de uma lei nacional. Dado que não há uma mesma justiça em todo o império, pelo menos que seja a mesma para todos os homens de uma mesma nação.

Carlos não esquece a sua preocupação com uma ordem pública conforme as exigências da Igreja. A capitular *Dos saxões* o lembra formalmente: salvo em caso de urgência ou de guerra, é proibido realizar uma assembléia no domingo ou em dia de festa religiosa. No dia do Senhor, vai-se à igreja, ouve-se a Palavra, ora-se, "serve-se a Deus".

Os bispos têm, naturalmente, sua justiça. Ela se exerce, em primeiro lugar, nos casos de disputas entre clérigos e nas causas penais em que um clérigo é acusado, mas também em muitos litígios que envolvem um clérigo e um leigo. O bispo pode julgar com base em testemunhos escritos, que são então raríssimos, ou ouvindo as testemunhas

apresentadas pelas partes. Se não conseguir chegar a uma conclusão, o juiz, qualquer que seja ele, pode ordenar o juramento purgatório: o acusado jura sua inocência. Se, posteriormente, ficar provado que jurou falso, terá a mão decepada.

Uma outra reforma torna a justiça mais confiável. Ela será explicitada em 811 na capitular *De justiciis faciendis*. O imperador constata que há causas que esperam uma resolução da justiça real desde o tempo do rei Pepino ou desde o início de seu próprio. É verdade que a partir de 803 são consideradas prescritas, no país franco, as queixas anteriores à sagração de Carlos (768), e, no país bávaro, as anteriores à elevação de Tássilo à condição de duque (748), mas o imperador se reserva sempre a possibilidade de conceder derrogações. As petições são evidentemente muito numerosas: é preciso esperar que o próprio rei as examine. Sobrecarregada com as causas dos condes, dos bispos e dos grandes senhores, sua justiça não tem tempo para julgar as causas dos pobres e dos mais fracos. Ainda que tenha a consciência de que deveria ocupar-se dos menos favorecidos, o conde do Palácio não pode evitar perder seu tempo com as causas dos poderosos. Outra razão para o mau funcionamento da justiça são os freqüentes depoimentos falsos, dados por testemunhas compradas, quando na verdade as testemunhas deveriam ser escolhidas pelo *missus* e pelo conde. E, finalmente, basta uma eventual má vontade para paralisar a justiça: os queixosos não conseguem fazer que os condes obriguem seus adversários a comparecer.

Acontece ainda que alguns casos, em que cabe o julgamento direto ou em apelação por "julgamento inidôneo", só podem ser julgados pelo próprio rei. Carlos Magno, nesse particular, apenas continua a prática constante dos reis merovíngios e, de modo mais geral, de todos os reis ou duques das nações bárbaras, que pouco diferia da prática dos imperadores romanos. O que é novidade em relação ao uso normal dos bárbaros é que a justiça pessoal de Carlos se coloca no topo de um sistema judiciário construído em pirâmide. Justiça bem próxima para a gente do palácio que apresenta suas causas a um rei a quem se avista todos os dias, justiça que é também suprema, acima da dos *missi*, dos condes e dos almotacés. Os que mais recorrem ao tribunal do Palácio são aqueles aos quais o rei concedeu uma proteção especial, a "*mainbour*" (tutela). Alguns a gozam em caráter geral, como as viúvas e os órfãos, ou os agentes do rei, quando se deslocam para a corte. Outros o têm por privilégio, como os monastérios de Lorsch, Hersfeld ou Aniana.

O tribunal do Palácio, em princípio, é o rei, mas ele se faz assistir: dele participam condes que residem na corte, bispos ou abades, vassalos escolhidos por sua competência, e principalmente o conde do Palácio, que atua como conselheiro judiciário permanente e cujos colaboradores se encarregam de redigir e entregar os diplomas que se seguirão à sentença. Acontece mesmo de o tribunal ser presidido pelo conde do Palácio, com a anuência do rei e na ausência deste, quando se trata de pequenas causas, levadas diretamente ao palácio em função de privilégios pessoais e não da gravidade do que está em jogo. Na verdade, o conde do Palácio é uma espécie de juiz de primeira instância da justiça especial. Os querelantes podem apelar diretamente ao próprio Carlos Magno, e não se pejam de fazer isso, não sem abusos, a acreditar numa observação feita pelo próprio imperador, quando a instalação da corte em Aix facilita o afluxo dos que procuram aproximar-se. É evidente que o rei se aborrece com aqueles que apelam para ele quando a causa não o justifica. Após 811, o imperador só preside o julgamento de causas em que comparecem um conde ou um bispo, o que inclui, evidentemente, as apelações motivadas por julgamento inidôneo.

Alguns processos têm uma importância política que leva o rei a julgar em plena sessão da assembléia geral, portanto a mostrar sua justiça ao povo franco. Como quando se trata de grandes personagens culpados de traição ou de rebelião, e de seus cúmplices. Foi na assembléia que se julgou, em Worms, em 786, o conde Hardrade; em Ingelheim, em 788, Tássilo, duque da Baviera; novamente em Worms, em 790, o gascão Adalarico; em Ratisbona, em 792, o próprio filho do rei, Pepino, o Corcunda; em Aix, em 798, o bispo herético Félix.

A justiça do rei, seja a do Palácio, a dos condes e dos almotacés ou a dos bispos e dos abades, baseia-se no sistema de prova dos povos bárbaros. O processo se abre com a queixa de quem se sente prejudicado. A investigação é rara. O flagrante delito é julgado sem outra prova. O Renascimento Carolíngio ainda não trouxe todas as suas conseqüências. Carlos procura substituir por testemunhas, sempre que possível, os co-juradores, de quem só se espera que jurem a sinceridade do acusador ou a inocência do acusado, e que ninguém acredita poderem esclarecer realmente o tribunal sobre a causa em questão. Os co-juradores não são testemunhas e seu juramento purgatório nada tem de uma prova: eles são uma forma do ordálio, pois Deus os punirá na eternidade caso estejam jurando por uma causa má. Nos casos puramente privados, ouvem-se testemunhas sob juramento, no mais das vezes as apresentadas pelo queixoso. A testemunha deve provar o

mal causado ao reclamante. Mas a prova escrita continua a ser uma prova subsidiária que — à exceção dos diplomas entregues depois de um primeiro julgamento pelo tribunal do Palácio — prova muito pouco diante de juradores e nada prova contra o juízo de Deus. O ato escrito só serve então para avivar a memória das testemunhas.

Com efeito, assuntos mais graves requerem o juízo de Deus, pelo ordálio. Em alguns casos, trata-se de uma prova física, a ser imposta ao acusado de um crime ou de um delito de direito comum, e ao reclamante, no caso de uma contestação ou de uma queixa de caráter puramente privado. Trata-se, tanto para um como para outro, de demonstrar que sua causa é justa. Ferro em brasa, água fervente, água fria, braços abertos em cruz, tudo é imaginável. Um acusado que, depois do ordálio que consiste em mergulhar o braço em água fervente, não tiver as queimaduras cicatrizadas dentro do prazo fixado pelo juiz, é considerado culpado. Aquele que, depois de ficar com os braços abertos em cruz durante várias horas, tremer primeiro, é declarado culpado. O duelo judiciário é a última forma do juízo de Deus. Em todos os casos em que não há morte no ordálio, o que demonstra a má-fé do acusador e determina sua punição, o acusador desmascarado pela justiça de Deus sofre a pena que caberia ao acusado se a acusação tivesse sido validada por Deus. Isso faz com que os reclamantes às vezes dêem mostras de grande prudência em suas afirmações.

Alguns espíritos lúcidos, desde essa época, percebem o absurdo do ordálio. Não é a crueldade dos suplícios que justifica sua hostilidade ao sistema, porque as pessoas não se comovem com a severidade das penas infligidas a quem é reconhecido culpado. O que choca alguns é a imprudência que pode haver em misturar Deus às baixas coisas do mundo. O ordálio, dirá sob Luís, o Piedoso, o arcebispo Agobardo, é um ato de presunção: ele pretende obrigar Deus a se pronunciar. É um pecado de orgulho. Quanto a Carlos Magno, há alguns indícios de seu ceticismo, mas não há dúvidas de que ele prefere as provas que não levam à morte. Apesar de suas deficiências, o juramento lhe parece preferível, e ver-se-á que em dezembro de 800, embora seja papa, Leão III é obrigado a se justificar diante do rei com um juramento purgatório. Por outro lado, Carlos faz questão de que as testemunhas não sejam levadas ao perjúrio por influência ou pela autoridade de quem as apresenta: se necessário, chega-se a fazer uma investigação para garantir que as testemunhas falem livremente. Mas o rei faz aditamentos às leis para multiplicar os casos de duelo judiciário, como o dos braços em cruz, e impõe a prova do ferro em brasa — correr sobre

nove relhas de arado aquecidos na forja — a quem, para garantir sua dignidade de homem livre, tiver matado um parente cuja mera existência punha em dúvida essa qualidade de livre.

A concepção que se tem da sentença está evoluindo. Com o reforço da autoridade real, vê-se aumentar a do tribunal. Ninguém discute mais uma sentença do rei. Agora são as sentenças dos juízes do rei que se tornam obrigatórias. É verdade que se pode apelar das sentenças desses juízes, que são o conde ou os almotacés. Pode-se, antes da sentença, intentar uma ação contra eles por julgamento inidôneo: questionar, diante do rei ou de seus *missi*, a integridade do juiz ou juízes. O que está em causa aqui não é a ação, é a relação do juiz com os seus jurisdicionados. Não se pode fazer o rei reconsiderar uma causa já julgada pelo tribunal, a menos que se consiga demonstrar que, com intenção de fraude, os juízes violaram a lei de forma deliberada. Nos dois casos, o juiz tem que ser julgado, e é preciso ter provas. Em todos os casos, não se pode considerar a primeira sentença como inexistente. Salvo quando o próprio juiz é condenado e o rei ou os *missi* procedem a um novo julgamento, o caso não é reexaminado. O juiz não tem direito à injustiça deliberada, mas mantém o seu direito a um erro judiciário. Não existe ainda o que viria a ser o recurso.

Da arbitragem feita pelo conde ou pelos almotacés, arbitragem em que a parte considerada culpada devia, caso não apelasse da sentença, aceitar, dando garantias de que a sentença seria executada e de que abria mão de seu direito à vingança, passa-se, pois, ao julgamento que tem força por si só, sem que seja necessária a aquiescência das partes. Os refratários arriscam-se a uma nova condenação, por violação do *ban* real. Bem poucos arriscam-se a isso.

As penas estabelecidas nas diversas jurisdições são inspiradas em alguns princípios que se encontram em todas as leis bárbaras. Em primeiro lugar, a ação pública só pode ser aberta por meio de uma queixa e a falta contra a ordem pública equivale ao mal causado por um particular a outro. Em segundo lugar, a pena é antes de tudo uma indenização, da qual o rei tem a sua parte para remunerar sua justiça. Finalmente, o crime contra a autoridade do Estado — o *ban* real — exige uma indenização ao rei. Isso significa que a prisão é uma precaução, não uma pena. Ela afasta aquele cuja liberdade constitui uma ameaça à ordem, tanto o inimigo capturado na guerra como o bandoleiro das estradas de grande movimento à espera do julgamento. As penas são antes de mais nada uma multa ao rei e a indenização à vítima. Não estão excluídas as punições corporais, como as quinze bordoadas,

que podem ser dadas pelos almotacés, em lugar dos quinze soldos da multa a ser paga por quem, insatisfeito com uma sentença, procura, de forma dissimulada, reapresentar ao tribunal uma causa já julgada. Sabe-se que a mais alta dessas penas pecuniárias é o pesado *hériban* de sessenta soldos, que se aplica a quem desconsidera as ordens do rei.

Quanto à morte, ela pune aquele que ameaça a ordem e a sociedade. Com freqüência prevista por leis que as capitulares não deixam de evocar, aplicada profusamente contra os saxões rebeldes, pode-se apelar da pena máxima solicitando a graça do rei, e as graças parecem ter sido numerosas o bastante para fazer dos agraciados uma categoria jurídica: os condenados à morte agraciados, explica o imperador em 809, não podem ser almotacés. A graça não poderia, porém, beneficiar o assassino ou o bandido preso em flagrante delito e levado sem demora diante do conde: ele é enforcado imediatamente.

CAPÍTULO XIV

CARLOS MAGNO E A ECONOMIA

CARLOS MAGNO E A ECONOMIA RURAL

Não há necessidade de nos demorarmos no exame da vida rural, que praticamente não mudou durante o reinado de Carlos Magno. Tudo o que foi dito do domínio, do *mansus* e de sua produção continua válido, com algumas correções.

A primeira refere-se ao mundo dos poderosos, daqueles que possuem os domínios. O rei merovíngio herdara os imensos domínios do fisco imperial. Para comprar fidelidades, ele dilapidou seu patrimônio. Já falamos de como Carlos Martel e Pepino remuneram serviços sem mutilar as grandes propriedades amealhadas pelos primeiros membros da dinastia de Pepino: à custa das igrejas. Quando Pepino se assenhoreia do que resta dos fiscos reais, o rei franco já é, há muito tempo, o primeiro proprietário do reino. A atribuição dos domínios tomados nos territórios conquistados, tanto na Germânia como na Itália, apenas reforça essa posição dominante do fisco real. Mas, com a distribuição dos benefícios constituídos com base nos bens eclesiásticos e com a doação de domínios tomados nas conquistas, forma-se, no curso do século VIII, uma nova categoria de proprietários fundiários: os altos funcionários do poder real, os condes — e os bispos — que agregam a seus bens patrimoniais os benefícios próprios de sua "honra".

Quando, no curso do século IX, as funções passam a ser hereditárias, a patrimonialidade dos rendimentos do conde será tão inevitável quanto a apropriação da circunscrição. O conde considerar-se-á proprietário de seu condado, e fará de todo ele um patrimônio. Será inútil, então, contar com uma fidelidade que já não é mais garantida pelo caráter precário do modo de vida concedido em troca. O que representa uma perda para a política, representa um ganho para a economia:

ao acreditar no próprio Carlos Magno, alguns fiéis que dispunham de benefícios fundiários sentiam-se tentados, até então, a negligenciar a manutenção de um bem de que dispunham apenas em caráter precário, e a transferir para seus alódios, isto é, suas propriedades patrimoniais, tudo que podiam subtrair do benefício.

A capitular *De Villis* nos basta para mostrar o cuidado com que são geridos os domínios que constituem o novo fisco real. Ora, aqueles que o administram são precisamente esses novos proprietários. Em nada avançamos na compreensão do problema imaginando que as regras estabelecidas pelo rei para seus bens pessoais não são ignoradas por seus agentes quando estes se ocupam dos seus. Bem ao contrário, o rei não cansa de repetir a seus condes que eles devem manter os benefícios de sua honra com o mesmo cuidado que têm para com suas propriedades. Formados na administração e munidos de instruções nas assembléias e por meio das capitulares, os condes e os bispos de Carlos Magno são evidentemente melhores administradores de sua própria fortuna fundiária do que a aristocracia franca dos últimos anos merovíngios, excetuando-se alguns bispos. A melhora do nível intelectual de sua aristocracia, à qual o rei se liga cada vez mais, só pode ter conseqüências favoráveis para a direção local da economia rural.

Talvez não por acaso, o documento mais preciso sobre a situação do patrimônio fundiário — e um dos mais antigos documentos desse tipo — seja o políptico elaborado entre 806 e 829 por Irminon, abade de Saint-Germain-des-Prés, o mesmo Irminon que figura entre os quatro abades escolhidos pelo imperador para serem testemunhas de seu testamento. Chegou-se a observar que, constituído de uma reunião de "breves", isto é, de inventários fundiários redigidos *in loco* mas a partir de um modelo dado, o políptico de Irminon foi feito em várias cópias: muitos administradores podiam precisar dele. Tampouco foi por acaso que se chegou a uma tal precisão na descrição das prestações devidas pelos homens da abadia, a título de serviço militar, ao rei. Aqui, a preocupação do abade vai ao encontro da preocupação do rei.

Em setenta *capitula*, a capitular *De Villis* organiza, com efeito, pouco antes de 800, talvez em torno de 794, toda a vida econômica e social do domínio real; não há nada, porém, nessa capitular, que não possa ser dito dos domínios dos grandes senhores. O governo real apenas expressa por escrito o que os bons administradores fazem ou devem fazer. A redação de muitos artigos, aliás, faz supor que sejam inspirados em textos redigidos por outros que não o rei. Com efeito, é curioso que a capitular dedicada à gestão dos domínios reais se

inicie com considerações baseadas no fato de que "nossa família deve ser bem protegida e não deve ser reduzida à pobreza por ninguém", de que "os juízes não devem colocar nossa família a seu serviço e não devem confiscar-lhe nem as corvéias nem os bens" e de que "os juízes não devem nos importunar em nosso domínio". É possível, aliás, considerando-se observações feitas sobre a produção rural, que a capitular seja, em grande medida, mais do que o resultado de uma vontade central, obra dos responsáveis pelos domínios meridionais.

O rei passa, pois, em revista, os diferentes elementos e os diversos momentos da vida rural: o trabalho dos vinhedos e a fabricação dos vinhos, as medidas que devem ser iguais àquelas que são guardadas no palácio, a mão-de-obra sujeita à corvéia, o cruzamento dos eqüinos, a qualidade da farinha, o número de animais domésticos, a alimentação das aves e dos porcos com as sobras dos moinhos, o envio de frutas frescas à corte por todos os administradores que não receberam o rei três ou quatro vezes no ano, a manutenção dos viveiros antigos e a criação de novos, o arroteamento dos campos ameaçados de invasão pela floresta. Tudo está lá. A capitular prevê a visita de inspeção dos monteiros encarregados de organizar o calendário das caçadas, o envio ao palácio de pessoas capazes de fabricar cerveja, o abastecimento do palácio com cera e sabão, a plantação de espécies de pereiras diversas o bastante para que se possa dispor de pêras temporãs, de pêras para guardar e para cozer. Sabendo que não se pode transportar o peixe de água doce por todo o reino, o rei determina a venda dos peixes que se pescam todo ano nos viveiros e que ele não iria consumir *in loco*. Quanto aos produtos elaborados, como as carnes e os peixes salgados, os queijos, a manteiga ou o hidromel, Carlos faz questão de que se observe a máxima higiene em sua fabricação.

O rei vai mais longe: estabelece a lista das dezenas de plantas que se devem cultivar num domínio. Hortaliças, ervas de cozinha e medicinais, árvores frutíferas, plantas ornamentais — tudo é citado sem que se faça a menor distinção em função da diversidade dos solos e dos climas. Tudo parece dar em qualquer lugar. A leitura de tal enumeração, que mistura a folha-da-fortuna e o rábano, a rosa e o cerefólio, a figueira e a macieira, a castanheira e o algodoeiro, faz supor que um clérigo do *entourage* real simplesmente copiou a *História natural* de Plínio ou as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. Alguns consideraram que o jardim descrito e preconizado pela capitular era um jardim ideal, inspirado no jardim do Éden, e observou-se também grande número de plantas de significado simbólico. Pode-se supor também

que a capitular *De Villis* seja apenas um jogo comparável aos da Academia palatina, onde cada um adota o nome de um autor da Antigüidade clássica ou de um personagem bíblico ou mitológico. Tratando das obrigações administrativas dos "juízes" reais, da criação de cavalos e do cuidado com as éguas, da manutenção dos edifícios rurais e da administração de pessoal agrícola ou doméstico, o início da capitular parece nos impedir de ver nela algo que não uma capitular como as outras, isto é, uma orientação para uso dos administradores dos domínios reais. Pode-se considerar também que a capitular foi feita para todo o reino, e que a ordem "que eles tenham na horta todas as ervas, a saber..." é acompanhada de uma restrição mental, infelizmente não formulada: todas as ervas da lista que podem dar nesta ou naquela horta. A capitular não apresentava a lista das culturas obrigatórias, mas a das culturas possíveis. Como outras capitulares, esta seria um sumário, sujeito a interpretação.

Compreende-se que tal texto tenha chamado a atenção da posteridade, e que tenha valido a Carlos Magno, cinco séculos depois, a reputação de "supremo agricultor".

Como quer que seja, a capitular enumera *a priori*, e os inventários redigidos são feitos *a posteriori*. Assim, os agentes do rei encarregados de fazer o inventário do fisco de Annapes não deixaram de se preocupar realmente com as "hortaliças", e só se pode admirar a sua competência. De fato, eles encontraram lírio, hortelã-romana, hortelã medicinal, hortelã silvestre, salsa, arruda, aipo, alfavaca-do-campo, salva, segurelha, zimbro, alho, alho-poró, tasneira, coentro, cebolinha-branca, cebola, couve, couve-rábano e betônica. Entre as árvores, viram macieiras, pereiras, nespereiras, pessegueiros, aveleiras, amoreiras, nogueiras e marmeleiros. Não foram vistas, pelo menos por eles, nem videiras nem oliveiras no norte do reino.

Graças a alguns documentos eclesiásticos do século IX, podemos saber o que se produz nos campos. Em Palaiseau, por volta de 810, a terra que corresponde ao *mansus* senhorial é dividida em terras de trigo (90%), videiras, pastagens para ceifar e florestas que fornecem madeira e onde se criam porcos. Cultiva-se o melhor trigo, o frumento, e três moinhos de água produzem uma farinha que é muito vendida. Os camponeses, em seus *mansi*, produzem as mesmas coisas, e têm também uma pequena criação de ovelhas e de frangos.

Medidas e moeda

Preocupado com a unidade, Carlos começa, em 779, a impor um novo sistema de medidas para todo o reino franco. As decisões de aplicação se sucederão durante mais de vinte anos. Em sua maioria, as unidades de medida em uso no século VIII não têm muito em comum com as medidas do Império romano, das quais conservam o nome, como é o caso da libra. O uso as modificou, por contaminação das medidas importadas no século V pelos povos de origem germânica ou pela simples introdução dessas medidas — o grão, por exemplo — num sistema assim diversificado e doravante incoerente.

A unidade desejada por Carlos se baseia no mais pesado. Medida de capacidade fundamental para os cereais, o *muid* foi aumentado em 50%, o que leva a ajustes de preço e à revisão dos censos: "quem devia três *muids* a partir de agora passará a dever dois", precisa uma capitular de 802. O rei toma de empréstimo a Monte Cassino a nova definição da libra de peso. A libra de peso para os produtos agrícolas passa de doze onças, que era a medida romana, a dezesseis onças (437 gramas). (Adiante veremos quanto à libra monetária.) A própria definição do grão de peso muda: inspirado até então no grão de cevada, passa a basear-se no grão de frumento, considerado um terço mais pesado.

Teriam as reformas atingido as medidas de comprimento? O texto nada diz sobre isso. Talvez fosse mais fácil mudar os pesos, cuja base era arbitrária, que os comprimentos, cujas bases eram naturais: o polegar, o pé, o passo não podiam mudar por decisão real.

A conseqüência mais notável dessa reforma das medidas é a mudança profunda do denário. Mas não se deve dar a essa realização uma importância maior do que a que realmente teve entre as motivações da política monetária. Isso porque, desde o tempo de Pepino, o Breve, o direito de cunhar moedas voltou a fazer parte das prerrogativas reais. As oficinas do novo rei inscrevem seu nome nos denários: *RP*, ou *DOMP*, ou *RF*, abreviaturas para as expressões "Rei Pepino", "Senhor Pepino" ou "Rei dos francos". Por todo o reino cunham-se denários, em pequeno número, mas eles são a moeda do rei, não a de qualquer grande proprietário, leigo ou eclesiástico, como era o caso alguns anos antes. Agora há apenas cinco igrejas com direito de cunhar moedas em nome do rei.

Carlos Magno não se restringe a imitar seu pai e a ir além dos merovíngios. Elabora, em várias etapas, um verdadeiro sistema monetário. Sua base é, naturalmente, o denário. E o que se intensifica é a

cunhagem de denários. Contam-se, antes de 790, no reino franco e no reino lombardo juntos, cerca de cinqüenta oficinas monetárias reais, número que depois seria reduzido a cerca de trinta. Além das oficinas reais, apenas as igrejas de Reims e de Laon e os monastérios de Saint-Firmin d'Amiens, de Saint-Martin de Tours, de Sainte-Croix de Poitiers e de São Pedro de Trier têm, no reino franco, o direito de cunhar a moeda real. Levando a cabo a política iniciada por seu pai, Carlos decreta, em 805, pela capitular de Thionville, uma extraordinária centralização: nenhuma moeda será cunhada fora da oficina do palácio. Na verdade, ele deixa funcionar, sob o controle de seus condes, as oficinas estabelecidas fora de Aix-la-Chapelle, nos diversos palácios (principalmente em Thionville e em Frankfurt) e até, por uma tolerância necessária, em algumas cidades de importância econômica como Arles, Lyon, Paris, Ruão, Quentovic, Duurstede e Trier.

A princípio, portanto, o rei dos francos imita seu pai quanto ao essencial, e o rei dos lombardos, que ele passa a ser em 774, imita os reis lombardos. Seguindo nesse particular o antigo uso, seus primeiros denários trazem em geral na face o nome *CAROLUS*, a princípio abreviado de diversos modos, e a partir de 770 escrito em duas linhas *KARO/LUS*. O lugar da cunhagem está inscrito no verso, como legenda de uma imagem em geral simbólica, como o barco com mastro e remos que se vêem nos denários do grande porto que é Quentovic. Desses denários leves, dos quais se cunhavam 264 com uma libra de peso (326,337 gramas) de prata, e que tinham, teoricamente, 1,23 grama de prata pura, os exemplares conservados pesam em média 1,17 grama: no máximo, 1,3 grama (denários de Mogúncia e de Estrasburgo), quase sempre menos (1,1 em Bonn). Em seu reino lombardo, Carlos manda cunhar a partir de 774 alguns *triens* de ouro à moda lombarda e também denários à moda franca. Com pequenas variações, as efígies seguem os modelos cunhados no reino franco.

Cabe uma observação, que não passaria de mero detalhe não fosse a massa de metal cunhado. Pela leitura dos textos, o denário de Carlos Magno é de prata pura, e ficamos propensos a entender: um título de 1.000 milésimos. Na realidade, as técnicas de purificação não permitiam esse teor de pureza, e tampouco as técnicas de cunhagem manual permitiam a precisão de corte de um certo número de peças por libra ou por marco, o que resultava na imprecisão do peso. A análise dos exemplares conservados revela um título de no máximo 920 milésimos. Cumpre lembrar que antes do fim da Idade Média não se haveria de chegar a uma real precisão, que os títulos fixados pelos

decretos reais o serão em "prata do rei", de 23/24 grau de pureza, que uma moeda de prata com grau doze de pureza — a prata pura tem grau doze, o ouro puro 24 quilates — será feita de uma liga de 96% de pureza, e que se deverá inventar a "correção", que é, tanto para o peso quanto para o título, uma taxa oficial de tolerância na cunhagem. Isso significa dizer que a imperfeição dos denários de Carlos Magno nada tem de escandaloso.

Numa data ainda incerta — entre 787 e 793-794 —, mas provavelmente depois de 790, o rei muda tudo: não apenas as inscrições e efígies das moedas, mas o próprio sistema. Carlos estabelece para a prata uma libra de dezoito onças, isto é, 489,505 gramas, em lugar da antiga libra romana, mas mantém, para um novo denário, o tamanho que resulta da cunhagem de 264 moedas por libra. Esse denário é, pois, teoricamente, 50% mais pesado que o anterior, mas na prática pesa apenas um terço a mais: 1,60 grama pelo menos (com uma exceção de 1,23 grama), quase sempre mais (1,70 em Duurstede, 1,75 em Mogúncia), para um peso teórico de 1,85 grama.

Para evitar equívocos, inova-se até na efígie: o monograma ocupa o centro do anverso, com uma legenda com o nome da oficina local. No reverso, há uma cruz no centro, circunscrita pelo nome do rei, agora completado com seu título, *CAROLUS REX FR.* O nome do rei e o da oficina não são meras legendas. Isso significa que se torna público, pelo menos por algum tempo, o fim das moedas locais, e já não se pode inscrever numa moeda o nome daquele que a cunha, conde, bispo ou abade. Onde quer que seja cunhada, a moeda do rei é a mesma em toda parte. Observemos que a cruz continuará ainda no reverso dos denários e dos *liards* até o tempo de Luís XIV. Para garantir a presença da moeda real em todos os mercados, criam-se então novas oficinas. Nos anos que se seguem à reforma, estabelecem-se cerca de vinte. Elas se encontram até nas marcas, em Barcelona, em Gerona, em Empórias.

Uma reforma monetária como essa não deixa de ter conseqüências sociais, e a primeira é uma grande confusão quanto ao pagamento das dívidas. Se o antigo denário é trocado pelo novo, denário por denário, o soido de referência, isto é, o equivalente a doze denários, representa cerca de 19 a 20 gramas de prata pura em lugar de 15 a 16 gramas. A operação se conclui, pois, com um ganho líquido de 25% em favor dos credores, e principalmente dos proprietários que recebem seus foros em dinheiro. O rei, nem é preciso dizer, ganha em suas rendas dominiais, nos impostos de portagem e nas multas da justiça. Mas se a

troca é feita proporcionalmente ao valor intrínseco das moedas, não se percebe o que se ganha com isso, e as pessoas podem se perder em conjecturas sobre a razão da mudança. Ora, muitos pagamentos registrados na Itália indicam dois valores para o soldo: nove denários e doze denários, duas cotações que correspondem bem aos dois tipos de denários em circulação, o novo e o antigo. Esses casos não podem, porém, esconder o fato de que a maioria dos foros é paga mesmo à razão de doze denários por soldo, qualquer que seja a moeda utilizada. Nessas condições, a única resposta do rei ao recurso sistemático dos devedores aos denários antigos seria fazer com que estes desaparecessem rapidamente, refundindo-os e fazendo emissões maciças dos novos. A persistência dos pagamentos em denários antigos mostra que isto não aconteceu.

Pode-se dar uma explicação para uma tal manobra, e ela é puramente política. Carlos teria desejado afirmar sua autoridade fazendo cunhar, independentemente dos inconvenientes imediatos, moedas de melhor qualidade que as de seus predecessores. Já haveria aí um prenúncio do que haveria de ser, em meados do século XIII, a preocupação dos capetíngios ao decidir de forma prematura a emissão de moedas de ouro: mostrar sua soberania.

Bastante plausível é a explicação econômica, que atribui a reforma ao aumento da produção das minas do mundo muçulmano. A abundância de prata já tinha sido levada em conta pelos mercados do Oriente Próximo, onde foi necessário tornar a moeda de prata mais pesada para não desorganizar a equivalência entre o ouro e a prata: sua estabilidade é essencial para a manutenção do equilíbrio comercial. Depois de se tornar subitamente mais abundante no Oriente e no mundo mediterrâneo, o fenômeno se repetiu nos reinos de Carlos Magno; em compensação, o ouro se tornou ainda mais raro na circulação monetária do Ocidente.

Uma parte — impossível de determinar — da prata usada nas relações comerciais no interior dos reinos de Carlos vem do Oriente, sendo refundida nas oficinas reais, ainda que se tenham encontrado muito poucos dirrãs de prata nos tesouros em moeda da época de Carlos Magno. É difícil acreditar que a determinação real de que fossem refundidas tenha sido obedecida de forma estrita o bastante para fazê-las desaparecer. A prata vem também das minas européias, principalmente das de Melle, no Poitou, cujo metal abastece as oficinas de cunhagem em toda a Aquitânia. A prata menos cara pode implicar mais prata para essa unidade de referência que o denário já é. Isso significa também mais prata para a mesma quantidade de produtos trocada por moeda. Ou seja: inflação.

O rei decide, pois, tornar sua moeda mais pesada para que não se deprecie a unidade de referência que é o soldo e, portanto, para limitar a alta dos preços, mas vê também a vantagem política que pode tirar dessa mudança. Uma moeda melhor é um elemento de prestígio e de estabilidade. E é um fator de prosperidade comercial: a prata superestimada no Ocidente corre menos risco de evasão para o Oriente, e sabe-se que a evasão do metal precioso subestimado para regiões onde ele é mais valorizado leva à asfixia dos mercados comerciais. O rei não pode ficar indiferente a isso.

Pode-se supor também que a mudança das moedas prende-se simplesmente à aplicação de novas decisões reais em matéria de medidas. Em todos os domínios, a preocupação de Carlos é com a unidade do reino e, agora, também com a unidade do que viria a ser o império. Desde 789, ele começa a impor novas medidas de peso e de capacidade, que devem substituir as medidas locais então usadas. A moeda, naturalmente, é estreitamente ligada à definição dos pesos, os quais, como veremos, ficam um quarto mais pesados com a passagem da libra romana de doze onças à libra nova de dezesseis onças. Essa libra de 489 gramas para 264 denários de 32 grãos significa, pois, um denário de 1,85 grama. Portanto, a reforma monetária seria apenas uma derivação da reforma das medidas. Apesar de tudo, é difícil admitir que, modificando o peso do grão, que é a medida de base dos pesos, o rei se tenha deixado levar a uma transformação radical de sua moeda, quando seria mais simples modificar sua definição, tal como era dada às oficinas de cunhagem, isto é, a definição em número de grãos. Ainda que a reforma monetária derive de um tal automatismo, ela só pode ter sido decidida tendo-se conhecimento das vantagens políticas e econômicas que trazia.

A idéia de que a cunhagem real se explica pela busca do prestígio ou pela necessidade de tornar coerente o sistema imposto pelo novo padrão de medidas de peso se choca, caso queiramos ver nestas a justificativa única, com uma constatação maior: o fim da cunhagem mais prestigiosa, a do ouro, na qual se podiam introduzir as mesmas modificações que se fizeram em relação à prata, para adequá-la às novas medidas de peso. É difícil imaginar Carlos Magno renunciando ao ouro, no momento em que pretendia mostrar seu poder, reforçando sua moeda de prata.

Alguns casos de cunhagem de moedas de ouro, soldos ou *triens* não devem nos enganar. Cada caso tem sua própria razão de ser, que não contraria a política monetária em seu conjunto. Cunhado por

volta de 780 em Vicenza, o soldo de ouro, que por muito tempo foi chamado de "soldo de Uzès", por causa de uma tradução incorreta, mostra, a uma Venécia ainda bizantina, que o novo rei dos lombardos não é inferior em nada aos antigos. O mesmo acontece com os *triens* de ouro cunhados em Lucca até 797: Carlos não pode deixar ao duque lombardo de Benevento o monopólio de uma cunhagem que, numa Itália onde havia uma grande penetração de moedas bizantinas e árabes, ainda é considerada prestigiosa. Mas não podemos examiná-las muito de perto: as moedas de ouro cunhadas na Itália no tempo do rei Carlos em geral não passam de maus *triens*, e aqueles de que se tem conhecimento possuem apenas 40% de metal puro. O soldo de ouro muito pesado que se cunha em Duurstede no fim do reinado (3,91 e 4,10 gramas) também é feito para impressionar o estrangeiro, neste caso o mundo econômico do mar do Norte e do Báltico. Em todos esses casos, a preocupação é com a propaganda, não com a economia.

No mesmo momento em que, tendo se tornado imperador ou estando prestes a se tornar, Carlos se arroga o direito de selar com uma bula de ouro, não cunha mais nem soldos, nem *triens*. No que tange ao reino e ao império, não se pode falar de sua moeda de ouro. Se quisermos entender os motivos do rei quando, por volta de 790, substituiu o denário leve pelo denário pesado, é preciso naturalmente colocar em primeiro lugar a necessidade que ele tinha de levar em conta o mercado comercial dos metais preciosos.

A elevação a Império leva Carlos a mudar novamente a moeda. Trata-se ainda do denário pesado, às vezes ainda mais pesado (1,91 grama em Lyon), mas as efígies são novas. A personalização se acentua nas moedas cunhadas a partir de 806. O busto de Carlos Magno figura no anverso, de perfil, numa composição à moda romana, com a coroa de louros. A inscrição lembra a todos o novo título, *KAROLUS IMP AUG*, quando não dá a série inteira: *DN KARLUS IMP AUG REX F ET L*, "O Senhor Carlos, imperador, augusto, rei dos francos e dos lombardos". O reverso se torna mais figurativo: em geral se vê uma igreja com colunas e frontão encimado por uma cruz, às vezes também um navio de um mastro. A indicação da oficina se torna confidencial, e só aparece para permitir a identificação das moedas defeituosas: basta uma simples letra, sob o busto. No norte do império, onde a cristianização ainda é objeto de disputa política, moedas trazem no reverso a inscrição *XRICTIANA RELIGIO*, "Religião cristã".

O sistema tem suas limitações, que são os pagamentos em relação aos quais o rei não pode inovar, sob pena de ferir a lei. É por isso que

em 803, numa capitular que faz aditamentos à lei sálica mas naturalmente sem mudá-la, Carlos decreta que, para o pagamento das multas determinadas pela lei, o soldo continuará correspondendo a quarenta denários, como reza a lei, e não a doze, como o novo cálculo poderia levar a crer. O respeito à lei leva à incoerência. Mesmo tendo se tornado imperador, o rei não pôde fazer nada em relação a isso.

Por mais que procure reduzir os particularismos locais das cunhagens reais, Carlos não consegue impedir completamente a atividade das cunhagens senhoriais. O que ele considera falsificação de moeda — e com razão, uma vez que a cunhagem é um direito real — é prática corrente, quanto mais não seja para alimentar em meios de pagamento todos os mercados locais, que ficariam insuficientemente abastecidos pelas oficinas reais. Muitos dos que cunham moedas acham conveniente e vantajoso imitar as moedas reais.

Definitivamente, a principal dificuldade deriva da incapacidade do rei de fazer que o mercado obedeça às suas ordens. Em Frankfurt, em 794, Carlos decreta que os novos denários devem ser aceitos em toda parte. Quem os recusar pagará uma multa de quinze soldos, caso seja homem livre. Se não o for, terá confiscadas todas as suas mercadorias e será espancado, nu, no pelourinho, diante do povo. Se o fizer por ordem de seu senhor, este pagará quinze soldos. Isso de nada adianta. Tais determinações dizem bem das resistências do mercado. É evidente que a moeda cunhada ilegalmente pelos senhores quase sempre é preferida pelo público. Por volta de 805, a capitular de Thionville ainda insiste nesse espinho na autoridade real, e mais uma vez ordena aos condes que lutem contra a emissão de moedas falsas.

> Quanto às moedas falsas, dado que elas são fabricadas em muitos lugares ao arrepio da justiça e de nossos editos, queremos que só se cunhem moedas em nosso palácio, e em nenhum outro lugar, a menos que tenhamos dado ordem em contrário. Que sejam aceitos, porém, os denários assim cunhados, desde que tenham o peso e o título regulamentares.

Não se poderia expressar melhor o fato de que excluir a moeda falsa da circulação legal seria paralisar o mercado. O imperador pode condenar a cunhagem de moedas imitadas das suas, mas, ainda que elas não tenham o valor intrínseco das moedas imperiais, é impossível desmonetizá-las: a prática não pegaria. Observe-se que Carlos, via de regra tão preocupado em definir as penas a que estavam sujeitos os

transgressores, nada diz da repressão à cunhagem de moedas falsas. Ele se limita a proibir, pois sabe que é totalmente impotente. E aqueles que cunham moedas falsas são os mesmos que, na assembléia de Thionville, não dizem palavra quando se trata da questão. De nada adiantará tornar as punições mais pesadas: em 809, em Aix, quadruplica-se a multa devida pelos homens livres: sessenta soldos, isto é, o mesmo que se paga em caso de deserção. Mas o imperador chega até a ameaçar os seus agentes, que julga ineficazes ou negligentes quanto a essa questão: se o bispo ou o conde não punir o transgressor, ele próprio terá que pagar a multa.

O mesmo acontece com as imitações que vêm dos confins do império. Pelas fronteiras do sudeste e do sul, as moedas bizantinas e árabes não param de penetrar no estado franco. Pelas do norte, são moedas anglo-saxônicas e frísias. Os reis de Kent não deixam de imitar nem mesmo a efígie das moedas francas, com um monograma inspirado no de Carlos, mas mal copiado a ponto de não trazer a inscrição com o nome do rei franco nem do rei anglo-saxão. Paradoxalmente, enquanto as oficinas francas cunham pouco ouro, os frísios não temem cunhar às vezes soldos de ouro imitando moedas carolíngias.

Na verdade, a melhor resposta do rei à cunhagem de moedas falsas é provavelmente fundi-las novamente. Desde que abasteça as oficinas reais, a prata vinda de outros lugares é bem-vinda. A refundição total transforma em moedas francas a prata cunhada por outros. É certo que, nas modificações impostas por Carlos Magno, a luta contra as moedas fraudulentas ou estrangeiras não é dos motivos menos importantes.

A Carlos Magno cabe a justificada honra de ter dado ao sistema monetário da França uma configuração duradoura. Luís, o Piedoso, em 825, aumentará o peso do denário, reduzindo o número de peças a 240 para cada libra de metal. Depois de um enfraquecimento episódico sob Carlos, o Calvo, é essa cota de 240 que se estabelecerá, no fim do século IX, como definição do denário. Quando, por causa da inflação, a relação com a libra de peso se apagar, restará daí uma moeda de referência, ou antes, um sistema de referência, em que o soldo valerá doze denários e a libra 240 denários, ou seja, vinte soldos. Essa será a base dos cálculos e dos pagamentos durante um milênio. E observa-se que, desde a década de 800, é esse sistema estabelecido pelo rei franco que será copiado pelos diferentes centros de cunhagem da Europa ocidental. É preciso lembrar que até 1971 esse sistema continuou sendo usado no Reino Unido da Grã-Bretanha?

Cumpre reconhecer, porém, que, em sua época, o imperador teve dificuldade, se não para impor o sistema, pelo menos para garantir o monopólio real por meio do qual este devia passar à prática. Em outras palavras, as conseqüências da reforma da década de 790 são mais visíveis a longo do que a curtíssimo prazo, e os contemporâneos se resignaram com uma relativa anarquia que mantinha a circulação monetária no nível compatível com as necessidades econômicas.

Carlos Magno e o comércio

Carlos Magno deve ter dedicado pouco de seu tempo à economia comercial. Dadas as dimensões do duplo reino, depois do império, uma política comercial conjunta é praticamente inconcebível. Quando Pepino, o Breve, concedeu, em 753, privilégios à feira de Saint-Denis, fê-lo, sem dúvida, mais para manifestar sua benevolência para com a abadia que por interesse comercial. O mesmo se dá em 775, quando Carlos Magno dá a Saint-Denis todos os impostos de portagem do condado de Paris ou quando, no fim do reinado, fez concessões semelhantes à igreja de Utrecht. Essas doações — que são muito reveladoras para o historiador — não parecem inserir-se numa política econômica que possa se comparar a uma visão de conjunto da economia rural, presente na capitular *De Villis*. Adaptando suas intervenções a seus meios, Carlos preocupa-se muito mais com o equilíbrio econômico de um grande domínio relativamente auto-suficiente do que com um equilíbrio das trocas através da Europa ocidental.

A circulação monetária documentada pelos tesouros enterrados é um bom índice dos movimentos comerciais de curto e de longo alcance. A primeira constatação que se faz é que o reino — ou o império — forma uma unidade bastante precária. Nesse sentido, três tesouros são significativos: o de Ilanz, nos Grisões (atualmente Museu de Chur), o de Wiesbaden-Biebrich (atualmente Museu de Wiesbaden) e o de Krinkberg, no Holstein (atualmente Museu de Schleswig), todos enterrados na década de 790.

Ainda que o pequeno número de moedas recuperadas não permita uma cartografia precisa, observa-se a solidariedade econômica dos países do meridiano que liga o Mediterrâneo ao mar do Norte. Tanto em Ilanz como em Wiesbaden-Biebrich, moedas de ouro do Magreb e moedas romanas se misturam aos denários do reino franco, principalmente aos denários de Duurstede. Os *triens* de ouro lombardos, tanto

os dos reis da dinastia lombarda como os de Carlos, abundam em Ilanz, onde se encontram também moedas de prata anglo-saxônicas. Em Krinkberg são imitações escandinavas que encontramos ao lado de denários cunhados em todo o reino franco, principalmente em Duurstede; mas também em Mogúncia, em Verdun, em Paris, em Limoges, em Lyon e em Marselha.

O que a arqueologia nos informa sobre as correntes comerciais mostra uma espantosa continuidade em relação ao período anterior. A Dinamarca reforça sua posição no comércio do norte, como produtora e como intermediária. Embora se venda menos vidro na Suécia e na Noruega, vende-se mais na Dinamarca. A Suécia compra alguns produtos metalúrgicos, principalmente espadas. Duurstede está sempre à frente nessas relações marítimas, mas Hamburgo, fundada em 804, depois da submissão dos norte-albigenses, logo conquistará uma posição no comércio. Magdeburgo, no Elba, já a partir do ano seguinte desenvolve o comércio com os centros metalúrgicos da costa eslava do Báltico. Mais ao sul, o comércio com a Europa central tem como alvo principal Ratisbona, no Danúbio.

Nos cursos inferiores do Vístula, do Oder, do Reno e também no golfo de Riga e da Finlândia, os chamados *vikings* estabeleceram, desde o século VI, alguns entrepostos servindo de base operacional. Pelas rotas terrestres, os comerciantes nórdicos atingiram o Danúbio e aí estabeleceram relações com o mundo lombardo. Em seguida, tiraram partido da nova voga da rota continental entre os mares Negro e do Norte. Essa rota dos grandes rios se torna importante por causa do relativo bloqueio das rotas mediterrâneas depois da conquista árabe. Ao longo dos rios, os suecos vão penetrando cada vez mais no continente. Pelo Reno e pelo Danúbio, pelo Vístula e o Dniester, pelo Dnieper, pelo Volga e pelo Don, eles chegarão aos limites meridionais das grandes planícies da Europa central. Aqui serão chamados de "varegos". Os suecos, no fim do século VIII, teriam estabelecimentos no Reno e em Duurstede, e, no início do século IX, no Elba e em Hamburgo; têm também em Tachkent e em Bukhara, entre os usbeques, de onde se pode chegar ao mar Cáspio e também à Índia. Na década de 830, eles estarão em Bizâncio.

Surgem portos, cabeças-de-ponte de comércio com todas as costas do Ocidente: como é o caso de Haitabu ou Haitaby (atualmente Hedeby), fundada no século VIII, próximo a Schleswig, na costa báltica da península, ou Birka (atualmente Björko), um centro comercial fundado no final do mesmo século numa ilha do lago Mälar, na costa oriental da Suécia, próximo à cidade de Helgö, já ativa no século V. Aí

se cunham moedas. Um desses centros comerciais adquire então uma importância que se mantém à época do comércio hanseático: Västergarn, na ilha de Gotland, no centro do Báltico, já freqüentada — da mesma forma que, mais perto do continente e diante de Kalmar, a ilha de Öland — à época do Império romano.

Os noruegueses têm acesso direto ao mar do Norte. O mesmo não acontece com os suecos e dinamarqueses da costa oriental. Entre o Báltico e o mar do Norte eles podem optar por dois itinerários. Um, pelo mar, contorna a Dinamarca pelo norte enfrentando os redemoinhos dos estreitos de Kattegat e de Skagerrak. À custa de uma sirgagem por terra de dezesseis quilômetros, o outro atravessa o istmo dinamarquês um pouco ao norte do atual canal de Kiel, entre Schleswig, na costa oriental, e Hollingstedt, na ocidental.

O mundo franco compra-lhes o âmbar do Báltico, as peles e couros da Rússia, e mesmo peixe seco, e também artigos adquiridos pelos nórdicos dos comerciantes árabes que se encontram na parte sul da Rússia, como a cornalina e a seda chinesa. Paga-se em metais preciosos, mas os nórdicos também compram, principalmente, tecidos de lã, vinho — ao que parece, sobretudo vinho da Renânia — e produtos de bronze e de vidro.

A construção naval fez progressos, que tem reflexos imediatos no comércio. Embora tivessem costados muito altos, os barcos antigos eram estreitos: tinham cerca de quinze metros de comprimento, quatro a cinco metros de largura. Sua capacidade de seis ou oito toneladas — incluindo-se aí os víveres, pois lançava-se âncora à noite, mas nem sempre se podia descer a terra — praticamente não permitia o transporte de mercadorias mais pesadas. A capacidade de carga do *kogge* dos frísios, cujo fundo chato permitia acostar em todo tipo de margem, não é muito maior. Uma vez colocados no barco os equipamentos e os víveres para a viagem, sobrava pouco espaço no *knorr* escandinavo para a carga, comprimida de um lado e do outro do mastro, isto é, no centro de gravidade, numa estiva coberta apenas de peles e de toldos que protegiam da água, mas não da umidade. Âmbar, peles e ouro, sim. Madeiras e trigo, não. A adoção de um novo tipo de navio, o *boulque*, com o casco mais arredondado capaz de carregar cerca de dez toneladas e uma enxárcia com uma vela quadrada presa à verga, permite aos frísios do século VIII um comércio mais pesado e de maior alcance.

Carlos Magno pouco tem a ver com esse comércio a longa distância, e essas rotas estão fora de seu controle, salvo no seu destino nos portos do mar do Norte ou nas cidades do Danúbio. Para ele, está fora

de questão interferir nesse processo. Quanto às relações internas do reino ou do império, Carlos tem consciência dos limites de sua capacidade de intervenção. Não é por liberalismo que deixa correr, mas por realismo: melhor escolher com discernimento seus condes e permitir-lhes tomar uma iniciativa face às situações locais e às variações da conjuntura que o governo central desconhece ou só vem a conhecer tarde demais. Ele dá livre curso ao tráfego mais flexível, como o do vinho ou do trigo, mas também ao relativamente controlado, como o do sal, embora este estivesse sob controle na Itália lombarda.

Acontece, porém, que uma intervenção no mercado entra no quadro das medidas de segurança impostas pela responsabilidade da paz e da concórdia. A preocupação com a ordem pública e o desejo de reduzir conflitos entre as comunidades aldeãs, em 805, levam o imperador a prever a escassez de alimentos, a organizar a colaboração dos bispos e dos condes para a manutenção das pontes, e a proibir as reservas florestais de caça não justificadas. Carlos Magno não deixa de ter interesse no comércio externo, e em particular com essa zona de intercâmbio que é o leste da Europa. Ele define, pois, os limites geográficos da atuação de cada um dos grandes comerciantes do reino franco nas regiões dos eslavos e dos ávaros: Aito pode ir até Magdeburgo, Madalgaud até Erfurt, Audulfo até Ratisbona, e assim por diante.

A preocupação com a miséria que aflige muitos dos seus súditos faz que o rei tenha às vezes uma visão parcial dos fenômenos econômicos. É assim que em 806 ele condena, sem outras considerações, a usura e, em termos mais gerais, a introdução de um juro em dinheiro em qualquer transação mobiliária. Em princípio, a intenção é louvável. Carlos lembra as determinações do Deuteronômio e do Evangelho: "Emprestem uns aos outros sem nada esperar em troca" (Lc 6, 36-38). Muitos concílios o fizeram antes dele, e principalmente o de Clichy em 626. Eles visavam apenas a prática da usura pelos clérigos, os quais extrapolavam de forma notória as suas funções quando se faziam mercadores de crédito. Mas a condenação brutal da capitular de Nimega, acompanhada de uma multa de sessenta soldos absolutamente dissuasiva, não se limita mais aos clérigos. Anulando as dívidas dos que tomaram empréstimos, o imperador libera automaticamente todos os pequenos devedores, e especialmente todos os camponeses endividados. Essa era a sua intenção. A medida é antes de tudo moral, restituindo a todos sua dignidade e a muitos sua liberdade.

Nem por isso a capitular de Nimega deixaria de ter, em termos imediatos, efeitos perversos, que os cânones dos concílios consolidam,

até a condenação definitiva de 1215. Como não podem tomar empréstimos, os pobres não têm condições de participar do desenvolvimento econômico que se traduzirá, inicialmente, no surgimento de cidades e de feiras, e depois nos arroteamentos. O investimento fica prejudicado por um bom tempo. E, como de qualquer modo será preciso utilizar os capitais disponíveis, as pessoas ficam desnorteadas. Isso fará a fortuna de muitos judeus que, como os cristãos lhes deixam o campo livre, desinteressam-se pelo resto do comércio e abandonam seu trabalho artesanal, e mesmo agrícola, para concentrar sua atividade no comércio de dinheiro. Talvez aí resida uma das razões do anti-semitismo: para a opinião pública, isto é, para a gente comum, o judeu será o emprestador, o credor, o usurário. Já no século X, nos momentos de maior miséria, ele era alvo de hostilidades.

Nem por isso Carlos se esquece da circulação comercial. Em primeiro lugar, porque é a prosperidade de regiões ainda carentes que reforçará a paz. Em segundo, porque o tráfego propicia taxas e impostos de portagem que alimentam o Tesouro regularmente. Passado o tempo dos butins, chega o tempo dos impostos. Já falamos da preocupação com a segurança das rotas dos Pirineus, que é um dos motivos das ações militares na Espanha.

Não se domina um território sem assegurar as comunicações rápidas. O objetivo estratégico harmoniza-se perfeitamente com a preocupação econômica. Como o fizera outrora César, Carlos manda construir pontes. A mais famosa é a de Mogúncia, sobre o rio Reno. Sua construção levou dez anos. Com quinhentos passos de comprimento, ela causa admiração. Mas, como é de madeira, um incêndio a destrói, em 813, em três horas. A reconstrução em pedra, com uma soberba amarração dos arcos, foi ordenada imediatamente. Ela só seria concluída sob Luís, o Piedoso.

O rei tampouco deixa de tirar partido da navegabilidade dos rios, que representa uma grande vantagem para seus exércitos. É assim que, voltando da Baviera em 792 para preparar a campanha contra os ávaros, ele dá ouvidos àqueles que lhe sugerem um projeto de grande envergadura: unir o Reno e o Danúbio com uma via navegável. Cumpre lembrar que nessa época a via danubiana só é usada pela navegação comercial no trecho ocidental, isto é, no alto Danúbio, a montante de Enns. Portanto, conquistar o território dos ávaros e ligar o Danúbio às rotas comerciais do mundo franco e bávaro são duas ações complementares de uma mesma política. A ação contra os ávaros é, em grande medida, uma empresa em função do médio Danúbio. Com isso, aumentará a importância do rio. Ligá-lo ao Reno se torna um desafio.

Carlos Magno compreendeu, pois, que era preciso juntar dois rios que distavam menos de dois quilômetros: o Altmüh, que é, a montante de Ratisbona, um afluente da margem esquerda do Danúbio, e o Regnitz, que desemboca no Meno, próximo a Bamberg, levando portanto ao Reno. Reuniu-se um grande número de trabalhadores que começaram, a partir do verão de 793, a cavar a sudoeste da futura Nurembergue um "fosso" — um canal — com o gabarito dos navios mais comuns. Os *Anais reais* falam de uma largura de trezentos passos, que é pouco plausível e certamente resulta de um erro de cópia: o trecho que se conserva tem cerca de trinta metros de largura.

De qualquer modo, já teriam sido cavados dois mil passos de comprimento (remanescente atual: 1.280 metros), ou seja, dois terços, mas com metade da profundidade prevista, quando foi preciso render-se à evidência: os rios eram arenosos e de fundo pantanoso, com um lençol freático muito próximo aos sedimentos de argila, de forma que a erosão destruía as margens. Uma noite chuvosa destruía o trabalho feito durante o dia. Constatou-se também que, embora a distância fosse pequena, subestimara-se o desnível, que era, contudo, de dez metros: um declive de 0,5% entre dois cursos d'água de sentidos opostos. E não bastava unir os dois rios: seria preciso também alargar o Regnitz, que, naquele ponto, estava próximo à sua nascente. Só o Altmühl, com dez metros de largura no meio de seu curso, oferecia condições de navegação, bastando apenas uma simples correção das margens e a preparação do canal.

Em suma, havia muito o que fazer: segundo as estimativas atuais, com as técnicas e os instrumentos do século VIII seriam necessários três milhões de horas de trabalho! Isso exigiria a presença de vários milhares de trabalhadores acampados no local durante vários meses, trabalhadores que seria preciso alimentar, numa circunstância em que, depois de um ano de escassez de alimentos, a região não dispunha de reservas.

Voltando no outono de Ratisbona, subindo o Danúbio e o Altmühl, o rei viu o canteiro de obras. Não havia dúvida quanto à decisão a tomar. Abandonou-se o projeto sem grandes pesares, ainda mais que havia outra coisa a fazer: o norte da Saxônia se insurgia, os sarracenos entravam na Septimânia, onde o duque Guilherme acabara de ser derrotado no Orbieu, e recebiam-se os núncios que vinham representar o papa no concílio de Frankfurt. Carlos chegou ao Regnitz, onde estavam seus barcos. Ele passou o inverno em Frankfurt. Do grande projeto, restou um fosso lamacento. A rota do Danúbio já não estava entre as preocupações prioritárias.

CAPÍTULO XV

A UNIDADE RELIGIOSA

O REI E A VIDA RELIGIOSA

Já Carlos Martel, ao apoiar os missionários enviados pelo papa, legitimava suas intervenções nos países ainda pagãos. O confisco dos bens das igrejas, porém, destruiu sua popularidade junto aos clérigos de seu reino. Pepino, o Breve, continuou sua política de apoio às missões e começou a tratar da espinhosa questão dos bens. É verdade que, como dissemos, a sagração ainda não tinha feito do rei dos francos um personagem quase eclesiástico — ela nunca faria dele um clérigo —, como viria a acontecer quando o rito da sagração se tornasse comum ao rei e aos padres e bispos. Visto que era dispensada pela Igreja, a unção da sagração reforçou a idéia de uma missão real para com essa Igreja, missão que vai muito além da simples intervenção militar contra o reino lombardo, em proveito do papa. Ungido na cabeça com o Santo-Crisma, o rei agora tem a sua parte na tarefa da Salvação do povo cristão.

Mais que Pepino, Carlos Magno está consciente disso. Pode-se discutir até o fim dos tempos se a submissão dos saxões ou dos ávaros é sobretudo um meio de conversão de um povo pagão ou se esta deriva apenas de uma conquista animada pela ambição territorial. Seja como for, a conversão, embora forçada, está certamente nas intenções do rei. A mesma questão se coloca em relação à Espanha, onde Carlos não hesitou em jogar, é verdade que de forma ingênua, um chefe muçulmano contra outro, e onde o estabelecimento da marca da Espanha é antes de mais nada uma medida de proteção do reino franco. Da mesma forma que a marca da Bretanha nada tem de uma terra a desbravar, a da Espanha é um baluarte político e militar. Mas a expulsão do Islã está entre as motivações da desastrada expedição de 778.

A alternativa só existe pela nossa necessidade de classificar. Para o rei dos francos, converter pela conquista e garantir a unidade política do reino pela unidade religiosa são a mesma coisa.

São a mesma coisa, mas não numa ordem qualquer. Embora o rei certamente seja sincero quando justifica pela evangelização suas campanhas em terras muçulmanas ou pagãs, ele o é menos quando, em 804, recusa ao frísio Liudger, que fora abade e era então bispo de Münster, a autorização para levar o Evangelho aos dinamarqueses: não se oferece ao inimigo o caminho do Paraíso. Primeiro a submissão, depois o Evangelho, tal parece ser a regra, que certamente não seria aprovada por Bonifácio.

O mesmo se dá em relação aos cristãos do reino. Quando Carlos encarrega seus *missi* da pregação dogmática e moral de que já tratamos, ele combina a preocupação com a Salvação com a do bom governo: um conhecimento correto das verdades da fé contribui para a unidade dos espíritos, e as virtudes dos cristãos bastariam, se não houvesse tantas faltas, para garantir a ordem pública e a paz interna. A moral é obra política.

A Igreja do reino franco é diversa. Ela deve essa característica a suas origens. Os concílios garantiram uma relativa unidade das igrejas seculares no antigo reino dos merovíngios. Mas é preciso lembrar que os concílios na verdade não passam de sínodos provinciais. Mesmo em períodos com uma certa unidade política, quase não se vêem reuniões gerais. Pepino e Carlomano, ainda em 743-744, reúnem, cada um por seu lado, os bispos de seu principado. É motivo de alegria o fato de os concílios não se contradizerem no seio do reino franco. Por sua vez, as abadias, de forma legítima, baseiam em suas regras, e na verdade em seus usos, particularismos que se traduzem tanto em sua relação com os bispos e com os fiéis das vizinhanças como em sua maneira de rezar. Pouco a pouco o dogma vai sendo compreendido da mesma forma por toda parte, ao passo que a disciplina interna e a liturgia diferem e mudam. Quanto às igrejas que são encontradas ou que se estabelecem nos países recém-conquistados, elas têm seus particularismos. Estes se prendem, na Lombardia, a um longo passado nacional; na Germânia, à vinda de evangelizadores anglo-saxões ou irlandeses e à combinação, às vezes casual, do que eles traziam de seu país de origem e do que eles tinham a transmitir em nome do papa. A influência insular e a influência romana aí se exercem, pois, no sentido oposto ao da unidade franca.

Carlos Magno tem plena consciência de que com isso a unidade política fica prejudicada e de que a rejeição da influência franca pelo

clero local está entre as forças mais importantes que se traduzem na insurreição periódica dos principados submetidos. Pepino, o Breve, e Carlomano puderam constatá-lo em muitas ocasiões quando reagiram às rebeliões germânicas: os príncipes nacionais sabiam proteger-se recorrendo à autoridade pontifical. Em 743, o enviado do papa Zacarias apoiava Odilon, o duque da Baviera, o qual se fortalecia com a aliança lombarda, numa época em que o papado ainda acreditava poder conseguir um pouco de tranqüilidade afazendo-se ao rei lombardo Liutprando.

A unidade não deve estar apenas nas estruturas, e deve se traduzir também na fé e na oração. É verdade que o rei carolíngio não tem as pretensões do bizantino de arvorar-se em doutor em teologia. Ele coloca sua autoridade a serviço da Igreja e das definições dogmáticas formuladas por esta, mas entende que a unidade de fé é um dos cimentos da unidade política. Em outras palavras, o rei franco é responsável diante de Deus por um reino cristão, e o reino cristão só pode ser um. O crisma da sagração justifica — se não torna necessária — a intervenção de um poder que continua sendo leigo nos assuntos de fé.

A pretensão política não está ausente quando Carlos se arroga o direito de reunir concílios gerais. Até então tratava-se de uma prerrogativa do imperador romano, portanto, de Bizâncio. Quando convoca em 747 um concílio que considera ecumênico, Pepino tem plena consciência de que este nada mais é do que a assembléia dos bispos e abades do reino franco. Mas, ainda assim, fica satisfeito em poder reunir todo o reino e não uma ou outra parte. Os verdadeiros concílios ecumênicos realizam-se em outros lugares. O segundo concílio de Nicéia, em 787, ainda foi convocado pelo imperador: o papa manda representante, ao passo que o patriarca de Constantinopla se faz presente. Foi lá que, para reagir aos excessos iconoclastas de Leão III, o Isáurico, e de Constantino V, o Coprônimo, e também aos do concílio de Hiera de 753, os padres conciliares deram seu consentimento a um culto das imagens que, na verdade, se limita à simples veneração, mas exclui totalmente a destruição das obras de arte que escaparam à fúria iconoclasta dos anos precedentes.

Tem-se por estabelecido, pois, em Bizâncio, que um concílio ecumênico só pode ser convocado pelo imperador. A resposta do rei franco não se faz esperar, porque Carlos sabe que as posições são inconciliáveis. Quando, em 767, uma embaixada grega vem discutir, em Gentilly, a questão das imagens, e isso na mesma linha da política conciliatória de Pepino, a discordância é flagrante. A Igreja franca não

se alinhará com a Igreja do Oriente. A partir daí, Carlos se arroga um papel que deveria ser o do papa e que este praticamente não exercita, mesmo depois da episódica tomada de posição de Estêvão III em favor de um culto de que ele tem um bom exemplo na veneração, já antiga, da imagem miraculosa da Virgem de Edessa, na Síria.

O rei dos francos assume, assim, a liderança de um movimento de reflexão teológica. Em 791, ordena a um clérigo de seu *entourage* que elabore uma refutação dos cânones do concílio de 787, brutalmente qualificado de "sínodo mui inepto", porque a má tradução latina do texto grego que o papa apresentou como fonte única de informação dá a entender que a Igreja do Oriente não apenas restabelecia o culto das imagens, como também preconizava a sua adoração. Os padres de Nicéia, naturalmente, só tinham recomendado a veneração. Angilberto parte, pois, para Roma, com a incumbência de instar firmemente o papa a corrigir os cânones do concílio de Nicéia. Assim, o rei dos francos reconhece claramente a autoridade do papa, mas se permite o direito de lhe soprar as decisões.

Adriano considera o caso apenas um mal-entendido. Ele, que dispõe dos cânones numa versão idônea, defende a ortodoxia do concílio de Nicéia. No *entourage* de Carlos isso não é entendido e não se dá ouvidos aos argumentos do papa. Já em 788 os conselheiros do rei franco começam elaborar a refutação daquilo que se acredita, ou se deseja acreditar, ser a posição da Igreja do Oriente. Portanto, o mal-entendido vai continuar, com o papa defendendo um concílio de que não participou e Carlos demolindo cânones cujo texto original desconhece.

O rei não desiste: o que ele pretende é uma recusa ao concílio de Nicéia, e isso em toda a cristandade ocidental. Ao mesmo tempo em que reúne em Frankfurt seu episcopado, envia aos bispos e abades anglo-saxões os cânones de Nicéia, tais como os recebeu, isto é, na tradução incorreta. Os cânones suscitam uma indignação até em Lindisfarne, na Nortúmbria.

> Aí se encontraram muitas coisas contrárias à verdadeira fé, e sobretudo o fato de que, com a aprovação unânime de quase todos os doutores do Oriente, determinou-se que se adorem as imagens, o que é absolutamente rejeitado pela Igreja católica.

Façamos vista grossa a essa unanimidade de "quase todos". O que o cronista do além-Mancha afirma é uma boa mostra da firmeza do rei franco: aos pseudocânones de Nicéia, que se ignora tanto em Lindisfarne

como em Frankfurt serem fruto da leviandade do papa, tiveram o cuidado de acrescentar o texto de sua refutação redigido por Alcuíno.

Em 794, Carlos Magno passa por cima de qualquer negociação com Bizâncio e, praticamente, toma o lugar do papa. Ele convoca em Frankfurt um concílio do Ocidente, fazendo dele um concílio do reino franco em sua configuração mais ampla. A escolha do lugar, por si só, já é uma prova da disposição de romper com Bizâncio. A presença de bispos italianos, anglo-saxões e da Galícia basta para mostrar que o rei franco não se contenta mais com os antigos sínodos onde ele reunia os bispos e abades de algumas províncias de seu reino. A vinda de dois representantes do papa, que são tratados com deferência e que presidem os debates, confere legitimidade ao concílio. Mas esta legitimidade nada mais deve ao Império romano.

Naturalmente que não se convidou o papa a vir presidir o concílio pessoalmente, da mesma forma que não se falou em realizá-lo em Latrão. Como seu nome indica, Frankfurt é a cidade dos francos. Ela nada tem de uma velha cidade [*civitas*] romana. Lá, o rei dos francos está em casa. É ele quem abre o concílio. É ele quem preside seu encerramento. Os padres conciliares o aclamam: ele é o *rector populi christiani*, o "chefe do povo cristão".

Se a legitimidade das intervenções reais tem seus fundamentos, sua oportunidade também tem os seus, que são ao mesmo tempo a preocupação com a unidade e a necessidade de uma autoridade eficaz. Os clérigos que rodeiam o rei leram Santo Agostinho, mas leram também Isidoro de Sevilha, que não pensava apenas nos reis visigóticos de seu tempo.

> Os príncipes temporais colocam-se às vezes no ápice do poder no interior da Igreja, e isso para garantir, com o seu poder, a disciplina eclesiástica. Esses poderes na Igreja não seriam necessários se não impusessem, pelo temor da disciplina, aquilo que os padres são incapazes de fazer observar apenas pela palavra.

Nem por isso o bispo de Sevilha dava carta branca aos príncipes temporais: estes terão que prestar contas a Deus. Mas ele voltava à doutrina que servia de base à atitude de Constantino de considerar a autoridade assim exercida pelos príncipes sobre a Igreja como "confiada por Deus ao seu poder". Para Isidoro, o poder do príncipe sobre a Igreja não é um poder delegado por esta, quer por meio do papa, quer pelo episcopado. É um poder e uma responsabilidade de origem divina.

O príncipe "recebeu do Cristo a Igreja, para a proteger". Para quem sabe ler, e Isidoro é bastante lido, os desígnios de Carlos Magno são preparados por um doutor da Igreja.

O rei dos francos não se dá, pois, ao trabalho de disfarçar sua interferência na vida da Igreja. Começou por publicar os cânones dos concílios francos, sem nem por isso publicar igualmente os cânones romanos da coleção *Dionysio Hadriana*, que o papa lhe enviou em 774: Carlos achou mais conveniente tirar partido deles, e mesmo integrá-los a seus próprios textos, em vez de dar autoridade, em seu reino, a decisões tomadas fora dele. Em suma, reconheceu o valor intelectual e moral da coleção pontifical, não o valor jurídico que ela podia ter em função de sua origem. No reino, ele começa a publicar simplesmente em forma de capitulares as decisões tomadas por concílios realizados oficialmente "por ordem do rei" e em sua presença. Isso significa dizer que, embora ainda não formule a lei da Igreja, ele já a dita.

Em 23 de março de 789, ele publica em Aix-la-Chapelle uma *Admonitio generalis* que nada mais é que a regulamentação, pelo rei, da vida religiosa, na qual se mesclam, com toda naturalidade, considerações sobre a organização administrativa do reino franco. Em suma, é o que mais tarde se chamará uma encíclica, e bastante alentada, uma vez que conta com 81 *capitula*. Na verdade, dois terços da *Admonitio* — 59 *capitula* — compõem-se de empréstimos tomados aos cânones dos concílios anteriores, principalmente romanos, que os clérigos do rei franco encontraram na coleção *Dionysio Hadriana*. Valer-se de empréstimos tomados à coleção não é publicá-la.

Carlos se compara ao rei bíblico Josias e baseia-se nisso para fundir numa mesma política o governo temporal e o governo espiritual. Ele toma para si o exemplo dos santos. Em suma, é investido por Deus do poder de fazer reinar a concórdia. E Alcuíno vai mais longe: o rei "é o chefe e defensor da Igreja". Seu amigo Paulino de Aquiléia, teólogo famoso cuja ortodoxia era inegável, afirma, por sua vez, que o rei pode, no interesse da concórdia, interferir na gestão dos problemas específicos da Igreja. De resto, Alcuíno não teme dar a impressão de se contradizer quando lembra aos príncipes que seu dever é respeitar a Igreja e obedecer aos padres. Evidentemente, o que é verdadeiro para "o Príncipe" não o é para o rei dos francos. Mais que de uma contradição, trata-se, aqui, de uma exceção. O rei dos francos foge ao destino comum dos chefes temporais.

A fim de garantir e rematar o renascimento moral, espiritual e intelectual das igrejas do reino, Carlos se imiscui, pois, de forma mais

ativa, em questões aparentemente afetas à autoridade eclesiástica. A própria apresentação do texto não deixa nenhuma dúvida: há capítulos que se destinam claramente a todos os súditos do rei, ou apenas ao clero, ou especialmente aos bispos. Mas vai-se além dos domínios que poderiam circunscrever-se numa visão ampla da ordem pública. Não se trata apenas da moral dos clérigos, e mesmo da dos leigos, em suma, daquilo que poderia causar escândalo e prejudicar uma boa organização da sociedade. O rei entra no domínio do foro íntimo, exortando os fiéis a orar e a praticar a caridade. Entra também no domínio sacramental quando, lembrando às abadessas que elas não receberam o sacramento da ordem, confirma os cânones que lhes proíbem dar a sua bênção. Aproveita a ocasião para condenar a leitura de uma suposta "carta caída do céu", que desde o ano anterior estava muito em voga.

Carlos proíbe também os cultos suspeitos, condena os "falsos doutores" e proíbe a veneração de "falsos nomes de mártires e das memórias duvidosas de santos". Isso significa dizer que se devem acabar as canonizações pela *vox populi*, tão praticadas no tempo dos merovíngios. Está longe o tempo em que um Santo Elói era colocado no altar um ano depois de sua morte. Carlos volta à carga em Frankfurt, em 794, reafirmando que não se devem colocar, levianamente, os cristãos nos altares. E se opõe também aos cultos que, fora das igrejas, ficam entregues, em pleno campo, à invenção do povo.

> Que os oratórios sejam instalados nos claustros: aí se pode celebrar o ofício mesmo à noite... Que não se erijam monumentos nos caminhos... Que só se venerem aqueles que foram lembrados em razão de sua paixão e dos méritos de sua vida.

Em Thionville, no ano de 805, ele ataca o culto de santos "recentemente inventados" e não reconhecidos pelos bispos. A autenticidade das relíquias merece uma atenção surpreendentemente crítica para aquele tempo. Alcuíno preocupa-se muito com isso, atacando duramente devoções bastante difundidas.

> É melhor seguir em seu coração os exemplos dos santos do que carregar consigo fragmentos de seus ossos. Guardemos no espírito os ensinamentos escritos nos Evangelhos em lugar de trazer amuletos pendurados no pescoço. Isso não passa de uma superstição de fariseus.

Tendo notícia, em 803, de que havia pouco se começara a venerar, em Mântua, uma âmbula contendo sangue de Cristo, Carlos fica preocupado e despacha, no ano seguinte, dois *missi* ao papa para lhe pedir que mande investigar o caso, a fim de que se saiba "o que há de verdade no boato". O papa verificará pessoalmente, aproveitando a ocasião para ir à Lombardia, o que nunca fizera antes. Ao que parece, a história não se confirmou.

Em 811, nas notas preparatórias que servirão de base aos concílios regionais de 813, o imperador denuncia a exploração interesseira que muitos abades, ludibriando os bispos, fazem de todo tipo de relíquias.

> Que dizer daqueles que, como se fosse por amor de Deus e dos santos, andam de déu em déu levando ossos de mártires ou de confessores, constroem novas basílicas e exortam todos os que podem a dar imediatamente todos os seu bens, querendo fazer crer que fizeram uma boa ação e procurando convencer os bispos de que com isso têm méritos junto a Deus?

E o imperador define em Mogúncia, em 813, o que caracteriza o reconhecimento de um santo: a translação e elevação dos corpos — ou seja, a cerimônia em que estes são exumados de sua sepultura ordinária para serem colocados num lugar próprio para a veneração — devem ser aprovadas pelo rei e pelo bispo, ou mesmo por um sínodo diocesano. Não se poderia mais reconhecer um santo com base no entusiasmo precipitado dos fiéis. A regra estava muito longe de ser observada por toda parte, e as invasões normandas obrigarão muitos monges a fugir com as relíquias sem pedir autorização.

O que vale para os santos aplica-se também para os anjos. Desde as origens da Igreja se discutiu sobre a natureza dos anjos. Nunca se pensou em fazer uma lista deles, uma lista que enunciasse seus nomes de forma precisa. Um clérigo chamado Aldeberto pôs lenha na fogueira compondo uma oração na qual invocava todos os tipos de nomes encontrados com maior ou menor freqüência no Antigo Testamento. O papa Zacarias condenara a lista, e o concílio romano de 745 elaborou uma lista dos três anjos nomeados pelas Escrituras explicitamente como tais, isto é, como "mensageiros" de Deus: Miguel, cujo culto já é bastante vivo no lugar de suas aparições; Gabriel, que é o anjo da Anunciação, e Rafael, que combateu Jacó. Carlos Magno não deixa passar a oportunidade de legislar: a *Admonitio generalis* confirma a lista de Zacarias, e uma capitular de 802 proíbe qualquer invocação de

"nomes desconhecidos". Os *missi* são incumbidos de zelar por isso. Os anjos são como os santos: nada de "falsos nomes", nada de "memória duvidosa". A assimilação será levada a efeito: o uso haveria de impor, de forma duradoura, no caso desses três anjos promovidos a "arcanjos" a fim de distingui-los dos anjos anônimos, o nome de "São" Miguel, de "São" Gabriel e de "São" Rafael.

Em 794, os padres do concílio de Frankfurt, por meio de um texto redigido por Paulino de Aquiléia, chamam Carlos ao mesmo tempo de "senhor e pai, rei e padre, mui prudente governador de todos os cristãos", ao passo que o rei se imiscui no dogma. É verdade que os bispos introduziram uma distinção: o rei trava combate contra os "inimigos visíveis" da Igreja, os bispos lutam contra os "inimigos invisíveis". Não é certo que uma tal distinção tenha levado o rei de volta ao temporal: os heresiarcas são perfeitamente visíveis. Ela não diminui praticamente em nada o alcance — qualquer que seja ele — da fórmula "rei e padre". Esta vem diretamente do Antigo Testamento, onde qualifica Melquisedec ao mesmo tempo de "rei de Salém e sacerdote do Altíssimo" (Gênesis 14,18 e Salmos 110,4). Os padres de Frankfurt leram a Bíblia para dela tirarem uma fórmula, mas leram principalmente a Epístola de São Paulo aos hebreus (7,1-17), que fala evidentemente do Cristo, mas traz uma frase que se aplica, se assim o quisermos, ao advento da nova dinastia franca. A um auditório que conhece tão bem a Bíblia, como é o dos intelectuais reunidos em Frankfurt, basta uma alusão ao episódio bastante citado do encontro de Abraão e Melquisedec para que venha à mente o paralelismo buscado por Paulino.

> Ele pertence a outra tribo, da qual ninguém foi encarregado do serviço do altar. É notório que Nosso Senhor nasceu da tribo de Judá, tribo da qual Moisés nada falou referente aos sacerdotes. Isto se torna ainda mais evidente, se este outro sacerdote que surge à semelhança de Melquisedec não foi estabelecido segundo a prescrição de uma lei humana, mas imposto pela sua imortalidade, porque está escrito: "Tu és sacerdote eternamente, segundo a ordem de Melquisedec."

Com a invocação de um tal precedente, que se soma ao de Constantino e ao do primeiro concílio de Nicéia, ninguém se surpreende quando Carlos convoca e preside um concílio onde se debate o dogma. Ele é rei e sacerdote. O espantoso preâmbulo da capitular que depois seria publicado dá pouca margem a dúvidas.

Estando reunidos, com a graça de Deus, pela autoridade apostólica e por ordem de nosso mui piedoso senhor, o rei Carlos, no ano vinte e seis de seu principado, todos os bispos...

Não se diz com todas as letras que a autoridade apostólica é a do rei, mas tampouco se diz ser do papa, que todos sabem nada ter a ver com a convocação. Adriano I só foi convidado a se fazer representar. Na verdade, todos entenderam que é o rei quem expressa a autoridade apostólica.

Inicialmente, como previsto, desautoriza-se o concílio de Nicéia de 787. Liderados por Teodulfo, esse clérigo espanhol de origem visigótica que é, em Aix-la-Chapelle, um dos principais agentes da renascença intelectual do reino franco, os padres de Frankfurt tomam uma posição moderada no que diz respeito às imagens: o Ocidente ignora a iconoclastia e fica alheio à reação. Teodulfo não vê heresia no recurso pedagógico às imagens, mas, ao contrário de Paulino, que guarnece de grandes estátuas e relevos a igreja de Cividale — a partir de 737, elevada a sede do patriarcado de Aquiléia —, ele não lhes atribui muita importância: as imagens, pensa ele, poderiam ocupar um espaço indevido na devoção dos fiéis.

A Igreja que o concílio de Frankfurt representa admite, pois, a veneração da Cruz, que não é uma imagem mas um símbolo, e considera as imagens como simples instrumentos da instrução religiosa. Nem destruição, nem veneração, mas um simples respeito por uma forma de pregação, e mesmo de exemplo. Na verdade, sustenta-se a posição da Igreja romana em relação à "pregação muda", sobre a qual Gregório, o Grande, não temia afirmar que permitia aos analfabetos "ler pelo menos olhando as paredes". Em termos pessoais, Teodulfo será ainda mais prudente: a luxuosa *Bíblia* que ele manda copiar em sua oficina de Fleury-sur-Loire não comportará nenhuma representação das personagens ou dos episódios da história sagrada.

Durante o concílio aproveita-se a ocasião para acertar as contas definitivamente com o imperador bizantino: a Igreja do Ocidente, às margens do Meno, afirma sua independência declarando que os atos dos concílios orientais não lhe são aplicáveis. Os concílios ecumênicos deixaram de existir. Havia muito, consideravam-se ecumênicos concílios que na verdade eram os da Igreja grega. Doravante, dar-se-á a qualificação de ecumênicos aos concílios da latinidade romana.

O papa não perde menos em Frankfurt. Além de não ser mais bem representado do que em Nicéia, ele é devidamente desautorizado: depois de ter deixado de informar o rei dos francos e seus bispos sobre as negociações realizadas em Bizâncio quando da preparação do concílio de 787, ele reconheceu os cânones desse "sínodo mui inepto". O envio dos cânones conciliares mal traduzidos, cumpre dizer, não depõe a favor do papa. Sem dúvida, Adriano nem leu nem mandou que teólogos competentes relessem uma tradução confiada, com certa leviandade, a um clérigo pouco versado em latim e em grego. Mas ele enviou essa tradução, quando podia ter enviado o texto grego, que poderia ser lido e comentado em Aix. Carlos e seus bispos têm boas razões para considerar o papa responsável por um texto que preconizava a idolatria.

Mais tarde, a Santa Sé saiu dessa situação embaraçosa deixando de incluir a assembléia de Frankfurt no rol dos concílios ecumênicos. À época, ninguém no Ocidente ousa negar-lhe essa qualificação. E as decisões dogmáticas do clero reunido às margens do Meno — em primeiro lugar as que se referem às imagens — são esclarecidas, não num ato pontifical, mas numa longuíssima capitular — a edição ocupa 228 páginas *in-quarto* — logo denominada *Libri carolini*, "Livros de Carlos". Havia três anos, os teólogos da corte real de Aix-la-Chapelle, primeiro com Teodulfo, depois com Alcuíno, trabalhavam em sua redação, para que nela se tivesse uma base sólida das deliberações do concílio. Nada, nessa questão, foi improvisado.

Os mesmos *Libri carolini*, cuja elaboração parece ter sido seguida de perto pelo próprio rei, não têm pejo de observar que o "leme da Igreja" é confiado pelo Cristo a Carlos Magno. Na medida em que o caso das imagens lhe deu a oportunidade não apenas de se opor a um concílio que se dizia ecumênico, mas também de arbitrar entre dois concílios da mesma Igreja, o de Hiera e o de Nicéia, a alegoria corresponde à realidade. Só mais tarde viria o hábito de publicar em nome do papa os cânones dos concílios ecumênicos. Também nesse caso, ninguém, na ocasião, espanta-se de que sejam publicados em nome do rei, e precisamente do rei franco.

O DOGMA

Com o caso das imagens, tocava-se um pouco na teologia e muito nas formas do culto. Com o adocionismo, trata-se realmente do dogma, e foi justamente para tratar dele que se convocou o concílio de Frankfurt. Desta vez, é contra a Igreja da Espanha que o Ocidente se levanta:

o Cristo não é o "filho adotado" de Deus, ele é o Filho consubstancial ao Pai. Esse adocionismo é a resposta simples do Ocidente às dificuldades de interpretação do dogma fundamental da Santíssima Trindade. Um só Deus em três pessoas, eis um dos principais pontos da fé cristã, e o mais difícil de entender.

O Oriente outrora havia encontrado uma resposta no arianismo, uma forma de monoteísmo mais facilmente assimilável pelos espíritos pouco inclinados a sutilezas teológicas: para o padre alexandrino Ario e seus adeptos, portanto, até no Ocidente entre os visigodos e os burgúndios, a natureza de Deus deriva de uma simples filiação. Só o Pai é eterno, isto é, não criado. O Filho — o Verbo — não é igual ao Pai, pois dele procede. Quanto ao Espírito, só procede do Pai pelo Filho. A ortodoxia replicou: o Filho é "consubstancial ao Pai". O arianismo é condenado em 325 no primeiro concílio de Nicéia, que dá em seu *Símbolo* (o Credo) uma formulação quase definitiva do dogma. Ele é novamente anatematizado em 359, no concílio de Rimini, e finalmente em 381, no concílio de Constantinopla. Essas condenações não impediram que muitos povos que se encontravam nas fronteiras últimas do Império romano aderissem, como é o caso dos godos depois da pregação do bispo Ulfila, à definição ariana da Trindade: ela era mais fácil de entender do que a de Nicéia.

No Ocidente, o arianismo foi a religião de muitos invasores, uma religião que os novos mestres tentaram impor à força. A resistência passiva das populações galo-romanas, liderada por seu episcopado galo-romano e niceno, à dominação dos visigodos e dos burgúndios foi, pois, ao mesmo tempo, causa e conseqüência de sua hostilidade ao arianismo. Na religião comum do reino franco, o arianismo deixou apenas simples vestígios. Estes não estarão ausentes, até a época contemporânea, nas formulações litúrgicas da Igreja romana, que no mais das vezes reservará ao Pai o nome de "Deus" e passará, para dirigir-se a Deus o Pai, pela intercessão às vezes ambígua do Filho: "Ó Deus...", dizem para começar as orações, antes de concluir "Por Nosso Senhor Jesus Cristo, que, na unidade do Espírito Santo, vive e reina contigo." Numa fórmula como esta, mil vezes repetida e entendida pelos fiéis, na verdade Deus é o Pai.

No que tange a essa questão, o Ocidente já conhecera heresias que, querendo humanizar a segunda pessoa da Santíssima Trindade, vão ao encontro da do patriarca de Constantinopla, Nestório, deposto por isso pelo concílio de Éfeso em 431, e a do dácio Bonoso, no século VII. Elas já tinham sido condenadas em 626, no concílio de

Clichy. O adocionismo formulado por volta de 780 por Elipândio, arcebispo de Toledo, e por Félix, bispo de Urgel, distancia-se ainda mais da ortodoxia no fim do século VIII: "Verbo de Deus", o Filho é gerado por Deus. Enquanto homem, ele é o filho de Deus e de Davi, um filho adotivo. Sendo Filho "adotado" de Deus, Cristo não é de natureza divina. Os vestígios do arianismo visigótico são bastante evidentes. Em vão, Adriano I protestou em 785. O reino cristão das Astúrias logo reagiu: tanto o rei Afonso II como o bispo de Osma pronunciaram-se contra o adocionismo. Mas em Toledo, dominada pelos árabes, é grande o prestígio do arcebispo Elipândio junto aos cristãos: esse velho que viveu os primeiros tempos da ocupação — ele já passara dos sessenta anos — encarna a única autoridade que nada deve aos muçulmanos. De resto, por tradição, os moçárabes não se preocupam menos com uma autonomia religiosa em relação ao papado. E o bispo Félix tem fama de ser excelente teólogo.

Por sugestão de Alcuíno, herdeiro da tradição da ortodoxia anglo-saxônica — tradição esta que ele devia transmitir aos francos, seguindo a determinação de seu mestre Elberto, que lhe traçara antecipadamente o itinerário no continente —, Carlos também intervém no concílio restrito de Ratisbona, em 792, e no concílio geral de Frankfurt, em 794. Por necessidade de independência intelectual, o clero da Aquitânia e, apesar de Afonso II, o que resta do clero da Espanha cristã, dão ouvidos ao adocionismo.

Alcuíno se põe a trabalhar no inverno de 797-798 e redige, na tranqüilidade de seu monastério de Tours, um tratado *Contra a heresia de Félix* no qual insere passagens inteiras dos cânones do concílio de Éfeso de 431. Por seu lado, Bento de Aniana dirige uma campanha das mais enérgicas e redige várias obras. O golpe final será dado em Aix-la-Chapelle em maio de 800 quando, depois de longos debates — e talvez uma semana de *disputatio* entre Félix e Alcuíno — em presença do rei e de um grande número de bispos, Félix se retrata. Ele é mandado para Lyon. Isolado, Elipândio sobrevive ainda alguns anos, mas praticamente já não se faz mais ouvir. O clero de Toledo levará muito tempo para se submeter, e sua adesão ao velho arcebispo — que morreria nonagenário por volta de 808 — deve-se menos à convicção dogmática do que à nostalgia de uma época em que a Espanha cristã tinha seus doutores da Igreja. Assim, uma questão que toca a Gália franca, mas que perturbou principalmente a Espanha, se resolverá com a intervenção reiterada do rei franco, à frente de seu episcopado. O papa apenas aprova.

Há uma heresia semelhante à do adocionismo, esporádica na Aquitânia, que deriva das pregações de Bonoso: Maria seria a mãe de vários filhos, entre os quais Cristo. Portanto, a natureza divina do Filho é posta em dúvida. Pouco se falará disso.

Surgem algumas outras heresias, principalmente numa Aquitânia inclinada a rejeitar as decisões do episcopado franco. Numa longa carta dirigida aos seus monges de Tours, Alcuíno lembra, em 794, com uma insistência que nos obriga a concluir que se tratava de algo realmente muito necessário, os preceitos da moral cristã. Ele observa também que na Aquitânia foge-se à obrigação da confissão auricular, isto é, a um padre, proclamando a superioridade de uma confissão direta a Deus. Para Alcuíno, é a própria negação da Igreja e de seu papel sobrenatural. Naturalmente, escreve ele, Deus conhece as faltas, mesmo as cometidas em segredo, e as conhecia mesmo antes de serem cometidas, mas a confissão é uma forma de penitência. Confessar em segredo apenas a Deus, que nada ignora, não é realmente uma confissão. Seria muito espantoso ver se desenvolver, na literatura litúrgica do século XIII, o episódio de um Carlos Magno que recebe do próprio Deus a absolvição de um incesto inventado pela lenda. Nas *Laudes* do ofício composto em Aix-la-Chapelle, haveria de se cantar, no século XIII:

> Acompanhados da cítara e do tímpano, louvemos a Deus, que enviou a mensagem para purificar o rei de sua falta.

Quando se pensa que a heresia de Félix está erradicada, irrompe bruscamente o caso do Espírito Santo. Que este seja o Espírito de Deus, portanto do Pai, não incomoda ninguém. Foi o que proclamou em 381, em seu *Símbolo*, sem levantar a questão do Filho, o concílio de Constantinopla, que retomava, tornando-os mais explícitos, os termos do *Símbolo de Nicéia*, de 325. Em compensação, que o Espírito procede ao mesmo tempo "do Pai e do Filho" é o que se ensina há muito tempo no Ocidente, sem que isso nunca tenha sido objeto de uma definição dogmática, exceto na Espanha visigótica, a do concílio de Toledo que pôs fim, em 589, a dois séculos de um arianismo rapidamente limitado às camadas dominantes do povo visigodo. Primeiro na Espanha, em seguida na Gália merovíngia, canta-se o *Símbolo de Nicéia* — o *Credo* da missa latina — com um acréscimo que nenhum concílio ecumênico jamais aprovou, mas tampouco condenou: *qui ex Patre Filioque procedit*, "que procede do Pai e do Filho". Roma e, mais

do que Roma, a Itália, não adotou o acréscimo do *Filioque*, sem nem por isso considerá-lo herético.

Na verdade, o *Símbolo de Nicéia* ainda não foi integrado ao rito romano da missa, e a fórmula *qui ex Patre procedit* só é invocada uma vez por ano, na liturgia batismal. Dado que a Igreja da Espanha perdeu todo o alcance externo a partir da conquista árabe, o reino franco é, pois, o único a cantar o *Filioque*. Essa posição dogmática da Igreja franca suscita dúvidas em alguns, tanto em Roma como no Oriente, nas quais os defensores do *Filioque* vêem vestígios de nestorianismo. O problema está em saber se, em relação ao Espírito, o Pai e o Filho estão no mesmo nível. Papa de 795 a 816, o próprio Leão III hesita em afirmá-lo.

Talvez seja mero acaso, mas o patriarca de Constantinopla, Tarásio, declara formalmente que o Espírito só procede do Pai "através do Filho". É a condenação explícita da prática franca, uma condenação que os bispos consideram apenas como uma hostilidade permanente, mas que alimenta dúvidas quanto à formulação habitual do dogma. Em sentido oposto, o concílio reunido em 796 em Cividale pelo arcebispo Paulino de Aquiléia, um dos homens de confiança do rei franco, aprova a incorporação do *Filioque* ao *Credo*. A fórmula começa a conquistar a Itália.

Portanto, a querela do *Filioque* já vinha perturbando a vida da Igreja quando Carlos Magno resolveu interferir. Preocupado tanto com a ordem como com a unidade, dificilmente ele pode consentir numa formulação da fé que não seja a mesma em todos os seus reinos. Envia a Roma seu primo Adalardo, o abade de Corbie, acompanhado de Bernardo, bispo de Worms. Na capela palatina de Aix, ele ordena que, sem mais delongas, seja cantada inteira, no *Símbolo de Nicéia*, a fórmula *qui ex Patre Filioque procedit*. Enquanto o papa ainda hesita, Carlos tomou sua decisão.

As coisas teriam ficado nisso, isto é, num particularismo limitado a algumas igrejas do Império franco, se os dois monges latinos de Jerusalém que vieram a Aix em 806 não tivessem julgado o acréscimo acertado e não o tivessem adotado quando voltaram ao convento do monte das Oliveiras. No microcosmo que as ordens religiosas e sua clientela de peregrinos constituíam na Terra Santa, a novidade só poderia causar problemas. Os monges gregos da vizinhança se indignaram, e depois reclamaram ao patriarca de Constantinopla, que ficou muito aborrecido e consultou o papa. A esta altura, os monges latinos escreveram ao mesmo papa, o qual transmitiu a correspondência a

Carlos Magno, responsável único pela inovação. Sem ter, no presente caso, procurado por isso, o rei dos francos se viu árbitro de um conflito teológico no âmbito da Igreja.

Carlos ordenou que seus especialistas pusessem mãos à obra. Teodulfo estudou os escritos dos padres da Igreja e redigiu um tratado sobre o Espírito Santo, tratado que concluía, judiciosamente, que a nova formulação apenas explicitava aquilo em que criam, desde sempre, os cristãos: a ausência do *Filioque* no *Símbolo de Nicéia* era explicada por um lapso de redação. Enquanto isso, porém, o abade de Saint-Mihiel, Smaragde, mergulhava na Bíblia e chegava às mesmas conclusões: o Espírito procede do Pai e do Filho, não do Pai através do Filho.

Em novembro de 809, o concílio reunido em Aix aprova o imperador e o encarrega de pedir ao papa uma nova redação do *Credo*. Leão III, sem discutir o conteúdo, não tem interesse em complicar suas relações com Bizâncio, de que depende sua tranqüilidade na fronteira de Benevento. Ele não está menos preocupado em evitar dar a impressão de ser um mero executor das obras do imperador franco. Em 810, comunica ao concílio que se realiza em Roma seu pleno acordo com o princípio teológico segundo o qual o Espírito procede do Pai e do Filho, mas proíbe a incorporação do *Filioque* ao *Símbolo de Nicéia*. Para não mais ouvir falar do caso sem obrigar o imperador a dar meia-volta, o papa chega a propor simplesmente que não se cante mais o *Credo* em Aix. O mínimo que se pode dizer é que nesse caso Leão III se deixou empurrar de um lado a outro.

Mas foi em vão. Àquela altura de suas relações com Bizâncio, Carlos Magno não está disposto a fazer qualquer concessão. As igrejas do reino franco continuarão, em sua maioria, a cantar o *Credo*, e ninguém ousará expurgá-lo de sua nova definição da Trindade. Em face da determinação de um imperador e de um clero a ele submisso, as palinódias de um Leão III já bastante desacreditado pouco influenciam na formulação do dogma.

As responsabilidades do imperador

Será preciso insistir? Quando publica a *Admonitio generalis*, ocasião em que reúne o concílio de Frankfurt, Carlos ainda não é imperador. Tudo leva a crer, tanto em seu comportamento como na aquiescência de seu clero, que ele já se sente como tal. O gesto do Natal de 800 apenas dará às realidades políticas seu verdadeiro nome. Assim como,

em 751, tratava-se de dar o título de rei àquele que governava o reino, em 800, tratar-se-á de dar o título imperial àquele que, há muitos anos, assumiu o lugar deixado vago pelo imperador romano. Mas Carlos sabe o que isso implica: o Império lhe confere uma nova responsabilidade, a de Constantino. A capitular geral de 802, que é uma recapitulação sistemática das tarefas dos *missi*, é em boa parte um verdadeiro manual de direito eclesiástico. Nela o imperador lembra aos seus enviados aquilo por que devem zelar no que tange à disciplina dos clérigos e das igrejas seculares e regulares, aos costumes e à ortodoxia da fé, ao bom funcionamento do culto.

O tom da capitular, de que citamos aqui apenas algumas frases, é, em certas passagens, o de um sermão. O preâmbulo é de uma homilia, da mesma forma que a conclusão. Há uma paráfrase do *Símbolo de Nicéia*, logo completada com um ensinamento moral. E aí é o Evangelho que faz a paráfrase da capitular. Em seguida o discurso passa a exemplos precisos, onde se mesclam a moral religiosa, a moral civil e a moral política. Os bispos não terão nenhuma dificuldade em assumir a tarefa da pregação imperial. Mas neste caso a pregação fica a cargo dos *missi:*

> Escutai, irmãos bem amados, a advertência que vos dirige nosso mestre o imperador Carlos. Fomos enviados aqui para vossa salvação e para vos ensinar como deveis viver em justiça e em verdade, em obediência a Deus, e vos comportar em relação com o mundo de acordo com a justiça e a misericórdia.
>
> Nós vos ensinamos em primeiro lugar que deveis crer em um só Deus todo-poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo. Ele é um Deus único e verdadeiro, perfeita Trindade e uno em verdade...
>
> Amai vosso próximo como a vós mesmos e dai esmola aos pobres de acordo com os vossos meios. Acolhei os viajantes em vossas casas, visitai os doentes, tende piedade dos prisioneiros. Não façais mal a ninguém e não sejais coniventes com aqueles que o fazem: os culpados, com efeito, não são apenas os que fazem o mal, mas também aqueles que nele consentem...
>
> Não vos demoreis por muito tempo encolerizados. Evitai a embriaguez e as refeições abundantes... Que as mulheres sejam submissas aos seus maridos... Que os maridos amem suas esposas e nunca lhes dirijam palavras injuriosas... Que os clérigos obedeçam ao seu bispo... Que os monges observem fielmente seus votos... Que os duques, condes e outros funcionários públicos façam justiça ao povo e sejam

misericordiosos para com os pobres. Que o dinheiro não os desvie da equidade, que o ódio não os faça condenar inocentes...

Breve é a vida, e incerto o tempo da morte. Podemos fazer outra coisa que não estarmos sempre prontos? Pensemos em como é terrível cair na mão de Deus. Com a confissão, a penitência e as esmolas, Deus é misericordioso e clemente.

Se os dois domínios, o leigo e o eclesiástico, se misturam em todas as capitulares que se seguem às assembléias dessa década de 800, o mesmo acontece com os cinco concílios que reúnem, em maio-junho de 813, cada um deles num grande aglomerado de províncias, todos os bispos e abades do reino franco. A Austrásia e a Germânia se reúnem em Mogúncia. As províncias da antiga "Bélgica" fazem seu concílio em Reims. As províncias da Nêustria e da Aquitânia o fazem em Tours. O concílio da Borgonha do Norte é em Chalon-sur-Saône. Da Provença à Septimânia, o sul se encontra em Arles. Em cada um desses concílios, a preocupação é a mesma, definida pelo imperador e lembrada tanto pelos *missi* como pelos arcebispos: reformar a Igreja, zelar pela retidão da fé, assegurar a reforma dos costumes. Uma certa volta à desordem justifica essas reuniões, em que cada um deve se sentir responsável pelo que se passa em sua diocese.

Ninguém se engana quanto a isto: tal como os concílios provinciais ainda reunidos por alguns bispos metropolitanos para discutir problemas pessoais ou locais, os concílios regionais têm a incumbência de zelar pela aplicação regional de decisões que não são mais tomadas por concílios gerais, mas somente pelo imperador, assistido por conselheiros escolhidos por ele. A síntese que seria feita na assembléia de Aix em setembro de 813 — a mesma em que o imperador coroou seu filho Luís — traduz-se numa dupla capitular, metade da qual ocupa-se de assuntos leigos. Mas os outros "capítulos" nada mais são do que legislação eclesiástica.

Ao mesmo tempo, reúne-se em Sankt Alban de Mogúncia uma comissão conciliar especialmente incumbida dos assuntos monásticos.

De resto, foi um conselheiro do imperador quem redigiu, já em 811, as recriminações que o rei dirige ao seu alto clero. As questões levantadas são graves, e certamente a ironia causou muito mal-estar. Os padres conciliares não se iludem: os cânones de seus concílios são apenas respostas ao imperador.

Eis os artigos que redigimos, e que serão apresentados ao senhor imperador para que sua sabedoria acrescente o que está faltando, corrija o que é contrário à razão e promulgue aquilo que neles encontrar de bom.

A *Concordia episcoporum*, a "concórdia dos bispos", será apenas a síntese e a revisão, pelo imperador e alguns fiéis reunidos em Aix, sob sua presidência, para fazer o "cotejo" das constituições elaboradas em cada um dos cinco concílios. Os bispos, a quem incumbe a aplicação, poderão em seguida, a seu critério, acrescentar às decisões assim elaboradas todo tipo de comentários pessoais e de disposições de interesse local.

Uma coisa é evidente: o rei apóia-se em seu episcopado, mas passa por cima do papa. Carlos se esquece de que, mesmo depois da unção real e mesmo depois da coroação imperial, ele não é o chefe espiritual do Ocidente. Alcuíno não hesita em escrever que a Igreja é "a esposa de Deus" e "a esposa de Carlos Magno". Carlos respeita o papa, ele o defenderá se preciso for, contanto que o papa fique no seu lugar, que é o de capelão da Cristandade romana. O papa ora, o rei defende a fé. Isso às vezes significa defini-la. Não será o episcopado que haverá de protestar: ele prefere, definitivamente, a autoridade de um imperador assessorado por alguns altos prelados do reino à de um papa que praticamente não ouve seus conselheiros romanos. Ainda que todos os bispos não sejam Arn, Paulino ou Teodulfo, e ainda que todos os abades não sejam Alcuíno, o clero do reino se faz ouvir melhor em Aix que em Roma.

Carlos não dissimula, não emprega paráfrases. Já na *Admonitio generalis* de 789, não temia reivindicar para si a tarefa de dizer ao seu clero "o que deve ser anunciado ao povo de Deus". O que ele se arroga, nesse caso, é um magistério. Não poderia ser mais claro.

A oração

Crer junto é também orar junto. A solidariedade na prece é uma conseqüência inescapável do juramento de fidelidade. Quando do sínodo de Attigny, em 762, Carlos Magno dá a seu clero a ordem de orar uns pelos outros. Assim, ver-se-ão os monastérios fazerem a lista das outras comunidades pelas quais elevarão suas preces aos céus. E naturalmente se acrescentam à lista os benfeitores, com os membros da família real em primeiro lugar. Juntamente com a unidade pela regra monástica, o rei estabelece, pois, uma rede de solidariedades

espirituais no interior do reino. A independência dos monastérios, que nada sofreu com a regra de São Bento e que só se dobra à autoridade dos concílios, recebe, pois, a marca de uma pertença religiosa ao reino. Bispos e abades, que se ressentiram muito das espoliações do passado e que se beneficiam dos acordos que vigem sob Pepino e Carlos Magno no que tange aos seus bens temporais, sabem que não estão quites com suas obrigações de serviço, que sua presença na assembléia não passa de uma manifestação espetacular. Eles não são apenas membros da Igreja *no* reino, eles são membros da Igreja *do* reino. É ainda disso que se trata quando, no século XIII, Luís IX e Filipe, o Belo, entram em conflito com o papa.

A unidade do reino franco deve expressar-se também na celebração do ofício divino. É o rei quem decide sobre a maneira de orar, e os concílios dedicados a isso apenas formulam e expressam sua vontade. Ora, a liturgia encontrou, na quase-independência das igrejas e dos concílios provinciais, o caminho de uma extrema diversidade. Nem os textos sagrados nem as formas da prece comum são semelhantes através do Ocidente cristão, para não falar do Oriente, onde se justapõem os ritos nacionais.

A Gália conheceu, desde o século VII, os salmos daquilo que mais tarde se chamaria de *Vulgata*, isto é, a tradução latina da Bíblia, feita do hebraico a partir do século II, e revisada entre 383 e 405 por São Jerônimo. É esse saltério que passa então a ser usado normalmente pelas igrejas, e principalmente pelos monastérios, onde ele é essencial para a recitação do ofício divino. Desaparecem, então, os antigos saltérios. E é esse texto da *Vulgata*, alterado de copista em copista ao longo de quatro séculos, que Alcuíno corrige, a pedido do rei. Essa *Vulgata* não seria mais abandonada até que, na época moderna, a Igreja redescobrisse o texto grego da *Bíblia dos Setenta*, abandonado por Jerônimo por considerar, com razão, que a versão transmitida pela tradição da Igreja estava por demais eivada de erros.

Em Roma está em uso, para a missa, o *Sacramentário gelasiano*, que será chamado de *antigo*, e o *Sacramentário gregoriano*. O primeiro, mais próximo das necessidades e condições materiais das pequenas igrejas que são as paróquias romanas, é considerado obra de Gelásio (papa de 492 a 496). O segundo, mais adaptado aos ofícios pontificais, se deve, pelo menos em parte, à atividade litúrgica pessoal de Gregório, o Grande (papa de 590 a 604). Eles compreendem o texto do "comum", isto é, das preces pronunciadas pelo celebrante, que constituem, no essencial, o "cânon" da missa. Aí não se encontra, pois,

o "próprio", que muda a cada dia: os textos do Antigo e do Novo Testamento que são cantados ou lidos antes do cânon, e também as antífonas ou hinos que, do intróito à comunhão, permitem uma participação ativa do clero e dos fiéis. A liturgia celta é regida por usos particulares que são expressos pelo missal de Stowe e o antifonário de Bangor.

Naturalmente formada por usos autóctones, a missa chamada impropriamente de galicana — como se ela fosse uma reação contra os usos romanos — é brilhante. Ao longo dos séculos, e sobretudo a partir do século VI e sob a influência dos usos monásticos, ela incorporou muito dos ritos e das liturgias bizantinas e orientais. Mais do que a missa romana, cede espaço ao elemento dramático do Sacrifício eucarístico e à sensibilidade dos fiéis. Ela coloca, depois do *Kyrie eleison*, um *Benedictus dominus* que abre o momento das leituras didáticas; em outras palavras, a parte de ensinamento que é a "missa dos catecúmenos", mesmo depois que o batismo é realizado em tenra idade, e, em função disso, só nas regiões ainda por catequizar existem catecúmenos em idade de entender os textos. Como complemento a essas leituras, canta-se o *Credo*, isto é, a formulação do dogma definido no século IV pelos concílios de Nicéia e de Constantinopla. Talvez pelo fato de que o clero diocesano não sabe mais latim, talvez também pela preocupação com uma pregação eficaz, a missa galicana usa largamente a língua vulgar, esse latim degradado que já não é mais latim e ainda não é francês. Os fiéis não são meros espectadores, e isso mesmo fora dos cantos do próprio: eles recitam o *Pater* com o padre.

Uma particularidade da liturgia galicana se implantaria de forma duradoura pelo fato de ressaltar a aliança de Deus e do rei, que funda, bem antes do Império, a ideologia real. Desde o século VII, reza-se na missa pelo rei, invocando os exemplos de Abraão, de Moisés e de Davi. Nos tempos dos merovíngios, porém, rezar pelo rei era rezar pela concórdia entre os príncipes. Sob Carlos Magno, é rezar pela propagação do reino de Deus, tarefa que evidentemente incumbe ao rei.

Desde o tempo de Bonifácio os usos romanos começaram a se introduzir na Baviera; sob Pepino, o Breve, eles se introduzem no reino, não por uma preocupação com a unidade, mas porque parece aos francos que a liturgia romana é mais bem organizada. Livros litúrgicos trazidos por monges e peregrinos desde o século VII abriram caminho e mostraram aos bispos e aos abades do reino franco que seus usos não eram os únicos e que o uso de Roma podia servir de exemplo. Alguns adotaram, em maior ou menor medida, esses sacramentários

importados. Mas esses casos de renovação da liturgia eram apenas esporádicos, e o papado nem pensava em preconizar tais mudanças. Embora o bispo metropolitano de Roma julgasse natural impô-las aos bispos de sua região, ele ainda não imaginava que toda a cristandade pudesse orar com os mesmos textos e com os mesmos ritos. Afinal de contas, as igrejas do Oriente praticavam liturgias muito diversas, e ninguém se escandalizava com isso.

Em meados do século VIII, desenvolve-se a idéia de uma adoção global nas igrejas francas. Em 754, a igreja de Metz, cujo papel na vida política e intelectual da Austrásia da dinastia de Pepino é bem conhecido, adota integralmente o rito romano. Pepino se mostra receptivo a isso e recomenda às outras igrejas do reino que sigam o exemplo. Foi então que, a pedido de Pepino, compilou-se um novo *Sacramentário gelasiano*, incorporando ao antigo uma parte do *Sacramentário gregoriano*. Tem-se, assim, três sacramentários, e os bispos se confundem com eles. Uma tentativa para uniformizar o canto litúrgico vem, por sua vez, completar essa primeira reforma. Em 760, quando de uma viagem a Roma, o bispo de Ruão — um irmão do rei Pepino — fica encantado com a liturgia e traz com ele para a Gália um professor da *scola cantorum* do papa: pretende-se familiarizar os clérigos da Nêustria com as "modulações da salmodia romana". Posteriormente, o bispo enviaria vários de seus clérigos para aprender mais em Roma. Tudo isso, porém, é mais uma série de boas intenções do que expressão de uma verdadeira vontade de reformar as práticas.

À época ainda se consideram os ritos romanos como melhores. Com Carlos Magno, passa-se a considerá-los como um dos fundamentos de uma necessária unidade da cristandade latina. E matam-se dois coelhos com uma cajadada: faz-se tábula rasa das contribuições orientais num momento — o caso das imagens está a todo o pano — em que se prefere nada ficar a dever a Bizâncio. Nesses anos em que a Igreja bizantina encontra-se abalada, o Ocidente desconfia de tais contribuições e, mais do que o papa, o rei dos francos arroga a si essa desconfiança. A expansão, na Germânia, da Igreja franca, se fará com base em uma liturgia puramente ocidental. O rei controla Roma o bastante para não temer repercussões políticas. Melhor ainda, é da corte franca que haverá de vir a renovação da liturgia romana. Em 785, o rei encarrega Alcuíno de fazer a adaptação desta, que doravante será a única em seus reinos.

O propósito da reforma é a "correção" dos usos litúrgicos e agora também a unidade de culto do reino. A base será o *Sacramentário*

gregoriano, diretamente copiado do exemplar da capela pontifical, que em 785 o papa Adriano faz chegar ao rei por meio de João, abade de Ravena. Carlos havia lhe pedido encarecidamente, encarregando Paulo, o Diácono, que voltava a Monte Cassino, para explicar ao papa o que ele desejava: um *Sacramentário gregoriano* tal como era antes das recentes interpolações. O rei o queria "isento de qualquer mistura". Assim se evitarão, pensava, os enganos devidos aos copistas dos exemplares disponíveis no tempo de Pepino.

O rei parece ter ficado indiferente ao fato de que esse sacramentário estava com cinqüenta anos de atraso em relação ao que se usava em Roma no fim do século VIII. O livro que chegou à corte franca era um texto anterior a todos os trabalhos desenvolvidos, tanto em Roma como na corte do rei Pepino, para uma harmonização dos sacramentários. O papa deve ter-se enganado, acreditando que o rei pedia um presente, quando o que Carlos pedia era um documento de trabalho. Pensando estar agindo certo, Adriano procurou um exemplar digno de seu destinatário e, não tendo copistas competentes, terminou finalmente por pegar o livro que tinha em sua biblioteca, um manuscrito da década de 730, que havia muito não era usado na capela pontifical. O rei também se enganou, acreditando receber o texto mais atualizado do rito romano.

É verdade que muitos dos ritos daquilo que doravante haveria de se chamar o *Sacramentário de Adriano*, de que o rei haveria de multiplicar as cópias, são aceitáveis sem retoques; alguns, porém, só são apropriados aos ofícios celebrados em Roma pelo próprio papa, e principalmente para as "estações" nas basílicas maiores. Isso significa dizer que esse sacramentário é, em certa medida, inútil. Além disso, o livro enviado por Adriano, embora luxuoso, é incompleto: ele não faz a mínima referência, por exemplo, aos ritos fúnebres, porque o papa não os celebra, nem ao sacramento da penitência, porque o papa praticamente não o administra pessoalmente. Mas parece ao rei que alguns ritos e algumas preces tomadas de empréstimo aos usos da Gália franca bastarão para vencer as resistências do clero, e quem sabe até as do povo. Em termos imediatos, Carlos determina o uso do *Sacramentário de Adriano*. Durante vinte anos, ele reinará nos ofícios de alguns bispos e abades dispostos a agradar ao rei.

Desde a chegada do precioso manuscrito, Alcuíno se põe a trabalhar. Adotando elementos do *Sacramentário gelasiano* e dos usos das igrejas francas para completar os ritos romanos do *Sacramentário de Adriano*, corrigindo além disso os erros de gramática, ele trabalhará por quase vinte anos e levará a cabo a reforma. A obra já está bastante

adiantada para que em 794, no concílio de Frankfurt — justamente aquele em que se toma posição quanto à questão das imagens —, o rei possa admitir dois usos romanos: nas missas solenes, o beijo da paz é estendido a todo o povo, e a leitura das listas de santos especialmente invocados (os dípticos) é deslocada para depois do Ofertório.

A reforma será completada, por outras razões, pela generalização, em 809, da fórmula *Filioque* no *Credo*, generalização que nada ficará a dever, bem ao contrário, ao uso romano.

O sacramentário não basta. Iniciada desde o tempo de Pepino, uma coleção das regras litúrgicas — as *ordines* aplicáveis a todos os tipos de cerimônias, sacramentais ou não —, é completada por volta de 780. Ela provê as igrejas francas de um cerimonial em que se mesclam habilmente os ritos romanos e o que se julgou dever conservar dos ritos galicanos. Em 800, vários empréstimos tomados ao *ordo* romano são adotados e impostos. Comemorar-se-ão ao modo romano as quatro festas da Virgem, que são a Natividade, em 8 de setembro; a Purificação, em 2 de fevereiro; a Anunciação e a Concepção de Cristo, em 25 de março; e a Assunção, em 15 de agosto. O mesmo se fará com as grandes celebrações da entrada da Quaresma, isto é, a Quarta-feira de Cinzas e a preparação para a Páscoa, que são os ofícios da Semana Santa.

Em alguns casos, fazem-se acréscimos. Em 813, no concílio de Mogúncia, o imperador impõe o uso romano da procissão das Litanias Maiores da festa de São Marcos (25 de abril), aquela que, em 799, como veremos mais adiante, serviu de cenário ao atentado contra Leão III. Mas tira partido disso para confirmar a manutenção das grandes procissões campestres das Litanias Menores galicanas: elas são a manifestação mais espetacular e mais popular das Rogações que, nos três dias que precedem a Ascensão, são a grande prece da Igreja franca pelas colheitas futuras.

Essa reforma é completada com a adoção definitiva do canto romano, esse cantochão cujo nome "canto gregoriano" mais tarde iria homenagear o papa Gregório I, que presidiu a sua primeira codificação. A lenda estabelecerá em seguida uma origem divina: uma pomba — o Espírito Santo — teria ditado o canto litúrgico ao papa Gregório. Muitas estátuas, como a de Chartres, mostram uma pomba pousada no ombro do pontífice. No tempo de Carlos Magno, trata-se apenas de uma determinação real ainda por cumprir: como as recomendações de seu pai Pepino de nada adiantaram, em 789 Carlos torna o canto romano obrigatório em todas as igrejas, e isso "para toda a Igreja". Mas os hábitos são persistentes e a preguiça também pesa. Através do reino franco,

continua-se a cantar como antes. Ainda em 805, o imperador se vê na necessidade de fazer que seus *missi* zelem para que se cante "seguindo o uso de Roma". Alguns se empenham de forma inversa: a capitular de Thionville lembra aos cantores da igreja de Metz que eles devem retornar a suas paróquias, em vez de ficar para sempre na escola de canto. Certamente os artistas achavam mais agradável aperfeiçoar-se, e mesmo ficar com seus colegas, do que ir enfrentar o dia-a-dia da vida litúrgica.

As exigências do novo sacramentário se expressam também na arquitetura. A introdução da abside ocidental nas novas construções do fim do século não é apenas uma imitação de São Pedro do Vaticano e de São João de Latrão, cujo único coro, como se sabe, fica no lado oeste. O desdobramento das absides, e, pois, dos altares principais, atende também a uma das prescrições das *ordines* romanas: durante uma parte da missa, o bispo deve olhar ao mesmo tempo para o povo e para o Oriente.

Ainda que as restrições outrora feitas por Chrodegang agora estejam esquecidas, a generalização do rito romano não deixa de encontrar resistências. Por várias vezes, Carlos Magno deve lembrar aos bispos que devem controlar de perto a liturgia nas igrejas paroquiais. Eles devem verificar pessoalmente os sacramentários usados pelos padres; devem, além disso, submeter os curas, durante a Quaresma, a um verdadeiro exame. Por volta de 803, o imperador promove a divulgação — num latim mais do que aproximativo — do programa do exame.

> Como vós credes? Como mantendes a fé católica? Como conheceis e compreendeis o símbolo e a oração dominical [o *Credo* e o *Pater*]? Como conheceis e compreendeis vossa missão segundo o *ordo* romano? Como podeis ler o Evangelho? E as homilias dos padres? Como sabeis o ofício divino para cantá-lo segundo o rito romano nas festas fixas? Como conheceis e compreendeis o batismo?

Pode-se perceber o sentido do *Quomodo*, do "como" que domina as questões apresentadas aos curas. Esse "como" não quer dizer "por que meios?", mas antes "em que medida?". E sente-se o que há por trás dessa dupla indagação: não basta conhecer os ritos, é preciso também compreendê-los para explicá-los aos fiéis. Distribuir-se-ão pequenos manuais explicativos. Alguns bispos consultam a corte, o rei ou Alcuíno, e estes respondem.

A propósito do ritual batismal, conhece-se a carta de Carlos a Amalar, arcebispo de Trier, e principalmente a que Alcuíno envia, em

798, ao padre Oduíno: tudo é minuciosamente regulamentado. O catecúmeno — adulto, em regiões que ainda estão sendo catequizadas — afirma renunciar ao Maligno, o padre sopra para expulsar o demônio e procede ao exorcismo, depois impõe o sal da sabedoria. Recita-se o *Símbolo dos apóstolos* — o *Credo* —, que resume a fé. Interroga-se, então, o catecúmeno, para se certificar de sua sinceridade: a isso se chama "fazer os escrutínios". Segue-se então a unção de óleo no peito e nos ombros. E finalmente faz-se a tripla "submersão", a aspersão da água batismal. O novo cristão veste então o traje branco e recebe na cabeça a unção do Santo Crisma, para que possa "usar a coroa do Reino dos Céus, com a dignidade do sacerdote". A cerimônia termina com a imposição das mãos, que confere ao cristão os sete dons do Espírito Santo.

Essa preocupação em entrar em detalhes sobre o rito, para instruir um simples padre que o consultou, deve ser relacionada à extensão dos problemas políticos e teológicos que ocupam o espírito de Alcuíno naqueles anos que antecedem a coroação imperial. Ela dá uma boa mostra da importância que o *entourage* letrado do rei atribui a uma pedagogia que ponha a prática religiosa a salvo de desvios involuntários. A ignorância e o laxismo parecem tão perigosos quanto a heresia refletida dos intelectuais. No mesmo momento em que se argumenta contra o adocionismo do bispo Félix ou contra a concepção bizantina do culto das imagens, Alcuíno não considera estar perdendo seu tempo quando se põe a explicar a ordem e o sentido dos ritos de um sacramento que diz respeito aos fiéis mais modestos.

O mesmo acontece com o sacramento da penitência. Não se pode deixar aos padres rurais, pensa o rei, a incumbência de arbitrar as penitências que eles impõem para a remissão dos pecados. Ele exige, pois, que todo cura ecônomo disponha de um penitencial, isto é, de um catálogo hierarquizado das faltas e das respectivas penas. Essas penas, cumpre observar, fundamentam o sacramento da penitência numa concepção bem próxima da que rege o direito privado da indenização: o perdão da falta é relacionado à indenização, e não há lugar para a remissão gratuita, isto é, para o perdão puro e simples.

Inventados nas igrejas celtas para orientar a correção dos pecadores, esses penitenciais, que eram bastante diversos, se introduziram, na esteira dos missionários colombanianos, no norte e no leste da Gália no fim do século VI e principalmente no século VII. Embora provavelmente nada devessem às leis nacionais dos povos germânicos, esses penitenciais eram perfeitamente adaptados às mentalidades. Alguns padres, tanto na Aquitânia como na Itália, não os levavam muito em conta: o recurso

ao penitencial parece ter sido inversamente proporcional ao nível cultural do clero. Os teólogos da geração seguinte começaram a se dar conta de que tal sistematização da penitência é algo muito distante do poder de absolver confiado à consciência dos apóstolos, assim como do sacramento considerado até então como uma reconciliação. Já no século IX, os bispos começam a condenar os penitenciais. Pela comodidade que oferecem ao padre e por constituírem uma garantia contra a improvisação, os penitenciais teriam, porém, uma vida longa.

O imperador não ignora as resistências, e ameaça: aqueles que não podem ou não querem aprender a cumprir os ritos de maneira conveniente serão substituídos. Mas não tenhamos ilusões. Acontece com a liturgia o mesmo que com o ensino nas paróquias: destituir os preguiçosos, os incapazes e os de má índole supõe que se possam encontrar melhores. E, depois, as igrejas são ligadas a particularismos litúrgicos que, a seu ver, não representam nenhuma ameaça à unidade da fé, e que defendem resolutamente apoiando-se no fato de que são bastante antigos. O rito parisiense ou o rito lionês dos séculos seguintes conserva muitos traços dos ritos anteriores a Carlos Magno, mantidos tanto na prática como nos missais. E os milaneses, cinco séculos depois, ainda não haviam perdoado Carlos Magno por sua tentativa, logo malograda, de abolir o rito ambrosiano.

Preocupado acima de tudo com a pedagogia, o imperador tem plena consciência de que o latim muito simples que ainda se falava um século antes numa parte do reino franco já não é compreendido pelo povo. Sabe também que não basta — como ele lembra em 805 na assembléia de Thionville, a propósito da recitação do ofício no coro — ler de forma clara as lições: desde o concílio de Frankfurt, em 794, Carlos manda que se faça a apologia da pregação em língua vulgar, de que os bispos já fazem largo uso. Realista que é, ele que fez tanto esforço para entender e falar latim sabe que os fiéis já não são capazes de acompanhar um sermão em latim. No concílio de Tours, em 813, o imperador vai mais longe: torna obrigatória a língua romana ou a língua germânica para o comentário do Evangelho que se lê na missa.

A organização eclesiástica

A célula fundamental da organização eclesiástica é a diocese. Ainda que os monastérios tenham um papel de primeira importância na vida religiosa e cultural, em nada representam uma rede hierárquica e territorial

comparável à rede constituída no reino pela centena de dioceses formadas em volta de cidades episcopais herdeiras das antigas cidades [*civitas*] romanas. Essas dioceses são mais ou menos agrupadas em províncias que, no essencial, coincidem com as antigas províncias romanas: o concílio de Calcedônia, em 451, proibiu a divisão de uma província. Em sua província, o bispo metropolitano, que tende a se tornar um arcebispo, praticamente nada mais faz senão convocar e presidir sínodos que às vezes são chamados de concílios, mas goza de um prestígio muitas vezes devido a predecessores ilustres. Carlos vale-se desses metropolitanos ou arcebispos para diminuir a dispersão em suas relações com o clero, mas zela para não perder jamais o contato direto com os bispos, que constituem uma das bases da assembléia geral do povo franco.

Na cidade, a igreja por excelência é a catedral. Junto a ela há também um batistério e os edifícios necessários às funções beneficentes e escolares, sendo flanqueada por um palácio episcopal. É aí que se celebram os ofícios fundamentais da vida litúrgica, os do domingo e de todos os dias, e também a consagração dos santos óleos na Quinta-Feira Maior, as ordenações sacerdotais e, naturalmente, as consagrações episcopais. Não há, na cidade, outra paróquia que não a catedral. Quando a extensão da cidade o exige, para o bem dos fiéis, às vezes se desenvolve um lugar de culto anexo, que o bispo determina seja servido por um vigário.

A Igreja diocesana vive de seu patrimônio, fruto da contribuição dos fiéis, mas em primeiro lugar da generosidade dos reis e dos grandes senhores leigos. O rei não pára de lembrar aos bispos que devem atender às necessidades de seu capítulo, e alguns bispos dividem já sua "mense" — *mensa* quer dizer mesa — em duas partes, reservando uma para si e destinando a outra aos cônegos e aos outros clérigos que servem a catedral. Agora, os doadores fazem a diferença. Quando o conde de Paris faz em 811 uma doação ao capítulo de Paris, o beneficiário não é o bispo. Começa-se, pois, a distinguir o patrimônio do bispo do patrimônio do capítulo.

Em termos de espaço, a distinção também se faz presente: já há bispos que favorecem, como o faz em Lyon o arcebispo Leidrade, a instalação do capítulo num espaço reservado, às portas da igreja e não longe do palácio episcopal: é o claustro. O nome expressa bem a evolução que, em linha direta da reforma de Chrodegang, faz dos cônegos da Igreja diocesana uma espécie de monge, com menos sujeições pessoais mas com o mesmo desejo de uma vida comum. Esse uso

do claustro-catedral se difundirá no curso do século IX, à medida que se vai estabelecendo de fato a regra dos cônegos concebida na década de 750, mas generalizada apenas pelo concílio de Aix, em 816.

Em compensação, o velho princípio segundo o qual a catedral é a única paróquia da diocese estiola-se sob a pressão dos fiéis e dos proprietários. Era no campo que ainda havia um longo caminho a percorrer para fazer triunfar o Evangelho. Paradoxalmente, é de lá que virá a renovação. Com certeza, muitos grandes proprietários haviam construído uma capela em seu domínio e lá instalaram um padre, longínquo predecessor dos curas de aldeia. Essas "igrejas particulares" já são numerosas no tempo de Carlos Magno e começam a se transformar em paróquias.

O rei se preocupa com uma tendência à anarquia, que é a conseqüência normal do controle, da parte dos proprietários de domínios, sobre igrejas fundadas por eles ou por seus ancestrais. Os proprietários nomeiam aquele que vai servir e cuidam de sua manutenção, mas negligenciam completamente o bispo. Carlomano e Pepino, já nos concílios de 742 e 744, reagiram contra essa apropriação privada do serviço divino. Carlos insiste o tempo todo: cabe ao bispo verificar a competência dos clérigos propostos pelos proprietários, dar seu consentimento às nomeações e proceder a missões regulares de inspeção. É mais do que evidente que a reforma das igrejas rurais passa pela reforma moral e disciplinar do episcopado. Enquanto o bispo não tiver recuperado sua autoridade moral, seu poder praticamente não vai além de sua cidade episcopal.

Essas futuras paróquias já são igrejas batismais: não são simples lugares de devoção. Essas igrejas, cuja simples existência indica que a evangelização já vai bem avançada, têm um papel importante nos cultos do povo cristão, mais do que no processo de evangelização. Nem por isso deixam de ser centros da luta cotidiana contra os vestígios do paganismo. Os fiéis já se sentem tão apegados a elas que reclamam a criação de novos centros, quando as distâncias se constituem num problema. Desde o século VIII, paróquias rurais são assim desmembradas. É a época em que, na Itália, são criados muitos *pievi*. O clero local, porém, prefere capelas simples, sem instalações batismais: lá se assiste à missa, mas é na paróquia que as pessoas se confessam e comemoram a Páscoa.

Já em 506, o concílio realizado em Agde sob a presidência de Cesário de Arles estabelecia os limites da autonomia das capelas.

Se alguém, fora das igrejas paroquiais nas quais é legítimo reunir a assembléia cristã, quiser ter uma capela em seu domínio, para que aí se celebre a missa a fim de evitar uma viagem fatigante para seus homens, nós o permitimos, com a condição de que esses homens venham à cidade ou à igreja paroquial no Natal, na Epifania, na Páscoa, na Ascensão, no Pentecostes e na festa de São João Batista.

Muitas capelas ou igrejas particulares que o concílio de Agde pretendia reduzir, em 506, a simples instalações com a função de oferecer conforto, três séculos depois acabaram por ser reconhecidas como paróquias. É contra uma nova geração de capelas marginais que se levantam os bispos contemporâneos de Carlos Magno. Tornado efetivamente obrigatório em 779 pela capitular de Herstal, para compensar as espoliações sofridas pelas igrejas no tempo de Carlos Martel, o dízimo, agora generalizado, introduz um novo argumento: cumpre não dispersar os beneficiários, que deviam ser em primeiro lugar os curas rurais, mui parcamente providos de terras pela generosidade espontânea dos leigos ricos. O dízimo é, pois, se isso se revela mais cômodo, coletado pelos que servem as capelas marginais, mas levado por eles ao cura da paróquia. O pagamento do dízimo contribuirá, em larga medida, para fixar, entre o século IX e o século X, os limites das paróquias: cada fiel deve saber a quem pagar.

Não nos devemos esquecer das casas de caridade. Os bispos e os abades da época precedente pouco a pouco foram assumindo tarefas que, em nome da ordem pública, cabiam aos prefeitos do Baixo Império: a hospitalidade e os cuidados que se deviam dispensar aos enfermos e aos viajantes. O rei lhes lembra que o Evangelho faz disso uma obrigação sua (de bispos e abades). Nem todas as determinações da *Admonitio generalis* de 789 serão cumpridas, mas esta sim: dentro de alguns anos, as casas de caridade se multiplicam nas cidades e ao longo dos caminhos. Começa-se a chegar a um acordo para uma divisão dos encargos, que será consignado em 816 pelo concílio de Aix: cabe ao bispo dar ou construir o edifício, e o clero encarrega-se de seu serviço. Nos monastérios, as tarefas ainda são divididas igualmente.

A planta de Sankt Gallen (em francês, Saint-Gall), de que falaremos mais adiante (ver p. 447), irá bastante longe na organização espacial dessa função de hospitalidade: bem distintos dos alojamentos dos monges, dos noviços, dos monges que estão de passagem e dos domésticos, não menos distintos das instalações onde se recebem os hóspedes especiais, leigos ou eclesiásticos, há um asilo para os

peregrinos e para os pobres, com uma enfermaria, um banheiro, uma cozinha, uma padaria e uma cervejaria especialmente para servi-los. Essa planta ideal é a de uma grande abadia, estabelecida em campo raso. Na cidade, o espaço é mais restrito, e os pobres e doentes são em número maior que o dos viajantes e peregrinos. Mais do que dar-lhes abrigo, é necessário cuidar deles. A enfermaria tem, pois, seu lugar nas atribuições do bispo — já se trata do Hôtel-Dieu, próximo à catedral — assim como nos monastérios estabelecidos às portas da cidade. Além disso, há na cidade fundações pias que se dedicam especialmente a cuidar dos enfermos. Seu patrimônio é bem distinto do das igrejas. Esses "hospitais" irão se multiplicar ao longo de toda a Idade Média. Sua fundação será, muito antes da dos colégios para os estudantes pobres nas cidades que tinham universidade, o principal objeto da generosidade dos fiéis desejosos de individualizar sua caridade para deixar um nome.

Apesar de tantos concílios e de tantos sermões, Carlos Magno sabe que ainda precisa fazer a reforma da Igreja, na verdade a reforma do clero. Pela lista das recomendações aos *missi* que figuram nas capitulares, vê-se bem o que não está funcionando a contento. Os bispos e os abades se preocupam em fazer fortuna, os clérigos não obedecem aos bispos, toda essa gente mantém concubinas, quase não se lê a Bíblia. Os monges não observam a regra. Os bispos não cuidam satisfatoriamente da disciplina. E ninguém se opõe às vocações forçadas das crianças — meninos e meninas — a quem os pais obrigam a entrar na religião para delas se livrarem; ninguém se opõe às falsas vocações dos homens livres que — disso já padecia o Império romano — também encontram um meio de furtar-se ao imposto e ao serviço militar, e tampouco às vocações dos servos que se insinuam no clero para assim alcançarem a liberdade. Por várias vezes, no fim do reinado, o imperador resume tudo numa acusação: os clérigos se imiscuem nos "assuntos seculares". Assim fazendo, ele esquece que nomeou abades leigos e utilizou largamente os préstimos de seus bispos para o bom governo e a administração do reino.

Porque as instruções do rei às vezes são contraditórias. Concílio após concílio e capitular após capitular, vê-se Carlos lembrar aos bispos de que têm que cuidar do espiritual, em vez de dedicar seu tempo e seu talento às coisas deste mundo. Mas é o próprio Carlos, assim como seu pai, Pepino, o Breve, que atribui ou deixa a cargo dos bispos muitas funções de interesse público em situação de vacância desde a ruína do sistema administrativo do Baixo Império e que, na falta de

uma instrução suficiente e de colaboradores competentes, os condes não assumem, como seria de se esperar. Quando se trata de algo fora do domínio da justiça e do exército, procura-se naturalmente o bispo: ele cuida para que a população seja abastecida, controla os pesos e medidas, organiza os mercados, preocupa-se com a salubridade. Já se falou do ensino. Não deve causar espanto constatar que, quando chega a época da insegurança provocada pelos ataques normandos, o bispo, juntamente com o conde, se torna responsável pela defesa. Da época de Átila à dos *vikings*, a reação dos bispos e da população é a mesma: o bispo cuida do bem comum da cidade, e este não pode ser objeto de divisão.

A regra de São Bento

Mas é dos monastérios que parte o verdadeiro movimento de evangelização que, em dois ou três séculos, fará a cristianização da França dos rincões, a parte da população que representa a mentalidade mais permanente da cultura francesa. A edificação de paróquias rurais, à época dos arroteamentos, será conseqüência disso, e não sua causa. Existem, por volta de 800, cerca de 650 monastérios no império de Carlos Magno. Alguns, como vimos, são muito antigos e, fortalecidos pela proteção real e também pela designação de abades francos, que lhes garante o patrocínio do rei, às vezes se tornaram, graças ao seu peso econômico e à sua influência intelectual, pontos de apoio da dominação franca nos territórios que acabam de ser incorporados ao reino. É o que acontece na Itália e sobretudo na Aquitânia. Outros monastérios são mais recentes, como o de Aniana, fundado em 782 pelo monge de Gellone, que para a posteridade viria a ser conhecido pelo nome de São Bento de Aniana, ou o de Conques, fundado em 800 pelo rei Luís da Aquitânia. Muitos, nas terras em processo de evangelização ou nas fronteiras destas, são, como Prüm e Corvey, de fundação real, ou beneficiam-se da generosidade de Carlos Magno, como é o caso de Fulda.

O que caracteriza um monastério é o fato de este seguir uma regra. Não fica determinado que essa regra deva ser adotada textual e integralmente. No mais das vezes, o monastério segue uma regra "mista", o que quer dizer que inicialmente o fundador, e em seguida os monges, adotam, para organizar a vida comum, um conjunto de disposições, uma parte das quais — de proporções bem diferentes de um para outro monastério — normalmente é inspirada numa das regras

conhecidas e difundidas. No tempo de Carlos Magno, ninguém ignora mais a regra de São Bento, e ela está presente em muitas das constituições monásticas. Não se poderia dizer que ela é a regra dos monastérios. Cada um tem a sua.

A regra de São Bento de modo algum foi concebida para garantir a unidade do monacato franco. Elaborada no Monte Cassino na década de 530 pelo fundador, o monge Bento de Núrsia, a *Regra dos monastérios* só é adotada, à época da morte de seu autor, por volta de 547, por alguns outros monastérios, como Terracina e Subiaco, também este fundado pelo abade Bento. O que garante a boa aceitação da regra é sua perfeita adequação às aspirações religiosas do Ocidente. Longe das severas asceses do monacato irlandês, longe, igualmente, do eremitismo que continua a marcar profundamente os monacatos de origem oriental e suas transposições ocidentais, o monacato beneditino é feito de equilíbrio, de independência espiritual, de sabedoria econômica.

Estiolam-se, assim, formas de vida religiosa notoriamente importadas, como as que se materializam na regra de Lérins, na de Cassiano de Marselha ou na de Cesário de Arles — largamente inspirada na de Lérins — por um lado, e na de Colombano, de outro. O que se desenvolve é o monacato segundo São Bento, que se difunde primeiro pela adesão dos monastérios antigos: como foi o caso, em 747, de Sankt Gallen. Mais importante, os novos monastérios são quase todos organizados desde seu início segundo os princípios definidos pela regra beneditina. Foi o próprio Bonifácio que, em 748, enviou seu discípulo Sturm a Roma para que ele estudasse a regra de São Bento e a aplicasse em sua nova abadia de Fulda.

Os princípios são simples: eles se atêm a uma divisão do tempo em três terços, um para a prece litúrgica comum e a meditação solitária, um para o trabalho manual, um para o trabalho intelectual. Assim, a regra garante a retidão da fé por meio de um canto coletivo do ofício divino, com a riqueza de suas salmodias e de suas leituras da Bíblia. Garante ao monastério uma independência material baseada não na mendicância, mas na exploração de seus bens, devidos à generosidade dos fundadores leigos e dos que fazem doações posteriores. Estimulando a leitura e a cópia dos manuscritos, integra a vida monástica na renovação intelectual que será o Renascimento Carolíngio.

Alguns centros de espiritualidade se destacam, no mais das vezes, com o apoio do poder temporal, principalmente o do rei franco. Portanto, as personalidades fortes da reforma monástica são, também, as do renascimento intelectual na corte do rei Carlos. Autor de uma *Concórdia*

das regras, um Bento de Aniana — que não por acaso mudou seu nome Vitiza — empenha-se tanto em convencer as comunidades da Septimânia a adotar a regra de São Bento como em incitar Carlos Magno a torná-la obrigatória, o que o imperador ainda hesita em fazer em 811, observando que São Martinho foi monge "bem antes de São Bento" e pedindo ao seu clero que responda: sob que regra viviam os monges antes de São Bento?

Em junho de 813, a eventual adoção da regra de São Bento por todos os monastérios está na ordem do dia dos cinco concílios reunidos simultaneamente no reino franco. Em Mogúncia, ainda se hesita antes de definir a regra como a norma única da vida conventual. Em Reims, o concílio se contenta em ler em voz alta o texto e decide deixar que cada abade o discuta depois com seus monges. Em Tours, a impressão que domina a assembléia, de forma incômoda, é a da deterioração das formas de vida monásticas. Será preciso lembrar aos bispos que eles são obrigados a garantir a subsistência do clero da catedral. Descobre-se que em muitos monastérios um grande número de monges não professa nenhuma regra. Em Chalon-sur-Saône, constata-se — e se faz registrar — que quase todos os monastérios desejam viver sob a regra de São Bento, mas nenhum explica por que não a adotou. De sua parte, o concílio de Arles coloca as coisas em outro plano: fortalecidos em sua posição pelos longos anos de existência da prática monástica em sua região, os abades dizem claramente que não desejam ver a hierarquia imiscuir-se em seus assuntos. Isso significa dizer que ninguém discute a excelência da regra beneditina, mas, por enquanto, nem todos os monastérios estão dispostos a aceitá-la. Quanto ao mérito, ninguém discute. Sobre a oportunidade, muita tergiversação. Os monges não gostam de ser perturbados, e o alinhamento lhes parece ainda menos desejável pelo fato de que seria imposto.

A ação de Bento de Aniana não resulta, pois, numa decisão geral. Ele realiza a reforma dos monastérios da França meridional um a um. A partir da Septimânia, suas reformas atingem o Loire no fim do reinado. Ele nada impõe, sabe convencer, e o monacato beneditino, como uma mancha de óleo, se espalha pelas regiões mais inclinadas à independência. As únicas decisões autoritárias são as do próprio Carlos Magno, que não quer saber de outra regra quando funda novos monastérios ou quando os restaura: devastada pelos sarracenos em 732, a velha fundação colombaniana de Luxeuil é restaurada pelo rei como monastério beneditino. O exemplo dado por Carlos Magno favoreceu em larga medida os pontos de vista de Bento de Aniana.

A obrigatoriedade da regra beneditina só será decretada, por Luís, o Piedoso, no concílio de Aix-la-Chapelle, em 816.

No curso do processo, Bento de Aniana modificou um pouco a regra, introduzindo, ao lado das tarefas definidas por Bento de Núrsia, uma missão apostólica: a pregação e a conversão dos pagãos. Para Bento de Aniana, o que não é necessário numa sociedade vista do Monte Cassino o é num reino franco encarado como um todo: converter as populações germânicas, e mesmo os campos do reino franco, é tão urgente como copiar os manuscritos.

Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a unidade decorre da convicção. Da Gótia, a ação de Bento de Aniana se estenderá a todo o reino franco. O monacato beneditino é *a priori* um fator de unidade do reino, e não sua conseqüência. Mas colocando os monastérios beneditinos sob a proteção do rei — trata-se do rei Luís, senhor nominal da Aquitânia —, Bento de Aniana faz que se furtem à autoridade dos bispos e lhes dá assim os meios de uma independência espiritual, e, ao mesmo tempo, uma coerência ao monacato ocidental.

Os monastérios muitas vezes criaram em seus domínios paróquias destinadas aos fiéis. Nelas os abades não faziam nada mais do que faziam os proprietários leigos. Nem é preciso insistir que essa independência das paróquias rurais não agrada nada aos bispos. Daí surgem muitos conflitos, que às vezes são levados ao rei. Assim, em 804, o concílio de Tegernsee assiste ao confronto do bispo de Freising e do abade de Tegernsee por causa de algumas terras e, principalmente, de treze igrejas batismais, que o abade reivindica como fundações de sua abadia. Carlos vê o risco que decorre de tal prática: o de uma hierarquia paralela no próprio seio da Igreja. É possível convencer os leigos de que não têm condições de julgar as qualidades de um pároco. É mais difícil usar essa linguagem com os abades. O rei atém-se, pois, a uma doutrina relativamente simples: as dioceses compreendem todos os lugares de culto oferecidos aos fiéis, os monges têm seu lugar no convento. Nas regiões germânicas recém-convertidas, como a Baviera e, principalmente, a Saxônia, onde ninguém pode alegar o caráter antigo de suas fundações, Carlos simplesmente abole essas paróquias monásticas e coloca esses lugares de culto, assim como seus curas, sob a autoridade dos bispos.

Sensível ao papel espiritual dos monastérios, Carlos Magno não o é menos ao respeito à hierarquia indispensável à manutenção de sua autoridade sobre as igrejas. Nessa questão das paróquias monásticas, o que mais importa é a unidade do reino.

CAPÍTULO XVI

O RENASCIMENTO CAROLÍNGIO

QUE RESTA DA CULTURA DA ANTIGÜIDADE?

Fora do reino franco, três centros culturais preservam a herança greco-romana da Europa ocidental: a Itália, a Espanha, a Inglaterra e a Irlanda.

Ao lado da Bíblia, dos escritos dos Padres da Igreja e dos indispensáveis livros litúrgicos que são os lecionários, os saltérios e os sacramentários, a Itália conserva, nas bibliotecas dos estabelecimentos religiosos — e, entre outras, na do papa, em Latrão —, muitos textos da Antigüidade clássica. Eles só são consultados por alguns clérigos, mas haverão de ter um papel essencial quando começarem a chegar pedidos de cópias, vindos de todo o Ocidente. As igrejas anglo-saxônicas serão suas maiores beneficiárias.

Roma nada tem de uma capital intelectual. Mas conta com papas letrados, os monges dos monastérios gregos introduzem textos desconhecidos até então, e os clérigos do *entourage* pontifical animam ao mesmo tempo o *scriptorium* de Latrão e uma verdadeira escola de canto sacro e de poesia litúrgica, a *scola cantorum*, amplamente inspirada nos exemplos bizantinos. Boa parte da rica biblioteca — mais de cem volumes — reunida no século VI no monastério calabrês de Vivarium pelo genuíno aristocrata romano que era Cassiodoro foi salva da dispersão pelos papas, e foi graças a essas aquisições que a biblioteca de Latrão se fez tão rica em manuscritos da Antigüidade clássica e cristã. Um papa como Paulo I, irmão e sucessor, em 757, de Estêvão II, acha por bem enviar livros gregos como presente a Pepino, o Breve. Isso significa que ele dispõe de um certo número deles em sua biblioteca e que lhes dá valor. Na mesma época, peregrinos que vêm de Roma trazem para Saint-Denis diversos textos da Antigüidade clássica.

Lembremo-nos do bispo bizantino Georges, que veio de Roma com Estêvão II e permaneceu no reino franco até sua morte, em 798. Georges é um letrado; ele desenvolve em Amiens e no monastério vizinho, Corbie, um centro de cultura grega. Teria sido ele próprio o autor da tradução, para o latim, de uma história universal alexandrina? De qualquer modo, a facilidade com que se lhe atribui esse trabalho mostra que seu papel intelectual se manteve vivo na memória.

A partir de 568, a invasão lombarda paralisou os centros religiosos da Itália setentrional e central. A deserção dos monastérios estende-se para bem além de Roma: o próprio Monte Cassino foi abandonado em 580. Os monastérios que subsistem são sempre centros de vida ascética, que em geral adotam a regra de São Bento. Já não são centros de difusão intelectual. O que se ensina nas escolas monásticas é a regra, e sobretudo a regra.

A vida recomeça, porém, já no início do século VIII, num reino e em ducados lombardos onde se percebem os ganhos que advêm do prestígio intelectual. Depois de 750, ressurgem centros de vida cultural. Os principais são, junto com Monte Cassino, restaurado na década de 720, Farfa, a norte de Roma, São Vicente de Volturno, ao sul e, em plena Lombardia, Bobbio, uma velha fundação irlandesa em que volta a florescer a cultura clássica. O *scriptorium* de Bobbio fornece textos para muitas escolas por toda a Europa cristã.

Viaja-se muito. Os clérigos do reino franco e da Inglaterra anglo-saxônica comprazem-se em passar longas temporadas tanto em Bobbio como no Monte Cassino. Os monges que deixaram a Aquitânia para fugir das incursões militares dos prefeitos do Palácio encontram refúgio em Farfa. Vê-se em Monte Cassino um monge de Walthan, em Wessex, Willibald, que viria a ser um dos principais colaboradores de Bonifácio e que terminará sendo bispo de Eichstätt. Mais tarde, é um lombardo, Paul Warnfried, que chega para estudar em Monte Cassino em 774. Logo será chamado de Paulo, o Diácono. Por volta do final do século, começa a adquirir fama Nonantola, no Pó.

Desde o fim do século VII, um interesse dinâmico pelas letras e pelas artes faz da capital lombarda, Pavia, que está sempre em contato com a abadia de Bobbio, o centro de uma cultura em que se mesclam as tradições bárbaras — são conhecidos os ricos trabalhos de ourivesaria do tesouro real, atualmente em Monza — e a herança clássica reivindicada tanto por interesse político como por necessidade de assimilação. Clérigos ensinam a gramática e um pouco de direito, esse direito que se torna necessário quando da modernização da lei dos

lombardos e da organização de uma máquina administrativa à romana. O gosto pelas letras chega mesmo às disciplinas sem interesse prático, e fazem-se algumas experiências com poesia no círculo, sem dúvida restrito, dos letrados da corte de Pavia, que são principalmente os clérigos e diáconos da escola episcopal. Compõem-se inscrições para os monumentos, escrevem-se poemas para celebrar os grandes feitos dos reis lombardos. A corte recebe visitantes. O futuro Bonifácio é um deles. Pepino, o Breve, que recebeu uma certa instrução em Saint-Denis, freqüenta em 756 o meio literário de Pavia e o aprecia. Em seguida, se pode encontrar aí Paulo, o Diácono.

Nas cidades italianas, principalmente na Toscana e na Lombardia, onde a vida urbana e as atividades econômicas se revitalizam e onde os notários têm um papel essencial na vida social, as escolas leigas da Antigüidade desapareceram, mas ainda existem preceptores particulares e algumas escolas urbanas à sombra das catedrais, escolas organizadas principalmente para formar esses notários, assim como copistas e mesmo simples clérigos. Em Roma existem escolas desse tipo. Nelas as crianças aprendem a gramática e o cômputo eclesiástico. Ou seja, em todas as escolas ensina-se principalmente o que pode ser útil na prática, e na prática dos clérigos. Às vezes, porém, se vai além disso, e no *entourage* do bispo de Milão as pessoas se dedicam prazerosamente à poesia. Considerar isso cultura seria abusivo, mas essas escolas conservam a própria idéia da instrução pública. Ela fará seu caminho.

A Espanha visigótica goza de uma unidade política que falta à Itália e que garante uma paz relativa. Em Sevilha, em Saragoça, em Toledo, ainda se cultivam, por muito tempo mais, as letras latinas. Foi o bispo de Sevilha, Isidoro (falecido em 636), quem compilou em suas *Etimologias* uma enciclopédia dos conhecimentos adquiridos pelos gregos e pelos romanos e fez o balanço das "autoridades" que se invocam na defesa da fé. Ele dirige uma revisão dos cânones conciliares que regem a vida da Igreja. Comentador da Bíblia, fino analista das alegorias da história sagrada e da história profana, Isidoro não se interessa menos por matemática, geografia e cosmografia. Sua obra servirá de base a todas as tentativas feitas na Idade Média para conhecer o mundo no espaço e no tempo. Mas, é bom que se diga, ela não passa de um catálogo, raramente enriquecido com um comentário pessoal. A cultura visigótica é surpreendentemente rica daquilo que recebeu. Ela praticamente não se renova.

A conquista árabe perturbou a unidade política, mas — enquanto os reinos cristãos da Espanha não sonham com a Reconquista dos

territórios dominados pelos árabes, que começará de fato três séculos depois — a paz se restabelece rápido e a Espanha se mostra rica de uma diversidade étnica que dá à civilização moçárabe seus caracteres próprios. País das três religiões — cristã, judaica e muçulmana — onde se combinam os aportes culturais, a Espanha experimenta uma vida intelectual intensa, cujo principal centro é Córdoba. No século VIII, o Ocidente cristão ainda é mal-informado e não se mostra muito sensível a essa civilização sincrética que começa a se formar na península. A Espanha desempenhará um papel bastante modesto no Renascimento Carolígio, mas é do crisol judeu-islâmico da Espanha, capaz de alimentar a tradução para o latim de tantas obras gregas e árabes, que ressurgirá, desde o século X, a prática dos estudos filosóficos e científicos na Europa ocidental.

Nesse século VIII, o futuro da cultura ocidental se encontra, paradoxalmente, nas ilhas britânicas. O fato de a evangelização muito recente ter sido dirigida diretamente de Roma, e levada a efeito por monges italianos, poupou à Inglaterra e à Irlanda a debilitação do pensamento que, no continente, resultou da sucessão de intermediários.

O monacato celta exerceu sua influência sobre o continente durante todo o século VII. Entre os primeiros missionários vindos com Colombano, ou depois dele, e os monges que continuam a vir povoar os novos monastérios da Germânia, há uma corrente permanente de intercâmbio intelectual que irriga o mundo franco. As escolas de Caldy, no país de Gales, de Bangor e de Lismore, na Irlanda, atraem professores e alunos. Mas o monacato irlandês continua sendo, mesmo depois de Colombano, mais ascético do que literário.

É principalmente por meio do monacato anglo-saxônico, profundamente marcado por suas origens romanas, que a herança latina vai nutrir o continente até o século VIII. Com efeito, monges enviados pelo papa para reorganizar a Igreja da Inglaterra chegaram, em 669, ao reino de Kent, no extremo sudeste da Inglaterra, trazendo livros da Itália. Revitalizando o *scriptorium* de Cantuária, promoveram a multiplicação das cópias. Os letrados e as escolas logo começam a tirar proveito destas. Ensina-se aritmética, astronomia, cômputo eclesiástico, medicina, além de métrica e exegese, e até o grego. Também neste caso é preciso cuidado com as palavras: saber um pouco de grego não é saber grego, e muito menos cultivar as letras gregas.

Embora a ligação com Roma seja decisiva em Kent, é a influência da cultura irlandesa que dá o tom da vida intelectual dos estabelecimentos eclesiásticos da vizinha Wessex. Em Malmesbury, na costa norte,



face ao país de Gales, em Exeter e em Nurthling, na costa sul, as bibliotecas já são ricas e se recebem de bom grado professores e alunos irlandeses. Por outro lado, os anglo-saxões vão à Irlanda completar sua formação. Willibrord é um dos que atravessaram o mar da Irlanda para acompanhar, em Rathellsigi, os ensinamentos de Egberto. Nas escolas de Wessex, pois, há grande receptividade ao estilo erudito, que é a forma perfeita do classicismo tal como a Irlanda o recriou, recebendo a herança da latinidade. Pratica-se, à porfia, a alusão mitológica. Há um gosto pelas construções elaboradas, de uma poética refinada. O grego goza de grande prestígio, mais do que nas regiões diretamente marcadas pela influência italiana. As obras de Aldelmo, abade de Malmesbury, haveriam de ser lidas no continente durante todo o período carolíngio. Mas o monacato de Wessex deve também às suas raízes irlandesas a grande preocupação que tem com a vocação missionária. É em Exeter que o monge Winfrid estuda, na década de 690. Ele já gozava de grande reputação quando, em 719, deixou a Inglaterra pelo continente. Um dia haveria de se chamar Bonifácio.

Os monges não são os únicos. Os monastérios de mulheres não são menos atentos à formação intelectual. Monjas irlandesas mantêm correspondências literárias com os monastérios dos homens, verdadeiros centros de cultura eclesiástica. Os monastérios femininos praticam naturalmente o intercâmbio de livros. Sabe-se de uma monja irlandesa que ensina a poesia latina.

As escolas mais célebres da Inglaterra ficam no norte, na metade oriental da Nortúmbria. Em Wearmouth, em Jarrow, em Lindisfarne, em Ripon, em York, a cultura romana e a regra de São Bento irmanam-se para eliminar a influência irlandesa. Já no fim do século VII o fundador de Wearmouth e de Jarrow, Bento Biscop, trazia livros quando viajava para Roma, e entre estes, sem dúvida, um manuscrito do Apocalipse que iria ser copiado na Inglaterra até nas paredes das igrejas. Continua-se a importar livros, mas vêm também homens. O arquichantre João, grande personagem de Latrão, vem a Jarrow ensinar o canto litúrgico romano.

Embora Lindisfarne se distinga por uma forte adesão ao monacato ascético, ligado mais ao Oriente do que à Itália, em outros lugares o objeto de ensino, religioso ou não, é um classicismo simples e elegante. O latim dos antigos não constitui uma disciplina em si: ele é o meio por excelência da formulação dos conhecimentos e de sua transmissão. Mas quando os anglo-saxões retomam contato, sistematicamente, com uma parte da literatura clássica, nem eles nem os italianos e os espanhóis

a consideram como um fruto tardio e insípido da tradição da Antigüidade: ela é uma fonte, totalmente estranha à sua própria tradição, de conhecimento dos textos sagrados e de seu ambiente profano. Ainda que se retome, por volta de 700, a prática da iluminura, o *scriptorium* não será concebido como um luxo ou uma fonte de prestígio: ele é um instrumento de trabalho e uma forma de difusão intelectual.

Nas escolas não se cultiva, pois, a cultura clássica enquanto tal, e os clérigos não sabem o que fazer com a maioria das disciplinas classificadas, a partir do século V, entre as "artes liberais". Do *trivium* — as "três vias" dos meios de raciocínio e de expressão — mantém-se principalmente a gramática, que é o meio de ensinar e de escrever com precisão e clareza. A obra de Donato, um gramático do século IV, continua sendo a base essencial e em geral suficiente desse ensino. Às vezes este é completado com as *Núpcias de filologia e de Mercúrio*, de um compilador do século V, Martianus Capella. Diversos glossários facilitam a aprendizagem do vocabulário latino por esses anglo-saxões cuja língua materna não é um falar românico e que, ao contrário daqueles que vivem em países de língua românica do continente, não podem ter um conhecimento intuitivo de suas raízes. Retórica e dialética são consideradas como meios da filosofia pagã e percebem-se os riscos de heresia ligados à racionalidade da dialética. O conjunto daquilo que formará a lógica limita-se, no melhor dos casos, à leitura de passagens tomadas de *A consolação da filosofia*, principal obra, escrita em 523-525, de um grande aristocrata romano, o filósofo Boécio.

Quanto ao *quadrivium* dos meios de conhecimento, dele praticamente só se mantém aquilo que é útil à vida cristã: a aritmética e o cômputo eclesiástico, que permite estabelecer o calendário e fixar sem erro a data da Páscoa. Naturalmente, pouca importância se dá à poesia, mas a métrica é essencial para a composição e execução dos hinos litúrgicos. Da Bíblia e da liturgia, que levam diretamente à gramática e ao cômputo eclesiástico, passa-se, contudo, ao direito canônico, à história, à cronologia, à geografia, à astronomia. Essa nova cultura, orientada totalmente para a ciência sagrada, para as necessidades do culto e da pregação, estimula uma curiosidade intelectual pura que se abre, de forma decisiva, para o pensamento profano, sem as reservas que existem nos países de influência latina mais antiga, obrigados a opor as duas culturas para evitar as ambigüidades.

Nas primeiras décadas do século VIII, o mestre mais renomado é o monge Beda, que mais tarde viria a ser chamado Beda, o Venerável. Tendo sido aluno de Bento Biscop em Wearmouth, ele domina com

sua ciência e com sua personalidade a escola de Jarrow. É lá que, preocupado em fazer, para o mundo saxão, um inventário dos conhecimentos legados pela Antigüidade análogo ao *Etimologias*, de Isidoro de Sevilha, ele compõe uma obra de notável diversidade, que reúne uma *História eclesiástica dos povos ingleses*, concluída em 731, um tratado *Da natureza das coisas*, assim como uma revisão da gramática de Donato, alguns tratados de ortografia, de métrica, de retórica e de cômputo eclesiástico, além de compilações de citações úteis aos pregadores — todas essas obras destinadas a formar os clérigos ingleses nas disciplinas da latinidade clássica, na medida em que servem para a compreensão das verdades reveladas e para a exegese dos textos bíblicos.

Voltemo-nos agora para York. Quando Elberto, diretor da escola, se tornou bispo, um de seus alunos o sucedeu. Nascido por volta de 730, bem cedo o jovem entrou na escola episcopal. Quando se tornou diretor, passou a desfrutar de uma biblioteca de cuja riqueza terá saudades mesmo quando já for abade de Saint-Martin de Tours. Em 778, em plena maturidade e já famoso pela elevação de seu pensamento e pela grandeza de sua ciência, chega ao continente, para ficar definitivamente. Ele se prepara para redigir um programa de ensino para as abadias do reino franco; inicialmente, foi para organizar o ensino em todo o reino que o rei o chamou. O objetivo primeiro de sua viagem era Roma. Em Parma, em 781, encontrou o rei dos francos. Isso dará uma orientação totalmente nova à sua viagem. Ele se chama Alcuíno.

Quando Carlos Magno conheceu Alcuíno? Uma simples frase em *Vida de Alcuíno* nos revela que em Parma o monge anglo-saxão não era um desconhecido para o rei. Carlos Magno o conhecia, diz o biógrafo, "porque o monge já tinha sido mandado ao seu encontro por seu mestre". Ora, o *Liber pontificalis*, que fala da embaixada enviada por Carlos a Roma em 773, menciona um certo Albuinus, qualificado de *deliciosus* do rei. Traduzir *deliciosus* já constitui um problema. Favorito? Encarregado da diversão? De qualquer modo, esse Albuinus não é nem um bispo, nem um abade, nem um conde, do contrário o *Liber pontificalis* não deixaria de mencioná-lo. O cubicular (alto funcionário) Albin(o), que encontramos em 799 na corte pontifical entre os fiéis do papa, não podia ser, em 773, o embaixador do rei franco. Além disso, nenhum outro texto menciona um Albuíno no *entourage* de Carlos, ao passo que, como também sabemos, Alcuíno se fará chamar de bom grado Albinus.

Se o embaixador de 773 é mesmo Alcuíno, é força concluir que este não está fazendo sua primeira viagem ao continente, que ele já esteve na corte do rei franco por recomendação do bispo Elberto, que já teve tempo e oportunidade de se fazer apreciar por Carlos e que este considerou proveitoso enviá-lo a Roma para ajudar na avaliação da situação.

A missão de 773 seria um mero episódio, mas a viagem de 778 e o reencontro de Parma decidem um destino. Carlos retém Alcuíno consigo. No ano seguinte, o monge está em Aix-la-Chapelle, onde assume, por quase vinte anos, a direção da escola palatina.

Primórdios no reino franco

A cultura antiga, dos filósofos e dos reitores, em boa parte desapareceu na Gália franca, levando consigo a cultura cristã, a dos Padres da Igreja. Dado que boa parte do clero diocesano da época da dinastia de Pepino já não sabia ler, ninguém mais transmite aos leigos o pensamento de Boécio. Essa perspectiva, aliás, está muito distante: apesar da permanência de um ensino particular nas famílias aristocráticas, o número de leigos capazes de assinar o próprio nome diminui cada vez mais. Assina-se com uma cruz. Naturalmente, os leigos são cada vez mais raros na administração real, e os clérigos, que começavam a aparecer no século VII, nela ocupam todos os cargos depois da década de 700. Pepino de Herstal sabia escrever um pouco, mas seu filho Carlos Martel é absolutamente iletrado. No máximo, sabe assinar o nome. Ele sofre com isso, se faz cercar de alguns intelectuais, recorre sempre ao parecer dos juristas e cuida para que seus filhos sejam instruídos. Pepino, o Breve, ex-aluno dos monges de Saint-Denis, faz vir para sua corte, ou nela procura reter, letrados italianos ou irlandeses, e tomará para sua chancelaria os clérigos mais capazes de redigir de forma satisfatória: é então que o latim dos decretos reais começa a melhorar.

Não é porque o notário agora é um clérigo que se pode falar de uma cultura dos clérigos. Os próprios notários dão apenas um exemplo medíocre: até meados do século VIII, a língua dos documentos privados tem uma relação muito longínqua com o latim clássico. Incapazes de formular eles próprios o conteúdo de seus documentos, recopiam os formulários que proliferaram desde um século antes: as *Fórmulas angevinas* datam da segunda metade da década de 570, e as *Fórmulas arvernas*, assim como as de Tours e de Bourges, são da

primeira metade do século VIII. O monge Marculfo, que sem dúvida trabalha em Saint-Denis, compila por volta de 650 as *Fórmulas*, um apanhado de 37 modelos de diplomas reais e 52 modelos de documentos privados que, muitas vezes copiados, têm uso corrente na chancelaria de Pepino, o Breve. As *Fórmulas* ainda seriam usadas na de Carlos Magno, onde não se deixará de atualizá-las. De alto a baixo na hierarquia, a maioria dos clérigos tem pouca instrução, quando não são absolutamente ignorantes. Os que sabem ler são exceção, e seu latim é fortemente corrompido pela língua falada.

A cultura dos leigos não se deteriorou menos. Isso se deu pela lenta mudança que, a partir do século VI, fez chegar ao mais alto escalão da sociedade uma aristocracia franca de caráter militar fortemente acentuado, uma aristocracia de vassalos do rei que acabara de suplantar a velha aristocracia galo-romana composta de proprietários muito orgulhosos de suas origens senatoriais; origens que, em muitos casos, são com certeza puramente mitológicas e traduzem-se em comportamentos em que há lugar para a vida espiritual. Essa velha aristocracia, cujos principais representantes foram, no século IV, um Ausônio, e no século V um Sidônio Apolinário ou um Santo Avito, essa aristocracia que gostava de escrever e ler cartas e poemas ainda deu à Gália já franca uma boa parte de seu episcopado, seu Gregório de Tours, seu Elói, seu Ouen. No século VII, ela terminou por desaparecer.

As novas estirpes dominantes, as dos descendentes de Pepino, de Arnulfo e de seus protegidos e vassalos, tinham para com a cultura apenas aquela pequena deferência que convém manifestar em relação aos monges. Em outras palavras, a cultura se reduz a observar a vida religiosa. Para os poderosos, ela já não é mais um sinal de superioridade. Para os governantes, no momento em que se fazem as assembléias do campo de março e do campo de maio, ela é apenas um instrumento de comunicação. E quando se trata de prestígio, ela não pode se comparar à conquista de novos territórios. Como essa aristocracia franca é a mesma que se apossa dos domínios eclesiásticos, sua ascensão social se faz acompanhar de uma diminuição do poder econômico das igrejas, e, portanto, de uma redução de suas atividades consideradas não essenciais.

Não obstante, os monastérios guardam a memória da Gália franca. A partir do fim do século VII volta a manifestar-se um certo gosto pelas letras. Não apenas se fazem leituras e citações do legado da cultura greco-romana deixado pelo excelente compilador Isidoro de Sevilha, mas também se vai diretamente às fontes. Cumpre notar a localização irregular desses centros culturais. Sofrendo as devastações relacionadas

às incursões árabes e às campanhas dos soberanos da dinastia de Pepino, as regiões antes fortemente romanizadas e dominadas por uma aristocracia senatorial ligada a suas tradições culturais, como a Aquitânia, a Provença e a Borgonha, perderam os letrados que nelas ainda eram relativamente numerosos apenas um século antes. Naturalmente, há algumas exceções entre os monges. Boécio e Aristóteles foram lidos em Lyon, César e Virgílio nos monastérios de Auvergne, e Ovídio em Rouergue.

Mas é na Gália do Norte, na Nêustria e na Austrásia, que encontramos os principais centros de cultura monástica, os únicos de que podemos falar. Os *scriptoria* ativos depois de 700 ficam na Nêustria. Em Corbie, em Fontenelle (Saint-Wandrille), em Chelles, em Saint-Denis, em Meaux, em Saint-Jean de Laon, em Fleury-sur-Loire (Saint-Benoît-sur-Loire), em Saint-Martin de Tours colecionam-se manuscritos mandados vir de Roma ou de Bobbio, e mesmo da Irlanda, quando não da Espanha. Pode-se ler Tito Lívio em Corbie e em Tours. E a oficina de Saint-Martin pode, para a decoração de suas produções, tomar como modelo uma Bíblia romana certamente copiada no século V para o papa Leão, o Grande (atualmente desaparecida). É possível também que em Tours já se disponha do espantoso *Pentateuco Ashburnham* — que recebeu o nome de um colecionador do século XIX —, provavelmente composto na África do norte ou na Espanha antes da invasão árabe, tendo ficado num *scriptorium* austrasiano antes de ser levado para Tours (Paris, BNF — Biblioteca Nacional da França). Saint-Denis não está parada: a abadia possui, entre outras coisas, dois dos mais célebres manuscritos iluminados de Virgílio, o *Augusteus* e o *Romanus*, ambos do século V (atualmente na Biblioteca do Vaticano).

Esses manuscritos são recopiados. Muitas vezes, são ornados com iluminuras onde se revela a influência tanto do estilo decorativo oriental, conhecido principalmente pelos trabalhos em tecidos, como da compaginação irlandesa. Escrevem-se novos textos, especialmente vidas de santos. Criam-se bibliotecas. Em Saint-Wandrille, em meados do século VIII, faz-se um levantamento dos livros da abadia, e entre eles encontra-se um tratado de aritmética. Mesmo não podendo rivalizar com as bibliotecas dos monastérios anglo-saxões, tudo isso denota uma certa curiosidade por algo que não a Bíblia, à qual se atinham a cultura e o interesse literários de um Colombano. Cultura de conservação, porém, mais do que cultura de criação. Nem por isso ela deixará de ser o fermento de uma atividade intelectual contínua, que prepara os monges para o papel que lhes haveria de destinar Carlos Magno.

A cultura também atinge os monastérios femininos. Neles existem algumas abadessas anglo-saxônicas. A abadessa Gertrudes, filha de um prefeito de Palácio da Austrásia, consegue em Roma novos manuscritos para o monastério de Nivelles, que os soberanos da dinastia de Pepino acabavam de fundar. Em Laon, uma mulher assina na margem da cópia de um manuscrito de Isidoro de Sevilha. Em Valenciennes, as monjas dedicam-se à cópia e às iluminuras. Muito se falará do papel de Chelles no tempo da abadessa Gisele, mas Chelles é cria de Jouarre, e tanto a arquitetura como a escultura revelam bem o cuidado com a qualidade artística que tinham nos tempos merovíngios as monjas de Jouarre.

Convém falar também do papel que tiveram na conservação dos fundamentos da cultura os monastérios fundados pelos primeiros missionários nas regiões germânicas: neles, os jovens monges são formados nas disciplinas de base, ponto de partida para todo o estudo das ciências sagradas. Os fundadores, e principalmente o letrado Bonifácio, cuidaram para que esses monastérios fossem também centros de formação para novos missionários chamados a pregar o Evangelho e portanto a argumentar contra os pagãos. Em Reichenau e em Fulda, em Utrecht e em Murbach, aprende-se, antes de 750, a ler e comentar os textos sagrados, da Bíblia às preces litúrgicas. Mas não nos enganemos: a cultura pára nos limites do sagrado. Nessas abadias germânicas não se trata, de forma alguma, da cultura clássica e leiga. O que se faz vir da Itália são livros da Bíblia, os comentários dos Padres da Igreja, as cartas de Gregório, o Grande, ou as homilias de Cesário de Arles. A gramática só figura aqui como um instrumento para a exegese e para a pregação. Alguns poemas de circunstância não mudam em nada a situação: lê-se, comenta-se, copia-se, mas quase não se escreve.

A Germânia meridional, que conta com muitos monges irlandeses e anglo-saxões, mantém relações com a Itália. Nela se conservam alguns resquícios da romanidade. A diocese de Chur e a abadia de Sankt Gallen estão em contato principalmente com os centros culturais do norte da Itália. Na Baviera, ainda são monges irlandeses e anglo-saxões que animam as abadias fundadas pelos duques da família dos agilulfianos. Essas regiões de contato haveriam de ter um papel importante no Renascimento Carolíngio.

O Renascimento

Não é em um dia que um renascimento dá seus frutos. Como acabamos de ver, ainda seria preciso que o ensino, na primeira metade do século VIII e ainda no tempo de Carlos Magno, se afeiçoasse a um classicismo bem assimilado. A cultura, que continua sendo apanágio dos clérigos, é em grande medida clerical. Alcuíno, quando ainda era um jovem monge, se fazia notar por preferir a leitura de Virgílio à leitura dos Salmos. Além das ciências sagradas, privilegia-se o que é útil à pregação e à vida cultural, e o próprio Alcuíno, preocupado com uma bela linguagem porque é a mais adequada para persuadir, e pedagogo convencido da importância da gramática e da retórica, recusa a terceira via do *trivium*, a dialética, considerando que ela traz o risco de levar o pensamento cristão à heresia de um compromisso com a metafísica da Antigüidade. Alcuíno procura evitar o gosto que por ela têm os Escotos da Irlanda. A Revelação, para ele, não se manifesta através de silogismos.

Ganha terreno, porém, a idéia de uma cultura clássica e leiga que supera em riqueza a cultura exegética e litúrgica. Passou-se de uma simples busca da correção estilística a uma necessidade de elegância, e de uma literatura sagrada a uma literatura profana não incompatível com as verdades da Revelação. Em suma, tem início o verdadeiro Renascimento. A maioria dos que citam Plínio ou Virgílio ainda o fazem — como o farão durante toda a Idade Média os estudantes adeptos da lei do menor esforço — a partir de compilações e de florilégios. O tempo de Carlos Magno é apenas o das iniciativas, das perspectivas a longo prazo, das curtas realizações imediatas. Só mais tarde, à época de Lotário e de Carlos, o Calvo, se poderão ver os verdadeiros frutos do Renascimento Carolíngio.

Não obstante, o movimento que haverá de orientar os espíritos para uma cultura renovada pela descoberta do classicismo greco-latino já está bem encaminhado quando o futuro Carlos Magno se torna rei. Carlos nada tem a ver com a formação intelectual dos Alcuíno ou dos Paulino, e tampouco com a atividade das oficinas monásticas de escrita, já em pleno funcionamento à época de seu bisavô Pepino de Herstal. O que se constata, nos dois últimos decênios do século, é uma súbita aceleração desse movimento.

Na origem dessa aceleração, há uma descoberta feita pelo próprio Carlos: a do meio intelectual que ele encontra quando de sua expedição de 781 à Itália. Em Roma, e principalmente em Pavia — onde ele

encontrou em 776 o lombardo Paulino e o anglo-saxão Samuel — e em Parma, o rei dos francos foi seduzido por um mundo cujos dinamismos culturais ignorava até então. É por essa época que pede a Pedro de Pisa que lhe ensine latim. Em Roma, conhece um copista, o monge Godescalco, ao qual encomenda uma cópia iluminada do Evangelho: completada pouco depois de 781, a cópia será um dos manuscritos mais preciosos da biblioteca real. Começa-se a falar desta: em 786, Paulo, o Diácono, se propõe a enriquecê-la com mais alguns livros, e na década de 790 faz-se um catálogo da biblioteca. Nela se encontram os mais diversos autores clássicos, como Horácio e Juvenal, Tíbulo e Marcial, Estácio e Terêncio. Encontram-se também textos recentes das leis nacionais e algumas canções em honra dos heróis germânicos. Leão III, posteriormente, ofereceria outras cópias dos grandes clássicos. Quando começa a surgir a idéia de um novo império, herdeiro da Roma antiga, Carlos se dá conta do prestígio que adviria da difusão intelectual na Europa.

Antes de mais nada, há também uma vontade política, a do rei Carlos: prover o seu reino de uma elite capaz de dar suporte a suas ambições. Não se governa um Estado que vai do mar do Norte às margens do Adriático pelo mero contato anual com os condes e os bispos que vão à assembléia. Um reino que tem as dimensões do Ocidente só pode ser governado fazendo-se circular as informações, as decisões. E como fazê-las circular se os responsáveis locais só entendem o mais elementar?

Há, enfim, homens, conselheiros do rei, que fazem uma idéia do que uma retomada da vida intelectual poderia significar para um reino cuja expansão não consegue igualá-lo às potências vizinhas, tanto o finado reino visigótico como o sempre atual Império bizantino. Ravena, Sevilha, Saragoça e agora também Córdoba são nomes que fazem sonhar o *entourage* clerical de Carlos Magno. Aqui não se sonha menos com Constantinopla. E é nesse *entourage* clerical que se encontra o único pensamento político do reino franco. O lugar do reino franco no mundo ocidental seria conquistado por meio da difusão intelectual. A necessidade se faria ainda mais evidente com o advento do Império. Para Carlos, a cultura se torna, pois, um meio para conseguir eficiência e atingir a grandeza.

Quem diz renascimento, diz reforma, e é assim que inicialmente se concebe, à época, a retomada da vida intelectual. Falam de "correção", o que indica ter havido, desde alguns séculos antes, desvios e paralisias, e que se tem consciência disso. O ideal, porém, não é voltar

à cultura da Roma antiga, essencialmente pagã. É redescobrir as bases intelectuais da *Cidade de Deus* esboçada por Santo Agostinho, ou, antes, de sua Jerusalém terrena.

O mesmo Carlos Magno que iria cultivar Horácio ou Virgílio encomenda ao papa Adriano, já em 774, a nova coleção conhecida sob o nome de *Dionísio Hadriana*, que será a referência mais confiável dos concílios do reino franco. Tendo como base a coleção *Dionisiana*, que data do século VI, mas que foi revista e atualizada na década de 770, ela apresenta tanto cânones conciliares como constituições imperiais. Cumpre observar que o rei evita promulgar os cânones ou a coleção em seu conjunto: isso significaria reconhecer um pouco demais a autoridade do papa. Deles o rei aproveita o que julga conveniente em suas capitulares. Em suma, mostra-se preocupado em não contradizer o papa e em evitar os conflitos com seu episcopado, mas afirma seu direito de legislar para a Igreja do reino.

Trata-se ainda de "correção" quando, na *Admonitio generalis* de 789, o rei determina aos bispos e aos abades que façam revisar os livros a serem usados nas escolas, tanto saltérios e livros de canto como manuais de gramática.

> Que, nas escolas onde se instruem as crianças, providencie-se a correção dos salmos, das notas, dos cantos, do cômputo eclesiástico e das gramáticas que se usam em todos os monastérios e dioceses, e de todos os livros católicos em geral. Isso porque muitas vezes quando alguns querem invocar a Deus o fazem mal por causa de livros não corrigidos. E vós correis o risco de corromper vossas crianças quando elas lêem ou escrevem. Então, quando se precisar copiar o Evangelho, o saltério ou o missal, que homens maduros façam esse trabalho com todo o cuidado necessário.

Dez anos depois, cansado de continuar vendo os lecionários e os saltérios "deturpados pela imperícia dos livreiros" e enfeados por erros grosseiros de ortografia, e também de ouvir cantar no ofício "solecismos dissonantes", Carlos determina a revisão da língua dos livros litúrgicos.

O rei se empenha pessoalmente em promover a correção dos textos sagrados. Já não se limita a ordenar aos bispos e abades que confiem esse trabalho aos seus mestres-escolas. Carlos percebeu que não basta uma correção gramatical e ortográfica baseada no golpe de vista de um revisor improvisado e em seu conhecimento da língua.

Passou-se o tempo da simples caça ao solecismo. Por decisão do rei, o trabalho seria feito no próprio palácio, o que se tornou possível graças aos manuscritos que o rei importava continuamente e que permitiriam aos verdadeiros eruditos trabalhar com segurança. Alcuíno é encarregado de rever a Bíblia, trabalho a que se entrega também, vez por outra, Teodulfo: trata-se de confrontar com a *Bíblia dos Setenta*, isto é, o texto grego, a *Vulgata* latina de São Jerônimo, e com esta os textos em uso nas igrejas do reino franco. Não é de surpreender, pois, que a oficina de Saint-Martin, sob o abadado de Alcuíno e de seu sucessor Fredegiso, e a de Fleury, sob o abadado de Teodulfo, tenham recopiado em várias dezenas de exemplares a Bíblia assim revisada.

A Bíblia não basta: o rei desconfia das interpretações baseadas em contra-sensos. Carlos incumbe Paulo, o Diácono, de revisar o lecionário e "percorrer os tratados e os sermões dos Padres católicos" para compor um homiliário que atenda às necessidades dos ciclos do ano litúrgico, apresentando lições e exemplos de sermão adequados a cada festa. Carlos chegará a escrever uma "carta geral" aos bispos recomendando às dioceses que usem essa compilação de homilias concebida para orientar os padres pouco instruídos na sua pregação. Naturalmente, nada impede que os bispos usem o homiliário a que já estão acostumados, e na década de 800 ainda se continua a recopiar na Germânia a compilação feita em Farfa pelo abade Alano, um velho ermitão que, recolhido na montanha, vivia de seu trabalho de copista.

A correção traz, porém, um fruto perverso. Os esforços dos letrados, e principalmente dos gramáticos, dão ao latim uma certa pureza clássica, e este latim da elite se distancia do latim vulgar próximo dos falares românicos que dele derivavam. Entre o latim e a língua vulgar havia apenas uma certa discrepância. Com a volta do latim clássico, passa-se a ter duas línguas. Excetuando-se alguns leigos, o latim será a língua dos clérigos, e o povo já não entenderá mais uma palavra de seu latim. Paradoxalmente, o renascimento do latim leva à identidade cultural da língua românica, e portanto do francês.

Em termos concretos, isso significa uma volta às práticas culturais da Antigüidade romana — se não greco-romana — tanto no campo dos conhecimentos elementares como no dos conhecimentos infinitamente mais complexos da filosofia política. O Novo Império, que se constitui a partir da década de 790, ainda que não use o nome, este tornando-se oficial em 800, é uma ordem do mundo comandada pela vontade de Deus e pela razão dos homens.

O Império romano, que logo se começa a invocar por se tratar de uma referência política nada desprezível, é uma herança, uma riqueza, uma responsabilidade. Mas a herança é um fardo pesado, e o próprio meio intelectual que se encarrega, a serviço do rei franco, de denegrir os caracteres da realeza merovíngia não deixa de apresentar uma descrição tendenciosa do Império romano. Em alguns momentos, chama-se a atenção para Nero, esquecendo Constantino, de quem tanto se falou à época de Pepino, o Breve, quando o príncipe dos francos só almejava a coroa real. Reconstituindo as etapas da organização política do mundo através dos grandes impérios universais que se sucederam, os autores dos *Libri carolini* comprazem-se em ressaltar, em 794, os vícios morais que conspurcavam o Império romano: a idolatria, a impiedade, a crueldade.

Por outro lado, o senso de realidade se impõe ao soberano: ele não fará do povo franco um povo de latinistas. Nos mesmos anos que se seguem à coroação imperial, manda traduzir em língua tudesca não apenas a lei sálica, que podia ser útil aos juízes leigos, mas também textos da Antigüidade clássica cujo conteúdo, na opinião do rei, devia ser conhecido pelos clérigos pouco instruídos, ainda que estes não tivessem condições de apreciar-lhes o estilo. Assim, traduz-se para o tudesco *De natura rerum* de Lucrécio, uma tradução que o imperador manda revisar na corte pelo erudito irlandês Dungal. E Carlos chega a falar em mandar redigir uma gramática de sua língua materna.

O Império cristão, cuja concepção se forja ao longo da segunda metade do século VIII, não é uma ressurreição do Império romano, mas a inserção da ação imediata numa continuidade histórica que é preciso avaliar e numa perenidade que é preciso garantir: a da *norma rectitudo*, daquilo que "agrada a Deus". Carlos será aquele que governa o Império romano, não o sucessor dos imperadores romanos. Ele ostenta seus títulos, mas não sua sucessão. O único Império — é o que se diz em 794 — é o do Cristo. Chegar-se-á mesmo a censurar o orgulhoso basileu bizantino por esquecer essa verdade e por ter aceitado a instauração de um culto imperial que usurpa a adoração devida apenas a Deus.

Nada disso exclui a improvisação militar das campanhas e as reações brutais aos movimentos das assembléias e dos povos. O Renascimento Carolíngio não é, pois, a atitude passadista dos clérigos ocupados em redescobrir os esplendores da civilização que se acreditava declinar com a Roma dos Odoacro e dos Rômulo Augústulo. Ele é uma dinâmica, e uma dinâmica do Estado, uma vez que este assume a missão que lhe é atribuída por Deus: levar os homens à

Salvação. O Renascimento é ao mesmo tempo obra política e obra de fé. Se o ignorarmos, nada poderemos entender.

Os intelectuais do palácio

Foi de forma deliberada que, a partir de 781, Carlos se rodeou de letrados, de professores, de eruditos. Ele os coopta quando passam por Aix. Manda-os vir quando sua reputação chega até ele, e procura mantê-los. Eles haveriam de ter um triplo papel ao lado do rei: ensinar na escola do palácio, formar um círculo de letrados para a satisfação do rei, e prover o soberano de conselheiros e enviados capazes de sutileza política e diplomática.

Pedro de Pisa, chamado Pedro, o Arcediago, é um dos primeiros desses letrados que conquistam o rei franco quando este viaja para a Itália em 781. Ensinando na corte de Pavia, ele é conhecido como gramático, e Carlos, que a princípio lhe pediu algumas lições de latim durante sua estada em Pavia, termina por levá-lo para a sua corte. Lá ele elabora uma gramática, evidentemente inspirada em Donato, em que a matéria é apresentada por meio de perguntas e respostas, escreve alguns poemas e algumas cartas em versos, expõe, na forma de diálogo, a essência do comentário do Livro de Daniel feito por São Jerônimo, e mantém uma correspondência ininterrupta com seus compatriotas que ficaram na Itália. Foi Pedro de Pisa que, em 782, levou Paulo, o Diácono, para o *entourage* do rei. Mas Pedro de Pisa fica apenas dez anos com o rei dos francos: regressou à Itália antes de 790, onde morreu em 799.

Aquele a quem chamam de Paulo, o Diácono, é um lombardo que na verdade se chama Warnefried e que só recebe o novo nome quando se ordena diácono. Ele nunca se faria ordenar padre. É chamado também de Paulo, o Gramático. Nascido por volta de 720, numa família aristocrática do Friuli, e criado na corte de Pavia, aí integra o *entourage* do rei Ratchis. Depois assume a função de preceptor dos filhos do rei Didier e principalmente de Adelperge, que se casaria com Arichis, duque de Benevento. Em seguida, ele se faria monge de Monte Cassino. Paulo já chegara aos sessenta anos quando se encontrou com Carlos Magno, a quem vai, estimulado por Pedro de Pisa, em 782, pedir clemência para seu irmão, prisioneiro na França por se ter comprometido — mais do que ele próprio — na revolta do Friuli em 776. Durante cinco anos, Paulo acompanhará o rei franco, que ficará absolutamente impressionado com sua vasta cultura, seu conhecimento da

gramática, seu talento de poeta e suas qualidades de orador. Paulo também conhecia o grego. Por puro charme, afirma ter esquecido essa língua, mas ainda sabia o bastante para ensiná-la ao rei.

Autor de um comentário sobre a regra de São Bento e de uma *Vida de São Gregório, o Grande*, ele se volta de bom grado para a cultura profana. Paulo é autor de uma *História dos lombardos*, escrita, paradoxalmente, durante sua primeira estada em Monte Cassino, e de uma *História romana* encomendada por sua ex-aluna Adelperge. Dedica-se principalmente a uma explanação da língua, colocando a gramática latina ao alcance de todos num manual chamado *A arte de Donato* e explicando o vocabulário num tratado com o título de *Sobre o significado das palavras*. A pedido de Carlos Magno, que o chama de "nosso súdito íntimo", compila em Monte Cassino uma série de homilias que deveriam ajudar o clero a preparar melhores sermões. Muitos monastérios, como Reichenau, por exemplo, apressam-se a recopiá-lo. Paulo não deixa de contribuir para a historiografia franca e para a glória da dinastia de Pepino e de Arnulfo com uma *História da Igreja de Metz*.

Paulo, o Diácono, permanece apenas cinco anos com o rei franco. Em 787, ele volta à Itália, certamente passa alguns meses na corte do duque Arichis, e depois volta para o seu monastério de Monte Cassino, onde morre por volta de 797. Sua passagem pela corte de Carlos Magno foi um tanto breve, e ele certamente viu apenas os primórdios do Renascimento.

Paulino de Aquiléia também é italiano. Já conhecido como gramático e como poeta, desde 776 passa a fazer parte do *entourage* do rei. Aí permanecerá até ser eleito, em 787, bispo metropolitano de Aquiléia ou, por outras palavras, arcebispo de Venécia. Na corte de Carlos Magno, ele leciona a Angilberto. Arcebispo, reside em Cividale, próximo a Aquiléia, mas aí continua sendo um dos prelados mais leais a Carlos e dos mais dispostos a servir a política do rei mui cristão. Conselheiro tanto político como eclesiástico, promove, a pedido do rei, a evangelização da Caríntia. Dá seu parecer sobre a expedição do rei contra os ávaros, assumindo posições moderadas semelhantes às de Alcuíno em relação à Saxônia. Nem um nem outro é favorável à cristianização pelo terror. Em sua província, que corresponde à marca de Friuli, Paulino logo é reconhecido como teólogo, e aprecia-se a *Regra de fé*, onde ele expõe em hexâmetros latinos os dados essenciais da Revelação, o que o leva a refutar as principais heresias que ferem o dogma de seu tempo. Além disso, lidera em sua província, com sucesso, ações que contribuem para a unidade religiosa daquilo que haveria de se tornar o Império

franco. No concílio de Frankfurt, em 794, combate o adocionismo e publica dois tratados contra a heresia do bispo de Urgel. Em Venécia, e principalmente quando, em 796, preside um concílio em Cividale, impõe a inserção do *Filioque* no Símbolo de Nicéia, isto é, no *Credo* da missa.

O papel mais importante nesse primeiro Renascimento caberia a um anglo-saxão, o monge Alcuíno. Tendo ido a Roma a fim de receber o *pallium* para a arquidiocese de York, já sabemos que se encontrou com Carlos em Parma em 781, acompanhando-o além dos Alpes. A acreditar em seu biógrafo e no que ele próprio disse, Alcuíno já tinha essa intenção quando foi para Roma, e seu mestre Elberto tê-lo-ia encarregado de permanecer no reino de Carlos para combater o adocionismo. Mal ele passa a residir na corte, já se torna o mentor espiritual do rei, ensinando-lhe retórica, dialética, cálculo, astronomia. Sua afeição por seu novo aluno não o faz esquecer as suas próprias origens. Em 790, ele regressa à Inglaterra. Três anos depois, está de volta. Torna-se então o promotor do que um dia seria o Renascimento Carolíngio e que, em seus primórdios, não passa de um programa de desenvolvimento intelectual das elites.

Quando se faz necessário, ele é teólogo, e é nessa qualidade que escreve, em 797, uma refutação do adocionismo em seu tratado *Contra a heresia de Félix*. É poeta quando isso agrada ao rei. Alcuíno é principalmente pedagogo. Sua principal luta é a que empreende contra o analfabetismo. Mas logo amplia o campo de suas ambições: o que pretende vulgarizar é o conjunto das artes liberais, portanto do conhecimento, buscando facilitar o acesso primeiro dos clérigos, e em seguida dos leigos. Ele conduz ativamente a reforma litúrgica, estimulando a adoção dos ritos romanos e trabalhando pessoalmente na revisão do sacramentário e do lecionário gregorianos, de que o rei obteve do papa Adriano alguns exemplares. Com Alcuíno, o classicismo latino e o rigor litúrgico triunfam na corte.

Nascido por volta de 730, Alcuíno havia muito passara dos sessenta quando, em 796 ou 797, se retira da corte. Ele continua sendo diácono, nunca havia de ser padre. Mas ei-lo abade de Saint-Martin de Tours, e também de outras abadias em que não reside. Então faz de Tours um dos centros mais dinâmicos do Renascimento. Suas relações com Carlos favorecem a difusão cultural a partir da igreja de Tours, e existem cartas nas quais Alcuíno agradece ao rei por lhe ter enviado em 798, para a biblioteca de Tours, um exemplar da *História natural* de Plínio, o Velho, e por ter autorizado, no ano seguinte, um de seus monges a

consultar um outro exemplar mantido na biblioteca do palácio, sem dúvida para cotejar o texto e acertar melhor alguma "correção".

Naturalmente, Alcuíno aproveita algumas ocasiões para ir ao encontro de seu aluno real. É provável que tenha estado em Aix em maio de 800 — durante muito tempo se discutirá sobre esse ponto — e ainda resiste a Félix de Urgel. Continua a ter um papel de destaque, até a sua morte em 804, na vida política do reino, mantendo correspondência em prosa e em verso com todos os grandes espíritos do reino, mas principalmente com o rei, que não deixa de considerar seus conselhos. E, coisa espantosa, que mostra bem a importância que atribui ao que escreve, Alcuíno guarda consigo uma cópia de cada carta que envia. Ele deixa seguidores na corte, em primeiro lugar Eginhardo, mas também um Fredegiso, um Osulfo e um Wizzo, que vão dar continuidade, durante muitos anos, à presença anglo-saxônica, prolongando, assim, a influência do abade de Saint-Martin. Este ainda será visto na corte e ainda receberá alunos.

Naturalmente, os aquitanos e os godos não podiam ficar à parte. Indo ao encontro das tradições de uma região bastante romanizada no passado, eles desempenham um papel fundamental na vida intelectual da corte e também na de sua região de origem. Ao mesmo tempo poeta e teólogo, conhecedor dos autores clássicos e dos Padres da Igreja, curioso de aritmética e geometria, Teodulfo é sem dúvida o que mais se destaca. Ele se incorpora à corte do rei por volta de 780. Como outros, mescla em seus escritos a ciência religiosa e a arte literária. Testemunha disso é o longo poema com 78 dísticos que compõe resumindo a Bíblia. Ao lado de Alcuíno, trabalha na correção da Bíblia. Nas querelas teológicas que então abalam a cristandade, ele é o teólogo do rei por excelência. É principalmente para explicar a doutrina que compõe os *Libri carolini*. No concílio de Frankfurt, em 794, demole o adocionismo. Seu tratado sobre o Espírito Santo dá uma idéia do que será a doutrina da Igreja do Ocidente na questão do *Filioque*. Na corte, é um dos principais atores do jogo que é a Academia palatina. Tendo se tornado bispo de Orléans e abade de Fleury (Saint-Benoît-sur-Loire) em 797, ele se distancia, mas continua a exercer a função, tanto por meio de sua correspondência como de algumas visitas à corte de Aix, de conselheiro teológico e correspondente literário de Carlos.

Teodulfo não goza de menos confiança do rei para as mais diversas tarefas. É como *missus* que ele é encarregado de zelar — e isso não deixa de ter um aspecto negativo — pela aplicação das capitulares reais na Provença e na Septimânia. As coisas haveriam de mudar

depois da morte de Carlos Magno: Teodulfo estabelecerá relações com Bernardo da Itália, o filho de Pepino, e participará da rebelião deste contra o imperador Luís, o Piedoso. Privado de sua diocese em 818, morre na prisão em 821.

Não nos esqueçamos dos Escotos da Irlanda, presentes de longa data no continente, já se encontrando na corte nos verdes anos de Eginhardo, que não dissimula a aversão que sente por eles. Mas eles emergem do anonimato depois da partida de Alcuíno: fiel à sua tradição anglo-saxônica, este desconsiderou, de forma deliberada, esses letrados tendentes a dar precedência à cultura grega, portanto pagã, em relação à cultura latina, fortemente cristianizada. Alcuíno não deixa de se queixar disso e ouve em seu retiro em Tours os ecos do que se passa em Aix: já não se lê Virgílio, lê-se Homero. O abade de Saint-Martin escreve francamente ao rei, em 798, chamando de egípcios os jovens letrados que agora ocupam o palácio, e considerando ofensas pessoais as novas tendências da curiosidade literária da corte: "Aqueles que estão na flor da idade agrediram violentamente o ancião... Quando parti, deixei romanos. Quem teria introduzido aí esses egípcios?". Cinco anos depois, o mesmo Alcuíno faz mais ironias contra os "sofistas atenienses". Na verdade, os irlandeses se apaixonam principalmente pelo cômputo eclesiástico, isto é, o cálculo das festas móveis do calendário litúrgico. E Alcuíno não tinha razão para protestar, ele que deixou na corte seu discípulo irlandês Joseph, precisamente chamado Joseph, o Escoto, que se revela como um dos renovadores de uma poesia latina bastante erudita.

Para alimentar essa desconfiança em relação aos irlandeses, Alcuíno apela para a prudência do rei. Isso porque Carlos desconfia de pessoas cuja procedência desconhece. A Itália lhe é familiar, e ele não se indaga sobre a procedência dos intelectuais que encontrou em Pavia ou em Roma. Com a Inglaterra, o reino franco mantém, continuamente, relações políticas, econômicas, culturais. O rei franco se corresponde com Offa, rei de Mércia, troca embaixaturas com ele. Chegou-se a pensar, em 790, em casar Carlos, o Jovem, com uma princesa inglesa, mas a certa altura houve um desentendimento com Offa, que apresentou condições inaceitáveis para a realização do casamento. Negociou-se, em 796, a reciprocidade dos privilégios concedidos aos comerciantes de ambos os lados da Mancha. A Inglaterra é um interlocutor regular. Em contrapartida, Carlos nada sabe da Irlanda. Passou-se o tempo dos grandes missionários irlandeses. Assim como desconfia dos santos desconhecidos, Carlos tende a se mostrar reticente em relação a clérigos vindos de um país desconhecido.

Entre esses irlandeses que ainda assim conquistam um lugar na corte de Aix, o mais influente é o gramático Clemente, o Escoto. Ele viria a ser um dos principais animadores do meio cultural da corte de Luís, o Piedoso, mas, desde a década de 800, o abade de Fulda envia-lhe alunos a Aix. Um outro de quem só sabemos ser chamado *Hibernicus exul*, o Exilado Irlandês, nome que o poeta adota quando canta a vitória do rei franco contra Tássilo, o duque da Baviera. Tanto um como o outro têm certamente um papel determinante nessa nova voga das letras gregas a que nem o próprio rei fica imune. O teólogo e cientista Dungal, que fora monge em Saint-Denis, só faz sua aparição no final do reinado. É então que assume, junto ao rei, o lugar deixado vago com a morte de Alcuíno. Especialista em cômputo eclesiástico e em astronomia, escreve a Carlos Magno sobre os eclipses da Lua, e se distinguirá numa polêmica tardia contra os adocionistas e iconoclastas espanhóis do *entourage* aquitano de Luís, o Piedoso. Mas é admirado também por seus poemas. Em Aix, porém, esteve apenas de passagem. Em 825, ele está lecionando em Pavia, e terminaria seus dias em Bobbio. Também de passagem, o irlandês Dicuil se destaca por seus conhecimentos de geografia e de astronomia.

Na verdade, o gosto pelas letras gregas se revela uma moda efêmera. A potência cultural dos clérigos só podia privilegiar o latim, língua da Igreja romana, portanto da Igreja do Ocidente, em relação a uma língua grega sem utilidade para o culto e por demais associada a uma civilização bizantina que, a partir da iconoclastia, só podia inspirar desconfiança. À época do Império, as pessoas se sentem romanas e o grego é uma mera diversão. Embora seduzido pela cultura grega, Eginhardo toma o partido de seu mestre Alcuíno, e não deixa de atacar os irlandeses, tanto por serem irlandeses como pelo fato de seu proselitismo grego ser um tanto deslocado. Quanto a Teodulfo, que faz versos a propósito de tudo, rima *escoto* com *sot* [tolo]. O jogo de palavras é simplista, mas o julgamento é claro.

De Pedro de Pisa a Dungal, tem-se a primeira geração, a dos letrados vindos de fora, dos *peregrini*, dos "estrangeiros", a respeito dos quais Eginhardo informa que se pensava, "com razão", constituírem um grande peso não apenas para o Palácio, mas também para o reino. Os francos ainda são raros entre os intelectuais da corte, e Angilberto, filho de um dos grandes senhores da aristocracia franca que logo se tornou homem de confiança da diplomacia real — três vezes ele é enviado a Roma — e preceptor de Pepino da Itália, constitui uma exceção. Abade leigo de Saint-Riquier, pai dos dois filhos de

Berta, a filha do rei, ele tem uma função à parte na Academia, a de um leigo letrado, exatamente o tipo que o rei queria para a sua corte. Logo Carlos se afeiçoa, pois, àquilo que surge como uma elite intelectual no seio do povo franco. Seria a segunda geração, a dos Eginhardo e dos Rábano Mauro, e também de Nitardo, filho de Angilberto, portanto, neto do rei. Todos foram, em maior ou menor medida, discípulos de Alcuíno. É a eles que se deve o grande Renascimento Carolíngio, o do tempo de Luís, o Piedoso, e de Carlos, o Calvo. Em 800, quando Angilberto chega à casa dos cinqüenta anos, Eginhardo tem trinta. Rábano Mauro tem 24, Modoíno um pouco menos. E Nitardo acaba de nascer.

Todos são produto de uma verdadeira seleção. Faz-se a coleta, então, nos "viveiros" monásticos, e o de Fulda não é dos menos importantes. Oriundo da boa aristocracia franca já estabelecida na região do Meno inferior, Eginhardo foi educado em Fulda. Embora não se tenha feito monge, ele é admirado por sua cultura na oficina de escrita do monastério. Pouco depois de 792, Carlos Magno o chama para o seu palácio. Que o jovem (que não é e nunca seria monge, mesmo quando, no fim da vida, se torna abade leigo) tenha sido notado pelo abade Baugulfo em razão de sua sólida cultura latina, que o próprio Carlos o tenha cooptado quando de uma provável estada em Fulda, uma coisa não exclui a outra. Não há dúvidas de que, à mesma época, o rei procura renovar o meio intelectual da corte que criou em Aix, e que pretende povoar de uma aristocracia do espírito que não seja inteiramente importada. Aqueles que os textos chamam de Eginhardo, Einhard ou Heinhard é um franco puro.

Burgúndio ou franco, Modoíno recebeu sua primeira formação na escola episcopal de Lyon. É um jovem clérigo de uns vinte anos que, nos últimos anos do século VIII, entra na corte de Carlos Magno. Já tendo conhecimento de Virgílio, de Ovídio e de Lucano, ele teria tempo de conhecer Alcuíno e de ouvir os seus conselhos. Aquele a quem Modoíno se agrega não é mais o rei sempre em campanha, o conquistador da Saxônia, o vencedor dos lombardos, o aventureiro de Saragoça, aquele cujos grandes empreendimentos agora se cantam. É antes o sábio legislador, certamente com mais tempo para a reflexão e para a poesia, mas que vê se rarefazer o círculo daqueles que tanto lhe ensinaram. Carlos é menos um aluno, é antes um comensal. Jovem poeta de talento, bom imitador dos autores latinos, Modoíno logo encontra seu lugar na corte. No final do reinado, ela vai se ampliando. Ele travou amizade com Teodulfo, e eles continuam a se corresponder quando, em 815, Modoíno se torna bispo de Autun.

Entre os jovens que se beneficiam do meio intelectual formado pelo Palácio, cumpre considerar à parte as "crias da casa". Aqui, Carlos apenas continua a prática dos merovíngios: o rei mantém em seu *entourage* alguns jovens escolhidos por ele ou que lhe foram recomendados. Chrodegang, bispo de Metz, cujo papel nos primeiros tempos da reforma eclesiástica é conhecido, tinha essa mesma condição na corte de Carlos Martel. Oriundos, em sua maioria, da aristocracia, filhos de condes, como é o caso de alguns, e mesmo filhos de príncipes, como Sancho Lobo, futuro príncipe dos bascos, filhos de boas famílias ou, de qualquer modo, de fiéis, às vezes enviados por um bispo ou por um abade que os escolheu em sua própria escola, os "adotados" por Carlos Magno são meninos e rapazes de doze a dezesseis anos, já com uma boa instrução elementar, mas ainda não formados no exercício das responsabilidades.

O acesso à instrução afigura-se como uma prerrogativa, não formulada expressamente mas real, desse grupo político que começa a formar uma nobreza. Mas depende apenas do rei admitir nesse grupo jovens de origem modesta, normalmente tomados ao meio doméstico, onde o próprio rei tem sob suas vistas os filhos daqueles que o servem. O melhor exemplo é o de Ebbon, que viria a ser arcebispo de Reims em 816 e que será lembrado pela posteridade como o comanditário do fabuloso evangeliário que ele manda iluminar na década de 820 na abadia de Hautvillers. A princípio, Ebbon era apenas, nos bastidores da corte real, o filho de um liberto vindo de um domínio real e da ama-de-leite do jovem Luís, o futuro Luís, o Piedoso. Tendo sido notado por Carlos Magno, passa a ser um dos beneficiários da escola do palácio. Sua promoção provocará indignação nos meios conservadores, e Thégan, vigário episcopal de Trier, mais tarde haveria de recriminar Luís por isso, ao interpelar Ebbon: "O imperador te fez livre, ele não te fez nobre." O favor imperial não impedirá Ebbon de se declarar contra Luís, o Piedoso, e de ser um dos organizadores da penitência pública infligida ao imperador em 833. Tendo rompido em seguida com Carlos, o Calvo, é obrigado a deixar Reims e terminará seus dias como bispo de Hildesheim, sob a proteção de Luís, o Germânico. Assim, vê-se como se constrói a carreira de um homem público e ao mesmo tempo do alto escalão da Igreja, carreira esta que se inicia quando se integra um filho de escravo à escola do palácio.

O que esses jovens aprendem no palácio, mais pelo exemplo do que pelos livros, é o ofício multiforme do servidor eficiente da realeza. Acompanhando o rei nas campanhas, encontrando-se com condes e

bispos e visitando quando necessário as repartições, os jovens são iniciados na guerra, na diplomacia, na administração dos negócios. Nada há de comum, pois, entre essa aristocracia da juventude que se prepara para a vida e uma escola onde os mais jovens aprendem a gramática e o cálculo. A escola do palácio não leva necessariamente ao grupo dos escolhidos, e muitos destes são oriundos de outras escolas. Isso não impede que, no espírito de Carlos Magno, esses agregados do palácio não sejam apenas o que eram em épocas anteriores: guerreiros aprendizes e reféns potenciais. Eles são uma elite política, administrativa e militar selecionada, entre os membros da elite de todo o reino, para o serviço imediato do rei.

Aos vinte anos de idade, Eginhardo entra no Palácio no grupo dos escolhidos já com uma formação sólida, que será completada por Alcuíno. Ao cabo dessa formação, ele será um letrado que fala latim e grego, citando não apenas Virgílio mas também Cícero, dissertando sobre Homero e com pretensões em relação à etimologia grega e à poesia latina. Ele viria a ser o secretário de Luís, o Piedoso. Ermoldo, o Negro, afirma ter ele uma sábia inteligência. É por falsa modéstia que Eginhardo se descreve, no início de sua *Vida de Carlos*, como "um homem bárbaro, com poucos rudimentos da língua latina", não deixando de acrescentar que, ainda assim, se julgou capaz de escrever "conveniente ou adequadamente" em latim. O termo "bárbaro" não terá passado despercebido. Com ele, Eginhardo salienta a origem franca de sua família. Ele é um franco que ascendeu à cultura clássica.

Outros ainda não passam, no tempo de Carlos Magno, dos primeiros produtos de um Renascimento que não inventaram. É o caso de Rábano Mauro. Esse monge de Fulda mal se fez notar na corte — onde foi o condiscípulo de Eginhardo — quando, por volta de 801, o abade o envia a Tours para completar sua formação intelectual com Alcuíno. De volta a Fulda em 804, Rábano Mauro fará da abadia, de que será abade em 822, um dos centros do Renascimento em território germânico.

Talentos mais modestos se formam à sombra das grandes figuras do Renascimento. Ermoldo, o Negro, que não se põe em cena, em seu *Poema sobre Luís, o Piedoso*, senão em 825, mas cuja narrativa deixa entrever, por meio de inúmeros detalhes, que já era íntimo do rei Luís em 814, é certamente um exemplo da cultura recebida por muitos jovens que freqüentaram as escolas à época de Carlos Magno: ele conhece um pouco de Virgílio e de Ovídio, Teodulfo e Modoíno, mas suas alusões e suas citações são parcas. É capaz de compor três mil versos; mas sua técnica poética carece de lirismo. Observa com bom

senso, guarda boa memória dos fatos e dos gestos, narra de forma meticulosa, mas seu verbo é seco e os discursos que reproduz são vazios. Ermoldo foi um bom aluno. Ele não se tornou um grande poeta.

As escolas e a Academia

A escola do palácio não é uma inovação de Carlos Magno. Já as cortes merovíngias mantêm professores para a formação dos jovens da aristocracia que o rei achava poderem ser úteis, e não apenas para o exército. Lá se aprendia, pois, a combater, mas também a administrar, o que exigia um ensino básico: pelo menos leitura, escrita, gramática e cálculo. Portanto, o que Carlos Magno institui é o instrumento de uma política, seguindo o exemplo de seus predecessores mas indo além, com suas exigências, das simples necessidades da prática administrativa: é preciso formar uma nova geração de administradores, de bispos, de condes, entre os quais o rei não mais deseja ver os ignorantes de épocas passadas.

Aos olhos do rei Carlos, um homem que só fala o vernáculo é um ignorante. Portanto, a prioridade é o ensino do latim, escrito e falado. Mas agora se trata do latim clássico. Visto que as duas línguas se diferenciaram consideravelmente, o latim degradado dos tempos merovíngios já não tem mais razão de ser. Ou se fala a língua vulgar, o que é inevitável no dia-a-dia e, como vimos, mesmo na pregação, ou se fala latim, mas agora o latim dos letrados, que só poderia ser o latim de Virgílio. Utopia? Ideal? De qualquer modo, o objetivo é esse. E procura-se realizá-lo inicialmente próximo ao rei, em seu palácio.

Os historiadores se perguntaram se a escola do palácio era uma escola no sentido estrito, um estabelecimento de ensino para os jovens da corte, isto é, os filhos dos condes. Era um serviço da corte, bem determinado e organizado? Não seria antes a vida cotidiana da corte que formava uma escola onde cada um se instruía em contato com o outro? Seria Alcuíno um professor, ou estaria acessível a todos a qualquer hora do dia? Não seria a escola do palácio simplesmente aquela Academia que consiste em reuniões de letrados e que resulta na elevação do nível intelectual da conversação no palácio?

Conhece-se a história da visita do rei à escola. Crianças ricas e crianças pobres, bons e maus alunos, com a equação inevitável: os pobres são os bons, os filhos de condes são preguiçosos. A história é

bonita, mas foi inventada depois. Foi Notker, o Gago, monge de Sankt Gallen, que a inventou em 884 para lisonjear o imperador Carlos, o Gordo, exaltando a memória de Carlos Magno, num momento em que se começa a hesitar diante de um elogio direto ao próprio Carlos, o Gordo. Já se havia passado um século da época de Alcuíno, e o modelo é mais do que evidente: o do Juízo Final, com os bons à direita e os maus à esquerda. Não há nada de certo nessa história, e o fato de ser agradável não prova nem a existência nem a inexistência de uma escola primária nas dependências do palácio. Mas o fato de ser inventada tampouco autoriza a duvidar do interesse de Carlos Magno pelas escolas de seu *entourage*. Visitas a essas escolas são bastante prováveis. Não podemos nos impedir de pensar que, na falta de uma escola estruturada, o palácio contava com muitos letrados dedicados que bem poderiam ocupar-se dos exercícios escolares de algumas crianças. Alcuíno corrigia os exercícios de escrita do rei. Recusaria ele seus conselhos às crianças? Quando, em abril de 799, ele evoca, numa carta a Carlos Magno, a atividade de Pedro de Pisa, está falando de fato de ensino, e não de simples conversas. E é nos jovens que ele pensa em seguida, e não nos letrados que dissertam.

> Pedro adquiriu celebridade em vosso palácio ensinando a gramática... Que vossa autoridade instrua os jovens palatinos...

É preciso, porém, olhar além do palácio. A preocupação constante do rei é que os bispos e abades assumam sua responsabilidade no que tange ao ensino. Desde 785, ele lhes lembra que o primeiro objetivo da ciência é permitir que todos compreendam a Palavra de Deus. A *Admonitio generalis* de 789 transforma isso num dever. À sombra das catedrais e das igrejas abaciais, deve-se ensinar os salmos, o canto, o cálculo e a gramática. Uma circular a todos os bispos e abades esclarece à mesma época o que espera das igrejas um rei preocupado com o desenvolvimento intelectual de seu reino. Um concílio realizado em 798 em Risbach, próximo a Ratisbona, preconiza que se estabeleça em cada cidade episcopal um "sábio doutor", capaz ao mesmo tempo de ensinar as disciplinas de base e de organizar a celebração do ofício na catedral: uma espécie de mestre-escola e, ao mesmo tempo, mestre de canto.

Desde então, muitos concílios determinam aos bispos que garantam o ensino das ciências sagradas e das ciências profanas. Nos dois casos, trata-se apenas, naturalmente, das bases do dogma e de rudimentos da cultura. É uma grande felicidade quando os bispos partilham a

preocupação do rei, em vez de deixar a tarefa para depois: é o caso do arcebispo Leidrade, que faz com que se ensine em Lyon o canto, a leitura dos livros litúrgicos e a da Bíblia. Mas o fato de ser necessário, ainda à época de Carlos, o Calvo, que os concílios lembrem aos bispos a obrigação do ensino, é o bastante para mostrar que nem tudo foi feito em três gerações.

O pensamento do rei é formulado na circular *De litteris colendis* sobre o desenvolvimento do ensino, sugerida por Alcuíno e enviada aos bispos e abades entre 794 e 800. Conserva-se um exemplar endereçado a Baugulfo, abade de Fulda. Aí o rei desenvolve sua concepção de cultura: ela contribui para a expressão da fé. A uma vida "correta" deve corresponder uma elocução correta. Mas o rei se preocupa com a vocação pedagógica dos mestres: ele não aceita que o ensino seja visto como o refúgio dos preguiçosos.

> Que aqueles que desejam agradar a Deus levando uma vida correta não deixem de agradar a Ele também falando corretamente. Está escrito: "Tu serás justificado por tuas palavras, ou tu serás condenado por tuas palavras." Ainda que seja melhor fazer bem feito do que saber, primeiro é preciso saber, para depois fazer...
>
> A propósito, sempre recebemos cartas de diversos monastérios nas quais, para desgosto dos irmãos que neles vivem em oração, se pronunciam em suas vizinhanças sermões incultos...
>
> É por isso que instamos para que não apenas não negligencieis o estudo das letras, mas também a ele vos dediqueis com o humilíssimo propósito de agradar a Deus, a fim de que possais penetrar mais facilmente e de forma mais justa os mistérios das divinas Escrituras...
>
> Serão designados para isso homens com vontade e capacidade de ensinar, e principalmente com o desejo de instruir os outros.

A paróquia é, naturalmente, o lugar por excelência do ensino. Carlos o diz expressamente em 789: os padres devem ensinar aos fiéis. O rei não se refere aqui a sermões, mas a leitura e escrita. Ele volta ao assunto em 798: os curas devem abrir escolas para as crianças da paróquia.

Infelizmente, seria preciso que os padres fossem capazes disso. O ensino dispensado ao povo só poderia ser o fruto — posterior — da reforma do clero. Em termos imediatos, seria preciso contentar-se com o que alguns clérigos de elite conseguem realizar. Em Orléans, entrevemos o realismo de Teodulfo, comum também a muitos outros bispos de boa vontade: os curas das paróquias rurais, diz o bispo, devem

manter escolas e nelas receber gratuitamente as crianças da aldeia, mas, se não tiverem condições, devem enviar alunos às escolas da catedral ou dos monastérios. Teodulfo não tem ilusões a esse respeito.

O rei não consegue desenvolver, tanto quanto desejava, as escolas catedrais, mas tem mais sucesso com as escolas monásticas. Já vimos que estas, já havia muito tempo, eram os únicos centros onde se conservava uma certa cultura clássica. Nelas, nem tudo precisa ser reiniciado. Grandes abades cuidam delas, e não por acaso encontramos aqui os nomes ilustres do Renascimento Carolíngio: Adalardo, abade de Corbie em 776, Alcuíno, abade de Saint-Martin de Tours em 796, Teodulfo, abade de Fleury-sur-Loire em 801. Não nos esqueçamos de Gisele, irmã do rei e abadessa de Chelles, instada por seu mestre Alcuíno a organizar em seu monastério uma vida intelectual, caracterizada principalmente por um intenso trabalho de cópia. Assim, uma dezena de monjas de Chelles são conhecidas porque assinaram seu trabalho. Foi também a pedido de Gisele que se redigiu em Chelles uma história da estirpe de Pepino que entrará, meio século depois, na compilação conhecida pelo nome, aliás incorreto, de *Primeiros anais de Metz*. Mas todo esse quadro deve ser relativizado, e Alcuíno se queixa, em 799, de precisar lutar, dia após dia, contra a *Turonica rusticitate*, a "rusticidade" de seus alunos de Tours. Aquele a quem chamam de Horácio não espera demais de seus pupilos?

Os monastérios, cumpre ressaltar, não recebem apenas as crianças cujas famílias as destinam à vida religiosa. Eles se abrem de bom grado àqueles que se preparam para a vida leiga. Entre os mais puros produtos dessa formação intelectual cumpre citar Eginhardo, além do próprio Luís, o Piedoso, que guardará de sua educação entre os monges de seu reino aquitano um gosto exacerbado pelo latim e pela cultura greco-latina. Seu conselheiro Bento de Aniana chegará a proibir aos monges o uso da língua vulgar, mesmo para as conversas do dia-a-dia.

Alguns monastérios são ricos o bastante para não cobrar os estudos dos jovens alunos. Outros não podem se permitir isso. Sem dúvida encontramos aqui o reflexo das diferenças de patrimônio fundiário, mas a diferença também se deve a uma maior ou menor vontade de apoiar a decisão do rei de formar uma elite do mundo leigo: muitas resistências lembram, sem dúvida, que a generosidade dos fundadores e benfeitores tinha por objetivo tornar possível a vida religiosa e a prática da caridade, e evidentemente o ensino não se inscreve entre essas práticas. O próprio rei deixa claro que o objetivo desse ensino é lhe propiciar condes instruídos. Alcuíno pode divertir-se em compor

em versos a placa indicativa de uma encruzilhada: um caminho leva à taberna, onde o vinho é pago, o outro à escola, onde se estuda de graça a Sagrada Escritura. Temos aí o pensamento de um abade dos mais dedicados ao rei. Outros, ao que parece, não esqueceram as espoliações sofridas pelos monastérios desde o tempo de Carlos Martel, e consideram que a instrução desejada pelo rei pode muito bem ser paga por aqueles que dela haverão de se beneficiar.

A Academia palatina é o divertimento literário do palácio. Esta, pelo menos, se tem certeza de que existiu, ainda que se ignore o número de participantes. Ela se constitui à mesma época em que a corte se estabiliza em Aix, por volta de 794. Conhecemos seus membros mais célebres, e eles não são os únicos. Organizam-se reuniões, recitam-se versos. Quem contribui com um pouco de talento, ou mesmo com a simples curiosidade, é bem-vindo. Nela se encontram mulheres, mas não a rainha Liutgarde.

Alcuíno introduz na corte franca um jogo habitual nos meios literários anglo-saxões, um jogo que ele já praticava em sua correspondência com seus amigos e com seus alunos: eles se atribuem pseudônimos. Mas, para Carlos, o recurso aos pseudônimos não é apenas um jogo. É uma diferenciação, um símbolo oferecido aos iniciados. Ainda que os membros sejam numerosos e que os alunos de Alcuíno constituam a nova geração, a Academia é na verdade um círculo. Há, na corte, os que dela participam e os que não participam. O apelido facilita a familiaridade. Na Academia, esquecem-se os laços de parentesco com o rei e os cargos exercidos na corte ou na Igreja.

Os nomes que se dão os que participam da Academia são às vezes ricos de significado. Nos debates da corte e em sua correspondência com o rei, Alcuíno se chama Albinus (Albino) ou Flaccus (Flaco), ou seja, Horácio. Angilbeto é Homero, Teodulfo é Píndaro e o jovem poeta Modoíno é Naso, isto é, Ovídio. Esses quatro nomes dizem bem do gosto desses letrados pela poesia, lírica ou épica, mas poder-se-á notar que, apesar das restrições de Alcuíno, dois deles reportam-se à literatura grega, em mesmo número, portanto, que os das letras latinas. Alcuíno toma destas e esclarece as ambições do rei: fazer de sua corte "uma Atenas mais bela do que a antiga porque enobrecida pelo ensinamento do Cristo". Recorre-se também à mitologia: o senescal Audulfo é Menalcas, o camareiro Megenfried é Tirsis. As referências ao pensamento cristão da Antigüidade latina também estão presentes: Adalardo é Agostinho. A retórica e a poesia alimentam as sessões. Lê-se, recita-se, improvisa-se. O desejo de brilhar e a busca da perfeição muitas

vezes levam a um estilo afetado, a jogos de palavras, a acrobacias verbais. Pouco importa: é o belo latim que ressurge, vivo. Também, nesse caso, o desejo de bem parecer certamente contribui para elevar o nível cultural de todo o *entourage* de Carlos.

Outros nomes derivam simplesmente da história romana. Pepino da Itália é Júlio, Adalardo é Antônio, quando não Agostinho.

Quanto a Carlos, ele escolheu para si um nome que evoca ao mesmo tempo o poder do rei e o talento do poeta, mas que nada tem de grego ou de latino: ele é Davi. Mesmo em sua correspondência, Alcuíno, Teodulfo e Angilberto não deixam de dar esse nome ao rei. Para Alcuíno, ele é "Davi, o rei pacífico". O que é prestar homenagem a Carlos, fazendo referência àquilo com que ele sempre sonha e sobre o que não se cansa de falar: a paz. Davi é ao mesmo tempo o vencedor de Golias, isto é, do pagão, o organizador do reino da Judéia, o fundador de Jerusalém, o chefe da "casa" de onde nasceria o Cristo. Ele é considerado o autor dos Salmos. E muitos imperadores cristãos viriam a ser chamados, a partir do século V, o "Novo Davi".

O nome do rei não é uma exceção. As referências à Bíblia são tão numerosas quanto os empréstimos tomados às letras latinas. Com isso se consegue um distanciamento do que seria apenas alusão à cultura antiga. Nomes vêm da Bíblia. Hildebaldo, Paulino de Aquiléia, Eginhardo (quando o tomam a sério) e Beornrad, abade de Echternach, que é aluno de Alcuíno, são respectivamente Aarão, Timóteo, Beseleel e Samuel. Esses nomes nada devem à cultura clássica. As vidas de santos que proliferaram desde o fim da Antigüidade e que popularizaram o martirológio também serviram de referência, principalmente para as mulheres. Gisele, irmã do rei, é Lúcia. Rotrude, a filha do rei, é Colomba. A mui piedosa irmã de Adalardo, Gundrade, a quem Alcuíno aconselha a ler a carta de Santo Agostinho a São Jerônimo sobre a origem da alma, é Eulália. Esta é uma santa cujas virtudes foram cantadas no século V pelo poeta Prudêncio e que no fim do século IX foi transformada por um monge de Saint-Armand em heroína de uma *Cantilène*, considerada um dos mais antigos textos literários em língua francesa.

Arn, arcebispo de Salzburgo, é Áquila. Ricbod, arcebispo de Trier, que à época mantém um diário posteriormente chamado de *Anais de Lorsch*, por ser abade desse mosteiro, e de quem Alcuíno louvará a erudição e o gosto pela poesia de Virgílio, adota o nome de Macário. O escanção Eberhard é Neemias. O esmoler-mor Adalberto é Magus. Wizzo, o fiel discípulo de Alcuíno, é Cândido.

Uma exceção: embora Eginhardo adote o nome do arquiteto Beseleel, sobrinho de Moisés e artista do povo hebreu, seus companheiros, continuando fora dos debates literários o jogo dos pseudônimos, deram-lhe o apelido de Nardus, e mesmo de Nardulus, "o pequeno nardo". Antes de tudo, o que ninguém diz explicitamente porque parece evidente, o termo é o diminutivo de Eginhardo. São as últimas sílabas de seu nome. Certamente os amigos de Eginhardo fizeram um jogo de palavras: o nome germânico do personagem é Einhard. Separado em dois, facilmente pode ser entendido "um nardo".

Mas, ainda que se cante a planta de cheiro agradável que é o nardo, na verdade zomba-se da pequena estatura de Eginhardo. "Não te lamentes de tua baixa estatura", escreve-lhe em versos Alcuíno: também o nardo nasce de uma semente minúscula, e "a abelha traz a teu pequeno corpo um mel suculento". Teodulfo, que assegura ao homenzinho que sua pequena casa "abriga um grande hóspede", não tem pejo de comparar o pé de Eginhardo à formiga e, fazendo três vítimas com um só verso, sugere que Eginhardo, mais o chanceler Erchambaud e um jovem clérigo anglo-saxão chamado Osulfo, ambos também de baixa estatura, podiam ser "os três pés de uma mesa". Ainda que aceite o jogo a ponto de participar dele, ninguém pode afirmar que ele não se cansava de sua eterna repetição.

Mas de qualquer modo Eginhardo entra no jogo. Prova disso é a inscrição irônica que coloca por cima de sua porta. O nardo é tão minúsculo quanto odorífero, e a imagem, sem embargo de ser caricatural para o personagem, se pretende mais lisonjeira para o brilho espiritual que os qualificativos de "homenzinho" ou "homúnculo", usados por aqueles que, quando estão longe dele, pretendem apenas descrevê-lo. Sejamos francos: ele é o "velhote" da corte. Eginhardo se refere a isso para ironizar a pequenez de sua casa; sobre esta ele afirma, em um texto, ser separada da rua por uma simples cerca, sendo o oratório feito de materiais de má qualidade.

> A porta é pequena, pequeno também o habitante.
> Leitor, não desprezes o pequeno nardo contido neste corpo,
> Porque o nardo espinhoso exala um bom perfume.
> A abelha traz para ti, em seu pequeno corpo, um mel delicioso.
> Não vês, a pupila dos olhos é coisa bem pequena,
> Mas ela dirige os atos do corpo e o vivifica.
> Da mesma forma Nardulus dirige toda esta casa.
> Leitor, que passas, dize: "A ti, pequenino Nardulus, te saúdo!"

Mais tarde, bem aquinhoado de abadias e de domínios, o pequeno homem terá seus estábulos, e sem dúvida uma casa mais ampla, a julgar pelo seu modo de vida e a criadagem de que se rodeará sob Luís, o Piedoso.

Diga-se de passagem que o nardo é uma pequena gramínea bastante freqüente no Ocidente. Lineu registra apenas o nardo de folhas duras, uma erva dos pastos de lugares altos, mas encontram-se diversas variedades de nardo em muitas campinas. O nardo aromático do *Cântico dos Cânticos* (1, 11-12, e 4,13), a planta cheirosa à qual se compara a esposa, enquanto compara o esposo a um saquinho de mirra, e o do Evangelho (Marcos 14,3), é o nardo do Oriente, uma valeriana com que se faz um perfume bastante apreciado na Antigüidade. Atualmente só se encontra o nardo aromático, com o nome de *jalamansi*, no mercado de Katmandu. Havia, nos campos da Renânia, centenas de plantas de talo curto e odoríferas; é a raiz do nardo do Oriente, e não seu caule, que entra na composição dos perfumes. Isso significa dizer que o caule curto de um nardo pouco tem a ver com o aroma de um outro.

A escolha do nardo para qualificar o confidente de Carlos Magno não deriva, pois, da botânica; deriva antes da referência literária — sem dúvida da Bíblia, talvez de Plínio — e pouco tem a ver com a experiência pessoal dos amigos de Eginhardo, que devem ter descoberto o aroma do nardo nos temperos e perfumes do Oriente oferecidos por alguma embaixada ou trazidos por mercadores, mas que provavelmente nunca viram a própria planta, tal como viceja nos planaltos tibetanos. A imagem do nardo só pode ser um empréstimo, que dá uma amostra da penetração das expressões antigas, mas estereotipadas, no vocabulário da corte.

A Academia se confunde um pouco, naturalmente, com o *entourage* do dia-a-dia. Quando, à saída do Conselho onde se tiram as lições da vitória sobre os ávaros, Carlos Magno dá um suntuoso jantar, Alcuíno, Teodulfo e o próprio Eginhardo — cuja pequena estatura dá azo a gracejos — encontram-se à mesa real com os parentes próximos do rei e com os grandes dignitários leigos e eclesiásticos, do arcebispo de Mogúncia ao senescal Audulfo. Não há dúvidas de que, por vontade do rei, a conversação vá dos ávaros a Horácio ou a Píndaro. Carlos é insaciável, e a animação intelectual é diária. Paulo, o Diácono, escreve aos monges de seu monastério italiano: "Comparada à calma que vocês têm aí, a vida aqui é uma tempestade." Essa afirmação deixa entrever que os interlocutores mais próximos são entusiastas, mas às vezes se cansam.

Há os que agem. Há também as testemunhas, aqueles que participam do esforço intelectual, ainda que não tenham tido a iniciativa, e que colherão seus frutos na sociedade. Em primeiro lugar, temos a corte. Assim ela é, assim a quis o rei, chamando a si os jovens capazes de um verdadeiro interesse pela cultura clássica, e obrigando aqueles que não o são, ou não mais o são, a esse projeto intelectual a longo prazo que é a instrução das crianças. Carlos pôde escolher entre os clérigos. Quanto aos condes, outros critérios de escolha levaram a melhor: a fidelidade, a eficiência, a bravura. Carlos não pode fazer da instrução um critério único da capacidade política. Mas pode exigir, pelo menos, que a nova geração não tenha mais necessidade dos clérigos para ler e escrever.

Nesse panorama da corte, não devemos nos esquecer da família. Carlos providenciou para que suas filhas tivessem instrução. Seus filhos haveriam de ter, ao entrarem na vida ativa, o que Carlos tanto lamentou não ter recebido.

A base material dessa vida literária são os livros. Eles são trazidos ao rei, são-lhe oferecidos, e ele os faz copiar. É sua propriedade pessoal, e ele determina que quando morrer sejam vendidos em benefício dos pobres. A eles se somam as coleções de livros dos parentes próximos do rei. Angilberto, o falso genro de Carlos Magno, legará mais de duzentos ao monastério de Saint-Riquier.

CAPÍTULO XVII

PRIMEIROS FRUTOS DO RENASCIMENTO

Cópias e iluminuras

O livro surge ao mesmo tempo como o instrumento do Renascimento e como seu primeiro fruto. Agora a tradição está bem estabelecida: o *scriptorium* é o anexo desejável e prestigioso da catedral ou do monastério. Cabe a Carlos Magno fazer que seja uma necessidade. A oficina de escrita continua sendo mais do que tudo uma oficina de cópia. É graças a ela que se multiplicam os exemplares dos textos sagrados e profanos. Ela cria bibliotecas e beneficia-se delas: copiam-se as obras trazidas ou importadas da Itália ou da Inglaterra. Além disso, o *scriptorium* é uma fonte de lucro: não devemos esquecer que a regra beneditina faz da cópia um dos trabalhos com que se custeia o monastério. Um livro pode ser vendido. Pode ser trocado também, e é sempre fornecendo cópias de uma obra que se possui que se torna possível adquirir novos textos.

É absolutamente espantoso o que podemos entrever das bibliotecas formadas rapidamente pelos monastérios francos, que não acumularam os livros durante séculos, como o fizeram os monastérios italianos ou insulares. Não apenas se encontram em Lorsch, por volta de 800, os clássicos como a Bíblia ou as obras de Cassiodoro, de Boécio e de Donato, mas também autores difíceis de encontrar, como Juliano de Toledo, com seu *Anticeimena*, Marius Victorinus, com sua *Gramática*, ou Tatwin, também com uma gramática. Saint-Riquier possui as cartas de Teófilo de Alexandria e também tratados teológicos atribuídos a Salviano e a Vicente de Lérins.

Já dissemos que a mudança da escrita se deve à necessidade administrativa de uma difusão correta e facilmente legível das capitulares reais. O resto deriva de um duplo desejo: propiciar uma leitura fácil de

textos em si mesmos bastante difíceis, e fornecer manuscritos elegantes, dignos das novas pretensões do reino franco e do monacato beneditino.

A escrita latina se tinha diferenciado desde a Antigüidade. A escrita capital pouco mudara ao longo dos séculos. Era a escrita das inscrições, que os contemporâneos de Carlos Magno ainda viam gravadas nos monumentos e estelas. A escrita minúscula, a dos textos manuscritos, degenerara, já no século III, em uma escrita comum, cada vez mais deformada pela ligatura das letras, enquanto ia surgindo uma escrita uncial, com letras bem separadas e de formas elegantes. Essa escrita uncial, própria dos manuscritos de prestígio, praticamente havia desaparecido por volta do século VI. Adotada pelos copistas do início do Renascimento Carolíngio e, principalmente, pelas oficinas italianas, onde às vezes se chega a traçá-la com tinta de prata sobre um pergaminho púrpuro, ela desaparece em seguida como escritura homogênea, mas ainda permanecerão algumas de suas formas na escrita corrente até o fim da Idade Média.

É para a antiga minúscula latina que se voltam as oficinas carolíngias quando, na década de 770, resolvem reformar a escrita. É preciso salientar que, também nesse caso, é a preocupação com a "correção" que se impõe. Já não basta corrigir o conteúdo, melhorando os textos. Corrige-se também sua apresentação. E não se poderia afastar uma preocupação mais ampla: a da unidade cultural do reino. A "minúscula carolina" se torna um símbolo. Mas neste caso não será tão longe quanto no domínio da fé: se o rei pretende que se reze por toda a parte da mesma forma, ele nunca pensaria em obrigar ninguém a adotar a nova escrita. Não existe nas capitulares nenhuma determinação nesse sentido. A difusão da minúscula carolina se deve às vantagens que oferece e à imitação dos exemplos dados pela corte — em primeiro lugar, como dissemos, na chancelaria (ver p. 298) — e pelos grandes monastérios. Na verdade ela é, de qualquer modo, um dos frutos do primeiro Renascimento Carolíngio. A reforma da escrita depende em larga medida da aceleração do movimento dos espíritos.

Nem tudo começa com Carlos Magno. Desde o século VII observam-se tentativas, feitas nos meios mais letrados — na chancelaria pontifical, na do bispo de Ravena, por exemplo —, para afastar-se da escritura cursiva dos tempos bárbaros e de suas formas estreitas, alongadas e oblíquas, que propiciam confusão. Retoma-se o gosto pelas formas curvas e bem modeladas em que verticais inequívocas se distinguem claramente das horizontais. O que não impedirá o uso da cursiva merovíngia ou lombarda em muitas chancelarias até pleno século X.

A mudança se fará bem lentamente. Da diversidade das heranças deriva a diversidade das primeiras escritas carolinas, ainda marcadas pelo gosto das formas alongadas e pelas fraturas. Os primeiros a mudar os hábitos foram, juntamente com o *scriptorium* da corte, os de alguns grandes centros monásticos, como Fulda, Reichenau, Sankt Gallen, Tours, Auxerre, Fleury, Saint-Amand, Corbie e Verona. Cumpre observar também que, depois de 780, quando a nova escrita já tinha surgido, sendo usada na indicação de datas dos diplomas na chancelaria real, ainda se usa em Fulda a velha escrita anglo-saxônica. Por volta de 800, quando a chancelaria já havia generalizado o uso das novas grafias e os monges do reino franco a usam largamente na cópia de livros, a Itália ainda se demora em adotá-las. Lá ainda se usam igualmente, e num mesmo manuscrito, a minúscula carolina e a minúscula beneventina. Mesmo entre os mais determinados, os velhos hábitos só muito lentamente são abandonados, e foram anglo-saxões os caracteres que o próprio Alcuíno usou em 797, ao anotar, para seus colaboradores de Saint-Martin de Tours, uma compilação de atas do concílio de Éfeso de 431, bastante útil em sua luta contra o adocionismo. Só na década de 810 a maioria das oficinas monásticas e muitas oficinas episcopais adotam e dominam uma escrita mais simples, mais regular, que se estabelecerá de forma mais duradoura à época de Luís, o Piedoso. Ela se caracteriza por suas formas bem desenhadas, e mesmo padronizadas, e tornadas mais claras pela redução das ligaturas (ver p. 298; foto 18 do encarte). Essa escrita comporta inovações destinadas a facilitar a leitura e evitar ambigüidades: como é o caso, por exemplo, da distinção, absolutamente nova por volta de 800, das abreviações *ur* e *us* no final das palavras.

Pouco a pouco deformada pela imperícia dos que a usam nos séculos X e XI, retomada no essencial quando do renascimento da escrita no século XII, novamente modificada pelo uso, até as grafias angulosas e as ligaturas invasivas da escrita dita "gótica", a minúscula carolina será, no essencial, retomada no século XV pelos humanistas e é ela que dá, no século XVI, as formas definitivas de nossos modernos caracteres de imprensa, enquanto as maiúsculas serão simplesmente tomadas de empréstimo às letras epigráficas das inscrições romanas.

Surge uma nova preocupação na mesma década de 800, graças à obstinação de Alcuíno e sem dúvida também à de Maurdramne, abade de Corbie: a da pontuação. Alcuíno chega a escrever ao rei sobre esse assunto, salientando a necessária sutileza dos sinais.

Embora as distinções e subdistinções dos pontos constituam o belo ornamento das frases, seu uso se reduz continuamente em razão da rusticidade dos escribas. Mas, da mesma forma que o brilho da sabedoria e o ornamento da salutar erudição começam a ser renovados pelo zelo de vossa Nobreza, também nos parece excelente que seu uso seja retomado por aqueles que escrevem.

Alcuíno e Maurdramne bem sabem que se pode desvirtuar um texto à força de flexões intempestivas devidas a um mau uso das duas pontuações, diferentes de acordo com as oficinas, com as quais se salienta a pausa breve relacionada ao pensamento, ou a pausa longa exigida pela sintaxe. Começa, então, a se generalizar o sistema que relaciona o ponto embaixo à pausa breve e o ponto no alto à pausa longa. Foi na oficina de Aix, em Corbie, em Saint-Amand, depois em Saint-Denis, que surgiu um novo sinal, que haveria de ter uma longa carreira: o ponto de interrogação, que então era um traço ascendente ondulado ou quebrado, assumindo depois a forma do ponto-e-vírgula moderno, invertido.

A iluminura completa a cópia. Mesmo nos países menos sensíveis do que a Itália às idéias romanas que dominam a arte dos primeiros artistas cristãos, vê-se agora na ilustração mais do que um supérfluo absolutamente inútil e eventualmente prejudicial à concentração intelectual do leitor. Para os monges do reino franco, que seguem aqui a evolução dos espíritos — perceptível na Espanha da época visigótica e, principalmente, nos séculos VII e VIII na Inglaterra e na Irlanda —, a iluminura começa a ser considerada um recurso pedagógico: ela salienta a importância do texto ou simplesmente a de uma articulação desse texto. Nem todos os manuscritos são ornamentados com pinturas, mas estas são um sinal de respeito para com o texto, de valorização do trabalho, portanto do prestígio da oficina. O mesmo vale para as letrinas e as cercaduras, que começam a cair no gosto das oficinas da época merovíngia — isto é, uma caligrafia ornamental como aquela que, sob a influência insular, desenvolve-se em Luxeuil, em Corbie ou em Echternach desde meados do século VII —, com imagens de página inteira concebidas como verdadeiras ilustrações.

O rei dá o exemplo. Há um *scriptorium* no palácio, e o rei não lhe poupa meios: nele se usam pergaminhos, púrpura para tingi-los, ouro e prata para escrever, tintas para iluminá-los. Certamente o rei abre os cofres para conseguir os melhores artistas. Considerando-se o pouco caso que Alcuíno, intelectual e erudito preocupado principalmente

com a correção do texto, faz da iluminura quando se torna o único mestre da oficina de sua abadia de Tours, pode-se imaginar que, nos decênios que precedem a direção artística de Eginhardo, é o próprio rei quem supervisiona a oficina de Aix. Os escritos de Teodulfo, que dão mostras de uma constante reserva em relação às imagens, não nos autorizam a supor que ele tivesse alguma participação nesse caso. Na verdade, a pregação pela imagem será durante séculos a preocupação daqueles que se ocupam da vida pastoral, não a dos teólogos e dos exegetas. Carlos, homem pouco instruído que é nos primeiros tempos, mostra-se sem dúvida mais sensível do que seus conselheiros às virtudes da ilustração. Compreende-se que tenha zelado pela qualidade de sua oficina, tanto mais que as iluminuras dos manuscritos em seu poder e daqueles que ele oferecia eram um fator de prestígio real. Não nos devemos esquecer de que o rei dos francos tem sempre em mente os exemplos de difusão que lhe propiciaram ou deram a corte de Roma, a corte de Pavia e a corte de Bizâncio.

Foi essa oficina real, fortemente influenciada pelos manuscritos ingleses e italianos reunidos sistematicamente, que produziu, pouco depois de 781, o *Evangeliário de Godescalco* (Paris, Biblioteca Nacional da França; foto 14 do encarte), esse luxuoso manuscrito com letras de ouro e de prata sobre pergaminho púrpura que o rei encomendou para sua capela quando voltou de Roma. Nele se percebe a arte de um pintor familiarizado com modelos romanos, não com as lembranças da Antigüidade, mas com as criações que se multiplicam na Roma dos papas. A figura do Cristo que abre a obra de Godescalco aparenta-se com a Virgem de Santa Maria *in Trastevere* e também com os afrescos da Santa Maria Antiga. Os temas da ilustração se valem dos mais antigos símbolos do cristianismo, tomados de empréstimo antes à Roma de Constantino do que à tradição merovíngia. O frontispício é uma grande representação da Fonte da Vida, com os animais que simbolizam a regeneração pelo batismo (o cervo sedento) e a imortalidade (o pavão). Da mesma oficina palaciana sai, por volta de 800, um manuscrito de luxo escrito em letras de ouro, o *Evangeliário de Saint-Médard de Soissons* (Paris, BNF; foto 17 do encarte), com suas figuras de evangelistas de página inteira em um cenário arquitetônico que já mostra uma surpreendente busca da perspectiva.

À mesma época, desenvolve-se um outro estilo à margem da oficina do palácio, um estilo muito depurado, sem dúvida influenciado por manuscritos bizantinos trazidos para Aix pelas embaixadas do basileu, se é que artistas que fugiram de Bizâncio no tempo das perseguições

iconoclastas não encontraram em Aix um refúgio temporário e a oportunidade de mostrar o seu talento. Nele, a luz tem uma importância que não tinha na tradição paleocristã da Itália e tampouco na tradição insular. O *Evangeliário da Coroação*, talvez encontrado sobre os joelhos do imperador quando, no ano 1000, Oto III fez abrir o túmulo, é o exemplo mais brilhante dessa arte importada, que também se reflete em outros soberbos evangeliários de figuras dinâmicas (Bruxelas, Biblioteca Real; Aix-la-Chapelle, Tesouro da Catedral). É esse estilo que vai continuar sob os imperadores Luís, o Piedoso, e Lotário I, e que produzirá as obras-primas de meados do século.

Embora o tom seja dado pelo Palácio, o que acontece por obra de Carlos Magno, que se compraz em presentear personalidades do reino e principalmente igrejas com alguns dos manuscritos de Aix, o exemplo de atividade que vem dos monastérios é determinante. Foi neles que esta nunca se interrompeu. Dando simplesmente continuidade à arte dos tempos merovíngios, eles não ficaram esperando as decisões do rei Carlos. A atividade dos monges copistas, porém, e mesmo das monjas, aumenta sensivelmente na década de 780, e o impulso dado pelo Palácio parece decisivo para uma renovação da inspiração e para a busca de um novo estilo. Aqui, como nos domínios da língua e da literatura, o Palácio fornece os modelos de qualidade, mas a arte que se desenvolve em todo o reino é muito diversificada, copiando em parte o estilo dos manuscritos oriundos da corte, conservando também uma parte considerável das heranças artísticas da Gália merovíngia, dos monastérios anglo-saxões e das oficinas da Itália bizantina e lombarda. Da mesma forma que tecidos e peças de ourivesaria, os manuscritos circulam, e existem poucas artes tão abertas às curiosidades e permeáveis às influências quanto a dos miniaturistas, quando estes não se encontram, como na corte, submetidos a normas.

Logo em seguida vêm as oficinas das abadias mantidas pelos familiares do rei. Saint-Denis parece ter dado o exemplo desde os tempos de Fulrad. É para o esmoler-mor Hildebaldo, que faz a encomenda para a biblioteca de sua catedral de Colônia, que se ornam manuscritos em Chelles, onde a irmã de Carlos Magno, Gisele, desenvolve com entusiasmo a atividade de sua oficina. Certamente foi também em Chelles que se copiou e iluminou, pouco antes de 800, o *Sacramentário de Gellone* cujas letrinas são uma interpretação livre dos tipos decorativos copiados de algum tecido copta (Paris, BNF; foto 16 do encarte). Ainda que pareça não se ter preocupado muito com a qualidade artística da ilustração, Alcuíno faz do *scriptorium* de Saint-Martin de Tours um dos

grandes centros de cópia e difusão dos textos sagrados que ele próprio revisou. Bispo de Orléans e também abade de Fleury, Teodulfo dá ao *scriptorium* de Fleury, que viria a ser Saint-Benoît-sur-Loire, um impulso decisivo, de que dá provas uma luxuosa Bíblia em dois volumes, escrita em ouro e prata sobre pergaminho púrpura. Ela apresenta apenas uma bela ornamentação decorativa, que exclui qualquer tipo de imagem (Paris, BNF). Como vimos, Teodulfo se mostra bastante reticente em relação ao abuso das imagens, e é significativo que o mosaico com que ele orna a abside de Germigny seja dedicado à Arca da Aliança, isto é, a um objeto, não ao Cristo, à Virgem ou a um santo.

Desde o tempo do abade Maurdramne, na década de 780, e depois sob o abadado de Adalardo, o monastério de Corbie tem, nesse movimento, uma importância que se manteria ao longo de todo o século IX. São da oficina de Corbie obras-primas como *Quaestiones in Heptateuchon* de Santo Agostinho, um comentário dos sete primeiros livros da Bíblia (Paris, BNF; foto 15 do encarte), onde se combinam os estilos anglo-saxão e lombardo, ou como o *Saltério de Amiens* (Amiens, Biblioteca Municipal; foto 13 do encarte), onde aparece, antes de 780, a escrita carolina e cujas letrinas ornamentais, em geral de inspiração insular, salientam a diversidade dos temas religiosos e profanos abordados pelo salmista. Enviado a Corbie com sua família e com uma parte de seus bens, Didier, o rei lombardo vencido em 774, certamente trouxe alguns manuscritos iluminados por monges lombardos. Mas, sem dúvida em razão da vizinhança do bispo Georges, a influência de modelos iranianos não é menos evidente.

Outros *scriptoria* rivalizam, com sua produção de manuscritos quase sempre iluminados: Saint-Denis, Saint-Germain-des-Prés, Saint-Amand, Saint-Faron de Meaux, Flavigny, Estrasburgo, Fulda, Lorsch, Reichenau, Augsburgo, Freising, Mondsee, Sankt Gallen, Verona, Monza e, naturalmente, Bobbio. O trabalho é certamente demorado, e alguns copistas pensaram em nos deixar um registro de seu esforço: um deles levou 166 dias para copiar 206 folhas, isto é, duas páginas e meia por dia, usando uma boa caligrafia, de uma coleção canônica sem iluminuras; outro escreveu 182 folhas em 35 dias, isto é, onze páginas por dia, numa cópia menos cuidadosa de um comentário de São Jerônimo sobre *O livro de Jeremias*. Portanto, o rendimento de uma oficina é condicionado, muitas vezes, pelo número de copistas e pela qualidade que se espera deles.

Os bispos, nesse caso, seguem os monastérios. Desde que se torna bispo de Colônia, em 785, Hildebaldo desenvolve a atividade do

scriptorium episcopal. Em Mogúncia, em Salzburgo, em Freising, em Würzburg, em Ratisbona, os bispos estimulam a cópia e a iluminura. Só nas gerações seguintes, porém, se poderá falar do *scriptorium* de Lyon no tempo de Agobardo, do de Reims à época de Hincmar, do de Metz no tempo de Drogon. Não é preciso repetir que, mesmo nas grandes abadias, a eclosão de obras-primas se fará sobretudo nas duas gerações imediatamente posteriores à de Carlos Magno: o *Evangeliário de Ebbon de Reims* (Épernay, Biblioteca Municipal) e o *Saltério de Utrecht* (Utrecht, Biblioteca da Universidade) são dos anos 820-830, o *Sacramentário de Drogon*, o *Evangeliário de Lotário* (Paris, BNF) e o *Saltério de Luís, o Germânico* (Berlim, Staatsbibliothek), dos anos 840-850. O Renascimento Carolíngio é fruto de uma longa obstinação.

Os temas iconográficos inspirados pelos textos sagrados são de extrema diversidade. A Bíblia vem, naturalmente, em primeiro lugar, em especial os Salmos e os Evangelhos. Foi o *Evangeliário de Godescalco* que, a pedido do próprio Carlos Magno, desejoso de ver sua corte rivalizar com as de Roma e de Bizâncio, iniciou a série de grandes realizações da oficina do palácio (foto 14 do encarte).

O saltério é de uso corrente para a recitação do ofício divino. Ele é, pois, o livro prestigioso que tem seu lugar no centro do coro. O que foi encomendado por Carlos Magno na década de 790 ao copista Dagulfo, um dos artistas do palácio e parente de Alcuíno, para oferecer ao papa Adriano I — que morreria antes de receber o presente (Viena, Biblioteca Nacional) —, é uma obra de arte rara, com sua escrita em letras de ouro sobre púrpura, suas letrinas e sua capa de marfim cinzelado (Paris, Louvre; foto 6 do encarte).

O Evangelho se presta maravilhosamente a todo tipo de ilustração. As grandes figuras do Cristo no trono e dos quatro evangelistas formam, no *Evangeliário de Lorsch* (Bucareste, Biblioteca Nacional; Roma, Biblioteca do Vaticano), os frontispícios de página inteira dos grandes capítulos. Algumas alegorias também servem de pretexto para grandes composições: é o caso da Fonte da Vida, ainda bastante despojada no *Evangeliário de Godescalco*, e já apresentando uma visão paradisíaca no *Evangeliário de Saint-Médard* (Paris, BNF; foto 17 do encarte), ou a Adoração do Cordeiro, neste último. As narrativas da vida de Cristo e as parábolas se prestam aos pequenos quadros realistas que muitas vezes são de cenas da vida cotidiana. Juntamente com as arcadas e as colunas impostas por sua paginação, os cânones e os índices alfabéticos que normalmente abrem a cópia para facilitar pesquisas e glosas são, em contrapartida, pretexto para composições puramente decorativas. Estas

valorizam muitas obras compostas na Renânia, como o *Evangeliário de Lorsch* ou o *Evangeliário de Saint-Médard*, da mesma forma que, às margens do Loire, a *Bíblia de Teodulfo*, o *Evangeliário de Tours* (Tours, Biblioteca Municipal) ou a *Bíblia de Alcuíno* (Monza, Biblioteca Capitular).

Um pouco abandonado a partir do século VI, o Apocalipse volta a ser valorizado pelos exegetas e pregadores, e em seguida por copistas e miniaturistas. A Espanha cristã dá um impulso decisivo nesse sentido, principalmente com o *Comentário do Apocalipse* escrito por volta de 780 pelo monge Beato, do monastério de Liebana, próximo a Santander, uma obra que durante muitos séculos teve grande sucesso e contribuiu para que o último livro do Novo Testamento conhecesse uma nova popularidade. Publicam-se também outros comentários. Alcuíno escreve um, um monge de Benevento escreve outro. Esses comentários muitas vezes são acrescentados pelos copistas ao próprio texto bíblico, e os ilustradores neles se inspiram para elaborar um conjunto coerente de representações que não são apenas uma série de imagens fantásticas. O Apocalipse oferece, evidentemente, ricas possibilidades de uma interpretação livre das visões de São João.

Os Padres não são esquecidos. Continua-se a copiar, e às vezes a ilustrar, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, Gregório, o Grande, Beda ou Isidoro de Sevilha.

Essa ilustração pedagógica que a iluminura de página inteira permite e que deve muito ao classicismo encontrado pelos artistas na herança romana e paleocristã, com suas molduras arquitetônicas e seus cabochões ou seus camafeus em *trompe-l'oeil*, não exclui uma pintura puramente decorativa, a das letrinas e das cercadoras, onde ainda se observa a influência de uma arte insular muito imaginativa, ainda sensível à elegância dos entrelaçados e à excentricidade das figuras de animais — peixes, pássaros — e grutescos com rosto humano.

Sobre a prosa e o verso

O Renascimento afigura-se, antes de mais nada, como uma volta à latinidade clássica. Mas, ainda que as temporadas passadas na Itália tenham renovado sua visão da cultura e da política, Carlos não esquece as raízes culturais do povo franco e dos povos que subjugou. Seu classicismo não é uma negação da cultura germânica. Ele ordena que se compilem regras gramaticais do frâncico, sua língua materna. "Para que não se perca sua lembrança", ele ordena a compilação e a redação

dos velhos poemas orais transmitidos pela tradição histórica da Europa germânica. O patrimônio dessa Europa perdeu muito quando Luís, o Piedoso, mandou queimar essas relíquias de um passado pagão.

O rei não é o único a se preocupar com esse patrimônio. O bispo de Freising manda compilar, por volta de 780, um vocabulário que permita uma tradução precisa para o alemão dos termos latinos usados por ele na preparação de seus sermões, os quais se sente incapaz de traduzir quando os pronuncia diante do povo. Um outro glossário, provavelmente elaborado em Fulda por volta de 802, traduz para o alto-alemão da Baviera palavras e frases inteiras do latim corrente dos clérigos e do falar românico das guarnições francas.

Todos os gêneros literários são contemplados pelo Renascimento. Do manual didático necessário às escolas a um tratado de teologia que contesta uma heresia, dos textos fundamentais de direito, que se compilam em coleções, a uma ou outra obra de prática jurídica — encontra-se de tudo na produção dos revisores e das oficinas de escrita.

A poesia ocupa um lugar à parte. Mais do que em outros lugares, é para ela que se orienta a busca de originalidade e a preocupação com a elegância no *entourage* de Carlos Magno. Apesar de sua evidente conotação política, o nome de Davi, adotado pelo rei em suas tertúlias literárias do palácio, é também uma clara alusão ao fato de que se pode ser rei e cultivar a poesia. À falta de escrever, Carlos gosta de ouvir a poesia dos outros, tanto dos antigos como de seus contemporâneos. Respondendo ao primeiro poema que lhe dirige Paulo, o Diácono, para lhe agradecer pela libertação de seu irmão, Carlos não pode se furtar a fazê-lo em versos, mas é a Pedro de Pisa que ele confia a tarefa de versificar sua saudação. Será que o rei se arrisca a fazer versos nas horas de poesia lida ou improvisada que costumam ser as sessões da Academia palatina? Não é impossível.

De qualquer modo, a poesia é rainha na corte. Um Pedro de Pisa, um Paulo, o Diácono, um Alcuíno rivalizam nisto em seus debates, e mesmo em sua correspondência não deixam de escrever em versos. Aqueles que, como Alcuíno e Teodulfo, manteriam uma relação epistolar com o imperador depois de terem deixado Aix, sabem o quanto agrada a este essa mistura de arte poética e de informações e pareceres. Não devemos nos esquecer de Angilberto, de Modoíno, de Dungal, nem mesmo daquele que só podemos chamar de "o Anônimo de Paderborn", autor de uma epopéia que anuncia as canções de gesta. Na geração seguinte, Ermoldo, o Negro, achará natural contar em versos a história de Luís, o Piedoso. Não por acaso os nomes que se

adotam na Academia são os dos grandes poetas da Antigüidade: ao lado de Davi, Homero, Píndaro, Horácio, Ovídio.

A história vem em último lugar, na mesma posição que lhe destinaram os monastérios da época merovíngia, e seu estudo se deve tanto à necessidade de justificação política quanto à preocupação com a cultura. Mas os escritos históricos começam a se refinar. Ainda que os anais sejam feitos para um dia serem consultados, e não para serem objeto de recitações públicas, eles se tornam verdadeiras histórias. Nisso pesa a vontade do rei, e já na época de Carlos Magno os *Liber pontificalis* — que originalmente não passavam de uma série de informes versando principalmente sobre trabalhos realizados em Roma por cada papa — se enriquecem com algumas narrativas.

Assim, os anais continuam a florescer, e já não constituem apenas a apresentação de acontecimentos importantes em ordem cronológica. Muitas igrejas italianas mantêm os seus, e sabe-se que Paulo, o Diácono, antes de seu encontro com Carlos Magno, escrevera uma história do reino lombardo. No reino franco, os mais antigos são os *Anais de Saint-Amand*, que se iniciam em 687. Os *Anais de Lobbes*, que vão até o ano de 926, não passam, desde o início e até 791, de uma série de transcrições dos de Saint-Amand.

Os *Anais de Lorsch*, em compensação, são realmente originais, e importantíssimos para a historiografia de Carlos Magno. Iniciados em 703, eles são sem dúvida, a partir de 784 e até 803, obra de Ricbod, abade de Lorsch desde 784 e arcebispo de Trier a partir de 791. Ele freqüenta a corte de Aix e é membro da Academia palatina. Ricbod fez obra de verdadeiro historiador de sua época, aproveitando elementos dos *Anais reais* quando necessário, mas trabalhando informações que recolhe em toda parte; estas são da corte do rei, da qual é assíduo freqüentador, e procedem também de fontes diversas, que lhe são propiciadas por sua posição junto ao soberano e seu prestígio entre os letrados, e que constituem uma verdadeira rede de correspondentes, arcebispos e abades. Correspondendo-se com outros personagens íntimos do rei, agora dispersos, Ricbod colhe informações preciosas sobre os negócios da Germânia, sobre a situação das igrejas e mesmo sobre o que se passa em Roma. Por isso, sua narrativa, que cobre o período 785-803, é valiosíssima para a história da gênese do Império. E não o é menos para a da assembléia de 802, onde se revisam as legislações nacionais.

Os *Anais reais*, que se iniciam em 741, são redigidos na corte por um íntimo de Carlos Magno e, embora devam muito à consulta dos

arquivos do palácio, não se baseiam menos em muitas lembranças pessoais e em informações colhidas na corte. O primeiro autor, que continua sua redação até 788, pode ter sido o arcebispo Arn ou um monge de Lorsch. Posteriormente, sucedem-se outros íntimos do rei, entre os quais provavelmente Angilberto (até 801) e talvez Eginhardo (de 801 a 829). Todas essas atribuições de autoria não passam de conjecturas, mas podemos ter certeza de duas coisas: os *Anais reais* são documentos de primeira mão e obra de historiógrafos desejosos de agradar a Carlos Magno. No século IX, serão considerados texto oficial.

O nome "anais" continua a ser aplicado à maioria das obras historiográficas que não se limitam a uma "vida". Isso não impede que muitos trabalhos historiográficos já apresentem algumas características de uma história elaborada. O título de *Annales Mettenses priores* não nos deve enganar: é uma compilação de textos muito diversos, entre os quais se encontram passagens transcritas dos escritos tardios de Eginhardo e de "o Astrônomo", e também de uma história da dinastia de Pepino redigida em Chelles por determinação da abadessa Gisele. O autor da *Crônica de Moissac*, se não é o próprio abade, explora as lembranças que este trouxe de suas temporadas na corte do rei Luís de Aquitânia, e mesmo da de Carlos. Já autor de uma *História dos lombardos*, Paulo, o Diácono, escreve uma *História dos bispos de Metz* que dá um amplo panorama da vida da família dos arnulfianos. Aqui já estamos bem longe dos anais em que se faziam registros diários.

As vidas dos santos são muito apreciadas pelo público, ainda que, por determinação de Carlos Magno, se tenham reduzido as santificações feitas pelo povo, o que leva os clérigos a multiplicar a hagiografia dos santos de épocas passadas. A preocupação em oferecer à devoção dos cristãos exemplos morais facilita assim a eclosão de uma literatura historiográfica. Agora se escreve bastante sobre os santos merovíngios, e felizmente o exemplo é dado pelo Renascimento: as vidas antigas são redigidas em um latim que doravante é considerado ruim. Isso significa dizer que se reescreveu muito. Alcuíno não deixa de escrever, revisando simplesmente os textos antigos, uma *Vida de São Martinho* e uma *Vida de São Ricário* [Saint Riquier]. Mas os que escrevem essas obras, ainda que tenham sempre o cuidado de dar os exemplos de vida cristã requeridos pela pregação, preocupam-se em colaborar para a glória do povo franco e da nova realeza, notável pelo apoio que dá aos evangelizadores. Não é de espantar, pois, que Alcuíno tenha composto uma *Vida de São Willibrord*, parcialmente escrita em versos.

Sabe-se muito pouco daquilo que não tem relação com a atividade literária. O *trivium* — principalmente a gramática — e a teologia parecem ter recebido maior atenção. A curiosidade do rei e de seu círculo mais próximo, porém, parece não ter parado às portas do *quadrivium*. Alcuíno chega a propor ao rei, por correspondência, exercícios de matemática.

> Enviei a Vossa Excelência... algumas cifras aritméticas cuja sutileza dá gosto ver no caderno que nos havíeis enviado em branco para que, oferecendo-se nu ao nosso olhar, voltasse vestido... Vale a pena considerar os cálculos das cifras num livro de aritmética.

Arn, porém, manda que se escreva em Salzburgo *Informes astronômicos*, que não passam de uma compilação de obras gregas e latinas, mas que revelam uma preocupação genuína com as ciências exatas (Viena, Biblioteca Nacional). Mas ainda não havia chegado o tempo da irrupção, no Ocidente, das tábuas fornecidas pelo observatório de Bagdá. Talvez se ensine um pouco de astronomia, mas apenas se recopia. Nada indica a existência de um mínimo de pesquisa.

Uma nova arquitetura

Resta muito pouco da arquitetura dos tempos pré-carolíngios: alguns batistérios, como Saint-Jean de Poitiers, um batistério paleocristão transformado em igreja no século VII, alguns monumentos fúnebres como a cripta da abadia de Jouarre (século VII) e o hipogeu do abade Mellebaude (o hipogeu de Dunes) em Poitiers. O que sabemos da destruição das igrejas, denunciado por Bonifácio e também por Carlos Magno, é suficiente para explicar o pequeno número de edifícios conservados. Os textos nos dão a planta basilical (quase sempre com três naves) das grandes igrejas. Subsistem na Itália as basílicas tardias de Ravena (São Vital e Santo Apolinário *in Classe* em meados do século VI) e de Roma (a cripta de São Crisógono no século VII). Os elementos de decoração conservados harmonizam-se perfeitamente com as descrições dadas por esses textos, os quais insistem no esplendor dos mosaicos, quase sempre de inspiração bizantina (São Venâncio em Latrão, o oratório de João VII no Vaticano), no esplendor dos afrescos, em que predomina, em geral, o espírito realista da romanidade clássica (Santa Maria Antiga e a catacumba de Comodila em Roma, São Salvador

em Bréscia, Castelseprio, próximo a Milão), e no dos tesouros de ourivesaria, sempre tributária das técnicas de metalurgia importadas pelos bárbaros.

Graças, no mais das vezes, aos textos, aos muitos monumentos conservados apesar das destruições devidas aos *vikings* e também às escavações que se têm multiplicado nos últimos cinqüenta anos em numerosos sítios como Aix, Saint-Denis ou Saint-Riquier, a arquitetura carolíngia é mais bem conhecida do que a dos tempos merovíngios. É preciso deixar de fora as construções que, na Itália, como, em Roma, Santa Prudenciana e Santa Maria *in Cosmedin*, restauradas por Adriano I, devem tudo à tradição constantiniana e nada às iniciativas de Carlos Magno. Mais tarde, sob Pascoal I, na década de 820, dar-se-ia na Cidade Eterna uma renovação que não seria incorreto relacionar ao Renascimento Carolíngio.

O movimento começou bem antes que se decidisse o destino de Aix-la-Chapelle. Ele se manifesta inicialmente nos palácios e nas igrejas construídos em função da necessidade política de uma presença real e do desejo de implantar novos centros de vida religiosa próximos a regiões a serem evangelizadas. Nem por isso, porém, Carlos negligencia os lugares simbólicos cujo aspecto monumental pode contribuir para o prestígio da nova dinastia. De qualquer modo, o edifício tem sua própria função, além de sua função comum, que é de lugar de celebração do ofício. O que vai caracterizar fortemente essa arquitetura contemporânea de Carlos Magno é sua funcionalidade. Devemos ter sempre em mente, quando examinamos o que resta ou o que se sabe dos edifícios, a relação que eles mantêm com a função política e com a receptividade aos modelos e também com a devoção local e as particularidades litúrgicas do momento. Não se pode deixar de considerar nem as idéias correntes à época nem a vontade pessoal de Carlos Magno.

Era necessário, pois, pensar em primeiro lugar em Saint-Denis. Ninguém esqueceu o papel que teve Fulrad, que foi abade durante 35 anos, até sua morte, em 784. Todos sabem então que Carlos, juntamente com seu pai Pepino, recebeu a sagração do papa em Saint-Denis, e que a escolha da abadia não foi casual. Quando de sua permanência em Saint-Denis para proceder à sagração dos reis, o papa Estêvão II aí consagrou um altar dedicado aos santos apóstolos Pedro e Paulo. Por isso, Pepino, quando estava prestes a morrer, deu ordens para que se reconstruísse a igreja abacial. Esta ainda era — ligeiramente restaurada desde a época dos filhos de Clóvis — a mesma que fora edificada no final do século V, a conselho de Santa Genoveva, sobre o

mausoléu que abrigava o túmulo do primeiro bispo de Paris. Praticamente não houve tempo de trabalhar na obra sob Pepino. Carlos deu continuidade ao trabalho.

Pela primeira vez na Idade Média, copia-se um outro edifício em razão de seu significado religioso e político. Já se vêem em Saint-Denis os túmulos de vários reis, como o de Dagoberto e, principalmente, logo à entrada, o de Pepino, o Breve, enquanto não vêm o da rainha Berta e o de Carlomano II. Quando ainda não se pensava em elevar Aix-la-Chapelle à condição de capital, ao que parece Carlos cogitou em escolher Saint-Denis para sua própria sepultura. A idéia surge, pois, naturalmente: a necrópole dos reis francos deve evocar o túmulo de São Pedro. Ao papa, São Pedro; ao rei franco, Saint-Denis.

Assim se retoma, reinterpretando-a, a planta da basílica constantiniana de Roma, uma planta que data da década de 320: a abacial terá três naves — em Roma há cinco — separadas por colunas de acordo com a planta basilical tradicional, mas principalmente uma nave transversal, o transepto, e uma abside articulada diretamente sobre o transepto, erguida sobre uma cripta ocupada pelas relíquias dos mártires. A grande novidade é esse "transepto contínuo" que separa a nave da abside, pensando-se em separar, mais tarde, a nave de um coro construído na frente da abside.

Em Lorsch ou em Salzburgo, na mesma década de 770, e em Mogúncia vinte anos depois, a abside ainda não passa do prolongamento da nave central. Tanto em Saint-Denis como em São Pedro, o coração da igreja não é apenas o altar, em sua abside precedida pelas longas naves. É também a "confissão", essa cova à entrada do coro, um lugar santo para o qual convergem os três espaços da nave e os do transepto. E a cripta anular sobre a qual se assenta o coro lembra, curiosamente, vários arranjos semelhantes em Roma, na velha basílica de São Pedro e na igreja de São Crisógono, de construção recente. O lugar das relíquias, a "confissão", é o túmulo de São Dionísio e de seus companheiros de martírio, Rústico e Eleutério. Como dissemos, o túmulo de Pepino fica à entrada.

A importância de Saint-Denis é salientada pelas dimensões do edifício. O comprimento total é de 63 m; a nave principal — encimada por uma abóbada e não por simples madeiramento — tem 10 m de largura, e as suas colaterais têm 5,2 m de largura, o que representa um aumento muito pequeno em relação às dimensões da igreja merovíngia (63 m de comprimento, em vez de 57; 10 m de largura, em vez de 9,75). Mas à época ela causará admiração por ter noventa colunas em

seu interior e 130 nos pórticos, na parte externa, e porque a luz penetra por 101 janelas. Em sete anos, graças ao dinamismo de Fulrad e também graças à vontade do rei, a obra foi concluída: procede-se à sua consagração, em presença de Carlos Magno, em 24 de fevereiro de 775.

Há outra necrópole doravante essencial para o reino franco: Fulda. A abacial foi construída pelo abade Sturm a partir de 744, com base num projeto modesto, com uma nave única de 39 m de comprimento, mas lá, em 754, foi colocado o corpo de São Bonifácio. Para aquele que foi o "arcebispo das Gálias e da Germânia" e cujo culto faz afluir imediatamente grande número de monges e peregrinos, se procurará fazer o mesmo que se fez em Saint-Denis para o primeiro bispo de Paris e para os reis, e em Roma para o primeiro papa. Assim, a abadia de Fulda é reconstruída, em maiores dimensões, a partir de 791 sob o abadado de Baugulfo pelo monge arquiteto Ratgar, que continuará sua obra quando, por sua vez, se tornar abade. No centro de um imponente complexo conventual, a igreja abacial — concluída em 819 — é uma vasta basílica com três naves, fechada a leste e a oeste por dois coros. A aparição desses dois coros, que em Saint-Denis mal se esboçam, já constitui em si uma novidade na região, mas, também nesse caso, retoma-se a planta de São Pedro, com seu transepto contínuo, que aqui precede a abside ocidental. O coro oriental é retangular. Com um comprimento total de 97 m e um transepto de 77 m, Fulda é então a maior igreja construída ao norte dos Alpes. A imitação de Roma vai até a colocação de uma barreira de cancelos entre o cruzeiro e os braços do transepto. No coro ocidental, um soberbo baldaquino coberto de ouro e de prata eleva-se sobre o túmulo de Bonifácio. A abadia é bafejada pela sorte: um aqueduto leva até ela as águas do rio Fulda.

Fulda, por sua vez, será imitada nos muitos casos em que o sucesso condena o edifício original. Assim, em Paderborn, a catedral São Salvador, também ela concebida modestamente a partir de 777, foi reconstruída com base num projeto mais ambicioso a partir de 794. Da mesma forma, a abacial de Reichenau, construída pouco depois da fundação da abadia, que data de 724, foi duplicada em 746 — ela passa então de 15 para 31 m — tendo posteriormente sofrido um aumento considerável (41 m) depois de 799. Não se deixa então de dotar ambas as igrejas de um transepto à moda romana.

As inovações arquitetônicas não se limitam à introdução simbólica do transepto. Uma planta por vezes adotada na região mediterrânea agora se difunde no reino franco: ela compreende duas absides; a do leste é a do coro onde se celebram os ofícios, e a do oeste é ocupada

por uma espécie de coro fúnebre onde se veneram os corpos dos santos, e mesmo os dos fundadores e benfeitores. Por volta de 780, constrói-se a abside ocidental na abacial de Saint-Maurice d'Agaune. Ela é retomada, por volta de 800, na catedral de Colônia, depois na de Besançon. Em 820, já seria um dado normal na planta de Sankt Gallen.

Não é impossível que também essa abside ocidental seja copiada do uso romano. Como se sabe, as basílicas de São Pedro no Vaticano e de Latrão têm, desde sua concepção original à época de Constantino, o coro e sua "confissão" a oeste, ao passo que se impôs no Ocidente o hábito de orientar as igrejas, o coro e o altar-mor para o leste, de modo que o bispo e os fiéis fiquem voltados para o sol levante e para Jerusalém. Quando a arquitetura começa a se reportar ao exemplo romano, talvez se tenha achado desejável transferir para um coro ocidental as relíquias mais preciosas, a começar pelos corpos santos dos fundadores. O que se retoma em Cantuária, quando se constrói uma abside ocidental com uma cripta, é a prática romana. Nesse sentido, é muito significativa uma transferência que se fez no fim do século VIII: na abacial de Saint-Maurice d'Agaune, que, cabe notar, situa-se na rota do Jura da Itália e o papa Estêvão II aí se deteve em 753, exuma-se o corpo de São Maurício, que se encontrava no coro oriental, para enterrá-lo definitivamente na nova abside ocidental.

Em Lorsch, por volta de 790, pensara-se em dar ao *atrium* da abacial uma fachada ocidental de grande monumentalidade: um maciço escalonado, apoiado nas três colunas de um pórtico. Uma capela dedicada a São Miguel ocupava o pavimento. Mas ainda se tratava apenas de um edifício independente da própria igreja abacial. Essa *Torhalle* de soberba decoração reticulada e multicor, guarnecida de pilastras ao estilo antigo e de capitéis jônicos, que sobreviveu ao incêndio de 1090 e que ainda existe, se integrava ao conjunto arquitetônico da abadia, não ao da igreja.

Em compensação, foi na própria igreja abacial de *Centula* — isto é, de Saint-Riquier — que se viu surgir, entre 790 e 799, um procedimento arquitetônico totalmente original, que seria adotado em toda a época carolíngia e se caracteriza por um outro equilíbrio longitudinal: neste caso, já não se trata apenas de duas absides opostas, mas de dois grandes transeptos e dois cruzeiros com uma torre flanqueada por suas duas escadarias. No equilíbrio interno e externo da igreja, o conjunto forma dois maciços transversais, a leste e a oeste. A abside do lado leste normalmente é o coro, às vezes sobrelevado; o maciço do lado oeste, que é a grande inovação, é mais complexo em sua estrutura

interna. Precedido de um pórtico, ele é constituído inicialmente, no nível do solo da nave, de uma cripta retangular, arqueada e apoiada em pesados pilares, onde se veneram as relíquias principais que fazem a fama da igreja. Essa cripta é encimada por uma capela elevada circular, arqueada com planta centralizada, abrindo-se ela própria sobre a nave por uma ou mais arcadas, e flanqueada por duas tribunas laterais. Um coroamento de grandes dimensões, iluminado por uma série de *oculi* e por um lanternim, ocupa a parte superior de cada um dos dois transeptos.

Essa mesma planta com um poderoso maciço ocidental, sobre o qual normalmente se erguem uma ou duas torres com pavimentos dotados de aberturas e flanqueados pelas torrinhas das escadarias, haveria de ter vida longa. Por volta de 830, o abade de Fontenelle pensará em dotar sua abacial de um maciço semelhante, com uma torre alta dando para a nave e constituindo, com suas salas laterais, se não um verdadeiro transepto interno, uma espécie de transepto externo. Ainda na década de 880, ele é encontrado na Alemânia, na abacial de Reichenau, e na Saxônia, na de Corvey, a "pequena Corbie" fundada por monges de Corbie e por seu abade Adalardo.

Indagou-se muito sobre os motivos que levaram os arquitetos a desenvolver essa nova planta. Invocou-se o exemplo das duas salas opostas da capela de Aix. Pensou-se na necessidade de uma espécie de relicário onde os fiéis pudessem dedicar-se a suas devoções sem estorvar os ofícios que se desenvolviam no coro e que eram acompanhados da nave. Levantou-se também a hipótese de que simplesmente o bispo ou o abade tinham necessidade de uma sala um tanto solene para as reuniões não-litúrgicas. Não se pode subestimar a diferença entre o grande afluxo de fiéis determinado pelas relíquias e pelos túmulos e a fraca afluência de fiéis que vêm acompanhar os ofícios cantados no coro oriental pelos monges da abadia ou pelo clero da catedral: a generalização posterior do deambulatório não teria outra razão senão a necessidade de afastar do coro os peregrinos que vinham apenas para aproximar-se do santo. Na verdade, os textos antigos nada dizem a respeito, e qualquer explicação é mera conjectura.

Como deve ter ficado claro, a face oriental das igrejas agora vai muito além da simples entrada com *atrium* ou pórtico. Catedrais ou abaciais, muitas igrejas têm do lado oeste um elemento forte, ainda que seja simplesmente a abside única. Também neste caso, como não evocar o exemplo de Latrão ou de São Pedro de Roma? Encontrar-se-ão essas igrejas "ocidentalizadas" até em Auxerre, em Angoulême e em Saint-Michel-de-Cuxa.

A imitação de Roma não é tudo. O abade Angilberto enviou monges a Constantinopla e a Jerusalém com a missão de trazer relíquias. Muito provavelmente os monges trouxeram também idéias arquitetônicas. Aqueles que, no *entourage* de Carlos, visitaram Ravena, não foram menos sensíveis ao que descobriram na arte bizantina. A disposição no lado oeste da capela em rotunda que ocupa o grande pavimento do maciço ocidental de Saint-Riquier lembra, curiosamente, a do Santo Sepulcro em Jerusalém, com seu santuário circular fora da basílica retangular e além de sua abside ocidental. A própria igreja Sainte-Marie, que ocupa o ângulo meridional do conjunto monástico, é composta de um polígono de seis faces no centro e doze faces na colateral, figura que anuncia a opção que se faria alguns anos mais tarde para a capela palatina de Aix.

Essa arquitetura monástica, cujo desenvolvimento acompanha evidentemente a consolidação do monacato beneditino realizada por Carlos Magno, já não se limita apenas aos edifícios de culto e de residência dos monges. O que constitui o novo tipo de monastério é um conjunto de edifícios específicos, alguns dos quais abertos aos leigos, enquanto outros reservados aos monges.

Seu protótipo teórico será desenhado por volta de 820, quando o bispo de Basiléia envia à abadia de Sankt Gallen um projeto tão ambicioso que nunca será executado em sua totalidade. A "planta Sankt Gallen" é, sem dúvida, em seu desenho ortogonal e simétrico, uma utopia e um projeto arquitetônico puramente teórico, cuidadosamente traçado em cinco peles de pergaminho. Mas seria um erro considerá-lo irrealizável: a planta do palácio de Aix-la-Chapelle não lhe é comparável, em sua rigorosa inscrição em várias figuras geométricas simples, quatro quadrados, um triângulo e um polígono de dezesseis faces? A planta de Sankt Gallen representa principalmente a idéia que, naquele começo do século IX, se procurava concretizar: a de um centro de vida autônoma. Tanto quanto uma planta, ela é também um programa, isto é, uma enumeração dos elementos desejáveis (ver p. 386).

Seu centro é, evidentemente, a igreja abacial num plano basilical de três naves, um transepto e duas absides opostas, com a biblioteca e o *scriptorium* que, fazendo *pendant* com a sacristia, flanqueiam o coro oriental. Ao sul da nave, o claustro principal é o centro da vida material, para o qual dão os principais edifícios monásticos como o dormitório, a sala onde os monges se aqueciam, a sala de banho, a lavanderia, o refeitório e a cozinha, a adega e a despensa, a cervejaria e a padaria.

Um espaço considerável é ocupado pelos edifícios de alojamento, não apenas os que são destinados ao noviciado, ao hospital e à enfermaria, mas também os que se destinam à casa dos hóspedes graduados e à casa dos peregrinos, com suas cozinhas e cervejarias. Atrás do coro oriental da igreja, os noviços têm sua capela, certamente porque se lhes ministra uma pedagogia litúrgica adaptada à sua formação. Os doentes têm igualmente sua capela e seu claustro, para facilitar as rotinas impostas por seu estado de saúde. Bem próxima fica a casa dos médicos, com sua farmácia, e a casa onde se fazem sangrias e purgações.

Destinada aos jovens monges, a escola interna é pequena e não passa de um anexo do claustro dos noviços: nela se realiza apenas uma parte de sua atividade. Mais vasta é a escola externa, organizada para os bolsistas que se espera sejam muitos e que lá passarão a maior parte de seu tempo: para eles há duas grandes salas centrais e doze salinhas formando um círculo.

Naturalmente, há também os edifícios como celeiros e palheiros, a pocilga e a estrebaria das éguas e dos potros, o galinheiro e o cercado para os gansos com sua edícula circular. Há a casa dos artesãos, a dos jardineiros, a dos tanoeiros, a dos cavalariços.

Cabe uma última observação: o abade vive separado. Ele tem sua casa com um pavimento, que se comunica, por um corredor, com o transepto da grande igreja. Tem sua cozinha, sua adega, sua casa de banhos. Ainda não se esqueceu o tempo dos abades leigos, e o dos abades aristocratas ainda está longe de acabar.

Estabelece-se uma distinção clara, tanto no espaço como nas funções vitais, entre os hóspedes e os peregrinos. Os hóspedes estão em sua própria casa, pelo menos durante algum tempo, assim como os bolsistas da escola externa, e participam da vida do monastério. Os peregrinos, por sua vez, se demoram apenas o tempo de repousar. Às vezes os hóspedes são pessoas notáveis: eles têm os seus quartos, com suas latrinas anexas às casas, sua estrebaria e o alojamento de seus criados, mas não têm uma cozinha e fazem suas refeições com os monges. Os peregrinos têm cozinha, padaria e cervejaria: eles não podem incomodar os monges passando de um lado para outro o tempo todo.

A realidade já se parece, porém, com a teoria, e até acontece de a preceder. Em Lorsch, o conjunto dos edifícios monásticos organiza-se em torno da igreja abacial, de seu *atrium* ocidental e de seu claustro meridional, no interior de um vasto conjunto que compreende ainda uma pequena igreja dedicada a Santo Udalric. Em Fontenelle (Saint-Wandrille), os diferentes elementos se articulam em volta do grande

claustro: dormitório, refeitório, despensa, biblioteca e depósito de arquivos. Encontra-se a norte do coro o que é então uma novidade e que haveria de ser adotado pela arquitetura monástica dos séculos vindouros: um *conventus* para as reuniões que não de prece, isto é, uma sala capitular. Em Saint-Riquier, sob o abadado de Angilberto, edifica-se toda uma cidade monástica para acolher a vida religiosa e material de uma comunidade que provavelmente chega a ter, incluindo-se monges e servos, seis mil almas. Lá existem três santuários. Os numerosos edifícios da vida comunitária e de recepção de visitantes são dotados de pórticos de madeira (com 7,5 m) cujo princípio lembra, surpreendentemente, o projeto geral de Aix-la-Chapelle. A única grande diferença em relação à planta ideal de Sankt Gallen é que a igreja abacial Saint-Sauveur e as igrejinhas Sainte-Marie e Saint-Benoît situam-se não no centro do conjunto, mas nos três ângulos de um amurado triangular de três hectares.

Essa busca de uma arquitetura monástica claramente distinta do modelo tradicional dos conjuntos catedrais — igreja, batistério, casa episcopal, casa do clero — continuaria a dar frutos durante toda a Idade Média. Seu ponto máximo será o grande projeto de Cluny, nos séculos XI e XII.

Já sabemos o papel que os monastérios têm na vida do reino franco. Mas o impulso dado sob Carlos para a reconstrução e ampliação das catedrais também merece destaque. Como em outros domínios, foi Chrodegang quem, em Metz, tomou as primeiras iniciativas nesse sentido, na segunda metade da década de 750. Cabe a Carlos, em seguida, ampliar o movimento. Mais de duzentas catedrais estão em processo de construção durante o reinado. Algumas delas em regiões de cristianização já antiga: o bispo Jerônimo reconstrói a catedral de Nevers, o arcebispo Leidrade restaura a de Lyon, acrescentando-lhe um claustro.

Mas é naturalmente nas regiões mais favorecidas pela nova dinastia, entre o Mosa e o Meno, e nas regiões recém-evangelizadas, que a atividade de construção dos bispos contemporâneos de Carlos Magno se observa melhor na paisagem urbana. A planta com duas absides e dois coros opostos, um dos quais, a oeste, encima a cripta, foi adotada na catedral de Colônia, que o arcebispo Hildebaldo começa a reconstruir na década de 800. Alguns anos antes, acrescentara-se à velha catedral dos tempos merovíngios uma abside ocidental com um deambulatório. No edifício que se ergue a partir de 800, tem-se agora um maciço que engloba, diante da abside ocidental inspirada em Roma, um transepto único. Um maciço oriental, diante do coro e de

sua cripta, só existe em seus volumes externos: no interior, a nave central leva diretamente ao coro. Assim seria a planta das catedrais de Worms e de Spira, onde se desenvolve uma nova monumentalidade, inspirada no exemplo dado em Metz pelo bispo Chrodegang — como sabemos, um dos personagens mais influentes da Igreja franca à época de Pepino, o Breve — e, em seguida, em Saint-Riquier pelo quase genro de Carlos Magno, o abade Angilberto.

Sabemos que a igreja catedral não é isolada. O grupo episcopal herdado dos tempos merovíngios ainda continua, mas já se começa a perceber uma tendência ao agrupamento. Embora os monastérios ainda conservem suas duas ou três igrejas, a planta de Sankt Gallen lhes destina funções precisas. A multiplicidade não se prende mais apenas à diversidade das devoções. Quanto às catedrais, elas começam a se desvencilhar das igrejas que as acompanham. O batistério, que constituía desde a época paleocristã um edifício à parte, vai se reduzir a um monumento interno à catedral: a fonte batismal é substituída por pias batismais. É verdade que ainda se construirão batistérios, e isso até o século XI, como por exemplo o de Nevers. Mas são meras exceções.

A arquitetura carolíngia beneficiou-se grandemente de um significado político: o rei Carlos pretende tornar visível a magnificência de seu reino. O próprio Eginhardo, encarregado das obras determinadas pelo rei, *exactor operum regalium*, como o chama seu contemporâneo autor da *História dos abades de Fontenelle*, define sua missão: "o ornamento e a utilidade do reino". Ao mesmo tempo diretor e, enquanto tal, encarregado de designar os arquitetos e fazer as opções arquitetônicas, inspetor geral a quem prestam contas os executantes ou seus próprios enviados, esse conhecedor da obra *De Architectura* de Vitrúvio se torna, a partir de 796 e até o fim do reinado, o homem dos canteiros de obras reais. Se este, a quem os amigos gostam de chamar de nardo, usa na Academia o nome de Beseleel é porque esse personagem bíblico, sobrinho de Moisés, segundo o livro do Êxodo (35, 30-33), é o artista que, cumulado de todos os dons, foi o autor do Tabernáculo. Os íntimos do palácio leram a Bíblia.

> Moisés disse aos israelitas: "Vede: o Senhor designou a Beseleel, filho de Uri, filho de Hur, da tribo de Judá; ele o encheu de um espírito divino para dar-lhe sabedoria, inteligência e habilidade para toda sorte de obras: invenções, trabalho em ouro, em prata e em bronze, gravura de pedras de engaste, trabalho em madeira, execução de toda sorte de obras."

Deve ter ficado evidente a extensão das aptidões implícita na referência a Beseleel. Apesar da lenda que, desde sua época, alimenta sua fama, e mesmo que se cogite em lhe enviar jovens monges desejosos de se formar nas artes, nada indica que o próprio Eginhardo tenha praticado alguma arte, exceto, mais tarde, a de historiador. Os textos idôneos o mostram antes como um ministro das Belas-Artes, e dos mais esclarecidos. Ele é capaz até de impor os seus pontos de vista ao rei: como na ocasião em que se opõe terminantemente a uma concepção muito romana da basílica com naves, com teto de madeira, segundo o modelo que encantara Carlos Magno quando de suas viagens à Itália: o da capela bizantina em plano central. A maioria das construções da época seguirão os cânones de Eginhardo.

Longe do rei, outros participam dessa ressurreição da arquitetura. Em muitas assembléias, ouve-se o rei lembrar aos bispos e aos abades que não devem ficar impassíveis diante de igrejas que ameaçam ruir. As capitulares determinam aos *missi* que zelem para que o clero não descuide disso. A primeira capitular de Thionville, em 805, lembra aos bispos que eles devem se preocupar com as igrejas sem curas, sem ofícios e sem iluminação. Ela recrimina severamente os clérigos que recebem o dízimo e não se preocupam em manter sua igreja. Felizmente existem alguns que, por gosto pessoal ou por obediência, se mostram bastante zelosos.

Apesar de toda a importância que Carlos Magno dá à construção das igrejas, ele percebe, talvez um pouco tarde, que esta deve ser apenas um meio, não um fim. A ambição dos bispos e abades leva ao esbanjamento dos recursos: as novas construções sofrem de gigantismo e não é raro que uma catedral ou uma abacial dobre de tamanho em algumas décadas. A reforma do clero não se faz com a rapidez desejada pelo rei, e o clero de certo modo inverteu as prioridades. Em 811, o velho imperador admoesta, em função disso, os bispos e os abades.

> Embora seja muito bom que as igrejas constituam belos edifícios, é preciso valorizar em primeiro lugar aquelas que se ornam com a pureza de seus costumes. A nosso ver, a construção das basílicas é um costume da Lei Antiga. A correção dos costumes, em compensação, pertence mais especificamente ao Novo Testamento e à disciplina cristã.

Pouco sabemos do ornamento interno das igrejas. Praticamente ausente dos antipêndios — porque aqueles que se conservam são essencialmente composições realizadas a partir de elementos tomados

a outros tipos de decoração —, a escultura de pedra está presente principalmente nos cancelos, essas grades de pedra vazada que formam uma balaustrada; como nas igrejas primitivas, esta separa o coro dos padres da igreja dos fiéis e é completada pelas duas tribunas onde se cantam a Epístola e o Evangelho da missa. Em meados do século VIII, Chrodegang adota seu uso na catedral e em Saint-Pierre-aux-Nonnains de Metz (ainda se conservam 37 dessas peças no Museu de Metz). Logo elas seriam vistas por toda parte. Tem-se aí o predomínio da continuidade. Florescem no mármore ou no calcário duro as rosetas, os pâmpanos e suas volutas, as palmetas à antiga, os entrelaçados de lilases, as folhas de acanto, todos esses motivos tomados de empréstimo à arte romana e paleocristã da Itália, completados pelos da decoração anglo-saxônica, de que são exemplos os entrelaçados de bandas e as faixas dobradas, e também os símbolos da arte paleocristã, a fonte da vida, o pavão, o leão, o grifo. Uma placa de Metz chega a mostrar o Cristo segurando a hóstia. A escultura está igualmente presente nas pilastras com bandas e trançados, e, principalmente, na base das colunas, onde se vêem — tanto em Saint-Denis como em Germigny — florões, palmetas e às vezes figuras de animais. Ela orna, enfim, juntamente com os colunelos, os tronos episcopais, as tribunas e os baldaquinos de pedra que muitas vezes encimam os altares e as pias batismais. A acreditar nas iluminuras e nas placas, é possível colocar cortinas entre os colunelos para cortar o vento e completar a decoração.

Uma técnica um tanto desprezada desde a Antigüidade reaparece e se mantém por algum tempo: a do estuque. Ela é usada em Germigny, em Saint-Jean-de-Maurienne e em Cividale. Não se tem pejo de combiná-la com elementos de policromia: enriquecem-na com pérolas e peças de vidro tingido.

Por meio de textos ou documentos iconográficos, como iluminuras ou placas de marfim, conhecemos os equipamentos e o mobiliário que contribuem para a decoração de algumas igrejas. Eles seguem o estilo da arquitetura. Carlos e Carlomano oferecem à nova abacial de Saint-Denis relicários e ostensórios em que o ouro e a prata se combinam com o marfim, e as 1.250 lâmpadas suspensas em correntinhas consumiriam mais de trinta mil litros de óleo por ano. As mesas de ouro e prata oferecidas por Carlos Magno às basílicas romanas, e as que ele lega, em testamento, ao papa e ao arcebispo de Ravena, nos levam a crer que esses móveis faziam parte do ornamento das igrejas mais privilegiadas. Essas mesas com figuras gravadas não podem ser

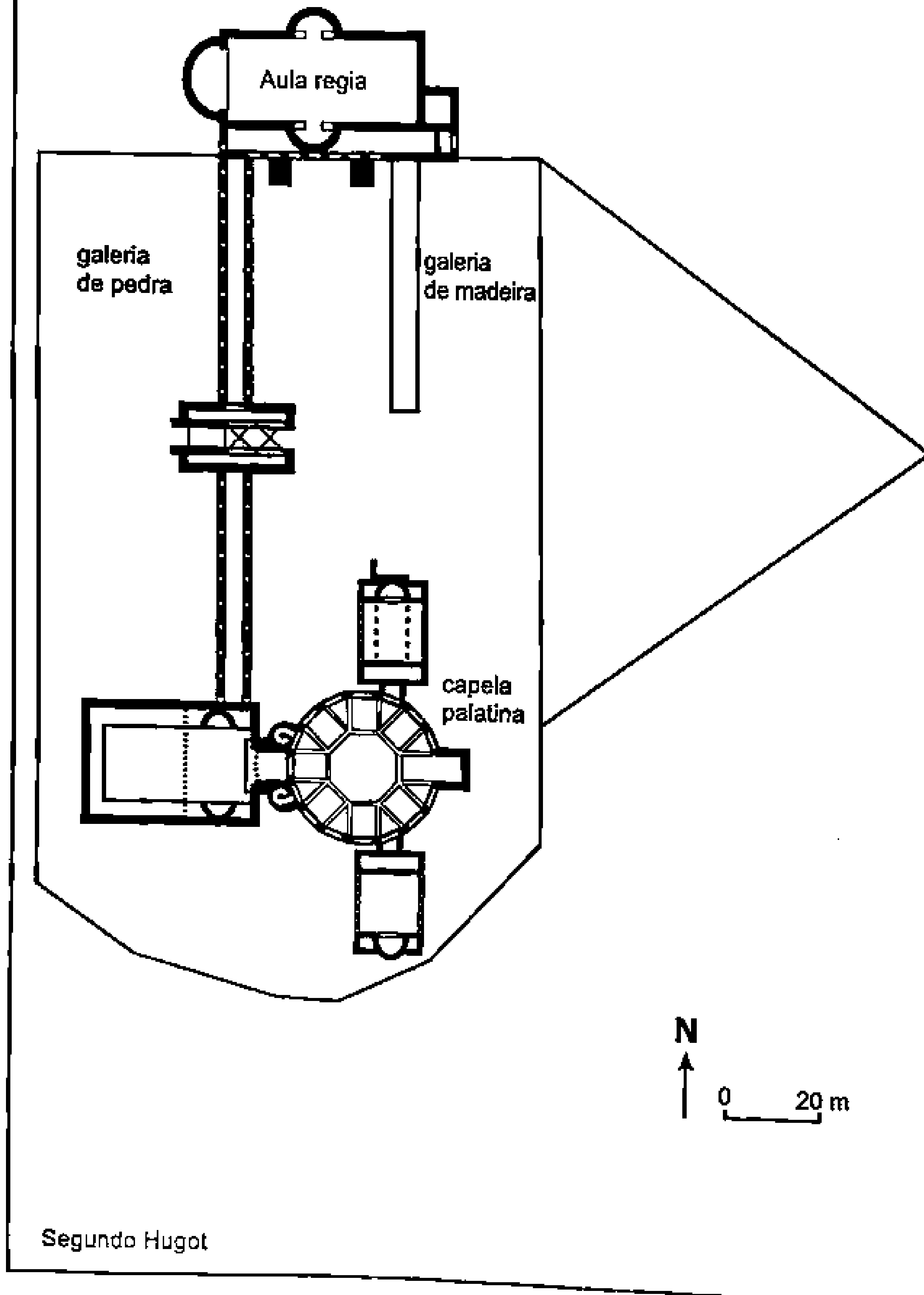
confundidas com os altares, que são de pedra. Certamente se colocavam as oferendas sobre elas durante a missa.

A arte do mosaico não combina muito bem com a parca luz das igrejas carolíngias. Inspirado num protótipo omíada de origem helenística, que certamente chegou até elas passando pela Espanha e pela Septimânia, terra de Teodulfo, o mosaico da Arca da Aliança da abside de Germigny, com seus dois anjos de amplos movimentos, praticamente não será copiado, da mesma forma que a arquitetura civil não copia a decoração do palácio de Aix-la-Chapelle. Quanto à pintura mural, ela não vai além de alguns exemplos raros. A pintura ainda se limita, por mais algum tempo, às iluminuras dos manuscritos.

Aix-la-Chapelle

Na década de 790, Carlos começa a aumentar o palácio de Aix-la-Chapelle para lhe dar as dimensões requeridas pelo desenvolvimento de sua corte e de sua administração central. Para isso ele chamou um arquiteto renomado, conhecedor da obra de Vitrúvio, um monge provavelmente de Metz chamado Odon ou Eudes, colocando-o sob direção de Ansegísio, abade de Saint-Wandrille, e certamente também de Eginhardo. Ele começa por organizar o espaço à maneira das fundações romanas: um grande quadrado de cerca de 120 metros de lado, dividido em quatro partes iguais por uma comprida galeria coberta em posição norte-sul e por uma rua principal oeste-leste (ver p. 262). Feita de alvenaria, a galeria liga a grande sala das assembléias gerais, que fica no norte, à capela palatina, que fica no sul. A metade do quadrado situada a leste da galeria, que por isso se chama palácio interno, é completada com um espaço triangular que atinge o complexo termal formado a leste pelo que resta das termas romanas, por novas termas e pela piscina na qual, como se sabe, cem pessoas podiam nadar comodamente. As termas dos romanos estão fora de uso, mas ainda se utilizam os seus sistemas de adução de água, alimentados pela "fonte do Imperador" e pela "fonte de Quirino".

Nos cinco espaços assim delimitados — quatro quadrados e um triângulo —, dentro de alguns anos haveriam de ser construídos os diferentes edifícios necessários à residência real, à administração e às acomodações de toda uma corte de que o rei pretende se rodear para tê-la sempre à mão. Porque o palácio é, em si, uma cidade. Não se pode dizer que é uma cidade dentro da cidade, porque ele excede a própria cidade.



A galeria coberta não apenas protege contra a chuva e a neve a passagem entre a grande sala e a capela. Ela dá ao conjunto desse palácio, que se assemelha a um amurado, sua verdadeira unidade. No cruzamento da avenida com a rua principal, um pórtico monumental marca o centro do palácio. No primeiro pavimento há uma sala destinada às audiências judiciárias. Ao seu lado há edifícios com cúpulas, talvez destinados à guarda pessoal do rei.

A grande sala, a "halle", que fica no lado norte, na saída da galeria da qual fica separada por um pátio duplo de entrada, tem uma cobertura de madeira. A arquitetura é inspirada na *aula palatina* do palácio de Trier, com sua vasta nave de tijolos iluminada por duas fileiras de janelas. Mil metros quadrados com um teto a mais de vinte metros, uma grande abside com três degraus, a oeste, para o rei e para os seus próximos, duas absides laterais certamente destinadas aos serviços durante a assembléia — tudo isso resulta num edifício imponente, iluminado por duas fileiras de janelas. Na parte externa, uma galeria de madeira corre ao longo dos muros entre os dois andares de janelas: ela permite sair a fim de ver o povo de Aix reunido em assembléia na praça do mercado e se fazer ver por ele. A "halle" é perfeitamente adaptada à sua função: sediar as assembléias do povo franco.

Aí, temos o governo. O culto fica do lado oposto, na extremidade meridional da longa galeria de alvenaria. Concluída no essencial por volta de 798 e nos arranjos internos em 804, a capela palatina dedicada à Virgem insere-se num complexo cultual em forma de cruz latina. É um vasto monumento com planta centralizada, encimado por uma cúpula cujo ponto mais alto eleva-se a 31 metros. A nave colateral, de dois andares, abre-se para o centro através de grandes vãos com colunas em dois níveis. Essa nave colateral forma do lado externo um polígono de dezesseis lados, e delimita no lado interno um octógono, tendo o arquiteto realizado a junção de forma bastante hábil, valendo-se de abobadilhas triangulares colocadas entre os tramos quadrados.

Grandemente inspirado no projeto de São Vital de Ravena, que por sua vez se inspira na igreja de São Sérgio e Baco de Constantinopla, esse projeto — que lembra singularmente o da igreja de Santa Sofia erguida vinte anos antes em Benevento pelo duque Arichis — revela a originalidade da capela palatina, mas a construção evidencia o *savoir-faire* dos mestres-de-obras francos, como por exemplo nos arcobotantes internos que, entre os tramos da nave colateral, sustentam o peso da cúpula central. E descobriu-se um simbolismo cifrado das proporções, que deriva de uma grande ciência e não de uma simples capacidade

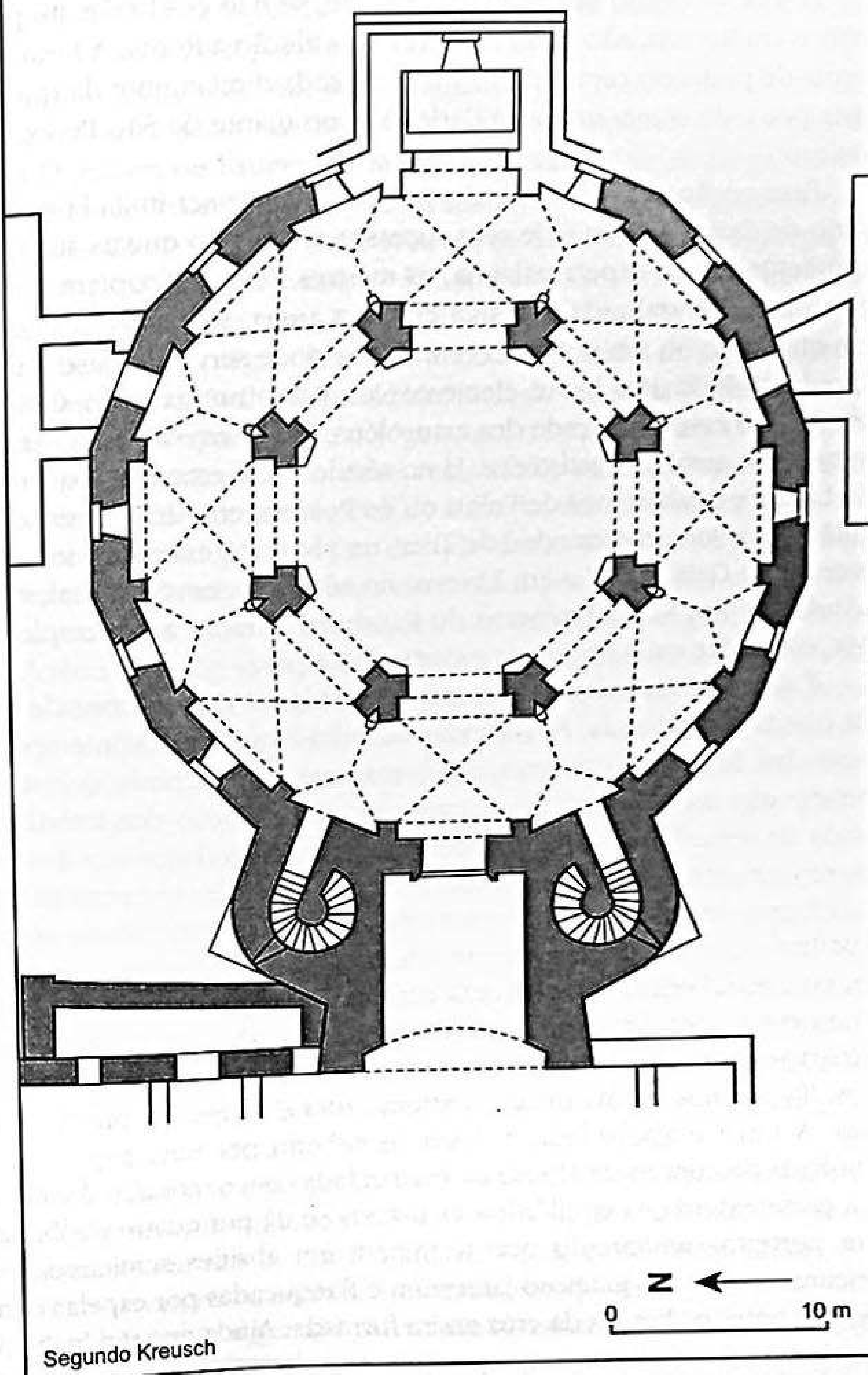
de imitação. Os 144 pés (48 metros) da circunferência interna — oito vezes seis metros — lembram estranhamente os 144 côvados da circunferência da Cidade Santa celeste projetada, no Apocalipse (21,16), pelos próprios anjos: "cento e quarenta e quatro côvados, medida de homem, que é também medida de anjo".

O octógono é completado com dois coros retangulares. O do lado oeste, que tem três níveis, sendo que o intermediário é uma capela e o mais elevado abriga os sinos, abre-se para um *atrium* limitado por um edifício de seis andares, ligado à comprida galeria de alvenaria que une todo o palácio.

O rei e a corte ocupam a galeria superior; o trono real — quatro placas de mármore branco de Carrara sem ornamentos — fica a oeste, sob um grande pórtico flanqueado na parte externa por duas torres (foto 1 do encarte). De lá, vê-se ao mesmo tempo o altar do Salvador, que fica em frente do pavimento, o altar da Virgem, no pavimento inferior, e o altar de São Pedro, no fundo do coro oriental.

A decoração que Carlos quis para a capela de seu palácio harmoniza-se com a arquitetura. As portas são de bronze maciço, e não de simples madeira revestida de bronze como tantas outras. Os dois andares têm colunas antigas que o rei mandou vir, juntamente com alguns mosaicos, de Roma e de Ravena, não sem antes escrever ao papa Adriano I pedindo autorização para isso. Não devemos ver aqui a preocupação de integrar vestígios da Roma dos Césares à arquitetura da nova Roma. Eginhardo o diz sem rodeios: se se trazem de Roma colunas e mármores, é apenas "porque não poderiam ser encontrados em outro lugar". Mas mandam vir mosaicos romanos para revestir a abóbada da nave colateral com uma decoração de ramagens e de estrelas de ouro sobre um fundo verde escuro onde se encontram os símbolos da Jerusalém celeste, com a cidade ideal circundada pelos quatro rios do Paraíso — o Tigre, o Eufrates, o Fison e o Geon —, os quatro nomeados pelo Antigo Testamento e que a exegese da Idade Média muitas vezes toma por símbolos dos quatro evangelhos. Um mosaico da cúpula, que desapareceu sob uma decoração barroca e foi reconstituído em 1881, representava o Apocalipse.

Para cada elemento da decoração, usam-se o ouro e a prata em profusão, da mesma forma que o bronze para as portas e as balaustradas da galeria elevada. Os mármores revestem todo o edifício, alternando cinza e branco nas arcadas centrais, em placas policromáticas nas paredes da nave colateral e nos abocinados das janelas. Um globo de ouro domina a cúpula. Naturalmente, a iluminação — que ainda



não era a atual coroa de luz, oferecida por Frederico Barba Ruiva — é tão suntuosa quanto abundante. A glória do rei está inscrita na cúpula, em letras de cor púrpura: *KAROLUS PRINCEPS*.

Embora a capela se inspire claramente, se não em Bizâncio, pelo menos em Ravena, não deixa de haver uma alusão a Roma. A fonte em forma de pinha no centro do *atrium* é imitada diretamente da que foi vista por todo o *entourage* de Carlos Magno diante de São Pedro, no Vaticano.

Essa opção arquitetônica não podia deixar de ser imitada no império de Carlos Magno e de seus sucessores. Mais do que as sutilezas arquitetônicas da capela palatina, os mestres-de-obras copiam a simples planta centralizada, a planta em cruz grega, sem nave mas com um quadrado ou um polígono central que pode servir de base a uma cúpula. A Itália já adotara elementos da Roma antiga e do Oriente cristão. É o caso do traçado dos mausoléus, dos *martyria*, às vezes das igrejas, em geral dos batistérios. Já no século IV ele estava no batistério de Latrão e também nos de Fréjus ou de Poitiers, em São Lourenço de Milão e no conjunto catedral de Trier; no século V, encontramo-lo no túmulo de Gala Placídia em Ravena; no século VI, em São Vital, e no século VIII em Sankt Emmeran de Ratisbona. Graças ao exemplo de Aix, ele se faz mais freqüente a norte dos Alpes.

É difícil atribuir a uma imitação de Aix alguns outros casos de uso da planta centralizada. As rotundas de Saint-Riquier são contemporâneas das de Aix, ou mesmo anteriores, mas não se pode deixar de pensar que as idéias se difundiram antes do começo dos trabalhos. Nada de semelhante, porém, em Germigny. Sensível que era aos encantos da arte bizantina, Teodulfo dota sua residência episcopal de Germigny de uma capela, construída entre 803 e 806, numa planta quadrada que integrava na parte interna oito tramos em volta de um tramo central encimado por uma cúpula. Mas aí se percebe, mais do que uma réplica dos modelos bizantinos retomados em Aix, uma inspiração oriental, talvez armênia, com grandes absides semicirculares e absidíolas em semicírculo cujas extremidades são ligeiramente avançadas. A nave é abobadada, o cruzeiro coberto por uma cúpula, e a abóbada de concha da abside é ornamentada com o mosaico já citado. Na parte externa, o equilíbrio das massas se dá por quatro abóbadas em perfeito semicírculo que terminam em absides semicirculares encimadas por um gracioso lanternim e flanqueadas por capelas quadradas entre os braços da cruz assim formada. Ainda que um inventário dos abades de Fleury explique, por volta de 900, que Teodulfo quis

imitar aqui a capela de Aix, a imitação é muito superficial: a planta, decididamente quadrada, com oito tramos em volta do tramo central, quatro absides em cruz e duas absidíolas que flanqueiam a abside oriental, tem muito pouco a ver com a planta anular, infinitamente mais sutil, da capela palatina.

Mas a planta de Aix seria retomada por muitos arquitetos dos séculos X e XI. Com sua nave colateral, será a planta e elevação de Saint-Donatien de Bruges, de Saint-Jean-l'Évangeliste de Liège, de São Pantaleão de Colônia, da capela de Santo André de Bamberg, do *Münster* de Essen, de São Lamberto de Muizen, de São Nicolau de Nimega, de Santa Maria de Ottmarsheim, de São Jorge de Goslar, de São Pedro de Wimpfen im Tal, de Saint-Pierre de Lovaina, a capela palatina Saint-Corneille de Compiègne. Sem a nave colateral, será a da *Busdorfkirche* de Paderborn, da Velha Torre de Mettlach, da igrejinha Notre-Dame de Saint-Riquier. Mudando-se o octógono em rotunda, a planta estará também em Groninga. Como deve estar claro, estamos aqui no velho domínio carolíngio, nas regiões do Escalda, do Mosa e do Reno, tão caras ao imperador, até o fim da vida deste, e onde, de modo bem evidente, sua lembrança ficou marcada a ponto de Aix ser tomada como exemplo disso. Mas conhecem-se imitações longínquas, como no Poitou o octógno de Montmorillon, ou tardias, como, no século XIV, a *Karlshoferkirche* de Praga. Ainda que a lenda de uma arquitetura dos templários chegue até a nossa época, vê-se — sem esquecer aqui as plantas simples em cruz grega inscrita num quadrado, como em Germigny — que no Ocidente a maioria dos edifícios com planta centralizada são muito anteriores às cruzadas.

Notemos que foi em Aix que se começou a usar, já no tempo de Pepino, o Breve, o termo "capela". Antes de ser aplicado a qualquer igreja que não é catedral, nem abacial, nem paroquial, a capela era a igreja onde se guarda a "capa" de São Martinho, o casaco cuja outra metade foi dada a um pobre. É, pois, uma igreja insigne. Daí ficará o hábito de chamar de Santa Capela as igrejas de algumas residências reais: em Paris, como em Vincennes, é à riqueza do tesouro de relíquias que a igreja do palácio deve o nome de Santa Capela.

Dois edifícios de planta basilical — um retângulo com um nártex e uma abside — limitam ao norte e ao sul a capela palatina. Um serve ao *metatorium*, isto é, um departamento de pesos e medidas, e o outro ao *secretarium*, onde se guardam os arquivos.

Paralelamente à grande galeria de alvenaria, uma galeria pequena, de madeira, leva a um dos pátios de entrada da área coberta onde

se realizam as assembléias. Foi essa galeria que desabou à passagem do cortejo imperial, em 9 de abril de 817, durante a cerimônia da quinta-feira maior, e sabe-se que o incidente — atentado? — levou Luís, o Piedoso, que sofreu apenas leves escoriações, mas que podia muito bem ter perdido a vida, a estabelecer, pelo *Ordinatio imperii*, as estruturas políticas de um império composto de vários reinos.

Dando para essa galeria não longe da área da assembléia, a residência real é o que menos conhecemos do palácio. Com dois ou três andares, ela é espaçosa o bastante para abrigar o rei, uma parte de sua família e alguns dos seus próximos. A maioria das funções de que o rei participa ou acompanha de perto são agrupadas no palácio interno, entre a residência real e a grande área coberta onde se realizam as assembléias. É lá que se encontram as administrações e as salas de reuniões onde, da mesma forma que na Academia palatina, o rei tem o seu lugar. Lá se encontram também alguns aposentos reservados aos personagens importantes. A maioria das pessoas da corte aloja-se — como Eginhardo — do outro lado da galeria, no palácio externo, que é voltado para a cidade.

O rei não é menos atento à arquitetura dos outros palácios. Embora os palácios de Mogúncia, de Maastricht, de Nimega, de Ratisbona, de Compiègne ou de Verberie só sejam conhecidos pelos textos, ainda se encontram vestígios dos que Carlos construiu em Paderborn, em Frankfurt, em Erfurt e em Ingelheim.

A princípio, os de Paderborn e de Worms eram fortalezas. O de Ingelheim, no Selz, próximo a Mogúncia, e o de Nimega, no Waal, são demonstrações de prestígio, com sua grande área coberta reservada às assembléias, sua residência real e sua capela. Carlos Magno, pelo que diz Eginhardo, apenas começou sua construção, e a descrição lírica que deles faz Ermoldo, o Negro, é a dos palácios concluídos por Luís, o Piedoso. Mas são muitas as semelhanças com Aix, o que nos leva a concluir que pouco foi mudado no projeto que tinha sido estabelecido antes da morte de Carlos Magno. Na verdade, os trabalhos em Ingelheim começam vinte anos antes dos de Aix, por volta de 774, e não se pensa em imitar o que viria a ser a capital. Prova disso é a planta da capela, uma basílica clássica com uma única nave e abside, que nada deve nem a Saint-Riquier nem à futura capela de Aix.

Em compensação, só podemos constatar a semelhança do plano geral, que se organiza em torno de dois pólos constituídos pela capela e pelo palácio, unidos por galerias cobertas que circundam e servem todos os outros edifícios, formando, em direção leste, um hemiciclo

monumental. Em suma, a idéia já estava lá. Eis outras coincidências, que datam da época em que se fazem os acabamentos, isto é, do fim do reino e da época de Luís, o Piedoso: as colunas de mármore trazidas de Roma e de Ravena, não menos do que os afrescos que ilustram a história de Constantino e a construção de Constantinopla, as vitórias sobre os aquitanos, os saxões e os frísios. Ora, Luís, o Piedoso, que foi rei da Aquitânia e fez algumas campanhas na Espanha, não participou de nenhuma das guerras da Germânia. Embora seu filho e sucessor tenha terminado a obra, não há dúvida de que o palácio de Ingelheim deve o essencial de sua concepção e de sua decoração às idéias que circulavam no *entourage* de Carlos Magno.

Jóias e encadernações

Sabe-se o que a arte ocidental deve às tradições dos povos vindos do Oriente, com suas técnicas e seus motivos decorativos. O encontro da arte do metal, que pertence a uma herança germânica já fecunda na Gália merovíngia, com as fontes de inspiração artística próprias à Itália bizantina, às regiões anglo-saxônicas e à Irlanda só enriquece o repertório dos ferreiros e ourives carolíngios. Estes aproveitam esse ouro que as oficinas de moedas já não usam. Eles praticam habilmente a técnica da filigrana, a do esmalte loculado, cuja pasta colorida é fundida entre alvéolos de metal soldados no fundo, e mesmo a do esmalte *champlevé*, em que a pasta ocupa incisões feitas no próprio fundo metálico. Eles sabem inserir nos alvéolos entalhes ou camafeus antigos, pérolas, pedras preciosas como a granada e a esmeralda, ou semipreciosas como a almandina vermelha ou o jacinto alaranjado, e cabochões de vidro colorido geralmente colocados sobre uma fina folha de ouro que realça seu brilho.

O bronze e o ferro adamascado também têm seu lugar. Eles devem essa técnica à tradição metalúrgica dos povos germânicos, de que dá testemunho, no século VI, a lenda do ferreiro Wieland da *Thidrekssaga*, cuja espada fende os flocos de lã que flutuam no rio. Por mais pitoresco que seja o processo que inclui o uso de excrementos de pássaros misturados com uma massa com limalha de ferro, ele permite ao artesão produzir um metal folheado para o cerne das lâminas e um aço nitratado para os fios, e também um metal tauxiado de ouro ou de prata para o botão do punho e para os copos das espadas. Será preciso lembrar que aparecem então aquelas espadas míticas às quais a

lenda dá um nome? Como a espada Balmung — Wagner a transformará em Nothung — de Siegfried e a espada Excalibur do rei Artur, há a espada Joyeuse de Carlos Magno, a espada Durindana de Rolando e a espada Hauteclaire de Olivier. Joyeuse é invencível, e a Durindana é capaz de cortar uma pedra. A tradição as perpetuará no imaginário, e a espada de Godofredo de Bulhão fenderá de alto a baixo um infiel e sua armadura, sem nem por isso perder o corte.

O trabalho no bronze não se limita à fabricação de objetos usuais menos valorizados do que os de ouro ou de prata, como bacias e jarras. A construção das igrejas, e mesmo dos palácios, requer o uso de elementos utilitários e de decoração. Ainda se vêem na capela palatina de Aix três portas duplas de bronze — sendo que a grande porta principal tem quatro metros de altura e mais de quatro toneladas de peso — fabricadas por ordem de Carlos Magno numa fundição estabelecida não longe de Aix, no Katschhof, por metalúrgicos vindos provavelmente da Lombardia, talvez de Brescia. O *tour de force* técnico tem a mesma dimensão da qualidade artística de uma decoração em relevo composta de cabeças de leão ou de cabeças de lobo e folhas de acanto, sendo o todo num estilo imitado diretamente da Antigüidade romana (fotos 2 e 3 do encarte). Apesar do testemunho de Eginhardo, que credita a Carlos o mérito de ter mandado vir da Itália colunas e mármores — e que, portanto, certamente não deixaria de referir a importação das portas que ele cita entre os ornamentos da capela —, os historiadores por muito tempo acreditaram serem os artesãos carolíngios incapazes de uma tal realização, o que os levava a considerar essas portas de Aix uma obra da Antigüidade. A descoberta de alguns vestígios da fundição invalidou esse ceticismo. Sempre na capela palatina, as tribunas do octógono eram e são fechadas, no centro, com oito grades de bronze outrora dourado, copiados de modelos que foram mudando no curso de uma execução que, tendo em vista as capacidades técnicas da fundição, se estendeu por oito ou nove anos. Disso resulta uma extraordinária diversidade: algumas grades são pura imitação de placas de cancelo à moda romana, outras são cinzeladas com folhagens sobre um desenho que, em seu conjunto, é geométrico.

Três grandes tipos de objetos saem das forjas onde se trabalham o ouro e a prata e se cinzelam os trabalhos decorativos que mesclam as figuras humanas ou de animais sobre um fundo geométrico. Há em primeiro lugar as jóias pessoais: fíbulas, presilhas, braceletes, anéis, *pendentifs*, medalhões, cruzes peitorais, grampos para cabelo, brincos, adornos para cintos. A ourivesaria litúrgica não é menos abundante,

e o ouro é bem próprio à glória de Deus: catedrais e abaciais pedem cálices, cruzes para os altares, relicários. As próprias igrejas os mandam fabricar, mas os grandes senhores, e em primeiro lugar o rei, não deixam de oferecê-los. Os utensílios de mesa parecem vir em último lugar, mas essa posição modesta talvez se deva ao fato de que os objetos domésticos foram com muito mais freqüência fundidos para uso em novas obras do que as jóias de uso pessoal — quase sempre colocadas no túmulo com seu proprietário (a maioria das peças que se conservaram foram encontradas em túmulos) — e os objetos litúrgicos, que não podiam ser fundidos dado o seu caráter sagrado.

Há uma oficina no palácio. Certamente lá se fizeram as peças preciosas com que o rei, depois imperador, gostava de se adornar nos dias de festa. Não se conservaram nem sua coroa, nem seu cetro, nem sua espada, e nada prova que o sabre dito de Carlos Magno (Viena, Kunsthistorisches Museum) tenha sido realmente dele. Tem-se apenas uma jóia, espécie de relicário a modo de talismã, que Carlos sempre trazia consigo, por devoção e também por gosto por adereços. Inspirado nas âmbulas nas quais os peregrinos da Terra Santa traziam uma pequena porção de terra ou algumas gotas de água do rio Jordão, esse talismã é formado de dois meniscos de pasta de vidro azul claro rodeados de ouro com relevo e filigranado. Há granadas e esmeraldas engastadas em toda a sua volta (Reims, Palais du Tau; foto 4 do encarte). Foi a mesma oficina do palácio que produziu o relicário de Santo Estêvão, a "Bolsa de Santo Estêvão", um magnífico objeto de madeira coberto de ouro e de prata e enriquecido com pedrarias e pérolas (Viena, Kunsthistorisches Museum).

À ourivesaria deve-se acrescentar o trabalho com marfim. A corte do rei franco conhece os marfins da Antigüidade e os marfins bizantinos tanto por aqueles que foram vistos em viagens à Itália, como pelas peças que, numa ou noutra ocasião, foram trazidas como presentes ao rei e ao seu *entourage* pelos embaixadores pontificais ou bizantinos. Os trabalhos com marfim, retomados no reino franco depois de dois séculos de abandono, e em primeiro lugar na corte, são, pois, em maior ou menor medida, inspirados naqueles modelos, mas a qualidade da escultura dá testemunho do alto nível dos artistas: é provável que entre eles haja alguns mestres italianos da arte do marfim, sem dúvida mandados vir por Carlos Magno, da mesma forma que os intelectuais e os fundidores de bronze. É difícil precisar, porém, a origem da matéria-prima: as palavras que qualificam, nos textos, as diferentes espécies de marfim, fazem alusão não à sua procedência, mas à cor; as peças de marfim normalmente são brancas, mas às vezes são tingidas de púrpura.

A preciosa matéria-prima muitas vezes é usada juntamente com o ouro, a prata e as pedrarias. Assim, a ourivesaria enriquece o objeto de marfim, e se vêem pequenas peças de marfim incrustadas nas peças de ourivesaria. Mas muitas obras são inteiramente de marfim. Algumas são dessas peças em que se usa o marfim como se poderia usar metal. Assim, o cálice dito de São Lebuíno, que data do fim da Idade Média, era originalmente uma caneca de marfim esculpida numa oficina da corte. Cabe citar também a soberba píxide ornamentada com cenas da vida da Virgem (Viena Kunsthistorisches Museum; foto 5 do encarte) e a "Píxide dos milagres de Cristo" (Londres, British Museum), ambas inspiradas em modelos oriundos de Roma e também da Síria. Menos utilitários são os grandes dípticos com figuras enquadradas de arquiteturas à maneira antiga ou bizantina dos dípticos consulares. Conhece-se também um notável São Miguel matando o dragão (Leipzig, Museum des Kunsthandwerks). Outros dípticos são divididos em quadros, como as cenas do Evangelho que ornamentam o díptico de Harrach (Colônia, Schüten Museum) ou as "Aparições de Cristo" de um díptico do tesouro de Aix-la-Chapelle (Aix, Tesouro da Catedral).

São numerosas também, nesse modelo, as placas de encadernação como as do *Saltério de Dagulfo*, assim chamado porque encomendado pelo rei ao copista Dagulfo para ser oferecido ao papa (Paris, Louvre), uma obra de luxo, pois, encadernada com duas placas com rica iconografia, muito apropriada ao seu objeto: o rei Davi e a composição dos Salmos, São Jerônimo traduzindo os Salmos, o Cordeiro de Deus entre os anjos, os apóstolos em volta da mão de Deus (foto 6 do encarte). A "Encadernação de Oxford", representando o Cristo triunfante e algumas cenas do Evangelho, é um marfim oriundo de uma oficina renana e aplicado sobre um manuscrito caligrafado por volta de 800 na abadia de Chelles, sob o abadado de Gisele, irmã do rei (Oxford, Biblioteca Bodleiana). O *Codex aureus* de Lorsch é igualmente executado por volta de 810 por uma oficina da corte de Aix, assim como uma Natividade (Londres, British Museum), uma Virgem no trono (Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art) ou os Evangelistas (Paris, BNF). Cinzelam-se as pessoas do Cristo, da Virgem, dos profetas, dos santos e mesmo dos anjos. As cenas da história santa, as visões dos profetas e os episódios da Infância de Cristo ou da Paixão muitas vezes servem de tema para pequenas peças finamente esculpidas. Muitas obras de marfim se quebraram ou foram reutilizadas, mas elas resistiram melhor à passagem dos séculos que as obras de metais preciosos. Ao longo dos séculos, pôde-se transformar um díptico numa encadernação,

mas não fundi-lo. Assim, pode-se admirar a fineza dos modelados, especialmente sensível quando as formas do corpo humano transparecem sob as dobras das amplas vestes.

Ao lado do marfim, devemos falar também do vidro. Ele não serve apenas para a confecção dos cabochões coloridos que rivalizam com as pedras preciosas ou semipreciosas, as quais, cabe lembrar, estavam longe de oferecer os reflexos que a lapidação moderna lhes haveria de dar. Ele também concorre com o cristal de rocha, a principal matéria-prima de pequenos objetos como copinhos, vasos litúrgicos, píxides e medalhões.

CAPÍTULO XVIII

O IMPÉRIO

O reino e o Império

Tudo fazia esperar um gesto como o do Natal de 800. Mas nada, nem no espírito dos governantes nem nas realidades políticas da Europa ocidental, o preparava de uma forma direta.

O Império romano tinha um caráter universal. Concebido como o fundamento de uma unidade política e cultural dos países atingidos pela conquista romana, portanto dos povos civilizados opostos aos "bárbaros", ele se definia de fato por um território, mas em princípio por uma ideologia, a da pertença comum ao mundo romano. A generalização da cidadania romana decretada em 212 por Caracala e a cristianização organizada a partir de 313 por Constantino haviam acrescentado uma nova vocação universal ao Império: ele se tornara o Império cristão, com aquilo que representava de responsabilidade em relação ao mundo inteiro. Deus havia criado o Império romano para garantir a pregação do Evangelho e a entrada da humanidade no reino eterno. Eternidade e universalismo se uniam. Em meados do século V, o papa Leão, o Grande, apostrofava Roma em seu sermão da igreja de São Pedro:

> Tu te tornaste a nação santa, o povo eleito, a cidade sacerdotal e real. A sede sagrada do bem-aventurado Pedro fez de ti a capital do mundo, de modo que tua supremacia religiosa e divina estende-se mais além de teu domínio terreno. Embora te tenham sido necessárias numerosas vitórias para estender teu Império na terra e no mar, o domínio conquistado por tuas vitórias é menos vasto do que o conseguido pela paz cristã.

Mas acontece que, a partir de 476, não havia mais imperador do Ocidente. O pobre Rômulo Augústulo, destituído por Odoacro — um hérulo que se tornou general romano —, já fora esquecido de todos, à exceção de alguns clérigos. O poder era exercido por reis bárbaros que logo esqueciam a origem romana de seu "principado". Nem os reis visigodos, até a chegada dos árabes, nem os reis francos, desde que se apossaram da maior parte da antiga Gália, se lembravam de que eram delegados do imperador. A única realidade do Ocidente era que os reis se consideravam chefes de seus povos. O Império lhes dera muito no século V, reconhecendo-lhes territórios e delegando-lhes uma parte de sua autoridade. No século VIII, ele já não lhes dava nada.

De resto, a idéia de que romano e cristão são a mesma coisa logo levou a que se considerasse essencial apenas o segundo termo da equação. O universalismo destruiu a si mesmo: se todos pertencem ao Império, este já não tem uma verdadeira substância. Ele existia apenas em função do imperador. Como bem o notou Isidoro de Sevilha, o que o título de imperador distingue dos outros reis é a pessoa do imperador.

Além disso, aqueles que sabiam um pouco de história romana não ignoravam que muitos imperadores tinham sido proclamados por seu exército, e isso em províncias muito distantes de Roma. O Império romano muitas vezes se apresentara como um comando militar dotado de um título eminente, mas desprovido de qualquer significação ideológica. A legitimidade apoiava-se demais nas armas para que não fosse considerada antes de tudo como uma conseqüência da força.

Doravante, o Império era, pois, uma entidade política do Oriente. Na Itália, ainda se tinha a consciência de pertencer ou de ter pertencido ao Império, não porque ele era universal, mas porque seus territórios se estendiam por toda a península. Roma tinha todo o aspecto da capital do papa, não o de uma das capitais do mundo romano. O próprio Justiniano, cujos exércitos reconquistaram — até os Alpes, até o Magreb oriental e até a futura Andaluzia — no século VI uma grande parte do Ocidente, não foi a Roma nem mesmo a Ravena, que não obstante fora elevada a capital das partes ocidentais do Império, mas na verdade limitava-se a ser apenas a residência do exarca, isto é, do governador. A conquista lombarda, como já se disse, privara, em 568, o Império de todo o norte da península italiana.

Desde a morte de Rômulo Augústulo, só se vira um imperador em Roma, o incômodo Constante II. Com efeito, depois de uma campanha contra os lombardos na Itália meridional, este havia avançado até Roma em 653. Ele buscava, tarde demais, tranqüilizar os espíritos depois da

condenação, feita por um concílio de Latrão, em 649, de uma doutrina nascida no Oriente, o monotelismo. A questão era saber se o Verbo encarnado tivera uma única vontade ou duas vontades, uma ligada à sua natureza divina e a outra à sua natureza humana. Constante II buscava apenas limitar a resistência romana a esse monotelismo. Ele agira de forma muito infeliz mandando prender e exilar o papa Martinho I. Em Roma, todos consideravam o monotelismo uma heresia. Considerara-se a atitude do basileu como um sacrilégio. É verdade que corria o boato de que Constante tinha a intenção de transferir sua sede para Roma, e talvez tenha realmente pensado nisso. Seu assassinato o impediu. Numa palavra, ele passara uma imagem antes de visitante e de herético que de imperador universal (ver p. 60).

Como não havia imperador em Roma, a Cidade Eterna deixara de ser o centro do mundo político. E as querelas teológicas, como o doloroso caso das imagens, faziam que o papel de Roma na vida da Igreja — tendo o patriarca de Constantinopla e os concílios bizantinos conquistado de fato sua independência — se limitasse ao mundo ocidental, à Igreja latina. Vimos quando, no auge da crise iconoclasta, as cabeças políticas do Exarcado e da Venécia conceberam o projeto de proclamar um imperador: eles falaram de conduzir o eventual eleito a Bizâncio, não a Roma.

Mas Roma é também o papa. E, na ausência do imperador, o bispo de Roma faz as vezes de um guardião do Império. Nesse sentido, a *Doação de Constantino*, elaborada na chancelaria romana na década de 750, é bastante significativa, e isso independentemente da pseudodoação de territórios para formar um Estado pontifical. O tratamento protocolar dado ao papa por Constantino — e criado pela chancelaria pontifical — afigura-se como uma legitimação do direito que o pontífice teria de reivindicar a sucessão do Império. Oferecendo ao papa Silvestre as insígnias imperiais, do diadema à clâmide, passando pela águia e pelo globo, Constantino reconhecia no papa um seu igual.

O fato de que tudo isso seja pura invenção exime Constantino de uma tal transferência de autoridade. Mas o fato de que não se tenha hesitado em escrevê-lo em meados do século VIII faz supor que uma tal pretensão não parecia exorbitante aos contemporâneos de Carlos Magno. A verdade histórica é uma coisa, a verossimilhança do relato é outra. Afinal de contas, nesse século VIII todos podem ter certeza de que o papa tem sua sede em Latrão, no que fora o palácio imperial.

Quanto ao Império, concebido como o quadro político de uma comunidade cultural, a do mundo greco-romano em seu último estágio,

o Ocidente quase não tinha mais consciência dele. O que se conservava da cultura romana era seu último avatar: uma cultura cristã que, embora se tenha desenvolvido no Império, tinha as suas raízes não em Roma, nem em Atenas, nem em Constantinopla. Santo Agostinho era africano, Boécio, italiano; Isidoro de Sevilha, espanhol; Beda, anglo-saxão. Havia um sentimento de comunidade, mas sem relação evidente com o Império romano. O que mantinha a aparência de unidade era a Igreja, não o Império, e isso tanto mais que a Igreja romana, nesse tempo de perseguições iconoclastas, se distanciava da Igreja bizantina, ainda ligada ao Império — ou ao que se pretendia um Império — bizantino.

Na ideologia imperial, havia muito que a paz se tinha transformado em prioridade. A irrupção dos povos em movimento significou o fim dessa paz "romana". A paz, agora, depende da força dos poderes locais e da manutenção de seu equilíbrio.

O caráter sagrado do imperador é afirmado por todos os politólogos bizantinos. Ele é expresso num protocolo litúrgico altamente significativo. Mas quem, no Ocidente, sabe disso, exceto alguns clérigos? Quem sabe que o imperador é "o décimo terceiro apóstolo"? Aqueles que o sabem denunciam a pretensão do basileu. Já se lê a mais seca condenação nos *Libri carolini*:

> Entre os apóstolos e os imperadores há uma distância igual à que existe entre os santos e os pecadores.

E quem levava a sério as afirmações dos ideólogos bizantinos, quando se vê uma imperatriz cegar o próprio filho para ocupar seu lugar no trono? Bem se vê que o imperador é senhor dos concílios que reúne no Oriente, que legisla para a Igreja *no* Oriente — não falemos de Igreja *do* Oriente — e que a governa como bem entende. O realismo dos povos recém-romanizados faz com que entendam que o imperador governa a Igreja porque tem força para isso. O Império do Ocidente nunca levou ao cesaro papismo, isto é, à forte osmose entre os poderes espiritual e temporal, que se implantou nos espíritos em Bizâncio, a partir de Constantino. Toda a tradição ocidental, que orienta a concepção agostiniana da *Cidade de Deus*, repousa sobre a distinção e o equilíbrio dos poderes. Retomando, no fim do século V, a construção teórica de Santo Agostinho, o papa Gelásio I coloca naturalmente o poder espiritual acima do temporal, mas tem o cuidado de não confundi-los.

Considerando-se que os conflitos entre reinos e as querelas entre grandes se resolvem, no Ocidente bárbaro, pela fortuna das armas, como não concluir que é o poder político, e só ele, que serve de base à autoridade religiosa? É por ser o senhor do reino que o rei merovíngio reúne seus concílios, e o prefeito do Palácio, que também não deixa de reuni-los, não se considera um padre conciliar. Seria arriscado falar aqui de carisma. Aqueles que ainda não imaginam que possa existir um carisma real não poderiam conceber que haja um carisma imperial.

Como se sabe, as coisas mudaram muito com Carlos Magno. Mais que seu pai Pepino, o Breve, ele leva às últimas conseqüências a unção que recebeu do próprio papa. A *Admonitio generalis* de 789 marca uma virada: enquanto ainda não se pensa numa coroação imperial, o rei franco começa a se comportar como o basileu se comporta em Bizâncio. Servidor da Igreja, ele não o é do papa nem dos bispos. Responsável pela Salvação das almas, ele só o é diante de Deus; é também diante de Deus que diz estar encarregado de fazer reinar em todo o povo cristão, entre os bispos, os abades, os condes e os juízes, "a paz, a concórdia e a unanimidade". A paz no Estado e a paz na Igreja estão, pois, sob a mesma jurisdição, em função da mesma autoridade: a do rei, que se estende sobre "os fiéis de Deus e do rei". É muita ousadia colocar no mesmo plano as duas fidelidades.

Preocupado, porém, em evitar as ambigüidades em face de um poder político que se imiscui nos assuntos eclesiásticos, o papa Adriano I não pode deixar de escrever a Carlos que ele é "o grande rei instituído por Deus", o que o coloca diretamente — quer o papa tenha realmente pretendido dizê-lo ou não — na dependência de Deus, não na da Igreja. O mesmo Adriano dá ao rei franco um título, "ortodoxo", que significa "detentor da verdadeira fé", e esse título, por si só, usurpa seriamente os atributos do basileu. Cumpre dizer que o papa se sente embaraçado por ter aprovado os cânones do segundo concílio de Nicéia, dos quais se fez uma tradução errônea, aprovada indevidamente pelo papado e condenada pelo concílio de Frankfurt (ver pp. 359 e 360). Entre Bizâncio e Frankfurt, o papa tergiversa para não se desdizer. Ao mesmo tempo, Adriano emite moedas em seu próprio nome e não mais em nome do imperador bizantino, e data seus decretos omitindo a referência aos anos do reinado do imperador: "sob o reino do Senhor Deus e Salvador, Jesus Cristo, com Deus Pai todo-poderoso e o Espírito Santo". O Cristo, como na instituição do rei franco, é a única fonte de legitimidade.

A relação de Carlos com Constantino variou continuamente ao longo do tempo e de acordo com a necessidade que dela têm o papa

ou o rei. Conhece-se a referência colocada por Pepino, em janeiro de 754, no protocolo da chegada do papa Estêvão II a Pontião. Em seguida, os apologistas de Carlos procuram obscurecer a imagem do pai do Império cristão quando se trata de denegrir o Império romano para atingir Bizâncio. O papa não abandona a referência. Foi a Constantino que, em 774, se começou a atribuir a doação à Igreja romana de um Estado territorial. Desde então, Constantino é valorizado em Roma, certamente mais do que em Frankfurt ou em Paderborn. Não é sem interesse que, em 778, Adriano I anuncia enfaticamente: "Eis que surge um novo Constantino, imperador mui cristão de Deus", o que significa, evidentemente, relegar o basileu, que o papa finge ignorar ser o verdadeiro sucessor de Constantino. Sem dar a Carlos um título que ele só viria a ter 22 anos depois, Adriano o coloca, de fato, no lugar do imperador. Visto que aos olhos do papa agora é o papado que — tomando a si o privilégio do imperador — faz e reconhece os reis, Adriano acha conveniente opor um novo Constantino a um basileu que, em vista do caso das imagens, pode ser considerado herético.

Embora Carlos só intervenha em 789 nos domínios em que, tratando-se principalmente de disciplina e de moral, pode invocar sua responsabilidade em relação à ordem social desejada por Deus, o mesmo não acontece em Frankfurt, em 794, em relação ao culto das imagens e, em seguida, na questão do *Filioque*. Nos dois casos, o rei intervém diretamente nas definições dogmáticas. É precisamente isto que, à mesma época, os autores dos *Libri carolini* recriminam na imperatriz Irene. É verdade que Carlos foi inteligente o bastante para apelar aos teólogos, aos bispos e aos abades reunidos em sínodo. Não foi ele próprio quem definiu o dogma. Contenta-se, habilmente, em chamar a atenção dos padres conciliares para os pontos do dogma que requerem uma definição. Mas na verdade é ele quem estabelece a ordem do dia, quem ordena o estudo do problema, quem promulga a sanção dos padres e quem cuida de sua aceitação pelo reino. Carlos evita se considerar um padre conciliar. Mas isso não o impede de orientar a reflexão.

O rei franco vai mais longe na sutileza de sua diferença em relação ao basileu. Da mesma forma que Irene, governa sua Igreja dentro de seu reino. Mas Irene pretende, para ela assim como para seus concílios, um ecumenismo que ninguém, fora de seu Império, reconhece, e com isso entende legislar para toda a cristandade, inclusive a Igreja de Roma. Portanto, ela se opõe a Roma. Carlos, de sua parte, não considera a si mesmo nem a seus concílios como legisladores do mundo

cristão. E, embora não convide o papa para presidi-los e não deixe ao papa a tarefa de mandar publicar seus cânones, apresenta sua obra como uma contribuição à vida da Igreja de Roma. Na mesma medida em que Bizâncio se afasta de Roma, Carlos a ela se integra.

No reino franco ninguém mais se considera no Império. O imperador está em Bizâncio, não no Ocidente. O fato de ele ter conservado durante muito tempo o Exarcado e de ainda conservar algumas terras no sul da Itália em nada muda essa situação. Desde os anos 791-794, os autores dos *Libri carolini* dão a Carlos um título bastante significativo.

> Mui ilustre e mui excelente, ou mui honrado, pela graça de Deus, rei dos francos, governando com a ajuda de Deus as Gálias, a Germânia, a Itália e as províncias adjacentes.

Não se poderia explicitar melhor que Carlos, além de sua realeza franca, se considera o senhor do Ocidente, e de um Ocidente que compreende, com a Itália e as províncias adjacentes, muitas das terras que pertenceram ao Império romano, e portanto terras que Bizâncio considera como suas. No momento em que os padres conciliares de Frankfurt condenam os de Nicéia, os Teodulfo e os Alcuíno não acham necessário ocupar-se com Bizâncio. Para o rei e seus conselheiros, há um imperador no Oriente e o rei no Ocidente. O mundo cristão está dividido em dois. Não há imperador no Ocidente, mas Carlos desempenha essa função. A dupla referência a Deus não é casual: Deus assim o quis.

Já então, sem salientar de fato o que isso significa em termos de paralelismo político, começa-se a copiar de Bizâncio o que se consideram sinais de igualdade com o basileu. O fascínio é evidente. A chancelaria dá o exemplo. Ela substitui, no final dos diplomas reais, o signo simples de validação, que era uma cruz pretensamente autógrafa, por um monograma com o nome do rei: um desenho onde figuram, em volta de um *O* em losango, cuja parte superior forma um *A* com barra, provavelmente traçado pelo próprio rei, quatro braços de uma cruz com as letras *K R L S*. Em alguns diplomas, a chancelaria substitui igualmente — a acreditar no texto das atas que fala de uma *bulla* e não mais de um *anulus* — o selo de cera aplicado com uma esfera de chumbo e, ao que parece, para as atas mais solenes, com uma esfera de ouro.

Aos olhos de todos, pois, há muito tempo não existe imperador no Ocidente, e ninguém lhe sente a falta. Há um imperador no Oriente,

que tem algumas terras no Ocidente. Por razões históricas que não se busca definir, reconhecem-lhe um título superior ao dos reis. O título não tem nenhum conteúdo, exceto de cortesia. Se se fizesse uma pergunta simples à maioria dos súditos de Carlos, eles responderiam que o imperador é o rei que reina em Bizâncio. Somente os clérigos letrados e os políticos acrescentariam que ele é o herdeiro do Império romano. Mas eles o sabem muito bem, e é de forma deliberada que se retoma nos *Anais reais* a velha tradição — já mencionada um século e meio antes pelo *Pseudo-Fredegário* — da origem troiana dos francos: é importante que o povo franco esteja em pé de igualdade com o povo romano. O *entourage* do rei não pensa em deixar ao imperador bizantino o monopólio da herança imperial, mas cuida em diferenciar-se: o prólogo da lei sálica revisada diz claramente que os francos venceram os romanos pagãos. Da Roma pagã ao reino franco, deixa-se de lado, porque é conveniente, o Império cristão de Constantino. A omissão é brutal.

De resto, o soberano bizantino é grego, não latino. Desde 794, os *Libri carolini* explicam muitas vezes: "o Império dos gregos" e dão ao seu chefe o título de rei e também o de imperador. Como se sabe muito bem em Frankfurt, o título usual é *basileus*, não *imperator*. Ainda que ignorem que os gregos assim denominavam o Grande Rei da Pérsia e que o sucessor de Constantino só adotou esse título depois da vitória obtida em 627 pelo imperador Herádio contra os sassânidas, os letrados o sabem: *basileus* significa rei. "Em terras gregas, o título imperial está vacante", anotou-se por volta de 803, pouco depois da destituição de Irene, nos *Anais de Lorsch*, que colocam essa vacância do trono imperial — "uma mulher aí exercia os poderes imperiais" — entre os primeiros argumentos defendidos pelo papa e seu clero quando da reunião de 23 de dezembro de 800. Para todos, tudo está claro, embora não expresso. Como já se disse, os cargos romanos eram confiados apenas aos homens.

Rumo ao Império

Assim, "já não há mais imperador", enquanto o rei Carlos assume, tanto nas definições ideológicas como nos fatos, uma autoridade que nada mais tem em comum com a do rei merovíngio. À força de ouvir os letrados compararem seu rei a Moisés, que conduziu o povo eleito à Salvação, e a Davi, que fez a unidade do mesmo povo eleito, à força

de ouvir que o papa considera o poder do rei dos francos como "ordenado pela Providência", os francos compreenderam que são o povo eleito, o povo cristão por excelência, e que seu rei não é um rei como os outros. Das intervenções militares na Germânia, justificadas pela preocupação com a evangelização, à empreitada contra os infiéis na Espanha, da legislação moral à precisão teológica dos ritos e dos textos litúrgicos, da defesa de Roma baseada num título de patrício ao qual se volta a atribuir seu conteúdo político à aliança com um episcopado que se percebe, tanto na assembléia como na função dos *missi*, estar estreitamente ligado ao governo do reino, tudo se orienta no sentido de uma nova definição do poder exercido por um rei que já não se parece com os demais. Pepino se fez reconhecer como um dos reis. Carlos já é mais do que um rei.

Ao mesmo tempo, o reino franco adquire uma configuração mais ampla. Da marca da Espanha à marca da Panônia, da Frísia à Ístria e ao ducado de Spoleto, ainda estamos no que se pode chamar de reino franco? Não seria antes um reino que é o do rei franco, de quem dependem, de forma episódica, ducados nacionais?

Cabe acrescentar uma consideração que não pode ter escapado aos primeiros teóricos da ideologia imperial: a realeza de Carlos é, como a de seus predecessores merovíngios, uma realeza nacional. Ao contrário de seus filhos, que têm um reino baseado na geografia, ele é rei dos francos, não rei de uma Frância. As partilhas merovíngias, e as partilhas realizadas por Carlos Martel e Pepino, o Breve, não são a constituição de reinos: são atribuição de territórios a reis dos francos. No tempo de Carlos, fala-se do povo franco, que não poderia englobar os bávaros ou os frísios, e fala-se do reino dos francos, não menos ambíguo. Em 794, o preâmbulo da capitular de Frankfurt é, contudo, bastante explícito: "Todos os bispos e padres do reino dos francos ou da Itália, da Aquitânia, da Provença", o que inclui os antigos ducados germânicos no reino dos francos, mas deixa de fora os reinos concedidos aos filhos. Mas só muito tempo depois, sob o reinado de Luís, o Piedoso, Eginhardo colocará no rol das condições para a paz imposta por Carlos Magno aos saxões que estes, "unidos aos francos, formem com eles um só povo". Que denominação poderia, com propriedade, dar conta dessa realidade política?

Por enquanto, Carlos é duas vezes rei, rei dos francos e rei dos lombardos. Seus títulos o dizem. É possível ser rei de dois reinos? Desde a queda do Império romano, conheceram-se muitos reinos. Nenhum rei teve, no continente, duas coroas. Em compensação, essa

situação existe nos reinos às vezes minúsculos das ilhas anglo-saxônicas, e alguns monges não hesitaram em falar, em suas crônicas, do *imperium* de reis que eram senhores de vários reinos. Embora os textos que aventam esse argumento sejam tardios e se refiram a Carlos, o Calvo, sem dúvida refletem uma constatação que os contemporâneos de Carlos não podem ter deixado de fazer: "Ele ordenou que o chamassem de imperador e augusto, dado que possuía dois reinos."

Como tantas vezes no passado, e principalmente no tempo de Dagoberto, Carlos é um rei a que se subordinam outros reis. Porque os filhos de Carlos são reis, sob a autoridade real de seu pai, mas cada um com seu próprio reino. Pepino reina sobre a Itália, Luís sobre a Aquitânia, mas é de Carlos Magno que os condes estabelecidos nesses reinos esperam instruções e é a ele que prestam contas. Reinos particulares ou não, é na assembléia do povo franco, sob a autoridade do único rei dos francos, que se resolvem as questões do Ocidente. São as capitulares de Carlos Magno, mais do que as de Pepino, que regem, no essencial, a vida política e as atividades administrativas e judiciárias do reino da Itália, mesmo quando, já para o final do século, Pepino há muito tempo deixara de ser criança. Em trinta anos de reinado, Pepino não ordenou à sua chancelaria a redação de uma só norma. O monge que redige em Reichenau, por volta de 830, os *Milagres de São Genésio* não se enganou ao inventar uma nova fórmula para definir esses reis: ele os qualificará de "co-regentes". Quanto ao mais velho, Carlos, o Jovem, ele é rei sem reino, ajudando seu pai quando necessário. O primogênito aprende, assim, a se tornar um dia o rei dos francos.

Ninguém poderia imaginar que Pepino, em 810, e Carlos, em 811, desceriam ao túmulo antes de seu pai, que este haveria de ter apenas filhas de sua última mulher, Fastrada, e que o filho mais jovem da rainha Hildegarda, Luís, viria a se tornar, em 814, o único rei no reino franco. Nos últimos anos do século VIII, ninguém se deixa enganar pela ambigüidade do título real, e Bizâncio, que já não se imiscui nos assuntos da Igreja latina, não está em condições de embaralhar o jogo. A que pode levar o título imperial?

É disso que se ocupam, porém, pouco antes de 800, os intelectuais que, em Saint-Denis, sob o abadado de Fardulfo, e em Saint-Martin, sob o abadado de Alcuíno, e também na corte imperial, se transformaram em teóricos do poder. Vimos a definição que os *Libri carolini* davam do poder real na década de 790: "o leme" da Igreja. Cabia ao rei "conduzir a Igreja através das vagas do século". O texto não limitava esse papel às igrejas do reino franco. Em 796, Carlos responde à carta

pela qual o papa Leão III acaba de informar sobre sua eleição, um Leão III que o rei franco não imaginava ter que ir a Roma para socorrer:

> Cabe-nos, com a ajuda da misericórdia divina, defender com nossas armas, de todos os lados, no exterior, a Santa Igreja do Cristo da invasão dos pagãos e da devastação pelos infiéis, e fortalecer internamente o conhecimento da fé católica.
>
> A vós, mui Santo Padre, cabe ajudar nosso exército elevando as mãos a Deus, como Moisés, para que, por vossa intercessão, conduzido por Deus e como dádiva Sua, o povo cristão consiga sempre e em toda parte a vitória contra os inimigos de seu santo nome e que o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo seja glorificado no mundo inteiro.

Não deve ter passado despercebido: *undique..., ubique..., in orbe...*, "de todos os lados..., por toda parte..., no mundo inteiro..." A missão do rei franco diz respeito à Igreja em seu conjunto, e o papel do papa é ajudar o rei no interesse do povo cristão em sua totalidade. Tampouco deve ter passado despercebida a responsabilidade que o rei se atribui quanto a "fortalecer o conhecimento" da fé, uma fé que não é simplesmente cristã mas "católica", isto é, uma ortodoxia sólida. Vimos o rei arrogar-se em doutor e intervir na definição do dogma. Ele não hesita em escrever ao novo papa. O que o rei atribui ao papa é o direito de rezar pela vitória: o papel de um capelão.

Os redatores desses textos estavam nesse ponto em suas construções teóricas quando, como outrora em 751, as circunstâncias vieram favorecê-los. Em resumo, três anos depois da carta a Leão III, a conjuntura política criou uma oportunidade de ir a Roma. Mas se poderia ter inventado a oportunidade: Carlos já tinha ido por três vezes orar em Roma. A viagem não requer uma justificativa. No máximo, pode-se pensar que a conjuntura em Roma acelerou o que estava fadado a ocorrer.

A idéia parte dos clérigos, os únicos que sabem o que o Império pode representar e que conhecem o vocabulário da ideologia imperial. A aclamação *Rex et sacerdos*, "Rei e sacerdote", que os prelados do concílio de Frankfurt dirigem a Carlos em 794, é simplesmente calcada no *Basileus kai hieros* com que se saúda o imperador bizantino. E Alcuíno toma suas precauções, explicando que Carlos é o "rei pelo poder, padre pelo magistério do ensino". A distinção se impunha, pois sem ela poder-se-ia falar em heresia. Mas as palavras foram pronunciadas. Alusões raras dão indicações de que em 798 e 799 já se pensa

sobre os destinos do Império em termos que não são mais a mera constatação de uma instituição romana no Oriente.

Alcuíno, por volta de 796, já escreve a Carlos que "trabalhou pela honra de seu reino imperial" e "do Império cristão" que lhe é confiado. Ao que parece, a palavra "reino" já não lhe basta. A aproximação entre o reino de Carlos e o Império ocorre várias vezes na correspondência do abade de Tours. Escrevendo de Tours em junho de 799 ao "Senhor pacífico Davi", ele explica seu pensamento e lembra as três dignidades que considera as mais eminentes: a do papa, a do imperador e a do rei. E salienta até que ponto a dignidade pontifical foi degradada pela fraqueza do desventurado Leão III, hostilizado pelos romanos, enquanto a dignidade imperial, limitada ao imperador de Bizâncio, foi prejudicada na "segunda Roma", onde o imperador acabava de ser deposto pelos seus. Resta, para Alcuíno, a dignidade real. Ora, o abade de Saint-Martin finge ignorar que há outros reis. Ele resume tudo a Carlos e ao seu poder:

> Três pessoas estão, até o presente momento, no mais alto patamar no mundo. A sublimidade apostólica governa, com a função de vigário, a Sede do bem-aventurado Pedro, príncipe dos apóstolos. O que acaba de acontecer com aquele que era o reitor dessa Sede, tua venerável bondade me comunicou.
>
> A outra é a dignidade imperial, e o poder secular da segunda Roma. Espalhou-se por toda a parte a notícia sobre a forma ímpia como aquele que governava o Império foi deposto, não por estrangeiros, mas pelos seus e por seus concidadãos.
>
> A terceira dignidade é a real, que Nosso Senhor Jesus Cristo ta confiou como o dirigente do povo cristão. Ela leva a melhor sobre as outras dignidades, melhor pelo poder, mais ilustre pela sabedoria, mais elevada pela dignidade da realeza. Assim, a salvação das igrejas de Cristo depende apenas de ti.

Ainda não se fala em fazer Carlos imperador, e a exaltação da "dignidade real" parece até se opor ao rebaixamento do Império romano, mas Alcuíno considera a realeza franca mais importante que o Império. Ele não reivindica para o seu senhor a hegemonia universal que definia o Império romano, mas atribui ao rei dos francos uma responsabilidade que se estende a todo o "povo cristão". A conclusão nada tem de ambígua.

> Uma ciência plena te foi dada por Deus para que, no seio do povo cristão, a santa Igreja de Deus seja dirigida por ti, seja exaltada e conservada. Quem pode dizer que recompensa te será dada por Deus por teu devotamento?

O mínimo que se pode dizer quando se lê essa carta é que Alcuíno não vê em Carlos um rei como os outros. A pergunta final logo terá uma resposta. É legítimo pensar que Alcuíno não escreveu essa carta para nada.

Escrevendo no verão de 799 um poema à glória do rei dos francos, que acaba de prometer ao papa intervir nas querelas políticas de Roma, Angilberto usa deliberadamente um vocabulário imperial: Carlos é *Augustus* e seu poder é seu *imperium*. Angilberto sabe muito bem que, em latim clássico, *imperium* significa mando, mas não necessariamente império. De qualquer modo, não é por acaso que ele o associa àquele a quem qualifica de Augusto.

Na mesma época, Paulino de Aquiléia considera Carlos como tendo "chegado ao ápice do poder real". Nos inúmeros qualificativos que ele lhe dispensa, deixa de escrever "rei". Para o arcebispo, Carlos já é mais que um rei.

Um outro poema, este de Alcuíno, anuncia claramente os acontecimentos já no mês de agosto de 799: "Que a mão do Todo-Poderoso te conduza para que tu reines aventurosamente sobre o vasto globo." Mas Alcuíno é homem prudente: ele não faz nenhuma alusão à dignidade imperial. Ressalta simplesmente o papel excepcional que Deus atribuiu a Carlos.

A recusa a Bizâncio baseia-se na emergência de uma nova "segunda Roma", porque é exatamente assim que se começa a chamar Aix-la-Chapelle. O poeta anônimo que dá um relato do encontro do papa com o rei franco em Paderborn, encontro de que falaremos mais adiante, faz de Aix-la-Chapelle a "segunda Roma" e, mais ainda, a "Roma vindoura", denominação que não poderia excluir o senhor de Aix, que ele chama de "cabeça do mundo, cume da Europa". Qualificar Aix de "Roma vindoura" é prenhe de subentendidos: Roma é, tanto quanto Bizâncio, relegada entre os vestígios de uma época passada. Isso poderia não passar de uma disputa verbal. A realização de um concílio em Frankfurt, se não ecumênico, pelo menos reunido para tratar, sem a presença do papa, de assuntos ligados à fé, mostra claramente que Carlos e seu *entourage* político pretendem transferir para o reino franco uma prerrogativa que era do Império. Carlos, acrescenta o poeta,

"sobrepuja todos os reis da terra". Evidentemente, o basileu de Bizâncio não está ausente desta comparação, e os letrados do *entourage* real sabem grego o bastante para perceber que, se *basileus* quer dizer "rei", não se traduziu em grego *imperator*.

Não podemos ignorar outra circunstância. Em maio de 800 — a data de maio de 799, como às vezes vem registrada, não faria a menor diferença —, realiza-se em Aix o concílio no curso do qual o heresiarca Félix de Urgel se retrata, renunciando da boca para fora ao adocionismo. Isto significa que a alguns meses de sua viagem a Roma, Carlos Magno encontrou-se com toda a *intelligentsia* do reino franco, no seio da qual encontrava-se o abade de Saint-Martin de Tours. Quando se fala da ausência de Alcuíno, é preciso lembrar que este continua participando da assembléia anual, quer ela assuma a forma de uma assembléia geral do povo franco ou de um concílio da Igreja franca. À luz de seus escritos de 799, pode-se adivinhar os pareceres dados por Alcuíno em relação a uma eventual mudança política.

Teodulfo, por sua vez, dá do poder real uma definição já imperial: ao papa, as chaves do Céu; ao rei, o governo do clero e do povo. E explica a relação hierárquica entre o papa e o rei: "Por meio de ti", escreve ele a Carlos, "os pontífices têm suas funções sagradas." A palavra "sagrada" não é mera força de expressão: os reis dos francos recebem a unção. Mas o bispo de Orléans leva seu raciocínio ao extremo: o papa só exerce seu poder espiritual porque o rei o encarrega disso. Já era a construção política de Constantino.

Que se sabe, então, em Aix, sobre os sentimentos que desperta em Roma a política bizantina? Uma coisa é certa: o papa tem necessidade do patrício que é o rei, e fazer-lhe um favor restabeleceria um pouco o equilíbrio tantas vezes comprometido pelos constantes pedidos de socorro dos pontífices precedentes. Mas não podemos desconsiderar o fato de o papa ter consciência de que, doravante, é senhor de um Estado italiano ao qual Bizâncio nunca renunciou, e que negar a autoridade do basileu sobre o Ocidente reforçaria o novo estabelecimento territorial do poder pontifical.

Ainda que os conselheiros de Carlos Magno não percebam o que há de falso na *Doação de Constantino*, eles sabem muito bem que as relações do papa com o imperador do Oriente são viciadas pela materialização do velho sonho instrumentado pela *Doação* e realizado pelo rei franco. Como se percebe bem em Aix, o papa não deixaria passar uma oportunidade de aguilhoar o imperador grego. As questões de Benevento apenas dão a esse confronto uma razão imediata. Dizer

que em Roma já se considera Carlos imperador seria exagero. Isso não impede que as atenções protocolares que lhe foram dispensadas quando de suas vindas anteriores se assemelhem àquelas com que se recebia o imperador, quando um deles visitava a Cidade Eterna. O novo papa Leão III não comunicou sua eleição ao rei dos francos e não ao imperador de Bizâncio? Ele não fez que este empunhasse o estandarte de Roma?

Cabe concluir: Carlos é, em tudo, como um imperador, é mais que um imperador, ele reina sobre um Império, tende ao universal, e é, diante de Deus, o dirigente do povo cristão. Ele é Constantino *redivivus*. Ele é, em sua época, o que foram, na deles, os Césares. É, com certeza, o que é, ou antes o que gostaria de ser, um basileu, àquela altura desconsiderado por causa da questão das imagens e pelas atitudes de Irene, um basileu que não podia aspirar seriamente a uma soberania universal. Ainda que enfática, a análise do poder e da autoridade do rei duas vezes rei é realista. Ela poderia bastar. Da análise à sua tradução literal, há ainda um caminho a percorrer. Nada indica que no início de 799 Carlos já esteja determinado a executá-la. Os acontecimentos, porém, iriam se precipitar.

As desgraças de Leão III

Em Roma, mais uma vez reinava a anarquia. A eleição do romano Leão III, em 26 de dezembro de 795, se dera por unanimidade dos eleitores, mas ela não tinha a mesma unanimidade na cidade. A política local do papa logo deu azo a contestações, e toda uma facção se agrupou em torno dos sobrinhos de Adriano I. Para dificultar ainda mais as coisas, o povo punha em dúvida a moralidade do novo pontífice. Na verdade, a aristocracia romana, a aristocracia feudal, estava excluída das grandes decisões desde a morte do papa Adriano I, e Leão III privilegiava os clérigos da administração central. Em suma, abria-se um conflito entre a Cidade e o palácio de Latrão.

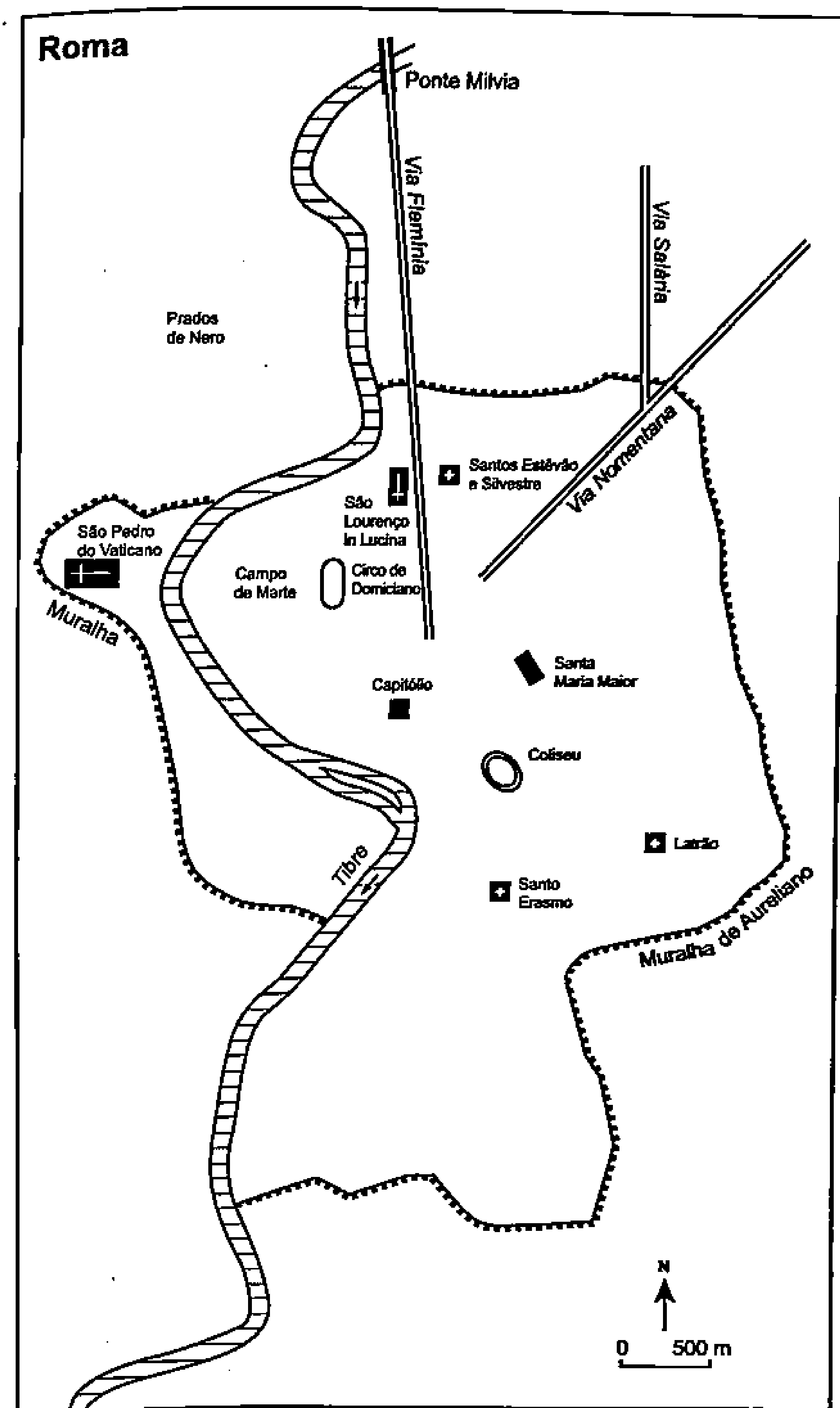
Os insatisfeitos se alinhavam com o primeiro dos notários, Pascoal, um sobrinho do papa Adriano I. Pascoal tivera um papel importante, vinte anos antes, na corte de seu tio, e este o havia enviado várias vezes, em caráter reservado, em embaixada ao rei dos francos. Com o novo papa, Pascoal perdeu sua posição, mas não sua função de primeiro dos notários, e sua influência continuava grande na aristocracia romana. Encontramos ao seu lado, na primeira linha dos descontentes,

o sacelário, isto é, tesoureiro e chefe da administração pública, um certo Campulus, que também parece ter sido parente do papa Adriano. Em suma, em volta dos familiares de Adriano congregavam-se os principais funcionários de uma cúria dividida. O resultado é que se conspirava nas casas aristocráticas e havia enfrentamentos nas ruas. Havia pessoas que mantinham o rei Carlos informado do que se passava.

Desde que se tornou papa, Leão III enviou embaixadores ao rei dos francos. Eles não deixaram de informar sobre a insubmissão permanente do povo romano. Tendo ido a Roma para lá receber o *pallium*, que era a insígnia dos arcebispos, Arn, um dos conselheiros próximos de Carlos Magno e arcebispo de Salzburgo, transmitiu em Paderborn as más impressões que tivera do que acontecia na cidade. O rei quis saber mais e enviou um conde, Germaire, para colher informações e fazer um relatório. O conde chegou tarde demais. Pascoal e Campulus já tinham concebido um plano para eliminar Leão III.

Em 25 de abril de 799, quinta-feira, celebravam-se as Litanias Maiores, uma festa que há muito os romanos tinham conseguido fazer que substituísse a procissão pagã dos *Robigalia*: nessa procissão, outrora se degolava uma ovelha para conjurar os malefícios do deus Robigo, deus nefasto das geadas tardias da lua de abril. Embora se realizasse normalmente no dia da festa de São Marcos, a procissão das Litanias Maiores se encerrava em São Pedro do Vaticano, onde se cantava a mesma missa que nas Ladainhas, os três dias de Litanias Menores que precedem a Ascensão. Nos dois casos, orava-se para obter a proteção divina para as futuras colheitas.

Leão III vinha de Latrão. Saindo de São Lourenço *in Lucina*, margeando o Campo de Marte, a procissão devia chegar ao campo pela via Flamínia, passar pelo Tibre, ao norte, pela ponte Milvia, e voltar à margem direita pelos prados de Nero até São Pedro do Vaticano. A procissão não teve tempo de se formar. O cortejo do papa estava a dois passos de São Lourenço, diante da igreja dos Santos Estêvão e Silvestre (atualmente São Silvestre *in Capite*), quando caiu numa emboscada. Sicários derrubaram o pontífice do cavalo, surraram-no e deixaram-no estendido no chão. Depois arrastaram-no até a igreja, onde o esperavam os organizadores do atentado. Eles tentaram obter do papa uma abdicação. O papa informou depois que, para intimidá-lo, ameaçaram-no de cortar-lhe a língua e furar-lhe os olhos, do que se aproveitaram rapidamente os partidários de Leão III para dizer que os miseráveis o tinham cegado e que um milagre lhe devolvera a visão. Os *Anais de Lorsch* repetem essa versão. O próprio papa evitaria recorrer a uma história tão inverossímil. A realidade já era suficiente.



Os conjurados não tinham a autoridade suficiente para proclamar imediatamente a destituição do papa. Decidiram, então, mantê-lo prisioneiro. Encerram-no durante a noite numa célula do monastério grego de Santo Erasmo, no monte Célio. O papa só sobreviveu graças a alguns fiéis que, finalmente reunidos pelo cubicular Albino, conseguiram libertá-lo alguns dias depois. Leão III se refugiou então fora da cidade, no Vaticano, sem saber ao certo como sair desse refúgio sem muita segurança que era São Pedro.

Felizmente, Winigis, o duque de Spoleto, gostava dele e logo reagiu quando soube do atentado. Ele chegou a Roma com alguns soldados no momento em que Leão III se refugiava no Vaticano. Acompanhado de Wirund, *missus* de Carlos, foi ter com o papa e levou-o para Spoleto. Foi lá que eles encontraram o conde Germaire. Logo chegaram à conclusão de que só havia uma saída: repetindo o que fizera Estêvão II, Leão III dirigiu-se a Paderborn, onde o rei franco preparava uma expedição à Saxônia. As referências a um vão apelo à proteção de Irene, que ocupava o cargo de basileu, parecem não passar de uma invenção de cronistas inspirados pelo fato de que, de modo geral, o papa já não podia contar com o apoio de Bizâncio.

Para acolher o pontífice, a corte franca respeitou o protocolo que já servira quando da vinda de Estêvão II. Hildebaldo, arcebispo de Colônia e esmoler-mor do rei, e o conde Anchaire foram ao encontro do papa, aos quais se reuniram pouco depois o rei Pepino da Itália e alguns condes. Carlos esperava seu visitante nas cercanias de Paderborn. Houve trocas de abraços, cantaram-se hinos.

A partida do papa em nada podia melhorar a situação em Roma. Do complô a princípio discreto e do recurso à força, os adversários de Leão III passaram a uma campanha contra o papa. Logo a cidade fervilhava de acusações de todo tipo contra a ortodoxia e a moralidade do pontífice. Os ecos chegavam aos ouvidos do rei franco.

Carlos levara muito a sério um papel de patrício dos romanos que já lhe rendera muitas vantagens. E se lembrava muito bem de que devia esse título ao papa, e não ao imperador bizantino. Assim sendo, não podia deixar de atender ao apelo do pontífice. Os intelectuais entenderam de outro modo, e é pouco provável que, tendo chegado, em sua reflexão sobre o poder supremo, ao ponto que acabamos de mostrar, os conselheiros do rei deixassem passar a oportunidade de abordar o assunto, em maior ou menor grau de profundidade, com o papa. O rei dos francos ia se erigir em árbitro, não mais, como outrora, das relações entre o papa e seu agressor lombardo, o que era uma

questão de aliança, mas dos próprios assuntos romanos. Em outras palavras, o rei ia atuar em Roma como soberano, e não, como outrora, como protetor de Roma. Ele não esquecera nem os juramentos de 796, nem o envio do estandarte.

Tendo tido garantias da intervenção franca, e com certeza consciente de que, de qualquer modo, o remédio era preferível ao mal, Leão III voltou a Roma. O rei o muniu de uma forte escolta. Os arcebispos de Colônia e de Salzburgo, Hildebaldo e Arn, cinco bispos e três condes, entre os quais, mais uma vez, Germaire, o acompanhavam. Em 29 de outubro, o papa chegava à Cidade Eterna, pelo mesmo caminho que deveria percorrer a procissão das Litanias Maiores. O povo recebeu-o com festas. Ele foi celebrar uma missa em São Pedro, passou a noite no Vaticano e, no dia seguinte, voltou ao seu palácio, Latrão. Os conjurados evitaram praticar novas violências, mas, pelo que escreve Arn, ao que parece os *missi* reais foram mal recebidos. De qualquer modo, os adversários do papa apressaram-se a prestar queixas dele.

Carlos não mostrou nenhuma pressa. As coisas se arranjaram em Roma antes de sua chegada. Arvorando-se um direito de arbitragem de que os conjurados esperavam obter sucesso, e que o papa evidentemente não estava em condições de contestar, os companheiros de viagem do papa formaram uma comissão, que se instalou na grande sala, o *triclinium* maior, de Latrão. Nela havia os francos, prelados e condes, vindos de Paderborn. A representação dos compatriotas do papa se limitou ao clero romano, o qual era antes parte que juiz.

Os *missi* do rei não tinham como tarefa instruir o processo do pontífice, mas dar fim aos complôs contra Leão III e restabelecer a paz. Eles precisavam, contudo, tomar conhecimento do conjunto da situação, o que significava implicitamente uma investigação do comportamento do papa. Disseram a este sem rodeios que sua queixa era aceita a benefício de inventário. Os prelados francos ouviram as testemunhas, fizeram suas investigações e trocaram algumas cartas: a carta que Arn enviou ao seu amigo Alcuíno parece ter sido bastante vexatória para o papa: depois de lê-la com Cândido, isto é, seu fiel discípulo Wizzo, Alcuíno receou que pudesse ser usada contra a Igreja e escreveu francamente a Arn.

> Recebi a carta por ti assinada, entregue por teu clérigo Baudry, que me trouxe também um casaco de lã e de linho confeccionado à moda de Roma. Essa carta falava das queixas contra os costumes do Apostólico e do perigo que correste com ele, da parte dos romanos. Como

não quis que essa carta caísse em mãos de terceiros, à exceção de Cândido, que a leu comigo, joguei-a ao fogo para que dela não derivasse nenhum escândalo em razão da negligência dos que guardam minha correspondência.

Independentemente do que pensasse sobre o conteúdo e o comportamento, Leão III parecia conseguir safar-se, ainda que tenha sofrido um atentado. Os conjurados do ano anterior tinham sido presos. O papa não podia deixar de manifestar sua gratidão: encomendou um mosaico para ornamentar o *triclinium*. Nele se viam — ele foi refeito várias vezes nos séculos XVII e XVIII —, de um lado, o papa Silvestre e o imperador Constantino; de outro, São Pedro entregando a Leão III o *pallium* e a Carlos o estandarte azul com seis rosas vermelhas. Assim, o rei dos francos era reconhecido pelo papa como o verdadeiro sucessor de Constantino. Acima de sua efígie ainda havia a inscrição *"D.N. Karulus Rex."* Não se falava de Império, mas a abreviatura *D.N.*, significando *Dominus noster*, "Nosso Senhor", já era avançar muito na afirmação do papa do poder de Carlos em Roma. Digamo-lo uma vez mais: é o papa quem recorre à figura de Constantino. Ela lhe é útil.

Durante esse tempo, Carlos cuidou da própria imagem. Passou o inverno em Aix, depois fez uma ronda de inspeção nas costas da Mancha, onde se começava a preparar a defesa contra os *vikings*, e finalmente foi a Tours, para lá orar sobre o túmulo de São Martinho. Foi isso que Clóvis fez às vésperas de sua campanha contra os visigodos heréticos. A legitimidade da ação passava pela proteção de São Martinho. A prece em Tours tinha outra vantagem, puramente diplomática: justificava a demora em atender ao apelo do papa. Ela também dava ao rei a oportunidade de uma última conversa com Alcuíno. Depois Carlos voltou a Aix, lá presidiu um concílio onde se condenou mais uma vez o adocionismo, e realizou em Mogúncia uma assembléia geral no curso da qual fingiu lembrar-se de que era preciso ir a Roma para restabelecer a ordem. Talvez tenha falado, na ocasião, em ir ver o que havia de verdadeiro nas acusações que se faziam contra Leão III. Sem dúvida, valorizava-se a intervenção do rei franco, mostrando que ele não se apressava. O papa bem podia esperar. Durante esse tempo, enviavam-se *missi* a Roma, a fim de proceder à investigação. Não se podia reprovar o rei de nada.

As dificuldades do papa eram uma circunstância fortuita, que nada tinha a ver com as considerações do *entourage* real a respeito de uma eventual mudança na natureza do poder. Uma outra circunstância não

menos fortuita se veio acrescentar à complexidade da situação. Um novo estratego acabava de ser designado por Irene para o governo da Sicília bizantina. Ele julgou oportuno notificar sua nomeação ao rei dos francos. Assim, Carlos recebeu o enviado do estratego, o grego Daniel. Também nesse caso, é possível que se tenha mencionado, diante dele, a inadequação do título de rei e de suas reais responsabilidades. De qualquer modo, é certo que Daniel ficou em condições de fazer um relato, quando voltou ao Império, sobre o estado de espírito que reinava em Aix, que certamente não lhe passou despercebido. Da mesma forma que Carlos, Irene não poderá se confessar surpresa quanto ao fundo da questão.

Alcuíno e Teodulfo, porém, preconizavam a prudência. Alcuíno encontrara-se com o rei em Tours. Os dois o assistiam quando das assembléias de Aix e de Mogúncia. Como escreveu Alcuíno a Arn, era preciso restabelecer o papa em seu poder, independentemente do que tivesse feito, e isso no interesse da Igreja. Essa prudência não o dispensava de acompanhar de perto os acontecimentos: enquanto o rei ia a Roma, Alcuíno para lá enviava Wizzo. Não está excluído que este, confidente do abade de Tours e também íntimo do *entourage* intelectual do rei, onde tem direito a um nome literário, tenha desempenhado um papel em Roma nas negociações de dezembro de 800 e na decisão de arranjar as coisas de modo a não condenar o papa.

A corte finalmente tinha tomado o caminho da Itália. Oficialmente, a expedição tinha um objetivo militar: submeter mais uma vez Benevento. Durante uma breve estada em Ravena, preparou-se a manobra: o rei Pepino iria a Benevento com o grosso do exército, e Carlos iria a Roma. Em 23 de novembro de 800, Leão III recebia o rei dos francos e dos lombardos a uma distância de doze milhas, em Mentana. Era mais do que o exigido pelo protocolo habitual, que determinava que o exarca fosse saudado por um dignitário romano a uma milha, e o imperador pelo papa em pessoa, a seis milhas. Para Carlos, não se havia esquecido a distância honorífica. Já não era a vinda do exarca, era a de César. Ninguém, nem entre os que haviam organizado a recepção nem entre as testemunhas do novo protocolo, tinha a menor dúvida quanto a isto: o rei franco era muito mais importante do que o basileu bizantino. O papa e o rei partilharam uma refeição, depois Leão III retomou o caminho de Roma, precedendo em algumas horas o rei dos francos. No dia 24, Carlos se encontrava, pela quarta vez, na Cidade Eterna. Lá ele iria passar o inverno.

Natal de 800

Tendo o cuidado, como sempre, de não escandalizar os romanos assumindo de forma por demais ostensiva, aos olhos do povo, um poder que não tem na Cidade Eterna, Carlos se instala fora de seus muros, no Vaticano. É lá que o papa o espera. À passagem do rei, cantores colocados pela corte pontifical cantaram as *Laudes*, isto é, aclamações em que se roga aos apóstolos, aos anjos e aos santos em favor do papa, depois do rei, depois da família real e, enfim, de todos os "juízes" — qualificação esta que na verdade engloba os prelados e os condes — e de todo o exército dos francos. Em São Pedro cantam-se salmos. Durante uma semana o papa acreditará ter resolvido o problema.

O tom muda depois de oito dias. Nesse meio tempo se deu um informe ao rei, e a investigação de modo algum inocentou o papa. Apesar das recomendações de prudência que lhe foram prodigalizadas por Alcuíno, o rei dos francos vai, pois, envolver-se na questão. Diz friamente a Leão III: veio para julgar. Como acabara de fazer em Aix com o clero de seu reino, Carlos reúne em São Pedro uma assembléia do clero, que ele próprio preside, onde os romanos tomam assento com os francos. Facilmente justificado pelo interesse da Igreja e pela preocupação com a paz, nem por isso sua atitude deixa de ser um recurso à força. Um rei, e mais ainda, um rei bárbaro, presidindo uma espécie de concílio, em presença do papa e em São Pedro!

Como era de se esperar, os inimigos de Leão III percebem a situação e tomam o cuidado de não contrariar o rei: todos eles se desculpam, acusando seus cúmplices. As discussões se estenderiam por um mês.

Dado que não se apresentou nenhuma testemunha contra o papa, e muitos bispos manifestaram sua recusa em julgar um pontífice, poder-se-ia tirar a conclusão mais simples, que era a de denegar seus adversários. Mas Carlos se obstina: habituado que está a presidir concílios em seu reino e a lhes impor sua vontade, ele afirma ter vindo para julgar. Ora, julgar os conjurados significa também julgar o papa, e o rei hesita, provavelmente pressionado por muitos bispos, que não desejam dar uma ordem ao papa e preferem reportar-se a ele. Embora próximo do rei, o arcebispo de Trier, que redige os *Anais de Lorsch*, exprime bem a sensação incômoda que reina na ocasião: os bispos não têm que julgar o papa.

> Se tal é sua vontade e se ele de fato a pede, o papa deve se desculpar, não em função do julgamento que eles fariam, mas por livre e espontânea vontade.

Portanto, o rei propõe ao papa que se justifique com um juramento. Na verdade, ele o obriga a isso. Trata-se, na realidade, de um compromisso: Deus é que julgará. Leão III não tem escolha: se ele se recusa, não sabe o que pensarão os bispos, mas sabe muito bem que Carlos o julgará culpado. Ora, ele tem necessidade da proteção real. Num momento em que os bispos não se mostram hostis, o papa compreende que sua situação em nada melhorou: quando o rei partir, tudo será como antes, e ele não conseguirá uma segunda vez a intervenção dos francos. Declara publicamente que aceita.

Todos compreenderam. O processo do juramento purgatório nada tem de original, exceto que aqui é aplicado ao papa e que o rei dos francos usurpa a prerrogativa do imperador romano: ele vai pronunciar por juízo de Deus uma arbitragem entre o papa e seus adversários. Carlos espera tanto de um como dos outros que se justifiquem diante dele. Isso equivale singularmente a julgar o papa como qualquer concílio convocado pelo rei julgaria um bispo. Mesmo que haja garantia de que ele levará a melhor porque seus inimigos abandonaram a luta, Leão III, a esta altura, já não passa de bispo de Roma.

Em 23 de dezembro o papa se justifica. Do púlpito onde normalmente o diácono canta o Evangelho, ele jura, segurando o evangeliário acima da cabeça, que não cometeu os "falsos crimes" que "os romanos" lhe imputam.

> Vós ouvistes, caríssimos irmãos, que homens maus me atacaram, quiseram me mutilar e apresentaram contra mim graves acusações.
>
> Foi para tomar conhecimento disso que o clementíssimo e sereníssimo rei Carlos veio à Cidade com seus bispos e seus grandes senhores.
>
> Por causa disso, eu, Leão, pontífice da Santa Igreja Romana, nem condenado nem obrigado, mas de livre e espontânea vontade, me purifico e me purgo sob as vossas vistas, diante de Deus e de seus anjos que conhecem minha consciência, e diante do bem-aventurado Pedro, príncipe dos apóstolos, na basílica em que estamos instalados, porque não perpetrei nem ordenei que se perpetrassem essas ações criminosas e perversas de que me acusam.
>
> Deus é minha testemunha, ao julgamento do qual nos apresentamos e sob o olhar do qual nos estabelecemos.

Faço-o de livre e espontânea vontade, a fim de dissipar toda suspeita, e não como se o tivesse encontrado nos cânones, e não faço disso nem um costume nem um decreto para impor aos meus sucessores na Santa Igreja ou aos nossos irmãos bispos.

Essa fórmula foi negociada? Leão só se dirige aos seus "caríssimos irmãos", portanto aos bispos. E ele se gaba de sua espontaneidade, mas não engana ninguém: foi o rei quem quis a "purgação", e o rito, puramente germânico, é absolutamente desconhecido no direito canônico. O pontífice absteve-se de detalhar as "graves acusações". Elas são conhecidas por todos em Roma, e em primeiro lugar pelo rei e por seus conselheiros. O papa pode muito bem reivindicar o julgamento de Deus, ele se justifica na verdade diante do rei dos francos.

Seu direito se vê reconhecido, mas ele o é pela autoridade temporal do rei dos francos: isso significa dizer que, no momento em que se entoa o *Te Deum*, Leão III é um pontífice moralmente ferido. As condenações — à morte, depois comutadas em exílio entre os francos — feitas por Carlos contra os conjurados, logo depois da coroação, são justificadas não porque estes caluniaram o papa, mas porque perturbaram a ordem pública. Elas se afiguram, pois, a Leão III, como uma compensação insuficiente. O fato de que membros da aristocracia, que se acusam de forma vexatória uns aos outros, sejam condenados ao banimento, e isto por lesa-majestade contra o rei, nada tem de surpreendente. Já se viram outros casos. Que o papa tenha sido obrigado a se desculpar perante o rei, e que os condenados não o sejam por terem agredido o sucessor de São Pedro, é muito diferente. Leão III foi humilhado publicamente.

A partir daí, cada um fez seu jogo. O *entourage* real — Arn, Riculfo, Wizzo e alguns outros — tem o papa na mão, e o papa não pode se recusar a fazer o serviço que lhe pedem. Na verdade esse serviço pouco lhe custa: é preferível a cólera do imperador bizantino à partida do rei franco, partida que deixaria o papa diante de seu povo. Na melhor das hipóteses, Leão III encontra na proposta que então lhe fazem uma vantagem nada desprezível: faz que o rei, mais uma vez, fique lhe devendo um favor. Sem inverter a situação, ela restabelece o equilíbrio.

Porque agora já não bastam algumas alusões. Agora que finalmente se encerrou o caso da conjuração, o pseudoconcílio do Vaticano ouve em 23 de dezembro toda a gama de argumentos em favor de alçar o rei franco ao Império. Quem fala? Provavelmente algum dos

arcebispos que acompanharam o rei, talvez o monge Wizzo. Apresentam-se duas razões que lembram os *Anais de Lorsch*: a vacância do trono em Bizâncio, o poder de Carlos que se estende à Itália e também à Gália e à Germânia, em todas as cidades e principalmente em todos os lugares — especialmente Roma —, que são no Ocidente o símbolo da autoridade imperial. Na oportunidade, não se faz referência à situação de um rei que tem dois reinos e ao qual estão subordinados os dois reinos de seus filhos. Com senso de oportunidade, em Roma apresentam-se apenas os argumentos que se podiam brandir contra aqueles que defendessem os direitos de universalidade do basileu. Essa demonstração pela posse das sedes imperiais já dá uma idéia do que vai surgir, um império do Ocidente. O imperador não voltará a Aix pelo caminho mais curto: ele passará alguns dias em Ravena.

Carlos, por enquanto, dá a impressão de não se pronunciar. Deixa que seus homens trabalhem. O papa e o clero romano não têm escolha. Assim como os francos, eles afirmam publicamente que Carlos agora tem as responsabilidades políticas que eram outrora as do imperador romano. Ao que parece, sem que o paralelismo tenha sido buscado, retoma-se a argumentação de 751 e a pergunta feita a Zacarias: quem deve ter o "nome", aquele que detém o poder ou aquele que não o detém? O rei não se limita a aquiescer. Ele se rende às razões da assembléia. Não haverá eleições no sentido exato do termo. A assembléia propôs, o rei aceitou. A hipocrisia é hábil: não poderão acusá-lo de ter usado de força. Ele nada pediu. Nem por isso se pode acreditar que ele está surpreso: todo o movimento de idéias que ocupava o espírito dos Alcuíno e dos Teodulfo havia vários meses não podia ter-se desenvolvido sem que o rei dele fosse informado, e sem que o consentisse. E ele leu as cartas que lhe foram enviadas. Não haverá nenhuma surpresa quanto ao fundo.

Para esse processo que na verdade não o é, para essa elevação ao cargo sem eleição, a não ser pelo sentido que adquiriram os aplausos na entronização dos reis, é preciso, evidentemente, uma aprovação perceptível. A literatura imperialista dos anos 820 fará, erroneamente, da opinião expressa pela assembléia de 23 de dezembro de 800, uma verdadeira eleição, o que seria negar o papel do papa na entronização do novo imperador. Na verdade, nesse 23 de dezembro de 800, o povo, representado por alguns prelados e por um pequeno número de condes, apenas emitiu uma opinião, ou no máximo formulou um desejo. Contudo, ainda é preciso alguma coisa além da simples mudança de "nome", principalmente para os francos, cujas tradições são sensíveis à força do gesto.

O episódio é conhecido. Na manhã de Natal de 800, "na virada do ano 800 para o ano 801", como escreve pitorescamente o redator dos *Anais reais*, para quem o ano começa no Natal, Carlos assiste à missa que o papa celebra para ele em São Pedro do Vaticano, não em São João de Latrão, como o exigia a tradição que regulamenta as "estações" pontificais nas diferentes basílicas romanas. Vimos que o rei se abstinha de ficar na residência do papa em Latrão. É muito provável que a escolha do Vaticano tenha sido idéia de Carlos ou de seu *entourage*. Aos olhos dos francos, a basílica do Vaticano é o túmulo de São Pedro. O símbolo da fundação da Igreja é o Vaticano. E eis que lá se procede à fundação do novo império cristão. Em suma, a escolha do lugar preparou as coisas e os espíritos.

Vai começar a missa no curso da qual está prevista a sagração do filho mais velho do rei dos francos, Carlos, o Jovem. Este, chamado a ficar junto do pai enquanto Luís é rei da Aquitânia e Pepino rei da Itália, não havia sido sagrado pelo papa Adriano I em 781. Carlos Magno apresenta-se, pois, com grande pompa, e não apenas porque assiste à missa de Natal. Ele está rodeado de seus filhos Carlos e Pepino — Luís está ocupado na Espanha — e de suas filhas, de seus bispos e abades, de seus condes. E um detalhe que não deixa margem à hipótese de uma eventual surpresa: ele está vestido numa túnica longa, com a clâmide e sapatos púrpuros.

Mal acaba de entrar, ele se ajoelha diante da Confissão, isto é, diante do túmulo de São Pedro, talvez sobre a grande laje circular de pórfiro que a tradição diz, ainda hoje, ser a da coroação. Mal ele acaba de cantar a sua oração, Leão III coloca sobre a cabeça do rei um diadema tirado do tesouro de São Pedro, um diadema que, segundo o *Liber pontificalis*, é "muito valioso". O pontífice pronuncia então uma fórmula de consagração, depois lança, por três vezes, a aclamação inspirada nas *Laudes:* "A Carlos, Augusto, coroado por Deus poderoso e pacífico imperador, vida e vitória!" Depois da aclamação, aplausos, ninguém está surpreso.

Observemos que em Bizâncio as aclamações pelo Senado e pelo exército precedem a coroação do patriarca: elas são um vestígio da eleição e, portanto, são essenciais. Da mesma forma, os imperadores eleitos por seus exércitos, tanto no Oriente como no Ocidente, o foram apenas pela aclamação de seus soldados. As aclamações são a base desse tipo de sagração, de que o coroamento é mera manifestação. Mas esta é tardia: o primeiro imperador coroado no Oriente parece ter sido, em 457, Leão I. Nenhum imperador do Ocidente o foi. Quanto

aos reis francos que precederam Carlos Magno, eles nunca tiveram coroa: foram reis por aclamação do povo e, a partir de 751, pela unção da sagração. A coroação tomada de empréstimo a Bizâncio não tem nada de inocente.

Naquela manhã de Natal de 800, as aclamações se seguem à coroação: elas são apenas a adesão do povo a uma escolha já garantida pelo diálogo entre o concílio e o rei, e já expressa no diadema. Talvez devamos pensar também que o papa não ignora a inversão da liturgia: não é o patriarca que faz o imperador de Bizâncio, é o povo. Em Roma, não incomoda ao papa Leão III ter o papel principal no desenvolvimento da cerimônia, deixando o povo em segundo lugar. Ele dá impressão de ter feito o imperador, não de ter apenas confirmado a escolha do povo representado pela assembléia da antevéspera. Os capetíngios retomarão, para consolidar sua frágil legitimidade, o aplauso que precede a sagração. Seria preciso esperar a sagração de Luís IX em 1226 para que essa última lembrança da eleição desaparecesse: doravante os aplausos virão depois da sagração, como o foi em 800, depois da coroação.

Em seguida vem a *proskynese*, a prosternação do papa diante do imperador. Esse rito bizantino, que ninguém vira em Roma, não é mera invenção. Como provavelmente poucos dos que organizaram a cerimônia assistiram a uma coroação em Bizâncio, não se pode pensar numa improvisação. A reprodução do rito de Bizâncio deriva de um cuidadoso estudo dos ritos da coroação do basileu. Com certeza o gesto foi preparado e imposto pelo *entourage* de Carlos, porque o papa não tinha motivo nenhum para orgulhar-se dele: a prosternação lembra a sua humilhação. Pior ainda, ela a soleniza aos olhos de qualquer um que, franco ou romano, ignore a liturgia da coroação em Bizâncio. O autor dos *Anais reais* ficará muito feliz em relatá-la, não sem usar um termo impróprio, o de adoração, o que corresponde sem dúvida a um desejo de aumentar o alcance do gesto.

> Depois das *Laudes*, ele foi adorado pelo Apostólico segundo o uso dos príncipes antigos. Tendo abandonado o nome de patrício, ele foi então chamado de Imperador e Augusto.

Ainda que a chancelaria pontifical comece a datar suas atas dos anos do reino de Carlos, imperador, e ainda que as moedas emitidas pelo papa tragam doravante no anverso o nome do imperador, a corte pontifical se apressará em esquecer a prosternação, e o *Liber pontificalis*

não dirá uma palavra sobre isso. Quando das coroações seguintes, não se fará a menor alusão a ela.

A cerimônia se encerra. Cantam-se as *Laudes*, que ficaram para sempre com a qualificação de carolíngios: *Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat!* Depois da aclamação de Cristo, vêm as invocações, para o papa, para o rei, para seus condes. A hierarquia das intercessões, bastante significativa, é calculada de forma bastante hábil. Tampouco esta é fruto de improvisação. Para o papa, ao qual se deseja longa vida, invoca-se o Salvador do mundo, os apóstolos Pedro, Paulo e André, os papas Sisto e Clemente. Para o novo imperador, ao qual se deseja não apenas uma longa vida mas a vitória, os intercessores se situam num patamar mais alto da hierarquia celeste. Invocam-se o Redentor do mundo, os arcanjos Miguel, Gabriel e Rafael, isto é, os anjos que intervieram fisicamente, em nome de Deus, nos negócios da sociedade dos homens, e aos santos João e Estêvão. A alusão ao papel eclesial do rei é clara. Ele faz a ligação entre o céu e a terra. Para a família do rei, invocam-se a Virgem e alguns santos, e entre estes a franca Santa Genoveva, que toma lugar entre os santos da Igreja universal. Para os condes, invocam-se apenas santos, mas também aí se leva em conta a Igreja franca: reza-se a Santo Hilário, São Martinho e São Dionísio.

Essas *Laudes* já tinham sido cantadas em 774, e já para Carlos Magno. Mas acabam de fazer-lhes acréscimos. O Cristo vitorioso é o protetor do povo franco e de suas "armas invencíveis". Isso significa cantar a Nova Aliança. Doravante, as *Laudes* terão seu lugar nas liturgias celebradas em presença do imperador.

A cerimônia continua com a sagração anunciada de Carlos, o Jovem, o único filho do imperador que, assistindo seu pai por toda parte, ainda não tem um reino seu. Agora, pelo menos, ele é rei. Em seguida, canta-se a missa de Natal.

Os presentes que o novo imperador oferece então a São Pedro e às outras basílicas maiores não deixam margem a nenhuma hipótese de improvisação. O *Liber pontificalis* não deixa de salientar-lhes o esplendor.

> Para a Confissão de São Pedro, ele oferece uma mesa de prata com os pés, vários vasos de ouro puríssimo para o serviço da referida mesa, uma coroa de ouro, pesando 55 libras, com grandes gemas, para ser colocada acima do altar, uma grande patena de ouro, de trinta libras, com diversas gemas e a inscrição *Karolo*, um grande cálice de 58 libras, com duas asas com gemas, e um grande cálice de 37 libras.

> Para o altar do apóstolo São Pedro, ele oferece um grande cálice de trinta libras.
>
> Para a basílica do apóstolo São Paulo [São Paulo Fora dos Muros], ele dá uma mesinha de prata, e diversos vasos de prata de grandes dimensões para serem usados nessa mesa.
>
> Para a basílica de Nosso Senhor o Salvador [Latrão], chamada Constantiniana, ele dá uma cruz com gemas de jacinto que o boníssimo pontífice ordenou doravante fosse levada na procissão das Litanias, segundo o desejo do mui pio imperador, um altar com colunas de prata e um *ciborium* [um baldaquino], e um Evangelho encadernado em ouro finíssimo, ornamentado com gemas.
>
> Finalmente, para a basílica da bem-aventurada Mãe de Deus [Santa Maria Maior], ele ofereceu uma grande *sicla* de prata.

O rei dos francos não trouxe tais presentes com a única finalidade de agradecer ao papa por este lhe ter pedido socorro.

CAPÍTULO XIX

REALIDADES DO IMPÉRIO

Significados de um nome

Com esse "nome de imperador", com esse título imperial, o que o rei Carlos acaba de ganhar? Para ele próprio, uma legitimidade ampliada às dimensões de um poder real largamente superior ao que poderia estar compreendido no duplo título de rei dos francos e dos lombardos. Há uma lei dos saxões. Tem-se agora a legislação visigótica na Septimânia. A marca da Espanha é tudo menos uma parte do reino franco. A autoridade do rei se exerce na própria Roma. Tudo isso é bastante estranho ao reino franco. A unidade do reino, no sentido lato que abrange tudo o que está submetido ao rei, é uma unidade pessoal. Garanti-la com um título correspondente ao conteúdo já é uma boa política.

Depois, o diadema imperial dá maior dimensão à missão universal do rei franco. É verdade que, embora os motivos invocados em 23 de dezembro dêem a entender que, estando o Império romano vacante, Carlos se torna o imperador de todo o Império, todos entenderam que o universal, nesse caso, limita-se ao Ocidente. Isso é muito mais do que poderiam reivindicar, sem fazer rir, os últimos imperadores romanos sediados em Roma. Os bispos não faltam à verdade quando, depois da coroação, saúdam, como em Metz, no imperador Carlos "o novo Constantino". Em Milão, o arcebispo Odilberto irá mais longe, aclamando o sucessor de Constantino, de Teodósio, de Marciano e de Justiniano. Será preciso lembrar que Constantino reinou sobre um Império único, que Teodósio foi, em seus últimos anos, imperador único e que a reconquista de uma parte do Ocidente fez de Justiniano o senhor de um Império romano único? A evocação de Marciano, por sua vez, merece um exame mais detido: proclamado imperador em 450, esse soldado trácio praticamente não se ocupou do Ocidente,

mas tratava-se de um imperador bárbaro, e o patriarca de Constantinopla o havia coroado. Um bárbaro legítimo.

Depois da coroação imperial, o exemplo de Constantino readquire atualidade no espírito de Carlos e dos intelectuais de seu *entourage*. O rei dos francos pretendia se distinguir do basileu, e o reino dos francos nada tinha em comum com o Império de Constantinopla. Agora o rei é imperador. Em lugar de procurar se distanciar, ele busca a assimilação. É Constantino quem serve de referência para a imagem imperial que a chancelaria de Carlos Magno coloca, na década de 800, no anverso da nova bula.

Enfim, um imperador já não é um rei. Essa evidência significa que a própria natureza do poder está mudando. Não devemos imaginar que Carlos Magno, na noite de Natal, tornou-se outro homem. Sem dúvida, os intelectuais que prepararam a sagração prepararam o rei, mas é o fato consumado que ajudará o novo imperador a compreender que ele mudou.

A longa reflexão que ele faz em Aix desde sua volta, na primavera de 800 — ele parte de Roma em 25 de abril, depois de ter comemorado a Páscoa —, até o inverno de 801-802 será tão fecunda que é impossível imaginar que os acontecimentos de 802-803 não tenham sido fruto de uma tomada de consciência, por parte do rei e dos seus, da nova natureza do poder do soberano. Da revisão sistemática das leis nacionais — nas quais a tradição dos povos bárbaros impedia de tocar, exceto para corrigir a expressão — à formulação de um programa de governo na grande "capitular geral" da primavera de 802, tudo concorre para nos mostrar a gênese de um chefe de Estado no sentido romano do termo, gozando da plenitude dos poderes, mesmo que os use com a prudência que impõe a mentalidade coletiva de um povo ainda ignorante da ideologia imperial, e não de um simples rei franco constrangido pela obrigação do consentimento, ainda que essa obrigação seja atenuada pela autoridade pessoal do rei.

Ao contrário de tantas outras, a capitular de 802 é construída de forma perfeita. Nela, o imperador apresenta em primeiro lugar a visão que tem de seu poder.

> Da missão confiada pelo senhor imperador. O sereníssimo e mui cristão imperador Carlos escolheu entre seus grandes senhores os mais sábios, tanto arcebispos como simples bispos e veneráveis abades, assim como leigos piedosos, e os enviou a todo o seu reino, e assim permitiu a todos os súditos viverem segundo a justa lei.

Segue-se um quadro idílico dos benefícios da vida "correta" segundo a lei. Mas depois se volta aos meios para um bom governo. Os que se recusarem a observar as leis e as determinações do imperador serão julgados. Todos deverão prestar um novo juramento de fidelidade, e isto será feito em público a fim de que se compreenda bem a importância desse novo compromisso pessoal. Deve-se saber que esse juramento "tem sua razão de ser". Todo homem deve se sentir responsável por sua conduta, dado que o imperador não pode se ocupar de cada um em particular.

As prescrições morais vêm em seguida, tanto para o clero quanto para os leigos. Todas são acompanhadas de ameaças de intervenção imperial contra os faltosos e contraventores. As medidas de polícia e a repressão aos crimes também são mencionadas. E a capitular se encerra evocando os fundamentos da vida social: o *ban* e os editos imperiais.

Não nos devemos surpreender com as repetidas referências a Constantino. Ele continua sendo o modelo de imperador ao mesmo tempo romano e cristão. É também, para os contemporâneos de Carlos Magno, o autor da *Doação*, cuja falsificação, feita trinta anos antes por clérigos romanos, é conhecida apenas de alguns clérigos contemporâneos. Em suma, ele é o imperador sobre o qual muito se comenta.

Ainda que não tenha sido acompanhado de nenhuma nova unção, o diadema afirma a missão do rei franco no mundo cristão. Moedas trazem as palavras *Christiana Religio* no reverso de uma representação de São Pedro de Roma. O título imperial cimenta a união de fato das ações de conquista e das ações evangelizadoras nos países da Europa germânica e também a reconquista de territórios dominados pelos árabes na Espanha setentrional. O título se soma à unção real. O próprio arcebispo Ricbod se engana quando coloca justamente na abertura dos *Anais de Lorsch* a proclamação do "nome de imperador": esquecendo um diadema cujo símbolo parece escapar a seu espírito de franco, ele evoca, sem chegar a inventar uma unção, uma "consagração" do novo imperador.

> Ele recebeu no dia de Natal o nome de imperador, com a consagração do papa Leão.

O "nome de imperador" representa tanto mais quanto se considera que, à força de multiplicarem-se as sagrações reais, elas de certo modo se banalizaram. Pepino, o Breve, foi ungido duas vezes, Carlos três vezes, Carlomano II duas, e cada um dos três filhos reis de Carlos Magno foi

ungido uma vez; é possível que a própria rainha Berta tenha sido ungida, sem contar os filhos de Carlomano II. Com isso, temos 11 unções reais em três gerações. Ao passo que a cerimônia do Natal de 800 se encerrou com uma unção, a que tornava rei Carlos, o Jovem, agora convinha deixar as coisas claras: ele é o único imperador, acima dos reis.

O Império e os reinos

Teria tido Carlos Magno o desejo de criar, com isso, uma nova estirpe imperial? Seu *entourage* o concebeu? O papa ajudou no plano? À época, ao que parece, ninguém viu tão longe. Já nos dias seguintes ao da coroação, Carlos Magno se interrogou sobre as conseqüências que o novo título teria para ele próprio. Em suma, em que ele mudava as responsabilidades do rei franco? Ao que parece, a idéia de uma responsabilidade universal o perturbou um pouco. Na assembléia de Aix, em março de 802, fica manifesta a mudança que o título imperial trouxe ao seu comportamento. Não é por acaso que, nesse momento, depois de ter falado longamente com seus conselheiros, ele formula um programa de governo, um programa que inclui a reforma da Igreja e também a do Estado.

Da mesma forma, o imperador, profundamente consciente do aumento de suas responsabilidades no seio da cristandade, não imagina que a coroa imperial seja um bem transmissível. Em 6 de fevereiro de 806, tomando enfim providências com vistas à sucessão, Carlos Magno, que envelhece e teme que sua morte ocasione uma guerra fratricida como aquelas que provocaram a ruína do reino dos merovíngios, procede então, na assembléia de Thionville, à partilha dos territórios do reino. Essa *Divisio regnorum* — qualificação que veio depois —, que ele próprio chama de *Ordinatio regni*, deve garantir "uma paz perpétua baseada na concórdia e na caridade". Trata-se de organizar o reino, o "corpo integral do reino", não de dividi-lo em reinos independentes segundo o modelo merovíngio. Se a palavra "caridade" não figura no vocabulário habitual do imperador, as palavras "paz" e "concórdia" estão sempre presentes nos textos que ele inspira. A motivação é sincera. E a primeira disposição é que os três filhos, a partir daquele momento, passariam a ser "parceiros do reino e do Império". Todos são responsáveis por esse reino tantas vezes identificado com o povo cristão, mas cada um terá a gestão de uma parte.

É-nos um pouco difícil compreender essa construção política, que não se assemelha aos reinos num reino e aos reis sob um rei, dos decênios

precedentes: trata-se agora de um reino em três reinos. Será preciso lembrar que o imperador e seus conselheiros acabam de travar um longo e difícil combate no campo das idéias para impor à Igreja essa noção ternária de um só Deus em três pessoas, que se traduz pela inserção do *Filioque* no Símbolo de Nicéia? Uma divisão em três na unidade do todo não é de espantar. O que é justo para Deus não é chocante para o Estado.

A partilha — pois é disso que se trata — leva em conta em primeiro lugar as realidades políticas do momento, isto é, a divisão das responsabilidades com o imperador ainda em vida. Os três filhos são reis, e dois deles já são senhores de um reino geograficamente definido. Mas não podemos esquecer o velho uso franco, que se reflete na maioria das partilhas merovíngias: o da eqüidade e da complementaridade econômicas. Carlos determina um cômputo preciso dos *mansi* que constituem cada reino. É preciso dizer que a tarefa é por demais pesada e a precaução vã? Não existe nenhum indício de que esse cadastro geral sequer tenha sido feito. De qualquer modo, a medida revela uma espantosa preocupação com a precisão no que tange às delimitações.

A *Divisio regnorum* é tão fundamental que o fiel Eginhardo foi encarregado de ir notificar o papa Leão III para obter dele uma aprovação que, cumpre dizer, este praticamente não tinha o direito de recusar, tratando-se, pois, de mera formalidade: o papa apenas a subscreve. Enviada a todos os *missi* desde março, a capitular de Nimega obriga todos os homens do império a observar as disposições sucessoriais tomadas pelo imperador. A *Divisio regnorum* não é, pois, uma medida tomada de forma leviana. Ora, nada se diz então da dignidade imperial. O imperador se limita a mesclar numa mesma partilha o império territorial e "o reino", um reino no qual inclui tanto o reino franco, com suas extensões germânicas e suas marcas, quanto o reino da Itália.

> Nós vos informamos que decidimos fazer os filhos que temos pela graça de Deus herdeiros de nosso império ou de nosso reino...
>
> Apraz-nos fazer as seguintes divisões do império ou de nosso reino tal como Deus o conservou e pretende que seja conservado.

A inevitável partilha deve dar a Carlos, o Jovem, até então simples acólito de seu pai, o velho reino franco, a Austrásia e a Nêustria, com o norte da Borgonha e da Alemânia, e com a Turíngia, a Saxônia e a Frísia. Pepino ficará com a Itália — de que já é rei —, com o sul da Alemânia e com a Baviera. Nesse ponto, Carlos Magno faz uma referência à história:

Ficará com nosso caro filho Pepino a Itália, que chamam de Lombardia, e a Baviera, tal como a teve Tássilo...

Cabe dizer que Carlos sempre se considerou "rei dos lombardos" e que até então confiara a seu filho um reino "da Itália". Ele determina que, com a sua morte, essa distinção desapareça. Pepino será mesmo o rei da Itália, sem a menor ligação com aquele que haverá de governar o reino franco.

O filho mais novo, Luís, continuará rei da Aquitânia. Ele ficará também com todo o sul da Gália franca (o sul da Borgonha, a Septimânia e a Provença), assim como a marca da Espanha, cuja conquista foi obra sua.

Nenhum dos três filhos parece, pois, herdar a soberania sobre o conjunto simbolizado pela coroa imperial. O reino franco continua sendo a unidade fundamental, mas é dividido em reinos. Com sua lista de "países" que são as antigas cidades, a partilha de 806 poderia ser obra de um merovíngio. Os primeiros albores de uma ideologia imperial já se apagaram. Revelando com isso que sua cultura "romana" era em larga medida mero "verniz", Carlos já não raciocina como sucessor de Constantino, mas como sucessor de Clóvis. Luís, o Piedoso, desde que sobe ao trono, volta ao pensamento imperial dos anos 801-803.

Não cabe falar aqui de reticências políticas, mas antes de uma incapacidade de compreender. O gesto do Natal de 800 foi negociado entre alguns intelectuais, os da Academia palatina e os da cúria pontifical. Faltava fazer com que entrasse no espírito do povo franco. Ora, estamos apenas nos primórdios da emergência política de uma aristocracia que passou pela escola e que sabe um pouco de latim. Nem o anglo-saxão Alcuíno nem o godo Teodulfo são o povo franco, e o franco Eginhardo ainda é jovem, já confidente do imperador, mas certamente sem influência na assembléia. Embora o latim distinga *regnum* e *imperium*, os dois se traduzem igualmente em língua tudesca por *Reich*.

Isso significa dizer que o conceito de Império não é de fácil assimilação, quando os próprios letrados do *entourage* do rei não sabem se devem falar de Império romano em relação a um império cujo título oficial se quer romano, mas cujas realidades políticas são as dos dois reinos bárbaros, dos francos e dos lombardos. A teoria da "transferência", para o rei franco, do poder imperial vacante em Bizâncio justificou em parte o gesto de 800, mas raros são aqueles que a levaram em conta. Para a maioria dos francos, a noção de *Renovatio Imperii Romanorum* é muito estranha. Eles jamais viram a bula com essa legenda, bula com

que se marcam raros atos solenes. Para eles, Carlos se tornou imperador, mas ao lado daquele que reina entre os gregos e da mesma forma que ele, mas não em seu lugar. Em suma, foi mais fácil para o Ocidente ver o imperador do que o Império.

A morte de Pepino em 810 e a de Carlos, o Jovem, em 811 fazem de Luís seu único herdeiro. A Itália é deixada a Bernardo, o filho de Pepino: esse Bernardo da Itália logo se sublevará contra o imperialismo de seu tio Luís, manifesto quando, na *Ordenatio imperii* de 817, Luís, o Piedoso, finge ignorar a existência de seu sobrinho. Em 818 prendem Bernardo — qualificado pelo seu primo Nitardo, anacronicamente, de "rei dos lombardos" —, condenam-no à morte e o cegam. Ele terminaria morrendo desse suplício dois dias depois. À parte esse caso especial, que não explicita a natureza da subordinação do rei Bernardo ao futuro imperador, Carlos Magno considera, de forma bastante natural, que todo o resto de seu império logo será de Luís, o Piedoso, ou Luís, o Bonachão.

É então que finalmente se fala em título imperial. Quando Carlos decide, em 813, conferir ele próprio o título ao seu único filho vivo, é um apelo à unidade, que já se pode imaginar difícil de manter quando das partilhas previsíveis entre os filhos de Luís. É preciso notar ainda que a entronização de Luís é precedida de cinco concílios em que o imperador reúne o alto clero de seu reino, não do império: a Itália fica excluída da consulta. Quando, em setembro de 813, Carlos pergunta à assembléia dos grandes senhores reunida em Aix-la-Chapelle se lhe parece justo que Luís tenha o título de imperador, dirige-se apenas aos grandes senhores do reino franco, deixando de parte tanto o que ainda é seu reino dos lombardos como o reino da Itália de seu sobrinho Bernardo, cuja realeza, aliás, ele confirma. E é como porta-voz dos grandes senhores do reino franco que o "velhote" Eginhardo, ajoelhado diante do imperador, pede a este que conceda o título imperial ao seu filho.

É ao rei dos francos que se dá o título de imperador, não ao futuro senhor do Império do Ocidente. Tais como citadas por Ermoldo, o Negro, as palavras de Eginhardo são isentas de qualquer ideologia: "Ele saberá manter os direitos de vosso Império pelas armas, pela inteligência e pela fé." Nada mais lembra o povo romano, de quem o papa, em 800, era supostamente o porta-voz. Desta vez, é o povo franco que aprova, representado pelos grandes senhores leigos e eclesiásticos do reino. A ideologia imperial ainda não se desenvolvera. Carlos é um realista. O Império é um título. E é o próprio Carlos, não

o papa, quem, depois de perguntar ao filho se aceita o encargo e as obrigações que daí decorrem, coloca o diadema imperial na cabeça de Luís, em 11 de setembro de 813. Não se atribui nenhuma função aos arcebispos presentes à cerimônia. Coroação não é sagração, e Luís já recebeu a sagração.

Em suma, o Império não podia fazer esquecer o reino. Os grandes senhores do povo franco, que tinham muito orgulho de pertencer a este e praticamente não viam vantagem em pertencer ao Império romano, chegaram a um acordo para marcar a diferença. O título pessoal do rei franco não mudava sua natureza profunda: eles eram francos, não romanos. Seria uma má idéia para Carlos negligenciar seu título de rei dos francos. As coisas eram vistas de forma inversa na Itália, onde a derrota dos lombardos não foi considerada pela população de origem italiana como uma anexação ao reino franco. Carlos tinha o título de rei dos lombardos, e isso deixava as coisas claras no antigo reino de Didier. Ele não tinha nenhum título real no Estado pontifical, onde era visto apenas como um protetor, ainda que às vezes incômodo. Em Roma e em Bolonha, Carlos era apenas imperador. Como tal, aí ele não tinha nenhum poder imediato. E muito menos poderia se considerar superior do papa.

Para cimentar o Império, recorreu-se a uma ligação pessoal que se inspirava tanto na cidadania romana como na estrutura das sociedades bárbaras: o novo imperador exigiu de seus súditos um novo juramento de fidelidade.

> O imperador ordenou que todo homem de todo o seu reino que, segundo seu desejo e seu propósito, já prometeu sua fidelidade a ele enquanto rei, agora lhe faça a mesma promessa enquanto César.

Bem definido como sendo o segundo, esse juramento ao imperador é novo principalmente pela definição bastante ampliada que dele dá a capitular da primavera de 802, levando em conta as dimensões do império. O *ban* do imperador é proclamado sagrado. Carlos sabe muito bem que sua autoridade prende-se somente ao respeito que cada um de seus súditos lhe manifesta. Ele não pode, apenas pela força, impor esse respeito. O carisma imperial e a missão divina secundadas pelo juramento não são demais.

> O senhor imperador não pode exercer a necessária vigilância e a disciplina sobre todos e sobre cada um em particular.

> A fim de que ninguém ouse enganar ou roubar as igrejas, as viúvas, os órfãos e os viajantes ou lhes fazer algum mal, o senhor imperador se constitui, depois do Senhor e de seus santos, como seu protetor e defensor.
>
> Tudo o que é aqui decidido deve ser observado pelo juramento prestado ao imperador.

A promoção de Aix-la-Chapelle deve ser entendida nesse contexto. Fazia já dez anos que o rei franco, que muitas vezes foi visto nos seus palácios tradicionais de Attigny ou de Paderborn, começara a construir um novo palácio para substituir o de Pepino. Carlos compreendeu que um reino tão vasto só pode ser governado a partir das muitas residências e pelo contínuo deslocamento do rei e de seu *entourage*. Obrigado às incessantes campanhas de verão, o rei franco acha por bem, do outono à primavera, fixar residência em determinado lugar, e não em um ou outro domínio. Como em outras épocas, a noção de capital nasce de uma necessidade: é preciso que se saiba onde encontrar o rei e seu governo. Imperador, ele faz de Aix, portanto, a capital do Império. Roma, onde ele não está realmente em casa, será apenas a segunda capital. Ainda haveria de lá comemorar a Páscoa em abril de 801. Depois disso, não mais voltaria a essa cidade.

O rei está no seu palácio (ver pp. 262 e 453-455). Os grandes senhores se estabelecem em volta, em suas próprias casas, em residências preparadas para atender ao gosto de cada um, mas ao alcance do rei. Carlos não subestima a vantagem que representa para ele estender a sua corte para além do que lhe permitem os constantes deslocamentos. Sabemos que fica em Aix a casa de Angilberto e de Berta, a filha do rei: um edifício de pequenas dimensões, próximo do palácio. Angilberto lhe gabará o jardim, com suas sebes floridas. E conhecemos a inscrição irônica colocada acima da própria porta por um Eginhardo, cuja pequena estatura é objeto de gracejos de todos (ver p. 425).

Criando essa capital onde seus próximos podem se fixar, lá escolhendo um domicílio, Carlos estará mais seguro de guardá-los. A primeira geração dos grandes letrados se foi. Paulo, o Diácono, e Paulino voltaram para a Itália. Alcuíno está em Tours, Teodulfo em Orléans. O próprio Angilberto fica na maior parte do tempo em Saint-Riquier. De resto, cada um recebeu a recompensa por sua fidelidade. A nova geração conhecerá permanências mais longas: embora sendo abade leigo de sete monastérios — de Gand, em Pavia, e de Saint-Wandrille, em Fritzlar —, Eginhardo ficará na corte por mais de 35 anos. Nitardo aí nasceu, e só iria embora aos quarenta anos, sob Carlos, o Calvo.

Do ponto de vista geográfico, Aix não é muito cômoda: da mesma forma que Roma, a nova capital não se encontra em posição central no império. E não é a posição estratégica que poderia ter sido útil dez anos antes, no tempo das grandes campanhas da Saxônia, e que estaria mais bem situada no Reno, em Colônia. Trata-se de um símbolo: Aix situa-se no coração do velho país franco. Mas surge um outro símbolo na sociedade e na paisagem. Paderborn e Attigny nunca passaram de residências. Aix é a sede de uma corte, e que não é composta apenas de condes vindos à assembléia. É em Aix que irá se fixar o *entourage* político e intelectual do rei franco, depois do imperador. Aí se reúnem os sínodos da Igreja franca. Bispos e abades aí passam temporadas. Nela a chancelaria está instalada. Cria-se uma escola para as crianças da corte. Em Aix está a Academia palatina. É também para Aix que Carlos atrai os artistas que iriam fazer da capital, de seu palácio e de sua capela palatina um espelho de Constantinopla — que Carlos só conhece por ouvir dizer e pelo mapa gravado numa mesa de prata — e de Ravena, que ele conhece bem porque lá ficou durante algum tempo. Não por acaso, a capela palatina é uma réplica fiel de São Vital de Ravena. E é à arte dos mosaicistas, não obstante pouco adequada à luz da Renânia, que se recorre para ornar o palácio e as igrejas.

O Império e o povo cristão

O Império é também um encargo religioso. O imperador não é indiferente a uma justificação pela missão cristã. Antes de tomar a coroa que se encontra sobre o altar e com ela cingir a fronte de seu filho, Carlos faz a Luís um verdadeiro sermão sobre suas obrigações de imperador cristão. Não nos enganemos: Carlos preocupa-se tanto com sua autoridade sobre a Igreja como com a unidade do reino. A missão divina sela a unidade.

O papa tentará corrigir o que constitui um desvio em relação à realidade da coroação de 800, mas sem dúvida não em relação à idéia que tinha de sua elevação a imperador um Carlos Magno pouco inclinado a dever o que quer que fosse ao papa. Em 800, Leão III não se limitou a reconhecer essa elevação; ele tomou iniciativas, e conhece-se a mudança de humor provocada por essa reversão de uma situação pontifical até então lamentável. Em 813, Carlos inverte a posição do imperador: é ele quem coroa. Como escreve um Eginhardo, que, como sabemos, traduz o pensamento de Carlos, doravante Luís é "consorte

de todo o reino e herdeiro do nome de imperador". Luís só deve sua elevação a imperador ao seu pai. Carlos precisou do papa para isso. Ele não tem nenhuma necessidade da Igreja para garantir sua perenidade.

No episódio do Natal de 800, nenhum dos dois se deixa enganar pelo outro. A longo prazo, tem-se um bobo: é o papa. Em 813, as coisas estão claras. O papa aproveitará a primeira oportunidade para inverter, por sua vez, a situação: vindo até o imperador para solicitar, como seu predecessor, um apoio contra os complôs que praticamente não cessaram desde 801, Estêvão IV sagra, pela segunda vez, e coroa, também pela segunda vez, em outubro de 816, o imperador Luís. O filho de Carlos Magno fora sagrado pelo papa Adriano I em 781 e coroado por seu pai em 813. Pela primeira vez — e a manobra do papa não é inocente —, sagração e coroação estão ligadas. Elas continuariam a sê-lo mas, paradoxalmente, para os reis da França, e não para os imperadores.

Estêvão IV aproveitou a ocasião para coroar a imperatriz Irmingarde. Estando Carlos Magno viúvo à época da coroação, o problema da coroação de uma esposa não se apresentou em 800. Havia, porém, um precedente, a sagração das rainhas, a partir de Berta. Os historiadores do Império se empenham em demonstrar que em 816 não se tratava de sagração, mas de um simples gesto de cortesia.

O jogo vai continuar. Luís, o Piedoso, consolida a hereditariedade do Novo Império fazendo seu filho Lotário co-imperador, por meio da *Ordinatio Imperii* de 817. Ele o coroa em Aix, diante de todo o povo. A unidade, nesse meio tempo, se torna uma ideologia: o ato de 817 é uma vitória do partido imperialista que se desenvolve entre os clérigos letrados.

A réplica se faz esperar seis anos. Em 823, o papa Pascoal I manda Lotário vir a Roma e o coroa novamente. Lotário responderá elevando seu filho Luís II à condição de imperador.

Governantes menos seguros do que Carlos Magno haveriam de procurar por iniciativa própria a aprovação pontifical. É em Roma que se farão coroar Luís II, em 850, Carlos, o Calvo, em 875, e Carlos, o Grande, em 881.

Portanto, temos de admitir que, embora Carlos Magno tenha plena consciência — a capitular de Aix, em março de 802, é prova disso — das novas responsabilidades políticas e espirituais e do aumento de poder que lhe é conferido pelo título imperial, considerou esse título suplementar como uma dignidade pessoal. De resto, nunca achou que este substituísse o título que expressa seu poder. Nos primeiros dias,

ele hesita. Sem dúvida, durante sua estada prolongada em Roma discute-se entre os dois *entourages* para determinar o alcance exato do gesto do Natal e suas conseqüências protocolares. Em março de 801, ele se diz "rei dos francos e dos romanos e também dos lombardos". Só em maio começa a se apresentar como "Sereníssimo, Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador que governa o Império romano".

A fórmula "que governa o Império romano" é bem clara: cinco meses depois da coroação, Carlos ainda não se diz "imperador". Mas aí não há nenhuma imprecisão: o que ele utiliza é uma velha fórmula imperial, uma fórmula que os clérigos de seu *entourage* talvez tenham encontrado nas atas da chancelaria imperial de Ravena. Naturalmente, não se esquece de acrescentar o que constitui a base do seu poder e, a partir de 774, o primeiro caso de união pessoal: "e pela misericórdia de Deus, rei dos francos e dos lombardos".

Negligenciar o último termo seria esvaziar o título de sua substância, e ainda mais do que a referência "pela misericórdia de Deus" ou "pela graça de Deus", que se torna usual e que a chancelaria merovíngia não tinha criado, nada tem a ver, como será o caso durante mais de mil anos — Napoleão III a usará —, com a rotina das fórmulas prontas. A partir da época de Pepino, e em conseqüência da unção real, girava-se em torno de uma referência a Deus na fórmula de apresentação dos títulos do soberano. Pode-se ler num diploma do rei Pepino que ele "governava os reinos da terra pela misericórdia de Deus". A própria idéia não era nova, e muitos reis cristãos não deixavam de reivindicar um poder que vinha de Deus. Desde seu primeiro diploma real, Carlos inovou proclamando-o no próprio título, e em seu título real. Nesta última parte de seu reinado, quando se diz "coroado por Deus" para sua nova responsabilidade frente ao Império, é necessário também afirmar o papel de Deus em sua legitimidade enquanto rei.

Será preciso insistir na resposta ao papa que está contida nessa fórmula? Coroado por Deus não é o mesmo que coroado pelo papa. Rei pela graça de Deus não é o mesmo que rei pela graça do papa. Ainda que se quisesse lembrar a Carlos a pergunta outrora feita ao papa Zacarias, a resposta só seria compreendida como uma advertência. As conseqüências da unção, todo o direito canônico o afirma, não se prendem à pessoa que procede ao ato. O bispo que consagra pode ser este ou aquele. Ele só age "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo".

A força dada ao título real não é uma simples recuperação histórica. O Império não dava a Carlos nenhum novo poder. Ele não tinha nem

o sistema administrativo, nem as finanças, nem o exército dos antigos imperadores romanos. A realeza franca e lombarda continuava a ser a base tangível de seu poder. É verdade que sua autoridade sobre a Igreja parecia reforçada pelo título imperial, mas os reis francos não tinham esperado o diadema para convocar e presidir concílios, e Carlos não estava em condições — como, de resto, também não o estava o basileu — de organizar um concílio verdadeiramente universal. A diferença é que em Aix-la-Chapelle admitia-se com toda a naturalidade a existência de dois impérios, ao passo que em Bizâncio a idéia era difícil de aceitar.

Carlos era patrício dos romanos, e tinha sabido prevalecer-se desse título para estabelecer sua autoridade em Roma. Ele poderia adotar o título de imperador dos romanos, que lhe é dado pelo historiógrafo oficial do papa no *Liber pontificalis*: "assim, foi constituído por todos imperador dos romanos". Esse título não é adotado por Carlos. Só com Henrique III, em meados do século XI, os imperadores do Sacro Império adotarão, entre sua eleição e sua coroação, o título de "rei dos romanos". Nesse cuidado em não definir o Império novo com uma referência a Roma e aos romanos há, sem dúvida e principalmente, uma atitude de prudência diplomática: evita-se a provocação muito evidente em relação ao *basileus tôn Romaiôn* de Constantinopla. Para o redator do *Liber pontificalis* isso não faz diferença, mas para Carlos sim. Talvez a prudência política se imponha também em relação ao povo franco. A vida política do reino nunca esteve livre de descontentamentos e mesmo de rebeliões, e não é conveniente dar aos opositores mais um motivo de insatisfação: Carlos não quer fazer crer que seu povo passou para o segundo plano. O complemento do título não é uma simples recuperação histórica.

Não se deixa, porém, de evocar o antigo Império romano. Os denários que agora se emitem trazem, com a inscrição "Carlos Imperador", a efígie de um personagem laureado muito semelhante a Constantino. A bula que se usa a partir de 802 menciona a "Renovação do Império" que, para um imperador que se diz Augusto, não poderia ser senão o Império romano. Em outras palavras, Carlos é imperador, e Império é o Império romano. Mas Carlos não é imperador romano. A sutileza da distinção, feita por quem se nutre da leitura de Santo Agostinho, não pode causar espanto. Carlos tem o título de imperador, título dado por Deus ao governo do Império romano, mas ele não é propriedade sua. Devemos nos espantar com tal sutileza na definição do poder, quando sabemos que toda ocasião é boa para lembrar que,

no exercício do poder público, os príncipes, e com mais forte razão os condes ou os bispos, não passam de meros detentores de uma "honra", isto é, de um cargo?

De resto, a definição geográfica — e geopolítica — do Novo Império não é ponto pacífico. O reino dos francos compreende, na Germânia, regiões inteiras que nunca pertenceram ao Império romano. Em contrapartida, regiões que foram autenticamente romanas, como a maior parte da Espanha ou como o Magreb, estão fora do reino franco. O reino é mais que o império, e o império vai além do reino.

Na maioria dos casos, quem precisa definir o mundo governado por Carlos recorre à noção de "povo cristão". É ela que qualifica a cristandade que, segundo o concílio de Frankfurt, tem Carlos como "guia", sem que ninguém chame a atenção para o fato de que as igrejas do Oriente, assim como as da Inglaterra e da Irlanda, que estão ausentes, também formam o povo cristão, e que este não pode se limitar apenas às igrejas subordinadas ao rei dos francos.

Essa noção de povo cristão foi desenvolvida por Alcuíno nos meses que precederam a elevação de Carlos a imperador. Dois anos depois, ele usa a locução *Imperium christianum* para qualificar um império que não pode se contentar em ser apenas romano, uma vez que ele não compreende todas as terras do antigo Império, englobando outras terras que não pertenceram a este. E o mesmo Alcuíno explicita bem seu pensamento quando chama Carlos de "guia e imperador do povo cristão".

Carlos é ao mesmo tempo o sucessor de Constantino e de Davi, um Davi de quem ele adota o nome nos jogos literários da Academia palatina, mas que, como todos sabem, foi o rei-sacerdote instituído por Deus para conduzir o povo eleito e que era considerado, desde a época dos merovíngios, um modelo político: um concílio de 614 comparava Clotário II a um Davi a serviço do povo de Deus, e Pepino, o Breve, valorizava o fato de que o papa o qualificava como "o Novo Davi". Quando Paulino de Aquiléia qualifica Carlos como "rei e sacerdote, e mui sábio governante dos cristãos", justifica a mescla do povo franco e do povo cristão como sendo a da função real e da função sacerdotal. Estamos aqui no campo da referência bíblica em linha direta. E é conhecido o trecho do profeta Isaías (9,5-6):

> A soberania repousa sobre seus ombros,
> E ele se chama:
> Conselheiro admirável, Deus forte,
> Pai eterno, Príncipe da Paz.

> O seu Império será grande e a paz sem fim
> sobre o trono de Davi e em seu reino.
> Ele o firmará e o manterá
> pelo direito e pela justiça,
> desde agora e para sempre,
> Eis o que fará o zelo do Senhor dos exércitos.

É justamente com um reino cristão que Carlos se preocupa na assembléia de março de 802, quando considera necessário enviar os *missi* para que lembrem a todo o império as verdades da fé, as exigências da moral e os deveres pessoais e sociais do cristão. E aquele que conhece Santo Agostinho não deixa de juntar-se a ele em sua preocupação com a cidade de Deus e com uma cidade terrena na qual se começa a reencontrar essa noção de Estado que a Roma antiga chamava de *Res publica*.

O protocolo da *Divisio regnorum* de 806, mesmo sendo um ato tão solene, não insiste menos, numa redação bastante elaborada em que se indicam os destinatários da mensagem, na identidade fundamental do Império e do povo cristão.

> A todos os fiéis da Santa Igreja e a toda a população católica presente e futura que constituem os povos e nações sob seu Império e sob seu governo...

Alguns intelectuais sentem bem a dificuldade dessa definição e começam a recorrer a uma outra noção que, pelo fato de a unidade do mundo romano ser dada pelo Mediterrâneo, até então não pudera desenvolver-se: a de Europa. Um clérigo louva o imperador por ter recebido de Deus "o governo da Europa". Num longo poema bastante bajulatório, Angilberto vai além, chamando Carlos de "cimo venerável da Europa", "rei e pai da Europa", "senhor do mundo e vértice da Europa". Que essa Europa se definia principalmente por oposição às terras gregas do Império do Oriente, e até às terras dominadas pelos muçulmanos da Espanha, não há a menor dúvida. Três quartos de século mais tarde, a acreditar nos *Anais de Fulda*, Carlos, o Calvo, se dirá "Imperador e Augusto de todos os reis deste lado do mar". Apesar da evidente hipérbole, os textos contemporâneos de Carlos Magno mostram claramente que, no próprio *entourage* do imperador, compreendeu-se que as antigas denominações já não correspondiam à realidade política e às ambições territoriais do rei dos francos.

Dois impérios

Que diz o soberano bizantino, no caso a imperatriz Irene — cuja opinião, aliás, não foi solicitada —, quando é notificada, como de resto o são todos os príncipes estrangeiros, do acontecimento? Carlos não apenas usurpa a dignidade imperial, mas também toma a si os seus atributos.

O gesto de espanto do novo imperador diante da iniciativa do papa tem tudo para pacificar Bizâncio: ele atribui ao papa toda a responsabilidade pelo acontecimento. Mas não pode enganar ninguém, mesmo quando mencionado muito tempo depois. Nenhum dos historiógrafos, os francos Eginhardo ou o autor dos *Anais de Lorsch*, e muito menos o autor do *Liber pontificalis*, que está sob ordens do papa, apresenta o acontecimento do Natal de 800 como um raio caído de um céu sem nuvens. Nenhum diz que ele foi inesperado. Não se podem levar a sério os *Anais de Lorsch* quando se lê que Carlos se "submeteu com toda humildade a Deus e ao mesmo tempo ao voto dos padres e do povo cristão". Da mesma forma, Eginhardo exagera quando menciona as intenções de Carlos afirmando que este teria evitado entrar na igreja se soubesse o que o papa lhe reservava. É possível imaginar que o papa, ainda ontem ameaçado, agredido, humilhado, ousaria fazer alguma coisa contra a vontade de seu salvador? É lícito, porém, imaginar que o rei dos francos se mostrou sensível à grandeza do gesto que iria se realizar, que entreviu suas conseqüências morais e políticas, e que sua aceitação se deveu, em parte, à submissão à vontade de Deus.

É possível que, tendo sido o gesto preparado de antemão, Carlos tenha fingido surpresa. As negociações do ano de 799, assim como a deliberação do sínodo de Roma, na antevéspera, nos levam a crer que essa surpresa é apenas mais um elemento da encenação. Todo mundo sabia o que iria se passar naqueles dias. Mas não se pode excluir um certo descontentamento do rei diante de um tipo de cerimônia que dava todo destaque ao papa, fazendo-o dispensador da nova dignidade e satisfeito por recuperar assim uma posição que seu juramento da antevéspera o fizera perder. Carlos sabia que o iam proclamar imperador. Será que ele de fato esperava que o papa colocasse o diadema sobre sua cabeça? Teria ele notado a inversão dos atos litúrgicos da coroação e da aclamação?

Na verdade, ninguém podia proclamar em Roma um imperador romano, exceto o papa. Em Bizâncio, esse papel cabia ao patriarca,

mas este não participava em nada da escolha do homem. O imperador era proclamado pelo Senado, que representava o povo e que em geral apenas legitimava a escolha feita pelo exército. Em Roma já não havia Senado, e o papa terminara por fazer que se admitisse, na prática mas não em princípio, que ele próprio, sozinho, era o povo romano. Portanto, o processo tinha que passar pelo papa. Mas o patriarca de Constantinopla se ajoelhava em seguida diante do imperador. Nada podia dar a entender que o patriarca não era súdito do basileu. Apesar da prosternação, o papa não se sente absolutamente súdito de Carlos.

Este e seus conselheiros podem ter preparado uma elevação ao Império sem nem por isso ter desejado que esta se apresentasse como um favor do papa. Havia uma concordância sobre o Novo Império, ou antes sobre um novo título para o patrício dos romanos, que era o rei dos francos. Teria o papa improvisado no tipo de proclamação? Talvez tenha escolhido cuidadosamente o momento, aquele em que o rei dos francos estava ajoelhado. Carlos estava de joelhos diante de Deus, não diante do papa. Ficando de pé diante do rei para lhe colocar a coroa, o papa invertia sem a menor dúvida a situação. Napoleão mostraria maior determinação: ele não daria ao papa tempo de o coroar, e colocou a coroa na própria cabeça antes de entrar em Notre-Dame. Em outras palavras, o gesto de insatisfação de Carlos não é absolutamente inverossímil, mas isto não indica que o rei estivesse realmente descontente, nem o motivo dessa eventual insatisfação.

Uma coisa é certa. Até então e depois de então, não se hesitou em multiplicar as sagrações. Por três vezes, nos anos de 754, 768 e 771, Carlos recebeu a unção do óleo santo. Em 816, Luís, o Piedoso, seria coroado e sagrado, pela segunda vez, pelo papa Estêvão IV. Se Carlos Magno tivesse desejado, em 800, uma intervenção solene do papa em sua elevação a imperador, certamente não teria hesitado diante de uma quarta sagração. Estaria na lógica das coisas, e esse era o rito religioso que se podia esperar, como já acontecera no passado, de um papa. Ora, naquela manhã de Natal de 800 não se tem sagração, exceto a de Carlos, o Jovem. Carlos Magno poderia tê-la pedido, mas não o fez. Como uma sagração não se faz de surpresa, em alguns segundos, o desdobramento do rito não pode ser improvisado. A coroação é um gesto de alguns segundos, um gesto difícil de evitar. Embora a ausência de sagração nada prove, pode dar a entender que na verdade o rei dos francos foi surpreendido.

Na realidade, Carlos nada faz para minimizar sua nova dignidade de imperador. Talvez esteja insatisfeito com a cerimônia, mas não com

o título. Se ele não o tivesse desejado, ou se seus conselheiros não o tivessem convencido a desejá-lo, poderia simplesmente ignorá-lo. Ora, não apenas ele usa todo o tempo seu novo título, mas imita os comportamentos imperiais. Como em Bizâncio, seus atos doravante começarão com uma invocação da Santíssima Trindade e serão datados da indicção, o período fiscal de quinze anos, a primeira das quais se deu em 313, e que é usada regularmente, a partir do século VI, tanto na chancelaria pontifical como na do basileu. E ele se diz "o governante do Império romano", o que parece negar a existência do basileu, ou pelo menos reduzir seu império ao Oriente. É exatamente disso que se trata, mas em Bizâncio ninguém deseja ver isso escrito ou proclamado.

E o bárbaro Carlos se faz representar, na bula de chumbo com a qual se arvora o direito de selar seus atos solenes, como o fazem o papa e o basileu, com um perfil imitado do de Constantino. É também imitando Constantino que aparece em suas moedas coroado com louros à romana, trajando o *paludamentum*, o manto preso ao ombro dos *imperatores* romanos. O reverso da bula não deixa nenhuma dúvida sobre a ideologia que acompanha esses empréstimos: *Renovatio Romani Imperii*. É o velho tema da renovação do Império, inventado no começo do século III pelos Severos para dar uma justificativa ideológica à mudança de dinastia provocada pela usurpação de Sétimo Severo e afirmar a continuidade do Império romano. Todas essas coisas incomodam profundamente Bizâncio.

Acrescentemos que os próximos do imperador fazem todo o possível para que se saiba que teve início um novo reinado. Publicando em Paris a capitular a ser acrescentada às leis de outubro de 802, o *missus* Estêvão data a capitular que recebeu do "terceiro ano de nosso mui clemente senhor Carlos, Augusto".

A princípio, a corte de Bizâncio nada respondeu à notificação que lhe foi enviada. Desde que, em 797, depôs e eliminou — mandando-o cegar — seu filho Constantino VI, que pretendia reinar a partir de 790 sem sua mãe, que durante muito tempo foi sua regente e parecia prestes a retomar a política iconoclasta, não se leva em conta a imperatriz Irene. Ainda que se proclame *basileus* e não mais *basilissa* como antes, e por mais que os príncipes do Oriente e do Ocidente — inclusive Carlos, que recebe por duas vezes seus embaixadores, em 798 e 799, e negocie um acordo territorial pelo qual o rei franco fica com a Ístria e Bizâncio com a Croácia — evitem questionar abertamente a legitimidade de sua entronização, seu poder está minado. As derrotas dos bizantinos diante de Harun al-Rachid e dos eslavos são atribuídas por eles à sua *basilissa*.

Deixando-se de considerar a personalidade de Irene, o *entourage* imperial de Bizâncio não está disposto a aceitar os argumentos que foram aventados em Aix e em Roma. Irene não é amada, mas a idéia de que o trono está vacante não é aceita por ninguém. E o fato de os francos se terem apoderado de Roma continua sendo considerado um sacrilégio: Roma é a segunda capital do Império único, isto é, o Império bizantino. Quanto à intervenção do papa, ela parece tão leviana quanto o seria a do patriarca de Constantinopla caso resolvesse conceder o título imperial. Em suma, se Irene é um imperador indigno, Carlos Magno é um usurpador.

Há muito a história ensinou que alguém que se faz proclamar imperador numa província do Império pode muito bem, à frente de suas tropas, vir a se instalar definitivamente no trono. Muitos imperadores começaram sua nova carreira com uma aclamação que ninguém ousou considerar ilegítima, desde que o usurpador se fez senhor do Império. Roma e Bizâncio muitas vezes tiveram mudanças de dinastia que começaram da mesma forma que naquela manhã de Natal do ano 800. Não se esqueceu o caso nem de Sétimo Severo, proclamado pelo exército da África, nem de Juliano, proclamado pelo da Gália. Isso significa dizer que os protestos de amizade de um Carlos Magno valem o que valem: ninguém garante que ele manterá a palavra. Naturalmente, não se anuncia a chegada em Bósforo do exército franco. Ninguém ousaria imaginar que isso fosse impossível.

De sua parte, Carlos não pensa nisso de forma alguma. Ao que parece, ele compreendeu que ir mais longe significaria uma guerra sem fim. E isto numa época em que estava em luta com os ávaros, com os sarracenos, com Benevento e já com os *vikings*. Ele não pode arcar com um novo *front* distante e extenso, nas fronteiras de Bizâncio. E sabe muito bem que uma vitória — bastante incerta — sobre os gregos o poria em confronto com o califa. O acordo com Bagdá tem a vantagem de neutralizar Bizâncio e não resistiria a uma situação de vizinhança. Carlos é sábio: ele se obstina em negociar.

A embaixada enviada por Irene no outono de 801, tendo por chefe o patrício Leão, leva pelo menos uma informação: Carlos não fala em fazer guerra contra Bizâncio. A única terra bizantina sobre a qual o novo imperador insiste em estabelecer sua autoridade é o Benevento. Ora, o apoio ao Benevento traz mais prejuízos do que ganhos a Bizâncio. Os bizantinos se preparam, pois, para uma acomodação. Em abril de 802, uma embaixada franca, liderada pelo conde Helgaud e por Jessé, bispo de Amiens, iria dar continuidade às negociações.

Teria sido realmente ventilado, na ocasião, um eventual casamento dos dois viúvos Carlos e Irene? Quem teria falado nisso primeiro, Leão ou Helgaud? À primeira vista, o projeto faz rir e imagina-se que se trata de mera invenção. Na verdade, tudo se baseia no que se lê na *Chronographia* do monge bizantino Teófano, o Confessor, o qual não é, em princípio, hostil a Carlos. Se se admite que nem um dos dois soberanos se mostra desejoso de casar-se, que Carlos tem sessenta anos e que Irene, ainda que continue muito bonita, já está com cinqüenta anos, um casamento por procuração seria apenas um meio de oficializar a nova aliança e reforçar a paz. Talvez a idéia tenha sido aventada nas negociações.

De resto, em 31 de outubro de 802 o grande tesoureiro Nicéforo depôs Irene, que morreu a 9 de agosto seguinte em seu exílio em Lesbos. Os enviados de Carlos chegam para constatar que a entronização de um novo basileu, patrocinado pelo exército na melhor tradição do Império romano, mudou os dados do confronto. Vilipendiada no Ocidente, Irene era considerada em Bizâncio por demais inclinada a uma aliança com os francos. A ascensão de Nicéforo é, antes de mais nada, uma reação anti-ocidental.

A história de Irene não se encerra aí. A imperatriz que mandou assassinar seu filho arrancando-lhe os olhos passou para a história uma imagem que não era a de mãe criminosa e imperador tirânico. Seu primeiro historiador, Teófano, o Confessor, é partidário convicto do culto das imagens, e é o restabelecimento dos ícones que mais pesa nas avaliações favoráveis que formula. Embora os adversários das imagens tenham mostrado seu poder à frente do Império e da Igreja de Constantinopla, o bom povo do Império grego continuava nostálgico de suas antigas devoções. Bizâncio sofreu, durante toda a época da iconoclastia, um verdadeiro terror. O caso fez correr muito sangue. O fato de ter dado fim a essa guerra civil e ter devolvido ao povo o direito de orar como antes conta muito mais do que a morte de um filho por razões de Estado. Para muita gente, a piedosa imperatriz que morre no exílio é uma vítima. A morte de Nicéforo logo será considerada uma vingança do Céu.

A volta da iconoclastia sob o imperador Leão V, depois do concílio realizado na Santa Sofia em abril de 815, vem melhorar ainda mais a imagem daquela que, durante algum tempo, salvara a ortodoxia. As querelas só haveriam de cessar em 843, com o restabelecimento definitivo das imagens. Irene passará então a ser vista como alguém que entendeu o problema antes dos outros.

Foi por essa época que um monge escreveu uma *Vida da santa imperatriz Irene, a ateniense.* Do monastério de Prinkipô, onde foi amortalhado logo depois de sua morte, o corpo de Irene foi levado com grande pompa para Bizâncio. Esvaziaram e destruíram na basílica dos Santos Apóstolos o túmulo de Constantino V, o Coprônimo. Na igreja restaurada, colocaram o corpo da imperatriz num sarcófago de mármore branco, ao lado do de seu esposo, Leão IV. Os ícones haveriam de testemunhar, por muito tempo, a veneração que o povo tinha por aquela que presidiu o segundo concílio de Nicéia.

No momento, porém, as coisas são diferentes. O Ocidente — do papa ao novo imperador — tinha tido bastantes razões para considerar o Império do Oriente como vacante, mas essa atitude não poderia durar muito. Portanto, seguem-se longas negociações à restauração, em Bizâncio, do poder imperial. Negocia-se com Nicéforo I, de quem se recebe uma embaixada em Salz em 803, encarregada de acompanhar os enviados de Carlos em sua viagem de volta. Os bizantinos levam ao Oriente a impressão de que o novo imperador não tem nenhuma pretensão a um verdadeiro universalismo. Em outras palavras, Carlos não procura se mostrar superior ao basileu.

Mas isso não basta. Essas conversações de nada servem. Carlos, em sua correspondência com o imperador do Oriente, chama-o de "irmão". Em resposta a isso, chega-lhe sobretudo o eco da indignação despertada em Bizâncio pelo acontecimento de 800. Nicéforo não se abala: ele se recusa a dar a Carlos o título de imperador. É a ruptura.

Carlos Magno então renuncia às concessões formais que traduzem sua boa vontade. O protocolo, já citado, da *Divisio regnorum* de 806 retoma as fórmulas que envenenam as relações com Bizâncio, fórmulas abandonadas à época da negociação. Nelas se vêem todos os qualificativos dos antigos imperadores romanos, tais como a chancelaria pontifical os transmitiu na relação de títulos da falsa *Doação de Constantino.* Tem-se principalmente as palavras "guia do Império romano" que são, por si sós, a negação de Bizâncio. Nesse ato destinado à divulgação e especialmente ao papa, Carlos Magno aparece como o novo Constantino.

> Imperador, César, Carlos, invicto rei dos francos, guia do Império romano, piedoso, ditoso, vencedor e triunfante e sempre Augusto...

O caso do *Filioque* é mais uma oportunidade de manifestar a hostilidade contra Bizâncio. Dois monges latinos de Jerusalém vieram

a Aix em 806, e ao voltarem para casa levaram consigo, pelo que se disse, a prática de cantar o *Credo* com o acréscimo do *Filioque*, imposto em sua capela por Carlos e no concílio de Aquiléia pelo arcebispo Paulino. Seus vizinhos, os monges gregos, os denunciaram. Eles recorreram ao papa, o qual se reportou ao seu imperador, enquanto os gregos se reportaram ao seu. Não se podia, em Aix, deixar passar essa chance: acusar os gregos de heresia e juntar num mesmo processo os monges e o basileu. Em novembro de 809, devidamente registrado por Teodulfo, o concílio de Aix aprova, para todo o império, a posição do imperador. O papa, como se sabe, alinha-se finalmente a essa nova definição do dogma, sem chegar a aceitar sua inserção no *Credo*. Independentemente de Leão III, as igrejas do Ocidente doravante cantam sua fé na Trindade como o quer Carlos Magno. O desprezo pelo Oriente está mais do que patente.

A diplomacia fracassou, e zombar do basileu não basta. É preciso promover a prova de força. Carlos tenta uma chantagem: desde 803, pressiona para que a Venécia bizantina se separe. Em outras palavras, ele tenta, contra Bizâncio, completar a submissão da Itália do Norte e sua integração ao Novo Império.

Veneza — vamos chamá-la assim por comodidade — ainda não tem nada de uma cidade grande. Em volta da laguna há algumas ilhotas, povoadas entre os séculos V e VI, quando as invasões bárbaras obrigavam as populações do litoral a procurar uma posição protegida. Mas as aldeias de pescadores se tornaram portos comerciais: já Veneza vende seu sal em todo o *hinterland*, exporta o trigo do vale do Pó para os portos da costa adriática e os escravos eslavos para os países muçulmanos, importando do Oriente a seda e as especiarias. Foi por volta de 828 que dois mercadores venezianos trouxeram de Alexandria as relíquias do evangelista São Marcos.

Desde o século VII a comunidade dos habitantes se organizou em volta da laguna e da ilha principal, Rialto, tendo à frente um chefe — logo qualificado de duque — nomeado pelo governador bizantino. Em 726, os venezianos se permitem eleger seu duque. Bizâncio terminará por se resignar a isso. Assim surgia o doge. Por enquanto, ele não aspira a nenhuma independência: reconhece sem dificuldade a autoridade do imperador. Em 774, um bispo se estabelece na futura Veneza. Lá já existe outro, mais ao largo, na ilha de Torcello.

Em volta de Grado, onde se estabeleceu o patriarca de Aquiléia, organiza-se em terra firme uma nova província. Com a ponta da península, essa Venécia é, depois de 800, tudo o que, na Itália, ainda

pertence ao basileu. Ceder seria para este desmoralizar-se. E para além da Venécia há a Dalmácia. Mas Nicéforo avalia os riscos de um confronto com o exército franco. Inaugura-se uma fase de escaramuças. Carlos não quer desencadear uma guerra verdadeira, que eliminaria qualquer esperança de conciliação. Sabe bem que não tem condições de conquistar todo o Império bizantino. O basileu, de sua parte, tampouco dispõe de meios para reconquistar a península. As escaramuças mascaram a contemporização. Carlos Magno se faz paciente, mas não renuncia a nada, e demonstra firmeza.

Em 805, a Venécia e a Dalmácia são submetidas à autoridade dos francos do rei Pepino. No ano seguinte, um exército bizantino expulsa Pepino e volta a assumir o controle das duas regiões. Mas os gregos continuam as ofensivas, enviam em 808 uma frota contra Comacchio e provocam uma mudança radical da opinião veneciana: em 810, os venecianos favorecem a volta dos francos. Pepino faz uma incursão contra a costa dálmata. Carlos Magno nada ganhou com essa guerra de posição, a não ser pelo fato de que o basileu entendeu que Bizâncio era vulnerável. Nicéforo, que luta contra os búlgaros e sabe que precisa levar em conta o califa, compreende que só terá paz no oeste se se resignar àquilo que, no fundo, não ameaça diretamente sua autoridade em Bizâncio: o título imperial de Carlos. Envia uma embaixada ao rei Pepino, que morre por essa época, depois ao próprio Carlos, o que é mais realista.

Em 811, retoma-se a negociação seriamente. Uma embaixada franca da qual participa Hugo, conde de Tours, é recebida em Bizâncio, onde Nicéforo acaba de ser morto num combate contra os búlgaros. Carlos propõe renunciar à Venécia e à Dalmácia. O novo basileu Miguel I Rangabé sabe que não pode lutar em todas as frentes: precisa pensar em uma abertura com o Ocidente, e se prepara para aceitar a existência de dois impérios. Reconhece a Carlos o título de imperador, mas não de imperador romano. Em outras palavras, admite-se em Bizâncio que Carlos é evidentemente mais do que um rei, tem o título de imperador, mas não que seja o sucessor de Constantino.

A Carlos interessava ter boas relações, não provocações. Que Bizâncio o aceitasse e consentisse em chamá-lo de "irmão" já era muito. Quanto ao resto, pouco importava a interpretação que davam em Bósforo a esse título e o que dele se comentava no Tibre ou no Reno. As negociações reiniciaram-se com Miguel I, cuja embaixada vinda a Aix em 812 conseguiu finalmente concluir uma paz duradoura. O basileu escrevia a Carlos tratando-o de *imperator* e de *basileus*, e lhe enviava presentes.

Miguel adota então um título que até então ele praticamente não usava: o de *basileus tôn Romaiôn*. O imperador bizantino afirma assim a continuidade, em Bizâncio, do Império romano. Para ele, Carlos Magno é um imperador, mas é em Bizâncio que se encontra o sucessor de Augusto. No ano seguinte, Carlos Magno evita a provocação que seria o uso de seu título habitual. Escrevendo ao imperador bizantino, ele se diz "pela graça divina Imperador e Augusto e rei dos francos e dos lombardos". Novamente omite "governante do Império romano". E mantém seu título — ele envelhece, e Bizâncio não teria tempo de se indignar —, mas suprime a referência ao governo do Império romano no título de seu filho Luís. Este se contentará em ser "imperador e Augusto".

Visto que se suprimiu a referência ao Império romano, a chancelaria de Carlos a suprime também quando este se dirige a Miguel I: tratam-no de *Imperator et Augustus*. Não se diz de que Miguel é imperador. Aos olhos de Carlos e de seu *entourage*, doravante existem dois impérios paralelos. O Império do Oriente sucede o Império romano. O Império do rei franco é, evidentemente, o Império do Ocidente. Sem que se escreva, pensa-se: é o Império cristão. Aos olhos dos bizantinos, há o Império romano e um Império no Ocidente, na verdade um reino no qual se reconhece um imperador. O basileu não renunciou a nenhuma de suas pretensões ao universalismo, mas ele se sabe incapaz de traduzi-las, no momento, numa realidade política.

Entende-se a causa. Os gregos vão continuar a repetir o ditado que, segundo Eginhardo, chegou até Aix: "Se você tem o franco como amigo, é que ele não é seu vizinho." Durante mais de dois séculos, Bizâncio continuará mostrando-se reticente.

O jogo sutil dos títulos traduz na verdade uma realidade política que não está ligada apenas a um desejo de conciliação em relação a Bizâncio. Se Carlos abandona sem grande pesar a referência ao Império romano, é porque as estratégias continentais estão mudando. Aix-la-Chapelle supera Roma. Desde 801, o imperador não mais voltou a Roma. A conquista definitiva da Saxônia e dos ávaros perturba o equilíbrio do Império estabelecido por certo tempo pela ligação da Gália franca e da Itália. Em outras palavras, Roma não é mais essencial a um império sensivelmente galo-germânico.

Já evocamos esse deslocamento para as profundezas do continente a propósito da economia e da pequena importância do mundo mediterrâneo no equilíbrio das relações comerciais. É o segundo termo da alternativa "Maomé ou Carlos Magno?" formulada por Pirenne a

propósito da economia. Na corte de Aix, olha-se doravante mais para o leste que para o sul. Carlos não se empenha em fazer crer que deve seu poder ao povo romano. É o povo franco, e só ele, que pede, na encenação de 813, o diadema imperial para o rei Luís. De qualquer modo, pelo menos isso é o que se deseja que o povo franco compreenda. A obstinação do basileu em negar a romanidade do Novo Império tem finalmente esta conseqüência que não se previa em Bizâncio: a equação proposta por Alcuíno se realiza. O povo cristão é o povo franco. Não é preciso que ele seja herdeiro dos Césares.

CAPÍTULO XX

O CREPÚSCULO

Os normandos

Se, por um lado, o rei dos francos se apresenta em todas as suas fronteiras terrestres como conquistador e no mais das vezes vencedor, por outro, ele está na defensiva quando se trata das fronteiras marítimas. Com efeito, é nestas que se vêem surgir, de tempos em tempos, a partir de 790, barcos escandinavos que provocam espanto nas praias do mar do Norte e da Mancha.

Quem são esses homens do norte, esses "normandos" como já os chama Eginhardo? No século VIII, o Ocidente os chama de *vikings*. Eles eram conhecidos do Báltico ao mar do Norte como navegadores, como comerciantes e mesmo como piratas. Por muito tempo ninguém se preocupou com eles. Esses comerciantes eram por vezes turbulentos, sempre sem modos, mas não representavam perigo.

A idéia que se faz desses comerciantes aventurosos, para não dizer aventureiros, muda rapidamente nos últimos anos do século VIII. Agora se vêem chegar flotilhas, e seus objetivos nada têm de comercial. Os navios mudaram, são mais leves, deslizam mais rapidamente na crista das ondas, são mais delgados: dez, vinte ou trinta metros de comprimento, três ou quatro de largura. As altas volutas em forma de serpente ou de dragão que ornamentam a proa logo se afiguram como símbolos belicosos, quando os construtores certamente não tinham essa intenção. Ainda que, por volta do século VII, os tenham dotado de uma vela do tipo que se usava nos navios mercantes, vela bastante útil para os deslocamentos mais longos, eles navegam normalmente com remo, e contam-se de dez a trinta remadores por barco.

Esse dracar não se parece mais com navios mercantes. Logo se verá que ele só podia transportar ouro, material que os *vikings* buscam

avidamente para sua ourivesaria, mas que necessitam principalmente para adquirir produtos de países para os quais, como a Rússia, eles não têm grande coisa a vender. Quanto aos navegadores, agora se apresentam com a longa espada de dois gumes, o punhal e o machado de guerra. Usam a cota de malhas com anéis encadeados, o capacete cônico e o escudo. A população do litoral já não vê mais neles os fornecedores de produtos nórdicos. Trata-se na verdade de saqueadores.

Esses normandos são, em grande parte, uma gente que não se sente bem em sua terra. Vêm em sua maioria da Dinamarca, em bandos organizados, que logo assumiriam a forma de verdadeiros exércitos. Ao mesmo tempo, chegam noruegueses pelo caminho mais longo das Hébridas e do mar da Irlanda. Estes formam grupos mais anárquicos, em que se reflete a vontade de independência de uma aristocracia que resiste à emergência, em seu país, de um poder monárquico forte. Tanto uns como outros são ainda pouco numerosos, e suas expedições são apenas ataques-relâmpago. Por volta de 789, surgem na costa da Inglaterra. Em 793, estão na Nortúmbria, em 795, na Irlanda. Alguns aparecem na Aquitânia em 799, e com violência bastante para que a notícia chegue aos ouvidos de Alcuíno e para que o rei Luís desista, por ordem de seu pai, de uma expedição contra a Espanha. Na década de 840, seriam vistos regularmente na Gasconha e em Portugal. Eles pilham, incendeiam, massacram.

Os monastérios começam a pagar um pesado tributo: os *vikings* sabem que há ouro nos tesouros das abadias, e que os monges não estão aptos a defendê-los. Em 796, pilham a abadia de Lindisfarne. Os dinamarqueses enchem seus barcos e vão embora. Os noruegueses desembarcam gado e tentam se estabelecer. Alguns continuam a fazer comércio: ainda em 864, Carlos, o Calvo, proibiria que se lhes vendessem armas! Mas, já na década de 810, se percebeu que não se tratava mais de uns poucos grupos isolados e que era preciso enfrentar um movimento de maior alcance.

Na origem da mudança do comportamento dos nórdicos há a princípio uma nova dinâmica demográfica que cria uma necessidade de emigração. Há também a fama de riqueza da antiga Nêustria, com suas cidades e abadias. Os antigos comerciantes divulgaram em seu país a idéia de que havia muito ouro na região interiorana situada para além da costa franca. Não se pode excluir, também, a hipótese de uma reação política: o vigor da ocupação franca na Saxônia pode ter sido em certa medida responsável por uma ofensiva dos dinamarqueses, que se sentem ameaçados. Não devemos subestimar um fator político:

a ascensão, na Dinamarca, do rei Godofredo, um chefe ambicioso que se preocupa com o avanço dos francos na Saxônia e que imediatamente passa a hostilizar o reino franco, tratando-o com desprezo. Em 808, Godofredo obriga os obodritos, aliados dos francos, a pagar-lhe um tributo. O imperador franco entende isso como uma ofensa, e Godofredo não esconde sua ambição: apossar-se da Germânia. Ele considera a Frísia e a Saxônia como províncias de seu reino e pretende reconquistá-las. Correm rumores de que fala até em se estabelecer em Aix-la-Chapelle. O historiador e poeta Saxo, cognominado de Grammaticus, consignará, por volta de 1210, na sua *Gesta dos dinamarqueses*, essa ambição que deixou marcas na memória escandinava.

> Carlos, o rei dos francos, venceu a Germânia e a obrigou não apenas a adotar a religião cristã, mas a submeter-se à sua jurisdição.
>
> Tomando conhecimento disso, Godofredo atacou os povos que viviam às margens do Elba e tentou fazer com que os saxões reconhecessem novamente sua autoridade...
>
> Durante esse tempo, Carlos concentra suas tropas vitoriosas aquém do Reno. Colocando-se atrás do rio como de uma fronteira, ele evitou bater-se com um inimigo que pouco conhecia...
>
> Godofredo conseguiu uma vitória espetacular sobre os saxões e, tendo dessa maneira aumentado seus efetivos e reforçado seu poder, decidiu vingar-se da afronta que lhe fora infligida quando o privaram de seu poder sobre os saxões e, o que é pior, sobre todo o povo germano.

Em 810, enquanto Godofredo manda assassinar o chefe dos obodritos, uma poderosa frota dinamarquesa ataca as ilhas da Frísia. Fala-se de duzentos barcos. Mesmo que o número seja exagerado, ele indica que os contemporâneos viram na frota de Godofredo muito mais do que um grupo de aventureiros. Desta vez as motivações são políticas, não econômicas. Já não se trata de pirataria, mas sim de uma guerra que se anuncia.

O imperador sempre se interessou pelo que se passava no mar do Norte. Acolheu Eardulf, rei da Nortúmbria, que fora destituído por uma revolta, e suas relações com Offa, rei de Mércia, que reinava praticamente sobre todo o sul da Inglaterra, parecem ter sido muito amistosas. Mas isto envolvia apenas questões superficiais. Com o surgimento dos *vikings*, os problemas do mar do Norte adquirem outra dimensão. Carlos não pode ignorar o que se afigura agora como uma verdadeira agressão. Organiza uma dupla defesa, dotando o reino franco

de uma proteção fixa nas costas e de uma capacidade de resposta no mar. Em 802, ordena a construção de navios de guerra.

Os francos são guerreiros, não marinheiros. É principalmente em terra que a reação de Carlos se manifesta imediatamente: concentra tropas no norte da Saxônia, em torno de Verden, põe em estado de alerta permanente as populações litorâneas, de forma que a mobilização possa ser imediata, e lhes impõe a tarefa de manter atalaia nos portos e embocaduras, não tendo nenhuma dificuldade em fazer isso: os dinamarqueses impuseram aos frísios um pesado tributo, e ninguém na região deseja ficar sob seu jugo. Em 806, Carlos Magno pode, portanto, tomar medidas de mobilização especiais para a Frísia. Por algum tempo, pode-se acreditar na possibilidade de uma guerra.

Não é de espantar que, na mesma época, Godofredo tenha, por seu lado, tomado medidas defensivas. É verdade que não há nenhuma dúvida quanto ao fato de que, nesse momento, são mesmo os nórdicos que exercem uma pressão em direção ao sul. Mas a expansão franca não é uma ilusão, e Godofredo bem notou que os protetorados de Carlos Magno não cessaram de se expandir para o nordeste. Sobre que região o imperador franco lançará o olhar depois da baixa Saxônia? Compreende-se muito bem que o dinamarquês se sinta ameaçado pelas ambições do franco, constituindo ele próprio uma ameaça, e que seus compatriotas multipliquem as ações de pirataria. Como já observamos, as expedições na costa frísia não são simples atos de pilhagem: são também uma forma de colher informações sobre a região e sobre sua capacidade de resistência. Esperando a hostilidade dos francos, Godofredo se prepara para tomar a iniciativa. Mas ele prevê tudo: empreende a construção de uma longa fortificação para barrar o istmo, a chamada *Danevirk*, constituída de uma barreira de terra mais um fosso, pontilhada de fortins. O *limes* romano não era outra coisa.

O assassinato de Godofredo, apunhalado por um servo a mando de um rival, poria fim às hostilidades. Em maio de 811, na assembléia de Aix, Carlos Magno pode anunciar com satisfação que fez as pazes com Hemming, o rei da Dinamarca. Não obstante, o Império vai continuar na defensiva.

Esta se impõe a Carlos Magno, tanto mais que nada está seguro do lado dos noruegueses. Apesar de uma efêmera vitória numa escaramuça no Elba inferior, estes ainda se manifestam muito pouco, ocupados que estão com seus conflitos com os suecos. Ainda que não se imagine, então, que meio século mais tarde esta viria a ser a preocupação mais grave de uma parte do império, Carlos Magno não pode

desconsiderar uma ameaça latente, a de uma conjunção de forças nórdicas contra a Saxônia e contra o país franco.

Por isso, ele lança uma campanha de fortificação. Os portos do mar do Norte e da Mancha se puseram em estado de defesa: uma guarnição, um fortim, talvez algumas máquinas de guerra. Mantêm-se barcos atracados em alguns portos, principalmente em Boulogne e em Gand. Os grandes senhores são avisados de que devem trazer todos os barcos de que disponham, sempre que forem convocados. Nada disso constitui uma frota, que de resto seria inoperante contra ataques rápidos e furtivos. Bloqueia-se a navegação no Reno e no Sena. O rei Luís recebe ordens de formar flotilhas no Loire e no Gironda.

Fortifica-se até o acesso ao Ródano, porque a defensiva não é menos necessária nas fronteiras do Mediterrâneo. Ainda que só lentamente se veja recuar o poder do emir de Córdoba, o reino franco não corre mais o risco de uma invasão árabe por terra: a marca da Espanha basta para protegê-lo. Mais perigosos continuam sendo os mouros que doravante praticam a "pirataria", a *pyratica*, como escreve sobriamente Eginhardo. Algumas guarnições costeiras e um sistema de vigilância parecem ter bastado para dissuadir os mouros de desembarcar. A pilhagem da futura Civitavecchia constitui uma exceção.

Os últimos anos

Os últimos anos do reinado são marcados por três fatos: a raridade dos deslocamentos do imperador e sua ausência dos exércitos da Espanha ou da Europa central, decorrentes do envelhecimento; o balé das embaixadas, que ilustra o prestígio adquirido pelo Novo Império; e a desordem interna, que é uma reação ao autoritarismo cada vez mais acentuado de Carlos.

Carlos Magno, depois de 806, só sai de Aix para caçar nas Ardenas. Em 809, os *Anais de Moissac* registram a anomalia: o imperador passa o verão em Aix. Para não deixar o exército inativo, ele o envia "às marcas". Apenas duas vezes, em 810 para uma expedição malograda e em 811 para um giro de inspeção, a ameaça dos *vikings* o leva ao mar do Norte. Mas é Carlos, o Jovem, que, a partir de 805, comanda os exércitos enviados contra os tchecos e os eslavos, ficando a cargo de Luís a conquista e a organização da marca da Espanha. Quanto a Roma, onde, mal foram castigados os autores do complô contra Leão III, a agitação recomeçou ainda com mais força, Carlos Magno parece

não lhe dar mais muita importância. É a Pepino que cabe garantir a ordem.

A saúde do imperador declina. A febre se torna freqüente a partir de 810. Ainda que seja para associá-lo à imagem de Augusto que Eginhardo mostra o imperador coxeando, este anda mal e cavalga cada vez menos. Quando precisa se deslocar, ele o faz navegando pelo Reno, pelo Mosela ou o Meno. Mas o cansaço é evidente. Em 813, sofre tanto das pernas que é obrigado a ficar na cama. Ermoldo, o Negro, escreverá claramente: com setenta anos, Carlos é *senio maturus*, "sofre de senilidade". E a canção de gesta que relata a *Coroação de Luís* certamente não distorce a realidade — guardada por muito tempo na lembrança de suas testemunhas — quando mostra um Carlos Magno que "já não quer mais levar aquela vida e não quer mais usar aquela coroa".

A política externa reflete bem o envelhecimento do imperador. Depois de se ter desinteressado da Nêustria e da Aquitânia, Carlos só tivera olhos para as planícies da Europa central. Agora, ele cultiva sonhos longínquos, e mesmo quimeras, que têm por nomes Bizâncio, Jerusalém, Bagdá.

As embaixadas que se trocam com Bizâncio, tanto com Nicéforo como com o seu sucessor, Miguel I, têm apenas um objetivo: tornar mais claras as relações entre um imperador que ainda se diz universal e um rei que agora se diz imperador. De 810 a 812, essas embaixadas não cessam de fazer negociações que, de ruptura em ruptura, chegam a uma paz duradoura, mas não isenta de segundas intenções. Nem é preciso dizer que essa acomodação com Bizâncio interessa apenas à glória do imperador. Ela não muda em nada a vida do Novo Império, e tampouco o seu destino.

As relações diplomáticas com o califa Harun al-Rachid — cujo nome os francos transformam em Aaron — prendem-se ainda mais às demonstrações de prestígio. Desde sua expedição de 787 à Itália, Carlos se proclamava defensor da Terra Santa. Tomando conhecimento de que o califa deixava que seus súditos multiplicassem hostilidades contra os cristãos da Palestina, ele lhe enviou em 797 um mensageiro, o judeu Isaac, depois, em 799, uma verdadeira embaixada. Califa a partir de 786, Harun al-Rachid não tinha nenhuma responsabilidade nas agressões de que se queixava o rei dos francos. Em compensação, multiplicava as investidas contra Bizâncio e não reconhecera o omíada de Córdoba, o que não desagradava em nada a Carlos. Portanto, foi fácil chegar a um acordo.

De passagem, os enviados de Carlos distribuíram nos lugares santos esmolas generosas o bastante para que o patriarca de Jerusalém se mostrasse interessado em estreitar relações. Quando a embaixada voltou ao Ocidente e reencontrou o rei em Roma, à véspera da coroação imperial, dois monges a acompanhavam. Em 23 de dezembro de 800, eles traziam, bastante oportunamente, presentes suntuosos da parte do patriarca, presentes bastante simbólicos: as chaves da montanha de Sião, as do Calvário e do Santo Sepulcro, o estandarte de Jerusalém. Evidentemente, isso não queria dizer que o rei dos francos se tornava o senhor dos lugares santos. Queria dizer que os cristãos da Terra Santa contavam com a proteção do rei dos francos. Desde o século IX, falava-se de um asilo, construído à custa do reino franco, próximo ao Santo Sepulcro. Os monges da Terra Santa voltaram a se encontrar com o imperador. Em 806, eles estavam em Aix para dar maior concretude à proteção prometida. O principal fruto dessa viagem foi, como dissemos, levantar novamente a questão do *Filioque*.

O faustoso Harun al-Rachid — que haveria de se tornar o personagem central de *As mil e uma noites* —, queria responder à altura. No ano seguinte, enviou sua embaixada, que chegou a Pisa em 801, quando Carlos Magno, depois da coroação, encontrava-se em Pavia, já no caminho de volta. Os enviados do califa, um persa e um africano, reuniram-se a Carlos nas proximidades do vale de Aosta e, junto com ele, chegaram a Aix-la-Chapelle em pequenas jornadas. Haviam confiado, porém, ao judeu Isaac, que regressava depois de quatro anos de ausência, a tarefa de escoltar os presentes. O mais espetacular era um elefante. A acreditar no que se contou do episódio, Carlos desistiu de fazê-lo atravessar os desfiladeiros. Equiparam-se alguns navios num porto lígure. O animal foi desembarcado, com o resto dos presentes, provavelmente em Marselha. Em seguida, levaram-no até Aix por via terrestre. O elefante, que foi chamado de Aboul-Abass, ficará na história: contou-se em Aix que era o único elefante de que o califa dispunha. Um monge copista de Saint-Denis o viu e retratou-o numa letrina. O animal morreu em 810. A lenda colocará por muito tempo entre os outros presentes um jogo de xadrez, de que voltaremos a falar mais adiante. Não causaram menos admiração os ricos tecidos, as jóias e os perfumes.

Uma nova troca de embaixadas teve lugar em 807, no próprio ano em que Harun al-Rachid estava às portas de Bizâncio. Junto com os tecidos e os perfumes de praxe, os enviados do califa traziam uma tenda de gala, candelabros trabalhados por ourives e, o que causou grande espanto, um relógio.

Mais ou menos à mesma época, trocaram-se também embaixadas com "o rei da África", que na verdade era o emir de Kairouan, Ibrahim. Este enviou um leão e um urso, além de valiosos produtos para tintura, como a púrpura e a ferrugem. Carlos considerou conveniente oferecer o que podia ser útil num país sujeito à escassez de alimentos: trigo, azeite e vinho.

No império franco, esse fim de reinado vê aumentar o peso da autoridade. O âmbito das capitulares imperiais não tem mais nada a ver com o que era no tempo da simples realeza. Como outrora o imperador romano, Carlos interfere no direito privado, organiza e controla tanto a vida intelectual como a espiritual. Ele é obedecido? As vinganças pessoais não param de perturbar a ordem. Os bandidos continuam existindo. Muitas escolas estão paralisadas. Num império vasto demais, que alcança o Ebro e o Vístula, compreendendo ao mesmo tempo a Frísia e a Toscana, as ordens chegam muito mal aos simples administrados, aos que ficam na base da hierarquia. Os diferentes escalões desta fazem o que podem. Já em 811, o imperador recrimina severamente os bispos. Em 813, dá ordens para que seus *missi* admoestem os concílios regionais. Mortos ou afastados, os que tinham alguma influência sobre ele, os Alcuíno, os Teodulfo, já não estão lá para atenuar sua sede de poder. Há um certo abatimento moral entre os condes.

Um dos fatores essenciais da eficácia do rei dos francos era sua presteza, sua rapidez tanto na decisão como na execução. Com a idade, essa faculdade se embota no imperador. Mais do que isso, a decadência física se soma à expansão do império. Carlos Magno parece já não lhe dar a mesma importância. Em 805, aproveita uma estada de seu filho Pepino em Thionville para conversar com este sobre a aplicação na Itália das decisões tomadas em assembléia e publicadas por uma capitular de 803. Não antes de 806, e talvez apenas em 810, Carlos escreve ao rei Pepino para recriminá-lo por ainda não o ter informado sobre as decisões em seu reino. Que o imperador está descontente, não há dúvida. Mas não se poderia dizer que ele agiu com presteza. Essa observação puramente cronológica corrobora os testemunhos que temos do cansaço do velho imperador.

A fadiga não é menor entre os simples combatentes. Ainda que a guerra seja uma ocupação tradicional da aristocracia, o povo que forma o grosso do exército considera pesada a obrigação de um serviço anual que às vezes toma metade do ano. As campanhas já não rendem o butim do qual todos recebiam uma parte. As "honras" [cargos] confiadas aos

grandes senhores, as terras distribuídas em regime de vassalagem aos condes e aos vassalos em nada aproveitam àqueles que ganhavam, com a vitória, apenas algumas moedas e algumas roupas. Além disso, os inimigos mudaram. Outrora, os homens livres do reino franco tinham bastantes razões para lutar contra os sarracenos, que muitas vezes eram vistos ao norte dos Pirineus, ou contra os saxões que, como todos sabiam, eram dados a incursões devastadoras em terras francas; eles têm menos motivos para lutar contra os eslavos ou contra os sarracenos de Saragoça, ou para investir contra o Benevento, em expedições cuja solução é finalmente diplomática.

A única solução que Carlos Magno encontra para debelar a insubmissão e a deserção é a repressão pela multa. Sessenta soldos de *hêriban*, tal é a multa pela falta. Em 802, 803, 805, 810 e 811, as capitulares voltam a tocar nesse problema, de conseqüências às vezes graves: em 807, o imperador teve que desistir de uma campanha contra os eslavos; em 811, de uma outra contra os dinamarqueses. Neste último caso, é a segurança do império que se encontra ameaçada. Mas o povo franco não sabe que as razias normandas logo chegarão ao coração do Império: ele se mobiliza pouco contra um perigo que ameaça principalmente as populações dos estuários.

Uma coisa é decretar uma multa de sessenta soldos, outra muito diferente é conseguir cobrar os sessenta soldos — na prática, 720 moedas de prata — dos insubmissos que não têm dinheiro e que já se encontram fora do alcance da justiça e do exército. De resto, o imperador é o primeiro a reconhecer que o recurso é inaplicável. Então, ele tateia. Em 805, reduz a multa, adequando-a à capacidade econômica dos faltosos. Em 808, numa tentativa ampla de reorganizar o sistema, passa a responsabilizar os condes, por demais inclinados a conceder dispensas, seja em troca de algum presente, seja para evitar complicar a própria vida. Ele acredita ter encontrado, enfim, a grande solução quando, em 811, decreta a pena de servidão temporária para os insubmissos insolventes e a pena de morte para os desertores.

É-lhe necessário também, e isto é muito grave, indispor-se com os vassalos reais. Sabe-se que estes vêm ao exército independentemente do conde e com seus próprios vassalos. Mas aqueles que, ocupados em outras missões a serviço do imperador, achavam-se dispensados da presença no exército podiam deixar em casa os vassalos que não o acompanhavam naquela missão específica. Isso significa que os vassalos dos vassalos reais só iam ao exército do rei acompanhados de seu senhor. Em 811, o imperador se dá conta dos abusos a que essa

dispensa dá ensejo. Sabe que se inventam as ocupações mais diversas para não servir ao exército. Carlos tem que mudar o sistema, com o risco de descontentar seus súditos: se seu vassalo direto tem mais o que fazer e não pode se juntar ao exército, os vassalos deste irão com o conde.

A morte de seus filhos Pepino da Itália (8 de julho de 810) e Carlos, o Jovem (4 de dezembro de 811), deixa o velho imperador diante de uma situação que não tinha previsto. Apesar da designação de Bernardo para suceder seu pai Pepino, na verdade já não existe um rei na Itália e, dado que Carlos, o Jovem, não está mais lá para ajudar o pai, Luís já não pode se dedicar apenas à Aquitânia e ao seu prolongamento, a Espanha. Deixa de existir, para Carlos, a partilha de poder com os filhos Pepino, que tinha o seu reino, e com Luís, agora herdeiro único, e isso num momento em que o imperador já não pode, como na idade madura, estar em toda parte ao mesmo tempo. Em 11 de setembro de 813, na assembléia realizada em Aix, Carlos, ao que parece por insistência de seus conselheiros, associa Luís ao governo de todo o Império, declara-o herdeiro do título imperial e o nomeia imediatamente "Imperador e Augusto", cingindo-lhe a cabeça com o diadema. Luís volta para a Aquitânia, mas a partir de agora com a responsabilidade do Império.

No início de 811, Carlos ditou uma espécie de testamento. Dele são testemunhas onze bispos (entre eles Hildebaldo, Arn e Leidrade), quatro abades (entre os quais Angilberto, Fredegiso e Irminon) e doze condes (inclusive Wala e Bera, o conde de Barcelona). O testamento não trata dos reinos e do patrimônio fundiário; distribui os móveis: "os tesouros e o dinheiro que, atualmente, se encontram no quarto" do imperador. Ele não esconde seu propósito: essa distribuição "de acordo com a ordem e a razão" deve evitar os processos e as contestações.

Ora, dinheiro, pedras preciosas e ornamentos reais são divididos em três partes, ficando os objetos da capela reservados.

O imperador, para seu uso diário, ficará com uma parte "enquanto viver ou até entender que esses bens não lhe são mais necessários". A esse terço se acrescentarão a baixela de estanho, de ferro ou de outro metal, as armas, as roupas e os móveis como cortinas, cobertores, tapetes, feltros, peles e arreios que se encontram em seu quarto e em seu vestiário. Depois de sua morte, ou depois de sua renúncia voluntária às coisas deste mundo, essa parte será dividida em quatro. Um quarto se somará aos 21 lotes que serão indicados logo adiante. Um outro quarto será dividido entre seus filhos e filhas e os filhos e

filhas destes. Um terceiro irá para os pobres. E o último será dado aos servidores do palácio.

Os dois outros terços são divididos em 21 lotes, destinados às 21 cidades metropolitanas, de Roma e Ravena a Trier e Salzburgo. Eles serão colocados sob selos judiciais no cofre do imperador, e cada lote receberá uma inscrição com o nome do arcebispo destinatário. Este o receberá a título de esmola, guardando um terço desses bens e distribuindo o resto entre os bispos da província.

Quanto aos vasos litúrgicos e aos ornamentos da capela, o imperador introduz uma distinção. O que ele encontrou quando da morte de seu pai e o que ele próprio deu à capela ficarão nesta; o que foi adquirido por outras vias será vendido em benefício dos pobres, da mesma forma que os livros da biblioteca.

As mesas valiosas têm um tratamento à parte. A mesa retangular de prata sobre a qual está traçado o mapa de Constantinopla irá para São Pedro de Roma. O arcebispo de Ravena receberá a mesa redonda, também de prata, na qual está representada a cidade de Roma. A terceira mesa de prata, a mais bela e a mais pesada, onde se vêem em três círculos o mapa-múndi dos três continentes, e a mesa de ouro maciço entrarão no terço destinado aos herdeiros e às esmolas.

Fizeram-se muitos comentários sobre essas mesas, e alguns imaginaram que eram obras bizantinas, trazidas como presentes por embaixadas. Dois argumentos, porém, contrariam essa hipótese. O primeiro é que é pouco provável que os analistas, e entre eles Eginhardo, deixassem de mencionar embaixadas e presentes de tal importância, que teriam chamado a atenção quando as relações com Bizâncio continuavam difíceis. O outro é que, em 799, uma mesa como esta foi oferecida por Carlos a Leão III, como já vimos. Teria sido inconveniente oferecer ao papa um presente recebido pelo rei, pois ele não podia passar despercebido. Certamente essas mesas são obras de artesãos francos, o que não exclui a possibilidade de que os mapas das cidades tenham sido inspirados em documentos bizantinos.

Todo esse inventário de legados imperiais é de uma grande precisão. Eginhardo escreverá que Luís, o Piedoso, executou fielmente todas as determinações. Os menos ligados a Luís sugeriram, mais tarde, que este, na partilha, faltou um pouco à eqüidade.

Nem por isso Carlos fica tranqüilo. O ancião tem escrúpulos em relação aos filhos que teve com suas concubinas. Talvez essa preocupação lhe venha com muito mais razão depois da morte de Carlos, o Jovem, quando a menção aos seus "filhos" já não significa nada. Ele

pensa em garantir o estabelecimento de seus bastardos e chega a falar nisso, mas não teve tempo de realizar os seus projetos.

Com 71 anos, Carlos procura demonstrar um vigor que na verdade já não tem. Ele não viaja mais, mas ainda caça. Depois do Natal de 813, perseguiu cervos e javalis nas Ardenas. Lá, ele se resfriou. Em 22 de janeiro, manifesta-se uma pleurisia. Ardendo em febre, queixando-se de uma dor do lado, é levado a Aix e submetido a uma dieta. Ao raiar do dia 28 de janeiro de 814, dá o último suspiro.

Luís está na Aquitânia, instalado para passar o inverno no palácio que mandou construir para si no domínio do Layon, que viria a ser Doué-la-Fontaine. Mandam ao seu encontro o conde de Rampon. À notícia da morte de seu pai, ele chora. Seu fiel Bégon o consola. Dois dias depois, apesar da chuva, a multidão acorre ao palácio.

É preciso ir para Aix. Em pleno inverno, é uma viagem penosa, mas os cortesãos se multiplicam. Ermoldo, o Negro, se divertirá com o espetáculo daqueles que, desejosos de chegar até o imperador, atravessam o Loire a nado quando não conseguem barco. Em Orléans, a boa gente sobe na muralha para não deixar de ver os afogamentos. Toma-se em seguida o caminho de Paris, que é o mais cômodo. Lá, Luís passa alguns dias, visitando especialmente Saint-Denis. Irminion, o abade de Saint-Germain-des-Prés, observa então, não sem ironia, que uma vez na vida ele verá um imperador em Paris. Um mês depois, Luís está em Aix.

Um túmulo incerto

O imperador não determinou como seria a sua sepultura. Todos concordam que ele deve ser sepultado na capela palatina, de que tanto gostava e onde certamente gostaria de descansar, ainda que outrora tenha falado em Saint-Denis. Não está excluído que a pressa com que ele foi enterrado, ao anoitecer do dia de sua morte, se deva ao fato de que seu *entourage* tudesco queria evitar que monges de Saint-Denis tivessem tempo de reclamar os despojos. Na verdade, a corte acha normal a escolha de Aix.

Teria sido o imperador sepultado, como se relatou dois séculos depois, sentado num trono, vestido com sua roupa de gala, coroa na cabeça e cetro na mão, uma cruz de ouro no peito, sob um baldaquino de mármore e de mosaico cerrado o bastante para que pudesse ser visto sem necessidade de se aproximar? A acreditar nos relatos feitos

algumas décadas depois pelo cronista do monastério de Novalesa e também pelo de Thietmar, foi assim que Oto III encontrou, no ano 1000, o corpo de Carlos Magno. Com efeito, relatando, pelo que ele diz, o testemunho do conde de Lomello, que de fato pode ter passado pelo monastério de Novalesa, no vale de Susa, voltando para o seu condado vizinho de Pavia, o cronista de Novalesa deu, por volta de 1030, uma descrição da abertura do túmulo que durante muito tempo não foi posta em dúvida:

> Nós entramos e paramos diante de Carlos. Ele não estava estendido, como é de praxe para os corpos dos outros mortos, mas sentado, como se estivesse vivo, numa cadeira. Estava paramentado de uma coroa de ouro. Tinha o cetro nas mãos enluvadas, e as luvas furadas pelas unhas que tinham crescido. Havia um baldaquino de pedra e de mármore no alto, e tivemos de quebrar-lhe uma parte para passar.
>
> Quando entramos, o cheiro estava muito forte. Dobramos os joelhos e o adoramos. Imediatamente o imperador Oto cobriu-o com roupas brancas, cortou-lhe as unhas e arrumou o que estava em desordem à sua volta. A decomposição não lhe afetara os membros, faltando-lhe apenas uma parte do nariz, que o imperador mandou cobrir imediatamente com uma folha de ouro. Ele tirou um dente da boca, depois mandou que se recompusesse o baldaquino e se foi.

Podemos notar as inverossimilhanças desse relato de segunda mão. Ele é inspirado em constatações habituais quanto ao estado do corpo e pode-se alegar uma má interpretação das palavras *in cathedram residendo* utilizadas por um outro cronista para dizer de um bispo, não que ele foi sepultado sentado num trono, mas que ele estava vestido com todos os seus ornamentos, como se estivesse num trono. Thietmar se limita a dizer que o corpo estava *in solio regio*, o que poderia significar um trono real, mas também um sarcófago real. O cronista de Novalesa, que não estava ao lado de Oto III, provavelmente reconstituiu a cena seguindo um exemplo que lhe parecia notável e digno de Carlos Magno. Não se pode esquecer que Novalesa é uma fundação franca às portas do reino lombardo, e as pessoas se vangloriavam do interesse que o rei franco tinha por um monastério que, para a travessia dos Alpes, era um ponto de apoio estratégico de primeira ordem.

Sobre os joelhos do imperador, talvez se tenha colocado o evangeliário de manufatura totalmente bizantina, que teria servido para

a coroação. Colocaram-lhe ao pescoço, juntamente com a cruz peitoral de ouro, a medalha-relicário dos cabelos da Virgem, que ele sempre trazia consigo, o "talismã de Carlos Magno" (foto 4 do encarte). Em todo caso, dir-se-á que Oto III os encontrou no ano 1000. Certamente não é obra do acaso o fato de o evangeliário utilizado para a coroação de 800, portanto levado de Aix a Roma adredemente, ter sido precisamente um manuscrito da tradição bizantina, e que Carlos o escolhesse para acompanhá-lo ao túmulo. Isso constituiria a última afirmação dessa *Renovatio Imperii*, já inscrita na bula do novo imperador do Ocidente.

Não há certeza sobre nada, porém. Seria espantoso se uma sepultura tão diferente do uso comum não tivesse chamado a atenção de Eginhardo. Ora, este aborda em primeiro lugar a questão que preocupa os próximos do imperador: onde enterrá-lo? Encontrada a resposta, apressaram-se a enterrá-lo no mesmo dia, "e constrói-se sobre o túmulo um arco dourado, com a imagem e a inscrição". Eginhardo discorre minuciosamente sobre a inscrição. Como poderia ter se esquecido de falar de um trono e de um morto sentado?

Quanto à cruz peitoral, que constitui um relicário, conservada em Aix e dita de Carlos Magno, é obra de um ourives de Liège que agora é datada da segunda metade da década de 1165. Nada, porém, impede de pensar que uma outra cruz tenha sido colocada no pescoço do imperador quando de seu sepultamento. O fato de ter sido fabricada na ocasião em que se transferia o corpo, retirando-o do sarcófago onde jazia havia quase quatro séculos, nos faz supor que, no momento da canonização, encontrou-se uma cruz peitoral para ser apresentada como a de Carlos Magno. Não haveria motivo para procurar em outro lugar, se houvesse uma cruz no túmulo.

As escavações de 1892 e 1910 confirmam antes a hipótese de uma sepultura muito comum. A primeira sepultura do imperador parece ter sido, à moda bem clássica, sob um arco de alvenaria para fechar a cova, o belo sarcófago de mármore, denominado sarcófago de Prosérpina, uma obra do século II — datado do tempo de Marco Aurélio — que Carlos mandara vir de Roma (ver foto 12 do encarte). As dimensões da cova encontrada pelos escavadores sob o braço oriental da capela palatina, 2,7 x 1 m, são adequadas às de um sarcófago de 2,5 x 0,64 m.

Cumpre notar que a primeira sepultura de Carlos Magno não é nada cristã. Com certeza não é por acaso que ela evoca, por suas intenções mitológicas e pela soberba força plástica de seus personagens e de seus cavalos, uma antigüidade clássica tantas vezes evocada nas

disputas oratórias da Academia palatina. Carlos Magno foi sepultado à maneira de um imperador romano. Embora a rapidez da decisão, tomada no mesmo dia da morte, exclua a possibilidade de terem consultado Luís, o Piedoso, e embora os antigos membros da Academia não estejam mais lá, não é impossível que Eginhardo, que esteve à frente de tantas obras dedicadas à glória do imperador, tenha tido influência nessa decisão. Alguns historiadores supõem, com razão, que o *entourage* de Carlos não foi surpreendido pelo acontecimento e, dado que Carlos não havia fornecido nenhuma instrução sobre sua sepultura, tinha mandado vir de Roma esse belíssimo sarcófago, para dele fazer a digna sepultura de Carlos Magno.

Restaurado há pouco tempo, continua em Aix o sarcófago que representa o rapto de Prosérpina por Plutão, com a cumplicidade de Minerva, enquanto Ceres os persegue e Vênus prefere esconder-se com um véu. Sobre o sarcófago, teriam colocado um busto do imperador.

Sobre o túmulo definitivo, uma placa dirá sobriamente que "Carlos, grande e ortodoxo imperador", morreu septuagenário a 28 de janeiro do ano do Senhor de 814, na sétima indicção, e que governou venturosamente o reino dos francos durante 47 anos.

CAPÍTULO XXI

CARLOS, O GRANDE

O TEMPO DA HISTÓRIA

À frente dos textos que, desde o tempo de Carlos Magno, consignaram sua história, cabe mencionar novamente, junto com os *Anais reais* já citados, o *Liber pontificalis*. Visto que o soberano defendeu a Sé de São Pedro, que deu seu apoio ao poder temporal dos papas e também porque sua proteção se transformou numa tutela política que proíbe aos clérigos da capela pontifical desvios de linguagem em seu discurso oficial, esses anais da vida cotidiana entre Latrão e o Vaticano não poupam elogios ao rei franco, a suas virtudes pessoais e à sua ação política. Neles se encontram ao mesmo tempo o relato relativamente objetivo dos fatos ocorridos em Roma e o reflexo das informações que chegavam a Roma sobre o que se passava na cristandade.

Para que se tenha uma idéia do papel que os anais tiveram na atividade intelectual e literária, já falamos daqueles que, desenvolvidos em maior ou menor medida da simples efeméride ao verdadeiro relato, concorrem para o nosso conhecimento da história, e especialmente de sua cronologia.

Entretanto, na valorização imediata do trabalho desenvolvido por Carlos, é o conjunto das igrejas germânicas que vem em primeiro lugar. Elas foram grandes beneficiárias da generosidade do rei franco, quando não foram, simplesmente, fundadas por ele. Alguns textos são contemporâneos do imperador e por isso apresentam o maior interesse para os historiadores modernos. Assim, não é de surpreender que as igrejas germânicas procurem participar um pouco do prestígio póstumo do imperador, atribuindo-lhe na história da Igreja um papel que não foi o dele. Muitos relatos tardios não terão outra motivação senão a de provar uma origem ilustre.

Pelo fato de serem elaborados longe da corte, outros anais ou crônicas refletem o que bispos e abades podiam contar ao seu *entourage*, quando voltavam da assembléia. A *Crônica de Moissac* é rica de informações sobre o que se diz na Aquitânia e sobre o que se vê na corte.

Os historiógrafos se contentaram, portanto, à época de Carlos, em anotar os fatos ao longo dos anos, sem pretender traçar um retrato, analisar uma ambição ou fazer o balanço de uma política. Os que falam para a história são principalmente os letrados que, como Alcuíno e Teodulfo, se correspondem entre si ou com o rei. O primeiro fruto propriamente leigo do Renascimento foi, cumpre lembrar, a poesia. Foi no tempo de Luís, o Piedoso, que se começou a tratar Carlos como se tratavam os santos: escreve-se sua *Vida*. Foi então, e só então, que ele começou a se transformar, pouco a pouco, em Carlos Magno, "Carlos, o Grande".

O epitáfio fúnebre de Aix não padece de nenhuma ambigüidade. Assim como em 773, no texto do *Liber pontificalis* já citado, "Grande" ainda não foi incorporado ao nome. Ainda é um qualificativo entre outros. Na inscrição *CORPUS KAROLI MAGNI ATQUE ORTHODOXI IMPERATORIS* se deve ler não "o corpo de Carlos, o Grande", mas, antes, "o corpo de Carlos, grande e ortodoxo imperador", sendo que ortodoxo aí significa "defensor da fé". *Atque* une bem dois adjetivos da mesma ordem, qualificando *Imperatoris*. Dez anos depois, é para Carlos Martel que Ermoldo, o Negro, reserva a denominação de "Carlos, o Grande". O próprio Eginhardo, que não mostra nenhuma reserva no uso do título de Augusto, contenta-se com "Carlos", mas intitula sua obra *Vita Karoli Magni Imperatoris*, o que contém uma ambigüidade: "Carlos, o Grande, imperador" ou "Carlos, grande imperador"? Essa ambigüidade desaparece quando, por volta de 840, Valfrido Estrabão escolheu o título de *Karoli Magni Vita*.

Carlos morrera havia quinze anos quando, em 830, Eginhardo, secretário do imperador Luís, o Piedoso, escreve sua *Vida de Carlos*. Foi mais ou menos à mesma época que ele escreveu um *Traslado dos mártires Marcelino e Pedro*, para celebrar o transporte, em 827, das prestigiosas relíquias de Roma para Fulda, e que passou a limpo o retrato do imperador que outrora o honrara com sua confiança. A acreditar em seu prólogo, ele apenas registrou suas lembranças. Com Eginhardo, estamos muito longe dos redatores de anais que registravam a data e o fato.

> Achei que não devia renunciar a registrar isso por escrito, sabendo que ninguém poderia escrever com mais verdade que eu, que participei dos fatos e deles fui testemunha ocular.

Eginhardo, porém, copia tanto o ambiente quanto uma grande parte de seu relato. Essa cópia é quase confessa quando ele retoma o esquema historiográfico de Suetônio, de certa forma acrescentando uma 13ª "vida" às *Vidas dos doze Césares*. Para falar a verdade, o historiador de Carlos Magno parece ter descoberto em Suetônio a arte da biografia, e a imitação é, em parte, uma homenagem ao seu predecessor, como também um recurso que facilita o trabalho. Chega a retomar, aplicando a Carlos Magno, traços completos do retrato de Augusto feito por Suetônio, e aí se tem uma homenagem a Carlos Magno, ou mesmo bajulação.

Por outro lado, ele não merece recriminação por ter aproveitado, na falta de lembranças pessoais, os melhores textos de que dispunha: os dos continuadores do *Pseudo-Fredegário* para a história dos últimos merovíngios e sobretudo os *Anais reais* que, ainda que os leia um pouco apressadamente, o informam das campanhas militares e das negociações diplomáticas de que ele não participou, muitas das quais datam de uma época em que ainda não estava na corte. Da mesma forma, apropria-se de certas passagens de Paulo, o Diácono, em sua *História dos bispos de Metz*, principalmente quando fala sobre o surgimento das dinastias de Pepino e de Arnulfo. Quanto aos arquivos reais, aos quais certamente teve acesso no tempo de Luís, o Piedoso, e talvez desde o de Carlos Magno, Eginhardo não deixou de tirar grande proveito deles.

Tudo isso se soma às recordações, que valorizam a descrição física e moral do rei Carlos, aos quadros que ilustram sua maneira de viver e de trabalhar, e ao retrato vivo de uma corte familiar ao historiador, que se orgulha de ter sido confidente do rei e companheiro de juventude de seu filho, Luís, o Piedoso. O próprio Alcuíno dá testemunho dessa familiaridade quando, propondo confiar a Eginhardo a tarefa de traduzir um poema latino que o rei não entende muito bem, refere-se a ele, pouco depois de 796, numa carta a Carlos, como *vester immo et noster familiaris adjutor*, o que pode ser entendido como "vosso assistente familiar e o nosso". Sabe-se que Eginhardo chegou à corte por volta de 792, e ele lá não estaria se o rei não o tivesse notado. A partir daí, conquista um lugar especial no meio intelectual.

É verdade que a parcialidade de Eginhardo é evidente o bastante para não enganar o leitor. Se o rei não persegue um inimigo ferrenho, é para poupar sofrimentos ao povo. Os *Anais reais* afirmavam que

Carlos renunciava a perseguir o rebelde Arichis "para que a terra não seja destruída, assim como os bens reais, e para que as dioceses e os monastérios não sejam devastados". E Eginhardo, que não perde ocasião de ressaltar a grandeza de alma do rei, acrescenta: "considerando antes o interesse do povo que a teimosia [de Arichis]".

Sabe-se a sorte destinada pelos historiógrafos de Pepino, o Breve, à memória dos merovíngios, elaborando incansavelmente o retrato coletivo de uma linhagem de incapazes. Justiça reparadora, o biógrafo de Carlos Magno inflige, com mais sutileza, a mesma sorte a Pepino. Ele não dá ao pai do seu herói o mesmo tratamento que foi dado à estirpe derrotada, mas, na sutileza do balanço, Eginhardo apequena continuamente a obra de Pepino para engrandecer a de Carlos. Relatando as campanhas empreendidas em 754 e 756 pelo rei Pepino, e inspirando-se para isso nos *Anais reais*, ressalta as dificuldades encontradas por Pepino diante de uma aristocracia franca muito pouco disposta a intervir na Itália, dificuldades que suas fontes não mencionam. Ele reduz sensivelmente as vantagens, embora reais, que o mesmo Pepino tirou de sua vitória sobre Astolfo. O que pretende é mostrar que os sucessos de Carlos Magno se sobrepõem aos de seu pai.

> Já seu pai, ao atender ao pedido do papa Estêvão, encontrara uma grande dificuldade porque alguns dos primeiros entre os francos que ele costumava consultar se opuseram de tal maneira à sua vontade que chegaram a proclamar em voz alta sua intenção de desertar do exército do rei e voltar para casa.
>
> Nem por isso se deixou de empreender o ataque contra o rei Astolfo, com sucesso imediato. Mas, embora as duas empresas tivessem uma causa semelhante, ou antes a mesma causa, cumpre constatar que elas não foram semelhantes nem no esforço despendido nem nos resultados obtidos. Depois de ter simplesmente sitiado durante alguns dias o rei Astolfo em Pavia, Pepino o obrigou a entregar reféns, a devolver aos romanos as praças-fortes e os castelos que ele lhes tomara, e a jurar nunca mais retomar aquilo que ia devolver.
>
> Carlos, ao contrário, uma vez iniciada a guerra, só abandonou a luta depois de ter obtido a rendição de Didier, que já estava exausto do longo sítio, depois de ter forçado seu filho Adalgiso, em quem tantos depositavam sua esperança, a deixar não apenas o reino lombardo mas também a Itália, depois de ter submetido Rodoaldo, o duque de Friuli, e depois de ter submetido toda a Itália, impondo-lhe seu filho Pepino como rei.

Também a pincelada final é um artifício. A fulgurante vitória evocada por Eginhardo se estende, na verdade, da travessia dos Alpes em 773 à sagração de Pepino da Itália em 781, ou seja, oito anos. Da mesma forma, o historiador empenha-se, desconsiderando a realidade, em subestimar a realeza e o reino legados por Pepino, o Breve. A hipocrisia do balanço tem algo de impressionante.

> Assim ele aumentou nobremente o reino dos francos, que seu pai Pepino lhe legara já vasto e forte, de modo que ele quase duplicou.

Basta seguir os pormenores dos aumentos territoriais citados em seguida por Eginhardo para constatar a parcialidade. O reino dos francos não duplicou. A Aquitânia já pertencia ao reino franco. Carlos nunca "anexou a totalidade da cadeia dos Pirineus" e tampouco "a Espanha até o Ebro, que se lança no mar das Baleares sob os muros de Tortosa". Ele não incorporou "toda a Itália, de Aosta à Calábria inferior", ele nunca "domou e impôs tributo a todas as nações bárbaras e selvagens da Germânia entre o Reno, o Vístula, o Oceano e o Danúbio". O Vístula foi acrescentado indevidamente, assim como o Oceano, em cujas margens os francos praticamente não foram além da Frísia e da marca da Bretanha. Não é certamente a Aquitânia que Eginhardo conta entre as nações bárbaras e selvagens. E as declarações de vassalagem do rei das Astúrias que relata, assim como as declarações dos reis da Irlanda dizendo-se "súditos e servos" do rei franco, são pura invenção. O mesmo se pode dizer da decisão tomada por Harun al-Rachid de colocar os lugares santos "sob a autoridade de Carlos".

A obra de Eginhardo logo conhece um grande sucesso. Para a Idade Média, é a primeira grande biografia que não se enquadra no gênero hagiográfico. Conhecem-se cerca de oitenta cópias manuscritas mais ou menos fiéis, e muitas imitações.

Valfrido Estrabão, abade de Reichenau e preceptor do último filho de Luís, o Piedoso, o futuro Carlos, o Calvo, prepara em 840 uma "nova edição" da *Vida de Carlos*, de Eginhardo. Nela se introduz um prólogo que nos informa principalmente sobre Eginhardo, além de uma divisão por capítulos, com os respectivos títulos, que se incorporará à tradição. É em grande parte graças ao prólogo que sabemos alguma coisa sobre o primeiro biógrafo do imperador.

Na mesma época, um clérigo aquitano e provavelmente limusino, que a tradição chama de "o Astrônomo" porque ele dá provas de grande conhecimento de astronomia, escreve uma *Vida de Luís, o Piedoso* rica

de alusões à história de Carlos Magno. "O Astrônomo" viveu na corte imperial na década de 830, tendo conhecido os sobreviventes da primeira corte de Aix. Largamente comprovada pela correlação com os outros relatos sobre o enfrentamento de Luís, o Piedoso, com seus filhos, sua probidade torna inestimáveis os dados que coligiu entre os íntimos do primeiro imperador.

Ermoldo, o Negro, à época afastado da corte, autor (826-827) do longo *Poema sobre Luís, o Piedoso*, é provavelmente um clérigo aquitano, talvez um abade, que tem saudades das margens do Charente quando é obrigado a suportar, em Estrasburgo, o falar germânico, que ele não entende muito bem. Embora o estilo seja monótono, a obra é interessante, não pelos longos discursos que Ermoldo reconstitui ou imagina, mas por personagens às vezes desconhecidos dos outros historiadores e pelo registro muitas vezes saboroso das coisas vistas por ele, a partir da década de 800, no *entourage* de Luís na Aquitânia e na Espanha.

Testemunha fundamental para a história dos conflitos fratricidas que lançam uma sombra sobre o reino de Luís, o Piedoso, Nitardo tinha cerca de quinze anos quando da morte de seu avô. O filho de Angilberto e de Berta, filha de Carlos Magno, evita contar por volta de 840 o que apenas entreviu na infância. Não deixa, porém, de cultivar um mito bem conhecido ao longo dos séculos: o da idade de ouro. Tendo vivido, antes de o relatar, o drama que é, para os íntimos do poder, a disputa entre os filhos de Luís, ele concluiu, tomando o ideal de seu avô — a paz, a concórdia — pela realidade, contrapondo-o ao tempo de sua infância.

> No tempo de Carlos Magno, de ditosa memória, que morreu há quase trinta anos, como todos andavam no mesmo caminho reto, a estrada pública do Senhor, a paz e a concórdia reinavam em toda parte. Atualmente, ao contrário, como cada um segue a senda que lhe apraz, dissensões e querelas se manifestam em toda parte. Outrora, por toda parte havia abundância e alegria. Agora, a miséria e a tristeza.

Visão bem diferente tem um monge de Sankt Gallen chamado Notker, o Gago — Notker Balbulus —, que escreve por volta de 884 a *Gesta Karoli Magni imperatoris* dedicada a Carlos, o Grande. Pode-se traduzir *gesta* por "grandes feitos". Notker, que não viveu nada daquilo, deseja glorificar o primeiro imperador e solta a imaginação. Não pode, porém, deixar de considerar dois fatos: primeiro, que ele conheceu um certo Adalberto, sobrevivente dos grandes cometimentos do

primeiro imperador, que servira sob o duque Geroldo, cunhado de Carlos Magno que foi, até a morte em 799, prefeito na Baviera depois da queda de Tássilo; segundo, que o filho de Adalberto é monge em Sankt Gallen, ao lado de Notker. É muito provável que, no que se refere aos detalhes, os relatos do velho Adalberto tenham apenas uma vaga relação com a realidade. Mas seria de surpreender se não propiciassem uma visão global dos acontecimentos. E a forma como Notker usou os *Anais reais* e o relato de Eginhardo é o bastante para demonstrar sua preocupação com uma história documentada. Mais do que sobre a vida de Carlos Magno, o relato de Notker nos informa principalmente sobre o que se podia dizer dele três quartos de século depois de sua morte.

Os cronistas italianos, à exceção dos sucessivos redatores do *Liber pontificalis*, pouco se ocupam de um Carlos Magno que haveria de receber mais atenção dos poetas do século XII. No que se refere à história de Carlos, a maioria das crônicas italianas dos séculos IX e X mencionam apenas episódios importantes, como a coroação imperial. De resto, muitos historiadores peninsulares do fim da Idade Média se inspirariam mais na literatura legendária do que em fontes historiográficas precisas. Mas a lembrança de Carlos não se apagou. As antigas divisões políticas transparecem nos julgamentos da história. Nas regiões onde se sofreu a expansão lombarda, fala-se de sua magnanimidade, de sua piedade, ainda que não se possa gabar aí, como na Alemanha, uma generosidade de que a Itália pouco gozou. Nas regiões onde a fidelidade a Didier e a Arichis se transforma numa fidelidade à sua memória, idealizam-se os grandes momentos do reino lombardo, e em Pavia e Verona guarda-se uma má lembrança dos longos cercos de 756 e 774.

Quanto aos meios intelectuais, a Alemanha considera ter recebido muito, ao passo que na Itália se pensa ter dado bastante. Pouco antes de 880, ainda reportando-se ao sonho de um reino da Itália ao qual se ligam os nomes do filho de Carlos, Pepino, e de seu filho Bernardo, o cronista Andrea di Bergamo faz a apologia do rei Didier e considera a conquista franca uma catástrofe, ironizando em seguida a ideologia imperial desenvolvida na época de Luís, o Piedoso.

> Foi uma grande tribulação na Itália. As pessoas encontraram a morte pela espada, pela fome, pelo ataque das feras. Poucas pessoas sobreviveram nas aldeias e nas cidades...
>
> Ele deixou seu reino na França ao seu filho Luís, que começou a se fazer chamar imperador da raça dos francos.

Em Ravena, por muito tempo um domínio bizantino, o cronista Agnello não esconde seu respeito pelo "humilde e bom Didier" nem sua admiração por seu filho Adalgiso, a quem torna o herói de fabulosas aventuras. Numa palavra, Adalgiso é apresentado como uma espécie de Rolando nacional, e não como um conspirador, que é como os francos o consideram. A iniciativa de intervenção franca na Itália é naturalmente atribuída ao arcebispo de Ravena, que em seguida recebe o rei tratando-o como uma criança. A realidade histórica é conhecida: a pretensão da sede episcopal de Ravena de rivalizar com a de Roma. Correndo o risco de cair no absurdo, Agnello vê no parentesco de Carlos e de Didier uma prova da conivência, mas informa sobre os bens legados à igreja de Ravena pelo testamento do imperador. Em suma, o cronista se perde na análise de uma situação, cabe dizer, complicada, o que reflete talvez com muita precisão a opinião pública numa capital bizantina tomada à força pelo lombardo e dada por um franco que não tinha nenhum direito sobre ela a um papa que deixara de ter qualquer direito sobre a mesma.

No antigo reino lombardo e no ducado de Benevento, Carlos é no mais das vezes apresentado como o invasor que tomou partido de um grupo de rebeldes e se aproveitou disso para submeter a Itália. Uma crônica de Salerno chega a atribuir a Paulo, o Diácono, três tentativas heróicas de assassinar Carlos Magno, tentativas perdoadas por um rei que repete aos seus grandes senhores: "Onde encontraremos um outro escritor, um outro historiador igual a ele?" Sabe-se que o irmão de Paulo, o Diácono, se encontrava na incômoda posição de revoltado: a atribuição a um da rebelião do outro é prova da pouca informação. E o cronista conclui seu discurso sobre Carlos explicando que ele não tinha nenhum direito de usar o título de imperador, "o qual só poderia ser usado por aquele que reina sobre o Império romano, isto é, o de Constantinopla".

Mas às vezes se ouve outra história. Como no caso da *Crônica de Novalesa:* já falamos das origens francas do monastério situado no vale de Susa e de seu papel na estratégia de Carlos. A historiografia local cultiva, pois, essas lembranças, sem deixar de inventar provas da familiaridade do rei e das maravilhosas manifestações de sua grandeza. E o monge de Novalesa não se esquece de avaliar a relação de forças.

> Quando o rei Didier tinha um cavaleiro, Carlos Magno tinha um barão. Os lombardos tinham um certo número de guerreiros a pé, os francos o mesmo número de guerreiros a cavalo. E quando os lombardos tinham um padre ou um clérigo, os francos tinham um prelado.

Com poucas exceções, Carlos Magno mal aparece na primeira historiografia italiana. As circunstâncias políticas fazem que ele tenha uma presença maior entre os séculos XI e XII, quando os partidos que participavam do jogo político da península buscavam as justificativas históricas de suas ideologias. Verdadeiras ou falsas, as atitudes que lhe atribuem adquirirão então o caráter de antecedentes irrefutáveis da reforma gregoriana ou da querela das investiduras, da política gibelina ou da política guelfa. Quando se coloca a questão da autoridade imperial na Itália, o exemplo de Carlos Magno está entre aqueles que são estudados, quase sempre de forma equivocada.

Só a partir do século XIII, com o refinamento das idéias propiciado pela criação das universidades, esbate-se na Itália a imagem de um Carlos Magno atual. Por toda a Europa, mas principalmente na Itália e na França, a releitura da *Política* de Aristóteles e de *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho levará teólogos como Tomás de Aquino, juristas como Pierre Flote ou Guilherme de Nogaret, defensores da teocracia como Inocêncio IV e Bonifácio VIII, e também estudiosos de política bizantinos como Marsílio de Pádua, a buscar suas "autoridades" na Bíblia ou em Aristóteles e não nos anais.

Os três filões historiográficos doravante são individualizados. Carlos Magno é um dos principais personagens da identidade nacional dos alemães. Na França, é um herói legendário e elemento essencial da legitimidade dinástica. Na Itália, continua sendo um protagonista episódico da História.

De toda essa produção em que os autores já se copiam uns aos outros, a historiografia dos séculos seguintes praticamente conservará apenas alguns textos, e em geral para fins precisos. Quando, no século XII, um clérigo de Aix escreve uma *Vida de Carlos* cujo objetivo principal é justificar a recente canonização de Carlos Magno por Frederico Barba Ruiva, praticamente apenas copia de Eginhardo e de alguns anais o que não inventa. Mas ele também havia de ser imitado. O mesmo acontece quando, no século XV, o humanismo italiano dá uma nova visão de Carlos Magno, retomando os textos antigos e depurando o personagem daquilo que fora acrescentado pela lenda. Em 1461, Donato Acciaiuoli escreve uma história do imperador em que, como os outros, copia de Eginhardo os principais traços, não sem se permitir, porém, uma digressão sobre o papel de Carlos na história de Florença, digressão que atribui à aliança da França e de Florença bases históricas fornecidas pelo espírito inventivo de Leonardo Bruni.

O TEMPO DOS BALANÇOS

Os historiadores modernos fizeram de Carlos Magno julgamentos nuançados. Na verdade, cabe distinguir o conquistador do organizador.

O conquistador é aquele cuja obra sobressai em todos os atlas históricos: basta comparar o reino dos últimos merovíngios e o que é herdado por Luís, o Piedoso. É também aquele mostrado pelos grandes relatos como o de Eginhardo e pelos textos literários como a *Canção de Rolando*, textos em geral mais lidos do que a lei sálica e as capitulares. Além das campanhas militares e da tomada espetacular de cidades, que se pode creditar a ele?

Se a Alemanha se configura já no fim do século VIII, isso se deve à atividade incansável de Carlos. Dos principados anteriores permanecerá uma identidade coletiva ainda perceptível nos dias de hoje. A Saxônia, a Baviera e a Turíngia não perderam seu sentimento nacional, mas foi sob a autoridade de Carlos Magno que esses principados começaram a aprender a viver juntos. Essa Saxônia que ele levou trinta anos para submeter e cuja resistência os romanos não conseguiram vencer, agora entra — é verdade que à força — nesse complexo político e cultural que vai formar a Europa ocidental. E se a França começa a sentir sua unidade é pela integração — iniciada no tempo de Pepino, o Breve — dos grandes conjuntos, jamais verdadeiramente unidos pelos merovíngios, constituídos pela região, com forte influência franca, do norte do Loire, pela Aquitânia durante muito tempo rebelde a esta influência e pela Septimânia, que tem um particularismo já histórico.

Teria o organizador realizado magnificamente a construção política à qual, de assembléia em assembléia e de capitular em capitular, ele tanto se afeiçoou? A curto prazo, não há nada tão duvidoso.

A unidade do Ocidente cristão, que tanto buscou, por todos os meios e em todos os domínios, teria sido superficial demais para resistir à solidez dos particularismos. Em outras palavras, o império de Carlos Magno prefigura talvez a Europa das Luzes ou a atual União Européia, mas o faz de forma bastante longínqua, e praticamente não há continuidade para além de um século IX que já entrevê o esboroamento do império e mesmo o do reino franco. As resistências encontradas ainda em vida de Carlos, tanto na periferia como no coração do império, bastam para explicar a fragilidade das medidas que visavam a unidade. Que resta, depois de duas gerações, da unidade dos modelos institucionais, dos tipos monetários, dos pesos e medidas? Indo um pouco mais longe: a rapidez com que essas disposições unificadoras

foram abandonadas não levanta dúvidas sobre a adesão dos povos do império a uma unidade experimentada principalmente pelos que freqüentavam a assembléia geral e serviam ao exército? Sabe-se com que prudência, mesmo em seu apogeu, Carlos Magno abalança-se a modificar as leis nacionais para as aproximar. Ele não chegaria nem mesmo a fundir as duas leis francas, a dos sálios e a dos ripuários. O "povo cristão" continua composto de austrasianos, aquitanos, italianos, alamanos, bávaros... E não se poderia dizer que, quando Carlos Magno germaniza os nomes dos meses, está levando em conta a Aquitânia ou a Itália.

Fundamental naquele momento para a coesão do sistema político, a instituição do juramento terá a médio prazo uma conseqüência perversa: ao mesmo tempo em que Carlos não cessa de se reportar à Roma antiga, ele apaga singularmente a noção de Estado fazendo da ligação que une sua pessoa a cada um de seus súditos uma ligação homem a homem. Ainda antes do estabelecimento do sistema feudo-vassálico, introduz a sujeição na rede das relações pessoais, até então limitada aos compromissos contratuais dos vassalos diretos. Haveria muito o que fazer, cinco séculos mais tarde, para que surgisse novamente a noção de um Estado natural que se impõe aos homens sem que eles tenham que manifestar sua vontade.

É verdade que o juramento é imposto. Nem por isso deixa de ser um gesto de homem livre. Parte-se, assim, para uma concepção contratual do poder de que a realeza só a muito custo haveria de se desvencilhar. Considerando os seus súditos como vassalos, o imperador do Ocidente renuncia a essa "autoridade" que o imperador romano tinha, da mesma forma que tivera o Senado da República. Em termos imediatos, ele reforça seu poder. A médio prazo, ele o debilita. Como já foi dito, o juramento, mais do que reforçar a autoridade pessoal do rei, dela deriva, garantindo, assim, o Estado.

O mesmo acontece quando, continuando a política de seu pai Pepino, Carlos inclui os condes na pirâmide vassálica construída pelo compromisso pessoal que é a recomendação. Uma "honra", que era uma função pública, doravante se inscreve no serviço pessoal. O conde continua sendo o representante do rei enquanto chefe de um Estado, mas ele está se tornando um vassalo do senhor que é o rei. A ligação homem a homem substitui a estrutura de relações do serviço público. Em termos imediatos, a conjunção das duas pirâmides, a das honras (cargos) e a da vassalagem, reforça esse serviço público por um duplo laço cuja coerência e eficácia são garantidas pela firme autoridade do

rei, depois do imperador. Logo essa firme autoridade deixaria de existir, e é então o laço pessoal que levará a melhor no sistema feudo-vassálico, onde o elemento real, o feudo, terminará por se tornar essencial e fundará a hereditariedade e a patrimonialidade: um indivíduo já não será *casatus* por ser fiel, mas será vassalo porque tem a posse de um feudo hereditário.

Sob Carlos, essa conjunção parece funcionar bem. E, contudo, desde os últimos anos do reino, como vimos, o sistema de fidelidade já está abalado e o de submissão claudica. Está-se apenas em meados do século IX, passou-se apenas uma geração, e já não subsiste grande coisa do Império, exceto um título vão, e quase nada da unidade européia que esse nome deveria designar. O Império carolíngio sofre de um mal agora incurável, o das grandes distâncias a serem vencidas através de um espaço político por demais vasto. Diante das incursões normandas, ele se esboroará pela incapacidade do governo central de reagir de maneira rápida e oportuna.

Uma outra fraqueza prende-se à habilidade com a qual Leão III, de devedor de favores que era, se transformou, por força apenas de um gesto, em criador do Novo Império. A necessidade de ir a Roma se fazer coroar se tornará uma obrigação congenial do Império carolíngio, depois de um Sacro Império Romano Germânico que só se desvencilhará dela a muito custo, no século XIV. Essa viagem a Roma muitas vezes colocará a pessoa do imperador no coração dos conflitos italianos.

Quanto ao Renascimento Carolíngio, ele requer avaliações nuançadas. A primeira diz respeito à denominação: quem fala Renascimento supõe uma morte anterior. Da mesma forma como é justo chamar assim o movimento que, entre os séculos XV e XVI, faz ressurgirem sensibilidades, modos de expressão artística e obras literárias que por muito tempo foram ignoradas ou desprezadas, seria abusivo tratar a civilização clássica como um mundo esquecido entre as grandes migrações de povos — as "Grandes Invasões" — e o tempo de Carlos Magno. Seja no pensamento político, onde se vê tudo o que a geração de Carlos e de Alcuíno tomou de empréstimo aos modelos oferecidos pela Bíblia, por Roma antiga e por Bizâncio, seja na vida literária, onde as contribuições da Itália, da Inglaterra e da Irlanda impedem de falar de uma redescoberta do Ocidente, permitindo apenas que se fale de uma volta à Gália franca, nada autoriza a minimizar o esforço desenvolvido na corte franca e os resultados obtidos, mas tudo evidencia que se trata de uma dinâmica episódica na longa evolução da civilização.

Em segundo lugar, esse Renascimento — continuemos a chamá-lo assim —, cujo apogeu se situa depois da morte de Carlos Magno, mas que tudo deve ao entusiasmo com que o primeiro imperador se empenhou na criação dos equipamentos de ensino, das oficinas de cópia e de iluminura, dos canteiros de obras, também se revela como um fogo de palha. É verdade que os grandes momentos da reflexão política estão por vir, assim como as grandes obras dos pintores. O Renascimento dará todos os seus frutos nas dioceses e nos monastérios sob Luís, o Piedoso, sob Lotário e sob Carlos, o Calvo. Mas a oficina do Palácio não sobrevive ao seu fundador, não se falará mais da Academia palatina e já não se construirão Aix ou Germigny. Em suma, o grande movimento suscitado por Carlos Magno se perderá na decomposição política do Império.

Uma das preocupações essenciais de Carlos foi a formação de uma elite leiga capaz de compreender mais do que meras relações de força. Ao que parece, desde a geração de Carlos, o Calvo, o mundo franco conheceu apenas letrados clérigos. Entendida como um aperfeiçoamento da sociedade política e como um instrumento de governo, a cultura leiga praticamente não sobreviveu àqueles que, de Carlos Magno a Luís, o Piedoso, passando por seu *entourage* imediato, perceberam sua necessidade e, com suas obras, deram o exemplo. Para de novo encontrar uma aristocracia leiga que sabe ler e escrever, seria necessário — com poucas exceções — esperar o outro Renascimento, o do século XII. Entre Carlos Magno ou Angilberto e Guilherme IX da Aquitânia ou Ricardo Coração de Leão, raros são os grandes senhores do mundo leigo que têm a pretensão de praticar a poesia.

Em compensação, deve-se creditar a Carlos muitos dos pródromos do que viria a ser a sociedade dos séculos seguintes. É à luz do milênio por vir que se avalia a obra realizada em quarenta anos.

Devemos citar em primeiro lugar a substituição duradoura da cidade romana (*civitas*) pelo condado, isto é, a criação — no reino franco e também na Itália — de circunscrições que, de administrativas que são no início do século IX, logo se transformarão em feudos que tendem para a autonomia, mas que terão o seu papel nas estruturas políticas da França e mesmo da Itália. No século XI, a Inglaterra os copiará da Normandia, conservando-os até os nossos dias, não sem tê-los transmitido aos Estados Unidos da América. Dos condados de Carlos Magno aos ducados dos séculos seguintes — que inicialmente são apenas agrupamentos de condados e continuam organizados em condados — e aos departamentos da França contemporânea, há uma linha

de continuidade claramente perceptível. E é fácil ver que, se o condado resistiu à erosão de todas as instituições, é que ele atendia precisamente à necessidade de uma reação rápida, portanto de uma decisão tomada *in loco*.

Por uma preocupação política e religiosa, Carlos Magno busca, em várias ocasiões, a eficácia do sistema judiciário. A criação de uma hierarquia dos tribunais, que atende ao mesmo tempo à necessidade de tornar a justiça mais acessível e de abrir uma possibilidade de apelação, será, com as adaptações necessárias às estruturas políticas, a base da organização judiciária dos tempos feudais. A distinção entre alta e baixa justiça perpetuará durante mil anos a definição, formulada pela capitular de 810, entre as pequenas causas e as grandes causas. Ela terá continuidade na competência de nossos tribunais de primeira e de segunda instância e dos tribunais criminais, assim como no princípio de nossas jurisdições de apelação ou — no caso de julgamento incorreto — de cassação. Devemos reconhecer o papel da hierarquização de um verdadeiro sistema judiciário, com suas instituições que o mundo feudal adaptará, mas que continuarão a ser, até a época moderna, a base da função de justiça. Os magistrados municipais terão uma vida dura. E a invenção da investigação judiciária tampouco será esquecida. Ela terá um papel decisivo no arsenal das provas.

O condado não pode ser dissociado do *missus* que nele representa regularmente o poder central. Não se pode afirmar que os primeiros bailios do século XII, os intendentes do século XVII e os primeiros prefeitos de região — "inspetores gerais de administração em missão extraordinária" — do século XX tenham sido enviados, como acontecia com os *missi*, e que todos os corpos de inspeção criados pela França moderna e contemporânea derivem de seu exemplo. Mas pelo menos se pode notar que, pela primeira vez na história da França, respondeu-se, no fim do século VIII, com uma instituição eficaz, a uma necessidade sentida por todo poder central, que é a de organizar as funções de ouvir, ver e apresentar relatórios, isto é, de verificar se as ordens são adequadas, e se são transmitidas e executadas.

Também devemos ressaltar a importância que Carlos dá a uma fidelidade pessoal derivada do consentimento. O sistema de vassalagem procede diretamente daí. O juramento prestado pessoalmente anuncia a pirâmide de laços individuais que constituirá durante cinco séculos a sociedade feudal.

Vimos a importância, na concepção de Carlos Magno, da responsabilidade que acredita ter diante de Deus e diante de seu povo em

matéria de religião. Será preciso insistir que o adocionismo não ressurgiu no pensamento cristão, que a incorporação do uso romano aos ritos ocidentais se mostrou duradoura e que o *Filioque* se conservou no *Credo* latino? Quer se trate da Bíblia ou dos livros litúrgicos, é na correção dos textos que os efeitos dos trabalhos realizados na corte de Carlos têm a mais longa vigência. Os ritos galicanos incorporados por Alcuíno ao sacramentário romano continuam presentes na liturgia universal da Igreja católica, nos ritos de ordenação e nos ritos fúnebres, na bênção dos abades e na do círio pascal. Já há doze séculos, a liturgia dita romana é, em larga medida, graças ao trabalho de Alcuíno, uma liturgia romano-galicana. O pontifical romano do século XII e, mais ainda, o de Inocêncio III, serão uma ligeira adaptação de um pontifical compilado em Mogúncia por volta de 950 com base na redação de Alcuíno e, seguindo seu exemplo, fazendo-se a incorporação de ritos locais aos ritos romanos. E é conhecida a longa história de um canto gregoriano imposto por um Carlos Magno que foi convencido pelos seus conselheiros.

A revisão da *Vulgata* pelo mesmo Alcuíno levou a Igreja do Ocidente ao uso exclusivo desta durante muito tempo. Todos os trabalhos realizados sobre a Bíblia até a Reforma têm como base o trabalho de Alcuíno. Não podemos deixar de mencionar aqui a vontade do rei, que ordenou essas pesquisas e que tornou obrigatório o uso dos textos corrigidos.

A moral social deve tanto ao espírito religioso quanto à preocupação com a paz. Já falamos do grande número de determinações reais relativas ao respeito aos mais fracos e à defesa das viúvas, mas sem dúvida é preciso destacar a importância das medidas que, tomadas contra o ingresso abusivo na vida clerical ou contra a submissão de homens livres à servidão, têm por objetivo a preservação das liberdades individuais e da dignidade humana. O direito dos séculos posteriores não poderá mais ignorar essa responsabilidade, manifestada no século XI pelas instituições que visam a paz e também pelo desenvolvimento do direito canônico. As disposições contra o monopólio, contra a especulação em tempo de escassez de alimentos, contra os abusos econômicos e contra a prática da usura entram nessa mesma política de proteção ao povo humilde que, há muito tempo presente na ação de muitos bispos, parece ser bastante estranha aos reis merovíngios e à sua aristocracia leiga.

É verdade que o Renascimento Carolíngio só trouxe frutos imediatos no curso de três gerações. Mas a correção dos textos, da língua e

da escrita deixaram suas marcas, assim como as instituições criadas e que, como as escolas catedrais e abaciais, iriam desaparecer, para ressurgirem no século XII, ricas de sua herança carolíngia. O triunfo do latim clássico redescoberto será tão duradouro quanto o de uma escrita legível, renovada pela minúscula latina que ainda hoje é a base essencial de nossas grafias. Os textos copiados e difundidos por toda a cristandade ocidental permanecerão nas bibliotecas. O Renascimento do século XII já não precisaria procurar todos eles nas poucas bibliotecas que guardavam o legado da Antigüidade. E são cinco séculos de ganhos que favorecem a transmissão da cultura clássica. O efêmero Renascimento Carolíngio terá sido o elo indispensável de uma cadeia que, sem ele, trezentos anos depois de Boécio, dificilmente teria tido continuidade.

Já falamos do papel original que teve nos albores do Renascimento a importação de estilos e de temas artísticos oriundos de Bizâncio. Será preciso insistir no fato de que, sem Carlos Magno, a Europa ocidental e especialmente o mundo franco teriam sem dúvida esperado muito tempo esses contatos que enriqueceram sua paleta artística? É verdade que a arte românica deve muito às relações com o Oriente Próximo, urdidas pelos peregrinos e pelos cruzados. Mas não se pode esquecer que as igrejas com planta centralizada não esperaram os cruzados ou os templários para proliferar no Ocidente, a exemplo de uma capela palatina copiada de Constantinopla, e que as figuras de animais e os grutescos da gramática decorativa românica já se encontram nos manuscritos iluminados da época carolíngia.

Quanto à ponte intelectual estabelecida pela Espanha "das três religiões" entre o pensamento filosófico e científico da Grécia antiga transmitido por Bagdá e Alexandria e a sede de conhecimentos manifestada pelo Ocidente dos séculos X-XII, ela teria sido menos profícua sem aquela marca da Espanha a que se reduz o grande projeto de Carlos Magno, mas que serve de ligação entre a cristandade romana e Al-Andalus, dos reinos de taifas árabes. Embora a Espanha continue cortada em duas pela Reconquista interrompida até o século XIII, os Pirineus já não são mais a fronteira que eventualmente tinham sido. Isso já se percebe antes do ano 1000, à época de Gerberto de Aurillac. O Renascimento literário se limitou à gramática, à poesia e à teologia, um pouco à retórica e à história, deixando praticamente de lado as disciplinas do conhecimento. Mas a volta a estas, desde a lógica até a matemática, passando pela astronomia e pela medicina, não teria sido o que foi sem o esforço realizado, sob Carlos Magno e imediatamente depois deste, nas disciplinas de base de compreensão e expressão.

Os frutos do Renascimento não se circunscrevem apenas ao âmbito do espírito, sendo visíveis e duradouros na vida social. Pensemos no extraordinário desenvolvimento da escrita numa prática administrativa e judiciária até então dominada pela oralidade. Sempre se redigiram concessões e se emitiram determinações. Com Carlos Magno, retoma-se o princípio antigo do relatório escrito, dos sumários, da lista nominativa. O imperador não deixa de lembrar que o julgamento é feito com base na lei escrita, o que se torna possível quando se registra essa lei por escrito. E os julgamentos do tribunal do Palácio são registrados por escrito em documentos entregues àqueles que ganharam o processo, para lhes servir de prova. Mas cumpre observar que a prova escrita ainda tem pouquíssima credibilidade.

CAPÍTULO XXII

O IMPERADOR DE BARBA BRANCA

O LEGADO E A LENDA

Voltemos ao homem Carlos Magno. Logo a lenda apossa-se do personagem incomum que é o fundador do Império do Ocidente. Mas, visto que a lenda é tributária das imagens que subsistem e das mentalidades de seus destinatários, ela desfigura imediatamente seu herói. Carlos teria passado a vida a construir a paz, a sonhar com a concórdia e a promover a unanimidade, mas a imagem que se impõe é a do guerreiro. Permanece a memória do combate pela fé, do Império do povo cristão, do exército do Cristo. Mas aquilo que foi o mundo de Carlos Magno logo esquece que as campanhas anuais foram para ele apenas o meio de estabelecer o reino de Deus, e que elas atingiram somente as periferias territoriais. Apesar de algumas convulsões que não podemos minimizar, como o fazem os bajuladores, o reino franco conheceu a paz interna. Os combates entre neustrianos e austrasianos, as revoltas armadas da Aquitânia, as incursões sarracenas no futuro Languedoc, tudo isso pertence a um passado mais ou menos próximo, mas ao passado da década de 800. A grande preocupação do guerreiro Carlos foi a paz, e a lenda só guardou a memória do guerreiro. Ela engrandeceu o vencedor, não o organizador.

A lenda nasce e se fixa na França, essa França que se recusa a pertencer ao Império, justamente porque doravante o Império é germânico. Talvez, no século que se segue à morte de Carlos, a futura França tenha esquecido totalmente que foi um país conquistado. Nos séculos XI e XII, quando se desenvolve o tema das canções de gesta, Carlos já não é o personagem histórico que vimos acompanhando: o personagem legendário prepara a lenda.

Na verdade, os franceses dos novos tempos apossaram-se do Carlos Magno que seus ancestrais praticamente não viram. O autor da *Canção de Rolando* não deixa de atribuir ao rei atenções especiais para com as populações de entre o Reno e o baixo Loire. É o conde de Anjou, Godofredo, que carrega a auriflama. O conde da marca da Bretanha, Rolando, é apresentado como sobrinho do imperador. A *Canção* evoca esses "franceses" a quem Carlos dedica especial afeição. Eles são "os mais sábios" dos vassalos do rei. É em suas fileiras que o rei combate: algo como a Guarda Imperial.

Quando o Império se fixa na definição germânica, os súditos dos Otos já não são os francos. São saxões, bávaros. Logo haveriam de dizer alemães. Como poderiam ser os antigos súditos do rei franco? Os próprios alemães têm uma certa reserva em relação à denominação de "francos", quando a antiga Gália passou a se chamar "França". Só a Francônia se prende a suas origens étnicas, ou às que ela se atribui. Quanto aos austrasianos do Reno e do Mosela, tornaram-se os "lorenos". Não sem impudor, os franceses excluem do universo de Carlos todos aqueles que falam uma língua germânica, justamente a do rei da história.

A lenda nem sempre é dourada. O personagem do rei mantém-se imponente, e a barba branca, então na moda, faz sua aparição nos textos, mas aqueles que cantam a história assim revista às vezes salientam as deficiências de seu herói, deficiências sempre tomadas de empréstimo — confusão ou licença poética? — a outros membros da estirpe de Pepino e carolíngios. Tais como Carlos Martel, o espoliador das igrejas, ou Carlos, o Calvo, e seus sucessores, que deixam sem defesa as regiões expostas às incursões normandas, foram muitos os que deixaram uma péssima lembrança nos anais monásticos e nas tradições orais. A *Canção de Girard de Vienne* não esconde nem a dureza nem a injustiça de um rei evidentemente confundido com outros.

É com Carlos, o Gordo, que declina definitivamente o Império de Carlos Magno. Passaram-se três gerações. Luís, o Piedoso, teve que se humilhar diante dos filhos, que finalmente partilharam entre si os territórios. Lotário, o filho mais velho, ficou com o título imperial e com a área meridiana que ligava a Itália ao mar do Norte. Seu filho Luís o sucedeu. Por morte deste, em 875, a coroa imperial foi para o rei da Frância ocidental. Carlos, o Calvo, o último filho de Luís, o Piedoso — aquele que, pelo fato de ser o último a chegar à família e de baralhar o jogo de uma partilha já prevista, provocou a exacerbação das disputas entre os carolíngios a partir de 839 —, foi por três anos imperador, tendo por reino metade do território herdado, definido quando da

partilha de Meersen, em 870. Depois, o título imperial passou para seu sobrinho Carlos, o Gordo, filho de Luís, o Germânico. Ele se torna imperador em 881. Carlos, o Gordo, uma última vez, e a primeira desde Luís, o Piedoso, reuniu em 884 o conjunto do que constituía a herança de Carlos Magno. Mas, em face dos normandos, ele transigiu, pagou, faltou aos seus deveres de rei. Os grandes senhores o destituíram. Em 888, eles elegeram rei da Frância ocidental — já se começa a dizer "rei da França" — Eudes, conde de Paris.

Apesar do real esforço dos últimos carolíngios, e principalmente de Carlos, o Simples, é o ocaso da descendência de Carlos Magno. O sobrinho-neto do rei Eudes seria Hugo Capeto. No império que agora é apenas o reino germânico da Frância oriental, medíocres carolíngios se sucedem até que o trono da Germânia seja ocupado em 911 por um franco da Francônia, e em 919 por um saxão.

É então que ressurge na Alemanha um elemento da legitimidade que se começava a esquecer: a sagração. Luís, o Piedoso, fora coroado em 813 por seu pai. Não se pensou em sagrá-lo, pois já o fora em 781 pelo papa. A aquiescência da assembléia mantém a ficção de uma eleição do rei pelo povo, e o gesto de Carlos Magno coroando seu filho retira da Igreja, e mais precisamente do papa, toda a ilusão de que tem um papel na transmissão do Império. Depois de Luís, os carolíngios da Frância ocidental continuam a fazer sagrar seus filhos ou a se fazerem sagrar, e isso nas mais diversas cidades. Os últimos serão, em 10 de abril de 879, os netos de Carlos, o Calvo, Luís III e Carlomano. Nem sempre a cerimônia é solene, os lugares variam, mas sempre se terá a presença de um bispo. Foi Hugo Capeto quem devolveu à sagração a sua pompa.

Eudes, Roberto I e Raul foram apenas gerentes do reino carolíngio. Hugo, o Grande, se absteve de cobiçar o título real. Hugo Capeto, terceiro robertino a receber a coroa, tem plena consciência de que está fundando, em 987, uma nova linhagem real. Tem necessidade, como Pepino teve outrora, da aprovação da Igreja, e Adalberon, arcebispo de Reims, desempenha junto a ele uma função política que antes cabia a Fulrad. Eleito rei em Senlis, Hugo recebe de Adalberon, em Noyon, a unção real, a 3 de julho. Ainda em vida, ele faz sagrar em Orléans, em 30 de dezembro do mesmo ano de 987, seu primogênito, o futuro Roberto II. Mas só no século XIII se estabeleceria a prática, que dá à cerimônia um caráter maravilhoso, de não usar, na unção, o Santo Crisma consagrado pelo bispo na quinta-feira maior para a administração dos sacramentos, mas o bálsamo da Santa Âmbula que, desde que

o arcebispo Hincmar passou a divulgar o caso no tempo de Carlos, o Calvo, a tradição afirma ter sido esta trazida do céu por uma pomba para o batismo de Clóvis.

Depois da sagração de Lotário I em 817, já não se pensa mais, muito pelo contrário, em sagrar os reis ou imperadores na Frância oriental, isto é, no reino germânico, e tampouco na efêmera Lotaríngia. Vimos que Carlos, o Calvo, sagrado em Orléans em 848 depois de oito anos de reinado, achou por bem ir a Roma em 875 buscar a legitimação de sua sucessão à dignidade imperial. Seu meio-irmão Luís, o Germânico, não se preocupa em se fazer sagrar. Agora só se recorre à sagração para consolidar situações pouco seguras. É o caso, por exemplo, em 895, do bastardo Swentibold, sagrado na assembléia de Worms, e em 900 do muito jovem Luís, o Infante, sagrado e mesmo coroado — foi a primeira coroação na Frância oriental desde a criação desse reino na partilha de Verdun em 843 — sem pompa em Forschheim.

Os novos senhores que se impõem no reino germânico a partir de 911 não sentem necessidade de legitimar uma eleição que quebra a continuidade dinástica fundada pelo apoio do papa a Pepino, o Breve, e à sua descendência. Os grandes senhores escolhem o que lhes parece o melhor, o mais apto a governar o reino. Isto basta. Eles não vêem a necessidade de retomar a obrigação da sagração. Sucessor de Luís, o Infante, para o qual serviu durante muito tempo como uma espécie de regente, Conrado da Francônia é eleito em Forschheim em novembro de 911. Ele se faz imediatamente coroar por aquele que tanto o ajudou: Hatton, o arcebispo de Mogúncia. Sua sagração, mencionada apenas por um cronista tardio, talvez seja pura invenção.

Eleito rei em Fritzlar em 919 depois da morte de Conrado e ao cabo de uma séria crise política, o duque saxão Henrique — que no século XII passou a ser chamado de "o Passarinheiro" — evita deliberadamente a sagração: não quer aumentar a importância da Igreja no estabelecimento de sua autoridade. Recusa uma proposta nesse sentido, feita no dia de sua eleição pelo arcebispo de Mogúncia. Sem dúvida esse saxão — o primeiro rei germânico que não era franco — também quer distanciar-se da tradição carolíngia. Talvez, em seu meio, se tenha esquecido um pouco a sua importância. Nada prova que as sagrações de 895 e de 900 tenham deixado uma marca nos espíritos. Na concepção do arcebispo, seria a sagração um gesto fundamental ou mera rotina? Até aquele momento, a sagração é uma aprovação da Igreja à ascensão ao trono real ou imperial. Às vezes acontece de ser

necessária. De qualquer modo, ela não se reporta à sagração de Pepino e de Carlos Magno.

Caso diferente é o de Oto I, que sucede em 936 seu pai Henrique, o Passarinheiro. As ambições de Oto I voltam-se para o restabelecimento do Império. Tendo participado do poder durante vários anos, em 930 ele foi coroado rei e sagrado em Mogúncia, portanto ainda em vida de seu pai. Poderia contentar-se com isso, mas não foi o que aconteceu. Em 7 de agosto de 936, fez-se coroar novamente, recebendo também, solenemente, a unção real. Desta vez, a cerimônia tem lugar em Aix-la-Chapelle, e na capela palatina, diante do que resta do túmulo de Carlos Magno. O desejo de estabelecer uma ligação com o primeiro imperador é evidente, se não por parte do novo rei, que era bastante inculto, pelo menos por parte de um *entourage* clerical que consegue se fazer ouvir. E a escolha de Aix não é mera reminiscência: enquanto os carolíngios do oeste retomaram, desde Carlos, o Simples, o título de rei dos francos, convém lembrar que Aix, e de modo geral as regiões da antiga Lotaríngia, pertencem ao reino germânico.

Em outras palavras, começa-se a disputar não apenas territórios, mas a herança política de Carlos Magno. Na capela palatina, a liturgia da nova sagração nada tem de improvisado. O rei está vestido à moda franca, não à saxônica, como o era até então. Depois da aclamação e do juramento dos grandes senhores que representam o povo franco, depois da entrega das insígnias, da unção e da coroação, Oto I sobe à tribuna e senta-se no trono de mármore branco que todos sabem ter pertencido a Carlos Magno.

Um quarto de século mais tarde, esse mesmo Oto I faz eleger rei em Worms seu filho, o futuro Oto II, promovendo também sua sagração em Aix.

Com isso se restabelece o vínculo com Carlos Magno, antes mesmo da proclamação do Sacro Império Romano Germânico por Oto I e da cerimônia da sagração e do coroamento imperial, realizada em Roma pelo papa João XII em 2 de fevereiro de 962. Observemos que se repete, com Oto I, o que havia marcado a elevação de Carlos Magno ao título imperial: a realidade política precede a sagração. Na segunda metade da década de 950, depois de sua vitória de Lechfeld sobre os húngaros, os cronistas saxões consideram imperador o rei que não cessou de ampliar seu território, por ter sido aclamado por seu exército e por ser "imperador de vários reinos". Resta apenas fazer que o papa oficialize a elevação.

Ligação com Carlos Magno, ainda não se trata de referência a Carlos Magno. Fala-se muito pouco deste na historiografia de Oto I.

Aqueles que se voltam para a história têm em mente muito mais o Império dos Césares do que o de Carlos. Este só pode se dizer "governador do Império romano". Oto I funda o Sacro Império Romano Germânico. O Império de 962 é mesmo romano. Ele o foi ainda mais depois da ruptura definitiva de 1054, quando o cisma fez que o basileu e seu patriarca se rebelassem contra a autoridade apostólica.

Sinal dos tempos: ninguém fala então da coroa de Carlos Magno. Manda-se fabricar, sem dúvida em Reichenau, uma magnífica coroa com oito placas de ouro esmaltado, incrustadas de pérolas e de pedrarias, e encimada por um único arco trazendo na parte anterior uma cruz (Viena, Kunsthistorisches Museum). Não se sabe se àquela altura a coroa de 800 estava perdida, fundida ou simplesmente esquecida. Prefere-se justificar a forma da nova coroa imperial pela alusão à Jerusalém celeste.

A derrocada dos carolíngios do oeste e a ascensão de uma nova dinastia, primeiro em 888, com Eudes, em 922, com Roberto I, e principalmente com Hugo Capeto, em 987, favorece a volta de Carlos Magno à memória política dos soberanos alemães. Valorizar Carlos não é mais aplainar o terreno do concorrente que reina sobre o reino delineado no tratado de Verdun para Carlos, o Calvo. Com um domínio que se estende em torno da região do Sena e do Loire, o capetíngio já não tem as ambições que um descendente de Luís, o Piedoso, poderia ter em relação ao Mosa e ao Reno. Desde a época de Oto III, rei e imperador em 996, a monarquia germânica reivindica a herança carolíngia. Ao contrário de Oto I, Oto III é um letrado, sensível ao prestígio intelectual daquele que criou as bases de um Renascimento. O fato de ter desejado encontrar um túmulo cuja localização exata no subsolo da capela de Aix era desconhecida é um indício de uma preocupação de continuidade inédita na dinastia saxônica. Dois anos depois de sua entronização, Oto III retoma em seu selo a fórmula outrora adotada por Carlos: *Renovatio Imperii Romanorum*.

Doravante os imperadores germânicos não deixarão mais de se fazer sagrar reis dos romanos, e isso em Aix, antes de irem a Roma receber a coroa imperial. Quando as circunstâncias não permitem organizar a cerimônia em Aix, o futuro imperador, sagrado rei em outro lugar, sempre que possível se fará ungir uma segunda vez, em Aix. E alguns deles passariam em vigília a noite anterior ao dia da sagração, orando na capela do túmulo. A cidade de Carlos Magno, que continua sendo um *oppidum*, isto é, uma praça-forte, e que só viria a ser considerada como cidade no final do século XI, é a *Sedes regni*, a "Sede do reino", o *Locus regalis*, o "Lugar real". Quando se pensa, no século XII,

em dotar a cidade de Aix de um selo, escolhe-se a imagem de Carlos Magno como efígie. O prestígio não deriva de origens romanas que nada têm de ilustre. Deriva daquele que fez de um balneário uma capital, e de uma vila real o Palácio.

Os povos germânicos não são os últimos a enaltecer o imperador que os fez cristãos. Passaram-se apenas quatro ou cinco gerações, e forja-se o retrato do santo que, no dia do Juízo, conduzirá a coorte dos saxões. Mais duas gerações e um saxão que se faz coroar imperador em 962 como o primeiro dos carolíngios só tem sossego quando consegue que o Novo Império seja considerado sacro, romano e germânico, buscando em Carlos Magno um modelo e uma referência. Ao mesmo tempo, muitas são as igrejas no Sacro Império Romano Germânico — sedes episcopais ou monastérios — que se vangloriam de terem sido fundadas por Carlos Magno. Caso necessário, forjam-se documentos e concessões para confirmar a lenda.

No ano 1000, conta em 1015 Thietmar, cronista de Merseburg, o imperador Oto III se pergunta, "motivado por sua admiração": onde está o corpo de Carlos Magno? O monumento erguido sobre seu túmulo foi destruído pelos normandos em 881, e ninguém até então pensara em reconstruí-lo. Mas, àquela época, a tradição ainda indicava o lugar, justamente aquele em que Oto I se fez coroar imperador. Depois de ter comemorado o Pentecostes, Oto III ordena que se retire o piso e que se cave até atingir o túmulo. Fez-se acompanhar de dois bispos e do conde de Lomello, e encontra — escreve o redator dos *Anais de Hildesheim*, que não esconde sua desaprovação daquilo que considera uma violação de sepultura —, "no recesso do sepulcro, inúmeras maravilhas".

Ao trocar as roupas do morto, Oto III pegou para si duas jóias que estavam no pescoço deste: a cruz peitoral, que é talvez a cruz-relicário do tesouro da capela palatina de Aix, e o "talismã", que seria conservado durante mil anos no tesouro que atualmente se encontra em Reims (Palais du Tau). Oto III retirou também as roupas ainda em bom estado.

Não devemos nos esquecer das unhas crescidas, que Oto III corta com todo cuidado: mais que uma higiene mortuária e um gesto de piedade, o que ele faz é uma coleta de relíquias "do corpo", mais preciosas que as relíquias por posse que são as peças litúrgicas e os ornamentos reais, mais tarde ditos "de São Carlos". Com a coleta das relíquias, começaria o culto.

Passam-se duas gerações, quando se volta a falar de Carlos Magno. Começa a série das moedas cunhadas no Sacro Império com a efígie

de Carlos Magno. Por volta de 1075, o abade de Hersfeld manda colocar em seus denários o busto de Carlos Magno de um lado e o de São Lulo do outro. No século XIII, a oficina imperial de Aix-la-Chapelle cunha moedas de prata com a efígie do primeiro imperador. No século XIV, cunham-se também moedas de ouro. No século XV, Carlos Magno figura nas moedas cunhadas em Frankfurt para o rei dos romanos Sigismundo e também nas moedas que saem da oficina de Zurique. A tradição continuará até o fim do século XVIII. Ainda em 1801, Carlos Magno aparece no táler cunhado em Münster.

Aix passa a ter o papel que Reims tem na França: o de cidade da sagração. Como dissemos, o autor da continuação do ofício de Carlos Magno não hesita, no começo do século XIII, diante da palavra *Urbs*, que era de uso exclusivo de Roma. Se os capetíngios reivindicam a sucessão de Clóvis, os imperadores germânicos tornam sua a de Carlos Magno. Na verdade, usam-na apenas para sacudir o jugo que representava o direito do papa de reconhecer o novo imperador. A Alemanha ainda guarda a lembrança das negociatas com João XXII para o reconhecimento de Henrique VII, e a Itália não se esquece das graves perturbações provocadas em toda a península, e especialmente em Roma, pela vinda desse mesmo Henrique VII, finalmente sagrado e coroado em 29 de junho de 1312 em São Pedro, que se encontra entrincheirada — estando o papa em Avignon — pelo cardeal bispo de Óstia, Niccolo Albertini.

A dupla eleição para o Império de outubro de 1314 vem bem a propósito para dar todo o seu valor ao símbolo que é a sagração em Aix. Dos dois eleitos, Luís da Baviera, sagrado e coroado rei dos romanos em 25 de novembro em Aix, e Frederico de Habsburgo, sagrado e coroado no mesmo dia em Bonn, quem levou a melhor foi o primeiro. Como no século seguinte na França — onde a opinião pública seria sensível ao fato de Carlos VII ser coroado em Reims, enquanto Henrique VI só o é em Paris —, o simbolismo político, na Alemanha, favorece Aix.

A sagração de Luís da Baviera, cuja eleição não é reconhecida por João XXII e a quem este se opõe continuamente, anuncia o fim da coroação em Roma. Luís só chegou à Cidade Eterna pela força. Em 17 de janeiro de 1328, encontram-se apenas dois bispos para sagrá-lo, e foi um senador, barão leigo de reputação duvidosa, Sciarra Colonna, que colocou sobre sua cabeça, "em nome do povo romano", a coroa imperial. A eleição imediata de um antipapa e a derrota deste não contribuem em nada para o prestígio da cerimônia ante a posteridade.

Reunidos em Rhens em junho de 1338, os eleitores formulam uma doutrina verdadeiramente revolucionária: é a eleição real que faz o imperador. Eleito rei dos romanos em 11 de julho de 1346, depois da deposição de Luís da Baviera, Carlos IV de Luxemburgo evita solicitar a confirmação pontifical, mas, ao cabo de longas negociações, faz-se, de todo modo, coroar em Roma pelo cardeal Pedro Bertrand. Nada disso, ambas as partes o sentem, tem grande importância.

Quando, selando a limitação do Império ao reino alemão e a recusa de qualquer interferência pontifical na eleição ou no reconhecimento deste, Carlos IV fixa, pela Bula de Ouro de 25 de dezembro de 1356, as condições da eleição imperial e a lista definitiva dos eleitores, ele omite a confirmação pontifical e determina que a sagração e a coroação só se realizarão na capela palatina de Aix. Em 1355, empreende-se a edificação de um coro gótico no lado oriental da capela, em lugar da pequena abside quadrada da construção carolíngia: com uma notável série de estátuas nos contrafortes externos, esse coro viria a ser consagrado em 1414, no sexcentésimo aniversário da morte de Carlos Magno. Na verdade, logo se estabeleceu a prática de realizar a parte mais pública da festa na grande sala do novo edifício da municipalidade, construído a partir de 1267 no local outrora ocupado pelo palácio carolíngio. Do palácio restaria apenas a alta torre do ângulo sudeste, tardiamente denominada de Granus em honra não de Carlos Magno, mas do misterioso topônimo da cidade romana.

Carlos IV vai mais longe: dá a Carlos Magno um papel no desenrolar da coroação. Manda fabricar e enriquecer com jóias um relicário de ouro e de prata esmaltados em forma de busto, e nele coloca, em 1350, a calota craniana do santo imperador (Aix, Tesouro da Catedral; foto 10 do encarte). Esse busto com a cabeça vigorosamente expressiva, cingido de uma coroa de florões encimada por um arco com uma cruz de ouro na parte anterior e dois magníficos camafeus antigos, seria levado em procissão para ir receber, quando de sua entrada na cidade da coroação, os reis dos romanos que vinham receber o diadema imperial. Chama a atenção a ornamentação das vestes do busto: ela é composta de águias na parte superior e de flores-de-lis na parte da cintura. Os entalhes, os camafeus e os cabochões constituem um ornamento a mais.

Assim se suprime, com um ato de força imperial, a ambigüidade nascida em 800 de um gesto necessário ao rei dos francos, mas aproveitado pelo papa para assumir um papel de destaque. A sagração do rei e a coroação do imperador terminaram por se fundir. A Igreja continua tendo o seu papel, mas trata-se da Igreja do reino.

Até a coroação de Carlos v, em 1520, e a de seu irmão Ferdinando I, em 1531, manter-se-á a tradição da coroação em Aix. Em seguida, a preferência recairá sobre Frankfurt, cidade onde o culto de Carlos Magno só surgiu por meados do século XIII, mas onde Carlos V não deixou de reforçá-lo. Para a última coroação do Sacro Império Romano Germânico, a de Francisco II, em 1792, o diadema seria ainda o que todos chamam de a "coroa de Carlos Magno".

Os príncipes do Império têm igual desejo de partilhar a herança. Os condes de Erbach se pretendem descendentes de Eginhardo e Imma, que a lenda diz ser filha de Carlos Magno. Quando, em 1722, o conde de Erbach manda construir em Selingstadt o suntuoso sarcófago de mármore que abriga os despojos de Eginhardo, manda esculpir de um lado as três estrelas que são as armas de sua casa e do outro um espantoso brasão trazendo à sua direita (isto é, no lado direito do observador) a águia imperial, e à esquerda as três flores-de-lis da França!

A ERA DOS POETAS

A lenda literária começa bem cedo, e pouco a pouco se distancia dos relatos históricos. Já dissemos, a propósito da visita à escola, o quanto havia de invenção, desde os anos 880, nas *Gesta Karoli*, do monge de Sankt Gallen, Notker, o Gago. Ora, Notker se pretende historiador. Outros relatos, estes francamente legendários, vêm se combinar na evocação dos grandes feitos de Carlos e de seus companheiros: não podemos deixar de considerar a contribuição, nas regiões germânicas, dos antiqüíssimos temas poéticos que são a *Canção dos Nibelungos* e as outras sagas nórdicas. Rolando, por vezes, assumirá a figura de Siegfried.

Não podemos saber com precisão quando se elabora a matéria épica desses poemas, primeiro recitados, depois redigidos, que são as canções de gesta: no fim do século XI, no caso das mais antigas, e a maioria no século XII, e ainda no século XIII, para não falar das alterações tardias que se estendem até o século XV. Se consideramos que, com Carlos Magno ainda em vida, elas exaltam o povo franco, chegando a afirmar origens troianas absolutamente míticas, não é de espantar que se confunda a lenda com a realidade. Não devemos esquecer que o trabalho do poeta que pretende divertir e edificar com um poema épico em que propõe à sociedade do século XII alguns modelos de cavalaria pouco tem a ver com o do clérigo que compila seus anais ou

elabora sua crônica. Idealizando os heróis da história, as canções de gesta mesclam imperceptivelmente essa história e a elaboração poética. O autor que dá a forma definitiva à *Canção de Rolando* não escreve história. Isso não quer dizer que não acreditasse escrever história. Mais do que isso, a gesta verbal é expressa em língua vernácula, portanto sem relação direta com os anais e as crônicas, obrigatoriamente escritos em latim. Os dois temas da narrativa se diferenciam muito facilmente, tanto mais que cada tipo de público ignora ou quer ignorar a língua do outro. O clérigo despreza a canção, a menos que seja seu autor, e o barão não tem condições de recorrer à história.

Isso é bastante perceptível na sorte reservada pela gesta a seus personagens. O rei Carlos é mostrado apenas como guerreiro, o combatente da fé. O legislador, o organizador da vida social, o homem de cultura desaparecem. Nem Alcuíno nem Paulo, o Diácono, têm lugar na gesta, e tampouco Adalardo ou Angilberto; e se o personagem inteiramente fabricado que é o arcebispo Turpino goza de genuína consideração, é em razão de sua capacidade de partir o infiel em dois, não de sua função episcopal.

O poeta não inventou Turpino do nada. Não há dúvidas de que houve, entre 756 e 795, um certo Turpin, ou antes Tilpin, na sede episcopal de Reims. Ele fora monge em Saint-Denis, e diz-se que seu abade, Fulrad, o apoiou em sua carreira. Bispo metropolitano, participa em 768 do concílio de Latrão. A instituição do cargo de arcebispo faz dele o primeiro arcebispo de Reims, e parece ter-se destacado por uma boa administração de sua igreja. O único clérigo que, sob o nome de Turpino e com o título de arcebispo, mas não de arcebispo de Reims, aparece na *Canção de Rolando*, pouco se parece com os destinatários das capitulares eclesiásticas que o rei deseja ver preocupados com o ensino, com a disciplina, com a ortodoxia. Ele dirá em *Aspremont*: "Arcebispo eu o sou, e também cavaleiro." O Turpino da gesta é principalmente cavaleiro, ao contrário dos bispos de Carlos Magno, que levam seus contingentes ao lugar de concentração das tropas mas não costumam praticar façanhas no campo de batalha.

A confusão é tal que se chegou a levantar a dúvida sobre se o Rolando de Roncesvales era ou não real. Que existe um Rolando entre os condes do rei, não há dúvida. Mas é de estranhar que, embora todos os textos da *Vida de Carlos*, de Eginhardo, que trazem os nomes das vítimas da cilada do Pirineus, mencionem Eggihard e Anselmo, apenas alguns incluem o nome do conde da marca da Bretanha. O Rolando de Eginhardo teria sido acrescentado à história pela lenda?

Isso indicaria que, dois séculos antes da elaboração do poema escrito, a lenda oral começava a se formar, e já com bastante autoridade para influenciar o copista de um texto historiográfico.

É inevitável, também, que nos perguntemos sobre Ganelão. Ele é o tipo do traidor, do alto barão que conspira contra o rei, e como tal parece evocar os inúmeros complôs que Carlos Magno teve que enfrentar. Mas a lenda não fundiu num mesmo personagem os antigos fiéis visigodos de Carlomano II, os antigos partidários de Grifon, e o arcebispo de Sens chamado Guénelon ou Ganelon [Ganelão], o qual, depois de ter sido um dos homens de confiança de Carlos, o Calvo, e seu *missus* em diversas negociações, traiu seu senhor quando, em 858, Luís, o Germânico, tentou apossar-se do reino de seu meio-irmão e congregou uma parte do episcopado para tentar se fazer sagrar rei da Frância ocidental?

Há, pois, na história daquele que viria a se tornar o reino de França, um traidor Ganelão. A palavra traidor seria imprópria em 858. O arcebispo de Sens está entre os que acreditam aproveitar uma oportunidade para reconstituir a unidade do Império carolíngio. Mas há outros que preferem a identidade desse reino de Frância ocidental que, definido em 843 quando da partilha de Verdun, viria a se perpetuar. Entre os que se mantêm fiéis a Carlos estão o arcebispo de Reims, Hincmar, e é ele quem lidera ao mesmo tempo a resistência do episcopado e a vitória final sobre Luís, o Germânico. Ora, Hincmar escreveu bastante, e haveria de ser lido por muito tempo. Sua versão prevalece. Para a posteridade, os servidores tardios das ambições de Germânico não são meros saudosistas da ideologia imperial e da unidade franca. São pura e simplesmente traidores. Fabricar um Ganelão para desculpar a derrota de Roncesvales era colocar, numa lenda em que as realidades e os tempos se embaralhavam mas onde o reino de França se tornara uma realidade, uma história a serviço de outra. E se chegam ao ponto de pôr em cena um traidor, nada mais apropriado que lhe dar o nome de Ganelão.

O mesmo acontece quando, por volta de 1120, a *Vida de São Guilherme* atribui ao personagem um combate vitorioso diante de Orange, combate nunca ocorrido, mas derivado diretamente de uma gesta de Guilherme que só meio século depois seria registrada por escrito. O Guilherme de Orange da lenda leva a melhor, para um clérigo que nada podia contra a força da tradição, sobre o Guilherme de Gellone da história.

Limitada aos acontecimentos, a história não está ausente na *Gesta do rei*, certamente a mais antiga em seus principais elementos, e

tampouco no ciclo das canções de Guilherme de Orange. As bases historiográficas são evidentes. A *Coroação de Luís*, cuja versão remanescente não teria sido composta antes do século XII, apresenta com precisão, antes de lhe acrescentar o maravilhoso, um quadro das intrigas da corte no final do reinado de Carlos Magno, que então se encontrava inativo e hesitante. Nem Eginhardo nem os diversos anais o contradizem. O relato do malfadado caso da Espanha, com as palinódias do episódio de Saragoça em que o rei Marsílio começa por querer negociar a paz antes de aceitar a guerra, assim como a emboscada de Roncesvales, são, na *Canção de Rolando*, elementos tomados à história, elementos manipulados em função das necessidades de uma demonstração, mas de qualquer forma elementos históricos.

As canções do ciclo dito das *Infâncias de Carlos Magno*, como *Berta do pé grande*, *Mainet* e *Basin* dão maior destaque, no século XII, à vitória dos austrasianos de Carlos Martel sobre os neustrianos do prefeito Rainfroi em Amblève em 716, mas nelas encontra-se também uma descrição da infância de um Carlos então perseguido em seu meio e das calúnias assacadas contra sua mãe, a doce Berta, ou Bertrada, que correspondem perfeitamente à barreira de silêncio erguida por Carlos Magno, mantida por seu *entourage* e perpetuada por Eginhardo, barreira cuja função talvez fosse esconder, tanto quanto possível, a ilegitimidade do nascimento do futuro imperador e a posição difícil de sua mãe quando ainda era apenas a concubina de Pepino, o Breve. Mas agora é preciso glorificar Carlos, e ele é o filho legítimo maltratado pelos meio-irmãos, filhos de uma serva que tomou o lugar de Berta no leito de Pepino, e que só consegue salvar-se refugiando-se, com o nome de Mainet, na corte de Toledo. Naturalmente, entre outras aventuras, Carlos liberta Roma dos sarracenos. Como quando se fala de Roncesvales, omitem-se os cristãos que se encontram entre os inimigos de Carlos: assim como os bascos cristãos dos Pirineus se tornaram pagãos, os inimigos da Roma pontifical não são mais os lombardos, mas os sarracenos.

Por sua vez, o ciclo de Guilherme de Orange mistura, como vimos, os dois Guilhermes — e às vezes ainda um terceiro, o conde de Arles, que derrota os árabes em 983 — numa evocação multifacetada da luta contra os sarracenos, tanto na *Canção de Guilherme* como em *Les Aliscamps*. O narrador do *Moniage Guillaume* chega a invocar a autoridade dos textos históricos aos quais talvez tenha tido acesso e cuja existência, de qualquer forma, não ignora. "A história" — escreve ele — "tem seu papel em Saint-Denis." Não é invenção o fato de que

Saint-Denis seja o grande repositório da memória escrita da monarquia franca.

Novos elementos tomados à história se podem notar em canções tardias como *A cavalaria Ogier*, onde abundam narrativas de expedições à Itália e cujo personagem principal, esse vassalo Ogier que se rebela contra o seu senhor, o rei Carlos, não deixa de lembrar o duque Auchier, que se manteve fiel aos filhos de Carlomano II, opondo-se, portanto, a Carlos, aos olhos de todo o reino. O mesmo acontece com a *Canção des Saisnes*, que narra em pormenor as campanhas da Saxônia. Não há dúvida de que os autores leram os anais.

A *Canção de Rolando* não carece de verossimilhança histórica. O poeta, aliás, tem essa pretensão, ainda que abuse das palavras alegando fontes históricas que não podem ser verificadas: "Está escrito na antiga gesta", escreve ele antes de contar o processo de Ganelão. As já mencionadas revoltas no seio do Conselho real não são meras invenções. Provavelmente não havia, na oportunidade, nenhum traidor chamado Ganelão, mas os insatisfeitos não foram inventados, as revoltas são bem documentadas e os antigos vassalos de Carlomano II certamente não lamentaram a derrota de 778 e a morte de alguns vassalos do rei que se identificariam com Olivier. Se os nomes são inventados, os personagens não o são. O retrato do arcebispo Turpino é copiado, não é inventado. Os bispos de Carlos Magno são grandes senhores, como os outros.

> Pelo campo vai Turpino, o arcebispo.
> Esse tonsurado, que tantas proezas obrou com o corpo,
> Jamais rezou uma missa.
>
> O arcebispo é mui bom cavaleiro
> Não há outro que o iguale na terra e no céu.
> Sabe muito bem golpear com a lança e com a espada.

O elogio fúnebre de Turpino, que dava absolvição antes de exortar ao combate e prometia o Paraíso aos que morressem em ação, é, por si só, um resumo da situação ambígua dos bispos do século VIII.

> Morto está Turpino, guerreiro de Carlos,
> Em muitas batalhas e em muitos belos sermões
> Contra os pagãos sempre foi campeão.

Por mais imaginária que seja, a ambigüidade do arcebispo reflete perfeitamente a de todos os clérigos que precisam conciliar sua condição eclesiástica com sua inserção no mundo em função dos encargos seculares que pesam sobre os estabelecimentos eclesiásticos. Muitos devem se sentir pouco à vontade nessa situação, como é o caso de Ermoldo, o Negro, que, convocado em 826 para o exército de Pepino da Aquitânia, mas não desejando combater, conta ele próprio a zombaria que lhe dirigiu o seu rei:

> Então coloquei o escudo no ombro e a espada na cinta
> Mas ninguém sofreu os meus golpes.
> Vendo aquilo, Pepino, divertido, disse:
> "Larga essas armas, irmão! Tu preferes a leitura!"

Pelo fato de ter sido, por muito tempo, oral, a gesta incorpora, de narrador em narrador, todas as preocupações de seus ouvintes. Pelo mesmo motivo, à época em que foram escritas, os acréscimos e as interpolações são incontáveis, de maneira que é difícil distinguir o que pertence à primeira raiz épica, mais próxima dos acontecimentos.

As mais antigas versões escritas que chegaram até nós não são anteriores aos anos 1060-1100, e só por volta de 1100, portanto quando Godofredo de Bulhão acaba de tomar de assalto Jerusalém, a *Canção de Rolando* ganha sua primeira versão escrita. A gesta, isto é, a narrativa de grandes feitos, de aventuras cavalheirescas, combina-se aqui com um outro gênero literário, o da vida dos santos. Divertir um público nobre não exclui o caráter edificante, e a canção se apresenta a seu público da mesma forma que a vida dos santos, como um apanhado de exemplos pontuais de comportamentos e de modelos gerais de vida que o narrador propõe à sociedade.

Não devem nos espantar as relações evidentes entre os fatos narrados e o público ao qual eles se destinam. O nome de Olivier, personagem totalmente inventado, não deixa de lembrar o jardim da agonia do Salvador, conhecido pelos peregrinos de Jerusalém. As inúmeras relíquias que se afirma terem sido trazidas por Carlos de sua peregrinação à Terra Santa e de sua passagem por Constantinopla lembram o que trouxeram de mais precioso os cavaleiros que voltavam da Cruzada. E trata-se ainda de relíquias quando Carlos, no *Ferrabrás*, retoma à força, na Espanha, aquelas que o rei Balan foi roubar em Roma. Enquanto a cavalaria se cristianiza e os seus ritos copiam a liturgia, os doze pares que rodeiam Carlos e que são pura invenção, constituem

uma clara alusão aos doze apóstolos. Na ocasião da Cruzada, o grande combate de Carlos, assim como de Guilherme, será o combate contra os sarracenos, deixando-se de lado o longo esforço para submeter e evangelizar a Saxônia, que já não tem muita importância agora, no século XI, quando se pode dizer que se trata de terras do Império tão perfeitamente cristãs na época das Cruzadas quanto as da antiga Gália franca. Raros são os textos que, como a tardia *Canção des Saisnes*, falam de um combate contra Widukind.

A Cruzada, como se sabe, teve um efeito determinante sobre a tomada de consciência de um primeiro sentimento nacional. Os cruzados foram "os francos", e os francos oriundos do reino capetíngio e de suas cercanias se identificaram por oposição aos cruzados vindos da Alemanha e da Itália. Portanto, a afirmação de uma pertença nacional comum, tão freqüente nas canções, reflete uma realidade do século XI e principalmente do século XII. São os "*franceis*" que deixam apenas dois sobreviventes de um contingente de cem mil pagãos. São os "*franceis* de França" que dão sua vida para defender a "doce França". Carlos, porém, só empreendeu campanhas ofensivas. Mas é a "flor da França" que perece em Roncesvales. E na batalha que o rei ganha em seguida, a espada de Carlos, a espada Joyeuse, se torna a "espada da França".

Mas, na mesma época, quando o poder real está tão debilitado que se assiste ao surgimento de toda uma geração de principados praticamente independentes, não é de espantar que canções de gesta compostas em sua maioria no curso do século XII dêem de Carlos Magno um retrato impiedoso, onde se vê um personagem fantástico, sem consistência, incapaz de deslindar as tramas que, à sua volta, seus grandes vassalos enredam. Lembrança da resistência oposta pelos últimos partidários de Carlomano e de seus filhos? Relato de um fenômeno de caráter atual, à época de Filipe I? Impossível saber.

O retrato severo estende-se aos seus vassalos. Nada mais impiedoso que o discurso de Ganelão quando tenta convencer o rei de que o toque da trompa de Rolando não é um pedido de socorro. "Ele não a teria tocado se não estivesse combatendo", diz Carlos. A resposta de Ganelão é um modelo de hipocrisia.

Bem conheceis o grande orgulho de Rolando.
É milagre que Deus o tolere.
Ele já tomou Nápoles sem vossa ordem.
Os sarracenos que lá estavam saíram

E combateram o bom vassalo Rolando.
Depois, com água, ele limpou os campos do sangue!

Ganelão pretende demolir uma reputação e portanto censurar a confiança que o rei nela deposita. Para ele, não há batalha. Mas Rolando tem o hábito de fazer muito barulho por nada.

Por causa de uma lebre ele passa o dia inteiro tocando a trompa
Diante de seus pares ele segue a folgar.
Sob o céu não existe quem o ouse desafiar...

Obra-prima literária essa descrição. Ganelão se gaba da bravura do "bom vassalo" para convencer o rei de que seu sobrinho não iria tocar se estivesse em combate: Rolando não é homem de pedir socorro. Aliás, foi isso o que aconteceu, e Rolando demorou demais antes de se decidir a tocar como lhe aconselhava Olivier — "Rolando é valente e Olivier é sábio" — no início do enfrentamento, o mesmo Olivier que considera, uma vez sobrevindo o desastre, que seria vergonhoso pedir socorro agora. Mas o que transparece no retrato pintado por Ganelão é o orgulho do conde Rolando, sua leviandade, sua infantilidade. E até sua trapaça, quando apaga os vestígios de um combate que deixou nos campos o sangue que não era só dos sarracenos. A tradição em que certamente o poeta se inspira não é nada complacente com os homens de confiança do rei e dá a impressão de um ajuste de contas. Porque Carlos considerava muito Rolando, mas também Ganelão!

O que não se sabe é o que se recitava nos castelos antes das versões escritas que conhecemos, e mesmo o que se podia ler, uma vez que muitas alusões, para nós difíceis de compreender, só se explicam pela referência a obras atualmente perdidas. Esse substrato perdido alimentou, ao longo dos últimos séculos, verdadeiras polêmicas entre os eruditos.

Uns defendiam a tese do nascimento espontâneo de uma epopéia concebida em época remota, sem um plano geral, pelos poetas populares. O amálgama realizado três séculos depois dos acontecimentos que lhe serviram de pretexto seria apenas a intervenção erudita de compiladores não muito inventivos mas capazes de versificar por escrito. Para se encontrar uma origem longínqua, chegou-se a pensar que alguns dos poemas transmitidos oralmente podiam remontar a épocas mais recuadas, talvez até à época dos povos germânicos, e que

os personagens históricos da gesta muitas vezes apenas cediam seus nomes, ao sabor dos modismos da época. Em outras palavras, a gesta de Carlos e de seus contemporâneos seria apenas, em muitos aspectos, um antiqüíssimo veio poético enriquecido ao longo dos séculos e adaptado ao gosto da época, incorporando alguns heróis em voga.

Outros preferem atribuir as canções de gesta a vários poetas inspirados em narrativas surgidas na época em que se deram os acontecimentos, ou pelo menos na dos que a estes sobreviveram. Ainda que o comportamento dos combatentes se plasme, de forma bastante evidente, em todas as tradições, os campos de batalha evocados pelos poetas são principalmente — sejam eles verídicos ou inverossímeis — os da cristandade ocidental e não os das antigas epopéias germânicas. E não se pode ignorar o fato — ainda que seja apressado dele tirar conclusões — de que o texto mais antigo, situado aí pelo final do século X e começo do século XI, a relatar a epopéia de Carlos, o "Fragmento de Haia", é uma passagem de poema em latim. A tese do poeta-escritor opõe-se cabalmente à do compilador de contos populares habilmente trabalhados.

O poeta-escritor não se baseia, porém, numa simples lembrança transmitida pelos historiadores. O estudo das alterações das canções e principalmente da extrema diversidade das variantes da *Canção de Rolando* deixou bem patentes os empréstimos tomados a poemas que eram apenas cantados e que, por isso, sofriam todas as modificações impostas pelo gosto do maravilhoso e pela necessidade de glorificar a ação dos exércitos cristãos. Isso não pode esconder o fato de que, entre o tempo da ação e o da redação, constituiu-se um *corpus* de narrativas heróicas baseadas em fatos históricos. Não se pode imaginar que um poeta que desejasse, por volta de 1100, fazer uma obra original, fosse buscar nos anais episódios verídicos para os transmutar em lenda. Da vitória de Carlos Martel aos combates de Guilherme de Toulouse, das expedições à Itália às campanhas da Saxônia, os empréstimos tomados à história são numerosos o bastante para indicar que os grandes acontecimentos dos primeiros carolíngios não tinham sido esquecidos no tempo dos capetíngios. A continuidade é verossímil. Mas ainda fica por esclarecer que continuidade, que forma de continuidade, que base de continuidade. De onde se parte quando se começa a versificar?

O estudo da língua demonstrou a diversidade possível de fontes que não os textos historiográficos. Os nomes de lugares inventados pelo poeta, ou poetas, são, curiosamente, marcados pelas línguas de Aragão, da Catalunha e do Languedoc, mais do que pelas de Castela,

da Gasconha e dos Pirineus ocidentais, onde se situa, incontestavelmente, a passagem da cadeia montanhosa pelo exército franco procedente de Pamplona. Mais que isso, alguns desses nomes supõem uma passagem pelo latim.

Para falar a verdade, trata-se de um nó difícil de deslindar, ainda mais difícil pelo fato de que a data dos manuscritos não coincide com a dos textos. Conservado na Biblioteca Bodleiana de Oxford (Digby nº 23), o mais antigo manuscrito que nos dá a conhecer a *Canção de Rolando* não é anterior a 1150, época em que começam a surgir evidentes alterações tanto na expressão da sensibilidade quanto na técnica poética. É então que, a um poema escrito em versos assonantes, se acrescentam versos rimados, incorporando-se novos recursos dramáticos, tributários do novo veio da poesia cortês, como é o caso do tema do amor despedaçado da bela Alda, que sucumbe à dor quando se dá conta de que nunca mais veria seu noivo Rolando. Mas desde o fim do século anterior a história se mescla à lenda, o testemunho à invenção. A chegada dos exércitos do emir Baligante, que surgem no momento em que os francos que voltam de Roncesvales enterram seus mortos, o triunfo de Carlos em seu duelo contra este e a entrada dos francos em Saragoça estão cheios de empréstimos tomados à epopéia das cruzadas. Tudo isso dá ao que foi uma mera emboscada a dimensão de um gigantesco confronto entre a cristandade e o Islã. Os poetas, cujas contribuições se combinam, fizeram, pois, suas escolhas entre os episódios e também entre os personagens.

Foi nesses mesmos anos, por volta de 1160, que um poeta normando, Wace, compôs para o Plantageneta Henrique II o *Roman de Rou*, que é uma gesta dos duques da Normandia. Contando à sua maneira a batalha de Hastings, mostra-nos Guilherme, o Conquistador, cavalgando em companhia de seu poeta.

> Taillefer que mui bem cantava
> Num cavalo a passo ligeiro
> Adiante do duque ia narrando
> De Carlos Magno e de Rolando
> E de Olivier e seus vassalos
> Que morreram em Roncesvales

A cena não é nada histórica. O que é certo é o que Wace imagina: um poeta cantando a cavalo não é um leitor com um livro na mão. Antes e depois de Turoldo, improvisa-se, enfeita-se. Depois da redação

que se tornaria oficial, a história de Rolando é ainda uma fonte viva do imaginário cavalheiresco.

Há na gesta um personagem que, por si só, constituía um marco cronológico. É o arcebispo Turpino. Muitos são os protótipos de Turpino (clérigos que manejam a espada) que a história pode citar, do século X ao século XI. Mais que no autêntico arcebispo de Reims contemporâneo de Carlos Magno, Turpino inspira-se em bispos que se batem da melhor forma contra os normandos — como o bispo Gauzlin em Paris, em 886 — e, com mais freqüência, em seguida, contra o rei, contra o conde, contra os burgueses rebeldes de sua diocese. Mas a *Canção de Rolando* se pretende exemplar. Os valentes de que se fala são modelos de virtudes cavalheirescas. O rei é um modelo de sabedoria e de virtude. Teria sido o personagem Turpino dado como exemplo na segunda metade do século XI, quando se desenvolviam tantos esforços para fazer triunfar a reforma gregoriana? Teria sido ele concebido como arcebispo e não como cavaleiro, quando, na primeira Cruzada, o núncio apostólico e os príncipes tinham papéis bem distintos e, criando-se as ordens de cavalaria, formavam-se as três ordens dos cavaleiros, dos sargentos e dos capelães, precisamente porque os capelães não lutavam?

É verdade que a *Canção* não dá como exemplo um bispo simoníaco como os que o papa se viu obrigado a destituir no concílio de Reims em 1049, mas um valente, um fiel, um homem bravo e determinado. Porém, mais que aos bispos da reforma gregoriana que se impõem pouco a pouco a partir dos anos 1050, o Turpino da *Canção* assemelha-se aos bispos cujo comportamento secular ainda parecia normal a muitos no século X e até meados do século XI. Ele se parece com o arcebispo de Reims, Manassés de Gournay, tantas vezes citado pela crônica, e que foi destituído pelos núncios apostólicos em 1080; com o bispo de Limoges, Turpion — será preciso insistir nesse nome? —, conhecido por sua violência; com o arcebispo de Orléans, que luta contra o abade de Fleury por umas vinhas; com o bispo de Langres, que entra numa abadia a golpes de machado, e com o bispo de Mans, que leva uma vida errante.

Turpino é um bispo que se comporta como um leigo. Naturalmente, a reforma não eliminou esse tipo de prelado em poucos anos, e havia clérigos exemplares antes da reforma, mas é difícil acreditar que um poeta preocupado com a moral cavalheiresca tenha inventado por volta de 1100 um modelo de arcebispo que a opinião dos cristãos e a política da Igreja, havia mais de meio século, condenavam. Tudo

leva a crer que o personagem já era um dos protagonistas daquilo que se contava havia gerações e que o poeta não pensou em se distanciar de uma lenda já conhecida. O papel que o poeta atribui ao arcebispo Turpino é exatamente aquele que poderia agradar ao rei franco. A *Canção* é tardia, mas o mesmo não se pode dizer da carta endereçada à rainha Fastrada por um Carlos Magno ansioso para anunciar a vitória de seu exército da Itália sobre os ávaros. Nela o rei aponta, entre os vassalos mais ativos no combate, um duque e condes, mas principalmente um bispo.

Carlos Magno e seus bravos

Carlos Magno e seus pares... Carlos Magno e seus *leudes*... Carlos Magno e seus bravos... Toda uma série de imagens nascidas de uma sociedade feudal desejosa de exaltar a fidelidade difundiu essa visão de um *entourage* cavalheiresco inteiramente devotado ao rei e pronto a realizar todos os seus desejos. Examinadas mais de perto, as próprias imagens dadas pelas canções de gesta devem ser relativizadas, e não apenas porque a lista dos pares — todos mais ou menos considerados sobrinhos do rei — apresentada em algumas dessas canções seja inventada e mencione homens que dificilmente se poderiam encontrar reunidos ao lado do rei, e mesmo personagens mais ou menos imaginários, como Olivier e Turpino, ou totalmente inventados, como Naimes ou Ganelão.

É verdade que Carlos é sensível à lealdade de seu *entourage*, que não perdoa a felonia e que deseja ser obedecido. Seria ele amado? A Assembléia, onde se encontram grandes senhores que não foram vistos desde a última sessão, é sem dúvida um bom exemplo de submissão coletiva. E quanto ao Conselho?

Os textos abonados sobre esse assunto merecem interpretação cuidadosa. Junto com Eginhardo e depois dele, os historiadores a soldo da dinastia, assim como os autores de anais monásticos que nada viram de perto, nos levarão a crer num perfeito entendimento entre os membros do *entourage*, um entendimento cimentado pela adesão à política do rei. O que a *Canção de Rolando* às vezes deixa entrever é bem diferente.

Que não haja dúvidas: as histórias contadas pelo poeta Turoldo e por aqueles cujas narrativas ele acompanhou são mais que suspeitas. Os poetas não foram testemunhas diretas de nada, eles inventaram os

contextos, os episódios e mesmo grande parte dos personagens. O que não inventaram totalmente foi o que a tradição escrita ou oral lhes transmitiu quanto à atmosfera política e ao espírito reinante. A imaginação forneceu os nomes, mas em torno de Carlos existem realmente duques, condes e bispos. O poeta inventa grandes feitos, incidentes precisos, falas, mas não situações. Devemos olhar com cautela a superfície narrativa da épica. Mas não podemos deixar de examinar sua trama. Ter-se-iam divulgado durante três séculos histórias de disputas no Conselho se se tivesse a imagem de um *entourage* dócil e até inútil?

Convoca seus barões para o Conselho
Pelos de França, quer ser guiado em todas as coisas

O poeta descreve várias cenas de conselhos. Estas nos dão uma idéia das tensões que podem se manifestar no seio de seu *entourage* mais próximo. Naturalmente, o momento do confronto deve ser visto com reserva. Mas é esse confronto que ainda se guarda na memória no fim do século XI, depois de trezentos anos de narrativas orais e canções. Numa determinada situação, Carlos fica tentado a dar ouvidos às propostas do rei Marsílio, que oferece todo tipo de presentes — ursos, leões, galgos, camelos, falcões e, naturalmente, ouro — e propõe se converter para evitar a invasão.

O conde Rolando, que em nada o aprova,
Põe-se de pé e o contesta.

Rolando aconselha firmemente a marchar sobre Saragoça. E lembra as manobras e felonias do rei Marsílio. Carlos hesita. Apesar de não ser autêntico e da barba inventada, a cena mostra claramente que Carlos não é um autocrata e que se pode, diante dele, contradizer seu sobrinho.

O imperador fica de cabeça baixa.
Acaricia a barba, cofia o bigode.
Nada responde ao seu sobrinho.
Os franceses se calam, exceto Ganelão,
Que se põe de pé e aproxima-se de Carlos.
Mui orgulhosamente dirige ao rei o discurso falaz:
"Seria uma desgraça acreditar num mau rapaz!"

O duque Naimes apóia Ganelão. E os franceses aquiescem. "O duque falou certo." Em suma, é preciso negociar a paz. Naimes está pronto para conduzir o acordo. O rei recusa: quer mantê-lo junto de si, e pede a Naimes que se cale.

"Ide vos sentar, pois que ninguém pede vosso parecer!"

Isso quer dizer que será enviado alguém menos útil. Rolando se oferece. Olivier, seguido pelo rei, se opõe.

Responde Rolando: "Posso muito bem ir lá."
"Não seria bom", diz o conde Olivier.
"Vossa coragem é mui intratável e violenta.
Receio que venhais a querelar.
Se o rei o quiser, posso muito bem ir."
Responde o rei: "Calai-vos os dois!
Nenhum de vós ireis para lá
Por esta barba que vedes encanecer.
Infeliz de quem apontar um dos doze."
Os franceses se calam, como acabrunhados.

O arcebispo Turpino se oferece. Na *Canção de Rolando*, ele ainda é um dos doze pares, e interpela o rei: "Deixai vossos francos tranqüilos!" É a sua vez de ser repreendido.

"Ide vos sentar no tapete branco!
Só deveis falar quando assim eu o ordenar!"

O arcebispo proibido de falar! Vê-se bem como o poeta imagina uma reunião do Conselho. O rei não sabe se impor, sofre pressões de todos os lados. Só lhe resta impor o silêncio. Rolando propõe então enviar Ganelão, seu "*parâtre*" [padrasto], isto é, seu padrinho de cavalaria. Os barões concordam. Ganelão é um homem prudente. Mas a missão é perigosa. Corre-se o risco de não voltar. Ganelão não concorda. Sacode dos ombros sua pele de marta e de esquilo. Ei-lo de pé, com sua túnica de seda.

Diz a Rolando: "Louco, por que te enfureces?
Todos sabem que sou teu padrinho!
Pedes que eu vá a Marsílio.

Se Deus me conceder que de lá regresse,
Moverei contra ti um tal combate
Que durará toda a vida!"

Rolando responde no mesmo tom, demonstrando uma profunda raiva, de que o rei parece não se ter dado conta.

Responde Rolando: "Ouço o orgulho e a gabolice!
Todos sabem que não temo ameaças.
Mas um homem sábio deve levar a mensagem:
Se o rei o quiser, estou pronto a ir em vosso lugar."

Fica caracterizada a ofensa. A tradição não conta que em casos como esses o rei se mostrava irritado. Ganelão recusa naturalmente que Rolando o substitua, mas anuncia que se divertirá para acalmar a própria cólera. A ameaça de traição é clara.

Rolando responde rindo debaixo de seu nariz. Ganelão não esconde sua irritação. Antes de anunciar que partirá para obedecer ao rei, deixa as coisas bem claras:

Diz ao conde: "Não gosto nada de vós!
Fizestes de mim um julgamento errôneo!"

Ganelão vai partir. Antes de deixar cair a luva direita que o rei lhe passa e que é o símbolo da embaixada, o que os barões consideram, com razão, uma ofensa ao rei, ao passo que este não se preocupa nem mesmo em apanhá-la, Ganelão profere uma última invectiva.

"Sire, diz Ganelão, tudo isso fez Rolando!
Não lhe desejarei o bem em toda a minha vida,
Nem a Olivier, porque é seu companheiro.
E aos doze pares, por tanto gostarem dele,
Eu os desafio aqui, Sire, sob vossas vistas!"

Uma última ameaça, desta vez a todos os "*franceis*": "Vocês não perdem por esperar!", e Ganelão partiu. Voltaria depois e, até Roncesvales, retomaria seu lugar ao lado do rei. Nesse meio tempo, ele traiu.

Não se poderia deixar mais claro que há disputas no Conselho e que o rei tolera os escândalos. Não há dúvida de que a história de Ganelão e de Rolando, assim como os personagens, são inventados.

O ódio de Ganelão contra todos os barões, e não apenas contra o sobrinho do rei, é a nota dramática que leva à carnificina no desfiladeiro. Como sempre acontece numa narrativa de ficção, o ambiente é mais importante para o historiador do que os próprios fatos. A invenção em nada muda o que os poetas não hesitam em dizer: o rei controla muito mal o Conselho. Se a tradição oral ou escrita apresentasse um Conselho disciplinado, a narrativa teria sido inverossímil nas diferentes etapas de sua transmissão.

Não vemos apenas um rei que não sabe se impor. Os barões opõem-se uns aos outros, e a *Canção* diz bem da atitude de um Rolando disposto a ir às vias de fato, custe o que custar, e de um Olivier obrigado a contemporizar. Ouçamos o que diz Olivier quando se dirige a Rolando no campo de batalha, lançando duramente sobre este a responsabilidade de um pedido de socorro por demais tardio: a bravura cavalheiresca não é loucura, desde que fique nos limites do bom senso.

E ele responde: "Companheiro, sois o autor disto,
Pois seguir o bom senso não é loucura.
Mais vale prudência que temeridade.
Franceses morreram por vossa leviandade."

No final da *Canção*, o Conselho é consultado sobre que destino merece o traidor. Preso desde que Carlos percebeu sua manobra, surrado imediatamente pelos cozinheiros, Ganelão foi levado a Aix acorrentado, o pescoço enfiado numa golilha. Quando chegou, foi novamente chicoteado. O rei faz que seja levado diante do Conselho. Este, evidentemente, assemelha-se a uma corte feudal. Carlos pede a seus "barões" que "julguem o direito". Trata-se de uma realidade do século XI, e o poeta inventa sem dúvida um duelo judiciário que encerra o processo e leva à execução do traidor. Ignorando tanto as acusações e as confissões — Ganelão afirma ter-se vingado e não ter traído — como as circunstâncias, as quais decorrem da ficção dramática, notamos que o Conselho responde às declarações do acusado: "Vamos deliberar sobre isto." E a maioria o considera inocente.

Diz um ao outro: "Melhor deixar as coisas como estão.
Suspendamos a sessão, e peçamos ao rei
Que declare Ganelão inocente."

É o que pedem ao rei os membros do Conselho quando voltam à sua presença. Carlos não pensa da mesma forma.

O rei diz: "Vós me traís!"
Quando Carlos vê que todos o abandonaram,
Sua tez e seu semblante se ensombrecem
Diante daquela fraude ele se diz um desgraçado.

O rei não deixará as coisas nesse pé, graças a um cavaleiro angevino que se propõe a enfrentar o campeão indicado por Ganelão. Com isto estamos em pleno século XI. O combate se realizará. Trocam-se reféns, trinta de cada lado. Carlos cedeu os seus: o rei não está isento da obrigação. "Com o cérebro esfacelado" por um golpe de espada, o campeão de Ganelão perde a vida no combate. Seus reféns são enforcados. Considerado culpado porque seu campeão perdeu, Ganelão é esquartejado por quatro cavalos.

Naturalmente, essa passagem aventuresca foi concebida para encerrar a canção. É significativo que não se tenha julgado inverossímil apresentar um Conselho que pede a absolvição de um traidor, um rei que cauciona seu campeão, em suma, um rei que não maneja seus barões como peões. Repetidas vezes vemos, pois, os "pares" manifestarem diante do rei suas reservas em relação a suas decisões e também à sua pessoa. Se o rei gozasse de um apoio universal, dificilmente o poeta do século XI teria encontrado na tradição literária ou histórica a justificativa para a invenção desse desentendimento.

Canções e romances

O autor da *Canção de Rolando* copiou muito, mas foi um poeta chamado Turoldo que escreveu a *Canção de Rolando*. É verdade que persiste a dúvida sobre o que ele fez exatamente. Turoldo é o autor da canção inicial, sem dúvida composta por volta de 1100, ou de uma reelaboração efetuada na geração seguinte, ou simplesmente o copista? Ele próprio o diz, "a gesta que Turoldo declina", sendo que o verbo declinar significa que organizou a matéria. Mas que matéria seria essa?

Seja lá qual tenha sido o papel de Turoldo, seria difícil entender por que um poeta do fim do século XI ou das primeiras décadas do século XII se valeria de uma história velha de três séculos — e confinada aos anais conservados por alguns monastérios —, retomando o

argumento principal de sua narrativa, se durante esses três séculos o silêncio tivesse pairado sobre essa história e sobre seus personagens, na literatura escrita ou oral. Desde o ano 1000, a lenda conhecera tamanha difusão que na França, na Itália e na Catalunha se dava a crianças o nome de Olivier, que só poderia derivar dela, pois se trata de um personagem inventado. No fim do século XI, a lenda se torna ainda mais próxima: famílias dão a dois irmãos os nomes de Rolando e de Olivier. Não há dúvida de que, desde essa época, a lenda deu origem a narrativas poéticas que não precisavam ser escritas e recopiadas para serem conhecidas de um grande público.

Foi ainda o mesmo filão legendário e a princípio oral que, à época em que se elabora em médio alemão uma nova versão da *Canção dos Nibelungos*, que tudo deve à herança mítica da época de Átila, levou, por volta de 1170, a uma canção de Rolando em língua alemã, cujo autor conhecemos, o padre Konrad. Essa *Ruolantes Liet* se apresenta inicialmente como a tradução para o alto alemão de uma versão latina da canção francesa, mas rompe com a visão bastante errônea de um Carlos Magno francês e restitui ao personagem seu papel de imperador de um Império romano redivivo. Alterando radicalmente a narrativa até transformar o episódio de Roncesvales, drama patriótico para a canção francesa, num verdadeiro episódio de luta pela fé, isto é, a Cruzada, a *Ruolantes Liet* inscreve-se no movimento de opinião que torna possível, em 1165, a canonização de Carlos. Desde a segunda metade do século, uma *Roelantslied* testemunha a vitalidade do filão literário aberto na Alemanha pela tradição legendária de Roncesvales.

As mesmas fontes orais, por mais diversas que sejam, começam a transmudar na Itália relatos que se pretendem historiográficos. Vê-se aparecer um cervo que guia o exército dos francos na travessia dos Alpes, mas ele lembra estranhamente o cervo que, segundo um cronista alemão do começo do século XI, Thietmar de Merseburg, mostrou ao rei Carlos o ponto em que se podia atravessar o Meno a vau, ajudando o exército franco em dificuldades perante o inimigo saxão. Nem é preciso dizer que seguir as pegadas da caça é uma boa maneira de descobrir uma passagem que dê vau. Imaginando que Carlos a tomará por esposa, uma filha de Didier dá a Carlos as chaves de Pavia: ela não terá uma boa recompensa por isso. Assim se forma uma tradição italiana suficientemente forte para engrandecer, com muitas alterações, uma tradução rimada da *Canção de Rolando*, todo um ciclo de *Infâncias de Carlos Magno* e outro de *Infâncias de Rolando*, onde se insere a canção de *Berta e Milone*, que conta o amor do conde Milon e de uma

filha de Carlos Magno. A mesma tradição inspira em Roma os afrescos encomendados pelo papa Calisto II para Santa Maria *in Cosmedin*; em Fidência, uma escultura da catedral; em Brindisi, um mosaico hoje desaparecido, e na Sicília a ornamentação de inúmeras carroças cujos temas, grandemente inspirados em lendas antigas, sobrevivem até os nossos dias. Pode-se encontrar até na Espanha, num capitel de Tarragona, o combate entre Rolando e o gigante Ferragus, calcado no combate entre Davi e Golias.

Os temas da história conjunta de Carlos e de Rolando ainda estavam vivos no século XIII na Alemanha, nas canções *Karl der Grosse* e *Karl Mainet*, e na Escandinávia numa *Karlamagnus Saga*, uma parte da qual é precisamente a canção da batalha de Roncesvales, a *Saga af Runzivals Bardaga*.

Eles florescem na Itália do século XIV. Dante, cujo ódio contra os guelfos de Carlos de Anjou o leva a uma ideologia imperialista, não podia esquecer Carlos Magno. Não se pode dizer que lhe tenha dado grande destaque. O caso de Roncesvales é despachado em três versos do *Inferno*, que não passam de uma comparação, ao passo que três versos do *Paraíso* evocam o protetor da Igreja.

Depois do caminho doloroso
Quando Carlos Magno perdeu a santa gesta,
Rolando não tocou de forma tão impetuosa...

E quando o dente lombardo mordeu
a Santa Igreja, sob suas asas
Carlos Magno vitorioso a protegeu.

Reencontramos o tema em alguns romances em língua franco-italiana, como *A entrada na Espanha* ou *A tomada de Pamplona*, de Nicolau de Verona, e em algumas canções italianas, entre as quais a mais conhecida é a *Rotta di Roncisvalle*. A matéria se desenvolve no fim do século XV: o humanista florentino Luigi Pulci retoma o tema de um *Canto de Rolando* anônimo para compor um *O gigante Morgant* destinado à mãe de Lourenço de Medici, enquanto o aristocrata de Ferrara, Matteo Maria Boiardo, inspirando-se em diversos poemas encontrados na biblioteca dos Este, escreve um *Orlando amoroso*. No século XVI, Ariosto dá continuidade ao trabalho de Boiardo com *Orlando furioso*, um longo poema de 38.736 versos que haveria de ter 154 edições antes de 1600 e daria origem a muitos sainetes representados

na Sicília e na Itália meridional pelos teatros de marionetes, sendo traduzido em todas as línguas durante quatro séculos. Em 1684 e 1685, Philippe Quinault compõe duas óperas, *Amadis* e *Rolando furioso*. Para os meios menos literários, a biblioteca azul* publica romances populares que estão para os romances de cavalaria assim como estes estão para as canções de gesta.

Naturalmente, a história dos combates de Carlos contra os infiéis assume todo seu valor exemplar na literatura da península Ibérica à época da Reconquista. O nobre catalão Guiraut de Cabrera compõe, por volta de 1160, um *Cabrar Joglar* que é na verdade uma arte poética, mas evoca como modelo a *Jesta de Carlon*, e o português Alfonso Lopes de Baião cita a história de Carlos, pouco antes de 1250, numa *Gesta de maldizer*.

A voga da gesta e de seus heróis não arrefece na Espanha enfim reconquistada. Jerônimo de Urrea traduz Ariosto em 1556, e um *Orlando enamorado* dá novo impulso ao tema em 1586. No início do século XVII, os personagens da gesta ainda estariam presentes nos espíritos o bastante para que, destruindo a golpes de espada os romances de cavalaria de que se nutre dom Quixote, e em primeiríssimo lugar um *Amadis de Gaula* já célebre, pois publicado em Paris na rua Saint-Jacques desde a década de 1470, e traduzido em castelhano já em 1508, Cervantes possa emprestar ao seu herói narrativas impregnadas da tradição literária de Rolando. O arrieiro que surrou dom Quixote se torna "esse bastardo dom Rolando", que o moeu de pancadas com nada menos que um tronco de carvalho. O cura da aldeia que manda jogar ao fogo os livros nocivos considerados responsáveis pela loucura do fidalgo da Mancha se transforma no "arcebispo Turpino": entre esses livros, encontra-se um *Roncesvales*, publicado em 1583 por Francisco Garrido de Villena, e alguns outros livros "que tratam dos assuntos de França".

Entre as dezenas de cidades que se orgulham de possuir o túmulo de Rolando, cinco ou seis são capazes, como Blaye, Arles, Saint-Rémy-de-Provence ou Le Mas-d'Azil, de apresentar provas disso. Da mesma forma, em muitos tesouros catedrais ou abaciais, qualquer pequena trompa de marfim trabalhado é apresentada como o olifante de Rolando. Aix-la-Chapelle é uma exceção: lá se oferece à admiração dos visitantes uma trompa e uma faca de caça que dizem ter pertencido ao

* Biblioteca azul: pequenos volumes de capa azul, publicados na França entre os séculos XVII e XIX, destinados ao grande público e impressos em papel barato. (N.T.)

próprio Carlos Magno e que na realidade são do século XI, uma de fabricação italiana e a outra de origem inglesa. Em todos os outros lugares, Rolando é quem leva a palma. Cervantes viu em Roncesvales a trompa de Rolando "grande como um galho grande". Cumpre dizer que a lenda acrescenta ao personagem já legendário da *Canção*: Rolando seria o filho dos amores incestuosos do rei e de sua irmã, de modo que as peregrinações de Carlos seriam a purgação de um pecado, finalmente perdoado por ordem divina transmitida a São Gilles por um anjo.

Também se dá continuidade à história dos outros protagonistas. É em Seligenstadt, não longe de Frankfurt, que se desenvolve a lenda de Eginhardo e de sua esposa Imma. A história autêntica é impecável: em 815, Luís, o Piedoso, deu ao seu secretário o domínio de Mulinheim, à margem esquerda do Meno. Tendo este se retirado da corte em 830, os dois esposos residiram inicialmente na floresta, optando em seguida pelo clima mais ameno das margens do rio. Aí o casal fundou, em suas terras, um monastério, enriquecido com as relíquias dos mártires romanos Marcelino e Pedro, trazidas de Roma. Lá, Eginhardo e Imma foram felizes: o lugar foi batizado de "cidade feliz", Selingenstadt.

Logo a lenda faz da história um conto. Como dissemos, Imma se torna filha de Carlos Magno, o qual, como se sabe, gostava de manter as filhas ao pé de si. O imperador recusou, pois, a mão da filha ao seu confidente, e os dois amantes fugiram da corte. Eles viviam o perfeito amor na floresta quando um dia Carlos Magno, que se perdera numa caçada, veio bater à porta da casa. Como Eginhardo, de sua janela, o vira aproximar-se e o reconhecera, mandou que uma serva o fosse receber. Mas o rei pediu uma omelete, que Imma preparou, sem se deixar ver. Pelo gosto da omelete, Carlos Magno percebeu que fora feita por sua filha. Todos se abraçaram, e o rei rendeu graças por ter reencontrado a filha, graças a uma omelete. Ele autorizou o casamento e deu a floresta como presente de núpcias. O maravilhoso também está presente: foram as relíquias que protestaram contra um primeiro estabelecimento de um monastério, e escolheram um lugar definitivo. Não foi preciso mais nada para que, em 1596, se "reconstruísse" em Selingenstadt a casa de Eginhardo.

As escolhas do poeta

Nem a *Canção de Rolando* nem as outras canções constituem compilações historiográficas que poderiam ser organizadas pelos clérigos

para seu próprio uso. Pode-se, porém, compreender as escolhas do poeta e a orientação pessoal que dá à sua obra. Embora conte a história de Rolando e a gesta da expedição da Espanha, o autor chamado Turoldo não pretende escrever uma história do rei. Foi pela necessidade de classificar as obras literárias que se conceberam "ciclos", incluindo-se em seguida a *Canção de Rolando* no "ciclo do rei", que é uma classificação prática dos poemas em que Carlos Magno é um protagonista. A denominação, porém, não corresponde a nenhuma organização geral preliminar à composição.

Carlos Magno aparece, pois, mais como um defensor da fé e baluarte da cristandade perante o sarraceno do que como o conquistador das planícies saxônicas. Com o tempo, o caso da Espanha assume grandes proporções. Ele ocupa Carlos durante sete anos na *Canção de Rolando*, que é do fim do século XI, e 27 anos em *Guy de Borgonha*, que é do começo do século XIII. É sabido, porém, que a Saxônia, a cada ano, ia absorvendo o rei e seus companheiros muito mais do que a marca da Espanha, conquistada sem ele vinte anos depois dos poucos meses da infausta expedição de 778. Mas o "pagão" das canções se confunde normalmente com o sarraceno, que certamente os narradores do século XI conhecem bem menos que os netos dos companheiros de Carlos Martel. Vêem-se desembarcar os "pagãos da Arábia", mas nos campos de batalha o confronto se dá é com "um africano vindo da África". E Carlos é honrado por seus inimigos por vitórias que não conquistou.

> Diz Blancandrino: "Maravilhoso homem é Carlos,
> Que conquistou Pouille e toda a Calábria
> Buscando a Inglaterra transpôs o mar salgado."

O mundo pagão, que Carlos terminará por eliminar, na verdade não é povoado nem por mouros da Espanha, nem pelos árabes da Terra Santa, nem por verdadeiros pagãos da Saxônia, mas por todos aqueles que não conhecem ou não querem conhecer o Cristo. Não nos deve espantar o fato de os muçulmanos, nessa confusão que é feita de ignorância, se tornarem verdadeiros pagãos politeístas, que adoram ao mesmo tempo Maomé, Apolo e Tervagante.

Que dizem esses aduladores, que certamente douram a pílula, mas não poderiam inventar tudo? A *Canção de Rolando*, que fala de "Carlos, o rei, nosso imperador magno", faz dele o defensor supremo da cristandade, o que é exatamente a aspiração de Carlos Magno.

A gesta atribui aos barões um grau de lealdade que estes não têm, fazendo-os capazes de morrer pelo rei. Mas mostra um rei rodeado de muita gente — Rolando, Olivier, Turpino — e ao mesmo tempo muito só: rodeado de gente e servido, mas sozinho no momento da decisão. "Sob o céu, penso não ter nenhum amigo", confessa ele depois da morte de Rolando. Como vimos, a gesta, talvez porque se destine aos barões e não aos clérigos, omite os nomes dos grandes conselheiros do rei, dos Alcuíno, dos Teodulfo, por exemplo. Dessa gesta, desse relato de aventuras composto para o prazer dos homens de guerra, é a imagem do guerreiro que se projeta a todo momento, não a do monarca que governa, e seu desejo de conquistas esconde seu desejo de poder e de cultura.

A gesta será bem entendida enquanto tal. Com o tempo, torna-se lição de heroísmo. Como vimos, o jogral Taillefer cantará em 1066 as aventuras de Rolando e de Olivier aos normandos que vão travar combate em Hastings.

À medida que a gesta se distancia da história, incorpora também elementos que agradam o público da era cortesã, um maravilhoso recém-cristianizado, um heroísmo da proeza conforme aos ideais da cavalaria. Recebem-se embaixadas, fazem-se votos, trocam-se desafios, exaltam-se as estirpes, punem-se os traidores. O arcebispo Turpino, como um abade leigo, "distribui milhares de golpes", mas mata um bruxo que "esteve no inferno" porque "por más artes Júpiter para lá o levara". As fortalezas e as cidades têm altos muros, os castelos, esplêndidas salas onde se oferecem suntuosos banquetes. Os dramas são as lutas fratricidas. A noite cai em pleno dia. Deus envia anjos. É um anjo que avisa ao rei, em sonho, da traição de Ganelão. Gabriel, "que em nome de Deus o protege", passa uma noite em sua cabeceira para lhe anunciar que será preciso travar combate. Nós o reencontramos no auge do combate, reanimando o rei quando este recebe do emir um golpe de espada que lhe quebra o capacete e lhe tira um pouco do couro cabeludo. Outros anjos são enviados a Rolando agonizante.

São Gabriel tomou-o com a mão.
Em seu braço apóia-lhe a cabeça inclinada.
As mãos juntas, ele encontrou seu fim.
Deus envia seu anjo Querubim
E São Miguel do Perigo.
São Gabriel vem com eles
E a alma do conde levam ao Paraíso.

Acontecem milagres. O sol pára seu curso para que Carlos tenha tempo de retroceder e de esmagar os "pagãos". Mas o inimigo não carece de protetores sobrenaturais. Os demônios levam a alma de um sarraceno morto por Rolando. O próprio Satanás se encarrega de outro. Em muitas lendas alemãs, o próprio Carlos é dotado de virtudes sobrenaturais: ele aplaina montanhas, quando não as parte em duas para que seu exército possa passar.

A matéria épica se organiza, e Carlos ocupa posição central. A *Canção de Rolando* faz de Rolando e de seu amigo Olivier simples comparsas, ao lado de um rei que continua sendo, apesar do título da obra, o herói principal. Rolando é o símbolo da bravura, Olivier o da sabedoria. Com as diversas canções que compõem o ciclo do rei, a principal ambição do reino adquire novas tonalidades. O que ainda está em pauta é o combate pela Fé, mas o combate contra os sarracenos toma, em importância, o lugar que na verdade era dos pagãos. Dado que, no século IX, Eginhardo considerava os pagãos da Saxônia como devotos dos demônios, seriam os poetas dos séculos XI e XII capazes de distinguir o paganismo germânico do monoteísmo da Espanha muçulmana? De qualquer modo, Carlos se torna o modelo do rei cristão, justamente no momento em que a Cruzada no Oriente e a Reconquista na Espanha recolocam em primeiro plano as virtudes do cavaleiro, sua abnegação e seu destemor como soldado de Cristo.

O chamado ao martírio, que é um dos componentes essenciais do espírito de cruzada, adquire sua importância na epopéia. Mas ela clama por vingança, e o herói que vinga o martírio domina a gesta dramatizada pela derrota e pela morte. O triunfo da Fé se nutre do sangue dos heróis. Carlos vinga a morte de Rolando em Roncesvales, e Guilherme vinga a de Vivien em L'Archant.

Como se sabe, a aspiração ao martírio, ou pelo menos à morte perto dos lugares santos, é um dos componentes essenciais do espírito de cruzada. Não é de espantar, pois, que Carlos logo assuma as feições de um cruzado. Como não era possível imaginar uma expedição armada contra o Oriente muçulmano, que ninguém poderia comprovar, cria-se a lenda de um Carlos peregrino além-mar.

O conhecimento que temos das canções de gesta deriva inteiramente de manuscritos tardios. O de Rolando data, como sabemos, de 1150. O texto mais antigo da *Canção de Guilherme* é do século XIII. Alguns, como o de *A cavalaria Ogier*, ou *Renaud de Montauban*, só nos chegaram por meio de versões compostas e aumentadas entre o século XIII e o século XV, versões cuja composição é posterior à dos

primeiros romances de cavalaria, os quais não têm mais nada a ver com a matéria épica dos tempos carolíngios. Isso indica o extraordinário sucesso dessas canções, que foram recopiadas continuamente até uma época em que praticamente não se lê mais Eginhardo e em que os anais dos monastérios fundados por Carlos ou por Bonifácio tinham caído no esquecimento. A gesta de Carlos Magno teve vida mais longa que sua história.

Na tradição literária, é preciso considerar à parte os ofícios religiosos dedicados a Carlos. Quase sempre inspiradas no *Pseudo-Turpino* e na *Vida de Carlos* do século XII, às vezes em Eginhardo e raramente nos anais, sempre marcadas por um paralelismo inevitável entre a história santa e o relato dos grandes feitos de Carlos enquanto senhor da paz e defensor da Fé, as antífonas e as lições em versos rimados são um dos meios da difusão de uma história impregnada de um maravilhoso facilmente tomado como sobrenatural.

CAPÍTULO XXIII

UM TRUNFO DA HISTÓRIA

São Carlos Magno

Com o passar dos séculos, Carlos Magno e o que ele representa ou o que se pensa representar se tornam um trunfo do qual é preciso se apossar. Trunfo que assume aspectos diferentes segundo a época em que é usado, mas que nem por isso deixa de se ligar por um lado à história, por outro à lenda. A canonização do imperador inscreve-se aqui entre as principais manobras políticas em torno de um nome.

Carlos Magno ainda não é santo, mas é venerado como tal. O Hohenstaufen Frederico Barba Ruiva aproveita-se do cisma que deixa o papa à sua mercê para garantir a canonização daquele que ele considera o fundador do Sacro Império. Em Roma, o papa verdadeiro é Alexandre III, o grande jurista Rolando Bandinelli, um dos mestres da escola de Bolonha. Campeão da independência da Igreja, logo se viu em conflito com o Império, e Barba Ruiva não temeu abrir um cisma contra ele, promovendo a eleição de três antipapas sucessivos. O segundo foi Pascoal III, o lombardo Guido da Crema. Ele nada pode recusar a Barba Ruiva: em 1167, ele coroa o papa, ao passo que Alexandre se recusava a reconhecê-lo como imperador. Mas o Hohenstaufen não pode ignorar que a maior parte da cristandade alinha-se com Alexandre. É nesse contexto político que é preciso ver a canonização de Carlos Magno. Barba Ruiva não pára de se reportar a Carlos Magno, de ver nele o modelo por excelência, a "maneira de viver". Para um imperador com dificuldades com o papado, é bom ter como referência um santo.

Em 8 de janeiro de 1166, confirmando um falso decreto de Carlos Magno em favor da cidade de Aix-la-Chapelle, Frederico Barba Ruiva atribui-se o título de "imperador dos romanos". Invoca também o "governo dos píncaros do Império romano", à imitação de Carlos Magno,

para depois traçar um retrato atribuindo-lhe todas as virtudes cristãs. Com boas razões, Frederico lembra a piedade de Carlos, a fundação de igrejas e os atos jurídicos inspirados pela preocupação com a cristandade. Com menos razão, vê no pretenso peregrino da Terra Santa o precursor das Cruzadas. Fazendo de seu predecessor um "verdadeiro apóstolo", ele o considera um "confessor" da fé — títulos justificados pela conversão dos povos germânicos, mas que normalmente se reservam aos santos elevados aos altares. Sabe-se que um confessor é um santo que não sofreu martírio: dado que originalmente a morte pela fé era a única circunstância que justificava a veneração, a Igreja se viu obrigada a ampliar as provas de santidade quando, com o fim das perseguições, escassearam os mártires no sentido próprio do termo. Valendo-se do título de "confessor", Frederico postula, pois, a canonização e a justifica. Vai ainda mais longe, e responde por antecipação ao argumento de que o imperador morreu em sua cama.

> Ainda que a espada não lhe tenha tirado a vida, escreve Barba Ruiva, o tormento dos diversos sofrimentos, a incerteza dos combates, a vontade cotidiana de morrer pela conversão dos pagãos fizeram dele, de todo modo, um mártir.

A conclusão desse discurso não se faz esperar e Frederico afirma que acredita estar seu predecessor "coroado nos Céus santo confessor e verdadeiro confessor entre os santos confessores".

O que vem em seguida deixa o leitor estupefato: a 29 de dezembro, Frederico Barba Ruiva anuncia, pelo mesmo ato que, a pedido do rei Henrique II da Inglaterra, então presente em Aix, e "com a concordância e autorização" do papa Pascoal e a anuência de todos os príncipes leigos e eclesiásticos, ele realizou "no Natal de 1165 uma sessão solene em Aix para revelar, exaltar e canonizar o mui santo corpo" de Carlos Magno. Revelar não significa nada. Exaltar significa que se retira o corpo do imperador da tumba onde ele se encontra "escondido por temor aos inimigos e ao diabo" — isto é, do sarcófago de Prosérpina — para colocá-lo num relicário que era obra de ourivesaria. O arcebispo de Colônia, Rainald de Dassel, principal testemunha dessa assunção, deve ter bastado para esse ato. Mas canonizar...

Imediatamente se tiram as conseqüências: recolhem-se relíquias. Primeiro, coloca-se o corpo do novo santo num relicário provisório que os fiéis poderão ver e venerar na capela. O monumental relicário que conhecemos — o *Karls Schrein* de Aix, restaurado entre 1982

e 1988 — só seria construído mais tarde: o cofre de madeira, pouco depois de 1170 — segundo a análise dendrocronológica — e a decoração em prata dourada em duas etapas, trinta anos depois (Aix, Catedral; fotos 8 e 9 do encarte). Foi o neto de Barba Ruiva, o imperador Frederico II, que o fechou definitivamente, em 27 de julho de 1215.

Nele se vêem, num dos lados menores, sob uma série de arcadas, "São Carlos, imperador" no trono, com a coroa de duplo arco e aurelado como é próprio dos santos. Ele está acompanhado do papa Leão III e... do arcebispo Turpino. Do lado oposto, os arcanjos Miguel e Gabriel ladeiam a Virgem e o Menino. Nos lados maiores, há uma linha de dezesseis imperadores germânicos, de Luís, o Piedoso, a Frederico II. No teto que fica sobre as estatuetas dos imperadores representam-se cenas tomadas de empréstimo à narrativa do *Pseudo-Turpino*: o sonho de Carlos, a tomada de Pamplona, o milagre da Santa Âmbula, o milagre da Cruz e o milagre da Santa Lança, o combate dos cavaleiros, a confissão de Carlos, a recepção da Coroa de Espinhos, a consagração da capela palatina à Virgem.

À mesma época, retiram-se do corpo do novo santo, agora exumado, dois ossos do braço, que Barba Ruiva manda colocar num pequeno relicário, uma obra de ourivesaria, em forma de sarcófago com arcadas, trabalho realizado na região do Mosa, certamente em Liège. Esse relicário seria substituído, em caráter definitivo, em outubro de 1481, pela soberba e enorme (85 cm) obra de ourivesaria em prata dourada fabricada em Lyon, oferecida pelo rei da França Luís XI: tendo a forma de um braço erguido com a mão aberta, o relicário com um fecho feito com um escudo com três flores-de-lis (Aix-la-Chapelle, Tesouro da Catedral). Vazio de suas relíquias, o relicário de Barba Ruiva será levado para Paris em 1794, onde haveria de ficar (atualmente no Louvre: foto 7 do encarte).

A decisão de Barba Ruiva é extraordinária pelo fato de vir do imperador e não por excluir o papa. Apesar dos esforços realizados desde algumas décadas pela Santa Sé para promover a elevação de alguns santos aos altares, ainda se admite que os santos sejam proclamados por bispos ou por concílios provinciais, ainda que seja claro que estes estão fortemente submetidos à pressão da opinião pública. Justamente quando Alexandre III estabelece o princípio de que toda canonização deve ser feita em presença de um núncio apostólico e com o aval da Santa Sé, a iniciativa de Barba Ruiva não passa de mais um ato de hostilidade ao papado. Mas o fato de o príncipe tomar a iniciativa de uma canonização e se arrogar o direito de a proclamar

deve ser considerado, mesmo no século XII, um ato de força. Ninguém se deixa enganar pela opinião dos bispos, habilmente misturados entre os "príncipes leigos e eclesiásticos". Não obstante, não se poderia negar aos bispos o direito de reconhecer um santo, e o fato de os príncipes leigos aprovarem em nada macula o caso. Só no século XIII se tornará oficial o direito exclusivo do papa de canonizar.

Isso significa que a canonização de Carlos Magno seria perenemente suspeita aos olhos da Igreja apenas em razão do papa que a aprovou. À parte, tendo sido feita de comum acordo com os bispos presentes ao lado do imperador, ela poderia perfeitamente ser considerada legítima. É verdade que já se falava de peregrinos em Aix por volta de 950, mas estes ainda vinham para visitar, mais do que o túmulo do imperador, cuja exata localização sob as lajes se desconhecia, as relíquias conservadas na capela.

De resto, desde a época de Luís, o Piedoso, Aix não se notabiliza como centro de vida religiosa. A notoriedade da cidade prende-se à história, e a história é bastante fluida em meados do século XII em que São Bernardo se enfurece contra as atitudes do capítulo palatino cujos cônegos simplesmente exploram seu tesouro de relíquias e não se preocupam em esconder suas concubinas. O monge Geoffroy de Auxerre, que serve de secretário a São Bernardo na viagem que este faz pelas cidades da Renânia conclamando os alemães a se juntarem à Cruzada anunciada em Vézelay, repete a pregação de São Bernardo, mas se esquece de mencionar Carlos Magno.

> No mesmo dia [15 de janeiro de 1147] viemos a Aix. Aix é uma residência real, cidade famosa e muito agradável, mais adequada ao desregramento que à salvação das almas. Digo esta verdade: a prosperidade dos tolos os mata, e triste da casa sem governo. Não falo para piorar as coisas: bom será que leia isto quem pretenda se aperfeiçoar. Que igreja tem tantos cônegos e tantas "canonisas" notórios? Aquilo que outrora se fazia às escondidas atualmente se faz às claras!

De qualquer modo, os habitantes de Aix tiram partido da notoriedade do visitante. Ainda se exibe no Tesouro da Catedral uma casula de seda bordada, recamada de pérolas, que teria pertencido a São Bernardo, abade de Clairvaux: ela é muito posterior à sua morte.

A iniciativa de Barba Ruiva altera radicalmente o curso da história de Aix. Desde o fim do século XII, as visitas dirigem-se justamente ao túmulo de Carlos Magno, e o desenvolvimento rápido da peregrinação

impede, na prática, que se anule a canonização. De resto, uma vez restabelecida a unidade da Igreja, os papas evitam qualquer ataque direto: quando, em 1202, Inocêncio III declara que a Igreja "transferiu o Império romano dos gregos para os germanos na pessoa de Carlos, o Magnífico", ele contorna a dificuldade fazendo o elogio do personagem e evitando qualquer alusão à santidade.

Desde meados do século XIII, o grande canonista Henrique de Susa, chamado de *Hostiensis*, para quem só o papa pode decretar o culto de um santo, abre uma exceção notável — que ele atribui à "tolerância da Igreja romana" — para a veneração de Carlos Magno, desde que o culto seja celebrado na capela de Aix "e não nas outras igrejas". *Hostiensis*, cabe notar, é italiano e leciona em Paris.

No Sacro Império ninguém discute a canonização. E ninguém se lembra de uma *Admonitio generalis* em que Carlos Magno condena severamente os santos duvidosos. Em Aix, naturalmente, as coisas evoluem. Desde o século XIII, o novo selo da cidade já não apresenta o imperador sozinho, mas diante da Virgem, oferecendo-lhe sua igreja.

Cumpre dizer que bem cedo, em Aix, cultivou-se a glória das insígnias imperiais de Carlos Magno. Formada de oito placas de ourivesaria ornamentadas com esmaltes e cabochões, a célebre coroa que atualmente se encontra em Munique certamente só foi fabricada na década de 960 por Oto I. Naturalmente, ela é considerada, na Alemanha, a coroa de Carlos Magno. Depois da exumação do corpo por Oto III, o culto se desenvolve na capela palatina. O trono de mármore se torna o de Carlos Magno, fato certamente verdadeiro mas que, em dois séculos, fora esquecido. Desde essa época, multiplicam-se as relíquias, e ainda mais a partir da canonização de 1165, que na verdade se tornou possível graças àquelas. Quando, em 12 de março de 1350, o filho do imperador Luís da Baviera, para agradecer ao imperador Carlos IV de Luxemburgo por ter reconhecido seus bens patrimoniais, envia-lhe as *regalia* do Sacro Império, encontram-se entre estas a espada de São Carlos, a coroa de São Carlos, a túnica branca de São Carlos, com as mangas recamadas de pedrarias e de pérolas, o manto vermelho de São Carlos, o globo de ouro de São Carlos com sua cruz de ouro, e as luvas bordadas de São Carlos. Em suma, mais da metade das *regalia* do império referem-se à de São Carlos e são — excetuando-se as relíquias da Paixão — as que gozam de maior prestígio, as mais carregadas de uma simbologia política e religiosa.

Algumas igrejas do império logo adotaram o santo. Da capela palatina o culto passou inicialmente a outras igrejas de Aix. Várias

igrejas da Alemanha consideraram-no seu fundador ou seu principal ornamento: é o que acontece em Halberstadt e em Osnabrück, onde, desde o século X, existe o orgulho de dever a fundação a Carlos Magno, e também, depois da canonização, em Paderborn, em Lorsch, em Münster, em Verden, em Bremen, em Fulda, em Frankfurt. O culto logo chega a Estrasburgo (por volta de 1175), mais tarde a Metz. Em outros lugares, e principalmente a partir do reinado de Carlos IV, vê-se aí uma oportunidade para exaltar o Império: é o caso de Bruxelas, onde um vitral mostra Carlos Magno em companhia de Carlos V e de Isabela de Portugal. O culto de São Carlos Magno chega ao apogeu entre os séculos XIV e XV. Cabe notar que em Hildescheim se festeja São Carlos Magno ainda em 1927.

Vai-se ainda mais longe no monastério de Kempten, perto de Augsburgo. No século XV, os monges tentam fazer que seja considerada santa a rainha Hildegarda, muito elogiada por Paulo, o Diácono, e muito estimada por Adriano I. Mas a iniciativa não teve sucesso. Chegou-se a escrever uma *Vida de Santa Hildegarda* e a fazer passar um túmulo pelo da rainha, morta em 783. Sua sepultura, porém, fica em Metz, no cemitério de Saint-Arnould.

As igrejas sempre hesitaram quanto à data em que se devia festejar São Carlos Magno. A primeira data adotada em Aix foi a de 29 de dezembro, aniversário da canonização. Mas logo se passará ao uso mais normal da Igreja: o *dies natalis*, dia do nascimento para a vida eterna, isto é, o dia da morte carnal, e a data do traslado do corpo que, no caso de muitos santos, é o da descoberta milagrosa do corpo. Portanto, celebra-se em 28 de janeiro o aniversário da morte de São Carlos Magno — festa que terminará por eliminar a oitava de Santa Agnes, que no fim da Idade Média seria antecipada para o dia 27 de janeiro — ou no dia 27 de julho, aniversário de um "traslado" que não era outro senão o fechamento do relicário por Frederico II.

Mal é canonizado, encontra-se Carlos Magno em todo o Sacro Império. Em primeiro lugar há as relíquias, veneradas tanto em Bruges como em Fulda, em Osnabrück e em Halle. Em 1233, chegam algumas a Zurique. Em seguida vêm as representações. À exceção da célebre estatueta de bronze oriunda da catedral de Metz (hoje no Louvre) que data do século IX, as peças e monumentos conservados não são anteriores ao século XII, isto é, à canonização. Foi pouco antes de 1200 que se colocou numa das janelas da catedral de Estrasburgo um vitral que mostra o rei em seu trono, ladeado de Rolando e de Olivier. A estátua do portal sul da catedral de Frankfurt remonta, o que não é de espantar, ao reino

de Carlos IV. Estátuas e vitrais se multiplicam na Alemanha a partir do século XV. A maioria das iconografias — retratos imaginários e cenas legendárias, além de imagens entronizadas — é desse século e, embora a barba não seja inventada por Albrecht Dürer, foi ele quem, em 1512, com o grande retrato entronizado que pintou para a "Câmara das Relíquias" de Nurembergue, deu a forma definitiva à imagem do imperador "de barba branca" (Nurembergue, Nationalmuseum; foto 20 do encarte).

Na verdade, embora Carlos Magno esteja inscrito no calendário litúrgico romano, os papas fingem discretamente desconhecer o culto que lhe rendem na França e na Alemanha e até mesmo na Espanha e em Gerona. O próprio Alexandre III, que com certeza tem em mente o incidente de 1165, não invalida a canonização de Carlos quando decreta que só o papa tem autoridade para elevar um confessor aos altares. Em 1226, um núncio apostólico consagra na capela de Aix um altar dedicado aos Santos Apóstolos e ao "bem-aventurado" rei Carlos. E quando, em 1234, a exclusividade do papa no que tange à autoridade para canonizar entra no direito canônico, ninguém pensa em aplicá-la de forma retroativa.

Batizado com o nome de Carlos, o filho de João de Luxemburgo, que viria a ser o imperador Carlos IV, tem consciência do que representa para ele esse nome, que agora é usado pela primeira vez desde os carolíngios por um imperador do Sacro Império Romano Germânico: ele se empenhará em desenvolver o culto de Carlos Magno em seu reino da Boêmia e fundará em Aix, em 1362, uma capela para seus súditos da Hungria, com capelães que sabiam confessar e pregar em húngaro.

E a Igreja continuava a fechar os olhos. Carlos Magno não entraria no rol dos santos eliminados da lista. Mais do que isso, se a Doação dos Estados da Igreja, atribuída erroneamente a Carlos, ornamenta, graças ao pincel de Taddeo Zuccari, a parede da *Sala regia* do Vaticano, é fazendo *pendant* com a estátua de Constantino que a do imperador, feita por Agostino Cornucchini, é colocada, no século XVIII, sob o pórtico da basílica de São Pedro em Roma. Talvez seja preciso ressaltar este paralelismo entre os dois imperadores: também Constantino é reputado santo porque o povo bizantino assim o decidiu, mas o missal romano, que abre grande espaço aos doutores da Igreja do Oriente, ignora tanto São Constantino como São Carlos Magno.

Nesse mesmo século XVIII, Bento XIV considera a continuidade do culto a Carlos nas diversas igrejas da cristandade e a ausência de reação do papado durante séculos — ainda que a Igreja se recusasse a

incluir Pascoal III entre os papas — como beatificação "equipolente", isto é, por equivalência.

A HERANÇA INVENTADA DOS CAPETÍNGIOS

Um dos objetivos da canonização por Barba Ruiva era "o fortalecimento do Império romano", isto é, do Sacro Império Romano Germânico. Os capetíngios não podiam deixar por menos. Eles, que eliminaram um carolíngio que se tornou insignificante, inicialmente privilegiaram uma continuidade a longo prazo que abarca os carolíngios: preocupados com a legitimidade capetíngia, desde o século XI os historiadores começam por lembrar o que esta devia a Clóvis. Reims fica na França, Aix-la-Chapelle não. Isso não impede de ver na pessoa do fundador — ou na daquele que se apresenta como tal — da "segunda raça", como se dirá no século XVII, um ancestral que garanta ao mesmo tempo o prestígio da Coroa e a legitimidade da nova linhagem real. Quando o capetíngio fala de Carlos, ele o chama de "antecessor".

Uma coisa é certa: ainda se fala de Carlos Magno na França dos séculos XI e XII, e não apenas em Saint-Denis, onde a ninguém ocorreria considerar as sagrações de 754 como momentos cruciais da história germânica. Mesmo fora da abadia, os historiadores não podem ignorar o herói central de tantas canções de gesta. Mas nunca se pensaria em fazer dele um santo. Ele continua sendo um dos personagens, semi-histórico e semilendário, que personifica o orgulho que anuncia o patriotismo. Escrevendo a pedido de São Luís um *Speculum historiae*, uma súmula do que deve saber da história universal o homem correto do século XVI, Vicente de Beauvais, apresenta um Carlos Magno que deve tanto ao *Pseudo-Turpino* quanto a Eginhardo. A obra seria, durante três séculos, uma das bases da cultura histórica dos franceses. Desde que, no mesmo século XIII, surge o tema literário e iconográfico dos Nove Bravos, Carlos Magno é o único rei da história cristã, ao lado do rei fictício que é o rei Artur e do herói que recusou a Coroa, Godofredo de Bulhão.

Ainda não tinham se tirado todas as conseqüências do ritual da sagração inventado para Pepino e para seus filhos. Só em meados do século XI aparece uma das funções mais simbólicas da realeza: o toque das escrófulas. Pepino e Carlos Magno ainda não se tornaram "reis taumaturgos", para retomar a fórmula de Marc Bloch. Se a lenda atribui a Carlos muitos prodígios que seus historiógrafos de forma alguma

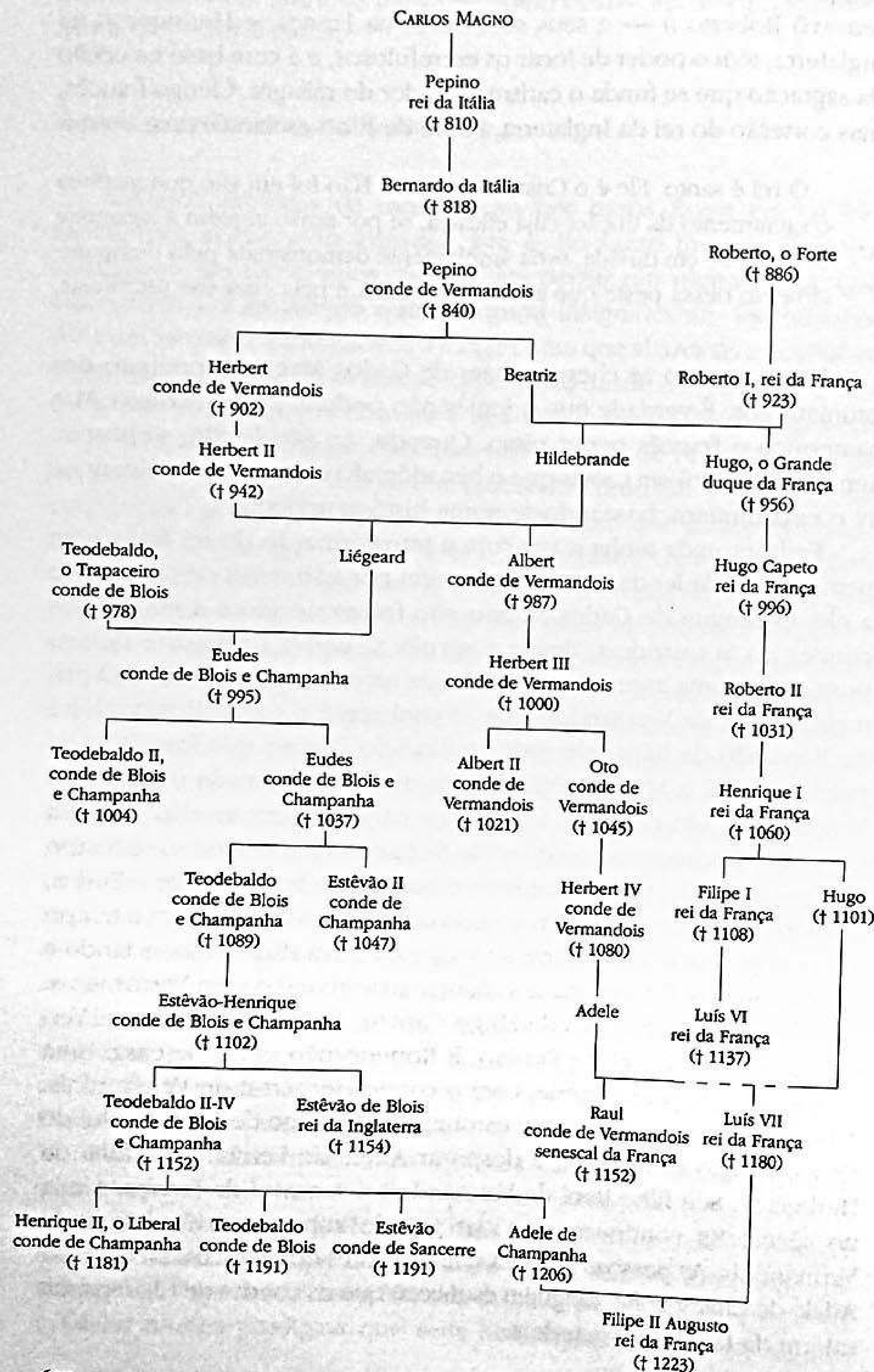
comprovaram, a cura dos doentes não entra nesse rol. Filipe I — talvez seu avô Roberto II — e seus sucessores na França, e Henrique II na Inglaterra, têm o poder de tocar os escrofulosos, e é com base na unção da sagração que se funda o carisma gerador do milagre. Clérigo francês, mas cortesão do rei da Inglaterra, Pierre de Blois esclarece duas coisas:

> O rei é santo. Ele é o Cristo do Senhor. Não foi em vão que recebeu o sacramento da unção, cuja eficácia, se por acaso alguém a ignorasse ou pusesse em dúvida, seria amplamente demonstrada pelo desaparecimento dessa peste que acomete a virilha e pela cura das escrófulas.

Nem por isso se chega a fazer de Carlos Magno o primeiro dos taumaturgos. É verdade que o inglês não poderia pretender isso. Mas tampouco o francês pensa nisso. Quando, no século XVI, se buscou um precursor, foi em Clóvis que o historiógrafo e o médico de Henrique IV o encontraram, baseando-se numa história apócrifa.

Embora nada tenha a ver com a transformação do rei franco em personagem de lenda, o capetíngio nem por isso deixa de reportar-se a ele. O sangue de Carlos Magno não foi esquecido e a família dos condes de Vermandois, desde o século X, deriva uma parte de seu prestígio de uma ascendência carolíngia reconhecida por todos. O primeiro conde de Vermandois que se conhece é o conde Pepino, filho de Bernardo da Itália, ele próprio filho do Pepino que fora feito rei pelo pai, Carlos Magno. Embora não aumente em nada o poder do Vermandois, isto contribui fortemente para valorizar as alianças com um único descendente reconhecido de Carlos Magno. Passado o tempo em que a eleição pelos grandes senhores dera legitimidade a Eudes, a seu irmão Roberto e por fim ao neto deste, Hugo Capeto, vem o tempo em que se procura garantir a sucessão da nova dinastia associando-a aos carolíngios. É a fortuna das alianças matrimoniais com Vermandois.

Já o rei Roberto, avô de Hugo Capeto, desposou Beatriz de Vermandois, neta do conde Pepino. E Roberto não deixa de casar uma de suas filhas, Hildebrande, com o conde Herbert II de Vermandois. A mesma atração pelo sangue carolíngio leva Hugo de França, filho do rei capetíngio Henrique I, a desposar Adele de Vermandois, filha de Herbert IV. Seu filho Raul de Vermandois é senescal da França. Ainda no século XII continuou-se a dar grande importância à aliança do Vermandois. As pessoas não ficam indiferentes quando Luís VII desposa Adele de Champanha: ninguém esqueceu que os condes de Champanha saíram da família Vermandois.



E quando Filipe Augusto desposa Isabelle de Hainaut, é a descendente dos imperadores Luís, o Piedoso, e Lotário I que ele faz rainha da França, e o dote que é o Vermandois não impede de pensar no sangue carolíngio que ela, de sua parte, traz aos capetíngios.

É então que se começa a falar do "sangue real". A hereditariedade está bem estabelecida. Filipe Augusto julgou inútil fazer sagrar e coroar seu filho Luís, o futuro Luís VIII, como ele próprio o fora em vida de seu pai. Na sagração de Luís IX em 1226, as aclamações, que lembram a eleição, vêm depois da unção. O soberano é criado por Deus, não pelo povo, e ainda menos pela Igreja. É preciso insistir que se trata do cerimonial de 800, não do de 751? Em 751, a unção seguia-se à eleição; em 1223, ela ainda se segue à aclamação. Em 800, a aclamação seguia-se à coroação; em 1226, ela se segue à unção. Da mesma forma que, inspirando-se numa lei romana inserida no *Digesto* de Justiniano, dir-se-á em relação aos feudos que "o morto apossa-se do vivo", já se pensa confusamente, nesse início do século XIII, aquilo que se dirá mais tarde: "o rei morreu, viva o rei". Já não se trata mais de escolher o rei na linhagem real, é o sangue real que basta para fazer o rei. O autor do *Sonho do Vergel* o diz de forma direta em 1376.

> Os reis não são ungidos por necessidade, mas por sua vontade, porque sem unção eles poderiam administrar e fazer tudo o que compete a um rei. O imperador tem o poder de fazer leis desde que seja eleito, e um rei que ganha o seu reino por sucessão terá igualmente poder antes de sua unção, porque uma eleição não concede mais direito a um príncipe do que o faz o direito de sucessão, uma vez que seu poder se transmite de pai para filho. Por isso se diz que o morto apossa-se do vivo.

Quanto ao próprio gesto da Igreja, foi nesse mesmo começo de século XIII que se conseguiu habilmente esvaziá-lo daquilo que poderia significar uma submissão do rei. Carlos, em 800, foi "coroado por Deus", não pelo papa. Luís VIII, em 1223, e, a partir dele, seus sucessores, serão ungidos com o bálsamo miraculoso da Santa Âmbula trazida por um anjo, não com o simples óleo consagrado pelo bispo para a administração dos sacramentos habituais. A partir do século IX, falou-se muito, em Reims, da Santa Âmbula enviada por Deus para o batismo de Clóvis, mas ninguém ainda a vira. É precisamente nesse começo do século XIII que ela é vista no tesouro de Saint-Remi, passando a fazer parte da exceção política que é o carisma real.

Naturalmente, o sangue dos capetíngios poderia bastar. Depois de sete gerações, a sucessão nada mais deve à Igreja, e sete é um número sagrado, que vem do Antigo Testamento. Agora é o direito natural que faz o rei; e os juristas de Filipe, o Belo, escreveriam no fim do século: "Antes que existissem clérigos, o rei da França tinha a guarda de seu reino." Mas não esqueceu a profecia de São Valério, que teria prometido a Hugo, o Grande, que seu filho Hugo Capeto e seus descendentes reinariam sobre a França até a sétima geração: chegados à sétima, os capetíngios não podem deixar de buscar uma nova legitimidade. Na década de 1200, o sangue de Hugo Capeto ainda não basta. Carlos Magno se impõe, não apenas como modelo, mas como fundamento da legitimidade. Como outrora o primeiro imperador carolíngio invocava a *Renovatio Imperii*, isto é, a ressurreição perpétua do Império romano, os bajuladores do capetíngio se põem a falar da volta da Coroa à estirpe de Carlos Magno, do *Reditus Regni ad stirpem Karoli*.

E vai-se ainda mais longe. Desejoso de contar com um Sacro Império cujo chefe lhe deve seu diadema em face das pretensões de um rei da França que reafirma a todo momento que recebeu sua coroa de Deus, o papa não cansa de repetir vigorosamente que foi ao Império germânico que a Igreja transmitiu o Império romano. O capetíngio recorre então a todos os meios para lembrar que Carlos não é apenas o fundador de um reino germânico. Atribuem-se pretensas origens carolíngias à mãe de Hugo Capeto.

Por sua vez, Clóvis é invocado para lembrar que o reino franco é anterior ao Império carolíngio e que nada deve a esse Império germânico que se pretende continuador daquele. Não é sem razão que se lembra aos franceses que Clóvis e Luís são um mesmo nome. Em *Os milagres de Nossa Senhora*, o fundador do reino franco é chamado de Luís. O nome de Luís, que não era usual na descendência de Roberto, o Forte, e de Hugo Capeto, reaparece subitamente. É a época de maior voga das canções de gesta, que se multiplicavam havia dois séculos: cumpre lembrar que o registro por escrito da *Canção de Rolando* data do reino de Luís VI e a *Coroação de Luís*, do de Luís VII. Portanto, é conveniente mesclar num mesmo nome a lembrança do fundador merovíngio e a de Luís, o Piedoso. Até 1270, quatro reis vão, pois, receber o nome de Luís, e não por acaso. O primeiro Luís da dinastia capetíngia, Luís VI, é filho de Filipe I, que deve seu nome grego à sua mãe, Ana de Kiev. Não se nomeia ao acaso um herdeiro da Coroa.

A intenção é afirmada com todo vigor. Luís VIII dá a um de seus filhos um nome altamente significativo: Filipe Dagoberto. Na reorganização

do espaço funerário da abadia de Saint-Denis, São Luís, de sua parte, procura marcar a continuidade dos merovíngios aos capetíngios, e é justamente para Dagoberto que manda erguer um novo túmulo no coro da abadia que tanto lhe deve. Ainda em Saint-Denis, o monge Primat compõe para São Luís e seu filho Filipe III um *Romance dos reis* — romance aqui significa narrativa em língua românica e não obra de imaginação — onde desenvolve essa periodização em três "raças" que seria usada até o fim do *ancien régime*, em que associa habilmente a "terceira raça" às duas primeiras, aos fundadores da monarquia franca, Clóvis e Carlos Magno. Em seu *Speculum historiae*, Vicente de Beauvais lembra igualmente essa continuidade que vai de Carlos Magno a Luís IX, que é considerada, nesse século XIII, um elemento constituinte da legitimidade capetíngia. Vários autores falam sobre a história da auriflama — de que voltaremos a falar — e afirmam que ela foi dada a Clóvis por um anjo.

O nome Carlos volta mais discretamente, mas o fato de entrar no uso capetíngio corresponde a uma realidade política mais forte que a da herança merovíngia. Fala-se da reflexão política de um jovem Filipe Augusto, rei aos quinze anos, que numa sessão do Conselho afasta-se um pouco e, mascando um ramo de aveleira, pergunta-se em voz alta: saberia ele devolver ao reino de França a grandeza que teve no tempo de Carlos Magno? O antigo imperador é uma referência para aqueles que sabem um pouco de história. Mas Filipe Augusto dá o nome de Pierre Charlot a um dos filhos ilegítimos que teve com uma burguesa de Arras naquela segunda metade da década de 1200 quando, tendo morrido Agnes de Méranie, ele se recusa a reatar relações conjugais com Ingeburge, esposa por ele repudiada. Pierre Charlot viria a ser bispo de Noyon.

Essa aparição do nome Carlos coincide, sob Filipe Augusto, com o *Reditus ad stirpem Karoli* e com o prestígio do sangue carolíngio dos Vermandois, com esse sobrenome — Augusto — que os capetíngios nunca tinham usado antes e com uma nova pretensão que é e haveria de ser durante um século, entre os capetíngios, o sonho, sempre vago mas às vezes formulado, de uma coroa imperial. Por mais que o monge Rigord justifique, em sua obra *Gesta Philippi Augusti* ("Os grandes feitos de Filipe Augusto"), o nome Augusto, cujo uso ele é o primeiro a registrar por volta de 1190, pelo nascimento do rei no mês de agosto e pela expansão do domínio real, ninguém se deixa enganar por essa explicação: Rigord é monge de Saint-Denis, e a expansão a que se refere diz respeito justamente ao Vermandois. De resto, tanto os anais

como Eginhardo são lidos em Saint-Denis: sabe-se muito bem que foi com o nome de Augusto que Carlos foi aclamado em 800.

Na mesma época, um cônego parisiense de Saint-Marcel, Gilles de Paris, compõe para o futuro Luís VIII um poema moral, *Carolinus*, que propõe àquele que será rei da França o modelo por excelência das virtudes reais: Carlos Magno. Esse *Carolinus* é uma longa defesa da precedência do rei da França em relação à Igreja. Mas Gilles não se atém às virtudes políticas: propõe Carlos como modelo de vida e não deixa de colocar em versos uma descrição do sóbrio imperador que se contenta, à mesa, com quatro pratos — de preferência carnes assadas no espeto — e quatro copos de vinho, descrição que não passa de um acréscimo fantasioso ao texto de Eginhardo.

Celebrando Filipe Augusto em sua *Philippide*, Guillaume le Breton nela coloca a ressurreição da "virtude" carolíngia no rei e em seus companheiros, dignos herdeiros de Rolando e de Olivier. E Carlos Magno continuará sendo o modelo do rei cristão até que São Luís assuma, em boa parte, o seu lugar. Por volta de 1250, num tratado em forma de cartas que compõe e endereça justamente a São Luís, para definir os princípios morais que devem reger as ações do príncipe, um dos professores da Universidade de Paris, Gilbert de Tournai, toma apenas um exemplo à história da Idade Média ocidental, o exemplo de Carlos Magno. O primeiro imperador tampouco deixa de ser, em razão tanto da história como da lenda, o guerreiro vencedor com quem a cavalaria pretende se identificar: o monge e cronista inglês Mateus Paris qualifica São Luís de "sucessor do invencível Carlos Magno".

Luís VIII sabe tirar partido do sangue carolíngio que recebeu de sua mãe. Dá o nome de Carlos ao seu filho caçula, o futuro Carlos de Anjou. O nome permanecerá na dinastia angevina. Filipe III dá esse mesmo nome ao seu segundo filho, o futuro Carlos de Valois. Filipe, o Belo, faz o mesmo: com isso, a França terá um rei Carlos IV. Haverá finalmente na França reis Carlos e reis Luís.

Nenhum dos capetíngios de descendência direta deu o nome carolíngio aos seus primogênitos. Eles se valem da credencial representada pela estirpe de Carlos Magno, mas procuram distinguir-se desta. Herança carolíngia à época de Luís VI e ainda no tempo de Luís VIII, o nome de Luís aparece em seguida como herança de São Luís. Foi com os Valois que se ousou dar o nome de Carlos ao primogênito, ao herdeiro da Coroa. A lembrança de seu ancestral Carlos de Valois, que era o caçula, certamente teve influência na adoção de nomes que dá à França: Carlos V, Carlos VI, Carlos VII, Carlos VIII e Carlos IX. Foi Carlos

de Valois quem, por volta de 1300, encomendou ao poeta Girard de Amiens uma longa epopéia — 23 mil alexandrinos — chamada *Carlos Magno*, cujo assunto é fornecido pelas *Grandes crônicas da França*, isto é, pela *Crônica do Pseudo-Turpino*. E é Carlos V quem inaugura a longa série de devoções reais para com o túmulo de Aix-la-Chapelle.

O ritual da realeza capetíngia chega a incorporar elementos da memória mantida viva pelos *Anais reais* e pela *Vita Karoli* de Eginhardo e também por seus avatares nas *Grandes crônicas da França*.

Assim, nos últimos anos do século XII, Filipe Augusto estabelece em Paris uma sede fixa, sendo evidente que ela responde às novas necessidades nascidas da expansão do domínio real e da complexidade crescente dos assuntos tratados na corte, mas uma sede que lembra estranhamente a que Carlos fez em Aix-la-Chapelle. As razões de ser do Louvre são em boa parte as do palácio de Aix: a estabilidade, a permanência, a segurança. São também do palácio as razões que, de São Luís a Filipe, o Belo, levam à edificação na extremidade ocidental da Cité, do agrupamento dos órgãos de governo, de justiça e de administração.

Outro empréstimo, mas desta vez tomado às canções de gesta, é o fato de surgirem junto ao rei, por essa época, os "doze pares" que seriam os pares de França e que estão para os pares de Carlos Magno assim como estes estão para os doze apóstolos. Seis bispos e seis príncipes territoriais, eis em que essa corte se assemelha à de Carlos Magno, onde o bispo ladeava o conde.

E eis que em 1214, quando o exército volta de sua grande vitória em Bouvines, inaugura-se a prática da entrada solene do rei em sua capital, e isso a exemplo da entrada de Carlos Magno em Roma: uma prática que é retomada em 1226 depois da sagração de Luís IX, e à qual reis do século XIV recorreram bastante. Celebrando a vitória de Bouvines, o cronista Guillaume le Breton dá a Filipe Augusto um sobrenome que não pode ser interpretado à ligeira: *Carolide*.

As invocações iniciais das *Laudes carolíngias* agora aparecem nas moedas. Elas foram lidas, ocasionalmente, num besante de ouro cunhado em Antióquia por volta de 1255 pelo príncipe Boemundo VI. *Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat* figura principalmente no reverso de todas as moedas de ouro dos reis da França, a partir da primeira a ser cunhada, que foi o escudo emitido pouco depois de 1266 por São Luís. Essa tripla invocação ainda seria encontrada, de forma abreviada, nas moedas de Luís XVI.

Apenas uma dessas mudanças ou dessas inovações nada provaria. Sua multiplicação nos anos em que ressurge o nome de Carlos não

pode ser fortuita. A história da auriflama, que merece um exame mais demorado, encerra uma confirmação dessa vontade de estribar a monarquia capetíngia na história carolíngia. Que não haja dúvida, tudo isso foi habilmente concebido em Saint-Denis.

Carlos Magno, rei da França

Na crise política que se segue à difícil sucessão dos capetíngios de descendência direta, agravada pela derrota de Poitiers, a Coroa da França acha por bem reforçar o prestígio que lhe advém de São Luís com o prestígio que pode derivar de Carlos Magno. Como dissemos, é então que Carlos se torna o primeiro dos nomes da dinastia reinante. E é sob Carlos V que o jurista Jean Golein ousa atribuir a Carlos Magno a instituição da sucessão masculina à Coroa. À mesma época, um cronista um tanto leviano acredita ter descoberto sua origem na lei sálica, que na verdade não aborda o assunto.

A denominação "São Carlos Magno" entra então, timidamente, na linguagem da França. O inventário do tesouro de Carlos V descreve o cetro com a estátua "de São Carlos, que foi imperador de Roma". Mesmo nesse momento, em que as relações entre o rei da França e de seu tio, o imperador Carlos IV, beiram o idílio, o clérigo do rei omite o lado germânico do personagem. Agora que o papa está em Avignon, Roma incomoda menos que a lembrança de um Império de que o Sacro Império Romano Germânico se pretende sucessor. Mas Carlos V não fica insensível às constantes referências que seu tio faz, no Império, ao primeiro imperador. Em 1369, o rei da França isenta os comerciantes de Aix das taxas que os estrangeiros pagavam quando entravam no reino, e isso em consideração à santidade de Carlos Magno. Começa-se, no recesso da capela real, a comemorar São Carlos Magno. Ele é festejado duas vezes, em 28 de janeiro e em 27 de julho. A capela real adota então, para a liturgia dessas festas, o distintivo do missal de Aix, sem dúvida transmitido a seu sobrinho por Carlos IV.

Pela mesma época, sem dúvida para se dissociar de um culto por demais inspirado no Império germânico, alguns começam a considerar santo um Clóvis cujas virtudes cristãs, desde Gregório de Tours, a ninguém ocorrera exaltar. Confunde-se naturalmente a unção do batismo e a da sagração, e essa confusão se perpetuará sem segundas intenções até na pena de historiadores do século XX. Clóvis se torna o tipo ideal do rei cristão. As primeiras referências a São Clóvis aparecem

sob Carlos VI. No século XV, elas se multiplicam, e a referência ao santo fundador do reino tem lugar até mesmo no texto de duas ordenações de Luís XI. Clóvis se torna herói de romances de cavalaria, sendo também herói de várias *Vidas*, no gênero bem conhecido das *Vidas de santos*. O culto de São Clóvis se tornará esporádico e logo será esquecido.

A vitória caberia finalmente a Carlos Magno. Para justificar a suserania do rei da França sobre o rei da Inglaterra em razão de seu ducado de Guyenne, Cristina de Pisan não hesita, em 1404, em sua *História de Carlos V*, em lembrar que, se a Gasconha está "submetida ao reino de França", é porque foi conquistada e convertida por São Carlos Magno. Conquistada é uma meia verdade. Convertida é absolutamente falso. Mas, para Cristina, Carlos Magno é rei da França. Meio século depois, Filipe de Mazerolles o coloca na composição do *Retábulo do Parlamento de Paris:* à direita de Cristo na Cruz, Carlos VII acompanha São João Batista, e, à esquerda, Carlos Magno flanqueia São Dionísio. O rei está com o cetro, o imperador com a espada e o globo. Por trás de um, o Louvre; por trás do outro, o Palais de la Cité. Onde, mais que no Parlamento, primeira e principal entidade da corte do rei, o paralelismo entre Carlos VII e Carlos Magno poderia ter tão alta significação?

Enquanto em Paris a festa continua sendo característica da capela real, outras cidades encontraram em sua própria herança histórica as razões de um culto que as valoriza. Reims já adota elementos do calendário litúrgico das igrejas alemãs. A cidade da sagração imita a cidade da coroação. A festa ainda seria celebrada até o século XVIII.

A coisa vai ainda mais longe: nas grandes litanias que se cantam em Reims, São Carlos Magno tomou lugar entre Santo Agostinho e São Luís.

Os franceses logo esqueceram que Carlos Magno é antes de tudo germânico. Na história contemporânea, esse esquecimento resistirá até mesmo a um século de germanofobia. Se a França, e especialmente a Igreja da França, importa-se mais com Carlos Magno que com São Carlos Magno, isso se dá mais em razão do papa que ratificou a canonização que em função dos méritos insuficientes do rei franco. Como deve ter sido notado, em todas as referências que os reis da França e seu clero se comprazem em encontrar, trata-se sempre do imperador cristão, do herói da cristandade, e nunca, antes do tempo dos Valois, do santo.

A província, contudo, não vai deixar a Paris, com que ele nunca se preocupou, o trunfo que é Carlos Magno. Cidades que até então não tinham participado da celebração encontram no século XVII, numa

história nacional que os eruditos começam a reconstituir, a razão de uma inovação. Mais que na literatura legendária que inspirava os textos litúrgicos da Igreja de Paris no século XIV, os textos das lições do ofício cantado no coro inspiram-se agora nas crônicas e principalmente em Eginhardo. O galicanismo não é alheio a esse desejo de inscrever no calendário uma festa recusada pelo missal romano. As igrejas de Ruão, Saint-Quentin, Sarlat, Périgueux e Narbonne instituem a festa de "Carlos Magno, imperador e rei da França" vangloriando-se, umas, de terem sido fundadas pelo rei, outras, de terem sido contempladas com a sua generosidade.

Passada a tormenta da guerra civil e da reconquista obtida perante o inglês, o reino de França volta a São Carlos Magno. O piedoso Luís XI multiplica as devoções à memória daquele que considera seu predecessor. Oferece em Aix, para o braço de Carlos Magno, um soberbo relicário de arte lionesa, datado do século XII, e não se separa de uma cruz que, segundo a tradição, teria sido trazida da Terra Santa por Carlos Magno. É sobre essa "Verdadeira Cruz de São Carlos Magno" que, em 1468, ele jura em Péronne sua paz com o Temerário. E, em 28 de janeiro de 1475, ele ordena que a festa de São Carlos Magno seja celebrada solenemente todo ano em Paris, e que nesse dia não se trabalhe.

De resto, o adversário não está inativo. Nesse mesmo ano de 1475, a duquesa de Borgonha, Margarida de York, oferece à capela palatina de Aix a coroa de prata dourada ornada de jóias, de pérolas e de esmaltes que ela usara sete anos antes em seu casamento com Carlos, o Temerário (Aix-la-Chapelle, Tesouro da Catedral).

Saint-Denis e a auriflama

O zelo dos monges de Saint-Denis relaciona-se diretamente à propaganda com que os capetíngios sustentam sua afirmação de legitimidade. Mas as posições mudaram desde a época em que os primeiros carolíngios procuravam denegrir, em termos historiográficos, os merovíngios. Os capetíngios, ao contrário, se pretendem inseridos numa linha legítima que parte das primeiras estirpes até a sua época. Saint-Denis se tornou a necrópole real que um dia Pepino, o Breve, desejou que fosse. Da mesma forma, pretendem valer-se do prestígio da abadia em benefício dos novos reis. No fim do século XI, Carlos Magno aparece, na gesta, como "rei de Saint-Denis". E conta-se que Carlos, o Calvo, transportou para Saint-Denis as relíquias da paixão trazidas por Carlos de uma peregrinação à Terra Santa inventada pelos monges de Saint-Denis; aqui, no fim do século XI, compôs-se a canção épica e ao mesmo tempo cômica que tem justamente o título de *Peregrinação de Carlos Magno*.

É bastante claro o propósito do monge aquitano que, atribuindo-a ao arcebispo Turpino, personagem mais conhecido da *Canção de Rolando* do que da história, compõe em latim, por volta de 1150, uma *História de Carlos Magno e de Rolando* que é uma narrativa moralizante das campanhas vitoriosas da Espanha e da Galiza: é a ilustração de uma Espanha cristã restituída à cristandade e de uma peregrinação a Compostela famosa havia um século. A obra teve um sucesso extraordinário; dela ainda se conservam, atualmente, cerca de 170 manuscritos, duas vezes mais do que o que se tem de Eginhardo. Para nada ficar devendo àquele que foi realmente um arcebispo de Reims, o que tradicionalmente é chamado de *Crônica do Pseudo-Turpino* é, na verdade, obra de um monge de Saint-Denis, justamente a abadia onde o verdadeiro Turpino foi monge. Se o autor dá destaque à abadia, é porque ela serve de traço de união entre o reino franco e o reino de França. Luís VI acaba de proclamar Saint-Denis, em 1124, *Caput regni*, "chefe do reino", isto é, capital. Como se verá, ele adotou o estandarte da abadia, fazendo-o sua insígnia. Esse tratamento de exceção reservado a Saint-Denis constitui uma inovação no século XII, e o abade Suger bem o sabe. Ele deriva apenas de uma situação de fato. Legitimá-la pela história nada tem de inútil.

Surge, pois, a oportunidade de desenvolver a história de um Carlos Magno que teria consagrado a França ao glorioso mártir São Dionísio [Saint-Denis]. "Somente de Deus e de ti, bem-aventurado Dionísio, recebo o reino de França", são as palavras que se colocam na boca de Carlos Magno. E o *Pseudo-Turpino* afirma que Carlos, ao regressar de Roma, colocou seu diadema imperial no altar de Saint-Denis, confiando assim ao santo padroeiro da abadia o senhorio do reino franco. Nem os reis nem os bispos, diz o *Pseudo-Turpino*, serão doravante ordenados sem que se consulte o primeiro bispo de Paris.

O que se tem aqui é, ao mesmo tempo, a glorificação da abadia que detém as *regalia* e a afirmação do fundamento religioso do papel que Paris começa a ter como capital, além da preterição completa da usurpação de 987. E, inspirando-se no *Pseudo-Turpino*, os autores das *Grandes crônicas da França* continuarão a falar da pretensa continuidade da história da França através de Saint-Denis.

Como era de praxe na época, alguns anos mais tarde forjou-se habilmente um documento de Carlos Magno para dar à abadia a posição de maior destaque no reino, e ao seu abade um papel excepcional como primaz do monacato francês. Carlos Magno oferece à abadia um censo anual de quatro moedas de ouro — note-se que não se cunham mais moedas de ouro nem sob Carlos Magno nem sob Luís VII — e que será pago perpetuamente pelos reis da França como testemunho de vassalagem. Assim, os contemporâneos de Luís VII retomam, sem o saberem, o expediente usado em Roma quando se forjou a *Doação de Constantino:* legitimar com uma fraude uma realidade da época. E os monges — a menos que tenha sido idéia do próprio abade Suger — não deixam de fazer uma reivindicação espetacular, apoiando-a numa afirmação de Carlos Magno.

> Proibimos que nossos sucessores sejam coroados em outro lugar que não a igreja do bem-aventurado Dionísio.

Evidentemente, o que se faz aqui é fingir esquecimento: desde 754, nunca mais se sagrou um rei em Saint-Denis, e Urbano II acaba de afirmar, em 1089, o privilégio do arcebispo de Reims. Mas, abade de Saint-Denis desde 1122, Suger manifesta as mais altas exigências, e a autoridade de Carlos Magno não lhe é inútil. Não tomou ele providências para que, quando da dedicação e, depois, da consagração da nova abacial, o bispo de Paris não desempenhasse nenhum papel? Suger morreu em 1151. Na década de 1150, quando se compõe o *Pseudo-Turpino*, e dez anos depois, quando se redige o ato atribuído a Carlos Magno, é ainda seu pensamento que predomina em Saint-Denis, e aí não se esqueceu o poder que teve sob Luís VI e Luís VII, em sua qualidade de verdadeiro primeiro ministro do rei e até regente do reino durante a Segunda Cruzada.

Carlos Magno legitima, pois, Suger em termos imediatos, e legitimará todas as pretensões da abadia a desempenhar um papel na sucessão da Coroa. Não por acaso, o Turpino da crônica apócrifa é precisamente o arcebispo de Reims, quando nem Pepino nem Carlos quiseram se fazer sagrar na catedral do batismo de Clóvis. As sagrações em Saint-Denis surgem no século XII, ao passo que Reims levou a melhor no que tange ao lugar da cerimônia como forma de legitimação, pelos acontecimentos do século VIII, do direito de o abade conservar as coroas — se, como é provável, elas já se encontram na abadia antes que, em 1260, São Luís confirme essa prerrogativa — e do direito de

considerar o estandarte de Saint-Denis como a auriflama do rei. Não existe forma mais cabal de expressar a autoridade moral do que se associar, ainda nesse século XII, ao nome do imperador. Os sucessores de Suger tentarão, em vão, transformar em realidade as pretensões enunciadas pelo falso diploma de Carlos. Em 1179, na sagração de Filipe Augusto em Reims, o abade de Saint-Denis consegue desempenhar um papel ao lado do arcebispo. No ano seguinte, convence Filipe Augusto a se fazer coroar uma segunda vez na abadia. Em seguida, elabora-se uma espantosa liturgia no curso da qual o abade, designado por São Luís guardião das coroas, as traz solenemente a Reims e as leva de volta quando se encerram as cerimônias da sagração e da coroação. O acontecimento de Reims é coisa de um dia. A continuidade — a guarda das *regalia* — é em Saint-Denis.

Mesclando-se o culto de São Dionísio e o de Carlos Magno, cria-se, além disso, uma confusão a que o capetíngio não poderia se opor: Carlos Magno se torna um dos santos padroeiros da monarquia francesa. De germânico que era, fazem-no — certamente ignorando o erro histórico — um francês no novo sentido da palavra. Enquanto o Sacro Império se diz germânico, a crônica do *Pseudo-Turpino* qualifica de Frância o reino, ainda que este se veja reduzido a uma parte da antiga Gália. E é à virtude carolíngia que Guillaume le Breton atribui a vitória de Bouvines, considerada por ele uma nova vitória dos francos sobre os saxões. A confusão aumenta: os francos são os franceses. A tradição francesa nunca mais deixará de considerar Carlos Magno como um herói nacional. Os teóricos do poder real daí tirarão um argumento contra qualquer subordinação do rei da França ao imperador: tanto um como outro são a posteridade política e nacional de Carlos Magno.

Detenhamo-nos por um instante na auriflama. Na *Canção de Rolando* se ouve pelo menos dez vezes os franceses gritarem "Montjoie"*, seja antes do combate para implorar a ajuda de Deus, seja depois em ações de graças. "Porque é a insígnia de Carlos", explica o poeta. Que significa "insígnia"? O grito de guerra, é certo. É exatamente enquanto tal que se grita a "palavra". Mas é também o estandarte, "a insígnia célebre". E o autor da *Canção* nos conta as circunstâncias dessa mudança semântica. A explicação é dada no momento em que se narra o avanço do exército de Carlos para vingar o massacre de Roncesvales.

* *Montjoie*: grito de guerra da tropa de Carlos Magno. Deriva do dialeto frâncico *mund gawi*, que significa "proteção ao país".

"Montjoie!", gritam eles. Com eles está Carlos Magno.
Godofredo de Anjou carrega a auriflama.
Ela esteve em São Pedro, também era chamada "Romana",
Mas lá em "Montjoie" ela mudará de nome.

É isso que se conta no fim do século XI. No tempo de Carlos Magno, a única alusão explícita ao estandarte real encontra-se no mosaico de Latrão, onde se vê São Pedro entregando a Carlos um estandarte azul com seis rosas vermelhas. Elaborada em Roma na ausência do rei, a imagem que o artista lhe dá nada significava, nem em termos de desenho, nem em termos de cor; mas o fato de o próprio símbolo do poder temporal ser, nesse caso, um estandarte, basta para atestar a importância ideológica dessa insígnia. A *Canção* apenas o confirma.

No tempo dos capetíngios, enquanto a coroa e o cetro foram incorporados ao arsenal dos símbolos do poder real, o estandarte continua sendo o símbolo do comando militar. Ainda se trata de algo absolutamente normal o fato de que o rei seja, em campanha, acompanhado de seu porta-estandarte. Em 1119, na batalha de Brémule, Luís VI perde seu estandarte. É então que, talvez substituindo em alguma ocasião o estandarte do rei, aparece nos campos de batalha aquele que, havia muito, era conservado em Saint-Denis: o estandarte de guerra do conde de Vexin, em sua qualidade de procurador de Saint-Denis. Acontece que, a partir de 1077, o rei é que é o conde de Vexin. Quando, em 1124, partindo em campanha em condições difíceis, Luís VI faz seu o estandarte de Saint-Denis, ele apenas adota por insígnia de seu comando real, de forma paradoxal, aquilo que significava seus deveres para com a abadia. E agora o grito de guerra do rei é "Montjoie Saint-Denis!"

Filipe Augusto, por sua vez, "ergue" o estandarte de Saint-Denis, que é chamado de "auriflama", pela primeira vez em 1184, quando do confronto com o conde de Flandres, pela segunda vez em 1190, na Cruzada, e pela terceira vez em 1214, na campanha de Bouvines. É esse estandarte de seda vermelha que é representado, por volta de 1220, no vitral de Chartres com a efígie de um marechal do rei. Mas desde o final do século XII já se tem como verdade em Saint-Denis que a auriflama é a insígnia de Carlos Magno, da mesma forma que a espada da sagração é Joyeuse, a espada de Carlos Magno "cujo brilho não é empanado pelo sol". Na década de 1200, o inglês Gervásio de Cantuária o repete.

O rei Filipe leva a insígnia do rei Carlos, a qual é, na França, da época desse príncipe até os nossos dias, a insígnia de morte ou de vitória.

A auriflama não é, como qualquer estandarte ou bandeira, um simples instrumento tático, um meio para reunir os combatentes nas manobras e nos combates: para isso, basta o estandarte real, aquele que é carregado em todas as campanhas ao lado do rei e que certamente foi confeccionado novamente depois da infausta perda de Brémule. Em seu relato da batalha de Bouvines, o capelão real Guillaume le Breton distingue bem os dois estandartes: a auriflama vermelha — uma peça de seda com várias pontas —, que é a de Saint-Denis, e o estandarte do rei, ornado com flores-de-lis. Este tem apenas um uso prático, e acontece de haver dois estandartes reais. Carregada por um dos mais nobres cavaleiros, e apenas nas batalhas regulares — não nas simples refregas — das quais o rei participa pessoalmente, a auriflama de Saint-Denis é, ao contrário, o símbolo da legitimidade e o signo sagrado da recomendação a Deus quando o reino está ameaçado ou quando se vai combater para libertar o Santo Sepulcro. Luís VIII a erguerá quando for combater os albigenses. São Luís a levará em suas duas cruzadas e também em Taillebourg, quando luta contra os ingleses. Filipe, o Belo, também a levará em Flandres. Contando, no século XIV, a cruzada de Filipe Augusto, um monge de Saint-Denis faz referência à expedição de Carlos Magno à Terra Santa, cuja lenda, como sabemos, foi forjada em Saint-Denis.

> O rei Filipe foi à igreja do bem-aventurado mártir Dionísio... para recomendar devotamente a esse santo sua pessoa e seu reino, querendo assim imitar os usos de seus predecessores e o exemplo do rei Carlos, o Grande, que, sendo o primeiro a carregar a auriflama ou insígnia de Saint-Denis contra os inimigos da Cruz, libertou a Terra Santa.

Notemos que não é necessário ter visto a auriflama para descrevê-la, e que o problema de sua cor não incomoda os cronistas. Guillaume le Breton não tem escrúpulos em descrever "o esplendor de seu vermelho", explicando que "sua flâmula é normalmente chamada de dourada". Isso nos livra das contradições entre o estandarte azul de Latrão e a flâmula de seda vermelha de Saint-Denis.

É a época em que os capetíngios, sequiosos de legitimidade, procuraram encontrar traços de união com os merovíngios e com os

carolíngios. Dá-se grande destaque ao papel, bem real, desempenhado por Dagoberto no desenvolvimento da abadia de Saint-Denis. Não é preciso mais do que isso para que a auriflama encontre duas referências históricas. "Dagoberto mandou-a fazer", escreve friamente, em 1306, o autor da obra *Ramos das reais linhagens*, Guillaume Guiart, um homem de armas que carrega o estandarte dos sargentos de Orléans na campanha de Flandres de 1304 e que, posto fora de combate por seus ferimentos, se fez historiador. O próprio Guiart confessa dever a Saint-Denis uma parte essencial de suas informações. Mas o ex-porta-estandarte é sensível à questão das insígnias. Ele fala, pois, da auriflama, que não viu em campanha, mas que pôde contemplar na abadia. Dagoberto, diz ele, usou-a em suas campanhas contra "os ímpios". Pepino e seu filho, Carlos, a desfraldaram em suas lutas contra os sarracenos. É em tais combates que ela ainda é erguida, levando-se apenas uma réplica nas campanhas contra cristãos. Com Dagoberto, já não é mais a auriflama de Carlos Magno conservada por Saint-Denis, é a auriflama de Saint-Denis erguida por Carlos Magno. A abadia se atribui o papel mais importante.

Seria o caso de perguntar como um simples pedaço de seda pôde resistir a tantas turbulências e a tantos combates, caso a história da auriflama perdida em 1304 na batalha de Mons-en-Pévèle e reencontrada rota na lama não nos desse uma explicação: a auriflama levada na campanha por Filipe, o Belo, era apenas uma réplica "muito semelhante", segundo Guillaume Guiart, intérprete da versão apresentada por Saint-Denis. É mais provável que, tendo-se perdido a verdadeira auriflama em Mons-en-Pévèle, batizou-se com esse nome um estandarte guardado havia muito tempo em Saint-Denis, para fazer crer que o que se perdera era apenas uma réplica. Ninguém acreditou na história em Saint-Denis e, quando ela foi erguida em 1316, procuraram um bispo para a abençoar: não se abençoaria uma relíquia conhecida como tal. Era preciso, a todo custo, dispor da auriflama de Carlos Magno. Isso não impediu que, ao longo do século XIV, se levasse em campanha uma cópia daquela que era venerada em Saint-Denis.

Não era suficiente que a auriflama fosse a insígnia de Carlos Magno. Era preciso também que tivesse uma origem sobrenatural. Providenciam isso no século XIV. Recorre-se a duas lendas em apoio a isso, e ambas violam a cronologia mais rudimentar. A primeira é a do sonho do imperador Constantino, ao qual um anjo pede que convoque o rei Carlos para que defenda a fé cristã contra os sarracenos. E Carlos

aparece então a Constantino como um velho cavaleiro, de barba longa, trazendo uma lança de cuja ponta "saía uma chama ardente." A outra é também a de um sonho contado a Carlos Magno numa carta do imperador Manuel Comneno: um cavaleiro aparecia a este último.

> Ele segurava uma lança brilhante como se fosse de ouro e resplandecente como o sol. E dessa lança saía um feixe de chamas que era como um estandarte flamejante.

Essa narrativa teria motivado Carlos a fazer sua a auriflama de Saint-Denis. Seja como for, essas duas lendas introduzem na história um elemento até então ausente: o maravilhoso. O da auriflama vem ao encontro do da espada Joyeuse e da espada Durindana. Para engrandecer o legado simbólico de Carlos Magno à monarquia francesa, o imperador se torna personagem de sonho.

As *regalia*

Deixemos de lado a auriflama que — ainda que se comece a atribuir sua paternidade a Clóvis, e não mais a Dagoberto — tem seu prestígio seriamente comprometido pelos acontecimentos da primeira metade do século XV. A história das *regalia* não é menos significativa. A pesada "coroa do rei" é aquela que — em concorrência com a "Santa Coroa", a coroa-relicário de São Luís, com a qual às vezes se confunde — serve a muitos reis, talvez a partir de Filipe, o Belo, e certamente até Luís XVI, para a primeira parte da cerimônia da sagração. Colocam-na até na cabeça das rainhas, como em 1517, no caso de Cláudia da França. Ora, essa coroa, feita com um círculo de ouro guarnecido de flores-de-lis e com um barrete pontudo de tecido bordado, logo se torna a "coroa de Carlos Magno". A coroa, mais leve, que se coloca em seguida na cabeça do rei, é uma coroa pessoal de cada um dos reis; a coroa de Carlos Magno, porém, representa a coroa da França. É esta que Carlos V, em seu leito de morte, pede que lhe tragam para venerar, a exemplo da coroa de espinhos. Moribundo, Henrique III a evoca em 1589, em sua última conversa com aquele que viria a ser Henrique IV.

> A coroa é vossa depois que Deus tiver feito de mim de acordo com sua vontade. Peço que Ele vos conceda a graça de desfrutá-la em boa

paz. É meu desejo que ela brilhe tanto em vossa cabeça como brilhou na de Carlos Magno.

Essa coroa feita no século XIII será tomada e em parte destruída no ano seguinte pelos partidários da Santa Liga. Ela seria substituída pela coroa da rainha, mas esta imediatamente passa a ser chamada de coroa de Carlos Magno. Todas as coroas, salvo a coroa pessoal de Luís XV e a coroa-relicário de São Luís, serão fundidas em 1794.

Apesar da referência, deliberada e repetida, a Carlos Magno, e embora desde o século XIV o rei da França seja "imperador em seu reino", nenhuma dessas coroas que se conservam em Saint-Denis e que são levadas a Reims para a sagração é uma coroa de tipo imperial, uma coroa "fechada" por arcos como do tipo que se usava no Sacro Império para as coroações imperiais e que figurava nas efígies de Carlos Magno e de seus sucessores. Mesmo a coroa que figura no escudo da França, no fecho do relicário do braço de Carlos Magno oferecido à capela palatina de Aix por Luís XI, é uma coroa aberta, constituída simplesmente de um círculo encimado, na sua parte anterior, de três flores-de-lis e de dois florões intermediários. Seria preciso esperar o advento de Luís XII para ver a coroa de arcos cingir a cabeça do rei da França num dia de festa, e o de Henrique II para que ela figure em suas armas. Em seguida, também as coroas pessoais seguiriam esse modelo. Conhecemos, por meio de documentos, a de doze arcos, de Henrique IV, e as de oito arcos, de seus sucessores da casa dos Bourbon. O Louvre conserva a de Luís XV.

A espada com o punho de ouro que, com a lâmina nua e apontada para cima, o condestável segura durante a sagração e que se vê atualmente no Louvre é reconhecida, desde o século XIII, como "a espada de Carlos Magno". Em suma, ela é Joyeuse, a espada das canções de gesta. Feita de várias peças, sendo as mais antigas, ao que parece, do século X, e as mais recentes do século XII, ela é usada eventualmente, desde a sagração de Filipe III em 1271, e talvez desde a de Filipe Augusto em 1180; desde o fim do século XV é usada de forma sistemática, exceto na sagração de Henrique IV.

Mas essa espada não basta para Saint-Denis. Uma outra espada, com punho de prata dourada, conservada no tesouro da abadia, mas sem uso, logo se torna a espada do arcebispo Turpino.

Carlos V aumenta o número das *regalia* mandando fabricar para sua sagração, em 1365, um novo cetro, que Carlos VI mandará remodelar e embelezar. Ainda há tempo para o rei Valois, cuja coroa sofreu tantos transtornos desde o acontecimento de 1328, retomar a reivindicação

de uma herança carolíngia com a qual os primeiros capetíngios haviam reforçado sua legitimidade ainda incerta. O cetro é uma grande haste de ouro encimada por uma estatueta de Carlos Magno no trono, com coroa, cetro e globo. O ponto sobre o qual se fixa a estatueta é ornado com três cenas da lenda de Carlos Magno. Mesmo não sendo coerente, a inscrição cinzelada na base do trono é significativa: *SANTUS KAROLUS MAGNUS ITALIA ROMA GALLIA ET ALIA*. Cumpre notar aqui o "São Carlos Magno" (Louvre; foto 11 do encarte).

Chegou-se considerar como *regalia* peças que não passavam de símbolos da aliança do rei com a abadia. Caso, por exemplo, do jogo de xadrez em marfim que passará — os monges insistirão em divulgar a lenda — por ter sido oferecido a Carlos Magno pelo califa Harum al-Rachid (BNF) e que na verdade é uma peça italiana do século XI. O mesmo se dá com a peça chamada "Painel de Carlos Magno" — um relicário —, mas que, na verdade, foi encomendada por Carlos, o Calvo, e oferecida por ele a Saint-Denis (Paris, BNF), uma peça excepcional, em que a parte que representa a Coroação, a única que sobreviveu à Revolução, tinha um entalho antigo em água-marinha com a efígie de Júlia, filha de Tito, cingida de nove grandes safiras, oito rubis, onze ametistas, 22 granadas, 135 esmeraldas, 239 pequenas safiras e cerca de setecentas pérolas! A origem inventada dessa peça só prova uma coisa: ela enchia de orgulho Saint-Denis.

Atribuir ou relacionar um objeto ou um lugar a Carlos Magno é, pois, uma forma de valorizá-lo. Um relicário em forma de A fabricado no início do século XII se torna, no tesouro de Conques, o A de Carlos Magno. Da mesma forma, em muitos tesouros catedrais ou abaciais, a menor das trompas de marfim é considerada o olifante de Rolando.

Faltava, porém, à França, uma verdadeira relíquia. O imperador Carlos IV era ávido de relíquias. Desde 1349, ele estimulava a peregrinação — a cada sete anos — que propiciava a Aix-la-Chapelle seu tesouro de relíquias: o vestido usado pela Virgem quando do nascimento de Cristo, as faixas usadas pelo Menino, os panos que envolveram a cabeça cortada de São João Batista. Mandou fabricar na Boêmia três relicários para apresentar a Aix o cinto da Virgem, o cinto do Cristo e a corda da flagelação. Não contente em providenciar para a calota craniana de Carlos Magno o soberbo relicário de que já falamos, ofereceu à capela palatina os dois relicários ditos de Carlos Magno e de Trois Tours, com inúmeras relíquias de santos.

Em 1367, enviou a seu sobrinho, o rei Carlos V, um dente de Carlos Magno, talvez o que se conservava em Aix e que o próprio imperador

Oto III teria retirado da boca de Carlos. O rei da França não podia ficar em dívida: ofereceu a seu tio um frasco trabalhado no qual figurava São Jaime ordenando a Carlos Magno que partisse para libertar a Espanha. Os outros Valois foram pelo mesmo caminho: uma peça revestida de esmalte fabricada para Luís de Anjou, irmão de Carlos V, mostra Deus Pai coroado com a tiara e ladeado de São João Batista e de um São Carlos Magno aureolado e coroado (Louvre).

Uma observação se impõe: ao mesmo tempo em que se confirma o lugar de Carlos Magno — ou antes de seu nome — entre os símbolos da realeza, ninguém reivindica seu exemplo histórico. Invoca-se apenas seu nome nos dois grandes confrontos ideológicos que ocupam os espíritos entre o reino de Filipe, o Belo, e o de Carlos V, confrontos nos quais a história poderia ter alguma influência. Quando o rei da França combate contra Bonifácio VIII para afirmar a independência do poder secular, não se pensa em Carlos Magno nem na autoridade que teve em relação à sua Igreja. Filipe, o Belo, está rodeado de juristas, e para estes é mais fácil encontrar suas referências no direito natural, e até em Aristóteles, do que na história. Aliás, quem ainda se lembra, em ocasiões como essa, da *Admonitio generalis* e do concílio de Frankfurt? Quando, por volta de 1358, o monge Richard Lescot redescobre a lei sálica e a usa indevidamente para justificar a transmissão da coroa aos homens, com exclusão das mulheres, é evidente que ninguém dispõe de um texto correto da lei. Foi muito fácil para o monge modificar-lhe o texto para ler que "a mulher não tem nenhuma parte no reino". No começo do século XV, o humanista Jean de Montreuil restabelece o texto autêntico e cita enfim Carlos Magno, mas dele tira a mais surpreendente das conclusões.

> Tomamos conhecimento, em livros muito antigos, de que a constituição e ordenação chamada lei sálica, que veio outrora dos romanos, foi elaborada na França, antes que houvesse reis cristãos, e confirmada por Carlos Magno.

O mesmo acontece quando, dos juristas de Filipe, o Belo, aos de Carlos V, todos se empenham em negar a superioridade do imperador germânico sobre o rei da França. A pretensão vem de longe. Historiador do conde de Flandres, o notário Galbert de Bruges já no século XII dava ao capetíngio Luís VI o título de *imperator franciae*. Preocupado em combater a autoridade do imperador germânico e achando por bem reforçar o prestígio de Filipe Augusto, é o próprio Inocêncio III quem, na decretal *Per venerabilem*, afirma, em 1202, que "o rei da França não

reconhece nenhum superior no temporal". Um século depois, os juristas de Filipe, o Belo, cunham o adágio "o rei da França é imperador em seu reino".

Mas é preciso responder, no século XIV, aos juristas do Império germânico: com efeito, num poema que é uma parábola política, Alexandre de Roes — um alemão de Colônia que passou a servir o cardeal romano Jacopo Colonna — afirma que Carlos Magno é um alemão e que o Império alemão que ele criou é mesmo o Império único, portanto universal. Alguns anos depois, o argumento é retomado por Lupold de Bebenburg. E, em 1312, o imperador Henrique VII, no próprio dia de sua coroação em Roma, lembra, numa carta a todos os príncipes cristãos, que ele exerce o poder universal do Império. Desde então, o que é preciso ressaltar na França é a precedência de Clóvis. Em 1406, Pierre d'Ailly invoca diante de Carlos VI o exemplo de Clóvis, mas — teria sido o engano de boa fé? — confunde o batismo do primeiro rei cristão com a unção da sagração, que, entretanto, só foi recebida por Pepino, o Breve, e seus sucessores.

> Clóvis, vosso predecessor, foi batizado por monsenhor São Remígio... e o anjo do céu lhe deu a unção. E assim vosso reino não é como os outros... Vós sois o imperador em vosso reino.

A fórmula, desde então, não será negada. O rei da França é imperador em seu reino. Na missa, ora-se continuamente pelo imperador. Nenhum dos letrados que rodeiam Carlos V ou Carlos VI pensou na relação, bastante significativa, entre o reino de Carlos e o Império que dele nasceu. No máximo, lembra-se que Carlos conquistou suas terras combatendo os infiéis, que Pepino foi eleito pelo povo e até que São Carlos Magno fez milagres — considerações estas que em nada reforçam a pretensão do rei em não reconhecer a soberania do imperador, e, portanto, em não considerá-la como universal.

As canções de gesta e os romances de cavalaria que delas derivam sem dúvida têm grande influência nessa atitude dos historiadores que se recusam a reportar-se ao exemplo de Carlos Magno. Foi o guerreiro que levou a melhor sobre o político na memória dos franceses. Ora, dos juristas aos humanistas, pouca importância se deu à literatura de imaginação. Esqueceram-se as capitulares e só se conhecem os *Anais reais* de forma distorcida, por meio das *Grandes crônicas da França* ou do *Speculum historiae*. Lêem-se essas obras por distração, não para trabalho. Os intelectuais do *entourage* real são pessoas sérias.

A ERA DAS IMAGENS

Naturalmente, Carlos Magno tomou lugar entre os santos personagens representados na iconografia da Idade Média. Mas também nesse caso trata-se do Carlos Magno da lenda, não o da história: antes de tudo o peregrino de Constantinopla, o cruzado da Espanha. Representa-se o sonho de Constantino, que vê surgir Carlos, o libertador de Jerusalém, e que lhe oferece as notáveis relíquias da Paixão, a Coroa de Espinhos, um pedaço da Verdadeira Cruz e o braço no qual o velho Simeão carregou o Menino Jesus. É fácil apontar a origem dessa narrativa. No século XII, Saint-Denis procura ao mesmo tempo fazer reconhecer a autenticidade das relíquias da Paixão que se conservam na abadia e lhes dar uma origem ilustre: uma doação de Carlos Magno. Representam-se também os combates imaginários entre o rei e os sarracenos. A iconografia praticamente não retrata os combates contra os pagãos da Germânia, e tampouco a conversão dos germanos. Só na Alemanha fala-se um pouco das vitórias contra os pagãos e se celebra, em Ratisbona, um combate imaginário travado ao pé dos muros da cidade.

Na França, ninguém pensa em canonizar Carlos Magno. Isso não impede que agora se confunda a graça conferida pela unção real com uma ordenação. Estabeleceu-se no século VIII para os padres, e no século IX para os bispos, a prática de confirmar com uma unção o gesto essencial que é a transmissão do Espírito Santo e do poder apostólico pela imposição das mãos. Mas é o óleo abençoado pelo bispo na manhã da quinta-feira maior que serve para essas ordenações; para a sagração dos reis, usa-se o bálsamo da Santa Âmbula que se diz ter sido trazida por um anjo ao batismo de Clóvis. Ninguém ousaria sugerir que a sagração, considerada como o oitavo sacramento, fosse canonicamente inferior à ordenação. E o rei capetíngio começa a curar escrófulas. Por volta de 1100, a *Canção de Rolando* não deixa por menos: o rei dá a absolvição a Ganelão antes de deixá-lo partir para a missão de alto risco de que já falamos.

"Sire, diz Ganelão, peço vossa licença.
Tenho que ir, não posso me demorar."
O rei responde: "Em nome de Jesus e em meu nome!"
Com a mão direita ele o absolve e abençoa,
Em seguida lhe dá o bastão de comando e o rescrito.

Chegou-se até a pensar que o cavaleiro que figura na fachada de muitas igrejas românicas do Poitou e de Saintonge poderia ser um Carlos Magno mais ou menos confundido com Constantino. Encontra-se muitas vezes em Limoges e em Angoulême, e também na Itália e em San Zeno de Verona, a figura de Rolando entre as dos santos.

Observemos por um instante os vitrais que se encontram na década de 1220 nas janelas da catedral de Chartres. Um deles, muito grande, a grande altura do transepto sul, nos mostra São Dionísio entregando a auriflama vermelha a um cavaleiro em quem a tradição vê Aubry Clément, o marechal de Filipe Augusto, herói do combate contra os infiéis, morto no cerco de Acre. Inspirado, sem dúvida, num vitral colocado em Saint-Denis no tempo do abade Suger, um vitral do deambulatório, oferecido pelos peleiros de Chartres, ilustra a lenda tomada de empréstimo à *Gesta do rei* e mais precisamente à *Canção de Rolando:* vê-se Carlos cavalgando com seus pares, Rolando tocando a trompa e depois partindo com um golpe de espada a pedra cinzenta.

Ora, as "vidas" ilustradas nas janelas das igrejas são em geral vidas de santos, e o vitral de Chartres de Carlos Magno fica ao lado dos vitrais dos apóstolos, antes dos outros santos, fazendo *pendant* com o do papa São Silvestre. O mestre vidraceiro bem o compreendeu, pois colocou uma auréola vermelha sobre a cabeça do rei e, no mesmo movimento, também na de Rolando. A Virgem e os apóstolos, em outro lugar, têm direito à mesma auréola, mas não todos os santos. Ao representarem as cavalgadas e os combates do rei contra os sarracenos, enquanto o vitral ao lado apresenta São Teodoro, o modelo do cavaleiro cristão, os responsáveis por um programa iconográfico que, como é bastante evidente, nada deixa ao acaso, optam por tratar Carlos Magno não apenas como um santo, mas como um santo exemplar das virtudes cavalheirescas. A simetria com São Silvestre não pode ser fortuita: mais uma vez temos Carlos Magno no lugar de Constantino.

O povo acompanha. Desde que no século XV se decide identificar com um nome as figuras do baralho, Carlos tem um lugar entre os quatro reis. Ao lado de Davi, de Alexandre e de César, ele é o único rei cristão. Neste caso, Carlos Magno leva a melhor sobre São Luís. E François Villon o toma como referência:

Mas onde está o valente Carlos Magno?

O PATRONO DOS ESTUDANTES

Nesse culto que ainda não é o do santo, a Universidade de Paris tem a sua participação. Sabe-se que a universidade nasce, na década de 1200, de um movimento de emancipação dos professores e alunos em relação à autoridade do bispo. Sabe-se também que a universidade não nasceu do nada, e que os professores que a constituem desde o início são os mesmos que lecionavam nas escolas da catedral e nas dos grandes monastérios parisienses. A escola de Notre-Dame e a de Saint-Victor tiveram grande brilho no século XII. Tais antecedentes não parecem suficientes, e logo se procura uma origem mais gloriosa para a jovem universidade. Na mesma época, evocam-se as origens troianas dos francos, e Guillaume le Breton desenvolve bastante esse tema em sua crônica. Em suma, a voga é encontrar raízes ilustres, e os professores da universidade apenas entoam a música que agrada ao rei. Todo mundo leva alguma vantagem com isso.

A universidade não poderia, pois, satisfazer-se com sua história tão curta. O cronista cisterciense Hélinand de Froidmont, depois o dominicano Vicente de Beauvais, em seu *Speculum historiae*, atribuem, pois, a Alcuíno, a transferência para Aix de uma Escola da Sabedoria, que não seria senão a Escola de Atenas, ela própria transferida para Roma na Antigüidade. Ao deixar Aix, Alcuíno teria obtido de Carlos Magno uma terceira transferência, dessa vez para Paris. A lenda tem algo de paradoxal para quem está informado da pouca importância que o imperador atribuía a Paris.

No fim do século XIII, o teórico Alexandre de Roes tentará introduzir uma certa lógica nessa história. Preocupado com a própria sucessão, Carlos Magno teria dividido as funções da cristandade entre os três povos que constituíam o império: o sacerdócio para a Itália, a prerrogativa do Império para os alemães, o ensino e a ciência para a França. Desde então, Carlos Magno é o pai da Universidade de Paris.

A universidade aperfeiçoa a história: Alcuíno fez transferir diretamente a Escola de Roma para Paris. Mas os professores, que precisam reconquistar certo prestígio depois de suas palinódias políticas do tempo do Grande Cisma do Ocidente e da Guerra dos Cem Anos, necessitam reconciliar-se com um Luís XI que os tratou com rudeza. Eles ainda se lembram da resposta do rei quando lhe pediram, depois da abolição da Pragmática Sanção, que interviesse junto ao papa para lhes conseguir alguns benefícios: "Vocês não merecem que eu me ocupe de vocês!" Aferrar-se ao culto de Carlos Magno tem, pois, para os professores, um

duplo interesse: recuperar seu prestígio e bajular o rei. Em 1478, a nação da França — a mais povoada das quatro nações da Faculdade das Artes, sendo ela própria a mais numerosa na universidade — obtém do rei e do bispo a autorização para fundar uma confraria em honra da Virgem e de São Carlos Magno. Imediatamente, a nova confraria ergue, na igreja dos Maturinos que é, ao lado do palácio de Cluny, a sede central da universidade, um altar em honra de São Carlos Magno. A nação da Alemanha não se fará de rogada para colocar uma estatueta do imperador na extremidade superior do bastão de prata usado por seus bedéis e para aderir aos festejos de 28 de janeiro, depois para celebrá-los, de sua parte, com solenidade.

As outras nações e as outras faculdades se mostram reticentes em relação a essa patronagem, prestigiosa, embora duvidosa. Desde 1482, o humanista Robert Gaguin expressa suas reservas diante de tais iniciativas, de origem tão secular como a própria canonização, e se recusa a escrever a vida de Carlos Magno, calculando que se conhece mais a lenda que a história e que a celebração de 28 de janeiro desaparecerá rapidamente.

Em parte, Gaguin tinha razão. Não se trabalhará no dia de São Carlos Magno no Parlamento e no Châtelet até a Revolução. Mas a partir de 1501 deixar-se-á de celebrar a missa na maioria das igrejas de Paris, sendo a dos Maturinos e Saint-Jacques-de-l'Hôpital as únicas a manterem na universidade uma festa apreciada principalmente pela folga que proporciona. Vários colégios, eventualmente, ainda celebram a festa. No século XVI, as senhas que se distribuem aos mensageiros da Universidade de Paris têm a efígie de Carlos Magno. Mas, em 1629, a festa anda tão esquecida que o reitor se vê na contingência de determinar que seja celebrada.

Na Revolução, tudo isso parece desaparecer. Ao ceticismo que a crítica histórica acumulou desde o século XV, sucede a hostilidade a tudo o que vem dos reis. Apenas duas igrejas retomariam em seguida a tradição e celebrariam, em Ruão até 1860 e em Périgueux até 1914, a festa de Carlos Magno. A festa que os colégios e liceus de toda a França ressuscitaram no século XIX já não tem nenhuma relação com o santo. Ela se limita a um banquete para o qual se convidam os bons alunos de latim. Perpetua-se em muitos estabelecimentos o hábito de, nesse dia, melhorar a comida habitual. E os ex-laureados do concurso geral se reúnem sempre na festa de São Carlos Magno para seu jantar anual.

De Carlos Magno a Napoleão

A entrada do exército francês do general Jourdan em Aix-la-Chapelle em 23 de setembro de 1794 praticamente ignora a lembrança de Carlos Magno. Como em outros lugares, o que se tem é uma pilhagem organizada: muitas obras de arte vão para Paris. Leva-se até o sarcófago de Prosérpina, vazio desde o século XII e tomado apenas por seu valor artístico. O mesmo acontece com o primeiro relicário do Braço. E a elevação da cidade à categoria de município, em 1798, só pode ser considerada como um dos elementos da organização administrativa dos territórios da margem esquerda do Reno anexados à França pelo tratado de Campoformio. Tendo como subprefeituras Clèves, Colônia e Crefeld, Aix é, naturalmente, a capital do novo departamento de Roer. O fato de que, em 29 de novembro de 1801, Bonaparte eleva Aix a diocese, sufragânea de Malines, está plenamente de acordo com a lógica dessa organização. A diocese compreende dois departamentos, o de Roer e o do Reno-e-Mosela, cuja capital é Coblença. O papa não foi consultado: reconhecerá apenas três anos mais tarde a nova diocese, que será extinta em 1821. Carlos Magno nada tem a ver com tudo isso.

Em contrapartida, às vésperas da proclamação do Império, Napoleão calcula os ganhos que pode ter associando seu novo regime ao Império carolíngio. É verdade que, como todos os atores da Revolução, é mais sensível à história romana que à história nacional. Mas Carlos Magno oferece duas vantagens.

A primeira é que sua memória, aos olhos dos franceses, não está ligada à idéia monárquica. Ainda não chegou o tempo em que o imperador, fortalecido por seu casamento com Maria Luísa, poderá referir-se a Luís XVI como "meu tio, o rei". Em 1804, não podia alegar ser herdeiro da dinastia que caiu em 1792. Carlos Magno pertence à história, não à política. Foi pela mesma razão que Bonaparte e os redatores da constituição do ano XII preferiram o título de imperador ao de rei. A nova França sacudiu o jugo dos reis, não o dos imperadores. O primeiro cônsul não se furtou a isso: ele se inscreve deliberadamente na linhagem de Carlos Magno.

A segunda vantagem é que Carlos Magno pode ajudar na integração das regiões do Mosa e do Reno ao Império nascido das conquistas revolucionárias. Quando Napoleão aflora em Bonaparte, ele se preocupa com a fidelidade da margem esquerda do Reno. É verdade que há prefeitos franceses em Gand, em Mons, em Bruges, em Bruxelas, em Liège, na Antuérpia, em Maastricht, em Namur, em Luxemburgo,

em Trier, em Coblença, em Mogúncia e justamente em Aix-la-Chapelle. Um prefeito não forma opinião, e a autoridade francesa enfrenta resistências, principalmente entre aqueles que, por espírito liberal, foram os primeiros partidários da adesão ao regime saído da Revolução. O Consulado e depois o Império os decepcionaram. Um movimento em direção a Carlos Magno pode facilitar a adesão de toda uma região que foi o coração do antigo território carolíngio àquilo que vai se tornar o Império.

Um gesto preliminar não passa despercebido: em sua maioria, os objetos de arte trazidos por Jourdan são enviados de volta a Aix. Observemos que Napoleão nunca falaria em devolver a Roma, a Veneza ou a Viena as estátuas, os quadros, os objetos de valor, os manuscritos e arquivos que ele subtraiu. A devolução a Aix não é um gesto de honestidade, é um gesto de alta política. Ficará em Paris apenas o primeiro relicário do Braço de Carlos Magno, outrora oferecido por Barba Ruiva (atualmente no Louvre), e uma estátua tardia mas de bronze, tirada do túmulo.

O sarcófago de Prosérpina continua em Paris, sem que seja objeto de uma veneração especial, sendo considerado uma antigüidade e nada mais. Enviado de volta a Aix em 1815, ele é então mal recebido: o clero não aprecia a nudez dos personagens e o relega a um canto discreto. Mas as cordas se rompem durante o traslado. O sarcófago se quebra, e só seria restaurado em 1999. Em compensação, o primeiro relicário do Braço entra nas coleções do Louvre.

Bonaparte já pensa em visitar Aix, e isso mesmo antes da sagração. O Império é proclamado em 18 de maio de 1804. Josefina vai antes dele, chegando a Aix em 27 de julho. De acordo com as disposições do próprio Napoleão, realiza-se uma grande cerimônia em 1º de agosto. O bispo Marc-Antoine Berdolet oferece a Josefina duas peças célebres de seu tesouro, peças que, ao que parece, ela própria escolheu. O primeiro é um pequeno ícone bizantino que se afirma ter sido pintado por São Lucas e que ainda se pensa ter sido encontrado no ano 1000 sobre o corpo do imperador. O segundo é o talismã do primeiro imperador, a única jóia que se sabe com certeza ter sido usada por ele e na qual se substituem os cabelos da Virgem por um fragmento da Cruz (foto 4 do encarte). A "Madona de São Lucas" é, essencialmente, uma obra do século X; ela passará a Eugène de Beauharnais, depois a coleções particulares (atualmente no Museu de Arte de Cleveland). O talismã ficará na família imperial e a imperatriz Eugênia o doará em 1919 à catedral de Reims (atualmente Palais du Tau). Berdolet, como era de

se esperar, acaba de adquirir, com sua generosidade diplomática, uma grande impopularidade entre suas ovelhas.

Josefina foi assumir em Colônia uma corte já imperial. Nessa data, ela ainda não tem nenhum título oficial. É apenas a mulher do primeiro cônsul que se tornou imperador, ainda que todos se tenham esquecido de que ela não se casou no religioso, falha que corrigirá ao amanhecer do dia 2 de dezembro, em parte para aplacar seus próprios escrúpulos, mas principalmente para evitar um eventual divórcio, porque já é evidente que está velha demais para dar ao futuro imperador os filhos necessários à consolidação da nova dinastia.

Em 2 de setembro, vindo de Bruxelas, o próprio imperador chega a Aix, ficando durante uma semana: a fidelidade da margem esquerda tem seu preço. No dia 6, realiza-se uma grande festa. No dia 7, depois de um *Te Deum*, apresentam-se, enfim, as relíquias de Carlos Magno. Nos dias seguintes, Napoleão mostra interesse pela indústria, e visita fábricas. No dia 8, visita uma exposição dos produtos locais, e, no dia 11, parte para visitar as fortificações de Jülich. Irá em seguida a Colônia, a Coblença, a Mogúncia, a Trier. Carlos Magno só ocupou uns poucos quartos de hora de uma longa viagem: Napoleão deixou Saint-Cloud em 18 de julho e só voltou em 12 de outubro. A inspeção dos departamentos do norte nada tinha de peregrinação. Mas a peregrinação foi feita.

Ao mesmo tempo, discute-se em Paris as duas colunas que, a exemplo da coluna de Trajano em Roma, devem ser erguidas em memória dos soldados mortos durante as guerras da Revolução; uma, paga pelos departamentos, na Place Vendôme; outra, paga pela nação, na Place de la Concorde. Esta última seria totalmente esquecida. O projeto da coluna Vendôme, ao contrário, logo foi implementado. Uma das questões que logo surgiram foi a da estátua que deve encimar a coluna: fala-se de Carlos Magno. Em 19 de maio de 1804, o Instituto da França propõe que se coloque uma estátua daquele que, na véspera, o Senado acabara de proclamar imperador dos franceses. A proposta não vinga: o novo imperador precisa do antigo. Em 30 de setembro, na ausência de Napoleão, que naquele dia se encontra em Mogúncia dirigindo uma manobra de cavalaria, o governo determina que a nova coluna parisiense terá a estátua de Carlos Magno, aquela que não foi devolvida a Aix-la-Chapelle.

Napoleão já decidira fazer-se sagrar. Ainda será preciso organizar a cerimônia e, antes de tudo, escolher o lugar. O novo imperador detesta Paris e despreza os parisienses. Reims está fora de questão: se Bonaparte recusou deliberadamente o título de rei, foi para evitar ir

receber a sagração em Reims. Por um momento, pensa em Aix, mas depois desiste: os franceses não o perdoariam. Fala também de Lyon, aventando até a possibilidade de fazer dessa cidade sua capital. Finalmente, prevalece o mais simples: a sagração se fará em Paris, em Notre-Dame, que Bonaparte impõe contra a opinião de um Conselho de Estado que prefere o Hôtel des Invalides porque "a igreja não está na mão do clero". É preciso lembrar aqui que Carlos Magno foi sagrado em São Pedro, e não na catedral do papa que é São João de Latrão.

A outra escolha, para a qual o exemplo de Carlos Magno é determinante, é o apelo ao papa. Cada vez que a França mudou de dinastia, explica já em 12 de junho o conselheiro de Estado Jean-Étienne Portalis, o fundador recebeu do papa sua legitimidade. Isso é falso no que tange aos capetíngios, mas verdadeiro quanto aos carolíngios, tanto Pepino como Carlos Magno. E não se confessa no Conselho de Estado que, em 5 de junho, em consistório, Pio VII já concordou. "Para o papa, eu sou Carlos Magno", declara o imperador.

Por fim, é preciso saber o que pedir ao papa. Unção? Coroação? Diante do Conselho de Estado, Bonaparte limita o alcance do gesto: "uma simples invocação do poder celestial". Em suma, depois de muitas negociações, decide-se que o imperador, que aceitou fazer algumas genuflexões, não terá que se prosternar nem comungar, que as unções sacramentais se limitarão a três — na cabeça e nas mãos — e, sobretudo, que ele próprio se coroará. Com um intervalo de oito séculos, a situação se inverteu: desta vez é o papa que não deverá demonstrar surpresa.

Novamente temos as preocupações do Natal de 800, mas um homem prevenido vale por dois. Napoleão não pensa, como Carlos, dever sua coroa, aos olhos do povo, ao papa. Sua coroa, explica ele, foi-lhe conferida pela própria Nação. É significativo que Napoleão entre em Notre-Dame já trazendo um cetro e uma *main de justice**, portanto os símbolos do poder, e já com sua coroa. Aqueles que prepararam a liturgia do dia cuidaram até das fórmulas: em lugar de se dizer "a ti concedida", a espada que o papa lhe dará é "a ti apresentada".

Sabe-se que Jacques-Louis David usará de astúcia com as realidades políticas: para não representar o que foi objeto de um verdadeiro conflito diplomático quando da chegada do papa a Paris, porque Pio VII na verdade foi convidado a vir coroar o imperador, David só mostrará, em sua *Sagração*, a coroação de Josefina por seu esposo imperial.

* *Main de justice*: cetro encimado por uma mão de marfim ou de metal precioso.

David pode trapacear fazendo figurar a mãe de Napoleão numa cerimônia que ela se recusou a assistir, mas não quer mostrar nem o papa coroando o imperador, nem o imperador assumindo o papel do papa.

O cerimonial é sutil, e não é certo que todos os assistentes tenham atentado para sua significação. Há dois jogos daquilo que no Antigo Regime se chamava *regalia* e que os autos oficiais agora chamam de "honras", porque *regalia* significa "reais". Há as "honras do imperador" e "as honras de Carlos Magno". Os observadores superficiais logo se apressarão a dizer que Napoleão recebeu a coroa de Carlos Magno.

O certo é que, desde que se fala na sagração, procura-se associá-la a Carlos Magno. Convoca-se Dominique Vivant Denon, o diretor geral dos museus, que já tem a seu cargo o dossiê da coluna Vendôme. Que lembranças de Carlos Magno há no Louvre que possam servir na sagração?

A resposta é simples: o museu tem, desde 1793, a espada e o cetro. A espada é aquela cuja fabricação não é anterior à sagração de Filipe Augusto, nem posterior à de Filipe III: um aglomerado heteróclito de peças de ourivesaria em que a mais antiga talvez seja do século X. A lenda faz dela Joyeuse, a espada do grande imperador. Denon talvez ainda acredite nisso. O cetro é o que Carlos V mandou fabricar e que foi ornado na extremidade superior com uma estatueta de Carlos Magno em seu trono. Para todos, trata-se do cetro de Carlos Magno. Mas nada de coroa. A que se dizia ser de Carlos Magno foi fundida.

Não obstante, com base no cetro e na espada, fabricar-se-á um conjunto simbólico, "as honras de Carlos Magno". Em outras palavras, toma-se o que resta dos reis da França, completa-se e cria-se um conjunto que nunca existiu sob esse nome. Isso porque, se cada peça da liturgia real passava por ter sido "de Carlos Magno", o conjunto constituía as *regalia* "da sagração". Desta vez, far-se-á a distinção entre o que é "da sagração", e que será apanágio do novo imperador, e o que é "de Carlos Magno", e que ilustra a continuidade, evitando a referência incômoda aos Bourbons.

Para a coroa de Carlos Magno, Denon logo encontra a solução: consegue encontrar uma gravura, publicada em 1733 nos *Monumentos da monarquia francesa* do erudito beneditino dom Bernard de Montfaucon, o qual mandara copiar em Aix-la-Chapelle uma estátua do fim da Idade Média. Era uma coroa fechada com oito meios-arcos encimados por uma cruz. Logo se fez a encomenda ao ourives Martin-Guillaume Biennais, que se vangloriará de ter restaurado a verdadeira coroa de Carlos Magno sem dizer de onde ela veio. Levantou-se uma

dúvida sobre seu trabalho, e imaginou-se que ele talvez tenha mandado confeccionar essa coroa por seu colega Étienne Nitot. O ourives manterá as palmetas e os arquinhos cônicos do desenho de Montfaucon, mas ornará o diadema e os arcos de prata dourada com quarenta camafeus antigos, medievais e mesmo modernos, fornecidos pelo museu (atualmente no Louvre).

No que tange às "honras de Carlos Magno", não se vai além disso. Para lhe dar uma boa altura, Biennais engasta o cetro num simples bastão de cantor do século XIV, encontrado no tesouro de Saint-Denis. O ourives reajusta as pedrarias da espada e fabrica uma nova bainha de veludo verde, ornamentada com louros de ouro, para substituir a bainha roxa com flores-de-lis, que lembrava mais os Bourbons que Carlos Magno.

Ao mesmo tempo, o imperador confia ao ourives Jacques-Évrard Bapst a execução de suas "honras" pessoais: uma coroa de folhas de louro, um cetro encimado por uma águia, uma *main de justice* inspirada em um desenho de Montfaucon — que parece invertido na gravura — e uma espada com a águia. A isso se acrescenta um globo de ouro simbolizando o mundo, globo que os reis da França nunca possuíram.

O que se faz com tudo isso? Em outras palavras, que papel se atribui às "honras de Carlos Magno" e às "honras do imperador"?

Quando entra em Notre-Dame, Napoleão leva suas honras. Ele já traz na cabeça sua coroa de louros e segura seu cetro com a águia e a *main de justice*. Isso basta para que o papa entenda que não lhe cabe conferir legitimidade ao imperador. Ter-se-ia meditado sobre a história de Carlos Magno, sem dúvida descontente com o papel que o papa se atribuiu? O que vem em seguida nos leva a acreditar nisso. As honras de Carlos Magno são levadas, em cortejo, em almofadas, por Kellermann, Pérignon e Lefebvre. Três outros dignitários, Bernadotte, Beauharnais e Berthier, também trazem sobre almofadas as honras do imperador que este não trouxe consigo, o anel e o globo, além do colar da Legião de Honra.

Enquanto o imperador e a imperatriz ficam em suas poltronas, os três marechais que trazem as honras de Carlos Magno se postam diante do altar, no último degrau do coro. Depois de uma oração, Napoleão se despoja de suas próprias honras. O arquichanceler Cambacérès recebe a *main de justice* e o tesoureiro-mor Lebrun, o cetro. O grande eleitor José Bonaparte toma então a coroa de louros da cabeça de seu irmão. Todas essas honras do imperador, mas não as de Carlos Magno, são colocadas no altar.

Depois das unções, o papa abençoa a espada, os mantos, os anéis, as coroas e o globo. Trata-se, evidentemente, das honras do imperador e das honras da imperatriz. As fórmulas usadas nas bênçãos não fazem a mínima alusão a Carlos Magno. O cetro e a *main de justice* não são abençoados.

Segue-se a entrega ao imperador de seus "ornamentos", para retomar o nome que, a essa altura, lhes é dado pelo auto. Lá se encontram todas as honras do imperador: anel, espada, manto, globo, a *main de justice* e, finalmente, o cetro. O papa entrega então a Josefina o anel e o manto. Só as coroas ainda continuam no altar. As honras de Carlos Magno continuam nas mãos dos três marechais, à entrada do coro.

O imperador confia então o cetro e a *main de justice* a Cambacérès e a Lebrun. Vai ao altar enquanto Josefina se ajoelha. Toma nas mãos sua própria coroa de louros, e recoloca-a em sua cabeça. Depois toma a coroa da imperatriz, e ele próprio coroa Josefina. O papa pronuncia uma fórmula das mais vagas: "Que Deus cinja vossa cabeça com a coroa da glória e da justiça...".

Os coroados tomam lugar no grande trono. Suas Majestades são aclamadas. Atrás do imperador, estão os grandes oficiais com as honras: as do imperador, as da imperatriz e as de Carlos Magno, finalmente reunidas. Napoleão agora está apenas com sua coroa. Mas não a de Carlos Magno.

Agora, o imperador presta o juramento de "manter a integridade do território da República". Continua com sua coroa até a saída, ao som da marcha triunfal. O auto daí por diante confunde, diante do dossel imperial, "os sete grandes oficiais que traziam as honras do imperador". Já não se distinguem mais as de Carlos Magno.

A distinção entre elas é tão precária que o cetro de Carlos Magno, isto é, o de Carlos V, que se identifica claramente nos retratos de Luís XIII, de autoria de Filipe de Champaigne, e no de Luís XV, de autoria de Alexis Belle (Versalhes), ainda figura nos retratos do momento da sagração pintados por Jean-Dominique Ingres, em 1806, para Napoleão (Paris, Museu do Exército), e em 1825, para Carlos X (Bayonne, Museu Bonnat). Ambos foram feitos depois de um levantamento arqueológico de que dão provas os desenhos preparatórios, não a partir do modelo; mas é de espantar que, para o retrato do imperador, Ingres tenha reduzido o bastão de cantor, bastante trabalhado, que ainda seria usado por Carlos X, a uma simples haste de madeira lisa. É de supor que o jovem aluno de belas-artes — ele tem 24 anos quando da sagração

de Napoleão — não tenha tido as facilidades de acesso às peças que o acadêmico de Carlos X haveria de ter.

De qualquer modo, constitui um paradoxo da história a pseudo-coroa de Carlos Magno, na verdade a coroa com camafeus de Napoleão — colocada em 1816 no guarda-móveis —, que serve de "coroa do rei" em 1824, para as exéquias de Luís XVIII, e, em 1825, para a sagração de Carlos X, ao passo que Bapst fabrica para este uma coroa pessoal recamada de diamantes. Podemos nos perguntar se Carlos X não foi o último a se deixar enganar por Denon e Biennais, e se o último dos Bourbons não acreditava firmemente que usava a coroa de Carlos Magno. Ele a teria cingido se soubesse que era apenas a coroa do "Usurpador", e que ele foi o primeiro e o único a cingi-la realmente, em 1825?

Quando da volta dos restos mortais de Napoleão aos Invalides, em 1840, colocar-se-iam, pelo tempo que dura uma cerimônia, as duas coroas sobre o féretro. Victor Hugo verá "a grande coroa imperial semelhante à de Carlos Magno, o diadema de louros de ouro semelhante ao de César". Mas lá se coloca também o chapéu usado em Eylau e a espada de Austerlitz.

Com esse longo relato pretendemos demonstrar apenas uma coisa: em nenhum momento Napoleão usou as honras de Carlos Magno. Do retrato pintado por Gérard nos trajes da sagração à cena da coroação de Josefina representada por David, ele tem em sua cabeça apenas a coroa de louros dos imperadores romanos. É verdade que, como sabemos, David é capaz de trapacear. Mas é preciso que tenha um motivo para isso. Colocar a mãe de Napoleão onde ela não se encontrava tem um sentido: esconder as discórdias que sacodem duramente a família imperial. É difícil entender a razão que teria levado David, propenso à lisonja, a cingir seu herói com a coroa pequena e não com a grande. E o cetro pintado por Gérard é ornado com a águia, e não com a estatueta de Carlos.

Naturalmente, muitos dos assistentes não viram quase nada. Em sua maioria, os convidados de 2 de dezembro nunca colocaram os pés no museu, e apenas os que se encontram muito bem colocados podem distinguir o que está ou não está sendo usado. Pintando mais tarde o retrato convencional de Napoleão entronizado, nos trajes da sagração, isto é, de uma forma que ninguém voltou a ver, Ingres o cinge com sua coroa de louros e põe em suas mãos sua própria *main de justice* e o cetro de Carlos V, que tem a estatueta de Carlos Magno (Paris, Museu do Exército). Incorrendo no mesmo erro, um artista, que não estava presente, mas que ouviu os comentários, compôs essa quadrinha de uma feroz ironia:

Abram alas para Napoleão, nosso novo senhor.
Sob o pórtico sagrado ele entra com toda pompa.
Pensando ter nas mãos um cetro de imperador.
O que ele traz é um bastão de cantor.

Napoleão se quis sucessor, não herdeiro. Carlos Magno tem seu lugar na encenação, e mesmo na simbologia da sagração, e nada mais. Até 1816, as honras de Carlos Magno serão expostas no tesouro de Notre-Dame. O Império que nasce não é o Império de Carlos Magno que renasce.

Isso não impede de recorrer à memória carolíngia, quando esta puder ser útil. Quando, em 1806, para recompensar a adesão do eleitor Frederico Augusto, o imperador cria o reino da Saxônia, cunha-se uma medalha com duas efígies duplas: Carlos Magno e Napoleão no anverso, Widukind e o rei Frederico Augusto no reverso.

O tempo passa e continua-se a falar da coluna Vendôme. Vivant Denon decide dar mostras de grande dedicação. Em 10 de março de 1806, ele volta a falar da estátua.

> O pensamento do Instituto, que com certeza é o da Nação, é que já não temos necessidade da ilusão dos séculos para buscar no passado o herói da França. Essa coluna projetada para Carlos Magno se torna, pois, naturalmente, a coluna germânica. Vossa última expedição nela seria inscrita em bronze...

Não terá passado despercebida a frase "já não temos necessidade...". Austerlitz basta. Depois da grande vitória de 2 de dezembro de 1805, a referência ao conquistador da Germânia não é mais necessária, e é o vencedor de Austerlitz que deve ser colocado no alto da coluna. Foi aliás com o bronze de 1.200 canhões austríacos e russos tomados em Austerlitz que se fundiram os baixos-relevos. Quanto à sugestão da estátua a ser colocada no alto da coluna, Napoleão arrefece, com uma frase, o entusiasmo de Denon: "As estátuas em lugar público são um privilégio dos mortos." Modéstia ou superstição? Portalis teve mais sucesso ao propor, em 1806, colocar a espada de Austerlitz num Panthéon restituído ao culto, sob a dupla invocação de Santa Genoveva e de São Napoleão.

Cabe dizer que, em 1806, não é o imperador que se pensa em tornar santo, como outrora se fez com Carlos Magno: com a ajuda do núncio Caprara, descobriram um Napoleão num martirológio e

instituíram-lhe um dia de festa, precisamente 15 de agosto, aniversário do imperador. Isso tem uma dupla vantagem: festeja-se o imperador e se faz que seja esquecida a procissão do voto de Luís XIII. O clero francês escreverá a Napoleão para lhe agradecer por ter revelado a existência "desse glorioso santo".

Finalmente, Napoleão só terá sua efígie em bronze no alto da coluna em 1810, com uma estátua à antiga, de autoria de Chaudet. Derrubada a duras penas por alguns parisienses exaltados em abril de 1814, ela será fundida, assim como a do general Desaix da Place des Victoires, para a fabricação da estátua de Henrique IV, colocada no centro da Pont-Neuf. Uma simples bandeira substitui, então, a estátua. Luís Filipe volta à idéia original e inaugura em 1833 uma estátua, de autoria de Gabriel-Bernard Seurre, que representa o imperador de sobrecasaca. Substituída em 1863 por uma obra de Dumont, será colocada em caráter definitivo no pátio de honra dos Invalides. A estátua de autoria de Dumont, derrubada pela Comuna, seria restabelecida pela República em 1875.

Napoleão praticamente não voltou a se reportar a Carlos Magno. Sobre este há apenas duas referências no *Memorial de Santa Helena*, sendo que uma delas é de Las Cases e a outra, que se deve mais diretamente ao imperador exilado, tem por objetivo justificar o seqüestro do papa Pio VII pelo desejo de fazer de Paris a capital do mundo cristão.

> Eu teria minhas sessões religiosas, assim como minhas sessões legislativas. Meus concílios seriam a representação da cristandade, os papas apenas os presidiriam. Eu abriria e fecharia essas assembléias, aprovaria e publicaria suas decisões, como Constantino e Carlos Magno. E se os imperadores perderam essa supremacia, foi porque cometeram o erro de deixar que os chefes espirituais residissem longe deles.

A análise deixa entrever um conhecimento bastante exato da autoridade religiosa de Carlos Magno. Mas, sobre a construção do Império pelo rei franco, não se lê uma palavra no *Memorial*. E Gourgaud não acrescenta grande coisa a isso, apenas a afirmação por demais vaga de que "Carlos Magno fez muito pelo papa". Napoleão, evidentemente, em certas ocasiões tomou Carlos Magno como uma referência útil, mas nunca como modelo.

AS ÚLTIMAS VAGAS DA GESTA

Os historiadores começaram tarde o estudo do reino de Carlos Magno. No fim do Antigo Regime, os beneditinos da congregação de Saint-Maur pouca referência fazem ao assunto. Iniciado em 1737 sob a direção do beneditino dom Bouquet, o *Recueil des historiens des Gaules et de la France* [Compilação de historiadores das Gálias e da França] dedica a Pepino, o Breve, e a Carlos Magno apenas um volume, contra três sobre Carlos, o Calvo. Cumpre observar que dom Bouquet é o primeiro a publicar Eginhardo, cerca de um século antes da primeira edição alemã. Quanto às *Ordonnances des rois de France de la troisième race* [Ordenações dos reis da França da terceira ordem], cuja publicação começa em 1723, basta o título para mostrar que pouca importância se dá aos carolíngios.

Para falar a verdade, desde o século XVI, Carlos Magno merece o mesmo desprezo votado a toda a Idade Média, em detrimento da qual se definem os novos tempos. Do Renascimento à Revolução, é a história romana que fornece as referências e exemplos. Para o comprovar, basta citar os nomes das peças representadas no teatro. Carlos Magno não é esquecido, mas é assimilado: ele é o "Marte gaulês", e mesmo o "César gaulês". Embora os eruditos se preocupem um pouco mais do que os literatos com o que precedeu a era moderna, seu interesse não recua para além da época cujos documentos eles descobrem: a dos capetíngios.

Não se pode dizer que uma reflexão como a de Napoleão em Santa Helena seja a de um homem mal-informado sobre as realidades do poder carolíngio. E pode-se citar também o argumento formulado no *Testamento político* de Richelieu, para o qual certamente se consultaram as capitulares, e que assim demonstra ser a convocação de assembléias algo abusivo:

> Muitas ordenações, e especialmente as capitulares de Carlos Magno, muitas vezes têm o mesmo teor que as da Igreja.

Ficamos tentados a sorrir: sabemos muito bem que Carlos Magno conduzia seus concílios. As duas afirmações nos levam a concluir que nem Richelieu nem Napoleão, no que tange a Carlos Magno, ficam limitados à imagem guerreira transmitida pelas canções de gesta ou ao episódio moral da visita aos estudantes. A análise tanto das assembléias como das capitulares é breve, mas a visão é correta. Ora, sabemos que

o *Testamento político* destinava-se ao rei, não à publicação. Talvez seja imprudente avaliar a cultura histórica a partir apenas das obras publicadas.

Com certeza, os feudistas a soldo das grandes famílias aristocráticas não esqueceram Carlos Magno. Sua ciência serve, às vezes, às ambições das linhagens que se comprazem em não dever tudo às boas graças dos capetíngios. Remontando aos carolíngios, uma nobreza que Richelieu quebrou e que Luís XIV disciplinou pode pretender, se não igualar-se ao rei, pelo menos vangloriar-se de uma antigüidade que enaltece a imagem que as pessoas têm de si mesmas e a que querem atribuir a outrem. Nas negociações matrimoniais, a antigüidade pesa mais do que quando se trata de entrar na corte.

Assim, muitas famílias da pequena nobreza, baseando-se em pesquisas históricas na maioria das vezes realizadas de boa-fé, vão descobrindo como ancestral um conde carolíngio, portanto, um igual dos primeiros robertinos. É assim que a família Talleyrand-Périgord faz questão que se saiba que os condes de Périgord eram condes no século IX e que o título não é uma concessão dos capetíngios. Naturalmente, passa-se por cima dos séculos de incerteza que separam Archambaud V — ele descendia realmente do conde Wulgrin, senhor do Périgord e do Angoumois no tempo de Carlos, o Calvo, tendo perdido seu feudo, em 1399, por se ter refugiado na Inglaterra — e os Talleyrand-Périgord que reivindicam, no século XVII, um título que não corresponde mais ao condado, mas que eles afirmam derivar de um ramo originado de irmãos mais jovens, separado dos mais velhos à época de São Luís.

Entre os Saint-Simon, vai-se mais longe. Reaparece aqui a herança de Vermandois, à qual os Bourbons já não atribuem a mesma importância que lhe davam os primeiros capetíngios, mas que continua a atrair a atenção dos feudistas: ela pode ser preciosa para uma família nobre que acaba de ascender.

Foi em 1337 que uma esposa vinda da pequena nobreza de Vermandois trouxe a senhoria de Saint-Simon à família de Rouvroy. À época ninguém deu muita importância a esse feudo de tão pouco valor. Mas a família não pára de progredir, e no século XVI os senhores de Saint-Simon têm o seu lugar na corte. Ora, em sua *História dos reis da França*, publicada em 1580, Jean du Tillet, escrivão civil no Parlamento, estabelece a árvore genealógica dos Vermandois. O que se pretende, antes de mais nada, é legitimar a transmissão do feudo a Adele, esposa de Hugo de França: Du Tillet conta, pois, que o irmão da referida Adele, Eudes, era "de parco entendimento e governo": chamavam-no Eudes,

o Insensato. Deserdado, ele se casou, porém, em 1080, com a filha do senhor de Saint-Simon. Era em sua descendência que se encontravam os Saint-Simon, cuja senhoria passara, em 1337, para os Rouvroy.

Em 1580, os Rouvroy de Saint-Simon são apenas fidalgos da Câmara. Ainda não se orgulham de ser Saint-Simon em razão de uma mulher, mas sim Vermandois, por meio de um ancestral deserdado. Ainda não chegara o tempo das pretensões. Quando a família entra nas boas graças reais, torna-se útil lembrar-se dos Vermandois. Por volta de 1630, quando Isaac de Saint-Simon governa para o rei vários lugares da Alsácia, um genealogista, o cônego Adrien de la Morlière, julga oportuno associar, baseando-se em Du Tillet, a "casa de Saint-Simon" à de Vermandois. Isaac toma, pois, o nome de Saint-Simon de Vermandois. O rei não tem como não tirar as conseqüências disso: em 1635, a terra de Saint-Simon é elevada à categoria de ducado-pariato.

Isaac não hesita em falsear a genealogia: o Rouvroy que desposara uma Saint-Simon se torna um Saint-Simon Rouvroy. A transmissão da nobreza feita por meio de uma mulher fica por um tempo escamoteada. Os genealogistas que o novo duque põe a trabalhar terminarão por embaralhar as pistas. Em 1655, um deles sugere ao duque Claude que resgate o nome de Vermandois. Isaac colocara as armas de Vermandois num quartel de seu brasão. Agora se pensa em mudar simplesmente as armas de Saint-Simon para usar apenas as de Vermandois. Mas ainda é preciso eliminar o Insensato. Em 1664, o feudista Jean Le Charpentier encarrega-se de demonstrar que ele não era de modo algum louco: simplesmente incorreu no erro de revoltar-se contra seu pai.

E assim chegamos ao duque Luís, o memorialista. Seu orgulho e suas pretensões são bastante conhecidos. A idéia de provocar o rei ocorre-lhe naturalmente. Portanto, Vermandois já não basta. Contando a recusa de seu pai, a quem Ana da Áustria e Mazarino propunham a escolha entre um bastão de marechal e uma posição de destaque no seio da nobreza, Luís observa que sua linhagem não espera uma decisão real para ter direito à condição de príncipe estrangeiro, condição superior à de duques e pares. Mas é preciso que essa condição seja reconhecida pelo rei.

> Essa condição de príncipe estrangeiro derivada da casa de Vermandois, do sangue de Carlos Magno, da qual somos oriundos, pelo menos por uma mulher, sem a menor contestação.

Não terá sido por acaso que Saint-Simon usou a fórmula "o sangue de Carlos Magno". Ele sabe o que representa a referência a esse sangue. Quanto à fórmula "pelo menos por uma mulher", ela basta para provar que o duque não vê sua linhagem com muita clareza: é por um homem que lhe vem o sangue dos Vermandois e, por este, o de Carlos Magno. O que lhe veio da mulher foi a pequena terra de Saint-Simon.

Ninguém conferiu o único texto em que se baseou Du Tillet, texto que se encontrava nos arquivos do rei, precisamente no cartulário de Filipe Augusto. Todos os eruditos do Antigo Regime repetiram a informação: os Saint-Simon descendiam dos Vermandois, portanto de Carlos Magno. Infelizmente, Du Tillet inventara algumas palavras, dando assim a "prova" mais explícita: o cartulário citava apenas um cavaleiro, nomeado Jean de Saint-Simon, neto do Insensato. Nada no texto do século XII indicava que esse personagem, aliás desconhecido, fosse o ancestral dos Rouvroy de Saint-Simon. Outros erros, de que não há certeza de terem sido involuntários, maculam a genealogia dos Saint-Simon. Nada, em particular, prova realmente a existência de Eudes, o Insensato, de quem o padre Anselmo, em sua *Histoire généalogique de la Maison de France* [História genealógica da Casa de França], não diz uma palavra. O mínimo que se pode dizer é que nada se sabe dele ou de uma eventual descendência. Nada, tampouco, confirma a relação entre o cavaleiro contemporâneo de Filipe Augusto e os Saint-Simon do século XIV.

Em suma, com certeza Saint-Simon descendia de um Rouvroy casado no século XIV com uma Saint-Simon, mas não se sabe de quem esta descendia. Os contemporâneos logo o perceberam: o duque esforçara-se tanto que se tornou impossível evitar comentários. No Parlamento, em 1715, disseram que na melhor das hipóteses se poderia dizer que ele era um "velho fidalgo", o que significava nobre de família antiga. Em 1786, em seu *Dictionnaire de la noblesse* [Dicionário da nobreza], La Chesnaye des Bois baseia uma ascendência Vermandois dos Saint-Simon apenas nas cartas patentes de Luís XIII criando o ducado-pariato.

De toda essa história, só podemos concluir uma coisa: Carlos Magno ainda é uma referência, mas ela só existe para alimentar uma alusão. Os Saint-Simon terão passado vários séculos desejando ser Vermandois. Eles quiseram usar suas armas. O próprio nome de Carlos Magno só aparece duas vezes: numa frase das *Memórias* e numa extrapolação de La Chenaye des Bois, que acredita ter que lembrar que os Vermandois descendiam de Carlos Magno. O que é pouco.

Isso nos faz admirar ainda mais a qualidade, a correção e a sutileza de uma análise que o leitor nos perdoará citar integralmente, tal é o contraste com a visão superficial que se teve durante séculos das origens da "segunda raça".

> Como se o Império romano tivesse recobrado sua força e começado a reviver em nossos climas, o que na verdade não se verificava, esse nome [de imperador], só por si, parecia poder distinguir e designar a elevação extraordinária de Carlos Magno. E, mesmo considerando que essa própria elevação, que não lhe vinha senão de Deus e de sua espada, lhe desse direito bastante para adotar o título que quisesse, o papa que, com toda a Igreja, lhe devia muitos favores, ficou satisfeito em contribuir com o que podia para sua glória e para tornar, nele, essa qualidade de imperador mais autêntica com uma coroação solene, como a sagração, e ainda que esta não nos dê a realeza, não deixa de declará-la aos povos e de torná-la em nós mais augusta, mais inviolável e mais santa.

Essas linhas são tiradas das *Mémoires pous l'instruction du Dauphin* [Memórias para a instrução do Delfim], escritas em 1661 por ordem de Luís XIV, a partir de suas notas e sob sua supervisão. É preciso ressaltar o fato de que não há nelas uma palavra que se deva mudar ou retirar?

Vinte anos depois, em seu *Discurso sobre a história universal*, Bossuet insiste longamente na proteção dada à Igreja por Pepino, o Breve, e por Carlos Magno, seja contra os lombardos ou contra os iconoclastas de Bizâncio, e na luta de Carlos contra os sarracenos e contra os saxões pagãos. Depois de evocar a repressão das heresias, o bispo de Meaux não esquece a obra intelectual.

> Ele restabelecia as ciências e a disciplina eclesiástica, reunia concílios notáveis em que sua doutrina profunda era admirada, e fazia que se sentissem, não apenas na França e na Itália, mas também na Espanha e na Inglaterra, na Germânia e em toda a parte, os efeitos de sua piedade e de sua justiça.

Ainda que a hipérbole estenda excessivamente o alcance moral da ação do rei franco, é evidente que Bossuet leu Eginhardo, que entretanto ainda não é editado. Mas não deixa de dar todo o destaque ao papa, numa hábil síntese que faz com que cada um seja devedor do outro.

> No ano 800 de Nosso Senhor, esse grande protetor de Roma e da Itália, ou, melhor dizendo, de toda a Igreja e de toda a cristandade, eleito imperador pelos romanos sem o ter pretendido, e coroado pelo papa Leão III, que havia levado o povo romano a essa escolha, se tornou o fundador do Novo Império e da grandeza temporal da Santa Sé.

Entre o texto de Luís XIV e o de Bossuet, cabe citar uma publicação essencial. Em 1677, o bibliotecário do rei, Étienne Baluze, conseguiu a primeira edição das capitulares. Os historiadores começavam a ver em Carlos Magno um mestre na governança dos Estados, e não mais apenas um guerreiro vencedor dos infiéis. Por essa mesma época, dom Jean Mabillon dá 742 como o ano de nascimento de Carlos Magno.

A poesia tem sua influência no movimento. Em 1664-1666, Louis Le Laboureur publica um longo poema, *Carlos Magno.* Nicolas Courtin publica, em 1666, um *Charlemagne ou le Rétablissement de l'Empire romain* [Carlos Magno ou o restabelecimento do Império romano], e, em 1687, um *Charlemagne pénitent* [Carlos Magno penitente].

Não nos deixemos enganar. O súbito interesse pelo ancestral carolíngio tem na ocasião razões políticas. Da mesma forma que Carlos Magno era reivindicado pelos capetíngios e pelos valois para reforçar sua legitimidade, o exemplo de Carlos, o Grande, concorre para a glória de Luís, o Grande, e para a justificação do absolutismo real. Bastante atento aos personagens da Antigüidade romana, Voltaire notará que, apenas antes de Luís XIV, de quem ele se faz historiador, Carlos Magno recebeu o epíteto de "Grande". Mas não estudará o personagem. Também neste caso, Carlos Magno constitui uma referência.

Ele constitui uma referência também para os que buscam antecedentes históricos para uma monarquia baseada na aliança com o povo. Em sua *Histoire de láncier gouvernement de la France* [História do antigo governo da França], Henri de Boulainvilliers faz, em 1727, o elogio de uma "correspondência mútua" dos "membros" com o seu chefe, e lembra o direito que o povo livre dos francos tinha de escolher seu rei. Pensa-se, é claro, na Assembléia Geral do Povo, e os homens livres, aqui, são naturalmente os ancestrais da aristocracia. Surge então uma tese, há muito defendida, da origem franca da nobreza. Mas usar-se-á, até o fim do Antigo Regime, o exemplo de Carlos Magno para exigir uma participação do povo na responsabilidade política e, finalmente, uma convocação dos Estados Gerais. Em 1765, Gabriel de Mably faz da distinção do povo e da nobreza uma deformação devida ao feudalismo: no povo livre de Carlos Magno, francos e

gauleses eram iguais. Em 1775, Malesherbes proporá a Luís XVI: "reinar à frente de uma Nação que será, toda ela, vosso Conselho". Herdeira do Iluminismo, mme. de Genlis vê ainda, em 1795, em um Carlos Magno que ela apresenta como exemplo, aquele que "só quis reinar de acordo com as leis" e que, não as encontrando, as "elaborou". O tempo de Carlos Magno é a Idade de Ouro.

A Revolução afasta deliberadamente o exemplo do rei apoiado no povo. Os heróis dos novos tempos se pretendem romanos. No teatro, Bruto e Nero se fazem presentes. Ninguém mais se inspira em Carlos Magno e em Rolando. Como vimos, Carlos Magno readquire uma importância política no Império, mas a história nada ganha com isso, exceto alguns poemas e algumas peças de teatro. É preciso assinalar, porém, uma tentativa interessante, a de Louis-Antoine de Marchangy. Em sua *Gália poética*, publicada pela primeira vez em 1813, mescla com muita habilidade o personagem histórico Carlos Magno e o de uma gesta que ele sabe não corresponder à pura verdade, mas que forjou um personagem imaginário incorporado, tanto quanto o autêntico, à história da consciência nacional.

De forma paradoxal, o gosto dos românticos pela Idade Média em nada aproveita a figura de Carlos Magno. Chateaubriand canta as catedrais, mas o que admira é a obscuridade de uma arquitetura que não cessa de buscar a luz. É verdade que o autor de *De Buonaparte e dos Bourbons* coloca, em 1814, Carlos Magno no mesmo nível de Alexandre quando recrimina Napoleão por ter se tomado por um deles. Para Chateaubriand, porém, o personagem não passa de um nome, e quando, em 1848, retoma a comparação em *Memórias de além-túmulo*, é para denunciar a figura compósita e doravante legendária à qual se prende a reputação do último imperador: "é o Carlos Magno e o Alexandre das epopéias da Idade Média". Quanto ao mais, a invenção leva a melhor, e Chateaubriand nos dá uma descrição grandiosa de uma abertura imaginária, por volta de 1450, do túmulo de Aix-la-Chapelle.

> Encontrou-se o imperador sentado numa cadeira dourada, tendo em suas mãos de esqueleto o livro dos Evangelhos escrito em letras de ouro. Diante dele estavam seu cetro e seu escudo de ouro. Tinha ao seu lado sua *Joyeuse* numa bainha de ouro... Na cabeça, mantida ereta por uma corrente de ouro, estava um sudário que cobria o que fora seu rosto, e que estava encimado por uma coroa. Tocou-se o espectro. Ele se desfez em pó.

De resto, a epopéia romântica privilegia Rolando e seus companheiros. Foi em 1826 que Alfred de Vigny publicou *Le cor* [A trompa]. Mas o verdadeiro herói do poema é a "profundeza dos bosques".

Os "tempos merovíngios" são o exotismo na moda depois de 1835, com Augustin Thierry. Numa palavra, aí se encontra melhor o passado "nacional". E, depois, acaba-se de redescobrir os gauleses. Napoleão III, como se sabe, se apaixonará por Alésia. Ao mesmo tempo, os eruditos voltam sua atenção para as origens do Terceiro Estado, que se buscam tanto no movimento comunal do século XII como nas primeiras assembléias que dariam origem aos Estados Gerais. Carlos Magno conhece, pois, um período de relativo esquecimento.

Embora exista em Paris, nas antigas terras da abadia de Sainte-Geneviève, uma rua Clóvis já em 1807, uma rua Clotário em 1832, e uma rua Clotilde em 1841, seria preciso esperar o ano de 1844 para que se dê o nome de Carlos Magno à velha rua dos Prêtres-Saint-Paul, no Marais. Ainda assim, a razão alegada é, mais do que a glória de Carlos Magno, a vizinhança do liceu Carlos Magno. Cabe notar que o liceu recebera esse nome em outubro de 1804, na ocasião em que se preparava a sagração. Assim, Carlos Magno só tem seu liceu em Paris por causa da preocupação de Napoleão com sua legitimidade histórica, e sua rua, bem modesta, pelo fato de ser o patrono dos estudantes. Tampouco a província se preocupa muito com ele. Em vão se procura uma rua Carlos Magno na maioria das cidades francesas, excetuando-se, naturalmente, as grandes localidades carolíngias como Metz ou Thionville. O *entourage* do imperador não recebe melhor tratamento. Paris tem sua rua Gregório de Tours em 1846. Não há nenhuma rua com o nome de Alcuíno ou de Teodulfo.

Michelet foi um dos primeiros a deter-se no estudo dos "carolíngios". Em 1833, enquanto dedica a Clóvis apenas três páginas nos seis volumes de sua *História da França*, dedica 44 páginas a Carlos Magno. Informado pela leitura de numerosos textos historiográficos, o quadro é deliberadamente lastimável e os julgamentos são brutais. Preocupado antes de mais nada em destruir um mito, e mesmo um símbolo, Michelet vai longe demais. O pobre Carlos Magno não tem direito nem ao próprio nome, visto que Carlos Magno se deve a uma deformação de Carlomano, o que leva o historiador a escrever que "os dois irmãos tinham, pois, o mesmo nome". Logo de saída, o cenário está montado: "o Império dos francos já estava velho e fatigado quando caiu nas mãos de Carlos Magno". Toda a sorte do Império se deve à debilidade, não menos evidente, dos povos vizinhos.

O romantismo também tem a sua influência na análise: "Os francos eram os mais disciplináveis dos bárbaros, aqueles cujo gênio era menos individual, menos original, menos poético." É ainda à invenção romântica que devemos atribuir o terror inspirado pelos tribunais dos homens livres que "eram mais duros do que a lei": "Muitos empalideciam quando, de manhã, viam pregado em sua porta o sinal fúnebre que os convocava a comparecer ao tribunal invisível." Para compensar, o autor nos garante que "era um prazer ver as filhas do rei cavalgarem". Aí se está tão longe da realidade histórica quanto nas páginas célebres em que o velho Michelet evoca suas visitas noturnas de chefe da seção histórica à grande galeria dos Arquivos Nacionais, esquecendo que as galerias ficavam fechadas à noite e que as grandes séries de registros que o faziam chorar de emoção ainda não tinham chegado aos arquivos do reino à época em que passou a trabalhar nestes.

O nacionalismo está na moda nessa década de 1830. Carlos Magno se torna o matador das nações. Michelet condena a destruição do Irminsul e dá uma descrição pitoresca, e tanto mais pitoresca por ser inventada, desse "misterioso símbolo no qual se podia ver a imagem do mundo e da pátria", que os francos violaram, quebrando o "símbolo nacional". Quanto aos *vikings*, eles são "os verdadeiros germanos que vieram ajustar contas com os germanos bastardos que se fizeram romanos e que se chamam o Império".

Podemos nos espantar de ler da pena de um dos defensores da democracia as frases com as quais ele fustiga a preferência dada por Carlos Magno aos estrangeiros e aos "letrados de baixa condição", e mesmo "aos letrados de condição servil". Aqui, é o anticlericalismo que desponta: os conselheiros de Carlos Magno formam um "governo padre e jurista, friamente cruel, sem generosidade, sem compreensão do gênio bárbaro". A crítica chega a fazer o elogio da regra de São Colombano a fim de melhor condenar a "reforma minuciosa e pedantesca" de Bento de Aniana e a introdução no reino da regra de São Bento.

O autor denuncia, naturalmente, as devastações que são consideradas como vitórias: "vencedores ou vencidos, eles criavam desertos". Prova disso é a ação de "despovoamento da Saxônia". Michelet ironiza a "pálida representação do Império", e, a seu ver, o brilho da corte de Aix é resultado apenas da decadência: "como esse mundo se extinguia, a vida se refugiou em seu núcleo", um núcleo em que "uma multidão de pequenos reis ornamentava a corte do rei dos francos". Se ele nota o zelo do rei franco "pelo cultivo das letras latinas e pelas

cerimônias do culto", é para concluir que aquilo que mais tarde se chamou Renascimento Carolíngio constituiu apenas um "movimento passageiro", que gerou uma "literatura pedantesca e vazia", e que as intervenções do rei "nos assuntos de dogma" traem um "espírito de pedantismo bizantino e gótico".

Para Michelet, o reino tem apenas "arremedos de administração" e, depois de ter zombado dos "legisladores eqüestres que passaram a vida galopando entre o Ebro e o Elba", ele se pergunta, com piedade, sobre o que "se deve pensar sobre a glória legislativa de Carlos Magno". As conclusões são terríveis: o poder de Carlos Magno não passa do "estabelecimento de um mundo flutuante", e sua desagregação deriva da incapacidade: "Enquanto Carlos Magno discorre sobre a teologia, sonha com o Império romano e estuda a gramática, a dominação dos francos extingue-se pouco a pouco." É a grande "miséria do Império". E ressalta fortemente um enfraquecimento perceptível desde os tempos das guerras contra os ávaros. Em suma, o Império "aspira a se dividir", e se vêem as frotas dinamarquesas, gregas e sarracenas que andam à sua volta "como o abutre sobrevoa o moribundo que promete um cadáver". O grande homem, para Michelet, será Luís, o Piedoso, "o São Luís do século IX". A idade de ouro descrita por Nitardo se inverteu.

Não é o caso de nos determos nos erros evidentes. Michelet faz de Alcuíno dois personagens distintos e vê nele ora um anglo-saxão, ora um anglo, ora um saxão. Ele ignora que Aix-la-Chapelle não fica no Reno, e que não se podia, de Roncesvales, "ver, à escolha, Toulouse ou Saragoça". Como exemplo desses "padres de corte... que tomaram o episcopado como uma forma de retiro e descanso", ele escolheu o arcebispo Leidrade, de quem se sabe ter sido durante dezesseis anos um muito eficiente arcebispo de Lyon. Por outro lado, é preciso reconhecer que nem tudo é incorreto na descrição das derrotas e das desgraças, ainda que Michelet confunda as épocas em tudo o que não se refere ao relato das campanhas, comprazendo-se em traçar um quadro catastrófico de todo o reinado, com base nos últimos anos. A vontade de denegrir predomina. Chega-se ao cúmulo da má-fé quando Michelet acusa o rei franco de não ter feito mais do que retocar as leis e quando cita o grande número de capitulares de Carlos Magno como prova de incapacidade: é possível, escreve, que esses atos apenas reproduzam capitulares dos antigos reis francos. É improvável, pensa ele, que não se conserve nenhuma capitular de Brunilda! Em suma, Carlos Magno seria apenas um mero "compilador" e teria colocado seu nome nas capitulares dos merovíngios!

Apresentados, como se sabe, num estilo admirável, os julgamentos e as invenções de Michelet naturalmente teriam vida longa. O rigor dos historiadores — fossem eles advogados ou beneditinos —, que tanto haviam explorado os textos nos dois últimos séculos do Antigo Regime, dá lugar ao poder de evocação que satisfaz a sensibilidade romântica, e às vezes ao desejo dos historiadores de dar à nova sociedade política raízes que dificilmente se encontrariam reportando-se à Alta Idade Média. É exatamente isso que motiva Lamartine, em sua *Histoire des girondines* [História dos girondinos] (1847), e mais tarde Hippolyte Taine, em sua obra *Origines de la France contemporaine* [Origens da França contemporânea] (1875). François Guizot constitui uma exceção. Ele leciona nos anos 1828-1830 e publica em 1843, em seu *Cours d'histoire Moderne* [Curso de história moderna], um ponto de vista equilibrado — e bastante documentado — do personagem Carlos Magno, de sua obra, da sociedade de seu tempo, e, o que é novidade, de seu papel individual no desenvolvimento de uma civilização européia. Depois de sua peregrinação à "singular majestade" do túmulo desse "gigante a quem chamamos de Carlos Magno", Victor Hugo não diz outra coisa numa fórmula fulgurante: "A civilização se materializa de repente, e surge Carlos Magno" (*Le Rhin* [O Reno], 1842). E é aos paladinos da lenda que o lirismo de Hugo dá por muito tempo uma auréola patriótica. Os heróis carolíngios de *La Légende des siècles* [A lenda dos séculos] (1859-1883) São Rolando, que corta o rochedo, Olivier, que desposa a bela Alda, Aimeriot que toma Narbonne.

No final do século XIX, os eruditos começam a procurar fontes mais numerosas e editadas de forma adequada. Os alemães dão o exemplo, a partir de 1826, e sobretudo de 1880, com a gigantesca publicação dos *Monumenta germaniae historica* [Sobre os monumentos históricos alemães]. O historiador finalmente dispõe das capitulares, dos cânones conciliares, dos textos historiográficos e das correspondências. Na França, sob a direção de Isembert, publica-se, a partir de 1822, o *Recueil général des anciennes lois françaises depuis l'an 420* [Compilação geral de antigas leis francesas depois de 420], que dá grande espaço a Carlos Magno. A *Collection de documents inédits sur l'histoire de France* [Coleção de documentos inéditos sobre a história da França] se inicia em 1835. Benjamin Guérard, a partir de 1840, edita cartulários e polípticos. Mas os frutos da erudição alemã têm tão grande peso que a Academia de Inscrições e Belas Letras deixa, de forma deliberada, Carlos Magno — e Luís, o Piedoso — fora da série *Chartes et diplômes* [Cartas e diplomas] do *Recueil des historiens*

de la France [Compilação de historiadores da França] que, publicada a partir de 1899, começa com Carlos, o Calvo.

Ao mesmo tempo, começa-se a publicação dos textos historiográficos e das canções de gesta. Em 1837, a publicação da *Canção de Rolando* é um verdadeiro acontecimento. Para a Sociedade da História da França, Alexandre Teulet fornece em 1840-1842 a primeira edição acessível das obras de Eginhardo. Em sua *Histoire poétique de Charlemagne* [História poética de Carlos Magno], Gaston Paris faz, em 1865, a distinção entre a história e a lenda. A partir de 1875, a grande coleção da Sociedade dos Textos Antigos Franceses começa a dar grande espaço às canções de gesta.

Seguem-se os trabalhos de síntese a partir da década de 1900, quando a história positivista e os frutos da erudição terminam por chegar ao grande público. Nos seis grandes volumes dedicados à Idade Média da monumental *Histoire de France* dirigida por Ernest Lavisse, o reino de Pepino, o Breve, ocupa apenas, em 1903, dez páginas, mas Arthur Kleinclausz dedica 75 a Carlos Magno, numa visão finalmente equilibrada das atividades de conquista, da organização política do reino, da sociedade e da civilização.

Desde então, de ambos os lados do Reno, os estudos florescem. Arthur Kleinclausz, Ferdinand Lot, Louis Halphen e René Poupardin iniciam uma longa série de monografias substanciais, que tem continuidade na Bélgica com François-Louis Ganshof e Adriaan Verhulst, na França com Georges Tessier, Robert Folz e Pierre Riché, e na Alemanha com Wolfgang Braunfels, Helmut Beumann, Bernhard Bischoff, Peter Classen, Eugen Ewig, Josef Semmler e Karl Ferdinand Werner. Com Harmut Atsma e Jean Vézin, estabelece-se uma duradoura colaboração franco-alemã para a publicação dos documentos originais. A criação, em 1973, do periódico *Frância*, dedicado às pesquisas sobre a história da Europa ocidental, é um dos frutos mais importantes das pesquisas realizadas em Paris pelo Instituto Histórico Alemão. A multiplicação das escavações arqueológicas continua, por essa época, a trazer informações preciosas sobre a civilização carolíngia. A abertura da pesquisa para novos campos como a economia, as estruturas sociais, o pensamento jurídico ou os diversos componentes da civilização intelectual ou material finalmente dá à história do personagem sua adequada contextualização.

Tão importante na formação da opinião pública no século XIX, a iconografia popular dá pouca atenção a Carlos Magno. Passou-se o tempo das gravuras do Antigo Regime, nas quais o imperador se mostrava em toda a sua glória, como uma prefiguração do monarca Bourbon. O artesanato de Épinal e os que o imitam, em geral dedicados à propaganda e

à glorificação de heróis nacionais de épocas recentes, representam todos os personagens dos dois impérios, os da Restauração e depois os da República, mas Carlos Magno é tão desprezado quanto Clóvis, e a iconografia religiosa dá menos atenção ao rei São Luís do que a São Luís Gonzaga. Isso significa que Carlos Magno não é vítima de um ostracismo pessoal. O alvo da discriminação é a história anterior à Revolução, em função do gosto de uma clientela bem específica. E o personagem de Napoleão ocupa então, no imaginário francês, o lugar do herói vitorioso. Os paladinos do rei franco, os Rolando e os Olivier são relegados a uma posição inferior à dos marechais do Império.

A Terceira República redescobre o imperador. Os próprios eruditos são concordes em confundir o homem da história e o personagem da lenda. Em 1865, o historiador das canções de gesta, Gaston Paris, considera que "sua figura, assim como a visão que dele tem a poesia nacional, torna-se para sempre o mais completo símbolo do gênio de um povo, a síntese de suas aspirações, a encarnação de seu ideal". Há aqui um certo exagero, mas a afirmação é sincera. A retidão de Carlos Magno, ilustrada pelo episódio da escola, acrescenta-se aos modelos de espírito cívico e republicano. Os bons alunos do palácio se encontram, numa ilustração, em todos os manuais escolares. Neles se vê também o imperador visitando suas propriedades agrícolas, imagem simbólica de uma boa administração. O ensino primário fica nisso. Praticamente não se acrescenta mais nada no ensino secundário.

A vaga patriótica que se segue, na França, à derrota de 1870, restitui o papel àquele que os franceses continuam a considerar como um dos seus. A gesta de Rolando entra novamente em voga. As edições escolares da *Canção* — "o poema francês por excelência" — se multiplicam depois das que são organizadas em 1880 por Léon Gautier, e em 1887 por Gaston Paris. O manual para o ensino primário conhecido pelo nome de "Petit Lavisse" introduz o "sobrinho de Carlos Magno" no inconsciente patriótico dos franceses. Rolando se reúne aqui a Vercingetórix, Du Guesclin, Jeanne Hachette, Joana d'Arc, Bayard e Turenne. O manual de história passa a contribuir para a instrução cívica. O exemplo dos heróis deve concorrer para a formação dos cidadãos e a dos bons soldados. Mais do que isso, o traidor Ganelão tem um papel nesse concerto patriótico: ele é uma prefiguração do marechal Bazaine, e a derrota de 1870, assim como a de 778, só se explica pela traição. "Um poema como esse", escreve, em 1885, Édouard Roehrich, "não é maravilhosamente adequado às necessidades de nossa geração?"

Naturalmente, o episódio da visita à escola é um exemplo de escolha. Mas existem nuanças. Para Désiré Blanchet, em 1882, são as crianças pobres que trabalham, enquanto os "nobres, filhos dos grandes da nação" nada fazem. No *Livre unique pour l'enseignement du français* [Livro único para o ensino do francês], por volta de 1900, são as crianças de "baixa e média condição" que aprendem e os "filhos da pequena nobreza, orgulhosos de seu nascimento" que preferem a brincadeira ao estudo. Nesse ano de 1900, o "Petit Lavisse" opõe resolutamente os ricos e os pobres.

Uma imagem sintetiza tudo: a que foi publicada em 1892 pelo *Petit Journal Illustré*. Nela, Carlos Magno aparece numa nuvem, coroa na cabeça e apoiado na espada, mas com uma taça na mão para participar das libações da festa de São Carlos Magno. A mesa está cheia de bolos. Os estudantes aclamam o imperador. Na parede, um busto de Marianne, símbolo da República Francesa, domina a cena em meio a bandeiras tricolores.

Visto que conquistou a Baviera e a Saxônia, Carlos Magno agora passa pelo francês que venceu os alemães. É verdade que Aix-la-Chapelle fica na Alemanha, mas Carlos talvez tenha nascido na França, e mais precisamente na parte da França perdida em 1871. Só por isso, ele já seria um símbolo. Pensa-se então em colocar em Paris, no adro de Notre-Dame, uma estátua do imperador a cavalo. A obra foi fundida tomando-se como modelo um monumento, de autoria de Louis Rochet, que a cidade de Aix-la-Chapelle, trinta anos antes, desistira de executar por não dispor de 60 mil francos-ouro para pagar o bronze. Aproveitando a oportunidade, Rochet apresentou sua maquete em gesso quando da Exposição de 1878, e sua aquisição pela cidade de Paris suscitou um áspero debate na Câmara Municipal. Alguns objetaram que o imperador não era nem parisiense nem gaulês, outros que a República não tinha que celebrar um imperador. O desejo dos defensores da estátua só foi atendido graças à habilidade do prefeito, que mandou erguer, a título de compensação republicana, duas estátuas de Voltaire. A estátua de Carlos Magno foi colocada no adro em 1882, mas a cidade só a comprou, por 35 mil francos, isto é, o preço do metal usado, em 1895.

Acompanhado de dois escudeiros que mais tarde seriam identificados como Rolando e Olivier, esse grupo dito "Carlos Magno e seus *leudes*" iria se tornar — dado que o Leão de Belfort era apenas uma chapa de metal pintada — uma das raras estátuas que, sob a ocupação da Segunda Guerra Mundial, deixaram de ser fundidas para o aproveitamento

de metais não ferrosos: os invasores sabiam que Carlos Magno também era um dos seus e buscavam colocar sob patronato deste sua visão de uma nova Europa. E não foi por acaso que, nos últimos meses do Terceiro Reich, uma divisão SS usou o nome de Carlos Magno para integrar os franceses que já serviam na SS ou na LVF (Legião dos Voluntários Franceses contra o Bolchevismo) e os milicianos que voltaram do exílio ilegalmente.

Carlos Magno volta a gozar de prestígio nos livros de história abundantemente ilustrados dos jovens franceses. Depois de uma breve síntese que vai do batismo de Clóvis aos reis indolentes em seus carros de bois, normalmente se dedicam várias páginas a Carlos, estabelecendo-se, então, um equilíbrio: o episódio da escola está sempre presente, assim como a coroação imperial, mas fala-se também dos *missi dominici*, da inspeção dos domínios reais, do batismo dos saxões, das relações com Bagdá. Fala-se menos da guerra, ainda que o desastre de Roncesvales nunca deixe de ser mencionado. Muitas obras para crianças, em seguida, serão concebidas com a ajuda de medievalistas. Nestas, Hugo Capeto quase sempre será esquecido, mas não Carlos Magno.

A apropriação patriótica de Carlos Magno logo se esfuma, à medida que se estabelecem novas relações entre a França e a Alemanha. Em 1949, a cidade de Aix-la-Chapelle criou um prêmio internacional Carlos Magno para honrar a cada ano uma personalidade que tenha contribuído significativamente para o entendimento e a cooperação na Europa: Jean Monnet o recebeu em 1953, Konrad Adenauer em 1954, Robert Schuman em 1958. Em 1999, se acrescentou um prêmio relacionado à história européia: atribuído por um júri internacional e entregue em Selingenstadt, ele tem o nome de Eginhardo. Depois de doze séculos, é a História que responde à questão formulada por Pirenne. Carlos Magno, em alguns aspectos, é considerado o pai da Europa.

CRONOLOGIA

Muitos acontecimentos, por falta de data precisa e confirmada, não podem constar nesta cronologia. É o caso, em especial, de fatos culturais como a redação de textos, a construção de edifícios e a produção de manuscritos e obras de arte.

687 Vitória dos austrasianos sobre os neustrianos em Tertry.
700 Ascensão do duque Eudes na Aquitânia.
703 Início dos *Anais de Lorsch*.
711 Invasão árabe na Espanha.
713 Incursões árabes na Septimânia.
714 Morte de Pepino II de Herstal.
715 Vitória dos neustrianos contra o exército de Plectrude.
716 Vitória de Carlos Martel contra os neustrianos em Amblève.
717 Vitória de Carlos Martel em Vinchy.
Os árabes às portas de Bizâncio.
718 Carlos Martel na Saxônia.
719 Carlos Martel na Frísia.
Primeiras missões de Bonifácio na Frísia.
Eudes, rei na Aquitânia.
Vitória de Carlos Martel sobre os neustrianos em Néry.
720 Tomada de Narbonne pelos árabes.
725 Tomada de Autun pelos árabes.
732 Saque de Luxeuil pelos árabes.
741 Início dos *Anais reais*.
742 Nascimento de Carlos Magno.
Chrodegang, bispo de Metz.
Concílio do reino de Carlomano I.
743 Sobe ao trono o merovíngio Childerico III.
Concílio do reino de Carlomano I em Estinnes.
Vitória franca sobre os bávaros.
744 Concílio do reino de Pepino, o Breve, em Soissons.
Fundação da abadia de Fulda por Sturm.

745 Concílio de Roma: estabelecimento da lista dos anjos.
746 Vitória de Carlomano I sobre os alamanos em Cannstatt.
Juramento de fidelidade do duque da Aquitânia Hunaldo a Pepino, o Breve.
Bonifácio, arcebispo de Mogúncia.
747 Os abássidas tomam o poder em Bagdá.
Carlomano I recolhe-se a um monastério.
Concílio do reino franco.
Adoção da regra de São Bento em Sankt Gallen.
748 Tássilo III, duque dos bávaros.
Missão de Sturm em Roma.
Grifon, duque de Mans.
749 Subida ao trono de Astulfo, rei dos lombardos.
751 Eleição e sagração de Pepino, o Breve.
Tomada de Ravena pelos lombardos.
752 Lulo, arcebispo de Mogúncia.
Intervenção de Pepino, o Breve, na Septimânia.
Eleição do papa Estêvão II.
753 Concílio de Hiera: culto moderado das imagens.
Captura de Grifon.
Carlos, duque de Mans.
754 Sagração de Pepino pelo papa Estêvão II.
Primeira campanha de Pepino, o Breve, na Itália.
Expedição de Carlomano I contra Pepino, o Breve.
Bonifácio é morto na Frísia.
Sobe ao poder o califa Al-Mansur.
Adoção do rito romano em Metz.
755 Concílio de Ver: estabelece-se, pela primeira vez, o dízimo.
Os omíadas tomam o poder na Espanha.
Transferência da Assembléia Geral de março para maio.
756 Regra dos cônegos redigida por Chrodegang.
Segunda campanha de Pepino, o Breve, na Itália.
Primeira submissão de Tássilo III.
757 Sobe ao trono Didier, rei dos lombardos.
Concílio de Compiègne.
759 Tomada de Narbonne pelos francos.
760 Primeira campanha de Pepino, o Breve, na Aquitânia.
762 Concílio de Attigny.
763 Revolta da Baviera.
764 Entrada de Pepino, o Breve, em Toulouse.
765 Embaixada franca em Bizâncio.
767 Sínodo de Gentilly, com a participação dos gregos.
Morte de Grifon.
Assembléia Geral em Bourges.
Golpe de Estado em Roma.

768 Assassinato do duque Waifre na Aquitânia.
Capitular para a Aquitânia.
Morte de Pepino, o Breve.
Sobem ao trono Carlos e Carlomano II.
769 Revolta do duque Hunaldo II na Aquitânia.
Carlos Magno apodera-se da Gasconha.
770 Casamentos lombardos agenciados por Berta.
771 Morte de Carlomano II.
772 Tomada do Irminsul na Saxônia.
Eleição do papa Adriano I.
Ocupação da Caríntia por Tássilo III.
Pilhagem de Hessen pelos angarianos.
773 Primeira campanha de Carlos Magno na Itália.
774 Estada de Carlos Magno em Roma.
Tomada de Pavia.
Carlos Magno, rei dos lombardos.
775 Repressão na Saxônia.
776 Revolta do duque de Friuli, Rodoaldo.
Campanha em Friuli.
777 Expedição contra Benevento.
Supressão do ducado de Spoleto.
Primeira Assembléia Geral em Paderborn.
Abd al-Rahman al-Daklil em Paderborn.
778 Expedição na Espanha e desastre de Roncesvales.
Distúrbios na Aquitânia.
Insurreição de Widukind na Saxônia.
779 Capitular de Herstal: organização geral do reino.
Fome generalizada no reino.
Primórdios da guerra na Saxônia.
780c Beatus, *Comentário do Apocalipse*.
780 Capitular para os bispos.
O imperador Constantino VI sobe ao trono em Bizâncio.
Expedição contra Benevento.
781 Carlos Magno em Roma.
Sagração de Pepino, rei da Itália, e de Luís, rei da Aquitânia.
Embaixada bizantina junto a Carlos Magno.
Encontro de Carlos Magno com Alcuíno.
Juramento de fidelidade de Tássilo III em Worms.
782 Negociação com os ávaros.
Fundação de Aniana pelo monge Bento.
Insurreição da Saxônia.
Derrota franca de Süntel, massacre de Verden.
783 Morte de Bertrada, viúva de Pepino, o Breve.
Paulo, o Diácono, na corte de Carlos Magno.
Morte da rainha Hildegarda. Fastrada, rainha.
Campanha na Saxônia.

784 Campanha na Saxônia.
Morte de Fulrad, abade de Saint-Denis.
785 Submissão de Widukind e capitular para os saxões.
Conspiração de Hardrade na Francônia.
Exigência do juramento de fidelidade.
Reforma da liturgia.
Hildebaldo, arcebispo de Colônia.
787 Expedição contra Benevento.
Insurreição de Tássilo III na Baviera.
Segundo concílio de Nicéia.
Partida de Paulino para a Aquiléia.
788 Submissão definitiva da Baviera.
Assembléia de Ingelheim e julgamento de Tássilo.
Ataque dos ávaros no Friuli.
Desembarque de Adalgiso na Calábria.
789 Submissão dos wilzes.
Assembléia de Aix. Publicação da *Admonitio generalis.*
Reforma dos pesos e medidas.
Nova exigência do juramento de fidelidade.
Obrigatoriedade do canto romano na liturgia.
Ocupação de Urgel.
790 Negociações com os ávaros.
Primeiras incursões do duque Guilherme na Espanha.
Carlos, o Jovem, duque de Mans.
Capitular para os saxões.
791 Primeira campanha contra os ávaros.
Ricbod, arcebispo de Trier.
Conquista da Ístria.
792 *Libri carolini.*
Conspiração de Pepino, o Corcunda.
Concílio de Ratisbona.
793c Reforma monetária.
793 Derrota do duque Guilherme no Orbieu.
Revolta na Saxônia.
Tentativa de construir o canal entre o Danúbio e o Reno.
Ataque dos sarracenos na Septimânia.
794 Instalação definitiva em Aix.
Primórdios da Academia palatina.
Casamento de Carlos Magno com Liutgarde.
Concílio de Frankfurt.
795 Vitória contra os ávaros.
Retomada da ofensiva franca na Espanha.
Expedição dos *vikings* na Nortúmbria.
Eleição do papa Leão III.

796 Concílio de Cividale.
Derrota definitiva dos ávaros.
Alcuíno instala-se em Tours.
797 Submissão da Saxônia e capitular *Dos saxões.*
Embaixada franca em Bagdá.
A imperatriz Irene toma o poder em Bizâncio.
798 Criação da arquidiocese de Salzburgo.
Embaixada bizantina.
Concílio de Aix e julgamento de Félix de Urgel.
Concílio de Risbach.
Nova redação da lei sálica.
a.799 Morte de Paulo, o Diácono.
a.799 Morte de Pedro de Pisa.
799 Atentado contra Leão III.
O papa em Paderborn.
Campanha contra os ávaros.
Leidradis, arcebispo de Lyon.
a.800 Capitular *De Villis.*
800 Inspeção das defesas do litoral.
Morte de Liutgarde.
Início das empresas do rei Luís na Espanha.
Tomada de Lérida.
Retratação de Félix de Urgel.
Adoção de muitos ritos romanos.
Fundação da abadia de Conques.
Carlos Magno em Roma e coroação imperial.
801 Tomada de Barcelona.
Troca de embaixadas com Bizâncio.
Guilherme, conde da marca da Espanha.
Teodulfo, abade de Fleury.
802 Assembléia de Aix e capitular geral para os *missi.*
Novo juramento de fidelidade.
Morte de Paulino da Aquiléia.
Golpe de Estado de Nicéforo em Bizâncio.
Embaixada do califa de Bagdá em Aix.
803 Capitulares a serem aditadas às leis.
Campanha definitiva contra os ávaros.
Embaixada do imperador Nicéforo.
804 Submissão do Wihmode e da Nordalbíngia.
Término da construção da capela palatina de Aix.
Morte de Alcuíno.
805 Dupla capitular de Thionville.
Conquista da Venécia por Pepino da Itália.
Campanha fracassada de Carlos, o Jovem, na Boêmia.
806 Fundação do monastério de Gellone.

806 Término da construção da igreja de Germigny.
Divisio regnorum.
Reconquista da Dalmácia e da Venécia pelos bizantinos.
Capitular de Nimega.
Monges latinos de Jerusalém em Aix.
807 Negociações com Harum al-Rachid, califa de Bagdá.
808 Derrota de Carlos, o Jovem, contra os linões.
Insurreição dos wilzes.
809 Ataque a Comacchio pela frota bizantina.
Concílio de Aix-la-Chapelle e imposição do *Filioque.*
Investida de Luís da Aquitânia contra Tortosa.
810 Embaixada do imperador Nicéforo.
Concílio de Roma.
Morte de Pepino da Itália.
811 Morte de Carlos, o Jovem.
Capitular de Boulogne.
Campanhas na Saxônia, na Panônia e na Bretanha.
Embaixada em Bizâncio.
Paz com a Dinamarca.
Testamento de Carlos Magno.
812 Determinações relativas à Espanha e constituição definitiva da marca da Espanha.
Embaixada do imperador Miguel I.
Campanha definitiva contra os wilzes.
813 Cinco concílios regionais.
Coroação imperial de Luís.
814 Morte de Carlos Magno.
817 *Ordinatio Imperii.*
821 Morte de Teodulfo.
827 Ermoldo, o Negro, *Poema sobre Luís, o Piedoso.*
830c Eginhardo escreve a *Vita Karoli.*
884 Notker, o Gago, *Gesta Karoli Magni.*
962 Oto I, imperador.
1000 Abertura do túmulo de Carlos Magno por Oto III.
1165 Canonização de Carlos Magno.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

A maioria das fontes relativas à história de Carlos Magno, e mais comumente da descendência de Pepino e dos carolíngios, foi publicada de forma sistemática na grande coleção dos *Monumenta germaniae historica* (abreviado como *MGH*), e muitas só estão publicadas nesta, principalmente nas séries *Scriptores (SS)* in-folio, *Epistolae (Ep)*, *Poetae latinae (PL)* e *Leges (LL)* in-4º. É preciso citar, além desses, a excelente compilação de Reinhold Rau, *Quellen zur karolingischen Reichsgeschichte*, Berlim, 1960-1968, 3 vol. (abreviado: *Quellen*).

Cabe lembrar também que um grande número de textos literários e historiográficos foram publicados no século XIX pelo abade Migne em sua *Patrologie latine* (1844-1855, 218 vol.) e mesmo — por Teófanes — em sua *Patrologie grecque* (1857-1866, 166 vol.), sempre úteis apesar de suas notáveis imperfeições. Citamos aqui apenas as edições mais recentes.

Muitos textos, sobretudo os das capitulares, foram também publicados separadamente e anexados a estudos que são citados mais adiante na bibliografia. Essas edições são em geral mais recentes que as grandes compilações e são acompanhadas de comentários.

Documentos

ATSMA (Hartmut), VÉZIN (Jean) e MARICHAL (Robert). *Cartae latinae antiquiores. Fac-simile edition of the latin charters prior to the ninth century, part XIX, France.* Zurique, 1981-1987. 7 vol.
BASTGEN (Hubert). *Libri carolini sive Caroli Magni capitulare de imaginibus.* Hannover-Leipzig, 1924 (*MGH, LL III*).
BORETIUS (Alfred) e KRAUSE (Victor). *Capitularia regum francorum.* Hannover, 1883-1897 (*MGH, LL II*).
BRÜHL (Calrichard). *Capitulare De Villis.* Stuttgart, 1971.
ECKHARDT (Karl August). *Legum nationum germanicarum.* Tomo IV, Hannover, 1962 (*MGH, LL I*).
HALLER (Johannes). *Die Quellen zur Geschichte der Entstehung des Kirchenstaates.* Leipzig, 1907.

KAEMMERER (Walter). *Aachener Quellentexte*. Aix-la-Chapelle, 1980.
LEVILLAIN (Léon). *Recueil des actes de Pépin Ier et de Pépin* II, *rois d'Aquitaine*. Paris, 1926.
LONGNON (Auguste). *Polyptyque de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés rédigé au temps de l'abbé Irminon*. Paris, 1886-1895. 2 vol.
STENGEL (Edmund Ernst). *Urkundenbuch des Klosters Fulda*. I. Marburg, 1958.
WERMINGHOFF (Albert). *Concilia aevi karolini*, I, 2. Hannover-Leipzig, 1908 (*MGH*, *LL* III).

Cartas

Se excluirmos as capitulares, citadas acima, algumas das quais apresentam-se como cartas circulares, as cartas missivas de Carlos Magno e de seus contemporâneos são raras. A maioria delas foi publicada na série *Epistolae Karolini Aevi* dos *Monumenta germaniae historica*.

ADRIANO I. *Epistolae*, ed. Karl Hampe. Berlim, 1899 (*MGH*, *Ep* V).
ALCUÍNO. *Epistolae*, ed. Ernst Dümmler. Berlim, 1895 (*MGH*, *Ep* IV).
ANGILBERTO. *Epistolae*, ed. Ernst Dümmler. Berlim, 1895 (*MGH*, *Ep* IV).
CARLOS MAGNO. *Epistolae*, ed. Ernst Dümmler. Berlim, 1895 (*MGH*, *Ep* IV).
EGINHARDO. *Epistolae*, ed. Karl Hampe. Berlim, 1899 (*MGH*, *Ep* V).
LEÃO III. *Epistolae*, ed. Karl Hampe. Berlim, 1899 (*MGH*, *Ep* V).

Fontes historiográficas

Annales Bertiniani (Anais de Saint-Bertin), ed. Reinhold Rau. 1960 (*Quellen*, II).
Annales Fuldenses (Anais de Fulda), ed. Reinhold Rau. 1968 (*Quellen*, III).
Annales Laureshamenses, ed. Georg Heinrich Pertz. 1826 (*MGH*, *SS I*).
Annales Laurissenses et Einhardi (Anais reais), ed. Karl Pertz. 1876 (*MGH*, *SS I*).
Annales Mettenses priores (Anais de Metz), ed. Bernhard von Simson. 1905 (*Scriptores rerum germanicarum in usum scolarum*).
Annales Prumienses (Anais de Prüm), ed. Oswald Holder-Egger. 1888 (*MGH*, *SS* XV, 2).
Annales Regni Francorum (Anais reais), ed. Friedrich Kurze, 1895 (*MGH*, *SS*). — ed. Reinhold Rau, 1960 (*Quellen*, I).
Annales Vedastini (Anais de Saint-Vaast), ed. Reinhold Rau. 1960 (*Quellen*, II).
ASTRÔNOMO, O. *Vita Ludovici Pii*, ed. Reinhold Rau. 1960 (*Quellen*, I).— ed. Wolfgang Tenberken. Rottweil, 1982.
Chronicon Moissiacense, ed. Georg Heinrich Pertz. 1829 (*MGH*, *SS II*).
Chronicon Novaliciense, ed. C. Cipolla, em *Monumenta novaliciensia vetustiora*, tomo 2. Roma, 1901 (*Fonti per la storia d'Italia*).
EGINHARDO. *Translatio et miracula sanctorum Marcellini et Petri*, ed. Georg Waitz. 1887 (*MGH*, *SS XV*, 1).
EGINHARDO. *Vita Karoli*, ed. Louis Halphen. Paris, 1938. 6ª ed., 1994 (Classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge).
EGINHARDO. *Vita Karoli*, ed. Reinhold Rau. 1960 (*Quellen*, I).

EGINHARDO. *Vita Karoli Magni*, ed. fac-similar do manuscrito de Viena e comentário de Wolfgang Milde e Thomas Wurzel. Seligenstadt, 1991.
ERMOLDO, O NEGRO. *Poème sur Louis le Pieux et épîtres au roi Pépin*, ed. Edmond Faral. Paris, 1932.
HINCMAR. *De Ordine Palatii*, ed. Victor Krause. 1894 (*Fontes juris germanici antiqui in usum scholarum*, V).
Liber Pontificalis, ed. Louis Duchesne. Paris, 1886-1892. 2 vol. E tomo III por Cyrille Vogel. Paris, 1957. Reed. 1981. 3 vol.
Miracula sancti Genesii, ed. Georg Waitz. 1887 (*MGH*, *SS* XV, 1).
NITARDO. *Historiarum libri* IIII, ed. Georg Heinrich Pertz. 1829 (*MGH*, *SS* II). — ed. Reinhold Rau, 1960 (*Quellen*, I).
NOTKER, O GAGO. *Gesta Karoli Magni imperatoris*, ed. Reinhold Rau. 1968 (*Quellen*, III).
THÉOPHANE, O CONFESSOR. *Chronographia*, ed. Carl de Boor. Leipzig, 1883-1885. 2 vol. 2ª ed. Hildesheim, 1963.
THIETMAR VON MERSEBURG. *Chronik*, ed. Werner Trillmich. Darmstadt, 1957.

Obras Literárias

Aliscans, ed. Claude Régnier. Paris, 1990.
La Chanson de Roland, ed. Raoul Mortier. Paris, 1940-1949. 9 vol.
La Chanson de Roland, ed. Cesare Segre. Milão, 1971. 2ª ed., Genebra, 1989. 2 vol.
La Chanson de Roland, ed. e trad. Joseph Bédier. Paris, 1921.
La Chanson de Roland, ed. e trad. Gérard Moignet. Paris, 1969.
La Chanson de Roland, ed. e trad. Pierre Jonin. Paris, 1979.
La Chanson de Roland, ed. Ian Short. Paris, 1990.
La Chanson de Nibelungs, trad. Jean Amsler. Paris, 1992.
La Chevalerie Ogier de Danemarche, ed. Mario Eusebi. Milão-Varese, 1963.
Le Couronnement de Louis, trad. André Lanly. Paris, 1969.
La Geste des Danois par Saxo Grammaticus, trad. Jean-Pierre Troadec, apres. François-Xavier Dillmann. Paris, 1995.
Girart de Roussillon, ed. W. Mary Hackett. Paris, 1953. 2 vol.
Renaut de Montauban, ed. Jacques Thomas. Genebra, 1989.
CERVANTES (Miguel de). *L'Ingénieux Hidalgo Don Quichotte de La Manche*, trad. César Oudin e François de Rosset, rev. Jean Cassou. Paris, 1963. [Ed. bras.: *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*, trad. Sérgio Molina. v. 1. São Paulo: Editora 34, 2002.]

Diversos

Encontrar-se-ão diversos textos, muito bem traduzidos e comentados, em algumas obras destinadas aos estudantes, principalmente os seguintes:

BRUNTERC'H (Jean-Pierre). *Archives de la France. Le Moyen Âge. Ve-XIe siècle*. Paris, 1994.

GUYOTJEANNIN (Olivier). *Archives de l'Occident. Le Moyen Âge. V^e - XV^e siècle.* Paris, 1992.
LA RONCIÈRE (Charles de), DELORT (Robert) e ROUCHE (Michel). *L'Europe au Moyen Âge. Documents expliqués. Tomo 1,* 395-888. Paris, 1969.

OBRAS GERAIS SOBRE O PERÍODO CAROLÍNGIO

AMANN (Émile). *L'Époque carolingienne.* Paris. 1947. (*Histoire de l'Église*, dir. Fliche e Martin, VI).
______. *L'Église au pouvoir des laïcs.* Paris, 1946 (ibid. VII).
BRÜHL (Carlrichard). *Naissance de deux peuples. Français et Allemands* (IX^e –XI^e siècle). Paris, 1994.
BULLOUGH (Donald A.). *Le Siècle de Charlemagne.* Paris, 1967.
DHONT (Jean). *Le Haut Moyen Âge* (VIII-XI^e *siècles).* Paris, 1976.
DOEHAERD (Renée). *Le Haut Moyen Âge occidental. Économies et sociétés.* Paris. 2 ed. 1983.
DOPSCH (Alfons). *Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit, vornehmlich in Deutschland.* Weimar, 1912-1922. 2 vol.
FICHTENAU (Heinrich). *L'Empire carolingien.* Paris, 1958.
FOLZ (Robert), dir. *De l'Antiquité au monde médiéval.* Paris, 1972 (*Peuples et civilisations*).
FOSSIER (Robert). *Le Moyen Âge.* 1. *Les Mondes nouveaux.* Paris, 1982.
FOURNIER (Gabriel). *L'Occident, de la fin du V^e siècle à la fin du IX^e siècle.* Paris, 1970.
JAMES (Edward). *The Origins of France, from Clovis to the Capetians. 500-1000.* Londres, 1982.
JENKINS (Romilly James Heald). *Byzantium. The imperial centuries. A.D. 610-1071.* Londres, 1966.
GRAVIER (Maurice). *Les Scandinaves. Histoire des peuples scandinaves. Épanouissement de leur civilisation, des origines à la Réforme.* Paris. 1984.
LOMBARD (Maurice). *Espaces et réseaux du haut Moyen Âge.* Paris, 1972.
LOPEZ (Roberto Sabatino). *Naissance de l'Europe.* Paris, 1962.
LÖWE (Heinz). *Deutschland im frankischen Reich.* Stuttgart. 1978 (*Handbuch der deutschen Geschichte,* dir. Bruno Gebhardt, t. II).
______. *Die Iren und Europa im früheren Mittelalter.* Stuttgart, 1982. 2 vol.
MCKITTERICK (Rosamund). *The Frankish Kingdoms under the Carolingians,* 751-987. Londres-Nova Iorque, 1983.
MANTRAN (Robert). *L'Expansion musulmane. VII^e - XI^e siècle.* Paris, 1979.
MUNZ (Peter). *The Origins of Carolingian Empire.* Otago, 1960.
MUSSET (Lucien). *Les Invasions: le second assaut contre l'Europe chrétienne (VII^e -XI^e).* Paris, 1965.
PERROY (Édouard). *Le Monde carolingien.* Paris, 1974.
I Problemi dell' Occidente nel secolo VIII. Spoleto, 1972 (1973) (*Settimane* XX).
RICHÉ (Pierre). *Les Carolingiens. Une famille qui fit l'Europe.* Paris, 1983.

WERNER (Karl Ferdinand). *Les Origenes.* Paris, 1984 (*Histoire de France*, dir. Jean Favier).
______. *Von Frankreich zur Entfaltung Deutschlands und Krankreichs.* Sigmaringen, 1984.

MONOGRAFIAS DE AUTORIA COLETIVA DEDICADAS A CARLOS MAGNO

Merecem destaque especial duas obras coletivas, assinadas pelos maiores historiadores da época carolíngia, que trazem estudos bastante extensos e em geral originais. À época em que foi publicada, a obra dirigida por Wolfgang Braunfels constituía a análise mais completa do reino de Carlos Magno, estudado sob todos os aspectos. Como toda obra coletiva (lamentamos não poder citar aqui seus sessenta autores), ela peca por não trazer uma síntese, mas esta não estava nas intenções do diretor e de seus colaboradores. Aqueles que foram usados de forma mais direta na pesquisa deste livro são citados sob a abreviatura *KG* e a indicação do tomo. Apesar da identificação bastante sucinta dos nomes de pessoas e de lugares, o volume com os índices é especialmente útil. É preciso citar também a obra dirigida por Hartmut Atsma, cujos capítulos abordam extensamente a época de Carlos Magno. Ele é citado com a referência *Nêustria.*

ATSMA (Hartmut), dir. *La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850.* Sigmaringen, 1989, 2 vol.
BRAUNFELS (Wolfgang), dir. *Karl der Grosse, Lebenswerk und Nachleben.* Düsseldorf, 1965-1968. 5 vol.
Tomo I, *Persönlichkeit und Geschichte,* dir. Helmut Beumann.
Tomo II, *Das gestige Leben,* dir. Bernhard Bischoff.
Tomo III, *Karolingische Kunst,* dir. Wolfgang Braunfels e Hermann Schnitzler.
Tomo IV, *Das Nachleben,* dir. Wolfgang Braunfels e Percy Ernst Schramm.
Tomo V, *Registerband,* dir. Wolfgang Braunfels.

Ao longo dos anos, escreveram-se várias obras, bastante acessíveis, sobre Carlos Magno. Entre as mais recentes cabe citar:

BOUSSARD (Jacques). *Charlemagne et son temps.* Paris, 1968.
BRAUNFELS (Wolfgang). *Karl der Grosse. Ein Baumeister Europas.* Bonn, s.d.
BRAUNFELS (Wolfgang), dir. *Charlemagne, Oeuvre, rayonnement et survivances. Exposition.* Aix-la-Chapelle, 1965.
FOLZ (Robert). *Le Couronnement impérial de Charlemagne.* Paris, 1964.
HALPHEN (Louis). *Charlemagne et l'Empire carolingien.* Paris, 1947. 2. ed., 1968.
HERM (Gerhard). *Karl der Grosse.* Dusseldorf, 1995.
KLEINCLAUSZ (Arthur). *Charlemagne.* Paris, 1934, reed. 1977.
TESSIER (Georges). *Charlemagne.* Paris, 1967.

TRABALHOS ESPECIAIS

Não podemos citar aqui os milhares de livros e artigos referentes a Carlos Magno e a sua época. Portanto, esta bibliografia se limita aos trabalhos consultados para a presente obra. Dado que não podemos entrar em pormenores, cumpre aqui registrar a importância do conjunto dos *Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo* de Spoleto (a partir de 1954, citados de forma abreviada como *Settimane*); do excelente periódico *Frância, Forschungen zur westeuropäischen Geschichte*, do Instituto Histórico Alemão de Paris (a partir de 1973), e também, no que se refere à história da literatura e especialmente das canções de gesta, das revistas *Romania* e *Le Moyen Âge*. Os capítulos das obras coletivas dirigidas por Wofgang Braunfels e por Hartmut Atsma são citados sob as abreviaturas *KG* e *Nêustria*.

História política e institucional

ABEL (Sigurd) e SIMSON (Bernhard von). *Jahrbücher des deutschen Reiches unter Karl dem Grossen*. Leipzig, 1888. Reed. Berlim, 1969.

ANTON (Hans Hubert). *Fürstenspiegel und Herrscherethos in der Karolingerzeit*. Bonn, 1968.

Atti della Giornata Internazionale di Studio per il Millenario del Impero. Faenza, 1963.

Autour d' Hildegarde. Paris, 1987 (*Cahiers du Centre de recherches sur l'Antiquité Tardive et le Haut Moyen Âge, Université de Paris X*).

BAÏCHE (Marcel). "Roncesvalles-Rencesvals", in *Les Langues néo-latines*, n. 226, 1978.

BANNIARD (Michel). *Communication écrite et communication orale du IVe au IXe siècle en Occident latin*. Paris, 1992.

BARBE (Dominique). *Irène de Byzance, la femme empereur*. Paris, 1990.

BARBEY (Jean). *Être roi: le roi et son gouvernement en France, de Clovis à Louis XVI*. Paris, 1992.

BAUTIER (Robert-Henri). "Sacres et couronnements sous les Carolingiens et les premiers Capétiens. Recherches sur la genèse du sacre royal français", in *Annuaire-bulletin de la Société de l' Histoire de France*, 1987, 1989.

______. "Le poids de la Neustrie ou de la France du Nord-Ouest dans la monarchie carolingienne unitaire d'après les diplômes de la chancellerie royale", in Atsma, *Neustrie*, t. I, 1989.

BEAUNE (Colette). *Naissance de la nation France*. Paris, 1985.

______. "Les Monarchies médiévales", in *Les Monarchies*, dir. Yves-Marie Bercé, Paris, 1997 (*Histoire générale des systèmes politiques*).

BLOCH (Marc). *Les Rois thaumaturges. Études sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre*. Estrasburgo, 1924. Reed. Paris, 1983. [Ed. bras.: *Os reis taumaturgos*. São Paulo, 1993]

______. "L'Origine et la date du capitulaire *De Villis*", in *Mélanges historiques*, I, 1983.

BLUMENKRANZ (Bernhard), dir. *Histoire des Juifs en France*. Toulouse, 1972.

BOSL (Karl). *Franken um 800. Strukturanalyse einer frankischen Königsprovinz*. Munique, 1959.

BOUGARD (François). *La Justice dans le royaume d'Italie de la fin du* VIIIe *siècle au début du* XIe *siècle*. Roma, 1995.

BRÉHIER (Louis). "Les origines des rapports entre la France et la Syrie. Le protectorat de Charlemagne", in Chambre de Commerce de Marseille, *Congrès Français de Syrie (1919)*. Marselha, 1919.

BRÜHL (Carlrichard). *Fodrum, Gistum, Servitium Regis. Die Königsgastung im frankishen Reich und in den frankischen Nachfolgestaaten Deutschland, Frankreich und Italien vom 6. bis zum 14. Jahrhundert*. Colônia-Graz, 1967.

______. *Palatium und civitas. Studien zur Profantopographie spätantiker Civitates vom 3. bis 13. Jahrhundert. I, Gallien*. Colônia, 1975.

BRUNTERC'H (Jean-Pierre). "Le duché du Maine et la marche de Bretagne", in Atsma, *Neustrie*, t. I 1989.

BUC (Philippe). *L'Ambiguïté du livre. Prince, pouvoir et peuple dans les commentaires de la Bible au Moyen Âge*. Paris, 1994.

BURNS (James Henderson), dir. *Histoire de la pensée politique médiévale*. 350-1450. Paris, 1993.

CARDOT (Fabienne). *L'Espace et le Pouvoir. Étude sur l'Austrasie mérovingienne*. Paris, 1987.

CHAFFANJON (Arnaud). *La Merveilleuse Histoire des couronnes du monde. Paris*, 1980.

CLASSEN (Peter). "Karl der Grosse das Papsttum und Byzanz" (*KG* I).

CONTAMINE (Philippe). "L'oriflamme de Saint-Denis aux XIVe et XVe siècles. Étude de symbolique religieuse et royale", in *Annales de l'Est*, 1973.

DALAS (Martine). *Corpus des sceaux. Les sceaux des rois et de régence*. Paris, 1991 (Archives nationales).

DAVID (Marcel). *Le Serment du sacre du IXe au XVe siècle. Contribution à l'étude des limites juridiques de la souveraineté*. Estrasburgo, 1951.

DEÉR (Josef). "Karl der Grosse und der Untergang des Awarenreiches" (*KG* I).

DUCHESNE (Louis). *Les Premiers Temps de l'État pontifical*. Paris, 1904.

DUPRÉ THESEIDER (Eugenio). *L' Idea impériale di Roma nella tradizione del Medioevo*. Milão, 1942.

DURLIAT (Jean). "Le Polyptique d'Irminon et l'impôt pour l'armée", in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, n. 141, 1983.

______. *Les Finances publiques, de Dioclétien aux Carolingiens (284-888)*. Sigmaringen, 1990.

DUVERGER (Maurice), dir. *Le Concept d'Empire*. Paris, 1980.

DVORNIK (Francis). *Les Slaves. Histoire et civilisation, de l'Antiquité aux débuts de l'époque contemporaine*. Paris, 1970.

ERLANDE-BRANDENBURG (Alain). *Le Roi est mort. Étude sur les funérailles, les sépultures et les tombeaux des rois de France jusqu'à la fin du* XIII^e *siècle.* Genebra-Paris, 1975.
EWIG (Eugen). "Descripitio franciae" (*KG* I).
FISCHER (Joachim). *Königtum, Adel und Kirche im Königreich Italien, 774-875.* Bonn, 1965.
FLECKENSTEIN (Josef). "Karl der Grosse und sein Hof" (*KG* I).
FLEURY (Michel) e FRANCE-LANORD (Albert). *Les Trésors mérovingiens de la basilique de Saint-Denis.* Luxemburgo, 1998.
FOLZ (Robert). *L' Idée d'Empire en Occident du V^e au XIV^e siècle.* Paris, 1972.
GANSHOF (François-Louis). "L'Échec de Charlemagne", in *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres,* 1947.
______. "La fin du règne de Charlemagne. Une décomposition", in *Revue suisse d'Histoire,* 28, 1948.
______. *The Imperial Coronation of Charlemagne. Theories and facts.* Glasgow, 1949.
______. *Recherches sur les capitulaires.* Paris, 1958.
______. *Frankish Institutions under Charlemagne.* Providence, 1968.
______. "Charlemagne et les institutions de la monarchie franque" (*KG* I).
______. "Charlemagne et l'administration de la justice dans la monarchie franque" (*KG* I).
GAUERT (Adolf). "Zum Itinerar Karls des Grossen" (*KG* I).
GRIMME (Ernst Günter). "Karl der Grosse in seiner Stadt" (*KG* IV).
HALPHEN (Louis). "L'idée d'État sous les Carolingiens", in *Revue Historique,* 1939. p. 50-70.
HENNEBICQUE-LE JAN (Régine). "Prosopographica neustriaca: les agents du roi en Neustrie de 639 à 840", in Atsma, *Neustrie,* I, 1989.
HLAWITSCHKA (Eduard). "Die Vorfahren Karls des Grossen" (*KG* I).
HOFFMANN (Hans Hubert). *Untersuchungen zur karolingichen Annalistik.* Bonn, 1958.
______. "Fossa Carolina" (*KG* I).
JANKUHN (Herbert). "Karl der Grosse und der Norden" (*KG* I).
KANTOROWICZ (Ernst Hartwig). *Laudes Regiae. A study in liturgical acclamations and mediaeval ruler worship.* Berkeley-Los Angeles, 1946.
LACARRA (José Maria). "La Peninsula Iberica del siglo VII al X; centros juias de irradiación de la civilización", *in Settimane,* II, 1964.
______. "À propos de la route de Roncevaux", in *Mélanges Renouard,* Toulouse, 1966.
LE JAN (Régine), dir. *La Royauté et les élites dans l'Europe carolingienne (du début du IX^e aux environs de 920).* Lille, 1998.
LEVILLAIN (Léon). "Clausula de unctione Pippini", in *Bibliothèque de l'École des Chartes,* 1927.
LOT (Ferdinand). *Recueil des travaux historiques de Ferdinand Lot.* Paris, 1968-1970. 2 vol. (École pratique des Hautes Études, IV^e section).

LOUNGHIS (T.C.). *Les Ambassades byzantines en Occident.* Atenas, 1980.
MAGNOU-NORTIER (Élisabeth). "La gestion publique en Neustrie: les moyens et les hommes (VII^e - IX^e siècles)", in Atsma, *Neustrie,* t. I, 1989.
MUSSOT-GOULARD (Renée). *Les Princes de Gascogne. 768-1070.* Marsolan, 1982.
OHNSORGE (Werner). *Das Zweikaiserproblem im früheren Mittelalter.* Hildesheim, 1947.
Ordinamenti militari in Occidente nell'alto Medioevo. Spoleto, 1968 (*Settimane* XV).
PINOTEAU (Hervé). *L' Ancienne Couronne française dite de Charlemagne* (1180?-1794). Paris, 1972.
______. *Vingt-cinq ans d'études dynastiques.* Paris, 1982.
PRINZ (Friedrich). "Schenkungen und Privilegien Karls des Grossen" (*KG* I).
RICHÉ (Pierre). "Les Carolingiens en quête de sainteté", in *Les Fonctions des saints dans le monde occidental (III^e-XIII^e siècle).* Roma, 1991.
ROUCHE (Michel). *L'Aquitaine des Visigoths aux Arabes.* Paris, 1979.
______. "Remarques sur la géographie historique de la Neustrie (650-850)", in Atsma, *Neustrie,* t. I, 1989.
______. "L'Empire caroligien ou l'Europe avortée", in *Les Empires occidentaux de Rome à Berlin,* dir. Jean Tulard, Paris, 1997.
RUCQUOI (Adeline). *Histoire médiévale de la Péninsule Ibérique.* Paris, 1993.
SANCHEZ ALBORNOZ (Claudio). *Origenes de la nación española. Estudios críticos sobre la Historia del reino de Asturias.* Oviedo, 1972-1975. 3 vol.
______. *L'Espagne musulmane.* Paris, 1985.
______. *La Via romana de Zaragoza al Bearne.* Madri, 1920.
SCLHESINGER (Walter). "Die Auflösung des Karlsreiches" (*KG* I).
SCHRAMM (Percy Ernst). *Herrschaftzeichen und Staatssymbolik.* Stuttgart, 1954.
______. *Der König von Frankreich.* 2 vol., 2. ed., Darmstadt, 1960.
______."Karl des Grosse im Lichte seiner Siegel und Bullen sowie der Bild- und Wortzeugnisse über sein Aussehen" (*KG* I).
Settimane di studio del Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo. Spoleto, desde 1954.
SETTIA (Aldo A.). "Pavia nell'età carolingia", in Schefers, *Einhard* (1997).
TESSIER (Georges). *Diplomatique royale française.* Paris, 1962.
THOMPSON (James Westfall). *The Dissolution of the Carolingian Fisc in the Ninth Century.* Berkeley, 1935.
ULMANN (Walter). *The Carolingian Renaissance and the Idea of Kingship.* Londres, 1964.
VERBRUGGEN (Jean-François). "L'Armée et la stratégie de Charlemagne" (*KG* I).
WENSKUS (Reinhard). "Die deutschen Stämme im Reiche Karls des Grossen" (*KG* I).
WERNER (Karl Ferdinand). *Structures politiques du monde franc (VI^e–XII^e* siècle). Londres, 1979 (*Variorum Reprints).*

_____. "Bedeutende Adelsfamilien im Reich Karls des Grossen" (*KG* I).
_____. "Die Nachkommen Karls des Grossen bis um das Jahr 1000" (*KG* IV).
_____. "Les principautés péripheriques dans le monde franc du VIII^e^ siècle", in *Settimane*, XX, 1972 (1973).
_____. "La date de naissance de Charlemagne", in *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 1972 (1975). Reed. in *Structures politiques*.
_____. *Naissance de la noblesse. L'essor des élites politiques en Europe*. Paris, 1998.

Economia e sociedade

Agricoltura e mondo rurale in Occidente nell'alto Medioevo. Spoleto, 1965 (*Settimane* XIII).
BLOCH (Marc). *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris, 4. ed., 1988.
COMET (Georges). *Le Paysan et son outil. Essai d'histoire technique des céréales (France, VIII^e^ – XV^e^ siècle)*. Roma, 1992 (École Française de Rome).
DELORT (Robert). *Le Commerce des fourrures en Occident à la fin du Moyen Âge (vers 1300-vers 1450)*. Paris-Roma, 1978. 2 vol.
DEMOLON (Pierre). "Villes et villages dans le nord-est de la Neustrie du VI^e^ au IX^e^ siècle", in Atsma, *Neustrie*, t. II, 1989.
DERVILLE (Alain). "L'Assolement triennal dans la France du Nord au Moyen Âge", in *Revue historique*, n. 280, 1988.
DESPY (Georges). "Les Chartes privées comme sources de l'histoire rurale pendant les temps mérovingiens et carolingiens", in Atsma, *Neustrie*, t. I, 1989.
DEVROEY (Jean-Pierre). "Problèmes de critique autour du polyptyque de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés", in Atsma, *Neustrie*, t. I, 1989.
DHONDT (Jean). "Les problèmes de Quentovic", in *Studi in onore di Amintore Fanfani*, I, Milão, 1962.
DOEHARD (Renée). "Les réformes monétaires carolingiennes", in *Annales* E.S.C., 1952.
DUMAS (Françoise) e BARRANDON (Jean-Noël). "Sur les traces de l'argent de Melle à l'époque carolingienne", in *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 1993.
DURLIAT (Jean). "Le polyptyque d'Irminon et l'impôt pour l'armée", in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 141, 1983.
_____. "Le système domanial au début du IX^e^ siècle d'après le capitulaire *De Villis* et le polyptyque d'Irminon", in *Un village au temps de Charlemagne*, Paris, 1988.
_____. "Le manse dans le polyptyque d'Irminon: nouvel essai d'histoire quantitative", in Atsma, *Neustrie*, t. I, 1989.
FOURNIAL (Étienne). *Histoire monétaire de l'Occident médieval*. Paris, 1970.
GANSHOF (François-Louis). *Étude sur le développement des villes entre Loire et Rhin au Moyen Âge*. Paris-Bruxelas, 1943.
GRIERSON (Philip). "Money and Coinage under Charlemagne" (*KG* I).

GRIERSON (Philip) e BLACKBURN (Mark). *Medieval European Coinage. The Early Middle Ages (5^th^ century)*. Cambridge, 1986.
JANSSEN (Walter) e LOHRMANN (Dietrich), dir. *Villa-Curtis-Grangia. Économie rurale entre Loire et Rhin de l'époque gallo-romaine aux XII^e^-XIII^e^ siècles*. Munique, 1983.
LAFAURIE (Jean). "Monnaies d'argent des VII^e^ et VIII^e^ siècles: les trésors de Saint-Pierre-les-Étieux (Cher), Plassac (Gironde) et Nohament (Puy-de-Dôme)", in *Revue de numismatique*, 1969.
_____. "Monnaies épiscopales de Paris à l'époque mérovingienne", in *Cahiers de la Rotonde*, n. 20, 1998.
LEBECQ (Stéphane). *Marchands et navigateurs frisons du haute Moyen Âge*. Lille, 1983. 2 vol.
_____. "Dans l'Europe du Nord des VII^e^-IX^e^ siècles: commerce frison ou commerce franco-frison?", in *Annales E.S.C.*, 41, 1986.
_____. "La Neustrie et la mer", in Atsma, *Neustrie*, I, 1989.
LEWIS (Archibald R.). "Le commerce et la navigation sur les côtes atlantiques de la Gaule du V^e^ au XI^e^ siècle", in *Le Moyen Âge*, 59, 1953.
_____. *The Northern Seas Shipping and Commerce in the Northern Europe (300-1100)*. Princeton, 1958.
LOHRMANN (Dietrich). "Le moulin à eau dans le cadre de l'économie rurale de la Neustrie (VII^e^ - IX^e^ siècles)", in Atsma, *Neustrie*, I, 1989.
LOMBARD (Maurice). "L'or musulman du VII^e^ au XI^e^ siècle", in *Annales E.S.C.*, 1947.
LOPEZ (Roberto Sabatino). *Medieval Trade in the Mediterranean*. Princeton, 1950.
MAGNOU-NORTIER (Élisabeth). "Le Grand Domaine. Des maîtres, des doctrines, des questions", in *Frância*, n. 15, 1987.
_____. "La chute de Rome a-t-elle eu lieu?", in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, n. 152, 1994.
_____. "Capitulaire *De Villis et curtis imperialibus*, vers 810-813. Texte, traduction et commentaire", in *Revue Historique*, n. 607, 1998.
METZ (Wolfgang). *Das karolingische Reichsgut. Eine verfassungs-und verwaltungsgeschichtliche Untersuchung*. Berlim, 1960.
_____. "Die Agrarwirtschaft im karolingischen Reiche" (*KG* I).
Mohammed und Karl der Grosse. Die Geburt des Abendlandes. Stuttgart-Zurique, 1993.
MOLLAT (Michel) e DESANGES (Jehan). *Les Routes millénaires*. Paris, 1988.
Monetta e scambi nell'alto Medioevo. Spoleto, 1961 (*Settimane* VIII).
MULLER-MERTENS (Eckhard). *Karl der Grosse, Ludwig der Fromme und die Freien. Wer waren die Liberi Homines der karolingischen Kapitularien (742/43-832 ?) Ein Beitrag zur Sozialgeschichte und Sozialpolitik des Frankenreiches*. Berlim, 1963.
PIRENNE (Henri). "Mahomet et Charlemagne", in *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 1922.
_____. *Mahomet et Charlemagne*. Paris-Bruxelas, 1937.

ROUCHE (Michel). "Le Saxons et les origines de Quentovic", in *Revue du Nord*, 59, 1977.
SLICHER VAN BATH (Bernard Hendrik). *The Agrarian History of Western Europe. A. D. 500-1850*. Londres, 1963.
VERCAUTEREN (Fernand). "La circulation des marchands en Europe occidentale du VI[e] au X[e] siècle: aspects économiques et culturels", in *Settimane*, II, 1964.
VERHULST (Adriaan), dir. *Le Grand Domaine aux époques mérovingienne et carolingienne*. Gand, 1985.
VERHULST (Adriaan) e MORIMOTO (Y.), dir. *Économie rurale et économie urbaine au Moyen Âge*. Gand-Fukuoka, 1994.
Un Village au temps de Charlemagne. Paris, 1988.
WIES (Ernst W.). *"Capitulare de Villis" et curtis imperialibus. Verordnung über die Krongüter uns Reichshöfe und die Geheimnisse des Kraïtergartens Karls des Grossen*. Aix-la-Chapelle, 1992.

A Igreja e a vida religiosa

BÜTTNER (Heinrich). "Mission und Kirchenorganisation des Frankenreiches bis zum Tode Karls des Grossen" (*KG* I).
La Chiesa nei regni dell'Europa occidentale e i loro rapporti con Roma sino 800. Spoleto, 1960 (*Settimane*, VII).
CONGAR (Yves). *L'Ecclésiologie du haut Moyen Âge*. Paris, 1968.
DE CLERCQ (Charles). *La Législation religieuse franque de Clovis à Charlemagne*. Louvain-Paris, 1936.
FELTEN (Franz Josef). *Abte und Laienabte im Frankenreich*. Stuttgart, 1980.
FLECKENSTEIN (Josef). *Die Bildungsreform Karls des grossen als Verwirklichung der Norma rectitudinis*. Freiburg im Brisgau, 1953.
Les Fonctions des saints dans le monde occidental (III[e]–XIII[e] *siècle*). Roma, 1991 (*Collection de l'École Française de Rome, 149*).
HEIL (Wilhelm). "Der Adoptianismus. Alkuin und Spanien" (*KG* II).
HEINZELMANN (Martin). "Einhards Translatio Marcellini et Petri: eine hagiographische Reformischrift von 830", in Schefers, *Einhard* (1997).
IMBERT (Jean). *Les Temps Carolingiens (741-891). L'Église: Les instituitions*. Paris, 1994.
LESNE (Émile). *La Hiérarchie épiscopale, provinces, métropolitains, primats, en Gaule et Germanie depuis la réforme de saint Boniface jusqu'à la mort d'Hincmar. 742-882*. Lille, 1945.
______. *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*. Lille, 1922-1943. 6 v.
MCKITTERICK (Rosamund). *The Frankish Church and the carolingian reforms, 789-895*. Londres, 1977.
Il Monachesimo nell'alto Medioevo e la formazione della civiltà occidentale. Spoleto, 1957 (*Settimane* IV).
PATZEL (E.) e VOGEL (Cyrille). *La Réforme cultuelle sous Pépin le Bref et Charlemagne*. Graz, 1965.

SCHATZ (Klaus). *La Primauté du pape. Son histoire des origines à nos jours*. Paris, 1992.
SEMMLER (Josef). "Karl der Grosse und das fränkische Mönchtum" (*KG* II)
______. "Saint-Denis: von der bischöflichen Coemeterialbasilika zur königlichen Benedktinabtei", in Atsma, *Neustrie*, II, 1989.
VOGEL (Cyrille). "La réforme liturgique sous Charlemagne" (*KG* II).

Vida intelectual

BISHOFF (Bernhard). *Paléographie de l'Antiquité romaine et du Moyen Âge occidental*. Paris, 1985.
______. *Die sudostdeutschen Schreibschulen und Bibliotheken in der Karolingerzeit*. Leipzig, 1940.
______. "Die Hofbibliothek Karls des Grossen" (*KG* II).
______. "Panorama der Handschriftenüberlieferung aus der Zeit Karls des Grossen" (*KG* II).
BRUNSHÖLZL (Franz). *Histoire de la littérature latine au Moyen Âge*. Turnhout, 1991.
CHAURAND (Jacques). *Nouvelle histoire de la langue française*. Paris, 1999.
La Cultura antica nell'Occidente latino dal VII *all'* XI *secolo*. Spoleto, 1975 (*Settimane* XXII).
DUCKETT (Eleanor Shipley). *Alcuin, Friend of Charlemagne*. Nova Iorque, 1951.
EGGERS (Hans). *Deutsche Sprachgeschichte*. Munique, 1963-1969. 2 vol.
ELCOCK (W. D.). *The Romance Languages*. Londres, 1960.
FISCHER (Bonifatius). "Bibeltext und Bibelreform unter Karl dem Grossen" (*KG* II).
FONTAINE (Jacques). "La culture carolingienne dans les abbayes normandes. L'exemple de Saint-Wandrille", in *L'Année des abbayes normandes*, Caën, 1979.
GANZ (David). "Corbie and Neustrian monastic culture, 661-849", in Atsma. *Neustrie*, t. II, 1989.
GAUDEMET (Jean). *La Formation du droit canonique médiéval*. Londres, 1980.
KLEINCLAUSZ (Arthur). *Éginhard*. Paris, 1942.
______. *Alcuin*. Lyon, 1948.
LE BRAS (Gabriel) e FOURNIER (Paul). *Histoire des collections canoniques en Occident depuis les Fausses Décrétales jusqu'au Décret de Gratien. I*. Paris, 1931.
NEBBIAI-DALLA GUARDA (Donatella). *La Bibliothèque de l'abbaye de Saint-Denis en France*. Paris, 1986.
PAUL (Jacques). *L'Église et la culture en Occident*. Paris, 1986. 2 vol.
RICHÉ (Pierre). *Écoles et enseignement dans l'Occident chrétien de la fin du V[e] siècle au milieu du XI[e] siècle*. Paris, 1979.
______. *Éducation et culture dans l'occident barbare, VI[e]-VIII[e] siècle*. Paris, 1962. Reed, 1995.

______. *La Vie quotidienne dans l'Empire carolingien*. Paris, 2. ed., 1979.
______. *Écoles et enseignement dans le haut Moyen Âge*. Paris, 1979.
______. "Les centres de culture en Neustrie de 650 à 850", in Atsma, *Neustrie*, t. II. 1989.
______, dir. *La Christianisation des pays entre Loire et Rhin (IV^e-VII^e siècle)*. Paris, 1993.
SCHEFERS (Hermann), dir. *Einhard. Studien zu Leben und Werk. Dem Gedenken an Helmut Beumann gewidmet*. Darmstadt, 1997.
______. "Einhard und die Hofschule", *loc. cit.*
STEINEN (Wolfram von den). *Notker der Dichter und seine geistige Welt*. Berna, 1948.
______. "Der Neubegin" (*KG* II).
______. "Karl und die Dichter" (*KG* II).
STÖRMER (Wilhelm). "Einhards Herkunft. Überlegungen und Beobachtungen zu Einhards Erbbesitz", in Schefers, *Einhard* (1997).
TREMP (Ernst). *Die Überlieferung der Vita Hludowici Imperatoris des Astronomus*. Hannover, 1991.
VÉZIN (Jean). "Les *scriptoria* de Neustrie, 650-850", in Atsma, *Neustrie*, t. II, 1989.
WALLACH (Liutpold). *Alcuin and Charlemagne. Studies in Carolingian History and Literatur*. Ithaca, 1959.
WOLFF (Philippe). *Les Origenes linguistiques de l'Europe occidentale*. Toulouse, 1970.

Atividade artística

BANDMANN (Günter). "Die Vorbilder der Aachener Pfalzkapelle" (*KG* III).
BECKWITH (John). "Byzantine influence on art at the court of Charlemagne" (*KG* III).
BEUMANN (Helmut). "Grab und Thron Karls des Grossen zu Aachen" (*KG* IV).
BLOCH (Peter). "Das Apsismosaik von Germigny-des-Prés. Karl der Grosse une der alte Bund" (*KG* III).
BRÉHIER (Louis). *L'Art en France des invasions barbares à l'époque romane*. Paris, 1929.
BUCHKREMER (Josef). "Das Grab Karls des Grossen", in *Zeitschrift des aachener Geschichtsvereins*, 29, 1907.
______. *Dom zu Aachen*. Aix-la-Chapelle, 1940-1955.
CROSBY (Sumner McKnight). *The Abbey Church of Saint-Denis*, t. I. Yale, 1942.
______. *L'Abbaye royale de Saint-Denis*. Paris, 1953.
DÉMIANS D'ARCHIMBAUD (Gabrielle). *Histoire artistique de l'Occident médiéval*. Paris, 1968.
ERLANDE-BRANDENBURG (Alain). *De pierre, d'or et de feu. La création artistique au Moyen Âge, IV^e-XIII^e siècle*. Paris, 1999.
FALKENSTEIN (Ludwig). *Der "Lateran" der karolingischen Pfalz zu Aachen*. Colônia-Graz, 1966.

FLECKENSTEIN (Josef). *Die Hofkapelle der deutschen Könige*. Stuttgart, 1956-1966. 2 vol.
GABORIT-CHOPIN (Danielle). "L'orfèvrerie cloisonnée à l'époque carolingienne", in *Cahiers archéologiques*, 29, 1980-1981.
GRIMME (Ernst Günther). *Aachener Goldschmiedekunst im Mittelalter*, Colônia, 1957.
______. *Der Dom zu Aachen. Architektur und Ausstattung*. Aix-la-Chapelle, 1994.
HEITZ (Carol). *Recherches sur les rapports entre architecture et liturgie à l'époque carolingienne*. Paris, 1963.
______. "Symbolisme et architecture. Les nombres et l'architecture religieuse du haut Moyen Âge", in *Settimane*, XXIII, 1975.
______. *L'Architecture religieuse carolingienne*. Paris, 1980.
______. "Architecture et monuments de Neustrie", in Atsma, *Neustrie*, t. II. 1989.
HOLTER (Kurt). "Der Buchschmuck in Süddeutschland und Oberitalien" (*KG* III).
HUBERT (Jean). *L'Architecture religieuse du haut Moyen Âge*. Paris, 1952.
HUBERT (Jean), PORCHER (Jean) e VOLBACH (Wolfgang Friedrich). *L'Empire carolingien*. Paris, 1968.
HUGOT (Leo). "Die Pfalz Karls des Grossen in Aachen" (*KG* II).
KAEMMERER (Walter). "Die Aachener Pfalz Karls des Grossen in Anlage und Überlieferung" (*KG* I).
KOELER (Wilhelm). *Die Karolingschen Miniaturen*, II, *Die Hofschule Karls des Grossen*. Berlim, 1958.
KREUSCH (Felix). "Die katholischen Kirchen, Der Dom Schäden, Instandsetzung, Pläne, Ergänzung", in *Das Alte Aachen, seine Zerstörung und sein Wiederaufbau*. Aix-la-Chapelle, 1953.
______. "Kirche, Atrium und Porticus der Aachener Pfaltz" (*KG* III).
LEHMANN (Edgar). "Die Architektur zur Zeit Karls des Grossen" (*KG* III).
MANN (Albrecht). "Grossbauten vorkarlischer Zeit und aus der Epoche von Karl dem Grossen bis zu Lothar I" (*KG* III).
MÜTHERICH (Florentine). "Die Buchmalerei am Hofe Karls des Grossen" (*KG* III).
L'Or des Vikings. Exposition du Musée des Antiquités nationales de Suède. Bordéus, 1969.
L'Or des Avars dans le bassin des Carpates, VI^e-VIII^e siècle. Exposition au Pavillon des Arts. Paris, 1986.
PAWELEC (Katharina). *Aachener Bronzegitter. Studien zur karolingischen Ornamentik um 800*. Colônia-Bonn, 1990.
PÉRIN (Patrick) e FEFFER (Laure-Charlotte). *La Neustrie. Les pays au nord de la Loire, de Dagobert à Charles le Chauve (VII^e-IX^e siècle)*. Ruão, 1985.
PORCHER (Jean). "La peinture provinciale" (*KG* III).
I Problemi della Civiltà carolingia. Spoleto, 1954 (*Settimane*, I).
SALIN (Édouard). *La Civilisation mérovingienne d'après les sépultures, les textes et le laboratoire*. Paris, 1949-1959. 4 vol.

SCHNITZLER (Hermann). *Der Dom zu Aachen*. Düsseldorf, 1950.
Der Schrein Karls des Grossen. Bestand und Sicherung. 1982-1988. Aix-la-Chapelle, 1998.
SIEBIGS (Hans Karl). "Neuere Untersuchungen der Pfalzkapelle zu Aachen", in Schefers. *Einhard* (1997).
VERBEEK (Albert). "Die architectonische Nachfolge der Aachener Pfalzkapelle" (*KG* IV).
VIEILLARD-TROÏEKOUROFF (May). "L'architecture en France au temps de Charlemagne" (*KG* III).
______. "La sculpture en Neustrie", in Atsma, *Neustrie*, t. II, 1989.

As canções de gesta

BÉDIER (Joseph). *Les Légendes épiques. Recherches sur la formation des chansons de geste*. Paris, 1908-1913. 3. ed. 1926-1929. 4 vol.
BEZZOLA (Reto Rádulfo). *Les Origines et la formation de la littérature courtoise en Occident (500-1200)*. Paris, 1944-1963. 3 vol.
BOISSONNADE (Prosper). *Du nouveau sur la Chanson de Roland*. Paris, 1923.
BURGER (André). *Turold, poète de la fidélité*. Genebra, 1977.
FASOLI (Gina). "Carlo Magno nelle tradizioni storico-leggendarie italiane" (*KG* IV).
FAWTIER (Robert). *La chanson de Roland*. Paris, 1933.
FRAPPIER (Jean). *Les Chansons de geste du cycle de Guillaume d'Orange*. Paris, 1965. 2 vol.
GAUL (H.). *Manasses I, Erzbischof von Reims. Ein Lebensbild aus der Zeit der gregorianischen Reformbestrebungen in Frankreich*. Bonn-Essen, 1940.
GAUTIER (Léon). *Les Épopées françaises*. 2. ed., Paris, 1878-1894. 4 vol.
GRAF VON PFEIL (Sigurd). "Karl der Grosse in der deutschen Sage" (*KG* IV).
KELLER (Hans Erich). *Autour de Roland*. Paris, 1992.
LE GENTIL (Pierre). *La Chanson de Roland*. Paris, 1955.
LEJEUNE (Rita). *Recherches sur le thème: les chansons de geste et l'histoire*. Liège, 1948.
LEJEUNE (Rita) e STIENNON (Jacques). *La Légende de Roland dans l'art du Moyen Âge*. Bruxelas, 1966.
______. "Le héros Roland, neveu de Charlemagne, *dans* l'iconographie médiévale" (*KG* IV).
LOHSE (Gerhart). "Das Nachleben Karls des Grossen in der deutschen Literatur des Mittelalters" (*KG* IV).
LOUIS (Robert). "L'épopée française est carolingienne", in *Coloquios de Roncesvalles*, 1956.
MANDACH (André de). *Naissance et développement de la chanson de geste en Europe*. Tomo I. *La geste de Charlemagne et de Roland*. Genebra-Paris, 1961-1980. 3 vol.

MAURICE (Jean). *La Chanson de Roland*. Paris, 1992.
MENENDEZ PIDAL (Ramon). *La Chanson de Roland et la tradition épique des Francs*. Paris, 1960.
MORTIER (Raoul). *La Chanson de Roland. Essai d'interprétation du problème des origines*. Paris, 1939.
PARIS (Gaston). *Histoire poétique de Charlemagne*. Paris, 1865. Reed. 1905.
SICILIANO (Italo). *Les Chansons de geste et l'épopée. Mythes, histoire, poèmes*. Turim, 1968.
SUARD (François). *La Chanson de geste*. Paris, 1993.

Carlos Magno e a posteridade (textos e estudos)

AMALVI (Christian). *De l'art et la manière d'accommoder les héros de l'histoire de France. Essais de mythologie nationale*. Paris, 1988.
ANDRÉ (Louis). *Testament politique du Cardinal de Richelieu*. Paris, 1947.
BAYARD (Jean-Pierre). *Sacres et couronnements royaux*. Paris, 1984.
BALDWIN (John). *Philippe Auguste et son gouvernement. Les fondations du pouvoir royal en France au Moyen Âge*. Paris, 1991.
BERCÉ (Yves-Marie). "Les Monarchies de l'âge moderne", in *Les Monarchies*, dir. Yves-Marie Bercé, Paris, 1997 (*Histoire générale des systèmes politiques*).
BONNOT DE MABLY (Gabriel). *Observations sur l'histoire de France*. Genebra, 1765. 2 vol.
BOSSUET (Jacques-Bénigne), *Discours sur l'histoire universelle*, in *Œuvres*, ed. abade Velat e Y. Champailler, Paris, 1961 (*Bibliothèque de la Pléiade)*.
BUR (Michel). *Suger, abbé de Saint-Denis, régent de France*. Paris, 1991.
CHATEAUBRIAND (François-René de). *Mémoires d'outre-tombe*, ed. Maurice Levaillant. Paris, 1948. 2 vol.
CITRON (Suzanne). *Le Mythe national. L'Histoire de France en question*. Paris, 1987.
FOLZ (Robert). *Le Souvenir et la légende de Charlemagne dans l'Empire germanique médiéval*. Paris, 1950.
______. *Études sur le culte liturgique de Charlemagne dans les églises de l'Empire*. Paris, 1951.
______. "Aspects du culte liturgique de saint Charlemagne en France" (*KG* IV).
______. *Les Saints Rois du Moyen Âge en Occident*. Bruxelas, 1984.
______. "Tradition et culte d'Hildegarde", in *Autour d'Hildegarde*, Paris, 1987.
GABORIT-CHOPIN (Danielle). *Regalia. Les instruments du sacre des rois de France. Les "Honneurs de Charlemagne"*. Paris, 1987.
GAUBERT (Henri). *Le Sacre de Napoléon I*[er]. Paris, 1964.
GOURGAUD (Baron Gaspard). *Journal de Sainte-Hélène*, ed. Octave Aubry. Paris, 1944.
GUENÉE (Bernard). *L'Occident aux XIV*[e] *et XV*[e] *siècles. Les États*. Paris, 1971.
______. "Les généalogies entre l'histoire et la politique; la fierté d'être Capétian en France au Moyen Âge", in *Annales*, E.S.C., 1978.

______. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris, 1980.
______. *Politique et histoire au Moyen Âge*. Paris, 1981.
GUIZOT (François). *Cours d'histoire moderne*. Bruxelas, 1843.
HAUCK (Karl). "Die Ottonen und Aachen, 876 bis 936" (*KG* IV).
HIBBARD-LOOMIS (Laura). "L'oriflamme de France et le cri *Munjoie* au XII[e] siècle", in *Le Moyen Âge*, 1959.
JEURY (Michel). *La Glorie du Certif. Les trésors des livres d'école. 1850-1950*. Paris, 1997.
KÖTZSCHE (Dietrich). "Darstellungen Karls des Grossen in der lokalen Verehrung des Mittelalters" (*KG* IV).
KRYNEN (Jacques). *L' Empire du roi. Idées et croyances politiques en France, XIII[e]-XV[e] siècle*. Paris, 1993.
LABARTE (Jules). *Inventaire du mobilier de Charles V, roi de France*. Paris, 1879.
(Recueil des historiens de la France, Documents financiers, t. I).
LAS CASES (Conde de). *Le Mémorial de Sainte-Hélène*, ed. Marcel Dunan. Paris, 1983.
LE GOFF (Jacques). *Saint Louis*. Paris, 1996. [Ed. bras.: *São Luís*. Rio de Janeiro, 1999.]
LELIÈVRE (Pierre). *Vivant Denon, homme des Lumières, "ministre des Arts" de* Napoléon. Paris, 1993.
LE ROY LADURIE (Emmanuel). *Saint-Simon ou le Système de la cour*. Paris, 1997.
LEWIS (Aidan Weston). *Le Sang royal. La famille capétienne et l'État (France, X[e]-XIV[e] siècles)*. Paris, 1986.
LUÍS XIV. *Mémoires pour l'instruction du Dauphin*, ed. Pierre Goubert. Paris, 1992.
MANDROU (Robert). *De la culture populaire aux XVII[e] et XVIII[e] siècles: la Bibliothèque bleue de Troyes*. Paris, 2. ed., 1985.
MEUTEN (Erich). "Karl der Grosse-Barbarossa-Aachen. Zur Interpretation des Karlsprivilegs für Aachen" (*KG* IV).
MICHELET (Jules). *Histoire de France*. Tomo I. Paris, 1833.
MOEGLIN (Jean-Marie). *Les Ancêtres du Prince. Propagande politique et naissance d'une histoire nationale en Bavière au Moyen Âge (1180-1500)*. Genebra-Paris, 1985.
MONFRIN (Jacques). "La figure de Charlemagne dans l'historiographie du XV[e] siècle", in *Annuaire-bulletin de la Société de l'Histoire de France*, 1964-1965.
MORISSEY (Robert). "Charlemagne", in *Les Lieux de mémoire*, dir. Pierre Nora, III, *Les France*, tomo 3, *De l'Archive à l'Emblème*, Paris, 1992.
- *L'Empereur à la barbe fleurie. Charlemagne dans la mythologie et l'histoire*. Paris, 1997.
SAINT-SIMON (Louis de Rouvroy, duque de). *Mémories*, ed. Arthur de Boislile. Tomo I. Paris, 1879.

SAURMA-JELTSCH (Liselotte E.), dir. *Karl der Gosse als vielberufener Vorfahr. Sein Bild in der Kunst der Fürsten, Kirchen und Städte*. Sigmaringen, 1994.
SEIBT (Ferdinand), dir. *Kaiser Karl* IV. *Staatsmann und Mäzen*. Munique, 1978.
SPIEGEL (Gabrielle M.). "The *Reditus Regni ad stirpem Karoli Magni:* a New Look", in *French Historical Studies. 1972.*
TULARD (Jean). *Napoléon*. Paris, 1977.
______. *Procès-verbal de la cérémonie du Sacre et du Couronnement de Napoléon*. Paris, 1993.
TULARD (Jean) e GARROS (Louis). *Itinéraire de Napoléon au jour le jour. 1769-1821*. Paris, 1992.
VALLA (Lorenzo). *La Donation de Constantin*, ed. Jean-Baptiste Giard. Paris, 1993.
ZENDER (Matthias). "Die Verehrung des hl. Karl im Gebiet des mittelalterlichen Reiches" (*KG* IV).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Os antropônimos aqui indicados não constituem uma prosopografia. Muitos são os clérigos e os leigos que exerceram, sucessivamente ou ao mesmo tempo, várias funções. Só incluímos neste índice as menções que permitem identificá-los com segurança.

Aachen: *ver* Aix-la-Chapelle
Abd al-Rahman al-Daklil, emir de Córdoba: 209, 212-213, 230
Abd al-Rahman ibn Abdullah, governador da Andaluzia: 51, 199
Abd al-Rahman III, califa de Córdoba: 209
Abdallah, tio de Al-Hakam: 233
Abraão, patriarca: 229, 365, 377
Abruzos (cadeia dos): 103
Abul al-Abas, califa de Damasco: 210
Acciaiuoli (Donato): 547
Acquisgrana: *ver* Aix-la-Chapelle
Acre (atualmente Akkro, Israel): 621
Adalardo, abade de Corbie: 148, 152, 156, 190, 246-247, 371, 422-424, 435, 446, 567
Adalarico, chefe gascão: 334
Adalberon, arcebispo de Reims: 559
Adalberto, esmoler-mor: 424
Adalberto, heresiarca: 121
Adalberto, monge: 544-545
Adalgiso, camarista: 219
Adalgiso, filho do rei Didier: 180, 189, 191-192, 195, 542, 546
Adalrico, conde: 217
Adelaide, filha de Carlos Magno: 142
Adele de Champanha, rainha da França: 599
Adele de Vermandois, esposa de Hugo de França: 599, 635
Adelinde, concubina de Carlos Magno: 156
Adelperge, filha do rei Didier: 194, 410-411
Adenauer, Konrad: 648
Admonitio generalis: 270, 300-301, 307-308, 362, 364, 372, 375, 386, 407, 420, 471, 595, 618
Adriano I, papa: 173, 176-178, 181, 183-185, 188-189, 191, 193-194, 196, 218, 223, 360, 366, 367, 369, 379, 407, 412, 436, 442, 456, 471-472, 481-482, 492, 507, 596
Adriático (mar): 173-174, 195, 406
Aega, prefeito do Palácio: 25
Afonso I, rei de Oviedo: 211
Afonso II, rei de Oviedo: 211, 236, 369
África: 51, 58, 94, 403, 515, 530, 587
Agde (concílio de): 385-386
Agen (Lot-et-Garonne): 131, 198
Agnello, cronista: 546
Agnes de Méranie, esposa de Filipe Augusto: 603
Agobardo, arcebispo de Lyon: 82, 122, 317, 335, 436
Agostinho (santo: 11, 36, 120, 138, 148, 227, 250, 303, 308, 311, 361, 407, 423-424, 435, 437, 470, 509, 511, 547, 607; *Cidade de Deus*: 138, 148, 303, 308, 407, 470, 547; *Quaestiones in Heptateuchon*: 435
Ailly (Pierre d'), bispo de Cambrai: 619
Ainhoa (Espanha): 210
Aire (Landes): 112
Aisne (rio): 143, 321
Aito, comerciante: 354
Aix-en-Provence (Bouches-de-Rhône): 235

Aix-la-Chapelle (Aachen, Acquisgrana, Renânia-Vestfália, Alemanha): 13, 46, 101, 110-111, 137, 142, 145, 196, 204, 223-224, 228, 233, 235, 239, 246, 256-257, 259-261, 263-267, 269-270, 280, 300-301, 309, 317, 320-321, 331, 337, 344, 350, 362, 366-367, 369-372, 374, 375, 385-386, 391, 401, 410, 413-416, 423, 432-434, 438-439, 442-443, 446-447, 449, 453, 455, 458, 460-462, 464-465, 479-480, 486-488, 491, 498, 500, 503, 505-507, 509, 515, 518, 608
Al-Hakam, emir de Córdoba: 232, 236
Al-Mansur, califa de Bagdá: 210
Alano, abade de Farfa: 408
Alarico I, rei dos visigodos: 181
Alarico II, rei dos visigodos: 19
Álava (rio): 233
Albertini (Nicollo): 564
Albi (Tarne): 197
Albino, cubicular: 400, 484
Alboíno, rei dos lombardos: 226
Albuíno: 179, 400
Alcuíno: 14, 143-144, 146, 151, 196, 223, 246, 248-251, 255, 277, 292, 308-309, 313, 361-363, 367, 369-370, 375-376, 378-379, 381-382, 400-401, 405, 408, 411-416, 418-426, 431-432, 434, 436-438, 440-441, 473, 476-480, 485-488, 491, 502, 505, 510, 521, 524, 530, 540-541, 550, 553, 567, 588, 622, 641, 643
Alcuíno, abade de Saint-Martin de Tours: 179
Aldana ou Alda, mãe de Guilherme de Gellone: 232, 575, 644
Aldeberto, clérigo: 364
Aldelmo, abade de Malmesbury: 398
Aldrich, arcebispo de Sens: 250, 292
Alemânia: 34, 50, 53-55, 88, 100, 107, 117, 131, 204, 206, 227, 280, 446, 501
Alexandre III, papa: 591, 593, 597
Alexandre, o Grande, rei da Macedônia: 239, 621, 640
Alexandre de Roes: 619, 622
Alexandria (Egito): 212, 429, 518, 554
Aliscamps (Les): 232, 569
Alpaíde, esposa de Pepino de Herstal: 29
Alpes: 18, 36, 40-41, 50, 52-54, 58, 103-104, 107, 167, 171, 179, 196, 226-227, 266, 280, 327, 412, 444, 458, 468, 535, 543, 583, 676
Alsácia: 66, 636
Altmühl (rio): 356
Amadis de Gaula: 585
Amalar, arcebispo de Trier: 381
Amalfi (Itália): 192
Amblève (prov. Liège, Bélgica): 31, 257, 569
Ambrósio (santo): 437
Amiens (Somme): 41, 101, 178-179, 344, 394, 435, 515, 605
Ana da Áustria, rainha da França: 24, 636
Ana de Beaujeu, regente: 24
Ana de Kiev, rainha da França: 602
Anais de Fulda: 511
Anais de Hildesheim: 563
Anais de Lobbes: 439
Anais de Lorsch: 180, 217, 227, 270, 424, 439, 474, 482, 488, 491, 499, 512
Anais de Metz: 212, 217, 227
Anais de Moissac: 269, 527
Anais de Saint-Amand: 127, 439
Anais de Sankt Gallen: 217
Anais reais: 127, 133, 135, 147, 167, 184, 214-215, 217, 225, 227-228, 245, 277, 356, 439, 440, 474, 492-493, 539, 541-542, 545, 605, 619
Anastácio, imperador: 20, 173
Anastácio, monge: 37
Anchaire, conde: 484
Ancona (Itália): 173
Andaluzia: 51, 468
Andorra: 214
Andrea di Bergamo, cronista: 545
Angers (Maine-et-Loire): 32, 35, 94, 96
Angilberto, abade de Saint-Riquier: 121, 142, 246-247, 320, 360, 411, 415-416, 424, 427, 438, 440, 447, 449-450, 479, 505, 511, 532, 544, 551, 567
Angilram, bispo de Metz: 248
Ânglia Oriental: 56
Angoulême (Charente): 96, 197, 446, 621
Angoumois: 635
Aniana (Hérault): *ver* Bento de Aniana
Annapes (Nord): 66, 259, 322, 342
Ansegisel, filho de Arnulfo: 25-26
Ansegísio, abade de Saint-Wandrille: 256, 453
Anseis de Cartago: 141
Anselmo, conde do Palácio: 216, 567
Anselmo, padre, *Histoire généalogique de la Maison de France*: 637
Ansemundo, conde de Nîmes e Uzès: 199
Anticeimena: 429
Antimo, espatário: 62
Antióquia (atualmente Antakya, Turquia): 605

Antonino, o Piedoso, imperador: 254
Antuérpia (Bélgica): 103, 624
Aosta, vale de (Itália): 58, 179-180, 529, 543
Apeninos: 174
Aquiléia (Itália): 152, 229, 366, 411, 518
Aquiléia (concílio de): 518
Aquitânia: 18-21, 24, 26, 31-32, 34-35, 47, 50-53, 55, 85-86, 91, 100, 110, 115, 131, 142, 144, 155-156, 159, 190, 197-204, 211, 214, 217-218, 230-231, 233, 238, 248, 257, 265, 274, 286-288, 293, 307, 324, 346, 369-370, 374, 382, 388, 391, 394, 403, 440, 461, 475-476, 492, 502, 524, 528, 532, 534, 540, 543-544, 548-549, 551, 557, 571
Aragão: 574
Archambaud V, conde de Périgord: 635
Ardenas: 21, 31, 64, 260, 314, 527, 534
Aregunda, esposa de Clotário: 46, 140
Argenton-sur-Creuse (Indre); 203
Arichis, duque de Benevento: 136, 148, 176, 189-190, 192-195, 410-411, 455, 542, 545
Ario: 368
Ariosto, *Orlando furioso*: 584-585
Aristóteles: 303-304, 403, 547, 618; *Política*: 547
Arles (Bouches-du-Rhône): 52, 92, 98, 115, 120, 123, 279, 344, 374, 385, 390, 569, 585
Arles (concílio de): 390
Armórica: 32, 56, 63
Arn, arcebispo de Salzburgo: 207, 249-250, 292, 375, 424, 440-441, 482, 485, 487, 490, 532
Arnulfo, bispo de Metz: 25, 38, 54, 87, 119, 322, 402, 411, 541
Arras (Pas-de-Calais): 46, 112, 115, 253, 603
Artois: 131
Ásia Central: 225
Ásia Menor: 51, 61
Aspremont: 567
Astolfo, rei dos lombardos: 36, 40, 59, 171, 173-174, 179, 293, 542
Astrônomo (O), clérigo aquitano: 216, 288, 440, 543-544
Astúrias: 211, 231, 233, 236, 369, 543
Atenas (Grécia): 423, 470, 622
Átila, rei dos hunos: 225, 388, 583
Atlântico (oceano): 50, 74, 101, 187, 198, 200
Attigny (Ardenas): 131, 144, 221, 257, 262, 320, 505-506
Attigny (sínodo de): 375
Aubervilliers (Seine-Saint-Denis):106
Auch (Gers): 112, 197, 201
Auchier, duque: 131, 178, 180, 570
Audgar, duque: 41
Audulfo, comerciante: 354, 423, 426
Augsburgo (Baviera, Alemanha): 206, 435, 596
Augusto, imperador: 33, 96, 137, 520, 528, 541
Ausônio: 402
Austerlitz (República Tcheca): 631-632
Austrásia: 20-21, 23-26, 28-29, 31-32, 34-35, 49-50, 52-54, 86, 88, 94, 119, 125, 130-131, 159, 197-198, 202, 207, 225, 239, 257, 263, 284, 303, 321, 328, 374, 378, 403-404, 501
Áustria: 230
Authie (rio): 107
Autun (Saône-et-Loire): 25, 46, 51, 87, 113-114, 126, 200, 288, 416
Auvergne: 63, 104, 128, 131, 403
Auxerre (Yonne): 94, 113-115, 142, 431, 446, 594
Avallon (Yonne): 113
Avignon (Vaucluse): 20, 52, 98, 564, 606
Avito (santo), bispo de Vienne (France): 19, 402

Bagdá (Iraque): 12, 209-210, 212, 236, 441, 515, 528, 554, 648
Baïan, cagã ávaro: 226
Baião (Alfonso Lopes de): 585
Bais (Ille-et-Vilaine): 104
Balduíno I, imperador latino de Constantinopla: 45
Baleares (mar das): 543
Báltico (mar): 103, 224, 348, 352-353, 523
Baluze (Étienne): 639
Bamberg (Baviera, Alemanha): 356,459
Bandinelli (Rolando), jurista: 591
Bangor (Irlanda): 377, 396
Bapst (Jacques-Évrard), ourives: 629, 631
Barcelona (Espanha): 213, 216, 230, 232-233, 235-236, 274-275, 328, 345, 532
Basiléia (Suíça): 53, 447
Basiléia (concílio de): 307
Basin: 569
Bastogne (prov. Luxemburgo, Bélgica): 257
Batilde, esposa de Clóvis II: 25, 115, 206
Baudry, clérigo: 106, 485
Baugulfo, abade de Fulda: 416, 421, 444
Bavay (Nord): 101

Baviera: 26, 32, 34-35, 47, 50, 53-56, 85-86, 88, 107, 117-118, 120, 125-126, 148, 151, 158-159, 167, 174, 176, 193, 195, 202, 204, 206-207, 225-228, 230, 236, 238, 245, 256, 260, 279-280, 284, 288, 321, 324, 334, 355, 359, 377, 391, 404, 415, 438, 501-502, 545, 548, 564, 647
Bayeux (Calvados): 113-114
Bazas (Gironda): 201
Beato, monge, *Comentário do Apocalipse*: 437
Beatriz de Vermandois: 599
Beauharnais (Eugène de): 625, 629
Beauharnais (Josefina de): 625-627, 630-631
Beauvais (Oise): 131
Beauvaisis: 101
Bebenburg (Lupold de): 619
Beda, o Venerável: 127, 132, 399, 437, 470; *Da natureza das coisas*: 400; *História eclesiástica dos povos ingleses*: 400
Bega, filha de Pepino I: 25-26
Bego, conde de Paris: 286-287
Bélgica: 18, 64, 374, 645
Belisário, general bizantino: 58
Belle (Alexis), pintor: 630
Benevento (Itália): 58, 136, 147, 159, 173-174, 176, 188-195, 217, 249, 266, 279, 288, 329, 348, 372, 410, 437, 455, 480, 487, 515, 531, 546
Bento Biscop: 398-399
Bento de Aniana (são): 151, 218, 248, 369, 388, 390-391, 422, 642; *Concórdia das regras*: 390
Bento de Núrsia (são): 116, 218, 389, 391; *Regra dos monastérios*: 116, 120, 218, 240, 270, 376, 388-390, 394, 398, 411, 642
Bento XIV, papa: 597
Beornrad, abade de Echternach: 424
Bera, conde de Barcelona: 532
Berchaire, prefeito do Palácio da Nêustria: 28
Berdolet (Marc-Antoine), bispo de Aix-le-Chapelle: 625
Bérgamo (Itália): 190
Bernadotte (Jean), marechal: 629
Bernardo, bispo de Worms: 371
Bernardo de Clairvaux (são): 594
Bernardo, irmão de Pepino, o Breve: 179, 190, 246
Bernardo, rei da Itália, filho de Pepino da Itália: 132, 156, 246, 414, 503, 532, 545, 599
Berny-Rivière (Aisne): 131
Berry: 131
Berta do pé grande: 569
Berta e Milone: 583
Berta, filha de Carlos Magno: 121, 142, 416, 505, 544
Berta ou Bertrada, mulher de Carlos Magno: 42, 55, 134-135, 142, 155, 174, 176, 241, 245, 443, 500, 507, 569
Berthier (Louis-Alexandre), marechal: 629
Bertrand (Pedro), cardeal: 78, 106, 565
Besançon (Doubs): 445
Béthune (Nord): 74
Béziers (Hárault): 52
Bíblia: 126, 365, 366, 372, 376, 387, 389, 393, 395, 399, 403-404, 408, 413, 421, 424, 426, 429, 435-436, 450, 547, 550, 553; *Antigo Testamento*: 43-44, 309, 364-365, 377, 456, 602; *Novo Testamento*: 309, 377, 437, 451
Bíblia de Alcuíno: 437
Bíblia de Teodulfo: 437
Biennais (Martin-Guillaume), ourives: 628-629, 631
Birka (atualmente Björko, Suécia): 352
Bizâncio: 12, 18-20, 37, 39, 44-45, 57, 59-62, 95, 99, 112, 121, 139, 142, 171, 173-174, 180-181, 185, 187, 189-195, 210, 225, 239-240, 305, 352, 359, 361, 367-368, 371-372, 378, 406, 433, 436, 447, 455, 458, 461, 469-474, 476, 478-481, 484, 491-493, 498, 502, 506, 509, 512-521, 528-529, 533, 546, 550, 554, 571, 620, 638
Blaye (Gironda): 52, 585
Blois (Loir-et-Chair): 131
Blonmez (Eure-et-Loir): 68
Bobbio (Lombardia, Itália): 116, 247, 394, 403, 415, 435
Boécio, filósofo: 399, 401, 403, 429, 470, 554; *Consolação da filosofia*: 399
Boêmia: 54, 160, 163, 224, 597, 617
Boemundo VI, príncipe de Antióquia: 605
Boiardo (Ferrare Matteo Maria), *Orlando Amoroso*: 584
Boissy (atualmente, Boissy-Saint-Léger, Val-de-Marne): 69
Bolonha (Itália): 173, 504, 591
Bonaparte (José): 629
Bonaparte (Napoleão), Primeiro cônsul: *ver* Napoleão
Bonifácio (são), bispo: 39, 42, 44-45, 87-88, 116-123, 157, 208, 248, 358, 377, 389, 394-395, 398, 404, 441, 444, 590
Bonifácio VIII, papa: 547, 618

Bonn (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 344, 564
Bonoso, heresiarca: 368, 370
Bordéus (Gironda): 19, 52, 92, 97, 112-113, 197-198
Borgonha: 20-21, 24-25, 29, 32, 34, 50-53, 58, 101, 103-104, 126, 131, 141, 197, 218, 279, 281, 288, 293, 303, 318, 328, 374, 403, 501-502, 587, 608
Bosen (Baviera, Alemanha): 206
Bósforo: 515, 519
Bossuet (Jacques-Bénigne), bispo de Meaux, *Discurso sobre a história universal*: 638-639
Boulainvilliers (Henri de), *História do antigo governo*: 639
Boulogne-sur-Mer: 101, 107, 112, 527
Boulogne (capitular de): 162
Bouquet (dom), beneditino, *Recueil des historiens des Gaules et de la France*: 634
Bourges (Cher): 18, 94, 197, 200, 201, 279, 401
Bouvines (Nord): 605, 611-613
Bracciano (lago de): 183
Braisne (Oise): 171
Branca de Castela, rainha da França: 24
Bregenz (Áustria): 115
Bremen (Alemanha): 137, 223, 596
Brémule (cant. Fleury-sur-Andelle, Eure): 612-613
Brenner (passo de): 280
Brescia (Itália): 190, 462
Bretanha: 24, 35, 56, 112, 148, 159, 216, 247, 279-280, 287, 293, 329, 357, 543, 558, 567
Breviário de Alarico: 125-126, 318-319
Brindisi (Itália): 584
Bro Wéroc (reino de): 56
Bruges (Bélgica): 459, 596, 618, 624
Bruni (Leonardo): 547
Brunilda, rainha dos francos: 99, 643
Bruxelas (Bélgica): 434, 596, 624, 626
Bukhara (Uzbesquistão): 352
Bulgária: 230
Burchard: 17, 59, 87
Cabrar Joglar: 585
Cahors (Lot): 197-198
Calábria: 58, 76, 192, 195, 543, 587
Calcedônia (concílio de): 60, 384
Caldy (País de Gales, Grã-Bretanha): 396
Calisto II, papa: 584
Cambacérès (Jean-Jacques Régis de), arquichanceler do Império: 629-630
Cambrai (Nord): 18, 31, 101, 112, 131
Campoformio, (tratado de): 624
Campulus, patrício romano: 482
Canção de Guilherme: 232, 569, 589
Canção de Rolando: 140-141, 212-215, 251, 548, 558, 567, 569-571, 574-577, 579, 582-583, 586-587, 589, 602, 609, 611, 620-621, 645
Canção de Santa Fé: 128
Canção des Saisnes: 570, 572
Canção dos Nibelungos: 566, 583
Canche (rio): 74
Cangas de Onis (Espanha): 211
Cannstatt (Alemanha): 55
Cantábria: 211
Cântico dos Cânticos: 426
Cantilena de Santa Eulália: 424
Canto de Rolando: 584
Cantuária (Grã-Bretanha): 396, 445
Caprara (Giovanni Battista), cardeal: 632
Cápua (Itália): 58, 193
Caracala, imperador: 467
Carcassonne (Aude): 19, 51, 197, 199, 214, 230, 232
Cariberto I, rei dos francos: 145
Cariberto, irmão de Dagoberto: 32, 134, 197-198
Caríntia: 206, 225, 228, 263, 411
Carlomano I, prefeito do Palácio, irmão de Pepino, o Breve: 21, 33, 55, 130
Carlomano II, rei dos francos, irmão de Carlos Magno: 42, 129-131, 146, 151, 156-157, 174, 178, 180, 201, 248, 443, 499-500, 568, 570
Carlomano, rei da França, filho de Luís, o Gago: 559
Carlomano, rei da Itália: *ver* Pepino
Carlos de Valois, segundo filho de Filipe III: 604
Carlos I de Anjou: 584,604
Carlos II, o Calvo, imperador: 109-110, 137, 142, 170, 152, 254, 287, 350, 405, 417, 421, 476, 505, 507, 511, 524, 543, 551, 558-560, 562, 568, 608, 617, 634-635, 645
Carlos III, o Gordo, imperador: 420, 558-559
Carlos III, o Simples, rei da França: 559, 561
Carlos IV de Luxemburgo, imperador: 137, 565, 595-597, 606, 617
Carlos IV, rei da França: 604

Carlos IX, rei da França: 604
Carlos Martel, prefeito do Palácio, filho de Pepino II: 21, 29, 31-34, 36-37, 41, 46, 51-52, 54, 59, 63, 87-88, 90, 94, 96, 100, 104, 114, 117, 121, 123, 125, 127, 130, 134, 135, 159, 198-199, 219, 226, 257, 267, 284-285, 287, 307, 339, 357, 386, 401, 417, 423, 475, 540, 558, 569, 574, 587
Carlos, o Jovem, rei, filho de Carlos Magno: 147, 155-156, 163, 221, 223-224, 246, 287, 414, 476, 492, 494, 500-501, 503, 513, 527, 532, 533
Carlos, o Temerário, duque de Borgonha: 608
Carlos V, rei da França: 264, 604-607, 615-619, 628, 630-631
Carlos V, imperador germânico: 566, 596
Carlos VI, rei da França: 604, 607, 616, 619
Carlos VII, rei da França: 307, 564, 604, 607
Carlos VIII, rei da França: 604
Carlos X, rei da França: 630-631
Carníola: 230
Cárpatos: 225-226
Carrara (Itália): 456
Cartago (Tunísia): 51, 141
Cáspio (mar): 352
Cassiano: 115, 389
Cassiodoro: 393, 429
Castela: 24, 211, 233, 574
Catalunha: 199, 230, 235-236, 574, 583
Cavalaria Ogier (A): 570, 589
Cerdanha: 231
Cervantes (Miguel de): 585-586
César (Caio Júlio): 63, 145, 239, 355, 403, 487, 504, 517, 621, 631, 634
Cesaréia (atualmente Cherchell, Argélia): 58
Cesário (santo), bispo de Arles: 115, 120, 123, 385, 389, 404
Chalon-sur-Saône (Saône-et-Loire): 97-98, 113, 115, 200, 266, 374, 390
Chalon-sur-Saône (concílio de): 374
Châlons-en-Champagne (Marne): 101, 114
Chalpaíde ou Alpaíde, concubina de Pepino II: 29
Champanha: 28, 34, 41, 599
Charente (rio): 544
Chartres (Eure-et-Loir): 34-35, 71, 380, 612, 621
Chasseneuil (Vienne, França): 213, 218
Chateaubriand (François René de): 640; *De Buonaparte e dos Bourbons*: 640; *Memórias de além-túmulo*: 640
Chaudet (Antoine-Denis), escultor: 633
Chelles (Seine-et-Marne): 33, 46, 62, 115, 142, 245, 403-404, 422, 434, 440, 464
Childeberto I, rei dos francos: 59, 114, 197
Childeberto II, rei dos francos: 24, 96
Childeberto, o Adotado: 26
Childebrando ou Hildebrando, conde de Melun e duque na Borgonha: 29, 127, 189
Childerico I, rei dos francos sálios: 18
Childerico II, rei dos francos: 38, 202
Childerico III, rei dos francos: 34, 36, 40
Chilperico I, rei dos francos: 24, 197
Chilperico II, rei dos francos: 28, 31, 33, 34
Choisy-au-Bac (Oise): 46
Chorson, duque de Toulouse: 217
Chrodegang, bispo de Metz: 41, 92, 119-120, 128, 381, 384, 417, 449-450, 452
Chur (Suíça): 351, 404
Cícero: 303, 418
Cimiez (Alpes Marítimos): 52, 104
Cividale (Itália): 366, 371, 411-412, 452
Cividale (concílio de): 371, 412
Civitavecchia (Itália): 527
Cláudia da França, rainha da França: 615
Clément (Aubry): 621
Clemente I (são), papa: 182, 494
Clemente, o Escoto: 415
Clermont (Oise): 94, 197
Clèves (Renânia do Norte, Vestefália, Alemanha): 624
Clichy (Hauts-de-Seine): 113, 354
Clichy (concílio de): 113, 354, 369
Clodomiro, rei dos francos: 197
Clodulfo, filho de Arnulfo: 119
Clotário I, rei dos francos: 46, 114, 140, 197
Clotário II, rei dos francos: 20, 25, 53, 95, 198, 314, 510
Clotário III, rei dos francos: 25
Clotilde, esposa de Clóvis I: 19, 20, 114
Clóvis I, rei dos francos: 12, 17-21, 23, 37-38, 41, 43, 45-46, 50, 53, 56, 58, 63, 78, 87, 94, 100, 112, 114, 125, 131, 145, 157, 173, 184, 197, 314, 442, 486, 502, 560, 564, 598-599, 601-603, 606-607, 610, 615, 619-620, 641, 646, 648
Clóvis II, rei dos francos: 25-26, 46, 115, 206
Clóvis III, rei dos francos: 98
Coblença (Koblenz, Renânia-Palatinado, Alemanha): 624-626
Codex aureus: 464

Coimbra (Portugal): 231
Colombano (santo): 115-116, 389, 396, 403, 642
Colônia (Köln, Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 18-19, 23, 29, 31, 91-92, 98, 112, 118, 238, 248-249, 259-260, 281, 306, 434-435, 445, 449, 459, 464, 484-485, 506, 592, 619, 624, 626
Colonna (Jacopo), cardeal: 619
Colonna (Sciarra): 564
Comacchio (Itália): 519
Combs-la-Ville (Seine-et-Maine): 103
Cômodo, imperador: 254
Compiègne (Oise): 31, 257, 265, 279, 459-460
Compiègne (concílio de): 55, 257
Compostela (Espanha): 609
Conques (Aveyron): 388, 617
Conrado da Francônia, rei da Germânia: 560
Constança (Konstanz, Bade-Würtemberg, Alemanha): 53, 117
Constança (concílio de): 307
Constança (lago de): 117
Constante II, imperador: 60, 468-469
Constantino, antipapa: 176-177
Constantino I, o Grande, imperador: 12, 41, 60, 113, 181-182, 185, 187-188, 255, 262, 317, 326, 361, 365, 373, 409, 433, 445, 461, 467, 469-472, 474, 480-481, 486, 497-499, 502, 509-510, 514, 517, 519, 597, 614-615, 620-621, 633
Constantino V, o Coprônimo, imperador: 12, 40, 59, 62, 180, 191, 359, 517
Constantino VI, imperador: 142, 191, 193, 514
Constantinopla: *ver* Bizâncio
Constantinopla (concílio de): 368, 370, 377
Corbeny (Aisne): 131, 257, 260
Corbie (Somme): 115, 126, 180, 190, 246-247, 371, 394, 403, 422, 431-432, 435, 446
Córdoba (Espanha): 12, 51, 209, 211-213, 231, 233, 235, 396, 406, 527-528
Cormery (Indre-et-Loire): 328
Cornualha: 56, 103
Cornucchini (Agostino), escultor: 597
Coroação de Luís (A): 141, 528, 569, 602
Córsega: 58, 188, 190
Corvey (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 151-152, 388, 446
Cotentin: 50, 71, 74
Courtin, Nicolas: 639; *Carlos Magno ou o restabelecimento do Império romano*: 639; *Carlos Magno penitente*: 639
Coutances (Mancha): 35, 114
Crefeld (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 624
Cristóvão, primicério: 176-177
Croácia: 230, 514
Crodtrude, esposa de Carlos Martel: 33
Crônica de Moissac: 440, 540
Crônica de Novalesa: 546
Crônica do Pseudo-Turpino: 141, 590, 593, 598, 605, 609-611

Dadon, bispo de Ruão: *ver* Ouen
Dagoberto I, rei dos francos: 20-21, 24-25, 32, 46, 53-54, 56, 82, 115, 198, 201-202, 443, 476, 602-603, 614-615
Dagoberto II, rei dos francos: 26, 38
Dagoberto III, rei dos francos: 33
Dagulfo, monge: 436, 464
Dalmácia: 58, 519
Damasco (Síria): 209
Daniel, embaixador bizantino: 487
Daniel (Livro de): 410
Dante Alighieri: 584
Danúbio (rio): 53-54, 58, 100, 106, 148, 206, 224-230, 322, 352-353, 355-356, 543
Davi, rei de Israel: 43, 306, 309, 369, 377, 424, 438-439, 464, 474, 478, 510-511, 584, 621
David (Jacques-Louis), pintor: 627-628, 631
Dax (Landes): 201
De litteris colendis: 421
De villis et curtis imperialibus (capitular): 322
Denon (Dominique Vivant), diretor geral dos museus: *ver* Vivant Denon
Desaix (Louis-Charles), general: 633
Désirée, princesa lombarda: 176, 245
Deuteronômio: 354
Dicuil, monge: 415
Didier, rei dos lombardos: 55, 62, 106, 155, 171, 174, 176-181, 184, 189, 192, 194-195, 206, 328, 410, 435, 504, 542, 545-546, 583
Didière ou Désirée, ou Désiderade, esposa de Carlos Magno: 155
Diedenhofen (Luxemburgo): 260, 262
Diemel (rio): 208
Dijon (Costa do Ouro): 104
Dinamarca: 352-353, 524-526
Dinant (prov. Namur, Bélgica): 101
Dionisio Hadriana (coleção): 307, 407
Dionísio, o Pequeno, monge romano: 127

Dionísio (são), bispo de Paris: 122, 443, 494, 607, 609-611, 613, 621
Divisio regnorum: 254, 273, 500-501, 511, 517
Dnieper (rio): 352
Dniester (rio): 352
Doação de Constantino: 185, 187-188, 469, 480, 517, 610
Dol (Ille-et-Vilaine): 112
Domnonée (reino de): 56
Don (rio): 352
Donato, gramático: 399-400, 410-411, 429
Dordonha (rio): 169
Dortmund (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 54
Doué-la-Fontaine (Maine-et-Loire): 534
Douro (rio): 211
Drava (rio): 206, 227, 230
Drogon, filho de Carlos Magno: 156, 436
Drogon, filho de Pepino II: 28-29
Du Guesclin (Bertrand): 646
Du Tillet (Jean), escrivão civil no Parlamento, *História dos reis da França*: 635-637
Dungal, monge: 409, 415, 438
Düren (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 260
Dürer (Albrecht): 597
Duurstede (Países Baixos): 54, 97, 100, 103, 328, 344-345, 348, 351-352

Eardulf, rei da Nortrúmbia: 525
Eauze (Gers): 112, 201
Ebbon, arcebispo de Reims: 417, 436
Eberhard, escanção: 424
Ebro, rio: 168, 210, 233, 235, 530, 543, 643
Ebroíno, prefeito de Palácio da Nêustria: 25-26, 28, 94
Echternach (Luxemburgo): 116, 135, 151, 424, 432
Edessa (Síria): 360
Éfeso (concílio de): 368-369, 431
Egberto, monge: 398
Egberto, o Grande, rei de Wessex: 57
Egfrido, rei da Mércia: 44
Eggihard, senescal: 216, 567
Eginhardo, historiógrafo: 13, 23, 33, 35-37, 42, 88, 109, 111, 121, 130, 133-139, 141-143, 152, 155, 178-179, 207, 214-216, 225, 228, 235-236, 245, 248, 250, 262, 294, 303, 316, 317, 413-416, 418, 422, 424-426, 433, 440, 450-451, 453, 456, 460, 462, 475, 501-503, 505-506, 512, 520, 523, 527-528, 533, 536-537, 540-543, 545, 547-548, 566-567, 569, 577, 586, 589-590, 598, 604-605, 608-609, 634, 638, 645, 648; *Vita Karoli Magni Imperatoris* ou *Vida de Carlos*: 42, 133, 137, 418, 540, 543, 567, 590, 605
Egito: 98-99
Eichstätt (Baviera, Alemanha): 54, 101, 118, 394
Eider (rio): 223
El-Hosein, váli de Saragoça: 213
Elba (rio): 148, 169, 207, 223-224, 226, 352, 525-526, 643
Elberto, bispo de York: 369, 400-401, 412
Eleutério, diácono: 443
Elias, profeta: 43
Elipândio, arcebispo de Toledo: 369
Elne (Pirineus Orientais): 199
Elói (são), bispo de Noyon: 87, 95, 201, 363, 402
Elster (rio): 224
Empórias (Espanha): 345
Ems (rio): 207
Engern (rio): 207-208
Enns (rio): 355
Entrada na Espanha, A: 584
Épinal (Vosges): 645
Erbach (condes de): 566
Erchambaud, chanceler: 253, 425
Erchinoald, prefeito do Palácio: 25
Eresburg (atualmente Obermarsberg, Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 169, 208, 260
Erfurt (Turíngia, Alemanha): 354, 460
Érico, marquês de Friuli: 148, 228-230
Ermentrude, esposa de Carlos, o Calvo: 287
Ermoldo, o Negro, poeta: 134, 145, 233, 274, 418-419, 438, 460, 503, 528, 534, 540, 544, 571
Escalda (rio): 459
Escandinávia: 584
Escharen (Gueldre, Países Baixos): 97
Espanha: 19, 24, 43, 52, 56, 59, 91, 94, 99-100, 144-145, 147-148, 154, 159-160, 167-169, 174, 198-199, 201-202, 206, 208-210, 212-213, 217-219, 223, 230-233, 235-236, 238, 261, 266, 277, 279-280, 287-288, 306, 319, 324, 328, 355, 357, 367, 369-371, 393, 395-396, 403, 432, 437, 453, 461, 475, 492, 497, 499, 502, 510-511, 524, 527, 532, 543-544, 554, 569, 571, 584-585, 587, 589, 597, 609, 618, 620, 638
Essen (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 459

Estácio, poeta: 406
Estados Unidos da América: 551
Estêvão, conde: 244
Estêvão II, papa: 40-43, 62, 133, 135, 171, 173-174, 179, 181, 184, 393-394, 442, 445, 472, 484, 542
Estêvão III, papa: 176-179, 360
Estêvão IV, papa: 507, 513-514
Estêvão (santo): 92, 463, 482, 494
Estinnes (atualmente Estinnes-au-Mont, Hainaut, Bélgica): 88, 119, 122
Estinnes (concílio de): 88, 122
Estrasburgo (Baixo Reno): 53, 101, 109, 111-112, 344, 435, 544, 596
Étaples (Pas-de-Calais): 101
Eudes, conde de Paris: 559, 562, 599
Eudes de Vermandois, chamado O Insensato: 635, 637
Eudes, duque de Aquitânia: 31-32, 50, 51, 198-199
Eure (rio): 66, 103
Eusébio, bispo de Paris: 98
Evangeliário da Coroação: 434
Evangeliário de Ebbon de Reims: 436
Evangeliário de Godescalco: 433, 436
Evangeliário de Lorsch: 436-437
Evangeliário de Lotário: 436
Evangeliário de Saint-Médard de Soissons: 433, 436-437
Evangeliário de Tours: 437
Exeter (Grã-Bretanha): 398
Exilado Irlandês (O): 415

Fabre d'Églantine (Phillipe): 153
Fano (Itália): 173
Fardulfo: abade de Saint-Denis: 476
Farfa (Itália): 152, 394, 408
Fastrada, esposa de Carlos Magno: 142, 155, 227, 238, 245, 476, 577
Fécamp (Seine-Maritime): 115
Félix, bispo de Urgel: 246, 334, 369-370, 382, 412-413, 480
Félix, duque de Aquitânia: 21, 198
Ferdinando I, imperador: 566
Ferrières-en-Gâtinais (Loiret): 74, 142, 250
Fidência (Itália): 584
Filipe Augusto, rei da França: 256, 600, 601, 603-605, 611-613, 616, 618, 621, 628, 637
Filipe de Champaigne, pintor: 630
Filipe I, rei da França: 572, 599-600, 602
Filipe III, o Ousado, rei da França: 603-604, 616, 628
Filipe, o Belo, rei da França: 376, 602, 604-605, 613-615, 618-619
Filipe, papa: 177
Finlândia (golfo da): 352
Fiume (atualmente Rijeka, Croácia): 230
Flandres: 24, 131, 612-614, 618
Flavigny (Costa do Ouro): 435
Flávio, bispo de Chalon: 115
Fleury: *ver* Saint-Benoît-sur-Loire
Florença (Itália): 147, 547
Flote (Pierre), chanceler: 547
Fontenelle (atualmente Saint-Wandrille, Seine-Maritime): 40, 66, 100-101, 114-115, 255-256, 328, 403, 446, 448, 450, 453, 505
Fórmulas: 401-402
Forschheim (Bas-Rhin): 560
Fos (Bouches-du-Rhône): 98
Frância: 35, 107, 207, 293, 328, 475, 558-560, 568, 611, 645, 660
Francisco II, imperador: 566
Franco-Condado: 281
Francônia: 50, 132, 238, 260, 558-560
Frankfurt: 13, 137, 148, 260, 265, 267, 300, 308, 344, 349, 356, 360-361, 363, 365-366, 460, 471-475
Frankfurt (concílio de): 80, 154, 250, 356, 361, 365-367, 369, 372, 380, 383, 412-413, 471, 473, 477, 479, 510
Fredegiso, abade de Saint-Martin-de-Tours: 255, 408, 413, 532
Fredegunda, rainha dos francos: 24
Frederico Augusto, eleitor da Saxônia: 632
Frederico de Habsburgo: 564
Frederico I, Barba Ruiva, imperador: 263, 458, 547, 591-593
Frederico II, imperador: 593, 596
Freising (Baviera, Alemanha): 118, 391, 435-436, 438
Fréjus (Var): 458
Frísia: 31-32, 54, 56, 97, 101, 104, 116, 131, 160, 181, 193, 204, 207-208, 222, 263, 267, 350, 475, 501, 525-526, 530, 543
Fritzlar (Hessen, Alemanha): 121, 505, 560
Friuli: 147-148, 189-190, 195, 226, 228-230, 287, 410-411, 542
Fronsac (Gironda): 169, 203
Fulda (Hessen, Alemanha): 71, 117-118, 123, 137, 151-152, 388-389, 404, 415-416, 418, 421, 431, 435, 438, 444, 511, 540, 596
Fulda (rio): 118, 444
Fulrad, abade de Saint-Denis: 17, 41-42, 47, 59, 87, 173-174, 248-249, 434, 442, 444, 559, 567
Fursy, monge: 115

Gaguin (Robert), humanista: 623
Gaio, jurisconsulto: 303; *O Epítome*: 125
Galbert de Bruges: 618
Gales (País de): 396, 398
Galiza: 211, 231, 236, 609
Gand (Bélgica): 505, 527, 624
Ganelão, arcebispo de Sens: 141, 213, 568, 570, 572-573, 577-582, 588, 620, 646
Garona (rio): 202
Gasconha: 32, 201-204, 211, 217, 279, 287-288, 307, 524, 575, 607
Gâtinais: 74, 103
Gauzlin, bispo de Paris: 576
Gelásio I, papa: 376, 470
Genebra (Suíça): 96, 179
Génial, duque da Gasconha: 202
Genlis (Stéphanie Félicité, condessa de): 640
Gênova (Itália): 103
Genoveva (santa): 145, 442, 494, 632
Gentilly (Hauts-de-Seine): 62, 257, 359
Gentilly (sínodo de): 121
Georges, bispo de Óstia, depois de Amiens: 41, 183, 394, 435
Gérard (François), pintor: 631
Gerberge, filha do rei Didier: 176, 178, 180
Gerberto D'Aurillac: 212, 554
Gerhard, conde: 285-286
Germaire, conde: 482, 484-485
Germânia: 35, 55-56, 63, 92, 101, 112, 116-117, 121, 123, 144-145, 154, 171, 174, 203-204, 206-207, 209, 212, 224, 226, 259, 282, 287, 293, 321, 339, 358, 374, 378, 396, 404, 408, 439, 444, 461, 473, 475, 491, 510, 525, 543, 559, 620, 632, 638
Germigny-des-Prés (Loiret): 435, 452-453, 458-459, 551
Geroaldo, abade de Fontenelle: 101, 328
Geroldo, duque, cunhado de Carlos Magno: 207, 227, 229, 245, 545
Gerona (Espanha): 213, 230-233, 345, 597
Gertrudes, abadessa de Nivelles: 404
Gervásio de Cantuária, cronista: 612
Gervinde, concubina de Carlos Magno: 156
Gervoldo, abade de Saint-Wandrille: 255
Gesta de maldizer: 585
Gesta do rei: 568, 621
Gesta dos dinamarqueses: 525
Gesta regum Francorum: 128
Gévaudan: 122
Gibraltar: 51
Gilles de Paris, *Carolinus*: 604
Gilles (são): 586
Gilon, condestável: 219
Girard de Amiens, *Carlos Magno*: 605
Girard de Vienne: 558
Gironda: 104, 110, 200, 527
Gisele, ou Gile ou Gisela, abadessa de Chelles, irmã de Carlos Magno: 62, 132, 142, 245, 248, 404, 422, 424, 434, 440, 464
Glandèves (cant. Entrevaux, Alpes-de-Haute-Provence): 112
Godescalco, monge: 11, 406, 433, 436
Godin, bispo de Lyon: 113
Godofredo, conde de Anjou: 558, 612
Godofredo de Bulhão: 462, 571, 598
Godofredo, rei dinamarquês: 525-526
Golein (Jean): 606
Gondebaldo, rei burgúndio: 20
Gontran, rei da Borgonha: 78
Goslar (Baixa Saxônia, Alemanha): 459
Gótia: 236, 391
Gotland (Ilha, Suécia): 353
Gourgaud (Gaspard, barão): 633
Grã-Bretanha: 56, 350
Grado (Itália): 518
Granada (Espanha): 231
Grand-Saint-Bernard: 101, 179
Grandes crônicas da França: 605, 609, 619
Grécia: 58, 212, 239, 554
Gregório de Tours, bispo de Tours: 37, 87, 127, 328, 402, 606, 641; *História dos francos*: 127
Gregório, duque de Campânia: 177
Gregório I, o Grande, papa: 12, 111, 366, 376, 380, 404, 411, 437
Gregório II, papa: 61, 116
Gregório III, papa: 36, 59, 61, 117
Grifon, filho de Carlos Martel: 21, 33, 34-35, 51, 55-56, 200, 206, 246, 287, 568
Grimoaldo, filho de Arichis: 193-195
Grimoaldo, filho de Pepino I: 25-26
Grimoaldo, filho de Pepino II: 29, 31
Grimoaldo ou Childeberto, o Adotado: 26
Grisões: 351
Groninga: 459
Guiart (Guillaume), *Ramos das reais linhagens*: 614
Guilherme, dito de Gellone, conde de Toulouse, também chamado Guilherme de Orange: 52, 217, 232-233, 248, 261, 275, 356, 568-569, 572, 574, 589
Guilherme IX da Aquitânia: 551
Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia, rei da Inglaterra: 575

Guillaume le Breton, capelão real: 604, 605, 611, 613, 622; *Philippide*: 604
Guiraut de Cabrera, *Cabrar Joglar*: 585
Guizot (François), *Curso de História Moderna*: 644
Gundrade, irmã de Adalardo: 424
Guy de Borgonha: 141, 587
Guyenne (França): 607

Hainaut: 119, 601
Haitabu, ou Haitaby: *ver* Hedeby
Halberstadt (Baviera, Alemanha): 137, 596
Halle (Saxe-Anhalt, Alemanha): 224, 596
Hamburgo (Alemanha): 224, 352
Hamwic (Hampshire, Grã-Bretanha): 100-101
Hardrade, conde: 238, 334
Harun al-Rachid: 83, 514, 528-529, 543
Hastings (batalha de): 575, 588
Hatton, arcebispo de Mainz: 560
Hautvillers (Marne): 417
Hedeby (Schleswig-Holstein, Alemanha): 352
Helgaud, conde: 515-516
Helgö (Suécia): 352
Hélinand de Froidmont: 622
Hemming, rei dinamarquês: 277, 526
Henrique de Susa, dito Hostiensis, canonista: 595
Henrique I, rei da França: 263
Henrique I, rei da Germânia: 599
Henrique II, rei da França: 616
Henrique II, rei da Inglaterra: 575, 592, 599
Henrique III, rei da França: 509, 615
Henrique IV, rei da França: 74, 599, 615-616, 633
Henrique VI, rei da Inglaterra: 564
Henrique VII, imperador: 564, 619
Heráclio, imperador: 474
Herbert II, conde de Vermandois: 599
Herbert IV, conde de Vermandois: 599
Heriberto ou Cariberto, conde de Autun: 134
Hersfeld (Baviera, Alemanha): 151, 333, 564
Herstal (prov. Liège, Bélgica): 26, 28, 38, 46, 54, 81, 89, 94, 99, 112, 134, 238, 242, 247, 256-257, 260, 262, 284, 289, 294, 300-301, 306-307, 386, 401, 405
Herstal (capitular de): 81, 89, 99, 242, 289, 294, 300-301, 306, 386
Hessen: 117, 131, 208, 217-218
Hiera (concílio de): 359, 367
Hilário (santo): 122, 494
Hildebaldo, arcebispo de Colônia: 249, 424, 434-435, 449, 484-485, 532
Hildebrando: *ver* Childebrando
Hildegarda, esposa de Carlos Magno: 155-156, 207, 217, 245, 476, 596
Hildesheim (Alemanha): 417, 563
Hilduíno, abade de Saint-Denis: 130
Hiltrude, irmã de Pepino, o Breve: 206
Himiltrude, esposa de Carlos Magno: 155, 176, 238
Hincmar, arcebispo de Heims: 252, 436, 560, 568
Hipona (atualmente Anaba, Argélia): 58, 120
Hisham, filho de Abd al-Rahman al Daklil: 230, 233
História de Carlos Magno e de Rolando: 609
Höhbeck (Schleswig-Holstein, Alemanha): 169
Hollingstedt (Schleswig-Holstein, Alemanha): 353
Holstein: 207, 351
Homero: 246, 414, 418, 423, 439
Horácio: 109, 406-407, 422, 423, 426, 439
Huesca (Espanha): 201, 210, 213, 216, 232, 235
Hugo Capeto, rei da França: 285, 559, 562, 599, 602, 648
Hugo, conde de Tours: 519
Hugo de França, filho de Henrique I: 599, 635
Hugo, o Grande, duque de França: 559, 602
Hugo (Victor): 136, 200, 631, 644; *Arte de ser avô, A*: 136, 685; *Lenda dos séculos, A*: 644; *Reno, O*: 644
Hugoberto, conde palatino: 29, 134
Huisne (rio): 66
Hunaldo, duque da Aquitânia: 51-52, 200-201
Hunaldo II, duque da Aquitânia: 131
Hungria: 225, 597
Huon de Bordéus: 198

Ibañeta (desfiladeiro de): 214
Ibn al-Arabi: 213, 214
Ibrahim, emir de Kairouan: 530
Ilanz (Grisões, Suíça): 351-352
Imma, filha presumida de Carlos Magno: 566, 586
Índia: 352

Infâncias de Carlos Magno: 569, 583
Infâncias de Guilherme: 232
Infâncias de Rolando: 583
Ingeburge da Dinamarca, esposa de Filipe Augusto: 603
Ingelheim (Renânia-Palatinado, Alemanha): 194, 334, 460-461
Ingelheim (assembléia de): 206
Inglaterra: 24, 44, 56-57, 101, 104, 112, 393-394, 396, 398, 412, 414, 429, 432, 510, 524-525, 550-551, 587, 592, 599, 607, 635, 638
Ingres: 630-631
Inocêncio III, papa: 553, 595, 618
Inocêncio IV, papa: 547
Irã: 209
Irene, imperatriz: 12, 62, 191-195, 472, 474, 481, 484, 487, 512, 514-517
Irlanda: 26, 101, 393, 396, 398, 403, 405, 414, 432, 461, 510, 524, 543, 550
Irlanda (mar da): 398, 524
Irmingarde, imperatriz: 507
Irminon, abade de Saint-Germain-des-Prés: 64-66, 68-70, 103, 145, 324, 340, 532
Irminsul, divindade dos saxões: 208, 328, 642
Isaac, exarca de Ravena: 60
Isaac, mensageiro judeu: 83, 528-529
Isabela de Portugal, duquesa de Borgonha: 596
Isabelle de Hainaut, esposa de Filipe Augusto: 601
Isidoro de Sevilha, bispo de Sevilha, *Etimologias*: 37-38, 126, 153, 341, 361-362, 395, 400, 402, 404, 437, 468, 470
Ístria: 188, 195, 227-228, 475, 514
Itália: 20, 35, 40-41, 47, 54-61, 76, 86, 91-92, 97, 103, 116, 131-133, 142, 147-148, 155-156, 158-159, 171, 173-174, 178, 180-181, 184-185, 187-192, 194-195, 201, 206, 208, 218, 226-228, 230, 238-239, 246, 249, 256, 259, 263, 265-266, 272, 279, 281-282, 287-288, 292, 298-299, 302, 316, 318, 331, 339, 346, 348, 354, 371, 382, 385, 388, 393-396, 398, 404-405, 410-411, 414-415, 424, 429, 431-432, 434, 437, 441-442, 445, 451-452, 458, 461-463, 468, 473, 475-476, 484, 487, 491-492, 501-505, 518, 520, 528, 530, 532, 542-543, 545-547, 549-551, 558, 564, 570, 572, 574, 577, 583-585, 599, 621-622, 638-639
Ithier, chanceler: 187, 248-249, 253, 255
Jaca (Espanha): 210
Jaime (são): 618
Jarrow (Grã-Bretanha): 398, 400
Jean, arcebispo de Aix-en-Provence: 235
Jeremias (Livro de): 435
Jeremias, arcebispo de Sens: 435
Jerônimo (são): 250, 376, 408, 410, 424, 435, 449, 464; *Comentário sobre o livro de Jeremias*: 435
Jerônimo de Urrea, *Orlando enamorado*: 585
Jerusalém: 24, 47, 132, 148-149, 152, 255, 307, 309, 371, 407, 424, 445, 447, 456, 517, 528-529, 562, 571, 620
Jessé, bispo de Amiens: 515
Jesta de Carlon: 585
Joana d'Arc: 646
João, abade de Ravena: 379
João, arquichantre: 398
João Batista (são): 182, 386, 607, 617-618
João de Luxemburgo, rei da Boêmia: 597
João, logóteta: 195
João (são): 123, 182, 266, 437, 494
João VII, papa: 441
João XII, papa: 561
João XXII, papa: 112, 564
Jordão (rio): 463
Joseph, o Escoto, monge: 414
Jouarre (Seine-et-Marne): 115, 404, 441
Jourdan, general: 624-625
Judicael, rei de Domnonée: 56
Juízes (Livro dos): 236, 319
Júlia, filha de Tito: 617
Juliano, arcebispo de Toledo: 429
Juliano, imperador: 515
Jülich (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 626
Jumièges (Seine-Maritime): 114-115, 206
Jupille (prov. Liège, Bélgica): 257
Jura: 41, 107, 263, 293, 445
Justiniano, imperador: 58, 125, 317, 468, 497, 601; *Código de Justiniano*: 125, 317; *Digesto*: 601
Justino, imperador: 226
Juvenal, poeta: 406
Kairouan (Tunísia): 530
Kalmar (Suécia): 353
Karl der Grosse: 584
Karl Mainet: 584
Karlamagnus Saga: 584
Katschhof (Alemanha): 462

Kattegat: 353
Kellermann (François), marechal: 629
Kempten (Baviera, Alemanha): 596
Kent: 101, 350, 396
Kiel (canal de): 353
Killien, monge: 116
Konrad (O padre), *Ruolantes Liet*: 583
Krinkberg (Schleswig-Holtein, Alemanha): 351-352
Kroum: 229
La Chesnaye des Bois, *Dicionário da nobreza*: 637
La Morlière (Adrien de), cônego: 636
La Roche-Guyon (Val d'Oise): 106
Lamartine (Alphonse de), *História dos Girondinos*: 644
Langres (Haute-Marne): 51, 576
Languedoc: 50, 91, 200, 203, 279, 557, 574
Lantfrido, duque dos alamanos: 54
Laon (Aisne): 34, 130, 134, 174, 257, 344, 403-404
Las Cases (Emmanuel de): 633
Lauda Sion: 263
Laudes: 370, 488, 492-494
Laudes carolíngias: 132, 605
Laudes reais de Soissons: 107
Layon (Maine-et-Loire): 534
Le Charpentier (Jean), feudista: 636
Leão, arcebispo de Ravena: 189, 452, 533, 546
Leão, patrício: 515
Leão, reino bretão: 56, 211, 236
Leão I, imperador: 492
Leão I, o Grande, papa: 403, 467
Leão III, o Isáurico, imperador: 59, 61, 359
Leão III, papa: 136, 196, 207, 321, 335, 371-372, 380, 406, 477-478, 481-482, 484-490, 492-493, 499, 501, 506, 518, 527, 533, 550, 593, 639
Leão IV, imperador: 62, 191, 239, 517
Leão V, imperador: 516
Lebrun (Charles-François), tesoureiro-mor do Império: 629-630
Lech (rio): 54, 206
Lechfeld (Baviera, Alemanha): 561
Lectoure (Gers): 201
Lefebvre (François), marechal: 629
Léger, bispo de Autun: 87, 126, 128, 248
Leidrade, arcebispo de Lyon: 291, 384, 421, 449, 532, 643
Leipzig (Alemanha): 464
Léman (lago): 107
Leptiness: *ver* Estinnes
Lérida (Espanha): 233
Lérins (ilha de, Alpes Marítimos): 114, 389, 429
Lesbos (ilha de, Grécia): 516
Lescot (Richard), monge de Saint-Denis: 23, 618
Leuthard, conde de Fezensac e de Paris: 286-287
Liber pontificalis: 178, 183-184, 400, 439, 492-494, 509, 512, 539-540, 545
Libri carolini: 139, 367, 409, 413, 470, 472-474, 476
Liebana (Espanha): 437
Liège (Bélgica): 25, 29, 107, 259, 263, 321, 459, 536, 593, 624
Ligugé (Vienna): 94, 114
Ligúria: 58
Limoges (Haute-Vienne): 197, 202, 352, 576, 621
Limusino: 110, 198
Lindisfarne (Grã-Bretanha): 360, 398, 524
Lippe (rio): 207-208
Lippspringe (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 260
Lippspringe (assembléia de): 226
Lisboa (Portugal): 211
Lisieux (Calvados): 114
Lismore (Irlanda): 396
Liudger, bispo de Münster: 358
Liutberge, filha do rei Didier: 176, 195, 206
Liutgarde, esposa de Carlos Magno: 155, 423
Liutprando, rei dos lombardos: 59, 61, 359
Livro da história dos francos: 42
Llobregat (Espanha): 235
Lobo, duque da Aquitânia: 198
Lobo, duque da Gascônia: 201-203, 211
Loing (rio): 64
Loire (rio): 21, 23, 32, 34, 46, 50, 71, 98, 107, 109, 115, 124, 144, 167, 198, 200, 280, 285, 293, 328, 366, 390, 403, 413, 422, 435, 437, 527, 534, 548, 558, 562
Lombardia: 91, 132, 217, 227, 324, 358, 364, 394-395, 462, 502
Lomello (o conde de): 535, 563
Londres (Grã-Bretanha): 101, 464
Longlier (Luxemburgo): 260
Lorsch (Hessen, Alemanha): 151, 180, 217, 227, 270, 333, 424, 429, 435-437, 439-440, 443, 445, 448, 464, 474, 482, 488, 491, 499, 512, 596

Lotaríngia: 263, 560-561
Lotário, filho de Carlos Magno: 155, 247, 263, 405, 434, 436, 507, 551, 558, 560, 601
Louis Le Laboureur, *Carlos Magno*: 639
Lovaina (Louvain, Bélgica): 459
Lucano, poeta: 416
Lucas (são): 625
Lucca (Itália): 348
Lucrécio, *De natura rerum*: 409
Luís I, o Piedoso, imperador: 84, 121, 130, 132, 135, 137, 142, 145, 147-148, 155-156, 168, 190, 216-218, 231, 233, 235, 246-248, 250, 255-256, 261, 267, 269, 274-275, 279, 286-288, 293-294, 297, 299-301, 304, 315, 335, 350, 355, 374, 388, 391, 414-418, 422, 426, 431, 434, 438, 440, 460-461, 475-476, 492, 502-504, 506-507, 513, 520-521, 524, 527, 532-534, 537, 540, 541, 543-545, 548, 551, 558-559, 562, 564, 586, 593-594, 598, 601-607, 610-611, 613, 615-616, 621, 635-636, 643-644, 646
Luís, abade de Saint-Denis: 142
Luís da Baviera, imperador: 564-565, 595
Luís de Anjou, irmão de Carlos V: 618
Luís Filipe, rei dos franceses: 633
Luís Gonzaga (são): 646
Luís II, imperador: 507
Luís III, rei da França: 559
Luís IX, rei da França: 376, 493, 601, 603, 605
Luís, o Germânico, rei da Germânia: 109-110, 417, 436, 559-560, 568
Luís, o Infante, rei da Germânia: 560
Luís VI, rei da França: 41, 602, 604, 609-610, 612, 618
Luís VII, rei da França: 599, 602, 610
Luís VIII, rei da França: 601, 602, 604, 613
Luís XI, rei da França: 593, 607-608, 616, 622
Luís XII, rei da França: 616
Luís XIII, rei da França: 630, 633, 637
Luís XIV, rei da França: 345, 635, 638-639; *Memórias para a instrução do Delfim*: 638
Luís XV, rei da França: 616, 630
Luís XVI, rei da França: 605, 615, 624, 640
Luís XVIII, rei da França: 631
Lulo (São): 564
Lusácia: 224
Lutécia: *ver* Paris
Luxemburgo: 565, 595, 597, 624
Luxeuil (Haute-Saône): 51, 115, 390, 432
Lyon (Ródano): 82, 91-92, 96, 98, 113-114, 279, 281, 291, 344, 348, 352, 369, 384, 403, 416, 421, 436, 449, 593, 627, 643
Lyon (concílio de): 80

Maastricht (Países Baixos): 97, 98, 100, 107, 460, 624
Mabillon (dom Jean): 639
Mably (Gabriel Bonnot de): 639
Mâcon (Saône-et-Loire): 83, 113
Madalgaud, comerciante: 354
Madelgarde, concubina de Carlos Magno: 156
Magdeburgo (Saxe-Anhalt, Alemanha): 224, 352, 354
Maginard, chefe da Chancelaria: 249
Magnefred, camarista: 227
Magreb: 51, 94, 99, 351, 468, 510
Maguelone (Hérault): 218
Mälar (lago, Suécia): 352
Malesherbes (Guillaume de Lamoignon de): 640
Malines (Bélgica): 624
Malmédy (Bélgica): 115
Malmesbury (Grã-Bretanha): 396, 398
Malo, abade: 115
Manassés de Gournay, arcebispo de Reims: 576
Mancha (mar): 21, 100, 107, 279, 327, 360, 414, 486, 523, 527, 585
Manglieu (Puy-de-Dôme): 128
Mans (Le, Sarthe): 35, 94, 113, 129, 246, 279, 287, 576
Mântua (Itália): 279, 364
Mântua (capitular de): 302
Manuel, imperador: 615
Maomé: 14, 93, 100, 520, 587
Marcelino (São): 540, 586
Marchangy (Louis-Antoine de), *Gália poética*: 640
Marche: 110
Marcial, poeta: 406
Marciano, imperador: 497
Marco Aurélio, imperador: 254, 536
Marcos (São): 380, 426, 482, 518
Marculfo, monge: 402
Margarida de York, duquesa de Borgonha: 608
Marius Victorinus, *Gramática*: 429
Marmoutier (Inde-et-Loire): 66, 114
Marne (rio): 21, 66, 144, 257, 260, 279, 321

Marselha (Bouches-du-Rhône): 52, 83, 91-92, 94, 98, 101, 103-104, 114, 279, 352, 389, 529
Marsílio de Pádua: 213, 547, 569, 578-579
Martianus Capella, *Núpcias de Filologia e de Mercúrio*: 399
Martin, duque de Austrásia: 26
Martinho (São): 114, 144, 256, 390, 440, 459, 486, 494
Martinho I, papa: 60, 469
Marwan al-Himar II: 209
Mas-d'Azil (Le, Ariège): 585
Mateus Paris, monge: 604
Maurdramne, abade de Corbie: 431-432, 435
Maurício (São): 445
Maurienne (vale da): 58
Mazarino (Júlio), cardeal: 636
Mazerolles (Filipe de), *Retábulo do Parlamento de Paris*: 607
Meaux (Seine-et-Marne): 34, 82, 114, 403, 435, 638
Meaux (concílio de): 82
Médicis (Lourenço de): 584
Mediterrâneo (mar): 20, 21, 50, 93-94, 98-100, 200, 351, 511, 527
Meersen (Países Baixos): 263, 559
Megenfried, camareiro: 423
Melle (Deux-Sèvres): 95, 346
Mellebaude, abade: 441
Melun (Seine-et-Maine): 29
Meno (rio): 118, 142, 207, 260, 279, 322, 356, 366, 367, 416, 449, 528, 583, 586
Mentana (Itália): 487
Mércia: 44, 56, 101, 255, 414, 525
Meroveu: 17, 29, 37
Merseburg (Saxe-Anhalt, Alemanha): 563, 583
Metten (Baviera, Alemanha): 137
Mettlach (Sarre, Alemanha): 459
Metz (Mosela): 23, 25, 38, 41, 46, 87, 92, 97, 101, 107, 119-120, 131, 152, 156, 212, 217, 227, 248, 260, 378, 381, 411, 417, 422, 436, 440, 449-450, 452-453, 497, 541, 596, 641
Michelet (Jules), *História da França*: 641-644
Miguel (São), arcanjo: 364-365, 445, 464, 494, 588, 593
Miguel I Rangabé, imperador: 519-520, 528
Miguel IX Paleólogo, imperador: 45
Mil e uma noites (As): 529
Milagres de Nossa Senhora (Os): 602
Milagres de são Genésio: 476
Milão (Itália): 57, 92, 190, 279, 395, 442, 458, 497
Milon, conde: 199-200, 231-232, 248, 583
Minden (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 223
Minervois: 199
Modoíno, bispo de Autun: 416, 418, 423, 438
Mogúncia (Mainz, Renânia-Palatinado, Alemanha): 70, 96, 112, 117-118, 260, 266, 296, 344-345, 352, 355, 364, 374, 380, 390, 426, 436, 443, 460, 486-487, 553, 560-561, 625-626
Mogúncia (concílio de): 374, 380, 486-487
Moissac (Tarne): 115, 269, 440, 527, 540
Mondsee (Alemanha): 435
Moniage Guillaume (Le): 569
Monnet (Jean): 648
Mons-en-Pévèle (Nord): 614
Montdidier (Mosela): 106
Monte Cassino (Itália): 35-36, 343, 379, 389, 391, 394, 410, 411
Monte Ceniso (desfiladeiro do): 101, 179
Montfaucon (dom Bernard de), *Monumentos da monarquia francesa*: 628-629
Montmorillon (Vienne, França): 459
Montreuil (Jean de), humanista: 618
Monumenta Germaniae Historica: 644
Monza (Itália): 394, 435, 437
Mosa (rio): 25, 50, 71, 76, 97, 101, 103, 107, 111, 145, 257, 259-260, 279, 321-322, 449, 459, 562, 593, 624
Mosela (rio): 21, 71, 100, 103, 107, 111, 260, 267, 528, 558, 624
Moussais (Vienne, França): 51
Muizen (Brabant, Bélgica): 459
Mulinheim (Hessen, Alemanha): 586
Munique (Baviera, Alemanha): 137, 595
Münster (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 151, 207, 358, 459, 564, 596
Munuza: 199
Murbach (Alto Reno): 404

Naimes (O duque): 141, 577, 579
Namur (Bélgica): 101, 624
Nantes (Loire-Atlantique): 50, 56, 101, 113
Nantilde, esposa de Dagoberto: 24, 46
Napoleão I, imperador dos franceses: 12, 15, 513, 624-634, 640-641, 646; *Memorial de Santa Helena*: 633
Napoleão III, imperador dos franceses: 508, 641

Nápoles (Itália): 192, 572
Narbonesa: 19, 91
Narbonnais (Les): 232
Narbonne (Aude): 19, 51-52, 96, 98, 197-200, 214, 230, 232, 279, 608, 644
Navarra: 211, 213, 231, 233, 236
Negro (mar): 99, 100, 352
Nero, imperador: 183, 257, 409, 482, 640
Néry (Oise): 31
Nestório, patriarca de Constantinopla: 368
Nêustria: 18, 20-21, 23-26, 28-29, 31-32, 34-35, 46, 50, 52, 110, 126, 130, 131, 144-145, 147, 167, 257, 260, 284-285, 293, 303, 321, 374, 378, 403, 501, 524, 528, 659
Nevers (Nièvre): 113, 257, 449-450
Nibelungo, conde de Melun: 29, 127
Nicéforo I, imperador: 516-517, 519, 528
Nicéia (primeiro concílio de): 19, 360, 365, 368, 377
Nicéia (segundo concílio de): 191-192, 359-360, 366-367, 377, 471, 517
Nicolau de Verona, *Tomada de Pamplona (A)*: 584
Nicomédia (atualmente Izmit, Turquia): 57
Niederaltaich (Baviera, Alemanha): 151
Nietap (Países Baixos): 97
Nimega (Nijmegen, Países Baixos): 77, 97-98, 242, 259-260, 262, 266-267, 273, 354, 459, 460, 501
Nimega (capitular de): 77, 242, 266, 273, 354, 501
Nîmes (Gand): 19, 51-52, 199
Nitardo, filho de Angilberto: 133, 142, 416, 503, 505, 544, 643
Nitot (Étienne), ourives: 629
Nogaret (Guillaume de), chanceler: 547
Nogent-le-Rotrou (Eure-et-Loir): 106
Noirmoutier (Vendéia): 101, 115, 246
Nonantola (Itália): 152, 394
Nonette (rio): 66
Norberto, filho de Pepino II: 28
Nordalbíngia: 224
Normandia: 64, 66, 101, 103, 125, 131, 279, 288, 551, 575
Norte (mar do): 13, 21, 34, 74, 98, 100, 107, 117, 224, 263, 327, 348, 351-353, 406, 523, 525, 527, 558
Nortúmbria: 360, 398, 524, 525
Noruega: 101, 352
Notker, o Gago, monge de Saint-Gall: 250, 420, 544, 545, 566; *Gesta Karoli Magni imperatoris*: 544, 566
Novalesa (Itália): 535, 546
Novelas: 125
Novumpopulânia: 32, 50, 201
Noyon (Aisne): 87, 130, 131, 559, 603
Numana (Itália): 173
Nurembergue (Baviera, Alemanha): 356, 597
Nurthling (Grã-Bretanha): 398

Oder (rio): 224, 352
Odilberto, arcebispo de Milão: 497
Odilon, duque da Baviera: 55, 117, 206, 359
Odoacro, general romano: 57, 409, 468
Odon ou Eudes, monge: 453
Oduíno, padre: 382
Offa, rei de Mércia: 44, 56-57, 101, 414, 525
Ogier, o Dinamarquês: 178
Oise (rio): 21, 143, 144, 257, 260, 321, 322
Öland (Suécia): 353
Olivier: 141, 462, 570-571, 573, 575, 577, 579-581, 583, 588, 589, 596, 604, 644, 646-647
Oloron (Pirineus Atlânticos): 112
Orange (Vaucluse): 568
Orbieu (rio): 232, 356
Ordonnances des rois de France de la troisième race: 634
Orléans (Loiret): 34-35, 41, 51, 91, 94, 113, 130, 257, 259, 279, 291, 413, 421, 435, 480, 505, 534, 559-560, 576, 614
Osma (Espanha): 369
Osnabrück (Baixa Saxônia, Alemanha): 207, 596
Ostfália: 208, 223
Óstia (Itália): 41, 171, 179, 182, 564
Osulfo, monge: 413, 425
Oto I, imperador: 561-563, 595
Oto II, imperador: 561
Oto III, imperador: 434, 535-536, 562-563, 595, 618
Ottmarsheim (Alto Reno): 459
Ouen, bispo de Ruão: 87, 248, 402
Ovídio: 403, 416, 418, 423, 439
Oviedo (Espanha): 211
Oxford (Grã-Bretanha): 464, 575

Paderborn (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 191, 208-210, 218, 256, 260-261, 266, 320, 331, 444, 459-460, 472, 479, 482, 484-485, 505-506, 596

Paderborn (O Anônimo de): 438
Pádua (Itália): 547
Paixão de Santa Fé: 128
Palaiseau (Essonne): 72, 82, 342
Palestina: 528
Pamplona (Espanha): 201-203, 210-214, 217, 233, 235-236, 575, 584, 593
Panônia: 206, 226-227, 229-230, 287, 475
Paris: 23, 34, 59, 82, 92-94, 96, 98, 101, 103-104, 113-114, 130-131, 145, 259, 514, 534, 559, 564, 576, 585, 593, 595, 604-605, 607-610, 617, 622-627, 630-631, 633, 641, 645, 647, 656
Paris (concílio de): 82, 514
Paris (Gaston), *História poética de Carlos Magno*: 12, 645-646
Parma (Itália): 400-401, 406, 412
Pascoal I, papa: 442, 507, 592
Pascoal III, antipapa: 591, 598
Pascoal, primicério: 481-482
Passau (Baviera, Alemanha): 118
Pau (rio): 257
Paulino, arcebispo de Aquiléia: 151-152, 248, 250, 362, 365-366, 371, 375, 405-406, 411, 424, 479, 505, 510, 518; *Regra de fé*: 411
Paulo, o Diácono, também chamado de Paulo, o Gramático: 190, 379, 394-395, 406, 408, 410-411, 426, 438-440, 505, 541, 546, 567, 596; *Arte de Donato (A)*: 411; *História da Igreja de Metz*: 411; *História dos bispos de Metz*: 440, 541; *História dos lombardos*: 411, 440; *História romana*: 411; *Sobre o significado das palavras*: 411
Paulo I, papa: 62, 173, 176, 393
Paulo, jurisconsulto romano: 125, 303
Paulo (São): 150, 182-184, 268, 365, 442, 494-495; *Epístola aos hebreus*: 365
Pavia (Itália): 58, 92, 98, 103, 155, 170, 173, 179-181, 183-184, 190, 194, 262, 279, 328, 394-395, 405, 410, 414-415, 433, 505, 529, 535, 542, 545, 583
Pedro de Pisa, chamado de Pedro, o Arcediago: 246, 250, 406, 410, 415, 420, 438
Pentápole (Itália): 173, 178, 180
Pentateuco Ashburnham: 403
Pepino, conde de Vermandois: 599
Pepino da Aquitânia: 571
Pepino, rei da Itália, filho de Carlos Magno: 130, 132, 147, 148, 151, 155-156, 173-174
Pepino I, chamado de O Velho ou De Landen, prefeito do Palácio: 25-26, 30, 38, 54
Pepino II, chamado de O Moço ou De Herstal, prefeito do Palácio: 26, 28-31, 38, 46, 54, 94, 112, 134, 284, 401, 405
Pepino III, chamado de O Breve, prefeito do Palácio, depois rei dos francos: 17, 21, 25-26, 28, 30-31, 33-39, 41-47, 49, 51-52, 54-56, 59, 62, 76, 84, 87-90, 92, 96, 106-107, 113, 117, 119-120, 123, 126-127, 129-135, 145, 157, 159, 163, 171, 173-174, 177, 190, 198, 200, 203, 210, 212, 219, 226, 232, 245, 248, 252-253, 257, 260, 266, 284, 305, 318, 329, 343, 351, 357, 359, 377, 387, 393, 395, 401-402, 409, 443, 450, 459, 471, 475, 499, 510, 542-543, 548, 560, 569, 608, 619, 634, 638, 645
Pepino, o Corcunda, filho de Carlos Magno: 14, 132, 155, 176, 228, 238, 308, 334
Perche: 66
Peregrinação de Carlos Magno: 609
Pérignon (Dominique), marechal: 629
Périgord: 635
Périgueux (Dordonha): 197-198, 608, 623
Péronne (Somme): 608
Pérsia: 474
Perúgia (Itália): 173
Pföring (Baviera, Alemanha): 206
Picardia: 63, 131
Pierre Charlot, filho ilegítimo de Filipe Augusto: 603
Pierre de Blois, clérigo: 599
Píndaro, poeta: 423, 426, 439
Pio VII, papa: 627, 633
Pirineus: 19, 21, 32, 50-52, 131, 159, 167, 169, 200-203, 209-212, 214-215, 231, 233, 235, 266, 279, 306, 327, 355, 531, 543, 554, 567, 569, 575
Pirmino, monge: 117
Pisa (Itália): 246, 250, 406, 410, 415, 420, 438, 529
Pisan (Cristina de), *História de Carlos V*: 607
Plassac (Gironda): 104
Platão: 303
Plectrude, esposa de Pepino II: 29-31, 134, 232
Plínio, o Velho, *História natural*: 341, 405, 412, 426
Pó (rio): 103, 173, 394, 518
Poema sobre Luís, o Piedoso: 418, 544

Poitiers (Vienne, França): 19, 34, 44, 51, 94, 96, 104, 114, 169, 197-199, 209, 213, 218, 288, 344, 441, 458, 606
Poitou: 75, 95, 103, 128, 131, 279, 346, 459, 621
Pompeu: 239
Ponell (rio): 257
Pontião (Marne): 13, 41, 173, 184-185, 257, 322, 472
Pontifical romano: 553
Portalis (Jean-Étienne), conselheiro de Estado: 627, 632
Portugal: 524, 596
Pourtalet (desfiladeiro do): 210
Praga (República Tcheca): 459
Pravia (Espanha): 211
Primat, monge, *Romance dos reis*: 603
Prinkipô (ilha de, Turquia): 517
Provença: 20, 24, 32, 50, 52, 57-59, 91, 131, 265, 279, 281, 328, 374, 403, 413, 475, 502
Prudêncio, poeta: 424
Prüm (Renânia-Palatinado, Alemanha): 71, 151, 155, 174, 238, 388
Pseudo-Fredegário: 130, 474, 541
Pseudo-Turpino: *ver* Crônica do Pseudo-Turpino
Puglia (Itália): 192
Pulci (Luigi), *O gigante Morgante*: 584
Puy (Le, Haute-Loire): 112, 197

Quentovic (cant. Étaples, Pas-de-Calais): 96, 101, 103, 328, 344
Quierzy (Aisne): 131, 147, 171, 257, 260, 262
Quinault (Filipe), *Rolando furioso*: 585

Raba (rio): 227
Rábano Mauro, abade de Fulda: 416, 418
Radegunda (Santa): 114
Rado, chanceler e abade de Saint-Vaast d'Arras: 253
Rainald de Dassel, arcebispo de Colônia: 592
Rainfroi, prefeito do Palácio da Nêustria: 31-32, 94, 569
Rampon, conde: 534
Rashi, sábio judeu: 83
Ratchis, rei dos lombardos: 410
Ratgar, monge arquiteto: 444
Rathellsigi (Irlanda): 398
Ratisbona (Regensburg, Baviera, Alemanha): 54, 118, 142, 151, 260, 334, 352, 354, 356, 369, 420, 436, 458, 460, 620
Ratisbona (concílio de): 226, 369
Raul, rei da França: 559
Raul de Vermandois, senescal: 599-600
Ravena (Itália): 57-61, 92, 103, 171, 173, 189, 195, 279, 379, 406, 430, 441, 447, 452, 455-456, 458, 461, 468, 487, 491, 506, 508, 533, 546
Recaredo, rei dos visigodos: 43
Recesvinto, rei dos visigodos: 319
Recueil général des anciennes lois françaises depuis l'an 420: 644
Régine ou Reine, concubina de Carlos Magno: 156
Regnitz (rio): 356
Reichenau (Bade-Würterberg, Alemanha): 117, 404, 411, 431, 435, 444, 446, 476, 543, 562
Reims (Marne): 18-19, 28, 34, 41, 87, 92-94, 101, 112-113, 118, 131, 149, 252, 279, 344, 374, 390, 417, 436, 463, 559, 563-564, 567-568, 576, 598, 601, 607, 609-611, 616, 625-627
Reims (concílio de): 576
Remígio, bispo de Reims (santo): 18-19, 87, 619
Remiremont (Vosges): 115
Renânia: 50, 101, 147, 148, 263, 285, 353, 426, 437, 506, 594
Renaud de Montauban: 589
Rennes (Ille-et-Vilaine): 56, 113
Reno (rio): 11, 18, 21, 23, 29, 35, 50, 53-54, 56, 71, 76, 97, 100, 103, 106-107, 110-112, 131, 145, 159, 167, 190, 207, 214, 257, 259-260, 267, 280, 293, 321-322, 352, 355-356, 459, 506, 519, 525, 527-528, 543, 558, 562, 624, 643-645
Rhens (Renânia-Palatinado, Alemanha): 565
Rialto (Veneza, Itália): 518
Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra: 551
Ricbod, abade de Lorsch e arcebispo de Trier: 424, 439, 499
Richelieu (Armand-Jean du Pleiss, cardeal de), *Testamento político*: 634-635
Riculfo, clérigo: 490
Rieti (Itália): 180
Riga (Letônia): 352
Rigord, monge de Saint-Denis, *Gesta Philippi Augusti*: 603
Rimini (Itália): 173
Rimini (concílio de): 368
Ripon (Grã-Bretanha): 398
Risbach (concílio de, Baviera, Alemanha): 420

Roberto I, rei da França: 559, 562, 599-600
Roberto II, o Piedoso, rei da França: 559, 599-600
Roberto, o Forte, conde: 285, 600, 602
Rochet (Louis), escultor: 647
Ródano (rio): 18, 76, 91, 97, 103, 198, 527
Rodez (Aveyron): 197
Rodoaldo, duque de Friuli: 189-190, 542
Rodolfo, conde: 155
Roelantslied: 583
Roer (rio): 624
Rolando, conde da marca da Bretanha: 12, 56, 109, 140-141, 159, 212-216, 232, 247-248, 251, 287, 462, 546, 548, 558, 566-567, 569-589, 596, 602, 604, 609, 611, 617, 620-621, 640-641, 644-647
Roma: 13, 20, 33, 35-36, 40-41, 44-45, 50, 57-62, 65, 91-92, 94, 112, 120, 123, 128, 136, 139, 147-148, 155-156, 171, 173-174, 176-179, 181-185, 187-191, 194, 196, 207, 218, 229, 239-240, 246, 255, 261-263, 266, 279-280, 301, 305, 360, 370-372, 375-379, 381, 389, 393-396, 398, 400-401, 403-407, 409, 412, 414-415, 433, 436, 439, 441-444, 446-447, 449, 456, 458, 461, 464, 467-470, 472-475, 477-482, 484-487, 489-491, 493, 497-499, 504-509, 511-513, 515, 520, 527, 529, 533, 536-537, 539-540, 546, 549-550, 560-562, 564-565, 569, 571, 584, 586, 591, 597, 605-606, 609-610, 612, 619, 622, 625-626, 639
Roma (concílio de): 185
Romainmôtier (cantão de Vaud, Suíça): 41
Roman de Rou: 575
Romênia: 225
Romualdo, filho de Arichis: 193-194
Rômulo Augústulo, imperador: 57, 409, 468
Roncesvales (desfiladeiro de): 8, 34, 101, 141-142, 145, 165, 203, 210, 213-214, 216-217, 219, 230, 248, 279, 306, 567-569, 572, 575, 580, 583-586, 589, 611, 643, 648
Rotrude, filha de Carlos Magno: 142, 191, 193, 246, 424
Rotta di Roncisvalle: 584
Rouergue: 403
Ruão (Seine-Maritime): 87, 94, 100-101, 112-114, 117-118, 288, 344, 378, 608, 623
Ruão (concílio de): 113-114
Rússia: 353, 524
Rústico, diácono: 443
Saale (rio): 224
Sabina (Itália): 188
Sacramentário de Adriano: 379
Sacramentário de Drogon: 436
Sacramentário de Gellone: 434
Sacramentário gelasiano: 376, 378-379
Sacramentário gregoriano: 376, 378-379
Saga af Runzivals Bardaga: 584
Saint-Amand (atualmente Saint-Amand-les-Eaux, Nord): 71, 115, 127, 207, 431-432, 435, 439
Saint-Benoît-sur-Loire ou Fleury (Loiret): 77, 115, 366, 403, 408, 413, 422, 431, 435, 458, 576
Saint-Bertin: *ver* Saint-Omer
Saint-Cloud (Hauts-de-Seine): 626
Saint-Denis (Seine-Saint-Denis): 17, 23, 37, 39, 41-43, 46, 74, 87, 94, 98, 101, 103, 114, 125, 127, 129, 131, 135, 140, 142, 145, 151, 171, 185, 201, 245, 248-249, 257, 292, 328, 351, 393, 395, 401-403, 415, 432, 434-435, 442-444, 452, 476, 529, 534, 567, 569-570, 598, 603-604, 606, 608-617, 620, 621, 629
Saint-Dié (Vosges): 115
Saint-Germain-des-Prés (Paris): 59, 64-66, 68, 70-71, 93, 103, 114, 145, 151, 328, 340, 435, 534
Saint-Guilhem-le-Désert (Hérault): 232
Saint-Jean-de-Cuise (Oise): 31
Saint-Jean-de-Losne (Costa do Ouro): 113
Saint-Jean-de-Maurienne (Savóia): 452
Saint-Maixent (Deux-Sèvres): 128
Saint-Martin de Tours (Tours, Indre-et-Loire): 94, 151, 178, 187, 253, 255, 257, 344, 400, 403, 412, 422, 431, 434, 480
Saint-Maur (congregação de): 634
Saint-Maur-des-Fossés (Val-de-Marne): 115
Saint-Maurice d'Agaune (Suíça): 94, 445
Saint-Médard de Soissons: 93-94, 114, 433, 436-437
Saint-Michel-de-Cuxa (Pirineus Orientais): 446
Saint-Omer (Pas-de-Calais): 40, 107, 115
Saint-Paulien (Haute-Loire): 112
Saint-Quentin (Aisne): 28, 608
Saint-Rémy-de-Provence (Bouches-du-Rhône): 585
Saint-Riquier (Somme): 103, 115, 120-121, 320, 415, 427, 429, 442, 445, 447, 449-450, 458-460, 505
Saint-Simon (família de): 635-637
Saint-Simon (Louis, duque de): 637; *Memórias*: 638

Saint-Wandrille (abadia): *ver* Fontenelle (abadia)
Sainte-Geneviève (Paris): 93, 114, 641
Saintes (Charente-Maritime): 197-198, 201
Saintonge: 621
Salerno (Itália): 192-193, 546
Saltério de Amiens: 435
Saltério de Dagulfo: 464
Saltério de Luís, o Germânico: 436
Saltério de Utrecht: 436
Salviano, teólogo: 429
Salz (rio): 260, 517
Salzburgo (Áustria): 118, 148, 207, 229, 249-250, 292, 424, 436, 441, 443, 482, 485, 533
Samoussy (cant. Laon-sud, Aisne): 131, 178, 260
Samson (São), monge: 115
Samuel, monge anglo-saxão: 43, 406, 424
Sancho Lobo, príncipe dos bascos: 203, 233, 248, 275, 417
Sandwich (Grã-Bretanha): 101
Sankt Gallen (Suíça): 71, 115, 122, 217, 386, 389, 404, 420, 431, 435, 445, 447, 449-450, 544-545, 566
Santander (Espanha): 437
São Gotardo (desfiladeiro de): 280
São Vicente de Volturno (Lombardia, Itália): 151, 394
Saône (rio): 98, 103, 113, 374, 390
Saragoça (Espanha): 59, 147, 168, 170, 201, 210, 213, 215, 217, 231, 236, 395, 406, 416, 531, 569, 575, 578, 643
Sardenha: 58
Sarlat (Dordonha): 608
Sava (rio): 227
Savary, bispo de Auxerre: 113
Savóia: 75
Saxo Grammaticus, historiador e poeta: 525
Saxões (Capitulares para os): 221
Saxônia: 29, 31, 35, 50, 54-56, 117, 122, 136, 147-148, 151-152, 154, 158-160, 167, 170, 181, 193, 202, 204, 207, 208, 210, 212, 214, 218-219, 221-224, 226, 236, 238, 259-261, 269, 279-280, 284, 291, 306, 308, 321-323, 328-329, 356, 391, 411, 416, 446, 484, 501, 506, 520, 524-527, 548, 570, 572, 574, 587, 589, 632, 642, 647
Saxy (Luxemburgo): 260
Schleswig (Schleswig-Holstein, Alemanha): 351-353
Schuman (Robert): 648
Seligenstadt (Hessen, Alemanha): 586
Selz (rio): 460
Sena (rio): 34-35, 71, 101, 144-145, 279, 321, 527, 562
Senlis (Oise): 66, 94, 559
Sens (Yonne): 34, 94, 96, 112-113, 118, 250, 253, 279, 281, 292, 568
Septimânia: 19, 50, 52, 76, 122, 125, 131, 197-200, 203-204, 211, 213, 218, 221, 231-232, 235, 238, 277, 281, 287, 307, 356, 374, 390, 413, 453, 497, 502, 548
Sérgio, papa: 112
Sérgio, segundicério: 177
Setenta (Bíblia dos): 376, 408
Sétimo Severo, imperador: 514-515
Seurre (Gabriel-Bernard), escultor: 633
Severino, papa: 60
Sevilha (Espanha): 37-38, 51, 126, 153, 341, 361, 395, 400, 402, 404, 406, 437, 468, 470
Siágrio, general romano: 18, 56
Sicília: 24, 58, 76, 98, 192, 195, 217, 487, 584-585
Sidônio Apolinário: 402
Sigeberto I, rei dos francos: 197, 226
Sigeberto III, rei dos francos: 26
Sigério de Brabant, filósofo e teólogo: 212
Sigiburg (Alemanha): 169
Sigismundo, rei dos romanos: 564
Silvestre I, papa: 41, 185, 187, 469, 482, 486, 621
Símbolo de Nicéia ou *Símbolo dos Apóstolos*: 87, 149, 370-373, 412, 501
Simplon (desfiladeiro de): 280
Sinésio, eunuco: 62
Sinigaglia (Itália): 173
Siracusa (Itália): 60
Síria: 43, 360, 464
Sisto I, papa: 494
Sisto III, papa: 182
Skagerrak: 353
Smaragde, abade de Saint-Mihiel: 372
Soissons (Aisne): 23, 31, 34, 39, 46, 93-94, 101, 107, 114, 119, 121, 131, 328, 433
Soissons (assembléia de): 39
Soissons (concílio de): 114, 119, 121
Soliman, tio de Al-Hakam: 233
Sólon: 303
Somme (rio): 71, 101, 293, 322
Somport (desfiladeiro de): 101, 210
Sonho do Vergel: 601
Soratte (monte, Itália): 35
Southampton (Grã-Bretanha): 100
Spira (Speyer, Renânia-Palatinado, Alemanha): 50, 260, 450

Spoleto (Itália): 58-59, 147, 174, 177, 180, 188-190, 192, 279, 288, 475, 484
Stavelot (atualmente Stablo-et-Malmédy, prov. Liège, Bélgica): 115
Stenay (Meuse): 46
Stowe (Irlanda): 377
Sturm, abade de Fulda: 118, 152, 389, 444
Suábia: 111
Subiaco (Itália): 389
Sudão: 94
Suécia: 101, 352
Suetônio, *Vida dos doze Césares*: 13, 134, 137-138, 303, 541
Suger, abade de Saint-Denis: 130, 609-611, 621
Suleiman ibn al-Arabi, váli de Saragoça: 210
Süntelgebirge (Alemanha): 165, 216
Susa (Itália): 179-180, 535, 546, 595
Sussex: 56
Swanhilde, esposa de Carlos Magno: 33-34
Swentibold, rei da Lorena: 560

Tachkent (Uzbequistão): 352
Taillebourg (Charente-Maritime): 613
Taillefer (menestrel): 575, 588
Taine (Hippolyte), *As origens da França contemporânea*: 644
Talleyrand-Périgord (família de): 635
Tarásio, patriarca de Constantinopla: 371
Tarragona (Espanha): 233, 584
Tássilo I, duque da Baviera: 55, 120, 148, 174, 176, 195, 202, 206-207, 225-226, 256, 333-334, 415, 502, 545
Tássilo III, duque da Baviera: 55, 206
Tatwin, *Gramática*: 429
Tegernsee (concílio de): 391
Teodeberto I, rei dos francos: 53-54, 58, 94, 99
Teodeberto II, rei dos francos: 202
Teodo, filho de Tássilo: 206
Teodorico (ou Thierry), conde de Autun: 30, 200, 232
Teodorico, conde de Laon: 30
Teodorico, conde na Saxônia e na Frísia: 223, 227
Teodorico, filho de Carlos Magno: 156
Teodorico, filho de Childerico III: 40
Teodorico I, rei da Austrásia, filho de Clóvis: 53-54, 57-58
Teodorico II, rei dos francos: 202
Teodorico III, rei dos francos: 26
Teodorico IV, rei dos francos: 27-28, 33
Teodorico, rei dos ostrogodos: 12, 17, 124, 197, 315
Teodoro, cagã ávaro: 229
Teodoro, duque de Nepi: 176
Teodoro (São): 621
Teodósio, imperador: 124-125, 317, 319, 497; *Código de Teodósio*: 124-125
Teodulfo, abade de Fleury e bispo de Orléans: 144, 248-250, 291-292, 366-367, 372, 375, 408, 413-416, 418, 421-426, 433, 435, 437-438, 453, 458, 473, 480, 487, 491, 502, 505, 518, 530, 540, 588, 641
Teófanes, o Confessor, *Cronografia*: 37, 45
Teófilo de Alexandria: 429
Terêncio, poeta: 406
Terracina (Itália): 389
Tersatto (Croácia): 230
Tertry (Somme): 28
Teudoaldo ou Thiaud, filho de Grimoaldo: 29
Teulet (Alexandre): 645
Thégan, vigário episcopal de Trier: 417
Thérouanne (Pas-de-Calais): 112
Thidrekssaga: 461
Thierry (Augustin), *Relato dos tempos merovíngios*: 641
Thietmar, cronista de Merseburg: 535, 563, 583
Thionville (Mosela): 76, 82, 90, 229, 246, 260, 262, 266-267, 289, 296, 299-300, 309, 311, 344, 349-350, 363, 381, 383, 451, 500, 530, 641
Thionville (capitular de): 76, 82, 90, 229, 266, 289, 296, 299-300, 309, 311, 344, 349-350, 381, 383, 451, 500
Tibre (rio): 171, 177, 181, 183, 192, 482, 519
Tíbulo, poeta: 406
Tipasa (Argélia): 58
Tirreno (mar): 173
Theiss ou Tisza (rio): 227, 229
Tito, imperador: 617
Tito Lívio, historiador: 403
Tolbiac (Zülpich, Alemanha): 19, 53
Toledo (Espanha): 51, 91, 209, 212, 231, 319, 369, 370, 395, 429, 569; *ver* Juliano de Toledo
Toledo (concílio de): 370
Tomás de Aquino (São): 212, 547
Tongeren (Limbourg, Bélgica): 101
Tonnerre (Yonne): 113
Torcello (ilha de, Itália): 518

Tortosa (Espanha): 168, 233, 235-236, 328, 543
Toscana: 174, 188, 190, 395, 530
Toulon (Var): 98
Toulouse (Haute-Garonne): 27, 32, 50-52, 92, 94, 197-198, 200, 203, 217, 231-233, 248, 275, 279, 288, 574, 643
Touraine: 21, 131
Tourmalet (desfiladeiro do, Hautes-Pyrénées): 101
Tournai (prov. Hainaut, Bélgica): 107, 131, 604
Tours (Indre-et-Loire): 20, 37, 51, 87, 93-94, 108-109, 112, 114, 123, 127, 144, 151, 178, 187, 243, 253, 255, 257, 259, 279, 319, 328, 344, 369, 370, 374, 383, 390, 400-403, 412, 414, 418, 422, 431, 433-434, 437, 478, 480, 486-487, 505, 519, 606, 617, 641
Tours (concílio de): 108-109, 243, 383
Trier (Renânia-Palatinado, Alemanha): 18, 29, 57, 92, 100, 107, 112-113, 131, 259, 262, 344, 381, 417, 424, 439, 455, 458, 488, 533, 625-626
Troyes (Aubes): 34, 113
Tugdual, monge: 115
Turíngia: 26, 34, 50, 53-55, 100, 116-117, 131, 159, 204, 207, 239, 322, 501, 548
Turoldo, poeta: 575, 577, 582, 587
Turpino, arcebispo: 141, 567, 570, 576-577, 579, 585, 588, 590, 593, 598, 605, 609-611, 616
Turpion, bispo de Limoges: 576

Udalric (São), bispo dos godos: 448
Ulfila, bispo dos godos: 368
Ulpiano, jurisconsulto: 303
Urbano II, papa: 610
Urgel (Espanha): 231, 246, 369, 412-413, 480
Utrecht (Países Baixos): 31, 54, 116, 328, 351, 404, 436
Uzès (Gard): 199, 348

Valence (Drôme): 110
Valenciennes (Nord): 404
Valério (São): 602
Valfrido Estrabão, abade de Reichenau, *Karoli Magni Vita*: 540, 543
Valla (Lourenço): 187
Valônia: 111
Vannes (Morbihan): 56
Västergarn (Gotland, Suécia): 353
Vegécio, teórico militar: 152
Venécia: 58, 91, 188, 348, 411-412, 469, 518-519
Veneza (Itália): 103, 518, 625
Ver (atualmente Ver-sur-l'Aunette, Oise): 257, 260
Ver (concílio de): 96
Verberie (cant. Pont-Saint-Maxence, Oise): 257, 260, 460
Verden (Baixa Saxônia, Alemanha): 221, 223, 526, 596
Verdun (Meuse): 25, 79, 99, 101, 263, 352, 560, 562, 568
Vermandois: 599-601, 603, 635-637
Verona (Itália): 180, 190, 431, 435, 545, 584, 621
Verzenay (Marne): 260
Vestfália: 208, 217-218, 287
Vicente (São): 59
Vicente de Beauvais, dominicano, *Speculum historiae*: 598, 603, 622
Vicente de Lérins, teólogo: 429
Vicenza (Itália): 348
Vich (Espanha): 231, 233
Vida da santa imperatriz Irene, a ateniense: 517
Vida de Alcuíno: 400
Vida de Luís, o Piedoso: 543
Vida de Santa Fé: 128
Vida de Santa Hildegarda: 596
Vida de São Bonnet: 128
Vida de são Gregório, o Grande: 411
Vida de São Guilherme: 568
Vida de São Léger: 128
Vida de São Martinho: 440
Vida de São Priest: 128
Vida de São Ricário: 440
Vida de São Willibrord: 440
Vidas de santos: 25, 128, 403, 424, 596, 607
Viena (Áustria): 227, 436, 441, 463-464, 562, 625
Vienne (Isère): 19, 36, 558
Vigny (Alfred de), *Le Cor*: 641
Vilaine (rio): 32, 104
Villedaigne (Pirineus Orientais): 232
Villemeux (Eure-et-Loir): 66, 103
Villena (Francisco Garrido de), *Roncesvales*: 585
Villon (François): 621
Vinchy (Nord): 31, 257
Virgílio, poeta: 109, 403, 405, 407, 414, 416, 418-419, 424

Vístula (rio): 352, 530, 543
Viterbo (Itália): 178
Vitiza ou Eutícius: *ver* Bento de Aniana
Vitrúvio, arquiteto, *De Architectura*: 450, 453
Vitry-le-François (Marne): 41
Vivant Denon (Dominique): 628, 631-632
Vivarium (atualmente San Martino de Copanello, Itália): 393
Viviers (Ardèche): 97
Volga (rio): 352
Voltaire: 639, 647
Volturno (Itália): 152, 394
Volvic (Puy-de-Dôme): 128
Vosges: 107
Vouillé (Vienne, França): 19
Vulgata: 109, 376, 408, 553

Waal (rio): 460
Wace, *Le Roman de Rou*: 575
Waifre, duque da Aquitânia: 35, 51, 199-201
Wala, abade de Corbie: 30, 156, 246-247, 532
Walthan (Wessex, Grã-Bretanha): 394
Wamba, rei dos visigodos: 43
Wandrille (São), abade: 74
Waraton, prefeito do Palácio: 94
Warnefried (Paul): *ver* Paulo, o Diácono
Wearmouth (Grã-Bretanha): 398-399
Weser (rio): 31, 50, 54, 100, 207, 219, 223
Wessex (Grã-Bretanha): 56-57, 100, 394, 396, 398
Widukind, chefe saxão: 214, 218-219, 221, 572, 632
Wiesbaden-Biebrich (Hessen, Alemanha): 351
Wihmode: 224
Willibald (São), bispo de Eichstätt: 101, 394
Willibrord, bispo na Frísia: 112, 116, 398, 440
Wimpfen im Tal (Bade-Würtemberg, Alemanha): 459
Winfrid: *ver* Bonifácio
Winigis, duque de Spoleto: 484
Wirund, conde: 484
Wizzo, monge: 413, 424, 485, 487, 490-491
Worad, conde do Palácio: 219
Worms (Renânia-Palatinado, Alemanha): 100, 130-131, 147, 206, 238, 256-257, 260-262, 280, 334, 371, 450, 460, 560-561
Worms (assembléia de): 206, 238, 334, 560
Woynimir, chefe croata: 228
Wulgrin, conde: 635
Würzburg (Baviera, Alemanha): 17, 87, 260

Yerre (rio): 103
Yonne (rio): 66
York (Grã-Bretanha): 398, 400, 412, 608

Zacarias, papa: 17, 36-39, 43, 59, 118-119, 129, 146, 173, 248, 359, 364, 491, 508
Zado, váli de Barcelona: 233
Zenão, imperador: 57
Zuccari (Taddeo), pintor: 597
Zülpich (Renânia do Norte, Vestfália, Alemanha): 19
Zurique (Suíça): 564, 596

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM GATINEAU E IMPRESSO EM PAPEL OFF-SET 75 g/m² NAS OFICINAS DA BARTIRA GRÁFICA, SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, EM ABRIL DE 2004



PROFESSOR TITULAR de história, doutor em letras, Jean Favier, nascido em 1932, foi sucessivamente membro da Escola Francesa de Roma (1956-1958) e mestre de conferências nas faculdades de letras de Rennes (1964) e de Rouen (1966-1969). Professor de história da economia da Idade Média na Universidade da Sorbonne desde 1969, foi diretor do Instituto de História desta universidade e diretor da École Pratique des Hautes Études (a partir de 1965). Diretor geral dos Arquivos da França e presidente do Conselho Internacional dos Arquivos (1975-1994), logo depois Jean Favier presidiu a Biblioteca Nacional da França (1994-1997). *Conservateur* do Castelo de Langeais (desde 1995), presidente da Comissão Francesa para a Unesco, administrador do Instituto Nacional do Audiovisual e presidente do Conselho de Administração da École Normale Supérieure desde 1988, Favier é um dos mais conceituados medievalistas da França.

É autor de vasta obra, com títulos como *Un conseiller de Philippe le Bel: Enguerran de Marigny* (1963), *De Marco Polo à Christophe Colomb* (1968), *Paris au XV^e siècle* (1975), *La Guerre de cent ans* (1980), *Le Temps des principautés* (1984), *De l'or et des épices* (1987), *Chronique de la Révolution* (org., 1988), *Les Grandes découvertes. D'Alexandre à Magellan* (1991), *Dictionnaire de la France médiévale* (1993) e *Paris, deux mille ans d'histoire* (1997).

Carlos Magno (742-814) assentou os alicerces do mundo ocidental. De origem germânica, mas tendo adquirido cultura latina, construiu um império englobando a maior parte da Europa continental.

Jean Favier, refinado medievalista e ex-presidente da Biblioteca Nacional da França, esmiúça um retrato solene do fundador do Sacro Império Romano Germânico, que lhe deu estrutura política, jurídica, cultural e religiosa freqüentemente original, em outros casos inspirados no Império romano, deixando um legado que perduraria em sua essência por mil anos.

Tradução de Luciano Vieira Machado

ISBN 85-7448-089-4

